



DESAFIOS DA MONTAGEM UM NOVO GRUPO DE ACOMPANHANTES TERAPÊUTICOS. *Juliana Setem (PSICOLOG – Instituto de Estudos do Comportamento – Ribeirão Preto – SP; Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto - SP; Centro Universitário UniSEB – Ribeirão Preto - SP)*

O trabalho do acompanhante terapêutico surgiu na Argentina, no final da década de 1960, impulsionado pelos movimentos antimanicomiais e antipsiquiátricos difundidos pela Europa nesta época. No Brasil, o recurso de acompanhamento terapêutico começou a ser utilizado e exercido por universitários com o surgimento das primeiras comunidades terapêuticas no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. No início da década de 1990, a Análise do Comportamento começa a se destacar pelos resultados obtidos com o uso de técnicas comportamentais em transtornos psiquiátricos severos. Tais intervenções, de cunho multiprofissional, eram realizados em instituições e ou no ambiente natural do cliente. O treinamento em observação, o conhecimento de conceitos básicos de análise do comportamento e de técnicas de entrevista, a capacidade de estabelecer relação terapêutica e noções básicas de psicopatologia e psicofarmacoterapia são pré-requisitos para quem se propõe a trabalhar como AT em análise do comportamento. O presente trabalho apresentará e discutirá a montagem e a atuação de um grupo de acompanhantes terapêuticos, composto de psicólogos, todos especialistas em clínica, na abordagem analítico-comportamental. Para a montagem do grupo, foi realizado um processo seletivo composto por prova, entrevista e análise de currículo. Na prova foram avaliados o conhecimento dos candidatos sobre conceitos básicos de análise do comportamento, questões éticas e características e habilidades esperadas no atendimento do acompanhante terapêutico. Na entrevista e na análise dos currículos foram considerados para cada candidato a experiência na atuação como acompanhante terapêutico, a atuação profissional em equipes multidisciplinares e a disponibilidade de tempo para atuar como acompanhante terapêutico. Quatro profissionais foram selecionados e iniciaram um treinamento em um grupo de estudos teórico e discussão de casos clínicos. Este treinamento durou seis meses e os atendimentos iniciaram em seguida. Durante o treinamento ainda, os terapeutas visitaram e divulgaram o trabalho do acompanhante terapêutico para diferentes profissionais da área da saúde. Os casos que estão sendo atendidos estão todos em acompanhamento psicoterápico com psicólogos e muitos com acompanhamento medicamentoso feito por psiquiatras. As principais indicações que os pacientes apresentam são influenciadas pelas dificuldades de desempenhar atividades da vida cotidiana. Estas dificuldades estão presentes em diversos quadros psicopatológicos. Espera-se de um AT que ele realize atividades com o paciente e que lhe proporcione autonomia e autogerenciamento de sua vida. Além disso, o trabalho do AT visa suprir a necessidade de complementação do tratamento psicoterápico, nos casos em que as intervenções devem ser estendidas para fora do consultório. Sendo que essa intervenção no ambiente natural do cliente propicia condições para a abordagem imediata no comportamento, através das análises das contingências. As vantagens deste trabalho em grupo se relacionam principalmente à possibilidade de aprendizagem a partir dos modelos dos outros terapeutas e discussões



constantes entre ATs e supervisoras. As supervisões semanais facilitam a troca de experiência enriquecendo os atendimentos com novas estratégias.

Nível do trabalho: **Outro**

Palavras-chave: **acompanhante terapêutico, práticas terapêuticas, análise do comportamento.**

Área da Psicologia: **CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade**

O TRABALHO CLÍNICO DO ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO NA ABORDAGEM ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL. *Ana Paula de Melo Martins** (PSICOLOG - Instituto de Estudos do Comportamento / UNIP - Universidade Paulista, campus Ribeirão Preto, SP)*

O surgimento do acompanhante terapêutico se deu na Europa com o movimento antimanicomial e desospitalização e reintegração na sociedade. No fim da década de 60 e início de 70 estas ideias chegaram à América Latina, especialmente na Argentina, que batizou o termo ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO – AT, que tinham como nomes precedentes Agentes de saúde mental, Auxiliares psiquiátricos, Atendentes terapêuticos, Amigo qualificado chegando finalmente a Acompanhante Terapêutico. Os atendimentos eram feitos por comunidades terapêuticas, que não necessariamente eram psicólogos e sim agentes da saúde. Os principais objetivos de trabalho estavam na proteção, vigilância e continência, contemplando o monitoramento das medicações. No começo da década de 1990 os analistas do comportamento que trabalhavam em consultório começaram a questionar se a prática exclusivamente verbal era satisfatória para a solução dos problemas graves que incapacitavam as pessoas para sua vida cotidiana. Percebeu-se que o confinamento do consultório seria insuficiente para o sucesso terapêutico desses casos, devendo os terapeutas apresentar alternativas que aprimorassem a prática clínica, principalmente para os casos com déficits acentuados no repertório comportamental. E iniciou os estudos da prática de acompanhante terapêutico como modalidade terapêutica. Baseados nos princípios da análise do comportamento, então, para o atendimento extra consultório, desenvolvendo a prática do acompanhante terapêutico. O acompanhamento terapêutico é definido como uma intervenção clínica indicada em casos de déficits importantes no repertório básico de comportamentos, necessitando de uma atenção intensiva e realizada em diferentes situações e contextos, visando principalmente o aumento do repertório comportamental do cliente (Guerrelhas, 2007). Temos poucos estudos sistemáticos na abordagem comportamental e ainda estamos diante da necessidade de avaliarmos a nossa intervenção. Continuamos nos questionamos a respeito da diferença entre o que é feito no consultório e a prática fora deste ambiente. Refletimos também se a saída do consultório e a inclusão de acompanhantes terapêuticos nos atendimentos tem sido suficientes para solucionar os problemas que exigem uma atuação diretamente nas contingências. Será apresentado uma reflexão a respeito de formas de avaliar esta modalidade de intervenção clínica com a apresentação de casos atendidos na modalidade terapêutica AT. Quais as principais características de um acompanhante terapêutico, suas principais vantagens e dificuldades.

Nível do trabalho: **Outro**

Palavras-chave: **acompanhamento terapêutico, análise do comportamento, psicologia clínica**

Área da Psicologia: **Acompanhamento Terapêutico**

ATUAÇÃO DO ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO EM UM CASO DE ESQUIZOFRENIA. *Maria Carolina Fontana Antunes de Oliveira** (PSICOLOG - Instituto de Estudos do Comportamento – Ribeirão Preto - SP / Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto -USP)*

O Acompanhamento Terapêutico é uma modalidade de intervenção psicoterapêutica que tem como objetivo desenvolver o repertório básico de indivíduos que apresentam prejuízos em uma ou demais áreas do comportamento humano. A principal característica desta modalidade de atendimento é que as intervenções são realizadas no ambiente natural e em situações cotidianas da vida do cliente. Este trabalho pretende apresentar um caso atendido nesta modalidade, demonstrando as intervenções realizadas e os resultados obtidos. M, 38 anos, foi encaminhado para atendimento psicológico por seu psiquiatra, diagnosticado com esquizofrenia e comportamentos obsessivos compulsivos. O paciente tem três irmãos sendo ele o filho mais novo. Ele mora apenas com a mãe, que tem Alzheimer, sendo seu principal cuidador e com quem apresenta uma relação simbiótica. Quando teve seu primeiro surto, o paciente levou a mãe para um hotel em São Paulo, ficando com ela lá por três meses até que os irmãos descobriram seu paradeiro e o internaram em um hospital psiquiátrico. Após a saída do hospital o paciente voltou para casa, porém continuava apresentando alucinações, pensamentos obsessivos e compulsões, sendo novamente internado. Após a segunda internação, o paciente voltou para casa e iniciou tratamento psiquiátrico e psicológico. A partir das sessões de avaliação, que incluíram entrevistas com cliente e familiares e observação direta do comportamento, foram possíveis identificar as seguintes demandas: repertório comportamental empobrecido; dificuldades na administração do quadro clínico; restrição de relações sociais; dificuldades em realizar atividades de vida diária. Diante do exposto, foi concluído que inserção do AT poderia auxiliar no caso. O objetivo geral do trabalho do AT tem sido melhorar a qualidade de vida do paciente, através do desenvolvimento das seguintes ações: dessensibilização sistemática; ampliação de repertório, a fim de aumentar a variabilidade comportamental através da exposição a novas atividades reforçadoras; promoção de autonomia na realização das tarefas diárias, bem como organização das mesmas; treinamento de habilidades sociais e exposição a situações que promovam socialização; gerenciamento no autocuidado e cuidado com saúde (banhos, lavar as mãos, escovar os dentes, administração de medicação, alimentação). Até o momento o paciente tem respondido bem ao tratamento, obtendo ganhos importantes, especialmente no que diz respeito aos pensamentos obsessivos e aos rituais, além da manutenção do pensamento lógico e coerente.

Nível do trabalho: **Outro**

Palavras-chave: **acompanhamento terapêutico, esquizofrenia, análise do comportamento**

Área da Psicologia: **Acompanhamento Terapêutico**



A PROBLEMATIZAÇÃO DO CONCEITO DE DEFICIÊNCIA EM UNIVERSITÁRIOS. *Lucia Pereira Leite - Professora do Departamento de Psicologia e Programa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem – Universidade Estadual Paulista - UNESP/Bauru/SP/Brasil*

No Brasil, somente há aproximadamente três décadas, evidencia-se efetiva preocupação em entender e reconhecer os direitos da pessoa com deficiência como outro qualquer cidadão, fixando normas específicas. Não é de se estranhar, portanto, que as sociedades ainda atrelam as pessoas com deficiência a sentimentos de caridade e filantropia, não acreditando nas suas possibilidades produtivas, por exemplo. Em detrimento disso, pessoas capazes e produtivas acabam distantes do convívio social. Em complementar, concepções dessa natureza acabam por atribuir ao próprio indivíduo com deficiência quaisquer fracassos ocorridos na empregabilidade dessas, sendo que a condição em que ocorre deixa de ser discutida e passa a um segundo plano. Percebe-se, de modo geral, que a sociedade ainda se mantém num enfoque muito individual (decorrente de causais orgânicos ou sociais), pois localiza a deficiência no organismo que a apresenta e, em função disso, espera que este se ajuste para se adequar ao meio. Entretanto, tendo o país reconhecido a sua população, enquanto um conjunto de segmentos diversos, e feito uma opção política formal pela universalização de oportunidade que efetivamente disponibilize, a todos, o acesso ao conhecimento historicamente produzido e sistematizado pela humanidade, há que se investir em maneiras de fomentar a inclusão social. Atualmente, na realidade brasileira, evidencia-se a existência de órgãos governamentais que trabalham pelos direitos dos excluídos, fato importante e que demonstra resposta às reivindicações desses grupos, mas por si só não garante que a inclusão social ocorra em todas as instâncias, pois se configura como um processo que demanda tempo e mudança de paradigmas sociais, prevendo alterações na concepção da sociedade sobre a deficiência. Em adicional, a comunidade científica a se dedicar ao estudo sobre as concepções de deficiência, para que se possa pensar em efetivar propostas que promovam a inclusão social. Na revisão da literatura se percebe que a pesquisas no contexto escolar são mais expressivas, destacam-se algumas que investigaram como pais de alunos e/ou professores concebem tais concepções, ou na esfera familiar em estudos que investigam as concepções de familiares a respeito da deficiência, ou ainda que versassem sobre a empregabilidade das pessoas com deficiência e concepções a respeito. Entretanto, com vistas a expandir o campo de estudo realizou-se uma pesquisa que procurou então identificar as concepções de deficiência em futuros profissionais de diversas áreas do saber, que certamente irão se relacionar com essa demanda populacional, caso os investimentos em políticas de inclusão social tenham continuidade. Para tanto, elaborou-se um instrumento de pesquisa (Escala Concepções de Deficiência - ECD), que foi aplicado em alunos universitários, cursos provenientes das três grandes áreas do saber – biológicas, exatas e humanas. Os dados da pesquisa apontam que o olhar da maioria dos respondentes em relação às pessoas com deficiência se mostrou fortemente relacionado a questões de cunho social e cultural para compreender essa condição. Isso pode ser considerado como positivo quando se pensa que tem que o modo como o sujeito se apropria de



determinado conhecimento implica em grande medida a maneira como se lida com o objeto. Portanto, a Psicologia muito pode contribuir para que a inclusão de pessoas com deficiência nas mais variadas instâncias sociais ocorra mais acentuadamente e de maneira mais respeitosa e digna, buscando ofertar ações que visem à eliminação do preconceito, o reconhecimento à diversidade humana, discutindo criticamente a deficiência demarcada dentro de um contexto histórico-cultural, pois não é simplesmente o fato de um organismo apresentar diferenças anatômicas, comportamentais e/ou funcionais que demarca ou não a sua participação, mas sim como a sociedade concebe e se estrutura para atender determinado segmento populacional.

Apoio financeiro/Bolsa: **Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq**

Nível do trabalho: **Pós-Doutorado - PD**

Palavras-chave: **concepção de deficiência; psicologia histórico-cultural; educação inclusiva; barreiras atitudinais.**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**



EDUCAÇÃO INCLUSIVA BILÍNGUE: IMPLICAÇÕES PARA AÇÕES PEDAGÓGICAS JUNTO AO ALUNO SURDO. *Cristina Broglia Feitosa de Lacerda - Professora do departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/SP*

A educação inclusiva tem se mostrado um desafio complexo a ser enfrentado pelas redes escolares. Este desafio se aprofunda ainda mais quando o foco se volta para a inclusão de alunos surdos e a aceitação de que a escola precisa se tornar um espaço bilíngue para um efetivo acolhimento destes alunos. Nesta oportunidade, será abordada a questão da presença da Língua de Sinais no espaço educacional que se pretende bilíngue e como esta língua participa dos processos de construção coletiva dos conhecimentos considerando aspectos da mediação e da construção de conceitos com base na abordagem histórico-cultural proposta por Vigotski. Assim, apresentamos como tema central o ensino de português como segunda língua para alunos surdos, tendo como objetivo investigar as práticas de professoras bilíngues que repercutem na construção de sentidos quando na relação com a escrita em português mediada pelas interações discursivas em Libras. Para a realização desta pesquisa, as aulas de português de uma sala bilíngue do ensino fundamental – anos iniciais de uma escola municipal estão sendo videogravadas e analisadas fundamentando-se na abordagem histórico-cultural amparada por pressupostos da teoria enunciativa bakhtiniana. Os dados iniciais trazem evidências relativas a um trabalho pedagógico centrado no texto, seguindo um caminho de conceituação, elaboração e descrição baseado nas interações em Libras por meio de narração, reconto, texto coletivo e leitura, que gera um desenvolvimento metacognitivo e metalinguístico na língua materna. Este desenvolvimento ao ser cada vez mais refinado, cria uma estrutura estável de análise entre semelhanças e diferenças entre as duas línguas, porta de entrada para o ensino do português escrito como segunda língua, com ênfase nos processos de leitura. Também revela o papel fundamental de mediação das professoras, tecendo e vinculando sentidos aos diálogos e estimulando uma interação verbal e social agregada à produção de conhecimentos e às atividades de leitura e escrita. Percebe-se que a Libras é ferramenta fundamental, e que há modos de se trabalhar em Libras, estratégias que contribuem em maior ou menor grau para que a relação entre esta língua e o português escrito se concretize em aprendizado e desenvolvimento bilíngue. Por fim, as estratégias encontradas servem como indicativos de um possível caminho para o ensino de português para surdos. As discussões indicam a necessidade de aprofundamento do estudo sobre o texto em Libras, sobre a produção em Libras dos alunos e seu domínio em relação à diferentes gêneros textuais, e sua importância no ensino de português como segunda língua para surdos, além da necessidade premente de produção de materiais em Libras para uso pedagógico.

Apoio financeiro/Bolsa: **Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Libras; mediação; surdez; psicologia histórico-cultural**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**

LAS NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES EN VÍNCULO CON LOS POSTULADOS DE LA PSICOLOGÍA HISTÓRICO CULTURAL. *Elsie Alejandrina Pérez Serrano - Profesora del Centro de Estudios sobre Cultura e Identidad, de la facultad de Humanidades de la Universidad "Oscar Lucero Moya" de Holguín, Cuba*

Con la tesis de que la raíz de las funciones psíquicas superiores se encuentra en las relaciones sociales, la Psicología Histórico Cultural constituye un soporte teórico importante para la inclusión de las personas con discapacidad en todos los niveles de enseñanza, ya que vincula el desarrollo con la apropiación de la experiencia histórico-social. Por su parte, la teoría de las Necesidades Educativas Especiales interpreta las dificultades para aprender que un alumno puede tener en algún momento de su vida, como demandas específicas en el proceso pedagógico y la incorporación de recursos para satisfacerlas que no son habituales. Desde una mirada integradora, los postulados de ambas concepciones, una psicológica y otra pedagógica, son congruentes ya que entienden el desarrollo psicológico como una serie de cambios o transformaciones cualitativas, asociadas al uso de herramientas psicológicas. La Psicología Histórico Cultural sostiene como concepción de la enseñanza que la instrucción reorganiza el desarrollo de las funciones psicológicas a través de la zona de desarrollo próximo y permite la aparición de los conceptos científicos. Desde esta perspectiva se concibe que las fuerzas motrices del desarrollo psíquico, se encuentran en la contradicción entre el nivel alcanzado y las nuevas exigencias planteadas por los factores sociales, con el adulto mediatizando el proceso de aprendizaje como portador de la experiencia histórico-social. La concepción de las necesidades educativas especiales por su parte, destaca la interacción entre las demandas del alumno y la respuesta educativa que debe recibir, a través de la precisión de las ayudas pedagógicas específicas de todo el entorno educativo. Ayudas que se asimilan como recursos personales, materiales y técnicos. Esta posición implica introducir cambios en todo el sistema educativo, proporcionando las oportunidades educativas adecuadas a cada alumno, entre ellas, incorporar otros agentes educativos que forman parte de su ambiente natural lo que provee de mayores estímulos. Ello presupone la preparación del profesorado para potenciar los desarrollos diferentes de sus alumnos. De esta manera, al alumno es un sujeto activo, protagonista de su aprendizaje y de su desarrollo que si se crean las condiciones puede desarrollarse por sí mismo. Por ello, se le concede mayor importancia a las potencialidades del desarrollo psíquico que al desarrollo actual. Así el aprendizaje es resultado de la internalización de las funciones psicológicas superiores a través de la actividad mediada, en interacción con el contexto sociocultural. La educación inclusiva requiere de la aplicación creativa de estos postulados, y hace que el maestro inspirado en la tesis del origen social de la psiquis contextualice el proceso, teniendo como eje la provisión de ayudas para el desarrollo incorporando los pares más experimentados. En síntesis, el reconocimiento del vínculo entre los procesos de desarrollo y los educacionales desde el nacimiento para todas las personas con independencia de sus diferencias, en tanto todos participan en un medio sociocultural, llevan a asumir que la enseñanza y la educación conducen el desarrollo, con el profesor como mediador del proceso



Apoio financeiro/Bolsa: **Pesquisador Visitante PVE em PPGEs/UFSCar - CAPES**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Psicología histórico cultural; discapacidad; necesidades educativas especiales; funciones psíquicas superiores.**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**

A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES INICIAIS NA CONSTITUIÇÃO DO PSIQUISMO E O PAPEL DA INTERVENÇÃO PRECOCE. *Audrey Setton Lopes de Souza (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo)*

A importância das relações iniciais na constituição do psiquismo tem sido amplamente reconhecida pela psicanálise. Referindo-se ao que chamou de “Sua majestade, o bebê”, um estado de onipotência infantil, contraponto de seu intenso desamparo de origem, Freud introduz uma nota de rodapé na qual coloca que “uma ficção como esta só é possível se se considera a existência de uma mãe”. O papel dos pais neste período tem sido destacado por diversos autores que apontam para o risco e o impacto sobre o psiquismo infantil da prematura experiência do desamparo e da dependência. Nesta direção de pensamento os autores, cada um sob seu vértice de observação, têm teorizado sobre a função do objeto primordial neste processo amparando com seu próprio psiquismo a criança evitando assim que o aparelho mental da criança ainda precário não tenha que se haver com angústias insuportáveis. Oferecer continência ao desamparo infantil, experienciado como intolerável pelo bebê, implica em uma primeira forma de comunicação entre os pais e seus filhos que, a partir de suas próprias capacidades psíquicas podem acolher e significar as angústias de seu filho, atribuindo sentido às comunicações e comportamentos da criança. Citaremos principalmente as contribuições de Bion e Winnicott e Bick para fundamentar o papel dos pais na constituição do psiquismo infantil e o lugar do analista quando intervém para auxiliá-los a recuperar o seu papel. É importante destacar as contribuições oriundas dos teóricos que estudam o que chamaram da construção da parentalidade. Este termo abrange o intrincado processo de tornar-se pai e mãe. Para além do processo biológico está presente um aspecto psicológico, consciente e inconsciente, que passa por uma reaproximação da história da constituição psíquica destes pais. A parentalização exige transformações identificatórias profundas nas quais são reeditados conflitos antigos nesta busca por tornar-se pais desta criança. Assim frente à emergência de conflitos e sintomas funcionais na primeira infância a intervenção precoce pretende 1- Oferecer continência e compreensão aos pais habilitando-os a ser capaz de atribuir sentidos às comunicações e comportamentos da criança 2-Simultaneamente verbalizar os modos da criança de lidar com situações de extrema ansiedade, relacionados a seus estados de desamparo e dependência experienciados como intoleráveis. Tal perspectiva habilitaria os membros da família a tornarem-se mais atentos uns aos outros levando a uma maior tolerância em relação aos estados primitivos de desamparo e dependência . 3- Favorecer o processo de parentalização pois é a partir destes vínculos afetivos construídos que será constituída a vida psíquica da criança e seu processo de subjetivação. A título de ilustração será apresentada uma vinheta clínica de um atendimento de intervenção precoce.

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **Psicanálise, Intervenções precoces, Relações pais- bebês**

Área da Psicologia: **CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade**



AS PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO E OBSERVAÇÃO DA RELAÇÃO MÃE-BEBÊ NO CONTEXTO BRASILEIRO: PERSPECTIVA HISTÓRICA E PANORAMA ATUAL. *Jorge Luís Ferreira Abrão Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista.*

Em 1920, no prefácio a terceira edição dos Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade, Freud afirma que este trabalho não precisaria ter sido escrito se as pessoas soubessem observar as crianças. Apesar desta constatação, as primeiras referências a observação de bebês no contexto psicanalítico foram introduzidas de forma coadjuvante a partir da década de 1940 por pioneiros da psicanálise de crianças como Anna Freud, Melanie Klein e Donald Winnicott que, partindo da experiência em análise infantil, relacionaram os dados advindos das observações com o modelo teórico preconizado por cada um deles. Foi somente em 1964 que Esther Bick sistematizou a técnica de observação psicanalítica da relação mãe-bebê, atribuindo a este procedimento funções específicas. A presente pesquisa tem por objetivo demonstrar como a observação psicanalítica de bebês foi introduzida e se desenvolveu no país. Para tal foi realizado um estudo qualitativo de natureza histórica por intermédio de entrevistas com a finalidade de identificar a origem desta prática e levantamento bibliográfico em bases de dados no período de 1990 a 2010 visando caracterizar os trabalhos atuais. Os resultados indicam que as ideias relativas a observação de bebês com o método Bick foram introduzidas, em São Paulo, na década de 1950 por Lygia Alcântara do Amaral, ao iniciar supervisões de observação de bebês no Curso de Especialização em Psicologia Clínica implantado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP por iniciativa de Annita Cabral, posteriormente essas ideias foram introduzidas na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. No Rio de Janeiro a pioneira no tema foi Rosa Beatriz Pontes de Miranda que, após travar contato com Esther Bick em Londres, trouxe essa modalidade de trabalho para a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Posteriormente, as práticas derivadas da observação psicanalítica de bebês tiveram ampla difusão nas Sociedades de Psicanálise e no meio universitário, subsidiando práticas a partir de diversos modelos teóricos. O levantamento de artigos publicados sobre o tema nas últimas duas décadas permitiu identificar 41 trabalhos de observação e intervenção da relação mãe-bebês desenvolvidos a partir do referencial psicanalítico. Estes trabalhos foram agrupados em quatro categorias: “Pesquisas sobre características da relação mãe-bebê”, com 21 artigos dedicados a compreender características psíquicas ou orgânicas que interferem nesta relação; “Variações do Método Esther Bick” apresentando cinco artigos circunscritos no desenvolvimento do método em diferentes contextos e práticas diversas, como atendimentos clínicos, pesquisas, utilização como método de ensino, entre outros; “Estudos teóricos epistemológicos” com oito trabalhos, dedicados a estudos conceituais, históricos e epistemológicos, concernentes às práticas psicanalíticas de observação e intervenção da relação mãe e bebê e “Práticas de intervenção na relação mãe-bebê na clínica ampliada”, dedicados a debater diferentes modalidades de aplicação do método de observação em contextos institucionais diversos. Conclui-se que as práticas de observação psicanalítica da relação mãe-bebê tiveram amplo desenvolvimento no Brasil desde a década de 1950, com introdução de intervenções em



contextos clínicos e institucionais e ampliação dos autores de referência.

Apoio financeiro/Bolsa: **FAPESP**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Psicanálise, Bebês, Mães**

Área da Psicologia: **CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade**

DA AMAMENTAÇÃO AO DESMAME – O ALICERCE DE UM VÍNCULO FUNDAMENTAL. *Denise de Sousa Feliciano (Sociedade Brasileira de Psicanálise, Instituto Sedes Sapientiae*

A qualidade imunológica e nutricional do leite materno não deixa dúvidas do benefício da amamentação no desenvolvimento fisiológico do bebê. Além disso, pode enriquecer a intimidade com a mãe, com quem o bebê precisa construir um vínculo que estruture as bases de seu psiquismo, como um modelo às suas demais relações afetivas. Isso se dá pelo contato sensorial contínuo no qual tanto o bebê quanto a mãe estão envolvidos. Observar a dinâmica da amamentação pode revelar ansiedades e descompassos. De acordo com as proposições psicanalíticas, a atividade mental humana se constitui de fantasias inconscientes que se originam de estímulos sensoriais desde o nascimento. A vida mental do bebê inaugura-se com o desconforto das moções somáticas da fome que se alivia no encontro com um seio que conforta. No início o mundo para o bebê é o seio. As primeiras marcas de confiança vêm das contínuas experiências de mamar satisfatoriamente. Porém são frequentes as dificuldades e o desmame precoce - com menos de seis meses de idade. Estudos demonstram que alguns desses transtornos são por fatores psíquicos inconscientes dos pais e da dinâmica familiar, aliado às características do bebê. Em pesquisa realizada acompanhando famílias com transtornos de amamentação foi possível perceber a influencia destes fatores e a nomeação destes em situação de intervenção mostrou ser eficaz para uma melhora. Os primeiros meses de vida de uma criança formam o alicerce de toda sua vida mental. Falhas no vínculo inicial podem comprometer o desenvolvimento de suas competências ou tornar seu ego frágil. Intervir terapêuticamente pode evitar sofrimentos e transtornos mentais em variados graus. Posteriormente o processo de desmame adquire o mesmo valor, pois deve acompanhar o desenvolvimento psicoemocional do bebê. Para Winnicott (1952/2000), o desenvolvimento emocional primitivo contempla as fases de dependência absoluta, dependência relativa e rumo à independência e referem-se à percepção fantasiosa que o bebê tem do mundo ao seu redor. No início a mãe é parte de si e o seio é fruto de sua criação imaginária, que ele controla com sua fome e desejo. Mais maduro, constata que não estão sob seu controle onipotente e que se afastam periodicamente. A mãe precisa se afastar para que se crie um espaço no qual o bebê se desenvolva. São experiências que incluem frustrações e que precisarão ser vividas em um processo de luto pela desilusão. Falhas nesse processo são responsáveis pelas patologias depressivas. Quando a amamentação é coadjuvante de um vínculo bem constituído e saudável, tanto o bebê quanto a mãe são capazes de suportar as dores dessa separação, que é essencial para o desenvolvimento da autonomia.

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **amamentação, relação mãe-bebê, intervenção psicanalítica pais-bebê**

Área da Psicologia: **CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade**

FAMÍLIAS COM FILHO COM SÍNDROME DE DOWN E A ESCOLA INCLUSIVA: RELAÇÕES ENTRE MICROSSISTEMAS. *Nara Liana Pereira-Silva - Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG Vanessa Célia de Souza Rabelo - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG*

As inter-relações entre família e escola têm sido destacadas como fundamentais para a promoção do desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, entretanto, o campo investigativo nessa área é amplo e poucos são os estudos científicos que têm se dedicado a compreender essa relação de forma sistemática. Em relação ao envolvimento da família com a escola inclusiva, o panorama não é diferente, refletindo uma escassez de estudos acerca desse assunto. Destaca-se a necessidade de aprofundar nas questões que envolvem as alianças entre esses dois microssistemas, família e escola inclusiva, especialmente para os estudantes que apresentam deficiência intelectual ou Síndrome de Down. Nesse sentido não apenas o envolvimento entre família e escola torna-se fundamentalmente importante a ser investigado, mas também, o que os professores das escolas inclusivas têm relatado a respeito do processo de inclusão. Considerando a influência tanto da família como da escola no desenvolvimento dos estudantes com síndrome de Down (SD), pretende-se, nesta apresentação, mostrar resultados acerca desses dois contextos de desenvolvimento, focalizando: (1) as atitudes dos genitores com filho com síndrome de Down quanto à inclusão escolar, (2) a concepção de professores a respeito do processo de inclusão e desempenho acadêmico de alunos com Síndrome de Down, (3) características do envolvimento família-escola considerando a rotina compartilhada. Para atingir tais objetivos, quatro famílias foram visitadas em suas residências tendo sido respondidos o Questionário de Caracterização do Sistema Familiar, Checklist da rotina compartilhada e envolvimento entre família-escola: versão para pais, o Inventário Geral de Atitudes quanto à Educação Inclusiva (IGAEI) e uma entrevista. O microssistema escola também foi investigado tendo sido participantes quatro professoras, as quais responderam ao Checklist da rotina compartilhada e envolvimento entre família-escola: versão para professores, entrevista e um questionário sócio demográfico. Todos os estudantes com SD frequentavam a escola regular durante um período do dia, cursando o 3º ano do Ensino Fundamental I. Entretanto, somente dois deles frequentam o Atendimento Educacional Especializado. Os estudantes eram de ambos os sexos (masculino - n=2; feminino - n=2) com idades entre 8a6m a 9a8m. As professoras (n=4) tinham experiência na área da educação, em média, 18,2 anos e possuíam, em média, 45,5 anos de idade. Duas professoras haviam concluído cursos de mestrado e especializações. Os genitores apresentam atitudes favoráveis à educação inclusiva. As professoras relataram que a inclusão é um processo importante, mas não se percebem como agentes ativas deste. O envolvimento família-escola, segundo as mães, ocorre predominantemente na dimensão pais-alunos, segundo as categorias de orientação, participação e avaliação, tanto nas áreas acadêmica e não acadêmica. Segundo as professoras, esse envolvimento ocorre em diversas dimensões incluindo pais, alunos, professores, direção escolar, principalmente, na atividade de orientação, tanto na área acadêmica como não acadêmica. Os resultados corroboram a literatura,



reafirmando a importância do envolvimento de todos para a obtenção de resultados satisfatórios com estudantes com síndrome de Down.

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **envolvimento família-escola, inclusão escolar, Síndrome de Down.**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**

COMUNICAÇÃO E ENVOLVIMENTO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA DE CRIANÇAS COM BAIXO RENDIMENTO ESCOLAR. *Silvia Regina Ricco Lucato Sigolo - Departamento de Psicologia da Educação –FCLAr/UNESP Keila Hellen Barbato Marcondes, Centro Universitário de Araras – UNIARARAS*

A família e a escola, na sociedade contemporânea, são dois contextos que promovem o desenvolvimento, a socialização e a educação da criança, mas se definem e se diferenciam nos padrões de comportamento, nos objetivos e nas formas de transmissão das informações que competem a cada uma. Este estudo pretendeu apreender as concepções de docentes, responsáveis e crianças sobre família, escola, baixo rendimento, Progressão Continuada e como se estabelecem as relações entre escola e família. Participaram da pesquisa seis crianças que frequentavam o último ano do ciclo I do Ensino Fundamental (EF), cujo rendimento escolar era considerado baixo, três docentes e seis responsáveis. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: Roteiro de investigação junto a pais, alunos e professores no contexto de progressão continuada e baixo rendimento, diário de campo, Teste de Desempenho Escolar (TDE) e provas psicolinguísticas para a avaliação do rendimento acadêmico das crianças. As análises dos dados recaíram no nível do mesossistema tendo como eixos principais: 1) a comunicação e envolvimento e 2) desempenho escolar. Destaca-se que o baixo rendimento fez parte do histórico escolar desses alunos desde o início do Ensino Fundamental e, portanto, a trajetória de escolarização desses estudantes era conhecida por suas famílias, no entanto, a escola não tinha conhecimento. Os resultados revelam que as famílias e os alunos valorizam a educação e se envolvem nesse processo, mesmo quando há a condição de baixo rendimento escolar. O desempenho inadequado mostra-se como uma situação que causa sofrimento e angústia para todos os envolvidos e interfere nas interconexões entre as duas instâncias. No que se referem às avaliações do desempenho escolar, os resultados indicaram que, dos seis alunos participantes, cinco apresentavam rendimento escolar inadequado nas habilidades de leitura, escrita e cálculos elementares ao final do EF. Entretanto, um único aluno classificado como mediano demonstrava dificuldades na matemática, sendo classificado nessa área como inferior. No tocante ao envolvimento da família com a escola, as responsáveis procuram se manter presentes à escola e informadas sobre a escolarização do filho, no entanto, se queixam das estratégias escolares de comunicação com ênfase em fatores negativos, o que estimula o afastamento das famílias do ambiente escolar. As famílias descreveram uma das docentes como sendo receptiva e compreensiva, evidenciando maior frequência de pais às suas reuniões. Os pais ressaltaram que organização do cotidiano, incentivo constante e os diálogos são demonstrações de envolvimento. Os critérios docentes para avaliação do envolvimento das famílias com a escolarização do aluno se referem ao nível de auxílio dos responsáveis nas tarefas de casa e o comparecimento destes na escola. As interconexões entre os contextos escolar e familiar são desejadas por todos os participantes, apesar de analisá-las, atualmente, como insuficientes e ineficazes. Tal relação mostrou a desigualdade de forças existentes entre os contextos. A instituição escolar caracteriza-se como detentora do poder, frequentemente é quem decide sobre o momento em que as relações devem ocorrer e as respectivas razões para tal.



Reconhecem que a iniciativa de envolvimento deve ser da instituição, esta não indica modos efetivos de partilhar responsabilidades.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Relação família-escola. Baixo rendimento escolar. Progressão Continuada. Perspectiva Bioecológica**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**

**O QUE PENSAM OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE AS
RELAÇÕES FAMÍLIA-ESCOLA?** *Ana da Costa Polonia - Faculdade de
Educação- Universidade de Brasília, Brasília-DF Maria Auxiliadora Dessen -
Instituto de Psicologia-Universidade de Brasília, Brasília-DF*

O tema 'relação escola-família' vem sendo foco de atenção de fóruns, ações curriculares e até mesmo de projetos sugeridos e implementados pelo governo. Quando se refere a essa relação, além dos professores e pais, os alunos tornam-se significativos mediadores dessa parceria. Embora não se possa avaliar a qualidade dessa relação sem considerar todos os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, poucos estudos têm enfatizado o papel do aluno como mediador desse processo. As pesquisas, em geral, têm enfatizado um papel passivo do aluno, investigando ora o seu resultado acadêmico, ou mesmo como os adultos o influenciam na relação família-escola, e não como ele pode ser um agente de mudança nessa relação. Esta pesquisa tem como objetivo caracterizar as relações família-escola, na perspectiva dos alunos da 2º, 6º e 9º do Ensino Fundamental de escolas públicas do Distrito Federal. A coleta de dados foi efetuada em 16 escolas do Distrito Federal, envolvendo um total de 244 alunos de ambos os sexos: 76 do 2º ano (com idade média de 7, 5 anos), 83 do 6º ano (com média de idade de 11,5 anos) e 85 do 9º ano (com média de 14, 5 anos). Os alunos responderam questões de um questionário sobre as relações família-escola, visando identificar a percepção dos mesmos quanto: (a) às atividades desenvolvidas pelos pais na escola, bem como a qualidade dessa participação e envolvimento; (b) à função e o papel da escola, e as possíveis formas de colaboração entre escola e família. De acordo com os alunos, as atividades parentais se limitam ao acompanhamento dos resultados acadêmicos de seus filhos, por meio de reuniões, e à participação em eventos sociais. No entanto, eles percebem que, à medida que evoluem nas séries, seus pais se envolvem menos com suas atividades escolares. Em sua opinião, os pais poderiam colaborar com a manutenção e infraestrutura da escola, fornecendo apoio material e financeiro e, também, participando mais das atividades e ações pedagógicas da escola. Enquanto a escola deveria investir mais na comunicação entre família-escola, informando e orientando mais os pais, os alunos se veem no papel de estimular a participação dos pais e de intermediar a relação entre a família e a escola. As funções da escola envolvem processos de humanização, preparação para a carreira profissional e inserção no mercado de trabalho, utilizando estratégias direcionadas à aprendizagem e ao desenvolvimento. Para eles, a escola ideal é aquela que apresenta uma infra-estrutura satisfatória, que valoriza e promove as relações interpessoais e que mantém um nível de organização e segurança para todos. Os resultados ressaltam a clareza nas informações relatadas e o 'amadurecimento' dos alunos refletido em suas percepções sobre a relação família-escola. Neste estudo, o aluno foi considerado como um dos principais mediadores da relação família-escola, indicando a necessidade de que ele seja incorporado como um importante recurso em programas de parceria e de colaboração entre família-escola.

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **Relação família-escola, ensino fundamental, percepção de alunos.**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**



RELAÇÃO TERAPÊUTICA SOB A PERSPECTIVA ANALÍTICO COMPORTAMENTAL. *Cristina Moreira Fonseca. Centro de Ciências Biológica e da Saúde – Curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)*

O presente trabalho compõe a mesa redonda intitulada “A relação terapêutica sob diferentes enfoques clínicos” e pretende abordar a relação terapêutica sob a perspectiva analítico comportamental. Para abordar essa questão será necessário fazer referência aos primeiros trabalhos aplicados à população institucionalizada até se chegar ao modelo de consultório ou terapia verbal. No decorrer dessa passagem, surge a seguinte pergunta: o que faz um terapeuta na sessão que ajuda o seu cliente fora da sessão? Para responder essa questão, será retomada a posição de Ferster (1972) que defendia que os comportamentos alvo de intervenção podem aparecer na sessão e se constituírem ocasião para serem modelados. Na sequência, apresento, então, a proposta de Kohlenberg e Tsai (1987) intitulada de Psicoterapia Analítica Funcional (FAP). Segundo essa proposta, os comportamentos alvo de intervenção podem ser evocados na relação entre terapeuta e cliente e, uma vez identificados podem vir a ser reforçados ou colocados em extinção na sessão, usando-se, para isso, a relação terapêutica. Acerca da relação terapêutica pretende-se, nesse trabalho, discutir mais especificamente como a FAP se apresenta como uma proposta que ajuda a contornar os limites do setting terapêutico.

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **Terapia analítico comportamental, Relação terapêutica, FAP**

Área da Psicologia: **CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade**



A RELAÇÃO TERAPÊUTICA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE E INTERVENÇÃO NA CLÍNICA ANALÍTICO COMPORTAMENTAL: EXEMPLOS CLÍNICOS. *Cassia Roberta da Cunha Thomaz. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – Curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).*

A prática clínica de analistas do comportamento no setting clínico tradicional se dá via uma relação verbal entre terapeuta e cliente, na qual o comportamento de um altera o comportamento do outro. De modo geral, o terapeuta objetiva diminuir o sofrimento clínico, que considera resultante das relações estabelecidas entre o cliente e o mundo, no ambiente natural, ao longo de sua história. O terapeuta, portanto, tem acesso a tais relações principalmente de modo indireto, via relatos verbais, e dessa mesma forma intervém. No entanto, há uma relação passível de observação direta nesse processo: a relação do cliente com o terapeuta. Kohlenberg e Tsai (1991) propuseram a Psicoterapia Analítico Funcional (FAP) como forma de intervenção direta sobre a relação terapêutica e destacaram a importância de evocar, analisar e intervir nos comportamentos clinicamente relevantes (CCR's), supondo que a forma como o cliente se relaciona com o mundo é funcionalmente semelhante à que se relaciona com o terapeuta. Quando isso ocorre, o terapeuta pode afetar diretamente o que ocorre na sessão e então programar a generalização para outros ambientes. Nessa mesa, objetiva-se apresentar trechos de casos clínicos nos quais foi importante fazer uso da relação do cliente com o terapeuta para manejar comportamentos responsáveis por sofrimento clínico e discutir tais intervenções como possibilidade de prática do terapeuta analítico comportamental.

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **Relação Terapêutica, FAP, Terapia analítico comportamental**

Área da Psicologia: **CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade**



A RELAÇÃO TERAPÊUTICA SOB A PERSPECTIVA DA PSICANÁLISE.
Winnicottiana Fernando Genaro Junior. Instituto de Ciências Humanas - Curso de Psicologia (Clínica-Escola) da Universidade Paulista.

Nessa mesa, abordarei a relação terapêutica a partir da minha prática clínica privada e da atividade desenvolvida na universidade em supervisão de estágio em psicoterapia psicanalítica para acadêmicos do quinto ano do curso de Psicologia. Assim, apresento e discuto a relação terapêutica sob a perspectiva da Psicanálise de D. W. Winnicott (1896-1971) e das contribuições clínicas de Safra (1999; 2004; 2007) ao campo. Logo, discuto como as relações humanas podem favorecer “cura” e/ou superação de entraves de uma pessoa ao longo de um tratamento psicológico. Para tanto, apresento brevemente a visão tradicional da Psicanálise sobre o fenômeno transferencial como aspecto técnico, para então caminhar em direção a uma clínica que considera tal fenômeno assentado no registro ético. Sendo esse último, acontecimento intersubjetivo, sustentado pela esperança, confiança, intimidade e solidariedade pela dupla, clínico e paciente, na busca por superações, elaborações, mudanças; em outras palavras, por respostas terapêuticas. Ao final, teço considerações sobre a importância da relação terapêutica como motor fundamental no processo clínico psicológico, em especial ao campo psicoterápico considerando seus desdobramentos saudáveis, bem como os seus possíveis impasses. Finalizando, apresento a relação terapêutica não como um conceito abstrato e engessado tecnicamente, mas destaco os seus aspectos humanos, intersubjetivos e éticos envolvidos quando duas pessoas se encontram na situação clínica. Nesse contexto, temas como experiência de mutualidade em Winnicott, e Ethos em Safra são continuamente articulados ao longo de toda apresentação.

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **Relação Terapêutica, Winnicott, Ética.**

Área da Psicologia: **CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade**



PERCURSOS, DISCURSOS E MEMÓRIAS DE DESINTERNADOS/ABRIGADOS NO HOSPITAL DE CUSTÓDIA HEITOR CARRILHO. *Diana de Souza Pinto (Programa de Pós-Graduação em Memória Social), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.*

O manicômio judiciário Heitor Carrilho é hoje fundamentalmente um local de abrigo, cumprindo uma função social considerada desafiadora para alguns e discutível para outros. Aqueles que acreditam ser o campo da Saúde Mental um campo multidisciplinar de forças para o qual concorrem múltiplos saberes, práticas e linguagens apostam no seu fechamento e constroem a memória da instituição considerando-a como um local de resistência face aos entraves institucionais resultantes da implementação efetiva da política antimanicomial e à ausência de dispositivos alternativos para acolher a população que ali se encontra atualmente abrigada. A proposta deste trabalho consiste em discutir o espaço de um hospital de custódia e tratamento, em seu momento atual, rumo ao desabrigo integral, não mais como território híbrido constituído pelas funções precípuas de custodiar e tratar, mas como um território de memórias que agencia processos singulares e rizomáticos visando ao acompanhamento atento das diferentes vidas que se engendraram naquela instituição, algumas por mais de duas décadas. No embate com questões e impedimentos dos mais diversos, tais como a falta de documentos, a ausência de familiares ou amigos e vizinhos, potenciais agentes acolhedores de ex-pacientes, e ainda, por vezes, a insistência do setor de perícia em sublinhar o subjetivo critério de periculosidade para manter alguns indivíduos aprisionados à lógica da exclusiva medicalização, examinaremos alguns exemplos nos quais os atores envolvidos (as equipes multidisciplinares de profissionais, os pacientes abrigados) procura(ram) estratégias de resistência, ou mesmo dobras, no lento processo de busca por um espaço outro para cada uma das trajetórias singulares que lá foram construídas. Apesar da ausência de um plano instituído sob a forma de políticas de públicas, foram construídas tentativas, das quais algumas se tornaram efetivas possibilidades de inserção social para aqueles que outrora foram considerados louco-criminosos, e que hoje devem ter garantidos seus direitos constitucionais de ir e vir, de livre expressão de suas ideias. A partir de parcerias calcadas na solidariedade entre profissionais trabalhadores de serviços de saúde mental tanto no estado quanto na cidade do Rio de Janeiro, entre outros setores, provocaram-se movimentos, criaram-se planos provisórios de ação almejando o efetivo exercício de cidadania de abrigados. A busca por documentos, por um local de moradia, pela família ou conhecidos e vizinhos corporifica(ram) o encontro clínico que deu sustentação, para muitos, ao paradoxo de ser, ao mesmo tempo um ser livre, com sua dívida com a sociedade já paga, e permanecer em uma instituição total. E em vários desses percursos, traçados em conjunto com os abrigados, os caminhos encontrados seguiram os desejos e as flutuações dos mesmos, a exemplo do que ocorreu com Mateusinho, um ex-abrigado do referido hospital, acolhido na comunidade do Pavão-Pavãozinho no Rio de Janeiro onde morreu com uma “bala perdida” em abril deste ano por ocasião da morte do dançarino DG noticiada incessantemente por vários meios de



comunicação na semana do ocorrido. Essa trajetória icônica da bruta vulnerabilidade a que esses seres humanos estão sujeitos ilustra de forma pujante as variadas formas de segregação que diariamente atravessam as vidas de abrigados com quem o estado aparentemente não tem compromissos. A análise a ser empreendida neste estudo visa ao exame das formas discursivas empregadas por alguns dos grandes jornais do país em suas versões *on line* relativas a esse episódio. No contraste com o modo de discursivização do “assassinato” do bailarino de um programa da Rede Globo de Televisão, que ganhou extensa cobertura por vários dias, Mateusinho, quando aparece, é apresentado brevemente como o “outro homem”, “um deficiente mental”. Constata-se, assim, que vivemos em uma sociedade em que vidas humanas são diferenciadas e hierarquizadas segundo o critério de visibilidade e de produtividade. Ao construir a memória dessa instituição, tratamos do passado e do futuro da mesma e daqueles que ali permaneceram e permanecem. Ao reconhecer aquele espaço como pluralidade dos modos de subjetivar-se, investe-se em construções móveis, em arquiteturas e lógicas ainda não consolidadas, acreditando-se nas pulsações dos sujeitos envolvidos, nos acertos e desacertos dos processos conjuntamente ensejados. Esta população, indiscutivelmente mais estigmatizada e segregada, ilustrada aqui pelo caso supra citado, necessita, portanto, de ações que garantam seu exercício de direitos básicos, a exemplo de moradia, sob pena de ser silenciada, de tornar-se apenas referentes periféricos de narrativas cujos protagonistas performatizam as qualidades preconizadas por uma sociedade desigual, civilizada e racionalizada. A luz desse cenário, pergunta-se: quais as práticas possíveis, do ponto de vista dos que atuam a favor da desintitucionalização, no campo da Saúde Mental no atual cenário?

Apoio Financeiro: CNPq

Palavras-chave: Discursos, abrigo, manicômios.

Nível do trabalho: P

Código de área: SMENTAL



DA CULTURA DO APRISIONAMENTO À CULTURA DO CUIDADO. *Ana Luiza Gonçalves dos Santos*, (Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Departamento de Psicologia), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Universidade Estácio de Sá, RJ. *Tania Maria Dahmer Pereira*, (Escola de Serviço Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

O trabalho objetiva a discussão da macropolítica da Saúde Mental no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro e seus efeitos práticos. Focaliza-se a experiência de racionalização dos Hospitais de Custódia Psiquiátrica da Secretaria de Assuntos Penitenciários e a extinção de um deles, o Heitor Carrilho, o primeiro manicômio judiciário do Brasil. Na conjuntura sócio-histórica brasileira, o Relatório da Conferência de Caracas (2005) aponta os “manicômios judiciários” como um desafio à Reforma Psiquiátrica, iniciada no final dos anos 70, pelos trabalhadores de Saúde Mental no Brasil. Os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) não acompanharam a política de redução programada de leitos da Reforma Psiquiátrica, por não pertencerem ao Sistema Único de Saúde, mas a Justiça Criminal, dando continuidade a longa permanência institucional e a perpétua renovação da medida de segurança. Dentro desse cenário, estas instituições jurídico-penais reproduziram uma lógica duplamente excludente e violenta para o tratamento do portador de transtorno mental em conflito com a lei. No Brasil, há registro de dois movimentos de mudança nesse cenário. No ano de 2002, estabeleceu-se uma reorientação para os HCTPs discutida e instaurada pelo Ministério da Saúde, contudo, ainda com poucas respostas no país. Somente em 2011, publicou-se um parecer direcionado às medidas de segurança e aos HCTPs sob a perspectiva da lei n.10.216/2001 que colocou na pauta das discussões os conceitos fundamentais da política de internação compulsória de loucos-infratores: a inimputabilidade, a medida de segurança, a periculosidade. Para contribuir na reflexão do tema, o estudo de caso discutirá o processo de extinção do Heitor Carrilho, a sua transformação no Instituto de Perícia Heitor Carrilho e a progressiva desativação do Anexo com os desinternados-abrigados reinseridos na família, nos serviços residenciais terapêuticos e outros dispositivos de acolhimento. A questão evidenciada durante todo o processo de transição foi a centralização do trabalho na inclusão no espaço excludente de uma Instituição Total Judiciária de loucoscriminosos. Pode-se afirmar que o Heitor Carrilho sofreu um processo de abertura progressiva, de forma a ampliar os espaços de cuidados dentro da custódia, até a sua pretensão de extinção institucional. Diversas mudanças internas e de infraestrutura se fizeram necessárias, no sentido de minorar os efeitos do aprisionamento para os desinternados e desconstruir os “manicômios mentais” (PERBALT,1993) dos funcionários da segurança. Será discutida a metodologia da desinstitucionalização construída por meio das práticas instauradas a cada desafio encontrado no novo objetivo institucional, a reinserção psicossocial, desde a reconstrução da história e da territorialidade dos desinternados à recuperação do estado da cidadania plena, através de documentação e aquisição dos benefícios. Também será debatida a inserção aos serviços de saúde territoriais (CAPS) e a criação



de protocolo de gerenciamento de fluxos do cumprimento de medida de segurança para evitar a longa permanência institucional.

Palavras-chave: Saúde mental, Medida de segurança, Sistema penitenciário.

Nível do trabalho: P

Código de área: SMENTAL



A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DO LOUCOCRIMINOSO NO HOSPITAL HEITOR CARRILHO. *Francisco Ramos de Farias (Programa de Pós-Graduação em Memória Social), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.*

O Hospital Heitor Carrilho, como as instituições manicomiais judiciárias, exerce uma dupla segregação. Inspirado nos moldes europeus, foi criado, na segunda década do século XX, no Brasil, precisamente no Rio de Janeiro, o primeiro manicômio judicial da América Latina, denominado Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, ao lado da Casa de Correção da Corte, para onde se transferiu a Seção Lombroso, dirigida pelo médico alienista Heitor Carrilho, do Hospício Nacional de Alienados. Essa transferência de lugar deveu-se a uma série de fatos interligados: o assassinato praticado por Custódio Alves Serrão em seu tutor, o comendador Belarmino Brasiliense Pessoa de Melo, o assassinato, por Mario Coelho, taquígrafo do Senado e funcionário da estação Leopoldina, de Clarice Laje Índio do Brasil, e a rebelião na Seção Lombroso em que os internados atearam fogo em mobiliários e em parte do prédio. Esses fatos serviram de alerta e mobilizaram as autoridades da época que, prontamente, se empenharam na construção de uma instituição para abrigar os loucoscriminosos que, em 1986, passou a ser denominada de Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho. Diferentemente das instituições para doentes mentais nas quais a internação era decorrente de um parecer médico e das instituições de custódia em que a reclusão decorre de uma sentença judicial, os manicômios judiciais abrigam aqueles que estão sob o regime de uma medida de segurança que determina a custódia para tratamento de distúrbios mentais evidenciados nos laudos periciais produzidos a partir do saber médico. No atual momento em que as diretrizes voltadas à saúde mental advogam a favor da desinstitucionalização, deparamo-nos com um espaço de características singulares que abrigam aqueles que, após cometerem um crime, são considerados inimputáveis a partir de pareceres do saber médico que atestam indícios de insanidade mental. Em princípio, nos indagamos: qual o destino de uma instituição dessa natureza e qual tratamento será dado àqueles que nela estão reclusos para o cumprimento de uma medida de segurança? Certamente o motivo principal de reclusão nessas instituições é considerado em função do fundamento da periculosidade que justifica a punição pela custódia para tratamento no sentido de evitar as ações que o sujeito poderá vir a fazer. Enveredamos por uma trilha para compreender a categoria louco-crímicos a partir de sua experiência na prática de um crime e no convívio em uma instituição dessa natureza, considerando os documentos existentes e o material produzido pela percepção dos internados e da equipe gestora acerca da instituição; do sujeito determinado pelo saber psiquiátrico como louco-crímicos e do crime motivado por um estado de loucura. Enfim, na consecução dessa pesquisa construíram-se novas perspectivas teóricas considerando a abordagem interdisciplinar, no sentido de uma análise crítica sobre a dinâmica da instituição híbrida de custódia e tratamento. Assim, consolidamos um processo de reflexão epistemológica que concretiza a necessidade de construção de um quadro conceitual e metodológico, considerando a abordagem multidisciplinar que



envolve nuances de um mesmo fenômeno tratado em realidades circunstâncias distintas: a produção social da categoria louco-criminoso; a criação dos manicômios judiciários; a transformação de funcionamento do Hospital Heitor Carrilho, nos dois últimos anos, em razão das consequências da lei da reforma psiquiátrica. A execução do projeto teve como suporte uma metodologia através da qual o internado e os agentes administrativos produziam narrativas sobre as condições de ocorrência do crime e sobre o que entendiam acerca dos loucos-criminosos. Considerando que criminalidade e loucura são modos de vivência inerentes à condição humana, lançamos um olhar às filigranas que podem ser reunidas em termos da construção de uma memória sobre a peculiaridade de uma instituição dessa natureza e sobre a especificidade daqueles que, nela, são reclusos pela determinação legal. Várias construções decorreram desse empreendimento que se realizou a partir de trocas acadêmicas em regime de diálogo entre a universidade e um hospital de custódia e tratamento. Disso então foi possível problematizar determinadas articulações decorrentes da utilização de distintas estratégias de adentramento no universo do crime motivado por um estado de loucura. Tanto foi possível interrogar as concepções de instituições híbridas destinadas à segregação de loucos-criminosos, quanto realizar um aprofundamento dos conceitos de memória social e memória institucional. Ainda tecemos considerações sobre as interposições de relações que atravessam a instituição em razão da confluência dos saberes jurídico/clínico que refletem diretamente no registro das ações do louco-criminoso nos âmbitos das práticas jurídicas e psiquiátricas e periciais. Todo esse cenário é confrontado com a função que, atualmente, exerce o Hospital Heitor Carrilho: desinternação e abrigo de desinternados em condições especiais por falta de acolhimento de familiares ou de instituições que possam acompanhá-los no seu tratamento. Enfim, entabulamos o debate sobre as implicações do pesquisador na relação entre narrador e estória narrada pelos participantes, a partir do paradigma para o estudo das narrativas adotado nesta pesquisa. Ressalte-se, ainda, a vocação interdisciplinar na abordagem das questões da interface entre a criminologia e a psicologia clínica bem como a atuação profissional e acadêmica nas áreas de prática jurídica. Cabe destacar o impasse com que nos defrontamos quando focalizamos uma instituição de custódia e tratamento, particularmente em um cenário de políticas públicas que preconizam a desinstitucionalização, atendendo à Lei 10.216, considerando os diferentes movimentos relativos à desospitalização dos sujeitos com perturbações mentais e o processo de desinternação do louco-criminoso determinado pela medida de segurança. Assim, guiados por esse pressuposto, retratamos o Hospital Heitor Carrilho em consequência de significativas mudanças em seu funcionamento: espaço destinado a desinternação, transferência do setor de perícia, o que representou uma mudança em sua população por não contar mais com detentos acautelados e a construção de casas para abrigos de desinternados que não dispõem de condições sociais adequadas ao convívio social em seu meio. No ano de 2013, a instituição hospitalar fecha suas portas por decreto governamental, transformando-se em Instituto de Perícias Criminais Heitor Carrilho. Mas, apesar dessa mudança, ainda subsistem abrigados para serem encaminhados a outros espaços institucionais, no sentido de se beneficiarem dos diversos serviços de saúde mental.



Apoio Financeiro: CNPq

Palavras-chave: desinstitucionalização, loucocriminoso, memória

Nível do trabalho: P

Código de área: SMENTAL



O BEBÊ CEGO E SUA MÃE: DESAFIOS À INCLUSÃO DE BEBÊS. *Maria Stella C. de Alcântara Gil (Departamento de Psicologia – Laboratório de Interação Social - UFSCAR- São Carlos - SP)*

Bebês sobrevivem apenas se tiverem diuturnamente o cuidado daqueles que são responsáveis pelas condições básicas de sobrevivência. A literatura que destaca o desenvolvimento inicial das crianças converge na afirmação de que as rápidas mudanças desenvolvimentais da primeira infância estão vinculadas às condições oferecidas pela família, pela creche e pelas demais instituições. Sem considerar as condições socioeconômicas do entorno do bebê, as interações dele com a mãe (ou aquela/ responsável pelo cuidado e convivência com ele) constituem a condição objetiva das oportunidades de desenvolvimento que lhe são oferecidas. As mesmas afirmações são cabíveis quando se trata do bebê cego ou com baixa visão: a sobrevivência também é garantida pelos cuidados recebidos dos mais velhos. A diferença entre as duas situações – do bebê cego e do bebê vidente, reside na discrepância das experiências objetivas vividas na interação entre um bebê cego e seus cuidadores que enxergam. Os filtros sensoriais de um e dos outros diferem e, portanto, cada parceiro da interação é regulado pelos parâmetros de um mundo organizado predominantemente para o acesso sensorial visual que falta a um deles. A particularidade da interação entre o bebê cego e sua mãe vidente sugere muitas questões; por exemplo: o que a mãe de um bebê cego sabe sobre o “não ver” do seu bebê? Funcionalmente, qual o significado particular do “não ver” do seu filho? O que esta mãe pode conjecturar sobre as condições necessárias para o bebê cego se desenvolver? E no cotidiano, qual é e como se dá a mediação que ela oferece ao seu bebê cego? Estas são algumas das muitas perguntas cujas respostas são inexistentes ou são parciais na literatura sobre o desenvolvimento do bebê cego e sobre as condições que lhe são oferecidas nas interações com sua mãe (ou cuidador). Uma revisão bibliográfica no período das duas últimas décadas sobre o que é oferecido aos pais de crianças com deficiência visual recolhe, predominantemente, prescrições que resultam mais do relato de experiências do que da produção de pesquisa. Quando este levantamento restringe a faixa etária de desenvolvimento destacando os bebês– crianças entre zero e 36 meses de idade, há uma redução importante no volume de publicações, e esta diminui ainda mais quando se trata da proporção de prescrições/investigação. É a luz das poucas pesquisas empíricas sobre as possibilidades de desenvolvimento de dos bebês cegos, em interação com suas mães, que as propostas de inclusão serão debatidas. As possibilidades da pesquisa para caracterizar as interações entre o bebê cego e sua mãe, na perspectiva dos ganhos desenvolvimentais do bebê, foram identificadas na literatura prescritiva da “boa prática” materna em relação ao bebê cego. A superproteção, a crença na incapacidade do bebê com deficiência visual e o desconhecimento de práticas inclusivas por parte da mãe podem ser fatores limitantes do desenvolvimento de habilidades imprescindíveis para que ele possa interagir efetivamente com o mundo.

Apoio financeiro/Bolsa: **INCT-ECCE**

Nível do trabalho: **Pós-Doutorado - PD**

Palavras-chave: **cegueira e baixa visão, estimulação precoce, interação mãe-bebê**

A ESCOLARIZAÇÃO DA CRIANÇA CEGA: DESAFIOS ÀS PRÁTICAS INCLUSIVAS. *Maria Luiza Pontes de França-Freitas (Faculdade Estácio de Sergipe – Aracaju - SE)*

Criar condições para promover o desenvolvimento conjunto da criança cega e de seus pares na Educação Infantil é um desafio crucial para estabelecer e avaliar as práticas inclusivas. O desafio para os educadores parece ainda maior em relação ao incremento de estratégias que propiciem experiências positivas de aprendizagem para todos os alunos. São eles que criam ou restringem as oportunidades de interação da criança com seus pares e com outros adultos da instituição de modo a integrar, em um movimento bidirecional, a criança cega e seus colegas. O objetivo geral deste estudo foi planejar, implantar e avaliar procedimentos de promoção do repertório de interação social de uma criança cega com seus colegas videntes e incrementar o repertório motor como condição para a ampliação do primeiro. Participaram do estudo um menino cego, de cinco anos de idade, com atraso no desenvolvimento, seus colegas, a professora e a recreacionista responsáveis pela sala, em uma creche. Os procedimentos foram realizados e registrados/videogravados durante três meses. Foram implementados visando produzir uma rede de suporte tanto para as crianças como para a professora e para a recreacionista. Os procedimentos priorizaram atividades lúdicas, tanto programadas para a criança cega como para promover interações entre ela, seus colegas e educadores. Foram propostas diferentes atividades à criança cega e foram solicitadas ações específicas dos adultos em relação à inserção da criança cega em: interações entre colegas e atividades na sala e na creche da criança. Ao mesmo tempo, a experimentadora forneceu modelos de interação, propôs e participou de atividades lúdicas e de atividades “acadêmicas” e participou da organização da rotina da classe na escola. Além destes procedimentos, a pesquisadora demonstrava interesse pelo sucesso das atividades realizadas e pelo progresso da criança cega. A avaliação da intervenção considerou as iniciativas de interação da criança cega e dos seus colegas bem como a participação da professora e da recreacionista. A avaliação do desenvolvimento motor da criança cega empregou os registros das atividades da criança e os dados do Inventário Portage Operacionalizado (adaptado), antes e depois da intervenção. Antes da intervenção a criança cega não permitia que outras crianças a tocassem e ao final da intervenção ela interagia com colegas apresentando comportamentos considerados complexos para o seu repertório de desenvolvimento, como abraçar outras crianças e permitir que um colega o guiasse. A criança diminuiu a manifestação de comportamentos estereotipados, passou a participar das atividades acadêmicas junto com outras crianças e explorar o ambiente. A criança cega deixou de permanecer todo o turno escolar deitada ou sentada em um tapete no meio da sala e teve novos movimentos incluídos em seu repertório motor bem como ampliou a noção de espaço, tão importante para a capacidade de se deslocar nas interações com outras crianças. As atividades de rotina acompanhadas de um programa de intervenção permitiram verificar modificações positivas no repertório da criança cega na direção sociabilidade com os colegas e da autonomia bem como nas condições oferecidas pelos adultos para todas as crianças dando objetividade às práticas escolares inclusivas.



Apoio financeiro/Bolsa: **CAPES**

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **cegueira e baixa visão, Educação Infantil, educadores**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**



CEGUEIRA E BAIXA VISÃO - DESAFIOS À INCLUSÃO SOCIAL. *Cecilia Guarnieri Batista (Departamento de Desenvolvimento Humano e Reabilitação – Faculdade de Ciências Médicas – Unicamp, Campinas, SP)*

A literatura especializada traz uma relação extensa de recursos a serem utilizados por pessoas cegas ou com baixa visão, de forma a reduzir ou eliminar as desvantagens decorrentes da deficiência. Entretanto, estudos de crianças e adolescentes com deficiência visual apontam para dificuldades no estabelecimento de relações sociais. Indicam, também, que as dificuldades de inclusão social tendem a se prolongar ao longo da vida adulta, com reflexos no autoconceito e na auto-estima. Tendo em vista essas questões, foi feito um estudo retrospectivo de casos de crianças e adolescentes atendidos em um serviço universitário, acompanhado de uma revisão de literatura, de forma a identificar problemas e sugerir soluções para os mesmos. Os problemas apontados incluíram: a) adesão ao uso de auxílios ópticos; b) uso de recursos para locomoção independente; c) dificuldade de participação em jogos e brincadeiras na escola; d) pouca convivência com parceiros fora da escola, pouca participação em atividades regulares da comunidade. Dentre as soluções para os respectivos problemas, as sugestões incluíram: a) trabalho de conscientização quanto ao papel dos auxílios ópticos, dirigido ao próprio aluno, aos professores e colegas de turma; b) adaptação dos espaços para locomoção segura; orientação às pessoas (adultos e parceiros) dos diferentes ambientes de convivência (escola, vizinhança, locais de lazer, entre outros) sobre o significado dos recursos para locomoção independente; c) oferta de materiais adaptados para atividade conjunta; incentivo de membros do corpo docente (professores da sala regular e de educação especial) para inclusão das crianças cegas e com baixa visão nos jogos e brincadeiras; d) conscientização das diferentes esferas de convivência (vizinhos, amigos, pais da escola) sobre a importância da participação da criança e adolescente com deficiência visual nas diferentes atividades de lazer e recreação típicas da comunidade. Considerou-se que os problemas e soluções apontados estão em consonância com uma concepção de deficiência que enfatiza as relações entre os aspectos orgânicos (alteração na visão) e ambientais (físicos, sociais e culturais). Sugerem que o trabalho a ser realizado está centrado na conscientização de pessoas, que leva à reorganização de ambientes físicos e sociais, de forma a promover a inclusão social.

Nível do trabalho: **Pós-Doutorado - PD**

Palavras-chave: **baixa visão e cegueira; desenvolvimento social; educação especial.**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**

A INFLUÊNCIA DOS ESQUEMAS INTERPESSOAIS DISFUNCIONAIS NA EXPERIÊNCIA DO STRESS. *Eliane Mary de Oliveira Falcone (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)*

O stress tem sido referido como uma manifestação que pode propiciar crescimento pessoal e elevação de autoestima, quando mobiliza o indivíduo para a solução efetiva de problemas. Entretanto, condições sociais negativas frequentes e/ou dificuldades de enfrentamento podem levar a problemas psicossociais tais como a depressão ou transtornos de ansiedade, assim como doenças crônicas. Nesse sentido, o stress tem sido amplamente estudado na psicologia da saúde e na psicologia clínica, onde se busca entender as variáveis relacionadas a essa manifestação. Estudos que avaliaram as condições nas quais o stress ocorre sugerem que tais condições, em cerca de setenta por cento dos casos, se dão no contexto interpessoal. Além disso, características individuais também exercem influência sobre a forma como uma experiência poderá levar ou não ao stress. Desse modo, interpretações distorcidas, expectativas irrealistas, dificuldades no enfrentamento e na solução de problemas, assim como deficiências em habilidades sociais constituem-se como fatores internos favorecedores do stress. Quando essas características estão relacionadas a padrões de pensamento e de emoções, estas são referidas como esquemas interpessoais. Esquemas são estruturas cognitivas que servem como base para classificar, categorizar e interpretar as experiências. Consistem de percepções, emoções e ações, bem como de significados que são atribuídos a estas. Funcionam como filtros através dos quais as pessoas ordenam, interpretam e predizem o mundo. Os esquemas interpessoais se desenvolvem de forma saudável e adaptativa quando o ambiente social é favorável às necessidades da criança, ou seja, quando os cuidadores são atenciosos, carinhosos e responsivos. Entretanto, eles se tornam disfuncionais quando essas relações são emocionalmente frias, imprevisíveis, hostis ou abusivas. Nessas condições, os indivíduos podem desenvolver problemas com a regulação do afeto através de um padrão interacional retraído e de um autocontrole exagerado ou insuficiente. Essas manifestações estão presentes em indivíduos com transtorno de personalidade (TP). Esses indivíduos constituem um desafio para os psicoterapeutas, uma vez que são resistentes ao processo psicoterápico, mal interpretam as intenções do terapeuta, são excessivamente dependentes, manipuladores ou abusivos. Tais padrões interacionais geram stress na relação terapêutica, bem como nas relações familiares, no trabalho, entre outros. Além disso, esses padrões são explicados pelos esquemas interpessoais disfuncionais, os quais guiam a percepção de forma a selecionar, processar e distorcer as informações para mantê-las congruentes com os esquemas. Em síntese, indivíduos com TP desejam o vínculo, mas pensam, sentem e agem de modo a impedi-lo, levando os outros a reagirem de forma complementar aos seus padrões (através de rejeição, hostilidade, abandono etc.), gerando stress na díade e perpetuando ciclos cognitivos interpessoais mal-adaptativos. Serão apresentados, nesse trabalho, os estilos cognitivos interpessoais disfuncionais em indivíduos com TP e como esses estilos provocam stress nas outras pessoas de seu convívio, gerando nestas reações complementares que mantêm o transtorno.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**



Palavras-chave: **Stress, Esquemas interpessoais, Transtornos de personalidade**
Área da Psicologia: **SOCIAL - Psicologia Social**



O STRESS NA PERSPECTIVA EVOLUCIONISTA. *Angela Donato Oliva*
(*Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ*)

As reações emocionais são fundamentais para a sobrevivência de nossa espécie e para a compreensão do funcionamento mental. A perspectiva evolucionista tem ajudado na compreensão de processos psicopatológicos e a etologia também tem contribuído para o estudo das bases biológicas dos comportamentos sociais das espécies que vivem em grupo. Sabe-se que as interações sociais são reguladas tanto por aspectos cognitivos quanto emocionais. Os mecanismos de processamento de informação permitem a produção, absorção e modificação de significados, ideias e crenças; estas por sua vez, alteram o comportamento e influenciam aspectos de organização cerebral. Essas questões têm sido estudadas de maneira cada vez mais interdisciplinar trazendo implicações em atuações terapêuticas nas áreas clínicas e de saúde. Mostra-se fundamental incluir a dimensão sociocultural e mecanismos da emoção na compreensão dos processos mentais. As pessoas avaliam que uma situação é ameaçadora ou segura com base em sistemas adaptativos (que envolvem circuitos emocionais e cognitivos) e que evoluíram ao longo do tempo. Quando se destaca o papel adaptativo, considera-se que o stress é um fator associado a diversas mudanças do funcionamento do organismo voltadas para proteção e sobrevivência. Essas modificações incluem alterações físicas (endócrinas, como aumento do cortisol), cognitivas, emocionais e comportamentais. Sabe-se que o contexto social no qual vivem os indivíduos pode ser fator de stress, em virtude de pressões originadas por dinâmicas do estabelecimento de hierarquias, status, desempenho, etc. Considerando que ambientes sociais contemporâneos são bastante diferentes daqueles em que viveram os nossos ancestrais (nos quais parte do tempo era dedicada à dimensão social e que mesmo com competições, existia um tipo de suporte social para os indivíduos inseridos nos grupos), faz sentido analisar as consequências para os indivíduos atualmente. A vida moderna exige que as pessoas dediquem horas de trabalho em ambientes que nem sempre propiciam trocas sociais saudáveis. Tal tipo de organização interfere de maneira importante em relações sociais e no tempo de lazer, favorecendo um tipo de stress crônico, não adaptativo. Estudos indicam aumento de doenças e estados emocionais, cognitivos (e também comportamentais) negativos naqueles que não dispõem de boas redes de apoio social. Diferenças individuais, relacionadas a traços de personalidade, parecem funcionar como protetores, evitando quadros de stress. Estratégias cognitivas e comportamentais parecem que podem ser treinadas favorecendo a adaptação ao ambiente contemporâneo.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Psicologia evolucionista, stress, interações sociais**

Área da Psicologia: **SOCIAL - Psicologia Social**

O STRESS NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA DA SAÚDE. *Lucia Emmanoel Novaes Malagris (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)*

O stress vem sendo cada vez mais valorizado como um dos fatores facilitadores para o desenvolvimento de uma variedade de transtornos, tanto psicológicos quanto físicos, o que demanda estudos que busquem maior compreensão dessa relação. No que se refere às doenças físicas, especialmente as crônicas não transmissíveis (DCNT), como por exemplo, as doenças cardiovasculares (DCV), vêm sendo associadas ao stress. Tal relação tem sido vista de diversas formas, pois o stress excessivo pode estar na base de alguns comportamentos de risco para o desenvolvimento da doença e, ao mesmo tempo, pode contribuir com sobrecarga de certos órgãos em função de alterações fisiológicas características. Outro aspecto a considerar nessa relação é o que decorre da presença da doença na vida do indivíduo. Uma doença crônica demanda uma série de mudanças tanto no sentido de inclusão como exclusão de comportamentos, ou seja, a pessoa acometida por uma doença crônica necessita incluir na sua vida uma série de comportamentos que antes não possuía em seu repertório e, ao contrário, deixar de ter hábitos, muitas vezes, há tempos adquiridos. Tais mudanças podem gerar stress crônico e contribuir para conseqüente dificuldade de controle ou agravamento da doença. Considerando mais especificamente as DCV que se configuram como causa número um de morte no mundo, observa-se que estão associadas a uma série de limitações para a qualidade de vida e, conseqüentemente, à presença do stress crônico. Estudos indicam que o stress também pode ser um dos fatores causais, estando relacionado, muitas vezes, a estratégias ineficazes que são utilizadas pelo paciente e que podem contribuir para o desenvolvimento das DCV. Estratégias como hábitos alimentares pouco saudáveis, sedentarismo, uso de álcool em excesso e tabagismo, costumam ser utilizadas como formas desadaptativas para o controle do stress. Tais estratégias podem contribuir para a manutenção de importantes fatores de risco para as DCV como aumento do colesterol, da glicemia, da pressão arterial, da taxa de triglicérides, redução do colesterol bom (HDL), assim como obesidade abdominal. Logo, observa-se a importante influência do stress, de modo direto e indireto, como possível fator causal para DCV, mas também como fator de manutenção e agravamento da doença. Deste modo, o manejo do stress pode ser de grande utilidade tanto na prevenção como no tratamento não medicamentoso das DCV a ser somado ao tratamento médico. A terapia cognitivo-comportamental apresenta importante atuação nesse sentido por meio de estratégias que contribuem para o desenvolvimento de um estilo de vida saudável.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Stress, Saúde, Doenças Cardiovasculares**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**

ADERÊNCIA TERAPÊUTICA EM DOENÇAS CRÔNICAS. João Carlos Alchieri
(Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Aspectos psicológicos como motivação, crenças e cognições, estilos de personalidade, estratégias de enfrentamento, contribuem para tomada de decisões do paciente acerca de sua saúde. Estes são elementos mediadores do indivíduo com o meio, com as políticas públicas de saúde, campanhas educativas, relacionamento com a equipe de saúde e com a própria família. Estes aspectos ajudam a completar o quadro de relações do indivíduo com a saúde, dando um contexto amplo e concreto onde deve ser inserido o conjunto formado pela personalidade e a saúde. Os modos como o paciente lida com a enfermidade, o regime terapêutico e as necessidades de mudanças em seus hábitos de vida representam um papel importante para o curso dessa enfermidade, evolução do tratamento e repercussões para a qualidade de vida. Variáveis determinantes do grau de aderência do paciente ao tratamento são apontadas em quatro aspectos principais: a relação profissional de saúde e paciente, o regime terapêutico, as características da enfermidade e aspectos psicossociais do paciente. Uma revisão sistemática da literatura científica vem confirmar fatores determinantes da aderência destacados pela Organização Mundial de Saúde. A noção da aderência terapêutica deve ser compreendida como um fenômeno complexo e multideterminado, exibindo diversas dimensões a serem abordadas, e inclui: interação profissional de saúde e paciente; características do regime terapêutico; natureza da enfermidade; aspectos psicossociais. Dentre os aspectos psicossociais mais importantes destacam-se as crenças e atitudes do paciente acerca de sua saúde e enfermidade, atribuições e lócus de controle, a autoeficácia percebida pelo paciente e o apoio social. Em meio a esses aspectos ressalta-se o apoio social e familiar ao considerar-se que outras pessoas significativas ao paciente podem contribuir para a execução das prescrições, ajudando no seguimento do regime terapêutico, incentivando e orientando as mudanças comportamentais esperadas. Apresentam-se resultados de quatro investigações sobre os aspectos de aderência a tratamento de Síndrome Metabólica, Obesidade, Cirurgias Bariátricas e Comportamento em Saúde, desenvolvidos no grupo de pesquisa, onde indicadores comportamentais, de personalidade e marcadores clínicos caracterizam os diversos níveis de aderência terapêutica dos pacientes.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq Bolsa de Produtividade CNPq Edital Universal 2013**

Nível do trabalho: **Pós-Doutorado - PD**

Palavras-chave: **Adesão ao tratamento, doenças crônicas, aspectos do comportamento em saúde**

Área da Psicologia: **AVAL - Avaliação Psicológica**

CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS DO PACIENTE SUBMETIDO A GASTROPLASTIA. *Clarissa Nesi Venzon** (Centro Universitário UNIFACEX – RN) e João Carlos Alchieri (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)*

A incidência de obesos vem aumentando ano a ano, o que justifica o fato de a obesidade ser considerada uma doença epidêmica e um problema de saúde pública pela Organização Mundial de Saúde, OMS. O tratamento tradicional da obesidade (dieta hipocalórica e exercícios físicos) apresenta piores resultados de perda de peso em obesos graves se comparado com os resultados alcançados pela cirurgia bariátrica. Além das comorbidades físicas, é comum haver comorbidades com Transtornos Mentais, incluindo a Depressão, e de conduta alimentares como a Compulsão Alimentar Periódica (CAP). Este é um estudo comparativo entre obesos que obtiveram a perda de peso estimada e a mantiveram pelo período de pelo menos 24 meses pós-cirúrgico, e àqueles com aumento de peso no mesmo período. O objetivo desta pesquisa é avaliar possíveis diferenças entre os dois grupos em relação: (1) à presença de psicopatologias da personalidade; (2) transtornos clínicos e de comportamento alimentar; (3) relação positiva entre a presença de CAP e os resultados cirúrgicos; (4) análise de relação significativa entre o tipo acompanhamento pós-operatório e a perda de peso. Participaram 40 adultos (homens e mulheres), submetidos à cirurgia bariátrica há mais de 24 meses, na cidade de Natal-RN. Vinte sujeitos apresentaram reganho de mais de 50% da perda ponderal estimada e os demais atingiram e mantiveram o peso esperado. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRN. Foi utilizado um protocolo de pesquisa composto por questionário e 3 instrumentos psicológicos: O método de Rorschach, – Sistema Compreensivo; Inventário de Personalidade de Millon (MCMI-III); e Escala de Compulsão Alimentar Periódica. Através do método de Rorschach foram evidenciadas diferenças significativas entre os dois grupos relacionados aos tipos vivenciais (EB), maior presença de EB Extratensivo no Grupo de Ganho e Intratensivo no Grupo de Perda. Ainda em relação ao Rorschach a amostra apresentou tendência global a experienciar sofrimento psíquico, autopercepção denegrada, autocrítica excessiva, distorções perceptivas, vulnerabilidade a desenvolver transtornos afetivos e elevação da pontuação na Constelação de Suicídio. O MCMI-III indicou maior incidência de transtornos clínicos e de personalidade no Grupo de Ganho. Os resultados da ECAP indicaram diferença significativa, com elevação de CAP no Grupo de Ganho. Em relação aos acompanhamentos foi encontrada diferença significativa no quesito atividade física com mediana elevada no Grupo de Perda. Os grupos ainda se diferenciaram em relação ao peso inicial e tempo pós-cirúrgico, indicando que quanto maior o peso inicial e tempo percorrido, maior o aumento de peso pós-cirúrgico. Os resultados ainda revelam que os participantes com mais de 3 anos de tempo pós-cirúrgico, apresentam elevação na presença de Transtorno Depressivo Maior; Transtorno Somatoforme; Distímia. Tais resultados corroboram conclusões de estudos sobre a relação entre CAP pós-cirúrgico e novo ganho de peso, como também acerca de maior incidência de transtornos clínicos na população obesa grave. Conclui-se que o processo cirúrgico é apenas uma faceta do tratamento da obesidade grave, e que o acompanhamento pós-cirúrgico deve receber maior atenção e ocorrer em longo prazo



para a manutenção não só dos resultados cirúrgicos, como da melhoria da qualidade de vida dos pacientes bariátricos.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq**

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **Bypass Gástrico; Avaliação psicológica; Rorschach; MCMI-III; Obesidade Mórbida; Compulsão Alimentar Periódica.**

Área da Psicologia: **AVAL - Avaliação Psicológica**

EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO MILLON BEHAVIORAL MEDICINE DIAGNOSTIC (MBMD) EM CANDIDATOS À CIRURGIA BARIÁTRICA.
Marianna Carla Maia Dantas de Lucena (Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN e Professora da Faculdade Maurício de Nassau em Natal/RN)

O Millon Behavioral Medicine Diagnostic é um instrumento elaborado a partir do consenso entre profissionais de saúde, visando identificar fatores psicológicos que venham a comprometer tratamentos médicos para que sejam conduzidos de modo a viabilizar uma melhor adesão. Como tem sido um dos instrumentos mais utilizados para avaliação em cirurgia bariátrica em outros países, o objetivo desta pesquisa é verificar evidências de validade do Millon Behavioral Medicine Diagnostic (MBMD) para avaliação psicológica de candidatos a cirurgia bariátrica. Método: voluntários dos sexos masculino e feminino, com idades entre 18 a 70, agrupados em 150 pacientes internados para procedimentos cirúrgicos ou portadores de doenças crônicas (grupo controle) e 426 pacientes candidatos à cirurgia bariátrica, contatados presencialmente ou por intermédio de uma página na internet. Para os estudos também foram administrados no grupo presencial de bariátrica o Millon Index of Personality Styles (MIPS), o Millon Clinical Multiaxial Inventory-III (MCMI-III) e o Questionário de Saúde Geral de Goldberg, apenas nos pacientes de cirurgia bariátrica. Resultados: há indicadores de adaptação semântica do instrumento, com 27 fatores em seus cinco domínios, todos com índices satisfatórios de validade. Os indicadores de precisão se mostraram satisfatórios em 18 das 32 escalas que compõem o MBMD, ao passo que as relações com os outros três instrumentos apresentaram variações importantes se comparados aos indicadores originais. O MBMD se mostrou sensível às diferenças entre grupos quanto ao sexo, faixa etária, escolaridade, estado civil, Índice de Massa Corporal (IMC), presença de comorbidades e em portadores de doenças crônicas com e sem obesidade. O uso deste instrumento nas avaliações de candidatos à cirurgia bariátrica apresenta indicadores de validade tendo em vista as limitações quanto à precisão de determinadas escalas.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq**

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **Avaliação Psicológica, Cirurgia Bariátrica, Adesão ao Tratamento, Millon Behavioral Medicine Diagnostic**

Área da Psicologia: **AVAL - Avaliação Psicológica**

WALDEN II: UTOPIA OU TECNOLOGIA? *Camila Muchon de Melo*
(Departamento de Psicologia e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR).

Tradicionalmente as utopias são vistas como “ficções científicas”. Entretanto, B. F. Skinner sugeriu que sua obra *Walden Two*, considerada como um utopia comportamental, poderia prover algumas diretrizes para o planejamento de uma sociedade. *Walden Two*, como uma sociedade fictícia, seria entendida como um “experimento de comportamento” em que a aplicação da Ciência do Comportamento aos problemas sociais pode ser um exemplo de delineamento cultural. *Walden Two* apresenta descrições de procedimentos comportamentais e seus resultados, aplicados em uma cultura, ou seja, apresenta uma aplicação dos princípios emergidos do estudo científico do comportamento ao planejamento cultural. Skinner salientou que comunidades relativamente isoladas são encontradas nas nossas sociedades e podem ser outros locais interessantes para iniciarmos o planejamento cultural (e.g., hospitais psiquiátricos, colônias de férias e escolas). O autor defendeu que os problemas originados em tais “comunidades” não diferem muito dos de uma comunidade não planejada. Nesse contexto de investigação, o objetivo desta exposição é apresentar em que medida *Walden Two* apresenta uma tecnologia comportamental aplicada ao planejamento cultural (nos segmentos principais de cada subsistema daquela cultura), sua relação com a ciência comportamental de Skinner e de uma ética derivada da teoria comportamental desse autor. Utilizou-se o método de análise estrutural-conceitual de textos e o método epistemológico-hermenêutico em que textos de Skinner e textos auxiliares (de comentadores e de autores que influenciaram a sua obra) possibilitaram tal análise. As análises sugeriram que uma das características essenciais de todo o planejamento de *Walden II* é que essa sociedade, diferente das sociedades ocidentais atuais, eliminou todos os processos culturais cerimoniais e sustenta as contingências culturais por processos tecnológicos, como apontado, por exemplo, por Glenn. No caso das contingências mantidas por processos tecnológicos, os reforçadores sociais são utilizados apenas para mediar as relações entre o comportamento e seus efeitos práticos; o poder de todos os reforçadores está relacionado com sua utilidade, seu valor ou sua importância para aqueles que estão envolvidos nessas contingências. Já nas práticas culturais mantidas por contingências cerimoniais, o poder reforçador está no controle social do status, da posição ou da autoridade do agente reforçador, independente das mudanças ambientais que beneficiam, diretamente ou não, as pessoas que se comportam. Outro aspecto essencial da utopia skinneriana é que essa descreve uma comunidade imaginária, em que toda a tecnologia comportamental empregada para o planejamento e para a manutenção de práticas culturais possui como critério de julgamento explícito o valor de sobrevivência da cultura, ou ainda, o bem estar dos indivíduos em conjunto com a sobrevivência do grupo. Toda a tecnologia comportamental tem como meta o estabelecimento de comportamentos individuais e práticas culturais que produzam concomitantemente bens individuais e culturais. Tais conclusões apontam para a relação estreita e indissociável entre ciência, tecnologia e ética.



Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Utopia, tecnologia do comportamento, ética.**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

SERIA POSSÍVEL PLANEJAR UMA CULTURA SUBSTITUINDO CONTINGÊNCIAS CERIMONIAIS POR CONTINGÊNCIAS TECNOLÓGICAS? *Júlio C. de Rose (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)*

Glenn (1986) distinguiu entre contingências tecnológicas (nas quais o valor do reforçador depende de sua utilidade) e contingências cerimoniais, predominantemente aversivas, em que os reforçadores são sociais, baseados em posição social ou autoridade. Nesta apresentação tomaremos o kula, um sistema de trocas cerimoniais de um circuito de ilhas da Melanésia, descrito pelo antropólogo Malinowski, como exemplo de sistemas semelhantes existentes em diversas culturas. O kula consiste de trocas de braceletes por colares, entre parceiros que se relacionam por toda a vida. Quem recebe um bracelete retribui com um colar e vice-versa, mas não imediatamente; espera-se a retribuição em ocasião futura, com um objeto de valor equivalente, embora o valor nunca seja discutido ou contestado. Os objetos não têm utilidade e quem os recebe deve passar para um novo parceiro, após um certo tempo, segundo um complexo circuito que se estende por várias ilhas. O kula certamente não envolve contingências tecnológicas e poderia ser considerado um sistema de contingências cerimoniais, apesar de não se enquadrar perfeitamente na definição de Glenn. Sem nenhuma racionalidade e utilidade aparente e imediata, estas contingências cerimoniais parecem trazer inúmeros benefícios indiretos, possibilitando interações pacíficas entre comunidades que de outra forma poderiam ser hostis e fomentando trocas comerciais que suprem carências específicas das diferentes ilhas constituintes do circuito. Todos esses benefícios poderiam, em tese, ocorrer independentemente do kula, de modo que estas contingências poderiam ser consideradas dispensáveis e substituíveis por contingências tecnológicas de maior racionalidade. Porém, sistemas análogos de contingências cerimoniais parecem fazer parte da superestrutura de todas as culturas. Uma comunidade utópica onde contingências cerimoniais são substituídas por contingências tecnológicas planejadas é Walden II, que embora seja ficcional, serve como modelo para as propostas de planejamento cultural de Skinner e seguidores. Contudo, a ubiquidade de contingências cerimoniais tais como o kula sugere que, pelo menos em alguns contextos, elas poderiam ter uma função de, conforme o dizer de Marvin Harris (1974), “mobilizar ações humanas efetivas através da aceitação de credos ou doutrinas psicologicamente convincentes”. Harris fornece vários exemplos de contingências aparentemente irracionais que têm uma função indispensável na sobrevivência das culturas em que ocorrem (a proibição religiosa de consumo de carne de vaca entre os hindus é um exemplo bastante convincente). Sem um conhecimento destas contingências e de sua função nas interações entre os membros de uma cultura e da cultura com seu ambiente, o planejamento e implementação de uma cultura nos moldes de Walden II pode permanecer no plano utópico ou até ter resultados contrários ao esperado.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **planejamento cultural, contingências cerimoniais, contingências tecnológicas.**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**



O ASPECTO ECONÔMICO NAS UTOPIAS DE THOREAU E SKINNER. *Waldir Monteiro Sampaio; Paulo Roberto dos Santos Ferreira (Curso de Psicologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS)*

A proposta behaviorista radical de planejamento cultural tem sua origem com a publicação da utopia Walden Two. Nela, Skinner apresenta um modelo social baseado em princípios da ciência do comportamento. O autor defende uma alternativa viável ao modo de funcionamento tradicional de sociedade ocidental. Considerando que a proposta skinneriana apresenta novos modelos para aspectos fundamentais do funcionamento social, torna-se importante o diálogo dessa proposta com outras que discorram sobre o mesmo assunto, buscando construir uma discussão teórica que fomenta o debate sobre a origem filosófica e produtividade dessas idéias. Sendo a economia um dos principais temas discutidos em Walden Two e aspecto inexorável a qualquer discussão sobre paradigmas de organizações sociais, torna-se interessante discutir a proposta skinneriana de modelo econômico e o pensamento de Henry David Thoreau sobre o assunto. A análise conceitual das duas utopias permitiu identificar que: a) Thoreau e Skinner consideram que o trabalho não deve ser realizado para o acúmulo de bens e produção de capital, mas apenas para a produção do necessário para a sobrevivência do indivíduo e sua cultura, o que está em desacordo com as principais teorias econômicas que, por sua vez, atribuem ao trabalho um papel importante na produção dos lucros para a movimentação da economia. No Walden de Skinner o trabalho define-se como as atividades necessárias ao funcionamento da comunidade, particularmente por sistema de fichas ou créditos em que cada indivíduo não precisa trabalhar mais do que quatro horas diárias, possuindo tempo excedente para atividades de estudo e lazer. Esses aspectos da obra skinneriana atendem as críticas de Thoreau ao sistema capitalista e amplia a um modelo comunitário o que o autor havia exercido individualmente, contrapondo-se ao modo tradicional de vida ocidental; b) Como decorrência desse pensamento sobre o trabalho os autores realizaram críticas ao sistema de acúmulo e propuseram a sua abolição. O modelo social em Walden Two, bem como o modo de vida estabelecido por Thoreau, decorrem diretamente das características econômicas sugeridas por ambos os autores, uma vez que a diminuição do papel desempenhado pela agência governamental, como proposto por Skinner, e a ausência total de governo, como propôs Thoreau, só é possível com a inexistência de funções geralmente atribuídas ao Estado, como a coleta de impostos e a administração de erários e regulação financeira. Portanto, constata-se a importância do papel desempenhado pelos processos econômicos em ambas as obras, o que sugere que a economia é aspecto basilar para a construção da organização social proposta pelos autores.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Economia; Behaviorismo Radical; H. D. Thoreau.**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

GESTÃO DE VIOLÊNCIA E SAÚDE. *Lélio Moura Lourenço (Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, MG)*

A temática da violência com seus diversos tipos de manifestação é destaque no cenário mundial. A Organização Mundial de Saúde (OMS) a define como “o intencional uso da força física ou do poder, em ameaça ou real, contra si próprio, outra pessoa, contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha probabilidade de resultar em injúria, morte, dano psicológico, privação ou prejuízos no desenvolvimento”. Apontada como uma das prioridades nas ações da OMS, a violência tem sido considerada um problema de saúde pública global a partir do reconhecimento das suas sérias implicações de curto e longo prazo para a saúde, para o desenvolvimento psicológico e social de indivíduos, famílias e comunidades. De acordo com Yves Michaud, existe violência quando, em uma situação de interação, “um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais” No que se referem aos rumos do sistema de saúde, os Gestores têm uma participação significativa já que participam de importantes decisões e têm sob seu comando os profissionais que prestam cuidados à população. Especificamente na temática da formulação e implementação de políticas e programas de saúde relacionados à violência, o número de estudos com gestores é menor do que a quantidade de estudos envolvendo profissionais de saúde, como mostra recente busca de artigos científicos realizada por Paula Junior, Salgado e Lourenço, nas bases Medline e Scielo no período de 2002 a maio de 2012. Sendo assim, apresenta-se como pertinente a inclusão de gestores de saúde em pesquisas para compreender melhor o papel desse profissional no universo da violência, seja no meio urbano, seja no ambiente doméstico. Estudos e intervenções que avaliem e busquem promover diagnósticos mais precisos das crenças e atitudes dos profissionais que atuam em situações de violência tornam-se relevantes, na medida em que estes podem influenciar ações adequadas de prevenção e promoção de saúde de vítimas e demais pessoas envolvidas. Gebara(2011), De Paula(2013), Gebara et al, 2010 e Lourenço et al, 2010 desenvolveram interessantes estudos onde o gestor de saúde se mostra como importante ator na relação; violência, comunidade e ambiente doméstico, apresentando estes, muitas vezes, um despreparo crônico no que concerne ao gerenciamento de situações de risco e de crise; urbana e/ou familiar. O afastamento de situações concretas de trabalho e a crença de que a violência é mais um problema social e policial e não necessariamente ligado a saúde pública afasta o gestor local ou mesmo o gestor global de ações mais concretas relacionadas a trabalhos de prevenção e promoção de saúde.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq**

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **violência, gestão de violência, gestão de saúde**

Área da Psicologia: **SOCIAL - Psicologia Social**

VIOLÊNCIA INTERPESSOAL NO TRABALHO: IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO. *Francesca Stephan** (Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, MG), Lélío Moura Lourenço (Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, MG)*

O assédio moral (AM) ou mobbing ainda é um tema que merece ser melhor compreendido no universo das relações interpessoais no trabalho. Ainda existem dificuldades conceituais acerca da definição do que seja assédio moral e de seus limites. Mas há certo reconhecimento na literatura acadêmica do assédio moral envolver um tratamento desleal por um indivíduo (ou indivíduos) dentro do ambiente de trabalho, que não foi estimulado ou incentivado pela vítima. Diferentemente de outras formas de violência no trabalho, caracteriza-se pela constância da agressão, pela repetição. É considerado um fenômeno multidisciplinar, estudado por áreas diferentes de conhecimento. Por toda a importância do fenômeno e de suas repercussões negativas aos trabalhadores, sabe-se que o AM está sendo considerado uma doença do trabalho tanto que a Organização Internacional do Trabalho indica que 8,1% da população ativa da Europa são vítimas de AM. No Brasil ainda falta pesquisas que possam identificar os índices de AM na população de trabalhadores. O objetivo deste trabalho é fazer um levantamento dos estudos brasileiros e latinos referentes ao assédio moral no trabalho. Para isso foi realizada pesquisa bibliográfica com artigos indexados nas bases de dados: Redalyc, Pepsic, Bireme, PubMed, Scielo e Dialnet, utilizando os descritores “assédio moral” e “trabalho” e publicados na íntegra entre os anos de 2009 e 2013. Foram encontrados vinte e seis artigos que abordaram o tema do assédio moral no trabalho. No ano de 2012 foram publicados doze artigos sobre a temática, em 2011 foram publicados oito artigos, em 2009 três artigos, em 2013 dois e em 2010 somente um artigo no ano. Os periódicos que mais publicaram foram a Revista Brasileira de Saúde Ocupacional com seis artigos publicados e as Revistas Psicologia e Sociedade e Gaúcha de Enfermagem com dois artigos publicados sobre a temática abordada. Dez dos estudos tiveram metodologia qualitativa, nove deles foram estudos de revisão de literatura, enquanto seis utilizaram metodologia quantitativa e um estudo foi documental. Dos estudos empíricos, cinco deles foram com trabalhadores vítimas de assédio moral, três deles foram com trabalhadores de diferentes áreas, dois deles foram com professores, enquanto os outros seis foram com vigilantes, enfermeiros, operadores de direito, trabalhadores com LER/DORT, bancários e servidores públicos separadamente. Os 16 artigos que realizaram investigação empírica sobre o tema assédio moral tiveram em seus resultados referências ao adoecimento dos trabalhadores diante das relações interpessoais negativas no trabalho. A presente pesquisa procurou traçar o panorama sobre assédio moral no trabalho, evidenciando a necessidade de estudos populacionais que possam oferecer os indicadores de assédio moral, principalmente entre os trabalhadores brasileiros.

Apoio financeiro/Bolsa: **FAPEMIG**

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **assédio moral, trabalho, desenvolvimento**

Área da Psicologia: **SOCIAL - Psicologia Social**

VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS: AGRESSÕES PERPETRADAS PELA MULHER CONTRA O HOMEM NO RELACIONAMENTO CONJUGAL.
*Ana Claudia Ferreira Cezario** (Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, MG), Lélío Moura Lourenço (Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, MG)*

A violência entre parceiros íntimos (VPI) é um fenômeno social e um problema de saúde pública. Entretanto, na maioria dos casos, esta é abordada apresentando apenas a mulher como vítima e o homem como seu respectivo agressor; sem a perspectiva de que o oposto também possa ocorrer. Entretanto, o fato de existirem mais dados que corroborem que a mulher é a maior vítima da VPI, fato já comprovado, não significa que o homem não possa sofrer violências físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e financeiras de suas respectivas parceiras. Desta forma, o objetivo desta pesquisa foi identificar e levantar informações em relação à Violência entre Parceiros Íntimos contra o homem no município de Juiz de Fora – MG. Para coleta foram utilizados dados qualitativos através de entrevistas semiestruturadas autoaplicadas em 40 profissionais e estagiários da psicologia e serviço social e transcrições de entrevistas individuais com 8 homens vítimas de suas parceiras íntimas. Para análise de dados utilizou-se a estatística descritiva e a Análise de Conteúdo de Bardin. No que se refere aos resultados, os mesmos sugerem a possibilidade do homem também ser vítima da violência entre parceiros íntimos perpetrada por suas esposas/companheiras no município de Juiz de Fora – MG. Dos dados encontrados 95.0% dos profissionais e estagiários informaram acreditar na possibilidade do homem ser vítima da VPI, 37.5% afirmaram já terem atendido homens nesta situação enquanto que 65.0% afirmaram acreditar que a mulher pode usar a Lei 11.340 como ganho secundário, ou seja, de acordo com seus interesses que não os de proteção e de combate à VPI. Quanto à amostra de homens vítimas de suas parceiras íntimas, a violência psicológica, o controle do comportamento e a violência física foram as categorias mais apontadas, de acordo com a análise de conteúdo, em relação à agressão sofrida. Além disso, apenas 38.46% dos homens vítimas declararam ter procurado ajuda enquanto que 62.50% alegaram ainda ter contato com a agressora. Através dos resultados, foi possível perceber a existência da violência contra o homem, no município de Juiz de Fora – MG, perpetrada por sua parceira íntima. Tais dados teve o objetivo de trazer uma nova reflexão acerca da violência entre parceiros íntimos, no intuito de contribuir com mais dados acerca da violência no ambiente domiciliar. Torna-se importante ressaltar ainda, que em função das poucas pesquisas empíricas realizadas no Brasil em relação à temática do homem também como vítima da VPI, este estudo apresenta-se de grande relevância no que se refere à busca de maiores informações e dados ainda poucos discutidos no país.

Apoio financeiro/Bolsa: **CAPES**

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **violência entre parceiros íntimos, violência doméstica, conflito conjugal.**

Área da Psicologia: **SOCIAL - Psicologia Social**



ESTRATÉGIAS DA TERCEIRA ONDA NA TERAPIA DE CASAIS. *Yara Kuperstein Ingberman IEPAC - Instituto de Estudos e Psicoterapia Analítico Comportamental - Curitiba – PR, FEPAR Faculdade Evangelica do Paraná.*

A terapia comportamental de casais sofreu profundas modificações na sua maneira de atuar nas últimas duas décadas. As principais alterações ocorreram na formulação de casos e nas estratégias utilizadas que são oriundas da análise do comportamento. Este modelo ampliado, inicialmente difundido como Terapia Integrativa de Casais, é fundamentado em pesquisas e propõe formas mais abrangentes para identificar e intervir nas dificuldades apresentadas por parceiros. Tais propostas para lidar com relacionamento de casais estão baseadas nos conceitos de tolerância e aceitação incluindo as novas abordagens contextuais nos tratamentos fundamentados nos princípios do behaviorismo radical. Novas estratégias e pesquisas de intervenção, assim como de modelos analítico comportamentais de entendimento de mecanismos relacionados à linguagem (RFT) nos relacionamentos interpessoais, vem se unindo à prática da Terapia Comportamental aplicada aos problemas de Casais. Os dois modelos mais desenvolvidos são o de enriquecimento das relações interpessoais apresentado pela FAP (Tsai, 2012) e da ACT (Dahl, Stewart, Mrtell e Kaplan, 2013), focados no desenvolvimento de relações de intimidade. Estratégias de intervenção serão descritas e exemplificadas. As autoras se propõem a compartilhar suas experiências, e discutir temas a partir de estudos e descrição de situações vividas na prática clínica.

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **Terapia de Casais, ACT, FRT.**

Área da Psicologia: **CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade**



HABILIDADES NECESSÁRIAS PARA TORNAR-SE UM TERAPEUTA DE CASAIS. Vera Regina Lignelli Otero (Clínica ORTEC – Ribeirão Preto – SP)

Tornar-se um terapeuta analítico-comportamental de casais é um processo longo e árduo que requer muita dedicação ao estudo e à prática clínica. Pensar no ‘ser’ e nos ‘fazeres’ de um terapeuta impõem que se examine um conjunto extenso e diverso de variáveis que estão presentes nos atendimentos individuais, de casais e de outros grupos. Uma sólida formação teórica continuada, supervisão clínica, especialmente para terapeutas iniciantes e a própria terapia pessoal constituem caminhos desejáveis para a formação do terapeuta de casais, que sempre deverá ter, previamente, grande experiência em atendimentos individuais. Para atender casais o terapeuta deve, além de conhecer amplamente a literatura específica da área, deverá também desenvolver um conjunto de habilidades necessárias para o manejo de situações, muitas vezes graves e difíceis, tais como agressividade física e/ou verbal, revelação de traição, proposta de separação, dentre outras. Estas situações poderão ocorrer durante as sessões. Por outro lado, no atendimento de parceiros o terapeuta de casais exercerá também como parte de suas funções, outros papéis tais como o de Mediador, ‘informador’, Orientador, Instigador, ‘Pacificador’, etc.. Este clínico terá sob seus cuidados, concomitantemente, três processos terapêuticos: o de um dos parceiros, o do outro e o de ambos. Para tornar-se um terapeuta de casais o profissional deverá ter percorrido um longo caminho no qual adquiriu um amplo conjunto de habilidades, bem mais extenso do que o necessário para atendimentos individuais.

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **terapia de casal, habilidades terapêuticas, terapia comportamental**

Área da Psicologia: **CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade**



TERAPIA COMPORTAMENTAL DE CASAIS: ASPECTOS TEÓRICOS. Maly Delitti (CeAC-Centro de Análise do Comportamento – SP)

Os princípios da Análise do Comportamento embasam e justificam a aplicação da Terapia Comportamental a problemas de Casais. Conceitos de contingências entrelaçadas, controle recíproco de comportamento, dificuldades de identificar e relatar encobertos, diminuição do valor reforçador de cada cônjuge e o crescente desenvolvimento de repertórios de fuga-esquiva que decorrem do controle aversivo entre a dupla são alguns dos princípios que serão abordados neste trabalho. Exemplos de situação de casais serão utilizados para fundamentar os princípios teóricos.

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **análise do comportamento, princípios, terapia de casal**

Área da Psicologia: **CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade**



AS VIOLÊNCIAS NA ESCOLA E A VISÃO DICOTÔMICA ENTRE ASPECTOS ACADÊMICOS E SOCIAIS. *Marilena Ristum (Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador - BA)*

Este trabalho focaliza a escola como um espaço de socialização de crianças e adolescentes, entendendo a socialização como um processo imbricado na própria finalidade precípua da escola. No exercício de sua função primordial que é o processo ensino-aprendizagem, cria-se, necessariamente, na escola, um ambiente de socialização indissociável do processo ensino-aprendizagem. A visão dicotômica tem levado a propostas de intervenção na escola que, na prática, separam esses dois processos. Embora os projetos político-pedagógicos elaborados pelas escolas sempre incluam a transversalidade, o que se vê são nítidas separações entre os conteúdos acadêmicos e os ensinamentos de cidadania, de educação ambiental ou de algumas competências sociais. Serão discutidos alguns fatores que estariam contribuindo para esta situação, como problemas relacionados à formação inicial e continuada dos professores e diretores, às relações entre a escola, a família e a comunidade e, especialmente, à falta de clareza a respeito da própria concepção de escola. A seguir, serão apresentados alguns resultados de nossas pesquisas e trabalhos de intervenção em escolas que mostram o quanto a violência está presente nas relações interpessoais, não só entre os alunos, em que se destaca o *bullying*, nas suas várias modalidades, mas também entre professores e alunos. A presença marcante da violência tem ocupado grande parte das preocupações dos profissionais da escola, num flagrante prejuízo para o processo ensino-aprendizagem. As soluções pensadas, em sua grande maioria, ilustram nitidamente a desvinculação entre os dois processos, acima referida, e seguem duas vertentes principais; na primeira, são propostas ações policiais, punitivas e de aumento de segurança, como maior vigilância nos espaços escolares, presença da polícia na escola ou nos portões de entrada, colocação de grades, câmeras etc. Na segunda, as soluções são depositadas nas famílias dos alunos ou na comunidade do entorno do escola. As soluções nessas duas vertentes são condizentes com o que é recorrente no discurso dos profissionais da escola: a culpabilização da família e/ou dos fatores macrossociais, de forma que a produção da violência é sempre atribuída a fatores externos à escola. Em decorrência desse posicionamento, há uma desresponsabilização da escola frente à violência escolar. Com base nos argumentos de autores como Aquino, Debarbieux e Blaia propõe-se uma análise institucional da violência escolar, em que a escola tem fortes implicações na produção da violência, proporcionando um ambiente socializador em que os conflitos, comuns e próprios de qualquer convivência, conduzem, muitas vezes, a soluções violentas. Finaliza-se com a consideração de propostas como as elaboradas para escolas da Espanha, nas quais o foco é retirado da violência para ser colocado na convivência escolar.

Palavras-chave: Violências na escola, concepções de escola, instituição socializadora



PAUTANDO A VIOLÊNCIA NA ESCOLA: PROJETO ECOAR. *Raquel S. L. Guzzo; Ana Paula G. Moreira; Maria Aurea Pereira Silva; Adinete S. C. Mezzalira; Jacqueline Meireles & Cristina C. M Pinho (PUC-Campinas)*

A escola pública tornou-se um palco para distintas formas de violência em um cotidiano difícil para professores, estudantes, pais, equipe técnica e gestão. Ao mesmo tempo, os projetos pedagógicos não deixam claro como as escolas lidam com as questões de violência. O tema da violência tem sido objeto de estudos conduzidos com o objetivo de contribuir para o entendimento deste fenômeno e o desenvolvimento de formas de enfrentamento que orientem políticas públicas destinadas à solução desse problema social. Os encaminhamentos propostos pela escola, em sua maioria, têm gerado tensões e mais problemas para todos os envolvidos, contribuindo para o distanciamento entre a escola e a comunidade. É importante mencionar, também, que a escola tem se utilizado, em primeira instância, dos encaminhamentos de casos de violência para o âmbito policial ou judicial, porque não dispõe de planos e soluções construídas dentro do contexto escolar. Órgãos de atendimento às crianças e adolescentes assumem um papel coercitivo na comunidade, em que a família sente-se pressionada a cumprir o que foi imposto sem resultados para mudança dos problemas vividos. Diante desse quadro, a presente pesquisa definiu como objetivo conhecer como pensam sentem e agem todos os atores da escola em relação às situações de violência. O desenho dessa proposta tem o formato da investigação ação participante com reuniões semanais de duas horas de diálogo com cada segmento de participantes, a síntese e a integração com todos os envolvidos. Um levantamento preliminar foi realizado mediante respostas às questões envolvendo a descrição de um evento de violência que tenham vivenciado, o que sentiram e como encaminharam dentro da escola. As respostas foram agrupadas em dimensões específicas visando a síntese com toda a equipe e as deliberações possíveis para um plano de ação de enfrentamento da violência em cada escola. A participação de todos envolvidos tem como proposta o compromisso com as atividades curriculares a serem incluídas nos projetos pedagógicos para além dos encaminhamentos usuais realizados pela escola – medicalização ou judicialização. A proposta envolveu a apresentação sobre os fundamentos ontológicos e epistemológicos adotados neste estudo sobre violência, e como essa compreensão é compartilhada pelos diferentes atores da escola e foi denominada “ECOAR – Espaço de Convivência Ação e Reflexão”, tendo como fundamentos: a Psicologia Crítica de Klaus Holzkamp, em que a prática (ação) social se constrói a partir do ponto de vista das pessoas implicadas, denominada pelo autor como “Psicologia a partir do ponto de vista dos sujeitos”, a compreensão psicossocial da violência” de Ignacio Martín-Baró, além dos “processos de emancipação e participação” de Paulo Freire.

Palavras Chave: Violência na escola, participação e ação, Psicologia da Libertação.

CONTEXTOS DE ACOLHIMENTO: ESTRATÉGIAS PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA. *Celia Vectore (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, MG)*

Uma parcela expressiva de crianças brasileiras encontra-se institucionalizada em instituições de acolhimento que, embora devam ser transitórias, já que todas as medidas devem ser tomadas para o retorno às famílias de origem, na prática o que ocorre é uma cristalização da institucionalização. Considerando que, ainda são poucos os estudos acerca do desenvolvimento humano em contextos coletivos, nos quais se observa a ausência de figuras de referência, pouca estimulação individual visando a aquisição tanto de habilidades cognitivas, quanto de valores humanos, entre outros aspectos, este estudo objetivou, a partir da construção de uma horta orgânica, trabalhar com temáticas ligadas a importância do cuidado consigo, com os pares, com o meio ambiente e com o respeito à vida, junto a um grupo de crianças abrigadas oriundas de três instituições de acolhimento, situadas na cidade de Uberlândia – MG. Participaram da pesquisa 27 crianças, com idade entre quatro e cinco anos, divididas em três grupos, com uma média de nove crianças por grupo; cada grupo referiu-se a uma instituição. O procedimento envolveu a realização de dez oficinas, que tinham como foco, a intervenção mediacional para o desenvolvimento dos temas. Foram utilizados como instrumentos a Carta da Terra adaptada para crianças, histórias e jogos infantis elaborados para o estudo e os portfólios elaborados pelas crianças. As oficinas eram semanais e com duração média de três horas, com cada grupo. Cada oficina foi vídeo gravada e transcrita para análise, dando-se especial ênfase às falas das crianças e a construção dos portfólios. Os resultados indicaram que, de modo geral, o procedimento adotado no estudo foi adequado para o trabalho com crianças, pois os achados mostraram uma evolução do conhecimento dos participantes em relação à consciência de si, da importância do cuidado com os seres vivos, do ambiente, do respeito às regras. Em relação às regras, vale destacar que as crianças no início das oficinas, se mostravam agitadas, agressivas, utilizando palavras de baixo calão com os colegas e que, só a partir do estabelecimento conjunto e acordado com o grupo, acerca das normas de funcionamento dos encontros, é que as oficinas puderam ser desenvolvidas. Acredita-se que novas pesquisas devam ser empreendidas, com amostras mais amplas diversificadas, de maneira que se possa consolidar uma intervenção com crianças, passível de ser utilizada nas rotinas das instituições de acolhimento e nortear políticas públicas para um atendimento de qualidade para a criança em situação de risco e assim, minimizar e/ou prevenir a violência.

Palavras-chave: aprendizagem mediada; acolhimento; prevenção da violência.

Apoio: FAPEMIG (Processo SHA 3260-10)



O CUIDADO À INFÂNCIA: SAÚDE MENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS. *Magda do Canto Zurba (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC)*

Desde a Constituição de 1988, que previu a formação do SUS (Sistema Único de Saúde), bem como a partir das leis regulamentadoras do sistema de saúde que foram implantadas nos anos subsequentes, bem como com a consolidação da atual Estratégia de Saúde da Família, vivenciamos inúmeras reformas na concepção de saúde e doença. Além disso, no terreno da saúde mental, especificamente, vivemos vários tensionamentos entre modelos díspares, que no Brasil apareceu fortemente protagonizado pelo Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental nos anos 80, apoiados pela força dos movimentos sociais que se congregaram em torno do Movimento Anti-manicomial nos anos seguintes. Experimentamos, assim, durante a década 90, a revisão das políticas públicas de saúde mental brasileira inspiradas no modelo da reforma psiquiátrica italiana. Aliada às implantações dos novos dispositivos de atenção à saúde mental, vivenciamos uma crescente revisão dos modelos de atenção à infância no Brasil nas últimas décadas. Acrescido a isto, tivemos a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que revolucionou as concepções equivocadas de desenvolvimento que eram refletidas nas leis brasileiras até então. As políticas em saúde mental no Brasil tem se transformado, adotando um modelo muito interessante no qual os sintomas são visto a partir de suas relações com o território de moradia das pessoas. Contudo, apesar de todas essas transformações paradigmáticas refletidas nas políticas públicas, ainda assistimos o crescente aumento de índices de medicalização da infância. Identificamos pelo menos três fatores que contribuem para a manutenção desse quadro, que podem ser dimensionados na interação dos seguintes fatores: (a) sócio-culturais; (b) econômico-políticos; (c) biopoder. Analisamos a conjuntura que sustenta o modelo de medicalização na infância a partir destes fatores e identificamos que são necessárias mudanças estratégicas nas políticas de infância e juventude, bem como nas redes de atenção em saúde mental dirigidas a esta população. Este trabalho propõe a inclusão de novas estratégias aos modelos existentes.

Nível do trabalho: **Outro**

Palavras-chave: **saúde mental, infância, políticas públicas**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**



A MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL. *Marilene Proença Rebello de Souza (Universidade de São Paulo/Instituto de Psicologia)*

A Psicologia Escolar e Educacional tem chamado a atenção para as explicações a respeito dos chamados problemas de aprendizagem na escola, mostrando a complexidade do fenômeno da escolarização e realizando um conjunto significativo de pesquisas e de trabalhos de intervenção, buscando analisar o sistema escolar, as políticas educacionais, as práticas pedagógicas, as relações escolares e institucionais. Se, por um lado, o conjunto de investigações da área de Psicologia Escolar tem analisado as explicações para o fracasso escolar com foco em aspectos intra-escolares e institucionais, segmentos de áreas da Medicina, Neuropsicologia e Fonoaudiologia têm trazido à novamente para o cenários sociais explicações organicistas centradas em distúrbios e transtornos no campo da educação para explicar dificuldades de crianças na escolarização. Embora o conhecimento produzido na área da saúde e da biologia sejam fundamentais enquanto avanços na compreensão de determinados processos humanos, quando aplicados ao campo da educação retomam a lógica denunciada e analisada durante décadas de que o fenômeno educativo e o processo de escolarização não podem ser avaliados como algo apenas individual, do aprendiz, mas que as relações de aprendizagem constituem-se em dimensões do campo histórico, social e político que transcendem, e muito, o universo da biologia e da neurologia. O retorno das concepções organicistas também conta com a forte presença de processos diagnósticos, de cunho neurológico e, portanto, com a possibilidade de medicação das crianças e adolescentes que recebam tais diagnósticos. Assim, dificuldades de leitura e escrita não mais questionam a escola, o método, as condições de aprendizagem e de escolarização apontadas na década de 1990 por Linguistas e Psicolinguistas. Em concepções organicistas, busca-se na criança, em áreas de seu cérebro, em seu comportamento manifesto as causas das dificuldades de leitura, escrita, cálculo e acompanhamento dos conteúdos escolares. Queremos chamar a atenção para a gravidade desse momento histórico, por sabermos que todo este processo acontece em um dos piores momentos de avaliação da qualidade da escola pública e privada oferecida às crianças e adolescentes brasileiros. Não passamos bem por nenhum dos índices, quer sejam estaduais, municipais, nacionais ou internacionais. Assistimos ao avanço da mercantilização da educação centrada principalmente em referenciais teórico-metodológicos guiados por ideários neoliberais. Estamos ainda à mercê de projetos políticos que respondem a interesses de determinados segmentos hegemônicos da sociedade de classes e não atingem de fato um projeto nacional para as classes populares e de avanço da qualidade da educação. Este quadro que se apresenta no conjunto da educação brasileira, salvaguardadas as iniciativas e ações bem sucedidas e coerentes com finalidades educativas, leva-nos à necessidade de rever políticas educacionais e de formação docente, métodos de ensino e práticas político-pedagógicas. É o momento de uma revisão estrutural do sistema educacional para compreendermos tantos casos de crianças que permanecem anos na escola e continuam analfabetas. Atribuir a elas as causas do não aprender é penalizá-las duplamente, por não termos cumprido nosso papel social —



deixando de oferecer uma escola de qualidade para toda uma geração — e por acreditarmos que ao encontrar em seu corpo, ou em seu cérebro, os sinais do não cumprimento desse papel social. Temos, portanto, grandes desafios que precisamos enfrentar, sob pena do conhecimento permanecer cada vez mais distanciado das necessidades sociais e geracionais.

Nível do trabalho: **Outro**

Palavras-chave: **Educação Básica, Medicalização, Psicologia Escolar**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**

NORMALIZAÇÃO, DISCIPLINARIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO NA PRODUÇÃO DO OLHAR-PROFESSOR. *Helena Rego Monteiro (Universidade Federal Fluminense – UFF)*

Nossas investigações concentram-se nos efeitos das relações de saber-poder instituídas no universo escolar e na emergência de um certo olhar docente. Enfocamos as forças que se constituíram a partir de uma tecnologia de saber-poder produtora de normalização, disciplinarização e medicalização, e cuja resultante tem sido um modo dominante de descrever/entender/pensar os alunos e a escola contemporânea. Reunimos as experiências compiladas no campo de pesquisa dando visibilidade aos enunciados que se naturalizam em relações de saber-poder. Resgatamos as marcas deixadas pela psicologia na formação de professores e nos contornos dos currículos de educação básica produzindo naturalizações a respeito da criança, da infância, do desenvolvimento, da aprendizagem e da inteligência. Discutimos como que certos enunciados reificam um determinado regime de verdade a maneira pelas quais tais verdades são efetivadas no campo educacional. O discurso dos professores foi visto como um meio pelo qual algo se configura como uma “verdade”. Que “verdades” estão sendo colocadas em cena no universo escolar?. Como resultado de nossas pesquisas produzimos um filme para pensar o que faz com que certas “verdades” dominem, criando um crivo no olhar-professor. Procuramos saber como os professores têm experimentado os encontros com seus alunos, com os conteúdos pedagógicos, com as teorias, assim como com os seus pares e gestores. Colocamos em cena a polifonia de vozes e sons que se espalham e ecoam, produzindo imagens e sentidos para discursos sobre a escola e as forças que nela se afirmam e dela escapam. Ao interrogarmos a produção teorias e discursos que atravessam a formação do professor, colocamos em análise uma certa psicologia fabricada para o uso no campo educacional, e seus respectivos enunciados - reconhecidos como cientificamente verdadeiros. Estivemos também interessados em pensar a articulação de discursos em torno da organização curricular, como o sistema de avaliação dos alunos e os processos de ensino e de aprendizagem. Vimos que tais discursos, configurando-se na maioria das vezes como universais, produziram efeitos na organização, diferenciação e normalização das práticas educativas. Em nossas análises, escolhemos nos valer das palavras de um Foucault genealogista e assim afirmar que o que existe são relações de poder tecendo os movimentos da vida escolar. Com Foucault buscamos não trabalhar no âmbito das ciências, mas sim no âmbito dos saberes, principalmente daqueles que ficaram de fora dos pareceres científicos, que foram desqualificados por não caberem em determinado domínio fundado por certas condições e regimes. O filme intitulado “olhar-professor” tem duração de vinte minutos e apresenta, com o depoimento de seis professores da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, o processo de produção do olhar docente.

Apoio financeiro/Bolsa: -

Nível do trabalho: **Outro**

Palavras-chave: **Educação, Psicologia, Medicalização**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**



DESENVOLVENDO HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS JUNTO A PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS. *Andréa Regina Rosin-Pinola (Centro Universitário UniSEB- Ribeirão Preto)*

A área de Treinamento em Habilidades Sociais vem sendo amplamente reconhecida no âmbito escolar pela disseminação de propostas que valorizam as interações sociais como base para o processo de construção do conhecimento nas relações professor-aluno e também nas relações aluno-aluno mediadas pelo professor. Nesse contexto, professor e aluno são agentes importantes do processo de ensino e aprendizagem e um conjunto de habilidades de ambos será requerido para que a interação, base da aprendizagem, seja satisfatória. A literatura deixa evidente que na escola duas demandas estão postas em relação aos alunos: 1) estabelecer relações interpessoais satisfatórias e 2) atender às expectativas acadêmicas e aos professores, também, são requeridas habilidades chamadas sociais educativas que intencionalmente promovem desenvolvimento socioafetivo e emocional aos alunos, favorecendo tanto a relação interpessoal quanto o processo de aprendizagem. Os objetivos desse estudo são: a) avaliar a efetividade de um Programa de Habilidades Sociais Educativas (PHSE) para melhorar a percepção de professores do primeiro ciclo do ensino fundamental de escolas públicas sobre suas próprias habilidades sociais educativas; b) com base no registro de depoimentos dos professores durante as sessões de implementação do programa, compor um rol de situações do cotidiano escolar que demandam diferentes habilidades sociais educativas e c) a partir da análise das situações desencadeadas por meio do PHSE, produzir um manual de orientações sobre o PHSE, para subsidiar futuros programas de formação de professores. A pesquisa será conduzida com professores do ensino fundamental I de duas escolas públicas estaduais de uma cidade do interior do Estado de São Paulo, que passarão por um Programa de Habilidades Sociais Educativas que acontecerá em 8 semanas. Antes do PHSE, os professores assinarão um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e responderão o Inventário de Habilidades Sociais Educativas-IHSE (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2013), que será reaplicado após o programa. Espera-se que após PHSE as interações em sala de aula estejam mais positivas, no sentido, de que os professores consigam estabelecer relações mais educativas e promotoras de desenvolvimento socioemocional e afetivo junto aos alunos e entre eles, e que as situações descritas pelos professores possam contribuir para futuros programas de formação em serviço.

Nível do trabalho: **Pós-Doutorado - PD**

Palavras-chave: **Educação escolar; Habilidades sociais educativas e formação de professores.**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**



CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA. *Fabiana Maris Versuti-Stoque (Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto- Universidade de São Paulo- SP)*

Este estudo investigou as contribuições da Análise do Comportamento para o desenvolvimento de um subprojeto interdisciplinar das áreas de Ciências e Biologia do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Pibid é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas aos licenciandos participantes de projetos desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. O projeto interdisciplinar descrito tem como objetivo geral promover a formação de licenciandos em Ciências e Biologia que serão motivados a refletirem sobre práticas docentes facilitadoras do processo da alfabetização científica, para que venham assumir a carreira docente de forma crítica e reflexiva. Assumimos a perspectiva que trata a educação científica como um processo de “alfabetização científica”, que se define como um processo pelo qual a linguagem das ciências adquire significados, constituindo-se um meio para o indivíduo ampliar o seu universo de conhecimento, sua cultura. Vale destacar, que os pressupostos da Análise do Comportamento, nortearam tal objetivo, assim como, as atividades realizadas no projeto, fornecendo referências para análise dos fenômenos observados no contexto educativo. O foco das análises concentra-se na investigação de propriedades funcionais das condições diante das quais as classes de respostas operantes que definem os conhecimentos científicos a serem aprendidos são emitidas. Os professores realizaram as seguintes atividades: avaliação diagnóstica das escolas e do ensino de ecologia; a aplicação de sequências didáticas de Ecologia; avaliação de propriedades funcionais das interações entre, de um lado, as práticas de ensino e, de outro, as medidas de desempenho dos alunos, de modo que tais avaliações viabilizem a proposição e a execução de planejamentos diretamente relacionados com os objetivos de ensino a serem alcançados; discussão de modelos pedagógicos para o ensino de ecologia; planejamento de intervenções para o ensino de ecologia. Nesse sentido, almeja-se promover condições para que os professores se envolvam na investigação dos processos de ensinar e aprender Ciências. Os dados coletados mostraram como o desenvolvimento das atividades propostas favoreceu o desenvolvimento de repertórios, de planejar, aplicar e avaliar situações de ensino de conteúdos curriculares comprometidos com a educação científica. Desse modo, os recursos conceituais e metodológicos da Análise do Comportamento contribuíram para a aquisição e o desenvolvimento de repertórios de ensino e de avaliação de conteúdos curriculares da área de Ciências Naturais.

Apoio financeiro/Bolsa: **CAPES**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Análise do Comportamento, Formação de professores de Ciências e Biologia, Educação científica.**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**



HABILIDADES SOCIAIS COMO RECURSO PARA AUXILIAR O PROFESSOR EM SALA DE AULA. *Luciana Carla dos Santos Elias (Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto- SP)*

A literatura tem sinalizado para a importância das habilidades sociais, como um fator de proteção ao desenvolvimento. O termo habilidades sociais se aplica às diferentes classes de comportamentos sociais do repertório de um indivíduo e devem colaborar para a resolução de problemas imediatos e redução da ocorrência de problemas futuros. Dentre as diferentes habilidades sociais, o presente estudo destacará as habilidades de solução de problemas interpessoais, que são aprendidas, passíveis de intervenção e apresentam caráter preventivo, visto que contribuem para a flexibilidade cognitiva, uma condição necessária, ainda que não suficiente para um desempenho socialmente competente, já que permitem ao indivíduo selecionar e coordenar os comportamentos que melhor se prestem à geração das consequências pretendidas em situações específicas. A literatura tem apontado que crianças com melhor desempenho nas habilidades de solução de problemas interpessoais mostram-se melhor adaptadas às situações de vida, ao passo que as com dificuldades frequentemente sinalizam problemas de relacionamento, comportamento, desempenho escolar, entre outros. Tendo em vista que essas habilidades são aprendidas e podem ser desenvolvidas, observa-se o caráter preventivo do treino dessas habilidades. Professores frequentemente relatam que dificuldades de relacionamento e comportamento dentro de sala de aula não só na harmonia da aula como interferem diretamente no desempenho acadêmico dos alunos. Diante desse contexto o presente estudo (que é parte de um estudo maior) teve como objetivo verificar a percepção de professores quanto ao uso de material específico em sala de aula para o desenvolvimento de habilidades de solução de problemas interpessoais. Para tanto foi utilizado um material específico desenvolvido em nosso contexto que visa o desenvolvimento ou aprimoramento das habilidades de solução de problemas interpessoais em crianças em ambiente educativo. Professores e alunos foram avaliados por diferentes instrumentos e medidas antes e após o uso do material em sala de aula para o desenvolvimento das habilidades de solução de problemas interpessoais. Participaram 23 professores e seus alunos. Resultados parciais indicam que os alunos parecem se beneficiar do treino no que tange comportamento, desempenho acadêmico e habilidades de solução de problemas interpessoais; os professores relataram melhorar em suas habilidades de solução de problemas interpessoais e manejo de situações problemas em sala; e os professores sinalizaram dificuldades em inserir o material frente ao calendário escolar. Os resultados pertencentes às análises iniciais apontam que é claro o auxílio que o desenvolvimento de habilidades de solução de problemas interpessoais em sala de aula pode trazer para alunos e professores atuando como fator de proteção ao desenvolvimento.

Apoio financeiro/Bolsa: **FAPESP**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **habilidades sociais, desempenho acadêmico, problemas de comportamento.**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**

A RELIGIOSIDADE/ESPIRITUALIDADE NO CONTEXTO DE SAÚDE: SERVIÇO, FORMAÇÃO E AUTO-CUIDADO. *Luciana Fernandes Marques (Pós-graduação Ensino na Saúde, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul), Mary Rute Esperandio (Pós-graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Paraná), Marlei Zarpelon (Prefeitura Municipal de Canoas, Canoas, Rio Grande do Sul), Priscilla Konat Zorzi (Licenciatura em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul)*

O Brasil possui uma população majoritariamente religiosa com necessidades espirituais manifestas e que aparecem nos serviços de saúde através de demandas específicas. Os profissionais de saúde assim como os serviços não têm operado a partir de uma ótica integral que considere as necessidades religiosas e espirituais dos pacientes. A despeito da integralidade do cuidado em saúde, a dimensão da religiosidade/espiritualidade pouco aparece na arena do debate, permanecendo à margem da reflexão acadêmica e da prática do serviço. O binômio religiosidade/espiritualidade se refere tanto a questões espirituais mais amplas como a conexão consigo e com outros, com o universo, com a transcendência quanto às questões religiosas do envolvimento do indivíduo com uma religião institucional. O objetivo desse estudo quantitativo foi verificar o modo como a dimensão da religiosidade/espiritualidade é vista e encaminhada na prática dos profissionais da área da saúde. A pesquisa foi realizada com 176 profissionais de saúde de variadas instituições públicas do Rio Grande do Sul que se encontravam num seminário de capacitação. Essa amostra foi escolhida por conveniência e os participantes responderam a um questionário com 35 questões em que constavam dados sociodemográficos e questões fechadas sobre sua prática religiosa/espiritual na vida pessoal, sobre a importância de integrar a religiosidade/espiritualidade no trabalho em saúde, se consideram que essa dimensão afeta a saúde, se eles possuem instrumentos para lidar com esse tema na sua prática, se inserem essa dimensão ou encaminham a outros serviços, para onde encaminham, etc. Os aspectos éticos foram respeitados mediante procedimentos éticos previstos na pesquisa com seres humanos. Desse público, foram 143 mulheres e 31 homens com idades entre 19 e 63 anos (média de 41,02 e desvio padrão de 10,79). Entre as profissões: técnico de enfermagem, enfermeiro, psicólogo, nutricionista, dentista, médico, agente comunitário, auxiliar, técnicos administrativos, entre outros. Sobre a afiliação religiosa, as respostas mais frequentes foram: espírita (21%), católico não praticante (18,2%), sem religião mas acredita em deus (14,2%), afro-brasileiras (11,9%) e católico praticante (10,8%). Os dados apontam para a necessidade dos profissionais estarem mais bem capacitados para lidar com a demanda religiosa/espiritual dos pacientes, ausência desse tema na sua formação técnico-profissional e falta de espaços e estruturas institucionais que acolham essas demandas do usuário do sistema de saúde.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **religiosidade/espiritualidade, profissionais de saúde, formação profissional**

Área da Psicologia: **RELIG - Psicologia da Religião**

LEITURAS AFROBRASILEIRAS DE SAÚDE E DOENÇA: IMPLICAÇÕES PARA A PESQUISA E PARA A PRÁTICA EM PSICOLOGIA. *José Francisco Miguel Henriques Bairão (Departamento de Psicologia, Laboratório de Etnopsicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP)*

As pessoas e os grupos não apenas se comportam, como também os acontecimentos de suas vidas e os seus comportamentos se podem estabelecer na dependência de significados e compreensões que lhes sejam atribuídos. Tais processos não são desconhecidos da prática e da pesquisa psicológica, que por diversos caminhos e em várias tradições se tem dedicado ao assunto. A atenção a esses processos faz-se ainda mais necessária no quadro de uma sociedade como a brasileira, que já nasceu multicultural e marcada pela interpenetração de culturas. Nestas circunstâncias, o profissional psicólogo obriga-se a lidar com uma ampla diversidade de concepções a respeito de temas afetos à sua alçada profissional, abordados de modo assaz distinto do aprendido na sua formação. Nesta comunicação proponho-me a abordar as decorrências para o exercício profissional e para a pesquisa psicológica das peculiaridades do entendimento afrobrasileiro de saúde e de doença, dada a sua ampla difusão na sociedade brasileira. Para esse efeito devo recorrer às discussões e saber acumulados pelas ciências sociais (entre as quais a psicologia social) a esse respeito bem como a algumas contribuições de pesquisas recentes no campo da etnopsicologia. O que se entende por saúde e doença, naquele contexto, nem sempre refere exatamente a mesma esfera da experiência humana que nos habituamos a entender como tal, ou, quando é o caso, nem sempre na mesma extensão. Tipicamente, uma questão de saúde, no entendimento afrobrasileiro, atinge o núcleo da pessoa e tem um alcance não apenas natural, mas também espiritual, ético e ontológico. Além disso, raramente um tratamento terá como foco um procedimento de alcance estritamente individual, envolvendo alguma resignificação do comportamento e da atitude da pessoa relativamente aos seus pares, à sua família e (ou) aos seus ancestrais. O estatuto da doença comporta depauperação do próprio self e pode ser descrito como a condição humana mais comum, de “afastamento” de si e de privação de ser. A cura pode comportar uma reconsideração da própria identidade (comumente, um “renascimento”) e o enfoque é sempre no enfermo e menos na doença. Esta, por sua vez, tipicamente é interpretada como “alguém” (“um espírito sem luz”) que comunica um apelo a uma redescoberta e reinvenção do paciente e dos seus vínculos. A doença “fala” com o doente e pelo doente e é necessário dar-lhe ouvidos, o que melhor poderá ser feito por um profissional que some ao seu treinamento em psicologia, independentemente da abordagem, uma formação em etnopsicologia.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **psicologia e religião, cultos afrobrasileiros, etnopsicologia**

Área da Psicologia: **RELIG - Psicologia da Religião**

RELIGIOSIDADE E ASSISTÊNCIA AO PROCESSO DE MORRER. *Virginia Nunes Turra (Universidade Católica de Brasília, Brasília-DF)*

Trata-se de uma revisão sistemática de artigos que explicitam ações concretas de assistência espiritual ao processo de morrer. A revisão sistemática é uma síntese útil de achados que oferece elementos para uma avaliação crítica dos métodos empregados e para tomada da melhor decisão clínica sobre as melhores condutas em certas ocasiões. Pela crescente importância das revisões Cochrane para estabelecimento de procedimentos institucionais pela Saúde Baseada em Evidências. O objetivo deste trabalho é analisar a produção de revisões sistemáticas da Biblioteca Cochrane sobre assistência ao processo de morrer. O método usado foi o de realizar uma revisão bibliográfica tendo como norteador as palavras 'death' + 'spiritual' disponibilizados pela Cochrane Library, sem filtros de: data de publicação (qualquer ano); material (todos os itens); idioma (qualquer idioma). A palavra 'death' foi encontrada em 21.730 trabalhos; a palavra 'spiritual' foi referida em 287 trabalhos. A combinação das palavras 'death' AND 'spiritual' obteve 63 revisões sistemáticas. Após leitura dos resumos críticos, foram selecionadas 16 revisões, sendo uma indisponível em texto completo, oito que trataram de assuntos correlatos, apenas referindo de modo isolado a assistência espiritual, e sete que realizaram testes de intervenção de assistência espiritual, portanto explicitaram ações concretas de assistência espiritual ao processo de morrer. Desses sete, cinco testaram programas estruturados: Short-Term Life-Review, com resultados de melhora significativa do paciente; Meaning Centered Group Psychotherapy (MCGP), com objetivo de produzir senso de significado, paz e propósito de vida; Dignity Therapy, que obteve melhores resultados do que cuidados centrados no cliente, já dispensados institucionalmente; Life-Threatening Illness Supportive-Affective Group Experience (LTI-SAGE), que diminuiu sintomas depressivos, sentimentos de não-significância, e melhoria significativa de bem-estar espiritual; Professional Training Program in Contemplative End-of-Life Care (BWD), com objetivo de desenvolver conhecimentos, habilidades e prática quanto aos aspectos psicossociais, éticos e espirituais do morrer. Os outros dois programas utilizaram meditação, com resultados inconclusivos; e intervenção baseada na revisão de vida, com objetivo de melhorar a qualidade de vida. As intervenções referidas pelas revisões foram: apoio, encorajamento, suporte compreensão; orientação, educação, assessoramento, treinamento, aprendizagem, facilitação; atividades e intervenções grupais, discussão, envolvimento social; atividades e intervenções individuais; avaliação, ofertas de serviços conforme necessidades gerais/globais. Os programas estruturados, elaborados e organizados de forma sistemática, lembrando que ser estruturado não significa ser rígido, têm a vantagem de possibilitar integração de variedade de procedimentos, de se poder avaliar o próprio programa no todo, em partes, além de se pressupor a inserção/aceitação tácita institucional que pode se constituir um desafio a parte.

Nível do trabalho: **Pós-Doutorado - PD**

Palavras-chave: **assistência, saúde, religião**

Área da Psicologia: **RELIG - Psicologia da Religião**

CARACTERIZAÇÃO DE NECESSIDADES FORMATIVAS E A PROGRAMAÇÃO DE CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE REPERTÓRIOS DE ENSINO NAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA DO DESEMPENHO ESCOLAR. *Jair Lopes Junior (Departamento de Psicologia/Universidade Estadual Paulista/Bauru, SP)*

A literatura advoga a consolidação, nas duas últimas décadas, dos sistemas de avaliação do desempenho escolar em larga escala na Educação Básica em nosso país. Tais sistemas priorizam o diagnóstico de dificuldades e a promoção de melhorias qualificadas no ensino de conteúdos curriculares. As matrizes de referência de sistemas de avaliação em larga escala definem as habilidades e as competências preconizadas sob a forma de descritores que, por sua vez, orientam a elaboração dos itens das provas. O presente trabalho objetiva expor e discutir dados recentes sobre o modo como duas professoras (P1 e P2) estabeleceram correspondências entre tais descritores e as ações dos alunos em interação com situações dispostas em sala de aula no ensino de conteúdos curriculares de Língua Portuguesa referentes ao 5º. ano do Ensino Fundamental. Inicialmente, a professora P1 efetuou estimativas sobre as principais aprendizagens previstas em função dos planejamentos já elaborados e em execução nas respectivas escolas. Em seguida, um conjunto de aulas ministradas por P1 sobre temas previamente definidos pela mesma foi gravado em áudio, com posterior edição e exibição em episódios. Por fim, P1 efetuou os seguintes procedimentos: a) descreveu as possíveis aprendizagens evidenciadas pelos registros; b) estabeleceu correspondências entre as aprendizagens descritas com tópicos e com descritores da matriz de referência do SAEB/Prova Brasil – 5º. ano/4ª. série. A professora P2 foi exposta aos mesmos procedimentos de P1. Em acréscimo, ao final do estabelecimento das correspondências, ocorreram observações de um novo conjunto de aulas ministradas por P2. Com P2 todos os registros foram em vídeo. Ao final das observações do segundo conjunto de aulas, os procedimentos a) e b) foram replicados. Precedendo as gravações iniciais das aulas e, em seguida, diante dos episódios exibidos imediatamente após o término de tais registros, as aprendizagens foram relatadas por P1 e P2 de modo distinto e independente da terminologia disposta nos descritores. Na sequência, diante dos tópicos e dos descritores da matriz de referência, as estimativas de correspondência evidenciaram, ora consistências, ora transgressões em relação ao disposto na documentação oficial. No caso de P2, constatou-se a reincidência de tal alternância nas correspondências estabelecidas para o segundo conjunto de aulas observadas, atestando funções instrucionais insuficientes da exposição aos resultados iniciais para a emissão de estimativas consistentes. Argumenta-se e discute-se que o estabelecimento de correspondências consistentes entre as aprendizagens definidas pelos descritores e as ações dos alunos em interação com situações didáticas dispostas em sala de aula configura-se como necessidade formativa derivada do contato dos professores da Educação Básica com dimensões dos sistemas de avaliação em larga escala, em particular, as matrizes de referência. Investigações e intervenções sobre tais necessidades devem priorizar a produção de conhecimentos e a conversão dos mesmos no desenvolvimento de condições que viabilizem a proposição de unidades didáticas ou



de situações de ensino dos repertórios que definem as aprendizagens estimadas como adequadas para os ciclos da Educação Básica.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **ensino, descritores, SAEB**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**



INDICAÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES REAIS E POSSÍVEIS DA PROGRAMAÇÃO DE ENSINO PARA A PROMOÇÃO DO COMPORTAMENTO DE AGENTES EDUCATIVOS. Arthur Damião Médici e João dos Santos Carmo (Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)**

A partir dos trabalhos de Fred Keller e de Carolina Bori, no Brasil, é possível observar o desenvolvimento de duas tecnologias que tiveram aplicações e alcances distintos: o Personalized System of Instructions (PSI) nos Estados Unidos e a Programação de Ensino no Brasil. A proposta central da programação de ensino é a de analisar contingências envolvidas em diferentes objetivos - operacionalizados na forma de comportamentos - e programar atividades que garantam essas contingências. O procedimento de análise de contingências e a proposição de atividades de ensino têm sido utilizados em estudos que se propõem a promover comportamentos relevantes em agentes educativos (pais, acompanhantes de indivíduos com necessidades especiais, profissionais da psicologia, fisioterapia, entre outros). Considerando que esses estudos foram bem sucedidos em identificar e analisar comportamentos relevantes de profissionais que têm como responsabilidade promover aprendizagem em outros indivíduos, é possível concluir que o conhecimento acumulado em programação de ensino também permite a identificação de contingências relevantes para a promoção de comportamentos de professores. Considerando o baixo índice de publicações de estudos nacionais em programação de ensino que analisam essas contingências e a necessidade de produção de conhecimento sobre aprendizagem profissional na docência, o presente trabalho procura identificar o que a programação de ensino tem a colaborar com o entendimento do comportamento de professores e com a elaboração de estratégias para promover tais comportamentos. Os trabalhos de Carolina Bori permitem concluir que, além do comportamento do aprendiz, o comportamento do programador também deve ser alvo de investigação. Admitindo o professor como um agente educativo que tem a responsabilidade de programar contingências para o ensino em alguma medida, podemos entender que o comportamento desse professor também é alvo de investigação. A literatura em Análise do Comportamento e em Educação, em contextos nacional e internacional, evidencia a preocupação de descrever comportamentos adequados de professores. Entretanto, esses dados encontram-se dispersos na literatura. Mediante análises coordenadas e sistemáticas de tal material, argumenta-se que o processo de programação de ensino pode ajudar a reunir e organizar esses dados de acordo com os objetivos propostos, bem como fundamentar a proposição de procedimentos mais eficientes de capacitação docente. Um dos esforços atualmente é o de identificar contingências no comportamento de "planejar aulas", uma vez que ele é reconhecido como sendo de responsabilidade principal do professor. Tal comportamento foi identificado como passível de investigações mais criteriosas uma vez que a literatura aponta sérias lacunas no processo de planejamento de aulas devido à estruturação deficitária do próprio sistema educacional. O principal apontamento do presente trabalho é o de que a programação de ensino tende a colaborar com a análise e a promoção de comportamentos docentes em diferentes âmbitos e que a falta de clareza



quanto aos comportamentos relevantes que definem a atuação profissional pode levar a uma formação deficitária desses mesmos docentes.

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **programação de ensino; agentes educativos; programação de contingências**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E AS ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS PARA AUXILIAR A ATUAÇÃO DE PROFESSORES EM SALA DE AULA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. *Ângela Bernardo de Lorena**, João dos Santos Carmo (Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Universidade Federal de São Carlos, SP)*

O objetivo desta apresentação será o de discutir algumas estratégias de ensino, fundamentadas em princípios da Análise do Comportamento, que vêm sendo apontadas na literatura como possíveis recursos para auxiliar professores na sua atuação profissional. A Análise do Comportamento tem produzido e sistematizado procedimentos de ensino diversificados, apresentando alguns princípios em comum: (a) uma filosofia de ciência, conhecida como Behaviorismo Radical, que propõe uma explicação do comportamento dos organismos como resultante de interações específicas destes com aspectos do ambiente; (b) dados experimentais de pesquisas básicas que especificam os princípios comportamentais, possibilitando a identificação de procedimentos que alteram a frequência dos comportamentos; (c) dados experimentais advindos de pesquisas aplicadas, em ambiente controlado, acerca de produção e de alterações de repertórios acadêmicos. Neste último caso, os participantes das pesquisas são bastante diversificados, abrangendo desde crianças com desenvolvimento atípico até estudantes universitários com diferentes repertórios acadêmicos. Skinner inaugurou, com a instrução programada em máquinas de ensinar e textos didáticos, o que é chamado de tecnologias de ensino; depois disso, outros analistas do comportamento também desenvolveram estudos nesta área do conhecimento. Algumas estratégias vêm sendo demonstrada na literatura da área com suporte de dados empíricos que apontam para resultados promissores, sendo: (1) a instrução programada (programmed instruction); (2) o sistema personalizado de ensino (PSI – personalized system of instruction); (3) a instrução direta (direct instruction); (4) o ensino preciso (precision teaching); (4) a instrução programada computadorizada (computer-based programmed instruction); (5) interteaching; (6) ensino de análise de contingências; (7) CAPSI (Computer-Aided Personalized System of Instruction). Serão discutidos os aspectos cruciais de cada estratégias mencionada e de suas peculiaridades, bem como as vantagens e desvantagens de cada uma delas em relação ao contexto de aplicação e ao público-alvo. Também serão comparadas quanto: (a) princípios do comportamento presentes nestas estratégias de ensino; (b) promoção de repertórios acadêmicos; (c) viabilidade de utilização em ambientes aplicados; (d) desenvolvimento de repertórios de ensino em professores. Embora os dados dos estudos com essas estratégias sejam convergentes em apontar ganhos de repertórios acadêmicos em diferentes populações de estudantes, para viabilidade de aplicação em larga escala geralmente encontram-se obstáculos institucionais e de gerenciamento acadêmico. Há carência de estudos relativos ao aproveitamento desses métodos na aquisição de repertórios de ensino em professores, embora os poucos dados apontem ganhos. As necessidades de ampliação de estudos aplicados que utilizem essas estratégias, a divulgação dessas tecnologias de ensino e o desenvolvimento de medidas longitudinais que acompanhem estudantes em



diferentes períodos de sua vida acadêmica são lacunas que serão discutidas nesta apresentação.

Apoio financeiro/Bolsa: **CAPES**

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **Análise do Comportamento; Tecnologia de ensino; formação de professores.**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**

O ESTUDO DO ENVOLVIMENTO PATERNO E ASPECTOS DE SUA INVESTIGAÇÃO NAS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN. *Nancy Capretz Batista da Silva (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) & Ana Lúcia Rossito Aiello (Laboratório de Intervenção com Famílias Especiais – LIFE, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)*

Por mais tipos de famílias que possamos encontrar e relatar nos últimos tempos, esta instituição social continua sendo uma das mais importantes no que se refere ao desenvolvimento humano. Os primeiros anos de vida são significativos para um bom desenvolvimento e a família é cada vez mais cobrada para estar pronta para responder a esta tarefa. Tratando-se de uma pessoa com alguma necessidade especial, como é o caso da síndrome de Down, observa-se uma mobilização da família em busca de uma educação e estimulação diferenciadas a fim de promover-se uma amenização das possíveis consequências negativas da síndrome. Contudo, não basta que haja serviços e profissionais especializados, visto que é com a família que o indivíduo tende a passar a maior parte do seu tempo e com ela que ocorrerá a maior parte das oportunidades de aprendizagem. Neste contexto, o papel de cada um dos membros familiares ganha destaque, porém, o que se observa nos estudos é uma dificuldade em incluir todos, visto que falta um direcionamento prático das possíveis metodologias a serem empregadas, como também teorias que podem fundamentar este tipo de investigação. Além disso, esta área, diante das carências apontadas, parece gerar a necessidade de mais tempo de envolvimento do pesquisador e busca de recursos materiais adequados. Assim, o objetivo dessa apresentação é discutir a adequação do modelo bioecológico ao escopo da pesquisa sistêmica com famílias. Nesse sentido, seria importante ampliar o foco de investigação mais comumente encontrado e considerar e incluir outros membros que não só a mãe nos estudos sobre famílias para, dessa forma, obter-se uma visão realmente sistêmica, uma tendência mais atual, e intervir de forma mais adequada. Uma teoria que tem contribuído com a pesquisa com famílias, neste sentido, é o modelo bioecológico de Bronfenbrenner, PPCT (pessoa, processo, contexto e tempo), que considera os diversos sistemas que influenciam o desenvolvimento (micro, meso, exo e macrosistema). Este enfoque mais complexo e dinâmico do contexto familiar parece mais apropriado para análise e intervenção. Da mesma forma, para a Abordagem Sistêmica, a família é uma unidade constituída por vários elementos que estabelecem diferentes níveis de interação entre si e a qualidade da interação depende da existência de coesão e adaptabilidade e dos fatores culturais que a permeia. Além da contribuição destes modelos teóricos, mudanças sociais iniciadas na década de 70 impulsionaram a atenção para a paternidade. As primeiras pesquisas se interessavam no desenvolvimento e identidade de gênero das crianças, focando um modelo deficitário: famílias sem pai e impacto de sua ausência no desenvolvimento da criança. Recentemente, interessa-se por uma abordagem baseada nas forças, o impacto positivo da interação com uma figura paterna. Diante destes dados, observa-se a necessidade de reformulação dos modelos teóricos de parentagem e delineamento e implementação de programas, os quais devem focar não apenas o indivíduo com síndrome de Down, como todos os familiares, aumentando-se as chances de os efeitos serem mais duradouros. Acrescenta-se a isso, o



uso de diferentes metodologias de medidas, como questionários, entrevistas, observação do desempenho das crianças e das interações familiares.

Apoio financeiro/Bolsa: **CAPES e CNPq**

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **pai, interação familiar, modelo bioecológico**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS SOBRE IRMÃOS EM FAMÍLIAS COM FILHO COM SÍNDROME DE DOWN. *Bruna Rocha de Almeida** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG) & Nara Liana Pereira-Silva (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG)*

O estudo das relações do sistema familiar é uma tarefa complexa e exige uma fundamentação teórica capaz de abranger os diferenciados aspectos da dinâmica desse grupo. A partir de uma perspectiva sistêmica, as relações desenvolvidas nos subsistemas parental, conjugal e fraternal estão inter-relacionadas e repercutem no desenvolvimento da família e de cada pessoa individualmente. Nesse sistema, a relação fraternal merece destaque por ser geralmente a relação mais duradoura na vida das pessoas, podendo contribuir para o desenvolvimento tanto de habilidades sociais e cognitivas, quanto de problemas de saúde mental. Nesse sentido, nesta apresentação discutiremos os aspectos metodológicos prioritários que têm sido identificados na pesquisa na área de irmãos e deficiência intelectual ou síndrome de Down. Destacam-se assuntos inerentes aos irmãos individualmente, bem como aqueles concernentes à relação fraternal nas famílias com filho(a) com SD, principalmente. Por exemplo, os estudos identificam efeitos negativos e positivos no desenvolvimento do irmão sem deficiência devido à interação com o irmão com DI ou com SD. As consequências negativas para o irmão sem deficiência referem-se à existência de sintomas da depressão, ansiedade, baixa autoestima, problemas de comportamento, dificuldade de relacionamento com os pares e baixo índice de comportamentos pró-sociais. Além disso, os irmãos com desenvolvimento típico (DT) podem experimentar restrições nas atividades familiares e oportunidades restritas de contato com colegas e atividades extra-familiares em função do cuidado com o irmão com DI, bem como afastamento social, estresse e vergonha. Dentre as consequências positivas podem-se citar: maior capacidade de tolerância, aceitação da diferença, paciência, perseverança, empatia, adquirindo melhores estratégias de enfrentamento. Por outro lado, há investigações que não encontraram diferenças no ajustamento quando se comparam irmãos de pessoas com DI e com desenvolvimento típico (DT). As controvérsias nos resultados dos estudos podem ser explicadas por problemas metodológicos das pesquisas, dentre essas, é possível identificar: falta de grupos de comparação apropriados, as diferentes etiologias, a severidade da deficiência, falta de controle de algumas variáveis, tais como a diferença de idade entre os irmãos, a ordem de nascimento e o sexo dos irmãos, dentre outros aspectos da composição familiar. A ênfase dos estudos tem sido as díades de irmãos, entretanto, ressalta-se a necessidade de investigar tríades e tétrades. Destaca-se, também, que a maioria dos estudos tem utilizado os genitores como informantes, particularmente a mãe, sendo que o mais adequado é, também, incluir os irmãos, tanto com e sem a SD. Reitera-se que a percepção dos genitores geralmente difere da percepção de seus filhos acerca da relação fraternal. Faz-se, pois, importante o estudo da relação fraternal e dos efeitos da convivência com um irmão com DI a partir do emprego de diferentes instrumentos, baseados na abordagem sistêmica. Pesquisas futuras devem se dedicar à avaliação de potenciais efeitos positivos da convivência com



um irmão com SD ou com DI. Ao mesmo tempo, faz-se necessário investigar se algumas dificuldades dos irmãos com DT são decorrentes especificamente da presença do irmão com DI ou de algum outro fator.

Apoio financeiro/Bolsa: **CAPES**

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **relações fraternais, família, metodologia de pesquisa**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**

RESILIÊNCIA FAMILIAR: QUESTÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS DOS ESTUDOS COM FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN. *Nara Liana Pereira Silva (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG) & Mayse Itagiba Rooke** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG)*

A literatura mostra que os estudos na área de família e deficiência intelectual, especialmente a síndrome de Down (SD), até a década de 1990, apontam um panorama desanimador e 'patológico', no qual havia a prevalência de estresse, sobrecarga, depressão e isolamento social no sistema familiar. Estudos contemporâneos têm reconhecido e evidenciado uma adaptação mais positiva da família ao membro com DI ou com SD. Diante dessa realidade, não se pode negar o papel importante que a resiliência desempenha para essas famílias, especialmente, por apresentar-se como processo primordial à adaptação do grupo. Esta apresentação tem o objetivo de discutir o conceito de resiliência familiar com destaque para suas implicações metodológicas. Os estudos sobre resiliência familiar em famílias com pessoas com síndrome de Down ou deficiência intelectual vêm sendo cada vez mais frequentes, porém, observa-se o emprego de diferentes metodologias com o uso de instrumentos que refletem tendências contraditórias na concepção do construto. Devido a essas contradições no campo conceitual, a investigação da resiliência familiar por meio de escalas tem sido criticada por alguns autores, os quais argumentam que, pela complexidade deste construto, o emprego de instrumentos quantitativos não é adequado, pois estes muitas vezes quantificam o "inquantificável" e defendem o uso de abordagens qualitativas. Por outro lado, aqueles que defendem o uso de análise quantitativa buscam avaliar e mensurar este fenômeno por meio, principalmente, de escalas. Reitera-se a importância da utilização de metodologias que considerem o grupo (família) como unidade mínima de análise, considerando a sua característica sistêmica. Ressalta-se a necessidade de estudar a resiliência familiar utilizando um número maior de famílias, especialmente, no Brasil, sendo fundamental investigar esse construto fundamentado pela abordagem bioecológica, a qual focaliza não somente o grupo familiar como um contexto de influência no desenvolvimento da pessoa (seja ela criança, adolescente, adulto ou idoso), mas também as interconexões entre a família e os demais contextos. A utilização de abordagens que permitam ampliar o escopo de análise para além do microsistema, como é o modelo bioecológico, é fundamental, uma vez que os estudos têm indicado a inter-relação de diferentes variáveis como responsáveis pela resiliência familiar. Considerar os diversos sistemas na compreensão da resiliência familiar constitui um importante salto teórico e metodológico para o entendimento do desenvolvimento humano. Por fim, destaca-se que, além das questões metodológicas inerentes às investigações, em vista das modificações e transformações pelas quais passam a sociedade contemporânea, considera-se um desafio sobreviver frente às situações de adversidade e de eventos desastrosos em geral, ou seja, os estudos acerca da resiliência tornam-se fundamentais na atualidade.

Apoio financeiro/Bolsa: **CAPES**



Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **resiliência familiar, síndrome de Down, família**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**



FENOMENOLOGIA EXPERIMENTAL: APROPRIAÇÕES E DERIVAÇÕES PARA A PESQUISA EM PSICOLOGIA. *Thiago Gomes de Castro (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS)*

O trabalho descreve as apropriações da fenomenologia experimental para a pesquisa em psicologia e as derivações secundárias no desenvolvimento da psicologia experimental no século XX. Carl Stumpf pode ser considerado o primeiro proponente vigoroso da fenomenologia experimental na virada do século XIX para o século XX. Ainda que historicamente precedido pelos fisiologistas Ewald Hering e Jan Purkinje, Stumpf foi quem definiu com clareza a matéria de estudo da fenomenologia experimental. Em sua defesa do Tratado de Classificação das Ciências, em 1905 na Academia Prussiana de Ciências, Stumpf descreveu cinco traços essenciais de sua fenomenologia, dentre os quais se destacam dois. Primeiro, a concepção de que a fenomenologia não seria uma disciplina independente para especialistas, mas sim a primeira camada no estudo de cada ciência já estabelecida. Segundo, a ideia de que a fenomenologia enquanto ciência descritiva tem de ser estudada por todos os métodos cabíveis incluindo o experimental. É notória a diferença na definição de fenomenologia entre Stumpf e Husserl, sendo o último tomado como referência primária dos estudos fenomenológicos na psicologia atual. Ainda assim, a retrospectiva histórica indica que o contato da psicologia com Husserl se deu inicialmente em um contexto e interesses experimentais. Nesse sentido, apontamentos históricos que descrevam e expliquem as motivações para o divórcio entre fenomenologia e psicologia experimental, neste primeiro momento, são mais do que necessários. A argumentação atual dá conta de que o divórcio ocorreu porque a fenomenologia de Husserl seria fundamentalmente anti-naturalista e de que Husserl seria contrário às investidas experimentais de estudo da experiência intencional. Todavia, é digno de nota que, embora os psicólogos do período fossem cientes das críticas de Husserl, optaram por manter o entendimento de fenomenologia descritiva em seus trabalhos. O que aponta para uma direção de fenomenologia tal qual definida por Stumpf, mas não por Husserl. Max Wertheimer, por exemplo, é um caso de pesquisador experimental do período que desenvolveu uma leitura metodológica de fenomenologia experimental alinhada à concepção de Stumpf. O experimento do fenômeno Phi, realizado por Wertheimer em 1912, indica uma fenomenologia experimental pela ênfase na experiência descritiva dos participantes diante de estímulos visuais. Além disso, demonstra ser um estudo fenomenológico por orientar a investigação pela observação sem postular teorias prévias acerca do funcionamento cognitivo. A utilização de instrumentos de precisão e condições controladas não descaracterizou o viés fenomenológico da pesquisa, pois o instrumento chave continuou sendo o observador e sua descrição dos achados. Wertheimer se diferenciou como fenomenólogo experimental por indicar um interesse na experiência perceptiva sem aplicar conceitos psicológicos para confirmar hipóteses fisiológicas, como na tradição de Hermann von Helmholtz. Tampouco utilizou linguagem fisiológica para amparar achados de fenomenologia experimental, como na tradição de Stumpf. O desenvolvimento da pesquisa experimental em psicologia no século XX identifica na fenomenologia uma



das bases para a construção de estudos descritivos e rigorosos, que rejeitam a orientação da pesquisa para a confirmação exclusiva de hipóteses. É de herança fenomenológica a atitude de cuidado no confronto crítico entre expectativas teóricas e análise de dados.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **fenomenologia experimental, pesquisa experimental, história da psicologia.**

Área da Psicologia: **HIST - História em Psicologia**



A RELAÇÃO ENTRE FENOMENOLOGIA E PSICOLOGIA EXPERIMENTAL EM HUSSERL. *Sávio Passafaro Peres (Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP)*

A psicologia fenomenológica, tal como concebida por Husserl, não tem semelhança com nenhuma das teorias psicológicas mais difundidas atualmente, como o behaviorismo, a psicologia cognitiva, a psicanálise, a psicofísica, a psicobiologia. Ela distingue-se de todas as teorias anteriores, seja pelo seu objeto, seja pelo seu método, seja pelos seus fins. E, além disso, deve ser distinguida da filosofia transcendental. A psicologia fenomenológica não tem como escopo encontrar as leis causais da vida psíquica e não tem a pretensão de ser a única psicologia possível. Pelo contrário, ela tem uma tarefa limitada: clarificar descritivamente os conceitos fundamentais da psicologia, fornecendo uma base sobre a qual pesquisa empírica pode frutificar. Essa é uma ideia de perpassa todo o pensamento de Husserl: o sucesso das ciências empíricas depende da precisão de seus conceitos. Sem uma fundamentação racional adequada, as ciências empíricas permanecem estéreis, degenerando em um mero acúmulo de medições. Se a física é hoje uma ciência robusta, isso não se deu pelo volume de fatos registrados, mas graças à base racional que ela encontrou na matemática (em especial, a geometria). No caso da psicologia, contudo, essa base racional não deve ser encontrada em uma matemática das vivências, mas em uma descrição adequada das mesmas, e, em particular, das diversas formas de vivências intencionais. Por consequência, a psicologia fenomenológica aceita a possibilidade de uma psicologia empírica e experimental, desde que esta não extrapole seus limites, adequando-se à natureza do seu objeto, não incorrendo em psicologismo. Para poder se constituir como ciência, a psicologia necessita de uma sólida base conceitual alcançada descritivamente. Antes de compreendermos os processos fisiológicos envolvidos na percepção, devemos compreender descritivamente o que é perceber. De outro modo, poderíamos medir sensações crendo que estamos medindo percepções. Ou seja, é preciso ter claro a diferença descritiva entre o conceito de sensação e de percepção. Antes de medir uma lebre, é preciso saber o que é uma lebre; pois, de outro modo, poderíamos medir um coelho em seu lugar. Antes de explicarmos os fatores neuroquímicos que condicionam o medo, é preciso conhecer como a experiência do medo se manifesta ao sujeito que o sente. Antes de explicar o processo de pensar com o auxílio de modelos computacionais, é necessário descrever a estrutura do pensar, tal qual se manifesta em primeira pessoa. É justamente porque o perceber, o sentir medo, o pensar se manifestam ao próprio sujeito da experiência, que é possível o empreendimento posterior de se investigar alguns de seus condicionantes causais, recorrendo à fisiologia, à evolução da espécie, à química cerebral ou a modelos computacionais. Mesmo que não alcancemos uma explicação satisfatória das supostas causas de um fenômeno psíquico, não por isso deixamos de ter acesso imediato ao próprio fenômeno tal como se manifesta para nós. Ou seja, temos uma forma de conhecimento pré-predicativo de nossa própria vida psíquica. E o que a psicologia fenomenológica de Husserl busca é justamente elucidar o fluxo de vivências por meio de uma descrição de suas estruturas essenciais.

Apoio financeiro/Bolsa: **FAPESP**



Nível do trabalho: **Pós-Doutorado - PD**

Palavras-chave: **psicologia experimental, fenomenologia, epistemologia da psicologia.**

Área da Psicologia: **HIST - História em Psicologia**



A PSICOLOGIA ECOLÓGICA DE GIBSON: REDEFININDO A PERCEPÇÃO VISUAL. *Marcos Ricardo Janzen** (Laboratório de Fenomenologia Experimental e Cognição, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS)*

As ideias de James J. Gibson, apresentadas em *The Ecologic Approach to Visual Perception*, tiveram grande impacto em projetos concretos de intervenção psicológica na segunda metade do século XX, mas tiveram maior repercussão em outras áreas, como design e arquitetura, ou mesmo na filosofia. Restabelecendo a percepção a partir de um ponto de vista de primeira pessoa, definiu como a percepção é direta, sem necessidade de uma representação mental para conseguir lidar com as informações do mundo. Essa proposta pode ser compreendida como uma naturalização da fenomenologia husserliana. Em Gibson, o nicho ambiental proporciona as possibilidades de ação para um animal, em Husserl, os humanos compartilham um mesmo nicho chamado de mundo-vivido, um a priori que organiza características intrinsecamente compreensíveis para seres humanos. Em Gibson, somos integrados no mundo de modo que nossas percepções e ações são pré-ajustadas às formas, qualidades e padrões de comportamento dos respectivos ambientes, em Husserl, o ego e o mundo que o cerca são indivisíveis, um sujeito somente o é para o mundo que o cerca. A perspectiva gibsoniana pode ser uma interpretação realista da fenomenologia constitutiva de Husserl, não um novo campo de domínio de entidades em uma esfera transcendental, mas o descobrir de um nicho que já existe no mundo que cerca o sujeito. Gibson teve seu doutorado orientado por Langfeld, que foi orientado por Stumpf, orientador de Husserl. Como professor no Smith College, teve contato direto com Koffka. No entanto, Gibson nunca se mostrou proponente da psicologia da gestalt, mas a utilizou como inspiração para conceitos teóricos, como affordance. O problema central em Gibson é como o sistema visual consegue reconstruir um mundo tridimensional a partir de uma imagem bidimensional na retina. Diferente das teorias tradicionais de processamento da visão, que começavam a partir de um feixe estático na retina e sua codificação, Gibson estudou como o campo visual se configura para organismos ativos, que se movem através de um ambiente visualmente rico. Com isso, há um fluxo ótico (optical flow), descrito como fluxo de movimento dos objetos no campo visual do observador, pelo padrão de luz na retina. A percepção do ambiente se daria de maneira direta, e o próprio ambiente apresenta aspectos que não variam (tais como as superfícies, que delimitam os espaços) a partir dos quais o organismo pode determinar as características do ambiente. Essa integração do organismo como um agente que percebe seu meio coloca Gibson como um dos principais proponentes das teorias incorporadas (embodied cognition). Na percepção do ambiente ocorre a identificação das affordances. Affordances se referem às propriedades ambientais que propiciam oportunidades para a ação, estruturas óticas de informação sobre o ambiente, que existem objetivamente e são definidas a partir das necessidades e possibilidades do organismo. Dessa forma, a percepção é sempre ativa. O objetivo desse trabalho é retrazar as semelhanças entre a fenomenologia husserliana e a psicologia ecológica de Gibson, demonstrando o grau de compatibilidade entre a psicologia ecológica e a fenomenologia de Husserl.

Apoio financeiro/Bolsa: **CAPES**



Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **psicologia ecológica, fenomenologia, percepção direta.**

Área da Psicologia: **HIST - História em Psicologia**



EDUCAÇÃO NO CÁRCERE: HOMOGENEIZAÇÃO, PRODUÇÃO SUBJETIVA, LIMITES E IMPASSES. *Francisco Ramos de Farias (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)*

Pretende-se refletir sobre o processo de transformação subjetiva, em termos de singularização, que tem lugar nas prisões em decorrência do ingresso do preso às escolas, norteando-se pela realização das etapas concernentes à pesquisa em andamento “A construção da memória da educação prisional no Estado do Rio de Janeiro”. Pensar a complexidade das escolas em um ambiente conhecido, socialmente, como lugar, na acepção foucaultiana, de sequestro de almas, não apenas de reclusão com restrição de liberdade, mas pelo processo de assimilação da cultura prisional, *conditio sine qua non*, à sobrevivência, nesse espaço de constantes as ameaças à vida oriundas de diferentes fontes. Começamos situando um paradoxo que marca o desencontro entre prisão e escola e que tem incidências diretas na preparação do homem para retorno à vida em liberdade: se a prisão é um lugar de renúncia e adoção de hábitos, de vida e adotar além da postura de obediência e submissão, como pode preparar o preso para viver em plena liberdade? Sabe-se que o encarceramento tem como meta privar as pessoas do convívio social e mantê-las reclusas do restante da sociedade. Diante disso, a educação nas prisões poderia, em uma visão superficial, ser comparada ao processo de treinamento de um homem para correr, porém com as pernas amarradas, visto que as escolas nas prisões não estão isentas de seguirem princípios da instituição prisional. Contudo, uma vez, o saber sendo transmitido, cabe aquele a quem se endereça dar um destino no sentido das decisões e escolhas de vida. Esses são os efeitos que escapam as determinações da gestão penitenciária encarregadas em transformar criminosos em homens dóceis. Certamente, embora a meta da prisão vise a uma transformação subjetiva de índole, o que consegue é a transformação corpórea decorrente de um profundo processo de adestramento com a administração de hábitos (andar de cabeça baixa, com as mãos para trás) que, em princípio, justificam-se somente como a assunção da condição de ser obediente e submisso frente a uma autoridade. São essas pessoas obedientes e, muitas vezes, submissas aquelas que ingressam às escolas nas prisões, pois, neste ponto, revela-se outro paradoxo: embora a educação seja um direito de todos, nas prisões aqueles que frequentam as escolas têm que demonstrar mérito, ou seja, não é qualquer preso que queira estudar que ingressará na escola, visto que, a entrada depende da avaliação das ações constantemente observadas no ambiente prisional. Disso decorre então uma das características que muito cativam os professores e gestores das escolas que, unanimemente, ressaltam o prazer em trabalhar em escolas prisionais, sob a alegação de que os alunos são obedientes e valorizam a escola e o trabalho dos professores. Devemos ressaltar que, nas prisões do Estado do Rio de Janeiro, onde já forma implantadas escolas, é raro a escola que comporte mais de 30% do efetivo carcerário. Essa constatação explica-se por vários motivos: instalações físicas de muitas escolas que limitam o ingresso de alunos; desinteresse de alguns presos em estudar, repetindo uma situação trazida de fora da prisão; atrativos em relação à realização de atividades laborais remuneradas na prisão, falta de profissionalização para o preso planejar seu futuro ao sair da prisão, entre outras. Todas essas dificuldades devem-se ao



fato de que a educação nos espaços prisionais é uma prática muito recente ainda em momentos de consolidação. Nessa perspectiva, aposta-se na educação como o processo que se contrapõe ao estado de consciência alienada presente em grande parte da massa carcerária que, sequer, tem noção de que funciona em resposta a determinadas demandas da sociedade, adequando-se ao pressuposto foucaultiano de que os delinquentes são úteis à sociedade. De certo modo, como a educação consiste em de emancipação e libertação, então estamos diante de um processo de produção subjetiva no qual tem lugar a formação de uma consciência crítica, pelo fato de possibilitar ao preso compreender o mundo e a si mesmo de outra forma. Contudo, quando estamos falando de educação nas prisões, não estamos nos restringindo ao processo de escolarização e sim a um contexto mais amplo que deve contar com outras ações formativas e assistenciais determinadas pela Lei de Execução Penal. Quando voltamos nosso olhar para os presos que estudam constatamos que participam de ações decorrentes de filtros precisos e complexos, seja pelas características dos atores sociais encaminhados à prisão, quer dizer, já há o filtro social em termos de suspeição, prisão, condenação e encarceramento de dados segmentos da população; seja pelo maciço processo de estratificação no interior das prisões, reproduzindo a mesma estratificação do ambiente externo à prisão. Essa estratificação tem papel importante para o egresso, principalmente quando se volta para planejar seu retorno ao contexto das relações sociais fora da prisão, pois muitas vezes, durante o período de reclusão, houve mudanças significativas na estrutura da paisagem urbana como também as relações antigas, ou não existem mais, ou são confrontadas com um clima de estranhamento. Disso resulta que, por um lado, existem as memórias de um passado e, por outro, o presente exige do egresso abrir mão delas para encarar as novas situações de vida que, nem sempre, favorecem a ambientação à vida fora da prisão. Essas dificuldades entram na rubrica da produção do grande índice de reincidência que, no Brasil, segundo dados do DEPEN conforma a cifra de mais de 70%. Poderia a escola na prisão funcionar na contramão dos vetores que promovem a reincidência? Respondendo afirmativamente, embora reconheçamos que a educação seja a única ação nesse sentido, pois as transformações subjetivas que decorrem do processo de transmissão do saber, no interior das prisões, encontram limites em termos da homogeneização do preso decorrente da gestão penitenciária que se confronta com a produção de singularidade decorrente da ação educativa. Quer dizer, é preciso ter em mente esses limites para conduzir a educação nas prisões em face de seus diversos impasses. Eis o que se deduz da investigação em tela voltada para a reflexão da educação de jovens e adultos em condição de privação de liberdade. Sendo assim, trazemos a baila a experiência de atravessamento pela instituição prisional na realização de pesquisas, em dois momentos: na década de 1990, no extinto DESIPE sobre o tema do ato criminoso e, atualmente, sobre a educação nas prisões. Assim tratamos de uma realidade em um espaço de constantes interações guiadas sobretudo por inúmeras preocupações e precauções ante a situação de que a escola funciona em um espaço prisional e o aluno é antes um criminoso condenado pela Justiça. A conjugação das experiências de pesquisas, na interface da universidade com o sistema penitenciário permite explorar a aplicação das



políticas de assistência preconizadas pela lei, bem como a implantação de programas e projetos que levem em consideração a realidade das prisões onde os alunos se engajam nas escolas na esperança de produzir novos formatos para as suas vidas quando cumprirem a pena. Assim, esperamos estar presentes no acompanhamento e discussão da estruturação do processo de construção da memória das escolas nas prisões no Estado do Rio de Janeiro. Até então concluímos que os jovens e adultos nas prisões que estudam expressam índices visíveis de dupla privação: por um lado, demonstram que o início da vida produtiva deu-se com o ingresso à criminalidade, razão da baixa escolaridade e do despreparo profissional de grande contingente da massa carcerária e, por outro, como a prisão exacerba essas condições, então acaba alimentando o circuito de reincidência, dando vigor à política do grande encarceramento.

Apoio financeiro/Bolsa: **Editais Pensa Rio - FAPERJ - 2011**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **educação na prisão, crime, memória social, homogeneização, emancipação**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**



A ESCOLA NA PRISÃO: UM OLHAR SOB A ÓTICA DO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO. *Lobelia da Silva Faceira (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) José Paulo de Moraes Souza (Escola de Gestão Penitenciária da Seape e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)*

O trabalho é fruto de uma pesquisa que investiga o processo de construção da memória do trabalho dos educadores da Escola Estadual Anacleto de Medeiros, localizada no Presídio Evaristo de Moraes, no Rio de Janeiro. A pesquisa pretende mapear desde a implantação da citada escola até o momento atual, entendendo o processo de formação, dificuldades, motivações, o trabalho cotidiano e o processo educacional com o preso, objetivando a busca pelas afetações, caso haja, dos professores na escola na prisão e desta nos professores. Quando pensamos em processo educacional, pensamos em uma via de mão dupla, uma troca de experiências no processo de aprendizado. Nesse sentido, pensar em uma escola na prisão significa entender, se esse processo ocorre, como se efetiva a troca de experiências e se a mesma traz uma contribuição para o processo de aprendizado professor/aluno. A educação no sistema penitenciário teve início no ano de 1967 quando foi inaugurado o Colégio Estadual Mario Quintana, este foi o primeiro Colégio Formal dentro de uma unidade prisional no país, ficava localizado na antiga Penitenciária Lemos Brito, no Complexo da Frei Caneca, Centro do Rio de Janeiro. Hoje, tanto a Penitenciária, quanto o colégio, funcionam no Complexo de Gericinó. Com o passar do tempo os Colégios Estaduais, denominados Escolas por presos e funcionários, foram implantados em outras unidades penais, tendo em vista um acordo firmado entre a até então Secretaria de Estado de Justiça e a Secretaria de Educação. Atualmente a Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEEDUC) informa que há um total de 28 unidades, até o momento, com educação formal, incluindo as escolas denominadas anexas. Embora as prisões ocupem diversificados espaços geográficos no Estado do Rio de Janeiro, as escolas estão localizadas, em sua maioria, nos presídios que ficam no Complexo de Gericinó, zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e São Cristóvão, além de escolas em outros municípios como os Japeri, Itaperuna, Volta Redonda, Campos, Niterói e Magé. O processo educacional nas prisões não é simples, pelo contrário, sua complexidade e contexto híbrido trazem discussões e inúmeras divergências sobre os métodos e práticas educacionais. A prisão potencializa os sentimentos e contradições, na medida em que é contraditoriamente, considerada pelo Estado, um espaço de disciplina e ressocialização. O custodiador prisional e o educador trabalham com o mesmo indivíduo e utilizam a disciplina com finalidades diferentes, o primeiro tem como fim, o processo de prisionalização, a prisão como forma de pagamento da pena, enquanto o outro apresenta um processo educativo e possibilita a transformação do indivíduo preso pelo viés da educação formal. Ainda ressaltamos os antagonismos e hibridismo destes papéis sociais, uma vez que o professor é um agente educador e disciplinador, da mesma maneira que o Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária é um agente disciplinador e educador. Além disso, ainda há o grande desafio da integralidade da política de educação e da Administração Penitenciária, uma vez que a política educacional é executada por secretarias de estado sobrepostas, ou seja, pela SEEDUC e Secretaria de Estado de Administração

Penitenciária. Esta integralidade e parceria institucional no âmbito da execução da educação vêm se reconfigurando historicamente, sendo importante retomarmos brevemente esta historicidade. Nos outros estados brasileiros não existem escolas formais e públicas nos espaços prisionais. No Rio de Janeiro, as escolas fazem parte integrante da unidade prisional e possuem certa autonomia. Embora a prisão signifique o trancamento do indivíduo levado à reclusão; um espaço de segurança e disciplina, esse local pode ser observado como um espaço social e, nesse contexto a escola possui um papel importante de reflexão e de cidadania. Inversamente à importância da escola na prisão, os trabalhos sobre essas escolas são escassos, produzidos num contexto carente de tradição historiográfica e de falta de conservação do seu acervo documental, o que nos leva a ressaltar a importância de tal pesquisa para esse tipo de prática educacional. Nesse contexto como coexiste o profissional de educação que atua nessas escolas na prisão? A atuação do docente na escola na prisão constitui questão de maior importância porque é nesse espaço que as propostas pedagógicas se concretizam, e no caso da escola no presídio isso significa, sobretudo, lidar com a ideia do diferente, presente nas experiências e conhecimentos prévios dos alunos. Os alunos são diferentes em suas subjetividades e essa diferença diz respeito também ao nível socioeconômico, aos valores compartilhados, às crenças, os valores sociais, às diferentes maneiras de educar, de interpretar e acatar as normas sociais. Os alunos trazem conhecimentos prévios e experiências pessoais que não podem ser deixados de lado, e sim devem constituir uma referência para o professor definir formas de trabalho e de relacionamento com a turma. O trabalho do professor concretiza-se na sala de aula, no contato com seus alunos, acreditando na formação desses alunos/presos, desenvolvendo suas potencialidades a partir de sua valorização e mostrando que os mesmos são os protagonistas de sua própria formação, sem que isso implique negligência em relação ao domínio dos conhecimentos necessários para a vida no mundo de hoje. A valorização da experiência do aluno é um dos recursos para que aluno aprenda o conteúdo preconizado pela instituição escola. A escola na prisão está submetida à dinâmica carcerária. No entanto, ainda que apresente alianças e interesses que lhe são externos, aparece como um local diferenciado em relação aos demais espaços prisionais, apresentando-se como lugar de possibilidades, em que as relações são distendidas, ocorrendo à possibilidade de ocupar-se de outros assuntos que não os relacionados ao mundo do crime. Portanto a escola, de certa forma, influencia a prisão, onde a singularidade da educação escolar marca sua presença na rotina de seu existir dentro de outro espaço, a prisão. Alguns questionamentos são pertinentes à prática da educação na prisão, como: De que maneira esse educador percebe sua prática em um ambiente de forte controle? Até que ponto a prática educacional recebe interferência da prisão? De que forma o professor é afetado pela prática de docência na prisão? Como o professor percebe o preso/aluno? Esse professor acredita no processo educacional entre grades? Ocorre a fratura da prática educacional na escola na prisão? Essas são algumas dentre tantas outras questões que o trabalho pretende abordar. Podemos pensar na memória do trabalho do professor na prisão como forma de delinear essa importante tarefa, comparar com o início do processo educacional naquele espaço e repensar futuras ações, o conceito de memória,



produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja. Nesse sentido, tendo em vista o professor no contexto prisional, dividimos a pesquisa nas seguintes etapas metodológicas interdependentes: Revisão bibliográfica, esta etapa, que ocorrerá no primeiro ano da pesquisa, abrange o levantamento bibliográfico pertinente à pesquisa, sobretudo obras cujo tema prisão, escola na prisão e memória estejam presentes, e de alguma forma auxiliem e contemplem a construção do saber sobre o tema proposto. Ainda no primeiro ano encaminharemos ao Comitê de Ética o projeto com argumentação e documentação necessária para as entrevistas; a próxima etapa, que ocorrerá no segundo ano no mês de março, pois é a previsão de início das aulas nas unidades prisionais, é a coleta de dados, através de entrevistas com os professores, o foco principal da pesquisa. A última etapa será a análise de todo material colhido e a escrita de todo trabalho com o intuito da construção da Memória Social do trabalho dos professores das escolas na prisão.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Escolas prisionais, formação docente, sistema penitenciário, custódia, memória social**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**

EDUCAÇÃO NA PRISÃO: VÁRIAS FACES DA MESMA MOEDA. *Maria de Fátima Sacffo (Faculdades Signoreli e Prefeitura Municipal de Niterói)*

As reflexões seguintes sobre a educação no sistema penitenciário parte da realização de pesquisas com populações vulneráveis que vivem sob constantes ameaças em áreas de risco devido à proximidade com regiões dominadas pelo narcotráfico. Em primeiro a iniciativa de intervenção coordenada pela Secretaria de educação da cidade de Niterói, consistiu em ações com crianças e jovens para evitar o aumento considerável de sujeito que, inevitavelmente, acabam tendo com destino a prisão, onde, muitos deles, pela primeira vez, têm acesso à assistência preconizadas por determinadas políticas públicas, como no caso a educação, entre outras. A grande expectativa de um processo de intervenção dessa natureza, ao encargo de profissionais de diferentes campos de práticas sociais, seria a de evitar que alguns jovens dessas regiões ficassem privados dessa políticas e somente conheceram suas assistências em decorrência da prática de um crime seguido de condenação. Desse modo, a intervenção em tela realizada numa temporalidade presente vislumbrava outro futuro na trajetória dessas pessoas, razão pela qual as possibilidades não esperadas eram também conhecidas pela equipe, como a possibilidade de ingresso na escola no âmbito da prisão. A educação na prisão tem sido apontada por vários setores como oportunidade de recuperação do infrator para o retorno da vida em condição de liberdade, na medida em que oferece ao detento a possibilidade de reconstrução de sua identidade e resgate da cidadania perdida. Também tem sido percebida como ferramenta primordial para a superação das violações de direitos no interior da prisão. Por parte dos detentos a educação na prisão tem sido aceita como uma estratégia utilitária, uma vez que possibilita a remissão da pena a ser cumprida, direito garantido na Lei de Execuções Penais - LEP de 11 de julho de 1984, em seu artigo 126 afirma que “o condenado que cumpre pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena”. Por seu turno a sociedade incentiva a existência da escola na prisão como uma estratégia de entretenimento, de diminuição tentativas de fugas, enfim, como um passatempo que abrande o condenado, que precisa manter-se transformando-se fora do convívio social, para ao mesmo retornar, desde que esteja completamente modificado, positivamente a serviço do bem, em sua índole, como se isso fosse possível na prisão. Diante de paradoxos, como atingir o objetivo precípua: a humanização do humano? Parece haver a crença de que basta o professor ir à prisão dar a sua aula e já está contribuindo com o processo de emancipação para a liberdade. Não obstante, cada prisão tem sua peculiaridade como tem cada escola do sistema prisional. Por exemplo, a arquitetura das prisões brasileiras facilita o contato entre os prisioneiros, que conseguem formar organizações paralelas ao Estado e ainda interferir na vida fora do espaço prisional. Em termos de estrutura organizacional, as prisões reúnem criminosos dos mais variados delitos no mesmo território, criminosos comuns, guardas e policiais corruptos, facilitando não só o aperfeiçoamento das práticas criminosas já trazidas como bagagem, como também a ocorrência de motins, fugas e rebeliões. Por ter se tornado um espaço que continua ameaçando a vida em sociedade, nas últimas décadas o tema Educação na prisão brasileira começou a ocupar espaços nos debates relativos à



tentativa de diminuição da reincidência na vida do crime e como medida efetiva de formação e internalização de valores éticos. Nestes debates têm sido possível aprofundar questões que caracterizam o sistema prisional brasileiro e apontar pistas para possíveis mudanças no modelo de Educação atual, que ainda desconhece os meandros do cárcere. Contudo, não podemos deixar de salientar que a modalidade de educação que tem lugar nas prisões sofre determinados percalços em espaços fora da prisão: apenas as dificuldades se avolumam em razão dos limites e restrições próprios da gestão penitenciária e da vida em condições de confinamento pela restrição de liberdade. A presente pesquisa, mesmo tendo sido realizada, com jovens de bairros carentes em situação de constante ameaça, tem o objetivo de contribuir para a ampliação do debate em torno da educação nas prisões, seja no sentido de trazer para a discussão uma realidade (a assistência educacional nas prisões) que se afigura como possível somente em razão da condição de criminoso; seja pela reunião de fragmentos a ser disposto na construção de uma memória sobre a formação, conscientização e emancipação do homem em decorrência de sua inserção no campo do saber, por intermédio das instituições escolares. Há quanto a isso algumas ponderações: o ambiente prisional no Brasil não é de total submissão e apresenta características próprias em função da produção de fações criminosas, inicialmente no Estado do rio de Janeiro, mas que, na atualidade parece fazer parte de todo território nacional. A sobrevivência na prisão, pela assimilação de novos hábitos, funciona como um rito de passagem para o qual o detento precisará de resistência férrea para demonstrar sua potencialidade viril e a adesão - compromisso ao grupo que o acolherá, usando determinados tipos de identificação, entre outros símbolos de pertencimento. A violência é a linguagem que proporciona maior visibilidade ao preso, “garantindo” que sua realidade seja exposta na mídia. São comuns assassinatos entre os desafetos detidos, ocorrências que podem ser também concebidas como forma de pressionar o Estado para o atendimento das reivindicações dos internos. O contato entre presos e educadores é dificultado pelas próprias regras impostas pela hierarquia entre os detentos. Igualmente em bairros de periferias de grandes cidades onde reina a pobreza e o esquecimento do Estado na função de garantir determinadas políticas de assistência, a situação não é muito diferente, visto que não há garantia total de segurança para os educadores, fator que os coloca em estado de tensão. Esse fato não se observa nas prisões, salvo raras exceções em função de seleção de presos para estudarem entre aqueles de bons comportamentos. Por outro lado, a própria sala de aula não é um espaço neutro para livre atuação do educador, sendo este espaço a qualquer momento invadido para retirada de um aluno (cumprimento de castigo, visita de advogado, trabalho interno), situação em que não é permitida a interferência do educador, uma vez que o detento está sob a tutela do Estado. Enfim, são muitas as dificuldades ao trabalhar com a educação penitenciária. Como aspectos mais relevantes desse processo, podemos citar a precária formação dos educadores, a insuficiência de recursos humanos, didáticos, tecnológicos, a fragilidade dos programas governamentais acerca do papel da educação penitenciária emancipação e desalienação do detento, a percepção de agentes penitenciários, policiais e administradores sobre a presença dos educadores nas prisões. A educação na penitenciária ainda enfatiza a aquisição de



conteúdos cuja aplicabilidade prática não é percebida de imediato pelos detentos, o que pode também ser um fator promotor de desinteresse, cuja permanência só se justifica pela remissão da pena a ser cumprida, sendo, portanto, os ideais de construção de cidadania, sentido existencial, transformação de valores e comportamentos, relegados quiçá ao segundo plano. Esperamos que a intervenção em segmentos jovens da populações que vivem em condições de carência possa servir para a construção de um novo cenário ao invés de corresponder a expectativa referente ao avolumar a infindável lista de encarcerados.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **populações carentes, narcotráfico, educação de jovens, memória social, políticas públicas**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**

INTERVENÇÃO EM GRUPO PARA PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA. *Maria Cristina O.S. Miyazaki (Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto/FAMERP,SP), Marcos R. Datti Michelletto (UNESP São José dos Campos,SP)*

A saúde do profissional é uma variável relevante para a qualidade dos serviços prestados. Quando prejudicada, pode afetar não só o seu bem-estar e de sua família, mas a qualidade de sua prática profissional e do sistema onde atua. Assim como pacientes e familiares, profissionais que trabalham em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) são vulneráveis aos estressores presentes no contexto onde trabalham. Burnout é o termo utilizado para denominar o resultado de uma exposição prolongada a estressores laborais, com sintomas físicos (ex.: dores musculares, tremores, cefaleia), psicológicos (ex.: insatisfação, preocupação, irritabilidade), comportamentais (ex.: consumo excessivo de álcool, de tranquilizantes, alimentação inadequada, sedentarismo) e sociais (ex.: retraimento, conflitos com colegas e com a família). Em UTIs, a presença de burnout entre médicos e enfermeiros tem sido frequentemente relatada. Os autores realizaram um estudo com profissionais que trabalham na UTI Geral de um hospital de alta complexidade, com os seguintes objetivos: a) avaliar motivação, estresse, burnout e sintomas de depressão; e b) avaliar efeitos de um programa psicoeducativo em grupo sobre os sintomas de estresse e depressão. Método: o estudo foi dividido em três etapas: 1) avaliação pré-intervenção; 2) programa psicoeducativo em grupos; e 3) avaliação pós-intervenção (sintomas de estresse e de depressão, satisfação com o programa e seu impacto sobre o trabalho). Foram utilizados os seguintes instrumentos: Inventário de Motivação e Significado no Trabalho, Inventário Maslach de Burnout, Inventário de Sintomas de Stress de Lipp e Inventário Beck de Depressão. O programa psicoeducativo foi realizado em grupos, com atividades estruturadas e em sete encontros. Resultados: participaram da primeira etapa 214 profissionais (73% dos profissionais que trabalham na UTI): 157 auxiliares e técnicos de enfermagem, 30 enfermeiros, 15 médicos, cinco auxiliares administrativos e sete profissionais de saúde. O nível de motivação foi médio-superior (score: 152,08; variação 0-240 pontos). Encontrou-se provável burnout em 83 (38,8%), estresse em 97 (45,3%) profissionais e score médio 9,56 ($\pm 6,48$) de sintomas de depressão. Trinta e cinco (16,4%) vivenciaram o programa psicoeducativo, completaram as três etapas, relataram ótima satisfação e impacto moderadamente positivo sobre o trabalho. Os resultados pré e pós-intervenção mostraram estresse pré em 30 (85,7%) e pós em 18 (51,1%) e sintomas de depressão leve/moderada pré em 16 (45,7%) e pós em 9 (25,7%). Conclusão: a presença de sintomas de burnout e estresse entre os profissionais é compatível com a literatura. O nível de motivação revelou comprometimento com o trabalho, embora não tenha atuado como fator protetor para burnout, com estudos associando burnout e dedicação ao trabalho. Houve redução de sintomas de estresse e de depressão após a intervenção e satisfação com a mesma. Entretanto, medidas complementares devem ser implementadas e seu impacto avaliado

Apoio financeiro/Bolsa: **BAP/FAMERP/CNPq e Produtividade em Pesquisa CNPq**
Nível do trabalho: **Pesquisador - P**



Palavras-chave: **Saúde do Trabalhador; Unidade de Terapia Intensiva; Equipe Multiprofissional**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**

INTERVENÇÕES GRUPAIS COM HOMENS IDOSOS NO MODELO PSICOEDUCATIVO E DE BASE COGNITIVO-COMPORTAMENTAL. *Lilian Maria Borges (Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Eliane Maria Fleury Seidl (Universidade de Brasília)*

Programas psicoeducativos direcionados à população idosa têm sido planejados e implementados no intuito de disseminar informações e propor atividades grupais que favoreçam a saúde e a prevenção ou o controle de doenças prevalentes neste segmento etário. Estratégias cognitivo-comportamentais empregadas nestas intervenções mostram-se úteis para a revisão de crenças e a modificação de hábitos prejudiciais à saúde, bem como para a aquisição ou fortalecimento do autocuidado. No entanto, as mulheres têm participado mais ativamente dos projetos sociais ofertados para idosos, representando a maioria esmagadora dos seus favorecidos. Presume-se que a menor participação de homens em programas educativos, assim como em serviços primários de saúde, seja devido em grande parte a questões culturais, considerando que, na socialização dos homens, os cuidados com a saúde têm sido pouco enfatizados. Além disso, os homens tendem a apresentar maior dificuldade do que as mulheres para verbalizar suas emoções e necessidades, na medida em que temem que isso possa ser interpretado como demonstração de fraqueza. Parece ainda existir uma lacuna entre as necessidades de saúde da população masculina e a organização das práticas de saúde. Nesse sentido, foi desenvolvida e avaliada uma intervenção psicoeducativa em grupo para fomentar o autocuidado entre homens idosos. Treze homens integrantes de um centro de convivência para idosos, com média de idade igual a 69 anos, participaram de nove encontros temáticos embasados no modelo cognitivo-comportamental, com exposição dialogada, dinâmicas de grupo e emprego de técnicas específicas, tais como treino assertivo e em resolução de problemas. Os principais temas abordados nas sessões grupais foram envelhecimento, saúde do homem, prevenção, adoecimento crônico, habilidades sociais e relação entre crenças, comportamento e saúde. Dados obtidos em entrevistas individuais realizadas antes e após a conclusão das atividades, com base em questionário elaborado para o estudo e nos questionários para avaliação de qualidade de vida WHOQOL OLD e WHOQOL bref, serviram para subsidiar o planejamento das intervenções e para verificar os seus efeitos conforme o autorrelato dos participantes. Como resultados observou-se diferença significativa ($p < 0,05$) no domínio participação social do WHOQOL OLD e maior prontidão para a realização de consultas e exames médicos, além de fortalecimento da prática de exercícios físicos, de um padrão de alimentação saudável, de comportamentos assertivos e de crenças quanto aos benefícios de condutas promotoras de saúde. Todos os participantes revelaram-se satisfeitos com a experiência, destacando seus ganhos sociais e em aprendizagens. Conclui-se que intervenções grupais podem auxiliar idosos, de ambos os sexos, na ampliação de suas redes de apoio social e no fortalecimento do autocuidado e do enfrentamento de estressores típicos do envelhecimento.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **intervenção grupal, envelhecimento, saúde do homem**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**

STRESS E HIPERTENSÃO: INTERVENÇÃO COGNITIVO-COMPORTAMENTAL. *Lucia Emmanoel Novaes Malagris (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)*

A Hipertensão Arterial (HA) se constitui em um importante fator de risco para doenças cardiovasculares e, em função da grande incidência na população mundial, vem sendo alvo de interesse de pesquisadores de diversas áreas. A HA demanda estratégias medicamentosas e não medicamentosas em seu tratamento, incluindo o manejo do stress. O objetivo do presente estudo foi comparar dois tipos de intervenções não medicamentosas em pacientes com HA visando o controle do stress. As participantes do estudo foram 25 pacientes hipertensas estressadas, não diabéticas, com idade média de $54,12 \pm 6,2$, atendidas no Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis da UFRJ. Constituíram-se três grupos: um submetido ao Treino de Controle de Stress de Lipp (TCS), Grupo Experimental 1 (GE1); outro treino em Técnica de Relaxamento e Respiração Profunda, Grupo Experimental 2 (GE2) e grupo controle (GC). Todas as participantes recebiam atendimento regular para HA e faziam uso de medicação anti-hipertensiva e passaram, no início e final do estudo, por consulta médica, entrevista psicológica, aplicação do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp e Inventário de Expressão de Raiva como Estado e Traço. O TCS se constitui em intervenção de base cognitivo-comportamental e a técnica de relaxamento se baseou no relaxamento muscular progressivo de Jacobson acoplado à respiração profunda. Os resultados indicaram que o GE1, que recebeu o TCS, teve melhores resultados do que os demais grupos quanto à redução da quantidade de participantes estressadas e quanto ao nível de stress ($p < 0,05$). O mesmo ocorreu quanto ao Estado de raiva e Temperamento de raiva. Tais alterações se mostram favoráveis para pessoas que sofrem de HA, pois existem comprovações de que aumentos de PA podem estar associados ao stress e à raiva. Quanto ao GE2, que recebeu técnicas de relaxamento somente, observou-se maior Estado de raiva, mas redução na Reação de raiva ($p < 0,05$), ou seja, apesar de estarem se sentindo com mais raiva no momento da aplicação do inventário, as participantes do GE2 estavam menos reativas no seu dia-a-dia. Na amostra total verificou-se que quanto maior a percepção de relaxamento, menor a Raiva para Dentro (característica de pacientes com HA), que se deveu apenas ao GE1 e GE2. Concluindo, observou-se que o grupo que recebeu o TCS completo se beneficiou mais do que os demais grupos no que se refere à redução da presença e nível de stress, assim como quanto ao Estado de raiva e Temperamento de raiva. A técnica de relaxamento e respiração profunda revelou-se favorável nos dois grupos submetidos à intervenções. As alterações encontradas após a intervenção mostram-se favoráveis no caso de pacientes com HA, já que têm sido comprovados aumentos de PA associados ao stress e ao sentimento de raiva, especialmente direcionados para dentro.

Apoio financeiro/Bolsa: **MCT-CNPq-MEC-CAPES**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Hipertensão, controle do stress, relaxamento**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**



INTERVENÇÕES ANALÍTICO-COMPORTAMENTAIS REALIZADAS NO ATENDIMENTO DE UM CASO ‘GRAVE’ DE TRANSTORNO OBSESSIVO COMPULSIVO. Vera Regina Lignelli Otero (Clínica ORTEC - Ribeirão Preto SP)

Trata-se do caso de uma moça (A) de 30 anos no início do atendimento, com três irmãos, todos portadores de TOC. A foi diagnosticada aos 24 anos, após ter interrompido suas atividades acadêmicas há dois anos, e, não conseguir envolver-se em nenhuma outra atividade. A apresentava inúmeros pensamentos obsessivos e uma gama imensa de rituais que a impediam de envolver-se em qualquer atividade incluindo as de autocuidado e higiene pessoal. A conseguiu eliminar vários rituais assim como enfrentar diversos pensamentos obsessivos, embora tenha se mostrado refratária ao enfrentamento da maioria de suas obsessões e rituais.

Nível do trabalho: **Outro**

Palavras-chave: **TOC - terapia analítico-comportamental - casos graves**

Área da Psicologia: **CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade**

O TRATAMENTO E A PSICOEDUCAÇÃO PARA TOC EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: ALGUMAS PRÁTICAS POSSÍVEIS SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO. *Regina Christina Wielenska(IPqHCFMUSP e HU-USP)*

Serão descritas formas de intervenção que já se mostraram adequadas no contexto de hospitais universitários e instituições congêneres para o tratamento do TOC. As intervenções sofrem restrição de duração, visto a grande demanda por vagas para tratamento restringir a disponibilidade de tratamentos individuais, individualizados e de longa duração. A psicoeducação pode ser realizada por meio da indicação de leitura de material informativo sobre o TOC, mas nem todos os portadores e/ou seus familiares estão familiarizados com a leitura de textos ou motivados a fazê-lo. Rituais típicos do TOC podem atrapalhar a leitura com entendimento de alguns portadores. A presença de um ou dois profissionais de saúde mental em encontros organizados para grupos maiores de portadores e seus familiares pode se transformar numa ocasião muito propícia para discutir sintomatologia, etiologia, curso, comorbidades, formas de tratamento médico (farmacoterapia, estimulação magnética transcraniana, psicocirurgia por gamma knife) e psicológico (terapia comportamental, terapia cognitiva, intervenções individuais e em grupo, orientação e terapia familiar e multifamiliar). O risco de suicídio em alguns casos, ou a extrema condição de fragilidade do paciente (desnutrição, sujeira, excessos comportamentais incapacitantes ao extremo, etc.) pode justificar a internação, que raramente ocorre em unidades especializadas, com staff treinado para manter condutas favorecedoras tanto da exposição gradual aos estímulos ansiogênicos e da prevenção de respostas ritualísticas. Somente casos leves e moderados respondem bem a instruções do médico ou psicólogo no sentido de realizarem exposição e prevenção de respostas (EPR) ou aderirem com afinco à medicação. Terapia analítico comportamental de tempo limitado, restrita a um ou dois semestres, com sessões semanais, beneficia geralmente os casos menos graves, e pacientes com transtornos associados precisarão de terapia prolongada, um serviço escasso na rede pública. Associações de portadores, como a ASTOC em São Paulo, permitem alcançar indivíduos residentes em locais distantes e sem recursos profissionais adequados na comunidade onde vivem. Precisa ficar claro aos portadores que reuniões de grupo de apoio podem ser terapêuticas, mas não bastam como proposta de tratamento. Às famílias deve-se colocar ênfase nas relações no lar que não superprotejam o portador de TOC e devem evitar colocar o portador numa situação na qual seja raramente questionado ou confrontado quanto aos seus comportamentos disfuncionais. Além de cúmplices ou omissos, há familiares violentos, punitivos, agressivos, que acam o portador, o humilham, o isolam. Intervenções multifamiliares criam um clima cordial e afetivo de aprendizagem, que instila esperança em quem precisa, esclarece diretrizes de intervenção no lar e promovem comportamentos favoráveis ao combate ao TOC e suas comorbidades.

Nível do trabalho: **Outro**

Palavras-chave: **terapêutica do TOC, contexto institucional, intervenções grupais**

Área da Psicologia: **CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade**

ABORDANDO O TOC COM ENFASE NO TRABALHO COM VALORES COMO OPERAÇÃO ESTABELECEDORA PARA NOVOS COMPORTAMENTOS. *Yara Kuperstein Ingberman. (IEPAC Instituto de Estudo e Psicoterapia Analítico Comportamental /FEPAR Coordenação do Curso de Psicologia Clínica: Ênfase na Análise do Comportamento – Curitiba – PR)*

Será apresentado o caso clínico de um homem, 47anos, separado, engenheiro, vivendo em um quarto de hotel para manter sua privacidade. Traz como queixa estar extremamente ansioso e tomado por seus sintomas de TOC. Ao procurar o médico que o acompanhava há mais de 15 anos e declarar que não queria mais tomar medicação. Só então foi encaminhado para psicoterapia. Seus rituais tomavam várias horas de seu dia e haviam sido parte dos motivos que o levaram a separar-se da esposa a qual dizia amar, mas com quem não poderia mais estar, pois não poderia viver com outra pessoa em função de sua “doença”. O cliente encontra-se em atendimento há três anos e neste período vários procedimentos foram desenvolvidos. No início demorava 40 minutos para chegar ao consultório, pois demora até sair do trabalho por conta de seus rituais, e pelos outros que faz no caminho. Demora muito também pela manhã para ir ao trabalho, preso a rituais para o uso do banheiro. Inicialmente foi feita psicoeducação para o TOC e foi fundamental que o cliente compreendesse o papel da evitação na manutenção de seus rituais. Esta noção serviu de guia para que pudesse deixar de evitar situações e passasse a efetivar prevenção de resposta por sua própria escolha sem programação com o terapeuta. Ao final dos primeiros meses já havia diminuído por conta própria grande parte dos rituais que vinha mantendo há longo tempo. Relatava sentir uma “liberdade” para viver que não havia sentido antes em sua vida. Ao descrever como executava seus rituais, já fazia seus próprios planos de enfrentamento e os executava. Após os ganhos iniciais, passou a descrever que estava muito bem e que se sentia como nunca antes em sua vida e por isso as pequenas “manias” poderiam ser mantidas. Esta regra foi questionada em função dos ganhos das etapas anteriores e de como a evitação é que era seu problema principal. Neste meio tempo inicia um novo relacionamento e, mais livre dos rituais e mais assertivo, com ansiedade menor em relação à companheira, pois atendia ao quadro relacional de igualdade, “ambos temos problemas psicológicos”, o que lhe permitiu não ter de atender a todas as necessidades da companheira e poder dizer alguns não, sentindo-se menos exposto em seus hábitos “bizarros”. Passa a exercitar sua capacidade em dizer não e mais uma vez relata sentir-se calmo e livre como nunca antes em sua vida. Quando este relacionamento torna-se menos agradável, consegue romper após algumas dificuldades. Nas sessões várias regras de como situações devem ser resolvidas ou enfrentadas vão sendo questionadas e revistas. O guia do trabalho passa a ser a questão: “que vida eu quero para mim? uma vida presa aos rituais e regras inflexíveis ou a paz a tranquilidade?” e esta tem sido a linha mestra para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento realizadas pelo próprio cliente e pelo desenvolvimento de repertório de comportamental mais amplo e flexível.

Nível do trabalho: **Outro**

Palavras-chave: **Valores, TOC, relacionamento interpessoal**

Área da Psicologia: **CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade**

PRODUÇÃO CIENTÍFICA: O USO DO BIOFEEDBACK NO TRATAMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS. *Neide Micelli Domingos (Doutora em Psicologia – Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP))*

Biofeedback pode ser definido como um procedimento que auxilia o indivíduo a mudar a atividade fisiológica com o objetivo de melhorar sua saúde e performance. O objetivo desta revisão foi avaliar a eficácia do treino em biofeedback no tratamento de doenças crônicas. Método. Para a busca da literatura as bases de dados pesquisadas foram: PubMed, PsycInfo, Periódicos Capes (por assunto), Cochrane, Scielo (Brasil) e Feeds (pubmed), nos últimos cinco anos. Para inclusão nas análises, os textos deveriam ser completos nos idiomas português, inglês ou espanhol e deveriam utilizar o biofeedback em intervenções psicológicas para ensinar auto monitoramento das sensações fisiológicas. Como critério de exclusão foi definido o uso de biofeedback em outras áreas do conhecimento (ex. fisioterapia; neurologia; urologia; neurofeedback). As palavras-chave de busca foram: treino em biofeedback, doenças crônicas e psicologia. A busca resultou em 202 artigos, mas foram selecionados para análise 21 artigos. Na PubMed foram encontrados 28 artigos e apenas um selecionado para análise; PsycInfo tinham três artigos e apenas dois selecionados; Periódicos Capes optou-se por busca por assunto, sendo que dos nove artigos listados, apenas quatro selecionados; Cochrane foram encontrados 25 artigos, mas nenhum selecionado; Scielo, pelo método integrado não foram encontrados estudos, mas pelo método google acadêmico, 84 trabalhos foram apontados e dois analisados; Feeds são 53 artigos disponíveis e 13 selecionados. Resultados. Dos 21 artigos, três eram teóricos: um artigo enfocou apenas a utilização da técnica como auxílio para controle da dor oncológica; o outro artigo, a aplicação clínica em psicologia da saúde, em especial dor e doença crônica e conclui que ajuda na reabilitação dos pacientes e o outro artigo aponta evidências no tratamento dor de cabeça, disfunção da articulação temporomandibular e incontinência urinária. Dois artigos, um de meta-análise e um de revisão, concluíram a eficácia do biofeedback no manejo da enxaqueca e no manejo do stress e ansiedade respectivamente. Dois artigos sobre dor de cabeça, um em crianças e outro em adultos sugerem efetividade da técnica. Quatro artigos concluíram que há diminuição dos sintomas de ansiedade, depressão e melhora o manejo do stress. O treino de biofeedback também utilizado em dançarinos e jogadores de basquete parece diminuir ansiedade e otimizar a performance. Dois artigos apresentaram o uso em pacientes com stress e dor crônica e também indicaram melhora na saúde e redução da intensidade da dor. O uso em exames como angiografia parece ser efetivo para redução da ansiedade e controle do stress. Em doenças, por exemplo, do coração, dispepsia pediátrica e vômito cíclico parece ter resultados positivos. Um artigo cujo objetivo era examinar se intervenção cognitivo-comportamental por meio de biofeedback reduziria lesões em crianças jogadores de futebol não encontrou resultado significativo entre grupo controle e experimental, indicando necessidade de mais pesquisas. Um único artigo sobre o uso da técnica em transtorno de stress pós-traumático não indicou melhora dos sintomas. Conclusão. A técnica tem eficácia em algumas doenças, mas estudos controlados são necessários.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**



Palavras-chave: **biofeedback; psicologia; doença**
Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**

PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO: AVALIAÇÃO DE UM MODELO DE INTERVENÇÃO. *Ana Carolina Peuker (Pós Doutoranda em Psicologia -Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS), Elisa Kern de Castro (Doutora em Psicologia. Professora Adjunta. - Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos -UNISINOS)*

A detecção precoce tem um papel central no combate ao Câncer de Cóló de Útero (CCU). No Brasil, apesar dos esforços dirigidos à prevenção, as taxas de mortalidade não têm sofrido alterações nas últimas duas décadas. O Modelo de Autoregulação do Senso Comum (MSC) propõe que a natureza e a organização das representações sobre a doença podem orientar ações relacionadas à saúde e ao modo como o autocuidado é exercido. Neste contexto, foi desenvolvida uma intervenção psicoeducativa, baseada no MSC, com o objetivo de fomentar o conhecimento sobre o CCU e seus fatores de risco, promover condutas de autocuidado e ajustar as percepções de risco e sobre a doença. A intervenção foi aplicada na modalidade grupal e direcionada à usuárias de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de Porto Alegre, RS. Participaram dos encontros dez mulheres, com 54 anos em média (dp=13). Foram utilizados uma Ficha de dados sociodemográficos e clínicos, o Brief Illness Perception Questionnaire (Brief IPQ) o questionário de Condutas preventivas de autocuidado(ASA-A) e de Percepção de risco. Os resultados das análises pré e pós-intervenção revelaram que a medida relativa ao autocuidado não se modificou. Contudo, houve mudança especialmente no que se refere à percepção de risco e da doença. Constatou-se um ajustamento das percepções sobre a doença (CCU) antes e após a intervenção. Neste sentido, os achados revelaram aspectos importantes no que diz respeito aos objetivos da intervenção, pois as participantes “ajustaram” suas percepções/crenças, aumentando sua percepção de risco e diminuindo a percepção de ameaça da doença CCU. Com isso, a participantes parecem ter se conscientizado de que apresentavam maior risco do que pensavam e a doença deixou de ser percebida como tão ameaçadora, passando a ser percebida de forma mais realista. Esse talvez possa ser um facilitador para o autocuidado, pois quanto mais “controle” a mulher sentir que possui em relação à ameaça de uma doença mais condutas preventivas e de autocuidado poderá empreender. A abordagem direcionada à prevenção e ao controle do CCU deve envolver intervenções dirigidas para aspectos biopsicossociais, como a modificação e/ou ajustamento de percepções sobre a doença, risco pessoal, bem como ao aumento do conhecimento sobre o CCU, uma vez que crenças distorcidas podem repercutir negativamente nas condutas preventivas e de autocuidado.

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **intervenção cognitivo comportamental; câncer de colo de útero; percepção da doença; percepção de risco; autocuidado**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**

EFEITOS DE INTERVENÇÃO COGNITIVO-COMPORTAMENTAL SOBRE VARIÁVEIS PSICOLÓGICAS EM PESSOAS QUE VIVEM COM HIV/AIDS.
*Graziela Sousa Nogueira** (Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília-DF); Eliane Maria Fleury Seidl (Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília-DF)*

Intervenções cognitivo-comportamentais podem auxiliar pessoas que vivem com HIV/aids (PVHA) no desenvolvimento de estratégias de enfrentamento mais adaptativas, bem como contribuir para a desconstrução de crenças disfuncionais sobre a doença e o tratamento. Objetivou-se avaliar os efeitos de uma intervenção cognitivo-comportamental em grupo sobre a percepção de doença, autoeficácia para aderir aos antirretrovirais, ansiedade e depressão em PVHA. Participaram seis pessoas com diagnóstico de HIV/aids em tratamento antirretroviral: três constituíram o grupo experimental (GE) e três o grupo controle (GC). Os participantes foram selecionados por conveniência, convidados em sala de espera ambulatorial de um hospital universitário de Brasília. A intervenção cognitivo-comportamental foi composta de seis encontros de duas horas, em frequência semanal, nos quais foram utilizadas estratégias e técnicas cognitivo-comportamentais e um manual psicoeducativo sobre HIV/aids desenvolvido para o estudo. Os participantes do GE e do GC responderam aos seguintes instrumentos, antes (linha de base) e após a intervenção, sendo que para os integrantes do GC a segunda avaliação ocorreu seis semanas após a linha de base já que não foi submetido à intervenção: questionários sociodemográfico e médico-clínico, entrevista sobre percepção de doença, Questionário de Percepção de Doenças Versão Breve, Escala de Autoeficácia para Seguir Prescrição Antirretroviral e Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão (HADS). Foram realizadas análises quantitativa e qualitativa dos dados. O GE foi composto por duas mulheres e um homem, com média de idade de 44,3 anos, tempo médio de doença de 5,3 anos, sendo que duas delas tinham Ensino Médio Completo. No GC duas pessoas eram do sexo masculino e uma do feminino, com média de idade igual a 49,3 anos, escolaridades variando de Ensino Fundamental Incompleto a Ensino Superior Completo, com tempo médio de diagnóstico equivalente a 7,7 anos. No que tange às variáveis percepção de doença, ansiedade, depressão e autoeficácia as análises estatísticas não revelaram diferenças estatisticamente significativas entre as médias do GE na comparação antes e após a intervenção (teste de Wilcoxon). Também não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nas médias do GE e do GC comparando-se a linha de base e o segundo momento de avaliação (teste de Mann-Whitney). Contudo, no GE observou-se redução relevante da percepção de ameaça da doença para um participante, aumento da autoeficácia para aderir aos antirretrovirais (dois casos) e diminuição dos escores de depressão (três casos), mudanças não observadas no GC. Também foram observadas alterações na forma de pensar e lidar com a enfermidade nos participantes do GE, como: melhora da autoestima e do preconceito direcionado a si mesmo e a outras PVHA e percepção de que se pode viver bem em contextos de soropositividade. Conclui-se que a intervenção cognitivo-comportamental acarretou efeitos positivos sobre variáveis psicológicas de PVHA participantes do GE. Como limitações do estudo merecem destaque o número



reduzido de participantes e a ausência de avaliação no seguimento. Ressalta-se que etapas posteriores da pesquisa incluem sua replicação com acompanhamento longitudinal dos participantes por período de um ano, visando investigar os efeitos da intervenção em outra amostra.

Apoio financeiro/Bolsa: ****Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.**

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **intervenção cognitivo-comportamental, grupo, HIV/aids**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**



O ENSINO DE LIBRAS PARA OUVINTES: A PARTIR DA ANÁLISE CONTRASTIVA. *Karina Soledad Maldonado Molina (Universidade de São Paulo - USP)*

Neste trabalho propõe-se uma discussão a respeito de uma metodologia de ensino de Libras para ouvintes a partir da análise contrastiva do português e da Libras. Destaca-se como base teórica para esta discussão a construção de conceitos o que engloba a estrutura da língua. Independente da modalidade da língua esta cumpre um papel inquestionável na constituição de conceitos. A formação de conceitos requer a participação tanto de fatores sensoriais como de fatores linguísticos. O pressuposto é que é possível deduzir o uso de pensamento conceptual pelo sujeito segundo o grupo de objetos que ele forma e o procedimento por ele utilizado. Consideram-se as três fases na formação de conceitos: a agregação desorganizada; a dos conceitos complexos; e a fase dos conceitos propriamente ditos. Pretende-se consolidar a aprendizagem do ouvinte pela construção de conceitos e pela compreensão da lógica da estrutura da língua. A linguagem começa a servir de instrumento psicológico para a regulação do comportamento, a percepção muda de forma radical, novas memórias são formadas e novos processos de pensamento são criados, a função reguladora da linguagem se consolida. As formas mais elevadas da comunicação humana somente são possíveis porque o pensamento do homem reflete uma realidade conceitualizada. Na linguagem materializam-se as significações construídas nos processos sociais e históricos. Tem-se como eixo para a análise as aproximações e distanciamentos entre as duas línguas são analisados na busca da compreensão dos erros decorrentes das diferentes modalidades e estruturas. A superação dos erros decorre da compreensão de suas causas, via de regra, resultantes de aproximações equivocadas. As análises fonológica e semântica possibilitam a diferenciação das duas línguas e seu uso pragmático tendo em mente as ideias equivocadas a respeito da Libras auxiliam na utilização da língua de forma efetiva na comunicação com pessoas surdas. Dentre os erros temos o uso do português sinalizado, amplamente utilizado na comunicação entre surdos, e entre surdos e ouvintes, este se consolida como um dos comprometimentos efetivos da comunicação e da proficiência do usuário da língua. Ao pensarmos a aprendizagem da Libras por ouvintes caberia ao professor ajudar a criar um ambiente favorável para que a língua se desenvolva na mente do aprendiz, a partir do diálogo construído no grupo com a contribuição de todos e com a aquisição de vocabulário a partir de situações reais e pertinentes à realidade social dos alunos. Considera-se que o uso social da língua permite o acesso a ela e sua consolidação como forma de comunicação e como possibilidade para a estruturação de pensamento tanto para surdos quanto para ouvintes.

Apoio financeiro/Bolsa: **Feusp**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Ensino de Libras; Análise Contrastiva; Ouvintes**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**



O APRENDIZADO DA LIBRAS POR ESTUDANTES DA PEDAGOGIA: O TRABALHO COM HISTÓRIAS INFANTIS. *Erica Aparecida Garrutti de Lourenço (Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/Guarulhos) e Universidade de São Paulo (USP))*

Este relato envolve a temática do aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por graduandos de Pedagogia, tendo a literatura infantil como base de estudo. É resultado de um projeto de extensão: “A Literatura Infantil no Ensino da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa na Educação de Surdos em Perspectiva Inclusiva” (Prolie-Libras), realizado na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus de Guarulhos, Estado de São Paulo, Brasil. Pressupõe que o aprendizado da Libras utilizando-se da literatura infantil como campo lexical é uma forma simples e natural de construir conhecimentos sobre uma língua tão viva no contexto da interação com os surdos. Este projeto tem como objetivos centrais: estudar a Libras, em seus aspectos linguísticos e práticos, por meio de histórias infantis que possam ser contadas para crianças surdas incluídas em grupos da Educação Infantil (até 5 anos) por graduandos ouvintes que cursam Pedagogia; e contar, em Libras e Língua Portuguesa, histórias para crianças surdas e ouvintes matriculadas no ensino regular em instituições de Educação Infantil. Este relato se centra no conhecimento de como a Libras tem sido estudada por um grupo formado por 14 graduandos de Pedagogia e um professor coordenador, participantes do referido projeto. Ele se desenvolve em encontros semanais de duas horas, que assumem o formato de grupo de estudos, bem como em palestras e minicursos que ocorrem na universidade. Por meio da interação de seus participantes e da troca de experiências no grupo, o cronograma de atividades se baseia na pesquisa e análise de histórias infantis, preparação de roteiros das histórias em Libras e Português e levantamento de estratégias de contação. Os participantes são divididos em subgrupos, de quatro integrantes aproximadamente, para que tenham acesso a pontos de vista e interpretações diversificados e estudem a Libras no contexto de obras da literatura infantil também por eles selecionadas. Pesquisam-se continuamente sinais, elementos gramaticais da Libras e formas de contação para cada história. Os resultados revelam que, a cada história estudada, diferentes estratégias são requeridas, como o uso de livros e materiais de apoio para o estímulo da criatividade no acompanhar dos relatos. Ainda, diferentes desafios se apresentam no aprendizado da Libras: domínio de vocabulário amplo, desenvolvimento de expressões não-manuais e principalmente ordenação dos sinais nas frases. O Prolie-Libras aponta também para a relevância de as contações serem planejadas em termos de ações que as antecederão e sucederão, definindo fundamentalmente formas de interação. Nesse percurso, o trabalho cooperativo entre os participantes, que continuamente buscam o contato com surdos para esclarecimento de dúvidas, e a crença no potencial individual de cada integrante para se expressarem em uma língua visuo-espacial são elementos centrais. Por fim, destaca-se a percepção na prática em contações de como a Libras se estrutura em comparação com a Língua Portuguesa.

Apoio financeiro/Bolsa: **Proext - MEC/SESu**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**



Palavras-chave: **literatura infantil, educação de surdos, ensino de Libras**
Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**

LIBRAS: BASE LINGUÍSTICA PARA A APRENDIZAGEM DOS CONTEÚDOS PEDAGÓGICOS E DA ESCRITA DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Ana Claudia Balieiro Lodi (Universidade de São Paulo (USP/RP) e doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)*

O Decreto Federal nº 5.626/05 dispõe, como garantia do direito à educação de pessoas surdas, que os processos educacionais para este grupo social sejam pensados a partir dos princípios da educação bilíngue, entendida como aquela “em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo processo educativo” (BRASIL, 2005, Artigo 22, § 1º). Destaca ainda a necessidade de se organizar, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, uma educação para surdos em escolas e classes que estariam sob a responsabilidade de professores bilíngues, ou seja, de docentes que tenham domínio e fluência na língua brasileira de sinais (Libras) e na língua portuguesa. Entende-se, desse modo, que a escolarização inicial para surdos deva contemplar a Libras como língua de interlocução professores-alunos (e por isso a necessidade dos profissionais serem bilíngues), considerando que a linguagem escrita do português não pode, por sua materialidade, ser utilizada na relação imediata entre docentes-estudantes nos processos de ensino-aprendizagem (LODI, 2013). Esta forma de compreender a educação dos surdos assegura o direito dos alunos a desenvolverem linguagem/apropriarem-se da Libras como primeira língua e lhes garante uma sólida base educacional, à medida que esta é desenvolvida a partir de uma língua acessível aos alunos, base sob a qual metodologias e práticas de ensino devem ser pensadas. Em consonância com os pressupostos presentes no Decreto, está sendo desenvolvida uma experiência educacional em uma escola pública de um município do interior do Estado de São Paulo, com vistas à implantação de uma política municipal que considere as especificidades linguísticas e socioculturais dos alunos surdos. Para alcançar este objetivo, a educação destes alunos, organizada em período integral, contempla três espaços: oficinas de Libras a fim de possibilitar o desenvolvimento de linguagem/apropriação desta língua pelas crianças surdas e o contato com os aspectos culturais específicos das comunidades surdas brasileiras; sala de aula em que a Libras é a língua de interlocução entre professor-alunos e onde são desenvolvidos todos os processos pedagógicos; e o terceiro, voltado especificamente para o ensino-aprendizagem da linguagem escrita da língua portuguesa. Após três anos de trabalho, é possível afirmar a importância da Libras para a escolarização dos surdos, língua por meio da qual os alunos podem elaborar conceitos, coloca-los em relação na/para construção de novos, vivenciando uma escolarização em equidade aos alunos ouvintes. Por intermédio dos conhecimentos desenvolvidos nesta língua, observa-se ainda que os alunos passaram a dialogar com a escrita da língua portuguesa realizando leituras que buscam a construção dos sentidos dos textos, ao mesmo tempo em que procuram construir seus próprios enunciados nesta língua, produzindo textos que traduzem suas leituras de mundo, do outro e de si próprios. Nesse sentido, a experiência focalizada neste trabalho coloca em tensão os princípios defendidos pela atual política nacional de



educação inclusiva e aponta para a necessidade de se repensar a formação dos professores responsáveis pelos anos iniciais de escolarização para futura atuação com estudantes surdos.

Apoio financeiro/Bolsa: **Fapesp**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Educação bilíngue para surdos; Processos educacionais em Libras; Escola pública**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**



A CONTRIBUIÇÃO DA HISTORIOGRAFIA DA PSICOLOGIA PARA UMA REINTERPRETAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL. *Mitsuko Aparecida Makino Antunes (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)*

Os estudos sobre a educação especial e a educação inclusiva, principalmente aqueles relacionados à deficiência intelectual, têm recorrentemente apresentado um capítulo histórico-crítico sobre o assunto, baseados em obras, já consideradas clássicas, que apresentam uma história geral da educação especial no Brasil, como as de Jannuzzi, Bueno e Mazzotta. Deve-se destacar, entretanto, que, já em 1974, Dorith W. Schneider demonstrara a “produção da deficiência” sobre os “alunos excepcionais do Estado da Guanabara”, anunciando uma efetiva crítica a essa modalidade de educação. Em geral, esses estudos mostram, entre outras coisas, como os testes mentais e o olhar médico-psicológico levaram milhares de crianças a ser diagnosticadas como “deficientes mentais”, enviadas a classes especiais, de caráter terminal, sem o reconhecimento de suas especificidades e, por consequência, desprovidas de um atendimento pedagógico adequado. Muitas dessas crianças foram vítimas da produção da deficiência pela escola, que acabaram por ser consideradas como deficientes de fato, em consequência de um processo que pode ser denominado de profecia autorrealizadora. Não se pode negar esse processo, nem a importância desses estudos; essa perspectiva crítica foi fundamental para demonstrar os fatores intraescolares na produção da deficiência e a segregação consequente dos diagnósticos psicológicos, impulsionando educadores e psicólogos a buscar a superação do modelo médico-psicológico que dava base a esse tipo de prática e estabelecer princípios e pressupostos para uma educação que garantisse a aprendizagem e o desenvolvimento de todas as crianças, identificando suas potencialidades, oferecendo um atendimento pedagógico que lhes garantisse a aprendizagem e propiciasse seu desenvolvimento. Entretanto, à medida que se acumulam pesquisas históricas mais aprofundadas, com uma delimitação que permite focar mais minuciosamente seu objeto de estudo, baseadas em farta documentação e intenso esforço de análise histórica, percebem-se contradições que precisam ser consideradas. Esses estudos têm mostrado que muitas classes especiais, em sua origem, constituíram-se em tentativas de oferecer escolarização a crianças até então alijadas da escola, cujos problemas deveriam ser tratados no âmbito médico ou caritativo; que os testes nem sempre foram utilizados para classificar e excluir, mas também para orientar a ação pedagógica; que a classe especial deveria conhecer e respeitar as potencialidades e interesses de cada educando, garantindo sua aprendizagem e desenvolvimento. Em outras palavras, muitas experiências de educação especial foram realizadas justamente com a finalidade de, em termos atuais, incluir na escola aqueles que até então não tinham direito a ela. Esses estudos mostram também como princípios e pressupostos originais foram, em muitos casos, alterados, erroneamente compreendidos, desprovidos das condições necessárias para sua plena realização, aligeirados em suas concepções e práticas pedagógicas. Entendemos que a compreensão desses fatores, que potencializaram, enfraqueceram ou adulteraram os princípios e pressupostos originais dessas experiências são fundamentais para que se possa entender como projetos e práticas inovadoras e progressistas podem degenerar em práticas que negam sua razão



de ser. Buscar as contradições do processo histórico pode contribuir para a superação de interpretações genéricas e compreender mais efetivamente os processos que podem levar à degeneração possibilidades efetivas de construção de uma educação inclusiva, democrática e igualitária.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Palavras-chave: história da psicologia, psicologia educacional, educação especial.**

Área da Psicologia: **HIST - História em Psicologia**



**A PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA “EXCEPCIONAL”:
FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PROPOSTA DE HELENA ANTIPOFF.** *Erika
Lourenço (Universidade Federal de Minas Gerais)*

A educadora e psicóloga russa Helena Antipoff exerceu inegável influência sobre a história da psicologia e da educação no Brasil. Abriu, ao longo de sua vida no Brasil, várias frentes de trabalho e investigação, integrando estas duas áreas em prol do que hoje poderíamos considerar, uma proposta de educação inclusiva. Defendeu os direitos das crianças trabalhadoras, investiu na educação da criança excepcional e atuou na formação de professores para o exercício da educação no meio rural. Dando continuidade a uma série de investigações que têm sido desenvolvidas sobre as aplicações da psicologia na educação do excepcional empreendidas por Antipoff, o trabalho aqui apresentado teve como objetivos identificar e esclarecer a fundamentação teórica que subsidiou as propostas da autora. O levantamento de dados foi realizado na “Coletânea das obras escritas de Helena Antipoff”, que reúne os artigos publicados pela autora. A partir de uma leitura aprofundada da Coletânea, foi feito o levantamento dos autores citados, bem como dos elementos de suas obras que foram destacados por Antipoff. Uma análise dos textos antipoffianos acerca da educação do excepcional revelou que suas propostas se fundamentaram em autores europeus como Alice Descouedres, Edouard Clarparède, Alfred Binet, Maria Montessori, Ovide Decroly e Alexander Lazurski, dentre outros. Como exemplo dos resultados encontrados, pode-se mencionar que Antipoff, de Descouedres, adotou as ideias de realização de um exame médico (clínico), pedagógico e psicológico da criança excepcional, a ênfase na atividade da criança excepcional como ponto de partida para a sua educação e a proposta de organização e de modo de funcionamento das classes especiais; de Binet, tomou a classificação das crianças atrasadas; de Montessori, trouxe a valorização das atividades livres e espontâneas das crianças; e de Lazurski, adaptou o método da experimentação natural, que substituía a aplicação de testes para a avaliação da personalidade e da inteligência da criança, permitindo a sondagem de suas características a partir da observação de seu desempenho em atividades cotidianas. No entanto, observou-se que Helena Antipoff fez mais do que aplicar propostas desenvolvidas no contexto da psicologia da educação europeia para avaliar e educar as crianças excepcionais brasileiras. A autora promoveu também a adaptação dessas propostas, de modo a melhor atender às demandas de avaliação, atendimento e educação das crianças excepcionais que identificou no Brasil, o que conferiu um caráter único e inovador às suas propostas. Concluindo, pode-se dizer que a investigação dos autores e teorias psicológicas que fundamentaram a atuação de Helena Antipoff junto à criança excepcional no Brasil, revelou que no processo de circulação do conhecimento científico, há a apropriação de ideias produzidas por diferentes autores e que esta apropriação se dá de forma criativa, resultando em formulações que em certa medida se diferenciam daquelas que a originaram.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **história da psicologia, Helena Antipoff, educação especial**

Área da Psicologia: **HIST - História em Psicologia**



HELENA ANTIPOFF E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A EXPERIÊNCIA INOVADORA DA SOCIEDADE PESTALOZZI DE MINAS GERAIS. *Adriana Araújo Pereira Borges (Universidade Federal de Minas Gerais)*

Em 1929, a psicóloga russa Helena Antipoff foi convidada pelo governo mineiro para assumir a função de professora na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte. Ficou responsável também pelo Laboratório de Psicologia que funcionava anexo à referida Escola. As classes especiais em Minas Gerais já estavam previstas no Decreto 7.970 de 1927 e ao Laboratório coube a função de selecionar as crianças. O formato das classes especiais pretendido por Antipoff, juntamente com o desejo de realizar um projeto de assistência às crianças consideradas “anormais” na época, impulsionou a criação da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (SPMG). A associação foi formada por representantes da elite mineira. Dentre suas ações, destacam-se: auxílio às classes especiais, criação do Consultório Médico Pedagógico (CMP) e da Associação de Assistência ao Pequeno Jornaleiro (ASPEJ), além do Instituto Pestalozzi. Através da orientação ofertada por professoras formadas pela Escola de Aperfeiçoamento, as classes especiais foram se estabelecendo. Exercícios e materiais de ortopedia mental, canto e educação física eram repassados às professoras das classes especiais. Já o CMP realizou a avaliação e o tratamento de centenas de crianças. A ASPEJ acolheu adolescentes trabalhadores ofertando moradia e alimentação, além de profissionalizá-los através de oficinas. O Instituto Pestalozzi estabeleceu-se como uma das primeiras escolas especiais do Brasil. O CMP foi anexado ao Instituto Pestalozzi, que além das classes especiais, ofereceu aos alunos a profissionalização através de oficinas. Todas essas iniciativas ocorreram entre 1932 e 1942. A partir da pesquisa realizada em fontes primárias do período, que incluem publicações da SPMG e laudos de crianças atendidas no CMP, concluiu-se que a atuação de Antipoff na SPMG pode ser considerada precursora do que hoje conhecemos como Educação Inclusiva. Pode-se constatar essa afirmação a partir de quatro pontos principais. Primeiro porque a SPMG foi concebida como uma associação de apoio a essa população que estava excluída da sociedade. Em segundo lugar porque antes das classes especiais, as crianças anormais estavam internadas em hospitais psiquiátricos ou isoladas em suas próprias casas. O terceiro ponto refere-se a um laudo de uma criança atendida em 1934, parte dos arquivos do Instituto Pestalozzi. Nesse laudo, Antipoff propõe a utilização de um recurso, a máquina de datilografia, para que a criança possa superar suas limitações motoras. Por fim, o conceito de excepcional, proposto de forma mais sistemática por Antipoff em 1939, em substituição ao termo anormais. A mudança do nome, mais que uma mudança puramente semântica, aponta para uma mudança de paradigma. Ao invés de centrar-se no déficit, o conceito de excepcionalidade aponta para os recursos necessários para auxiliar a criança. É nesse sentido que a experiência empreendida na SPMG precede a Educação Inclusiva. Iniciativas como esta prepararam o terreno para que o movimento da inclusão pudesse se consolidar.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq.**

Nível do trabalho: **Doutorado - D**



Palavras-chave: **Helena Antipoff, Classes especiais, Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais.**

Área da Psicologia: **HIST - História em Psicologia**

TRANSTORNO DE ANSIEDADE SOCIAL: INTERVENÇÃO E PESQUISA *Rodrigo da Cunha Teixeira Lopes (Universidade do Minho, Braga, Portugal)*

A reação de ansiedade frente a uma variedade de situações sociais como falar em público, iniciar uma conversa ou marcar um encontro constituem manifestações normais e adaptativas, uma vez que permitem às pessoas comportar-se de uma maneira adequada em interações sociais importantes. Entretanto, quando a ansiedade é muito intensa, tende a ser resistente após um tempo de interação ou após exposição repetida, interferindo no funcionamento social e gerando prejuízos na vida profissional, afetiva e familiar, essa ansiedade adquire um significado clínico e é chamada de fobia social ou mais recentemente de transtorno de ansiedade social (TAS). O TAS é categorizado segundo o DSM-5 por medo ou ansiedade desproporcional quando o sujeito se encontra em situações sociais que podem ser de três tipos: de desempenho, de interação e de observação. Objetivo: A presente apresentação tem por objetivo definir o TAS e apresentar um panorama dos modelos de intervenção utilizados e da pesquisa desenvolvida. Especificamente, buscou-se verificar quais as formas de tratamento mais utilizadas, qual o principal foco dos trabalhos desenvolvidos, e se existiria a prevalência de pesquisas sobre a psicopatologia do TAS. Método: Foi feita uma busca até maio de 2008 na base de artigos PsycInfo, utilizando as palavras-chave social phobia ou social anxiety, desde o ano de 1983. A pesquisa foi limitada a artigos de revistas e foi realizada na área de busca avançada. Os critérios de inclusão foram: artigos de revistas científicas e artigos que apresentam o termo fobia social no resumo. Os critérios de exclusão foram: artigos de resumos de livro e artigos que não exibem o termo fobia social no resumo. Resultados: Os mais de 2000 artigos encontrados foram classificados a partir dos abstracts seguintes categorias: 1) Impacto do TAS, 2) Psicopatologia do TAS, 3) Avaliação do TAS, 4) Tratamento Psicoterápico do TAS, 5) Tratamento Farmacológico do TAS, 6) Tratamento Não Especificado do TAS, 7) Prevenção do TAS e 8) Revisões de Literatura do TAS. Essas categorias foram submetidas à análise de juízes conhecedores do TAS. Conclusões: Existem várias formas de tratamento para o transtorno de ansiedade social, sendo o tratamento psicoterápico bastante eficaz na remissão da sintomatologia dos indivíduos. Há um destaque para os estudos que buscam uma associação entre os componentes biológicos e ambientais, no que diz respeito a etiologia do transtorno, porém sem sucesso em determinar as causas do aparecimento dos sintomas. Os resultados indicam uma lacuna no conhecimento do TAS no que concerne a detecção precoce e prevenção do problema.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Transtorno de Ansiedade Social; Revisão sistemática de Literatura; Tratamento**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**

UMA NOVA MEDIDA DE RASTREIO DO TRANSTORNO DE ANSIEDADE SOCIAL DANIEL. *Alexandre Gouvêa Gomes** (Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG); Makilim Nunes Baptista (Universidade São Francisco, Itatiba, SP); Lelio Moura Lourenço (Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG)*

O transtorno de ansiedade social (TAS) é definido como medo ou ansiedade excessiva diante a situações sociais, que podem ser, de desempenho, observação ou interação. Dentre os sintomas experimentados pelos sujeitos, encontramos um forte medo de ser avaliado negativamente, associado a comportamentos de esquiva e sintomas fisiológicos como taquicardia, sudorese, rubor, dentre outros. Estes sintomas são importantes no processo de diagnóstico do transtorno e muitas vezes são confundidos com timidez excessiva, por exemplo. Eles costumam durar em torno de 16 anos e há baixa procura por tratamento, sendo o sub-diagnóstico uma característica comum aos ansiosos sociais. O objetivo da pesquisa foi realizar o desenvolvimento de uma escala capaz de rastrear os sintomas (cognitivos, comportamentais e fisiológicos) do TAS em adultos. Foi realizada a construção dos itens, a análise por juízes e a avaliação semântica, de acordo com a literatura específica da área para ao desenvolvimento de testes. Os itens foram construídos de acordo com a perspectiva cognitiva proposta por Beck, com contribuições de Clark, Wells, Rapee e Heimberg. Além de abordar a sintomatologia, os itens foram descritos em três momentos distintos: a fase antecipatória, a exposição situacional e o processamento pós-evento. Estas fases são momentos distintos em que a sintomatologia aparece de forma diferente, porém causando grande prejuízo. No total foram construídos 72 itens que abordavam as situações sociais mais comuns e os sintomas vivenciados pelos sujeitos. Depois da construção, a próxima etapa foi a avaliação semântica para ver se a população entenderia o que havia sido escrito e se não existiriam confusões com os termos empregados. Sugestões foram realizadas pelos 20 participantes que responderam aos itens e estas foram discutidas pelos autores e olocadas em prática, de acordo com o embasamento teórico utilizado. A partir desta etapa, procedeu-se a análise por juízes, que são especialistas na área da avaliação psicológica e da teoria cognitiva. Ela foi realizada por quatro doutores em psicologia, para considerar a adequação dos itens à teoria que os suporta. Todos os itens foram considerados favoráveis e compuseram a versão final do instrumento. Estes itens serão submetidos posteriormente à uma pesquisa para verificar indícios de validade e confiabilidade, buscando-se transformar a escala em um instrumento de rastreio que possa identificar na população, as pessoas com pré-disposição ao desenvolvimento do TAS. Os autores chegaram a conclusão de que o instrumento abarca uma gama considerável de situações sociais e sintomas experimentados pelos ansiosos sociais, consolidando-se como um instrumento promissor e capaz de atingir seu objetivo de identificar precocemente os sujeitos que possuem ou podem desenvolver o transtorno, auxiliando na oferta de tratamentos e promovendo a melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

Apoio financeiro/Bolsa: **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**



Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **Transtorno de Ansiedade Social; Instrumentos de rastreio; Escalas psicológicas**

Área da Psicologia: **AVAL - Avaliação Psicológica**

TRANSTORNO DE ANSIEDADE SOCIAL E INTERAÇÕES VIRTUAIS: UM ESTUDO COM UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO. *Carolina Pereira Dittz** (Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG); Marcel de Toledo Vieira (Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG); Lelio Moura Lourenço (Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG)*

O transtorno de ansiedade social, também conhecido como ansiedade social ou fobia social, é caracterizado pelo medo excessivo de situações sociais ou de desempenho, nas quais as pessoas possam ser escrutinadas, julgadas, embaraçadas ou humilhadas por outras. As principais situações temidas pelos ansiosos sociais englobam circunstâncias nas quais ocorrem interações interpessoais, tais como namoro, reuniões, festas e conversas, além das situações de desempenho, como ser o centro das atenções, falar, comer e escrever em público. Com a crescente expansão da internet, como meio de comunicação, as relações sociais passaram a sofrer modificações em sua natureza e, conseqüentemente, os fórbicos sociais se utilizam destes artifícios a fim de amenizar os possíveis julgamentos gerados em uma interação face a face. Deste modo, o presente trabalho busca investigar, através dos instrumentos apropriados, as possíveis correlações entre a ansiedade social, o padrão de uso da internet para interações virtuais e presenciais e as habilidades sociais de estudantes universitários. O estudo intitulado “Transtorno de Ansiedade Social e interações virtuais: um estudo com universitários do curso de ciência da computação e sistemas de informação” irá contemplar a população e estudantes dos referidos cursos, pertencentes ao turno diurno e noturno, abrangendo as idades entre 18 e 30 anos. Serão utilizados três instrumentos, entre eles: a) Escala de Liebowitz para Ansiedade Social, que propõem avaliar situações referentes a interações sociais e de desempenho que os indivíduos com TAS temem ou evitam; b) Instrumento sobre interações Virtuais e Presenciais, que pretende investigar os padrões relativos às interações virtuais e presenciais da amostra selecionada; e c) Inventário de Habilidades Sociais (IHS – Del - Prette), instrumento que possui como objetivo a avaliação das habilidades sociais. Diante deste panorama serão selecionados os participantes da amostra através de uma amostragem aleatória estratificada que, sendo um método probabilístico, permitirá a posterior realização de inferência estatística para a população alvo do estudo e as comparações entre os alunos em diferentes níveis da graduação. A aplicação dos instrumentos será realizada individualmente com duração aproximada de 40 minutos. Para a realização deste procedimento os alunos deverão assinar o termo de consentimento livre e esclarecido a fim de aprovar sua participação voluntária no estudo. Os instrumentos utilizados fornecerão os dados que serão tabulados e analisados por meio do pacote estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), com o objetivo de identificar e caracterizar a amostra. Neste processo serão utilizados testes de significância estatística para proporções, para medidas de correlação entre variáveis quantitativas e para associação entre variáveis categóricas. Espera-se que o transtorno esteja correlacionado com o padrão elevado de interações virtuais e a presença de déficit nas habilidades sociais pelos universitários. Nesse universo estima-se que será encontrado um número significativo de fórbicos sociais em relação à população geral. A



presente pesquisa se encontra em fase de desenvolvimento, todavia os resultados parciais serão discutidos durante a apresentação da mesa.

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **Transtorno de Ansiedade Social; Estudantes universitários; Interações virtuais**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**



MEDO E ANSIEDADE EM ATENDIMENTOS DE SAÚDE. *Antônio Bento Alves de Moraes (Universidade Estadual de Campinas)*

A ansiedade e o medo tem sido alvo de muitos estudos na contemporaneidade, o que aparentemente estaria relacionado ao aumento na frequência e diversidade de suas manifestações. Em geral medo e ansiedade são conceitos que se referem a comportamentos relativamente comuns que acontecem durante a vida. Estas duas manifestações orgânicas e emocionais ocorrem separada ou simultaneamente e representam o modo como as pessoas lidam com os eventos adversos na vida. Considera-se que o medo caracteriza-se por uma ativação psicofisiológica que ocorre diante de um perigo real, enquanto que ansiedade pode ser descrita como respostas que acontecem diante de dicas ambientais de perigo iminente. O presente trabalho pretende explorar as concepções de medo e ansiedade em uma situação de intervenção odontológica e nesse contexto identificar as teorias que suportam a compreensão dessas concepções. A ansiedade pode ser uma manifestação de indivíduos quando apresentam problemas de saúde, e evidencia-se pela ativação fisiológica, que precede uma situação potencialmente aversiva. Pacientes ansiosos podem apresentar sintomas que dificultam o diagnóstico do profissional da saúde. Em serviços de saúde, referências a medo e ansiedade são feitas de forma indistinta para se referir aos mesmos comportamentos. Com efeito, para os profissionais da saúde não é muito importante distingui-las uma vez que precisam lidar com as emoções do paciente antes, durante e depois de uma intervenção invasiva. A teoria dos três fatores oferece uma estrutura comportamental cognitiva para estudar a aquisição da ansiedade. Indivíduos podem desenvolver respostas de ansiedade diretamente (por condicionamento pavloviano) ou via aprendizagem indireta (por meio da modelação ou a partir da informação). A grande maioria da pesquisa sobre medo odontológico tem investigado o processo de condicionamento, as vias informacionais e de modelação. Parece que falta na literatura uma compreensão clara desses conceitos que leve em conta as diferentes manifestações emocionais de adultos e crianças. A discrepância entre os dados com adultos e com crianças pode ser explicada a luz dos diferentes métodos utilizados para investigar esses dois tipos de condicionamento e suas inter-relações. Os pesquisadores tem tentado medir o condicionamento em crianças usando registros diretos das respostas emitidas no tratamento ou por instrumentos de medida psicológica. Em contraste, o condicionamento de adultos é geralmente avaliado por relatos subjetivos das experiências odontológicas traumáticas passadas. Estudos com animais de laboratório em Psicobiologia definem Para uma concepção comportamental registros de respostas de profissionais da saúde e pacientes (adultos e crianças) em situações regulares de tratamento, ajudam a compreender o processo comportamental ao longo do tempo e em diferentes contextos de tratamento, mas ainda assim não oferecem bases para distinguir com clareza medo de ansiedade assim como não permitem distinções entre ansiedade e medo de adultos e crianças. Como saúde é o bem estar físico e emocional dos indivíduos é importante a clínicos e pesquisadores compreenderem a natureza das manifestações emocionais e sua inevitável ligação com os eventos orgânicos.

Apoio financeiro/Bolsa: **Fapesp Processo 2011/50419-2**



Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Emoção, saúde, comportamento**

Área da Psicologia: **PERC - Percepção e Psicofísica**



DESAFIOS À PESQUISA APLICADA SOBRE O ESTUDOS DE COMPORTAMENTOS COMO DOR, MEDO E ANSIEDADE NA ODONTOLOGIA. *Gustavo Sattolo Rolim (Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Avançado Governador Valadares – UFJF-GV)*

Na área de psicologia aplicada à saúde, a análise (funcional) do comportamento tem contribuído de modo sistemático para a ampliação de dados da pesquisa aplicada sobre a interação profissional e paciente; bem como na produção de tecnologias educacionais. Destaca-se que a psicologia aplicada a odontologia, com enfoque comportamental, tem aproximadamente 50 anos de existência formal, com inúmeras contribuições em trabalhos; tais como relatos de caso, estudos descritivos, teóricos, epidemiológicos e experimentais. No presente relato buscar-se-á delinear as primeiras contribuições da psicologia a odontologia, atuais tendências desta e apresentar modos sistemáticos de avaliação de relações comportamentais complexas de profissionais e pacientes. Neste trabalho, discute-se a possibilidade de ampliar a discussão sobre a importância de estudos com delineamento de sujeitos únicos, típicos da análise funcional do comportamento. Este relato é parte de um estudo sobre dor, medo, estresse e a importância da psicologia na prática clínica odontológica. Foram utilizados, na presente análise, livros textos clássicos da psicologia aplicada a odontologia, artigos de um periódico (*Journal of Applied Behavior Analysis*) que demonstram a utilização de princípios comportamentais aplicados a prática odontológica e trabalhos de um grupo de pesquisa em análise aplicada do comportamento em saúde, em especial em odontologia. Nas diversas publicações podem-se identificar algumas demandas e variáveis de interesse comum na área de saúde geral, tais como: estudos sobre dor, medo, e ansiedade e, em especial, o uso de estratégias de ensino (cognitivo) comportamental. Observa-se que a relação entre dor, medo e ansiedade é uma tarefa teórica e empírica difícil de ser operacionalizada ou mesmo demonstrada, nos trabalhos estudados. Poucos estudos definem ou descrevem a relação entre essas variáveis. Observou-se que as respostas de dor, medo e ansiedade foram entendidas como (ou relacionadas a) padrões de fuga e esquiva ou de não colaboração; bem como, identificam a importância da influência dos comportamentos do profissional sobre as respostas de adesão e enfrentamento dos pacientes, porém são poucos os trabalhos que apresentam estudos de caso único. Os artigos que sinalizam para a eficácia de estratégias como modelagem, distração, modelação, fuga não contingente. No entanto, a situação odontológica envolve uma complexidade de variáveis intervenientes, que concorrem com o controle metodológico do trabalho de pesquisa, e para isso, ressalta-se a necessidade da realização de estudos com delineamento de sujeito único. A sistematização de trabalhos e projetos experimentais, com pressupostos comportamentais aplicados a saúde, tem contribuído na identificação de padrões comportamentais, bem como, na produção de novas metodologias para a observação, descrição e tomada de decisão teóricas e empíricas.

Apoio financeiro/Bolsa: **Fapesp Processo 2011/50419-2**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **dor, análise do comportamento, saúde**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**

PROCESSOS DE ENFRENTAMENTO EM ONCO-HEMATOLOGIA PEDIÁTRICA: RESPOSTAS DE ACOMPANHANTES E PROFISSIONAIS. *Áderson Luiz Costa Junior (Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília), Silvia Maria Gonçalves Coutinho (Hospital da Criança de Brasília José Alencar), Marina Kohlsdorf (Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, DF)*

A psico-oncologia é um campo da psicologia da saúde que utiliza conhecimentos educacionais, profissionais e científico-metodológicos para: (a) identificar o papel de variáveis psicossociais sobre a etiologia e o desenvolvimento de neoplasias; (b) investigar fatores psicossociais envolvidos em prevenção e reabilitação de pacientes; e (c) sistematizar conhecimentos que possam subsidiar a assistência integral ao paciente, aos familiares acompanhantes e à formação de profissionais de saúde mais qualificados. Quando pais e/ou familiares recebem, de profissionais de saúde, a informação de que suas crianças deverão submeter-se ao tratamento de uma neoplasia, dois desafios tornam-se contingentes e constituem objetos desta apresentação. De um lado, a comunicação entre médicos, pacientes e familiares acompanhantes constitui elemento fundamental da assistência, interferindo sobre processos de enfrentamento e adesão. Médicos enfrentam dificuldades de comunicação advindas da falta de formação orientada para esse processo e do alto nível de estresse associado aos significados sociais das doenças e à invasibilidade e imprevisibilidade dos tratamentos. De outro lado, novos elementos de natureza afetiva e cognitiva podem levar familiares acompanhantes a adquirir e manter estratégias de enfrentamento para lidar com (a) as demandas farmacológicas do tratamento e seus efeitos colaterais e secundários; (b) as modificações impostas à rotina de vida de pacientes, familiares e outros envolvidos com o contexto de desenvolvimento da criança; (c) a ansiedade pela obtenção de uma resposta clínica positiva ao tratamento; (d) as crenças disfuncionais sobre a doença; e (e) as alterações em padrões comportamentais vivenciados por pacientes e acompanhantes. Compreender as implicações do tratamento oncohematológico para familiares acompanhantes de pacientes pediátricos parece essencial para uma melhor atuação dos profissionais de saúde e a formulação de intervenções psicossociais cada vez mais sistemáticas e eficientes. Assim, os objetivos gerais desta apresentação são, a partir de dados de pesquisa empírica, coletados em unidades ambulatoriais, da rede pública do Distrito Federal, de atenção terciária à saúde pediátrica, (a) analisar como pais de crianças em tratamento de leucemia enfrentam demandas e alterações advindas do tratamento, acompanhando-se alterações em estratégias de enfrentamento adotadas e mudanças nas manifestações de indicadores de ansiedade; e, de outro lado, (b) analisar os efeitos de um protocolo de intervenção psicológica sobre os comportamentos de comunicação de médicos com pacientes e familiares acompanhantes. Dados obtidos apontam (a) para a necessidade da crescente compreensão sobre a percepção da vivência dos pais, especialmente ao longo dos meses iniciais de tratamento, como preditor de intervenções mais pontuais e voltadas às necessidades específicas dos cuidadores, individualmente e/ou em grupo; e (b) para efeitos da intervenção psicológica, com modificação dos comportamentos de comunicação de médicos quanto ao aumento da



percepção de sinais verbais e não verbais das reações emocionais expressas por pacientes e acompanhantes, aumento de incentivos às estratégias positivas de enfrentamento e adesão ao tratamento e aumento da habilidade dos médicos de inclusão do paciente pediátrico nas consultas. Algumas sugestões para intervenções clínicas, pesquisas futuras e ações sociais e políticas também são formuladas.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Psico-oncologia, Psicologia da Saúde, Comunicação em Saúde, Enfrentamento.**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**



GRUPO COMUNITÁRIO DE SAÚDE MENTAL: ASPECTOS METODOLÓGICOS E CLÍNICOS. *Carmen Lúcia Cardoso (Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

O processo de transformação que ocorreu na área da saúde mental, fruto da Reforma Psiquiátrica, deflagrou a necessidade de construção de instrumentos e tecnologias de cuidado coerentes com os pressupostos do modelo psicossocial. Nesta perspectiva foi delineado o Grupo Comunitário de Saúde Mental, que se constitui em uma modalidade de cuidado, com finalidades educativas, terapêuticas e de promoção da saúde. Objetivava-se descrever tal atividade, a partir dos seguintes aspectos: a história do seu desenvolvimento; a caracterização da atividade; objetivos; e aspectos fundamentais do método. O programa teve início em 1997 e se estrutura a partir da proposta de um continuado exercício pessoal, direcionado a perceber e refletir acerca das próprias experiências, através do desenvolvimento de uma atitude de atenção e empenho com a própria vida. Apresenta, assim, a perspectiva de aprofundamento do contato consigo mesmo, com os outros e com os acontecimentos, auxiliando no processo de amadurecimento da pessoa humana, em meio à ampliação da condição de abertura da pessoa para se colocar em direção ao mundo, ao outro e a si mesma. Os grupos se realizam em rodas de conversa e se estruturam em torno de um eixo temático, conta com um ou mais coordenadores que tem como função abrir os trabalhos, localizando os participantes em relação à tarefa grupal e organizando as demais etapas propostas. A estruturação do encontro está dividida em três etapas: sarau, relato das experiências e elaboração do trabalho grupal, sendo que cada grupo é planejado como único, apresentando certa autonomia em relação aos encontros anteriores. A atividade é aberta a qualquer pessoa interessada e busca favorecer a ajuda recíproca através do relato de experiências de vida, o que possibilita que cada um possa se reconhecer como alguém com potência e recursos para ajudar, numa atitude de disponibilidade e cooperação para com outro. Neste sentido, apresenta uma perspectiva de interação horizontal entre os participantes, permitindo romper com a representação estereotipada da pessoa em sofrimento mental, como aquela pessoa que, exclusivamente, precisa de ajuda, evidenciando as suas possibilidades de oferecer ajuda, ao mesmo tempo em que permite a revisão da idealização de pessoas consideradas 'saudáveis', mostrando aspectos de sua vida cotidiana na construção da saúde mental. O acolhimento da diversidade de experiências permite ampliar a compreensão da condição humana em suas diferentes facetas e possibilidades. O Grupo Comunitário de Saúde Mental tem-se constituído em uma proposta original de abordagem da saúde mental e considera-se que seus fundamentos metodológicos podem contribuir para a atuação de outros profissionais que trabalham na área.

Apoio financeiro/Bolsa: **Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Práticas grupais, Grupo Comunitário, Saúde Mental, Psicologia da Saúde e Comunidade**

Área da Psicologia: **SMENTAL - Saúde Mental**



GRUPOS DE EXPRESSÃO E CRIATIVIDADE COM PROFISSIONAIS DE UTI: UM DIÁLOGO ENTRE A PERSPECTIVA PESSOAL E A REALIDADE DO TRABALHO EM SAÚDE. *Karin Aparecida Casarini (Doutora em Psicologia, Docente do Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG)*

A atividade de cuidar de pessoas gravemente adoecidas em ambientes de terapia intensiva implica para os profissionais um contato permanente com situações de dor, sofrimento e perdas. Nestes contextos, podem também estar presentes dificuldades para trocar experiências e compartilhar dores vividas no trabalho, agravando a sensação de isolamento, frustração e sofrimento dos profissionais e reduzindo as chances do desenvolvimento pessoal e profissional criativo. Neste cenário, aponta-se a necessidade de organizar estratégias de atenção psicológica dirigidas a estes profissionais. O objetivo deste trabalho é descrever uma estratégia de intervenção em grupo em UTI e discutir seus efeitos para os profissionais. O Grupo de Expressão e Criatividade em UTI busca criar um espaço de interação para profissionais, de modo a favorecer a expressão de ansiedades e o desenvolvimento da criatividade, ligados ao contexto de trabalho. É um grupo aberto, semanal, com duração de aproximadamente 40 minutos, realizado com os profissionais da equipe de saúde de uma UTI adulto de um hospital, durante sua rotina de trabalho. Cada encontro grupal organiza-se em torno da proposição de uma atividade de caráter lúdico, seguida da abertura de espaços coletivos de reflexão e troca de experiências e finalizado com um ritual de despedida. Os registros dos oito encontros foram realizados por observadores participantes do grupo e compõem o material de análise deste trabalho. Os profissionais participantes referiram, em seus relatos durante o grupo, a percepção de qualidades e potencialidades pessoais identificadas ao longo da execução das atividades lúdicas e das reflexões coletivas, que favoreceram o reconhecimento de si enquanto pessoas e o desenvolvimento de novas possibilidades de interação interpessoal com seus pares. Foram também observados relatos ligados à atribuição de significados às vivências particulares experimentadas na rotina de trabalho, que puderam ser partilhadas pelos participantes, promovendo a constituição de uma rede de apoio profissional e discriminação de situações problemáticas. Tais movimentos pareceram propiciar um progressivo diálogo entre os membros da equipe dirigido para o enfrentamento das situações conflituosas e de sofrimento psicológico. Ressalta-se ainda a presença de dificuldades de inserção do grupo na rotina assistencial da UTI, exigindo a busca por vertentes de negociação e de estratégias viáveis para a realização dos encontros. Considera-se que os grupos pareceram contribuir para o reconhecimento do trabalho como uma das fontes de transformação pessoal, para a diminuição do sofrimento, vivenciado isoladamente pelos profissionais, promoção de um clima organizacional solidário e para o envolvimento dos profissionais em ações voltadas para a construção de uma equipe coesa e colaborativa.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **UTI, Práticas Grupais, Profissionais de Saúde, Psicologia da Saúde**
Área da Psicologia: **SMENTAL - Saúde Mental**

GRUPOS DE PROMOÇÃO DE SAÚDE COM PORTADORES DE HIV/AIDS E AS PERSPECTIVAS DE AMPLIAÇÃO DA REDE DE CUIDADO EM SAÚDE. *Lícia Barcelos de Souza (Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP) e José William Duarte Silva (Grupo Humanitário de Incentivo à Vida – GHIV, Ribeirão Preto, SP)*

Práticas grupais com objetivo de promoção de saúde, desenvolvidas em diferentes contextos e serviços, vêm colaborando para a consolidação de ações de cuidado em saúde junto a portadores de HIV/Aids, para além dos objetivos de adesão ao tratamento antirretroviral. Neste trabalho objetiva-se realizar reflexões sobre as possibilidades de atuação do psicólogo na promoção do cuidado junto a grupos de pessoas que vivem com HIV/Aids, seus familiares e cuidadores, que venham ampliar a rede de apoio a partir da socialização do conhecimento produzido na coletividade e do fortalecimento do usuário enquanto protagonista de suas condições de saúde. O trabalho que será utilizado como referência para as reflexões e discussões foi desenvolvido com a participação de usuários da ONG Grupo Humanitário de Incentivo à Vida (GHIV), em Ribeirão Preto, como parte das ações programadas pelos psicólogos do Projeto Cuidado em Rede. Inscrito na abordagem de Grupos Reflexivos, os encontros eram realizados mensalmente, com duração de uma hora e meia, abertos à participação de pessoas que vivem com HIV/Aids e seus cuidadores. Ao término do projeto foram realizados 5 encontros, totalizando 26 participantes. O processo de construção do grupo foi bastante interessante, pois cada encontro tinha sua especificidade de acordo com os participantes e os temas que eles traziam para a discussão, sendo possível observar o envolvimento dos participantes no sentido de acolher os usuários que chegavam pela primeira vez ao grupo e o sofrimento intenso que aparecia em alguns momentos. Baseados nos registros dos encontros foram identificados e sintetizados dois temas recorrentes sobre os quais os participantes tinham necessidade de falar, trocar suas experiências e buscar novas formas de compreensão sobre o que tinham vivenciado. Um dos temas se referiu ao Momento Pré-Diagnóstico que sintetizou os conteúdos sobre a angústia frente ao medo do resultado do teste do HIV e suas consequências na mobilização das pessoas frente às atividades e relações cotidianas, incluindo dificuldades na iniciativa para realizar os exames. O outro tema: Momento do Diagnóstico evidenciou que, ainda nos dias de hoje, este momento é vivenciado a partir de reações emocionais intensas, de explicações baseadas em concepções sobre HIV/Aids formadas no início da epidemia e pela ambivalência frente ao prognóstico e tratamento, sendo que alguns participantes revelaram que o choque vivenciado inicialmente pôde levá-los a um despertar para o cuidado de si mesmo. A participação de pessoas que vivem com HIV/Aids nestes espaços privilegiados de troca de experiência ainda possibilitou a elaboração conjunta de uma cartilha para divulgação das atividades do grupo e convite de outras pessoas a discutir estes temas, contribuindo para a melhoria das condições do cuidado que envolvem a participação de familiares, cuidadores e profissionais de saúde.

Nível do trabalho: **Outro**

Palavras-chave: **Práticas Grupais, HIV/AIDS, Psicologia da Saúde e Comunidade**

Área da Psicologia: **SMENTAL - Saúde Mental**



PSICOLOGIA, RELIGIÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA NO BRASIL. *Marta Helena de Freitas (Programas de Mestrado e Doutorado em Psicologia – Universidade Católica de Brasília, Distrito Federal, Brasil)*

As relações entre psicologia e religião, especialmente num contexto onde a grande maioria das pessoas são religiosas e onde encontramos uma grande diversidade de religiões, como é o caso de nosso país, são plenas de implicações para a atuação do profissional psicólogo nos mais diversos contextos: saúde, clínica, comunidade, organizações, escolas, dentre outros. Entretanto, por décadas consecutivas, este tema tendeu a não ser abordado ao longo da formação curricular, deixando uma lacuna importante e que, na maioria das vezes, faz com que o estudante ou o jovem psicólogo se sinta muito inseguro diante de uma série de situações concretas que encontra cotidianamente em sua prática profissional. Algumas pesquisas realizadas com estudantes ou com profissionais que atuam em psicologia clínica, psicologia hospitalar e saúde mental têm ilustrado certos sintomas dessas inseguranças e dificuldades: tendência a evitar o tema ou a desconversar quando ele é trazido espontaneamente pelos próprios pacientes; receios de se incorrer em problemas éticas caso o tema venha à baila no contexto de sua interação com os pacientes; impressão de um certo “cinismo” no tratamento ao tema, em especial quando o paciente é religioso e esse sentimento de religiosidade não é compartilhada pelo profissional; desconforto causado por uma espécie de “escotomização” entre a própria crença e a postura profissional que julga dever adotar em certas situações; conflito entre as tendências de interpretar o fenômeno religioso como sintoma ou de compreendê-la como uma expressão humana saudável; dentre outras. Por outro lado, os novos modelos de atuação profissional nos mais diversos campos, mas em especial no campo da saúde mental, estão a exigir deste profissional a superação destas dificuldades, na medida em que tais modelos demandam não apenas o respeito às crenças e valores dos pacientes e seus familiares, mas, mais que isso, exigem a capacidade de identificar nas comunidades os recursos que podem ser potencializadores da saúde mental, estabelecendo com elas relações de parceria na promoção da autonomia e bem estar das pessoas em sofrimento mental. Seria possível considerar os grupos e instituições religiosas como possíveis parceiros neste processo? Diante da grande variedade de religiões no Brasil, que critérios o psicólogo pode ou deve estabelecer para avaliar essas possibilidades de parcerias? Quais seriam as possíveis implicações éticas decorrentes disso? Estas e outras questões serão tratadas nesta mesa, a partir da análise de literatura mais recente em Psicologia da Religião e de algumas pesquisas recentemente desenvolvidas pela autora com os próprios profissionais em saúde mental.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq (Processo: 409018/2013-9)**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Psicologia da Religião; Religião; Psicólogos; Saúde Mental; Religiosidade**

Área da Psicologia: **RELIG - Psicologia da Religião**

O QUE É UMA RELIGIÃO BRASILEIRA? IMPLICAÇÕES PARA A PESQUISA E PARA A PRÁTICA EM PSICOLOGIA. *José Francisco Miguel Henriques Bairrão (Departamento de Psicologia, Laboratório de Etnopsicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP, Brasil.)*

Desde o último cartel do século passado, em parte reforçada pela emigração brasileira, em parte favorecida pelo interesse acadêmico e pela conversão de estrangeiros, em parte posta em evidência pela militância de movimentos sociais de cunho étnico e pela adesão de camadas médias urbanas, ganharam visibilidade internacional práticas religiosas diversas que, em comum, têm o seu surgimento no Brasil e a participação em um caldo cultural mestiço, marcadamente nacional. O modo óbvio de os referir em conjunto é “religiões brasileiras”, o que permite designá-los, mas não é claro que se traduza num conceito claro e relevante para a pesquisa em psicologia da religião. Essas “religiões brasileiras”, embora apresentem, caso a caso, pontos de intersecção e semelhanças, raramente se compreendem como uma unidade, preferindo sublinhar as suas diferenças. A definição nem sempre nítida entre as suas fronteiras agrava-se pela multiplicação das suas designações. Entre os adeptos é motivo de amplo debate e conflito a tentativa de estabelecer limites entre umbanda, candomblé, batuque, pajelança, santo daime, união do vegetal, barquinha, catimbó, tambor de mina, jurema, etc. O fato de terem surgido no Brasil, por si só, pode não querer dizer muita coisa, se levarmos em conta que surgiram de Brasis muito diferentes. A favor da admissão de alguma unidade entre essas religiões, que justifique abordá-las em conjunto, pode apontar-se um vocabulário comum, que assegura a comunicação entre elas e facilita o trânsito de fiéis. Outra característica que estas religiões têm em conjunto, relevante para a psicologia, é o seu entendimento de “outro mundo” como uma realidade em continuidade a este e muito semelhante, mas em que os malfeitos podem ser refeitos e os eventos materialmente acontecidos se transfiguram em alegorias morais. Deste modo, os seus ritos podem ser lidos como um metacommentário crítico da realidade social. Essas religiões apresentam relações de semelhança e traços de originalidade que recomendam a manutenção do termo “religiões brasileiras”, desde que se tenha o cuidado de sublinhar que a designação refere algo ainda em processo de construção. Nesta comunicação pretendo abordar algumas das características que tendencialmente apresentam em comum, de extrema relevância para a psicologia social da religião no Brasil. Nomeadamente, o fato de se constituírem em formas sociais de cognição, na medida em que não apenas preservam a memória de eventos históricos traumáticos (etnocídio, escravismo, desamparo da infância, etc.), como também reconstroem a sua significação; ao mesmo tempo que essas tramas históricas e sociais, transmutadas em símbolos religiosos, proporcionam a produção de narrativas individuais originais, psicologicamente relevantes, construídas num vocabulário estruturalmente inclusiva do coletivo no singular e vice-versa.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **psicologia e religião, religiões brasileiras, alteridade, psicanálise e religião.**

Área da Psicologia: **RELIG - Psicologia da Religião**



UM PANORAMA DA PSICOLOGIA DA RELIGIÃO NO BRASIL. *Luciana Fernandes Marques (Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Mary Rute Gomes Esperandio (Pós-graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil)*

A Psicologia da Religião tem prestado uma contribuição significativa ao estudo do fenômeno religioso no Brasil. Apesar disso, a área ainda precisa ser reconhecida como disciplina importante na psicologia geral e nas suas relações tanto com outras áreas disciplinares que estudam o fenômeno religioso quanto dentro da própria psicologia. Este estudo apresenta o estado atual da Psicologia da Religião no Brasil, baseado em três fontes de informação: as atividades do Grupo de Trabalho (GT) “Psicologia e Religião” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia (ANPEPP); uma busca de Programas de pós-graduação que tem desenvolvido pesquisas no tema; e, localização de estudos que têm sido publicados no Brasil desde 1950. O GT tem desenvolvido pesquisas na área e organizado um evento a cada dois anos que resulta em publicações, assim como intercâmbios dos pesquisadores através de participações em bancas e publicações conjuntas. Nos programas de pós-graduação os estudos têm sido desenvolvidos nas áreas de psicologia, teologia e programas multidisciplinares como ciências da religião. Nas chamadas ciências da religião se incluem: sociologia, antropologia, teologia, psicologia, educação e ciência política. Sobre os programas de pós-graduação que têm desenvolvido pesquisas em Psicologia da Religião: nove dos oito programas em psicologia, três dos seis em teologia e seis dos dez em ciências da religião. Sobre as publicações, os estudos cobrem uma variedade de temas como: novos movimentos religiosos, grupos de religiões tradicionais, experiência religiosa e sua diferenciação de estados psicopatológicos, temas existenciais como morte e sentido da vida, validação de escalas, espiritualidade e saúde, aconselhamento pastoral e ainda outros. Há uma variedade de métodos quantitativos e qualitativos sendo usados. Sobre desafios futuros, especial atenção deve ser dada em temas relativos a problemas brasileiros como a presença da diversidade religiosa em ambientes educativos e sistema de saúde, a inclusão dos resultados de pesquisa (que já é abundante) na formação de professores e profissionais de saúde que lidam diretamente com o público. Considerando o escasso número de estudos sobre o desenvolvimento religioso e espiritual ao longo do ciclo vital, sugere-se maior ênfase nesse tema. Da mesma forma, o desenvolvimento de metodologias específicas e mistas voltadas a esses tópicos. Para tanto, o GT Psicologia e Religião vinculado a ANPEPP tem um papel decisivo e estratégico ao reunir estudos de vários pesquisadores de diferentes áreas do país, estabelecer parcerias entre universidades e destas com outras universidades e centros de pesquisas internacionais, bem como produzir, publicar e divulgar estudos específicos sobre o tema dentro da diversidade que caracteriza o grupo.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Psicologia da Religião; Brasil; Religião; Religiosidade; Espiritualidade.**

Área da Psicologia: **RELIG - Psicologia da Religião**

O PROCESSO DE AUTORREGULAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS. *Maria Beatriz Martins Linhares (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP, Ribeirão Preto-SP), Carolina Martins (Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP, Ribeirão Preto-SP)*

Os processos regulatórios têm sido estudados por meio de teorias sobre o desenvolvimento humano. A teoria da dinâmica dos sistemas do desenvolvimento, proposta por Sameroff, pode ser resumida em quatro modelos, a saber: pessoal, contextual, representacional e de regulação. O modelo pessoal focaliza a progressão de competências sensorio-motoras, cognitivas, afetivas e sociais, assim como de desempenhos. O modelo contextual, apoiado na teoria de Bronfenbrenner, inclui desde o microcontexto, mediado pelas interações face a face proximais, até o macrocontexto, mediado pelas influências da cultura. O modelo representacional refere-se a como o indivíduo experimenta o “aqui e agora” do contexto, permitindo formar um nível cognitivo abstrato para interpretar novas experiências e esquemas de interpretação e produzindo um conjunto de expectativas de como funciona o mundo a sua volta. Por fim, no modelo da regulação encontram-se os processos regulatórios de estímulos internos e externos ao organismo, a autorregulação do indivíduo e a mediação das outras pessoas como corretores do desenvolvimento. Os processos regulatórios iniciam-se cedo no desenvolvimento e organizam-se de forma articulada e cada vez mais complexa ao longo do tempo. Na fase neonatal, ocorrem processos regulatórios fisiológicos; a partir do primeiro ano, desenvolvem-se os processos regulatórios emocionais; na sequência, ocorrem os processos de regulação comportamental, e culminam nos processos autorregulatórios até à fase pré-escolar. De acordo com Rothbart, a autorregulação é definida como processos que modulam a reatividade, incluindo aproximação ou retraimento comportamental, controle inibitório e controle da atenção. Consiste nos mecanismos usados pelo indivíduo para controlar suas reações comportamentais e emocionais a fontes de estimulação positiva ou negativa. A autorregulação, de acordo com esta autora, está relacionada ao temperamento, que é entendido como diferenças individuais, com base constitucional, na reatividade autorregulação, podendo ser influenciado pela experiência. A autorregulação envolve o modo como os indivíduos modulam, modificam ou manejam seus afetos, pensamentos e comportamento por meio dos seus significados. Estudos mostram que, tanto a organização cerebral do organismo, quanto as práticas educativas parentais do contexto podem influenciar os processos regulatórios no desenvolvimento. Falhas nos processos regulatórios, por sua vez, podem afetar o desenvolvimento adaptativo, levando a problemas emocionais, de atenção e de comportamento. Na presente apresentação desta mesa-redonda, será discutido o conceito de autorregulação no desenvolvimento e suas aplicações em estudos sobre crianças em condições de risco biológico (prematuras) ou risco psicossocial (maus tratos e violência). Além disso, serão exploradas as relações entre processos regulatórios do desenvolvimento e práticas educativas parentais, assim como as implicações para a promoção da saúde mental de crianças.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq; FUNDAP**



Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **autorregulação; desenvolvimento; crianças**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**

O PROCESSO DE ENFRENTAMENTO (COPING) DE DOENÇAS NA INFÂNCIA E SUAS CONCEPÇÕES. *Sônia Regina Fiorim Enumo (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP); Kely Maria Pereira de Paula (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES); Fabiana Pinheiro Ramos (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade de Vila Velha)*

O estudo das relações entre estresse e enfrentamento (coping) é fundamental saber em que condições o estresse pode trazer consequências negativas para a saúde física e mental das pessoas. No campo da prevenção em saúde, entender o enfrentamento de estressores da doença permite compreender os mecanismos psicológicos envolvidos na superação das adversidades e na construção de uma trajetória de desenvolvimento saudável, assim como os fatores envolvidos nos desfechos menos favoráveis, incluindo as psicopatologias desenvolvimentais. O estudo da relação estresse-coping tem sido feito por diferentes modelos teóricos de conceituação, interpretação e avaliação do fenômeno. A partir da década de 1950, os processos de enfrentamento de doenças tinham sido analisados desde uma visão psicodinâmica, centrada em mecanismos de defesa do ego, organizados em estruturas hierárquicas das estratégias de enfrentamento. Contrapondo-se a esta concepção estática e centrada em estilos de enfrentamento, Lazarus e Folkman, nos anos 60, propuseram uma perspectiva transacional, cognitiva do coping, entendendo o enfrentamento como processo de interação indivíduo-ambiente, concepção esta ainda hoje predominante. Na década de 90, contudo, considerando o conhecimento gerado sobre os processos autorreferenciados (self system process) motivacionais e de autorregulação, Ellen Skinner e colaboradores propuseram a Teoria Motivacional do Coping (TMC), considerando o enfrentamento como o processo de autorregulação do comportamento, da emoção e da orientação motivacional em condições de estresse psicológico, com o objetivo de manter, restaurar ou reparar necessidades psicológicas básicas de: (a) relacionamento, que se refere às interações próximas e a sentir-se conectado a outros de forma segura, e a necessidade de se experimentar como valoroso e capaz de amar (autoestima); (b) competência, diz respeito a ser efetivo em interações com o ambiente, alcançando resultados positivos e evitando os negativos; (c) autonomia, relaciona-se à livre determinação do curso de ação dos eventos, ou seja, à capacidade de escolha. Essas três necessidades são entendidas como universais, inatas e de valor evolutivo adaptativo. No processo de enfrentamento, o indivíduo avalia em que extensão o contexto está contemplando ou ameaçando essas três necessidades, sendo essa avaliação (percepção do estressor como dano, ameaça ou desafio) um pré-requisito para interpretações diferentes dos eventos, levando, conseqüentemente, a respostas diferentes ao estresse. A TMC tem os méritos: (a) aborda o coping sob uma perspectiva desenvolvimentista; (b) demonstra a ligação do enfrentamento com os processos adaptativos; e (c) diferencia as estratégias de enfrentamento dos resultados do enfrentamento, um dos grandes desafios da área. Sua aplicação inicial centrou-se na compreensão do engajamento e desengajamento acadêmico de alunos, expandindo-se para análise do coping de professores de classes



inclusivas, por exemplo, e para o contexto da Psicologia Pediátrica, com pesquisas nacionais na área do coping de mães de bebês prematuros internados em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal, de bebês com malformações fetais, de crianças em idade escolar com câncer, com anemia falciforme, crianças hospitalizadas, algumas frequentando classes hospitalares, entre outras. Avaliar e registrar episódios de coping em situações análogas ao real ou em tempo real, assim como de analisar dados em uma perspectiva transacional e desenvolvimentista são desafios da área aqui discutidos.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq/MCTI**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **estratégias de enfrentamento; modelos teóricos; saúde infantil**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**

QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE DA CRIANÇA: O QUE DE FATO SE AVALIA E COMO SE MEDE ESTE CONSTRUCTO. *Gimol Benzaquen Perosa (Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista-UNESP, Botucatu- SP); Ana Teresa Abreu Ramos-Cerqueira (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista-UNESP, Botucatu-SP)*

Nas últimas décadas, o avanço tecnológico responsável pelo novo perfil epidemiológico das doenças, com um aumento da sobrevivência de pacientes com doenças crônicas, associado à mudança na visão de ser humano, considerado em sua integralidade biopsicossocial, fizeram com que o constructo “qualidade de vida” ganhasse importância crescente na área da Saúde. Sua avaliação tem sido rotineiramente incluída em protocolos de atendimento e em vários ensaios clínicos, com o objetivo de assegurar a adequada atenção a procedimentos e a doenças que, mesmo não levando à morte iminente, causam grande desconforto ao paciente. No entanto, trata-se de um constructo controverso, que ainda não tem uma definição operacional, e há falta de consenso sobre os atributos que o compõem, resultando na avaliação de diferentes dimensões nos estudos e, conseqüentemente, dificultando a comparação dos resultados. Por um lado, alguns investigadores utilizam instrumentos genéricos que procuram englobar todos os aspectos importantes relacionados à saúde do sujeito, refletem o impacto da doença sobre o indivíduo e são mais apropriados a estudos epidemiológicos, planejamento e avaliação do sistema de saúde. Por outro lado, há instrumentos que medem questões de pacientes com patologias específicas, priorizam a avaliação de situações relacionadas à qualidade de vida da pessoa após a experiência com doenças e intervenções e são essenciais na análise particular da doença, em especial na eficácia terapêutica. Se uns estão mais preocupados em avaliar dimensões relacionadas à funcionalidade do repertório comportamental, outros dão mais ênfase ao bem-estar subjetivo e à satisfação. Quando se trata de escalas de avaliação de qualidade de vida em crianças, há outros entraves específicos. Em primeiro lugar, a construção desses instrumentos precisa levar em conta o estágio de desenvolvimento da criança, seu grau de entendimento, se seus desejos e esperanças são realistas e considerar o quanto elas estão aptas a fazer previsões no longo prazo. As escalas disponíveis são escassas e poucas foram padronizadas para a população brasileira. Frente a essas dificuldades, a maioria dos instrumentos se atém à opinião de pais, professores, e poucos pedem a participação da criança, especialmente das pequenas. Dados de pesquisa vêm mostrando que o grau de concordância da percepção da mãe e do filho em relação a vários aspectos é baixo, incluindo a satisfação com a vida e que crianças, desde o estágio pre-operatório, conseguem posicionar-se sobre temas relacionados com saúde/doença. Frente a essas colocações pretende-se discutir, a partir de propostas teóricas e estudos desenvolvidos sobre o tema, a possibilidade de avanços das investigações e aplicações na área saúde infantil.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **qualidade de vida; constructo; saúde da criança**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**



PLANTÃO PSICOLÓGICO: DELIMITAÇÕES DE UMA PRÁTICA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL. *Juliana Vendruscolo (Universidade de Ribeirão Preto, Universidade Paulista e Centro Universitário UniSEB)*

O Plantão Psicológico começou timidamente na Clínica Escola do Curso de Psicologia da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) em 2002, através de projetos de pesquisa e extensão. Implantar uma modalidade de atendimento psicológico, considerada inovadora, constituiu-se como uma tarefa paradoxal: árdua pelas dificuldades inerentes a tudo que é novo e, ao mesmo tempo, encantadora, pela receptividade com a qual foi recebida pelos profissionais, pelos alunos e pela população. Mesmo sem uma divulgação fora do campus universitário houve grande procura pelo atendimento emergencial e começou a ocorrer a formalização dessa prática nossa clínica escola. Os estudos continuaram a ser realizados sendo direcionados para a compreensão da vivência do plantonista e posteriormente para identificação de outras possibilidades de intervenção clínica. Para ampliar as possibilidades de atendimento psicológico breve iniciamos o serviço de Aconselhamento Terapêutico, que recebia casos advindos do Plantão, apresentando a necessidade de atendimento psicológico além do emergencial. A partir de 2011, o Plantão foi inserido na grade curricular como estágio obrigatório para a 10ª etapa. Nesse período foi realizado na clínica escola e expandido para um hospital secundário conveniado à universidade: plantão no Pronto Atendimento (PA) e plantão na enfermaria. As atividades, práticas e de pesquisa, foram pautadas na abordagem fenomenológico-existencial. Sendo assim, um espaço de discussão começou a ser aberto e, a partir da inserção de nossos alunos nesse novo espaço de atuação, surgiu a interrogação: Como se dá a relação terapêutica em situações emergenciais no âmbito clínico-institucional, pautada na fenomenologia existencial? O objetivo desse estudo é responder a tal interrogação apresentando o Plantão Psicológico como uma modalidade de atendimento ao modo do desvelamento da *techne* e do cuidado pela preocupação por anteposição libertadora, propostos por Heidegger. A partir do material das supervisões realizadas durante os plantões foi possível compreender que o plantonista, diante da urgência do sofrimento do paciente, sentia-se, inicialmente, impelido a realizar o cuidado ao modo da preocupação substitutiva. Então considerava que deveria saltar na frente do paciente e procurar oferecer saídas para sua queixa. No lugar do especialista, deveria ter uma resposta que removesse o sofrimento do mesmo. Nesta forma de cuidado, o outro pode tornar-se dependente e dominado mesmo que este domínio seja silencioso e permaneça encoberto. As supervisões imediatas (durante o plantão), bem como as discussões de caso posteriores, puderam aproximar o plantonista da relação de ajuda estabelecida no atendimento psicológico, mantida pela preocupação por anteposição libertadora. Esse modo do cuidado comporta uma maneira de ajudar o outro a tornar-se transparente a si mesmo e livre, com tutela sobre a sua vida, o que inclusive pode aproximá-lo de seu modo de ser mais próprio, deparando-o com a angústia inerente ao existir. O término do Plantão ou da emergência não era considerado a partir da resolução da queixa, mas da apropriação do paciente de seu modo de ser. Conclui-se que a relação terapêutica clínico-institucional, estabelecida em bases fenomenológico-existenciais no Plantão Psicológico, pode ser concebida apenas pela



preocupação por anteposição libertadora, dispensando as diferenciações de nomenclaturas oriundas do modelo da técnica moderna.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **plantão psicológico, fenomenologia existencial, estágio profissionalizante**

Área da Psicologia: **SMENTAL - Saúde Mental**

PLANTÃO PSICOLÓGICO: ARTICULANDO DEMANDAS DE PSICÓLOGOS EM FORMAÇÃO COM AS NECESSIDADES DO CUIDAR EM SAÚDE MENTAL. *Erika Arantes de Oliveira-Cardoso, Lícia Barcelos de Souza, Erika Tiemi Kato Okino, Márcia Campos Zuardi e Fernanda Kimie Mishima-Gomes (Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

O Plantão Psicológico foi implantado na Clínica Escola do Centro de Pesquisa e Psicologia Aplicada (CPA), da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP) visando: a) ampliar o acolhimento de pacientes que procuram atendimento psicológico; b) otimizar o processo de atendimento de pacientes adultos e adolescentes; c) diminuir o tempo dos pacientes na fila de espera. Os atendimentos no Plantão Psicológico ocorrem em três dias, aproximadamente nove horas semanais, e são realizados por seis estagiários do curso de Psicologia, dividido em duplas, que trabalham sob a coordenação e supervisão das psicólogas do Departamento de Psicologia da FFCLRP/USP. Os pacientes são atendidos por ordem de chegada e as demandas são acolhidas por meio de escuta terapêutica e avaliadas por meio de entrevista semiestruturada e aplicação do Inventário de Ansiedade das Escalas Beck (BAI) e Questionário sobre a Saúde do Paciente – 9 (PHQ-9). A proposta deste trabalho é identificar e discutir possibilidades de ampliação das rotinas de uma clínica-escola tendo em vista as necessidades de formação em psicologia e de atendimento das demandas da comunidade. Com base nos registros do Serviço no período de fevereiro a maio de 2014, foi realizado um levantamento de informações descritivas sobre atendimentos realizados e condutas estabelecidas. Os conteúdos das supervisões e dos seminários clínicos foram analisados, visando avaliar a efetividade e alcance destas atividades. Com relação aos atendimentos foram realizados 32 dias de plantões psicológicos, nos quais 87 pacientes foram atendidos, sendo 58 mulheres e 29 homens. Quanto às escalas, a média de pontuação no BAI foi 20,4 com desvio-padrão de 12,8 indicando um nível de ansiedade moderado. A média de pontos do PHQ-9 foi 12,1 com desvio-padrão de 7,35 indicando nível moderado de depressão. Em relação às condutas, 20 pacientes foram encaminhados para serviços oferecidos pela rede de saúde mental neste município e 67 para estágios do CPA. Com relação às supervisões e seminários clínicos, foram realizadas 96 horas de supervisão, imediatamente pós-atendimento, e quatro seminários clínicos. Nas supervisões os casos foram discutidos e a síntese das informações obtidas na história clínica, nas escalas e no exame do estado mental do paciente, possibilitou o esclarecimento imediato de dúvidas do estagiário e definição da conduta sobre os casos. Ainda, a síntese das discussões norteou o delineamento da conduta, definindo os encaminhamentos para os atendimentos no CPA, para rede de atendimento em saúde mental, retorno livre ou agendado (no CPA) ou sessões de acolhimento ou aconselhamento oferecidos nos plantões. Além das supervisões, foram realizados os seminários clínicos mensais, com o objetivo de discutir a organização e funcionamento do serviço, formação dos estagiários e aprofundamento em temas emergentes em função da demanda dos atendimentos. O presente trabalho indica que o Plantão Psicológico apresenta-se como uma modalidade de atendimento importante para



o acolhimento e encaminhamento dos pacientes que procuram os Serviços Escola e como espaço de formação do psicólogo, considerando-se o formato de atendimento, a multiplicidade das demandas atendidas, o contato com diferentes supervisoras e a necessidade constante de estudo e aperfeiçoamento.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **plantão psicológico, saúde mental, estágio profissionalizante**

Área da Psicologia: **SMENTAL - Saúde Mental**



PLANTÃO PSICOLÓGICO: DA IMPLANTAÇÃO À CONSOLIDAÇÃO DE UM SERVIÇO. *Léa Cristina De Lazzari Bessa (Universidade Paulista e Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo)*

O estágio supervisionado intitulado Plantão Psicológico foi implantado no Centro de Psicologia Aplicada (CPA) da UNIP- Universidade Paulista de Ribeirão Preto (UNIP-RP) no ano 2000, tendo sido este, o primeiro Serviço de Plantão Psicológico em uma clínica escola na cidade de Ribeirão Preto. Os atendimentos públicos oferecidos em saúde mental não atendem toda a demanda existente, levando a população de menor poder aquisitivo a submeter-se às longas filas de espera, por tempo indeterminado. Considerando-se essa realidade as clínicas escola dos cursos de psicologia muito contribuem com a saúde pública no Brasil. Ao longo de 14 anos de existência do serviço de plantão psicológico da UNIP-RP, ele tem sido modificado a partir das reflexões dos supervisores locais, bem como das orientações dos líderes da respectiva área na universidade. Trata-se, portanto, de uma área de atuação integrada à formação do psicólogo que se mantém aberta às necessidades da comunidade em que está inserida. Nesse sentido, atendendo ao pedido de uma instituição de ensino da cidade, o plantão foi realizado, durante um período específico, no espaço escolar. O objetivo desse trabalho é descrever o processo de implantação e consolidação desse serviço, destacando os constantes ajustes realizados durante o decorrer do mesmo, bem como sua base pautada na abordagem fenomenológico-existencial. O plantão no CPA ocorre da seguinte maneira: os pacientes não precisam marcar as consultas previamente, podendo comparecer para atendimentos psicológicos, com ou sem encaminhamento de outros profissionais, ou seja, sendo possível a procura espontânea; os atendimentos acontecem durante os horários do estágio supervisionado, nos períodos matutino e noturno, sendo os casos discutidos com o professor responsável, imediatamente; os pacientes são recepcionados pela secretária do CPA e inscritos para o atendimento; posteriormente, essa a relação dos inscritos é entregue ao supervisor responsável e os casos são distribuídos, por ele, aos estagiários para que os mesmos possam dar início aos atendimentos. Cada encontro é único, não tendo a obrigatoriedade de serem marcados retornos. Quando necessário essa possibilidade é discutida com o paciente e pode ser sugerida. Para que não se perca o objetivo de atendimento emergencial e de acolhimento, atualmente, procura-se limitar os retornos a um número máximo de quatro atendimentos seguidos, mas não há rigidez nessa quantidade, pois se considera, em primeira instância, a necessidade de diluição da queixa emergencial. Esta proposta de atendimento iniciou-se em um terreno fronteiriço, não podendo ser colocada como triagem de pacientes e nem mesmo como psicoterapia, apesar de significar esta prática, também uma “porta de entrada” em que os casos são avaliados e encaminhados, se necessário, podendo também ser realizadas algumas intervenções psicológicas. Esta modalidade de atendimento quebra com o modelo clínico tradicional, possibilitando uma desconstituição de significados e um novo olhar. O Plantão Psicológico na UNIP possibilita acolher e buscar junto àquele que sofre uma demanda à partir dele mesmo, percebendo-se como um ser-no-mundo e um ser-com-o- outro, na tentativa de uma abertura para novas possibilidades existenciais.



Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **plantão psicológico, fenomenologia existencial, estágio profissionalizante**

Área da Psicologia: **SMENTAL - Saúde Mental**



EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA À LUZ DO CONCEITO DE COMPENSAÇÃO. *Daniela Leal (Faculdade Paulista de Artes, São Paulo, SP)*

Durante os estudos historiográficos realizados sobre o conceito de compensação e suas implicações ao desenvolvimento e à aprendizagem das pessoas cegas, o conceito de compensação sempre se fez presente: seja como algo místico, dado pelos deuses ou por Deus para suprir a falta do órgão/sentido retirado, seja como um “dom” natural que se dá automaticamente – quando da falta de um, outro sentido passa a exercer a dupla função, o que parece para os que veem, que os cegos possuem o tato, a audição ou o olfato mais aguçados que os demais, originando-se, assim, o mito de que as pessoas cegas possuem poderes místicos ou sobrenaturais e que podem prever as coisas a sua volta. Seja este interpretado como um processo natural, quase que automático: na falta de um sentido, por exemplo, outro o compensa; seja como ponto de partida e principal força para criar possibilidades e estímulos para a supercompensação (Alfred Adler); seja, ainda, como um processo de reestruturação de todas as forças do organismo e da personalidade, além de meios e instrumentos diferenciados para a pessoa com deficiência alcançar suas metas e seu desenvolvimento (Lev S. Vigotski). O que nos leva a perguntar, mas como de fato se originaram essas concepções? De onde veio a palavra compensação e quais suas origens? Para tentar responder a esses questionamentos, foi realizado um percurso histórico, da antiguidade aos dias de hoje, que compreendeu, primeiramente, no estudo da história da cegueira desde os mais remotos tempos até os dias de hoje; posteriormente, na análise etimológica da palavra compensação, perpassando os estudos sobre algumas áreas do conhecimento que se apropriam do conceito até chegar especificamente à menção do termo compensação pela psicologia e pela educação, como uma profunda reflexão sobre as teorias que embasam o processo de compensação para que se possa sair do insidioso discurso das impossibilidades da educação da pessoa cega nas salas de aulas regulares, para um movimento de compreensão das possibilidades e de realização de práticas que de fato gerem aprendizagem e desenvolvimento nos espaços escolares, bem como compensações sociais efetivas.

Palavras-Chave: Cegueira. Alfred Adler. Lev S. Vigotski.

ESC – Psicologia Escolar e da Educação

Doutorado – D

Financiamento: CNPq

A QUESTÃO DA ORIGEM GEOGRÁFICA NO ÂMBITO DA DISCUSSÃO SOBRE A DIVERSIDADE: O CASO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NORTE-NORDESTINOS. *Carla Andréa Silva (PUC-SP, São Paulo, SP)*

No âmbito da temática da diversidade tem se dado destaque a questão racial, a deficiência, as questões de gênero, classe social e orientação sexual. Com o intuito de contribuir com essa discussão, a proposta que se segue, tem como objetivo debater sobre a questão da origem geográfica, com base em resultados de nossa pesquisa de doutorado, que teve como participantes oito professores universitários de origem norte-nordestina que realizaram curso de pós-graduação *stricto sensu* na cidade de São Paulo junto a Programas de Pós-graduação em Educação. A pesquisa é oriunda do Programa de Estudos Pós-graduandos em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e ocorreu mediante orientação da Prof^a Dr^a Mitsuko Aparecida Makino Antunes. A referida pesquisa teve como objetivo geral compreender os processos de transformação da identidade de professores norte-nordestinos a partir das vivências destes como pós-graduandos em Educação na cidade de São Paulo. E como problema de pesquisa, buscamos responder à questão: que implicações a realização de uma pós-graduação em São Paulo teve sobre o processo de constituição da identidade de professores norte-nordestinos? No arcabouço teórico a pesquisa contou com o suporte das elaborações teóricas relativas à concepção psicossocial de identidade proposta por Ciampa (2006a, 2006b, 2007) e com os estudos de história do Brasil e do nordeste realizados por Faoro (2008), Andrade, Fernandes e Cavalcanti (2008), Mota (2000), Albuquerque Júnior (2003, 2007, 2011) e Freyre (1981,1996). A pesquisa em questão foi de natureza qualitativa, e em sua execução envolveu a realização de entrevistas não diretivas, com oito professores de origem norte-nordestina que realizaram ou estavam realizando curso de pós-graduação *stricto sensu* na área de Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, oportunidade em que relatam suas histórias de vida. Os dados produzidos foram analisados mediante a organização em núcleos temáticos, com base em Minayo (2004). Os núcleos temáticos foram estruturados de acordo com os conteúdos presentes nas narrativas, recebendo as seguintes denominações: o nome, o lugar de nascimento, a família, a escola, o mundo profissional e a pós-graduação. Dentre os resultados desta investigação verificamos que os pesquisados ao se reportarem ao período da pós-graduação e mais especificamente a estada na cidade de São Paulo, estes enfatizam vivências que envolveram maior carga emocional e que se relacionaram em primeiro plano à saudade de casa, e em alguns casos, houve referência à circunstância de terem sido expostos ao preconceito em razão da condição proporcionada pela origem geográfica, que se sobrepôs à condição destes professores de pós-graduandos e de atuarem profissionalmente na docência em instituição de ensino do ensino superior.

Palavras-chaves: Identidade. Professores norte-nordestinos. Pós-graduação.

Doutorado – D

Financiamento: CNPq

ESC – Psicologia Escolar e da Educação

REFLEXÕES SOBRE EDUCADORES E TRABALHO DOCENTE: EM BUSCA DE PROPOSTA INTERVENÇÃO FRENTE ÀS FRAGILIDADES DO ATUAR.

Renata Capeli Silva Andrade (UNIP, São Paulo, SP)

No presente trabalho pretendemos nos concentrar na discussão sobre a atividade docente, suas repercussões na constituição do sujeito educador e, por fim apresentar uma proposta de intervenção e atenção às dificuldades. Sabemos que ser educador é mais do que entrar numa sala de aula e transcrever conteúdos numa lousa. Ao educador é condicionada uma série de tarefas tais como conhecer a história de vida de cada aluno, solucionar os problemas que estes trazem e transmitir-lhes um currículo, apresentar-lhes o legado do mundo. O professor está diante dos jovens como representante de todos os habitantes adultos do mundo e deve assumir, coletivamente, a responsabilidade por um mundo que pode até contestar, mas do qual é parte e que compartilha com os outros. No entanto, vemos que essa tarefa se dá num cenário escolar que pouco oferece condições para a criatividade e autonomia do educador frente aos desafios e problemas vividos. Diante desse quadro, revela-se a relevância da reflexão proposta destacando o estresse diário dos docentes, o esforço repetitivo que o cotidiano exige e o enfrentamento de situações dramáticas que trazem à tona um sofrimento no exercício da profissão. A proposta de intervenção para educadores denominada Plantão psicoeducativo se mostra relevante no quadro atual da educação, por destacar os fatores específicos das políticas educacionais locais, as eventuais inadequações, impasses e incertezas das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos educadores, além de corresponder ao alerta de que o momento presente se mostra crucial, no sentido de se adotarem medidas urgentes a fim de reverter o caminho de desvalorização do educador. Uma das intenções desse trabalho é destacar que além do apoio pedagógico, que é absolutamente necessário para educar crianças e jovens, se faz necessário um apoio psicoeducativo que considera o educador em sua totalidade. Tal proposta não se atém à técnica do educador, volta-se sim para a atitude – o ser educador. Nesse sentido, não se pode falar de trabalho docente sem considerar o ambiente de ensino, posto que o trabalho do educador não se encerre entre os muros da escola, a dimensão pessoal também tem marcas da relação educativa, por carregar para casa preocupações com os alunos, trabalhos a corrigir e aulas para preparar. E, do mesmo modo que leva para casa os trabalhos dos alunos, adentra a escola com sua história pessoal de vida. Podemos afirmar ser educador é ser constituído por intersecções entre aspectos pessoais e profissionais relações estabelecidas. Consideramos que a reflexão sobre a própria vida, constitui uma situação educativa, uma vez que busca convidar o participante para cuidar de si e dividir a responsabilidade de cuidar do mundo que é sua tarefa. O homem quando descobre o mundo sob sua responsabilidade, o percebe como sua morada. Os educadores que procuram o plantão o fazem por se verem em meio a questionamentos em sua tarefa como educador, não se reconhecendo em casa no mundo, pelo diálogo podem retomar seu lugar no mundo e ver possibilidades de cuidar de sua existência se desvelar. Junto com o plantonista sentidos se constituem.

Palavras-chave: Educador. Plantão Psicoeducativo. Educação.

Doutorado – D



Financiamento: CAPES
ESC – Psicologia Escolar e da Educação



PAIS ÓRFÃOS DE SEUS FILHOS: DEPRESSÃO, SENTIMENTOS DE CULPA E DESAMPARO. *Regina Christina Wielenska (IPqHCFMUSP e HU-USP, São Paulo, SP)*

Serão inicialmente discutidas as contingências envolvidas no atendimento analítico-comportamental de um pai que, no meio de sua terapia (iniciada principalmente por queixas de natureza conjugal, parental e profissional) depara-se com a morte súbita do filho adolescente (adotado em tenra idade) vitimado por um aneurisma cuja existência era desconhecida de todos. O segundo caso a analisar é o de uma mãe que fora cliente da terapeuta por dois anos, quando discutiu-se principalmente questões conjugais que resultaram em divórcio. Teve então alta e retornou anos depois, clinicamente deprimida e relatando uma ruptura amorosa. Não demora muito e ela confia que neste período fora de terapia a filha foi assassinada pelo pai, o qual se matou em ato contínuo. Esse dado levou a um redirecionamento da sessão e dos rumos da terapia. Serão discutidos aspectos como relação terapeuta-cliente, procedimentos adotados, bases teóricas e critérios de decisão clínica.

Nível do trabalho: **Outro**

Palavras-chave: **assassinato, luto, parentalidade**

Área da Psicologia: **CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade**



A PERDA DE UM FILHO POR SUICÍDIO E/OU POR DOENÇA SÚBITA. Vera Regina Lignelli Otero (Clínica ORTEC, Ribeirão Preto, RP)

Serão apresentados dois casos clínicos de perda de filho, sendo uma por suicídio e outra por morte súbita. Serão relatados aspectos teóricos relacionados às duas situações, assim como as intervenções realizadas com as mães para ajudá-las no enfrentamento dessas circunstâncias de perdas tão dolorosas. Serão relatadas as intervenções feitas que visavam a validação da dor de cada uma, levando-as a identificar a sucessão e a alternância de sentimentos pelos quais passavam na difícil trajetória entre a emoção e a razão. A prática clínica aponta para a importância de se intervir nessas duas esferas, ajudando a identificar o que é ‘possível’ de ser feito em cada momento, em cada dia e em cada etapa, observando sempre a individualidade de cada ser humano.

Nível do trabalho: **Outro**

Palavras-chave: **morte, luto, terapia analítico-comportamental**

Área da Psicologia: **CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade**



O CLIENTE EM CONTATO COM A PRÓPRIA MORTE. *Alice Maria de Carvalho Delitti (AMBAN do IPqHCFMUSP e HU-USP, São Paulo, SP)*

A morte é o coercedor último”. Embora inevitável, ela é frequentemente adiável: buscamos tratamento médico quando a doença ameaça e prevenimos o que podemos com vacinas e cuidados de higiene e saneamento. Além de ser a coerção última, inevitável e garantida o momento da morte frequentemente não é sinalizado ou, pelo menos, não claramente sinalizado. Pela análise de variáveis como idade, estado de saúde e/ou por ausência de dor ou sinais de doença pode-se hipotetizar a probabilidade da ocorrência deste evento coercitivo. Entretanto será que sinais da proximidade da morte facilitam ou dificultam o enfrentamento da mesma? Este trabalho tem o objetivo de partilhar com vocês algumas reflexões feitas a partir da experiência de atendimento de dois clientes em sua experiência com a morte iminente. De que maneira atua um terapeuta quando a proximidade da morte torna-se o foco da sessão? Há indivíduos cuja notícia de que estão gravemente doentes e sem chance de recuperação justifica sua busca por tratamento psicológico. Outra possibilidade seria quando um cliente já em terapia descobre sua condição de paciente terminal e precisa de ajuda para lidar com o impacto de tal notícia. Algumas das tarefas do terapeuta envolvem restituir ao cliente a possibilidade, mesmo que restrita, de algum grau de controle sobre o processo que terá pela frente. Por outro lado, torna-se necessário lidar com a incontrolabilidade que a doença impõe. Nesses casos, encontrar o equilíbrio entre esses polos caracteriza a ação do terapeuta, que deverá lidar com um duplo desafio : a sua própria incontrolabilidade e a do seu cliente.

Nível do trabalho: **Outro**

Palavras-chave: **terminalidade, morte, terapia analítico-comportamental**

Área da Psicologia: **CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade**



AVALIAÇÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NO CONTEXTO HOSPITALAR: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO. *Adriana Tannuri Faleiros* (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté - SP) e Adriana Leonidas de Oliveira (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP)*

Os temas Cultura Organizacional e Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) vêm sendo discutidos com grande abrangência em organizações de diferentes naturezas, tendo em vista a busca pela melhoria das condições de trabalho e valorização do trabalhador. A Cultura Organizacional pode ser compreendida como o modo de vida de uma organização. É um conjunto de valores, crenças, costumes, regras, missão e estratégias que distingue uma organização das demais. As organizações hospitalares possuem características diferenciadas culturalmente pela necessidade de funcionamento 24 horas em turnos diurnos e noturnos, além do cuidado com o paciente, o que pode ser uma fonte de estresse. Para que uma organização possa oferecer nível elevado de QVT aos funcionários é preciso apresentar uma Cultura Organizacional que seja gerida adequadamente. Assim, a avaliação da Cultura Organizacional e da QVT no contexto hospitalar apresenta grande relevância, devido às questões específicas que envolvem os profissionais na área de saúde. O contato com a morte, situações de emergências, sobrecarga, trocas de turnos, entre outros fatores, tornam os profissionais vulneráveis na realização de seu trabalho. A atuação do psicólogo nesse tipo de avaliação desponta como mais uma possibilidade de intervenção profissional na área, a qual pode contribuir para o aprimoramento da gestão do ambiente hospitalar. O objetivo da presente pesquisa é apresentar a estratégia desenvolvida para identificar a cultura organizacional e a qualidade de vida no trabalho de funcionários de um Hospital do interior do Estado de São Paulo, destacando os resultados obtidos e possibilidades de intervenção mediante tal avaliação. Foi realizada uma pesquisa de estudo de caso, descritiva e quantitativa. De uma população de 120 funcionários, foi formada uma amostra por acessibilidade com 61 funcionários, sendo os mesmos da área de saúde, administrativa e de serviços. Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: um questionário de diagnóstico de Cultura Organizacional e um questionário de Diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho. Os dados foram analisados por meio do Programa Estatístico Excel e Bioestat 5.0. Os resultados revelaram que o sexo masculino foi predominante na participação, representando 80,6% dos pesquisados. Ressalta-se também, o fato de 43,5% serem auxiliares de enfermagem, dando destaque à baixa participação da classe médica na investigação. Em relação à cultura organizacional, percebe-se discreta predominância da cultura hierárquica, a qual reflete os valores e normas associados à burocracia. Quanto à Qualidade de Vida no Trabalho, dentre as categorias analisadas, identificou-se predomínio de insatisfação quanto à compensação justa e adequada e às condições de trabalho. Prevaleceram índices de satisfação quanto ao uso e desenvolvimento de capacidades, a integração social na empresa, constitucionalismo e relevância social do trabalho. Foi possível concluir que os dois aspectos da dinâmica organizacional investigados estão profundamente interligados. Características da cultura organizacional parecem influenciar os níveis de satisfação ou insatisfação quanto à



QVT percebida pelos funcionários. Tal diagnóstico institucional permitiu traçar estratégias para direcionar mudanças efetivas no cotidiano do hospital em busca do seu aprimoramento e contínua humanização, dando destaque para a importância da atuação do psicólogo nesse tipo de atividade.

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **Psicologia Hospitalar. Cultura Organizacional. Qualidade de Vida.**

Área da Psicologia: **AVAL - Avaliação Psicológica**

REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO HOSPITALAR E DA SAÚDE: A QUESTÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. *Marcelo Scardovelli Brota** (Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP) e *Paulo Francisco de Castro* (Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos e Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP).

O presente estudo busca refletir acerca da atuação profissional do psicólogo que atua em hospitais ou outras instituições de saúde, com foco nos procedimentos de avaliação psicológica empregados em sua rotina de trabalho. Diante da grande variedade de possibilidades de atuação profissional em psicologia, encontra-se a instituição hospitalar e da saúde; nesse espaço há necessidade de uma ação específica para integrar elementos clínicos e institucionais. Nesse sentido, os procedimentos de avaliação psicológica devem se adaptar à realidade do hospital, adequando-se às necessidades de atendimento ao paciente. Participaram da presente investigação 20 psicólogos que atuam em hospitais ou diversas outras instituições de atendimento à saúde, que responderam a uma entrevista que tratava de questões relativas aos dados pessoais, processo de formação e atuação profissional, com ênfase nas estratégias e procedimentos de avaliação psicológica nos diversos contextos que a prática em saúde necessita. No que se refere ao perfil sociodemográfico e profissional dos psicólogos, observou-se que a maior parte dos psicólogos entrevistados é do sexo feminino (80% - N=16), possuem entre 41 e 50 anos (45% - N=9), são casados (55% - N=11), graduados em psicologia há mais de 21 anos (60% - N=12), atuam na área da saúde há mais de 21 anos (40% - N=8), possuem pós-graduação em nível de especialização (80% - N=16) e realizam avaliação psicológica ou psicodiagnóstico em sua rotina de trabalho (90% - N=18). Em relação aos procedimentos técnicos empregados para a realização de avaliação psicológica no contexto hospitalar e da saúde, os psicólogos assinalaram que as estratégias de avaliação psicológica mais utilizadas são anamnese e entrevista (55% - N=11), seguido pelo HTP (40% - N=8), Desenho livre (25% - N=5), Observação lúdica (20% - N=4), Observação clínica (20% - N=4), Recursos expressivos (20% - N=4), Método de Rorschach (15% - N=3), WISC (15% - N=3), HAD (15% - N=3), Minimal (15% - N=3) e Desenho da Família, WAIS, Escala de Beck e Jogos de seriação, cada um é utilizado por 10% da amostra (N=2); outros instrumentos tiveram incidência única, totalizando vinte e quatro diferentes estratégias. A justificativa para a utilização desses procedimentos centra-se no tempo destinado às avaliações, recursos disponíveis e inclinação dos profissionais para determinadas técnicas. Os principais motivos pelos quais os profissionais de psicologia optaram pela área hospitalar e da saúde foram interesse e identificação com a área, oportunidade de trabalho, busca de novos conhecimentos, necessidade de mudança, atenção ao paciente e realização pessoal. Assim, pode-se concluir que a avaliação psicológica no contexto hospitalar e da saúde é desenvolvida pela maior parte dos psicólogos que compuseram a presente pesquisa, justificando sua importância e sua necessidade no contexto em que atuam. A escolha dos procedimentos e técnicas está associada à formação do profissional e aos recursos disponíveis em seus locais de trabalho. Por ser uma área de suma importância para a atuação profissional na área de psicologia, estudos mais amplos são necessários para



que seja possível um mapeamento dos pressupostos teóricos e das ações técnicas nesse contexto.

Apoio financeiro/Bolsa: **PIBIC/CNPq-UnG - Programa de Iniciação Científica da Universidade Guarulhos.**

Nível do trabalho: **Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)**

Palavras-chave: **Avaliação Psicológica. Psicologia Hospitalar. Psicologia da Saúde.**

Área da Psicologia: **AVAL - Avaliação Psicológica**

ESCUITA PSICOLÓGICA NA SALA DE ESPERA DA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA - UTI DO HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS – HRA.
*Hugo Fagundes de Moraes**; *Maria Luísa Louro de Castro Valente (Departamento de Psicologia Clínica - Universidade Estadual Paulista)*; *Helena Rinaldi Rosa (LITEP - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo)*.

Este trabalho apresenta a escuta e acompanhamento psicológico realizados na sala de espera da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Regional de Assis - HRA. Considerada por muitos como o lugar mais temido do hospital, algumas famílias a veem como a própria antessala da morte. A complexidade dos casos atendidos no local, o isolamento proporcionado pela internação, a falta de comunicação entre a equipe e os familiares, a enorme dificuldade em lidar com a finitude da vida e de encarar a morte de alguém próximo ou ainda uma associação de todos estes fatores, reforçam a afirmação anterior. Em decorrência da internação, o paciente pode vir a desenvolver Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). A internação em UTI proporciona ao paciente a experiência de perder o controle sobre seu próprio corpo e sobre a sua rotina, sendo estipulada pelo hospital uma nova rotina repleta de procedimentos invasivos que fogem à sua vontade. A escuta e o acompanhamento destas famílias é uma atividade ainda pouco realizada nas UTIs de hospitais gerais, mas de extrema importância, pois tem como objetivo estabelecer e melhorar a relação entre os acompanhantes e a equipe médica, desta com o paciente e dele com seus acompanhantes, formando assim uma rede de atuação articulada. O psicólogo, utilizando-se de suas técnicas, auxilia/cria articulação entre as partes e as mantém em bom funcionamento. O método utilizado centrou-se em entrevistas semiestruturadas interventivas com os acompanhantes e a equipe médica (ambiente em que é passado o prognóstico do paciente). Durante a escuta busca-se colher informações sobre a vida dos acompanhantes (setor afetivo/emocional, produtivo e relacional), sobre as relações entre eles e o paciente, a fim de entender melhor cada dinâmica e com isso auxiliar a equipe médica a aprofundar o conhecimento dos casos com a troca em discussões posteriores. Resultados: A interação entre a equipe médica e os psicólogos foi extremamente positiva. Com o trabalho do psicólogo na sala de espera, nas discussões sobre os prognósticos e com a equipe, a relação entre os profissionais de saúde e os acompanhantes pode ser reavaliada e melhorada a cada dia, sendo repensadas algumas práticas rotineiras até então vistas como satisfatórias, mas que na verdade não atendiam às demandas dos acompanhantes nem aos interesses dos pacientes. Como conclusão, após a inserção do trabalho de Psicologia na UTI, notou-se aumento na verbalização de elogios e sentimentos de gratidão à equipe, relatada por acompanhantes, bem como a melhora na organização da visita e maior atenção do hospital à equipe da UTI. Baseando-se na melhora das relações na UTI, tanto entre equipe e paciente, como equipe e acompanhantes ou paciente e equipe, indica-se como importantíssima a atuação do psicólogo neste setor diariamente, tornando suportável para os acompanhantes a temida vivência de ter um ente querido internado na UTI e, para a equipe e paciente, o convívio diário neste ambiente.

Apoio financeiro/Bolsa: **PROEX – Pró-Reitoria de Extensão UNESP-Assis**

Nível do trabalho: **Outro**



Palavras-chave: **Psicologia da Saúde. UTI. Avaliação Psicológica Interventiva**
Área da Psicologia: **AVAL - Avaliação Psicológica**

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DOMICILIAR. *Maria Cecília Roth*
(*Coordenadora do Curso de Psicologia Hospitalar da PUCSP e coordenadora do Curso de Atendimento Psicológico Domiciliar do COGEAE PUCSP, coordenadora do NEPPHO, São Paulo, S.P*)

Justificativa

A internação domiciliária ou serviço de Home Care é a transferência do hospital para a residência do paciente que, mesmo precisando de seguimento de saúde, não necessita mais da internação hospitalar. Em casa, ele tem todos os recursos que teria no hospital, conforme suas necessidades, traduzidos em equipamentos e profissionais. Essa prática visa possibilitar que o paciente em contato com sua família tenha melhores condições de recuperação, além de permitir a diminuição de gastos com custos hospitalares.

Muitas vezes o paciente requer também um acompanhamento psicológico por causa das perdas e limitações decorrentes do próprio processo de adoecimento, e este viria para ajudá-lo no enfrentamento das consequências da doença para seu cotidiano.

No entanto, apenas muito recentemente, o serviço de Home Care tem contado com a presença do psicólogo em sua equipe de saúde, quer na assistência direta ao doente e à sua família, quer na assistência à equipe de enfermagem e técnicos que prestam serviços na casa dos doentes.

Atender o paciente em sua residência significa adentrar o espaço de maior intimidade de alguém que é sua própria casa. Para isso o psicólogo deve estar preparado pois simplesmente transpor a sua prática do consultório para o domicílio pode resultar numa prática desastrosa e ineficaz.

Objetivo Geral

O curso se propõe a introduzir psicólogos e alunos de psicologia na prática do Atendimento Psicológico Domiciliar.

Objetivos Específicos

1. Promover a compreensão do processo de adoecimento e dos aspectos psicológicos inerentes a ele;
2. Contribuir para que o psicólogo possa caracterizar as especificidades da demanda psicológica de um paciente com afecções orgânicas;
3. Promover a consideração da dinâmica familiar do paciente e ~~como ele está inserido na mesma~~, no contexto do atendimento domiciliar.

População Alvo

Psicólogos e alunos de Psicologia.

Conteúdo Programático

- O adoecer como processo do ser humano;
- As especificidades do atendimento psicológico hospitalar e do atendimento psicológico/domiciliar;
- Home Care: Estrutura e Funcionamento;



**Onde a
diversidade
se encontra.**
21 a 24.10.2014 | UniSEB
Ribeirão Preto | SP

- A dinâmica da família doente;
- O papel do psicólogo na equipe multidisciplinar;
- Apresentação de casos clínicos ilustrativos.

AValiação e mensuração da dor: pesquisa, teoria e prática.
*José Aparecido da Silva (Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo-
Campus de Ribeirão Preto)*

A partir da década de 90, a dor tem sido considerada o “quinto sinal vital” na literatura médica. Seu registro rotineiro, após a temperatura, pulsação, pressão arterial e respiração, constitui-se numa imprescindível responsabilidade clínica para minorar, adequadamente, o sofrimento dos pacientes. Por causa disso, escalas de mensuração de dor, especialmente, as de categoria numérica, verbal ou facial, foram incorporadas aos variados contextos clínicos, tornando-se, muitas delas, populares para os diferentes profissionais da saúde que freqüentemente usam-nas para mensurar e avaliar a dor. Dor esta que, registrada como “quinto sinal vital” de acordo com os registros dos pacientes, varia em severidade ao longo do tempo, pareando o fenômeno com outros parâmetros clínicos objetivos.

Por sua natureza subjetiva, a sensação de dor não pode ser objetivamente determinada por instrumentos físicos que, usualmente, mensuram diretamente o peso corporal, a temperatura, a altura, a pressão arterial e a pulsação. A despeito disso, a mensuração da dor é extremamente importante no ambiente clínico, pois se torna impossível manipular um problema desta natureza sem ter uma medida sobre a qual basear o tratamento ou a conduta terapêutica. Sem tal medida, torna-se difícil determinar se um tratamento prescrito é necessário, eficaz, ou, até mesmo, quando deve ser interrompido. Com uma mensuração da dor apropriada torna-se possível determinar se os riscos de um dado tratamento superam os danos causados pelo problema clínico e, também, permite-se escolher qual é o melhor e o mais seguro entre diferentes tipos de conduta terapêutica. Ao lado disso, pode-se fazer um melhor acompanhamento e análise dos mecanismos de ação de diferentes drogas analgésicas.

Vários métodos têm sido utilizados para mensurar a percepção/sensação de dor. Alguns métodos consideram a dor como uma qualidade simples, única e unidimensional que varia apenas em intensidade, mas outros a consideram como uma experiência multidimensional composta também por fatores afetivo-emocionais. Os instrumentos unidimensionais são designados para quantificar apenas a severidade ou a intensidade da dor e têm sido usados freqüentemente em hospitais e/ou clínicas para se obter informações rápidas, não invasivas e válidas sobre a dor e a analgesia. Os instrumentos multidimensionais, de outro lado, são empregados para avaliar e mensurar as diferentes dimensões da dor a partir de diferentes indicadores de respostas e suas interações. As principais dimensões avaliadas são a sensorial, a afetiva e a avaliativa. Algumas escalas multidimensionais incluem indicadores fisiológicos, comportamentais, contextuais e também os auto-registros por parte do paciente.

Neste curso, pretende-se discutir e analisar as escalas de mensuração e avaliação da dor em contextos clínicos e de pesquisa, bem como, analisar como educar pacientes

para registrarem e comunicarem, usando diferentes descritores, suas diferentes manifestações dolorosas. Ademais, os mecanismos e/ou processos subjacentes à dor serão considerados.

Leituras básicas

Da Silva, J.A., & Ribeiro-Filho, N.P. (2006). *Avaliação e Mensuração de Dor: Pesquisa, Teoria e Prática*. Ribeirão Preto: FUNPEC-Editora.

Da Silva, J.A. Ribeiro-Filho, N.P., & Matsushima, E. H. (2010). **Mensurando o Quinto Sinal Vital: A Dor**. Ribeirão Preto: FUNPEC-Editora

SAÚDE : Psicologia da Saúde

AVALIAÇÃO FAMILIAR: APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA EFE-ENTREVISTA FAMILIAR ESTRUTURADA. *Andrea Seixas Magalhães*
(*Professora do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, Pesquisadora CNPq*)

A EFE – Entrevista Familiar Estruturada é um método de avaliação psicológica desenvolvido no Brasil, por Terezinha Féres-Carneiro, e tem como objetivo geral trazer à tona os dinamismos do funcionamento familiar, possibilitando a realização, em tempo mais curto, de uma avaliação das relações familiares. O teste é composto de seis tarefas, cinco verbais e uma não-verbal, das quais duas (tarefas 1 e 4) são propostas à família como grupo e as outras, a cada membro individualmente. Embora cada tarefa pretenda, de forma específica, explicitar determinadas dimensões da dinâmica conjugal e/ou da dinâmica grupal, todas as tarefas, de forma geral, pretendem avaliar padrões básicos de funcionamento da família. As dimensões individuais de tais padrões são consideradas, sobretudo, no contexto de suas repercussões na dinâmica das relações familiares. A partir do objetivo da EFE, dos objetivos específicos de cada uma de suas seis tarefas e da revisão da literatura sobre promoção de saúde emocional na família, foram estabelecidas as seguintes dimensões a serem utilizadas na avaliação do material clínico obtido através da aplicação da EFE: comunicação, regras, papéis, liderança, conflitos, manifestação da agressividade, afeição física, interação conjugal, individualização e integração. Uma vez conceituada cada uma dessas dimensões, seus aspectos mais relevantes para a dinâmica das relações familiares são focalizados e definidos, dando origem assim às categorias e às escalas de avaliação da EFE. Considerando a importância das relações familiares na determinação da saúde emocional dos membros da família, é necessário que a psicologia clínica possa contar com métodos confiáveis de avaliação de tais relações. A Entrevista Familiar Estruturada foi construída em 1975, mostrando-se um método adequado para a realização de diagnóstico familiar. Todavia, para que sua divulgação como tal fosse realizada, foi realizado um estudo de validação como instrumento psicológico de medida. Foi realizado um estudo experimental (Féres-Carneiro, 1983) com o objetivo de verificar sua aplicabilidade através do estudo de sua fidedignidade e de sua validade como método clínico capaz de avaliar as relações familiares, ou seja, de realizar um diagnóstico interacional da família, discriminando uma interação familiar considerada facilitadora do crescimento emocional sadio dos membros da família, de uma interação familiar considerada dificultadora de tal crescimento. A partir de 2005, o referido método passou a ser publicado como teste psicológico (Féres-Carneiro, 2005) e tem sido amplamente utilizado na clínica com famílias e em pesquisas científicas. No presente curso, pretende-se abordar a avaliação familiar no contexto da clínica de família e fornecer conhecimentos sobre a aplicação e a interpretação da EFE, um método brasileiro de avaliação familiar. Pretende-se, ainda, discutir e refletir sobre a importância da avaliação psicológica na clínica de família, utilizando ilustrações clínicas. A metodologia do curso será baseada em aulas expositivas e na discussão de situações clínicas. (447 pal)

Palavras-chave: avaliação psicológica; família; psicoterapia familiar

AVAL - Avaliação Psicológica



BASES EPISTEMOLOGICAS DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.

Brigido Vizeu Camargo (Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – Universidade Federal de Santa Catarina – SC)

Este curso, em nível avançado, para bolsistas de iniciação científica, mestrandos, doutorandos e pesquisadores; pretende apresentar aos participantes uma análise documental de um documento áudio de valor histórico: o seminário “Epistemologie et représentations sociales” de Serge Moscovici e Denise Jodelet (EHESS -1994 - Paris). Esta análise, de natureza teórica, será precedida da caracterização da noção de representações sociais e da contextualização da sua importância no Brasil; e sucedida pela indicação de referências bibliográficas úteis para o estudo desta noção. Os objetivos deste curso são: a) apresentar aos participantes os principais elementos da noção de representações sociais, fornecer elementos sobre a construção desta noção contidos no seminário sobre epistemologia e representações sociais e c) indicar referências para o estudo desta noção. Os tópicos propostos são 1. Introdução; 2. Aspectos gerais da noção e principais abordagens; 3. Representações Sociais (RS) no Brasil; 4. Seminário sobre epistemologia das RS de Serge Moscovici e Denise Jodelet; 5. Críticas à noção de RS; 6. Algumas lições de Moscovici e 7. Indicações bibliográficas.

Apoio: CAPES

Palavras-chave: Epistemologia, Representações sociais, Crenças, Racionalidade.
SOCIAL

DECOMPOR CLASSES COMPORTAMENTAIS COMO RECURSO PARA DESCOBRIR COMPORTAMENTOS QUE NECESSITAM SER DESENVOLVIDOS

Sílvia Paulo Botomé

Olga Mitsue Kubo

(Universidade Federal de Santa Catarina)

(Núcleo de Estudos em Análise e Síntese do Comportamento)

Para um analista de comportamento intervir profissionalmente em qualquer campo de atuação, ele necessita ser capaz de apresentar certas classes de comportamentos tais como: identificar, delimitar e caracterizar comportamentos que necessitam mudanças, ou aqueles que necessitam ser mantidos; ou descobrir comportamentos relevantes que necessitam ser aprendidos por alguém. Ser capaz de apresentar comportamentos que constituem essas classes somente é possível dada a contribuição de Skinner com a noção de comportamento operante, cuja implicação foi fundamental para o entendimento do que constitui o objeto de estudo e de intervenção do analista de comportamento, no século XX e XXI. A noção de comportamento operante foi pautada em conceitos fundamentais que caracterizaram o desenvolvimento da Ciência do século XX, principalmente pela superação da noção de causalidade (“causa e efeito”), pela de “determinação” de eventos e da noção de “determinação absoluta” pela noção de “determinação probabilística” de eventos. Além disso, o conceito de comportamento operante integrou conhecimentos acerca de processos estudados na própria área, como o de “comportamento reflexo”, possibilitando superar, por exemplo, a tradicional dicotomia “inato” e “aprendido”. A proposição do conceito “comportamento” na perspectiva skinneriana possibilitou mudanças sem precedentes também no campo de atuação dos analistas de comportamento. Ao definir “comportamento” como um sistema de interações entre ações de um organismo e aspectos de seu ambiente antecedente e ambiente subsequente a essas ações, e ao demonstrar, de modo inequívoco, o processo de seleção de comportamentos pelas consequências produzidas por ações que organismos apresentam em determinadas situações e condições, Skinner caracterizou uma maneira de intervir mais precisa e mais coerente com o conhecimento científico do século XX e XXI: para entender comportamento é necessário analisá-lo funcionalmente, explicitando o mais completamente possível as variáveis antecedentes e subsequentes das quais certas ações de um organismo são função. Analisar comportamentos implica em explicitar, então, variáveis constituintes de classes de estímulos antecedentes e de classes de estímulos subsequentes a determinadas classes de respostas de organismos. Será possível, a partir da análise funcional de comportamentos, em um processo de intervenção, identificar quais comportamentos necessitam ser alterados, ou mantidos. Por outro lado, para descobrir quais comportamentos necessitam ser ainda desenvolvidos por alguém, a partir de classes gerais de comportamentos identificadas, há um procedimento derivado do conhecimento da Análise do Comportamento que é o de “decomposição de classes comportamentais”. Decompor uma classe geral de comportamentos é explicitar classes relativamente mais específicas e menos complexas que compõem a classe geral, de modo a possibilitar a organização delas para o ensino. As categorias gerais e básicas formuladas que permitem organizar essas classes de comportamentos menos gerais que constituem a classe geral, segundo abrangência dos verbos que as expressam, são: o que “fazer”, como “fazer”, com que “fazer”, em que situações “fazer” e “o que precisa decorrer do “fazer”. Sem a contribuição dos conceitos de comportamento, de classe, de análise e de síntese comportamental, assim como a distinção entre “comportamento” e “resposta”, vários desses recursos instrumentais para o desenvolvimento dos comportamentos profissionais do analista de comportamento ficariam comprometidos ou mesmo seriam inexistentes.

Palavras-chave: análise do comportamento, decomposição de classes gerais de comportamento, conceito de classe operante, critérios para decompor classes gerais de comportamento

INTERVENÇÃO EM GRUPOS NA ABORDAGEM COGNITIVO-COMPORTAMENTAL. *Carmem Beatriz Neufeld* (Coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental – LaPICC, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia – DP da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP da Universidade de São Paulo - USP).

A Terapia Cognitivo-Comportamental é uma abordagem de intervenção psicoterápica considerada breve, com enfoque no presente e que preconiza a inter relação entre pensamento, emoção e comportamento. Neste sentido, não são os eventos que determinam nossas reações, funcionais ou disfuncionais, e sim a interpretação que fazemos dos eventos que afetam nosso humor e nosso comportamento. Proposta inicialmente por Aaron Beck como intervenção com pacientes deprimidos, esta abordagem psicoterápica tem sido vastamente aplicada atualmente em uma gama de transtornos e sintomatologias. Os resultados contundentes apontados na literatura têm contribuído para sua disseminação nos mais diversos países e para os mais diversos tipos de demanda clínica. Caracteriza-se por ser uma intervenção de prazo determinado, baseada em evidências e em resultados, bem como por privilegiar a prevenção de recaída. Apesar de sua técnica propor intervenções tanto no pensamento, quanto na emoção e no comportamento, a teoria baseia-se na premissa de que a cognição faz a mediação entre o afeto e o comportamento, preconizando, portanto, que a intervenção na cognição é a responsável pela manutenção do processo de mudança do ser humano. Esta cognição encontra-se organizada em um sistema de crenças que pode ser conhecido e acessado e que se manifesta através dos pensamentos automáticos, da emoção e do comportamento que ocorrem após determinada situação. Considerando tal premissa, o maior desafio do clínico é compreender como funciona o sistema de crenças, e quais as manifestações mais comuns que podem ser observadas no paciente. O presente curso tem como objetivo discutir a aplicação das premissas da TCC em intervenções em grupos. Atualmente, considerando nosso sistema de saúde e o acesso dificultado da população a serviços de intervenção psicológica de qualidade conhecer as ferramentas de intervenção em grupo e as premissas que subjazem o planejamento de tal forma de intervenção tem se tornado cada vez mais desafiador para os profissionais da psicologia de diferentes áreas. Serão abordados no presente curso as premissas básicas dos fatores terapêuticos das intervenções em grupo na TCC, bem como as ferramentas necessárias para organizar grupos terapêuticos, de psicoeducação e de prevenção e promoção em saúde nos diferentes contextos de intervenção. Para tanto, inicialmente, serão abordados alguns pressupostos teóricos e filosóficos da Terapia Cognitivo-Comportamental. O segundo momento do curso versará sobre a construção de programas de intervenção direcionadas para diferentes demandas abordando alguns exemplos de programas indicados na literatura, considerando suas premissas terapêuticas e sua possibilidade de generalização para a implementação de propostas tanto de prevenção quanto de intervenção.

Bolsista Produtividade do CNPq

Palavras-chave: Terapia Cognitivo-Comportamental; Intervenções em grupos; Prevenção e Promoção de saúde.

P

Código: CLIN



INTRODUÇÃO À PSICOBIOLOGIA. *José Lino Oliveira Bueno (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo)*

Este curso tem por objetivo informar estudantes de graduação e pós-graduação sobre as principais questões e metodologias empregadas no estudo da psicobiologia. A primeira questão a ser examinada é a da definição da psicobiologia, como intersecção não reducionista das abordagens psicológicas e biológicas do estudo do comportamento. É necessário que seja contextualizada historicamente a emergência desta área específica de estudo na discussão das relações entre diversas expressões dicotômicas tais como corpo-mente, organismo-consciência, emoção-cognição, neurociências-comportamento. Serão apresentadas as origens e fundamentos das metodologias empregadas para o desenvolvimento das questões principais desta área de estudo, com ênfase na psicologia experimental, etologia e neurociências. Estas informações serão acompanhadas da descrição dos grupos de pesquisa no país que são responsáveis pela implantação da Psicobiologia como área de estudo e as contribuições oferecidas, especialmente através dos programas de pós-graduação, para a formação de núcleos avançados e de excelência. Esses desenvolvimentos terão como foco os processos psicológicos básicos de Motivação, Aprendizagem, Memória, Atenção, Emoção, Percepção e Psicofísica, Cognição e suas intersecções com a Neuroanatomia, Fisiologia, Farmacologia, Etologia e Evolução e Genética. Serão considerados os avanços já realizados, especialmente no país, em termos da interdisciplinaridade e de inserção social e os desdobramentos numa abordagem de intervenção multiprofissional na área de saúde.

O QUE UM PSICÓLOGO PRECISA SABER SOBRE AUDIÇÃO HUMANA?

Maria Angela Guimarães Feitosa (Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

O curso fará uma breve introdução às sensações auditivas básicas (função de sensibilidade, capacidade discriminativa, processamento temporal) e aos fenômenos perceptuais mais complexos, com destaque para a percepção de sons usados na comunicação oral (percepção de fala e de música) e para a percepção de cena e espaço auditivo. Apresentará uma breve descrição do sistema auditivo periférico e central, incluindo aspectos de anatomia e fisiologia. Abordará alguns aspectos selecionados da integração multissensorial e a interação eficiente com o meio. Descreverá aspectos importantes no desenvolvimento inicial da competência auditiva, dando ênfase ao desenvolvimento da linguagem em condições usuais ou na presença de deficiências auditivas. Tratará também da perda auditiva progressiva com a idade, dando ênfase ao perfil do envelhecimento auditivo, seus determinantes, implicações para a comunicação oral e interfaces com a psiquiatria. Abordará o repertório necessário na formação do psicólogo com destaque para a atuação na escola e na clínica, facilitador de sua boa interlocução com outras áreas profissionais em audição, em especial a fonoaudiologia e a otorrinolaringologia. Tratará nos campos de atuação do psicólogo na atenção a pessoas com deficiências auditivas e a seus interlocutores usuais. Finalizará com uma análise de direções que a pesquisa na área está tomando, em função do progresso em metodologias de pesquisa provenientes de diferentes áreas e algumas implicações para estratégias de intervenção.

Palavras chave: Percepção auditiva, atuação do psicólogo, formação em psicologia.

Nível: Avançado

Área da Psicologia: PERC - Percepção e Psicofísica

OFICINAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS E DA INTERSUBJETIVIDADE VIVA NA EXPERIÊNCIA FACE A FACE DE RACISMO, SEXISMO, MACHISMO E HOMOFOBIA. Vera Paiva (NEPAIDS/USP – São Paulo)

Na década de 2010, iniciamos a quarta década de Aids no Brasil, mas o que temos visto é um retrocesso nas ações programáticas da escola voltadas à prevenção. Nas décadas anteriores, principalmente na de 1990, as ações contemplavam informações sobre saúde sexual e reprodutiva, educação de pares e distribuição de preservativos, atualmente pouco, ou quase nada, tem sido feito nesses espaços, ocasionando um aumento no número de infecções entre os jovens e de gravidez indesejada. Quando a temática é trabalhada nas escolas, na maioria das vezes fica restrita às aulas de biologia e à sexualidade, ao campo do corpo reprodutor. Aliados a esse cenário, temos o racismo, o sexismo, o machismo e a homofobia como barreiras que dificultam a execução de ações de prevenção mais efetivas. Nesse sentido, os estereótipos associados à Aids, à gravidez, à raça, ao gênero, à orientação sexual e à identidade de gênero constroem supergeneralizações a partir de atributos negativos. Por exemplo, a menina pedir para o namorado usar camisinha pode ser entendido como se ela fosse colocá-lo em uma situação de risco, pois, para ele, ela deve ser uma “galinha” e já ter tido relações sexuais com outra pessoa. Então o que vemos é que essa menina, provavelmente, não irá insistir para a utilização do preservativo ou sequer irá pedir a sua utilização. Situações como essa apresentada no exemplo, assim como situações de racismo e homofobia, têm contribuído para a feminilização da epidemia de Aids, principalmente entre as mulheres negras, para um aumento da gravidez indesejada entre jovens e uma alta prevalência de Aids entre jovens homossexuais e transgêneros. Nesse sentido, as ações nas escolas têm fundamental importância na resposta à Aids por ser um local onde encontramos muitos jovens e proporcionar trabalhos de diversos setores (educação, assistência social, saúde), mas essas ações devem considerar e trabalhar os estereótipos construídos intersubjetivamente nas relações estabelecidas; o que não é uma tarefa fácil de ser realizada pelos profissionais envolvidos, seja por desconhecimento, seja por questões morais e religiosas. Este curso pretende discutir essas questões e apresentar formas de trabalhá-las junto aos jovens e profissionais, a partir da realização de um exercício prático que poderá servir como exemplo de oficina. A oficina que será trabalhada tem sido realizada como uma das ações de um projeto de pesquisa de disponibilização de preservativos em escolas públicas de três cidades do Vale do Ribeira/SP e da capital, São Paulo.

Palavras-chave: Jovens. Estereótipos. Oficinas.

PESQUISA E INTERVENÇÃO CLÍNICA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR. *Luísa F. Habigzang (Doutora em Psicologia, professora do curso de graduação e pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), coordenadora do grupo de pesquisa Violência, Vulnerabilidade e Intervenções Clínicas)*

Este curso tem como objetivo apresentar avanços na pesquisa sobre intervenções clínicas no contexto da violência intrafamiliar. A violência intrafamiliar é um grave problema social e de saúde pública que pode gerar sérios prejuízos para o desenvolvimento cognitivo, emocional, acadêmico, laboral e social de crianças, adolescentes e mulheres vítimas. O curso abordará definições da violência no contexto intrafamiliar, dinâmica e consequências psicossociais desta experiência para as vítimas, e fatores de risco e de proteção identificados na rede de proteção. Além disso, práticas baseadas em evidências para avaliação e intervenção clínica para estes casos serão apresentadas. Dessa forma, protocolos de intervenção e técnicas efetivas para o tratamento de crianças, adolescentes e mulheres em situação de violência intrafamiliar serão compartilhados.

POR QUE ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO, EM PARTICULAR O INFANTIL?

Deise Maria Leal Fernandes Mendes (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)

O curso terá por objetivo discutir a importância dos estudos e pesquisas em desenvolvimento, em especial os relativos à infância. Para tal, serão abordados tanto construtos e formulações teóricas, quanto evidências de estudos empíricos. O entendimento assumido a respeito do conceito de desenvolvimento humano será explicitado. Fenômeno de caráter processual, em que os produtos são vistos como decorrência e não como foco principal, deve ser considerado como situado em um contexto histórico e sociocultural. A compreensão desse processo de transformações deve ser buscada levando-se em conta o desenvolvimento do indivíduo ao longo da vida, e, portanto, o plano ontogenético, mas também a história evolucionária da espécie, que configura o plano filogenético de análise. Os fundamentos para o estudo do desenvolvimento se inscrevem, na visão adotada, na perspectiva do ciclo vital, em que nenhum período da ontogênese assume supremacia sobre os outros, sendo o desenvolvimento o resultado, a qualquer momento, de interações entre influências diversas, e consistindo em ganhos e perdas. Algumas questões basilares serão tratadas, como a da *continuidade* (se devemos entender o desenvolvimento como um processo gradual de mudanças ou marcado por períodos de rápida transformação; e se existe continuidade entre o desenvolvimento dos seres humanos e de outra espécie animal), a relativa a *fontes de desenvolvimento* (*nature* e *nurture*, arguindo que papel pode-se atribuir à hereditariedade genética e ao ambiente ao longo das mudanças decorrentes do desenvolvimento) e a das *diferenças individuais* (como uma pessoa vem a possuir características individuais estáveis que a tornam diferente de todas as outras). Nesse processo, em que se inserem os anos iniciais da vida, o período designado por infância será focalizado discutindo-se, à luz de resultados de pesquisas na área, as principais capacidades, conquistas e desafios marcantes nesta fase. Retomando as questões de base mencionadas, discutir-se-á como entender o conjunto de capacidades já presentes no recém-nascido logo após o nascimento, muitas delas voltadas para a busca do contato e interação com outros indivíduos, e como pensar o desenrolar de seu desenvolvimento global a partir deste conjunto de capacidades. As dimensões cognitiva, social e emocional, vistas como necessariamente integradas e articuladas entre si, serão abordadas com exemplos de estudos recentes, inclusive brasileiros. Serão tratados, ainda, o papel que cumprem os cuidadores, pais e outros perfis, nos primeiros anos de vida, e a importância das interações sociais iniciais para o desenvolvimento saudável das crianças, valendo-se de pesquisas no campo da parentalidade. Finalizando, os participantes serão convidados a pensar como o conhecimento advindo da Psicologia do Desenvolvimento contribui para atuações de promoção de saúde desde a infância, dentro e fora da psicologia, por vezes em iniciativas que envolvem equipes multidisciplinares, e que parecem de interesse para todos os que trabalham com crianças e/ou cuidam delas. A expectativa em relação a esse curso é a de que favoreça a tomada de conhecimento e reflexão sobre o que se tem estudado e descoberto a respeito do desenvolvimento infantil, e que isso venha a contribuir para a trajetória dos participantes como profissionais e eventuais cuidadores de crianças.

Palavras-chave: desenvolvimento infantil, parentalidade, desenvolvimento humano.

Área: DES - Psicologia do Desenvolvimento.



**Onde a
diversidade
se encontra.**
21 a 24.10.2014 | UniSEB
Ribeirão Preto | SP

PSICOLOGIA FORENSE: PERFIS CRIMINOLÓGICOS. *Paula Inez Cunha Gomide e Giovana Veloso Munhoz da Rocha (Universidade Tuiuti do Paraná)*

A Psicologia Forense é um campo emergente da Psicologia, estritamente científico no qual o profissional atua na interface com o Direito. Suas subáreas, que se inter-relacionam, são: psicologia do crime, avaliação forense, clínica forense, psicologia aplicada ao sistema correcional, psicologia aplicada aos programas de prevenção, psicologia da polícia, assessoria e pesquisa. Quando o psicólogo forense estuda perfis criminológicos está inserindo-se em diversas áreas, tais como a psicologia do crime, a avaliação forense, possivelmente a psicologia aplicada ao sistema correcional e certamente em pesquisa. Conhecer Perfis Criminológicos permite ao Psicólogo Forense propor intervenções adequadas ao padrão comportamental de cada indivíduo, desenhar programas de prevenção direcionados à populações específicas, propor organização diferenciada no sistema carcerário minimizando problemas de segurança, dentre outras ações. Este curso apresentará a tipologia de alguns agressores: dentre eles o parricida, a alienadora parental, homicidas de crianças e psicopatas.

PSYCHOPATHOLOGICAL CONSEQUENCES IN DISASTERS' VICTIMS. *Maria Paz García Vera (Universidad Complutense de Madrid)*

This course will contain sections titled:

- Psychopathological consequences of traumatic events - long history in psychiatry and psychology;
- Treatment of Posttraumatic Stress Disorder
- Psychological Treatment of the Psychopathological Repercussions of Terrorist Attacks
- Psychology applied to terrorism - psychological treatment for victims of terrorist attacks;
- Treatment of Other Mental Disorders
- Empirical studies on psychological treatment of people - affected by attacks, strategy or plan to attend to mental health of victims of terrorist attacks;
- Psychological treatment of psychopathological repercussions of terrorist attacks;
- Group studies on psychological treatment - of victims of terrorism;
- clinical effectiveness of psychological treatments for PTSD - in victims of terrorism;
- Innovative treatments - use of virtual reality in exposure therapy, investigated in treatment of victims of terrorism with PTSD;
- treatment of other mental disorders;
- Clearly a gap in current research - on treatment of psychopathological consequences of terrorism;
- Psychological treatments, determining - their efficacy with victims of other traumatic events

RELAÇÕES AMOROSAS, CONJUGAIS E FAMILIARES. Roberto Alves Banaco
(Núcleo Paradigma de Análise do Comportamento / PUC-SP)

Longe de correr o risco de cair no jargão comum, temos que admitir que as relações sociais têm sofrido mudanças profundas e rápidas, sem que haja tempo para que os indivíduos consigam se adaptar a elas. Certamente essa adaptação afeta a vida também dos casais e de todos os comportamentos que acabam configurando a relação conjugal. Embora continuemos a buscar relações estáveis, duradouras e equilibradas, temos hoje pouca habilidade para resistirmos a frustrações inerentes a uma relação a dois, somos instados a procurar por fortes emoções (e, portanto, o equilíbrio é visto como uma situação “morna”, “insossa” e menos importante), bem como somos incentivados a termos nossas convicções pessoais acima de qualquer instância, resultando em uma inadequação às regras de um convívio a dois.

O objetivo deste trabalho é analisar como esta condição foi se instaurando, e que caminhos a cultura aponta para que possamos enfrentar esta nova realidade social quando nos deparamos com problemas de casal e de família.

TERAPIA DO ESQUEMA: MODELO CONCEITUAL E PRÁTICA CLÍNICA.

Eliane Mary de Oliveira Falcone (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)

A terapia do esquema (TE) surgiu como uma ampliação da terapia cognitivo-comportamental (TCC) padrão para tratar de pacientes com transtorno da personalidade, depressão e ansiedade recorrentes. Atualmente ela tem sido reconhecidamente útil no tratamento de problemas conjugais difíceis, de transtornos alimentares, de abuso de substâncias e de agressores criminosos. Vários testes empíricos têm validado a eficácia da TE no tratamento de pacientes *borderline*, tanto na forma individual como em grupo. Além disso, estudos recentes demonstram a aplicabilidade da TE no tratamento dos transtornos de humor e de ansiedade. A TE se diferencia da TCC padrão por utilizar um modelo de desenvolvimento que ajuda a conscientizar o paciente sobre as origens dos seus problemas a partir de suas relações parentais, de seu temperamento e dos estilos de enfrentamento que desenvolveu ao longo da vida. A TE também enfatiza a utilização de estratégias emocionais vivenciais através de diálogos, com o objetivo de ativar memórias infantis e conectar as experiências emocionais dessas memórias às experiências atuais carregadas dessas mesmas emoções. Outro diferencial da TE em relação à TCC padrão está na relação terapêutica como um ingrediente ativo de mudança. A TE integra modelos teóricos tais como a teoria do apego, as neurociências, os modelos de desenvolvimento e de processamento da informação. Parte do princípio de que os esquemas desadaptativos remotos (EDR) se desenvolvem em idade precoce como resultado de uma combinação de fatores tais como o temperamento da criança, os padrões parentais e as experiências negativas repetidas ou traumáticas. Para se adaptar à forma tóxica com que foi tratado na infância (p. ex., rejeição, ausência de afeto, abuso, negligência, superproteção etc.), o indivíduo cria padrões de funcionamento cognitivo, emocional e comportamental (esquemas) que irão se repetir na idade adulta, através da escolha de situações e relações que confirmem e reforcem esses padrões. O objetivo desse curso é o de proporcionar conhecimento dos fundamentos teóricos e da prática da TE. Será apresentado inicialmente o modelo desenvolvimental dos esquemas, os cinco domínios de esquemas (desconexão e rejeição; autonomia e desempenho prejudicados; limites prejudicados; orientação para o outro e supervigilância e inibição), os quais abrangem 18 esquemas precoces desadaptativos, bem como os seus estilos de enfrentamento e modos. Posteriormente serão abordadas as diferentes etapas do tratamento: avaliação e conceituação cognitiva; intervenções cognitivas, experienciais e comportamentais. Exemplos de diálogos entre terapeuta e paciente serão dados para favorecer a compreensão da prática em cada uma das etapas. O curso destina-se a profissionais e estudantes de graduação e de pós-graduação que tenham interesse em conhecer ou aprimorar os seus conhecimentos em psicoterapia na abordagem a pacientes com transtorno da personalidade.

Palavras chave: Esquemas; Terapia cognitiva; Relação terapêutica

TERAPIA FOCADA EM ESQUEMAS PARA CRIANÇAS: TEORIA E PRÁTICA.

Renata Ferrarez Fernandes Lopes; Ederaldo José Lopes (Laboratório de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, MG).

A Terapia Cognitiva focada em Esquemas para crianças e adolescentes é um campo de pesquisa amplo e apresenta diversas particularidades e especificidades em relação à terapia com adultos. Esta abordagem psicológica voltada para os problemas da infância e adolescência é derivada da terapia cognitiva focada nos esquemas proposta por Jeffrey Young. A terapia do esquema tem se dinamizado, do ponto de vista teórico e prático, especialmente na Holanda e na Alemanha. Os psicólogos alemães que trabalham com a terapia do esquema formam atualmente o maior grupo de psicólogos cognitivos associados à “Internationalen Schematherapie-Gesellschaft”. Uma questão recorrente em palestras e cursos da área é se é possível fazer terapia focada nos esquemas com crianças e adolescentes. A resposta da escola alemã é "Sim, nós podemos!", e o protocolo por eles desenvolvido abrange todas as fases do desenvolvimento humano, do nascimento à entrada na idade adulta. Há uma ênfase em todas as publicações da escola alemã da necessidade da colaboração dos pais no tratamento, especialmente até a puberdade na qual o processo de individuação é incrementado. Os pais são um dos grandes destinatários da terapia focada nos esquemas, especialmente no que tange à noção de “coaching” de esquemas. Esse minicurso tem como objetivo apresentar aos psicólogos cognitivos os principais protocolos da terapia focada em esquemas para crianças desenvolvidos pela escola alemã, que vem sendo traduzido e adaptado para a realidade brasileira por nossa equipe de pesquisadores. Na primeira parte do curso, abordaremos os fundamentos da aplicação da terapia do esquema em crianças e adolescentes; os aspectos do desenvolvimento psicológico da terapia do esquema; o modelo de fatores de risco e proteção; o modelo das dimensões do temperamento e constelações de esquemas; o modelo de necessidades básicas frustradas; a noção de “coaching” de esquemas envolvendo o comportamento dos pais, suas cognições e estilos de enfrentamento; o conceito de modo esquema ou modelo de transação de modo; a nomeação de modo para crianças e adolescentes; as peculiaridades específicas da terapia focada em esquema em função da idade (bebês e crianças com idades entre 0-3 anos; crianças pré-escolares com idades entre 4-6 anos; crianças na fase escolar entre 6-11 anos; adolescentes entre 11-16 anos); as abordagens terapêuticas da terapia do esquema e indicação e contra-indicação da terapia do esquema. Na segunda parte do curso, apresentaremos as principais técnicas utilizadas nesses protocolos, como o trabalho terapêutico com histórias; a psicoeducação (materiais para educação); metáforas para representação de esquemas e modos; o trabalho dos modos com base em desenhos; trabalho com fantoches; trabalho com a casa interna; cartões de memória (memocards) e uso de diários. Na parte final do minicurso, abordaremos as intervenções para o modo de esquema dos pais apresentando as técnicas envolvendo o gerontograma (constelação de modos e esquemas familiares).

FAPEMIG

Palavras-chave: Terapia dos Esquemas para Crianças, Modos; Desenvolvimento

P

CLIN

UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL PARA O ENSINO DE LEITURA A PESSOAS COM AUTISMO. *Camila Graciella Santos Gomes (Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais e Centro de Estudos e Intervenção para o Desenvolvimento Humano) e Deisy das Graças de Souza (Universidade Federal de São Carlos)*

A aprendizagem de habilidades de leitura tem funções importantes na vida de qualquer indivíduo, pois favorece, entre outros aspectos, a compreensão dos estímulos do ambiente, a interação entre as pessoas, o acesso ao conteúdo escolar e a aprendizagem de habilidades mais complexas que dependem da aprendizagem prévia da leitura. Ainda que pareçam muito naturais para qualquer leitor proficiente, habilidades de leitura são complexas e exigem do aprendiz uma série de pré-requisitos. Esses repertórios se configuram como uma rede de relações entre estímulos e entre estímulos e respostas, que são inicialmente independentes, mas que podem se tornar relacionadas por meio de ensino. As relações entre estímulos podem dar origem a relações de equivalência e significado. As relações entre estímulos e respostas são relações de controle de operantes verbais. A interligação das relações em rede que ocorre quando, em decorrência de aprendizagem, os antecedentes de diferentes operantes verbais se tornam membros de uma mesma classe, permite a leitura com compreensão. Pessoas com autismo, que são caracterizadas por apresentarem alterações graves na interação social, na comunicação e pela presença de comportamentos rígidos e repetitivos, podem ser beneficiadas pela aprendizagem de habilidades de leitura. Além de permitir a esses indivíduos maior compreensão, melhor interação com o ambiente e a aprendizagem dos conteúdos programados pela escola, a leitura pode aumentar significativamente as possibilidades de entrada, permanência e progresso na escola comum. Por outro lado, o ensino de habilidades de leitura para pessoas com autismo é um desafio porque, além da complexidade das habilidades, a literatura também indica que essa população pode apresentar dificuldades em aprender pelos métodos de ensino convencionais e necessitar frequentemente de adequações metodológicas. Este curso tem como objetivo levar os participantes a identificar e analisar aspectos fundamentais do processo de ensino de leitura para pessoas com autismo, considerando as características do repertório a ser ensinado, características de outros repertórios dos alunos que podem competir ou convergir com o repertório novo, e contingências de ensino. Os principais tópicos abordados serão: 1. Definição de autismo e aspectos da aprendizagem; 2. Análise comportamental da leitura: relações de controle de estímulos e operantes discriminados; 3. Uma possível rota para o ensino de leitura para pessoas com autismo: tipos de atividades e potenciais reforçadores, sequência de ensino, monitoramento da aprendizagem; 4. Ampliação das habilidades de leitura e de escrita por meio do uso de um programa informatizado para ensino individualizado.

FAPESP (Processo # 2008/57705-8) e CNPq (Processo # 573972/2008-7)

Palavras-chave: aquisição de leitura, comportamento simbólico, autismo
AEC

UMA VISÃO INTEGRADA DA PERSPECTIVA EVOLUCIONISTA E DAS TERAPIAS COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS NA COMPREENSÃO DOS TRANSTORNOS MENTAIS. *Angela Donato Oliva (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)*

A psicologia evolucionista considera o funcionamento mental como resultante de um processo de adaptação às condições ambientais nas quais nossos ancestrais viveram. Desse modo, a arquitetura da mente humana e todo o seu funcionamento teriam sido resultantes de um processo de seleção de estruturas ou traços mentais que foram funcionais em um longo período de existência de nossa espécie. Nossos ancestrais caçadores e coletores precisavam resolver problemas de sobrevivência tais como buscar e escolher o alimento certo, formar alianças sociais, cuidar da prole, defender-se de predadores, entre outros. De acordo com a hipótese evolucionista, essas demandas deixaram marcas na estrutura do cérebro humano. Porém, o mundo atual é profundamente diferente do ambiente ancestral no qual mecanismos adaptativos mentais teriam sido selecionados. Não vivemos mais em pequenos grupos de aparentados, nômades, caçadores e coletores, que dependiam uns dos outros para proteção e alimentação. Segundo a perspectiva evolucionista, para melhor compreender os transtornos mentais, deve-se buscar a gênese dos mesmos na história evolutiva. Os comportamentos que caracterizam um transtorno, por exemplo, podem ser entendidos, em sua origem, como funcionais para determinado contexto, tendo sido selecionados por serem adaptativos e por permitirem a sobrevivência da espécie. Conhecer esse funcionamento mental – e suas bases biológicas – mostra-se fundamental para entender como os indivíduos podem atuar em diferentes contextos. Vale lembrar que o estudo das emoções, durante certo, tempo foi deixado de lado pela psicologia que almejava ser objetiva. No entanto, estudar as emoções revelou-se essencial para um pleno entendimento do funcionamento mental, como mostram a perspectiva evolucionista, as neurociências e também trabalhos recentes das terapias cognitivas. Ressalta-se ainda, que a perspectiva evolucionista é interacionista, não reducionista, nem determinista. Parte do pressuposto de que existem diferenças individuais (em termos de personalidade e propensões) e reconhece o papel do ambiente e da família no desenvolvimento das pessoas ao longo do ciclo de vida. As práticas terapêuticas que levam em conta todos esses aspectos, parecem ser mais eficazes. O objetivo do curso, portanto, é apresentar os transtornos mentais a partir de uma perspectiva evolucionista, que enfatiza aspectos contextuais para o entendimento do que somos. A ideia é desenvolver pontos teóricos fundamentais da Psicologia Evolucionista e mostrar de que maneira se articulam com as práticas terapêuticas Cognitivo-Comportamentais, em consonância com o que propõe a terceira onda das terapias comportamentais. O público-alvo do curso destina-se a profissionais e alunos (de graduação e de pós-graduação) dos cursos de ciências humanas (como psicologia, sociologia e antropologia), ciências biológicas e educação que tenham interesse pelas terapias cognitivo-comportamentais em uma visão integrada à perspectiva evolucionista na compreensão dos transtornos mentais. Espera-se com esse curso contribuir para ampliação da compreensão de uma ferramenta teórico-conceitual eficaz para o tratamento dos comportamentos psicopatológicos.

Palavras Chave: Psicologia Evolucionista, Terapia Cognitivo-Comportamental, Psicopatologia

Psicologia Evolucionista e Psicologia Cognitiva (COG)

USO DE FERRAMENTAS E TRADIÇÕES CULTURAIS EM PRIMATAS NÃO-HUMANOS. *Eduardo B. Ottoni (Laboratório de Etologia Cognitiva, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)*

O uso de ferramentas já foi considerado uma característica definidora da "natureza humana", em contraposição ao resto do reino animal. Entretanto, conforme a amplitude da definição adotada, varia o "panorama" do uso de ferramentas entre os animais não-humanos. O uso de ferramentas não implica necessariamente em cognição complexa, podendo consistir de comportamentos razoavelmente estereotipados e "típicos-da-espécie", como no caso das aranhas *Ariadna*, que usam pedrinhas de quartzo para captar as vibrações das presas. Dentre os vertebrados não-mamíferos, destacam-se algumas espécies de aves, como os corvos da Nova Caledônia (*Corvus moneduloides*), que produzem "ganchos" e "espátulas" a partir de folhas para extrair larvas de troncos de árvores. Neste caso, como no das araras azuis (*Anodorhynchus hyacinthinus*), os estudos em laboratório ou cativeiro têm mostrado uma predisposição "inata" da espécie para o uso de ferramentas, que parece independe, em grande parte, de aprendizagem socialmente mediada. Neste sentido, são comportamentos bastante distintos dos casos de uso de ferramentas por primatas não-humanos. O uso plástico e criativo de objetos pelos chimpanzés (*Pan troglodytes*) e demais hominídeos não-humanos - bonobos (*Pan paniscus*), gorilas (*Gorilla gorilla*) e orangotangos (*Pongo pygmaeus*) - na solução de problemas no laboratório (ou em ações espontâneas em outros contextos antrópicos) revelou muito sobre as capacidades cognitivas individuais nestas espécies, mas envolve situações artificiais e a influência humana direta. Ao contrário do observado no cativeiro, entretanto - onde, em condições adequadas, diversas espécies de primatas eventualmente se valem de objetos extra-corporais na solução de problemas - o uso significativo de ferramentas na natureza aparentemente se restringia aos chimpanzés. Com a multiplicação dos estudos de campo de longa duração, foram observadas algumas formas simples e esporádicas de uso de ferramentas por gorilas e bonobos. A diversificação dos repertórios de uso de ferramentas das diversas populações de chimpanzés não parece ser explicável apenas em termos de diferentes oportunidades ou coerções ambientalmente ou geneticamente determinadas, sugerindo um papel determinante de processos de aprendizagem socialmente mediada no estabelecimento de "toolkits" diversificados - que constitui diferentes tradições comportamentais. No caso dos orangotangos, a constatação de uso costumeiro de ferramentas apenas em algumas populações atipicamente gregárias mostrou a importância da proximidade social para ocorrência destes comportamentos, evidenciando o seu caráter cultural. Se as observações naturalísticas sobre a utilização de ferramentas por chimpanzés nos levaram a repensar uma série de concepções tradicionais quanto ao caráter "único e exclusivo" das capacidades tecnológicas humanas, a descoberta de comportamentos similares em uma espécie de macaco do Velho Mundo (*Macaca fascicularis*, o macaco cinomolgo) e um gênero de primata do Novo Mundo, os macacos-prego de topete (*Sapajus* spp), nos leva, por sua vez, a questões mais amplas, que apontam para as condições e mecanismos cognitivos, ecológicos e sociais que favorecem o seu



surgimento. A persistência material das ferramentas no ambiente cria possibilidades de aprendizagem social que se estendem para além do momento da sua utilização (observação direta do comportamento), sob a forma de “realce de estímulo” (*stimulus enhancement*), propiciando o estabelecimento de tradições comportamentais tecnológicas

INTERVENÇÃO COM ADULTOS SOBRE PREVENÇÃO DE ACIDENTES. *Sandra Regina Gimeniz-Paschoal (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP - Marília-SP), Thais Pondaco Gonsales (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP - Marília-SP)*

Acidentes infantis causam elevada morbi-mortalidade mundial. Há perspectiva de solução por meio de ações educativas preventivas e os Ministérios da Saúde e da Educação sinalizam as escolas como locais favoráveis. Entretanto, é incipiente a formação dos profissionais da educação para realizá-las. O Estudo 1 caracteriza posicionamentos de profissionais da educação infantil em relação à temática da prevenção de acidentes, identifica a ocorrência de acidentes na Instituição de Educação Infantil e investiga o efeito de ação educativa breve com os profissionais voltada para prevenção de acidentes com crianças, mais especificamente para os itens de risco e de segurança de espaços da Instituição. Utiliza duas Instituições de Educação Infantil (IE). Participam os profissionais atuantes das Instituições: 22 da IE1 e 11 da IE2. Antes da ação educativa realiza: entrevistas semi-estruturadas com os profissionais; análise de documentos com registros de ocorrências acidentais; filmagem dos espaços escolares; preparação da ação educativa, com uso de cenas das filmagens realizadas. Realiza ação educativa com todos os profissionais de cada Instituição, divididos em dois grupos, com duração de aproximadamente 60 minutos. Após a ação educativa realiza: questionários com profissionais e, decorrido aproximadamente um mês, filmagem dos espaços. Verifica que os profissionais das duas Instituições possuem conhecimentos assistemáticos sobre a temática. Há registros de ocorrências de acidentes infantis em ambas as Instituições, com maior frequência na IE1. O efeito da ação educativa contribui para aumento da segurança, embora sem diferenças estatisticamente significativas para os itens de risco e de proteção filmados nos diferentes espaços das Instituições. Conclui que ações educativas devem ser contínuas e ter por finalidade aumentar a segurança e diminuir significativamente os riscos de acidentes nas Instituições de educação infantil. O Estudo 2 investiga o envolvimento de professores com o tema acidente infantil, elabora, aplica e avalia atividade de formação para professores para a inserção curricular do tema acidente infantil. Participam duas professoras (P1 e P2) de Ensino Fundamental de duas escolas diferentes. Investiga-se o envolvimento das professoras por meio de entrevista, análise de seus semanários e observação de suas aulas. A atividade de formação é elaborada a partir do estudo do envolvimento das professoras e da literatura. A aplicação é realizada na escola. A avaliação da atividade de formação é realizada por meio da observação da aula da professora que aborda a prevenção dos acidentes, nova entrevista e análise do semanário. Verifica-se que as docentes têm informação sobre o tema, considerada insuficiente. É elaborada atividade de formação incluindo uma Folha de Instruções e um Caderno de Estudos. Durante a aplicação da atividade as professoras fazem proposições de atividades com os alunos. No decorrer da avaliação planejam inserções curriculares da temática e envolvem a participação dos pais. Na análise posterior dos semanários, observa-se inclusão da temática em mais duas atividades da P1. Conclui-se que a



atividade de formação elaborada e aplicada contribui para ensinar a temática de prevenção dos acidentes aos professores visando à inserção curricular desse tema.

Apoio financeiro/Bolsa: **Bolsa PQ – Pró-Reitoria de Pesquisa da UNESP; Fundo de Pesquisa da FFC-UNESP-Marília; PIBIC-CNPq; CNPq**

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **Prevenção de acidentes, profissionais da educação**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**

ORIENTAÇÃO PARENTAL PARA PROBLEMAS DE SONO E OUTROS COMPORTAMENTOS DA INFÂNCIA. *Edwiges Ferreira de Mattos Silveiras (Universidade de São Paulo – USP - São Paulo-SP), Paula Braga Porto (Universidade de São Paulo – USP - São Paulo-SP), Rafaela Almeida Ferrari (Universidade de São Paulo – USP - São Paulo-SP), Renatha El Rafihi-Ferreira (Universidade de São Paulo – USP - São Paulo-SP), Maria Laura Nogueira Pires (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP - Assis-SP)*

A enurese noturna e a insônia comportamental são problemas frequentes em crianças. Tais queixas noturnas também repercutem durante o dia, podendo prejudicar o funcionamento diurno e afetar aspectos comportamentais da criança. Além de afetar a funcionalidade diurna da família, pode também levar ao estresse parental. Considerando as consequências desses problemas de sono para qualidade de vida da criança e da família, justifica-se tratar tais problemáticas. O presente trabalho tem como objetivo apresentar resultados de pesquisas de intervenção realizadas com a participação de pais de crianças com problemas de sono, como enurese e insônia comportamental. O primeiro estudo teve como objetivo verificar a eficácia da modalidade à distância do tratamento para enurese com utilização de alarme de urina em crianças com problemas de comportamentos. O acompanhamento com os pais foi efetuado via telefone. Participaram do estudo 31 crianças com idades entre seis a 11 anos (média=8,3, DP=1,3), sendo 15 meninos e 16 meninas e seus pais. Setenta e um por cento dos participantes obtiveram sucesso no tratamento, não havendo correlação entre os problemas de comportamento e os resultados do tratamento. A única variável relacionada com o sucesso foi a menor frequência de episódios de molhadas antes do tratamento. A segunda pesquisa teve como objetivo avaliar o efeito da uroterapia sobre a enurese. A uroterapia é um procedimento complementar ao alarme e busca corrigir dificuldades relacionadas à enurese por ele não alcançadas. A uroterapia foi realizada em quatro sessões. Nestas, os participantes e seus pais receberam orientações sobre como implementar algumas medidas comportamentais e informações sobre a enurese. Participaram 58 crianças e adolescentes entre seis e 15 anos e seus pais. Todos os participantes foram tratados com o alarme de urina e metade deles realizou a uroterapia. Os participantes como um todo alcançaram índices de sucesso semelhantes aos encontrados na literatura (69,2%), contudo, não se observou melhores resultados para os participantes que receberam as orientações. Ainda que estes tenham apresentado uma melhora mais acentuada no início do tratamento, ela não se manteve como tendência ao longo do tempo. A terceira pesquisa teve como objetivo avaliar a eficácia de um programa dirigido aos pais para manejo da insônia comportamental infantil. Participaram 57 pais de crianças de 1 a 5 anos de idade que apresentam problemas de sono de ordem comportamental. O estudo ocorreu em 3 etapas (pré-intervenção, intervenção, pós-intervenção). A intervenção foi composta por 5 sessões em que os pais receberam educação sobre o sono da criança, orientações sobre o estabelecimento de horários e rotina para dormir e quanto ao uso de técnicas para a melhoria do momento de dormir e redução de despertares noturnos. Os resultados demonstraram que a intervenção foi capaz de produzir melhora significativa ($p < 0,05$) nos problemas no



momento de dormir e despertares noturnos das crianças, avaliados por meio do Índice Composto de Distúrbios de Sono. A partir dos resultados das pesquisas apresentadas é possível concluir que a participação dos pais em intervenções comportamentais é efetiva para problemas como enurese e insônia em crianças.

Apoio financeiro/Bolsa: **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP**

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **Treinamento de pais; problemas de sono; enurese; insônia.**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**

INTERVENÇÃO PARENTAL COMO PARTE DE UM PROGRAMA DE TRATAMENTO PARA ADOLESCENTES OBESOS. *Graziela Sapienza (Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC – PR), Teresa Helena Schoen (Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP - São Paulo, SP), Mauro Fisberg (Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP)*

A obesidade, compreendida como um desequilíbrio entre a energia ingerida e a energia gasta, é uma doença crônica não transmissível, de etiologia multifatorial, mas que pode ser modificada pelos hábitos de vida, especialmente alimentação e atividade física. A elevação do número de indivíduos obesos, incluindo adolescentes, está sendo vista com grande preocupação, em razão das consequências danosas aos indivíduos, famílias e sociedade que o excesso de peso pode acarretar. Dentre as recomendações para prevenir o sobrepeso e a obesidade infantil está o encorajamento das famílias na promoção hábitos alimentares saudáveis e a promoção de atividade física. Com enfoque na prevenção de agravos e na promoção de mecanismos protetores ao desenvolvimento, o Centro de Atendimento e Apoio ao Adolescente – CAAA - há muitos anos vem desenvolvendo programas de prevenção e acompanhamento de adolescentes com excesso de peso. Foram desenvolvidos espaços para orientação aos responsáveis não só sobre a alimentação saudável, mas também sobre esta etapa do desenvolvimento – adolescência -, assim como sobre práticas educativas. Este trabalho verifica os efeitos da orientação de pais concomitante à intervenção psicológica de base comportamental e ênfase em treino de habilidades sociais na competência social, nos problemas de comportamento, na percepção das práticas educativas parentais e na redução de peso de adolescentes obesos que participaram de um programa de intervenção multifocal envolvendo ações nos âmbitos psicológico, nutricional e físico. Método: Participaram deste estudo 39 pais e seus filhos adolescentes separados em três grupos de intervenção: G1 – grupo experimental completo (orientação de pais e intervenção psicológica com adolescentes obesos), G2 – grupo experimental simples (orientação de pais) e G3 – grupo controle (sem orientação de pais e sem intervenção psicológica com os adolescentes). Os responsáveis preencheram o Child Behavior Checklist - CBCL, que avalia competência social e problemas de comportamento, e ao Inventário de Estilos Parentais – IEP, versão para os pais. Os adolescentes, além das medidas antropométricas, responderam ao Youth Self Report, versão para o adolescente do CBCL, e o IEP, versão do adolescente. Todos os adolescentes praticaram atividade física e tiveram orientação nutricional. Resultados: os resultados mostraram que esses adolescentes se percebiam como socialmente competentes, apresentavam problemas de comportamento e percebiam que seus pais utilizavam um estilo de risco para a educação dos filhos. Doze meses após intervenção, quatro adolescentes do G1 e três do G2 reduziram o percentil para IMC de “obeso” para “excesso de peso”. Adolescentes de todos os grupos tornaram-se mais socialmente competentes, segundo os pais, mas os do G2 (intervenção com os pais) apresentaram uma porcentagem maior de mudança (33%, n=5). Conclusão: a orientação de pais concomitante à intervenção psicológica para desenvolvimento da competência social traz benefícios aos adolescentes que participam de programas para prevenção e tratamento da obesidade, pois influenciam



positivamente na aprendizagem de habilidades importantes para o funcionamento social, para a adesão às atividades do programa e para a manutenção dos resultados após um ano de tratamento.

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **Obesidade; adolescência; estudos de Intervenção**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**

FUNÇÕES COMPORTAMENTAIS DE REGRAS E EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE PRAZOS E CONSEQUÊNCIAS SOBRE O SEGUIMENTO DE INSTRUÇÕES POR CRIANÇAS DA PRÉ-ESCOLA. *Aline de Carvalho Abdelnur (Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil) e Nilza Micheletto (Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil)*

Regras foram definidas inicialmente na Análise do Comportamento como estímulos especificadores de contingência que exercem função de estímulo discriminativo. A partir desta formulação, muito trabalho experimental foi conduzido de acordo com tal pressuposto e uma discussão acerca de outras possíveis funções comportamentais das regras parece não ter permeado tais experimentos. Embora haja um debate teórico-conceitual importante acerca de novas alternativas de descrição e análise das funções comportamentais das regras, ainda há poucos estudos experimentais que investigaram ou propuseram outras funções para as regras – em alguns estudos denominadas estímulos especificadores de contingência ou instruções. Além disso, os estudos acerca das condições favorecedoras ou que aumentam a probabilidade do seguimento de regras ou instruções por crianças pré-escolares chegaram a resultados que são, muitas vezes, divergentes entre si ou inconsistentes, seja pelo número reduzido de participantes, seja pela comparação de condições experimentais diferentes em mais de um parâmetro. O presente estudo caracteriza-se como uma investigação experimental dos efeitos alteradores de função de outros estímulos que as regras podem exercer. Outro objetivo deste estudo foi investigar os efeitos da declaração de prazos e consequências, isolados ou em combinação, sobre o comportamento de crianças da pré-escola, quando a oportunidade para seguir a regra era imediata ou atrasada. Participaram 20 crianças com idade entre 4 e 5 anos, que foram divididas em dois grupos experimentais, após a fase de linha-de-base. As variáveis investigadas foram: oportunidade para responder – imediatamente após a declaração da instrução ou atrasada em 10 minutos após a declaração da instrução, prazo para a emissão da resposta – imediato (3min) ou atrasado (20 min) e consequência – imediata (logo após a emissão da resposta) ou atrasada (3h depois da emissão da resposta). O estudo teve duas partes. Na Parte I, participaram 20 crianças e eram declaradas regras que especificavam apenas um prazo OU apenas uma consequência para a emissão da resposta especificada – de levar uma caixa, com ou sem papéis dentro até a sala das professoras. Os Grupos I e II foram expostos à seguinte sequência de condições experimentais: prazo imediato, prazo atrasado, consequência imediata e consequência atrasada, sendo que o Grupo I começava cada condição com oportunidade imediata para responder e depois oportunidade atrasada para responder e o Grupo II começava com oportunidade atrasada e depois oportunidade imediata, perfazendo um total de oito condições/tentativas. Na Parte II, da qual participaram 12 crianças, eram declaradas regras que especificavam tanto um prazo como uma consequência, sempre com oportunidade imediata para responder para o Grupo I e oportunidade atrasada para o Grupo II, perfazendo um total de quatro tentativas. Os



resultados obtidos atestam a função alteradora de função exercida por regras que especificam prazos e consequências, assim como permitem ampliar a quantidade e a generalidade de dados obtidos por outros pesquisadores. Resultados significativos em termos de seguimento, em condições de prazo e /ou consequência não investigadas anteriormente também foram obtidos.

Apoio financeiro/Bolsa: **CAPES (Bolsa de Doutorado, modalidade CAPES II)**

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **seguimento de instruções; funções comportamentais de regras; crianças**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE O SEGUIMENTO DE INSTRUÇÕES EM UM PROCEDIMENTO DE OPERANTE LIVRE COM CRIANÇAS. *Dhayana Inthamoussu Veiga (Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e Andréia Schmidt (Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

Procedimentos por tentativas discretas têm sido amplamente utilizados em estudos sobre controle instrucional, predominantemente conduzidos com participantes adultos. Nesse procedimento, o responder é observado em períodos isolados de tempo em tarefas que oferecem poucas possibilidades de variação das topografias instruídas e essa limitação é geralmente imposta pelo próprio aparato utilizado (e.g., clicar com o mouse); contudo, sua estrutura oferece maior rigor experimental. O estudo do controle instrucional com crianças tem despertado a necessidade de procedimentos que se ajustem à dinâmica desse fenômeno. Participantes adultos possuem um amplo repertório de seguimento de instruções, ajustando-se rapidamente a tarefas experimentais: emitir um número restrito de respostas e permanecer sentado diante de um aparato durante o procedimento. Crianças mais jovens possuem uma história de reforçamento mais curta, permitindo observar o desenvolvimento do controle instrucional e restrições sobre o responder podem obscurecer esse processo. Em procedimentos de operante livre, nenhuma restrição temporal é imposta ao responder e a emissão da resposta observada não é exigida caso ela não ocorra durante a sessão. O objetivo do presente trabalho foi analisar um procedimento de operante livre utilizado em dois estudos com crianças de diferentes idades sobre o seguimento de instruções não correspondentes, discutindo suas implicações para a compreensão do controle instrucional e comparando-o com procedimentos por tentativas discretas. Dois estudos foram conduzidos com crianças de 3 a 10 anos que participaram individualmente de um jogo de “caça ao tesouro” em uma sessão. Os participantes buscavam por pistas, escondidas em caixas e objetos, que indicavam locais com novas pistas até encontrarem o “tesouro” (vale-brinde). Quando a condição de instrução era alterada, as pistas indicavam lugares sem novas pistas, porém próximos a locais com pistas. O primeiro estudo forneceu indicações de que o comportamento instruído se mantém mesmo quando as condições de instrução não são correspondentes e respostas alternativas àquelas instruídas passam a ser emitidas. O segundo estudo demonstrou que uma história de exposição a instruções correspondentes foi suficiente para manter o seguimento de instruções não correspondentes para crianças de diferentes idades, porém, esse efeito foi maior para crianças mais velhas do que para as mais jovens. Além disso, crianças mais velhas emitiram novas respostas de busca, enquanto que crianças mais jovens tenderam a cessar a busca por pistas e emitir comportamentos sem relação com a execução da tarefa, como olhar para a experimentadora. Esse procedimento permitiu que os participantes emitissem uma variedade maior de respostas a qualquer momento da sessão sobre quaisquer objetos disponíveis no ambiente. Em um procedimento por tentativas discretas essa possibilidade costuma ser minimizada ou restrita. Esse aspecto pode ser especialmente relevante ao se estudar o desempenho de crianças mais jovens, que possuem um menor



repertório de seguir instruções em situações novas. Se por um lado os procedimentos por tentativas discretas aumentam o rigor no controle experimental, por outro, as características da tarefa e da situação experimental podem restringir a investigação do fenômeno de interesse. Esses aspectos de procedimento devem ser considerados no momento da análise dos resultados e interpretações devem ser formuladas com cautela.

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **Controle por instruções; operante livre; crianças**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS E CONTROLE INSTRUCIONAL. *Lidia Maria Marson Postalli (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e Deisy das Graças de Souza (INCT-ECCE - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino e Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)*

Uma das questões de interesse no campo do comportamento humano é como as pessoas aprendem a atender a comandos verbais. Como modelo do comportamento simbólico, o paradigma de equivalência de estímulos pode contribuir para esclarecer como instruções especificam contingências: as palavras em uma instrução seriam membros de classes de equivalência que incluem os estímulos que são referentes para as palavras (objetos, ações, relações, etc). O objetivo do estudo foi investigar a formação de classes de estímulos envolvendo pseudopalavras e pseudofrases com nomes de ações e objetos e verificar se: 1) as palavras se tornam equivalentes a filmes representacionais e a figuras indefinidas para as mesmas ações e objetos; e se 2) formadas as classes as palavras e figuras adquirem controle instrucional sobre o comportamento não verbal (de realizar as ações, isoladas ou sobre os objetos). O estudo foi conduzido com crianças com idade entre três e seis anos. No Experimento I, todas as quatro crianças aprenderam as discriminações condicionais AB (pseudopalavra-ação em videotape) e AC (pseudopalavra-figura abstrata) e apresentaram formação classes de equivalência (testes BC e CB), relacionando, sem ensino direto, figuras indefinidas e ações. Nos testes de seguimento de instruções, conduzidos antes (pré-teste), depois do ensino das discriminações condicionais (teste intermediário) e depois da formação de classes de estímulos equivalentes (pós-teste), a criança era solicitada a fazer o que era dito (via alto falante do computador) ou o que era mostrado na tela (um estímulo dos conjuntos B ou C). Os resultados mostraram que no teste intermediário, a maioria das crianças apresentou seguimento das instruções orais, mas não das “instruções” pictóricas. Após a formação de classes, para três das quatro crianças ocorreu transferência precisa de controle instrucional também pelas figuras abstratas. No Experimento II, foram conduzidas três condições experimentais. A primeira condição replica o mesmo procedimento do Experimento I empregando pseudofrases; a segunda condição manipulou a variável quantidade de treino; e a terceira condição manipulou a quantidade de exemplares ensinados e a sobreposição de elementos dos estímulos. No geral, dezoito dos 19 participantes aprenderam discriminações condicionais auditivo-visuais entre pseudofrases faladas e ações em videotape e entre as mesmas frases e figuras indefinidas. No teste de formação de classes, as mesmas 18 crianças mostraram compreensão das frases, relacionando, por equivalência, as pseudofrases, as ações e as figuras indefinidas. No teste intermediário de controle instrucional, quatro das seis crianças apresentou seguimento das instruções orais na Condição 1; nenhuma das cinco crianças apresentou seguimento das instruções na Condição 2; e cinco das oito crianças apresentaram seguimento parcial sentenças na Condição 3. No pós-teste, após a demonstração de formação de classes, a maioria das crianças apresentaram seguimento das instruções orais e pictóricas. No conjunto, os resultados representam uma replicação



sistemática de que a formação de classes pode promover a compreensão de sentenças e favorecer seu seguimento quando usadas com função instrucional.

Apoio financeiro/Bolsa: **Bolsas de Mestrado (FAPESP #04/13001-6) e de Doutorado (FAPESP #07/00119-7) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e apoio do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE)**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **controle instrucional, equivalência de estímulos, crianças.**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**



JOGO DA PARTILHA: IDENTIFICAÇÃO DE PADRÃO COMPORTAMENTAL DE CRIANÇAS NA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS. *Giovana Escobal/ Laboratório de Aprendizagem Humana, Multimídia Interativa e Ensino Informatizado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos; Gabriela Esteves Lopes/ Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos; Celso Goyos/ Professor Adjunto, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos*

Jogos econômicos têm sido úteis como modelos experimentais de situações de interação social complexa. Psicólogos interessados no fenômeno da generosidade e altruísmo têm utilizado jogos econômicos para estudar processos de tomada de decisão e distribuição de recursos. Um desses jogos se denomina Jogo da Partilha, e pesquisas têm analisado algumas variáveis que podem influenciar como as pessoas alocam recursos, dentre as quais podemos citar: gênero do distribuidor ou do receptor, interação humana versus interação computadorizada, incentivo monetário real ou hipotético, faixa etária dos participantes, etc. A presente proposta de trabalho avaliou se, e em que extensão, as distribuições de estratégias no Jogo da Partilha são afetadas pelas variáveis contextuais gênero do distribuidor e quantidade de dinheiro. Estudos anteriores avaliaram tais variáveis em estudantes universitários, tanto brasileiros como americanos. O atual estudo propõe-se a avaliar o fenômeno da generosidade, através dos jogos econômicos, em crianças. Em um delineamento intrassujeitos, foram realizados dois experimentos envolvendo repetidas tentativas com cinco oportunidades em que participantes com idades entre 8 e 10 anos fizeram escolhas para distribuir os recursos entre duas peças de bichos de pelúcia idênticas, em que puderam escolher otimizadamente, mas não competitivamente, igualmente, mas não de maneira otimizada ou menos otimizadamente, mas mais competitivamente. O incentivo monetário aqui utilizado foi o de dinheiro hipotético, representado por moedas sem valor comercial. O estudo também permitiu uma comparação entre-sujeitos a respeito do gênero dos participantes, para saber se o número escolhas otimizadas, competitivas, igualitárias e altruístas difere entre meninos e meninas. Os dados mostraram que as crianças do gênero masculino escolheram a alternativa otimizada mais frequentemente que as meninas. Adicionalmente, as meninas escolheram mais frequentemente a alternativa igualitária que os meninos e esses por sua vez escolheram mais frequentemente a alternativa altruísta que as meninas. Uma análise de variância será conduzida ainda para comparar os efeitos de diferentes quantidades de dinheiro sobre o número de respostas otimizadas dos participantes. Estes jogos são importantes porque permitem: analisar as contingências envolvidas na tomada de decisão das pessoas, caracterizar as escolhas, como ideal, justa ou competitiva, e trazer sob escrutínio o exame dos possíveis efeitos de outras variáveis (por exemplo, gênero do participante, incentivo monetário, quantidade de dinheiro, etc) sobre as distribuições das escolhas das pessoas, para determinar se essas escolhas são estáveis ou influenciadas por essas variáveis, além de oferecer mais dados para trabalhar no campo das pesquisas sobre generosidade e altruísmo.



Apoio financeiro/Bolsa: **BOLSA IC FAPESP PARA A SEGUNDA AUTORA E BOLSA PRODUTIVIDADE EM PESQUISA PARA O TERCEIRO AUTOR.**

Nível do trabalho: **Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)**

Palavras-chave: **Tomada de decisão, Jogo da Partilha, Generosidade, Altruísmo, Quantidade de Dinheiro, Gênero, Jogos econômicos**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

JOGO DA PARTILHA E A RELAÇÃO ENTRE GANHO, PERDA E GÊNERO: UMA ANÁLISE DESCRITIVA. *Fanny Silveira e Silva/ Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos; Giovana Escobal/ Laboratório de Aprendizagem Humana, Multimídia Interativa e Ensino Informatizado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos; Celso Goyos/ Professor Adjunto, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos*

Jogos econômicos são úteis para estudar situações de interação social complexa. O Jogo da Partilha, por exemplo, propõe estudar os processos de distribuição de recursos e de tomada de decisão. Pesquisas envolvendo este jogo têm analisado os efeitos de algumas variáveis sobre como as pessoas alocam recursos, dentre elas: gênero do distribuidor ou do receptor, incentivo monetário real ou hipotético, etc. Nele, o participante deve escolher, em uma série de tentativas, entre duas opções com uma quantidade de recursos para si e para outro participante passivo e invisível. Nestas duas opções, a diferença entre os recursos dos participantes é sempre a mesma, mas em uma delas – escolha “otimizada” – o distribuidor recebe mais e o outro participante mais ainda, e em outra – escolha “competitiva” – o distribuidor recebe menos e o outro menos ainda. Assim, o participante pode adotar uma das seguintes estratégias de escolha: otimizada, competitiva ou igualitária. Este trabalho pretende avaliar se, e em que extensão, as distribuições de estratégias no Jogo da Partilha são afetadas pelas variáveis contextuais gênero do distribuidor e tipo de alocação (Ganho ou Perda). Assim, diferentemente dos estudos anteriores com este jogo, as escolhas também foram referentes a perdas. Houve a Condição Experimental Ganho-Perda (Bloco 1 - Ganho, Bloco 2 - Perda) e a Condição Experimental Perda-Ganho (Bloco 1 - Perda, Bloco 2 - Ganho), ambas envolvendo distribuição de dinheiro hipotético. Os dados foram coletados on-line através do site Survey Monkey, tendo um total de 427 participantes de regiões diversas do Brasil. Em uma análise intragrupo, os dados obtidos não mostraram diferença, nas estratégias adotadas pelos participantes, entre distribuir Ganho e Perda. Porém, uma análise entre grupos mostrou um efeito da ordem de exposição do tipo de alocação, isto é, se o jogo iniciava com distribuição de Ganho ou de Perda de dinheiro. Ao comparar as duas condições experimentais, a condição Ganho-Perda apresentou na estratégia otimizada maior porcentagem de participantes, e a condição Perda-Ganho apresentou uma maior porcentagem de participantes tanto na estratégia igualitária como na estratégia competitiva. Também foram encontradas diferenças de gênero nas duas condições experimentais, pois em ambas a estratégia otimizada apresentou uma maior porcentagem de homens, e a estratégia igualitária e competitiva apresentaram maior porcentagem de mulheres, sendo que as porcentagens da estratégia igualitária foram maiores do que as porcentagens da competitiva. Na condição Perda-Ganho, a diferença de gênero na estratégia igualitária e na estratégia competitiva foi maior do que na condição Ganho-Perda, o que pode indicar algum tipo de interação entre a variável ordem de exposição e o gênero do distribuidor. Este trabalho reveste-se de importância social e científica ao apresentar um modelo experimental para estudar o fenômeno da generosidade, de particular interesse dentro do âmbito da cooperação. Ele contribui ainda para que os jogos econômicos sejam mais conhecidos e utilizados na Psicologia e



na Análise do Comportamento. Por fim, fornece maior generalidade aos dados ainda são inconclusivos em relação ao gênero e à questão de utilizar ganho ou perda em alocações de recursos nos jogos econômicos.

Apoio financeiro/Bolsa: **BOLSA MS FAPESP PARA A PRIMEIRA AUTORA E BOLSA PRODUTIVIDADE EM PESQUISA PARA O TERCEIRO AUTOR.**

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **Tomada de Decisão, Jogo da Partilha, Generosidade, Altruísmo, Dinheiro Hipotético, Ganho, Perda, Gênero do Distribuidor, Jogos Econômicos.**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL DO JOGO DA CERVEJA ATRAVÉS DO CONCEITO DE METACONTINGÊNCIA. *André Luíz Ferreira/Departamento de Psicologia, UNIMEP, Piracicaba; Pedro Bordini Faleiros/Departamento de Psicologia, UNIMEP, Piracicaba*

O conceito de Metacontingência desde que foi proposto tornou-se uma importante ferramenta no estudo de fenômenos sociais e culturais pela Análise do Comportamento. Metacontingências são contingências operantes entrelaçadas, que tem um Produto Agregado como resultado deste entrelaçamento e consequências funcionais baseadas na natureza deste produto. Este conceito já foi empregado para analisar contextos como Educação, Trânsito e Organizações. Além dos elementos que compõem a definição do conceito de Metacontingências, quando a análise recai sobre organizações, outro elemento adicional é empregado, o Sistema de Recepção, que seleciona o Produto Agregado e o entrelaçamento que o produziu. O Jogo da Cerveja possibilita identificar as contingências entrelaçadas entre os comportamentos dos "atores" de diferentes organizações e os produtos agregados destas contingências. No jogo, os três "atores" (Varejista, Atacadista e Diretor da Cervejaria) lidam com um número padrão de estoque de cerveja e com a demanda de consumo. Semanalmente há um número fixo de cervejas que são vendidas pelo Varejista, fazendo com que este peça ao Atacadista uma quantidade fixa de cervejas, que por sua vez, solicita a Cervejaria para repor o seu estoque. Esta cadeia de pedidos funciona com um atraso de quatro semanas entre o pedido e a entrega da cerveja. Em uma semana, o número de cervejas vendidas dobra, e não diminui nas semanas seguintes, originando uma cadeia de eventos, afetando os comportamentos de todos os "atores" e as vendas de cervejas. O presente trabalho tem como objetivo analisar o Jogo da Cerveja através do conceito de Metacontingência, destacando o Produto Agregado proveniente do entrelaçamento dos comportamentos dos "atores" identificando também o Sistema de Recepção presente no contexto. Após a leitura do texto que descreve o jogo, fez-se uma descrição dos comportamentos individuais, considerando os antecedentes, as classes de respostas e as consequências. Em seguida, fez-se uma análise com base nas contingências entrelaçadas destes comportamentos específicos e foi identificada a Metacontingência com o Sistema de Recepção, decorrente da interação dos "atores". A Análise mostra que inicialmente, o que controlou o comportamento dos jogadores no início do aumento das vendas foi à manutenção do número padrão de cervejas no estoque, para garantir a continuidade das vendas. Porém, com o passar das semanas, os pedidos acumulados fazem com que os estoques fiquem negativos, o que muda o contexto, assim os comportamentos dos "atores" passam a ser controlados apenas pelas vendas. Ao final do jogo, com as caixas de cervejas pendentes sendo entregues, os "atores" acumulam estoque, e deixam de pedir cerveja. Toda a problemática do jogo se traduz nas contingências entrelaçadas dos comportamentos dos jogadores, que tem como Produto Agregado o estoque de cerveja, afetando a disponibilidade de cerveja para o consumidor - o Sistema de Recepção desta Metacontingências. A análise do jogo evidenciou como o entrelaçamento de contingências desenvolve produtos agregados, que por vezes não se tem clareza, devido ao distanciamento que se tem dos eventos que compõe uma Metacontingência.



Nível do trabalho: **Outro**

Palavras-chave: **Metacontingências, Jogo da Cerveja, Organizações.**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS: EFEITOS DE UM JOGO DE TABULEIRO SOBRE ESCOLHAS ALIMENTARES. *Silvia Regina de Souza, Mariana Gomide Panosso (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina - Pr)*

O comportamento alimentar ocupa um papel central na prevenção e no tratamento de doenças, já que o excesso ou a carência de determinados nutrientes pode gerar problemas de saúde. Uma dieta pouco saudável é um dos principais fatores de risco para uma série de doenças crônicas como as doenças cardiovasculares, o câncer, o diabetes, a obesidade etc. Jogos educativos têm sido empregados em diferentes contextos mostrando o potencial desse tipo de tecnologia no apoio ou promoção dos processos de aprendizagem. Esta pesquisa investigou o efeito do uso de um jogo de tabuleiro na formação de classe de equivalência de estímulos e na avaliação e escolhas alimentares, realizadas por meio de figuras por crianças que fazem seleção restritiva alimentar. Participaram da pesquisa duas crianças com idade de sete e oito anos. A pesquisa teve seis etapas: investigação sobre os hábitos alimentares, pré-teste de avaliação e pré-teste das escolhas alimentares, intervenção/jogo, ensino do procedimento MTS, teste das propriedades emergentes e verificação/pós-teste. Inicialmente os participantes assinalaram em uma folha suas escolhas e preferências por alimentos (pré-teste). Na etapa de intervenção, foram conduzidas oito sessões com o jogo, o qual visou ensinar as relações AB e AC. Cada classe de estímulos era composta por três figuras: classe A - cestas de supermercado; B - grupos alimentares e a C - mãos indicando positivo. Posteriormente, testaram-se as relações AA, BB, CC, BA, CA, CB e BC, seguido pelo pós-teste. Houve formação de classes equivalentes. Para um dos participantes houve mudanças na avaliação e escolhas alimentares e, segundo os responsáveis, ambos os participantes consumiram alimentos que não consumiam antes da intervenção. Discutem-se as variáveis presentes no jogo que podem ter contribuído para que os participantes consumissem novos alimentos.

Apoio financeiro/Bolsa: **Bolsa Produtividade Fundação Araucária, Bolsa Capes**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Equivalência de estímulos, seleção restritiva alimentar, jogo de tabuleiro**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**



UMA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO COMPORTAMENTAL DIRECIONADA AO TRATAMENTO ONCOLÓGICO INFANTIL. *Maria Rita Zoéga Soares (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina - Pr), Lígia Tristão Casanova (Hospital das Forças Armadas de Brasília, DF)*

O tratamento de câncer é uma condição que provoca mudanças intensas na vida do paciente e de sua família. A adesão é uma tarefa com alto custo de resposta e necessidade de desenvolvimento de padrões comportamentais específicos. Nessa situação, é importante que o paciente participe ativamente do processo por meio de respostas colaborativas e emissão de classes de comportamentos que auxiliem a execução dos procedimentos. O presente estudo teve como objetivo elaborar uma estratégia de intervenção que incluiu o planejamento de contingências para facilitar a adaptação da criança a este contexto. O trabalho foi desenvolvido no ambulatório do setor de quimioterapia do Hospital Universitário de Londrina-PR. Foram realizadas sessões de observação e entrevistas com profissionais do setor, pacientes e familiares para melhor descrição do ambiente e do repertório comportamental exigido. A partir dos dados obtidos, foi elaborado um recurso lúdico-informativo direcionado ao atendimento de crianças submetidas à quimioterapia. O material buscou fornecer informação sobre o câncer e o tratamento por meio de 24 fichas. O conteúdo buscou organizar informações gerais sobre células, câncer, exames médicos/rotina, quimioterapia, hospitalização, centro cirúrgico, leucemia, enfermidade de Hodgkin e Linfoma Não – Hodgkin. Além disso, incluiu-se a descrição de fases do tratamento, precauções a serem tomadas, explicação sobre os motivos para a execução do procedimento, eventuais efeitos desagradáveis, incentivo a expressão de sentimentos e estratégias para lidar com a auto-imagem. O recurso buscou auxiliar profissionais por meio do incentivo a comunicação com o paciente e os familiares e a maior adesão de pacientes por meio da compreensão de aspectos relativos à doença e ao tratamento. Além disso, buscou-se organizar contingências para a aquisição de classes de respostas relacionadas à expressão de sentimentos. Conclui-se a Psicologia deve investir na elaboração de estratégias para a preparação de crianças para facilitar a adesão a tratamentos como contribuição para o aperfeiçoamento de programas de intervenção na área da saúde.

Apoio financeiro/Bolsa: **Bolsa IC/UEL e Fundação Araucária**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Câncer infantil, intervenção comportamental, adesão.**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**

DESENVOLVIMENTO DE DUAS ESTRATÉGIAS LÚDICOTERAPÊUTICAS PARA IDENTIFICAÇÃO E EXPRESSÃO DAS EMOÇÕES COM CRIANÇAS NO CONTEXTO CLÍNICO. *Cynthia Borges de Moura (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu, PR)*

Nos últimos anos, vários investigadores têm-se dedicado ao estudo das emoções no desenvolvimento e ajustamento da criança. A literatura tem relacionado o repertório de expressividade emocional tanto a competência social das crianças, quanto a condições clínicas infantis, no caso de déficits nesta habilidade. No trabalho clínico, as habilidades de expressividade emocional, muitas vezes, necessitam ser diretamente ensinadas e treinadas. A expressividade emocional inclui a identificação e comunicação honesta dos sentimentos e suas variações, como amor, alegria, aborrecimento, admiração, ciúmes, curiosidade, raiva, dor, remorso, medo e tristeza. Neste sentido, o presente trabalho apresenta duas estratégias lúdico-terapêuticas, planejadas para a identificação, nomeação e expressão verbal apropriada de emoções e sentimentos a partir de situações pictóricas ou descritivas para crianças entre 6 e 12 anos. O primeiro jogo chama-se “Quase morri de Raiva!” e tem como objetivo ensinar nomeação de sentimentos e estabelecer relações com coisas e lugares. O segundo jogo chama-se “O que você sente?” e tem como objetivo reconhecer as próprias emoções e sentimentos a partir de exposição imaginária às situações cotidianas propostas. Os elementos que constituem os jogos foram coletados junto a crianças em terapia e selecionadas com base no seu uso clínico, que indicou os cartões que deveriam ser excluídos (por não serem selecionados com frequência pelas crianças), assim como outros que deveriam ser acrescentados (ou por solicitação das crianças ou por observação do terapeuta). O estudo da relação entre emoções e ajustamento das crianças tem fornecido importantes contribuições para o desenvolvimento de intervenções preventivas, e de recursos terapêuticos, como os aqui expostos, que visam não apenas ajudar as crianças a nomear, diferenciar e expressar apropriadamente suas emoções, mas também compreender as emoções dos outros, e desenvolver sua própria competência e ajustamento emocional.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Crianças, jogos, emoções, ajustamento emocional**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**

A CAPACITAÇÃO DE EDUCADORAS PARA A VIGILÂNCIA PRECOCE DO AUTISMO. *Carolina Lampreia (Departamento de Psicologia – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – RJ/aposentada), Mariana Luisa Garcia, Gilberto Bruzzi Desiderio, Carolina Salviano Figueiredo, Karin Yasmim Veloso Müller.*

A identificação precoce do autismo já pode ser realizada entre os 12 e 24 meses de idade. Ela permite intervir precocemente a fim de evitar o agravamento do quadro e prevenir uma série de problemas na creche, na escola e no ambiente familiar. Foram aprovadas várias leis a níveis federal, estadual e municipal sobre a formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a criação de centros especializados para atendimentos terapêuticos, e ações de vigilância precoce do autismo nas Unidades Públicas de Saúde e Educação Municipais, especialmente em crianças de seis meses a dois anos de idade. O Ministério da Saúde também elaborou a cartilha “Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)” incluindo sinais de alerta para a identificação precoce e um projeto terapêutico. A questão é que há muito poucos profissionais capacitados nos setores público e privado para a identificação e intervenção precoces, especialmente nas áreas da saúde e da educação. Neste contexto, a presente pesquisa teve como objetivo sensibilizar e familiarizar educadoras de creches da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro para sinais precoces do autismo e treiná-las na aplicação do questionário ESAT, instrumento de identificação de sinais precoces do autismo. Metodologia: participaram do projeto 306 educadoras de 276 creches das 10 CREs da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 2.499 crianças de 12 a 24 meses de idade e 172 crianças maiores de 24 meses. O procedimento envolveu um curso de capacitação de 8 horas para Professoras Articuladoras de creches com material auxiliar (manual e vídeo) para o uso de instrumento de identificação de sinais de risco de autismo: o ESAT. Em seguida, as Professoras Articuladoras das creches apresentaram o vídeo às educadoras de crianças de 12 a 24 meses e aplicaram o questionário às educadoras. O resultado da análise dos questionários respondidos identificou 27 crianças entre 12 e 18 meses de idade, 54 crianças entre 19 e 24 meses e 172 crianças maiores de 24 meses com risco de autismo. Foi então programada a reavaliação de 146 crianças com risco por meio do ESAT e do M-CHAT porém apenas 46 compareceram. O risco de autismo foi confirmado para 18 crianças – 11 entre os 12 e 24 meses e 7 para as maiores de 24 meses. Como principal conclusão deve-se salientar que, dada a pouca idade, as crianças identificadas com risco podem incluir crianças com outros transtornos de desenvolvimento como transtornos da linguagem e atraso do desenvolvimento. Ainda não há instrumentos de diagnóstico para essa faixa etária porém tanto o ESAT como o M-CHAT discriminam bem desenvolvimento atípico de desenvolvimento típico o que justifica sua utilização visando uma intervenção precoce.

Apoio financeiro/Bolsa: **Convênio Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e PUC-Rio Apoio FAPERJ**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**



Palavras-chave: **autismo; vigilância precoce; capacitação educadores**
Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**

INTERVENÇÃO PRECOCE COM CRIANÇAS NO ESPECTRO DO AUTISMO: O EARLY START DENVER MODEL (ESDM) NA CLÍNICA PARTICULAR. *Mariana Luisa Garcia (Clínica Particular – Rio de Janeiro – RJ).*

O autismo é um transtorno que atinge todas as áreas do desenvolvimento, com impacto marcante nas capacidades de engajamento social, de regulação afetiva e nas habilidades sócio-comunicativas, tais como a atenção compartilhada. Ao final do primeiro ano de vida, e até mesmo ao nove meses, já é possível identificar o risco de autismo a partir da avaliação de tais capacidades. Quando o risco de autismo é identificado, a criança deverá receber intervenção que enfoque o desenvolvimento das capacidades deficitárias e também de todas as outras áreas do desenvolvimento (linguagem, cognição, desenvolvimento motor, socialização, auto-cuidados). Desde a publicação de Lovaas (1987) que mostrou, pela primeira vez, resultados contundentes acerca da eficácia da intervenção comportamental precoce intensiva em minimizar os sintomas de autismo, outros modelos de intervenção precoce foram desenvolvidos. Recentemente, há crescente evidência mostrando a eficácia do Early Start Denver Model (ESDM). Este modelo foi desenvolvido para aplicação intensiva de intervenção precoce compreensiva em crianças tão jovens quanto 12 meses de idade, com a finalidade de reduzir a severidade dos sintomas do autismo e acelerar as taxas de desenvolvimento da criança em todos os domínios, mas especialmente nos cognitivos, sócio-emocional e da linguagem. O ESDM é uma intervenção que incorpora conhecimento empírico acerca do desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida e do impacto do autismo neste período, princípios do comportamento, orientação aos pais. Pode ser utilizado em uma variedade de contextos, tais como, centros de estimulação precoce, escolas inclusivas, em casa, na clínica particular. No último contexto, o psicólogo conduz o atendimento junto com os pais que deverão dar continuidade à intervenção em casa. Diante da carência de profissionais capacitados para atenderem crianças pequenas no espectro do autismo e do aumento no número de crianças com este diagnóstico, faz-se urgente que o psicólogo clínico, do desenvolvimento e comportamental tenha domínio, ou pelos menos conhecimento da existência de modelos de intervenção precoce eficazes, baseados em evidência científica, de modo que a criança com risco de autismo que chegar ao clínica possa receber atendimento adequado, ou pelo menos ser encaminhada a quem possa conduzir uma intervenção apropriada. No presente trabalho, será apresentados: Método - a aplicação do ESDM no contexto da clínica, sua operacionalização, principais desafios para o psicólogo que trabalha em contexto individualizado. Resultados obtidos com quatro crianças no segundo ano de vida e uma Discussão que inclui variáveis consideradas na tomada de decisão sobre as prioridades da intervenção, orientação de pais como co-terapeutas, avaliação da eficácia da estratégia adotada na intervenção em minimizar os déficits associados ao autismo nos primeiros anos de vida.

Nível do trabalho: **Outro**

Palavras-chave: **autismo, intervenção precoce, ESDM**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**

DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS DE ESTRESSE E DEPRESSÃO DE MÃES, PAIS E IRMÃOS DE CRIANÇAS AUTISTAS. *Aline Aparecida Trendo De Carli**, *Tatiane Oliveira Zanfelici***, *Ana Lúcia Rossito Aiello* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).

O Transtorno Autista, classificado no DSM-5 na categoria de Transtornos de Neurodesenvolvimento, recebe o nome de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). É caracterizado por prejuízo nas interações sociais, na comunicação, e os padrões de comportamento e interesses são limitados e estereotipados. Crianças autistas enfrentam dificuldades na realização de tarefas comuns e próprias a sua fase de desenvolvimento, o que faz aumentar o seu nível de dependência dos pais. A necessidade de adaptação a esse quadro pode gerar estresse e depressão em familiares de crianças autistas, dada as possíveis exigências e sobrecarga de tarefas, além do manejo dos problemas de comportamento do autista. O objetivo foi avaliar níveis de estresse e depressão de pais, mães e irmãos de crianças com autismo, uma vez que em revisão bibliográfica realizada não se encontrou estudos que investigassem tais variáveis na mesma família, sendo o maior número de estudos realizados com mães (a maior responsável pelos cuidados da criança com autismo). Metodologia: Participaram da pesquisa 35 familiares de crianças com autismo cuja faixa etária esteve entre seis e 14 anos e que possuíam diagnóstico médico de TEA, sendo 14 mães (idade entre 29 a 48 anos), 12 pais (idade entre 25 a 48 anos) e 9 irmãos (idade entre 7 a 17 anos). Foram utilizados: o Inventário de Sintomas de Stress para adultos (ISSL), o Questionário de Recursos de Stress na forma resumida (QRS-F), o Inventário de Depressão de Beck (BDI) aplicados aos pais e as mães, e a Escala de Stress Infantil (ESI) e o Inventário de Depressão Infantil, aos irmãos da criança autista, além de uma Entrevista sobre os dados demográficos da família. A coleta de dados foi realizada na casa da família em horário previamente agendado e de conveniência para os participantes. O procedimento consistiu em aplicar os instrumentos de forma a evitar possíveis vieses, advindos da troca de informações entre os familiares, por meio de cuidados para se estabelecer um bom rapport com os membros da família, além de enfatizar a importância de que respondessem com sinceridade e sem que trocassem informações entre si. Os resultados encontrados mostraram níveis mais elevados de estresse e depressão para pais e mães que para os irmãos de autistas, mas não houve diferenças estatisticamente significativas entre tais níveis quando pais e mães foram comparados entre si. Além disso, demonstrou-se nessa amostra que muitas famílias de crianças com autismo possuem pelo menos um adulto com problemas de saúde mental, o que pode impactar desfavoravelmente o desenvolvimento dos filhos. Conclui-se que esses resultados devem ser considerados na elaboração de programas de intervenção para familiares de crianças com autismo, uma vez que os danos causados pelo estresse e depressão dos familiares podem ter impacto no desenvolvimento das crianças.

Apoio financeiro/Bolsa: **IC- Bolsa PIBIC/CNPq/UFSCar**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Autismo, Depressão, Estresse, Pais, Mães, Irmãos**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**

RESILIÊNCIA E QUALIDADE DE VIDA EM ADOLESCENTES PAULISTANOS. *Miria Benincasa Gomes (Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo-SP); Manuel Morgado Rezende (Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo-SP); Helena Rinaldi Rosa (LITEP – Instituto de Psicologia da USP, São Paulo - SP); Eda Marconi Custódio (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo)*

O objetivo deste estudo foi identificar e analisar a capacidade de resiliência associada à qualidade de vida em estudantes do Ensino Médio. A amostra foi composta por 0,5% dos alunos matriculados em escolas estaduais e 0,5% dos alunos matriculados em escolas particulares do município de São Paulo, perfazendo 2434 adolescentes. Em cada escola foram sorteadas três salas, uma de cada ano do ensino médio, respeitando a proporção entre alunos matriculados em escolas estaduais e particulares. Os instrumentos utilizados foram: um questionário para classificação socioeconômica da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa; WHOQOL-100, SF-36, Raciocínio Verbal (teste psicológico que faz parte da Bateria de Orientação Profissional) e o Questionário sobre uso de drogas, também proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS). No sentido de uma análise focada na capacidade de resiliência, de acordo com os dados de qualidade de vida, foram definidos os seguintes critérios para seleção de adolescentes que foram considerados resilientes: 1) apresentar média geral no instrumento WHOQOL-100 acima da média geral da amostra; 2) obter desempenho no instrumento SF-36 acima da média geral da amostra em, pelo menos, cinco dos oito domínios avaliados pelo questionário; 3) apresentar desempenho no teste Raciocínio Verbal acima da média geral da amostra; 4) apresentar consumo de todas as drogas abaixo da média geral da amostra e 5) pertencer a classes socioeconômicas mais baixas do que as apresentadas na amostra geral, ou seja, estar nas classes C2, D, ou E. Entre os 2434 estudantes que participaram do estudo, apenas 11 cumpriram os critérios estabelecidos para resiliência, descritos anteriormente. Os dados dos participantes avaliados como resilientes são os seguintes: Quando comparados à amostra geral, os adolescentes resilientes apresentaram melhor média nos aspectos físicos, emocionais e sociais nos dois instrumentos de qualidade de vida. Ao comparar os resultados por região do município de São Paulo, verificou-se maior frequência de resilientes nas regiões que apresentaram o menor consumo de drogas (Leste e Sul). Esse resultado sugere haver influência do meio no comportamento saudável do adolescente. Considerando especificamente as escolas, a suposta influência da comunidade no comportamento resiliente do indivíduo tende a se legitimar ainda mais. As que apresentaram indivíduos resilientes foram as sete que apresentaram menor consumo de drogas entre as 22 avaliadas. Ao comparar os resilientes por religião, há uma incidência maior dos que relatam não ter religião, enquanto, na amostra geral, a incidência maior é de católicos e evangélicos. Quanto ao relacionamento familiar, toda a amostra de



resilientes informa ter excelente relacionamento com a mãe. Respondendo à mesma questão, 82% da amostra geral manifestou relacionamento excelente com a mãe. O relacionamento com os pais se manteve equivalente nas duas amostras. Quanto aos aspectos individuais, percebeu-se a tendência dos resilientes de se sentirem apoiados, perceberem o futuro como positivo e maturidade emocional. A autoestima apresentou-se mais elevada entre resilientes ao compará-la com a amostra geral. Assim, é possível observar que pequena parte dos adolescentes estudados possuem condutas consideradas resilientes e essa capacidade pode estar relacionada às relações familiares produtivas, afastamento de uso de drogas e qualidade de vida positiva.

Palavras Chave: Adolescência, Qualidade de Vida, Resiliência.

Nível do Trabalho – D

Código da Psicologia - Avaliação Psicológica

SENTIMENTOS EXPRESSOS E RECURSOS DE ENFRENTAMENTO OBSERVADOS EM PACIENTES COM DIABETES QUE SOFRERAM AMPUTAÇÃO. *Heuler Aparecido Itho Junior* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté) e *Paulo Francisco de Castro* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos)

O presente trabalho busca compreender os sentimentos expressos e recursos de enfrentamento observados nos pacientes com diabetes após sofrerem diferentes níveis de amputação de membros inferiores. O diabetes é uma doença crônica, causada por fatores hereditários e ambientais com considerável incidência na população, levando o poder público a organizar uma série de programas de prevenção e tratamento para que os efeitos do quadro pudessem ser diminuídos. É relevante o desenvolvimento de pesquisas que levantem os aspectos emocionais diante da amputação dos membros inferiores, possibilitando compreender os sentimentos dos pacientes, suas dificuldades em aderência ao tratamento e possíveis mudanças na vida particular, familiar, profissional e social. A amostra da presente pesquisa foi composta por dez pacientes com quadro de diabetes, de ambos os sexos, entre 50 e 80 anos, com diferentes níveis de amputações dos membros inferiores, não foram consideradas variáveis como escolaridade, classe social ou estado civil. Todos responderam a uma entrevista semiestruturada especialmente redigida para essa finalidade com questões relativas aos sentimentos e posicionamentos diante da vivência de amputação. Em relação ao perfil sociodemográfico dos participantes, tem-se a maior parte dos participantes com idade entre 76 e 80 anos (N=4), casados (N=7), com ensino médio completo (N=6). Em relação às informações sobre saúde, tem-se que a maior parte dos participantes sofria de tipo de Diabetes Tipo 2 (N=9), com amputação do primeiro pododáctilo (N=4) há dois anos (N=4). Diante da necessidade da amputação, a maior parte dos participantes não pensou em desistir da intervenção (N=7). Em linhas gerais, a amputação gerou sentimentos como tristeza, choque e abalo emocional, que desencadeou baixa autoestima e imagem negativa do próprio corpo. Os dados sugerem que os pacientes que compuseram a amostra da pesquisa vivenciam uma situação de desconforto e conflito diante da amputação. Relataram dificuldades de adaptação diante da nova realidade, mas revelaram que, apesar de todo o sofrimento gerado, a necessidade de retomada da rotina de vida fez com que, gradativamente, pudessem reunir recursos para enfrentamento da situação. A partir das observações realizadas com as entrevistas, percebe-se, em síntese, que a maioria dos indivíduos apresenta aspectos emocionais de tristeza, baixa autoestima, insatisfação e insegurança. Assim, devido ao número crescente de pacientes com amputação em decorrência de quadros de diabetes, associado à necessidade de reabilitá-los na busca de maior independência possível para a realização de suas tarefas, é importante o olhar e o tratamento psicológicos após a ocorrência de uma cirurgia de amputação, visando a saúde integral desses indivíduos. Os dados expostos referem-se ao perfil da amostra investigada, importante a ampliação dos estudos para que generalizações possam ser estabelecidas.

Palavras-chave: Amputação. Enfrentamento. Avaliação Psicológica.



Nível do Trabalho: P - Pesquisador
Código da área: AVAL - Avaliação Psicológica

JUVENTUDE BRASILEIRA: ESTUDO SOBRE FATORES RELACIONADOS À SEXUALIDADE E USO DE DROGAS E ALCOOL ENTRE ADOLESCENTES DE BAIXA RENDA DA CIDADE DE TAUBATÉ. *Guilherme Donegatti de Carvalho** (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté- SP) e *Adriana Leonidas de Oliveira* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté – SP)

A adolescência é uma etapa crucial do processo de desenvolvimento humano, uma vez que nela ocorrem mudanças físicas, psicológicas e sociais, as quais transformarão o indivíduo para toda sua vida. A resiliência por sua vez corresponde a processos favorecedores do desenvolvimento sadio mesmo em ambientes não sadios. Este trabalho teve por objetivo realizar um levantamento sobre os dados bio-sócio-demográficos em uma amostra de adolescentes de baixa renda da cidade de Taubaté, e investigar os comportamentos de risco, fatores de risco e protetores presentes na vida desses adolescentes e suas famílias. Os participantes integrantes do estudo foram adolescentes, de ambos os sexos, da faixa etária entre 14 e 20 anos, estudantes de escolas públicas desta cidade. Atingiu-se uma amostra por acessibilidade de 73 adolescentes, de quatro diferentes escolas. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e foi desenvolvida por meio do delineamento de levantamento. Para coleta de dados utiliza-se o Questionário da Juventude Brasileira – Versão II, desenvolvido por Dell’Aglia, Koller, Cerqueira-Santos e Colaça (2009). Tal instrumento contempla o total de 77 questões agrupadas em 10 aspectos diferentes: Dados bio-sócio-demográficos, Família, Saúde e Qualidade de vida, Sexualidade, Acesso digital, Educação, Trabalho, Comportamentos de risco, Exposição a risco e Fatores de proteção. O material coletado foi analisado quantitativamente com auxílio do *software Microsoft Excel e SPSS 15.0*, mediante estatística descritiva dos dados e correlação entre variáveis em estudo. Resultados revelam o predomínio do sexo feminino (55,6%), de média de 17 anos, estudantes do segundo ano do ensino médio (47,2%) do período noturno (63,9%). A amostra é composta, em sua maioria (56,2%) de adolescentes não virgens, cuja idade média da sua primeira relação sexual é de 15 anos de idade, com seus companheiros (43,8%). Embora 20,5% dos pesquisados sempre usem camisinha em suas relações sexuais, 13,7% usam muitas vezes, mas não em todas, 6,8% nunca usam e 11% usam poucas vezes. Justifica-se o seu uso para se evitar gravidez (39,7%) e doenças (38,3%), mesmo que o motivo de seu não uso seja por usarem anticoncepcional (13,69%), método que não previne quanto ao contágio de doenças. Como outro fator de risco, os participantes, em sua maior parte (65,3%) estão em constante contato com amigos próximos usuários de drogas, mesmo que a maioria lícita (26,4%). Possuem familiares usuários de drogas (54,2%), também de caráter lícita (19,4%). Corroborando com a estatística das drogas lícitas, cerca de 65% dos participantes já consumiram ao menos uma vez bebidas alcoólicas, com média de 14 anos, seguido por cigarro comum (18,1%), com média de 15 anos e maconha (15,3%), com idade média de 15 anos. Apontam o consumo predominante com amigos. Esta análise contribuiu para a compreensão e discussão desta temática em âmbito acadêmico, além de possibilitar propor programas de promoção de saúde a partir



das demandas específicas identificadas, favorecendo a melhoria da qualidade de vida e bem estar desta população.

Apoio: PIC/Unitau - Programa de Iniciação Científica da Universidade de Taubaté.

Palavras chave: Adolescência. Fatores de risco. Fatores de proteção.

Nível do Trabalho: Iniciação Científica - IC

Código da Área: AVAL – Avaliação Psicológica



A EDUCAÇÃO SISTEMÁTICA NO DESENVOLVIMENTO DOS VALORES EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES. *Suzane S. Lohr (Universidade Federal do Paraná)*

Desde o sec. XIX valores fazem parte do currículo oculto das escolas. No Brasil somente em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), discute-se, de forma oficial, a importância dos valores na educação, ao apontar como uma das atribuições da educação formal, o preparo para a cidadania. Há quem questione que os pais vêm transferindo para a escola, aspectos que eram de sua alçada, como a formação moral e ética das crianças. Como argumento contrário, encontramos reflexões desde a antiga Grécia, quando Aristóteles defendia a escola pública como um espaço promotor da isonomia, corrigindo desigualdades sociais trazidas de berço pelas crianças. A escola pública permitiria então que jovens oriundos de famílias frágeis tivessem oportunidade de desenvolver valores diferentes dos vivenciados em suas famílias. Hoje nos deparamos com um mundo em que as pessoas são constantemente bombardeadas por informações das mais diversas naturezas. Avaliar a informação recebida, articular o novo com conhecimentos anteriores, fazer leitura crítica, para então tomar decisões, são habilidades que os jovens da atualidade precisam dominar. Como agir em tantos âmbitos de forma produtiva para si, mas respeitando as necessidades do outro? Ter um bom desenvolvimento moral constitui uma importante ferramenta para a ação ética e responsável. A educação sistemática constitui então um dos espaços onde o jovem pode desenvolver a prática do respeito aos direitos humanos, o que favorece a construção pessoal na direção da cidadania. Em 2008 iniciou uma parceria entre a UFPR e o governo do Estado do Paraná, para capacitação dos professores da rede pública estadual, nos moldes de educação continuada. Descreveremos cinco projetos cujo tema relaciona-se com o desenvolvimento de valores, dois outros voltados ao relacionamento interpessoal e outros dois em que os objetivos são direcionados tanto para o desenvolvimento de valores, como para o relacionamento interpessoal na escola. Visando trabalhar valores na educação, diferentes recursos foram utilizados, desde as artes, como o teatro e o cinema, passando pela estruturação de rede de apoio por meio de multiplicadores, ou o engajamento da família, procurando fortalecer a aliança entre a escola e a família para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente. Enquanto um dos projetos deu maior ênfase à violência vivida no interior da escola, outro relata a experiência de construção de uma cultura da paz, com o projeto denominado A paz é a gente que faz e outro ainda tem por objetivo a formação integral do educando, estimulando o desenvolvimento moral e ético. Trata-se de experiências distintas, desenvolvidas em 9 escolas públicas estaduais, que somadas contabilizam 743 estudantes, 72 professores e 10 pais diretamente beneficiados. Não se tem como computar o efeito extenso dos projetos implementados. Melhor dizendo, sabe-se que ao atuar com o professor ele desenvolve recursos que irá utilizar com outras turmas, em outros momentos do seu trabalho. Ao atuar com os jovens, as reflexões podem influenciar o agir deles em outros contextos, beneficiando indiretamente um número maior de pessoas. A sobrevivência da humanidade requer cultivar relações interpessoais, investir em uma cultura da paz.



Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Valores desenvolvimento moral; relações interpessoais na escola**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**



VALORES, CONDUTAS ANTISSOCIAIS E PRÓ SOCIAIS EM ADOLESCENTES. *Oliveira-Monteiro, N.R. (UNIFESP); Figueiredo, S.G.; Pajares, R.C; Fernandes, A.O.; Godoy, P.B.G.; Aznar-Farias, M.*

O processo de construção da identidade, constituído especialmente pela exploração e comprometimento frente a atitudes e a valores, é expressivo durante a adolescência, etapa da vida humana marcada por grandes transformações biopsicossociais. Na adolescência, as interações em ambientes e contextos se ampliam e se diversificam levando à aquisição e/ou ao incremento de competências em diferentes domínios do desenvolvimento humano, incluindo aqueles relacionados ao desenvolvimento de valores. Uma das linhas de pesquisa do Laboratório de Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Humano, da Universidade Federal de São Paulo (LADH/UNIFESP-BS) trata de investigações sobre valores, pró-socialidade e comportamentos antissociais e delitivos, em diferentes etapas do ciclo vital, com uso de instrumental diversificado, e com modelos de análises tanto quantitativas como qualitativas. No bojo desses estudos, serão aqui destacadas quatro investigações voltadas à avaliação, por autorreferência, sobre valores psicossociais, pró-socialidade, comportamentos antissociais e delitivos, e valores na adolescência; a saber: I) uma avaliação de valores psicossociais (hedonistas, materialistas, pós materialista e religiosos), com 88 adolescentes, idades de 14 a 16 anos, estudantes de uma escola pública, com uso do ‘Questionário de Valores Psicossociais’ (QVP24), de Pereira, Camino e Costa; II) uma avaliação de pró-socialidade em contexto escolar, com 21 adolescentes estudantes de uma escola pública, idades de 13 a 15 anos, com utilização da escala ‘EAP-A’, de Oliveira-Monteiro, Aznar-Farias e Roche; III) uma avaliação de pró-socialidade, com 61 adolescentes, idades de 11 a 18 anos, estudantes de diferentes escolas públicas e que viviam em situação de abrigo, com utilização da escala ‘EMPA’, de Caprara, Steca, Zelli e Capanna; e IV) uma avaliação de comportamentos antissociais e condutas delitivas, e também acerca de valores, com 235 adolescentes, idades de 13 a 16 anos, estudantes de duas escolas públicas e de duas escolas privadas, com utilização da ‘Escala de Condutas Antissociais e Delitivas’, de Formiga, e do ‘Questionário de Valores Básicos’, de Gouveia. No limite dessa diversificação instrumental que não permite comparações entre os grupos de adolescentes investigados, alguns indicadores gerais desses estudos apontaram para: I) uma prevalência de valores hedonistas (liberdade, autorrealização, responsabilidade); II) tendência à autorreferência de graus médios de pró-socialidade (para ajuda, partilha, cuidado/atenção, e empatia); III) referências de maior pró-socialidade em adolescentes abrigados, para ajuda e partilha, com exceção de ‘emprestar dinheiro ou coisas’, mostrando dificuldades para partilhar coisas materiais; e IV) tendências a condutas antissociais e delitivas, predominantemente nos meninos, e valores voltados para a subfunção valorativa ‘existência’, especialmente nas meninas, a despeito de inserção em escolas públicas ou privadas, e de classe econômica. Novos estudos sobre valores na adolescência estão sendo projetados no LADH em buscas de consolidação de uma de suas linhas de pesquisa.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **condutas, identidade**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**

A REFLEXÃO SOBRE VALORES HUMANOS PODE MELHORAR A CONVIVÊNCIA NA SALA DE AULA. *Edna Maria Marturano (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Dâmaris Simon Camelo Borges (Secretaria Municipal da Educação, Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto)*

Em comunidade, uma convivência baseada no respeito requer, por parte de todos os envolvidos, um saber compartilhado – a conscientização dos princípios e valores que governam o comportamento moral – e um querer coletivamente valorizado – a adesão voluntária a tais princípios. Nesta exposição se descreve uma estratégia para promover a convivência respeitosa em uma comunidade constituída pelos alunos da mesma turma, que iniciavam o ensino fundamental. Em uma parceria entre o professor e o psicólogo, buscou-se capacitar o professor para liderar sua turma na construção da convivência em sala de aula. As metas eram reduzir o número de conflitos que os alunos não conseguiam resolver entre eles, aumentar o número de soluções pró-sociais para os conflitos e ampliar a rede de apoio na comunidade da sala de aula. Fundamentada em princípios de desenvolvimento humano, a estratégia compreende três módulos: (1) o currículo Eu Posso Resolver Problemas (EPRP), que promove habilidades de solução de problemas interpessoais visando à flexibilização cognitiva, por meio de lições interativas; (2) um módulo de autocontrole, que visa à auto-regulação de emoções negativas, por meio de técnicas de relaxamento; (3) um módulo de iniciação aos valores humanos básicos, que visa ampliar o repertório de respostas pró-sociais e a motivação pró-social dos alunos, por meio da narrativa dialogada de contos infantis, fábulas e parábolas que permitem a reflexão sobre temas como justiça, igualdade, solidariedade e generosidade. Um quarto componente da estratégia é a incorporação dos valores no dia a dia, por meio de interações promovidas pela professora em torno de conflitos emergentes entre as crianças, com o propósito de mediar soluções consensuais, pró-sociais e autônomas. Após estudo piloto em que a professora se familiarizou com a estratégia, esta foi avaliada em estudos de comparação de grupos. As crianças que passaram pela intervenção diminuíram a participação em conflitos interpessoais abertos ao longo do ano letivo, mais acentuadamente que os colegas que receberam apenas o EPRP. As crianças que mais se envolviam em conflitos foram as que obtiveram os maiores benefícios. Elas reduziram comportamentos incompatíveis com as atividades escolares e, comparadas a alunos que não receberam intervenção, melhoraram o desempenho pró-social e ampliaram sua rede de apoio. Também se investigou a fidelidade da implementação, com foco nas intervenções da professora durante os conflitos entre as crianças. Observou-se implementação parcial e progressiva, no sentido de que no início do ano letivo predominam interações em que a professora impõe uma solução ao conflito, seguindo-se aumento gradual da frequência das interações em que ela favorece soluções com autonomia. Assim, a estratégia facilitou a construção de uma convivência respeitosa na sala de aula. A reflexão sobre valores contribuiu para melhores resultados que o EPRP isoladamente. A capacitação do professor para a tarefa requer formação teórica específica, treinamento em serviço sob supervisão e apoio para enfrentamento do stress cotidiano na sala de aula. Pode ser necessário incluir na



capacitação do professor uma formação pessoal com foco na tomada de consciência dos valores humanos esposados, assim como reflexão sobre a coerência entre a própria conduta e esses valores.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq; FAPESP**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **criança, valores humanos, conflitos interpessoais**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**



O ENSINO DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL DESCRITIVA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS. *Fabiana Maris Versuti-Stoque (Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto- Universidade de São Paulo- SP)*

Este estudo investigou as contribuições da Análise do Comportamento para a pesquisa aplicada com foco na formação de professores de Ciências, que foram motivados a refletirem sobre práticas docentes facilitadoras do processo da alfabetização científica. Assumimos a perspectiva que trata a educação científica como um processo de “alfabetização científica”, que se define como um processo pelo qual a linguagem das ciências adquire significados, constituindo-se um meio para o indivíduo ampliar o seu universo de conhecimento, sua cultura. De modo específico, o objetivo foi identificar as implicações do ensino de avaliação funcional descritiva para a formação de professores da Educação Básica matriculados no curso de Licenciatura em Ciências Semipresencial da Universidade de São Paulo, Polo de Ribeirão Preto. Vale destacar, que os pressupostos da Análise do Comportamento, nortearam tal objetivo, assim como, as atividades realizadas no projeto, fornecendo referências para análise dos fenômenos observados no contexto educativo. O foco das análises concentra-se na investigação de propriedades funcionais das condições diante das quais as classes de respostas operantes que definem o aprendizado dos conhecimentos científicos são emitidas. Os licenciandos realizaram as seguintes atividades durante a disciplina de estágio supervisionado: - Aplicação em salas de aulas de escolas públicas, de sequências didáticas de ecologia elaboradas pelo grupo de pesquisa Linguagem e Ensino de Ciência (LINCE) do Laboratório de Ensino de Biologia (LEB) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP); - Interação com um modelo de avaliação funcional descritiva das interações discursivas registradas durante a aplicação da SD sob a forma de episódios de ensino. Este modelo permite analisar funcionalmente as interações discursivas (entre professor e os alunos) registradas durante o desenvolvimento da sequência didática; - Planejamento e aplicação de uma nova sequência didática após o ensino de repertórios verbais consistentes com avaliações funcionais descritivas, realizado anteriormente. Todas as atividades foram registradas em áudio e vídeo para posterior análise. Estas ações priorizaram o ensino de recursos de avaliação funcional descritiva para professores de Ciências, de modo que o futuro professor perceba se as condições de ensino oferecidas ao longo das sequências didáticas contribuíram para a construção de conhecimentos científicos em sala de aula. Nesse sentido, almeja-se promover condições para que os professores se envolvam na investigação dos processos de ensinar e aprender Ciências. Os dados coletados mostraram como o ensino de avaliação funcional descritiva contribuiu para o desenvolvimento de repertórios, de planejar, aplicar e avaliar situações de ensino de conteúdos curriculares comprometidos com a educação científica. Dessa forma, o procedimento se configurou como uma estratégia efetiva para estimular a aquisição e o desenvolvimento de repertórios comportamentais que definem a atuação profissional dos futuros professores de Ciências.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**



Palavras-chave: **avaliação funcional descritiva, formação de professores de Ciências e alfabetização científica**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**



PRODUÇÃO DE ARGUMENTO E ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA EM SÉRIES INICIAIS. *Francimar Martins Teixeira (Pós Graduação em Educação/ Universidade Federal de Pernambuco)*

Em documentos descritores de aprendizagens do componente de Ciências Naturais para os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º. ao 5º. anos) tem sido comum encontramos referencia a expressão alfabetização científica. Embora o termo remeta ao ensino das ciências, apresentando-o como o resultado, ou o produto final a ser alcançado através das situações de ensino na área, identifica-se que em tais documentos é comum não haver o esclarecimento explícito do que se entende por alfabetização científica e como operacionaliza-la. Em análise mais apurada de tais documentos identifica-se implicitamente uma diversidade de entendimentos acerca: do que se esta nomeando por alfabetização científica, de que modo se procede para promover alfabetização científica e como identificar se ocorreu a sua realização. No presente trabalho a partir da revisão da literatura fazemos retomada da origem histórica do termo alfabetização, seus significados e os desdobramentos desses significados para o ensino da língua no contexto escolar. Em seguida, refletimos sobre as implicações da apropriação do conceito de alfabetização no âmbito do ensino das ciências, e, sob inspiração de estudos na área de linguística, apresentamos proposta delimitando os usos do termo alfabetização científica. De modo amplo assumimos que “alfabetização científica”, é o conjunto de intervenções didáticas pelo qual se busca desenvolver no aprendiz significados para a linguagem das ciências, constituindo-se um meio para o indivíduo ampliar o seu universo de conhecimento, sua cultura. Em termos de investigação empírica, nos detemos no estudo de situações didáticas ,no contexto das aulas de ciências, que tem sido apontadas na literatura como propiciadora de alfabetização científica, aquelas que propiciam o uso de discurso argumentativo por parte dos alunos. A partir de corpus empírico construído através do registro em vídeo gravação, em um mesmo grupo classe, em dois anos escolar distintos (quando alunos da alfabetização e no segundo ano), avaliamos como a produção de argumentos interferem no processo de alfabetização científica. Para tanto identificamos ambos: os elementos constituintes do argumento, segundo o modelo de Toulmin, e os indicadores da alfabetização científica propostos por Sasseron. Posteriormente analisamos a relação entre argumentos produzidos e tais indicadores. Constatamos: 1) que nas situações em que são produzidos argumentos encontramos um maior número de indicadores de alfabetização científica, 2) produzir argumento induziu os alunos a lidarem com a organização das suas próprias ideias, mobilizou conteúdos curriculares, requereu a organização e classificação de informações, e resultou na apresentação de raciocínio lógico. Concluimos que produzir argumento favorece o processo de alfabetização científica.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq/FACEPE**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **alfabetização científica, argumentação, condições de ensino**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**



DESCRITORES DE CIÊNCIAS NATURAIS PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: CARACTERIZAÇÃO DE REPERTÓRIOS DE ENSINO PARA A ATUAÇÃO DOCENTE. *Jair Lopes Junior (Departamento de Psicologia/Universidade Estadual Paulista/Bauru, SP)*

Como corolário da consolidação dos sistemas de avaliação de desempenho escolar em larga escala no Brasil, documentos recentes, em contextos federal, estadual e municipal expõem as aprendizagens preconizadas para os diferentes componentes curriculares da Educação Básica sob a designação de descritores, de objetivos ou de expectativas de aprendizagem. O presente trabalho concentra ênfase nos descritores de aprendizagens do componente de Ciências Naturais para os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º. ao 5º. anos). A literatura, de modo incontestável, reconhece a relevância e a necessidade de o ensino das Ciências da Natureza e da educação em Ciências Naturais se constituírem, desde o início da inserção das crianças nos processos de escolarização, em elementos obrigatórios das matrizes curriculares. Em acréscimo, são propostos descritores que especificam as aprendizagens esperadas para diferentes eixos estruturantes, como por exemplo, Vida nos ambientes, Ser humano e saúde, Materiais e transformações, Ciência e tecnologia, Terra e universo e Sistema sol e terra. Neste cenário, caberia indagar: no âmbito da atuação profissional do professor em serviço, tanto quanto do licenciando em Pedagogia (futuro professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental), quais são as condições necessárias para a proposição de situações didáticas voltadas para o desenvolvimento das habilidades e das competências enunciadas ou traduzidas nos descritores? Dentre tais condições, esse trabalho objetivou especificamente investigar se professoras e licenciandas em Pedagogia identificariam e descreveriam possíveis aprendizagens derivadas das interações de alunos com diferentes situações e materiais didáticos em linguagem compatível e consistente com a terminologia utilizada na enunciação dos descritores. Serão apresentados e discutidos dois conjuntos de evidências. No primeiro conjunto, ocorreram gravações em vídeo de dois blocos de aulas de Ciências Naturais ministradas para turmas do 5º. ano do Ensino Fundamental. Intermediando os blocos e ao final da gravação do segundo bloco, cada professora deveria estimar e descrever oralmente, diante do pesquisador, possíveis aprendizagens exibidas pelos alunos a partir do contato das professoras com episódios extraídos dos registros dos vídeos das respectivas aulas. No segundo conjunto de evidências, licenciandas deveriam estimar oralmente, diante do pesquisador, possíveis relações entre as aprendizagens envolvidas em unidades didáticas de Ciências Naturais e de Língua Portuguesa dispostas em livros didáticos aprovados pelo PNLD 2013/2015. De modo homogêneo, nos dois conjuntos de evidências, as estimativas das professoras e das licenciandas mostraram-se independentes, diferentes e distantes das aprendizagens definidas pelos descritores em termos de vocabulário, de vínculos com conteúdos conceituais envolvidos, de pertinência e de adequação com os respectivos eixos estruturantes. Pretende-se, a partir da explicitação e da discussão das evidências acima mencionadas, argumentar que as características de independência, de distinção e de distância das estimativas das professoras e das licenciandas em relação aos descritores se constituem em fator adverso significativo para o desenvolvimento de repertórios de



ensino e de conhecimentos profissionais da docência intencionalmente planejados e executados para a consecução das aprendizagens que definem os processos de alfabetização científica nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Apoio financeiro/Bolsa: **CAPES/FINEP/Observatório da Educação**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **alfabetização científica, descritores, programação de ensino**

Área da Psicologia: **ESC - Psicologia Escolar e da Educação**



CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE A INTELIGÊNCIA E TRANSFORMAÇÕES CONCEITUAIS – REFLEXÕES DE THÉODORE SIMON SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO. Regina Helena de Freitas Campos (Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG)

A circulação da ciência através das culturas engendra transformações conceituais que trazem novos olhares sobre conceitos já consagrados, evidenciando a influência do contexto na apropriação dos conhecimentos. Nesta apresentação um caso específico de transferência de conhecimentos em psicologia será relatado. Trata-se da visita ao Brasil, em 1928, do psiquiatra francês Théodore Simon (1873-1961), um dos proponentes da conhecida escala métrica da inteligência Binet-Simon, a convite do governo mineiro, com a finalidade de inaugurar o Laboratório de Psicologia da recém criada Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte. Durante a visita, Simon proferiu conferências sobre a inteligência, e promoveu a adaptação do teste Binet-Simon para a população local, embora demonstrando estar ciente das dificuldades de se adaptar para um país o que foi construído em outro. Sob sua orientação, a bateria Binet-Simon foi traduzida para o português com a ajuda das educadoras mineiras e aplicada a uma amostra de escolares e de alunas da Escola Normal, visando a construção de um barème para aquela população. Simon observou uma grande diversidade nos resultados obtidos com as crianças, mas, no caso das jovens normalistas, os resultados acompanhavam o padrão esperado – diretoras de escola tiveram melhores resultados que as professoras, e estas pareciam melhores que as estagiárias. Entre as crianças, a extrema dispersão dos resultados não permitia comparações seguras, levando o autor a afirmar seu ceticismo no que dizia respeito à possibilidade de comparações entre crianças de países ou mesmo de raças diferentes, criticando o trabalho comparativo feito à época por Lewis Terman (1877-1956), nos Estados Unidos. De toda forma, reafirmou sua convicção de que o método dos testes podia ajudar a conhecer melhor as crianças, e a agrupá-las por nível intelectual nas escolas. Recomenda então que classes homogêneas sejam organizadas, sendo as crianças menos dotadas educadas com conteúdos mais simplificados. A confiança atribuída às medidas da inteligência não parece ter sido abalada, pois ele continuou a reafirmar o valor da psicologia como disciplina de apoio à educação. As observações de Simon se articulavam às demandas das elites locais, interessadas em coletar informações necessárias à organização dos serviços públicos de educação e saúde relevantes a seu projeto de país. Compreender e trabalhar com a diversidade cultural era certamente um dos desafios mais importantes a serem enfrentados na época. Simon parece ter trazido um instrumento que legitimava essas preocupações, com sua ênfase na busca das diferenças individuais. Era preciso educar os números crescentes de estudantes que chegavam à escola a cada ano, mas também distribuí-los na hierarquia social das ocupações. Foi em torno dessa tensão que os educadores, intelectuais e políticos brasileiros organizaram suas interações com os colegas estrangeiros no período entre-guerras, no qual foram definidas políticas cruciais para o ulterior desenvolvimento dos sistemas de educação e saúde pública no país. Estudando os processos de circulação



dos conhecimentos o historiador pode ajudar a tornar inteligíveis as opções nacionais e a dinâmica transnacional que lhes deu suporte.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq, FAPEMIG**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Circulação de conhecimentos; Théodore Simon; história da psicologia no Brasil**

Área da Psicologia: **HIST - História em Psicologia**



COSMOPOLITANISMO CIENTÍFICO E CULTURAS LOCAIS. *Maria do Carmo Guedes (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP)*

A pesquisa que subjaz a este relato tem como objetivos: 1º.) refletir sobre os termos propostos para identificar o processo de recebimento e circulação, no Brasil, de psicologias criadas em outras culturas, bem como a escrita necessária na historiografia brasileira para encaminhamento de nosso trabalho em outros idiomas; e, na sequência, propor estudo interdisciplinar para escolher o(s) termos(s) que possa(m) melhor representar o que se pretende: tornar fronteiras entre culturas mais porosas e flexíveis, de forma a se ter, de fato, internacionalização da psicologia. Entende-se que recorrer a termos porque históricos é pouco para aceita-los, principalmente quando remetem à necessidade de colonizadores “compreenderem” o que encontraram na América que se fez “latina”. Entretanto, à tendência de simplesmente rejeitar, ou apenas trocar, uma categoria analítica, o que se propõe é estudar o que deve ser fundamental. Com ajuda de áreas voltadas ao estudo de língua (em especial sociolinguistas) e cultura (antropólogos mas também pesquisadores da Psicologia), teríamos mais condições de encontrar a linguagem adequada tanto para receber conhecimentos de outras nações como para disseminar os que porventura estejamos produzindo. O potencial explicativo de uma categoria analítica em ciência precisa ter fundamento. Vamos, pois, tentar explicitá-lo. 2º.) a este estudo caberia acrescentar ainda a contribuição de historiadores, tanto os que analisam as leituras dos intérpretes da historiografia brasileira como os que se dedicam à história comparada. No primeiro caso, a leitura crítica da historiografia da psicologia brasileira poderia identificar autores e teorias que mereçam novas leituras, de modo a se ter diálogos que expressem discordâncias e pontos de apoio, mas que se deram efetivamente. Vale dizer, propiciar material para real diálogo – identificando as redes de relacionamento, referências partilhadas ou divergentes em suas posições teóricas ou de interpretação da sociedade. Posições do autor ou da teoria em estudo mas, também, do próprio autor da leitura, também ele motivado por uma indagação atual. Quanto aos pesquisadores da história comparada, hoje um campo disciplinar, a eles devemos categorias analíticas tais como histórias cruzadas, conectadas, interconectadas, transnacionais, o que nos remeteria ainda a outros colegas da própria psicologia, na chamada cross-cultural psychology. Trata-se, pois, de projeto sem previsão de término, se quisermos às reflexões juntar, ainda, experiências que permitam trazer para a história da psicologia no Brasil as discussões que são feitas hoje nas ciências sociais sobre “a diversidade de sotaques: o inglês e as ciências sociais” ou sobre a crítica atual de categorias analíticas das ciências sociais dos países de fala oficial.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Historiografia da Psicologia. Diálogo com as ciências sociais.**

Área da Psicologia: **HIST - História em Psicologia**

CIRCULAÇÃO DE SABERES PSICOLÓGICOS NO BRASIL COLONIAL – APROPRIAÇÃO DOS SABERES PRODUZIDOS PELOS JESUÍTAS E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO LOCAL. *Marina Massimi (Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo SP)*

A comunicação aborda o processo de circulação dos saberes psicológicos promovido pela Companhia de Jesus no Brasil do período colonial focando os principais conteúdos transmitidos e os meios usados para a transmissão. Os principais conteúdos transmitidos são derivados da tradição cultural da psicologia filosófica aristotélica tomista (através da leitura realizada pelos filósofos jesuítas de Coimbra: os assim chamados Conimbricenses), da psicologia filosófica de Agostinho de Hipona e do gênero da medicina da alma de inspiração ao mesmo tempo filosóficas (especialmente estoica) e medica (medicina hipocrática galênica). No que diz respeito à transmissão os jesuítas utilizam-se dos principais recursos comunicativos proporcionados na época pela retórica: uso de palavras, imagens, gestualidade, uso regido pelas normas da retórica e realizado através de práticas diversas tais como a pregação, o teatro, a dança, a iconografia, as festas, etc.... Tal uso é regulado pelo critério da acomodação, processo que implica um diálogo entre diferentes identidades. Este diálogo leva a encontrar pontos de convergência e a tornar porosas as fronteiras que demarcam as diversas identidades socioculturais. A “acomodação” - a norma retórica proposta por Cícero no *De Oratore* é utilizada pelos jesuítas como propiciadora da mediação, na busca de um método mais humano de interação num contexto conflituoso, como o era o do Brasil colonial. Em decorrência da aplicação deste critério, os jesuítas se preocuparam em adaptar os próprios métodos e recursos aos métodos e recursos próprios da tradição cultural de outros sujeitos presentes na colônia, especialmente da tradição indígena, introduzindo em seu projeto cultural, aspectos característicos desta tradição (como a dança, o canto, o idioma tupi-guarani e as línguas de outras etnias presentes no território brasileiro). A acomodação, utilizada como recurso para uma comunicação eficaz diante de uma população culturalmente diferente, molda, por exemplo, a composição do teatro de José de Anchieta. Além do mais, os jesuítas dispõem de métodos próprios que visam mobilizar o dinamismo psíquico da pessoa tendo em vista transmitir-lhe determinados conteúdos: dentre eles, o método da composição de lugar, proposto por Inácio de Loyola em seus Exercícios Espirituais, método este que se vale da contribuição da tradição monástica medieval que conforme evidenciado pelos recentes estudos de M. Carruthers, propunha uma retórica própria (ortopraxis) baseada principalmente na mobilização da memória e da imaginação. Do ponto de vista da metodologia empregada nesta pesquisa histórica, frisamos que o estudo do processo de transmissão e circulação dos saberes psicológicos por obra dos jesuítas no Brasil colonial é abordado através de perspectivas historiográficas propostas por historiadores contemporâneos especialistas no período da Idade Moderna: a perspectiva multidimensional (que considera o conjunto do universo do pensável e do universo das práticas, num dado tempo histórico) de M. De Certeau e a perspectiva da apropriação de R. Chartier. Além do mais, nos



valemos da leitura realizada pelo antropólogo P. Sanchis acerca do processo de construção da cultura brasileira.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq (Bolsa de Produtividade)**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **circulação de saberes; saberes psicológicos dos jesuítas; história dos saberes psicológicos**

Área da Psicologia: **HIST - História em Psicologia**

CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NÃO-PRESCRITAS ENTRE PESSOAS COM QUADROS CLÍNICOS PSIQUIÁTRICOS. *Clarissa Mendonça Corradi-Webster, Fernanda de Sousa Vieira, Eduardo Augusto Leão (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicopatologia, Drogas e Sociedade - LePsis, Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto-SP)*

A literatura internacional aponta que a população que apresenta algum quadro clínico psiquiátrico forma um grupo vulnerável para desenvolver problemas relacionados ao consumo de substâncias psicoativas. Estudos brasileiros chamam a atenção para peculiaridades do contexto nacional que podem influenciar as taxas de prevalência. A fim de oferecer assistência especializada e integral, torna-se importante conhecer melhor como este fenômeno ocorre em nossa realidade. Objetivos: Identificar o consumo de substâncias psicoativas entre indivíduos em tratamento psiquiátrico em serviços de saúde mental e compreender os sentidos que usuários e profissionais destes serviços fazem a respeito da vivência de sofrimento emocional e do consumo de substâncias. Métodos: O estudo foi realizado em três serviços de saúde mental do município de Ribeirão Preto – SP. Foi desenvolvido em três etapas: 1) estudo quantitativo, descritivo e transversal, utilizando entrevista estruturada para coleta de informações sócio-demográficas e clínicas, instrumento ASSIST para rastrear o consumo de substâncias; 2) estudo qualitativo e exploratório utilizando entrevista semi-estruturada de história de vida temática visando abordar junto aos pacientes identificados como fazendo uso problemático de substâncias tóxicos relacionados à vivência do adoecimento e do consumo de substâncias psicoativas; 3) estudo qualitativo e exploratório utilizando entrevista semi-estruturada visando abordar junto a profissionais de saúde mental a compreensão destes e suas práticas relacionadas ao consumo de substâncias psicoativas por pacientes com quadros clínicos psiquiátricos. Resultados: Na primeira etapa foram entrevistados 179 pacientes, sendo 65,4% mulheres, com média de idade 47,3 anos. Quanto aos diagnósticos, estes foram: 30,2% depressão, 20,7% transtornos de ansiedade, 16,2% esquizofrenia, 10,1% TAB, 8,4% transtorno de personalidade e 3,9% retardo mental. 67% faziam tratamento há mais que 03 anos. Em relação ao consumo abusivo (uso nocivo e dependência) de substâncias, identificou-se: 47,5% tabaco, 20,7% álcool, 7,3% cannabis, 3,9% cocaína, 2,2% inalantes. Identificou-se associação entre esquizofrenia e uso de tabaco e cannabis ($\chi^2= 6.4$, $p<0.01$, $\chi^2=5.1$, $p<0.05$), uso abusivo de pelo menos uma substância (exceto tabaco) e hospitalizações psiquiátricas ($\chi^2=5.4$, $p <0.05$), experiência de viver na rua ($\chi^2=5.8$, $p <0.05$), ter sofrido violência ($\chi^2= 6.9$, $p <0.01$) e discriminação ($\chi^2=15.2$, $p <0.001$). Na segunda etapa foram entrevistados 10 pacientes. O consumo de drogas foi percebido como auxiliando a lidar com diferentes dificuldades, como: efeitos colaterais de medicamentos psiquiátricos, dificuldades de socialização, sintomas de humor, como ansiedade e depressão. Também apareceu como potencializador de alguns sintomas, como os psicóticos. Usuários demonstram ter desenvolvido estratégias para minimizar efeitos negativos. Na terceira etapa foram entrevistados 20 profissionais. Estes compreendiam o consumo de drogas como sintoma do problema psiquiátrico e



acreditavam que os serviços de saúde mental deviam ter participação no tratamento. Entretanto, apontavam dificuldades na rede assistencial para lidarem com estas questões. Conclusões: O uso problemático de substâncias psicoativas não-prescritas vem se tornando realidade presente nos serviços. Este parece estar associado a um pior prognóstico. Os pacientes que fazem uso identificam benefícios e prejuízos relacionados ao consumo, buscando formas de minimizar estes prejuízos. Os profissionais identificam a problemática, entretanto, apontam as dificuldades para atuarem frente a ela.

Apoio financeiro/Bolsa: **Fapesp (Processo nº 2011/22739-2)**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **uso de drogas; pacientes psiquiátricos; saúde mental**

Área da Psicologia: **SMENTAL - Saúde Mental**

USO DE DROGAS ILÍCITAS POR ADOLESCENTES: ADESÃO AO TRATAMENTO E REDE DE APOIO. *Gabriela Pereira Vasters (Programa de Pós Graduação em Enfermagem Psiquiátrica/Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP), Sandra Cristina Pillon (Programa de Pós Graduação em Enfermagem Psiquiátrica/ Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/ USP), Ana Maria Pimenta Carvalho (Programa de Pós Graduação em Enfermagem Psiquiátrica/Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP)*

O uso de drogas psicoativas na adolescência é temática que deve compor a agenda de diferentes esferas e instâncias sociais. Uma vez que o fenômeno se apresenta em uma complexidade de sentidos e contextos, faz-se necessária a compreensão a partir de diferentes perspectivas. Neste sentido, foram realizados dois estudos com adolescentes usuários de drogas psicoativas em Ribeirão Preto/SP. O primeiro objetivou conhecer os fatores que influenciavam a adesão/abandono do tratamento especializado, o segundo, desenvolvido com intuito de conhecer a rede de apoio de adolescentes usuários de drogas. Do primeiro estudo apreende-se que, a partir das entrevistas de 14 adolescentes, as redes de relações compostas por outros usuários de drogas mostraram-se influentes para o uso de drogas, seja para a experimentação, como fator que aumentava vontade ou intensidade do uso e como motivo para o abandono do tratamento. Dentre os fatores favoráveis à permanência no tratamento os adolescentes referiram uma rede de relações sem usuários de drogas, a participação familiar, a própria “força de vontade” e a relação com equipe profissional do tratamento. Os fatores que predispõe ao abandono do tratamento foram a acessibilidade à droga, a inadequação dos tratamentos no atendimento a adolescentes, a rede de amigos, a ausência de apoio familiar e o não querer parar o uso de drogas. Por fim, os adolescentes sugeriram que um tratamento atrativo e efetivo deve dispor de uma equipe profissional adequada para trabalhar com os adolescentes, atividades propostas pelo tratamento que despertem o interesse e os motivem, bem como deve estar atento às demandas destes sujeitos às noites e finais de semana, quando o uso mais intenso de drogas ocorre. Já o segundo estudo, desenvolvido a partir da percepção sobre a importância das relações para o uso de drogas, buscou identificar as fontes de apoio social dentre as relações significativas de 10 adolescentes usuários de drogas. As redes de apoio foram compostas majoritariamente por mulheres, membros de sua família e residentes da mesma casa que o adolescente, características associadas às trocas de cuidado à saúde e respeito. Os tipos de apoio menos citados referem-se ao lidar com sentimentos e emoções, dado este que poderia estar relacionado ao período de menor diálogo com a família, conflitos entre seus membros e maior aproximação com os pares. A partir dos estudos desenvolvidos, temos que a participação dos amigos no primeiro uso de substâncias ilícitas podem ser compreendidas tanto a partir das características próprias à adolescência (associação aos pares, vida em grupo, experimentações) quanto das formas de consumo (como meio de socialização). Conclui-se que estudos que busquem a compreensão dos diferentes aspectos relacionados ao uso de drogas na adolescência, incluindo a compreensão dos aspectos que interferem no uso, o tratamento especializado, a rede de relações e fontes de apoio contribuem para apontar possíveis intervenções preventivas ou terapêuticas.



Apoio financeiro/Bolsa: **CAPES**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **adolescência, drogas, tratamento, prevenção**

Área da Psicologia: **SMENTAL - Saúde Mental**

**INTERVENÇÕES BREVES COM GESTANTES USUÁRIAS DE
ÁLCOOL. Erikson Felipe Furtado, Poliana Patrício Aliane (PAI-PAD Programa de
Ações Integradas para Prevenção e Atenção ao Uso de Álcool e Drogas na
Comunidade, Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento,
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo)**

O consumo de álcool entre as mulheres vem crescendo de modo significativo. A proporção de mulheres em relação aos homens, no que se refere à ocorrência de síndrome de dependência ao álcool, conforme critérios da CID-10, era de cerca de 1:10, ou seja uma mulher dependente para dez homens dependentes, em 1970. Atualmente esta proporção tem sido encontrada em níveis superiores a 1:4, ou seja, uma mulher dependente para quatro homens dependentes. Embora elas iniciem o consumo de álcool mais tardiamente os problemas físicos aparecem mais cedo. As mulheres são mais suscetíveis aos prejuízos associados ao consumo do álcool e outras substâncias psicoativas devido à metabolização do álcool ocorrer de maneira mais lenta, mesmo ingerindo níveis mais baixos de álcool por período mais curto. Uma das preocupações maiores sobre o risco de uso e abuso de álcool pelas mulheres está principalmente naquelas que estão em idade fértil e pelas gestantes devido aos prejuízos para o desenvolvimento do feto e do bebê. O uso de álcool na gestação traz sérios riscos à saúde da mãe e do bebê. As prevalências do uso de risco de álcool entre gestantes encontradas em estudos nacionais giram em torno de 20 a 25%, ou seja, uma em cada quatro ou cinco gestantes apresenta um consumo de risco para o bebê. O consumo de álcool está associado, de maneira dose-dependente, à restrição do crescimento fetal, a deficiências cognitivas, ao aumento da morbimortalidade, ao desenvolvimento da Síndrome Fetal do Álcool e outras lesões e transtornos do comportamento infantil, associados à exposição intraútero ao álcool (atualmente denominados como Transtornos do Espectro Alcoólico Fetal - TEAF). Um das formas de prevenir e diminuir as complicações que a mulher tem durante a gestação em decorrência do álcool, que tem se mostrado eficaz para a população geral, é a utilização das intervenções breves. Para as mulheres a motivação para buscarem tratamento acontece em consequência da percepção dos problemas físicos, emocionais e familiares decorrentes do uso de álcool. Nos EUA, estudos sobre avaliação das intervenções breves têm mostrado uma redução do uso de álcool em gestantes. O objetivo principal deste estudo foi avaliar um protocolo de intervenção breve (IB) para gestantes e verificar sua eficácia na redução do consumo de álcool de forma comparativa, frente a uma estratégia geral e usual de prevenção baseada no fornecimento de um folheto informativo sobre os riscos do uso de álcool na gestação. Foi realizado um ensaio clínico, cego, comparativo e prospectivo, com distribuição randômica das participantes em dois grupos (IB e folheto), com dois tempos de coleta de dados (T1 e T2). Foram recrutadas 86 gestantes no primeiro trimestre da gestação, oriundas de serviços de saúde pública, e que foram identificadas como possuindo padrão de uso de risco de álcool através do instrumento de rastreamento T-ACE (positivas no T-ACE: ponto de corte com pontuação maior ou igual a dois). As gestantes eram maiores de 18 anos de idade e todas responderam a um questionário para avaliação do padrão de uso de álcool e com outras informações sobre

anteriores, suporte social e outras características psicossociais. Foram distribuídas aleatoriamente em dois grupos em que, no grupo experimental receberiam o protocolo completo de Intervenção Breve (IB), constando de uma única sessão de no máximo 40 minutos, e no grupo controle receberiam um folheto informativo sobre os riscos do uso de álcool na gestação. Ambas as situações, sendo situações de pesquisa, envolveram a aplicação de questionários (o que, por si só, exerce um efeito de autorreflexão). Foram excluídas gestantes com diagnóstico prévio de dependência de álcool ou drogas, assim como as que pontuaram acima de 20 no instrumento AUDIT, que serviu para mensurar a gravidade do comportamento de uso de álcool. Também foram excluídas da pesquisa as que declararam uso, nos últimos três meses, de outras drogas, exceto tabaco, e aquelas incapazes de compreender e fornecer informações aos pesquisadores. A pesquisa compreendeu dois tempos de coleta, tendo caráter prospectivo e longitudinal. No segundo tempo da pesquisa (a partir da 25ª semana gestacional) compuseram a amostra 80 gestantes, sendo 39 do grupo folheto e 41 do grupo IB. Ambos os grupos formados apresentaram características semelhantes tanto com relação ao consumo de álcool, quanto acerca dos aspectos sociodemográficos. Tais resultados indicam que se pode considerar, portanto, adequado o processo de alocação aleatória e seleção da amostra. Dentre as 86 gestantes incluídas na pesquisa, três (3,5%) tiveram aborto espontâneo, duas das quais relataram uso de álcool durante a gestação. Embora o motivo do aborto não tenha sido investigado, é importante destacar que o uso de álcool durante a gestação pode acarretar o aborto espontâneo. Além disso, dados preliminares do ano de 2010 divulgados pelo DATASUS revelam uma prevalência de óbitos fetais antes do parto de 1,2% no município de Araraquara e de 0,9% no município de Ribeirão Preto, revelando que a prevalência de abortos em gestantes foi menor do que a encontrada neste estudo, o que serve para confirmar o perfil de risco do conjunto da amostra de gestantes do estudo. Quanto ao efeito da intervenção, foi observado que as gestantes do grupo IB, na avaliação ao final da gravidez, apresentaram uma média menor de doses consumidas de álcool e uma maior prevalência de gestantes abstinente, ou seja, que não estavam consumindo bebidas alcoólicas. Contudo, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos em relação ao padrão de consumo de álcool. A avaliação intragrupos também não detectou diferenças no padrão de consumo de álcool entre T1 e T2 seja para o grupo folheto ou para o grupo IB. Apesar disso, a autoavaliação das gestantes tanto no grupo folheto quanto no grupo IB sobre a mudança no comportamento de consumo de bebidas alcoólicas indicou uma diminuição estatisticamente significativa do consumo (Grupo folheto, Wilcoxon, $Z=-2,74$; $p<0,01$; $r=0,31$) (Grupo IB, Wilcoxon, $Z=-4,43$; $p<0,001$; $r=0,49$). Uma percepção dos pesquisadores foi de que a maioria das gestantes já havia promovido mudanças no comportamento de beber de forma que o aconselhamento breve se concentrou mais em avaliar situações problemáticas e formas de lidar com essas situações do que em avaliação de crenças, autoeficácia e razões para não beber. O protocolo de IB para gestantes, em contexto de aplicação de pesquisa, em uma única aplicação, demonstrou superioridade quanto a se relacionar com uma proporção maior de gestantes abstinente ao final da gestação e redução do número médio de doses ingeridas. Considerando as



condições de execução da pesquisa, sobre uma amostra recrutada em serviços de saúde pública, pode-se inferir uma efetividade dos procedimentos que permita sua recomendação para aplicação generalizada nos serviços de saúde. É preciso destacar que este estudo não implicou em intervenções dirigidas ao grupo mais grave de usuárias de álcool, formado por gestantes dependentes, para as quais os autores não recomendam o emprego de intervenção breve, exceto com a finalidade de obter adesão para o encaminhamento a programa especializado de tratamento para dependência a substâncias psicoativas durante a gestação. Programas de tratamento com essa característica ainda são raros no Brasil. No âmbito do PAI-PAD da FMRP-USP, dentro do Hospital das Clínicas da FMRP-USP, foi constituída uma unidade ambulatorial, com oferecimento de avaliação diagnóstica e seguimento terapêutico através de atividades grupais e individuais, com equipe constituída por psiquiatra, psicólogo e enfermeira de Saúde Mental, que, além dos atendimentos no HC-FMRP-USP, em parceria com o Setor de Ginecologia e Obstetrícia, também mantém parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde e seu Programa de AIDS e com o CAIS-SM de Santa Rita do Passa Quatro (única unidade pública de hospitalização integral para gestantes dependentes na região de Ribeirão Preto). Nossa equipe também trabalha em parceria com a OMS, através da qual colaboramos com a confecção de um manual de diretrizes clínicas para uso de álcool e drogas na gestação, e com a Universidade da Carolina do Norte, com sua unidade clínica e de pesquisa dedicada exclusivamente ao tema de uso de álcool e drogas na gestação. O setor se articula diretamente com a unidade do Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência da FMRP-USP dedicada a crianças com antecedentes de exposição fetal a álcool e drogas. Espera-se que esta experiência original possa contribuir para a disseminação no país de práticas públicas efetivas para essa população vulnerável.

Apoio financeiro/Bolsa: Este estudo foi financiado pelo CNPq e Ministério da Saúde/DECIT.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **álcool, intervenções breves, gestação, prevenção, eficácia**

Área da Psicologia: **SMENTAL - Saúde Mental**



ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E BIOLOGIA EVOLUTIVA: EM DIREÇÃO A UMA TEORIA COMPLEXA DA EVOLUÇÃO. *Carolina Laurenti (Universidade Estadual de Maringá, Laboratório de Filosofia e Metodologia da Psicologia. Maringá, PR)*

A biologia tem despontado atualmente como uma das fortes candidatas a assumir o papel de um novo paradigma científico, destituindo a física clássica da sua posição hegemônica ocupada desde a revolução científica moderna. Algumas características da biologia justificam essa projeção no terreno científico, como o fato de ela ser uma ciência complexa, compreendendo dois ramos bastante diferentes, a biologia funcional e a biologia histórica, cuja inter-relação exige que formas comuns de pensar o conhecimento científico sejam revistas. A análise do comportamento tem estabelecido diálogos tanto com a biologia funcional, quanto com a biologia histórica ou evolutiva. Do lado da biologia histórica essa interlocução pauta-se, geralmente, nas analogias entre os processos de seleção natural, condicionamento operante e evolução cultural, sistematizadas por B. F. Skinner no modelo de seleção pelas consequências. Atualmente a biologia histórica tem presenciado um debate entre duas teorias evolutivas. De um lado, o neodarwinismo, a teoria dominante sobre evolução, centra o curso evolutivo em variações genéticas aleatórias, defendendo um paralelismo entre evolução e desenvolvimento. De outro lado, emerge uma teoria complexa da evolução, que questiona a visão do processo evolutivo centrado em variações genéticas aleatórias. Essa teoria complexa, além de defender um gradiente de aleatoriedade das variações genéticas, amplia as fontes de variação e os sistemas de herança, incluindo também as dimensões epigenética, comportamental e simbólica. Uma das decorrências disso é a defesa de uma relação mútua entre evolução e desenvolvimento. Apesar do seu caráter relativamente incipiente, a proposta de uma teoria da evolução alternativa à neodarwinista merece ser discutida, pois ela pode realçar algumas simplificações acerca da biologia evolutiva feitas pela análise do comportamento. Além disso, uma vez que essa teoria complexa considera o comportamento como uma das dimensões do processo evolutivo, o diálogo com uma ciência do comportamento é bastante favorável. Com base nesse panorama, o objetivo desta apresentação é mostrar as possibilidades de diálogo entre análise do comportamento e biologia evolutiva no contexto da discussão de uma teoria complexa da evolução. Para tanto, em primeiro lugar, serão descritas algumas características do neodarwinismo que permitem compreendê-lo como uma visão de evolução centrada no gene, da qual se deriva a separação entre evolução e desenvolvimento. Em seguida, a teoria multidimensional ou complexa da evolução será discutida, destacando alguns argumentos que justificam a tese da inter-relação entre evolução e desenvolvimento, defendida por essa proposta. Por fim, serão pontuadas algumas afinidades e distanciamentos do modelo de seleção pelas consequências com cada uma dessas teorias evolutivas. Uma das conclusões deste trabalho é a de que o modelo de seleção pelas consequências de Skinner, apesar de suas afinidades eletivas com o neodarwinismo, apresenta importantes semelhanças com uma teoria complexa da evolução, como a possibilidade da interferência da ontogênese na filogênese. Com efeito, parece que a teoria neodarwinista da evolução não seria a única



forma de se estabelecer um diálogo entre análise do comportamento e biologia evolutiva.

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **Comportamento; evolução; desenvolvimento**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA: A CORROSÃO DAS CONTINGÊNCIAS DE REFORÇAMENTO. *Carlos Eduardo Lopes (Universidade Estadual de Maringá. Laboratório de Filosofia e Metodologia da Psicologia. Maringá, PR)*

A despeito das polêmicas em torno da definição de comportamento presentes na literatura analítico-comportamental, parece haver algum consenso de que se trata de um conceito relacional, uma vez que descreve atividades de um organismo sempre em relação ao mundo físico e social. Esse relacionismo é pensado a partir de uma história complexa, que acaba por situar o fenômeno comportamental em três histórias de variação e seleção pelas consequências: filogenética, ontogenética e cultural. Embora o modelo de seleção pelas consequências pareça ser fundamental para a identidade da análise do comportamento, como proposta de estudo científico do comportamento, algumas questões subjacentes a ele ainda permanecem em aberto. Por exemplo, como se dariam as relações entre os chamados níveis de variação e seleção? Se, por um lado, o organismo, entendido como produto da história evolutiva filogenética, é condição para a constituição da ontogênese, por outro lado, parece ser plausível admitir que a história de uma espécie depende das histórias de organismos individuais. Com efeito, a ontogênese também não afetaria a filogênese? Outras possíveis relações entre os níveis de variação e de seleção conduzem a questões semelhantes. Parece razoável admitir que a cultura depende da ontogênese, ou simplesmente de que para haver cultura é preciso haver comportamentos individuais. Mas também é quase um truísmo dizer que as práticas culturais têm um importante papel na constituição dos repertórios individuais, ou seja, que a cultura é responsável por boa parte da ontogênese. Mas qual o limite dessa influência cultural no comportamento individual? Ou ainda, quais as implicações dessa tese para a análise do comportamento? O objetivo deste trabalho é sondar essas questões, mais especificamente, trata-se de discutir a influência da cultura contemporânea sobre a constituição da ontogênese. Para tanto, recorreremos aos estudos de sociólogos contemporâneos que têm apontado como principal característica de nossa cultura a valorização da mudança, em uma velocidade sem precedentes na história das culturas. Isso tornaria o contexto social contemporâneo extremamente inconstante e as relações interpessoais cada vez mais instáveis e efêmeras. Como a constituição e a manutenção de operantes (compreendidos como estados estáveis e como tendências comportamentais que se mantêm no tempo) dependem da estabilidade de contingências de reforçamento, a cultura contemporânea parece ser um contexto cada vez mais desfavorável aos operantes. Esse diálogo com a sociologia permite concluir que a cultura contemporânea está “corroendo” as contingências de reforçamento e, conseqüentemente, destruindo a consistência da ontogênese. Essa conclusão não só permite a compreensão de certos fenômenos atuais, como a apatia e a superficialidade dos relacionamentos interpessoais, mas também alerta para o risco que práticas culturais contemporâneas podem estar trazendo para a sobrevivência de nossa cultura.

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **Análise do comportamento; sociologia; cultura contemporânea**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

B. F. SKINNER E A CIÊNCIA HISTÓRICA: COMPATIBILIDADES E INCOMPATIBILIDADES. *Robson Nascimento da Cruz (Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais/Puc Minas)*

Em diferentes momentos, B. F. Skinner apresentou objeções a uma ciência histórica. Porém, sua obra é repleta de interpretações históricas de eventos pessoais, científicos, políticos, religiosos, educacionais, econômicos. Assim, esses dois posicionamentos sugerem uma provável contradição em seu pensamento. Por um lado, Skinner duvida do valor da história, mas, por outro, muito de seus escritos científicos e filosóficos são permeados de usos da história. Na verdade, alguns textos skinnerianos poderiam, sem grandes conflitos teóricos, ser classificados primordialmente como historiográficos. Exemplo maior é sua extensa autobiografia; trabalho no qual Skinner assumiu atitude metodológica, no que tange ao uso de fontes, organização do material e descrição dos eventos, semelhante a de um historiador. De modo a avaliar essa aparente ambiguidade de Skinner ante o saber histórico, o objetivo desta apresentação é debater duas questões: 1) quais seriam as ressalvas de Skinner perante o conhecimento histórico; 2) quais as compatibilidades entre seus modos de abordar a história (ou seu comportamento verbal de relatar acontecimentos passados) e as tradições historiográficas contemporâneas. Após essa avaliação, concluo que as críticas de Skinner a uma ciência histórica são constituídas por ajuizamentos, muitas vezes, genéricos e referentes às abordagens estruturalistas da história. Já aquilo que nomeio como produção histórica de Skinner denotaria compatibilidade com perspectivas historiográficas em ascensão, a partir das décadas de 1970 e 1980, como a micro-história e a história cultural – tendências historiográficas preocupadas, sobretudo, com a investigação de relações sociais ocorridas no dia-a-dia de sujeitos e grupos até então tratados como secundários para o entendimento do processo histórico moderno. Do mesmo modo, essas novas abordagens historiográficas mostraram como as ações de indivíduos comuns deveriam ser analisadas como parte de um quadro social mais amplo, em que instituições como a igreja, a medicina, a educação, a economia, o governo, a ciência, entre outras, estariam entrelaçadas aos processos de formação identitária de homens e mulheres, por exemplo. Sobre esse aspecto, ressalto que a possibilidade de compatibilizar o tratamento de Skinner da história com aquelas tendências reside no seu empenho em utilizar sua ciência do comportamento para interpretar a história. Isso é feito por meio do realce de comportamentos cotidianos, aparentemente irrelevantes, que servem de mote para descrever práticas culturais sedimentadas, em determinados contextos e períodos históricos. Por fim, argumento que tais achados permitem incluir a análise do comportamento no rol de debates teóricos e metodológicos atuais e voltados para resolução do dilema central das ciências humanas e sociais: a relação sujeito e sociedade.

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **B. F. Skinner; análise do comportamento; história**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

AVALIAÇÃO DA PERSONALIDADE EM PACIENTES COM TRANSTORNO DE PÂNICO: DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES. *Paulo Francisco de Castro (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP)*

O presente trabalho possui o objetivo de discutir as diferenças observadas no estudo da personalidade de pacientes com Transtorno de Pânico, considerando-se o sexo dos indivíduos. Em linhas gerais, o Transtorno de Pânico pode ser caracterizado como um quadro de vivências extremas de ansiedade, sem aparente motivo, que ocorrem de forma repetida e levam a uma situação paralisadora. Pacientes com pânico relatam extremo desconforto diante das crises, onde experenciam vivências agudas de angústia e sensação eminente de morte. O Método de Rorschach é um importante instrumento para avaliação de personalidade e permite análise ampla e contextualizada de vários componentes de personalidade dos indivíduos. Participaram do estudo 60 colaboradores, com idade entre 21 e 62 anos, com escolaridade e condições econômicas variadas, divididos igualmente quanto ao sexo, sendo 30 pacientes sem comorbidade e 30 não pacientes com adequado estado de saúde geral. Todos se submeteram ao Rorschach de acordo com as especificações técnicas do sistema compreensivo. Os resultados obtidos foram analisados e estatisticamente comparados. Quando o sexo dos participantes foi considerado para análise, foram observadas diferenças estatisticamente significativas em seis variáveis, a saber: a) Índice Lambda - menor incidência nos homens ($L - p=0,008$) indicando menor controle intelectual e menor disposição para se abrir a novos campos de estimulação; b) Utilização do espaço em branco - menores escores para pacientes do sexo feminino ($S - p=0,012$), revelando tendência à dependência, submissão e dificuldade de imposição; c) Comparação das respostas com determinantes mistos com o número de respostas emitidas - maior escore para os pacientes do sexo masculino ($Blends/R - p=0,034$), que demonstra mais capacidade em integrar diferentes estímulos do ambiente; d) Representação humana de má qualidade – dado com maior incidência nos homens ($PHR - p=0,048$), que indica dificuldades e conflitos no relacionamento interpessoal; e) Respostas personalizadas - maiores escores para as mulheres ($PER - p=0,046$), significando mais insegurança diante de situações desconhecidas, associada a uma postura mais imatura diante da realidade externa; f) Proporção de respostas incomuns – maior incidência para as pacientes do sexo feminino ($Xu\% - p=0,015$), indicando percepção particular da realidade, entretanto sem distorções significativas, ligado ao auto-centramento. Em síntese, as mulheres com pânico revelam sinais de dependência, submissão e insegurança diante do ambiente que é percebido de forma mais particular. Os homens com pânico tendem a menor controle, restrição diante de novos estímulos e dificuldades relacionais. Estudos mais amplos, com outros pacientes e considerando outros quadros clínicos, são necessários para possíveis generalizações.

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **Teste de Rorschach. Transtorno de Pânico. Gênero.**

Área da Psicologia: **AVAL - Avaliação Psicológica**

QUALIDADE DE VIDA EM HOMENS E MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. *Maria Geralda Viana Heleno (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo) e Analdeci Moreira dos Santos (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo)*

A violência é um fenômeno complexo e nos índices atuais exige estudos e medidas multidisciplinares que possam oferecer outras respostas à sociedade, para além do endurecimento das penas aplicadas a seus autores. Especialmente, a situação de violência doméstica, vivenciada por homens e mulheres, pode ser considerada uma das maiores violações de direitos humanos. A Organização Mundial de Saúde define violência como o uso intencional da força física ou do poder, real ou por ameaça, contra a própria pessoa, contra outra pessoa, contra um grupo ou uma comunidade, que pode resultar em morte, lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento ou privação. A violência doméstica é definida pela APA como qualquer ação que causa dano físico a um ou mais membros de sua unidade familiar e pode ocorrer a partir de um conflito de gerações (contra crianças e adolescentes) e de gênero (violência contra mulher), configurando-se por agressão física, abuso sexual, abuso psicológico, negligência, dentro da família, perpetradas por um agressor em condições de superioridade (física, etária, social, psíquica e/ou hierárquica). Considerando, ainda, a escassez de estudos sobre o tema, ponderamos a importância de avaliar a qualidade de vida e a prevalência de depressão em homens e mulheres envolvidos em situação de violência doméstica. Foram entrevistados 136 homens e 145 mulheres que responderam ao Whoqol-Bref e ao Inventário Beck de Depressão. O primeiro é um questionário, que tem como objetivo avaliar a qualidade de vida, constituído de 26 questões, sendo duas gerais e 24 divididas em quatro domínios que são: Físico, Psicológico, Social e Meio Ambiente. O segundo é um questionário com 21 itens, que tem como objetivo avaliar a intensidade de sintomas depressivos. Os resultados mostraram que existe uma diferença significativa na qualidade de vida quando comparados os dados obtidos a partir das respostas de homens e mulheres. O homem apresenta melhor qualidade de vida em todos os domínios, exceto no domínio físico. Houve diferença significativa, também, nos níveis de depressão entre os grupos, sendo que as mulheres apresentaram maior nível de depressão. Outro fator a ser considerado é que apesar da violência familiar, homens e mulheres permanecem juntos. Concluiu-se que um dos fatores é a dependência que se estabelece entre o casal, apesar dos resultados deste estudo mostrarem que a situação da mulher é pior, quando comparada a do homem. Podemos conjecturar que o fato de a mulher suportar as diversas formas de agressão, muitas vezes, por tempos prolongados, parece desencadear sintomas depressivos e piora na qualidade de vida.

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **Gênero. Qualidade de Vida. Violência Doméstica.**

Área da Psicologia: **AVAL - Avaliação Psicológica**

REPERCUSSÕES DO TRABALHO NOTURNO NA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DA MULHER. *Sarah dos Santos Matos** (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté- SP) e *Adriana Leonidas de Oliveira* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP)

O trabalho noturno é na atualidade tema de grande relevância devido a sua ampla aplicação. Considerando o grande número de indústrias na Região do Vale do Paraíba Paulista, onde o presente estudo foi desenvolvido, pode-se afirmar que existe um grande contingente de trabalhadores que trabalham durante a noite, seja em turnos fixos ou rodíziantes. Estudos têm demonstrado, entretanto, que essa organização temporal do trabalho pode ocasionar transtornos na saúde e perturbações na vida familiar e social do indivíduo, o que interfere diretamente em sua qualidade de vida. Embora o trabalho noturno seja uma demanda do mercado de trabalho há algumas décadas, predominantemente na década de 1980 as mulheres puderam se incluir no trabalho à noite em indústrias. Hoje elas representam um grande número de profissionais pertencentes a esta categoria, não apenas nas indústrias, mas também em outros contextos. Este estudo teve como objetivo levantar as repercussões do trabalho noturno na saúde e na qualidade de vida de mulheres trabalhadoras noturnas atuantes em algumas cidades do Vale do Paraíba. Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e que utilizou o delineamento de levantamento. Foi realizada nas cidades de Taubaté, São José dos Campos, Jacareí e Caçapava. Foi formada uma amostra por acessibilidade com 86 trabalhadoras. Para a coleta de dados foram utilizados três instrumentos: (1) questionário para obtenção de dados sócio-demográficos, comportamentos relacionados à saúde e repercussões do trabalho noturno. (2) Pittsburgh Sleep Quality Index (PSQI), que avalia a qualidade do sono, uma vez que o sono é aspecto diretamente afetado pelo trabalho noturno e que impacta em todas as dimensões da saúde; (3) Questionário WHOQOL-bref, para caracterizar a qualidade de vida das trabalhadoras. Os dados foram analisados quantitativamente por meio do software EXCEL. Resultados revelam que o trabalho noturno gera importantes repercussões na saúde e na qualidade de vida das mulheres. Os maiores impactos foram relatados com relação ao sono e com relação à vida social e ao lazer. A qualidade do sono é comprometida com constantes interrupções, o que parece gerar sonolência no horário de trabalho, assim como estar associada a sintomas como estresse, cansaço, irritabilidade e exaustão. Os maiores impactos do trabalho noturno na vida social e lazer das trabalhadoras estão relacionados à necessidade de descansar das mesmas e à incompatibilidade de horários. Apesar das repercussões, pôde-se identificar que existem vantagens no trabalho noturno segundo a visão das mulheres, como por exemplo, a remuneração que é maior do que a do turno diurno. Pode se concluir que as mulheres estudadas concebem a saúde como um bem-estar biopsicossocial e que se preocupam com sua saúde física e mental, buscando equilibrar suas dificuldades com a sua realidade cotidiana.

Apoio financeiro/Bolsa: **PIC/Unitau - Programa de Iniciação Científica da Universidade de Taubaté.**

Nível do trabalho: **Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)**



Palavras-chave: **Gênero. Trabalho Noturno. Qualidade de Vida.**
Área da Psicologia: **AVAL - Avaliação Psicológica**

ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES ENSINAREM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA COM INSTRUÇÃO EM TENTATIVAS DISCRETAS. *Ana Paula Aporta** (Universidade Federal de São Carlos - São Carlos / SP), Giovana Escobal Mucholin (Instituto LAHMIEI Autismo / Universidade Federal de São Carlos - São Carlos / SP) e Celso Goyos (Universidade Federal de São Carlos – São Carlos – SP)*

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) vem sendo muito pesquisado. Um estudo divulgado em 2014 pelo Centers for Disease Control (CDC), localizado nos EUA, revela um aumento nos casos de TEA, com um diagnóstico a cada 68, em uma população de até oito anos em 11 estados americanos. São evidentes, nas últimas décadas, as preocupações quanto à função do professor em relação à educação e desenvolvimento das aprendizagens da criança com TEA. Uma série de estudos empíricos demonstra a eficácia de intervenções baseadas na Análise do Comportamento Aplicada (ACA) para o ensino de crianças com TEA. Esta abordagem tem sido executada com sucesso para ajudar indivíduos em todas as idades, e com dificuldades profundas de aprendizagens para desenvolverem altas habilidades. Um modelo de intervenção eficaz para o ensino de pessoas com TEA baseado na ACA são as Intervenções Comportamentais Intensivas Precoces (ICIP - sigla da tradução do inglês para “Early Intensive Behavioral Interventions” - EIBI). Uma estratégia de ensino incorporada no ICIP é a Instrução em Tentativas Discretas (ITD - sigla da tradução em inglês para “Discrete Trial Instruction” – DTI. ITD é desenvolvido através da quebra de habilidades maiores em pequenos componentes que possam ser ensinados. A unidade básica de ensino de ITD tem três partes: a) um estímulo discriminativo (ou instrução), b) resposta da criança à instrução do professor e c) consequência do professor para a resposta da criança. Apesar de ITD ter se mostrado eficaz, poucos foram os trabalhos investigativos sobre o espaço escolar. Entretanto encontramos na literatura algumas estratégias para o treino de professores e outros profissionais para executarem ITD. Sendo assim este trabalho descreve as várias estratégias de formação aos professores para o ensino de crianças com TEA, entre elas: o treino tradicional presencial desenvolvido por um instrutor qualificado com uso de programas, que inclui uma combinação de instrução verbal e escrita ou vídeo modelação (vídeo mostrando execuções corretas), ensaio com um assistente de pesquisa interpretando uma criança com TEA e correção de erros para o desempenho; treino com manuais autoinstrucionais impressos que são estudados de acordo com o ritmo do indivíduo e fornecem conteúdos, exemplos e questionários para os aprendizes; treino com vídeo modelação no qual os treinadores descrevem o uso adequado de uma técnica utilizando exemplos gravados em formato de vídeo; e também o treino informatizado que é uma técnica que combina características dos manuais de autoinstrução e vídeo modelação, que consiste instruções interativas fornecidas através de um computador, é amplamente disponível através da Internet e pode incluir componentes de multi-mídia, narração, questionários e gráficos.

Apoio financeiro/Bolsa: **CAPES**

Nível do trabalho: **Mestrado - M**



Palavras-chave: **Treino de professores. Análise do Comportamento Aplicada. Autismo.**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

**ENSINANDO INDIVÍDUOS A CONDUZIR AVALIAÇÃO DE PREFERÊNCIA:
UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO.** *Mateus Gonçalves Nogueira**
(*Universidade Federal de São Carlos*), *C. T. Yu* (*University of Manitoba*) e *Celso
Goyos* (*Universidade Federal de São Carlos*)

A avaliação de preferência é um procedimento amplamente utilizado por analistas do comportamento com o objetivo de identificar itens preferidos de um cliente e usá-los como reforçadores. Existem vários procedimentos para avaliar a preferência de uma pessoa com deficiência intelectual, pode-se dividi-los em dois. Medidas Indiretas – baseadas no relato de pessoas sobre a preferência do cliente, o que pode ser feito através de questionários ou entrevistas - Medidas Diretas – baseadas na exposição do cliente a itens, na observação do comportamento e coleta sistemática de dados. As medidas diretas oferecem como vantagem uma maior certeza quanto a preferência do cliente, já que se baseiam em evidências empíricas, enquanto as medidas indiretas podem ser demasiado subjetivas, úteis como rastreio e não como avaliação principal. É importante destacar que o uso de avaliação de preferência com pessoas com atraso no desenvolvimento permite verificar quais brinquedos, comidas e atividades a pessoa prefere, e assim é possível melhorar a capacidade de escolha da pessoa, sua liberdade e bem estar. Ainda, esse procedimento leva em conta a individualidade do cliente e permite identificar reforçadores poderosos que podem ser usados no ensino de novos comportamentos e no aumento de comportamentos adequados. Dado a importância da avaliação de preferência e sua utilidade a profissionais que lidam com pessoas com atraso no desenvolvimento, essa pesquisa objetiva verificar a literatura no que se refere ao ensino e divulgação deste procedimento. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre treinamento de pessoas para conduzirem avaliação de preferência. Utilizaram-se as palavras chave preference assessment training na busca de base de dados Pubmed e PsycInfo. Ainda, verificou-se nas referências dos artigos encontrados se havia artigos de interesse. Foram encontrados nove artigos relatando pesquisas em que se ensinam indivíduos a conduzir avaliação de preferência. Foram analisados os participantes de cada pesquisa, os métodos utilizados para treinamento, a eficácia destes e as sugestões de futuras pesquisas. Os participantes foram membros de equipe que trabalham com pessoas com deficiência, professores de educação especial, professores de crianças com autismo, professores assistentes e terapeutas comportamentais. As estratégias de ensino variaram entre uso de vídeos, instruções escritas, simulação, roteiros e instrução verbal direta. Todos os artigos relatam que os participantes foram capazes de executar corretamente avaliação de preferência. Os autores sugerem que as pesquisas devem priorizar a condução de avaliação de preferência com clientes reais e não em simulações e que deveria ser ensinado aos participantes a analisar os dados coletados e planejar novas coletas de dados para diferentes clientes. Por fim, discutem-se quais procedimentos são mais acessíveis a várias populações e quais são mais econômicos no ensino.

Apoio financeiro/Bolsa: **FAPESP – Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior**

Nível do trabalho: **Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)**

Palavras-chave: **Treinamento de professores, avaliação de preferência.**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

ANÁLISE COMPORTAMENTAL DA CULTURA E EDUCAÇÃO: UM APORTE AO PAPEL DO EDUCADOR COMO MEDIADOR DA APRENDIZAGEM DE CONTEÚDOS TRANSVERSAIS. *Laura Moreira Borelli** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Universidade Estadual Paulista, Bauru – SP) e Kester Carrara (Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Universidade Estadual Paulista, Bauru – SP)*

Esta mesa redonda destaca algumas contribuições da Análise do Comportamento para a Educação. Trata-se de um objetivo de amplo espectro, que pode abranger múltiplas iniciativas. Algumas das mais relevantes, em termos de pesquisas empíricas, são aqui apresentadas pelos colegas que relatam importantes avanços tecnológicos oferecidos pela ciência comportamental para o ensino de conteúdos variados no âmbito do processo de ensino-aprendizagem. Em contrapartida, e complementarmente a essas contribuições, esta apresentação oral se refere um exame, essencialmente teórico, sobre a confluência de três aspectos inseparáveis do processo de escolarização: (1) a discussão de estratégias de ensino dos conteúdos curriculares substantivos; (2) a avaliação da importância e as possibilidades concretas de instrumentalização, via Análise do Comportamento, dos conteúdos chamados “transversais” e que, nesse sentido, tratam especialmente da perspectiva ético-moral que atravessa o ensino comum dos conteúdos; (3) uma incursão exploratória – e, nesse sentido, provisória – da Análise Comportamental da Cultura no âmbito dos processos educativos e, mais particularmente, relacionada a pensar as possíveis contribuições comportamentalistas para um exame abrangente do ambiente social interno à instituição escolar e deste com o ambiente sociocultural. Considerando o primeiro aspecto, dados da literatura indicam que a formação de professores no Brasil das últimas décadas tem priorizado a abordagem de teorias da aprendizagem em detrimento às teorias de ensino. Os professores aprendem “o que” deve ser aprendido, mas não “como” ensinar, e comumente o fazem da maneira como foram ensinados, reproduzindo uma prática que não necessariamente é a mais eficaz. O uso de estratégias analítico-comportamentais, como a utilização correta e efetiva de reforçadores, a minimização ou eliminação de contingências aversivas, a apresentação de conteúdos de forma gradual e progressiva, o planejamento, sistematização e individualização do ensino, têm sido bem sucedidos para um ensino mais eficiente. O segundo aspecto aborda a integração dos conteúdos aprendidos e a prática em situações naturais, com contribuições da Análise do Comportamento para a instrumentalização do ensino de temas “transversais”. Ao ensinar Biologia, por exemplo, podem-se ensinar também atitudes éticas relacionadas ao nosso ambiente físico, o respeito à natureza, o perceber que o que se faz tem consequências imediatas e/ou futuras, e que a ação individual é importante, mas insuficiente, o que nos leva ao terceiro aspecto a ser abordado nesta proposta. Para preservar a natureza, é importante que um grupo se mobilize em função de uma causa, e que cada um se comporte de forma coerente com ela. É possível usar a mesma lógica nas relações sociais, para comportamentos pro-éticos que precedem a prática da cidadania na vida adulta e podem ser aprendidos desde cedo, na família e também na escola, e trazer benefícios como a melhoria da convivência, a diminuição de



problemas de comportamento e, conseqüentemente, a melhoria da aprendizagem. Assim, o terceiro aspecto considera uma análise, em desenvolvimento, do comportamento individual e também do comportamento do grupo nas práticas educativas sob a ótica da Análise Comportamental da Cultura, atribuindo ao professor um papel fundamental na promoção de comportamentos pró-sociais e pró-éticos dos alunos, e conseqüentemente para a sobrevivência da cultura.

Apoio financeiro/Bolsa: **CAPES**

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **formação de professores, análise comportamental da cultura, práticas educativas.**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

EFEITO DE RELAÇÕES VERBAIS PRÉ-EXPERIMENTAIS NA FORMAÇÃO DE CLASSES DE EQUIVALÊNCIA. *Verônica Bender Haydu (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR, Brasil) Júlio Cesar de Camargo** (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR, Brasil), Henrique Bayer Gonçalves (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR, Brasil)*

Os analistas do comportamento destacam a importância da comunidade verbal no que diz respeito à formação de conceitos e comportamento simbólico, tendo sido demonstrado que participantes de estudos sobre formação de classes de estímulos equivalentes demonstram diferentes probabilidades de emergência de relações condicionais quando esses pertencem a grupos/comunidades. Este estudo visou investigar, por meio do modelo de equivalência de estímulos, se a participação como membro de torcidas organizadas de futebol afeta a emergência de relações condicionais treinadas no laboratório. Participaram do estudo 30 torcedores de três times de futebol da primeira divisão do campeonato brasileiro do ano de 2011. Por meio do procedimento de escolha de acordo com modelo, foram treinadas relações condicionais entre estímulos para formar três classes de estímulos com três estímulos cada. As classes eram compostas por: Classe A - escudos dos times de futebol correspondentes aos torcedores/participantes; Classe B - fotografias de obras de arte abstratas; Classe C - adjetivos positivos, negativos e neutros. Foram programadas três etapas: (a) Pré-treino; (b) ensino de relações condicionais entre estímulos (AB e BC) com reforço contínuo (100%) e ensino dessas relações condicionais com reforço intermitente (50%); (c) teste de simetria das relações BA e CB, teste de transitividade das relações AC e teste de equivalência das relações CA. Nas etapas de teste de transitividade e de equivalência um estímulo verbal de comparação inédito (a palavra "campeão") era acrescentado às últimas tentativas. Verificou-se que, dos 28 participantes que alcançaram o critério de acertos na formação das relações de linha de base, 22 alcançaram o critério de acertos no teste de simetria. Nos testes de emergência das relações de transitividade e equivalência, com e sem o estímulo inédito, 10 participantes alcançaram o critério de acertos em pelo menos um dos quatro blocos, sendo que, somente um participante alcançou o critério em todos os blocos. A análise dos erros demonstrou que os participantes apresentaram um número mais alto de erros nas tentativas envolvendo o escudo do próprio time e o adjetivo negativo, e o escudo do time caracterizado como o principal rival e o adjetivo positivo. Um número mais baixo de erros foi observado nas tentativas envolvendo o time caracterizado como menos rival e o adjetivo neutro. Nas tentativas em que havia o acréscimo do novo estímulo de comparação, os participantes tenderam a selecioná-lo diante do escudo do próprio time. Tais resultados permitiram demonstrar que relações verbais experimentalmente preestabelecidas interferiram com a formação de relações emergentes, provavelmente porque envolvem relações conflituosas com as estabelecidas pelo experimentador, conforme foi demonstrado em estudos anteriores. Esses resultados podem contribuir para melhorar a compreensão de



processos envolvidos na emergência comportamental e para identificar os fatores relacionados aos diferentes graus de emergência de relações de equivalência

Apoio financeiro/Bolsa: **Verônica Bender Haydu contou com Bolsa Produtividade em pesquisa da Fundação Araucária; Julio César de Camargo contou com Bolsa de mestrado CAPES.**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **equivalência de estímulos, relações condicionais, história pré-experimental, futebol, formação de atitudes**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

EFEITOS DE VARIÁVEIS DE PROCEDIMENTOS SOBRE O CONTROLE CONTEXTUAL DE RELAÇÕES CONDICIONAIS E DE EQUIVALÊNCIA.

Tatiane Carvalho Castro (Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS), Mateus G. N. dos Santos (Instituto LAHMEI- autismo, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP), Celso Goyos (Instituto LAHMEI- autismo, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)*

A literatura aponta que para uma análise funcional da equivalência de estímulos aplicada aos comportamentos complexos, como a linguagem, é importante compreender como os estímulos contextuais adquirem o controle condicional de segunda ordem. Uma questão relevante nesta área é se mudanças em variáveis contextuais poderiam resultar em modificações em classes originalmente formadas sob variáveis contextuais diferentes. A presente pesquisa investigou, em quatro estudos, os efeitos de variáveis de procedimentos para o estabelecimento do controle contextual de relações condicionais e classes de equivalência. Os participantes dos estudos foram estudantes universitários. Os estímulos modelo e comparação foram figuras abstratas e os estímulos contextuais foram representados pelas cores do plano de fundo sobre os quais os estímulos eram apresentados. No Estudo 1 conduziu-se um procedimento para a formação de classes de equivalência distintas na presença das cores azul e vermelha e posteriormente as relações foram testadas na presença dos estímulos contextuais azul, vermelho e verde. Os resultados revelaram que os participantes apresentaram respostas consistentes com a última classe de equivalência treinada, independente do estímulo contextual. O Estudo 2 replicou o estudo anterior, incluindo nos testes, além de relações de equivalência, relações de linha de base. Os resultados obtidos foram semelhantes ao do Estudo 1. O Estudo 3 replicou parcialmente o procedimento dos estudos anteriores apenas para relações condicionais AB e, em seguida, testou-se os efeitos de um procedimento de treino de discriminação condicional AB intercalando-se as cores do plano de fundo. Os resultados revelaram que este procedimento foi mais eficaz para o estabelecimento do controle contextual que os conduzidos nos Estudos 1 e 2. O Estudo 4 avaliou os efeitos de um procedimento de treino intercalado para o estabelecimento do controle contextual de relações condicionais recombinadas. O procedimento contou com seis etapas. Na Etapa 1 foi conduzido um treino de discriminação condicional intercalando-se as cores do plano de fundo. Na Etapa 2, realizou-se o teste das relações treinadas na Etapa 1. Na Etapa 3, foram conduzidos testes nos quais foram incluídas tentativas com um plano de fundo da cor verde. A Etapa 4 incluiu as relações de simetria BA. Na Etapa 5, foram testadas as mesmas relações da Etapa 4, no entanto a configuração de apresentação dos estímulos na tela do computador foi diferente. Finalmente, na Etapa 6, verificou-se a abstração do responder sob controle contextual com estímulos e cores do plano de fundo inéditas no experimento. Os resultados sugerem que o controle contextual foi parcialmente estabelecido. A análise geral dos dados mostra que, nos Estudos 1 e 2, os treinos na presença de estímulos contextuais distintos não foi suficiente para produzir um responder diferencial em relação aos mesmos, apontando para a possível necessidade de manipular variáveis do procedimento que permitissem reforçar responder diferencialmente na presença de estímulos contextuais distintos. Os



resultados produzidos com o treino intercalado nos Estudos 3 e 4 confirmou a hipótese anteriormente levantada, apontando que o controle do comportamento por estímulos é função tanto das contingências presentes no contexto atual, quanto da história de treino na presença dos estímulos.

Apoio financeiro/Bolsa: **FAPESP**

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **análise do comportamento, controle contextual, equivalência de estímulos**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

COMPORTAMENTO VERBAL E A OPERACIONALIZAÇÃO DA EMERGÊNCIA COMPORTAMENTAL. *Paulo Roberto dos Santos Ferreira (Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS)*

A investigação experimental das relações simbólicas tem sido satisfatoriamente realizada há mais de 20 anos pelos analistas do comportamento, e atualmente o paradigma de equivalência de estímulos goza de amplo reconhecimento como instrumento efetivo para a análise de aspectos semânticos do comportamento humano em contexto experimental. A assimilação da conceituação a respeito da formação de classes de estímulos equivalentes como modelo de explicação do significado pode ser ainda demonstrada ao se considerar que o paradigma tradicional de interpretação da linguagem da área, o comportamento verbal de B. F. Skinner, tem sido associado livremente ao estabelecimento de relações de equivalência. Desse modo, pode-se dizer que uma explicação comportamentalista radical da linguagem contemporânea conta primariamente com um misto confeccionado a partir da combinação dos dois paradigmas, Equivalência de Estímulos e Comportamento Verbal e, por essa razão, não é incomum que seja empregada a expressão "comportamento verbal e simbólico" em relação a essa abordagem interpretativa. No entanto, é sabido que em seu livro *Verbal Behavior* B. F. Skinner critica enfaticamente as explicações referencialistas da linguagem e o uso da expressão símbolo como protótipo de interpretação semântica. Por seu turno, Sidman defende que a compreensão envolve a existência de relações comportamentais entre símbolos e referentes e entende, juntamente com outros importantes autores da área, que o paradigma skinneriano não explica a emergência comportamental de relações equivalentes. Com base nisso, é razoável que se explicita: O uso da expressão "comportamento verbal e simbólico" denuncia uma conceituação vaga do fenômeno, uma vez que associa duas perspectivas opostas sobre um aspecto teórico fundamental? Seriam os termos científicos "comportamento verbal" e "equivalência de estímulos" complementares na explicação da linguagem? Em caso afirmativo, quais os critérios de demarcação de seus correspondentes escopos? A partir desse impasse teórico, torna-se sugestivamente produtivo buscar uma alternativa que represente uma combinação consistente entre as duas abordagens, com vistas ainda à possibilidade de se esboçar consequências teóricas que possam ser experimentalmente investigadas. Nesse ponto, o presente estudo visou especificar critérios precisos e produtivos para uma classificação científica integrada que permita um tratamento conceitual comum das interpretações fornecidas pelos paradigmas do comportamento verbal e da equivalência de estímulos. Considerando que a interpretação que se faz da emergência na formação de classes equivalentes é o da novidade comportamental, foi também objetivo da investigação estender a explicação da novidade comportamental para a emergência comportamental que se dá em diferentes níveis de complexidade. A partir dessa análise, sugeriu-se a promoção de pesquisas que visem (a) a identificação de fatores que determinem a emergência comportamental e a (b) a identificação dos diferentes graus de emergência. Em uma palavra, talvez seja o caso, em um nível operacional, de se buscar uma interpretação unificada que trate de modo consistente dos níveis de emergência comportamental.



Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **emergência comportamental, comportamento verbal, equivalência de estímulos**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

O USO DE UM JOGO DE DOMINÓ ADAPTADO PARA O ENSINO DE EQUIVALÊNCIA MONETÁRIA. *Silvia Regina de Souza (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Programa de Mestrado em Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR), Maria Clara Jeager* (Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR), Hans Werner Alves* (Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR), Priscila Xander (Departamento, Setor, Laboratório ou Programa, Instituição, Cidade - UF, País), João dos Santos Carmo (Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, Brasil).*

Habilidades relevantes para viver em comunidade envolvem o domínio das Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVD), entendidas como capacidade de administração da própria vida dentro e fora do ambiente doméstico. Uma das AIVD, bastante presente em nossa sociedade, é o gerenciamento de dinheiro que envolve saber: quanto dinheiro se possui, como ter acesso ao dinheiro, quanto dinheiro pode ser gasto, como usar o dinheiro (comparação de preços, compras) e como aplicá-lo e investi-lo. Muitos dos estudos conduzidos nessa área enfatizam o ensino de habilidades de compra, o que implica na necessidade de aquisição de conhecimentos prévios importantes, que vão desde a contagem até a identificação de valores monetários. Garantir essas habilidades mais básicas parece ser fundamental para a aquisição de repertórios monetários mais complexos. A Análise do Comportamento tem contribuído substancialmente com o entendimento de variáveis cruciais para a aquisição de habilidades monetárias e o desenvolvimento de procedimentos de ensino dessas habilidades a diferentes populações. Estudos afirmam, ainda, que jogos de mesa poderiam ser utilizados como instrumento para o ensino das relações condicionais entre os estímulos. A partir tanto da demanda observada por estudos e tecnologia de ensino na área da Matemática, como da possibilidade de ensinar relações condicionais por meio de jogos, este trabalho teve por objetivo avaliar os efeitos de um jogo de dominó adaptado para o ensino de relações monetárias a pré-escolares. Participaram duas crianças da educação infantil de uma escola da rede pública. O estudo foi composto por quatro etapas. Na Etapa 1 (pré-teste), avaliou-se o desempenho das crianças no respeito à nomeação de numeral impresso, de valor impresso e de dinheiro, contagem, manuseio de dinheiro e resolução de operações de adição. Na Etapa 2, realizou-se o ensino das relações AB/BA e AC/CA e teste das relações BC/CB em que A representa a classe numeral impressa, B quantidade e C operações de adição. Na Etapa 3, as relações AD/DA e DE/ED foram ensinadas e as relações DB/BD, EB/BE, EC/CE e DC/CD testadas: D representa a classe dinheiro expresso em preço e E, a classe de figuras de notas e cédulas usadas no jogo. Finalmente, a Etapa 4 foi semelhante em estrutura à Etapa 1. Os resultados indicam que ambos os participantes aprenderam as relações ensinadas e mostraram a emergência das relações testadas. Constatou-se, ainda, que houve aumento na porcentagem de operações corretamente realizadas (de 0% no pré-teste para 88% e 81% de acerto para o P1 e o P2, respectivamente). Quando expostos à situação manuseio de dinheiro, a porcentagem de acerto foi baixa para ambos os participantes. Sugere-se que alterações



no jogo e no procedimento poderiam torná-lo mais eficaz, havendo, portanto, a necessidade de novas investigações.

Apoio financeiro/Bolsa: **Bolsa produtividade Fundação Araucária para Silvia Regina de Souza**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Dominó adaptado, manuseio de dinheiro, equivalência de estímulos**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

EFEITOS DA FORMAÇÃO DE CLASSES DE EQUIVALÊNCIA SOBRE A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE ADIÇÃO E SUBTRAÇÃO. *Marcelo Henrique Oliveira Henklain** (Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, Brasil), João dos Santos Carmo (Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, Brasil)*

Pesquisas demonstraram que propriedades do problema aditivo, tais como forma de apresentação, estrutura semântica e posição da incógnita, podem gerar dificuldades para solucioná-lo. Foram realizados dois experimentos para investigar se a formação de classes de equivalência entre diferentes formas de apresentação de problemas pode reduzi-las. Oito estudantes do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental que, no pré-teste, apresentaram dificuldades na resolução de problemas participaram do Experimento 1. Aplicou-se procedimento para ensino de discriminações condicionais entre diferentes formas de apresentação de problemas de adição (operação com algarismo, problema escrito, coleção e balança), seguido pelo Pós-teste 1. Houve aumento na porcentagem de acertos em todos os tipos de problemas, porém cinco participantes tiveram dificuldades com os problemas na forma de balança. Foi avaliado em seguida se um procedimento adicional de ensino de algoritmo para resolução de problemas aditivos com incógnitas nas posições a e b poderia produzir aumento ainda maior na porcentagem de acertos dos participantes. Foram realizadas duas sessões para ensino do algoritmo de adição, seguida pelo Pós-teste 2, e duas para o ensino do algoritmo de subtração, sucedida pelo Pós-teste 3 e teste de generalização. Quatro participantes apresentaram melhora no Pós-teste 2 e seis no Pós-teste 3. Houve 100% de acerto nos problemas do teste de generalização. No Experimento 2, foram utilizadas três formas de apresentação: algarismos, escrito e balança. O objetivo foi produzir a formação de dois conjuntos de classes de equivalência, uma de adição e outra de subtração, e avaliar o seu efeito sobre o desempenho na solução de problemas. Para reduzir dificuldades com a balança, foram conduzidas duas sessões para ensinar os participantes sobre o seu funcionamento. Participaram oito estudantes do 2º ao 5º ano que, no pré-teste, apresentaram dificuldades na solução de problemas. Após a formação das classes, verificou-se no Pós-teste 1 que todos os participantes aumentaram a porcentagem de acertos. Foi avaliado então se um treino de resolução de problemas sob a forma de balança poderia melhorar ainda mais esse desempenho, o que foi confirmado. No Teste de Generalização 1, as porcentagens de acerto apresentadas foram acima de 75%. Foi avaliado também se seria possível aprimorar a fase de ensino de algoritmos do Experimento 1. Realizou-se uma única sessão para ensino dos algoritmos de adição e subtração, que foi seguida pelo Pós-teste 3, no qual verificou-se aumento na porcentagem de acertos. Em seguida foi reaplicado o teste de generalização, no qual todos alcançaram 100% de acerto. Foi demonstrado que os procedimentos de ensino adotados constituem aprendizagens importantes para reduzir dificuldades na resolução de problemas.

Apoio financeiro/Bolsa: **O Experimento 1 foi realizado com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Experimento 2 com apoio da FAPESP**



Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **Equivalência de estímulos, Matemática, resolução de problemas**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

FORMAÇÃO DE CLASSES DE FRAÇÕES EQUIVALENTES E APRENDIZAGEM DO CONCEITO DE FRAÇÕES. *Luciana Verneque (Instituto Federal de Brasília, Brasília, DF, Brasil), Antonio Carlos Godinho dos Santos (Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO), Elenice S. Hanna (Universidade de Brasília, Brasília, DF e INCT sobre Comportamento, Cognição e Ensino).*

O ensino tradicional do conceito de frações equivalentes nos anos iniciais de escolarização tem indicado que o desempenho medido pela Prova Brasil não alcança níveis adequados, sugerindo a importância de desenvolvimento de metodologias alternativas. Dois estudos avaliaram a utilidade do paradigma de equivalência de estímulos para analisar e planejar o ensino de frações. O primeiro estudo verificou se o ensino de relações condicionais entre estímulos fracionários numéricos e pictóricos ensinaria o conceito de proporção a 10 alunos do 6º ano do ensino fundamental. No segundo estudo, 60 alunos do 7º ano, que apresentavam dificuldade em problemas que envolviam frações, aprenderam as relações condicionais adicionando-se dicas de proporcionalidade e de multiplicação que poderiam ser acessadas através de comportamento de consulta, inserido na tarefa de pareamento ao modelo. Testes verificaram a formação de classes de frações equivalentes, a expansão das classes com novas formas pictóricas e novos elementos matematicamente equivalentes e novas classes de frações não utilizadas durante o treino. O Grupo Controle realizou apenas pré e pós-testes. Os grupos experimentais mostraram aumentos significativamente maiores nos pós-testes do que o grupo controle. Consultas às dicas ocorreram apenas nas sessões iniciais de ensino de cada relação. Não houve efeito diferencial da dica sobre o desempenho nos treinos e testes. Ocorreu a formação de classes equivalentes e generalização para novas formas pictóricas com as frações treinadas. A acurácia do desempenho nos testes de novos elementos das classes formadas foi baixa para a maioria dos estudantes. O desempenho no teste de novas classes indicou a aprendizagem de repertório generalizado. Os resultados dos estudos replicam achados de estudos anteriores sobre a efetividade do paradigma de equivalência no ensino de relações condicionais entre estímulos fracionários matemáticos e apontam a importância de estratégias de ensino que favoreçam os diferentes tipos de comportamentos novos envolvidos no conceito de frações equivalentes.

Apoio financeiro/Bolsa: **Capes e CNPq**

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **Frações equivalentes, escolha de acordo com o modelo, equivalência de estímulos**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

CONCEPÇÕES EDUCATIVAS DE PAIS BRASILEIROS SOBRE A AUTONOMIA MORAL. *Luciana Maria Caetano (Departamento da Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo/ São Paulo/ SP)*

A pesquisa que se apresenta investigou concepções educativas de pais brasileiros sobre a autonomia moral. O caminho para a construção da autonomia moral pressupõe a liberdade e a ausência da autoridade. O resultado dos conflitos entre pais e filhos na adolescência deve promover a reconstrução de relações fundamentadas na reciprocidade e na mutualidade. A autonomia para os estudos piagetianos de psicologia moral é um poder que se conquista de dentro e que só se exerce no seio da cooperação. Portanto, é necessário que a pessoa tenha as suas próprias experiências e que as interações sociais, inclusive com os pais oportunizem a essência da construção da autonomia: a ação do sujeito, as escolhas do sujeito, a tomada de consciência e a responsabilização pelos próprios atos. Quais as concepções educativas dos pais a respeito da sua participação na construção da autonomia moral dos seus filhos adolescentes? Essa pergunta norteou a pesquisa cujos participantes foram 860 pais e mães, e/ou responsáveis, de adolescentes de 12 a 20 anos de idade. Para contar com um instrumento que respondesse a essa pergunta, um estudo psicométrico foi realizado para a construção e validação do instrumento intitulado Escala de Concepções Educativas Morais, seguindo os passos: 1- Avaliação qualitativa dos itens levando em consideração os processos psicológicos que se quis avaliar, ou seja, as questões relacionadas à elaboração dos construtos: respeito, justiça, obediência e autonomia, bem como a representatividade de cada fator, a partir dos itens que o compuseram. Assim nessa fase, questões como inteligibilidade, representatividade e coerência do item foram analisadas, contando com a participação dos juízes (doutores especialistas em psicologia do desenvolvimento moral e em psicometria, avaliação psicológica e análise estatística); 2- Avaliação da validade de conteúdo. Essa fase contou com a participação de juízes, doutores especialistas em psicologia do desenvolvimento moral. A análise teórica dos itens foi realizada tomando como fundamento a teoria do juízo moral de Jean Piaget. Os juízes avaliaram a pertinência de cada item ao seu constructo, bem como a representatividade de tais comportamentos psicológicos enquanto indicadores dos construtos. 3- Avaliação da Validade do Construto. Logo, de acordo com a lógica da elaboração do instrumento, a Análise Fatorial Confirmatória foi considerada a mais adequada forma de validação de construto, por se tratar de um tipo de análise estatística que testa os itens um a um, estabelecendo correlações multivariadas e o estudo das covariâncias, que permite identificar nos dados empíricos, os construtos previamente definidos pelo instrumento. (Pasquali, 2003). O modelo final do instrumento foi avaliado, considerando o processo de construção e validade e buscando uma análise qualitativa dos resultados quantitativos à luz da teoria do juízo moral de Jean Piaget, bem como dos resultados de pesquisas dos últimos dez anos, relacionadas ao tema da relação pais e adolescentes e o desenvolvimento moral. Os resultados revelaram a existência de um juízo positivo em relação à construção de um ideal de desenvolvimento autônomo dos adolescentes atrelado a dificuldade das ações concretas.



Apoio financeiro/Bolsa: **FAPESP**

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **desenvolvimento moral; autonomia; relação pais e filhos**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**

REPRESENTAÇÃO DE SI DE ESCOLARES COM DISLEXIA E TDAH. *Betânia Alves Veiga Dell' Agli (Pós-doutoranda em Ciências Médicas - UNICAMP e Docente do programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida)*

As representações de si são imagens que o sujeito tem de si mesmo e são construídas como um conjunto de valores. As crianças com Dislexia e TDAH podem vivenciar situações de fracasso e apresentar dificuldades nas relações interpessoais. O objetivo do estudo foi analisar as representações de si de escolares com Dislexia do Desenvolvimento e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade/Impulsividade. Participaram do estudo 96 escolares, de ambos os sexos, na faixa de idade entre 8 a 14 anos e que cursavam do 3o ao 9o ano do Ensino Fundamental. Os escolares foram organizados em três grupos: Dislexia do Desenvolvimento (n=28), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (n=36) e bom desempenho e comportamento (n=32). Foi utilizada entrevista clínica com suporte de três histórias fictícias cada qual com temática relacionada aos grupos específicos. Os resultados evidenciaram que os escolares apresentam representações de si diferentes, principalmente no que se refere às vivências escolares. Dentre as categorias de análise a imagem como aluno, o julgamento alheio e os sentimentos foram os mais negativos. Os dados serão discutidos considerando a qualidade das interações destes escolares com o meio.

Apoio financeiro/Bolsa: **FAPESP**

Nível do trabalho: **Pós-Doutorado - PD**

Palavras-chave: **representações de si, Dislexia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade/Impulsividade.**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**



ASPECTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA RESILIÊNCIA PELO SUJEITO. *Francismara Neves de Oliveira (Departamento de Educação/Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina-PR)*

A resiliência não foi diretamente discutida pela Epistemologia Genética e são encontrados poucos estudos que adotam este aporte teórico-metodológico para a compreensão do tema em sua relação com os processos de aprendizagem e desenvolvimento humano, discussões preciosas aos campos da Educação e da Psicologia. Assim, a proposta de discutir resiliência no aporte teórico piagetiano enquadra-se nos temas da atualidade aos quais a epistemologia genética é convidada a oferecer contribuições. O esforço dos estudos atuais sobre a resiliência, a despeito dos distintos referenciais teóricos embaixadores de sua análise, são convergentes quanto a necessidade de oferecer voz ao sujeito, reconhecendo os significados que ele atribui aos eventos de risco presentes em sua vivência, diante dos quais os mecanismos protetivos devem se manifestar. Ao adotarmos a epistemologia genética como aporte nesta pesquisa, nos apropriamos dos pressupostos da teoria da Equilibração para pensarmos a resiliência. A relação feita implicou considerar que mecanismos de risco e de proteção constituem um sistema de complementaridade dialética –relação de interdependência entre sistemas articulados - circularidade. Implicou ainda considerar professores, alunos e gestor como sujeitos aos quais foi dada voz para que externassem os significados que atribuem ao não aprender no contexto de um programa de apoio à aprendizagem tendo em vista o objetivo de destacar aspectos sociais presentes nas interações do sujeito na construção da resiliência diante do risco do não aprender. A pesquisa, de natureza qualitativa, desenvolveu-se na perspectiva de estudo descritivo, na modalidade de estudo de casos múltiplos. Como problema de pesquisa as seguintes questões foram norteadoras: quais os significados atribuídos por professores, alunos e gestor ao não aprender? Que relações podem ser estabelecidas entre resiliência e aspectos sociais próprios do desenvolvimento de alunos com dificuldades de aprendizagem? Como se relacionam os significados atribuídos ao não aprender e a resiliência no contexto de um programa de apoio à aprendizagem? Participaram 30 alunos do 6º ano do ensino fundamental de duas escolas estaduais, 8 professores da sala de apoio, sendo 4 de cada unidade escolar e 1 membro do núcleo estadual de educação, envolvidos no programa oficial do Governo paranaense - Sala de Apoio à Aprendizagem. O procedimento de coleta dos dados foi idêntico para as duas unidades escolares e envolveu observação sistemática das atividades na sala de apoio, durante dois meses, duas vezes por semana, com registro em diário de campo. Além da observação, foi realizada entrevista semi-estruturada, individualmente. Os resultados foram agrupados em dois eixos: 1. concepção de dificuldades de aprendizagem; percepção da sala de apoio, significado do não aprender. 2. Aspectos sociais evidenciados como risco ou proteção no contexto da sala de apoio. Os dados indicaram a presença da culpabilização do aluno e de sua família pelo não aprender, discurso presente inclusive na fala dos alunos e a percepção da sala de apoio como espaço favorável ao aprender. Apresentam-se como aspectos sociais relevantes tanto para pensar o risco quanto a proteção na construção da



resiliência: o pertencimento ao grupo, a cooperação, a tomada da perspectiva do outro e a autonomia do sujeito.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **desenvolvimento sócio-cognitivo; resiliência; educação**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**



GRUPOS DE ORIENTAÇÃO E INTERVENÇÃO COM CRIANÇAS NO HOSPITAL GERAL. Leopoldo Nelson Fernandes Barbosa (Instituição: Faculdade Pernambucana de Saúde; Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira - IMIP)

Ancorado na terapia cognitivo comportamental, os grupos acontecem uma vez por semana e são realizados 8 encontros. O grupo modelo foi desenvolvido com crianças de 9 a 14 anos. Os encontros eram coordenados por um psicólogo e duas estagiárias de psicologia e tinham no máximo 6 crianças participando. Ao final de cada sessão, que tinha a duração de uma hora, os pais e acompanhantes eram convidados a entrar no grupo e participavam do desfecho da atividade. Essa aproximação dos pais/acompanhantes foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho pois algumas atividades eram propostas e precisavam ser acompanhadas de perto pois eram etapas fundamentais para a evolução do trabalho. Nessa experiência, destacou-se a necessidade de uma escuta reflexiva que favorecesse a comunicação, o esclarecimento das atividades e das metas com o grupo e o estímulo a construção de um sentimento de confiança em um processo de mudança o qual, em muitos casos apresenta crenças negativas e comportamentos disfuncionais como base de um funcionamento familiar previamente estabelecido. O primeiro contato com as crianças no grupo eram voltados para a apresentação da equipe e dos outros participantes, da metodologia de trabalho e, principalmente, para estabelecer o vínculo terapêutico e do contrato de respeito com os participantes do grupo. Nesse momento já existia a importância de se refletir sobre os sentimentos envolvidos nesse contexto, tais como: ansiedade, irritação, nervosismo, medo, felicidade, motivação e etc. A descrição da rotina por parte das crianças é extremamente importante, nesse momento era investigada a visão de que elas tinham das suas atividades obrigatórias (escola, por exemplo) e de lazer (brincar de bola, videogame, televisão, computador), o nível de interesse que atribuem, o relacionamento com as pessoas em casa e na escola. Essa descrição apontava indícios da funcionalidade ou não da rotina para as crianças. Após a identificação do problema ou da questão a ser abordada nas sessões era nítida a relação entre emoções e comportamentos estreitamente ligadas aos acontecimentos da vida, pois já se sabe que é a partir do desenvolvimento pessoal que são desenvolvidos sistemas de crenças e as formas de pensar, as quais podem repercutir em uma melhor ou pior adaptação a realidade. No âmbito da saúde pública, as ações com ênfase na atenção primária a saúde tem demonstrado que a detecção precoce de situações de vulnerabilidade assume prioridade. É esse contexto que a avaliação psicológica no hospital ganha destaque, seja na atuação do profissional nas enfermarias, serviços de urgência e emergência ou mesmo nos ambulatórios especializados. A partir dela, a aproximação com a terapia cognitivo comportamental auxilia no planejamento de intervenções que beneficiam seja em modalidades individuais ou em grupo o suporte emocional a pacientes e seus familiares.

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**



PREPARAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS INVASIVOS EM CRIANÇAS NO CONTEXTO HOSPITALAR. *Renata Panico Gorayeb (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo)*

O adoecer infantil é conhecido como um dos fatores que mais alteram os níveis de ansiedade, a qualidade de vida e o comportamento das crianças e suas famílias. Quando estas crianças precisam ser internadas ou submetidas a procedimentos médicos invasivos estas alterações se encontram em níveis ainda mais elevados. É nítido na literatura, que sem preparação adequada para estes procedimentos as crianças podem tornar-se temerosas frente às situações hospitalares e reticentes aos tratamentos necessários para sua melhora clínica. Para que estes eventos não sejam aversivos é necessário informar e preparar o paciente e sua família para os procedimentos frente aos quais a criança será submetida, favorecendo assim o processo de enfrentamento da situação em uma atenção humanizada. Por procedimento invasivo, entendemos toda e qualquer técnica diagnóstica ou interventiva, que envolva o uso de instrumentos para penetração de um tecido ou invasão de um orifício corporal. Estes procedimentos por sua natureza podem causar desconforto, medo e ansiedade nos pacientes a eles submetidos e aos seus familiares. Assim, de acordo com a literatura existente na área, observa-se que a dessensibilização prévia ao procedimento é imperativa para que o paciente possa ser submetido ao mesmo, com o mínimo de conseqüências psico-afetivas possíveis. O presente trabalho tem por objetivo apresentar como a dessensibilização sistemática realizada para procedimentos invasivos em crianças tem contribuído para o atendimento integral do paciente na rotina dos procedimentos realizados nas divisões de cirurgia infantil de um hospital universitário de grande porte do interior do estado de São Paulo, onde o acompanhamento psicológico aos procedimentos invasivos é protocolo de atendimento, sendo realizado para todas as crianças submetidas aos mesmos. As técnicas utilizadas na preparação são; a modelagem; treino de autocontrole e relaxamento; dessensibilização sistemática; promoção e suporte de cuidados gerais, técnicas expressivas, psicoeducação com fornecimento de informação sobre as patologias e procedimentos a serem vivenciados pelas crianças. Os principais procedimentos para os quais as crianças são preparadas são: curativos, sondagens, acesso venoso, urodinâmica, dilatação ano-retal, lavagem intestinal, litotripsia e cirurgias. Através deste preparo crianças submetidas a estes tipos de intervenções apresentam maior controle afeto-cognitivo e manifestam de forma reduzida os comportamentos negativos e inadequados nos momentos pré e pós-intervenção. Assim a participação do psicólogo hospitalar na preparação aos procedimentos invasivos possibilita uma melhora na permissão infantil para a realização dos mesmos sem que esta seja forçada a realizá-los e na adesão ao tratamento após o diagnóstico, que pode ser inclusive mais acurado, através de um resultado de exames mais confiável. Desta forma, uma internação ou procedimento onde foram tomados estes cuidados no preparo e acompanhamento das situações mais aversivas para a criança pode favorecer a elaboração de questões relacionadas à ansiedade e medo frente aos procedimentos, auxiliando no ajuste infantil do enfrentamento da sua patologia e dos tratamentos que a



mesma será submetida ao longo do período em que necessitar de tratamento especializado, em sua hospitalização ou até a melhora clínica, mesmo em domicílio.

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**



O PAPEL DO PSICOLOGO EM ACONSELHAMENTO GENÉTICO. *Nelson Iguimar Valerio; Agnes Cristina Fett Conte; e Marcos Ricardo Datti Micheletto (Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – FAMERP)*

Para discutir Psicologia da Saúde, será utilizado como referencial o Serviço de Psicologia do Hospital de Base, um hospital escola de grande porte, localizado no interior do estado de São Paulo. Neste, os psicólogos integram equipes multi e interdisciplinares e desenvolvem atividades que incluem avaliação e acompanhamento de pacientes, delineamento e implementação de programas de prevenção, pesquisas e supervisão. O papel do psicólogo varia entre as equipes e sua atuação ocorre em diferentes contextos, como ambulatórios, enfermarias, serviços de pronto atendimento e emergência, unidades de terapia intensiva, centros cirúrgicos, centro de saúde-escola, comunidade e faculdade. Uma descrição das atividades, desenvolvidas em área específica, será realizada focalizando o papel do psicólogo em Aconselhamento Genético (AG). Desde 1991, psicólogos compõem esta equipe, desenvolvendo um modelo de atuação já avaliado por metodologia científica, cuja finalidade geral é facilitar o processo aos consulentes e as específicas: auxiliar paciente e familiares a enfrentar de forma mais adequada e com menor sofrimento um problema genético real ou possível; auxiliar no ajustamento a este problema e seu tratamento; fornecer subsídios acerca do estilo de funcionamento destes, possibilitando ao aconselhador um atendimento adequado às necessidades individuais de cada caso. O papel do psicólogo em AG estrutura-se em cinco momentos de atuação interligados: 1) *sala de espera* (contato inicial, orientações gerais sobre funcionamento do serviço e avaliação do perfil dos consulentes); 2) *contato prévio com o aconselhador* (fornecimento de dados sobre o paciente e familiares, visando facilitar o processo); 3) *seguimento da consulta* (observações e intervenções durante a consulta); 4) *atendimento terapêutico* (avaliações, esclarecimentos, orientações e psicoterapia) e 5) *estudo de casos e desenvolvimento de atividades científicas*. A atuação em equipe, combinando *pesquisa, ensino e extensão* permite uma avaliação constante do desempenho profissional e consequente aprimoramento do trabalho realizado. O exercício clínico constitui parte das atividades realizadas, mas programas educacionais e preventivos, delineados de acordo com necessidades identificadas por evidências científicas, são indispensáveis e sustentam as demais práticas. Tomando por base estas considerações, os objetivos do presente são apresentar e discutir o papel do psicólogo em AG, evidenciando as principais atividades desenvolvidas, sob a forma de *pesquisa, ensino e extensão de serviços à comunidade*, ao longo dos últimos anos.

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**

PROTOCOLO NICHD: CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS BRASILEIROS. *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Universidade Federal de São Carlos Chayene Hackbarth/Universidade Federal de São Carlos)*

A prevenção da violência infantil tem despertado interesse nacional, entretanto, não há no Brasil um protocolo padronizado e eficiente para investigação em casos de suspeita de violência sexual infantil. O Protocolo NICHD (National Institute of Child Health and Human Development) oferece suporte para conduzir entrevistas forenses com crianças em casos de abuso sexual e é reconhecido pela literatura internacional especializada como um dos instrumentos mais adequados para a entrevista com crianças vítimas de violência, sendo composto, em sua maioria, por perguntas abertas, conduzidas de acordo com os relatos da criança. O Protocolo contribui para preencher as lacunas entre a teoria e a prática nas avaliações dos casos de abuso sexual, auxiliando crianças a recordar e relatar suas experiências e prevenindo possíveis déficits de comunicação e memória. Além disso, apresenta-se como um instrumento estruturado, transmitindo informações de qualidade superior às obtidas nas entrevistas que utilizam menos questões abertas. Assim, são produzidas respostas mais precisas, contando com maior número de detalhes de relevância forense e maior extensão das falas nos relatos, bem como aumento no número das revelações a respeito do abuso. O presente estudo faz parte de um conjunto de iniciativas de três Estados brasileiros para validar o Protocolo NICHD para o Brasil. O objetivo deste trabalho é avaliar um estudo piloto realizado na Universidade Federal de São Carlos para capacitar psicólogos de diversas áreas de atuação, identificando possíveis adaptações na utilização do Protocolo NICHD para o contexto brasileiro. Para tal, 17 profissionais assinaram o Consentimento e fizeram o curso, contudo, seis destes o concluíram, realizando as entrevistas pós capacitação. A capacitação teve duração de cinco sessões, com duas horas cada e uma sexta e última sessão a ser realizada com o intuito de oferecer feedback para os atendimentos apresentados. Após a capacitação, os participantes realizaram novos atendimentos, utilizando o Protocolo NICHD, e estes foram transcritos para posterior codificação e análise. Por fim, será aplicado um instrumento para analisar a aceitação social por parte dos profissionais que participaram do estudo. Os resultados encontrados nos relatórios elaborados antes da capacitação foram analisados de modo quantitativo e comparados com as entrevistas realizadas após a capacitação. Nas entrevistas realizadas com o Protocolo NICHD houve um aumento significativo da extensão das falas das crianças e do número de detalhes apresentados nos relatos destas em comparação às entrevistas anteriores. Adicionalmente, as entrevistas realizadas com o Protocolo NICHD contribuíram para a elaboração de relatórios de maior relevância forense, auxiliando a uma possível solução dos casos julgados e apontando para a utilidade do Protocolo NICHD para o contexto forense brasileiro. Contudo, algumas dificuldades foram encontradas pelos participantes na aplicação do Protocolo, ressaltando a necessidade de supervisão continuada e de monitoramento constante.

Apoio financeiro/Bolsa: **FAPESP**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Protocolo NICHD, oitiva de crianças, abuso sexual infantil**

Área da Psicologia: **JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal**

ESCALA DE ALIENAÇÃO PARENTAL: ELABORAÇÃO E VALIDAÇÃO. *Paula Inez Cunha Gomide (Universidade Tuiuti do Paraná)*

Alienação Parental refere-se a um fenômeno psicológico e forense que ocorre, principalmente, em situação de Disputa de Guarda de filhos. Alguns genitores, chamados de alienadores, impedem a convivência e denigrem a imagem do outro genitor, o alienado, de forma a desenvolver comportamentos de afastamento e sentimentos negativos do filho para com o genitor alienado. Este estudo consistiu na elaboração, validação e padronização de uma escala que mensura comportamentos de alienação parental e, quando presentes, o grau em que estes ocorrem. O Estudo consiste de III Etapas. Na I Etapa foram a) construídos os itens da escala a partir os conceitos de Gardner (1985, 1992, 1999), Baker (2005; 2006), Ackerman-Schoendorf (2009), Hands e Warshak (2011), Lass (2013), e da lei 12.318/10 sobre a alienação parental; b) realizada a análise semântica dos itens com a participação de 6 juízes; c) aplicada a EAP em 100 famílias, 50 com indicação de Alienação Parental pelo Poder Judiciário e 50 sem indicação; d) investigada a Estrutura Fatorial do teste; e) elaborada a versão final do instrumento; f) verificada as evidências de validade do teste; g) desenvolvidos estudos de precisão e h) normatizada a escala para a população alvo. A II Etapa do estudo está em andamento e consiste em elaborar o manual de aplicação da Escala de Alienação Parental, considerando as seguintes etapas: a) realizar revisão teórica das categorias da escala, a saber: impedir/difícultar, difamar/desqualificar, manipulação emocional, comportamento do genitor (a) na avaliação e comportamento da criança na avaliação/visitação; b) Elaborar perguntas que reflitam as assertivas que constam da escala para permitir seu preenchimento pelo avaliador, c) testar os procedimentos do manual de aplicação junto a avaliadores do poder judiciário. E a III Etapa será realizada paralelamente a segunda e consiste em realizar o Estudo Ecológico da Escala, onde serão entrevistados em profundidade e observados 4 famílias, duas com os maiores índices obtidos na EAP e duas com os menores índices.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Alienação parental; EAP; Validação de instrumento forense**

Área da Psicologia: **JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal**

A UTILIZAÇÃO DE UM INSTRUMENTO PARA LEVANTAR INDICADORES DE COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS SEVEROS EM CRIANÇAS COM IDADES ENTRE SEIS E TREZE ANOS. *Giovana Veloso Munhoz da Rocha (Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba – PR)*

O comportamento antissocial é observado em crianças desde as mais tenras idades. Sua frequência e intensidade determinarão o que cada grupo social convencionará como adequado ou não para cada faixa etária. Comportamentos antissociais severos possuem alta frequência e intensidade dentro de determinada faixa etária, e podem ser definidos como aqueles comportamentos que ferem as normas ou regras de certo grupo, perturbando seu funcionamento, desrespeitando os direitos dos outros e por vezes violando leis. Detectar precocemente estes comportamentos possibilita propor intervenções primárias (com as crianças, com seus cuidadores, ou ambos) e de prevenção (com as crianças, com seus cuidadores, com professores) para consequências sociais graves, tal como o aumento da criminalidade. Dentre os comportamentos antissociais mais graves está a psicopatia, que é definida na área forense a partir de um conjunto de complexos indicadores. Na década de 90, Robert Hare, deu início ao desenvolvimento de instrumentos para avaliação de psicopatia em diversas faixas etárias. Esta apresentação traz um destes instrumentos, que foi traduzido e está em processo de validação para utilização no Brasil, o APSD (Antisocial Process Screening Device) (Frick & Hare, 2001). Ele objetiva avaliar indicadores de comportamento antissocial severo em crianças com idades entre 6 e 13 anos, de ambos os sexos. Pode-se, portanto afirmar, que se trata de uma ferramenta que proporciona a avaliação forense de indicadores precoces de psicopatia. É um instrumento de 20 itens criado para ser respondido por um dos cuidadores e um professor da criança. Contudo, caso se tenha acesso a apenas um destes respondentes, ainda assim é possível proceder à utilização do instrumento. Baseia-se em três fatores que compõem a avaliação final: insensibilidade emocional (relacionamento interpessoal, falta de culpa ou remorso, ausência de empatia e compaixão para com os outros), narcisismo (exagerado sentido de grandiosidade, superioridade, vaidade e exibicionismo, necessidade excessiva de admiração), e impulsividade (reações desproporcionais ao estímulo provocativo, falta de limites e responsabilidade sobre os seus atos, falta de planejamento, culpar terceiros pelos seus atos, agir sem pensar, praticar atividades de risco e perigosas por se sentir entediadas facilmente). A pontuação final indica se o comportamento da criança encontra-se na faixa marcadamente atípica (altamente antissocial), moderadamente atípica, levemente atípica, superficialmente atípica, na média, ou abaixo da média (pouco antissocial). Trata-se de um instrumento de rápida e simples aplicação, porém sua interpretação depende do conhecimento das teorias acerca do comportamento antissocial na infância, práticas educativas e psicopatia. Serão apresentados dados de estudos com populações clínicas, ou seja, com indicadores de comportamento antissocial grave e implicações para a prática da avaliação forense.

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **Avaliação forense, comportamento antissocial, psicopatia.**

Área da Psicologia: **JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal**

TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA ENSINADAS NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA. *Luís Sérgio Sardinha (UNIABC, Santo André - SP), Irai Cristina Boccato Alves (LITEP – Instituto de Psicologia da USP, São Paulo - SP) e Helena Rinaldi Rosa (LITEP – Instituto de Psicologia da USP, São Paulo - SP)*

Considerando que a utilização de métodos e técnicas, entre os quais estão incluídos os testes psicológicos, constitui a única função privativa do psicólogo, o objetivo deste trabalho é conhecer quais técnicas ou testes psicológicos estão sendo ensinados nos diversos cursos de Psicologia do país e comparar com pesquisas anteriores sobre essa temática. Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre o ensino das técnicas de avaliação psicológica, realizada pelo grupo de trabalho de Pesquisa em Avaliação Psicológica da ANPEPP. Os participantes foram professores que ministram disciplinas de avaliação psicológica, que responderam a um questionário online sobre diversas questões relacionadas ao ensino, entre elas quais as técnicas ou testes psicológicos ensinados. Responderam o questionário 93 professores de 48 cidades, de 13 estados brasileiros, de 59 diferentes cursos de Psicologia. Os resultados mostram uma grande variabilidade de testes ou técnicas ensinados, indicando a falta de consenso sobre quais seriam mais importantes e que deveriam ser ensinados em todos os cursos. A técnica apontada com maior frequência foi a entrevista (19,3%). Entre os testes de inteligência apareceram com maior incidência o WISC-III, o WAIS-III, as diversas escalas das Matrizes Progressivas de Raven, a Escala de Maturidade Mental Colúmbia, o G-36, G-38, BPR-5, Teste R-1, Teste R-2, Beta-III e o Desenho da Figura Humana com diferentes sistemas de avaliação. Em relação às técnicas projetivas, os mais citados foram o TAT, HTP, Zulliger, Rorschach, CAT, Pfister, Teste das Fábulas, Desenho da Família, Desenhos-Estória. Como técnica de avaliação perceptivo motora foi citado o Teste de Bender. Quanto aos inventários de Personalidade foram mais frequentes o IFP, BFP, Quati, IHS, Escalas Beck, Escala Fatorial de Extroversão e a Escala Fatorial de Neuroticismo. Entre os testes expressivos de personalidade foram indicados o Psicodiagnóstico Miocinético (PMK) e o Teste Palográfico. Destacaram-se ainda os Teste de Atenção Concentrada AC e D2. Além disso, foram incluídas como técnicas, a Anamnese, a Observação do Comportamento, a Hora de jogo e outras com um título genérico, como testes, testes psicológicos e técnicas projetivas. Esses resultados indicam que apesar da ampla divulgação da pesquisa nos cursos de Psicologia e de contatos diretos com professores de diversas universidades, o total de respondentes da pesquisa foi baixo, quando se lembra que há estimativa da existência de mais de 500 cursos de Psicologia no país. Observa-se também, que em relação a pesquisas anteriores referentes a essa temática, houve grande redução na carga horária e no número de disciplinas de avaliação psicológica, bem como pelo fato dos professores ministrarem disciplinas referentes à avaliação de diversas variáveis psicológicas, o que levou ao aumento do número de técnicas, com baixas frequências, quando se considera o total de respondentes dos questionários. Assim esses dados refletem um dado preocupante sobre a formação atual do psicólogo, mostrando que esse profissional não está sendo adequadamente formado para a sua única função privativa.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**



Palavras-chave: **Avaliação Psicológica. Ensino. Formação do psicólogo.**
Área da Psicologia: **AVAL - Avaliação Psicológica**

TÉCNICAS PROJETIVAS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA ENSINADAS NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA. *Irai Cristina Boccato Alves (LITEP – Instituto de Psicologia da USP, São Paulo - SP), Luís Sergio Sardinha (UNIABC, Santo André - SP) e Helena Rinaldi Rosa (LITEP – Instituto de Psicologia da USP, São Paulo - SP)*

Em avaliação psicológica, técnicas projetivas podem ser entendidas como aquelas que podem auxiliar o psicólogo a captar o mundo simbólico que, na maioria das vezes, é difícil de ser expresso pelo indivíduo. Os testes projetivos seriam capazes, pela técnica associativa, de apoiar o trabalho do psicólogo de compreender uma situação. Considerando que a utilização de métodos e técnicas, entre os quais estão incluídos os testes psicológicos, constitui a única função privativa do psicólogo, o objetivo deste trabalho é conhecer quais técnicas ou testes psicológicos ditos projetivos estão sendo ensinados nos diversos cursos de Psicologia do país e comparar com pesquisas anteriores sobre essa temática. O trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre o ensino das técnicas de avaliação psicológica, realizada pelo grupo de trabalho de Pesquisa em Avaliação Psicológica da ANPEPP. Os participantes foram professores que ministram disciplinas de avaliação psicológica, que responderam a um questionário online sobre diversas questões relacionadas ao ensino, entre elas quais as técnicas ou testes psicológicos ensinados. O questionário foi respondido por 93 professores de 48 cidades, de 13 estados brasileiros, de 59 diferentes cursos de Psicologia. Os resultados mostram uma grande variabilidade de testes ou técnicas ensinados, indicando a falta de consenso sobre quais seriam mais importantes e que deveriam ser ensinados em todos os cursos. A técnica apontada com maior frequência foi a entrevista (19,3%). Em relação às técnicas projetivas, os mais citados foram o TAT (16,1%), HTP (16,1%), Zulliger (7,5%), Rorschach (4,3%), CAT (2,1%), Pfister (2,1%), Teste das Fábulas (2,1%), Desenho da Família (2,1%) e Desenhos-Estória (2,1%). Em relação a pesquisas anteriores pode ser notada uma menor ocorrência dos testes projetivos. Quanto ao total de respondentes pode ser observada a baixa participação dos docentes, pois se estima a existência de mais de 500 cursos de Psicologia no país. Os resultados indicam que o ensino na área sofreu alterações substanciais, especialmente no que diz respeito às técnicas projetivas utilizadas, em relação aos achados dos estudos anteriores. Tendo em vista as necessidades de continuidade dos estudos sobre o ensino da avaliação psicológica e as condições promotoras do mesmo, a pesquisa deve relacionar estas informações com outras disponíveis na pesquisa em questão, como o perfil acadêmico e de atuação profissional de professores que ministram disciplinas de avaliação psicológica em cursos de Psicologia do Brasil, bem como seu envolvimento científico com a área; além de descrever as características das disciplinas de avaliação psicológica em termos de sua inserção curricular, conteúdo, recursos materiais e ambientais, atividade prática e de supervisão.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Avaliação Psicológica. Técnicas projetivas. Ensino.**

Área da Psicologia: **AVAL - Avaliação Psicológica**



REFLEXÕES SOBRE ENSINO DO MÉTODO DE RORSCHACH NOS CURSOS DE PSICOLOGIA NO ESTADO DE SÃO PAULO. *Paulo Francisco de Castro (Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP e Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP)*

O objetivo do presente trabalho é discutir sobre o ensino do Método de Rorschach na graduação em Psicologia nas Instituições de Ensino Superior do Estado de São Paulo, no sentido de refletir sobre o espaço que, atualmente, o referido instrumento de avaliação psicológica possui na grade curricular dos cursos. A presente reflexão se justifica pelo fato do Método de Rorschach situar-se como um dos principais e mais completos instrumentos para identificação de conteúdos psíquicos dos indivíduos. Por meio de diferentes variáveis de interpretação, o Rorschach possibilita a investigação de vários aspectos de personalidade, de forma estrutural e dinâmica, que o diferencia de todos os outros testes disponíveis. Além disso, constitui-se como um dos instrumentos com maior produção científica nacional e internacional, assegurado pela existência de associações científicas que se dedicam ao estudo e formação, em vários países. Após levantamento realizado por meio da análise das matrizes curriculares de 67 cursos e de 73 planos de ensino completos pertencentes a 24 cursos de Psicologia em várias cidades do Estado de São Paulo, observou-se a indicação do Rorschach em apenas seis cursos, perfazendo apenas 7,6% dos cursos cadastrados, configurando-se como um dos instrumentos de menor apresentação dentre tantos que são ensinados nos cursos de graduação. Desses seis cursos, duas propostas curriculares simplesmente apresentam o Método de Rorschach na disciplina de avaliação psicológica e quatro dedicam-se ao ensino do instrumento em seus detalhes de aplicação, codificação e interpretação. Os planos de ensino completos das disciplinas apresentam todos os dados necessários para a análise de vários aspectos relacionados à formação do Rorschach na graduação. Foram enviados três planos de ensino completos, cujos dados são apresentados a seguir: nos cursos onde o Rorschach é efetivamente ensinado, observa-se que é apresentado nos semestres finais dos cursos, todos possuem atividades práticas como estratégia de ensino da técnica, dois cursos utilizam o sistema da escola francesa para o ensino e um o sistema compreensivo, em relação à carga horária tem-se um curso com 100 horas-aula semestrais e dois com 90 horas-aula no período do semestre. Em comparação com dados de estudo semelhante, desenvolvido anteriormente, observa-se que em cerca de dez anos houve uma redução significativa (cerca de dois terços) do ensino no instrumento no Estado de São Paulo, o que de certa forma, infelizmente acompanha uma realidade de limitação da carga horária do ensino da área de Avaliação Psicológica nos cursos de graduação em Psicologia. Em sendo a prática de avaliação psicológica privativa do psicólogo, é preocupante que os cursos de graduação tenham a conduta de minimizar o ensino da área e, principalmente, do Método de Rorschach. Vários psicólogos não conhecem profundamente o instrumento, limitando sua atuação em avaliação psicológica em vários contextos onde o Rorschach seria a estratégia mais indicada.

Apoio financeiro/Bolsa: **PESQDOC/UnG – Programa de Pesquisa Docente da Universidade Guarulhos.**



Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Teste de Rorschach. Avaliação Psicológica. Ensino.**

Área da Psicologia: **AVAL - Avaliação Psicológica**

USO DE UM JOGO EDUCATIVO NO ENSINO CONCEITOS BÁSICOS RELACIONADOS AO BULLYING. *Silvia Regina de Souza e Izadora Perkosky***
(*Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Programa de Mestrado em Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina - Pr*).

Jogos educativos são aqueles que possuem um objetivo didático explícito e podem ser adotados ou adaptados em um contexto de aprendizagem formal ou informal. Eles têm sido empregados em diferentes contextos mostrando o potencial desse tipo de tecnologia no apoio ou promoção dos processos de aprendizagem. Além disso, o uso de jogos pode aumentar a adesão das crianças ao procedimento devido ao seu caráter motivador, já que possuem consequências naturalmente reforçadoras, e permitir maior socialização pois seu uso pressupõe, na maioria das vezes, mais de um jogador. Todos esses aspectos justificam o emprego deste tipo de tecnologia para o ensino em diversos contextos. Apesar dessas características, jogos são ainda pouco utilizados como ferramentas para o ensino, especialmente por Analistas do Comportamento. O bullying é entendido como uma categoria de violência escolar e que ocorre entre estudantes. Ele se caracteriza como uma reafirmação de uma relação desigual de poder que ocorre repetitivamente, de forma agressiva e intencional, levando à vitimização. Em vista dos dados de pesquisa demonstram o efeito que este tipo de agressão pode ter na vida dos envolvidos e da necessidade de tecnologias para trabalhar tal questão, este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir o jogo de tabuleiro “Enigma na minha escola”, desenvolvido a partir de uma metodologia iterativa de design e princípios de aprendizagem da Análise do Comportamento, para ensinar crianças, em idade escolar, conceitos básicos relacionados ao bullying. O jogo tem por objetivos educacionais: descrever o conceito de bullying, caracterizar as consequências para o agressor e para a vítima e descrever formas de lidar com situações de bullying quando se é vítima ou testemunha desse tipo de violência. O jogo é composto por um tabuleiro em trilha com 55 casas, um peão, 60 cartas, manual de instruções e estrelas de papel para a contagem dos pontos. O enredo do jogo versa sobre um detetive que ao encontrar pistas estranhas pela escola busca investigar o significado das mensagens e descobrir a melhor maneira de lidar com as situações de bullying que ocorrem na escola. Ganha a partida, o jogador que chegar ao final do jogo com o maior número de pontos obtidos mediante o avanço pelas casas, as respostas corretas dadas às pistas e as soluções propostas para a solução dos problemas apresentados. A utilização de jogos no ensino de habilidades sociais pode oferecer a vivência de novas situações e promover oportunidades para que as crianças aprendam e pratiquem essas habilidades de maneira consistente justificando a necessidade de tecnologias como a relatada neste resumo.

Apoio financeiro/Bolsa: **Bolsa produtividade Fundação Araucária para Silvia Regina de Souza e bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para Izadora Ribeiro Perkoski**

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **Bullying, jogos educativos, Análise do Comportamento**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**



EFEITOS DE UM JOGO DE TABULEIRO SOBRE O CONSUMO ALIMENTAR DE CRIANÇAS. *Mariana Gomide Panosso, Gabriele Gris* e Silvia Regina de Souza* ((Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Programa de Mestrado em Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina - Pr).

Esta pesquisa se propôs a investigar os efeitos da participação em um jogo de tabuleiro sobre a formação de classes de equivalência de estímulos e as respostas de seleção de alimentos de diferentes grupos alimentares para o consumo. Participaram três crianças com idade entre cinco e seis anos. A pesquisa foi composta por cinco fases: pré-experimental, linha de base, intervenção/jogo, teste das relações emergentes e pós-intervenção. Inicialmente realizaram-se entrevistas com os responsáveis e observaram-se as escolhas alimentares durante o almoço (fases pré-experimental e linha de base). Em seguida foram conduzidas, em média, 12 sessões de intervenção com o jogo, o qual ensinou as relações AB e AC. A classe A era composta por três estímulos referentes a figuras de cestas de supermercado de cores diferentes, a B, por figuras de três grupos alimentares e C, por três figuras de mãos indicando positivo. Posteriormente testaram-se as relações AA, BB, CC, BA, CA, CB e BC replicando-se, em seguida, as fases pré-experimental e de linha de base. Os resultados mostraram que houve formação de classes equivalentes para um dos participantes. Após a intervenção, todos consumiram alimentos que não tinham por hábito consumir, aumentando a variedade de seleção e consumo de alimentos de um mesmo grupo alimentar. Discutem-se as variáveis de procedimento que interferiram na formação de classes de equivalência e as variáveis do jogo que contribuíram para que os participantes aumentassem a variedade de seleção e consumo de alimentos.

Apoio financeiro/Bolsa: **Bolsa CAPES DS**

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **Jogo de tabuleiro, consumo alimentar, equivalência de estímulos**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

JOGO DE TABULEIRO EDUCATIVO NO ENSINO DE LEITURA E ESCRITA A DEFICIENTES INTELECTUAIS. *Andressa Tripiana Barbosa (Faculdade UNICAMPO, Campo Mourão) e Silvia Regina de Souza (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Programa de Mestrado em Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina - Pr)*

Esta apresentação versa sobre a aprendizagem de leitura e escrita a deficientes intelectuais por meio de um jogo de tabuleiro educativo. Os deficientes intelectuais apresentam dificuldades no aprendizado acadêmico, no entanto, para a Análise do Comportamento, qualquer indivíduo é capaz de aprender desde que o procedimento empregado seja eficaz. Os jogos têm sido utilizados como recurso, contribuindo para a aprendizagem, mas mesmo assim, ainda é pouco utilizado como ferramenta para o ensino. Considerando-se as possibilidades de contribuição dos jogos para a aprendizagem e a necessidade de serem desenvolvidas novas estratégias para o ensino de leitura e de escrita, este trabalho teve por objetivo avaliar o efeito de um jogo de tabuleiro para o ensino de leitura e de escrita a deficientes intelectuais. Participaram seis indivíduos com deficiência intelectual sendo que três deles frequentam uma escola do Ensino Regular e os outros três uma escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, ambas no noroeste do Paraná. Inicialmente, realizou-se um Pré-teste para avaliar o conhecimento dos participantes quanto às relações entre palavra impressa e palavra falada, entre palavra falada e conjunto de sílabas (CRMTS), entre palavra falada e escrita manuscrita e entre palavra impressa e figura. Logo após iniciou-se a intervenção (em média 13,3 sessões) empregando-se para isso de um jogo de tabuleiro educativo. A cada duas sessões, foi realizada uma sonda, com estrutura semelhante ao Pré-teste. Após um mês, realizou-se uma sessão de Seguimento. Os resultados mostraram um aumento na porcentagem de palavras corretamente nomeadas, de sílabas corretamente selecionadas, de emparelhamentos corretos e de sílabas das palavras de ensino e de generalização corretamente escritas. Apesar do aumento observado, a variabilidade no desempenho observada e o fato de alguns participantes mostrarem melhora antes do início da intervenção sugere a necessidade de novas investigações.

Apoio financeiro/Bolsa: **Bolsa Produtividade Fundação Araucária para Silvia Regina de Souza**

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **Equivalência de estímulos, jogos educativos, leitura e escrita**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

PERCEBENDO O MOVIMENTO FACIAL: UMA APLICAÇÃO DA TÉCNICA DE MORPHING PARA AVALIAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE EXPRESSÕES FACIAIS. *Nelson Torro Alves (Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Neurociência Cognitiva e Comportamento, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB)*

Frequentes críticas tem sido dirigidas ao uso de expressões faciais estáticas em estudos do reconhecimento emocional. Comparativamente, faces dinâmicas mostram-se mais próximas das condições reais de interação social, tendendo a apresentar maior validade ecológica. A influência do movimento sobre a percepção e o reconhecimento de emoções faciais tem sido investigada por uma diversidade de métodos e técnicas de pesquisa. Através de técnicas de eletromiografia facial, por exemplo, observa-se que expressões faciais dinâmicas tendem a promover respostas de mímica facial mais intensas nos observadores em comparação com expressões estáticas. Métodos de neuroimagem funcional têm mostrado que faces dinâmicas induzem padrões mais generalizados de ativação cerebral. Em estudos de respostas comportamentais, o movimento facial parece favorecer o reconhecimento das emoções faciais ou pelo menos afetar os padrões de julgamento dos observadores. Neste simpósio, serão discutidos alguns dos recentes achados do campo e apresentada uma aplicação da técnica de morphing para a produção de faces dinâmicas. Através da técnica de morphing, podem ser geradas faces com intensidades intermediárias entre, por exemplo, uma face neutra e uma face emocionalmente expressiva, compondo contínuos emocionais que avançam em um determinado número de passos (p. ex. 1%, 10% ou 25%). Em um estudo realizado pelo grupo de pesquisa, foram produzidas expressões faciais dinâmicas a partir de sequências de *morphings*, que iniciavam em 1% e aumentavam em passos de 1% até as expressões com 25, 50 e 75% da máxima emoção. Os resultados indicaram haver uma vantagem para o reconhecimento de emoções em expressões faciais dinâmicas, mas que todavia está relacionado à categoria e à intensidade da emoção. Com relação ao tipo da emoção, constatou-se que as expressões dinâmicas de medo e alegria foram reconhecidas com maior precisão que as equivalentes estáticas, enquanto não houve diferenças entre o reconhecimento de expressões estáticas e dinâmicas de tristeza e raiva. Isso indica que a adição de movimento não beneficia da mesma maneira o reconhecimento de todas as emoções, mas varia de acordo com a sua classificação. O movimento se mostrou benéfico no reconhecimento das emoções sutis, ou seja, aquelas com valores equivalentes a 25% da máxima intensidade. Isso indica que a presença ou ausência do movimento pode não afetar o reconhecimento de expressões faciais intensas. Integrando os resultados do estudo com achados recentes da literatura, verifica-se que expressões faciais dinâmicas tendem a favorecer o reconhecimento das emoções, o que fornece suporte à hipótese de que estímulos dinâmicos teriam maior validade ecológica e maior adequação à pesquisa com emoções.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq, PIBIC/UFPB/CNPq.**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Expressões Faciais, Emoção, Percepção**

Área da Psicologia: **PERC - Percepção e Psicofísica**

DESEMPENHOS EM RECONHECER FACES ALEGRES E TRISTES NOS HEMICAMPOS VISUAIS POR MEIO DE DOIS PROCEDIMENTOS PSICOFÍSICOS. *Sérgio S. Fukusima (Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo)*

Assimetrias funcionais entre os hemisférios cerebrais têm sido evidenciadas a partir dos relatos de Broca sobre as deficiências de produção da fala de um paciente neurológico no séc. XIX, e mais sistematicamente, nas investigações de Sperry e Gazzaniga de meados do séc. XX com pacientes comissurotomizados. Ao focar o processamento de informações emocionais, ao menos duas hipóteses norteiam as pesquisas sobre sua lateralização cerebral. A primeira, a hipótese do hemisfério direito, declara que o hemisfério cerebral direito é superior no processamento de todas as informações emocionais que o hemisfério cerebral esquerdo; a segunda, a hipótese das valências, declara que o hemisfério cerebral direito é superior para processar as informações de emoções negativas, e o hemisfério cerebral esquerdo, as positivas. Controvérsias sobre essas duas posições teóricas ainda persistem e novas hipóteses têm sido formuladas. Embora existam técnicas avançadas de produção de imagens funcionais do cérebro para investigar esse tema, ainda não é exceção buscar evidências dessas assimetrias por meio de métodos psicofísicos; em específico, nas investigações sobre reconhecimento de expressões faciais de emoções. Com objetivo de acrescentar novas informações para esse debate, evidências a partir de duas variantes de apresentações taquistoscópicas de expressões de faces alegres e tristes nos hemicampos visuais laterais por procedimentos psicofísicos são ilustradas. Esses procedimentos se fundamentam em determinar e analisar os parâmetros das curvas psicométricas ajustadas a curvas acumuladas normais para discriminar as faces emocionais moduladas por *morphing* das faces neutras. No primeiro procedimento explorou-se o fenômeno visual de pós-efeito da adaptação a uma face alegre ou triste nos hemicampos visuais direito e esquerdo sobre uma face neutra. No segundo procedimento explorou-se o desempenho em discriminar faces alegres ou tristes em relação a faces neutras nos hemicampos visuais direito e esquerdo pelo método de escolhas forçadas em dois intervalos sucessivos. Resultados do primeiro procedimento evidenciaram que o pós-efeito das faces emocionais sobre as faces neutras correspondem à emoção oposta ao da face adaptada nos hemicampos visuais dos participantes femininos, porém, o pós-efeito da face triste adaptada no hemicampo visual esquerdo dos participantes masculinos foi inusitado, pois correspondeu à mesma emoção da face adaptada. O segundo procedimento gerou desempenhos similares de reconhecimento das faces emocionais nos hemicampos visuais direito e esquerdo, porém, participantes femininos apresentaram menores taxas de lapso no reconhecimento de faces emocionais que os participantes masculinos. Conclui-se que o acesso aos processos de lateralização no reconhecimento de faces alegres e tristes, dependendo do fenômeno visual e da tarefa psicofísica em foco para gerar as evidências continua controverso. Além disso, devido a diferenças de desempenho dos participantes masculinos e femininos sugere-se que a variável sexo ou gênero dos participantes deve ser relevado ao se investigar o reconhecimento de expressões faciais de emoções.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq e CAPES**



Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Assimetria cerebral, Expressões Faciais, Percepção**

Área da Psicologia: **PERC - Percepção e Psicofísica**

EFEITO DE FACES EXPRESSANDO EMOÇÕES SOBRE OS PROCESSOS AUTOMÁTICOS E VOLUNTÁRIOS EM TAREFAS DE CONFLITO. Luiz G. Gawryszewski (PPG em Neurociências, Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ)

O método da Cronometria Mental tem sido largamente usado para o estudo das operações mentais envolvidas com a realização de tarefas cognitivas em humanos. Medindo-se as latências para executar respostas a estímulos de acordo com instruções recebidas, é possível testar experimentalmente os modelos propostos e correlacioná-los com os resultados obtidos empregando-se métodos funcionais de imageamento cerebral e de registro eletrofisiológico da atividade cerebral. Os efeitos da compatibilidade estímulo-resposta têm contribuído para estudar a interação entre processos voluntários (explícitos) e automáticos (implícitos). Por exemplo, a resposta a um estímulo visual que pode ocorrer à direita ou à esquerda do ponto de fixação é mais rápida quando o voluntário deve pressionar uma tecla localizada no mesmo lado do estímulo do que quando a instrução é responder com a tecla localizada no lado oposto ao do estímulo. Nesse último caso, o voluntário deve inibir a resposta usual (pressionar a tecla no mesmo lado) para executar a resposta correta, pressionando a tecla oposta. Na tarefa de Simon, a resposta é determinada pela forma ou cor do estímulo e não pela sua posição com a tela oposta. Todavia, existe um processamento implícito da posição do estímulo de modo que quando existe uma correspondência espacial entre os lados do estímulo e da resposta, esta é mais rápida do que quando eles estão localizados em lados opostos. Vários estudos mostraram que a valência afetiva dos estímulos visuais provoca reações de aproximação (dos estímulos positivos) e de afastamento (dos negativos). Neste simpósio, descreveremos metodologias que têm permitido o estudo da interação entre os efeitos gerados pela compatibilidade espacial e pela valência afetiva de estímulos visuais. Observou-se que os estímulos com valência inata (faces expressando alegria ou medo) ou adquirida (times de futebol preferido ou rival) influenciam as latências das respostas manuais. Quando os estímulos têm valência positiva, a resposta realizada com a tecla localizada no mesmo lado do estímulo (reação de aproximação) é mais rápida do que quando a tecla e o estímulo estão localizados em lados opostos. Por outro lado, quando os estímulos têm valência negativa, a resposta realizada com a tecla localizada no lado oposto ao do estímulo (reação de afastamento) é mais rápida do que quando a tecla e o estímulo estão localizados no mesmo lado. Esta metodologia para estudo da interação ação-emoção está sendo empregada com sucesso para o estudo comportamental e funcional de pacientes apresentando Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A simplicidade e o baixo custo deste método comportamental indica que ele pode contribuir para o diagnóstico e o acompanhamento do tratamento de outros transtornos mentais.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq, CAPES, FAPERJ, PIBIC/UFF/CNPq, PROPPi-UFF, PIBITI/UFF/CNPq**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Faces, Processos automáticos, Emoção**

Área da Psicologia: **PERC - Percepção e Psicofísica**

CLASSES FUNCIONAIS E CLASSES DE EQUIVALÊNCIA AVALIADAS APÓS TREINO DE DISCRIMINAÇÕES SIMPLES COM RESPOSTAS DIFERENCIAIS EM CRIANÇAS. *Daniela de Souza Canovas, Paula Debert (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, INCT-ECCE)*

O presente estudo procurou investigar se um procedimento de discriminações simples, com respostas diferenciais produziria classes funcionais e classes de equivalência em crianças pré-escolares. Onze crianças com idades entre 3 anos e 8 meses e 5 anos e 2 meses participaram do estudo. As crianças foram divididas em duas condições experimentais que diferiam apenas quanto à topografia das respostas empregadas durante o treino. Na Condição 1, as respostas envolviam o uso do teclado e do mouse do computador e, na Condição 2, as respostas diferenciais consistiam em diferentes respostas motoras (gestos). Nas duas condições, a Resposta 1 (R1) era reforçada apenas quando emitida na presença de A1, B1 e C1, enquanto a Resposta 2 (R2) era reforçada apenas na presença de A2, B2 e C2. A seguir, uma nova resposta era treinada na presença de um estímulo de cada classe (A1-R3 e A2-R4). Após aprendizagem das novas discriminações, foram conduzidos Testes de transferência de função para verificar se as novas respostas seriam emitidas diante dos demais estímulos das classes (B1-R3, C1-R3, B2-R4, C2-R4). As crianças que formaram classes funcionais foram expostas aos Testes de relações condicionais emergentes (AB, BC, BA, CB, AC e CA) por meio do procedimento go/no-go com estímulos compostos. Neste procedimento, a cada tentativa era apresentado um estímulo composto (duas figuras lado a lado) e a tarefa da criança era responder ou não responder diante de cada estímulo. O responder indicativo da formação de classes de equivalência seria observado se as crianças respondessem em compostos formados por estímulos de uma mesma classe funcional e não respondessem em compostos por estímulos de diferentes classes. Em relação à aprendizagem das discriminações, os resultados mostraram que na Condição 1 quatro crianças apresentaram alguns padrões de erros e atingiram o critério de aprendizagem apenas após repetição de algumas das fases de treino. As crianças expostas à Condição 2 aprenderam rapidamente as discriminações e apresentaram poucos erros. Em relação à formação de classes, os resultados mostraram que na Condição 1, em que as respostas eram mover o mouse ou clicar, nenhuma das cinco crianças apresentou responder consistente com a formação de classes funcionais. Na Condição 2, em que as respostas motoras eram gestos, três das seis crianças apresentaram formação de classes funcionais e de equivalência. Os resultados demonstraram que o emprego de respostas diferenciais que possuem topografia similar e/ou envolvem o uso de um mesmo operandum dificultaram a aprendizagem das discriminações e produziram padrões de erros. Ao contrário, o emprego do procedimento de discriminações com respostas diferenciais que consistiam em gestos, produziu aprendizagem rápida e resultados de formação de classes para algumas das crianças. Os resultados sugerem que não apenas o delineamento e a sequência do procedimento podem influenciar na aprendizagem de discriminações com poucos erros e emergência de novas relações, mas o arranjo e a topografia das respostas empregadas no treino pode ser uma variável relevante.



Apoio financeiro/Bolsa: **Bolsa de Doutorado Fapesp para a primeira autora e Financiamento CNPq e FAPESP (para o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino INCT-ECCE)**

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **classes funcionais, classes de equivalência, discriminação simples.**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

EFEITOS DE PROCEDIMENTO BLOCADO NA APRENDIZAGEM DE DISCRIMINAÇÕES SIMPLES E LEARNING SET EM CRIANÇAS PEQUENAS

Lidia Maria Marson Postalli (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, INCT-ECCE), Daniela de Souza Canovas (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, INCT-ECCE) e Deisy das Graças de Souza (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, INCT-ECCE)

O presente estudo investigou os efeitos de uma adaptação do procedimento bloqueado na aprendizagem de reversões de discriminações simples em crianças com 2 anos de idade. No procedimento bloqueado, tentativas consecutivas de um mesmo estímulo modelo são apresentadas para aumentar a probabilidade do responder sob o controle do estímulo comparação correto. Alguns estudos da literatura investigaram adaptações do procedimento bloqueado para discriminações simples e os resultados sugerem que o procedimento é efetivo para produzir desempenhos em discriminações simples intercaladas (duas ou mais discriminações em uma mesma sessão), em crianças, com pequeno número de erros. O presente estudo consiste em uma replicação sistemática de um experimento que utilizou o procedimento de discriminações simples simultâneas e reversões repetidas com crianças na faixa etária de quatro anos. Participaram do presente estudo três crianças. Foram realizadas algumas alterações de procedimento para estabelecer passos mais graduais de aprendizagem e facilitar a aprendizagem das discriminações por parte das crianças na faixa etária de dois anos, por exemplo, o ensino inicial de duas discriminações e reversões separadas e, posteriormente, intercaladas em uma mesma sessão (em vez de três discriminações, como no estudo original). Na primeira fase de reversões repetidas também foram apresentados dois pares de estímulos e, além disso, a cada reversão eram apresentadas sessões com tentativas consecutivas de cada discriminação (procedimento bloqueado). Dessa forma, inicialmente, os participantes foram expostos ao treino de discriminação simples com dois pares de estímulos em sessões separadas. Em seguida, os dois pares de estímulos (A e B) foram apresentados na mesma sessão. Após atingir o critério, as crianças foram expostas a reversões repetidas com os pares A e B. Dois dos três participantes foram expostos ao procedimento bloqueado (tentativas consecutivas de cada discriminação) até critério e, em seguida a sessões que apresentaram as discriminações em uma sequência aleatória. Os resultados demonstraram que o procedimento bloqueado foi efetivo em produzir aprendizagem das discriminações iniciais, porém, quando empregado ao longo de reversões repetidas das contingências, as crianças apresentaram número crescente de erros. A mesma sequência experimental foi realizada com três pares adicionais de estímulos (C, D, e E) em que os três participantes foram expostos ao ensino sem o procedimento bloqueado. Os resultados indicaram que todas as crianças aprenderam discriminações e mostraram diminuições no número de sessões para atingir os critérios de aprendizagem. Verificou-se efeitos de learning set ao longo da exposição ao ensino de discriminações com diferentes pares de estímulos e reversões repetidas. Os resultados sugerem que, em combinação com outras variáveis motivacionais e de procedimento, o ensino bloqueado pode não funcionar como um procedimento sem erro.



Apoio financeiro/Bolsa: **Bolsas de Mestrado (FAPESP #04/13001-6) e de Doutorado (FAPESP #07/00119-7)** para a primeira autora e apoio do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE)

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **discriminação simples, learning set, crianças.**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

RESPONDER POR EXCLUSÃO: IMPLICAÇÕES PARA A APRENDIZAGEM DE SUBSTANTIVOS E ADJETIVOS. *Tamiris Poletini Gallano***, *Thaís Arantes Ribeiro***, *Deisy das Graças de Souza (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, INCT-ECCE)*

O responder por exclusão tem sido descrito na literatura da Análise do Comportamento como a seleção imediata de um item novo (estímulo de comparação indefinido) entre itens familiares (estímulos definidos) na presença de um estímulo modelo também novo. Esse padrão de seleção é altamente provável em determinadas situações e dados de estudos prévios sugerem que esse pode estar na origem da aprendizagem de novas palavras. Uma pergunta importante é se uma única oportunidade de relacionar um item novo a um nome novo é suficiente para a aprendizagem da relação entre eles. Estudos com crianças e universitários mostraram que a aprendizagem só ocorre depois de várias oportunidades. O presente estudo teve como objetivo investigar se crianças de 24 a 29 meses respondem por exclusão quando são apresentadas relações auditivo-visuais envolvendo substantivos e adjetivos, e se aprendem essas relações após uma, quatro, sete ou 10 exposições a tentativas de exclusão. A tarefa experimental, realizada por 14 crianças, envolveu tentativas de emparelhamento auditivo-visual aplicadas por meio de um computador portátil. O procedimento foi dividido em duas condições experimentais: Condição Substantivo e Condição Adjetivo. Seis participantes foram expostos primeiramente à Condição Substantivo e depois à Condição Adjetivo. Para os outros oito participantes a ordem de apresentação das condições foi inversa. Em cada condição, os participantes foram expostos a uma etapa de estabelecimento de linha de base com a apresentação de nomes definidos e figuras definidas (fotos de objetos na Condição Substantivo e fotos de fantoche com diferentes expressões faciais na Condição Adjetivo). Em seguida, os participantes foram expostos à etapa de sondas de exclusão e de aprendizagem para duas relações em cada condição. A aprendizagem de cada relação foi testada após uma, quatro, sete e 10 exposições às tentativas de exclusão por meio da apresentação de três tipos de sondas de aprendizagem. Os participantes selecionaram o estímulo de comparação correto (S+) em 98% e 96% das tentativas de exclusão nas Condições Substantivo e Adjetivo, respectivamente. Quatro participantes aprenderam (responderam para o estímulo correto nos três tipos de sonda de aprendizagem) ao menos uma das relações após uma tentativa de exclusão. Oito participantes aprenderam ao menos uma das relações com mais de uma tentativa de exclusão. Em relação às sondas de aprendizagem foi observada maior frequência de respostas para S+ na tentativa Tipo 1, que investigava se o participante seria capaz de selecionar o mesmo estímulo visual indefinido selecionado na tentativa de exclusão, com a diferença de que agora havia na matriz de escolha uma figura indefinida mais nova. Concluiu-se que crianças com idade entre 24 e 29 meses respondem por exclusão e que aprendem parcialmente as relações auditivo-visuais. Novos estudos devem investigar em quais contextos se pode falar em aprendizagem após uma única tentativa de exclusão.

Apoio financeiro/Bolsa: **Bolsa de Mestrado-FAPESP e Bolsa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq-UFSCar**

Nível do trabalho: **Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)**



Palavras-chave: **responder por exclusão, crianças pequenas, substantivos.**
Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

CAPACITAÇÃO DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA PARA DESENVOLVER O COMPORTAMENTO “ESTUDAR TEXTOS EM CONTEXTO ACADÊMICO”. *Nádia Kienen (Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR)*
*Gislayne de S. Carvalho** (Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR)*
*Valquiria M. Gonçalves** (Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR).*

Muitos estudantes ingressam no ensino superior com repertório de comportamentos de estudar incompatível com as exigências desse nível de ensino. Ainda que o comportamento de estudar seja requerido ao longo de toda a vida, raramente torna-se objeto de estudo e de intervenção em si mesmo. Estudar é um processo comportamental complexo, constituído por diversos outros comportamentos menos complexos (pré-requisitos). A descoberta dos comportamentos pré-requisito do estudar é condição para que esses possam ser desenvolvidos. O objetivo deste trabalho foi construir um programa de capacitação para desenvolver comportamentos constituintes do “estudar textos em contexto acadêmico” que pudesse ser aplicado em estudantes de graduação em Psicologia. A construção desse programa foi feita com base na seleção de comportamentos sistematizados em um diagrama de decomposição que continha 619 comportamentos constituintes do “estudar textos em contexto acadêmico”, os quais foram derivados a partir de livros e artigos científicos sobre comportamento de estudo. Esses comportamentos estavam organizados a partir das relações de complexidade existentes entre eles (relações de pré-requisito), formando uma espécie de mapa de ensino. Dentre as categorias gerais de comportamentos constantes nesse mapa de ensino, foram selecionados, para a construção do programa, comportamentos relativos a: planejar processo de estudo, gerir o ambiente físico de estudo, gerir o tempo de forma eficaz, ler textos funcionalmente, elaborar esquemas ou resumos que sintetizem as principais informações estudadas, aprimorar o desempenho de estudo dentro da sala de aula, automonitorar-se no processo de estudo e manter a motivação durante o processo de aprendizagem. Essas categorias foram consideradas como organizadoras para os módulos de aprendizagem a serem desenvolvidos com os estudantes. Após a definição dos módulos, os comportamentos constituintes de cada uma dessas categorias foram organizados em uma sequência de aprendizagem considerando os seguintes critérios: do mais simples ao mais complexo, por sequência de interesse e que permitissem prática do trabalho completo. Após o sequenciamento, foram estabelecidas as contingências de ensino a serem dispostas aos estudantes para que cada um desses comportamentos possa ser desenvolvido, envolvendo especificação de três aspectos: atividades de ensino, respostas esperadas do aprendiz e consequências a serem fornecidas em função das respostas por eles apresentadas. As contingências de ensino estão sendo planejadas de acordo com os princípios básicos da programação de ensino: pequenos passos, resposta ativa, ritmo individual, verificação imediata e teste de avaliação. Os módulos programados serão aplicados em 13 encontros presenciais de duas horas com um grupo de aproximadamente 10 estudantes de primeiro e segundo anos de graduação em psicologia de uma universidade pública. A avaliação da eficiência do programa será feita por meio de realização de entrevistas, de aplicação de inventário de competências de estudo e de escala de estratégias de leitura antes e após a capacitação.



Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Comportamento de Estudar; Ensino superior; Programação de ensino.**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

PROESTUDO/UFSCAR: PRODUÇÃO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE O ESTUDAR E OS PROCESSOS DE ORIENTAÇÃO E REORIENTAÇÃO PROFISSIONAL. *Angela Bernardo de Lorena (Universidade Federal de São Carlos)*

O ProEstudo - Programa de Capacitação Discente para o Estudo – está inserido num conjunto de atividades da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), desde 1998, que tem como objetivo auxiliar estudantes a aperfeiçoarem seu repertório comportamental de estudo. Ao longo destes anos, várias ações e tecnologias foram desenvolvidas para essa finalidade, dentre elas: 1. Agenda do Aluno; 2. Palestras expositivas sobre o estudar; 3. Materiais gráficos como folders informativos e marcadores de páginas com dicas de estudo; 4. Um site e uma página em uma rede social com todas as informações dos serviços oferecidos; 5. Oficinas com temas diretamente ligados a um bom desempenho no estudo (Local de Estudo, Uso de Agenda como Recurso Facilitador do Estudo, Trabalho em Grupo, Apresentação Oral; Planejamento da Sessão de Estudos e Oficina de Redação); 6. Jogo do Eu Estudando – um recurso lúdico com tarefas e dicas sobre o comportamento de estudar; 7. Grupo AHA – material facilitador para grupos com autogestão para melhorar repertórios acadêmicos; 8. IARE – instrumento para avaliar repertórios específicos de estudo, em processo de validação. O ProEstudo mantém, ainda, o Balcão de Orientações de estudo, onde ocorrem atendimentos individualizados para auxiliar estudantes a identificarem sua maneira de estudar e, assim, melhorar o rendimento durante os estudos. A Orientação Profissional foi iniciada no ProEstudo em 2010, com o objetivo de auxiliar indivíduos que se encontravam tanto em situação de primeira escolha profissional, quanto na situação de reescolha de novas profissões; havia uma demanda de estudantes que já estavam cursando a faculdade, mas demonstram alguma insatisfação com o curso escolhido o que, em alguns casos, parece refletir no desempenho ou rendimento destes alunos, apresentando dificuldades nas atividades ligadas ao curso escolhido. Uma das tecnologias geradas a partir do conhecimento produzido com a implementação da orientação profissional e da experiência acumulada no processo de orientação de estudantes universitários em relação a aprimoramento de repertórios de estudo, foi um instrumento voltado para a identificação de possíveis necessidades de rever escolhas profissionais de universitários, em particular, permitindo diferenciar tais necessidades daquelas que são habitualmente atendidas no programa de orientação de estudos. Outra contribuição, foi a proposição do formato individual para atendimento de orientação e reorientação profissional, tornando o programa mais curto do que o modelo em grupo, originalmente proposto por Moura (2004). Este novo formato já foi testado com alguns participantes, atingindo os mesmos resultados do formato em grupo. Será exposto nesta apresentação, o instrumento elaborado para identificação de reorientação profissional versus orientação de estudo e também o formato proposto para atendimento individual em orientação profissional, com resultados preliminares das intervenções já realizadas.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **estudar; orientação profissional; orientação de estudos**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

APRESENTAÇÃO DE UM MATERIAL AUTOINSTRUCIONAL PARA FORMAÇÃO DE AGENTES FAVORECEDORES DE COMPORTAMENTO DE ESTUDO. *Danila Secolim Coser (Universidade Federal de São Carlos e Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino - UNIFAE – São João da Boa Vista/SP) Ana Lucia Cortegoso (Universidade Federal de São Carlos)*

Ainda que as dificuldades escolares estejam vinculadas a diferentes tipos de variáveis, problemas para alcançar um rendimento escolar satisfatório podem estar na ausência de comportamentos de estudos adequados ou seja, o comportamento de estudar pode ser relacionado à aprendizagem eficaz e à prevenção ou superação de dificuldades escolares. O envolvimento dos pais, e de adultos em geral, com as atividades acadêmicas de crianças é fator importante para que condições de estudo adequadas sejam estabelecidas o mais cedo possível na vida escolar, evitando que esta aprendizagem ocorra ao acaso, por tentativa e erro e controle coercitivo. Com base na teoria da análise do comportamento e da tecnologia de ensino denominada “programação de ensino” é possível o desenvolvimento de materiais programados individualizados para formação de adultos como agentes favorecedores do comportamento de estudos de crianças. Na programação de ensino, o programador deve ser capaz de selecionar, definir e propor os comportamentos de interesse que seu aluno precisa aprender, bem como definir, preparar e implementar condições para que essa aprendizagem ocorra. O presente estudo tem por objetivo apresentar o material instrucional de ensino individualizado, elaborado com a tecnologia da programação de ensino, para formação de pais como agente favorecedores do comportamento de estudo de crianças. Na primeira parte do estudo foram identificados 610 objetivos de ensino, que organizados, deram origem a uma proposta de formação por meio de um material instrucional individual. São características deste material: livro programado individualizado – material escrito a ser utilizado pelo aprendiz - agente favorecedor de comportamentos de estudo; apresentação de informações e atividades sobre os diferentes objetivos de ensino, a fim de promover aprendizagem do aprendiz, distribuídos em XV módulos, utilizando textos, figuras ou outras formas de ilustrações, dependendo da informação ou atividade programada para aprendizagem; e apresentação da estratégia para avaliar aprendizagem desenvolvida no decorrer do programa de ensino por meio de personagens fictícios (crianças, em contato com um responsável, aprendendo a programar o estudar –um menino e uma menina tendo como responsáveis mães e outras situações – pais, babás, avós etc.). O programa visa, ainda, a participação ativa dos aprendizes em cada unidade de aprendizagem; exigências em pequenos passos; consequências informativas para cada passo ou etapa realizados pelo aprendiz (feedback); e condições de ensino apropriadas às características de aprendizagem de cada aluno sendo uma ferramenta importante de ensino de responsáveis por crianças em idade escolar.

Apoio financeiro/Bolsa: CNPQ

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **Programação de ensino, formação de pais, material instrucional individual.**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

APRENDIZAGEM DE VOCABULÁRIO POR BEBÊS COM PROCEDIMENTOS DE ENSINO COMBINADOS DE PAREAMENTO ENTRE ESTÍMULOS E SELEÇÃO PELO MODELO. *Naiara Minto de Sousa, Christiana Gonçalves Meira de Almeida**, Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)*

A aquisição de vocabulário pelos bebês está vinculada às práticas da comunidade verbal na qual eles vivem. A análise desta aquisição destaca uma das práticas: a apresentação simultânea de um estímulo auditivo e de um estímulo visual saliente. Tecnicamente, o procedimento, usual no cotidiano dos bebês, é denominado pareamento estímulo visual-estímulo auditivo/PVA ou pareamento ostensivo. Considera-se que este pode ser um dos processos envolvidos na aprendizagem de comportamento de ouvinte por bebês. O presente trabalho discutiu duas pesquisas (E1/E2) sobre o efeito facilitador da exposição ao PVA para a aprendizagem de relações auditivo-visuais, quando a técnica de ensino é o procedimento de seleção-pelo-modelo/MTS (matching-to-sample). Participaram duas meninas, com 17 meses e desenvolvimento típico. Os procedimentos foram realizados na creche (E1) ou na casa (E2) das participantes. Em E1 foram utilizadas doze pseudônimos de duas sílabas combinados a doze fotografias de animais exóticos. Os estímulos formavam quatro conjuntos compostos por três relações auditivo-visuais, um conjunto por vez passava pela sequência dos procedimentos: pré-teste de nomeação, PVA e MTS simultâneo auditivo-visual, este último repetido até ocorrer aprendizagem das relações do conjunto. A quantidade de PVA variou entre os conjuntos de 14 a 59 pareamentos por relação. O critério de aprendizagem era de 100% de acertos em seis tentativas. No experimento E2 foram utilizados oito bonecos confeccionados em diversos materiais e quatro pseudônimos. Os estímulos foram organizados em quatro classes, cada uma contendo três elementos: um pseudônimo (A) e dois objetos com similaridade física (B e B'). Foram ensinadas quatro relações pseudônimo-objeto (AB), primeiramente em PVA (21 a 25 pareamentos por relação). Seguiu-se o treino em MTS com dois estímulos comparação de duas relações AB até ocorrer aprendizagem. Posteriormente, testavam-se as relações entre os mesmos nomes e objetos com similaridade física (AB'). O critério de aprendizagem era de três acertos para cada relação em sessões de oito tentativas. Os resultados de E1 mostraram redução progressiva da quantidade de sessões de ensino para aprendizagem das relações pseudônimo-foto, para cada conjunto de estímulos, com aprendizagem imediata das relações do quarto conjunto e a emissão de vocalizações espontâneas por parte da bebê (emergência de comportamento de falante). Em E2, a participante aprendeu todas as relações AB em, no máximo, duas sessões e, em seguida, sem apresentar erros, alcançou critério de aprendizagem para todas as relações AB'. Os resultados de ambos os experimentos indicaram a efetividade da combinação dos procedimentos PVA/MTS para a aprendizagem rápida de comportamento de ouvinte. Observou-se, ainda, a emergência espontânea de comportamento de falante (E1) e extensão do repertório de ouvinte para objetos similares sem ensino direto (E2). Considera-se que a combinação dos procedimentos PVA/MTS pode contribuir para a homologia dos processos envolvidos na aquisição de comportamento de ouvinte em ambiente experimental e



natural e consequente desenvolvimento de tecnologia de ensino de vocabulário para esta população, justificando a importância de investigações adicionais sobre esta combinação de procedimentos para ensino de vocabulário para crianças pequenas.

Apoio financeiro/Bolsa: **FAPESP/CAPES/INCT-ECCE**

Nível do trabalho: **Doutorado - D**

Palavras-chave: **seleção pelo modelo, pareamento entre estímulos, bebês.**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

APRENDIZAGEM DE VOCABULÁRIO POR CRIANÇAS PEQUENAS EM PROCEDIMENTOS DE LEITURA COMPARTILHADA. *Andréia Schmidt (Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

Pesquisas indicam que a leitura compartilhada de histórias é uma prática importante para a ampliação de vocabulário em crianças pequenas. Apesar dos resultados positivos produzidos pela grande maioria desses estudos, verifica-se grande variabilidade nos seus dados, o que aponta para a necessidade de se avaliar criticamente os procedimentos adotados e as direções a serem seguidas em pesquisas nessa área. De modo geral, os estudos podem ser categorizados em relação à situação de leitura (individual versus em grupo), ao tipo de palavra apresentada (de uso corrente no vocabulário versus pseudopalavras) e em relação ao tipo de livro empregado (comercial versus produzido com controle sobre variáveis específicas). Os estudos conduzidos em situação natural de sala de aula (em situação de leitura em grupo, com palavras de uso corrente e sem controle sobre o número de repetições das palavras e do contexto de sua apresentação) apresentam, de modo geral, resultados muito positivos, com a aprendizagem de seis a 20 palavras novas, com número reduzido de leituras (entre uma e três leituras). Em tais pesquisas, porém, problemas de controle experimental são frequentemente identificados (e.g., condições de apresentação da história e ausência de controle sobre o contato dos participantes com as palavras novas em contexto extra-classe). O objetivo deste trabalho é discutir dois estudos sobre os efeitos da leitura compartilhada como procedimento para ensino incidental de vocabulário para crianças pequenas, conduzidos em situação individual, com livros especialmente criados para a situação de pesquisa e que empregavam pseudopalavras. Os participantes foram 12 crianças no Estudo 1 e 10 crianças no Estudo 2, todas com idade de 3 anos e que frequentavam creches. Em ambos os estudos, um livro não comercial ilustrado foi lido individualmente e por três vezes consecutivas para as crianças. No Estudo 1, o livro apresentava dois pseudosubstantivos, que se referiam a objetos construídos de sucata e que apareciam nas ilustrações da história; no Estudo 2, quatro pseudosubstantivos e suas respectivas figuras foram apresentados. Sondagens de aprendizagem indicaram que as crianças demonstram aprendizagem de forma mais consistente na situação em que duas novas palavras foram apresentadas no livro (Estudo 1). No entanto, no Estudo 2, a situação experimental permitiu sondar diferentes níveis de aprendizagem a partir da exposição da criança à história, que foram desde o reconhecimento de que a pseudopalavra e sua figura correspondente apareceram na história, até a possibilidade de nomear a figura do objeto desconhecido ou dizer sua função. Concluiu-se que a exposição à leitura compartilhada de histórias produz aprendizagem de novas palavras nas crianças, mas os dados do Estudo 2 sugeriram que essa aprendizagem pode ocorrer em diferentes níveis, o que confirma a ideia de que a familiaridade da criança com uma nova palavra se dá em um contínuo, que pode envolver uma série de desempenhos distintos e diferentes em complexidade.

Apoio financeiro/Bolsa: **INCT-ECCE**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**



Palavras-chave: **leitura compartilhada de histórias, aprendizagem de relações nome-figura, crianças.**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

APRENDIZAGEM DE VOCABULÁRIO POR BEBÊS EM PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO PELO MODELO E DE RESPONDER POR EXCLUSÃO.

*Christiana Gonçalves Meira de Almeida**; Natália Maria Sertori**; Alessandra Corne Canosa**; Grazielle Thomasinho de Aguiar**; Leylanne Martins Ribeiro de Souza**; Maria Stella Coutinho de Alcântara Gil (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)*

Um desafio na produção de tecnologias de ensino de vocabulário para crianças é o desenvolvimento de procedimentos eficientes. No procedimento clássico de seleção pelo modelo (matching-to-sample/MTS), a apresentação de um estímulo modelo condiciona a seleção de um determinado estímulo de comparação entre outros disponíveis para o participante. Este procedimento no ensino de relações condicionais entre estímulos pode expor o participante a erros. No procedimento de MTS empregado para verificar o responder por exclusão, há o estabelecimento de relações de linha de base com estímulos familiares e a realização de sondas nas quais é apresentado um estímulo modelo desconhecido diante de objeto(s) familiar (es) e um objeto desconhecido; a escolha do objeto desconhecido perante o estímulo modelo desconhecido documenta o responder por exclusão. Nas sondas de exclusão, é possível observar a ocorrência de pareamentos arbitrários logo na primeira escolha. O exame dos procedimentos e resultados de estudos que adotaram estes procedimentos com bebês pode contribuir para o incremento das pesquisas na proposição de uma tecnologia de ensino de vocabulário. O presente trabalho visou analisar procedimentos de ensino de relações auditivo-visuais de um conjunto de pesquisas. Foram destacados dois estudos com crianças entre 13 a 36 meses de idade, frequentadoras de uma creche, com desenvolvimento típico e risco de atraso para o desenvolvimento. O estudo A foi realizado com dois experimentos: MTS clássico para ensino de relações auditivo-visuais com estímulos arbitrários (três participantes) e com estímulos familiares (quatro participantes); o critério de aprendizagem foi de seis respostas corretas em oito tentativas, desde que os dois erros não ocorressem na mesma relação. O estudo B empregou MTS para verificar o responder por exclusão (19 participantes), com um critério de aprendizagem de 100% de acerto ou quatro acertos em cinco tentativas para a linha de base. Nos procedimentos de MTS empregavam-se palavras faladas pela experimentadora como modelo (auditivo) e dois ou três estímulos visuais como comparação (brinquedos industrializados ou especialmente confeccionados). Como resultado, observou-se que no estudo A, foram necessárias 73 tentativas para o alcance do critério de aprendizagem de discriminações condicionais auditivo-visuais arbitrárias por um bebê, enquanto os outros dois participantes não atingiram critério em mais de 80 tentativas. No procedimento de ensino de discriminações condicionais com estímulos familiares, quatro bebês alcançaram o critério em, no máximo, 16 tentativas. No estudo B, sobre o responder por exclusão, os 19 participantes aprenderam as relações de linha de base em até 22 tentativas e todos responderam por exclusão. Destes, oito aprenderam a relação palavra/objeto desconhecidos com até três tentativas nas sondas de aprendizagem. Assim, o procedimento de exclusão possibilitou aos bebês aprenderem relações condicionais entre estímulos modelo/comparação arbitrários com um número



menor de tentativas do que em procedimentos de MTS clássico com estímulos arbitrários. Os dados sobre o responder por exclusão demonstraram economia de tempo no estabelecimento do comportamento de ouvinte por bebês, além de diminuir a chance de erro, tornando a tarefa gradualmente complexa, o que sustenta a utilização deste tipo de procedimento para o ensino de vocabulário para bebês, para além de procedimentos tradicionais de seleção pelo modelo.

Apoio financeiro/Bolsa: **CAPES/CNPq/INCT-ECCE**

Nível do trabalho: **Mestrado - M**

Palavras-chave: **seleção pelo modelo, responder por exclusão, bebês.**

Área da Psicologia: **AEC - Análise Experimental do Comportamento**

PROCEDIMENTO DESENHO DA FAMÍLIA COM ESTÓRIAS: DESATANDO NÓS E FORTALECENDO LAÇOS NO PSICODIAGNÓSTICO INTERVENTIVO. *Martha Franco Diniz Hueb (Curso de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Uberaba, MG)*

O objetivo do presente estudo foi verificar em Registros Documentais de Psicodiagnóstico Interventivo em uma clínica-escola, a utilização do Procedimento do Desenho da Família com Estórias (DF-E) como facilitador do acesso a angústias de crianças com perturbações emocionais. A psicanálise aponta que a família, estrutura responsável pela transmissão e inserção da criança na cultura, constitui-se em um espaço fundamental para a troca afetiva e a transmissão simbólica, no entanto, há de se destacar mudanças importantes na organização e funcionamento familiar na sociedade contemporânea. Evidencia-se na atualidade, um número crescente de famílias monoparentais, matrifocais, patrifocais, mosaicos, além da emergência das homoafetivas, dentre outras configurações, fatores esses de influência na constituição psicológica dos indivíduos assim como nos vínculos estabelecidos entre seus membros. Neste contexto o Psicodiagnóstico Interventivo vem se mostrando como uma abordagem interessante em saúde mental. Ao mesmo tempo em que se propõe avaliar, visa fornecer elementos para desvelar o significado das manifestações psíquicas, ao intervir utilizando-se de técnicas sustentadas na projeção, dentre elas o DF-E. Este, uma prática clínica de investigação de personalidade, tem como objetivo apreender a natureza dos objetos internos, em particular das imagens maternas, paternas e fraternas dos indivíduos, com foco em especial na qualidade dos vínculos estabelecidos entre eles. Solicita-se ao indivíduo a elaboração de quatro desenhos, o primeiro deles o de uma família qualquer, seguido do de uma família que gostaria de ter, depois de uma família em que alguém não está bem e finalmente o da própria família. Após a realização de cada desenho, a pessoa é convidada a contar uma história sobre ele, a qual é seguida de esclarecimentos que o psicólogo achar necessário, finalizando-se com a solicitação de um título, o que se constitui numa unidade de produção. As quatro unidades de produção tem como propósito explicitar e acolher aspectos inconscientes, relacionados aos pontos mais sensíveis da personalidade, evidenciando os focos nodais e os sistemas determinantes do examinando. Ao proceder-se uma busca nos arquivos da clínica-escola da UFTM localizou-se 42 Registros Documentais na abordagem do Psicodiagnóstico Interventivo supervisionados pela autora entre os anos de 2012 e 2014, sendo que em 28 desses, utilizou-se da referida técnica. Embora diferentes queixas fossem apresentadas na entrevista inicial pelos responsáveis, quando da busca pela avaliação/intervenção com crianças na faixa etária entre seis e 12 anos de idade, essas foram associadas a dificuldades na dinâmica familiar, o que levou a optar pela aplicação do DF-E. Após uma minuciosa análise vertical e horizontal dos Registros Documentais, constatou-se que o DF-E facilitou o acesso imediato do estagiário a emoções que surgiam sem controle e compreensão para os pacientes, facilitando-lhes acolher, compreender, intervir e aliviar angústias cumprindo com o objetivo do Processo Psicodiagnóstico Interventivo. Sessões de follow up realizadas após um mês do término do Psicodiagnóstico, com 15 dos referidos pacientes, apontou o sucesso da intervenção



com a referida técnica. Destaca-se a relevância do DF-E, principalmente com pacientes de clínicas-escolas, as quais em sua maioria apresenta grande demanda de pessoas que necessitam de intervenções breves e urgentes.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Psicodiagnóstico Interventivo, Desenho Estória, Família.**

Área da Psicologia: **AVAL - Avaliação Psicológica**

REPRESENTAÇÕES FAMILIARES OBSERVADAS EM MÃES PRIMIGESTAS A PARTIR DOS DADOS DO DESENHO DA FAMÍLIA COM ESTÓRIA. *Paulo Francisco de Castro (Departamento de Psicologia - Universidade de Taubaté - SP e Curso de Psicologia da Universidade de Guarulhos - SP), Yasmin Caramel Zehuri (Departamento de Psicologia - Universidade de Taubaté - SP)*

O objetivo do presente estudo foi caracterizar a representação da família e das relações familiares em mulheres na condição de mães primigestas a partir do Desenho da Família com Estórias - DF-E. Nos estudos em psicologia da família, conhecer as relações que são estabelecidas entre os membros que compõem a unidade familiar, é de extrema importância para que se possa identificar os componentes psíquicos envolvidos nesse intrínseco relacionamento. O nascimento de filhos pode alterar as representações que o indivíduo tem de si mesmo e dos outros elementos dentro da constituição familiar. Participaram do estudo de caso cinco mulheres, mães primigestas, com idades entre 20 e 30 anos, com escolaridade superior incompleta ou completa, com filhos com idade entre 2 e 9 meses. Todas foram submetidas ao DF-E, de acordo com as especificações técnicas do procedimento, elaborando quatro unidades de produção gráfica e temática, sendo uma família qualquer; uma família que gostaria de ter; uma família que alguém não está bem e a sua família, seguida de título e inquérito. Os dados mais incidentes são os seguintes: Atitude de aceitação do papel de mãe (N=16) que revela as necessidades e preocupações com aceitação e condutas positivas diante da família; integração de personagens analisadas como figura fraterna (ou outros) positiva (N=16), indicando que a representação simbólica dos componentes familiares avaliada pelas mães é positiva, cooperativa e integrada; sentimentos derivados do instinto de vida (N=15), interpretados como construtivos; quase totalidade de impulsos amorosos e instinto de vida (N=19 cada um) que pode estar associado a uma visão produtiva e de crescimento das relações familiares que são simbolizadas com afetos de aproximação e cuidado; presença de ansiedade do tipo depressiva (n=18) que leva a uma busca de integração e de resolução de dificuldades de forma integradora e articulada e variedade de mecanismos de defesa, que indica que as mães que constituíram a investigação utilizam-se de diversas formas para elaborar as situações desencadeadas pelos contatos familiares. Cabe um apontamento em relação do desenho que trata de uma família onde alguém não está bem, observam-se atitudes de oposição e insegurança, instintos derivados do conflito, o que indica que as mães podem representar mais dificuldades de articulação de seus conteúdos psíquicos diante de uma situação familiar negativa. Por fim, observa-se que o DF-E constitui-se como importante recurso para avaliar as representações familiares e que as mães com um filho tendem a simbolizar a família de forma produtiva e afetuosa, com sentimentos positivos e construtivos. Como os dados aqui expostos referem-se aos dados das cinco mulheres que participaram do estudo dos casos apresentados, investigações mais amplas são necessárias no caso de generalização das informações.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Parentalidade. Representação Familiar. Avaliação Psicológica**

Área da Psicologia: **AVAL - Avaliação Psicológica**

O PROCEDIMENTO DE DESENHOS DE FAMÍLIAS COM ESTÓRIAS EM ADOLESCENTES MÃES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A DINÂMICA DAS RELAÇÕES. *Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo (Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo); Gislaïne Passarini Ricardo (Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo); e Paula Miura (Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo)*

O DF-E se constitui em procedimento válido para a abordagem inicial, panorâmica e extensiva das constantes mais significativas tanto da dinâmica familiar quando das relações existentes no seio da família, ou seja, das forças e conjuntos de forças presentes no ambiente familiar que tocam diretamente o examinando, descritas segundo seu ponto de vista. O DF-E é válido para a compreensão das constantes do funcionamento mental do examinando, que se referem a conflitos e perturbações psíquicas, relacionados ou não a determinantes familiares. Muitas vezes, registram-se nele formas de percepção, introjeção e relacionamento com figuras significativas do ambiente familiar no processo de desenvolvimento e maturação do indivíduo, incluindo-se os objetos primários. A aplicação do DF-E no contexto do estudo psicológico auxilia a liberação da comunicação em aspectos importantes do mundo interno. É composto por quatro Unidades de Produção, quando se são solicitados os desenhos de uma família qualquer; a família que você gostaria de ter; uma família em que há alguém que não está bem; e a sua família, seguidos de histórias e títulos. Esse conjunto das quatro unidades de produção do DF-E compreende uma composição unitária, sendo que os critérios de interpretação contam, na prática, com o referencial psicanalítico e com a experiência clínica do profissional. O DF-E apresenta ainda um potencial de expressão e comunicação, com procedimento clínico. Nessa apresentação serão discutidos o uso do procedimento em cinco adolescentes grávidas ou que já vivenciaram a maternidade. Vale destacar que todos os procedimentos éticos foram adotados. O material foi analisado junto das entrevistas iniciais, observando-se basicamente a falta e a carência de figuras de identificação. A família qualquer em geral é a de origem, e os filhos (esperados) ou pequenos representam uma continuidade e essas adolescentes se ressentem da dificuldade de assumir a maternagem. O DF-E expressa ainda sensações de abandono e carências vividas e a necessidade de acolhida e maternagem para elas mesmas. Os desenhos muitas vês denotam essa imaturidade e as associações confirmam as faltas e o abandono. A busca da maternidade pode, assim, representar um projeto, ou a tentativa de se sentirem mais completas. Ficaram claras as dificuldades de favorecerem o crescimento e o sentimentos de que os filhos tem ou terão vida própria. Os dados obtidos refletem a necessidade de acolhida e tratamento, para que as adolescentes possam se desenvolver, e ao mesmo tempo, possam assumir a maternagem.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Maternagem, Adolescentes, Família, Desenhos Estórias, Avaliação Psicológica.**

Área da Psicologia: **AVAL - Avaliação Psicológica**

ATIVIDADES LÚDICAS CONDUZIDAS PELA EDUCADORA E A SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA NA CRECHE. *Edna Maria Marturano, Amanda Trivellato Ferreira, Marlene de Cássia Trivellato Ferreira e Carina Bonome de Figueiredo Pontoglio (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

A creche é espaço privilegiado de socialização e o educador tem papel relevante nesse processo. Dois estudos avaliaram uma intervenção para promover a socialização no contexto da creche, por meio de atividades lúdicas mediadas por uma educadora. O pressuposto principal dessa intervenção é que o desenvolvimento de capacidades emergentes pode ser favorecido com mediação apropriada na zona de desenvolvimento proximal, conforme a concepção vygotskiana. O objetivo do primeiro estudo foi verificar se a exposição da criança à intervenção favorece sua participação em brincadeiras e interações. Participaram 12 crianças (nove meninos), com idade entre 22 e 26 meses. Foram realizadas 20 sessões, três vezes por semana. Em uma sessão típica, as crianças e a educadora se sentavam no chão em círculo; um tema de interesse era introduzido por meio de estória, seguida de atividade lúdica musical apoiada em modelação e instrução. Seguiu-se brincadeira ou dramatização envolvendo interações entre as crianças, como revezamento, permuta de brinquedo, dar e seguir modelo. Antes e depois da intervenção, as crianças foram observadas em atividade livre. Uma observadora familiar às crianças registrava os comportamentos, em rodízio, focalizando cada criança por dois minutos. Os registros foram analisados quanto à participação em brincadeira (solitária, paralela, associativa e cooperativa) e quanto ao comportamento socialmente orientado. As medidas pré e pós-intervenção foram comparadas por meio do teste de Wilcoxon. As interações amigáveis entre as crianças aumentaram e houve aumento da brincadeira paralela e da brincadeira associativa. No segundo estudo procurou-se verificar a aplicabilidade do programa a crianças de 3 a 4 anos. Participaram 20 crianças (13 meninos) com idades entre 36 e 46 meses. A intervenção foi desenvolvida em 20 sessões, duas vezes por semana. Antes e depois da intervenção as crianças foram observadas e filmadas durante em atividade livre. A transcrição das filmagens era completada com o registro da observadora. As brincadeiras foram categorizadas como no primeiro estudo e os comportamentos classificados como gregário, comunicação amigável com ou sem foco no brinquedo e comunicação hostil com ou sem foco no brinquedo. Dois juízes fizeram a categorização e os desacordos foram resolvidos por consenso. Os dados obtidos nos dois períodos foram comparados por meio do teste de Wilcoxon. Nos resultados, aumentou o tempo em brincadeira conjunta (soma de brincadeira associativa e brincadeira cooperativa). As interações amigáveis aumentaram e as hostis diminuíram. Os estudos sugerem a efetividade das atividades lúdicas mediadas pelo adulto na socialização das crianças de 2 e 3 anos. As mudanças observadas refletem tendências de desenvolvimento e são compatíveis com a noção de que o adulto, agindo na zona do desenvolvimento proximal, propicia experiências guiadas, por meio das quais um desenvolvimento potencial se atualiza em desenvolvimento real, ampliando o repertório das crianças para interações positivas e participação em brincadeira social. Enfatiza-se a possibilidade de instrumentar o



educador com recursos que ele possa mobilizar no dia a dia da creche, para promover interações amigáveis entre as crianças. Estudo de seguimento com grupo de comparação não exposto ao programa é necessário para confirmar os resultados e verificar sua permanência.

Apoio financeiro/Bolsa: **CNPq**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **brincadeira; pré-escolar; promoção do desenvolvimento**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**



PROMOVENDO INTERAÇÕES SOCIAIS POSITIVAS NA ESCOLA: AVALIAÇÃO DO PROMOVE PAIS, PROFESSORES E CRIANÇAS. *Alessandra Turini Bolsoni-Silva (Departamento de Psicologia – Faculdade de Ciências - UNESP, Bauru, SP)*

Estudos apontam que problemas de comportamento em crianças e habilidades sociais educativas parentais e de professores são variáveis diretamente relacionadas. O manejo pouco efetivo dos pais e professores pode favorecer problemas de comportamento e falhas no desenvolvimento de comportamentos sociais e comunicativos da criança. Há também indicadores de que crianças com satisfatório repertório de habilidades sociais têm menos problemas de comportamento. Quando a família e a escola estimulam comportamentos socialmente habilidosos por meio de disciplina consistente, interação positiva e supervisão, parecem favorecer o desenvolvimento social e cognitivo. Nesta exposição se apresenta o programa PROMOVE, para promoção de interações sociais positivas entre crianças e adolescentes e seus pais/professores, em três versões: para pais, professores e crianças. O PROMOVE versão pais é aplicado em aproximadamente 14 sessões. Foi testado em três estudos: (1) com 15 mães de pré-escolares, em grupos, com medidas de pré e pós-teste; (2) com três mães de adolescentes com problemas de internalização e externalização, em modalidade individual de tratamento, com medidas de pré-teste, pós-teste e seguimento; (3) junto a quatro mães de escolares com problemas exclusivamente internalizantes, também na modalidade individual, com medidas de linha de base, pré-teste, pós-teste e seguimento. O PROMOVE versão professores, adaptação da versão pais, foi aplicado com cinco professoras que avaliaram 57 escolares antes e depois da intervenção, havendo medidas de relato e observação em sala de aula. O PROMOVE versão crianças compreende oito sessões. Foi aplicado por uma psicóloga em dois grupos de cinco crianças com problemas de internalização e externalização em casa e na escola; houve avaliações de linha de base, pré e pós-teste e seguimento, com medidas de relato e observação em ambos os ambientes. Todos os participantes foram contatados e avaliados via escolas e os atendimentos ocorreram nas escolas, nas residências ou na clínica escola da universidade conforme disponibilidade dos participantes. Os resultados indicaram que: (a) o PROMOVE pais foi eficaz, independente da modalidade de atendimento, na promoção de práticas positivas de interação, redução de práticas negativas, ampliação de habilidades sociais infantis e diminuição de problemas de comportamento tanto internalizantes quanto externalizantes, com resultados que se mantiveram após seis meses; (b) com o PROMOVE professor, as professoras aumentaram as práticas positivas de interação, reduziram as negativas, as crianças ampliaram estatisticamente as suas habilidades sociais e o número de crianças indicadas como tendo problemas de comportamento diminuiu; (c) a intervenção com as crianças garantiu aumento estatisticamente significativo de suas habilidades sociais e redução de comportamentos problema, na presença da terapeuta; os resultados foram generalizados para os ambientes escolar e familiar, com redução estatisticamente significativa dos indicadores de problemas de comportamento, ainda que nem todas as crianças tenham obtido escore não clínico no pós-teste. Estudos futuros devem ampliar o número de participantes, garantir controle



experimental com distribuição aleatória e combinar diferentes tratamentos (por exemplo crianças e familiares; crianças e professores; pais e professores) de forma a constatar quais procedimentos, se aplicados sozinhos ou combinados, são mais eficazes e efetivos para promover interações sociais positivas e reduzir problemas de comportamento. Palavras-chave: desenvolvimento, habilidades sociais, habilidades sociais educativas parentais,

práticas educativas, prevenção de problemas de comportamento.

Apoio financeiro/Bolsa: **Fapesp, CNPq**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **habilidades sociais, habilidades sociais educativas parentais, prevenção de problemas de comportamento**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**



PROFESSORES AUXILIAM CRIANÇAS NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS EM AMBIENTE ESCOLAR. *Luciana Carla dos Santos Elias (Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

No decorrer do desenvolvimento, novas e diferentes tarefas devem ser enfrentadas e cumpridas, promovendo sua continuidade de maneira saudável. Dentre as tarefas centrais na meninice temos o desempenho acadêmico, os relacionamentos sociais e a capacidade de seguir regras. Sabe-se que quando não cumpridas essas tarefas, pode instalar-se uma situação de risco. Contrários a fatores de risco salientes na meninice existem os fatores de proteção que podem pertencer ao próprio indivíduo como ao ambiente com o qual interage. Dentro dos fatores de proteção pertencentes ao ambiente, a família e a escola desempenham papéis importantes; já com relação aos pertencentes à própria criança as habilidades sociais (HS) merecem destaque. A literatura aponta que a aquisição de HS na infância pode se constituir em um fator de proteção, estabelecido à medida que o comportamento socialmente habilidoso favorece a obtenção de reforçadores sociais importantes. O termo HS se aplica às diferentes classes de comportamentos sociais do repertório de um indivíduo e devem colaborar para a resolução de problemas imediatos e redução da ocorrência de problemas futuros. Entre essas, as habilidades de solução de problemas interpessoais (HSPI) são a ênfase deste trabalho. Acredita-se serem de extrema relevância trabalhos junto a professores que possam auxiliá-los a resolver e reduzir problemas interpessoais em sala de aula, que parecem frequentemente associados ao baixo rendimento acadêmico e problemas comportamentais dos alunos e sentimentos de frustração dos professores. Diante desse contexto tem-se como objetivo apresentar estudos que tiveram como objetivo (a) treinar professores para desenvolver HSPI junto a seus alunos por meio de um programa traduzido e adaptado ao nosso contexto; (b) desenvolver e testar um programa para o desenvolvimento de HSPI em crianças no ambiente escolar; (c) treinar professores no uso do programa desenvolvido em nosso contexto, verificando as diferentes associações com desempenho acadêmico e problemas de comportamento. Os participantes dos diferentes estudos foram professores, alunos e pais da rede pública de ensino de diferentes escolas de uma cidade do interior paulista. As avaliações e intervenções sempre ocorreram nas escolas. Os resultados dos três conjuntos de estudos foram promissores. No primeiro, verificou-se que as crianças aumentaram suas HS e reduziram seus problemas de comportamento, ao passo que as professoras mostraram-se mais motivadas e assertivas dentro de sala de aula frente a situações de problemas interpessoais. No segundo, a elaboração do programa e o teste em forma de piloto mostraram-se efetivos. No terceiro estudo, de implementação do programa brasileiro em escolas públicas, as crianças sinalizaram um maior repertório em diferentes classes de HS, entre elas as HSPI, reduziram problemas de comportamento e melhoraram seu desempenho acadêmico verificado através do relato da professora e em avaliação direta com as crianças. Vale dizer que nesse último conjunto de estudos as crianças foram avaliadas em três momentos, sinalizando a manutenção dos ganhos, o que não ocorreu com os grupos controle. Os resultados encontrados até aqui são significativos e apontam



para a importância de trabalhos junto a escolas como forma de proteção ao desenvolvimento.

Apoio financeiro/Bolsa: **FAPESP**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **habilidades sociais, desempenho acadêmico, problemas de comportamento**

Área da Psicologia: **DES - Psicologia do Desenvolvimento**



DISTRIBUIR OS IMPRESSOS PARA MULTIPLICAR AS IDEIAS: A REFORMA DOS COSTUMES POR MEIO DA PALAVRA ESCRITA. *Raquel Martins de Assis (Programa de Pós-Graduação em Educação: conhecimento e inclusão social - Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG)*

A partir do século XVIII, inicia-se um momento da história da leitura marcado pelo crescimento da produção de livros e difusão dos impressos. Nessa época, os periódicos são entendidos como novos e importantes meios de comunicação graças ao papel educacional que a palavra escrita poderia exercer na sociedade como fonte de ilustração e instrução e como instrumento para “mudar a mentalidade das pessoas comuns”. Além dos livros, jornais e revistas se tornaram veículos utilizados para a difusão de diversos saberes, entre eles, as ideias sobre o ser humano e as faculdades de sua alma. No Brasil, o uso da imprensa como meio educativo foi um fenômeno importante no século XIX quando as Tipografias foram liberadas pela Coroa Portuguesa. Nesse movimento, D. Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana/MG de 1844 a 1975, utilizou-se da imprensa como estratégia para concretizar uma reforma dos costumes da sociedade mineira. De acordo com o religioso, os mineiros eram suficientemente instruídos, mas não eram bem formados nas virtudes. Desse modo, era imperioso que a leitura capaz de formar as virtudes humanas começasse a se espalhar e para isso, o bispo e seus colaboradores começaram a formar uma rede de distribuição de obras e impressos produzidos pela Tipografia Episcopal. Entre os impressos, publicaram a *Selecta Catholica* (1846-1847), jornal cuja finalidade era educar os costumes da população local, e o *Esqueleto das faculdades da alma e origens das ideias* (1847), pequeno compêndio de psicologia escrito por João Antônio dos Santos. A partir da análise dessas obras divulgadas pela Tipografia, vemos que o grupo liderado por D. Viçoso se fundamentava na noção de homem político, herdada das tradições segundo as quais é impossível a separação entre a dimensão individual, social e metafísica do ser humano, já que as pessoas são os órgãos que formam o corpo social cristão. Como um microcosmo da sociedade, o ser humano é entendido como uma inteligência servida por órgãos. Ao tratar da psicologia das faculdades da alma como parte da natureza humana, discute-se a relação entre inteligência e sensibilidade, concebendo a inteligência como formada pela consciência, vontade e entendimento. A consciência é a inteligência que se dá conta do eu, aproximando-se do espiritualismo eclético bastante divulgado no país. A vontade é a inteligência que se põe em movimento para aderir ao bem ou ao mal e o entendimento é a instância responsável pela compreensão dos aspectos metafísicos e espirituais. Um dos aspectos centrais da educação propiciada pelos impressos era multiplicar as ideias virtuosas de modo que elas contribuíssem para cultivo dessas faculdades propiciando o seu adequado equilíbrio com a sensibilidade e com as paixões. Desse modo, por meio da leitura dos impressos acreditava-se ser possível modificar e dirigir as faculdades da alma para o aperfeiçoamento do ser humano, alcançando todas as suas dimensões e promovendo a saúde que se expressaria no cuidado de si mesmo.

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **saberes psicológicos; faculdades da alma; cultura brasileira.**

Área da Psicologia: **HIST - História em Psicologia**



CUIDADO E CURA DO ÂNIMO PELA PALAVRA: A ORATÓRIA DE VIEIRA NA TRADIÇÃO DE CÍCERO, SÊNECA E AGOSTINHO. *Marina Massimi (Departamento de Psicologia. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto/SP)*

O objetivo da comunicação é discutir as matrizes teóricas da concepção vieiriana da palavra como instrumento da Medicina do Animo e evidenciar suas relações com o universo de saberes psicológicos e com o universo da psicologia clínica moderna. Por Medicina do Animo entende-se aquele âmbito que se ocupa da saúde integral da psique e do corpo criado por uma convergência de diversos gêneros de conhecimento (notadamente filosofia, medicina, retórica e espiritualidade) na cultura ocidental a partir da antiguidade e que se desenvolveu numa longa duração temporal até a Idade Moderna. Na presente pesquisa, através do método da história conceitual, são evidenciados na leitura dos sermões de Vieira alguns tópicos recorrentes que se referem ao tema da palavra e sua função terapêutica e é estabelecida a relação entre esses tópicos e o universo cultural a que Vieira se inspira, especificamente a tradição cultural a que pertence: a Companhia de Jesus. Os resultados apontam pelo fato de que a função da oratória como instrumento da Medicina do animo na perspectiva apresentada por Antonio Vieira em sua obra sermônica inspira-se numa tradição mais antigas cujos pilares são autores como Cícero, Sêneca e Agostinho. Aponta-se que estes autores foram apropriados pela Companhia de Jesus e propostos para a formação de seus membros nos Colégios, desde o século XVI. Segunda a referida tradição, o cuidado do animo, entendido como a prática de uma vida regrada pelo exercício da sabedoria e a cura dos desequilíbrios anímicos e das enfermidades decorrentes, é confiado à palavra ordenada conforme os preceitos da retórica, que por sua vez articula-se com a psicologia filosófica. Com efeito, a palavra retoricamente disposta deve realizar três funções principais: deleitar, mover, ensinar. Para tanto, deve mobilizar as funções psíquicas, desde os sentidos aos afetos, até as funções cognitivas e volitivas. Em suma, a eficácia da palavra depende da capacidade de lograr efeitos nos ouvintes pela mobilização do psiquismo. Neste sentido, existe uma correlação profunda entre a prática retórica e os saberes psicológicos propostos pela filosofia, pela medicina, pela teologia. Evidencia-se como diversos autores contemporâneos, como M. Foucault, P. Courcelle, P. Hadot, M. Carruthers, L. Bolzoni, têm recentemente discutido a importância desta correlação no que diz respeito ao conhecimento da pessoa e das funções psíquicas e das práticas de cuidado e cura de si mesmo. Por fim evidencia-se como a oratória sagrada constitui-se num verdadeiro laboratório da eficácia da palavra, cujos resultados serão precursores do uso terapêutico da palavra próprio da psicopatologia e da psicologia clínica nos séculos XIX e XX.

Apoio financeiro/Bolsa: **Bolsa de Produtividade em Pesquisa 1A CNPQ**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Oratória e palavra; cuidado e cura do animo; saberes psicológicos na cultura brasileira**

Área da Psicologia: **HIST - História em Psicologia**

A FENOMENOLOGIA DA VOZ E DA PALAVRA NA ORATÓRIA SACRA: DA PRODUÇÃO DAS MARAVILHAS AO CUIDADO DE SI. *Márcio Luiz Fernandes (Programa de Pós-Graduação em Teologia. Grupo de Pesquisa: Religiosidade e Processos de Subjetivação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba/PR).*

Os volumes dos sermões elaborados pelo teólogo e pregador jesuíta Antonio Vieira (1608-1697) eram acompanhados – conforme a tradição das edições europeias do século XVI e XVII - por dois índices cujo estudo merece maior atenção. O primeiro índice era um glossário com frases e pequenos trechos de sermões selecionados pelo próprio pregador como as ‘coisas mais notáveis’ e o segundo era um índice relacionado aos principais lugares da Escritura citados pelo pregador. Na trilha das hipóteses de pesquisa elaboradas por estudiosos como Verdelho e Pecora os índices representam um mapa de orientação, interpretação e retextualização dos sermões. A avaliação destes índices em termos qualitativos e quantitativos representa uma lacuna na pesquisa revelam estes pesquisadores. Os verbetes permitem uma aproximação ao contexto religioso, espiritual e teológico do século XVII, bem como ao universo cultural português. Neste sentido eles são um instrumento valioso para os estudiosos preocupados em fazer uma leitura que respeite as categorias próprias utilizadas tanto pelos sujeitos quanto pelas instituições culturais e religiosas da época. Podem-se individualizar na prática da pregação de Antonio Vieira os elementos nos quais transparece a tentativa tanto da descrição do mundo-da-vida quanto dos aspectos essenciais da estratificada estrutura da subjetividade humana. O exercício constante de exame de si mesmo e o peso de uma formação orientada a perscrutar os espaços da interioridade, leva o pregador a indicar as diferentes dimensões do ser humano mantendo o contraste entre superfície e profundidade. Assim, o objetivo do presente trabalho é apresentar a relação entre a voz – entendida aqui como escritura vivente – e a palavra do pregador sacro a partir da articulação entre alguns temas e entradas recorrentes nos índices como, por exemplo, o tema do “Sermão” articulado com as tópicas ‘língua’, ‘conhecimento’, ‘escrever’, ‘ignorância’, ‘voz’, ‘palavra’, ‘encarnação’, ‘atenção’. Os sermões são destinados ao anúncio, mas como dizia Vieira ‘sem a voz que os animava, mesmo ressuscitados são cadáveres’, por isso, resta-nos perguntar de que modo o sermão escrito poderá continuar a evocar a divina vox manifestada pela Revelação. Assim, o texto escrito, a voz do texto e o impacto de mover e deleitar o ouvinte são elementos fundamentais que caracterizam a teologia da pregação. A arte de pregar consiste na adequada leitura das Escrituras em estreita relação com as circunstâncias vividas. O sermão provoca no ouvinte a busca por si mesmo e convida o sujeito a ver com ‘atenção’ e avaliar o quanto está preso aos cuidados, paixões e afetos. Sublinha-se um percurso desde o pathos – como produção das maravilhas e desenganos – até a palavra da pregação que reacende no sujeito ou introduz o leitor no processo de conhecimento de si. A pesquisa realizada considera a unidade teológico-política e retórica dos sermões e utiliza do método da história conceitual e cultural e, desse modo, tenta aplicar as exigências metodológicas do modelo descritivo dos índices elaborado por Pecora com a finalidade de ampliar a compreensão da relação entre voz e palavra nos sermões vieirianos.



Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Teologia da Pregação; teologia e psicologia; saberes psicológicos na cultura brasileira**

Área da Psicologia: **HIST - História em Psicologia**

DIFERENÇAS RELIGIOSAS NAS ATITUDES E NO COMPORTAMENTO SEXUAL RELACIONADAS À PREVENÇÃO DE AIDS DE ADOLESCENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Maria Cristina Antunes (Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR), Vera Paiva (NEPAIDS– USP, São Paulo, SP), Grazielle Tagliamento (Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR), Ricardo Casco (NEPAIDS– USP, São Paulo, SP), Valéria N. Silva (NEPAIDS– USP, São Paulo, SP), Mauro N. Sanchez (UNB, Brasília, DF), Edgar Merchan- Hamann (UNB, Brasília, DF), Vera Costa (Depto DST/Aids - Ministério da Saúde, Brasília, DF)*

A epidemia da aids está aumentando especialmente entre os jovens de 15 a 25 anos. Em 2006 a taxa de detecção de casos de aids foi 7.7/100.00 e em 2012 aumentou para 11.8. Entretanto, observam-se falhas na distribuição de preservativos e programas de prevenção nas escolas, especialmente após o fortalecimento das bancadas religiosas nas esferas governamentais, que se utilizam de um discurso conservador que censura e restringe o desenvolvimento de programas de prevenção e diversidade sexual nas escolas. O Nepaids está desenvolvendo um estudo longitudinal entre adolescentes na região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, para avaliar a implantação de máquinas dispensadoras de preservativos em escolas de ensino médio. Este trabalho utilizará os dados da linha de base do estudo para descrever o comportamento sexual, uso de preservativos, crenças e atitudes relacionadas à prevenção da aids, comparando-se participantes de diferentes religiões. Foram aplicados questionários em 351 estudantes, de 14 a 19 anos, de escolas de ensino médio. Os pais ou responsáveis assinaram um termo de consentimento e os estudantes foram convidados para completar o questionário em um ‘palm top’, sobre: dados sócio demográficos, comportamento sexual, uso de preservativo, crenças e atitudes sobre prevenção de aids. Foram utilizados os testes de Qui-quadrado e Anova para analisar as diferenças entre as religiões (católica, protestante, outras, sem religião). A média de idade dos participantes foi 16.5 anos, 54% eram meninas, 39% se identificaram como pardos e 45% como brancos; 38% eram Católicos e 36% protestantes. Dos participantes, 47% tiveram relações sexuais. Na primeira relação sexual, a media de idade foi 14.3 anos, 37% fizeram sexo oral, 80% fizeram sexo vaginal, 7% fizeram sexo anal e 72% usou camisinha. A média de parceiros sexuais foi de 5.44, 47% teve relações sexuais nos últimos 12 meses e 74% usou camisinha na última relação. Comparando-se os dados dos jovens de diferentes religiões, observou-se que os católicos fizeram menos sexo oral (19%) e mais sexo vaginal (91%) na primeira relação. Os jovens sem religião utilizaram mais preservativo (84%) que jovens de outras. Os protestantes concordaram mais que: as mulheres tinham que casar para ter sexo (82%) e os homens também (74%); as mulheres não podem ter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo (71%) e os homens também (77%); proibição da masturbação masculina (46%) e feminina (50%); eles não estudariam com uma pessoa HIV+ (12%); eles não sabiam que era necessário checar a data de validade da camisinha e não sabiam como colocá-la (40%); eles ficariam envergonhados em comprar um preservativo (42%). Maior quantidade de diferenças significativas foram encontradas nas crenças e atitudes do que no



comportamento sexual, entre os grupos religiosos. Os adolescentes tem relações sexuais independentemente do discurso conservador que prega a abstinência, o sexo após o casamento e que é contra a distribuição de preservativos nas escolas. As falhas nos programas de prevenção são causados pela vulnerabilidade programática e pela resistência dos fundamentalistas religiosos. Os programas de prevenção precisam lidar com esses aspectos para reduzir a vulnerabilidade de adolescentes em relação à epidemia da aids.

Apoio financeiro/Bolsa: **Depto DST/AIDS - Ministério da Saúde; UNFPA; UNESCO; OPAS**

Nível do trabalho: **Pesquisador - P**

Palavras-chave: **Diversidade Religiosa, Prevenção de Aids, Jovens, Escola, Sexualidade**

Área da Psicologia: **SAÚDE - Psicologia da Saúde**

INTERVENÇÕES COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS PARA DEPRESSÃO EM PACIENTES COM DIABETES. *Maycoln Leôni Martins Teodoro, Priscila Ohno (Laboratório de Processos Cognitivos, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, MG)*

A depressão é um transtorno do humor que acarreta prejuízos em diferentes aspectos da vida social e cognitiva, sendo o impacto dessa doença especialmente relevante em pacientes crônicos, como os diabéticos. Há evidências de que cerca de 10 a 15% dos diabéticos apresentem sintomas depressivos durante o curso da doença. Pacientes com diabetes, seja do tipo 1 ou tipo 2, necessitam de um rigoroso plano de cuidado que envolve o aumento de exercícios físicos e atenção especial à alimentação, visando o controle glicêmico. Há evidências de que a presença de sintomas aumentados da depressão provoca um impacto negativo no controle metabólico dessa doença, dificultando o tratamento e diminuindo a qualidade de vida. Apesar dos processos causais ainda não terem sido claramente identificados, existe um consenso de que a interação entre fatores fisiológicos, cognitivos e sociais aumentam a vulnerabilidade cognitiva para depressão nesses pacientes. Visando a diminuição dos sintomas depressivos, foram elaborados alguns modelos de intervenção específicos para depressão em pacientes diabéticos que envolvem tanto aspectos de reestruturação cognitiva quanto de mudança comportamental. Alguns desses modelos tiveram sua eficácia testada e apresentaram considerável impacto na redução dos sintomas depressivos. No entanto, os resultados dessas intervenções na melhoria do controle glicêmico ainda não estão claros. O objetivo desse trabalho é apresentar as diferentes possibilidades de intervenção cognitivo-comportamental para a depressão em pacientes diabéticos e analisar os seus resultados em termos de eficácia. Pretende-se, além disso, apresentar um modelo de intervenção cognitivo-comportamental em grupo desenvolvido para essa população no Brasil. Nessa intervenção, delineada para o sistema público de saúde, buscou-se incorporar diversas estratégias de intervenção como a psicoeducação, a solução de problemas, o treinamento em habilidades sociais e a reestruturação cognitiva, visando a diminuição dos sintomas depressivos e o aumento da sociabilidade do paciente. A intervenção foi planejada para 12 sessões de 90 minutos divididas em quatro fases. A primeira, composta por duas sessões, tem por objetivo a formação de vínculo entre os membros do grupo e o levantamento de situações e vida estressoras dos pacientes. A segunda fase possui três sessões e introduz estratégias de mudança comportamentais e sociais na vida do diabético. A terceira fase possui cinco sessões e é focada na mudança cognitiva do paciente, principalmente naqueles pensamentos disfuncionais sobre o manejo da doença e competência do paciente. A última possui duas sessões e constitui-se no encerramento do processo psicoterápico, revisando o que foi discutido no grupo e ensinando estratégias para que o paciente seja seu próprio terapeuta. Pretende-se que essa intervenção auxilie tanto a diminuição dos sintomas depressivos quanto o controle glicêmico, aumentando a qualidade de vida dos pacientes com diabetes.

Bolsista produtividade CNPQ

Palavras-chave: depressão, diabetes, intervenção cognitivo-comportamental



Nível do Trabalho: Pesquisador
CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade;



TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL EM GRUPOS COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE SAÚDE EM ESCOLAS. *Carmem Beatriz Neufeld (Coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental – LaPICC, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia - DP da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP da Universidade de São Paulo - USP).*

A infância e a adolescência são momentos nos quais as aprendizagens de convivência social se generalizam e se solidificam. São períodos críticos para o aprendizado de habilidades sociais e o manejo de sentimentos como ansiedade, estresse, depressão e raiva. Estas habilidades colaboram para a competência social e o estabelecimento de relacionamentos interpessoais saudáveis. Estudos apontam que tais habilidades na infância e na adolescência têm relação com indicadores de funcionamento adaptativo, como responsabilidade, independência, cooperação e rendimento escolar. Os déficits nestas habilidades podem gerar relações sociais conflituosas, sintomas de ansiedade e depressão, acessos de raiva e atuarem como fatores de vulnerabilidade para o desenvolvimento de transtornos ao longo de todo o desenvolvimento. Atualmente diferentes áreas de atuação tem se beneficiado dos pressupostos tanto teóricos quanto técnicos da Terapia Cognitivo-Comportamental. Considerando os aspectos educativos da Terapia Cognitivo-Comportamental, esta tem se mostrado eficiente para intervenções tanto preventivas quanto de promoção de saúde em diferentes contextos. O âmbito educacional pode ser citado como um dos contextos a ser beneficiado por ações de promoção de saúde e de psicoeducação em Terapia Cognitivo-Comportamental, por ser esse um dos palcos do desenvolvimento de diferentes habilidades na criança e no adolescente, dentre elas a sociabilidade, o manejo e a expressão emocional. A infância e a adolescência podem ser identificadas como fases do desenvolvimento em que os indivíduos são especialmente vulneráveis, dadas as mudanças biológicas, cognitivas, emocionais e sociais. No intuito de fortalecer essas habilidades, intervenções de prevenção e promoção de saúde vêm sendo estimuladas e desenvolvidas. Considerando tais aspectos, o presente trabalho relata a experiência de implantação de programas, baseado em programas de Treinamento de Habilidades Sociais e programas de prevenção de ansiedade e depressão, em escola pública com alunos de diferentes faixas etárias, visando oferecer uma intervenção preventiva. Fazem parte das habilidades a serem desenvolvidas neste tipo de programa, que crianças e adolescentes sejam mais aptos a expressar seus sentimentos e a manejar a ansiedade, a tristeza, a raiva e o estresse, ouvir os colegas, iniciar e manter conversas, fazer e responder perguntas, além de comportamentos relacionados a se comunicar eficazmente com os colegas sem expressar agressividade, fazer pedidos e dar notícias a outras pessoas. As intervenções contam com o uso de diversas técnicas cognitivo-comportamentais, tais como: psicoeducação, conceitualização cognitiva, modelação, treino de empatia, treino de assertividade, manejo emocional e técnicas para a resolução de problemas. Os programas têm se mostrado como recursos efetivos para a aquisição de tais habilidades podendo servir como fator de proteção ao desenvolvimento de tais crianças e



adolescentes. Este tipo de intervenção é importante tanto por minimizar fatores de risco quanto por incrementar fatores de proteção ao desenvolvimento, podendo ser uma das intervenções a serem implementadas em contextos educacionais.

Bolsista Produtividade CNPq

Palavra-chave: Terapia Cognitivo-Comportamental em Grupos; Treinamento de habilidades sociais; Promoção de saúde em escolas.

P

CLIN

TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL PARA PACIENTES COM DOR CRÔNICA. *M. Cristina O.S. Miyazaki e Randolfo dos Santos Junior (Departamento de Psiquiatria e Psicologia Médica, Laboratório de Psicologia e Saúde e Mestrado em Psicologia e Saúde da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. Serviço de Psicologia do Hospital de Base)*

A avaliação e o manejo da dor crônica constituem importante foco de atenção, uma vez que esta é apontada como uma das principais causas de incapacidade e de procura por cuidados de saúde. A experiência individual com a dor depende da sua etiologia e do grau de desconforto experimentado. Além disso, emoções negativas como ansiedade, depressão e desesperança, podem interferir negativamente com o manejo da dor. Fatores protetores, como uma postura ativa frente ao problema, ou de vulnerabilidade, como a presença de ansiedade e depressão, podem ter um impacto importante sobre a percepção e impacto da dor sobre a vida do paciente. Assim, a dor crônica é atualmente compreendida como uma complexa interação entre fatores biológicos, cognitivos e comportamentais. O trabalho interdisciplinar para o seu manejo inclui hoje a Terapia Cognitivo-Comportamental, com vários estudos apoiando sua efetividade junto a esses pacientes. Com a introdução desse enfoque na avaliação e no tratamento, o foco deixou de ser a erradicação da dor e passou a ser ensinar pacientes a manejar sintomas e a recuperar uma qualidade de vida positiva. Será apresentado o trabalho do psicólogo cognitivo-comportamental que integra uma equipe interdisciplinar do Sistema Único de Saúde para manejo da dor, bem como as características dos pacientes atendidos. O perfil sócio-demográfico dos pacientes é semelhante ao encontrado em outros estudos, com predominância de dor crônica em mulheres, em pacientes com baixa escolaridade e afastados de suas atividades profissionais. Evidências apoiam a existência de diferenças na percepção e experiência da dor entre homens e mulheres, com o sexo feminino apresentando maior sensibilidade, menor limiar e menor tolerância que o masculino. Neste estudo, a maioria dos pacientes encontrava-se afastada do trabalho ou aposentada, dados compatíveis com a literatura, que aponta o alto custo pessoal e social da dor crônica. Desenvolver estratégias adequadas de prevenção e manejo da dor crônica é, portanto, fundamental. Estas estratégias devem incluir a identificação e o tratamento das comorbidades (ex. transtornos mentais) frequentemente associadas à dor, uma vez que os resultados do tratamento podem ficar prejudicados caso estas não sejam abordadas. Sintomas de depressão e de ansiedade foram identificados na maior parte dos pacientes e mostraram-se associados a pior qualidade de vida, tempo prolongado de convivência com a dor e maior intensidade dos níveis de dor. O atendimento cognitivo-comportamental é fornecido em grupos, cujas atividades incluem: informações sobre o programa, sobre a TCC e avaliação inicial; efeitos da dor sobre o funcionamento diário; exercícios de relaxamento; estratégias cognitivas com tarefas de casa; prática de atividade física; discussão sobre relacionamentos e suporte social; avaliação de atividades diárias e do humor; avaliação final e acompanhamento. Os dados indicam redução significativa de emoções negativas (ex. sintomas de depressão e de ansiedade) associadas à dor, bem como a percepção do grupo como uma importante fonte de



suporte social para os pacientes. Os dados são compatíveis com a extensa literatura apoiando a efetividade da Terapia Cognitivo-Comportamental como importante componente dos programas interdisciplinares para o manejo da dor crônica.

Bolsista Produtividade CNPq

Palavras-chave: Terapia Cognitivo-Comportamental; Dor crônica; Psicologia da Saúde.

P

SAÚDE

Sessão Coordenada 01 - **A AGRESSIVIDADE VISTA DE DIVERSOS PRISMAS**

COMPORTAMENTO AGRESSIVO. *Ricardo Kamizaki (Universidade Federal de Juiz de Fora)*

A raiva é uma das seis emoções básicas que é inerente a todos os mamíferos. Os fatores que podem engatilhá-la são interferência física, como o ato de ser prendido, não poder se locomover, a frustração, como não obter o objeto que deseja, ser ferido fisicamente ou psicologicamente, com insultos ou mesmo ser rejeitado. A raiva pode castigar e revidar, deflagrando o comportamento agressivo. McGuire & Troisi (1990) sugeriram que as pessoas podem apresentar estratégias comportamentais reagindo a diferentes causas que geriram a raiva como frustração, ameaça e rejeição. Assim embora essas causas sejam gatilhos para eliciar a raiva, o temperamento da pessoa pode mediar a intensidade que a raiva atuará, variando de raiva leve, aborrecimento até a fúria. A mensagem que a expressão facial raiva emite para o meio social é “afaste-se do meu caminho, pois posso te ferir!” Essa emoção é considerada a mais perigosa, pois a pessoa tomada pela raiva pode ferir seus semelhantes fisicamente e/ou psicologicamente. Os movimentos faciais dessa expressão podem ser resumidas em sobrancelhas unidas e baixas, olhos arregalados, pálpebras superiores pressionadas contra as sobrancelhas e os lábios apertados com força. A raiva percebida como isolada é rara. Geralmente esta é precedida pelo medo. Seja de perder o controle, seja da ameaça ou de perder algo precioso. A raiva pode vir precedida de repulsa ou aversão sobre a ameaça ou mesmo a pessoa pode ter vergonha ou culpa de si mesma por sentir raiva. Outra faceta da raiva é esconder a tristeza. Quando alguém nos rejeita imediatamente sentimos raiva de quem nos desvalorizou, porém após elaborarmos a perda, percebemos que essa pessoa que nos deixou é muito preciosa e passamos a sentir uma profunda tristeza por essa perda. O autoconhecimento pode auxiliar o indivíduo a tomar consciência das suas emoções. Assim este pode regular e refrear as reações, reavaliando a situação e ter um planejamento para ações posteriores a causa que eliciou a raiva, pois sem essa consciência, fatalmente este eliciará atitudes que irão trazer arrependimentos posteriormente. É óbvio que essa consciência da raiva não garante controle, mas oferece possibilidades de driblar os problemas, usando estratégias como contar até dez, jogar uma água no rosto, etc. As causas desses comportamentos são desconhecidas e levantam-se hipóteses que possam ser influenciadas pela educação, como pais que constantemente agrediram fisicamente a criança, estresse excessivo na infância, fatores genéticos, lesões cerebrais e/ou se são mediados pela atividade cerebral na região subcortical interagindo com o traço de personalidade. Em relação às prevenções desse comportamento, estudos demonstraram que a serotonina pode diminuir a agressividade. Além de estimularem a atividade cerebral e energizarem a pessoa, o consumo desses alimentos é bem visto para diminuição da agressividade e aumento da sensação de bem estar. Outra estratégia consiste em ter autoconhecimento (terapia) que pode auxiliar o indivíduo a tomar consciência das suas emoções. Assim este pode regular e refrear as reações, reavaliando a situação e ter um planejamento para ações posteriores às causas que eliciaram a raiva.

Processos Psicológicos Básicos

raiva, agressividade, emoções básicas

Pesquisador - P

OUTRA –

QUAL É A RELAÇÃO ENTRE INTELIGÊNCIA E CRIMINALIDADE? *José Aparecido da Silva - Departamento de Psicologia, Campus da USP-Ribeirão Preto, Beatriz Ferreira Neves- UniSEB, Ribeirão Preto*

Estudos recentes, analisando QI de 185 nações no mundo, com populações acima de 50 mil habitantes, e para 192 nações, com população acima de 40 mil habitantes, têm gerado um grande programa de pesquisa que mostra os QI (s) nacionais, significativa e substancialmente, correlacionados com uma ampla gama de fenômenos, nos quais se incluem aquisição educacional, desempenho educacional, funções cognitivas, renda per capita, crescimento econômico e várias outras variáveis sociais, políticas, de saúde, demográficas, geográficas e climáticas. Uma das variáveis que mais tem chamado a atenção na última década é o crime e sua conexão com a inteligência, inteligência, esta, refletida nos testes de QI. Neste contexto, cinco estudos revelaram que as correlações entre QI (s) nacionais e crime foram todas negativas, variando entre -0,21 e -0,82, indicando que quanto menor o QI agregado de uma nação ou estado, tanto maior é a probabilidade destas pessoas se envolverem em crimes ou ofensas criminais. Todavia, todos estes estudos exploraram a conexão entre QI e crime na população não encarcerada em geral. Não obstante, estudo recente, partindo da suposição de que comportamentos violentos dentro da prisão é parte integral do controle e da segurança das instituições penais, analisou a relação entre o QI e a má conduta de prisioneiros, os quais foram registrados através de uma variável dicotômica na qual 0=nenhum comportamento violento e 1=comportamento violento, indicando se cada prisioneiro engajava-se em comportamento violento contra outro prisioneiro ou contra funcionário da instituição penal resultando em pequenas lesões corporais. Além do QI, fatores como idade do encarceramento, pertencer ou não a gangues de prisioneiros, estado civil, etnia, nível educacional, bem como, as facilidades da instituição penal, foram registrados e correlacionados entre si. Os resultados revelaram que: 1º) diferenças individuais no QI foram significativamente relacionadas à má conduta violenta: encarcerados com QI acima da média, comparativamente aos outros encarcerados, numa mesma prisão, tiveram risco diminuído de se envolverem em acidente violento. O aumento num desvio padrão, na pontuação de QI, foi associado com uma redução de 10% na probabilidade de os mesmos apresentarem má conduta; 2º) a introdução da variável QI leva a uma atenuação da relação entre raça-etnia e má conduta e 3º) o QI médio dos prisioneiros dentro de cada uma das 30 diferentes unidades penais analisadas teve um efeito significativo na probabilidade de um prisioneiro cometer um ato violento. Em outras palavras, indivíduos de uma dada prisão, com pontuações mais elevadas de QI, foram, significativamente, menos prováveis de se engajarem em atos violentos.

Logo, importa que os criminologistas atentem para a inteligência dos encarcerados como um mecanismo de prever comportamentos violentos.

Processos Psicológicos Básicos

inteligência, QI, violência.

Pesquisador - P

OUTRA –

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ASSÉDIO MORAL NO CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS. *Sergio Kodato (Núcleo de Pesquisas em Assédio Moral e Violências, Universidade de São Paulo, Campus de Ribeirão Preto)*

O assédio moral pode ser definido como a exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho, no exercício de suas funções. Sendo mais comum, em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e aéticas de longa duração, de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinados, desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando a desistência do emprego. Este fenômeno social complexo contribui para um clima de insegurança e medo nas relações sociais e no imaginário dos agentes sociais, comprometendo a qualidade do serviço público. Esta pesquisa foi realizada em instituições públicas de ensino médio e superior, localizadas em uma cidade de médio porte, de 600.000 habitantes, no interior do país. Teve como objetivo investigar as representações sociais de assédio moral, produzidas por professores. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semidirigidas em profundidade, com oito participantes escolhidos pelos critérios de disponibilidade e variabilidade do conjunto. As entrevistas foram gravadas e o material transcrito foi organizado em categorias temáticas, segundo o procedimento da análise de conteúdo. Como resultado pode-se afirmar que o assédio moral sofrido por professores manifesta-se, e se articula na forma de agressão, que implica a imposição de si sobre o outro, eliminando a comunicação e a mediação da palavra, provocando medo e insegurança degradando as condições e as relações de trabalho, rompendo o fluxo natural no ambiente. As ideias que fundamentam a ocorrência do fenômeno mostram que os sentimentos são de frustração, desolamento, humilhação. São submetidos à cultura dominante e o faz motivado pelo medo, “o medo do desemprego uma época me fez sentir que existia só um caminho”. A falta de reação, a aceitação das normas e padrões dos “chefes ditadores”, contribui para a integração real da classe agressora, para imporem à definição do mundo social, conforme seus interesses, “me aproximei da coordenação para entender melhor o ponto de vista da direção, para não decepcioná-la”. Finalmente podemos concluir que nestas instituições onde o autoritarismo de má qualidade está em voga, o gestor participa ativamente da cultura da violência por estilos de gestões tirânicas, que nas representações dos professores e agentes, afetam suas condições psicológicas e físicas, interferindo e minando suas capacidades laborais, contribuindo para uma falta de qualidade na educação, impondo a estes trabalhadores, a dor de reconhecer sua mediocridade profissional.

assédio moral, representação social, violência

Pesquisador - P

SOCIAL - Psicologia Social



O BULLYING E A GESTÃO ESCOLAR. O PAPEL DOS ATORES ENVOLVIDOS.

Lelio Moura Lourenço (NEVAS – Universidade Federal de Juiz de Fora –Juiz de Fora-MG),

A preocupação com a temática da violência escolar tem-se traduzido num grande aumento da investigação sobre este tema, em especial sobre um tipo específico, o bullying que pode ser descrito como um comportamento violento, continuado ao longo do tempo, em que há a intenção clara de afligir, intimidar ou agredir outra pessoa. Entendemos que para caracterizar o bullying na escola, a gestão do ambiente escolar é uma das variáveis fundamentais para a sua compreensão e dá suporte às medidas de intervenção a implementar. A gestão do Bullying no ambiente escolar é considerada um trabalho em conjunto realizado pelos profissionais da escola, sendo professores, diretores, coordenadores pedagógicos responsáveis pela gestão no espaço escolar marcado pelo Bullying. No que concerne à escola, seus profissionais devem estar conscientes sobre essa forma de violência e serem capacitados para diagnosticar, intervir e preveni-la. Este estudo teve como objectivo identificar e compreender a dimensão do problema e analisar os níveis de bullying. Buscou-se perceber a quem é que as crianças pedem ajuda em situação de vitimação uma vez que a rede de apoios é importante para desenhar linhas fundamentais do programa de intervenção. Foi desenvolvido um estudo descritivo de delineamento transversal realizado num conjunto de agrupamento de escolas de nove concelhos da Sub-Região de Saúde de Bragança, no Norte de Portugal. A recolha de dados foi realizada por meio de um questionário adaptado de Olweus (1989) para a língua portuguesa. O questionário estava organizado em 4 secções tendo sido inquiridas 3891 crianças do 1º ao 6º ano de escolaridade. O recreio foi confirmado como um espaço importante de ocorrência de bullying. A presença do funcionário no recreio se mostrou importante, mesmo que essa presença não signifique necessariamente conforto para todos os alunos presentes, pois, em geral, esta não é a pessoa escolhida pelos alunos para comunicar que estão a ser vítimas. Na maioria das vezes essa comunicação é passada aos professores. No entanto, quando questionados sobre as ações desenvolvidas pelo professores e/ou funcionários, os alunos apontam os funcionários como mais interventivos do que os professores.

bullying, gestão escolar, prevenção

Pesquisador - P

SOCIAL - Psicologia Social

Sessão Coordenada 02 - **A CONTEMPORANEIDADE E AS DIVERSIDADES AFETIVO-SEXUAIS**

VIVÊNCIAS AFETIVO-SEXUAIS DE PARCEIROS DE TRANSEXUAIS: UM DIÁLOGO FENOMENOLÓGICO. *Maria Alves de Toledo Bruns (Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras/Universidade de São Paulo Campus de Ribeirão Preto.SP -Líder do Grupo de Pesquisa Sexualidadevida/USP-CNPq), Milene Soares-Agrelli** (Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras/ Universidade de São Paulo,SP - Membro do Grupo de Pesquisa Sexualidadevida -USP /CNPq),*

A visibilidade do cenário contemporâneo na interface com as diversidades afetivo-sexuais nos possibilitou indagar: como são as vivências afetivo-sexuais de homens parceiros de transexuais pela perspectiva da fenomenologia merleau-pontyana com o intuito de compreender seu mundo vida. Nosso objetivo foi conhecer a história de vida de homens que se relacionam com transexuais para compreender os significados e sentidos atribuídos por eles às suas vivências afetivo-sexuais. Para realizar tal intento entrevistamos cinco homens que se relacionam com transexuais a partir da questão norteadora: “Fale para mim acerca de seus relacionamentos afetivo-sexuais no decorrer de sua vida”. Para a análise dos relatos, utilizamos a metodologia qualitativa fenomenológica, que consiste na leitura e releitura dos relatos, discriminação das unidades de significados, elaboração de categorias e identificação das convergências e divergências nos discursos. A compreensão dos relatos foi feita a partir da perspectiva merleupontyana num interdiálogo com perspectivas teóricas biológicas, psicológicas e sócio-culturais. Na análise dos relatos, foram destacadas as seguintes categorias de significados: 1) Nos horizontes da família; 2) Vivências heteroafetivas-sexuais; 3) Vivências homoafetivas-sexuais; 4) Transições e descobertas: orientação e identidade sexual; 5) Nos horizontes da homofobia; 6) A vivência afetivo-sexual com uma transexual; 7) Projeto de vida. Os significados e sentidos atribuídos pelos parceiros de transexuais contribuíram para compreendermos seus estranhamentos em relação ao modo de expressar o próprio desejo, bem como os conflitos, angústia frente as dificuldades de auto aceitação da prática sexual. Dar voz aos parceiros de transexuais contribui para deslocar o paradigma da heteronormatividade – responsável pelas angústias, medos e estigmas por eles vivenciados – enquanto se possibilita a visibilidade das múltiplas possibilidades de vivência da sexualidade. gênero, heteronormatividade, parceiro de transexual, fenomenologia

Mestrado - M

SOCIAL - Psicologia Social



DIVERSIDADE SEXUAL E OS SERVIÇOS DE SAÚDE: VIVÊNCIAS DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS E DE PROFISSIONAIS QUE OS/AS ACOLHEM.

Claudiene Santos (Departamento de Biologia/DBI, Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais/GESEC/UFS/CNPq, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE), André Filipe Santos Leite (Departamento de Medicina, membro do Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais/GESEC/UFS/CNPq, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE)*

A nosografia psiquiátrica categoriza e reduz os sujeitos trans a protocolos clínicos homogêneos, normatizando as experiências trans, patologizando comportamentos, vivências e experiências a partir de um pressuposto heteronormativo que exige uma linearidade sem fissuras entre genitálias, sexos, sexualidades, gêneros, desejos e práticas erótico-sexuais. Nesse contexto, as práticas clínicas regulam esses corpos tomados como abjetos, no sentido butleriano. Essa proposta, relata duas pesquisas de cunho qualitativo fenomenológico, que visam discutir o acesso de transexuais e travestis ao sistema de saúde, em Unidades Básicas de Saúde (UBS), em Aracaju/SE na perspectiva de usuários/as e médicos/as que os/as acolhem, além de problematizar as categorias psiquiátricas sobre transgêneros. As travestis e transexuais entrevistadas relatam as violências sofridas no âmbito escolar (bullying/estupro), familiar (discriminação/violência física/verba/expulsão), social e os processos de exclusão e enfrentamento na constituição de suas subjetividades. Dentre as formas de materialização destes corpos abjetos destacam-se a inserção pelo trabalho, estudo, prostituição, dentre outras. O acesso não apenas ao sistema de saúde, mas, a mobilizações sociais, ao trabalho, ao ensino, ao serviço público, à prostituição (dentro e fora do país), desvelam estratégias subversivas de seu existir. Os depoimentos de médicos/as desvelam as tecnologias biopolíticas de gerenciamento de sujeitos transgêneros que passam a ser agenciadas, encenando constantes (re)configurações dos saberes médicos que procuram orientar, ensinar e sugerir formas de conduzir e gerir as pessoas qualificadas como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis/LGBT. Há nos discursos médicos a reiteração dos discursos biologicistas (higienistas, endócrinos, genéticos) na governabilidade dos corpos transexuais e travestis. Os cuidados em saúde, a partir de seu corpus de saberes, técnicas, procedimentos, orientações e intervenções estabelecem formas de governo dos vivos, ou seja, compõem partidos de procedimentos de governamentalidade biopolítica compreendida como racionalidade de formas de governo da vida. Mas, também são evidenciadas que, práticas de cuidado em saúde, para além de suas estratégias de normatividade cada vez mais sutis de ampliação das formas de governo da vida em termos de biopolítica, podem também se constituir como procedimento possível de práticas de liberdade ao inventar novas modalidades de relação consigo e com o outro. Dessa forma, discutimos como as categorias trans podem ser questionadas a fim de possibilitar novos campos de inteligibilidade fora do estigma da doença, de “monstros” e de “transtornados/as psiquiátricos” a fim de que esses sujeitos habitem integral e legitimamente a categoria de humanos. Ressaltamos a potência de se tomar os cuidados em saúde, como instrumento de produção de modalidades de existência não redutíveis às normativas de comportamento

Gênero, Diversidade Sexual, Saúde

CNPq/ IC

Mestrado - M

SOCIAL - Psicologia Social

VIVÊNCIA AFETIVO-SEXUAL DE MULHERES TRANSGENITALIZADAS. *Maria Jaqueline C. Pinto (Docente da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - SP - FAMERP. Doutora em Psicologia pela FFCLRP/USP). Maria Alves de Toledo Bruns (Docente e Pesquisadora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras/Universidade de São Paulo Campus de Ribeirão Preto.SP - Líder do Grupo de Pesquisa Sexualidadevida/USP-CNPq)*

O trabalho apresentado discorre sobre a vivência afetivo-sexual de mulheres transgenitalizadas. A transexualidade é uma forma de manifestação da sexualidade humana, caracterizada por um forte desejo de redesignação cirúrgica. Com o aumento da visibilidade, pessoas que nascem com um determinado sexo biológico, mas sentem pertencer ao gênero oposto, aos poucos, têm sido ouvidas em suas reivindicações. Na vivência da transexualidade, passam por progressivas transformações no seu papel de gênero e na sua identidade sexual. Essa experiência é marcada por sensações, percepções e sentimentos extremamente confusos e ambivalentes, que evoluem desde a infância, pelo conflito de ser diferente. Para as transexuais, que vivem esse drama, a cirurgia é visualizada em busca de uma relação harmônica consigo mesma e com o mundo. Neste estudo, realizado com dez transexuais MtF (male-to-female), submetidas à cirurgia de transgenitalização, objetivou-se compreender os significados e sentidos que elas atribuem à suas vivências afetivo-sexuais após a cirurgia. Para tanto, elegeu-se a perspectiva fenomenológica como método de descrição e análise dos relatos obtidos, pela seguinte questão: “Como está sendo a vivência afetivo-sexual após a cirurgia de transgenitalização”? Os relatos revelaram o reconhecimento de uma imagem em harmonia com seus corpos, integrando sua identidade biológica à psicológica. A ansiedade e a insegurança entre o desejo e o medo do novo se acentuam no início das atividades sexuais; o temor da revelação ao parceiro bem como o medo da não aceitação social e de agressões psicológicas ou físicas decorrentes de seu estigma, em relação ao novo papel social de gênero. A satisfação pessoal emerge pelos novos projetos de vida e na vivência afetivo-sexual. A partir da cirurgia de transgenitalização, emergiram novas sensações, sentimentos e prazeres, possibilitando relações afetivo-sexuais e sociais mais integradas à sua existência. No cenário atual, a cirurgia passou a ser compreendida, por essas mulheres como um elemento necessário, embora não único, para o seu reconhecimento e inserção no mundo contemporâneo.

Sexualidade; Transexualidade; Cirurgia de transgenitalização

Doutorado - D

SOCIAL - Psicologia Social



A MASCULINIDADE EM CRISE?. *Maria Alves de Toledo Bruns (Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras/Universidade de São Paulo Campus de Ribeirão Preto/SP. Líder do Grupo de Pesquisa Sexualidadevida-USP/CNPq) e Roberto Mendes Guimarães (Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras/Universidade de São Paulo/SP. Membro do Grupo de Pesquisa Sexualidadevida-USP/CNPq)*

Os fenômenos da globalização e a informatização vêm contribuindo para a efetivação do paradigma do risco e da incerteza que caracteriza a sociedade do espetáculo, desse modo, afetando o tom de nossas emoções e subjetividades, o lugar dos corpos, os papéis de gênero etc. Nosso tempo é o tempo presente. A percepção de tempo e espaço na contemporaneidade redimensionou nosso estilo de vida. Dessa perspectiva, ao inscreverem no corpo procedimentos estéticos tais como injeções de silicone, botox, piercing, cirurgias plásticas e de adequação do sexo biológico ao psíquico, os sujeitos heterossexuais, homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis entre outras expressões de orientação afetivo-sexual vêm subvertendo os significados e os sentidos do ethos da matriz heterossexual/masculinidade. Nosso objetivo é dialogar acerca dessa nova corporalidade na interface com os modelos hegemônicos morais, jurídicos, religiosos bem como com as atuais representações e papeis de gênero que vêm se constituindo pela e na multiplicidade e fluidez características das diversidades sexuais. Estas que vêm redimensionando a práxis do universo político-sociocultural, palco das mais variadas possibilidades de estilos de vida contemporânea.

masculinidade, diversidades sexuais, corporalidade

Doutorado - D

SOCIAL - Psicologia Social

Sessão Coordenada 03 - **A CRIANÇA DIANTE DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PEDIÁTRICA**

A COMPREENSÃO DA CRIANÇA EM IDADE ESCOLAR SOBRE O ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO PRESTADO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DE MÉDIA COMPLEXIDADE. *Marina Menezes (Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC). Fernanda Fernandes Rodrigues*(Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC). Kécia Cristine Schwarz*(Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC)*

O ambiente odontológico pode gerar ansiedade e medo nas crianças em decorrência de experiências prévias, por condicionamento ou por falta de esclarecimentos antes da consulta. Frente a esta situação, o objetivo desta pesquisa de cunho qualitativo foi analisar a compreensão de crianças em idade escolar sobre o atendimento odontológico e a atuação do dentista, em uma Unidade de Saúde de Média Complexidade do sul do Brasil. Os participantes foram 14 crianças, de ambos os sexos, com idades de 7 a 12 anos, usuárias de um Centro de Especialidades Odontológicas. A coleta de dados ocorreu através de uma entrevista semiestruturada acerca do conhecimento das crianças sobre as atribuições e atividades da profissão de dentista, os pontos negativos e positivos da consulta odontológica, bem como as estratégias de enfrentamento do medo relacionado ao atendimento odontológico. Após a entrevista, cada criança elaborou desenhos-estórias, que consistiram em desenhos seguidos de relatos sobre o Dentista Real e o Dentista Ideal. Para a análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, que possibilitou agrupar os dados nas seguintes categorias temáticas: conceito de dentista; aspectos positivos da consulta odontológica; aspectos negativos da consulta odontológica; estratégias de enfrentamento do medo do atendimento odontológico; e sugestões de controle do medo frente ao atendimento odontológico. Dentre os resultados, percebeu-se que as crianças compreendem que o dentista trata e também previne agravos à saúde bucal. As crianças referiram como aspectos positivos da consulta odontológica o contato com o dentista, o tratamento odontológico e os procedimentos não invasivos. Como aspectos negativos da consulta, as crianças indicaram principalmente os procedimentos invasivos e aspectos referentes ao consultório como o odor e o ruído. As estratégias de enfrentamento do medo do atendimento odontológico citadas foram: fechar os olhos, respirar e rezar (autocontrole físico). Entretanto, também foi evidenciado que a condução tranquila por parte do dentista e o estabelecimento de confiança representam formas que as auxiliam a lidar com as situações geradoras de medo. Como sugestões para o controle do medo, as crianças citaram pensamentos encorajadores que compreendem idéias de que o dentista não representa um profissional ameaçador, mas alguém confiável; que o dentista ajuda a boca/dentes e que as crianças podem ter comportamentos de autocontrole físico. Apenas uma criança citou o comportamento de esquiva. Os dados obtidos demonstraram, ainda, que na percepção das crianças, é possível manter-se calmo e colaborativo quando há comunicação e explicação por parte do profissional dentista sobre os procedimentos que serão realizados. O dentista real foi descrito como um profissional que dá recompensas, realiza procedimentos nos dentes e na boca, é agradável, paciente, possui atributos físicos e cognitivos (inteligência e beleza) e é competente. O dentista ideal foi descrito a partir de atributos relacionais (carinhoso, confiável, bondoso), atributos físicos e cognitivos (beleza e inteligência), competência profissional (estudioso), empatia e cuidado com o ambiente do consultório. Tais dados sugerem que as crianças valorizam aspectos como o atendimento odontológico humanizado, além de indicarem que o profissional deve favorecer a utilização de estratégias de enfrentamento a partir do repertório da criança.



crianças, atendimento odontológico, psicologia aplicada à odontologia
Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)
SAÚDE - Psicologia da Saúde



A PREPARAÇÃO PSICOLÓGICA DE CRIANÇAS SUBMETIDAS A CIRURGIAS ELETIVAS SEGUNDO TRÊS MODELOS DE INTERVENÇÃO SOBRE O ESTRESSE E A ANSIEDADE. *Camilla Volpato Broering***(Programa de pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC). *Maria Aparecida Crepaldi* (Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC),

Esta apresentação tem por objetivo mostrar os resultados de um estudo realizado com crianças submetidas a cirurgias eletivas. O modelo bioecológico do desenvolvimento humano compreende a instituição hospitalar como um contexto de desenvolvimento e promoção à saúde da criança e de sua família. Tal modelo é utilizado para a compreensão dos fatores envolvidos no estresse e na ansiedade produzidos, em crianças, pelas cirurgias eletivas. Este estudo investigou os efeitos da preparação psicológica pré-cirúrgica sobre o estresse e a ansiedade de acordo com três programas de técnicas de preparação. A pesquisa foi realizada com 80 crianças, em um hospital infantil, e utilizou-se a Escala de Stress Infantil (ESI), o Inventário de Ansiedade Traço-Estado (IDATE-C), entrevistas com as mães e a preparação propriamente dita. Realizaram-se três etapas distintas. Na primeira ocorreu a entrevista com a mãe, aplicação da ESI e do IDATE-C, antes da preparação e a preparação propriamente dita, dividida em três grupos de preparação e um grupo de controle. Um grupo constou de informações verbais (G1), outro constou de manuseio de um boneco (G2) e um terceiro grupo constou de um vídeo explicativo (G3). Na segunda ocorreu a reaplicação da ESI e do IDATE-C, e a entrevista com a mãe, depois da preparação, no dia da cirurgia. Na terceira etapa, foi realizada a última entrevista, desta vez com a criança, a qual fez um desenho sobre a sua hospitalização. Os resultados mostraram que há redução do nível de estresse e da ansiedade nos grupos de preparação, do pré para o pós-teste, bem como, comportamentos negativos e inadequados no pós-cirúrgico, o que leva a concluir que a preparação, independente da forma como é feita é eficaz. Os demais dados coletados, entrevistas e desenhos ajudaram a concluir este fato. Os resultados mostraram que há significativa redução do nível de estresse e da ansiedade depois da preparação, embora não tenha havido diferença estatística significativa quanto ao tipo de programa utilizado. Os resultados demonstraram ainda, que as crianças, independente da idade ou do gênero, se beneficiaram de todos os programas propostos pela pesquisa, diminuindo sensivelmente a ocorrência do estresse e da ansiedade. Quando comparados os grupos, não há diferença quantitativa, mas segundo os resultados qualitativos, há diferença que indica que o G3 pode ser considerado mais eficaz nos desenhos e entrevistas. O índice de frequência de ocorrência dos comportamentos de adesão de todos os sujeitos foi maior após terem sido submetidos aos programas de preparação, de acordo com relato das enfermeiras, que afirmaram que as crianças ficaram colaborativas com o tratamento pós-operatório.

estresse, preparação psicológica, cirurgia na infância

Capes/CNPq (bolsa de doutorado para a primeira autora; bolsa de produtividade em pesquisa em nível 2 para a última autora, orientadora)

Doutorado - D

SAÚDE - Psicologia da Saúde

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM CRIANÇAS HOSPITALIZADAS COM PROBLEMAS RESPIRATÓRIOS. *Josiane da Silva Delvan (Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC). Caren R. Pereira da Silva* (Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC); Patrícia Banas*(Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC),*

A Qualidade de Vida (QV) da população infantil é um tema que vem se destacando na área da saúde e mostrando-se relevante enquanto objeto de pesquisa. Objetivou-se neste estudo avaliar a qualidade de vida em crianças hospitalizadas, visando identificar se o processo de hospitalização interfere na autonomia, rotina, lazer e na relação com o cuidador da mesma. Participaram cinco crianças de cinco a doze anos hospitalizadas pelo Sistema Único de Saúde por motivos respiratórios, que encontravam-se em isolamento. Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: escala AUQEI e uma entrevista semiestruturada. Os dados oriundos da AUQEI auferiram dois tipos de análise: uma para as questões objetivas, sendo que destas delimitaram-se quatro domínios: função, lazer, família e autonomia; e a outra, uma análise fatorial com base em todas as respostas das crianças participantes. Quanto aos dados coletados por meio das entrevistas, os mesmos foram interpretados de acordo com a Análise de Conteúdo (AC) com o estabelecimento das seguintes categorias: interação da criança no período de internação; autonomia; compreensão da criança sobre a doença; experiências positivas e negativas no processo de hospitalização e o ambiente hospitalar idealizado pela criança. Os resultados encontrados por meio da AUQEI indicaram que os domínios autonomia e função sofreram maior influência no processo de hospitalização, porém ficou evidente que em uma avaliação global da (QV) das crianças participantes, não se constatou danos significativos. Os resultados da (AC) indicaram que o processo de hospitalização interfere, de certa forma, na autonomia das crianças, uma vez que estas estavam mais restritas ao leito, devido ao fato de estarem em isolamento. A realização das atividades escolares foi interrompida no período de hospitalização em dois casos demonstrando a limitação do desenvolvimento de atividades do cotidiano que favorecem o desenvolvimento da autonomia das crianças. As demais participantes se encontravam no período de férias quando foram hospitalizadas. Sobre os aspectos que poderiam ser melhorados no hospital, as crianças referiram que gostariam de notebooks, brinquedos e videogames à disposição, sendo estes pertencentes ao dia-a-dia das mesmas fora do ambiente hospitalar. As participantes evidenciaram também aspectos considerados como positivos durante a internação, tais como assistir a desenhos animados com mais frequência e ter canais de TV com música. Em relação ao lazer, notou-se a limitação na quantidade de atividades que as crianças poderiam realizar e um dos fatores apontados foi a falta recursos (brinquedos) disponibilizados dentro dos quartos do hospital. Os aspectos relacionados principalmente à autonomia e lazer devem ser foco de atenção dos profissionais da saúde para que o impacto gerado pela internação, de certa forma, seja amenizado, visto que o hospital se configura também como um espaço promotor de desenvolvimento. Ressalta-se a importância do hospital considerar a (QV) de vida das crianças e ofertar brinquedos e/ou atividades lúdicas nos quartos de isolamento, permitindo que a criança possa dispor de mais alternativas para o enfrentamento da hospitalização.

criança, hospitalização, qualidade de vida
sem apoio financeiro

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)
SAÚDE - Psicologia da Saúde

AS MEMÓRIAS DE CRIANÇAS SUBMETIDAS À CIRURGIAS ELETIVAS. *Fernanda Seidel Bortolotti* *(Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC). *Andrielle Novak Gonçalves** (Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC). *Marina Menezes* (Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC). *Camilla Volpato Broering*** (Programa de pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC). *Maria Aparecida Crepaldi* (Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC).

A experiência de passar por uma cirurgia na infância pode influenciar de modo positivo ou negativo o desenvolvimento da criança. Nesse sentido, as memórias deste evento, podem elucidar os elementos implicados na vivência do processo cirúrgico. O presente estudo qualitativo objetivou investigar as memórias que as crianças têm sobre a cirurgia eletiva a qual foram submetidas, a partir de uma perspectiva desenvolvimentista. Participaram deste estudo 20 crianças de ambos os sexos, com idades entre 6 a 12 anos, que haviam realizado cirurgias eletivas pelo Sistema Único de Saúde em um hospital pediátrico do Sul do Brasil. Os procedimentos cirúrgicos realizados foram referentes à amigdalectomia, adenoidectomia, correção de hérnia inguinal e correção de hérnia umbilical. Os dados foram coletados através de uma adaptação da técnica de desenho-estória, que consistiu em desenhos/relatos elaborados pelos participantes sobre as memórias do procedimento cirúrgico ao qual foram submetidos. A coleta dos dados ocorreu nas respectivas residências das crianças participantes, 15 dias após a alta médica. Os desenhos/relatos foram analisados por meio da análise de conteúdo e através da análise desenvolvimentista relativa aos estádios de desenvolvimento cognitivo e de expressão artística infantil. Os resultados foram organizados em duas categorias de conteúdo identificadas como casa e hospital. Com a análise dos desenhos/relatos percebeu-se que algumas crianças recordaram situações como estar no centro cirúrgico ou no quarto de internação, incluindo elementos como a mobília e instrumentos médicos, a alimentação, acompanhantes e equipe de saúde. Outras crianças elaboraram desenhos/relatos sobre suas casas e momentos lúdicos e outras ainda compararam a situação vivida no hospital com as atividades do cotidiano doméstico. De modo geral, os participantes expressaram memórias descrevendo o ambiente hospitalar sem a evidência de angústias, medos ou conflitos. Embora a maior parte dos participantes (11) tenha relatado situações que de fato aconteceram durante a hospitalização, 9 crianças apresentaram em seus desenhos elementos que não condiziam com a experiência vivida em sua cirurgia, sendo apontados como indicativos de falsas memórias (FM). A análise desenvolvimentista indicou que 18 crianças apresentaram desenhos com aspectos cognitivos observados no nível das operações concretas e 2 crianças apresentaram desenhos com características do nível pré-operacional. Tais aspectos estão diretamente relacionados aos estádios de expressão artística, uma vez que as crianças do Estádio IV apresentaram em seus desenhos características de pensamento do nível de operações concretas e as do Estádio III, características do nível pré-operacional. Os resultados deste estudo ratificam a importância da utilização do desenho como recurso de investigação de processos psicológicos com crianças em contextos de saúde, doença e hospitalização. Além do desenho seguido de relato ser de fácil aceitação pelas crianças hospitalizadas, ele representa um modo de acesso da recordação por meio da narrativa livre e não um meio de acessar o reconhecimento dos acontecimentos vividos. Dessa forma, destaca-se que a atenção e o cuidado dos profissionais de saúde sejam focados em minimizar os efeitos deletérios sobre a qualidade das memórias após cirurgias na infância, pois ao preservar a qualidade do relato da criança, agrega-se valor à experiência vivenciada.

hospitalização, crianças-cirurgia, memória

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação) / SAÚDE - Psicologia da Saúde

Sessão Coordenada 04 - **A DETERMINAÇÃO VERBAL DE COMPORTAMENTOS COMPLEXOS: DADOS EXPERIMENTAIS PARA COMPREENSÃO DOS COMPORTAMENTOS SUPERSTICIOSOS, DE COOPERAÇÃO E AUTOCONTROLE**

TRANSFERENCIA DE FUNÇÃO AVERSIVA E POSITIVA DE ESTÍMULOS VERBAIS E SEUS EFEITOS SOBRE O COMPORTAMENTO VERBALMENTE CONTROLADO. *Paola Esposito de Moraes Almeida (PUC-SP)*

Julio Cesar Marino (PUC-SP),

O presente trabalho pretende avaliar o efeito de descrições verbais acompanhadas por estímulos com função aversiva ou positiva (pseudopalavras VEG e VOJ), sobre o comportamento de escolha de três participantes adultos. Como parte do procedimento, a função aversiva ou positiva destes estímulos foi adquirida via transferência de função entre classes de estímulos equivalentes, de maneira a fornecer contingências semelhantes àquelas que produzem a ampliação do repertório verbal, ou linguagem. Na primeira fase do estudo, foi avaliada a preferência de cada participante entre uma alternativa de reforço menor e mais provável e outra maior e menos provável, em um delineamento tradicionalmente utilizado em estudos experimentais sobre autocontrole. Posteriormente, os participantes seguiram para procedimento de matching-to-sample, com objetivo de estabelecer relações de equivalência entre quatro conjuntos de estímulos (ABCD), sendo as pseudopalavras VEG e VOJ parte do conjunto A. Após os testes de reflexividade, simetria, transitividade e equivalência, os participantes foram submetidos a uma nova tarefa, a fim de promover função aversiva ou positiva para os estímulos do conjunto C, presentes em condições em que o comportamento de montar um quebra cabeças no computador foi reforçado ou punido. Em seguida, a transferência de função entre os estímulos de mesma classe foi avaliada, por meio do uso de escalas bipolares que apresentavam aspectos positivos ou negativos, a que o participante deveria relacionar os estímulos destes conjuntos. Na última fase do estudo, foi reapresentada aos participantes a tarefa de escolha entre reforçadores de diferentes magnitudes e probabilidades, sendo cada escolha antecedida pela apresentação de descrições verbais acompanhadas pelas pseudopalavras da classe A, de forma a avaliar 1- A transferência da função aversiva ou positiva entre os estímulos relacionados durante os treinos de equivalência e 2- O efeito da apresentação de descrições verbais acompanhadas por estes estímulos sobre a reversão (ou não) do padrão de escolha dos participantes. Implicações dos resultados alcançados serão discutidas à luz da posição skinneriana sobre o efeito de estratégias verbais envolvidas no comportamento de autocontrole.

Análise experimental do comportamento, Autocontrole, instrução
CNPq

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

AEC - Análise Experimental do Comportamento



COMPORTAMENTO VERBALMENTE CONTROLADO E AUTOCONTROLE: UMA ANÁLISE DO EFEITO DE DESCRIÇÕES VERBAIS ACOMPANHADAS POR ESTÍMULOS COM FUNÇÃO AVERSIVA OU POSITIVA SOBRE O COMPORTAMENTO DE ESCOLHA. *Luna Gimenes (PUC-SP), Paola Esposito de Moraes Almeida (PUC-SP)*

O presente trabalho pretende avaliar o efeito de descrições verbais acompanhadas por estímulos com função aversiva ou positiva (pseudopalavras VEG e VOJ), sobre o comportamento de escolha de três participantes adultos. Durante procedimento experimental, foi inicialmente avaliada a preferência de cada participante pela alternativa de reforço menor e mais provável ou maior e menos provável, em um delineamento tradicionalmente utilizado em estudos experimentais sobre autocontrole. Posteriormente, os participantes seguiram para uma tarefa cujo objetivo foi promover função aversiva ou positiva para dois estímulos (VEG e VOJ), presentes em condições em que o comportamento de montar um quebra cabeça foi reforçado ou punido, seguindo o modelo de condicionamento respondente. Na última fase do estudo, os participantes foram submetidos novamente à tarefa de escolha, sendo cada tentativa antecedida pela apresentação de descrições verbais acompanhadas pelas pseudopalavras. Os resultados apresentados indicam que a possibilidade de controle verbal do comportamento de escolha independe da função adquirida pelas pseudopalavras, sendo notado o maior controle das descrições nos casos em que a preferência inicial dos participantes foi considerada fraca, ou seja, quando havia ambivalência de respostas entre as duas alternativas de reforço disponíveis. Implicações destes resultados para o estudo do comportamento verbal serão tratadas, com ênfase na discussão o uso de estratégias para favorecer o autocontrole.

Análise experimental do comportamento, autocontrole, instrução

CEPE

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

AEC - Análise Experimental do Comportamento

INTERAÇÃO ENTRE INSTRUÇÕES E DESEMPENHO NÃO VERBAL EM SITUAÇÃO DE ALTERAÇÕES AMBIENTAIS INDEPENDENTES DO RESPONDER.

Vanessa Di Rienzo (PUC-SP), Nilza Micheletto (PUC-SP)

Duas linhas de pesquisa têm investigado os efeitos da apresentação de alterações ambientais independentes do responder. Uma delas propõe que a liberação não contingente de eventos ambientais pode resultar em uma conexão acidental entre uma resposta e o evento ambiental e a contiguidade entre estes termos é suficiente para o fortalecimento da resposta. Este efeito foi chamado de comportamento supersticioso e o procedimento de reforçamento acidental. A outra propõe que a apresentação de eventos ambientais independentes do comportamento pode gerar uma diminuição na frequência das respostas e interferir na aquisição de uma nova resposta, quando outra contingência é apresentada. O efeito foi chamado de desamparo aprendido. Alguns estudos, interessados em comparar estas duas possibilidades, investigaram se o término de um estímulo aversivo independente do responder de sujeitos humanos levaria ao comportamento supersticioso ou ao desamparo aprendido e, como resultados, encontraram maior evidência para a instalação do comportamento supersticioso. Uma das condições que parece facilitar a ocorrência do comportamento supersticioso refere-se às instruções fornecidas aos participantes. Os resultados de alguns estudos que avaliaram a interação entre instruções e comportamento supersticioso sugerem que instruções que descrevem apresentação de alterações ambientais independentes do responder como uma relação de dependência entre resposta e alteração ambiental subsequente favorecem a instalação do comportamento supersticioso. O objetivo do presente estudo foi avaliar a interação entre instruções e o desempenho não verbal em uma situação na qual modificações ambientais foram apresentadas independentemente do comportamento. Trinta estudantes universitários distribuídos em três grupos (n=10) receberam instruções mínimas, corretas ou incorretas no início da sessão, e foram expostos a 40 apresentações de sons incontroláveis de 3000 Hz, calibrado a 90 dB, com duração que variou entre 1 e 5 segundos. Nas instruções mínimas, nenhuma informação foi fornecida sobre a relação resposta/alteração ambiental subsequente programada; nas corretas, foi fornecida informação que não descrevia uma relação de dependência entre resposta e modificação ambiental subsequente, sugerindo que o participante avaliasse esta relação; e nas incorretas, informação que descrevia relação de dependência entre resposta e alteração ambiental, sugerindo que o participante produzisse a alteração ambiental. No que se refere ao critério de definição de comportamento supersticioso, o presente estudo considerou como padrão supersticioso de respostas a repetição de uma resposta ou de um padrão de respostas que coincidiu com o término do som em quatro ou mais tentativas, consecutivas ou não, no decorrer da sessão experimental e/ou a repetição de um padrão de respostas, após coincidir com o término do som em uma tentativa, por quatro vezes ou mais ao longo da sessão experimental. A maioria dos participantes que receberam instruções mínimas não emitiram respostas ou emitiram muito poucas respostas durante toda a sessão experimental, mostrando que o desempenho não verbal pode ter ficado sob controle das instruções. Um maior número de participantes que receberam instruções incorretas apresentaram padrões supersticiosos de respostas, quando comparado ao número de participantes que receberam instruções mínimas ou corretas, mostrando que instruções que sugerem relação entre resposta e mudança ambiental podem facilitar a aquisição de comportamento supersticioso.

comportamento supersticioso; instruções; alterações ambientais independentes do responder.

CAPES

Pós-Doutorado - PD

AEC - Análise Experimental do Comportamento

EFEITOS DA REGRA E DA HISTÓRIA DE REFORÇAMENTO NO COMPORTAMENTO DE COOPERAR NO JOGO DO DILEMA DO PRISIONEIRO.

Dafne Pavanelli Fidelis (Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep.), Pedro B. Faleiros (Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep.), Viviana Ferrante (Centro Universitário Hermíno Ometto - Uniararas), Martha Hubner (USP)

No âmbito da Psicologia, o maior foco de interesse nos estudos envolvendo o Dilema do Prisioneiro se refere às relações de cooperação e competição. Este modelo tem sido empregado em pesquisas de laboratório, que visam investigar as variáveis que podem favorecer ou dificultar estes dois fenômenos. Especificamente na análise experimental do comportamento, as variáveis manipuladas, no contexto de laboratório têm sido, por exemplo: magnitude do reforço; história de reforçamento; discriminação da probabilidade de reciprocidade do outro parceiro; instruções/regras. O efeito da regra sobre o comportamento humano tem sido uma área de interesse que pode ser útil na investigação dos fatores que promovem ou não a cooperação no Jogo Dilema Prisioneiro. Uma regra pode ser definida como um tipo de estímulo discriminativo verbal e o comportamento governado pela regra é aquele que está sob controle deste estímulo. Como a função de estímulo discriminativo, a regra pode ter efeito sobre os comportamentos sociais, especificamente a promoção da cooperação. Objetivo do experimento foi identificar o efeito da regra com ou sem experiência prévia, no jogo do Dilema do Prisioneiro Repetido, utilizando a estratégia Tit-For-Tat (olho por olho e dente por dente/toma lá e dá cá). 20 participantes foram submetidos a um jogo de computador, em que as oportunidades de escolhas envolviam ‘cooperar’ e ‘competir’ e pontos eram produzidos a depender da escolha emitida pelo participante. O programa utilizado neste experimento foi o PSYCHOLOGY ON A DISK: Interactive Activities for Psychology 4.0®. Os participantes eram levados a acreditar que estavam jogando com outra pessoa e não apenas com um computador, de modo que um contexto social pudesse ser simulado. Estes mesmos participantes foram submetidos a seis sessões de 12 tentativas e foram divididos em dois grupos: no Grupo 1, dez participantes receberam uma regra em prol da cooperação antes do jogo, e no segundo no Grupo 2, os outros dez participantes, receberam a mesma regra somente após a terceira sessão. Três critérios foram estipulados para identificar se as escolhas dos participantes estavam sob controle da regra ou não: 1º se a escolha ocorria na ausência da regra e era reforçada pela pontuação (controle pelas contingências); 2º quando o comportamento ocorria após a emissão da regra, sem que o mesmo tivesse sido reforçado anteriormente antes de obter os pontos (controle pela regra) e se mantivesse após a primeira emissão daquela escolha específica (“cooperar” ou “competir”); 3º Para que o padrão de comportamento fosse considerado cooperativo, o participante deveria atingir no mínimo 30 pontos durante a sessão. Com base nos resultados obtidos foi possível identificar que no Grupo 1, 60% dos participantes atingiram o critério estabelecido para identificação do comportamento governado pela regra e passaram a cooperar no decorrer das sessões. Em relação aos participantes do Grupo 2, 90% passaram a cooperar no decorrer das sessões. A regra em conjunto com a história de reforçamento pode influenciar nas escolhas no jogo Dilema do Prisioneiro Repetido, favorecendo a emissão de respostas cooperativas.

Análise experimental do comportamento, cooperação, instrução

Outro

AEC - Análise Experimental do Comportamento



Sessão Coordenada 05 - A DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO E NO TRABALHO EM EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO SOCIAL: COMO FORMAR PROFISSIONAIS PARA INCLUIR CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL? *Karin Gerlach Dietz** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP)*

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os sentidos e significados que um educador social que trabalha no contraturno escolar constitui para a atividade que desenvolve em uma instituição que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social. Aqui, mais especificadamente, será exposto sobre a formação do educador social e suas possíveis especificidades para atender esse público. Sabe-se que a educação social busca complementar as ações do estado ou atuar em áreas em que ele não se faz ainda presente, tendo como meta minimizar ou superar os processos de exclusão social que atingem grandes parcelas da população brasileira. Até os anos 1980, no Brasil, esta educação tinha como base práticas advindas dos movimentos sociais e ligadas às propostas de Paulo Freire. Devido às mudanças econômicas, a partir da década de 90, a demanda para a educação modificou-se, ampliando suas necessidades para além dos conteúdos desenvolvidos pela educação formal. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a atividade do educador social, desde janeiro de 2009, insere-se na classe de 'Trabalhadores de atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco'. O Projeto Lei n. 5346 de 2009, que aguarda parecer, pretende criar a profissão de educador social no Brasil, uma profissão de caráter social e pedagógico, que engloba profissionais envolvidos em atividades educativas fora do âmbito escolar. Diante deste cenário, no presente estudo, na busca de atingir seu objetivo, com base nos pressupostos teóricos e metodológicos da Psicologia Sócio-Histórica, foram produzidos dados mediante entrevistas junto a um educador social: Daniel, com oito anos de experiência, responsável pelas oficinas de circo. O material colhido foi sistematizado e analisado por meio da proposta de construção de Núcleos de Significação. A análise dos dados nos mostra a intenção de realizar uma práxis transformadora, no entanto, esse caminho ainda é frágil e pouco definido. Por meio da entrevista, Daniel evidencia o atual processo constitutivo de sua profissão. A condição de ser e, ao mesmo tempo, ainda não ser profissional, constitui um conflito a ser continuamente enfrentado, gerando, possivelmente, incertezas sobre o que faz e quem é. A educação social, desde a sua nomenclatura até a legalização de sua profissão, enfrenta entraves que dificultam a sua definição, especificação, objetivos a atingir, teoria adotada e estratégias utilizadas. Dada a importância da educação social no atual cenário brasileiro, ressalta-se a necessidade de se refletir sobre os conceitos que constituem sua prática: o educacional e o social, sem dicotomizá-los. A intenção transformadora desta educação esbarra nos mesmos entraves da educação formal, quando não consegue articular seu conteúdo com a estrutura dialética do todo, a história e suas determinações. Segmentar a educação em escolar e social, elitizar uma e destinar outra à população carente e vulnerável não possibilitará a necessária articulação a ser efetivada entre elas e, desse modo, as duas revelam somente uma visão aparente e parcial da realidade em que vivemos.

Educador Social. Formação. Inclusão Social.

CNPq

Mestrado - M

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

ANÁLISE DA ATIVIDADE DOCENTE POR MEIO DA CLÍNICA DA ATIVIDADE.
*Wanessa Lopes de Melo** (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Maceió, AL)*

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a complexidade da atividade docente, a partir da perspectiva da Clínica da Atividade desenvolvida por Yves Clot e seus colaboradores, com foco no currículo escolar das séries iniciais do ensino fundamental. A intenção foi buscar compreender a atividade docente tal como é desenvolvida na sala de aula, pela própria professora, considerando as condições, os recursos e as pressões reais vividas no cotidiano da sua atividade. Foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, com a utilização da autoconfrontação simples, que tem como objetivo desencadear um processo de análise e reflexão na professora diretamente envolvida na pesquisa e, em decorrência, permitir que haja possíveis transformações na sua atividade docente curricular. Essa técnica reside no fato de que é o próprio sujeito quem produz o material para análise na autoconfrontação, no momento em que ele está realizando sua atividade de trabalho. Essa técnica integra diferentes fases: a videogravação propriamente dita da situação a ser analisada, que é a gravação do sujeito da pesquisa no momento em que está realizando sua atividade e as sessões de análise e reflexão, que serão analisadas a partir dos fundamentos da Clínica da Atividade, que tem como principal referencial teórico a abordagem da psicologia histórico-cultural. É nossa intenção, em especial neste tipo de pesquisa que envolve filmagens, que o sujeito participante da pesquisa ganhe voz, que ele esteja diretamente implicado na produção das informações e que não seja, apenas, o pesquisador o único responsável a tecer considerações sobre a atividade do sujeito. A autoconfrontação permite uma troca de papéis, já que o pesquisador deixa de ser o único sujeito a observar a atividade, pois ela passa a ser prioritariamente observada e analisada por aquele que a planeja e executa. Encontramos, na autoconfrontação, a possibilidade de instaurar uma parceria entre pesquisador e sujeito da pesquisa, como também, coletar dados do momento de realização da atividade. A professora participante dessa pesquisa ensina em uma escola de Ensino Fundamental da rede pública municipal de Maceió, localizada na periferia da cidade, enfrentando cotidianamente obstáculos de toda ordem na efetivação do currículo dentro da escola. Foram realizadas: uma entrevista de história de vida, observações e filmagens na sala dessa professora. A turma era uma 2ª série do Ensino Fundamental. Essa professora foi convidada a analisar e discutir a sua própria atividade, como a faz, os seus obstáculos e, também, o que não pode fazer para tornar possível a sua atividade curricular. Olhar para a atividade de trabalho dessa professora implicou considerar os saberes, recursos e valores que circulam na sua visão de educação e para a forma e o grau em que sua atividade é determinada pelas prescrições curriculares, que se reconstróem no encontro, sempre singular, com variabilidades inscritas nas situações reais de trabalho. Os valores que operam na atividade da professora pesquisada não são desvinculados dos valores que a move na vida cotidiana, os valores que ela carrega influenciam sua atividade, determinam caminhos.

Atividade docente. Clínica da Atividade. Autoconfrontação.

Não houve

Mestrado - M

ESC - Psicologia Escolar e da Educação



A PESQUISA CRÍTICA COLABORATIVA E O ESTUDO DA DIMENSÃO SUBJETIVA DOS PROCESSOS EDUCACIONAIS: PESQUISAR INTERVINDO, INTERVIR PESQUISANDO. *Luane Neves Santos** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP)*

O objetivo desta exposição é apresentar reflexões sobre a Pesquisa Crítica de Colaboração (PCCol), proposta por Magalhães, utilizada em pesquisas do Grupo “Atividade Docente e Subjetividade”, que busca investigar a dimensão subjetiva dos processos educacionais, focando, especialmente, as significações constituídas pelos professores, gestores, alunos, responsáveis e funcionários sobre esta realidade e suas relações com o processo de (trans)formação do indivíduo como ser mediado pela história e pela cultura. A perspectiva adotada é a da Psicologia Sócio-histórica e, como dito, da PCCol, entendidas como capazes de orientar os pesquisadores no processo de compreensão da realidade destacada, criando condições de analisar a escola como fenômeno histórico-social. A pesquisa em questão, pelo seu caráter crítico colaborativo, pretende, ser ela mesma, no ato de sua realização, uma possibilidade geradora de transformações, tanto na escola, como no próprio grupo de pesquisa. A PCCol caracteriza-se como um tipo de pesquisa que contribui com teorizações e indicações de procedimentos de pesquisa que nos orientam para entrada no campo de forma comprometida com a colaboração, com uma postura de entendimento das necessidades do outro (os participantes da pesquisa), com a clareza da importância de estabelecer objetivos comuns e uma postura de abertura para a aprendizagem de todos os envolvidos no processo de pesquisa. Nesse sentido, ao passo em que permite produzir conhecimento, apresenta potencial transformador da realidade. Desenvolvida especificamente no contexto de formação de educadores em ação, este tipo de pesquisa pode ser utilizada em outros contextos, mas tem sido utilizada como lócus de discussão, ou seja, espaços para que os sujeitos implicados discutam e questionem suas necessidades, as determinações de seu contexto específico e, conjuntamente, possam trabalhar contra a alienação e o individualismo que, em geral, permeiam a organização escolar. A PCCol pode ser considerada como um método de pesquisa desenvolvido no contexto escolar, situado num paradigma crítico e que tem como dois pilares a colaboração e a reflexão crítica. A colaboração em pesquisa pode ser entendida como o estabelecimento de um processo intencional de participação, que pressupõe uma atitude de envolvimento dos participantes, o desenvolvimento de uma confiança mútua, forjada, em que se respeite e considere os valores, ideias e necessidades do outro e, também, na tentativa de expor, de forma clara, suas próprias ideias, valores e necessidades. Implica disponibilidade, compromisso e responsabilidade, ou seja, intenção transformadora. Este tipo de pesquisa cria a possibilidade dos participantes (incluindo os pesquisadores), contribuírem para a transformação das atividades em foco visando a superação das condições sociais de desigualdade em suas variadas manifestações: pobreza, autoritarismo, preconceito, violência, etc. Tal intento é alcançado por meio da participação coletiva na condução da pesquisa, da intencionalidade de transformar e pelo comprometimento com a produção de conhecimentos significativos e críticos. Os resultados das nossas pesquisas incluem fortalecimento didático e científico do programa de pós-graduação participante; a ampliação e aprofundamento dos estudos produzidos acerca da dimensão subjetiva dos processos educacionais; aprimoramento da formação de alunos, pesquisadores e educadores trabalhadores da escola.

Pesquisa Crítica Colaborativa. Dimensão Subjetiva. Processos Educacionais.

Não houve

Outro

MET - Metodologia de Pesquisa e Instrumentação

DE NÃO-PROFESSOR A PROFESSOR: UMA REFLEXÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DE PROFESSORES DE CURSOS SUPERIORES DE FORMAÇÃO TECNOLÓGICA. *Rodrigo Toledo** (Programa de Educação: Sujeitos, Formação e Aprendizagem Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, SP)*

O presente trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi refletir sobre o processo de construção da identidade profissional de professores de Cursos Superiores de Formação Tecnológica. Cunhou-se o termo não-professor para designar os profissionais que são desafiados a constituir uma identidade profissional docente para a qual não receberam formação específica. Foram selecionados sete participantes que atuavam em Instituições de Ensino Superior privadas de São Paulo. Empregou-se como procedimento de coleta de informações a escrita de uma carta com um conjunto de recomendações a um professor iniciante, cuja análise do discurso buscou fundamentação na metodologia de pesquisa qualitativa. A análise dos dados se pautou nos conceitos de identidade como metamorfose, identidade profissional docente, identidade para si e identidade para o outro, matrizes pedagógicas e saberes docentes. O conteúdo das cartas permitiu que os dados fossem organizados em 3 eixos de análise: trabalho por processo, absentismo dos alunos e fluxo organizacional. A discussão dos eixos pautou-se em uma metáfora que se denominou Âncoras da Docência. Optou-se utilizar esse termo, pois a âncora é um instrumento fundamental para um navio fixar-se em terra. Ela permite que o navio fique atracado no porto que o manterá seguro, até a próxima viagem. É importante destacar que o profissional ao iniciar o trabalho como docente necessita buscar suas referências, aquelas que já foram construídas com base em experiências pedagógicas que permeiam sua trajetória. Diante disso, denominaram-se os portos onde os participantes lançam suas âncoras. Porto 1 - Trabalho por Processo, exprime aquilo que para os participantes é comum nos contextos organizacionais: a tomada de decisões e o atendimento a demandas conforme elas são surgem ou são solicitadas por um superior. Porto 2 – Absenteísmo dos alunos designa algo fundamental para os participantes: o controle do trabalho no contexto organizacional. Para eles, o mesmo precisa ser feito com os alunos faltosos, pois garantindo a presença daqueles se tem a possibilidade de alinhar seu desempenho à cultura de resultados que deles se espera. O aluno será formado em acordo com o que se espera dele nas empresas onde trabalharão no futuro. Porto 3 – Fluxo Organizacional – ilustra o que os participantes acreditam que caberia ao professor: criar os fluxos que determinam os encaminhamentos necessários para o “sucesso” das demandas organizacionais. Isso poderia ocorrer, por exemplo, se o professor lembrasse que os alunos iniciantes nem sempre compreendem o fluxo organizacional existente no Ensino Superior, por isso, deveria ressaltar alguns expedientes tais como: licenças médicas, pontualidade no pagamento das mensalidades, postura madura e cordial entre todos, evitando assim, atritos que possam acarretar procedimentos disciplinares. Os resultados indicaram que um modo de identificação forte para os participantes é com a figura do gestor, tal como os de organizações empresariais, o que lhes confere atribuição e pertença no exercício da docência. Diante de tal descoberta, pode-se afirmar que assistimos ao surgimento de uma nova modalidade de docente, que carece de maior atenção das políticas educacionais e das Instituições de Ensino Superior que oferecem Cursos Superiores de Formação Tecnológica.

Formação de professores. Identidade profissional. Cursos Superiores de Formação Tecnológica
Não houve

Mestrado - M

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

SER DIFERENTE: DIFICULDADES E SUPERAÇÃO DE PESSOAS CANHOTAS EM DIFERENTES GERAÇÕES. *Priscila Lambach Ferreira da Costa** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP)*

A pesquisa teve por objetivo compreender como pessoas de diferentes gerações vivenciam a condição de serem canhotas, suas dificuldades e formas de superação. Para isso, buscou-se identificar as características de manifestação da lateralidade, e posteriormente compreender a relação do sujeito com sua família, escola e trabalho frente a essa condição. Dessa forma, foi possível localizar as dificuldades enfrentadas por esse grupo, as facilidades e vantagens de ser canhoto, discutindo o significado dessa diferença, e os mitos e preconceitos enfrentados ao longo de suas vidas. Foi realizado um estudo teórico para levantar o significado da palavra canhoto em inúmeros dicionários e idiomas, visando compreender melhor as representações e os significados compartilhados acerca dessa condição. Posteriormente, estudou-se o canhoto ao longo da história e concepções que permearam seu processo discriminatório, até a chegada nos dias atuais que, apesar de bem menos conflituoso, ainda é possível notar muitas expressões, e palavras que ressaltam o positivo do lado direito, e o negativo do lado esquerdo. Após o breve histórico, realizou-se um estudo sobre a lateralidade, os aspectos biológicos presentes no canhotismo, a incidência dos canhotos nas populações, as diferenças dos hemisférios cerebrais, além das diversas formas de manifestação da lateralidade, em seus múltiplos aspectos. Depois da parte teórica, organizou-se uma parte empírica, em que foram realizadas entrevistas não diretivas, com foco nas histórias de vida, em busca da compreensão da constituição do sujeito, tal como proposto por Ciampa. Foram entrevistadas cinco mulheres entre 23 e 82 anos, representantes de diferentes gerações, da cidade de São Paulo e Curitiba que permitiu identificar mudanças na maneira como a escola e a sociedade perceberam e agiram em relação ao sujeito canhoto. Os dados demonstram experiências variadas, havendo casos de repressão da lateralidade pela família e pela escola, e outros em que não houve objeção. As dificuldades se mantiveram no aspecto material, como o uso de tesouras e carteiras escolares, por exemplo. De forma comum, constatamos que essa diferença que atinge um grupo minoritário, ainda que implique algumas dificuldades, não é vivenciada negativamente. Verificamos que o canhoto aceita e se compraz com sua condição, sente-se pertencente a um grupo em que as pessoas se reconhecem e se valorizam e, apesar de ao longo da história o canhotismo ter sido considerado algo aliado ao mal e ao negativo, hoje há uma nova postura. O canhoto gosta de ser diferente, de se destacar entre os demais.

Canhotismo. Escola. Família.

CAPES

Mestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento

Sessão Coordenada 06 - **A FACE HUMANA COMO FONTE DE EXPRESSÃO DE EMOÇÃO E ATRATIVIDADE: ESTUDOS ENVOLVENDO DIFERENTES GRUPOS CLÍNICOS E VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS.**

VIÉS DE RESPOTA NA TAREFA DE RECONHECIMENTO DE EXPRESSÃO FACIAL: A INFLUÊNCIA DA DEPENDÊNCIA DE ÁLCOOL. *Mariana Fortuna Donadon***(Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP); *Flávia de Lima Osório* (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Translacional em Medicina, Ribeirão Preto-SP),.

A percepção das expressões faciais sofre influência direta de alguns aspectos, tais quais as características da personalidade do observador, do contexto sócio-cultural, das experiências individuais, bem como de algumas condições psiquiátricas. Sendo assim, objetiva-se avaliar os vieses de resposta na tarefa de reconhecimento de expressões faciais em sujeitos com diagnóstico de dependência atual de álcool (GA -N=110), em comparação com um grupo controle, sem tal diagnóstico (GNC -N=110). A amostra foi composta por sujeitos do sexo masculino, pareados por idade e escolaridade. Aplicou-se individualmente a Entrevista Clínica e Estruturada para Transtornos do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- IV (SCID-IV) e posteriormente uma Tarefa de Reconhecimento de Expressões Faciais computadorizada envolvendo seis emoções básicas (alegria, tristeza, medo, nojo, raiva e surpresa). Para análise dos dados foi utilizado um teste de duas proporções, considerando-se como significância $p < 0,05$. Os principais resultados mostraram que o GA apresentou um maior viés de resposta em relação ao GNC. Este viés foi mais evidente para a resposta de alegria ($p < 0,003$), ou seja, diante dos diferentes estímulos, sobretudo de ordem negativa, os sujeitos do GA tenderam a reconhecer a emoção positiva de alegria. Por outro lado, para a emoção alegria, o GA apresentou um maior viés de resposta para a tristeza e nojo, ou seja, para emoções negativas ($p < 0,007$). Conclui-se que os alcoolistas apresentam prejuízo significativo no reconhecimento de emoções por meio das faces, o que pode favorecer déficits significativos na interação social e com os pares, no uso das habilidades sociais e no tratamento do transtorno. Desta forma, a atenção/ intervenção para tais dificuldades podem contribuir para prevenção de recaídas ao álcool, maior adesão ao tratamento e melhor adaptação desse grupo de indivíduos ao seu meio social.

Alcoolismo; Reconhecimento de Expressões Faciais, Viés de Resposta.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Mestrado - M

SMENTAL - Saúde Mental

TRANSTORNO DE PERSONALIDADE BORDERLINE E O RECONHECIMENTO DE EXPRESSÕES FACIAIS BÁSICAS. *Gabriela Cristina da Silva Ferreira** (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP); Flávia de Lima Osório (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Translacional em Medicina, Ribeirão Preto-SP).*

A literatura tem associado o Transtorno de Personalidade Borderline (TPB) a importantes prejuízos na cognição social e no reconhecimento de emoções faciais. Assim, objetiva-se avaliar o reconhecimento de expressões faciais em participantes com diagnóstico de TPB (N=40) em comparação com indivíduos do grupo controle (C – N=40). Cada grupo foi composto por participantes adultas do sexo feminino, pareadas em função das características sociodemográficas (idade e escolaridade). As participantes do grupo TPB foram recrutadas de consultório particular e serviços ambulatoriais psiquiátricos institucionais, enquanto que no grupo C, selecionaram-se participantes por conveniência entre alunos e funcionários de uma instituição e usuários de um programa de atenção primária à saúde e de uma organização não governamental. A coleta de dados foi individual, onde as participantes responderam a uma tarefa computacional de reconhecimento de emoções faciais, cujas variáveis analisadas foram: acurácia, tempo de reação, intensidade necessária de emoção e viés resposta. A análise estatística dos dados foi realizada por meio da estatística paramétrica, adotando-se como nível de significância $p < 0,05$. Quanto aos resultados, comparado ao grupo C, o grupo TPB apresentou menor acurácia para as emoções de medo ($p < 0,04$) e surpresa ($p < 0,01$) e maior lentidão no reconhecimento da alegria ($p < 0,03$). Em relação ao viés de resposta, não houve diferença significativa entre os grupos, sendo que para ambos, a emoção de surpresa foi a mais referida. Conclui-se que o grupo TPB apresentou, em relação ao grupo C, alguns prejuízos no reconhecimento de emoções faciais que podem estar relacionados a alterações cerebrais e cognitivas nestes pacientes. Hipotetiza-se que tais alterações neurológicas e cognitivas advenham do convívio destes pacientes com ambientes e emoções conflituosos desde a infância, dificultando interações sociais e a leitura das emoções e intenções de outros.

Transtorno de Personalidade Borderline, Reconhecimento de Expressões Faciais, Viés de resposta

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Mestrado - M

SMENTAL - Saúde Mental

RECONHECIMENTO DE EMOÇÕES FACIAIS: O SEXO DO OBSERVADOR REALMENTE EXERCE INFLUÊNCIA NA ACURÁCIA DAS RESPOSTAS? Larissa Forni dos Santos** (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP); Flávia de Lima Osório (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Translacional em Medicina, Ribeirão Preto-SP)

O reconhecimento de expressões faciais é uma tarefa complexa que envolve processos cognitivos, como atenção e memória, e um amplo conjunto de estruturas cerebrais. É caracterizado como a capacidade de identificar e distinguir as diferentes emoções apresentadas. A adequação deste reconhecimento pode sofrer a influência de diversas variáveis, entre elas, características dos observadores, dentre as quais destacaremos o sexo. Desse modo, teve-se como objetivo avaliar a possível influência do sexo do observador na acurácia das respostas em uma tarefa de reconhecimento de emoções faciais, em sujeitos da população geral (N=284). A amostra foi composta por homens (N=188, 41.5%) e mulheres (N=166, 58.5%) de diferentes níveis de escolaridade e contextos socioculturais, com idades entre 18 e 79 anos (Mediana:43.58). Os dados foram coletados individualmente através de um questionário sociodemográfico e uma tarefa de reconhecimento de emoções faciais. Esta era aplicada via computador e apresentava um conjunto com um total de 24 fotos de homens (N=12) e mulheres (N=12) de meia idade, em imagens preto e branco, representando as seis emoções básicas (quatro imagens para cada emoção: alegria, tristeza, medo, nojo, raiva e surpresa), apresentadas de modo dinâmico. A análise dos dados foi conduzida através do software estatístico SPSS 13.0, sendo utilizada estatística descritiva, para caracterização da amostra e teste t para comparação das respostas dadas pelos grupos divididos de acordo com o sexo, adotando-se como nível de significância $p < 0,05$. Poucas diferenças significativas foram encontradas na comparação entre os grupos, no que tange a acurácia das respostas, sendo essa a porcentagem de acerto dos sujeitos frente aos estímulos emocionais. Considerando o total da amostra (N=284), as mulheres identificaram mais corretamente apenas as faces de surpresa ($p = 0,007$). Quando os sujeitos foram separados por grupos de acordo com a escolaridade, observou-se que, com o aumento da escolaridade as diferenças entre homens e mulheres passam a ser mais evidenciadas. No grupo composto por sujeitos com ensino médio, as mulheres foram superiores quanto ao reconhecimento do nojo ($p=0,03$) e no conjunto geral apresentado ($p=0,03$); no grupo com ensino superior estas diferenças foram encontradas para as faces de alegria ($p<0,001$) e nojo ($p=0,03$), assim como para o escore total ($p=0,008$). Para os sujeitos com ensino fundamental observou-se o inverso, sendo que os homens foram mais acurados no reconhecimento da alegria ($p=0,03$). De modo geral, observou-se o predomínio da ausência de diferenças significativas entre homens e mulheres no reconhecimento das expressões faciais, independente da emoção apresentada, sendo que estes resultados já foram evidenciados em diversos estudos com o mesmo objetivo. As diferenças passam a ser encontradas, com maior peso, quando considerado não apenas o sexo do observador, mas também seu grau de escolarização, o que sugere a interferência de outras variáveis sociodemográficas neste processo, as quais merecem ser avaliadas conjuntamente.

Faces, Reconhecimento, Sexo

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Doutorado - D

SMENTAL - Saúde Mental

SMENTAL - Saúde Mental

ATRATIVIDADE FACIAL E CIRURGIA ORTOGNÁTICA: BENEFÍCIOS FÍSICOS E EMOCIONAIS. *Luciana Maria da Silva (Instituto de Ciências da Saúde, Departamento de Medicina Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG), Sérgio S. Fukusima (Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo)*

A noção de identidade pessoal, intimamente relacionada às características físicas faciais, pode ser afetada pela estética e atratividade facial. A literatura aponta que pessoas com alta atratividade tendem a serem percebidas como mais adequadas e competentes, sendo mais favorecidas que as de baixa atratividade na sociedade. Algumas deformidades dentofaciais, que são desvios nas proporções faciais normais e relações dentárias, afetam em graus variáveis a função e/ou de aceitabilidade social e podem ser corrigidas por cirurgias ortognáticas. Pessoas com grandes deformidades dentofaciais podem ser consideradas pouco atrativas e, desta forma, serem prejudicadas por sua aparência nos relacionamentos interpessoais, além das dificuldades em relação consigo mesmas, bem como no comprometimento das funções maxilomandibulares. Desta forma objetivou-se analisar a atratividade facial de dez pacientes submetidos a cirurgias ortognáticas, relacionando as atratividades nas fases pré e pós-cirúrgicas aos parâmetros físicos alterados pela cirurgia e também avaliando as consequências na qualidade de vida, ansiedade e autoestima dos pacientes. Antes das cirurgias, e seis meses após as mesmas, foram obtidas fotografias dos pacientes, momentos em que foram aplicadas escalas de qualidade de vida (WHOQOL bref), de ansiedade (IDATE e Escala Analógica de Humor) e autoestima (Escala de Autoestima de Rosenberg) nos mesmos. Foram realizadas análises faciais frontais obedecendo aos critérios de meios, terços e quintos faciais. A atratividade das faces pré e pós-cirúrgicas dos pacientes foram avaliadas por 40 participantes leigos, através das fotos de antes e após as cirurgias. Os resultados apontaram que a cirurgia ortognática contribuiu para o aumento da atratividade facial dos pacientes, além do que foram notadas melhorias nas condições psicológicas por meio do WHOQOL bref e diminuição da ansiedade por meio da Escala Analógica de Humor. Com relação a autoestima, embora os resultados não tenham demonstrado diferenças estatisticamente diferentes entre as fases pré e pós-cirúrgicas, a fase pós-cirúrgica teve uma inclinação para maior mediana de autoestima dos pacientes. É importante um amplo entendimento sobre os efeitos do tratamento das deformidades dentofaciais, tanto nos aspectos físicos, quanto na qualidade de vida e estados emocionais dos pacientes. Tal situação convém para o planejamento adequado destas intervenções, bem como para permitir espaços de mudanças nas políticas públicas, e quiçá nos planos de saúde, possibilitando benefícios à população não como um tratamento supérfluo, mas sim como uma questão de saúde pública. Quando a estética facial de uma pessoa pode ser restabelecida, tornando-a mais harmônica, muitos ganhos psíquicos e emocionais são obtidos, podendo tornar as relações pessoais mais tranquilas, o cotidiano menos doloroso e a vida mais feliz.

Atratividade facial, Cirurgia Ortognática, Benefícios estéticos e emocionais.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Doutorado - D

SMENTAL - Saúde Mental

Sessão Coordenada 07 - **A INTERFACE SOFRIMENTO PSÍQUICO/CORPORAL À LUZ DA PSICANÁLISE**

O CONCEITO DE MENTALIZAÇÃO NO ÂMBITO DO MODELO TEÓRICO DA ESCOLA PSICOSSOMÁTICA DE PARIS. *Rodrigo Sanches Peres (Instituto de Psicologia – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG)*

O modelo teórico estabelecido pela chamada Escola Psicossomática de Paris, enquanto desenvolvimento da metapsicologia freudiana liderado por Pierre Marty, ensejou a formulação de novos conceitos que vieram a subsidiar uma compreensão mais detalhada das complexas interações que se estabelecem entre o corpo e a mente. Desse modo, o presente estudo tem como objetivo circunscrever teoricamente o conceito de mentalização e suas principais implicações clínicas no âmbito da Escola Psicossomática de Paris. A opção pelo conceito de mentalização se justifica tendo-se em vista que o mesmo, embora relativamente pouco difundido, ocupa lugar central na obra de Pierre Marty. O presente estudo se enquadra no campo da pesquisa conceitual, cuja ênfase na investigação sistemática da utilização de determinados conceitos em sistemas teóricos específicos tem possibilitado o incremento de formulações psicanalíticas contemporâneas. O material empregado no presente estudo foi composto por publicações tanto de Pierre Marty quanto de seus comentadores e a estratégia utilizada consistiu na realização de leituras analíticas e reflexivas deste material. Os resultados obtidos revelam que o conceito de mentalização, no contexto da Escola Psicossomática de Paris, alude basicamente ao conjunto de representações psíquicas de um sujeito, o que, per se, evidencia sua raiz freudiana. Pierre Marty salientou que as representações psíquicas constituem o substrato da vida mental. Em função disso, propôs uma classificação semiológica que avança em relação à psicopatologia psicanalítica tradicional ao adotar como eixo norteador a noção de mentalização. O referido autor diferenciou, em um nível crescente no que diz respeito à quantidade e à qualidade de representações psíquicas, quatro condições psicopatológicas, a saber: neurose de comportamento, neurose mal mentalizada, neurose de mentalização incerta e neurose bem mentalizada. Para além disso, demarcou os desdobramentos das mesmas em termos do funcionamento somático ao apontar que, em contraste com as duas últimas, as duas primeiras ensejam maior propensão ao desenvolvimento de doenças orgânicas graves ou evolutivas. Ocorre que a neurose de comportamento e a neurose mal mentalizada dificultam a elaboração psíquica das tensões e, assim, potencializam sua propagação até o sistema somático em um processo que frequentemente culmina com o adoecimento. Ou seja: concorrem para a transposição do sofrimento do plano mental para o plano físico. O conceito de mentalização, portanto, possui importantes implicações clínicas, na medida em que torna patente – sobretudo por meio da classificação semiológica nele fundamentado – a indissociabilidade entre o funcionamento psíquico e o funcionamento somático. Porém, é preciso esclarecer que Pierre Marty enfatizou, ao longo de toda sua obra, que a organização psíquica do sujeito invariavelmente interage com outros fatores internos, de ordem hereditária, por exemplo, bem como com fatores externos, dentre os quais a exposição a agentes patogênicos. Logo, o referido autor considera a multidimensionalidade do processo saúde-doença, de forma que não consente com qualquer espécie de reducionismo psicológico. Diante do exposto, conclui-se que o presente estudo, ao contemplar o objetivo proposto, coloca em relevo que a Escola Psicossomática de Paris se afigura como um modelo teórico potencialmente fecundo para os profissionais de saúde que se interessam pela dimensão subjetiva de seus pacientes.

Psicossomática; Psicanálise; Mentalização.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq



Pesquisador - P
CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade

TENDÊNCIA AO AMADURECIMENTO E (DES)INTEGRAÇÃO PSICOSSOMÁTICA: CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA WINNICOTTIANA PARA O DEBATE ATUAL SOBRE A RELAÇÃO MENTE-CORPO. *Lilian Regiane de Souza Costa** (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP) e Manoel Antônio dos Santos (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP)*

Seguindo uma vertente psicanalítica própria, Winnicott elaborou uma teoria do desenvolvimento emocional humano. Nessa perspectiva teórica, desenvolvimento significa a passagem de um estado de dependência absoluta para um estado de dependência relativa. O bebê nasceria em um estado de não-integração e, por meio do contato com o ambiente, caminharia rumo à integração psicossomática. A partir do referencial winnicottiano, o presente estudo tem por objetivo problematizar como se dá o processo de integração psicossomática no desenvolvimento humano. Winnicott propõe que, no início da vida, o bebê ainda não é capaz de fazer uma diferenciação eu/não-eu. No decorrer do desenvolvimento, o ser humano tende a se individuar e a constituir seu próprio self. Nesse caminhar, a criança, prematuramente, vivencia três processos fundamentais, que são: a própria possibilidade de integração, a personalização (percepção da localização da psique dentro do corpo) e a realização (possibilidade de reconhecimento da realidade externa, com suas características de tempo e espaço). Apesar da tendência ao amadurecimento ser inata, o bebê não se desenvolve apenas com o transcorrer do tempo. Existe a necessidade de um ambiente facilitador, que lhe seja “suficientemente bom” no provimento de suas necessidades de dependência, a qual, inicialmente, é absoluta. A partir desse pressuposto, demarca-se o grande diferencial da formulação winnicottiana no cenário da teoria psicanalítica: a valorização do ambiente e, principalmente, a consideração dos cuidados maternos como elementos cruciais para o desenvolvimento da criança. Para Winnicott, a psique começa a ser constituída a partir das elaborações imaginativas das funções somáticas. Além disso, ela adquire a função de armazenar as experiências vividas com o corpo. Portanto, o soma é base para a formação da psique. De acordo com o autor, o soma, além dos seus conteúdos biológicos, também é concebido a partir das funções atribuídas a ele no decorrer do contato com o ambiente. Percebe-se, então, constante relação entre psique e soma: a psique surge das experiências com o corpo, mas os processos psíquicos também concebem e modelam o somático. Entretanto, de acordo com a perspectiva winnicottiana, essa relação psique-soma só é possível na medida em que existam condições ambientais favoráveis. É necessário um ambiente que, inicialmente, sustente a onipotência do bebê, mas que, aos poucos, apresente falhas que permitam a manifestação da sua espontaneidade e criatividade. Todavia, se as falhas forem demasiadas, acredita-se que a criança possa, defensivamente, desenvolver o que o Winnicott denominou de funcionamento “falso-self”, quando passa a agir conforme as expectativas do meio, estratégia encontrada para garantir sua sobrevivência em um ambiente desfavorável. Com isso, o indivíduo, que caminhava para um estado de integração, vivencia um estado de desintegração. As patologias de caráter psicossomático são umas das possíveis consequências dessa desintegração. Segundo Winnicott, esses quadros, ao mesmo tempo em que refletem a cisão psique-soma, nos quais não haveria um diálogo entre as necessidades do corpo e as necessidades das emoções, também representam uma forma de manter uma conexão entre eles, pois o indivíduo, ao invés de se defender-se apenas via intelectualização, busca de modo “desesperado” manter o vínculo com o corpo.

Teoria do desenvolvimento emocional; Integração psicossomática; Doenças psicossomáticas.
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP



Mestrado - M
CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade



O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA NA OBRA DE GEORG GRODDECK. *Leonardo Moura Freitas** (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP) e Manoel Antônio dos Santos (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP)*

Os conceitos de saúde e doença têm sido objeto de interesse científico ao longo da história da humanidade. O galenismo, aliado ao método cartesiano e às ideias de Pasteur, podem ser considerados as bases conceituais do que conhecemos, na era contemporânea, como o “modelo biomédico”. Apesar de informar a prática médica atual, o modelo biomédico tem sido considerado obsoleto face às evidências científicas mais recentes. A Psicossomática é um campo do conhecimento que fornece um aparato teórico-conceitual de reconhecido valor heurístico para lidar com as questões que permeiam o percurso do adoecimento, uma vez que contempla a interface mente-corpo e a singularidade da experiência da doença. Este estudo tem como objetivo geral investigar a compreensão do processo saúde-doença presente em 30 textos da obra de Georg Groddeck, considerado o precursor da Psicossomática, com as contribuições do autor para a medicina e a psicanálise. O presente estudo insere-se no campo dos trabalhos teóricos. O delineamento metodológico empregado é descritivo e documental. Empreendeu-se uma leitura de textos previamente selecionados do autor em foco, extraídos das principais obras concernentes ao tema delimitado pelo objetivo proposto, isto é, os estudos que remetem, direta ou indiretamente, ao processo saúde-doença. Os resultados mostram que Groddeck, no percurso de sua obra, descreve como os sintomas orgânicos podem representar uma tradução de processos psíquicos. Desse modo, constitui as bases para uma investigação psicanalítica das doenças, atribuindo importância fundamental à intencionalidade inconsciente na criação dos sintomas, além de verificar, nos sintomas, a expressão de uma linguagem corporal enigmática. Partindo dessas ideias-chave, o autor afirma que, para auxiliar o paciente, é necessário a investigação do significado oculto que determinada doença carrega e que se instaurou em sua trajetória de vida. Cabe ao profissional de saúde, junto ao paciente, aliar-se às forças de cura do próprio indivíduo para encontrar formas mais salutares de expressão dos conflitos que adoecem o corpo e a alma de modo indissociável. Dada a importância da obra seminal de Groddeck no cenário psicanalítico, bem como da medicina, observa-se que é necessário dar voz a este autor original, cujas ideias arrojadas foram excluídas do panorama de conhecimento científico mundial. Groddeck ofereceu contribuições notáveis ao campo da saúde, que se encontra em pleno desenvolvimento tecnológico na atualidade, porém mostra sua face frágil quando se trata de acolher e compreender o sofrimento humano. Acreditamos que o estudo sistematizado de parte substancial da obra groddeckiana tem a potencialidade de fornecer subsídios para fundamentar práticas de assistência em saúde que focalizem o ser humano como um ser holístico, de necessidades multidimensionais, favorecendo a integralidade do cuidado.

Psicossomática; Psicanálise; Psicossomática psicanalítica.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

Mestrado - M

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade



O NARCISISMO COMO CONCEITO NORTEADOR PARA O ESTUDO DA EJACULAÇÃO PRECOCE. *Cassandra Pereira França (Departamento de Psicologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG)*

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de doutorado realizada no Ambulatório de Andrologia do Hospital das Clínicas de Minas Gerais. O objetivo da pesquisa foi estabelecer um paralelo entre ejaculadores precoces e portadores de disfunção erétil, respeitando-se a economia psíquica de cada um dos sujeitos e seus significantes próprios, mas viabilizando a construção de uma proposta nosográfica para a ejaculação precoce. A metodologia utilizada foi a escuta clínica do processo psicoterápico de uma extensa casuística de homens (duzentos casos de disfunção erétil masculina), que estavam em tratamento médico ambulatorial. Inicialmente, todos os pacientes passaram por uma avaliação andrológica detalhada, com testes laboratoriais, dopplerometria dos vasos penianos e teste de ereção fármaco-induzida com papaverina. Após todo esse rastreamento em busca de uma causa orgânica para o distúrbio sexual, e a comprovação de sua inexistência, os pacientes foram encaminhados para uma avaliação psicológica. Nesta casuística estavam incluídos tanto pacientes que apresentavam impotência sexual quanto pacientes que tinham apenas um descontrole ejaculatório. A partir dessa amostragem naturalmente selecionada em termos de sintoma, foi possível tecer amarrações teóricas, localizando pontos convergentes na história de vida dos pacientes, sem que fosse preciso tomar distância da escuta da singularidade de cada caso. A metapsicologia kleiniana foi de grande valia para a primeira subdivisão da casuística clínica em dois subgrupos, pois ajudou a evidenciar que os ejaculadores precoces tinham um funcionamento psíquico mais primitivo, tendendo ao encapsulamento narcísico, enquanto os portadores de disfunção erétil iniciavam uma triangulação que não se desenvolvia por conta de alguns obstáculos que eram vivenciados como intransponíveis, impedindo a resolução edípica. No entanto, o acompanhamento desses pacientes em análise mostrou que tais obstáculos tinham sempre como umbigo uma questão narcísica, e foi esse o ponto de junção das duas problemáticas. Portanto, o conceito de narcisismo brotou naturalmente como pilar de sustentação para uma discussão metapsicológica – uma espécie de moeda corrente, que poderia balizar as distinções entre as duas organizações psíquicas. Como resultado desse estudo, pudemos constatar que o desejo/temor recalçado de ficar contido no outro faz com que o narcisismo refloresça com vigor e cobre do sujeito um distanciamento defensivo do objeto que lhe inflige descentramentos e desmentidos sobre sua onipotência – exigindo do sujeito que se fixe apenas em suas demandas eróticas primitivas, fazendo com que o imperativo categórico seja novamente o de girar em torno de si mesmo e reconstruindo, de maneira alucinatória, o todo perfeito que o nascimento desfez. Concluímos, portanto, a partir de uma abordagem psicanalítica, que o adoecimento simbólico dos genitais masculinos nos pacientes portadores de ejaculação precoce é a mais pura expressão de uma ferida narcísica que se reabre porque a demanda de penetração no corpo do outro instiga a fragilidade dos limites corporais e psíquicos. Aos ejaculadores precoces parece ter faltado um processo de “narcização” suficiente para torná-los capazes de constituir uma auto-imagem coesa e uma identidade que reconheça a alteridade do outro.

Narcisismo; Ejaculação precoce; Clínica psicanalítica.

Doutorado - D

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade



O SOFRIMENTO DAS MULHERES COM PROBLEMAS ALIMENTARES. *Maria Virginia Filomena Cremasco (Laboratório de Psicopatologia Fundamental – Departamento de Psicologia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR)*

O significativo crescimento da preocupação mundial com as questões do peso corporal e da forma física tem levado, sobretudo as mulheres, que representam a maior população-alvo da mídia, a um grande investimento econômico e afetivo para a conquista de um corpo socialmente ideal. Todo este processo é fonte de grande sofrimento e alienação, uma vez que a mulher pode ser capturada por um desejo não questionado, e que não leva em conta os determinantes subjetivos nos transtornos alimentares (compulsão alimentar, anorexia e bulimia) e obesidade. A partir desta realidade, iniciou-se em 2012 um projeto de pesquisa e extensão universitária na Universidade Federal do Paraná. O objetivo do presente estudo é, com base na experiência acumulada em tal projeto, compreender o sofrimento emocional subjacente aos problemas alimentares em mulheres. A hipótese é a de que há adoecimentos do feminino relacionados à melancolia que podem ser identificados na relação transferencial e nos discursos das mulheres que apresentam algum tipo de problema alimentar. Esses adoecimentos, construídos a partir de uma relação traumática com o social, são manifestações dos excessos não simbolizados do feminino, portanto, um luto não realizado. Questiona-se se o sofrimento emocional subjacente aos problemas alimentares pode ser compreendido como um padecimento melancólico. Segundo Freud, a melancolia corresponde a uma neurose narcísica na qual o indivíduo direciona sua libido para o próprio eu. A melancolia possui como traços mentais distintos um desânimo profundo, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade, e uma diminuição da autoestima expressa em autorrecriminação e autoenvilecimento, culminando numa expectativa de punição que pode se expressar no comportamento alimentar. O método adotado baseia-se em intervenções em grupos de voluntárias e atendimentos clínicos individuais com mulheres acima de 18 anos com queixa de problemas alimentares. A análise dos dados foi realizada pela construção do caso clínico em psicanálise. Os resultados revelam a importância da relação com a mãe na dinâmica do sofrimento psíquico dessas mulheres associada à oralidade e suas vicissitudes – tanto marcadas pela falta (de afeto, de condições para que a criança possa lidar com a frustração, com a experiência de vazio) como pelo excesso (a invasão pulsional materna, a indiferenciação entre mãe e bebê). A conclusão é de que há um sofrimento psíquico subjacente às mulheres com problemas alimentares – sofrimento com uma inscrição corporal – que se entrelaça com o feminino, com o luto não realizado da fusionalidade da relação mãe-filha e, conseqüentemente, com diferentes posicionamentos subjetivos melancólicos.

Problemas alimentares; Feminino; Psicanálise.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Universidade Federal do Paraná – UFPR

Pesquisador - P

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade



Sessão Coordenada 08 - A PREVENÇÃO, A PSICOLOGIA E A COMUNIDADE

A PREVENÇÃO NO CAMPO PSICOLÓGICO. *Márcia Helena da Silva Melo* (Universidade de São Paulo)

Tendo em vista que o psicólogo tem sido convocado para contribuir em questões psicossociais e de saúde pública, a prevenção começa a conquistar espaço na identificação e desenvolvimento de ações eficientes para promover a saúde mental, embora se reconheça que ela ainda ocupa um espaço reduzido, seja nos currículos dos cursos de psicologia em nosso país, seja em políticas públicas. O investimento em pesquisas sobre delineamento, implementação e difusão de medidas preventivas com evidências de eficácia e efetividade tem como objetivo responder às demandas de prevenção e redução de problemas como violência, depressão, suicídio e obesidade, assumindo que as contribuições da psicologia são essenciais na implementação de enfoque preventivo nos sistemas de saúde. Ainda que haja o reconhecimento da relevância em desenvolver conhecimento e ações preventivas, a produção científica brasileira voltada para a prevenção em saúde mental se mantém escassa. Neste contexto se insere a presente proposta, que objetiva discutir alguns aspectos relativos à prevenção em psicologia a partir de estudos que têm sido realizados por nosso grupo de pesquisa, a saber, a discórdia conjugal como um fator de risco para o envolvimento em situações de violência nomeadas como bullying; as práticas educativas de pais de crianças com problemas crônicos de saúde; a rejeição entre crianças como risco para delinquência juvenil, abuso de substâncias, evasão escolar e depressão; as políticas públicas nacionais direcionadas ao racismo analisadas a partir do enfoque preventivo e do conhecimento científico produzido sobre o assunto no campo da psicologia. Esses estudos têm buscado contribuir para o conhecimento de problemas relevantes em comunidades, bem como para o desenvolvimento de medidas que possam ser utilizadas por essas comunidades, o que implica manejar aspectos relativos à transportabilidade, adaptação, fidelidade e sustentabilidade dessas medidas preventivas.

Área: outros (Prevenção em Psicologia)

Prevenção, Psicologia, Políticas Públicas

FAPESP; CAPES; CNPq

Pesquisador - P

OUTRA – descrever área no final do resumo

A PRESENÇA DE DISCÓRDIA CONJUGAL GRAVE NO CASAL PARENTAL É FATOR DE RISCO PARA A VITIMIZAÇÃO DE SEUS FILHOS?. *Felipe Alckmin Carvalho** (Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP); Márcia Helena da Silva Melo (Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)*

Ser vítima de bullying na infância e na adolescência é fator de risco para o surgimento de problemas de comportamento internalizantes e externalizantes e, ainda, contribui para o desenvolvimento de transtornos psiquiátricos como depressão, ansiedade e transtornos alimentares. A adversidade familiar, por sua vez, está relacionada com o envolvimento em situações de bullying. Estudos têm apontado correlações significativas entre a presença de discórdia conjugal grave (DCG) entre o casal parental, de um lado, e o envolvimento dos filhos em situações de bullying como agressor, de outro. Entretanto, não há consenso sobre a associação desta variável e a vitimização por pares. O presente estudo teve como objetivo comparar a frequência de DCG em vítimas e não vítimas de bullying. A amostra foi proveniente de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental II da capital paulista. Participaram do estudo 154 alunos, com idades entre 11 e 13 anos, sendo que deste total, 30 foram avaliados como vítimas de bullying, por meio do Peer Assessment e da Escala de Violência Escolar (EVE). Outros 30 alunos, pareados por idade, sexo e sala de aula, compuseram o grupo controle. Utilizou-se o teste Qui-quadrado para avaliar as diferenças entre grupos e adotou-se nível de probabilidade de 95% ($p < 0,05$) para a rejeição das hipóteses de nulidade. A presença de DCG foi avaliada a partir do Índice de Adversidade Familiar. Encontrou-se DCG mais frequentemente em famílias de alunos vítimas de bullying, havendo diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ($X^2=4,2$ e $p=0,04$). Os achados indicam que, na amostra avaliada, crianças provenientes de famílias em que há DCG estão mais vulneráveis para serem alvos de bullying. Tem-se, como hipótese, que as sucessivas falhas no que se refere às estratégias empregadas na resolução de problemas do casal parental e com os filhos se constituem como um modelo negativo de resolução de problemas. Este modelo pode trazer, como consequências, déficits de habilidades sociais nos filhos para lidar com seus pares e para obter um nível de convivência social satisfatório, sendo que esses déficits podem tornar o jovem mais vulnerável a ser vitimizado na escola. Programas voltados para o desenvolvimento de habilidades sociais educativas parentais e de habilidades sociais no casal parental se configuram como uma medida preventiva de problemas de comportamento em seus filhos, uma vez que minoram os fatores de risco e promovem fatores de proteção para o desenvolvimento infantil. Esta estratégia contribui para interromper o ciclo de dificuldades associadas tanto à discórdia conjugal como à vitimização pelos pares em ambiente escolar.

Bullying; Discórdia Conjugal; Prevenção em Psicologia.

CAPES

Mestrado - M

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

PROBLEMAS RESPIRATÓRIOS NA INFÂNCIA PODEM INFLUENCIAR A QUALIDADE DA RELAÇÃO ENTRE PAIS E FILHOS? *Luan Flávia Barufi Fernandes** (Instituto de Ciências Humanas/Universidade Paulista, São Paulo/SP); Márcia Helena da Silva Melo (Instituto de Psicologia/Universidade de São Paulo, São Paulo/SP)*

A asma é a doença respiratória crônica de maior prevalência no Brasil, atingindo cerca de 20% das crianças. Em crianças menores de cinco anos ainda não é possível diagnosticar a asma, mas alguns sintomas, tais como crises de sibilância, são indicativos de que estas crianças podem se tornar asmáticas. A sibilância é um sinal clínico inespecífico que traduz a passagem do fluxo turbulento de ar através de vias aéreas estreitadas ou parcialmente obstruídas, desencadeando vibrações das paredes brônquicas e produzindo um barulho típico. A presença de problemas crônicos de saúde na infância pode representar um importante fator de mediação da qualidade da interação entre cuidador e criança, pois a rotina desta família é marcada por cuidados adicionais, tais como administração diária de medicações, idas frequentes aos serviços de saúde e restrição de algumas atividades. A Psicologia, neste contexto, pode contribuir por meio da oferta e implementação de intervenções preventivas que ajudem estas famílias a enfrentar os eventos estressores advindos desta condição de modo positivo e resiliente. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é avaliar os efeitos de um programa de orientação parental, com enfoque preventivo para problemas de comportamento infantil, sobre as práticas educativas empregadas por cuidadores cujas crianças apresentam crises de sibilância. O estudo foi realizado com seis mães cujas crianças apresentavam crises frequentes de sibilância (média de três crises por ano). As participantes foram abordadas pela pesquisadora e convidadas a participar do Programa de Orientação Parental em quatro ambulatórios de Pediatria do sistema público de saúde da cidade de São Paulo. Quatro mães que apresentaram a mesma disponibilidade de horário para o atendimento psicológico fizeram parte da intervenção (Grupo Tratamento) e duas mães com disponibilidades incompatíveis aguardaram em lista de espera (Grupo Controle). A idade das mães variou de 22 a 44 anos, a escolaridade mais frequente foi ensino médio, cinco possuíam um companheiro e três eram donas de casa. Em relação às crianças, eram três meninos e três meninas, sendo cinco delas com idade de quatro anos e uma com três. Foram realizadas entrevistas de avaliação antes e após a intervenção com ambos os grupos. Os instrumentos aplicados foram: Adult Self-Report; Inventário de Comportamentos para Crianças entre 1 ½ a 5 anos (CBCL/1½-5) e Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais. O programa de orientação parental foi estruturado em 10 sessões semanais, de 90 minutos cada. Pôde-se observar que no Grupo Tratamento houve diminuição dos problemas de comportamento em duas crianças avaliadas, as mães apresentaram aumento dos problemas de comportamento e mudanças nas práticas parentais, com redução, em termos de quantidade e frequência, do uso de práticas negativas na educação infantil. As mães do Grupo Controle não apresentaram alterações em relação aos aspectos avaliados. Considera-se que intervenções de cunho preventivo e com objetivo de orientar os pais sobre práticas educativas podem gerar mudanças positivas no repertório de habilidades sociais educativas parentais e diminuir o uso de estratégias não adequadas, condições que podem melhorar a interação familiar e o manejo do problema de saúde das crianças.

Asma; Práticas Parentais; Prevenção.

CAPES

Doutorado - D

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade

REJEIÇÃO ENTRE PARES: DIÁLOGO COM O FILME THE PERKS OF BEING A WALLFLOWER. *Luiza Chagas Brandão** (Departamento de Psicologia Clínica – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – São Paulo – SP), Lígia Mosolino de Carvalho** (Departamento de Psicologia Experimental – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – São Paulo – SP), Sarah Izbicki** (Departamento de Psicologia Clínica – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – São Paulo – SP), Márcia Helena da Silva Melo (Departamento de Psicologia Clínica – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – São Paulo – SP)*

A percepção dos colegas, baseada no êxito ou fracasso das relações que a criança estabelece com eles no ambiente escolar, se mostra como um importante fator para o desenvolvimento do indivíduo. Deste modo, o relacionamento entre a criança e seus pares, além de ser um indicativo de problemas de comportamento que elas estejam apresentando, pode constituir um fator de risco para o desenvolvimento de problemas futuros. Avaliações sociométricas permitem identificar com que colegas as crianças preferem realizar atividades lúdicas ou escolares (as chamadas nomeações positivas) e com quem preferem não realizar tais atividades (nomeações negativas). A partir das nomeações realizadas pelos alunos, é possível dividi-los em categorias indicativas de suas posições sociais no grupo, a saber, rejeitadas, populares, negligenciadas, controversas e medianas. Dentre essas categorias, a de rejeição – correspondente às crianças que recebem muitas nomeações negativas e poucas positivas, quando comparadas à média do grupo – é entendida como a mais estável das cinco categorias sociométricas e corresponde às crianças que pertencem ao grupo de risco para delinquência juvenil, abuso de substâncias, evasão escolar e depressão. No entanto, apesar de ser um problema corrente na infância, trata-se de um tema pouco investigado e abordado no Brasil e, conseqüentemente, pouco tem sido feito para preveni-lo. Neste contexto, o presente trabalho teve por objetivo apresentar algumas características importantes da rejeição entre pares, relatadas na literatura, as quais devem ser consideradas no delineamento de estratégias de intervenção preventiva da condição de rejeição e de seus conseqüentes problemas de comportamento. Paralelamente, com o objetivo de dialogar com esta temática e ilustrá-la de forma dinâmica e interativa, utilizou-se o filme *The perks of being a wallflower* (lançado no Brasil com o nome “As vantagens de ser invisível”). Com o uso do filme como recurso motivacional e didático, visou-se ao aumento da visibilidade do tema tanto no meio acadêmico, com o intuito de incentivar mais pesquisas relacionadas ao assunto, quanto entre as pessoas que se constituem como figuras responsáveis pelo desenvolvimento saudável da criança, de maneira a contribuir para a prevenção da ocorrência da rejeição pelos pares e dos problemas dela decorrentes. Este trabalho resultou em discussões sobre a influência das amizades, uma vez que esta parece ter significativa importância tanto para a prevenção ou manutenção do status de rejeição quanto para o modo como ele afetará a vida do indivíduo rejeitado; sobre dois padrões comportamentais considerados mais relevantes no contexto da rejeição, a saber, agressividade e habilidades sociais; e sobre o papel do professor, uma vez que os docentes exercem considerável influência no relacionamento entre os alunos e podem constituir um fator de proteção contra a rejeição e suas conseqüências negativas. A partir das discussões levantadas, concluiu-se que o filme, apesar das limitações inerentes a esse formato, pode ser um importante recurso para exemplificar os temas abordados e ampliar sua visibilidade.

rejeição entre pares, prevenção, comportamento infantil

CNPq

Mestrado - M



ESC - Psicologia Escolar e da Educação

POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO RACISMO: PREVENÇÃO E PRÁTICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS. Mariana Zago Castelli** (*Instituto de Psicologia/Universidade de São Paulo, São Paulo/SP*); Márcia Helena da Silva Melo (*Instituto de Psicologia/Universidade de São Paulo, São Paulo/SP*).

Apesar de as questões sociais relacionadas ao racismo existirem há bastante tempo, apenas mais recentemente, nos últimos vinte anos, houve um reconhecimento claro destas questões pelo Estado brasileiro, com o início da criação de políticas públicas direcionadas. As políticas públicas se dividem entre políticas remediativas, tais como as cotas, e políticas preventivas, como a inserção de disciplinas na grade escolar obrigatória (Lei 10.639/03). A prevenção vem sendo apontada como uma modalidade interessante de intervenção para diversas áreas, na medida em que implica menores custos/riscos e maiores benefícios tanto para o indivíduo como para a sociedade, uma vez que o problema é abordado antes de seu agravamento. A combinação com intervenções remediativas é essencial, uma vez que cada um dos dois tipos de intervenção é apropriado para situações e graus diferentes do problema em questão. Além disso, os resultados da prevenção em âmbito social só serão observados a médio/longo prazo, tornando ainda mais importante a combinação com intervenções remediativas. Mas, para que as próprias ações remediativas sejam temporárias (no caso das cotas) ou no futuro menos necessárias, o enfoque preventivo é valioso. De acordo com a concepção de que o conhecimento científico produzido pode e deve ser aplicado de forma útil para a sociedade, garantindo também um maior retorno do investimento do dinheiro público, tem se tornado constante a ideia de práticas baseadas em evidências adotadas precocemente. Assim, este trabalho se propõe a discutir as políticas públicas brasileiras direcionadas a racismo nos últimos 20 anos, a partir do enfoque preventivo e do conhecimento científico produzido sobre o assunto na área psicologia. Para tanto, foram pesquisados no sítio online da Câmara dos Deputados os projetos de lei contendo as palavras-chave: racismo; negro; afrodescendentes. Nos projetos obtidos, foi avaliado: 1) O enfoque do projeto é preventivo ou remediativo? 2) O projeto se baseia explicitamente ou faz referência a algum tipo de evidência científica? 3) Independentemente de haver no projeto menção ou referência explícita a dados científicos, há evidências científicas na literatura da psicologia que sustentem as propostas dos projetos? Os resultados preliminares, referentes aos projetos avaliados até o momento da submissão deste trabalho, foram: não houve preponderância de enfoque preventivo ou remediativo, havendo diversos projetos de ambos os tipos; os projetos em geral não citam referências científicas relativas à validação das políticas propostas; apesar de os tipos de intervenção verificados nos projetos terem respaldo da literatura teórica psicológica e de outras áreas do conhecimento, eles não encontram grande respaldo na literatura científica psicológica empírica. No entanto, modificações sociais cientificamente reportadas no país poderiam ser atribuídas às políticas implementadas e ao trabalho do Movimento Negro, que teve grande participação nas conquistas políticas raciais do país. Os achados apontam para a necessidade de ampliação da esfera de aplicação social e política do conhecimento já empiricamente validado, de forma a permitir a elaboração de políticas com maiores garantias de efetividade, mas também apontam para a necessidade de estudo dos resultados obtidos por estas políticas já implementadas.

Área: Outra (Prevenção em Psicologia)

políticas públicas; racismo; prática baseada em evidências.

CAPES

Mestrado - M

OUTRA

Sessão Coordenada 09 - **ALGUMAS VARIÁVEIS RELEVANTES PARA O ESTUDO DO COMPORTAMENTO DE ESCOLHA**

O EFEITO DE ATIVIDADES DURANTE O ATRASO DO REFORÇO SOBRE O AUTOCONTROLE: REVISÃO DE ESTUDOS EMPÍRICOS. *Fernanda Calixto*** (Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP); *Giovana Escobal* (Pesquisadora Associada ao Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos e vice-coordenadora do Laboratório de Aprendizagem Humana, Multimídia Interativa e Ensino Informatizado, São Carlos, SP) e *Celso Goyos* (Professor Adjunto, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)

Comportamentos de autocontrole, geralmente, referem-se à escolha de reforços atrasados de melhor qualidade e/ou maior magnitude em detrimento à escolha de reforços imediatos de menor qualidade e/ou menor magnitude. Impulsividade seria definida pela relação oposta de escolha. Dentre as variáveis investigadas que demonstraram efetividade em aumentar o repertório de autocontrole se encontra a oportunidade do participante se engajar em atividades durante o atraso do reforço. O objetivo do presente trabalho foi realizar uma revisão das pesquisas experimentais em análise do comportamento que exigiram o engajamento em atividades durante o atraso do reforço e esclarecer algumas questões: (a) Quais as características dos participantes? (b) Quais atividades geralmente são utilizadas nos estudos? (c) Alguma(s) atividade(s) é (são) mais efetiva(s) que outras no aumento do repertório de autocontrole? (d) É descrito algum método de seleção das atividades utilizadas (e.g., avaliação de preferência)? Foi utilizada na busca de artigos a base de dados PsycINFO. A Base possibilitou o cruzamento de diferentes palavras-chaves com o objetivo de acessar os resumos dos materiais com potencial para análise. Foram utilizadas palavras-chaves distribuídas em dois grupos. Grupo 1: Autocontrole, impulsividade, atraso do reforço, self-control, impulsivity, reinforcement delay e Grupo 2: atividade, tarefa, activity, task. Um questionário desenvolvido pelos autores, do presente estudo, guiou a seleção e análise dos experimentos. Foram analisados 10 artigos experimentais que manipularam o efeito de atividades durante o atraso do reforço sobre o autocontrole. Em síntese, a análise dos experimentos demonstrou que: (a) A maioria dos participantes são crianças com desenvolvimento típico e atípico (b) Em nenhum artigo é revelado o método de seleção das atividades utilizadas; (b) As atividades de brincar e pensar em coisas agradáveis são mais efetivas no aumento do repertório de autocontrole em comparação com as atividades de repetir regras e pensar em coisas desagradáveis; (c) Quando ocorreu a manipulação da ausência versus presença da possibilidade de se engajar em atividades os estudos indicaram que a presença da atividade distrativa foi fundamental no aumento do repertório de autocontrole; (c) A possibilidade de se engajar em atividades pode ocasionar em ganhos adicionais uma vez que, em um dos estudos analisados, diminuiu a porcentagem de comportamentos auto lesivos em crianças diagnosticadas com autismo.

Autocontrole; atividades; atraso do reforço

FAPESP para a primeira autora

Doutorado - D

AEC - Análise Experimental do Comportamento

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE EVENTOS SOCIAIS COMO REFORÇADORES EM CRIANÇAS. *Beatriz Coletti do Sacramento** (Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP); Giovana Escobal (Pesquisadora Associada ao Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos e vice-coordenadora do Laboratório de Aprendizagem Humana, Multimídia Interativa e Ensino Informatizado, São Carlos, SP) e Celso Goyos (Professor Adjunto, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)*

A falta de reciprocidade social, bem como uma frequente insensibilidade a eventos sociais que ocorram naturalmente em algumas crianças, culmina na necessidade de desenvolvimento de procedimentos que favoreçam a reciprocidade social e quantifiquem essa insensibilidade através da emissão de comportamentos sociais por essa população, em situações de eventos sociais/interação humana. Se essas crianças emitirem comportamentos sociais, tais comportamentos poderiam adquirir função reforçadora e serem potencialmente utilizados contingencialmente em programas de ensino. Eventos sociais reforçadores seriam ocasiões em que a emissão de comportamentos sociais pudesse ocorrer. Uma maneira de identificar a função reforçadora de eventos sociais é utilizar avaliações de preferência. O objetivo deste estudo foi identificar eventos sociais reforçadores, realizar avaliação de preferência com múltiplos estímulos, com figuras tangíveis sobre a mesa, e avaliar a função reforçadora dos estímulos em uma tarefa de discriminação envolvendo formatos geométricos diferentes. Participaram do estudo cinco crianças com desenvolvimento típico, com idade de 4 anos, estudantes de uma escola infantil regular. A pesquisa foi realizada na própria instituição em que os participantes foram recrutados. Os estímulos experimentais foram duas figuras geométricas digitais e oito figuras de eventos sociais tangíveis. Um delineamento experimental de sujeito único também foi utilizado, tendo o participante como seu próprio controle e foram feitas comparações intra e inter-sujeitos. Os dados de interesse foram a porcentagem de escolha na avaliação de preferência e nas tarefas de discriminação. Os dados tanto da fase de avaliação de preferência, quanto da fase de discriminação apresentaram bastante variabilidade. Apesar da variabilidade, os eventos sociais com função reforçadora puderam ser identificados. Na fase de avaliação da função reforçadora dos estímulos na tarefa de discriminação, os participantes apresentaram dados de indiferença, nas sessões iniciais, entre os estímulos S+ e S-, com aumento da porcentagem de escolha para o S+ ao longo das sessões. O estudo serviu para determinar fatores determinantes da variabilidade e estudos futuros serão realizados para validar o papel desses fatores sobre a variabilidade. Discute-se ainda a eficiência do procedimento para avaliar eventos sociais como reforçadores.

Reciprocidade social; consequências sociais; avaliação de preferência

Bolsa CAPES para a primeira autora

Mestrado - M

AEC - Análise Experimental do Comportamento



EFEITO DA TAXA DE REFORÇAMENTO E DA CONCENTRAÇÃO DE AÇÚCAR NA PREFERÊNCIA POR ALIMENTOS DE COMPOSIÇÃO TRADICIONAL OULIGHT EM UNIVERSITÁRIOS.

*Marina Zanoni Macedo** (Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP); Giovana Escobal (Pesquisadora Associada ao Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos e vide-coordenadora do Laboratório de Aprendizagem Humana, Multimídia Interativa e Ensino Informatizado, São Carlos, SP) e Celso Goyos (Professor Adjunto, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)*

Alimentos com alta concentração de açúcar apresentam relação com comportamento alimentar impulsivo e obesidade. Uma estudante universitária participou desta pesquisa que investigou os efeitos de diferentes esquemas de reforçamento no padrão de respostas e a preferência por alimentos de composição tradicional ou light, que possuem características organolépticas similares e diferem na concentração de açúcar. Dois estudos foram realizados, em ambos, dois estímulos representando os elos iniciais de esquemas de reforçamento concorrentes encadeados (VI 10s VI 30s) foram apresentados, simultaneamente, à participante na tela do computador. Respostas nos elos iniciais foram seguidas pelo segundo elo do esquema encadeado. No Estudo 1 respostas em FR1 no segundo elo foram seguidas pela apresentação, em ambas as alternativas, de amostras de sucos de composição tradicional (Etapa 1) ou light (Etapa 2), um intervalo inter tentativas de 5 ou 10 segundos e o início de uma nova tentativa. No Estudo 2, respostas em FR1 no segundo elo foram seguidas pela apresentação de amostras de sucos de composição tradicional no elo terminal do esquema que operava em VI 30s ou light no elo terminal do esquema que operava em VI 10s, um intervalo inter tentativas de 10 segundos e o início de uma nova tentativa. Cada sessão teve duração de 10 minutos. Resultados preliminares mostraram que humanos têm dificuldades de exibir escolhas maximizadas em esquemas de reforçamento concorrentes encadeados; que itens comestíveis podem causar saciedade fisiológica ao longo das sessões; e que a classificação antropométrica pode influenciar na preferência por alimentos de composição tradicional ou light. Os resultados aqui apresentados serão utilizados como base para estudos futuros.

Obesidade; alimentos de composição tradicional e light; esquema de reforçamento concorrente encadeados

Bolsa CAPES para a primeira autora

Doutorado - D

AEC - Análise Experimental do Comportamento

EFEITO DO CUSTO DA RESPOSTA E DA EXTINÇÃO SOBRE A RESISTÊNCIA DO COMPORTAMENTO A MUDANÇAS. *Guilherme Dutra Ponce** (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR), Lucas Franco Carmona* (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR), Carlos Eduardo Costa (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR)*

Em um múltiplo VI-VI, com não-humanos observa-se uma relação direta entre taxa de reforço e a resistência do comportamento a mudanças (quanto maior a taxa de reforço, maior a resistência do comportamento a mudanças). Pesquisas com humanos nem sempre tem demonstrado essa relação. O objetivo foi investigar o efeito do custo da resposta, como perda de pontos, sobre a resistência do comportamento à mudança em um múltiplo VI VI com humanos. A tarefa experimental consistiu em pressionar o botão esquerdo do mouse com o cursor sobre o botão de respostas que aparecia na tela do computador. O experimento teve cinco fases. Durante as Fases 1 e 3, os participantes foram expostos a um múltiplo VI 10s VI 100s. Quando a contingência de reforço era cumprida, em qualquer componente, o participante recebia 100 pontos no contador. Nas Fases 2 e 4, estava em vigor um múltiplo VI 10s-custo VI 100s-custo. Quando a contingência de reforço era cumprida, em qualquer componente, o participante ganhava 100 pontos no contador, mas cada clique no botão de respostas subtraía um ponto do contador (custo). Na Fase 5, um programa múltiplo EXTINÇÃO-custo EXTINÇÃO-custo foi implementado, no qual cada clique no botão de respostas subtraía um ponto do contador (custo), mas nenhum ponto era liberado. Cada sessão teve duração de 30 minutos e cada fase ficou em vigor até que um critério de estabilidade da taxa de resposta fosse atingido ou por, no máximo, oito sessões (o que ocorresse primeiro). Em todas as sessões a cor do botão de respostas era verde no Componente 1 e amarela no Componente 2. Os componentes eram alternados em sucessão simples a cada 5 minutos e eram separados por um Time Out de 10 segundos. Ao final de cada sessão, cada 100 pontos eram trocados por R\$ 0,10. Os resultados indicaram que quando o custo foi introduzido (Fases 2 e 4), o componente com maior taxa de reforço (VI 10s) foi mais resistente a mudança do que o componente com menor taxa de reforço (VI 100s). Quando se comparou a resistência do comportamento a mudança da Fase 4 para a Fase 5 (Extinção), não houve uma relação clara entre taxa de reforço e resistência do comportamento a mudança. Esses resultados sugerem que o custo da resposta (perda de pontos) é um evento perturbador (disrupting event) eficaz para testar a resistência do comportamento à mudança, replicando os dados da literatura da área, e que a extinção – provavelmente devido a um fenômeno conhecido como generalization decrement – não é um bom teste da resistência do comportamento a mudanças.

Momentum comportamental; resistência a mudanças; custo da resposta

Lucas Franco Carmona foi bolsista PIBIC/CNPq durante a coleta de dados desta pesquisa

Mestrado - M

AEC - Análise Experimental do Comportamento

Sessão Coordenada 10 - **ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA AO AUTISMO: AVALIAÇÕES E PROCEDIMENTOS DE ENSINO DE REPERTÓRIOS VERBAIS**

ENSINO DE RELAÇÕES DE EQUIVALÊNCIA ENTRE LETRAS DITADAS E IMPRESSAS (MAIÚSCULAS E MINÚSCULAS) VIA TREINO DE IDENTIDADE COM CONSEQUÊNCIAS ESPECÍFICAS COMPOSTAS A UMA CRIANÇA COM AUTISMO. *André Augusto Borges Varella/Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento Cognição e Ensino - INCT-ECCE , Deisy das Graças de Souza/Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento Cognição e Ensino - INCT-ECCE*

Indivíduos com autismo podem apresentar dificuldades na aprendizagem de discriminações condicionais arbitrárias, tanto visuais-visuais quanto auditivo-visuais. Repertórios pré-acadêmicos frequentemente exigem o estabelecimento destes tipos de discriminações, como por exemplo, na identificação de letras (relações entre nomes ditados de letras e as letras impressas) e nas relações entre as letras em modalidades maiúsculas e minúsculas. O presente estudo buscou investigar a emergência de relações de equivalência entre os nomes de letras ditados, letras impressas em formato maiúsculo e minúsculo por meio do ensino de relações de identidade com contingências de reforçamento específico para as classes em uma criança com autismo. Em uma tarefa de escolha de acordo com o modelo em um computador, o participante foi ensinado a escolher um estímulo de comparação idêntico ao estímulo modelo apresentado. No ensino do Conjunto 1 (letras A e E) os estímulos modelo e comparação eram apresentados em formato minúsculo. Respostas corretas eram consequenciadas com a remoção de todos os estímulos da tela, a apresentação da respectiva letra em formato maiúsculo no centro do monitor e do nome da letra ditado. Respostas incorretas eram consequenciadas com o escurecimento da tela por 2s. Por exemplo, se o estímulo modelo apresentado fosse a letra impressa A em formato minúsculo, a escolha do estímulo de comparação idêntico (letra A minúscula) era consequenciada com a remoção de todos os estímulos da tela, a apresentação imediata da letra A impressa em formato maiúsculo no centro da tela e do nome da letra ditado pelo computador (“a”). Quando o modelo apresentado era a letra minúscula impressa E, respostas de escolha da letra E minúscula como estímulo de comparação eram consequenciadas com a remoção dos estímulos na tela, a apresentação da letra E impressa em formato maiúsculo e do nome da letra ditado (“e”). O mesmo procedimento foi conduzido durante o ensino das relações do Conjunto 2 (letras F, G e H), exceto que as letras eram apresentadas em formato maiúsculo como estímulos modelo e comparação, e as consequências específicas eram compostas pelas letras em formato minúsculo e pelos seus respectivos nomes ditados. As relações entre nomes ditados e letras impressas (maiúsculas e minúsculas) bem como as relações maiúsculas-minúsculas e minúsculas-maiúsculas eram avaliadas. O participante aprendeu as relações de identidade para os conjuntos A e B e apresentou emergência de todas as relações avaliadas. Os resultados sugerem que o procedimento de emparelhamento com o modelo por identidade com o emprego de consequências compostas específicas para as classes pode ser eficiente no ensino de relações condicionais arbitrárias visuais-visuais, auditivo-visuais e formação de classes de equivalência envolvendo letras impressas maiúsculas, minúsculas e seus respectivos nomes ditados.

equivalência de estímulos, consequências específicas, autismo

FAPESP

Pós-Doutorado - PD

AEC - Análise Experimental do Comportamento

ENSINO DE HABILIDADES PRÉ-REQUISITOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPORTAMENTO VERBAL SOBRE COMPORTAMENTOS INCOMPATÍVEIS COM APRENDIZAGEM EM CRIANÇA COM AUTISMO. *Bárbara Trevisan Guerra/Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento Cognição e Ensino - INCT-ECCE; Ana Cláudia Moreira Almeida-Verdu/Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento Cognição e Ensino - INCT-ECCE; Bruna Pessenda/Universidade Estadual Paulista (UNESP)*

Dentre os comportamentos apresentados pela população com Transtorno do Espectro Autista (TEA), aqueles que impossibilitam o seguimento de instruções, como por exemplo, estereotípias e hetero/auto-agressão, têm consequências negativas sobre a aprendizagem de repertórios relevantes competindo com a ampliação do repertório comportamental incluindo o comportamento verbal. Comportamentos incompatíveis com os considerados adequados e desejados podem ser mantidos não apenas pela estimulação sensorial que ocasionam, mas também por esquemas de reforçamento concorrentes cuja magnitude do reforço para os comportamentos indesejados seja maior. Assim, supõe-se que quando a magnitude do reforço para o comportamento desejado é alterada, não só a emissão dos comportamentos desejados tende a aumentar de frequência, mas a frequência de comportamentos indesejados tende à diminuição. Este trabalho teve como objetivo verificar os efeitos de um programa de ensino de seguir instruções para emissão de pré-requisitos para ensino de comportamento verbal sobre comportamentos indesejados, incompatíveis com os comportamentos alvo. Foi participante um menino de oito anos com diagnóstico de TEA e Paralisia Cerebral, sem comprometimentos de movimentos motores grossos. Os repertórios alvo foram sentar, permanecer sentado, olhar por até seis segundos, imitação motora, imitação generalizada e rastreamento visual. O procedimento envolveu tentativas discretas com diferentes níveis de ajuda podendo ser física total ou física parcial até que fossem emitidos de forma independente, isto é, após a dica verbal. Como critério de aprendizagem a criança deveria emitir seis respostas consecutivas e independentes (sem ajuda, somente com a dica verbal) em cada comportamento alvo. As sessões foram realizadas em média quatro vezes por semana com duração de 20 minutos, na casa da criança. Filmagens foram realizadas para posterior análise das respostas. Respostas alvo eram conseqüenciadas positivamente, de acordo com avaliação de reforçadores realizada no início de cada sessão. Respostas incompatíveis com as desejadas (estereotípias, choros e birra) eram colocadas sob extinção e comportamentos hetero-agressivos ou auto-lesivos eram bloqueados e redirecionados para a resposta alvo. A criança aprendeu todas as respostas alvo do programa, demandando cada vez menos tentativas para que atingisse o critério de acertos. Em relação às respostas incompatíveis com os alvos do programa de ensino, na primeira sessão (sentar) a criança emitiu 2,4 episódios por minuto e na última (rastreamento visual com rotação) apresentou 0,8 episódios por minuto. Ao longo do ensino houve diminuição das estereotípias quando comparadas a primeira e última sessão. Ao se considerar a frequência de comportamentos inadequados, houve diminuição na emissão em todas as sessões, sendo 24 emissões na primeira sessão (sentar) e zero na última (rastreamento visual com rotação). Foi possível verificar a diminuição de comportamentos indesejados a partir do ensino de comportamentos concorrentes e incompatíveis desejados.

autismo, comportamento inadequado, estereotípias

FAPESP

Mestrado - M

AEC - Análise Experimental do Comportamento

TREINO DE OPERANTES VERBAIS EM UMA CRIANÇA COM ESPECTRO AUTISTA GRAVE UTILIZANDO O SISTEMA DE COMUNICAÇÃO POR TROCA DE FIGURAS (PECS). *Larissa Helena Zani Santos de Carvalho/Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Almir Del Prette/Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Ana Cláudia Moreira Almeida-Verdu/Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento Cognição e Ensino - INCT-ECCE*

Um das características centrais do Transtorno do Espectro Autista (TEA) são as alterações nos processos de comunicação. Diversas pesquisas, dentro da análise do comportamento aplicada, tem mostrado a importância de ensinar operantes verbais para crianças com TEA, principalmente mandos. O Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS) adota a análise de comportamento verbal de Skinner e favorece a aquisição de quatro operantes verbais: mando, tato, intraverbal e autoclítico, em crianças com TEA e outros atrasos no desenvolvimento. O objetivo desse trabalho foi avaliar a possibilidade da implementação das seis fases do PECS e a aquisição de operantes verbais em uma criança de 10 anos com diagnóstico de TEA grave, do sexo masculino, em três ambientes diferentes, clínica, casa e escola. Para tanto foi adotado um delineamento de sujeito único do tipo linha de base múltiplas entre ambientes e de múltiplas sondagens. Os materiais utilizados foram: manual do PECS, figuras, pasta de comunicação e filmadora. O trabalho na clínica e na escola foi desenvolvido em uma Instituição de Educação Especial de uma cidade de médio porte no interior de São Paulo e o trabalho na casa foi desenvolvido na residência da criança participante. A intervenção iniciou-se na clínica, após a aquisição da fase quatro do PECS foi iniciada a intervenção na escola em conjunto com a clínica, e por fim, após a aquisição da fase quatro do PECS na escola foi iniciada a intervenção na casa em conjunto com a clínica e escola. Ao final de cada fase em cada ambiente foram realizadas sondagens nos três ambientes com tentativas discretas para cada fase do PECS com a finalidade de avaliar a aquisição de mandos, tatos, intraverbais e autoclíticos. A frequência dos operantes verbais (mando, tato, intraverbal e autoclítico) foi computada em todas as sondagens e analisadas por meio de uma figura de frequência acumulada ao longo dos diferentes ambientes, pontuando o momento em que a criança passou a receber intervenção em cada ambiente. Na linha de base foi avaliado que a criança já tinha repertórios para desempenhar as fases um, dois e três, as demais fases foram aprendidas. A criança conseguiu aprender as seis fases do PECS e adquiriu os operantes verbais ensinados nos três ambientes de ensino. A criança apresentou generalização de habilidades ensinadas para outros ambientes em algumas sondagens, em outras sondagens foi possível verificar que a criança só apresentou a habilidade avaliada quando realmente foi ensinada no determinado ambiente. As pesquisas com PECS mostram que é um método eficaz para crianças mais novas e com diagnósticos menos severos, essa pesquisa mostrou que o PECS foi eficaz para ensinar operantes verbais para uma criança mais velha com diagnóstico de TEA grave, além de trazer benefícios para outros repertórios sociais e reduzir problemas de comportamento.

Transtorno do Espectro Autista, comportamento verbal, PECS

CAPES

Doutorado - D

AEC - Análise Experimental do Comportamento



AVALIAÇÕES DE REPERTÓRIO COMPORTAMENTAL EM CRIANÇAS DO ESPECTRO AUTISTA. *Maria Carolina Martone/Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)*

Existem alguns guias curriculares e sistemas de rastreamento de habilidades para crianças diagnosticadas com autismo e outros atrasos do desenvolvimento, cujos itens avaliam o desenvolvimento da linguagem da criança, além de outras áreas relacionadas, tais como, habilidades sociais, de brincar e cognitivas. Dentro do campo da Análise do Comportamento, duas avaliações ABBLS (The Assessment of Basic Language and Learning Skills) e The VB MAPP (The Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program) tem sido utilizadas tanto no contexto clínico, quanto de pesquisa. A proposta dessas avaliações é identificar o nível das habilidades da criança e pensar quais os passos seguintes que devem ser estimulados e ensinados quando da elaboração do currículo de ensino que formará o seu plano de ensino individualizado. Vamos apresentar uma comparação entre essas duas avaliações, destacando suas características e diferenças principais.

avaliação comportamental, comportamento verbal, autismo

Doutorado - D

AEC - Análise Experimental do Comportamento

EMERGÊNCIA DE RELAÇÕES AUDITIVO-VISUAIS VIA FORMAÇÃO DE CLASSES DE EQUIVALÊNCIA COM CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM AUTISMO. *Patricia Caroline Madeira Monteiro/Universidade Federal do Pará (UFPA), Romariz da Silva Barros/Universidade Federal do Pará (UFPA)*

Crianças diagnosticadas com autismo podem apresentar dificuldades de aquisição de discriminações envolvendo estímulos auditivos. A inclusão de consequências específicas na formação de classes de equivalência pode ser uma alternativa para o ensino de discriminações auditivo-visuais para crianças com autismo. O objetivo desse estudo será explorar essa possibilidade, avaliando a eficácia do paradigma da formação de classes de equivalência para o estabelecimento de relações auditivo-visuais em crianças diagnosticadas com autismo. Para isso, serão primeiramente ensinadas discriminações simples (Fase 1), envolvendo presença e ausência de sons do ambiente e sons de palavras. Depois será organizado um novo treino de discriminações simples (Fase 2) usando os nomes das bandeiras do “Peru” e “Chile” e as consequências específicas: comestíveis de sabor doce e salgado, respectivamente. Na Fase 3, será organizado um treino de identidade (AA e BB) com as figuras das bandeiras do “Peru” (A1) e “Chile” (B1), e dos mapas dos países, desenhados em preto e branco, Peru (A2) e Chile (B2). Nessa fase, serão usadas as consequências específicas som da palavra falada “Peru” e doces, para o Conjunto A (S1) ou som da palavra ditada “Chile” e salgados para o Conjunto B (S2). A seguir, será realizado um teste de discriminações condicionais (Fase 4) A1B1, A2B2, B1A1 e B2A2. Esse teste, assim como os outros testes do estudo, será realizado com sondas inseridas em meio a tentativas idênticas às da Fase 3, e também terá a apresentação das consequências específicas S1 e S2. Na Fase 5, será realizado um teste de discriminações auditivo-visuais com a relação S1A1 e S2A2. Caso a resposta discriminativa auditivo-visual não emergja, será realizado um treino de discriminações auditivo-visuais utilizando os estímulos S1B1 e S2B2. Na Fase 6, será realizado reteste da Fase 5. A coleta de dados do estudo ainda está em andamento e foram realizadas até agora as linhas de base dos repertórios que serão testados com três crianças diagnosticadas com autismo.

Classes de equivalência, discriminações auditivas, consequências específicas

CAPES

Mestrado - M

AEC - Análise Experimental do Comportamento



ENSINO NÃO-PRESENCIAL DE UMA AVALIAÇÃO DE PREFERÊNCIAS VIA CUIDADORES DE CRIANÇAS COM AUTISMO. *Adriano Alves Barboza/Universidade Federal do Pará (UFPA), Romariz da Silva Barros/Universidade Federal do Pará (UFPA),* Considerando que indivíduos portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA) necessitam de intervenção intensiva e precoce, diversos formatos se propõem a contribuir para proporcionar atendimento eficaz e acessível à população afetada. Este trabalho é r
avaliação de preferência, videomodelação, autism
CNPq, CAPES, INCT-ECCEMestrado - M
AEC - Análise Experimental do Comportamento

Sessão Coordenada 11 - **APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA COGNITIVA**

PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO EM LETRAMENTO EMERGENTE: UMA ANÁLISE DA LITERATURA NO CONTEXTO IBEROAMERICANO. *Sylvia D. Barrera (Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP), Iolanda Ribeiro (Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Braga – Portugal)*

O termo “letramento emergente” refere-se às competências, conhecimentos e atitudes considerados facilitadores da aprendizagem da leitura e escrita, entre os quais se destacam as habilidades de processamento fonológico (consciência fonológica e memória de trabalho), os conhecimentos a respeito da escrita (conhecimentos sobre o alfabeto e sobre os usos, funções e convenções da escrita) e as habilidades de linguagem oral (vocabulário e compreensão), além de aspectos motivacionais. Pesquisadores têm buscado identificar em que medida e sob quais condições intervenções precoces podem contribuir para o desenvolvimento dessas habilidades cognitivas e linguísticas. O presente estudo teve como objetivo realizar um levantamento sistemático, na base de dados Scielo (Scientific Library Online), de pesquisas que analisaram o efeito de programas visando ao desenvolvimento de habilidades de letramento emergente em pré-escolares, nos últimos dez anos. Pretendeu-se, a partir da análise da produção científica ibero-americana no período, contribuir para uma melhor compreensão do papel facilitador das habilidades de letramento emergente abordadas pelos programas, bem como das características dos mesmos que podem promover melhores resultados, discutindo os estudos do ponto de vista metodológico e analisando também algumas implicações pedagógicas dos resultados obtidos. Foram identificados 15 estudos, os quais foram agrupados em três categorias, em função das principais habilidades trabalhadas, a saber: 1) sete programas (47%) foram classificados como intervenções focadas nas habilidades de domínio do sistema alfabético (consciência fonológica, conhecimentos dos nomes e sons das letras, relações grafema/fonema); 2) cinco programas (33%) foram classificados como intervenções focadas nas habilidades de linguagem oral (vocabulário, narrativa e compreensão oral); 3) três estudos (20%) foram classificados como “mistos”, ou seja, abordavam, na mesma pesquisa, intervenções voltadas ao desenvolvimento de ambos os tipos de habilidades. Os participantes foram, basicamente, alunos de pré-escolas públicas, de nível socioeconômico baixo, com idades variando entre 4 e 6 anos. Apesar da diversidade dos estudos analisados, quanto à metodologia utilizada, bem como aos objetivos, conteúdos e estratégias dos programas desenvolvidos, apenas um deles não obteve efeitos positivos. Os programas que integraram ambos os tipos de conhecimentos e habilidades (sistema alfabético e linguagem oral) parecem ter maior eficácia para desenvolver as habilidades de letramento emergente. Entretanto, algumas questões metodológicas observadas em alguns estudos, os quais não empregaram grupo controle, bem como utilizaram provas sem dados de validade e/ou confiabilidade na mensuração das habilidades avaliadas, sugerem certa cautela com relação aos resultados obtidos. O fato de vários programas terem sido aplicados em contexto natural, por professores e como parte das atividades escolares, se por um lado diminui o controle de algumas variáveis, por outro, nos permite antever sua possível aplicabilidade em situações reais, aumentando assim a validade externa dos mesmos. Embora dirigidos a populações de alunos considerados de maior vulnerabilidade para apresentar dificuldades na escolarização, devido a questões socioeconômicas, os programas analisados parecem contemplar aspectos importantes a serem trabalhados na educação pré-escolar de um modo



geral, sobretudo de forma integrada e contextualizada, de modo a favorecer o desenvolvimento de habilidades cognitivas e linguísticas que têm se mostrado favorecedoras da aprendizagem inicial da leitura e da escrita.

letramento emergente; pré-escolares; programas de intervenção.

FAPESP - Bolsa de Pesquisa no Exterior

Pós-Doutorado - PD

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

ESCRITA DE PALAVRAS: EFEITOS DE UM PROGRAMA DE INTERVENÇÃO EM CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA. *Maria José dos Santos (Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/GO), Sylvia Domingos Barrera (Departamento de Psicologia - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, Ribeirão Preto – SP)*

Muito precocemente as crianças aprendem regras da língua oral, e o fazem por meio de seu uso, no convívio social, não necessitando de um ensino formal. As crianças, no período da Educação Infantil, conhecem e utilizam um vocabulário bastante extenso: interagem linguisticamente com seus professores e colegas de modo eficaz, compreendem histórias, ordens, enfim, demonstram ter um conhecimento linguístico complexo e eficiente. No final do período destinado à Educação Infantil as crianças começam a desenvolver habilidades para pensar sobre propriedades formais da língua, ou seja, habilidades metalinguísticas. Estas evoluem de modo que, gradativamente, as crianças passam a ser capazes de controlar consciente e deliberadamente regras sintáticas e a estrutura fonológica das palavras (consciência fonológica). Estudos mostram que o controle consciente das habilidades de reflexão linguística parece depender do ensino e de aprendizagens escolares. Pesquisas recentes mostram que a aprendizagem da leitura e escrita requer a habilidade de refletir e manipular os segmentos sonoros das palavras orais e que tal habilidade pode ser desenvolvida, de modo intencional e explícito, por meio de atividades de análise e manipulação de segmentos sonoros tais como sílabas, unidades intrassilábicas e fonemas. Estudos que investigam crianças no início da alfabetização mostram alta correlação entre desempenho em tarefas de escrita e níveis de consciência fonológica, sugerindo que esta habilidade favorece a aprendizagem da leitura e escrita. Neste estudo temos o objetivo de avaliar os efeitos de um programa de intervenção em consciência fonológica no desempenho em tarefa de escrita de palavras. Participaram da investigação 15 crianças matriculadas no último ano da Educação Infantil, com idades entre 4 anos e 9 meses e 5 anos e 2 meses. As crianças realizaram tarefas de escrita de palavras e de consciência fonológica na etapa de pré-teste. Em seguida foi aplicado, pela professora regente da sala, um conjunto de 33 atividades, distribuídas em seis unidades, com a finalidade de desenvolver habilidades de consciência fonológica. Duas semanas após a aplicação do programa, no pós-teste, as crianças realizaram as mesmas tarefas de escrita e de consciência fonológica aplicadas no pré-teste. A aplicação do Teste de Wilcoxon mostra haver diferença significativa entre pré e pós-teste tanto no desempenho na tarefa de escrita quanto no desempenho na tarefa de consciência fonológica, indicando efeitos positivos da aplicação do programa de intervenção. Encontramos alta correlação, no pós-teste, entre tarefa de escrita e consciência fonológica ($r_s=0,7$ com $p<0,01$) sugerindo uma importante relação entre estas duas habilidades. Discute-se a importância de práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento da linguagem oral e que levem as crianças à reflexão e manipulação de segmentos sonoros da linguagem de forma lúdica e prazerosa.

intervenção; consciência fonológica, escrita

Sem apoio financeiro

Pesquisador - P

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

EFEITOS DE UM PROGRAMA DE INTERVENÇÃO MULTISSENSORIAL COM ÊNFASE FÔNICA NA PREVENÇÃO DE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA EM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL. Mariana dos Santos Moretto-Moreschi** e Sylvia Domingos Barrera (Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP)

A literatura tem sugerido a importância e efetividade do diagnóstico e intervenção precoces em pré-escolares em risco de apresentarem dificuldades de leitura. Porém, o número de pesquisas nacionais sobre o tema ainda é escasso. No que se refere à intervenção, abordagens envolvendo o desenvolvimento de habilidades metafonológicas, em especial a consciência fonêmica, têm se mostrado promissoras, sendo que abordagens multissensoriais também têm sido evocadas. Dessa forma, o objetivo da pesquisa é avaliar os resultados de uma intervenção Multissensorial com ênfase fônica em crianças da última etapa da Educação Infantil apresentando propensão às dificuldades de aprendizagem de leitura e escrita. Participaram da pesquisa 36 alunos de uma Escola Municipal de Educação Infantil com idade média de 5 anos e 6 meses. O delineamento consistiu das etapas de Pré-Teste, Intervenção, Pós-Teste 1 e Pós-Teste 2. Nas etapas de Pré-teste e Pós-testes as crianças foram avaliadas através de provas de Conhecimento de Letras, Consciência Fonológica e sondagens de habilidades iniciais de Leitura e Escrita. As crianças que na etapa de Pré-teste obtiveram resultados inferiores a um desvio padrão em relação à média do grupo nas provas de Conhecimento de letras e Consciência Fonológica e que apresentaram nível de escrita pré-alfabético foram consideradas em situação de risco para a aprendizagem da leitura e escrita. Os participantes foram divididos em dois grupos: Grupo Multissensorial (GM) e Grupo Controle/placebo (GC), subdivididos em crianças consideradas em situação de risco (GMr e GCr) e crianças consideradas fora do grupo de risco (GMf e GCf). O Grupo Multissensorial (GMr + GMf) participou de três sessões de intervenção semanais, durante 16 semanas, totalizando 48 sessões. As sessões tinham duração de 35 minutos e consistiam das seguintes atividades: ensino do som e nome das letras; exercícios de estímulo à consciência fonológica e correspondência regular entre letra e som; ensino das vogais, contato com material escrito, estímulo à oralidade e à audição; atividades com estímulos multissensoriais (auditivo, visual, cinestésico, e tátil) e realização do formato das letras por meio da movimentação das partes do corpo estimulando a movimentação corporal das crianças. Durante o mesmo período o Grupo Controle participou de sessões de atividades placebo com a mesma frequência e duração. As atividades placebo seguiram o seguinte roteiro: a) leitura pela experimentadora de uma história infantil; b) momento de reflexão sobre a história contada; c) dramatização; d) desenhos sobre a história; e) brincadeiras de roda: recreação. Os resultados dos Pós-testes 1 e 2 corroboram com a hipótese inicial do estudo, indicando que houve um efeito significativo da intervenção para as crianças do grupo de risco. Por outro lado, para as crianças do grupo fora de risco, os efeitos da intervenção não foram estatisticamente significativos.

aprendizagem de leitura e escrita; método multissensorial; consciência fonológica.

Sem apoio financeiro

Doutorado - D

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM LEITURA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO. *Maria Aparecida Mezzalira Gomes (Universidade Estadual de Campinas- Extecamp - SP), Evelyn Boruchovitch (Universidade Estadual de Campinas - SP)*

A compreensão leitora é, desde o início da escolarização formal, uma atividade necessária para a aquisição e/ou reestruturação de conceitos e informações trabalhados nas diferentes áreas e disciplinas do currículo. No entanto, avaliações institucionais mostram defasagens significativas dos estudantes em leitura, nos diversos segmentos da Educação Básica. O presente trabalho adotou como referencial teórico a Psicologia Cognitiva e a Teoria do Processamento da Informação, que defendem o ensino explícito de estratégias de aprendizagem cognitivas, metacognitivas e afetivo-emocionais para promover a compreensão leitora e a aprendizagem escolar. Teve como objetivo verificar os efeitos de procedimentos de intervenção visando incrementar a compreensão em leitura, num grupo-classe, sem seleção ou exclusão de alunos. Participaram estudantes de quarto ano do ensino fundamental de uma escola pública do interior de São Paulo, com idade entre 10 e 12 anos. No pré-teste os dados foram coletados por meio de Questionário Informativo, Escala de Estratégias de Aprendizagem e um teste Cloze de compreensão. Depois dessa avaliação inicial, durante dois meses, foram realizadas sete sessões com uma hora e meia de duração, utilizando textos narrativos com ênfase na instrução sobre o uso de estratégias de aprendizagem cognitivas e metacognitivas. Diversas atividades reflexivas para orientação de estudos e apoio afetivo-motivacional foram também desenvolvidas. Na última semana os alunos responderam a quatro questões sobre o processo vivenciado por eles. Ao término dessa etapa, foi realizado o Pós-teste para avaliar os progressos dos alunos em compreensão, por meio de dois testes Cloze sendo que o primeiro deles já fora utilizado no Pré-teste, e o segundo era um texto até então desconhecido dos estudantes. Foi também reaplicada a Escala de Estratégias de aprendizagem. O Pós-Teste Postergado ocorreu três semanas depois e constou de dois testes Cloze (os mesmos do Pós-Teste). A análise dos dados dos 28 estudantes que frequentaram pelo menos cinco sessões, e participaram dos três momentos de avaliação foi quantitativa e qualitativa. Por meio de análise estatística descritiva foram elaboradas tabelas de frequência das medidas de posição e de dispersão das variáveis contínuas, avaliadas pelo Questionário Informativo, Escala de Estratégias de Aprendizagem e Teste Cloze. Para a análise qualitativa foi utilizada a Análise de Conteúdo das respostas às questões abertas, formuladas no encerramento da pesquisa, no intuito de verificar a percepção dos alunos a respeito dos procedimentos de intervenção e examinar se houve a ativação da consciência metacognitiva a propósito dos próprios desempenhos. Os resultados foram positivos, sendo que no Pré-teste nove alunos estavam no nível fraco, nove no nível médio e apenas 10, no nível independente em leitura. No Pós-teste Postergado seis estavam no nível médio e 22 atingiram a o Nível Independente. Houve também ganhos em metacognição. Isso indica que os procedimentos de intervenção realmente mobilizaram os estudantes que participaram e se envolveram. O fato de promover avanços significativos para muitos alunos e diminuir as desvantagens de outros, relativamente aos colegas de mesma faixa etária e nível de escolaridade, é altamente democrático e relevante. Beneficia a escola como um todo e cada um dos envolvidos. compreensão da leitura; estratégias de aprendizagem; metacognição.

CNPq e Capes
Doutorado - D
ESC - Psicologia Escolar e da Educação

RELAÇÕES ENTRE O SISTEMA ORTOGRÁFICO DE ESCRITA E HABILIDADES DE PRODUÇÃO TEXTUAL. *Gislaine Gasparin Nobile ** & Sylvia Domingos Barrera (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia – Ribeirão Preto, SP)*

Diante da importância social, econômica, cultural, política, profissional e até mesmo de identidade para os cidadãos, torna-se necessário entender como ocorre o processo de aprendizagem da escrita, particularmente dos sistemas alfabético e ortográfico, já que os mesmos e principalmente o último citado, além de menos estudado, possui inúmeras irregularidades, sendo considerado por vários autores um grande obstáculo a ser superado pelo aprendiz. Já a produção do texto escrito depende, além do domínio básico do código alfabético, de conhecimentos a respeito das normas ortográficas, bem como de conhecimentos relacionados à estrutura de diferentes gêneros textuais. Considerando a complexidade da aprendizagem da escrita, que envolve o desenvolvimento de habilidades metalinguísticas, e a permanência de dificuldades apresentadas por muitas crianças ao longo da escolaridade, esta pesquisa teve como objetivos principais investigar as relações entre conhecimento ortográfico e desempenho na produção escrita de textos, além de analisar em que medida diferentes condições de produção afetam a qualidade dos textos escritos. Participaram do estudo 72 alunos do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública. A coleta de dados foi feita através da aplicação coletiva de um ditado de palavras para avaliação da competência ortográfica por meio do Teste de Desempenho Escolar (TDE) e de três produções de texto: com temática livre, a partir de uma sequência de figuras e a partir de um reconto. Os dados foram analisados em função da natureza e frequência dos erros ortográficos, e da classificação das produções de texto em diferentes categorias, em função do grau de elaboração da estrutura narrativa das mesmas. Análises estatísticas descritivas permitiram verificar que os alunos possuíam um domínio precário da ortografia, sendo os erros ortográficos mais frequentes aqueles envolvendo regularidades contextuais e morfossintáticas, além de casos irregulares. As produções mais elaboradas estruturalmente foram aquelas realizadas a partir de suportes visuais (figuras) e orais (reconto). Análises inferenciais mostraram que há correlação positiva moderada entre escrever ortograficamente correto e produzir textos mais elaborados. Discute-se a importância de um ensino explícito das regras ortográficas, que envolva o desenvolvimento de habilidades metafônicas e metamorfossintáticas, favorecendo o domínio da ortografia e colaborando para a liberação de recursos cognitivos a serem utilizados na produção de textos mais elaborados. Estes, por sua vez, podem beneficiar-se de intervenções educativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades metatextuais, ou seja, a capacidade de refletir intencionalmente sobre o texto, bem como da produção de textos apoiados em suportes que sugiram uma estrutura (narrativa) mais elaborada.

ortografia; produção de texto; habilidades metalinguísticas

FAPESP - Bolsa de Mestrado

Mestrado - M

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

Sessão Coordenada 12 - **ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM SAÚDE EM DIFERENTES CONTEXTOS DE ATUAÇÃO**

O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NAS CIDADES RURAIS: PREVALÊNCIA E VULNERABILIDADES AOS TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS. *Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli, Francisca Marina Freire Furtado** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB)*

Os transtornos mentais comuns fazem parte do quadro das chamadas Doenças Crônicas Não Transmissíveis, constituindo-se em uma ameaça à qualidade de vida e ao desenvolvimento humano. No entanto, é comum observar a falta de uma rede articulada em saúde mental e dificuldades dos profissionais em lidar com estas formas de sofrimento. Partindo-se da premissa de que as precárias condições de vida - em termos socioeconômicos - aliadas a deficiente assistência em serviços e cuidados em saúde mental existentes nas cidades rurais estão associadas com a presença de TMC em residentes nestas localidades, este estudo objetivou identificar a prevalência dos TMC em residentes em cidades rurais e verificar sua associação com os aspectos de vulnerabilidade. A amostra foi constituída por 789 residentes em 16 cidades com menos de 10.000 habitantes, com idade entre 18 a 90 anos (M= 42 anos; DP=14,68), utilizando-se questionário sócio demográfico e o Self-Reporting Questionnaire-20. Os dados foram analisados por estatísticas descritivas e medidas de associação. A maioria dos participantes vivenciavam precárias condições de vida, tendo cursado o ensino fundamental (59%); exerciam atividades de natureza informal (51%) e possuíam renda familiar menor que 02 salários mínimos (93%). O uso de medicamentos psicotrópicos foi relatado por 11%, na maioria ansiolítico e antidepressivo, com prescrição do médico da Estratégia Saúde da Família. Tratamento psicológico foi afirmado por 16%, tendo como motivos sintomas depressivos, enfrentamento de doenças; estresse e preocupação cotidiana; luto pela morte de familiares e problemas com os filhos. A demanda foi espontânea para 39% e 48% precisou se deslocar para outra cidade para conseguir o atendimento. A prevalência de TMC entre as participantes foi de TMC de 27% (31% mulheres e 12% homens), com maior influência, nesta ordem, dos fatores humor depressivo/ansioso, queixas somáticas e perda de energia vital para os homens e, para as mulheres, queixas somáticas, humor depressivo/ansioso e a perda da energia vital. Observou-se diferença estatisticamente significativa para maior prevalência na faixa etária dos 30-59 anos, no sexo feminino, naqueles que não praticam atividade física, que vivenciaram sofrimento no último ano, que não faziam uso de medicamentos psicotrópicos e que afirmaram nunca terem sido atendidas por psicólogos ou médico psiquiatra. Observam-se, ainda, dificuldades em termos de acesso e utilização dos serviços de saúde, que os tornam mais vulneráveis ao adoecimento, entre os quais os de natureza psíquica. A saúde dos residentes em municípios rurais remete a importância de analisá-la e compreendê-la em meio às desigualdades sociais que se inscrevem num conjunto de outras desigualdades, que expressam historicamente diferenças entre o meio urbano e rural, entre as classes sociais e também, entre os gêneros.

Palavras-Chave: Transtorno Mental Comum; rural, saúde mental.

Transtorno Mental Comum; rural, saúde mental

CNPq

Doutorado - D

SOCIAL - Psicologia Social

DETERMINANTES SÓCIO-HISTÓRICOS DO CUIDADO NA SAÚDE DA FAMÍLIA: A PERSPECTIVA DE USUÁRIOS DA ÁREA RURAL DE UM PEQUENO MUNICÍPIO DE MINAS GERAIS. *Edward Meirelles de Oliveira** (Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo/SP), Marco Antonio de Castro Figueiredo (Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo/SP)*

Implantado em 1994, o Programa de Saúde da Família (PSF), hoje Estratégia de Saúde da Família (ESF), vem buscando garantir o acesso equânime à saúde a partir de um modelo que tem como princípios básicos: a integralidade, hierarquização, territorialização, equipe multiprofissional e o caráter substitutivo do modelo de assistência à saúde. A tradução destes princípios na prática, nem sempre efetiva, tem sido discutida, principalmente no que diz respeito ao seu caráter substitutivo, o que pressupõe a necessidade de realizar atividades de avaliação. No Brasil, desde a década de 1990 muitas iniciativas com foco na avaliação da ESF vêm sendo desenvolvidas, poucas sob a perspectiva dos usuários. Nesse sentido, o presente estudo, teve por objetivo identificar os determinantes sócio-históricos atribuídos pelos usuários às vivências de cuidado na Estratégia Saúde da Família (ESF) na área rural do município de Sacramento/MG. Trata-se de um estudo exploratório com abordagem qualitativa. Para coleta de dados foram constituídos três grupos focais compostos por representantes das famílias de três, dentre seis, comunidades rurais (microáreas), da área de abrangência da ESF Rural. Sob a perspectiva do materialismo histórico, a análise das entrevistas grupais foi processada via identificação de conteúdos ex post facto e agrupados em quatro categorias temáticas: A) Disponibilidade, em que foram reunidos os conteúdos sobre a quebra de barreiras para o atendimento e acesso aos serviços prestados, tendo o Rapport como facilitador do vínculo com o usuário. B) Acesso a Recursos, conteúdos voltados à avaliação dos elementos necessários à atenção primária à saúde e com a garantia de serviços secundários e terciários. C) Condições Materiais, relacionadas à vulnerabilidade social e processos de anomia frente à manutenção das conquistas, dada a falta de organização e depreciação dos espaços coletivos para promoção da saúde. D) Movimento Social, relacionado à politização/apropriação do trabalho coletivo e à legitimidade do convívio entre a equipe e a comunidade. O Estudo demonstrou que a precariedade das condições de vida e trabalho no meio rural; as grandes distâncias para acesso aos serviços públicos, especialmente os de saúde e o baixo poder de pressão sobre o poder público, constituem os mais importantes desafios históricos a serem superados na defesa das condições de vida, trabalho e saúde dos moradores da área rural de Sacramento. O enfrentamento do processo saúde-doença pela comunidade aliada à Equipe de Saúde da Família envolve outros elementos além do conhecimento técnico, o que determina uma simetria no vínculo profissional/paciente, viabilizando a construção conjunta das condições do trabalho em saúde. Assim, a sistematização da aprendizagem informal decorrente da atuação conjunta representa uma alternativa à superação do modelo biomédico e de reorientação do ensino em saúde no sentido de favorecer a atuação profissional voltada para os determinantes sócio-históricos do cuidado em saúde. Determinantes sócio-históricos; Saúde da Família; Comunidades Rurais.

Não tem.

Mestrado - M

FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

DESAFIOS À AUTONOMIA NOS PROCESSOS DE TRABALHOS NA PERSPECTIVA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. *Lícia Barcelos de Souza, Laura de Oliveira Marangoni, Lara Franco Zanini, Marco Antônio de Castro Figueiredo (Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

A Estratégia Saúde da Família (ESF), implantada em 1994, como forma de reorientação da atenção básica em saúde e de consolidação do SUS quanto à promoção do acesso e da integralidade do cuidado, se ancorou na centralidade do trabalho em equipe para a organização dos processos de trabalho. Nesta perspectiva, passou a integrar o Agente Comunitário de Saúde (ACS) visando o fortalecimento dos vínculos com a comunidade. No entanto, o processo de inserção do ACS no cotidiano de trabalho vem enfrentando desafios relacionados à sua autonomia para a participação nas decisões da equipe e, conseqüentemente, em sua função de mediação com a comunidade. Este estudo teve como objetivo identificar, a partir das concepções dos ACS, possibilidades de autonomia em decisões relacionadas aos processos de trabalho e ao atendimento de necessidades da comunidade. Participaram voluntariamente da pesquisa 18 ACS, com experiência mínima de 06 meses de trabalho em núcleos da ESF, de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Os ACS foram distribuídos em dois 02 grupos, coordenados com base em procedimentos de discussão temática, que foram áudio-gravados. As transcrições dos conteúdos foram submetidas à análise temática de conteúdo. As concepções explicitadas nos encontros falas dos participantes foram sintetizadas em duas Categorias: a) Concepções sobre Autonomia, que reuniu crenças naturalizadas do senso comum e necessidades legitimadas no cotidiano do trabalho e b) Limites para a Autonomia definidos por conteúdos acerca de aspectos ideológicos que permeiam a gestão, de construção de uma identidade de grupo, e corporativos, enquanto recursos de afirmação do grupo de ACS frente à equipe do ESF. A autonomia no trabalho, segundo concepções dos ACS, pareceu estar representada pela articulação entre liberdade individual e necessidades originadas do contexto de trabalho coletivo, que cria lacunas entre o trabalho idealizado e o objetivado, podendo implicar na perda do sentido do trabalho. Por outro lado, a identificação de limites para a autonomia, apontam as necessidades de visibilidade do trabalho realizado pelos ACS e de participação nos processos de trabalho. Os resultados poderão contribuir para a compreensão do processo de integração do ACS nas equipes e a qualificação do cuidado na atenção primária em saúde.

Autonomia, Trabalho em Saúde, Atenção Primária

CNPq

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

O IMPACTO DA AIDS NA SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA DE PESSOAS NA MATURIDADE E VELHICE. *Josevânia da Silva (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual da Paraíba – Campina Grande, PB)*

Qual o impacto da AIDS para a saúde mental e a Qualidade de Vida em pessoas com idade igual ou superior a 50 anos? Este estudo teve por Objetivo Geral analisar o impacto da AIDS na saúde mental e Qualidade de Vida de pessoas com idade igual ou superior a 50 anos soropositivas para o HIV (HIV+). Participaram 86 pessoas HIV+ com idade igual ou superior a 50 anos. Foram constituídos, ainda, dois grupos comparativos: a) Grupo formado por 86 pessoas HIV+ com idade abaixo de 50 anos, na faixa-etária de 40 a 49 anos e b) Grupo formado por 86 pessoas com idade igual ou superior a 50 anos da população em geral, sem o diagnóstico de soropositividade ao HIV. Foram utilizados os seguintes instrumentos: 1) Questionário sociodemográfico e clínico; 2) Escala Whoqol-HIV Bref; 3) Escala Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20); 4) Escala de Ansiedade e Depressão (HAD); e 5) Entrevista. Para a análise dos dados do questionário sociodemográfico e das escalas foram realizadas análises de estatística descritiva e multivariada. Já para os dados das entrevistas, utilizou-se a Análise Categorical Temática. Quando comparado com pessoas de mesma faixa etária da população geral, as pessoas na maturidade e velhice com HIV/AIDS têm maiores prejuízos na saúde mental e na qualidade de vida, mas não mais que as pessoas abaixo de 50 anos HIV+. Na verificação das variáveis preditivas, O fator Independência ($\beta=0,414$) foi o principal responsável pela explicação da variância, seguido do fator Psicológico ($\beta=0,29$), e, de forma negativa, os Transtornos Mentais Comuns ($\beta=-0,20$). A partir da análise dos relatos dos participantes, emergiram nove categorias: Contágio, Diagnóstico, Percepção da AIDS, AIDS na velhice, Enfrentamento, Suporte, Preconceito, Trabalho e Perspectivas. A convivência com o HIV/AIDS tem impacto em várias dimensões da vida de um indivíduo, contribuindo para a presença de Transtornos Mentais Comuns. O impacto da doença para a avaliação de Qualidade de Vida foi verificado, principalmente, quando comparado com as pessoas sem o diagnóstico da doença, corroborando a hipótese inicial do estudo. Além disso, há variações interindividual significativa em termos do impacto da doença para as pessoas, ainda que com o mesmo diagnóstico. Esta variação do impacto sugere considerar não só variáveis mensuráveis, tais como a idade, níveis de CD4 ou estágio da doença (sintomático ou assintomático), uma vez que tal variação pode estar relacionada à natureza subjetiva da resposta do indivíduo a uma complexa interação de fatores inerentes à convivência com a doença, conforme verificado nos relatos dos participantes.

HIV/AIDS; Qualidade de Vida; Saúde Mental; Maturidade; Velhice.

CNPq

Doutorado - D

SOCIAL - Psicologia Social

GRUPO PSICOEDUCATIVO COMO ALTERNATIVA DE CUIDADO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA. *Orfelina Moraes Borba Ricardo** (CIOM Centro Integrado de Oncologia e Mama, Bage/RS)

Este estudo tem como foco a constituição de grupos psicoeducativos com pessoas com diagnóstico de câncer, enquanto possibilidade de tecnologias e atos geradores de baixíssimo custo e grande interesse para a promoção de qualidade de vida e saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde. Tem como objetivo geral analisar a eficácia de um programa de intervenção em grupo psicoeducativo para promover estratégias de enfrentamento adaptativas e melhorar a qualidade de vida de pacientes com diagnóstico de câncer, visando sua implementação em Serviços de Saúde. Para efeito comparativo, a amostra foi dividida em dois grupos: Grupo 1: Pessoas com câncer que participam de um grupo psicoeducativo. Grupo 2 – Pessoas com câncer que não participam de grupos. Ambos foram compostos de forma não-probabilística e por conveniência, constituído por pessoas com câncer, de ambos os sexos, na faixa etária acima de 21 anos, portadores de qualquer tipo de tumor. Foram utilizados os instrumentos: Questionário Sócio-demográfico e Clínico; Questionário de Percepções sobre Grupo Psicoeducativo; Escala de Modos de Enfrentamento de Problemas (EMEP); Escala de Bem-Estar Subjetivo (EBES); Escala de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL – bref). Os dados foram processados pelo programa SPSS (Statistical Package for Social Sciences) e analisados através de estatística descritiva, com a utilização de medidas de posição (Média, Mediana) e de variabilidade (Desvio Padrão, Amplitude), além de testes paramétricos (Teste t de Student ou Qui-quadrado) objetivando verificar as possíveis diferenças entre os grupos. O estudo foi submetido à avaliação e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Bagé-RS. Os resultados encontrados reiteram a contribuição do grupo para a qualidade de vida dos participantes. Os participantes do grupo psicoeducativo apresentaram melhor ajustamento no enfrentamento da doença, maior satisfação com a vida e melhores índices de qualidade de vida em relação às pessoas que não participam do grupo. A convivência em grupo composto por pessoas com problemas semelhantes ajuda os participantes a quebrarem barreiras criadas por sentimentos de solidão e isolamento, especialmente pela possibilidade de feedback e sugestões construtivas de outras pessoas que vivenciam os mesmos problemas. Além de receber suporte do grupo, cada participante também expõe suas experiências às outras pessoas, demonstrando que a convivência em grupo contribui para o crescimento de todos, incluindo os profissionais de saúde. Dessa forma, a proposição de práticas educativas sensíveis a necessidade dos usuários, como o grupo psicoeducativo, se destaca como um modelo de educação em saúde, no qual o profissional, além de mediar a discussão em saúde junto ao participante, é também um aprendiz a partir da troca de conhecimentos do saber em saúde.

grupo de apoio; educação em saúde; câncer; qualidade de vida
Não tem.

Mestrado - M

SAÚDE - Psicologia da Saúde

Sessão Coordenada 13 - **ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM PACIENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS.**

SILENCIOSA E PERIGOSA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA HIPERTENSÃO ARTERIAL. Mariana Luíza Becker da Silva* (*Faculdade de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC*); Andréa Barbará da Silva Bousfield (*Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC*),

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma doença crônica, pois é caracterizada por múltiplos fatores de risco, períodos de latência extensos e curso prolongado. A HAS possui um aumento significativo todo ano, seu aparecimento é cada vez mais precoce e é responsável por significativo número de óbitos em todo o mundo. Além de não possuir cura, demanda tratamento contínuo por toda a vida. O controle pode ser feito por medicamentos ou/e pela mudança no estilo de vida da pessoa. Apesar disso, tais medidas se apresentam como as principais dificuldades na efetivação do tratamento, tendo em vista que a adesão à terapêutica é deficitária, principalmente quando estabelecidos durante um longo tempo de vida, o que envolve mudanças na própria ideia de saúde. Com isso vislumbra-se a relevância da Teoria das Representações Sociais (TRS) no estudo da hipertensão arterial, pois fornece instrumentos de identificação de conceitos possibilitando trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade. Dessa forma, se torna possível conhecer o que favorece e o que dificulta a mudança de estilo de vida, o que se torna fundamental para se planejar intervenções que possam ser eficazes e orientadoras na formulação novas políticas públicas. Desse modo, o presente trabalho visa identificar as representações sociais do tratamento da hipertensão para pessoas que vivem com esta condição crônica. Participaram do estudo 20 sujeitos hipertensos – 10 homens e 10 mulheres - com média de idade 54 anos, a maioria possuía nível alto de escolaridade (nível superior) e pouco tempo na descoberta na doença (até 5 anos). A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas em profundidade (em média 30 minutos) sobre a temática da hipertensão. O material textual foi submetido à análise hierárquica descendente (CHD), por meio do software IRAMUTEQ, no qual resultaram 5 classes: causas e controle da hipertensão; preocupação com as consequências da doença; rotina após a descoberta; processo da descoberta e a relação com profissionais de saúde; sintomas aparentes. Os participantes ao se referirem à hipertensão, narram histórias de como foi a descoberta da doença, o que sentiram e as preocupações que vieram a partir disso. O passado e o futuro se inter-relacionam, visto que a partir da reflexão do que ocasionou a hipertensão e como foi essa descoberta surgem falas que remetem a culpa sentida e as preocupações com as consequências da doença. A partir disso, os participantes refletiram sobre a importância do cuidado com a doença, destacando práticas de controle na rotina pessoal. Tais práticas se relacionam basicamente com o tratamento medicamentoso, a realização de exames rotineiros e o hábito de medir a pressão com frequência. Pode-se indicar que a hipertensão arterial é representada como uma doença silenciosa e perigosa, e que esta representação social é permeada pela mudança nos hábitos de vida, principalmente associada ao uso do medicamento, apesar de haver falas em relação à alimentação e ao exercício físico, entretanto essas práticas não são aderidas, tendo em vista a rotina corrida que transpassa as suas vidas.

Hipertensão Arterial. Representações sociais. Saúde.

CNPq (bolsa de iniciação científica para a primeira autora).

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

SAÚDE - Psicologia da Saúde

RELAÇÃO ENTRE HÁBITOS DE VIDA, DADOS ANTROPOMÉTRICOS E HIPERTENSÃO ARTERIAL EM MOTORISTAS DE ÔNIBUS. *Andressa Melina Becker da Silva** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); Jéssica Pereira de Aquino* (Faculdade de Enfermagem, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); Patrícia Santos Moreira* (Faculdade de Enfermagem, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); Mariana Luiza Becker da Silva* (Faculdade de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC); Sônia Regina Fiorim Enumo (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP)*

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma condição clínica multifatorial caracterizada por níveis elevados e sustentados de pressão arterial – PA (PA \approx 140 x 90mmHg). É um grave problema de saúde pública no mundo - a prevalência brasileira é de 32%. Os desafios do controle e prevenção da HAS e suas complicações são, sobretudo, de equipes multiprofissionais, incluindo psicólogos. Motoristas de ônibus trabalham sob forte estresse psicológico, com intervalos curtos, permanecem sentados por horas, o que dificulta uma alimentação saudável, entre outros fatores de risco. Este estudo verificou a relação entre hábitos de vida, dados antropométricos e hipertensão arterial em 47 motoristas de ônibus de uma empresa de transportes interestadual de Curitiba-PR, com idade média 38,7 anos (\pm 6,93), que dirigiam 8 h/dia. A pressão arterial foi medida com estetoscópio e esfigmomanômetro. Como parâmetros antropométricos, utilizaram-se o Índice de Massa Corporal (IMC), mensurando-se peso com balança digital e fita métrica para altura, e a Relação Cintura-Quadril (RCQ) - medidas de risco coronariano. Como medida psicológica, utilizou-se a Escala de Estresse Percebido. Os níveis de tabagismo e utilização de bebidas alcoólicas foram constatados por perguntas na anamnese. Os testes estatísticos Kolmogorov-Smirnov e Levene mostraram distribuição normal e homogênea dos resultados, utilizando-se, então, os testes estatísticos paramétricos ANOVA e ANCOVA ($p < 0,05$). A maioria nunca fumou (72,34%), 17,02% pararam há mais de um ano, 4,25% há menos de um ano; 4,25% fumam menos de dez cigarros/dia, e 6,12% entre 11 e 20 cigarros/dia. A maioria não ingere bebida alcoólica (58,57%), 36,17% bebem apenas em ocasiões sociais, e 4,25% bebem em média de duas a três vezes por semana. O IMC médio foi 26,97 (\pm 3,73), estando a maioria com sobrepeso (51,06%) e 19,14% obesos. O RCQ médio foi 0,89 (\pm 0,11), com 46,8% em risco limítrofe para complicações metabólicas, 17,02% com risco aumentado e 12,76% com risco aumentado substancialmente. A maioria apresentou algum nível de pressão arterial alterada - limítrofe (21,27%), hipertensão grau I (25,5%), hipertensão grau II (6,38%), hipertensão grau III (2,12%) e hipertensão sistólica isolada (6,38%). Todos motoristas apresentam nível de estresse maior do que o normal para a população brasileira; mas o estresse não influenciou a hipertensão arterial: $[F(19,27) = 1,151, p = 0,362]$. Contudo, tendo a ansiedade como covariante, o estresse influenciou significativamente a hipertensão arterial $[F(18,27) = 9,223, p = 0,005]$. A idade não influenciou a hipertensão $[F(18,27) = 1,751, p = 0,091]$, assim como o consumo de álcool $[F(2,44) = 1,453, p = 0,245]$; porém, com a idade como covariante, a relação foi significativa $[F(2,42) = 1,749, p = 0,018]$. O tabagismo não influenciou significativamente a hipertensão $[F(4,42) = 0,265, p = 0,899]$, somente com a covariante idade $[F(1,40) = 4,457, p = 0,041]$. O RCQ não influenciou significativamente a hipertensão $[F(1,23) = 0,915, p = 0,583]$, somente com a covariante idade $[F(1,22) = 5,278, p = 0,031]$. O IMC não influenciou significativamente a hipertensão $[F(44,2) = 0,272, p = 0,966]$. Assim, os dados mostram que esses hábitos mantidos por anos podem ser fatores de risco para hipertensão arterial.



Hipertensão Arterial. Saúde. Motoristas de Ônibus.
CAPES (bolsa de doutorado para primeira autora); CNPq/MCT (bolsa de iniciação científica para quarta autora; bolsa de produtividade em pesquisa em nível 1B, para última autora).
Doutorado - D
SAÚDE - Psicologia da Saúde

SAÚDE MENTAL E COPING NA GESTAÇÃO EM CONDIÇÃO CRÔNICA DE SAÚDE. *Ana Cristina Barros da Cunha (Instituto de Psicologia; Maternidade-Escola; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ; Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES); Claudia Lucia Vargas Caldeira (Maternidade-Escola; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ); Adriana Menna Barreto** ((Instituto de Psicologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ); Julie Anne Barros Smith** (Instituto de Psicologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ); Paolla Pinheiro Mathias** (Instituto de Psicologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ)*

Dentre os diferentes riscos gestacionais materno e/ou fetal inclui-se a Diabetes Mellitus Gestacional (DMG), que é uma condição crônica de saúde que a gestante apresenta durante a gravidez, em que ocorre aumento das taxas glicêmicas e pode acarretar parto prematuro e macrosomia (neonato acima do peso referente à idade gestacional). O acompanhamento da gravidez com DMG exige severas mudanças de hábitos e, algumas vezes, tratamento com insulina injetável, o que exige da mulher um suporte psicossocial e estratégias de enfrentamento (coping) resilientes para lidar com essa condição de vulnerabilidade. Nesse contexto de gravidez, tais riscos podem resultar em aumento da ansiedade e do stress, além de tendência à depressão. Diante do exposto, propomos estudar possíveis relações entre indicadores de ansiedade e depressão e o modo de enfrentamento (coping) de gestantes com diagnóstico de DMG. Participaram do estudo 79 gestantes atendidas em uma maternidade pública na cidade do Rio de Janeiro que responderam aos instrumentos: 1) Protocolo de dados gerais, para identificar variáveis psicossociais pessoais e familiares; 2) Escalas BECK, Inventários BAI e BDI, para avaliar sinais e sintomas de ansiedade e depressão; e 3) Escalas Estratégias de Enfrentamento de Problemas (EMEP), para avaliar estratégias de enfrentamento (coping) frente ao diagnóstico de DMG, classificadas em: a) busca de suporte social; b) focado na emoção; c) focado no problema; e d) focado na prática religiosa. Com média de 31 anos de idade, aproximadamente 93% das gestantes tinha companheiro que as ajudava e, por vezes, também as acompanhava durante o pré-natal. E, ainda, 65% declarou contar com suporte familiar durante a gravidez, quer seja da mãe, irmã e até de amiga. Grande parte (80%) das gestantes era cristã (evangélicas ou católicas), praticante ou não. Sinais de ansiedade de mínimo a severo foram apresentados por 63,3%, ou seja, pelo menos 50 gestantes apresentavam ansiedade mínima (24,06%), moderada (15,19%) e severa (24,06%). Indicadores de depressão foram avaliados em um recorte de 55 gestantes quando observou-se 69% com depressão, que variaram de sinais leve (50,91%), moderado (12,73%) e severo (5,45%). Dados de avaliação do coping pela EMEP revelaram que o enfrentamento focado na emoção foi o menos frequente (12,66%), enquanto que 30,37%, das gestantes adotava o coping focado na busca de suporte social, seguido do coping focado no problema (30,37%) e na busca de práticas religiosas (26,58%). Considerando as inúmeras mudanças e expectativas vivenciadas durante a gravidez, que resultam em característico aumento de ansiedade, os resultados sugerem que o DMG pode ser fator gerador de maior ansiedade e sinais de depressão. Embora 80% tenha declarado ter religião, o coping focado em práticas religiosas não foi o mais prevalente. Apesar das gestantes contarem com suporte psicossocial (companheiro e família) durante a gravidez, elas necessitavam ainda adotar o coping focado na busca de suporte social. Tal dado pode ser explicado pelo fato de que o DMG significa importante impacto no período gravídico-puerperal, sendo necessário o oferecimento de suporte para a gestante enfrentar de forma mais resiliente essa experiência estressora causadora de ansiedade e depressão.

Coping. Diabetes Mellitus Gestacional. Ansiedade.



FAPERJ (Processo E-110.660\2013)
Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)
SAÚDE - Psicologia da Saúde

AVALIAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA DOENÇA FALCIFORME EM CRIANÇAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. *Allan Waki de Oliveira** (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas/SP); *Anita Colletes Bellodi *** (Programa de Pós Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas – SP); *Sônia Regina Fiorim Enumo* (Programa de Pós Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas - SP)

A Doença Falciforme (DF), que inclui a Anemia Falciforme (AF) é a enfermidade hereditária com maior prevalência no Brasil, chegando a afetar 6 a 10% da população afrodescendente brasileira, sendo caracterizada por uma mutação genética que compromete as funções das hemácias. O principal sintoma da DF é a dor, que pode ser crônica ou aguda, com intensidade variável e recorrência imprevisível, desencadeada em virtude da oclusão de vasos sanguíneos pelas hemácias falciformes, levando à ocorrência de derrames cerebrais e danos cognitivos, prejuízos emocionais, sociais, acadêmicos e até morte. Daí a necessidade de avaliações multidimensionais para a dor na DF e avaliações quanto às estratégias de enfrentamento de tal evento. As estratégias de enfrentamento (coping) podem ter função mediadora na atenuação dos efeitos negativos da doença e da dor, além de atuar como fator de proteção ao seu desenvolvimento, assim, compreender como os indivíduos enfrentam a doença pode determinar mudança na assistência voltada à criança e família e contribuir para melhora na qualidade de vida. Isso posto, o presente trabalho tem como objetivo primeiro apresentar um conhecimento sistematizado sobre instrumentos para avaliação da dor e, segundo, identificar e analisar os instrumentos utilizados na avaliação das estratégias de enfrentamento (coping) da dor e da DF infantil, possibilitando assim obter recursos voltados à elaboração de propostas de intervenção capazes de prevenir ou amenizar os riscos ao desenvolvimento da criança. O Método contou com uma revisão sistemática da literatura internacional da área dos últimos 10 anos, sem metanálise, em bases de dados vinculadas ao portal da American Psychological Association. Para a seleção dos artigos (critério de inclusão) foram utilizados os descritores *psychological adaptation and pain measurement and sickle cell disease or sickle cell anemia and assessment or assessment instrument and childhood and adolescence*. A pesquisa foi realizada em 30/10/2013. Os critérios de exclusão foram artigos em que: a população estudada extrapolava 18 anos; versavam sobre a DF exclusivamente no campo médico; não utilizaram instrumentos de medição da dor e que não possuíam pertinência temática entre a avaliação da dor e a doença. Os artigos foram lidos elencando-se dados descritivos e dados relacionados ao problema de pesquisa, sendo submetidas as classificações à análise de um juiz para verificar concordância. Os Resultados contaram com retorno de 44 artigos. Destes, nenhum apresentou instrumentos específicos para avaliação da dor na DF e também nenhum deles apresentou descrição de instrumento para avaliação de coping da dor ou da doença. De acordo com os dados obtidos nesta revisão, apresenta-se como Conclusão que não foi possível localizar instrumentos específicos na literatura para a medição da dor na anemia falciforme, demonstrando a necessidade de maiores estudos em relação ao tema. Quanto às estratégias de enfrentamento, pode-se notar que somente em um dos artigos é citada a relação entre dor e estratégias de enfrentamento, mas de maneira deveras simples e num contexto diferente da doença objeto deste estudo, indicando-se a lacuna da área e necessidade do desenvolvimento da mesma para auxiliar na orientação de crianças com DF e familiares.

Testes Psicológicos. Doença Falciforme. Enfrentamento

Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Reitoria

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação) / SAÚDE - Psicologia da Saúde

INTERVENÇÕES NÃO FARMACOLÓGICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DOENÇA FALCIFORME: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. *Murilo Fernandes de Araújo** (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP); *Anita Colletes Bellodi *** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas - SP); *Sônia Regina Fiorim Enumo* (Programa de Pós Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas - SP)

A anemia falciforme (doença falciforme) é uma doença hereditária genética que afeta predominantemente afrodescendentes, comprometendo as funções das hemácias, fazendo-as perderem o formato bicôncavo. No Brasil, é a doença crônica hereditária mais prevalente, afetando entre 6% a 10% da população afro-brasileira. Complicações ligadas ao quadro envolvem episódios de dor, caracterizadas como dor crônica (longa duração, de três meses ou mais) ou aguda (imprevisível e intensa, que diminui e desaparece com tratamento), desencadeada da oclusão de vasos sanguíneos pelas hemácias falciformes, seguidas de infartos nos tecidos e que pode gerar danos cognitivos ou até mesmo morte. Como não há cura para o quadro e nem existe tratamento específico, medidas como intervenções psicossociais, então, se mostram vitais nesse processo, com técnicas como relaxamento, distração, intervenções cognitivo-comportamentais, hipnose, autohipnose, estratégias de coping cognitivo, educação, suporte social, grupos de autoajuda, e intervenções familiares. Dada essa importância de tais tratamentos, este trabalho teve por objetivo realizar uma revisão sistemática de literatura de estudos empíricos, procurando identificar, descrever e analisar intervenções psicossociais para manejo da dor na anemia falciforme, publicados nos últimos 10 anos, em revistas nacionais e internacionais, utilizando as bases de dados eletrônicas vinculadas ao Portal Periódicos da CAPES. Em relação ao Método, os materiais utilizados foram microcomputador e software Office (Microsoft). O procedimento contou com a escolha de palavras-chave e busca de descritores correlacionados, após consulta à Biblioteca Virtual de Saúde (BVS-Psi), sendo selecionados: anemia falciforme, estudos de intervenção, adolescente e criança (primeiro critério de inclusão). No Portal de Periódicos Capes, selecionou-se a opção de busca de artigos dos últimos dez anos (janeiro de 2004 à janeiro de 2014), segundo critério de inclusão, arquivando-se os artigos encontrados. Utilizou-se como critério de exclusão artigos que não foram revisados por pares, que não se tratavam de intervenções não farmacológicas e teóricos. Os artigos resultantes passaram por análise quanto à qualidade das intervenções psicossociais, sendo apresentados suas características descritivas principais (autores, data, desenho metodológico, características dos sujeitos e local, caracterização do protocolo de intervenção, variáveis dependentes e principais resultados) e características quanto às variáveis psicossociais estudadas (ex.: funcionamento social, cognitivo e acadêmico, problemas comportamentais, sexualidade, qualidade de vida, atividades de vida diária, ajustamento materno, coesão familiar, suporte social, estratégias de enfrentamento, adesão ao tratamento, nível socioeconômico, etnicidade, preconceito). Os Resultados indicaram a publicação de dezenove artigos internacionais e dois artigos nacionais que possuíam descrições de intervenções não farmacológicas para manejo de dor em crianças e adolescentes com anemia falciforme. Foi possível identificar ainda cada intervenção como “bem estabelecida” ou “provavelmente eficaz”, de acordo com os critérios adotados pela APA Division 12 Task Force Criteria for Empirically Supported Treatments. Como conclusão, aponta-se a evidente pouca publicação e discussão em âmbito nacional do tema, mesmo sendo a doença crônica hereditária mais



prevalente na população brasileira, tornando-se então vital a observação de publicações estrangeiras para fomentar debates nacionais e orientar futuras intervenções no país.

Doença Falciforme. Dor. Intervenção Psicossocial.

Potifície Universidade Católica de Campinas - Reitoria

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

SAÚDE - Psicologia da Saúde

Sessão Coordenada 14 - **AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO EM PRÁTICAS PARENTAIS:
UM CAMINHO PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS**

AVALIAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO PARA PREVENÇÃO DO TRAUMA CRANIANO VIOLENTO. *Nahara Rodrigues Laterza Lopes** (Departamento de Psicologia, Laboratório de Análise e Prevenção de Violência, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Departamento de Psicologia, Laboratório de Análise e Prevenção de Violência, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP),*

A violência contra crianças e adolescentes é um problema frequente e grave em nossa sociedade. Dentre suas formas, destaca-se o trauma craniano violento pediátrico (TCV) ou Síndrome do Bebê Sacudido, que consiste em sacudir violentamente um bebê, usualmente em resposta ao seu choro. Este comportamento pode acarretar em consequências gravíssimas para o desenvolvimento infantil, podendo levar à morte da criança. Entretanto, apesar de sua gravidade, o trauma craniano violento pode ser prevenido por meio da educação parental. No Brasil, apesar da alta prevalência de maus-tratos infantis, não há estudos que enfoquem ações preventivas do trauma craniano violento. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a eficácia de três materiais informativos diferentes para o aumento do conhecimento de pais brasileiros sobre esta forma de maus-tratos. Participaram do estudo 82 mães e 7 pais de recém-nascidos e uma gestante, totalizando 90 cuidadores. Os participantes foram divididos em três grupos, sendo que cada grupo foi exposto a um material diferente. Os materiais consistiram em um vídeo sobre o trauma craniano violento, um panfleto sobre o TCV e um vídeo sobre segurança infantil, que não abordava o trauma craniano violento e foi utilizado com comparação. Para avaliação do conhecimento dos participantes foram utilizados os instrumentos Questionário sobre o Choro do Bebê e o Questionário sobre o Conhecimento da Síndrome do Bebê Sacudido. O estudo apresentou o seguinte delineamento: pré-teste, intervenção, pós-teste e follow-up, sendo que o pré-teste, a intervenção e o pós-teste ocorriam em um mesmo dia em uma maternidade de um município de médio porte no Estado de São Paulo. O follow-up ocorria após pelo menos 30 dias do pós-teste por meio de contato telefônico. A diferença do delineamento entre os grupos se deu apenas no material oferecido no momento da intervenção, tendo um grupo assistido ao vídeo sobre TCV, outro grupo assistido ao vídeo sobre segurança infantil e o terceiro grupo lido o panfleto sobre TCV. Os instrumentos foram aplicados em três momentos diferentes: pré-teste, pós-teste e follow-up. Os resultados sugerem que a leitura individual do panfleto pode ser uma estratégia útil em programas de prevenção, uma vez que a mesma aumentou o conhecimento dos participantes sobre a gravidade de sacudir um bebê, bem como a probabilidade de utilizarem estratégias de se afastar do bebê, quando estressados pelo choro. Apesar de menos expressivos, os resultados do grupo que assistiu ao vídeo sobre o trauma craniano violento também indicaram um aumento no conhecimento sobre o número médio diário de horas de choro do bebê. Espera-se que estes resultados possam fornecer embasamento para futuras ações de prevenção do trauma craniano violento.

Violência intrafamiliar, trauma craniano violento, síndrome do bebê sacudido

CNPq

Mestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento

AVALIANDO METAPARENTAGEM EM MÃES BRASILEIRAS. *Estela Manfrin** (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP), *Sabrina Mazo D’Affonseca*** (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP) e *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams* (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP),

A metaparentagem consiste em um conjunto de processos internos que resultam em uma compreensão mais abrangente da parentalidade, envolvendo o pensar sobre ou o refletir a respeito das práticas parentais. Tal constructo como proposto, divide-se em quatro componentes: (1) antecipação ou considerações intencionais dos pais/mães sobre algo que ainda não aconteceu; (2) avaliação ou ato de aferição dos pais em relação à criança; (3) resolução de problemas - ato de identificar o problema e sua origem, selecionar possíveis soluções; (4) reflexão envolve pensar sobre quais características os pais/mães querem evitar, assegurando-se do seu comportamento. Para avaliar a metaparentagem, foi elaborado um instrumento, originalmente em inglês, com 50 afirmações sobre os quatro componentes do constructo, as quais os participantes deveriam selecionar a frequência em que os pensamentos ocorriam em uma escala likert que variava de 1 nunca a 5 constantemente. O presente estudo objetivou realizar a adaptação transcultural do inventário de metaparentagem para o Brasil em sua versão completa e apresentar os resultados de uma investigação empírica inicial. Após completar, em estudo anterior, a tradução do inventário, avaliação do comitê de experts, a retrotradução e avaliação da população alvo, a versão brasileira aplicada nesse estudo, em forma de entrevista, em uma amostra de 89 mães com filhos de 2 a 12 anos de idade de ambos os sexos. A idade das mães variou de 21 a 52 anos ($M = 34$; $dp = 6,19$); a maioria (72,5%) se declarou branca; 22,5% afro-brasileira e 5% parda. Com relação à escolaridade, 29,7% tinham ensino superior completo; 25,8% afirmaram ter pós-graduação; 22,5% ensino médio completo; 10,1% ensino superior incompleto; 7,9% ensino fundamental completo; 6,7% ensino fundamental incompleto e 2,2% ensino médio incompleto. Quanto à renda familiar, 34,8% das mães participantes tinham renda superior a 7 salários mínimos (SM); 20,2% tinham entre 2 a 3 SM; 19,1% entre 4 a 5 SM; 7,9% das participantes possuíam de 0 a 1 SM e 18% de 6 a 7 salários mínimos. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade e só participaram da pesquisa as mães que assinaram o Termo de Consentimento. Análise fatorial dos itens e de confiabilidade do instrumento (alfa de Cronbach) foram realizadas. Os resultados indicaram que o instrumento brasileiro, ao contrário do original em inglês, possuía três fatores, correspondentes a três componentes da metaparentagem (resolução de problemas, reflexão e avaliação). Todas as subescalas, assim como o instrumento como um todo, apresentou índices de confiabilidade adequados. Em relação à investigação empírica os dados obtidos demonstraram que todas as mães praticavam a metaparentagem sendo que, em média, as mães praticavam mais a Avaliação, seguido por Resolução de problemas e Reflexão. Adicionalmente, verificou-se que quanto maior a escolaridade das mães, maior era a probabilidade de essas avaliarem os problemas dos filhos e aplicar técnicas de resolução de problemas. Futuros estudos com uma amostra maior de participantes são necessários para que contemplem a diversidade dos componentes da metaparentagem para realidade brasileira.

Metaparentagem, habilidades maternas e adaptação transcultural

CNPq

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

AVAL - Avaliação Psicológica

EFEITOS DE UMA INTERVENÇÃO PRECOCE EM PAIS GESTANTES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR. *Domitila Shizue Kawakami Gonzaga** (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP) e Rachel de Faria Brino (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP)*

A prevenção primária tem como objetivo identificar, remover ou reduzir a incidência de fatores de risco que produzem condições de adversidade. Investigações a respeito de estratégias que possam minimizar ou impedir o impacto e a ocorrência de eventos ambientais para o desenvolvimento típico da criança são imprescindíveis para que haja a prevenção de possíveis danos ao desenvolvimento. A presente pesquisa teve como objetivo elaborar, implementar e avaliar uma capacitação para mães gestantes, acerca de temas sobre o desenvolvimento infantil e da prevenção de violência intrafamiliar contra crianças. Participaram oito mães gestantes, selecionadas em uma unidade da Estratégia Saúde da Família, de um bairro periférico da cidade em que a pesquisa foi conduzida. As participantes foram separadas em Grupo Experimental (GE), contando com 4 mães e Grupo Controle (GC), contando com mais 4 mães. Três mães do GE e uma do GC relataram ter sofrido algum tipo de violência durante a infância. Com relação ao KIDI, três mães do GE apresentaram um aumento no escore geral no pós-teste e duas no follow-up tiveram seus escores ainda maiores. No CAP, duas mães do GE tiveram escores acima da nota de corte no pós-teste, enquanto no follow-up, três mães ficaram acima da nota de corte. As mães do GE avaliaram a intervenção de “bom” a “muito bom” em todos os quesitos e a nota dada a grupo foi 10. Duas mães do GC, no KIDI, apresentaram no pós-teste um aumento no escore geral e no follow-up, duas mães tiveram escores gerais aumentados. No CAP, duas participantes tiveram escores elevados no pós-teste, sendo que no follow-up, todas as mães tiveram seus escores elevados. O desempenho das participantes do GE no KIDI pode indicar que a intervenção ajudou na aquisição de conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil. As mães do GC, em contrapartida, tiveram todos os escores gerais do CAP de Abuso acima da nota de corte no follow-up, o que pode indicar um ponto bastante positivo para a intervenção, já que pode ser atribuída à participação no grupo que algumas mães do GE tenham seus escores diminuídos para baixo da nota de corte. Sobre os dados quantitativos, percebe-se que o GE teve melhor desempenho que o GC, ainda que as médias do GE no pós-teste e follow-up são melhores que no pré-teste. Sobre as correlações das categorias dos instrumentos KIDI e CAP, houve correlação negativa entre Normas e Abuso, Sofrimento e Solidão. Nos dados sociodemográficos, houve correlação negativa entre escolaridade e Abuso, Sofrimento e Solidão e positiva entre escolaridade e Ego e Normas. Reitera-se a relevância de se aproximar mães aos conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil e práticas parentais adequadas. Percebe-se que a intervenção foi positiva, sendo que principalmente os dados qualitativos, com as falas das participantes, apresentaram que a intervenção teve relevância. Assim, indica-se que pesquisas com a temática da prevenção da violência sejam realizadas.

Violência Intrafamiliar contra crianças, Práticas Parentais Adequadas, Intervenção Precoce
Fapesp

Mestrado - M

FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

O PROGRAMA ACT - PARA EDUCAR CRIANÇAS EM AMBIENTES SEGUROS: AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO EM GRUPOS DIFERENCIADOS PELO NÍVEL SÓCIOECONÔMICO. *Maria Eduarda André Pedro** (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Elisa Rachel Pisani Altafim** (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Maria Beatriz Martins Linhares (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

A qualidade da interação mãe-criança atua como variável preditora do desenvolvimento infantil, podendo atenuar ou agravar efeitos negativos de fatores de risco para problemas de desenvolvimento. A condição socioeconômica é uma variável que pode influenciar essa interação. Programas de intervenção voltados para práticas educativas atuam como mecanismo de proteção, contribuindo para melhorar a qualidade das relações entre as crianças e suas mães. O Programa ACT - Para Educar Crianças Em Ambientes Seguros (Associação Americana de Psicologia) busca fortalecer as famílias, melhorar ou mudar competências parentais e prevenir maus-tratos e violência. O estudo teve por objetivo comparar as práticas educativas de mães de crianças, em grupos submetidos ao Programa ACT e diferenciados pelo nível socioeconômico. A amostra constitui-se de 10 mães, sendo cinco mães com filhos em uma escola filantrópica e cinco com filhos em uma escola particular (Ribeirão Preto/SP). As mães da escola filantrópica tinham em idade média 41 anos (± 8), 60% viviam em união estável e 60% eram de nível socioeconômico C (de acordo com a classificação da ABEP) e 100% com 11 anos de estudo. As mães de escola particular, por sua vez, tinham idade média de 31 anos (± 5), 80% viviam em união estável, 60% eram de nível socioeconômico B e tinham 14 anos de estudo. As participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O Programa ACT (versão em português) foi realizado em nove sessões grupais interativas conduzidas por psicóloga. Para analisar as práticas educativas, as mães responderam ao Questionário de Avaliação ACT, que avalia práticas educativas por meio de atitudes da mãe frente aos comportamentos e exposição da criança aos meios eletrônicos (Escala Estilo Parental, Comportamento Parental e Meios Eletrônicos). As avaliações foram realizadas nos momentos pré-intervenção e pós-intervenção do ACT. Foram processadas as análises de estatística descritiva e de comparações intragrupo (teste de Wilcoxon) e entre grupos (teste de Mann Whitney), por meio do SPSS (versão 19,0). O nível de significância adotado foi de $p \leq 0,05$. Os resultados da comparação entre grupos mostraram que, na pré-intervenção, as mães, cujos filhos eram da escola filantrópica, apresentaram escore significativamente menor na escala Estilo Parental em comparação às mães dos filhos de escola particular ($p=0,04$). Nos Comportamentos Parentais e Meios Eletrônicos os dois grupos apresentavam escores semelhantes. Na comparação entre os momentos, houve diferença estatisticamente significativa entre o momento pré- e pós-intervenção na escala Estilo Parental nas mães de filhos de escola filantrópica ($p=0,04$); houve um aumento do escore nesta escala após a intervenção ACT indicando melhora. Nas mães de filhos da escola particular não houve diferença significativa entre as avaliações pré e pós-intervenção, pois os indicadores eram positivos nas escalas da avaliação pré-intervenção e assim permaneceram. Conclui-se que o programa ACT foi efetivo na modificação dos estilos parentais das mães cujos filhos frequentavam a escola filantrópica. Esse achado mostra a importância de intervenções preventivas voltadas às práticas educativas parentais como fator de proteção ao desenvolvimento das crianças em situação de risco psicossocial.

Prevenção; práticas educativas parentais; nível socioeconômico



FAPESP (processos: 2013/24655-6; 2012/25293-8); FMCSV; APA; CNPQ; FAEPA/HC-FMRP-USP.

Mestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DE PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PARENTAL UNIVERSAL (ACT) PELO USO DA OBSERVAÇÃO. *Luciana Barbalho Pontes** (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP) e Lucia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Universidade Federal de São Carlos)*

Considerando os altos índices de violência contra a criança no Brasil e os efeitos nocivos que tal violência ocasiona para o desenvolvimento cognitivo, motor e social das crianças, a prevenção da violência infantil torna-se imperativa. Esforços na prevenção secundária e terciária da violência têm sido realizados no Brasil, contudo, estudos que visem à prevenção primária da violência ainda são escassos. Este trabalho teve como objetivo avaliar a eficácia de um programa antiviolência de capacitação parental universal, desenvolvido pela American Psychological Association, sobre o comportamento parental de pais de uma cidade brasileira de médio porte. O programa consiste em oito sessões realizadas semanalmente com duas horas de duração cada trabalhando temas como desenvolvimento infantil, prevenção de violência, manejo de raiva, violência na mídia e estratégias de disciplina positiva. Para avaliar o efeito da intervenção, foram utilizados os seguintes instrumentos: Inventário de Estilos Parentais (IEP), Questionário de Capacidades e Dificuldades das Crianças (SDQ), Inventário de Problemas Sociais Revisado (SPSI-R) e Protocolo de Observação, além dos instrumentos incluídos no próprio programa. Foi realizada ainda, como diferencial de estudos anteriores, a observação da interação cuidador-criança, antes, após a intervenção e três meses depois, em sessões de 30 minutos realizadas em uma casa-laboratório com espelho unidirecional e equipamentos de filmagem, de forma a comparar os resultados dos instrumentos com o comportamento observado. Participaram do estudo 10 pais ou cuidadores e seus filhos de 1-8 anos. Foi utilizado delineamento experimental, com grupos controle e experimental equivalentes e medidas de pré-teste/pós-teste/follow-up. As sessões de observação foram codificadas por juízes neutros e seus comportamentos classificados em positivos, negativos e de não interação. Como resultados parciais, o grupo experimental apresentou melhor desempenho no IEP e no SDQ se comparados ao grupo controle, contudo o SPSI-R não se mostrou sensível a mudanças de comportamento dos participantes. Nas sessões de observação, somente foram analisadas as sessões do grupo experimental até o momento, as quais evidenciaram aumento de 20% no número de comportamentos positivos e redução de 44% de comportamentos negativos e não interação dos pais, bem como aumento de 5% dos comportamentos positivos, redução de 36% dos comportamentos negativos e de 55% da não interação das crianças. A dificuldade em encontrar instrumentos adequados para crianças pequenas, levantada pela literatura, foi um obstáculo importante no presente estudo. O SDQ não abarca crianças menores de três anos, razão pela qual alguns resultados precisarão ser revistos. Sugerem-se ainda medidas mais precisas para análise das observações, bem como uma amostra mais abrangente que permita a generalização dos resultados.

Treino de pais; prevenção de violência; observação do comportamento

Fapesp

Mestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento



ESTUDOS COM MÚLTIPLOS-INFORMANTES ENVOLVENDO O PROGRAMA ACT PARA EDUCAR CRIANÇAS EM AMBIENTES SEGUROS.

*Jéssica de Assis Silva** (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência / Universidade Federal de São Carlos/ São Carlos, SP) e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência/ Universidade Federal de São Carlo*

A promoção de comportamentos não-violentos por parte de pais e cuidadores, usualmente, garante uma melhora da qualidade de vida de toda a família. Programas de treinamento parental focados nesse tipo de prevenção e estudos quanto à eficácia desses program

Prevenção da violência; treino de pais; múltiplos-informantes

Fapesp (Processo 2013/10417-6)Mestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento

Sessão Coordenada 15 - **AValiaÇÃO E INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE: PROPOSTAS E DESAFIOS**

O IMPACTO DA RECIDIVA DE CÂNCER PEDIÁTRICO NOS CUIDADORES: AVALIAÇÃO DE SEU AJUSTAMENTO PSICOLÓGICO. 1. *Amanda Muglia Wechsler** (Universidade Complutense de Madri – Departamento de Personalidade, Avaliação e Tratamento Psicológico – Madri - Espanha; Centro Universitário Unifafibe – Bebedouro, SP).* 2. *Carmen Bragado-Álvarez (Universidade Complutense de Madri – Departamento de Personalidade, Avaliação e Tratamento Psicológico – Madri - Espanha).*

Apesar das taxas crescentes de cura do câncer infantil, a recidiva não é incomum: de 10 a 15% das crianças tratadas apresentam o retorno do mesmo tumor ou uma segunda neoplasia. A recidiva produz sentimentos de angústia, medo, raiva, depressão e desesperança nos cuidadores, além da sensação de que todo o esforço anteriormente empregado fora inútil. Assim, algumas pesquisas relatam que esta população apresentaria significativamente mais problemas de ajustamento psicológico, tais como depressão, ansiedade e stress. Entretanto, outros estudos não observaram tais psicopatologias, sugerindo que a recidiva não se diferenciaria de um primeiro diagnóstico com prognóstico ruim. Apesar disto, são poucas as pesquisas realizadas nesta área, visto que o recrutamento dos participantes é difícil e que a taxa de não-consentimento é mais elevada. Tendo-se em vista estas lacunas na literatura, o objetivo deste estudo foi avaliar o ajustamento psicológico de 30 cuidadores de crianças (6-14 anos) em situação de recidiva de câncer, com idades entre 26 e 60 anos de idade, escolaridade média de 2º grau completo e renda familiar média de 2 salários mínimos. O recrutamento foi realizado em dois hospitais brasileiros, referências no tratamento oncológico infantil, com o intuito de maximizar o acesso à amostra. Estes participantes foram comparados com um grupo controle, formado por 76 cuidadores de crianças “saudáveis”, sem histórico de câncer, com idades, escolaridades e níveis socioeconômicos similares aos do grupo clínico, recrutados em três escolas públicas, situadas nas mesmas cidades em que se encontravam os hospitais. Os instrumentos de avaliação psicológica utilizados foram as Escalas Beck de Ansiedade e Depressão (BAI e BDI) e o Questionário SCL-90. A análise estatística, realizada com o software SPSS 19, indicou diferenças significativas ($p < 0,05$) entre os dois grupos com relação a comportamentos obsessivo-compulsivos e à intensidade de sintomas emocionais em geral, sendo que o grupo de cuidadores de crianças em recidiva apresentava pontuações significativamente mais elevadas que o grupo controle nestas dimensões. Por outro lado, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos com relação a sintomas de ansiedade, depressão ou somatização. Conclui-se que a recidiva de câncer pediátrico provoca problemas de ajustamento psicológico nos cuidadores, que podem intensificar-se ou tornar-se crônicos se não receberem atenção psicológica adequada. Apesar disto, os participantes deste estudo mostraram-se resilientes frente às dificuldades enfrentadas em um segundo ou terceiro tratamento oncológico infantil. Discute-se a ausência de relações estatisticamente significativas devido ao tamanho da amostra, a dificuldade de recrutamento de participantes com as características de inclusão mencionadas e a problemática das normas dos instrumentos utilizados para esta população específica.

câncer infantil; cuidadores; ajustamento psicológico

Sem apoio financeiro.

Doutorado - D

SAÚDE - Psicologia da Saúde

AVALIAÇÃO DO ESTRESSE EM CUIDADORES DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE.. 1. Ana Maria Del Bianco Faria (Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; Centro Universitário Unifafibe – Bebedouro – SP)
2. Carmen Lúcia Cardoso (Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto – SP)

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), atualmente, é uma das desordens neuropsicobiológicas mais frequentemente diagnosticadas na infância. A presença de uma criança com tal transtorno afeta a dinâmica familiar, com aumento de perturbações na família, em especial no cuidador primário. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo foi avaliar o estresse, auto-percepção de estresse e de fatores estressantes em cuidadores de crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Para tanto, participaram do estudo 40 cuidadores primários de crianças com idades entre 6 e 12 anos, divididos em dois grupos que foram comparados: G1 - Grupo clínico - 20 cuidadores primários de crianças diagnosticadas com TDAH, em tratamento no serviço público de saúde, sem uso de medicação; G2 - Grupo de comparação - 20 cuidadores primários de crianças, sem histórico de doença ou atendimento psicológico, psiquiátrico ou neurológico. Os instrumentos utilizados foram: Questionário de Capacidades e Dificuldades, Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp, Questionário de Auto-Percepção de estresse. Os resultados apontaram que o percentual de cuidadores com indicadores de estresse no Grupo clínico é significativamente maior do que o encontrado no Grupo de comparação ($p=0,001$). No G1, também houve maior percepção de estresse no convívio com a criança ($p<0,001$), no cuidado com a criança ($p<0,001$) e, ainda, maior percepção de estresse ($p=0,003$) quando comparados ao G2. A avaliação, através das técnicas, revelou altos níveis de estresse e esgotamento emocional nos cuidadores de crianças com TDAH, o que tem provocado impactos e perturbações na vida da família. Enfatiza-se a necessidade de políticas públicas que favoreçam a ampliação do cuidado à criança e aos seus cuidadores, com elaboração e desenvolvimento de programas de intervenção que proporcione uma maior articulação entre os níveis primários e secundários da atenção em saúde, o que auxiliará os cuidadores no cuidado à criança, no manejo de situações estressantes vividas no cotidiano e na recuperação de sua qualidade de vida. Além disso, é importante uma maior inserção das equipes de saúde na comunidade local, acionando os recursos disponíveis e acompanhando longitudinalmente a população, o que possibilitará a prática de estratégias preventivas e de identificação precoce de possíveis dificuldades presentes nas famílias e em suas relações, além de identificação do estresse nos cuidadores, no sentido de oferecer suporte e também cuidado aos familiares. Ressalta-se ainda a necessidade de novos estudos que sistematizem e avaliem os serviços de saúde, o que poderá auxiliar numa melhor adequação dos serviços às necessidades das crianças e familiares, apontando indicadores importantes para a reestruturação dos mesmos e instrumentalizando os profissionais de saúde para o cuidado.

transtorno do déficit de atenção e hiperatividade; cuidadores; estresse.

CAPES

Mestrado - M

SAÚDE - Psicologia da Saúde

INTERVENÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM GRUPO DE REEDUCAÇÃO ALIMENTAR COM FUNCIONÁRIOS DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO..

1. Ana Cristina Zordan Rani (Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Serviço de Atendimento Médico e Social do Pessoal, Ribeirão Preto, SP), 2. Carina V. C. Matheus Giacometti (Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Serviço de Atendimento Médico e Social do Pessoal, Ribeirão Preto, SP), 3. Renata Pereira Calhau (Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho, Ribeirão Preto, SP), 4. Cecília Vilela dos Reis (Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Divisão de Nutrição e Dietética, Ribeirão Preto, SP)

O Serviço de Atendimento Médico e Social do Pessoal do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (HCFMRP-USP) presta atendimento para 7360 funcionários. Nos últimos anos este Serviço tem passado por reformulações para atendimento mais humanizado e integrado. Além de atendimento médico de rotina têm-se valorizado a promoção de saúde e a prevenção de doenças. A obesidade atualmente é considerada um dos maiores problemas de saúde pública no Brasil e no mundo. O excesso de peso torna-se preocupante uma vez que é considerado fator de risco a várias doenças e estar relacionado à comorbidades e mortalidades que afetam a população em geral, sendo influenciado por fatores culturais, genéticos e comportamentais. Tendo em vista a etiologia multifatorial do excesso de peso e em conformidade com ações de promoção da qualidade de vida, intervenções grupais junto à equipe multiprofissional, que combinem educação nutricional e física, além do trabalho de variáveis psicológicas associadas ao ganho de peso têm apresentado bons resultados. Este trabalho tem por objetivo descrever a intervenção realizada com o Grupo de Reeducação Alimentar (GRA) formado com funcionários do HCFMRP-USP. A intervenção visa oferecer apoio e instrumentalizar os participantes à análise das contingências de reforçamento do comportamento alimentar, proporcionar a mudança comportamental a partir de informações nutricionais e de atividades físicas e modelos mais adequados de alimentação, e assim, reduzir peso e riscos de comorbidades relacionadas ao mau hábito alimentar e melhorar a qualidade de vida. A participação no grupo deu-se por encaminhamento médico ou procura espontânea para perda de peso ou melhoria da qualidade de vida. O GRA foi realizado por uma equipe multiprofissional composta por duas psicólogas, educadora física e nutricionista. Desde 2009 foram realizados 12 grupos, sendo a média de participantes por grupo de 15 pessoas. O GRA constitui-se de 12 encontros, semanais, de uma hora de duração, com os seguintes temas: autoconhecimento, autocontrole, lidar com as emoções, imagem corporal, roda e pirâmide alimentar e atividade física. Foram utilizadas dinâmicas e discussões em grupo, recursos áudio visuais e tarefas de casa. A avaliação dos encontros foi realizada por meio de questionário que abordava a estrutura da intervenção, a observação de mudanças comportamentais e/ou clínicas, sugestões e comentários. Os participantes consideraram os encontros proveitosos, relatando mudanças referentes aos hábitos alimentares e exames clínicos, com diminuição de taxas de colesterol, além da perda de peso e melhoria da qualidade de vida, atingindo os objetivos propostos pela intervenção. Além disto, os mesmos referem que a troca de experiências facilitou a adesão ao grupo e a mudança comportamental. Portanto, percebe-se a possibilidade da Análise do Comportamento contribuir para a formação de intervenções multidisciplinares e produções de conhecimento em saúde pública com a finalidade de aumentar a probabilidade de adesão e promover a aquisição de comportamentos adequados para prevenir, promover e recuperar a saúde.

reeducação alimentar; promoção de saúde; multiprofissional.



Outro
SAÚDE - Psicologia da Saúde

CORPO, SAÚDE E SOCIEDADE DE CONSUMO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CORPO SAUDÁVEL NA TEORIA DE JEAN BAUDRILLARD. 1. *Vitor Hugo de Oliveira*** (Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP; Centro Universitário Unifafibe, Bebedouro, Sp)

No campo da saúde, o corpo é foco de inúmeras intervenções e discursos, partindo de diferentes paradigmas. Tais ações não podem ser desconsideradas do contexto político-econômico, que atravessa a corporeidade e estabelece uma série de “amarras sógnicas”, no intuito de objetivar e funcionalizar o corpo. O presente trabalho tem como objetivo discutir, com base na teoria de Jean Baudrillard, os discursos e práticas contemporâneos acerca da saúde, com enfoque nos aspectos corporais e na relação entre estética corporal e bem-estar do indivíduo. Mais especificamente, o trabalho enfoca como o autor compreende as diversas intervenções corpóreas da atualidade (cirurgias plásticas, ações dietéticas, exercícios físicos, consumo de produtos “saudáveis”, entre outras) dentro do discurso sobre o que significa “ser saudável” na sociedade de consumo. O primeiro aspecto a ser analisado é a submissão da corporeidade saudável à lógica de consumo, através de objetos-signos que agregam valores de troca simbólicos, relacionados aos aspectos saudáveis que seriam necessários à vida humana. Nesse sentido, cria-se uma hiper-realidade, na qual se perde, principalmente no discurso midiático, um referencial do que é saúde e se passa a adotar “signos-saúde”. O segundo aspecto a ser analisado diz respeito às técnicas de manipulação do corpo, visando um referencial estético, associado à imagem do que seria um corpo-saudável. Baudrillard mostra a submissão do corpo aos signos de status, sacralizados pela ética do consumo. Nesse movimento, a boa-forma e a estética acumulam uma mais-valia corpórea, de forma que as práticas saudáveis tornam-se uma forma de valorizar esse corpo objetivado e inserido na circulação de signos do mercado simbólico. Com base nos conceitos levantados, pôde-se compreender que os discursos e práticas de saúde, tais como aqueles que ganham espaço na mídia, ganham um papel crucial na inserção da corporeidade no mercado de consumo. O indivíduo se submete cada vez mais a intervenções corpóreas, buscando agregar um “signo-saúde”, ou seja, uma imagem de si associada aos modelos de “ser saudável” que são midiaticamente propagados. Esse processo mostra-se interminável, haja vista a criação de produtos e técnicas que prometem resultados cada vez mais exatos e perfeitos, em um movimento exponencial assintótico, que garante a continuidade da circulação simbólica característica da sociedade de consumo atual, atrelada sempre ao movimento econômico, transformando os signos de saúde do corpo em valor de troca. Portanto, essa discussão auxilia na análise crítica do papel que a saúde ganha através da mídia na vida dos indivíduos, e possibilita buscar a compreensão das possíveis consequências dessa inserção do corpo na sociedade de consumo atual.

corpo; saúde; Baudrillard.

CNPq

Doutorado - D

SAÚDE - Psicologia da Saúde

Sessão Coordenada 16 - **COGNIÇÃO, AÇÃO & REPRESENTAÇÃO EM PSICOLOGIA
COGNITIVA E CIÊNCIAS COGNITIVAS**

**COGNIÇÃO ENATIVA COM REPRESENTAÇÃO: REPRESENTAÇÃO EMERGENTE
COMO CONTROLE ENDÓGENO EM SISTEMAS COMPLEXOS ADAPTATIVOS.**

Leonardo Lana de Carvalho (Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina/MG),

Na literatura muitas defesas ao conceito de representação são realizadas buscando subsídio em teorias mentalistas, assim reconhecidas por defenderem um dualismo mente-corpo, seja ele o clássico dualismo cartesiano ou o mais sofisticado dualismo de propriedades. Neste sentido é possível entender que, i) a cognição precede a ação e a determina de modo unidirecional ou que, ii) existe uma bidirecionalidade entre cognição e ação, entre mente e natureza. Todavia neste trabalho segue-se a linha que rediscute o conceito de representação em ciências cognitivas sob uma perspectiva naturalista, mais especificamente a partir da ação. Segundo a teoria enativa da cognição não há movimento sem estrutura, de tal modo que a cognição se encontra embutida ou incorporada na matéria, não sendo possível definir a cognição fora da ação. O objetivo do trabalho de defender conceitos de representação que estivessem em acordo teórico com a teoria enativa da mente conduziu ao seguinte procedimento metodológico de revisão bibliográfica: 1) exposição dos conceitos centrais da teoria enativa; 2) compreensão da crítica desta teoria aos conceitos clássicos de representação; 3) exposição e expansão de conceitos de representação em conformidade teórica com a teoria enativa da cognição. Como resultante aponta-se os seguintes registros. 1) A teoria da enação entende que a cognição está em ação incorporada em uma estrutura material em auto-organização, em deriva natural e sob seleção natural. O surgimento do sistema cognitivo se confunde com o surgimento da vida pois mesmo o organismo mais simples é capaz de se adaptar através da auto-organização. Antes de ser selecionado pelo meio o ser cognitivo precisa existir. Existir para um sistema cognitivo implica em que seja possível em um ambiente a auto-organização deste sistema. Se isto é possível então a cognição se encontra adaptada ao seu meio e agindo de modo inteligente, resolvendo problemas, etc. 2) Acoplado estruturalmente ao meio o organismo não precisa para se adaptar de estruturas representacionais internas baseadas em teoremas lógico-matemáticos ditando as ações do sistema mas seria necessário simplesmente este organismo estar em ação, estar acoplado estruturalmente ao meio. 3) A busca pela compreensão e reprodução destes sistemas cognitivos a partir de modelos computacionais vem se mostrando ser um grande sucesso, sendo esta uma via de estudo da cognição já usada por Maturana, Varela, Thompson, Rosch e outros. Mas ela trouxe também uma reapropriação das teorias cognitivas pelos novos modelos computacionais, o que vem alimentando uma perspectiva sistemas complexos da cognição e novas defesas do conceito de representação. A partir do prisma dos sistemas complexos podemos listar defesas do conceito de representação baseadas: i) nos processos simbólicos necessários para produzir sistemas cognitivos enativos artificiais; ii) nas dinâmicas emergentes agindo de modo adaptativo e resolvendo problemas de diferentes níveis de complexidade; iii) sistemas emergentes que exercem controle endógeno de sistemas complexos adaptativos, os quais acreditamos serem indispensáveis para o surgimento de capacidades cognitivas superiores. De modo conclusivo, com a assimilação da teoria enativa da cognição, os modelos computacionais relançam uma nova gama de sistemas cognitivos artificiais, levando a uma profunda revisão das teorias cognitivas.

Cognição, Controle, Sistemas Complexos

Projeto sem apoio financeiro



Pesquisador - P
COG - Psicologia Cognitiva



O FUTURO DA REPRESENTAÇÃO MENTAL: ALGUMAS IMPLICAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS PARA A PSICOLOGIA COGNITIVA E PARA AS CIÊNCIAS COGNITIVAS. *Ederaldo José Lopes (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG)*

Com a chegada das Ciências Cognitivas vieram uma série de disciplinas parceiras ou rivais que também queriam partilhar o objeto de estudo “mente”. Para a Psicologia se tratava de uma grande renovação com esperanças de uma revolução científica. Todavia, o que ocorreu foi um projeto de Psicologia Cognitiva que representou uma alternativa ao Behaviorismo, mas que de outro lado nasce esfacelado por não apresentar uma coerência capaz de trazer uma unificação teórica. Ela constituiu tão somente mais um sistema psicológico. Essa aparente falta de perspectiva se deve a uma espécie de esgotamento da noção central da Psicologia Cognitiva que é a ideia de representação mental simbólica – a tese central do cognitivismo. O objetivo deste trabalho foi delinear alguns dos motivos da crise teórico-metodológica por que passa a Psicologia Cognitiva, mas também enumerar algumas abordagens que surgiram na tentativa de substituir ou incrementar a concepção computacional (simbólica) de mente e de representação mental. Procedendo metodologicamente por uma investigação de cunho epistemológico e pela revisão bibliográfica aponta-se os seguintes pontos resultantes da análise: 1) Ao longo da história e do desenvolvimento das ciências, seria de esperar o aparecimento de alternativas que viessem substituir esse “paradigma” ou lhe trazer complementos que visassem a reformulações teóricas que dessem conta de forma mais ampla dos fenômenos cognitivos. 2) O conexionismo, desde a década de 1950, oferece uma alternativa ao cognitivismo entendendo que as representações mentais ocorreriam primariamente em um nível subsimbólico (elementos físicos), contrariamente à ideia tradicional de representação mental que lida com processos abstratos e simbólicos. Argumenta-se que as redes neurais podem funcionar como um amálgama entre a abordagem simbólica tradicional e os mecanismos neurais subjacentes, integrando mente e cérebro. 3) Uma Psicologia ecologicamente válida deve levar em conta aspectos contextuais, culturais, sociais, etc. Também criticou Neisser que não era possível tratar a mente como um dispositivo local convertendo entradas discretas em perceptos conscientes. É possível dividir esse movimento ecológico em duas tendências: i) a ação situada ou cognição situada tem origens na teoria de J. J. Gibson. Agindo por uma percepção direta, o organismo encontra disponível no ambiente padrões perceptivos sem a necessidade de se apelar para qualquer tipo de representação mental. Apesar de Gibson não ter visto necessidade de postular mecanismos mentais, não existe uma incompatibilidade com noções de representação mental simbólica aqui. ii) a cognição incorporada ou teoria enativa da cognição, contrasta fortemente com o cartesianismo e tem raízes nas noções de corporeidade e imersão no mundo advindas de Heidegger e Merleau-Ponty. Nesse sentido o conceito de representação deixa lugar para a cooperação organismo-meio. Seres artificiais vêm sendo concebidos nesta proposta da ação corporificada, mas apesar dos sucessos obtidos existe o desafio de usar essa abordagem bottom-up na compreensão de processos cognitivos superiores. De modo conclusivo, com as Ciências Cognitivas, os conceitos de mente e representação são e no futuro continuarão sendo trabalhados de modo interdisciplinar. A Psicologia precisa manter um diálogo franco com as demais áreas das Ciências Cognitivas afim de ocupar seu legítimo lugar de importância neste cenário.

Representação, Mente, Epistemologia

Projeto sem apoio financeiro

Pesquisador - P

COG - Psicologia Cognitiva



COGNIÇÃO E AÇÃO: A REPRESENTAÇÃO EM TRÊS MODELOS COGNITIVOS.

Thiago Gomes de Castro (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS)

O trabalho descreve e analisa as proposições teóricas e os achados empíricos de três modelos cognitivos que investigam a relação entre cognição e ação. O conceito de representação cognitiva guia as análises, pois demonstra ser um importante elemento de discriminação entre os modelos. As hipóteses de cognição e ação que articulam os argumentos são: 1) de que a cognição seria predominante na coordenação e emergência da ação, 2) de que haveria uma bidirecionalidade e mutualidade de influências na emergência de ambos os processos, e 3) de que a cognição estaria enraizada na ação, não sendo possível distingui-las em dois processos. Na primeira hipótese, assume-se que os processos cognitivos superiores comandam o controle motor das ações. O fundamento da hipótese é que anterior à ação sempre há um evento preparatório cognitivo. Nesse caso a representação da informação é necessária para engendrar o controle executivo das ações, sendo que o modelo não se sustenta na ausência de um processo mediativo complexo de representação. Na segunda hipótese, assume-se a noção de desenvolvimento pareado entre cognição e ação, porém não gradual em estágios de processamento da informação, como no primeiro modelo cognição → ação. Aqui, o modelo é não linear e engendrado por demarcações impostas pelo sistema organismo-ambiente. Os demarcadores da relação cognição e ação são a maturidade do sistema nervoso central, as características da tarefa a ser desempenhada pelo organismo, e os aspectos ambientais da realização da tarefa. Nesse caso, a representação cognitiva seria função da interação organismo-ambiente e não pré-condição. Na terceira hipótese, assume-se que a cognição e a ação são processos unificados e, portanto, não poderiam ser estudados separadamente. Nesse sentido, entende-se que a cognição seria uma forma de ação. O mundo se faz acessível ao percebedor através dos movimentos físicos daquele que age, caracterizando uma abordagem enativa da cognição, em que a cognição emerge da ação. Nesse caso, o modelo emergente considera que o próprio termo representação cognitiva é equivocado do ponto de vista epistemológico. Não se concebe a mediação de uma cognição para a articulação dos movimentos. A ação é intencional e emerge das demandas da compatibilidade organismo-ambiente para a continuidade da ação. Portanto, requer uma inteligência sem a necessidade de uma representação, mas sim de uma apresentação. Os atos metacognitivos seriam uma modalidade de ação para a resolução de problemas, mesmo que em termos de simulacro mental. Ainda que representem três visões diferentes sobre a relação cognição-ação, os modelos carecem de provas empíricas gerais e conclusivas para sua predominância sobre os modelos vizinhos. Nessa direção, é mais adequado organizar as pesquisas no campo a partir das características de manifestação fenômeno dos dados, para só então derivar a congruência lógica em relação às hipóteses e não ao contrário.

Representação, Cognição, Ação, Epistemologia

Projeto sem apoio financeiro

Pesquisador - P

COG - Psicologia Cognitiva

LINGUAGEM E SEMÂNTICA: ANÁLISE E CRÍTICA DE J. L. CASTI AO ARGUMENTO DO QUARTO CHINÊS DE J. R. SEARLE. *Leonardo Lana de Carvalho (Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina/MG), Frederico Fernandes de Castro (Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina/MG), Denis James Pereira (Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina/MG)*

O argumento de J. R. Searle sobre o vazio semântico em sistemas de processamento artificial da informação é hoje bastante conhecido. O objetivo deste trabalho foi apresentar os argumentos de Searle e a crítica apresentada por J. L. Casti, aproximando o pensamento deste último à teoria enativa da cognição. O procedimento metodológico usado no trabalho foi a revisão bibliográfica centrada em duas obras e em seus comentadores: “Mentes, Cérebros e Programas” publicada por Searle em 1980 e “The Cambridge Quintet” publicada por Casti em 1998 relatando diálogos de pura ficção sobre o conflito de ideias existente entre L. Wittgenstein e A. Turing. Como resultados aponta-se: 1) Segundo Searle o cognitivismo possui algumas contradições e incoerências em suas teorias. Esta crítica indaga a comparação do computador com o cérebro visto que o cérebro possui capacidades semânticas e o computador não possuiria. O experimento do quarto chinês consiste no seguinte: fechado em um quarto, uma pessoa tem acesso à um livro com regras escritas em chinês, todavia não tem conhecimento nenhum desta língua. Essas regras informam o que se deve responder ao receber palavras escritas em chinês, tal como: se receber x então responda y. A pessoa no quarto ao receber tiras de papel escritas em chinês verifica o livro e responde em chinês, seguindo as regras do jogo de linguagem. A pessoa no quarto chinês cumpriu seu objetivo respondendo corretamente às perguntas, porém para ela mesma não houve compreensão do chinês e sim apenas uma manipulação de símbolos. Neste sentido, segundo Searle, a máquina está em um vazio semântico, operando com a linguagem somente em suas dimensões sintáticas e léxicas. 2) Na ficção de Casti o conhecido argumento do Quarto Chinês de Searle assim como a noção de vazio semântico são precedidos pelo argumento de Wittgenstein de que certo Quarto Hieroglífico, metáfora para a máquina de Turing, é semanticamente escuro (“semantically dark”). O personagem Schrödinger apresenta um contra argumento, o argumento do Quarto Luminoso. Através de uma analogia Casti faz seu personagem argumentar que tal como antes de Maxwell não se imaginava que a luz pudesse vir do magnetismo, nos anos 50 não se imaginava que a semântica pudesse vir da sintaxe, que a semântica é uma propriedade emergente local dos símbolos processados na máquina de Turing. O personagem A. Turing de Casti, todavia, não está de acordo nem com Wittgenstein e nem com Schrödinger. Para ele a semântica é uma propriedade emergente não nos símbolos processados na máquina de Turing mas a partir deles, nas interações ou relações sociais (com outros processadores) e com o meio. Isso ocorre de tal modo que ao se cortar um cérebro cirurgicamente, não iria-se encontrar nenhuma semântica, do mesmo modo que olhando para a estrutura de processamento dos símbolos não se encontra semântica alguma. De modo conclusivo, entende-se que a solução interacionista de Casti vai de encontro a teoria enativa que entende a linguagem e a semântica a partir do acoplamento estrutural do organismo com o meio externo.

Semântica, Sintaxe, Emergência

Bolsista cota institucional UFVJM

Mestrado - M

COG - Psicologia Cognitiva

ORIGENS DO PENSAMENTO COMPLEXO E AUTO-ORGANIZACIONAL NO MATERIALISMO DE PAVLOV: SISTEMAS COMPLEXOS E O PROBLEMA MENTE-CÉREBRO. *Marcus Vinicius de Matos Escobar (Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina/MG), Leonardo Lana de Carvalho (Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina/MG)*

O trabalho examina os fundamentos e o pioneirismo do materialismo de Ivan Petrovich Pavlov no que concerne à compreensão de organismos humanos como sistemas materiais de natureza complexa e auto-organizacional. Sua abordagem neurofisiológica (ou neuropsicológica) projetou os principais conceitos e princípios que nortearam importantes movimentos cognitivos posteriores. Metodologicamente procedeu-se pela revisão bibliográfica de obras de I. P. Pavlov e de seus comentadores. Para estabelecer uma clarificação conceitual das bases do materialismo dinamicista de Pavlov, mais especificamente sobre a tese de que os processos psicológicos superiores podem receber tanto uma descrição neurofisiológica quanto uma descrição intencional, buscou-se recursos lógicos e conceituais no arcabouço teórico do materialismo australiano e do naturalismo biológico. Essas duas abordagens fornecem recursos lógicos sofisticados para uma reconstrução teórica do materialismo de Pavlov de modo a inseri-lo no panorama contemporâneo das ciências cognitivas. Como resultante, através do conceito de dinâmica estereotípica, da compreensão dos organismos enquanto sistemas complexos auto-organizados, da concepção da linguagem enquanto atividade condicionada e pela ideia de coextensão das terminologias neurofisiológica e intencional, Pavlov estabeleceu uma visão integrada que integra processos psicológicos, estados cerebrais, organismo e comportamento numa mesma realidade natural. Seu materialismo afastou-se do mecanicismo vigente em sua época na medida em que em seu sistema, a aprendizagem, as emoções e o comportamento são determinados por uma intrincada articulação entre estados de excitação e de inibição que respondem probabilisticamente a constantes fluxos de estímulo provenientes do meio ambiente (dinâmica estereotípica). A plasticidade cerebral passa a ser revelada pelo enquadramento adaptativo dos organismos ao ambiente por meio de mecanismos de condicionamento que dão forma e funcionalidade à atividade comportamental. Compreende-se a aprendizagem e a memória como materializadas na circuitaria biológica dos córtices, que tem a capacidade de se modificar em função da experiência. A essa capacidade Pavlov chamou de autorregulação sendo o que permite a automanutenção e o aperfeiçoamento dos organismos. Esse modelo dinâmico de se conceber a atividade nervosa superior, a aprendizagem e o comportamento abre caminho para uma compreensão sistêmica e emergente da atividade psicológica animal, sobretudo a humana, que pode de acordo com Pavlov, receber tanto uma descrição neuroquímica quando uma descrição intencional conforme contextos específicos. De modo conclusivo, Pavlov tornou-se um pioneiro na compreensão dos organismos como sistemas complexos e auto-organizados. Sua abordagem projetou os principais conceitos e princípios que nortearam não somente a neurociência cognitiva, mas outros importantes movimentos cognitivos do século XX e início do século XXI como a cibernética, a teoria geral de sistemas, o conexionismo e o enativismo.

Pavlov, Materialismo, Auto-organização

Bolsista cota institucional UFVJM

Mestrado - M

COG - Psicologia Cognitiva

Sessão Coordenada 17 - **DEPENDÊNCIA DE DROGAS: PESQUISA BÁSICA COM ANIMAIS**

EFEITO DO ATRASO DE UM REFORÇADOR CONCORRENTE SOBRE A ESCOLHA POR ETANOL. *Fábio Leyser Gonçalves (Departamento de Psicologia, Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru-SP), William Eduardo Patarroyo Serna** (Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP), Talita Regina de Lima Cunha** (Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP) Miriam Garcia-Mijares (Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP)*

Os estudos de escolha entre reforçadores imediatos e atrasados são relevantes para a análise do comportamento do dependente de drogas. Outras variáveis, como o custo da resposta que produz o reforçador, ou a quantidade e qualidade do reforçador, que controlam a escolha da droga ou do seu concorrente também têm sido estudada. Esses estudos têm mostrado que quanto maior o custo para obter a droga e quanto maior valor dos reforçadores concorrentes, menor é o controle que a droga exerce sobre o comportamento de escolha. Curiosamente, não existem experimentos em que o atraso do reforçador tenha sido manipulado em situações de escolha concorrente quando um dos reforçadores é a droga. O objetivo desta pesquisa é estudar o efeito do atraso do reforçador concorrente sobre a escolha de etanol em ratos treinados sob esquema concorrente de reforço CRF etanol-CRF sacarose. Para tanto, onze ratos machos da cepa Lewis foram submetidos inicialmente a um procedimento de auto-administração oral de etanol (ET), através de processo de fade in de etanol e fade out de sacarose (SAC), até que os animais consumissem uma solução 10% (v/v) de etanol. Em seguida os animais foram submetidos a um treino sob esquema concorrente CRF - CRF tendo água como reforçador. Na terceira fase respostas na barra esquerda foram seguidas da solução de ET 10% e respostas na barra direita foram seguidas de uma solução de SAC a 14,5% (14,5 S). Após estabilização do desempenho, o atraso para a SAC foi aumentado para 4 s, 16 s, 32s e 64s. O aumento do atraso teve como efeito principal a diminuição das escolhas por sacarose e o aumento da preferência por etanol, porém, não chegando a superar 35%. A análise estatística confirmou efeitos significativos de medidas repetidas para as três variáveis: etanol ($F(3,24) = 3,47$; $p=0,032$), sacarose ($F(3,24)=19,030$; $p=0,000$) e preferência ($F(3,24)=13,627$; $p=0,000$). Os dados também indicaram que o aumento da preferência por etanol foi função da diminuição da frequência de respostas por sacarose, sem efeito sobre o consumo de etanol ($F(3,24) = 2,618$; $p = 0,074$). Os resultados aqui obtidos indicam que a relação entre o atraso do reforçador concorrente e o consumo de etanol é de independência.

Atraso no reforço, etanol, abuso de drogas

FAPESP

Pesquisador - P

AEC - Análise Experimental do Comportamento



EFEITOS DO ISOLAMENTO SOCIAL SOBRE A PERSISTÊNCIA NA PROCURA DE ÁLCOOL EM RATOS. *Diana Cortés-Patiño** (Programa de Pós-Graduação em Neurociências e Comportamento, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP), Catalina Serrano** (Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP), Universidade de São Paulo, São Paulo-SP), Miriam Garcia-Mijares (Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP)*

As condições sociais nas etapas iniciais do desenvolvimento têm sido apontadas como fatores determinantes do consumo de álcool durante a etapa adulta. Diversos experimentos têm mostrado que ratos isolados imediatamente depois do desmame consomem mais álcool durante a idade adulta que ratos criados em condições de interação social; aliás, ratos criados em isolamento preferem doses mais altas quando expostos a uma situação de escolha entre soluções com álcool. Apesar da importância destes dados, poucos experimentos têm explorado os efeitos do isolamento sobre outros comportamentos relacionados com a dependência de álcool diferentes ao consumo, como por exemplo, a persistência na procura de álcool em contextos associados à sua entrega. Levando o anterior em conta, o presente experimento comparou os efeitos da condição social durante o período de criação sobre a persistência na procura de álcool. A persistência foi avaliada tanto em contextos associados a taxas altas de entrega (ricos) quanto em contextos associados a taxas baixas de entrega de álcool (pobres). 24 Ratos Wistar foram divididos em dois grupos imediatamente depois do desmame: Isolamento (ISO, n=12) e Interação (INT, n=12). Após 60 dias nessas condições, os ratos de ambos os grupos foram treinados para autoadministrar uma solução de álcool 10% (v/v) pressionando uma barra de acordo com um esquema de razão variável (VR10). Depois do treino em autoadministração, os ratos foram submetidos a um esquema múltiplo de reforço que arranjava taxas altas de entrega de álcool na presença de um estímulo (componente rico, intervalo variável 15s), e taxas baixas de entrega de álcool na presença de outro estímulo (componente pobre, intervalo variável 45s). Uma vez que a taxa de resposta em ambos componentes se tornou estável, o comportamento passou por extinção e a persistência na procura de álcool -taxa de resposta durante extinção- foi avaliada em ambos os componentes. Os resultados evidenciaram que os ratos isolados consumiram mais álcool durante a fase de treino ($p < .05$) e durante a linha de base no esquema múltiplo ($p < .05$). Da mesma forma, a persistência na procura de álcool durante as sessões de extinção foi maior nos ratos isolados, tanto no componente rico quanto no componente pobre ($p < .05$). Os resultados confirmaram que o isolamento em etapas iniciais do desenvolvimento afeta o consumo de álcool; além disso, foi demonstrado que o isolamento favorece a ocorrência de comportamentos característicos da dependência, especificamente, a procura em contextos associados ao álcool durante situações de extinção. Estes resultados confirmam a importância de vincular variáveis ambientais na explicação de fenômenos ligados à dependência de substâncias.

persistência, álcool, isolamento social

CAPES/CNPq

Doutorado - D

AEC - Análise Experimental do Comportamento

AVALIAÇÃO DO TREINO COM ESTÍMULOS DISCRIMINATIVOS E CONDICIONADOS SOBRE A AUTOADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA DE MORFINA EM RATOS. William Eduardo Patarroyo Serna**. (*Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP*), Luciano Freitas Felício. (*Departamento de Patologia, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP*), Miriam García Mijares. (*Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP*)

Pesquisas com drogas de abuso têm mostrado consistentemente que a apresentação de estímulos ambientais associados ao uso destas substâncias pode induzir comportamentos de busca e autoadministração das mesmas. Existe a hipótese de que o controle que estímulos ambientais adquirem sobre comportamentos de autoadministração e busca por drogas de abuso poderia ser influenciado tanto pela forma de administração da droga, autoadministração (administração ativa) ou heteroadministração (administração passiva), quanto pela contingência (operante ou respondente) em que a droga foi associada com tais estímulos. O presente estudo teve como objetivo comparar o controle adquirido por estímulos associados aos efeitos da droga através de procedimentos respondentes (condicionamento respondente) com o controle adquirido através de estímulos associados com procedimentos operantes (treino discriminativo) sobre a resposta de procura e autoadministração de morfina. Foram formados trios compostos por um sujeito de cada grupo (CONT, ACOP e VEÍC) e realizados dois experimentos. Inicialmente os sujeitos de cada trio foram acoplados por meio de caixas experimentais separadas e expostos a tentativas discretas de apresentação dos estímulos luminosos, S1 e S2, simultaneamente. Como consequência do girar a roda operante na presença de S1 por um integrante do grupo CONT, este recebia uma infusão endovenosa de morfina (0,75 mg/kg), e simultaneamente os animais acoplados no trio recebiam uma infusão de morfina na mesma dose (grupo CONT) ou de veículo (grupo VEÍC). Posteriormente, os sujeitos de todos os grupos foram treinados a pressionar uma barra por infusões endovenosas de morfina, sem contingência discriminativa programada alguma. Para esta fase, no experimento 1, S2 esteve presente durante as sessões experimentais, porém no experimento 2, nenhum S foi apresentado. Finalmente, os estímulos S1 e S2 foram apresentados em tentativas discretas, em condições de extinção. Os resultados mostram que, durante a extinção, o desempenho dos animais do grupo CONT, mas não os dos grupos ACOP e VEÍC, foi condizente com o treino recebido inicialmente (com 80% ou mais de respostas na barra em presença de S1), indicando que foi estabelecido controle discriminativo sobre a autoadministração de morfina no treino sob a contingência operante, mas não sob a respondente. Estes resultados são coerentes com estudos que mostram que treinos operantes e respondentes produzem diferentes mudanças gênicas e celulares no sistema nervoso central, associados a diferentes padrões comportamentais em relação a drogas de abuso. Os dados do estudo sugerem que comportamentos de autoadministração e busca por drogas de abuso são influenciados tanto pela forma de administração da droga, quanto pelo tipo de contingência em que uma droga é associada com estímulos ambientais. Os experimentos forneceram dados valiosos para as pesquisas interessadas em entender a dependência de drogas de abuso, pois consolidam os achados sobre o modo diferencial em que a forma de administração influencia os comportamentos de autoadministração e busca por drogas. Também colaboram com pesquisas interessadas na natureza dos condicionamentos operante e respondente, apoiando a noção que estes são processos de aprendizagem diferentes.

controle de estímulos, drogas de abuso, morfina

CAPES

Mestrado – M / AEC - Análise Experimental do Comportamento

OS EFEITOS DO ETANOL NA RESISTÊNCIA DO COMPORTAMENTO A MUDANÇAS. *Talita Regina de Lima Cunha** (Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP), Miriam García-Mijares. (Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP)*

Para o momentum comportamental um comportamento anteriormente correlacionado com uma maior taxa, quantidade ou magnitude de reforço é mais resistente quando há a manipulação de algumas variáveis tais como: saciação, comida independente da resposta e extinção de uma resposta operante - eventos perturbadores. Dentre muitas variáveis investigadas juntamente ao modelo proposto pelo momentum comportamental, está o emprego de drogas utilizadas como reforçador ou como evento perturbador. O etanol é uma das drogas empregadas nessas investigações. Sabe-se que o etanol pode acarretar em alterações no desempenho e na discriminação de uma tarefa e sua adição e retirada do organismo podem lançar luz a manipulações importantes sob a ótica do momentum comportamental. Portanto, os objetivos principais do presente trabalho foram avaliar, sob a perspectiva da teoria do momentum comportamental, o efeito do etanol sobre a resistência à extinção de respostas mantidas sob um esquema múltiplo de reforço e o efeito da retirada do etanol após a administração aguda ou crônica sobre respostas mantidas sob um esquema múltiplo de reforço. 20 ratos (10 para cada experimento) foram submetidos a um esquema múltiplo VI 15 s-VI 45 s. Para o Experimento I, antes da sessão experimental, os animais se auto administraram gelatina, que em pelo menos 50% dos dias experimentais, conteve álcool 10% em uma dose de 5g/Kg e, nos demais dias experimentais, conteve maltodextrina. A fase de teste foi em extinção (evento perturbador). No Experimento II houve a administração aguda de álcool a 20% em uma quantidade de 10g/Kg via gavagem e, após 12 e 36 horas da última administração de etanol, foi testado o efeito da retirada do etanol (evento perturbador). Ainda no Experimento II foi administrada, de forma crônica, uma gelatina de álcool a 10%, na quantidade de 10g/Kg, entregues duas vezes por dia, com o intervalo de 12 horas entre as administrações. Após 21 dias de administração de etanol, foi feita a fase teste, em que foi feita a retirada da gelatina. No Experimento I, os resultados obtidos estão de acordo com o proposto pela teoria do momentum comportamental (o componente com maior taxa de reforço foi mais resistente à extinção) e a adição do álcool antes das sessões experimentais parece não ter afetado esse padrão. Para a primeira fase do Experimento II, os resultados obtidos mostram que para seis de nove sujeitos experimentais, a retirada do álcool pode ter tido um pequeno efeito de evento perturbador, tendo o comportamento relacionado ao componente com maior taxa de reforço menos afetado. Na segunda fase, após a administração crônica, os resultados foram discrepantes entre sujeitos, não corroborando tal hipótese. Sugere-se que mais estudos sejam feitos avaliando-se a maneira de administração da droga, bem como a utilização de outros tipos de drogas para melhor avaliar as questões levantadas.

momentum comportamental, resistência a mudanças, álcool

CAPES

Doutorado - D

AEC - Análise Experimental do Comportamento



Sessão Coordenada 18 - **DESCRIÇÃO DO PERFIL DO ALUNO INGRESSANTE NO CURSO DE PSICOLOGIA DE DIFERENTES REGIÕES DE SÃO PAULO.**

DESCRIÇÃO DO PERFIL DO ALUNO INGRESSANTE NO CURSO DE PSICOLOGIA DE DIFERENTES REGIÕES DE SÃO PAULO. *Angelica Capelari (Universidade Metodista de São Paulo – METODISTA – São Bernardo do Campo - SP); Eliana Isabel de Moraes Hamasaki (Universidade Nove de Julho – UNINOVE – São Paulo – SP); Emileane Costa Assis de Oliveira (Universidade Nove de Julho – UNINOVE – São Paulo – SP – Faculdade Padre Anchieta – FAPA – Jundiaí – SP); Mariana J. Samelo (Universidade Adventista de São Paulo - ????? – São Paulo - SP); Mariantonia Chippari (Universidade Metodista de São Paulo – METODISTA – São Bernardo do Campo - SP),*

O psicólogo pode exercer diversas atividades e é a partir destas que as pessoas constroem percepções e representações das funções e do perfil do psicólogo. A partir desta construção, além de outras variáveis, as pessoas optam por ser um aluno do curso de graduação em Psicologia. Conhecer o perfil do aluno ingressante no curso de graduação é relevante para uma instituição de ensino, bem como para os formadores destes futuros profissionais, uma vez que, a partir de informações a respeito destes alunos, torna-se possível a compreensão de seus comportamentos, especialmente de suas expectativas e dos motivos pelos quais eles escolheram este curso. Estas informações permitem, também, que os formadores adaptem seus comportamentos à realidade da demanda. Este estudo insere-se nesta linha de investigação, tendo como objetivos caracterizar o perfil do aluno ingressante no curso de Psicologia e identificar informações e expectativas que este aluno tem a respeito do curso. No total, participaram 484 alunos, dos períodos matutino e noturno, de quatro diferentes instituições de ensino de São Paulo (da grande São Paulo, incluindo a própria cidade e do interior do estado). Para a coleta de dados foi utilizado um questionário misto contendo 29 questões: 27 fechadas e duas abertas. O questionário foi entregue aos alunos junto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A aplicação foi realizada coletivamente. Conforme verificar-se-á nos resultados obtidos em cada uma das instituições, há indicação de generalidade dos dados quanto ao perfil do aluno ingressante no curso de Psicologia, a despeito da região na qual a instituição se localiza. A maioria dos alunos é do gênero feminino; estado civil solteiro; entre 18 e 26 anos; residem em casa própria e com os pais; trabalham; no ensino médio, frequentaram escola pública, em curso regular. Apesar da indicação de generalidade, alguns resultados diferem em uma das instituições confessionais, no que diz respeito aos motivos da escolha do curso, envolvendo a variável religião. Aspectos considerados significativos na discussão dos resultados referem-se especialmente ao período no qual o aluno está matriculado, especialmente no que diz respeito ao número de alunos que trabalham e a sua jornada de trabalho; a realização do ensino médio em escola pública ou privada. A psicologia foi a primeira opção para os ingressantes de três das quatro instituições que participam do estudo. Em geral, os alunos buscam o curso por almejam conhecer o comportamento e a mente humana com o intuito de ajudar o ser humano. Ter acesso a este perfil pode facilitar o esclarecimento de possíveis distorções sobre as funções e a profissão do psicólogo que levaram o aluno a escolha do curso e favorecer o melhor aproveitamento do mesmo e na formação deste futuro profissional.

Alunos ingressantes; Psicologia; Perfil.

Sem financiamento

Outro

FORM - Formação em Psicologia

LEVANTAMENTO DO PERFIL DO ALUNO DE PSICOLOGIA NA UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO. *Angelica Capelari (Universidade Metodista de São Paulo) e Mariantonia Chippari (Universidade Metodista de São Paulo)*

A Universidade Metodista de São Paulo tem um dos cursos de Psicologia mais antigos da Grande São Paulo, com 43 anos de existência. Ao longo desses anos, ter acesso ao perfil do ingressante tem sido uma preocupação constante no sentido de conhecer dados sócios demográficos, as expectativas e as demandas, tendo como objetivo orientá-los e também quando necessário encaminhá-los a atualizações que favorecem o processo de aprendizagem, promovendo um melhor aproveitamento do curso no qual ingressaram. Estas atualizações visam minimizar possíveis dificuldades que os ingressantes possam ter em função da formação prévia. O presente estudo objetivou caracterizar o perfil do aluno ingressante no curso de Psicologia e identificar informações e expectativas a respeito do curso. Fizeram parte 142 alunos regularmente matriculados no primeiro período do curso (56 do turno matutino e 86 do turno noturno). Para a coleta de dados foi utilizado um questionário misto contendo 29 questões (27 fechadas e duas abertas) versando sobre o perfil dos alunos ingressantes, suas motivações e expectativas sobre o curso. O questionário e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram entregues individualmente e os participantes foram informados do dia da devolução do material. Os resultados indicaram que se trata de uma população feminina (72% no turno matutino e 81% no noturno) e jovem (66% no matutino e 64% no noturno) na faixa entre 18 a 26 anos. Verificou-se uma diferença no que se refere à questão do trabalho quando compara-se os turnos: em geral, mais alunos do noturno trabalham do que do matutino. Além disso, no período diurno 16% trabalham em período integral, e no noturno 48% tem este regime de trabalho. O curso de Psicologia foi 1ª opção para 41% dos alunos do matutino e 67% dos alunos do noturno. Após a escolha do curso de Psicologia, os alunos optaram por realizá-lo na Metodista, entre outros motivos: ser uma Universidade bem conceituada (32% no matutino e 77% no noturno); e o acesso ao campus (21% no matutino e 25% no noturno). Quando perguntou-se sobre os motivos que os levaram a escolher a Psicologia como profissão, tanto para os alunos do diurno quanto para o noturno apontaram como principais fatores compreender a mente e o comportamento humano (43% em ambos os turnos). Como segunda justificativa a escolha, apareceu: ajudar as pessoas (26% em ambos os turnos). A partir dos dados do presente estudo podemos esclarecer possíveis distorções sobre as funções e a profissão do psicólogo que levaram o aluno a escolha do curso e favorecer o melhor aproveitamento do mesmo, na formação deste futuro profissional. Os docentes que lecionam nos períodos iniciais têm, dentre outras, essa tarefa, além de promover a aprendizagem de conhecimentos específicos da Psicologia.

Alunos ingressantes; Psicologia; Perfil.

Sem financiamento

Outro

FORM - Formação em Psicologia

PERFIL INGRESSANTE DOS ALUNOS DE PSICOLOGIA DE UMA UNIVERSIDADE DO INTERIOR DE SÃO PAULO. *Emileane Costa Assis de Oliveira (Universidade Nove de Julho – UNINOVE – São Paulo – SP Universidade Padre Anchieta-UNIANCHIETA – Jundiaí – SP)*

O objetivo deste levantamento foi investigar o perfil do aluno ingressante no curso de Psicologia em uma universidade de pequeno porte do interior de São Paulo. O total de participantes da pesquisa, neste levantamento, foi 60 alunos, todos cursando o Período Noturno, a única modalidade do curso de Psicologia oferecida pela Universidade. Os alunos entrevistados eram predominantemente do gênero feminino (95%) e a faixa etária concentrou-se entre 18 e 26 anos (75%), seguida por 10% dos alunos que eram de 18 anos. A grande maioria dos alunos ingressantes (85%) é composta de solteiros. Quanto ao trabalho, 50% declarou trabalhar em tempo integral, 11% trabalha em tempo parcial e 31,6% dos alunos relataram não trabalharem. A grande maioria dos alunos (75%) relatou morarem com os pais, 15% com o cônjuge e apenas 6,6% moram sozinhos. Apesar da maioria dos alunos morarem com os pais, mais da metade deles (52,6%) relatou arcarem sozinhos com os custos da mensalidade, enquanto 26,3% deles contam a ajuda parcial ou total dos pais ou cônjuge e 21% dos alunos relataram pagar a mensalidade com a ajuda parcial ou total de agências de financiamento como o Fies, Prouni ou outras bolsas (oferecidas pelo trabalho, por exemplo). Em relação à formação no ensino médio, a maioria frequentou escola pública (81,6%), em curso do tipo regular (78,3%), enquanto 15% dos alunos frequentaram um misto de curso técnico e regular. Ainda quanto ao tipo de curso frequentado no ensino médio, apenas 5% frequentou o supletivo e 1,6% o curso técnico. O ingresso à universidade de um pouco mais da metade dos alunos foi por meio de vestibular (61,6%), enquanto 35% utilizou o ENEM como forma de ingresso. Quanto à escolha do curso, 63,3% admitiram que Psicologia foi sua primeira opção, enquanto 35% relataram terem escolhido outro curso como primeira opção. Sobre a escolha futura de atuação dentro da Psicologia, a minoria dos alunos (37,9%) descreveu alguma área específica (como psicologia hospitalar, escolar, clínica, psicanálise e recursos humanos), enquanto a maioria (62%) admitiu não terem uma área específica escolhida. Quando questionados o porquê escolheram o curso de Psicologia, a maioria das respostas relacionou-se a “ajudar/compreender as pessoas”, “entender melhor a mente/comportamento humano”, “identificação com a Psicologia”, “fascinação/paixão pela Psicologia” e “entender os conflitos psíquicos”. Finalmente, 37,9% dos entrevistados admitiram que estão – ou que já estiveram – em processo de psicoterapia, ao passo que a maioria dos alunos ingressantes (62% deles) nunca fez psicoterapia.

alunos ingressantes; Psicologia; perfil.

sem financiamento

Outro

FORM - Formação em Psicologia

LEVANTAMENTO DO PERFIL E ASPECTOS MOTIVACIONAIS PARA ESCOLHA DO CURSO DE PSICOLOGIA DE ALUNOS DE UMA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Mariana Januário Samelo (Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP – São Paulo – SP)*

O presente trabalho teve como objetivo conhecer o perfil de alunos ingressantes no curso de Psicologia, bem como os fatores motivacionais para escolha do curso, suas visões e expectativas quanto à profissão de psicólogo. Participaram do estudo 83 ingressantes no curso de Psicologia do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), todos do período matutino. Foi aplicado um questionário misto contendo 29 questões, destas 27 questões fechadas e 2 abertas. A aplicação foi realizada coletivamente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Como resultados obteve-se que, a maioria dos ingressantes é do sexo feminino (78,3%), tem idade entre 18 e 26 anos (65,1%), é da cor/raça parda (44,6%), seguido de branco (38,6%), solteiros (84,3%), moradia em casa própria (48,2%), com grande percentual de moradia no internado da faculdade (21,7%). Moradia que corresponde com a maioria viver com os amigos da faculdade (41%). A formação no ensino médio ocorreu em curso regular para 80,7%, sendo a maioria em escola pública (61,4%), com ano de conclusão em 2013 (36,1%). O maior percentual dos ingressantes trabalha na própria universidade e em período vespertino (61,1%), recebendo bolsa para custear o curso (63%). Devido a bolsa não pagar a mensalidade integral, muitos dependem também do auxílio dos pais (37,3%). Os participantes julgaram ter boa frequência de leitura, com até seis livros lidos no último ano (39,8%), sendo a maioria deles de tipo religioso (73,5%). O grande percentual de atividades de lazer refere-se ao uso da internet (73,5%), seguido de participação no coral da igreja (música) (62,7%). Quando investigado sobre as habilidades de leitura e escrita, ambas foram julgadas como boas (55,4% e 56,6%, respectivamente). O ingresso no UNASP se deu via vestibular (89,2%), sendo Psicologia a primeira opção para 63,9%. A grande maioria faz apenas este curso 75,9%, não faz psicoterapia (79,5%), tinha informações prévias sobre o curso (66,3%) e ainda não sabe a área de atuação dentro da Psicologia (55,4%). Os que indicaram áreas de atuação variaram entre clínica, jurídica, organizacional, religiosa, etc. Variáveis foram apontadas como responsáveis pela escolha do UNASP, como a qualidade do curso, escola bem conceituada, nível de ensino e a indicação de amigos. Sobre as variáveis para escolha de Psicologia, foram citados o amor ao próximo, ajudar as pessoas, estudar a mente e o comportamento, identificação com a área, com a forma de lidar com as pessoas e a Psicologia como base para auxiliar na atuação como pastor da igreja (que já é ou será). No geral, os dados apontam grande influência da cultura confessional da faculdade, com os alunos vivendo grande parte da rotina dentro da universidade (inclusive moradia e trabalho), o que implica em seguir os seus costumes, envolvendo-se em atividades religiosas, como o coral da igreja e leitura sobre livros da religião. Destaca-se o fato da escolha do curso envolver, para muitos dos alunos, o desejo da Psicologia como auxílio na atuação ligada à Teologia.

perfil aluno; ingressantes; Psicologia.

sem financiamento

Outro

FORM - Formação em Psicologia

PERFIL INGRESSANTE DOS ALUNOS DE PSICOLOGIA DE UMA UNIVERSIDADE DA CIDADE DE SÃO PAULO. *Eliana Isabel de Moraes Hamasaki (Universidade Nove de Julho – UNINOVE – São Paulo – SP), Emileane Costa Assis de Oliveira (Universidade Nove de Julho – UNINOVE – São Paulo – SP – Faculdade Padre Anchieta – FAPA – Jundiá – SP)*

O objetivo deste levantamento foi verificar o perfil do aluno ingressante no curso de Psicologia em uma universidade da cidade de São Paulo, a partir dos dados de dois campi: um localizado na região oeste da cidade (Campus 1) e, o outro, localizado na região centro-sul (Campus 2). O total de participantes, neste levantamento, foi 179 alunos: 99 pertencentes ao Campus 1 e 80 pertencentes ao Campus 2. Os perfis dos alunos dos dois campi foram bastante semelhantes, com poucas exceções. Do total de alunos, 45,3% estavam frequentando o curso no período matutino e 54,6%, no período noturno. No período matutino, os alunos eram predominantemente do gênero feminino (85,8%) e, no período noturno, a frequência apresentou-se menos desproporcional: 69,1% do gênero feminino e 30,9% do gênero masculino. A faixa etária, em ambos os períodos, concentrou-se entre 18 e 26 anos (pouco acima de 60%), sendo a maioria – acima de 85% – composta de solteiros. Observaram-se diferenças em relação aos dados referentes aos alunos que trabalham: 85,7% dos alunos do período noturno e 62,9%, do período matutino. Destes últimos, apenas 23,8% o fazem em tempo integral; ao passo que, dentre os do período noturno, a frequência nesta modalidade atingiu 72,1%. Neste sentido, destacam-se, também, a maior frequência de alunos do período noturno que admitem que arcam sozinhos com os custos da universidade: 61,0%, no Campus 1, enquanto 42,8% dos alunos do Campus 2 relataram que contam com o apoio de pais/cônjuges para esse fim. Embora o maior percentual de alunos ainda resida com seus pais, dentre os alunos do período noturno (Campus 2), este número é menor (59,6%), se comparado aos alunos do período matutino (75,8%). No Campus 1, não foi encontrada essa diferença, uma vez que cerca de 65,0% dos alunos, de ambos os períodos, relataram morar com os pais. Entretanto, há que se destacar que, embora em frequência mais baixa, o número de alunos que residem sozinhos é maior entre os do período noturno (12,5%) comparado aos do período matutino que se encontram nesta condição (apenas 1,5%). Em relação à formação no ensino médio, a maioria frequentou escola pública (em torno de 87,6% entre os alunos de ambos períodos), em curso do tipo regular: acima de 70%. O ingresso da maioria à universidade foi por meio de vestibular (uma média de 74,0%, para ambos os períodos e campi) e, quanto à escolha do curso, 69,0%, do matutino e 61,7%, do noturno admitiram Psicologia como primeira opção. Sobre a escolha futura de atuação, 47,3% do noturno e 33,9% do matutino, descreveram alguma área específica. Sobre as razões pela escolha do curso, os motivos alegados foram diversificados, desde explicações bastante abrangentes e pouco precisas, como admitir identificação com a área como questões bem específicas, tais como almejar benefícios, na profissão em que já atua, com a formação de nível superior ou, ainda, de buscar a compreensão do ser humano. E, finalmente, 24,3% do matutino e 22,6% do noturno admitiram que estão – ou que já estiveram – em processo de psicoterapia.

alunos ingressantes; Psicologia; perfil.

sem financiamento

Outro

FORM - Formação em Psicologia

Sessão Coordenada 19 - **DESENVOLVIMENTO INFANTIL : ORIENTAÇÃO PARA PAIS E PROFISSIONAIS - ONDE A DIVERSIDADE SE ENCONTRA**

GRUPO DE ORIENTAÇÃO A PAIS: INTERVENÇÕES E RESULTADOS. *Maria Benedita Lima Pardo, Margarida Maria Silveira Britto de Carvalho (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão- SE)*

Nos últimos anos tem crescido o interesse no desenvolvimento de trabalhos com pais e com famílias no contexto da Educação e Psicologia. A orientação de pais tem sido uma estratégia muito utilizada com famílias para discutir princípios, questões de relacionamento e também treinar os pais para seu melhor desempenho no que se refere à educação dos filhos. Por sua vez os pais começam a se interessar por informações que possam ajudá-los a resolver ou evitar problemas de comportamentos dos filhos. O projeto Grupos de Orientação a Pais (GO) iniciou-se com a necessidade de atender famílias que buscavam atendimento psicológico para seus filhos. Sua fundamentação baseia-se em princípios da psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento e na abordagem bioecológica. No decorrer do seu desenvolvimento foram elaborados e introduzidos instrumentos com o objetivo de avaliar os efeitos das intervenções propostas. Este trabalho tem como objetivo descrever e analisar os procedimentos e resultados obtidos com um grupo de orientação a pais atendido em clínica-escola. Participaram sete mães, com idade média de 40 anos e escolaridade variando de ensino fundamental incompleto a ensino médio completo. A idade dos filhos variou de 5 a 13 anos. A estrutura de funcionamento do grupo se desenvolveu por meio de 8 encontros, um por semana com duração de uma hora cada. Antes e após a realização do grupo as mães foram entrevistadas individualmente sobre as queixas e avaliaram sua importância. Também foi aplicado o CBCL nesses dois momentos. Os dados das entrevistas foram submetidos à análise de conteúdo e os do CBCL analisados de acordo com as normas. As queixas iniciais mais frequentes foram agitação, desobediência, agressividade e problemas nos estudos. Cada uma delas foi abordada, com base em princípios do desenvolvimento e da aprendizagem, em discussões que orientavam a observação das mães sobre aspectos dos diferentes ambientes da criança que poderiam estar relacionados com os comportamentos a serem melhorados. Discutiam-se também formas alternativas de atuar em relação a esses comportamentos em cada ambiente indicado, incentivando-se a participação ativa das mães. Nas entrevistas finais as avaliações das mães sobre a melhora dos comportamentos considerados problema variaram entre “regular” e “muita” numa escala que ia de “não melhorou” a “desapareceu”. Também houve diminuição da importância por elas atribuída a esses comportamentos. Quanto ao CBCL uma das crianças teve classificação “Clínica” e as demais “Não Clínica”. Ao final, a referida criança passou a uma avaliação “Não Clínica”. As mães também relataram mudanças em seus próprios comportamentos relativas a dar mais atenção, ter paciência e dialogar com os filhos. Tais resultados indicam que foi desencadeado um processo de mudança tanto na mãe como na criança como prevê a abordagem bioecológica. Deve-se ressaltar que tal processo é gradual e implica na influência de diversos fatores, além daqueles trabalhados no GO, apontando para a desejabilidade de continuação do trabalho com os pais. Apesar dessas limitações os resultados recomendam a continuidade dessa iniciativa, pois a mesma se insere numa linha de prevenção de problemas mais graves.

grupo de orientação a pais, abordagem bioecológica, clínica-escola
PIBIX/PROEX/UFS

Pesquisador - P

DES - Psicologia do Desenvolvimento

ESTIMULAÇÃO NEUROPSICOMOTORA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: ORIENTAÇÕES PARA FAMILIARES E EDUCADORES. Vera Lúcia Israel (*Curso de Graduação em Fisioterapia; Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná*); Luíze Bueno de Araujo (*Curso de Graduação em Fisioterapia*); Manoela de Paula Ferreira (*Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná*)

A atuação interdisciplinar no desenvolvimento da criança envolve os conhecimentos da Fisioterapia (saúde) e da Educação infantil, entre outros saberes. O objetivo desse estudo foi capacitar profissionais da educação infantil sobre o desenvolvimento nos primeiros anos de vida da criança. Assim, os professores seriam multiplicadores dos conceitos de estimulação motora desta criança entre 0 a 5 anos de idade em relação aos familiares como uma estratégia de promoção de saúde infantil. O modelo teórico sobre desenvolvimento motor utilizado foi o contextual ou sistêmico que envolve a criança (indivíduo) nas interações, restrições e características dela junto aos ambientes (família e escola) e as tarefas (estimulação) propostas no seu cotidiano por familiares e profissionais (educadores). As expectativas e atitudes diferenciadas e complementares dos professores favorecerão a aprendizagem psicomotora da criança. Esta aprendizagem envolve a estimulação da motricidade e da cognição da criança no ambiente familiar, social, escolar e de lazer que favorecem a integração dessas informações pela criança. A metodologia envolveu uma pesquisa ação, propondo-se a criação de oficinas práticas nas escolas de educação infantil no litoral do Paraná, cada encontro com duração de 6 horas com os profissionais de educação participantes na própria escola. Foram realizadas 8 oficinas, com a média de 15 participantes (professores de educação infantil) em cada escola. Estas vivências eram divididas em duas partes: atividade formativa expositiva-dialogada com exemplos em vídeos e expondo conceitos teóricos; atividades dinâmicas integrativas com prática de motricidade e marcos do desenvolvimento motor infantil. Na primeira parte os conceitos trabalhados foram baseados no modelo contextual de desenvolvimento motor, envolvendo reações e reflexos da criança, marcos motores, elaboração de atividades lúdicas de estimulação em pequenos grupos, vivências psicomotoras, treinamento na escala de evolução da criança de Werner. Já na sequência, os professores foram reunidos em pequenos grupos e puderam discutir os temas e criar uma série de atividades de estimulação psicomotora que seria aplicada na própria escola. Havia o registro das atividades e dos relatos dos participantes e as pesquisadoras também registraram as observações realizadas durante cada oficina. Os materiais e equipamentos foram: multimídia, vídeos, recursos de brinquedos, colchonetes, bolas. Os resultados imediatos observados foram: participação integral de todos os profissionais com apoio da secretaria municipal de educação, criação pelos participantes de uma série especial de atividades lúdicas de estimulação infantil em cada escola infantil com seus recursos próprios quanto a materiais e brinquedos, dicas de promoção da saúde da criança, indicativo de interação da escola com a família para treinamento sobre a estimulação infantil mais eficiente, aproximação dos profissionais da saúde à realidade educacional e social vigente. Conclui-se que a formação de redes de interações entre os profissionais da educação, profissionais da saúde e da família da criança pode transformar a prática do profissional da educação com um olhar teórico-prático para favorecer as aprendizagens motoras e com elas estimular a maturação emocional, psicológica da criança de 0 a 5 anos e a responsabilidade social do professor frente à capacitação da família quanto ao desenvolvimento dos filhos ao longo da infância.

Orientação a Profissionais. Desenvolvimento Infantil. Aprendizagem Motora.

PIBIC/CNPq/UFPR

Pesquisador – P / DES - Psicologia do Desenvolvimento

GRUPOS FOCAIS COMO ESTRATÉGIA PARA ORIENTAÇÃO DE MÃES DE BEBÊS PREMATUROS. *Elza Francisca Correa Cunha e Margarida Maria Silveira Britto de Carvalho (Departamento de Psicologia - Universidade Federal de Sergipe, SE)*

Um aspecto que tem sido alvo das preocupações da equipe médica é a preparação das mães nos futuros cuidados com o filho prematuro, após a alta hospitalar. Esta tarefa necessita ser realizada durante todo o período de internação da criança, a fim de serem desenvolvidas habilidades e instruções específicas acerca do cuidado do bebê no domicílio, com destaque para o desempenho da mãe e para a sua ativa participação. O objetivo deste trabalho é descrever e analisar os resultados de três grupos focais realizados com mães de prematuros internados em uma maternidade pública do estado de Sergipe. Os grupos tinham frequência média de oito mães e duração de 50 minutos cada. As sessões foram gravadas e transcritas. Os procedimentos adotados suscitaram discussões a partir de diversos estímulos como trechos de filmes, documentários, poemas, desenhos, dinâmicas de grupo e trabalhos com miniaturas, cujos temas, em geral, reproduziam as vivências e preocupações das mães. Tais atividades grupais levaram as participantes a expressarem e compartilharem os sentimentos e emoções sobre o nascimento e internação do filho e discutirem a respeito do desenvolvimento infantil. As análises dos conteúdos das sessões revelaram que as mães compartilhavam dúvidas quanto às possibilidades de desenvolvimento do filho prematuro e sobre o modo de agir em relação a eles. As discussões eram ocasião para se refletir sobre esses pontos. As avaliações finais das participantes mostraram que os grupos focais foram estratégias eficazes para fornecer orientações sobre desenvolvimento de bebês prematuros e trabalhar temas relativos às dúvidas a respeito de seus filhos. As avaliações feitas a respeito do funcionamento dos grupos foram positivas. Segundo as mães as discussões foram capazes de “trazer coisas novas” “distrair” “quebrar a rotina da maternidade” “compartilhar as dúvidas”. De acordo com a literatura as experiências de programas de orientação mostram que a confiança e a maturidade na realização das tarefas e nos cuidados necessários aos bebês, especialmente após a alta hospitalar, dependem de ações e atitudes que passam inicialmente por informações repassadas às mães. No entanto estas necessitam ser refletidas pelas interessadas, o que foi realizado nesses grupos. No que diz respeito à orientação a mães de bebês prematuros, os estudos mostram que não basta que essas mães saiam da maternidade junto com o filho portando instruções, ainda que bem elaboradas pela equipe de acompanhamento. Nesse aspecto o presente trabalho buscou utilizar as informações obtidas em grupos realizados anteriormente para enriquecer as propostas de orientação.

grupo focais, orientação a mães, bebês prematuros

PIBIX/PROEX/UFS

Pesquisador - P

DES - Psicologia do Desenvolvimento



ORIENTAÇÃO PARA PAIS DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN: MODELOS DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO. *Neucideia Aparecida Silva Colnago (Pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados – IEA/ Universidade de São Paulo /USP/São Carlos, SP)*

Os objetivos desta pesquisa são descrever e analisar os resultados de um programa de orientação (PO) para pais de crianças com Síndrome de Down. Elaborou-se, implementou-se e avaliou-se a eficácia de um programa de orientação para famílias de crianças com Síndrome e a posteriori foi produzido um DVD intitulado “Síndrome de Down-orientação para pais e profissionais”. O enfoque teórico foi na abordagem sistêmica do desenvolvimento humano considerando a família como um sistema interativo, inserida em diversos contextos ecológicos. Inicialmente fez-se um levantamento de necessidades e dificuldades das famílias e elaborou-se um estudo piloto (Estudo I) com três famílias com bebês SD na faixa etária de seis a quinze meses, as mães de 27 a 33 anos e os pais de 26 a 35 anos. As necessidades apresentadas pelos pais, a serem contempladas no programa, foram suporte emocional para eles poderem cuidar/criar da criança, informações sobre o desenvolvimento e o que é SD, quais as suas implicações no desenvolvimento e informações atualizadas sobre o progresso nas diferentes áreas que afetam o desenvolvimento da criança especial. Fizeram-se ajustes no PO e participaram do Estudo II cinco famílias com bebês SD na faixa etária de um a quinze meses, as mães de 19 a 44 anos e os pais de 25 a 45 anos. A preparação de cada sessão do PO envolveu um planejamento criterioso e minucioso do conteúdo com o aporte na literatura. A versão final do PO constou de 13 sessões. Os resultados foram analisados qualitativamente e mostraram que os pais necessitam da orientação de um profissional para lidar com seu estresse emocional advindo do nascimento do bebê com SD, de informações sobre o que é SD e suas implicações na saúde da criança, além de orientação para gestão do processo de desenvolvimento do bebê. As informações sobre as práticas de educação e do desenvolvimento da criança e a SD fizeram com que eles se sentissem mais seguros quanto à educação e à criação do filho. Na avaliação dos pais, as sessões de orientação foram eficazes em prover informações e suporte emocional. As mudanças mais perceptíveis foram a de que os pais passaram a ter mais segurança quanto a forma de lidar com sua criança e um relacionamento menos tenso com ela, ainda que, os cuidados com sua saúde e bem estar continuassem importantes. Como consequência verificou-se uma maior satisfação no papel parental. É de fundamental importância que o profissional, visto como o especialista “detentor do saber”, desmistifique essa ideia e enalteça as competências dos pais em gerir a vida em família, orientar e educar seu filho especial tendo por base as informações e orientações passadas sobre o desenvolvimento, práticas de educação e estimulação nas atividades de vida diária (AVDs). Neste modelo de intervenção, o profissional tem que estabelecer uma relação de empatia e respeito pelos sentimentos dos pais. Na perspectiva de que a intervenção é de fato pautada nas necessidades e dificuldades dos pais, amplia-se assim, a visão de Direitos Humanos que deve ser uma das premissas Éticas que devem pautar as ações dos pesquisadores/profissionais.

Programa de Orientação para Pais , Síndrome de Down, Práticas Educativas

Bolsa de pós-doutorado CNPq

Pesquisador - P

DES - Psicologia do Desenvolvimento



Sessão Coordenada 20 - **DIFERENTES DESCRIÇÕES DA SUBJETIVIDADE AO LONGO DA HISTÓRIA**

A CONCEPÇÃO DE EU NA PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA DE HUSSERL. *Sávio Passafaro Peres (Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP)*

Em 1901, na primeira edição de *Investigações Lógicas*, Husserl possui um conceito não-egológico de subjetividade, adotando uma concepção de eu muito próxima da de Hume. No início da quinta *Investigação Lógica*, Husserl apresenta três conceitos de consciência. Primeiro, consciência como autoconsciência. Ou seja, toda vivência intencional, embora seja consciente de um objeto, é também consciente de si mesma. Segundo, consciência como vivência intencional, ou seja, consciência entendida como consciência de um objeto ou objetividade transcendente. Diz respeito aos casos em que a consciência visa (*meinen*) algo, direcionando-se, em vista de um sentido, a algo exterior ao próprio fluxo de consciência. Em terceiro lugar, temos a consciência como a totalidade do fluxo de vivências. Este último conceito envolve o aspecto temporal da consciência, pois apesar de cada vivência ter uma duração determinada, o fluxo permanece como dotado de uma unidade, ou seja, cada vivência, embora transitória, pertence ao mesmo fluxo. Este terceiro conceito é identificado, em 1901, com o eu fenomenológico. Alguns anos depois da publicação de *Investigações Lógicas*, Husserl muda sua concepção e passa a defender uma concepção egológica da consciência, de acordo com a qual o “eu” não pode ser identificado com o fluxo de vivências. Em 1913, Husserl buscará estabelecer em *Ideias I* a relação entre a consciência e o eu puro. Em *Ideias II*, Husserl busca, a fim de evitar ambiguidades, distinguir várias concepções de eu. Nesta obra, ele se refere ao eu puro, ao eu como substrato das convicções, ao eu-alma e ao eu-homem. Nosso objetivo é mostrar como essas distinções podem oferecer valiosas contribuições epistemológicas para a psicologia.

Fenomenologia, eu, Edmund Husserl, consciência

FAPESP

Pós-Doutorado - PD

HIST - História em Psicologia

O PROBLEMA DA LINGUAGEM PSICOLÓGICA E O FLUXO DE CONSCIÊNCIA NO PENSAMENTO DE WILLIAM JAMES. *Rayssa Maluf de Souza** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG); Saulo de Freitas Araujo (Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG)*

A linguagem constitui uma ferramenta importante para o ser humano e suas relações sociais, uma vez que, em linhas gerais, ela representa uma relação entre o signo linguístico e seu objeto (qualquer que seja), e por isso possibilita ao homem conhecer o mundo e comunicar-se com outras pessoas. Dentro da psicologia, a linguagem também possui um papel importante, sendo o objeto de distintos estudos, como, por exemplo, a relação entre pensamento e linguagem. Entretanto, observamos que na história da psicologia, encontram-se muitas discussões sobre a legitimidade de tais investigações e sobre a possibilidade de compreender o pensamento através da linguagem. Uma das figuras de destaque que participou dessa discussão, tanto no âmbito filosófico quanto no psicológico, foi o filósofo e psicólogo norte-americano William James (1842-1910). James debateu tanto a questão da possibilidade da representatividade quanto as dificuldades de um vocabulário apropriado para a ciência psicológica, diferente do senso comum. O presente trabalho tem como objetivo compreender um dos âmbitos da discussão sobre o problema da linguagem em James, mais especificamente as dificuldades relacionadas à descrição e à compreensão da consciência. Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, foi feita uma análise textual do artigo *On Some Omissions of Introspective Psychology* (1884) e do capítulo IX (*The Stream of Thought*) do livro *The Principles of Psychology* (1890). A pesquisa utilizou como fonte primária a Edição Crítica das obras reunidas de James (*The Works of William James*) – editada pela Harvard University Press. Após a análise, observamos que para compreender as dificuldades linguísticas relacionadas à descrição e à compreensão da consciência, é necessário primeiramente compreender o que James denomina consciência. Para o autor, a consciência é como um fluxo, um contínuo de pensamento que possui ritmos diferentes em suas partes distintas. De acordo com James, uma metáfora útil para compreender nossa vida mental seria a vida dos pássaros, constituindo-se de uma alternância entre voos e pousos. Os momentos de pouso seriam ocupados por imaginações sensoriais de algum tipo, onde podemos conservá-las na mente por um tempo indefinido; já os momentos de voo seriam preenchidos com pensamentos de relações, que em sua maioria surgem dos assuntos contemplados nos períodos de relativa pausa. Os primeiros momentos são chamados por James de “partes substantivas”, enquanto os segundos, de “partes transitivas” do fluxo de pensamento. O ritmo da linguagem expressa tal fluxo, onde todo pensamento é expresso em uma sentença e toda sentença é finalizada por um período. Levando-se em consideração a dinâmica do fluxo, percebemos que as partes transitivas são de difícil captura, pois a percepção humana tende a desconsiderar tais partes e apreender apenas as partes substantivas. Dessa forma, quando tentamos relatá-las, encontramos a primeira dificuldade linguística, pois não conseguimos registrar o fluxo por completo e dar-lhe a devida ênfase. Acabamos por conseguir descrever apenas as partes substantivas. Outro problema apontado por James refere-se ao fato de os fenômenos da consciência serem inumeráveis, de forma que nossa linguagem finita e limitada não faz jus a essa multiplicidade quando se trata de descrever a consciência. Além disso, há também o problema de não conseguirmos utilizar uma linguagem objetiva para descrever as partes transitivas do fluxo. Por isso, acabamos por utilizar uma linguagem subjetiva quando tentamos relatar o que lá se encontra, tornando difícil a análise psicológica de tais partes. Sendo assim, observamos que nesse momento James introduz o primeiro problema relacionado à



linguagem e à possibilidade de construirmos um saber psicológico relacionado à consciência, assunto que é extensivamente explorando pelo autor ao longo de sua obra.

linguagem; William James; história da psicologia

CAPES

Mestrado - M

HIST - História em Psicologia



O PERSONALISMO CRÍTICO E A PROPOSTA DE PSICOLOGIA CIENTÍFICA DE WILLIAM STERN. *Carolina de Resende Damas Cardoso** (Departamento de Psicologia – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto) e Marina Massimi (Departamento de Psicologia – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto)*

William Stern (1871-1938) é geralmente reconhecido na história da psicologia por ter introduzido o termo “Coeficiente de Inteligência” (Q.I) no estudo do desenvolvimento da inteligência infantil, em 1912. Entretanto, o autor ofereceu outras contribuições para a psicologia, tendo advogado a favor da emancipação da mesma em relação à filosofia, porém, ressaltando a interdependência entre ambas. Para Stern, os resultados empíricos alcançados pela psicologia deveriam clarificar temas filosóficos, mas também, a filosofia deveria constituir a base de sustentação da psicologia científica. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho foi apresentar as formulações filosóficas do autor, inseridas no sistema denominado por ele de Personalismo Crítico, bem como a interdependência de sua psicologia ao mesmo. Assim como diversos autores contemporâneos a ele, Stern preocupava-se, principalmente, com a delimitação epistemológica da psicologia científica formal e institucionalmente inaugurada no final do século XIX. Em especial, ele defendia que o tema referente à definição filosófica do conceito de pessoa, uma das premissas do Personalismo, era crucial para a psicologia científica que, devido às influências do positivismo, havia reduzido o objeto psíquico ou ao desaparecimento, ou à multiplicidade de elementos provenientes das sensações. Ademais, o autor buscava retomar o conceito filosófico de “eu” ou “self”, cujo significado pautava-se na unidade da consciência, levando em consideração a autonomia do mesmo, orientado por objetivos (no sentido teleológico), significado e valores. Stern buscou recuperar, portanto, o conceito de pessoa como sujeito da experiência, sendo esta consciente ou não, mas sempre na medida em que houvesse objetivos em direção a metas, assim como abertura ao mundo circundante. O termo “experiência” (Erleben), por sua vez, diz respeito à relação da pessoa com o mundo, enquanto sujeito que possui sensações, sentimentos e é detentor de capacidades espirituais – o que, para Stern, constituiria a diferença entre pessoas humanas e animais, aspecto que proporciona a abertura ao mundo dos valores. Ele preferia o uso do termo “experiência”, ao uso do termo “consciência”, para diferenciá-lo do sentido em que o último vinha sendo empregado na psicologia – aquele herdado do empirismo filosófico, que considerava a consciência como um aglomerado de estruturas mentais provenientes das sensações. Outra premissa do Personalismo sustentava-se na afirmação de que a base das explicações científicas, da compreensão da vida e do cosmos deveria ser uma metafísica crítica – o que consistia na formulação de uma Weltanschauung (visão de mundo). As considerações de sua filosofia personalista foram elaboradas concomitantemente ao desenvolvimento teórico e metodológico do ramo da psicologia diferencial criada por Stern. Esta linha da psicologia, ao contrário daquelas pautadas pela epistemologia positivista vigente, buscava o estudo das diferenças individuais entre as pessoas – o que vinha de encontro com a concepção personalista de que cada pessoa é um indivíduo, ou seja, um ser portador de qualidades espirituais idiossincráticas. Conclui-se que o resgate deste personagem na história da psicologia é relevante para a psicologia contemporânea, neste momento histórico em que há uma busca por epistemologias mais abrangentes em que sejam superados o naturalismo e o positivismo que fundamentaram as ciências da psique em suas origens.

William Stern, Personalismo Crítico, história da psicologia

FAPESP

Doutorado - D

HIST - História em Psicologia

O HOMEM EM SUA VAIDADE: ANÁLISE DAS REFLEXÕES DE MATIAS AIRES NA PERSPECTIVA DOS SABERES PSICOLÓGICOS. *Nayara Aparecida Saran**; *Marina Massimi (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP)*

O livro *Reflexões sobre a vaidade do homem* escrito em 1752 por Matias Aires possui 163 fragmentos de reflexões que circunscrevem a temática da vaidade para pensar a concepção de homem do século XVIII. Matias Aires foi um filósofo de procedência brasileira que recebeu educação jesuíta e foi fortemente influenciado pelo Iluminismo francês. As reflexões de Aires são consideradas como de fundamental contribuição aos saberes psicológicos desenvolvidos no Brasil a respeito da época colonial. O objetivo da pesquisa se destina a buscar a compreensão da concepção de vaidade na obra de Matias Aires e a maneira como a vaidade condiciona a vida humana na criação de uma imagem de si e na busca de um ideal para a felicidade. O método histórico conceitual sob a perspectiva da História dos Saberes Psicológicos é a base para a leitura, análise, interpretação e escrita da história desta pesquisa, tendo como fonte primária a obra *Reflexões sobre a vaidade dos homens (1752)*, de Matias Aires. Na história da cultura ocidental, o tema da vaidade sempre foi abordado como condição inerente do ser humano. A vaidade mobiliza as ações humanas e acaba por determinar hábitos, costumes e valores de uma sociedade. Matias Aires centraliza a vaidade como a responsável por modelar os vícios e virtudes de um Estado, uma sociedade, uma pessoa. Na vaidade pode-se perceber a existência de uma dimensão espiritual, psíquica e corporal que mobiliza a pessoa na busca de uma felicidade plena, da honra e do reconhecimento posterior a sua morte. Assim, a vaidade acaba por ditar um ideal de vida que acompanha as pessoas em suas experiências e é regrada pela temporalidade. Dessa maneira, pode-se dizer que a vaidade interfere no estado psíquico e motiva os pensamentos, emoções e comportamentos desenvolvidos por cada pessoa. Nas reflexões, o filósofo apresenta a vaidade como a paixão da alma intrínseca ao ser humano e que dá origem as demais paixões e acaba por influenciar o homem no uso da razão. A passagem do tempo circunscreve a vida do ser vaidoso, sendo que a concepção de vaidade não pode ser pensada sem a noção de tempo, e neste a maior perspectiva futura que alcança a mente humana é a morte. Trata-se de uma obra que elege a vaidade de forma utópica para discutir ética e moralidade, promovendo no seu leitor o desengano, para isso traz reflexões sobre a concepção de pessoa, relações humanas, desigualdades sociais e o uso da Ciência.

Matias Aires, *Vaidade, Paixão da Alma*

FAPESP

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

HIST - História em Psicologia



O CURSO CONIMBRICENSE E A SCIENTIA DE ANIMA: PSICOLOGIA FILOSÓFICA EM UM MANUAL ESCOLAR DO SÉC. XVI. *Sandro Rodrigues Gontijo***
(Faculdade de Filosofia Ciência e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)

Marina Massimi (Faculdade de Filosofia Ciência e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto)

A partir de meados do século XVI, os padres da Companhia de Jesus, imbuídos do humanismo em sua versão Moderna, partiram do legado de Aristóteles, desenvolvendo o que alguns autores denominam de “Segunda Escolástica” portuguesa a qual foi exposta nos diversos textos da obra coletiva conhecida como *Cursus Conimbricensis*. Este manual escolar de filosofia (comentários às obras aristotélicas) foi redigido pelos professores do Colégio das Artes da Companhia de Jesus em Coimbra, sendo publicado em oito tomos entre 1592 e 1606, e que, posteriormente, foi utilizado para os estudos filosóficos nos colégios da Companhia no restante da Europa, na Ásia e nas Américas de influência luso-espanhola. A obra gozou de grande repercussão no período detectando-se sua influência em autores modernos como Descartes e Leibniz, e ainda eventualmente em Espinosa ou Hobbes. No caso do estudo antropológico e psicológico destaca-se o comentário ao tratado *De Anima* (Sobre a Alma). Buscamos demonstrar de que modo está presente neste manual a área de conhecimento denominada *scientia de anima* (ciência da alma), e que posteriormente veio a ser denominada “psicologia” e que na altura se estendia a várias outras áreas de conhecimento como a medicina, a retórica e suas técnicas de persuasão, a pedagogia, a teologia, dentre outras. Para tal, investigamos o contexto de produção da obra conimbricense e analisamos mais aprofundadamente o comentário ao *De Anima*. Procuramos identificar as apropriações feitas do texto aristotélico sobre a *psyche* e os pontos em que o ator é retomado, superado ou mesmo abandonado. Neste sentido, observamos adesão a Aristóteles ao identificar inicialmente o termo *alma* como princípio vital e a partir de então construir uma teoria de base orgânico-sensitiva a qual desemboca em uma gnosiologia (teoria do conhecimento) ao juntar a esta base a inteligência (razão), as emoções, e a volição. No entanto, o texto conimbricense se inspira na metafísica, na fisiologia e na medicina da época e aprofunda e repropõe os modos de atuação das potências da alma, como a imaginação, a percepção e a memória, superando Aristóteles. Tornam-se não aristotélicos ao agregarem outros autores – Platão e Agostinho nomeadamente e outras autoridades da tradição – aos comentários para responder as questões coevas (por exemplo: estabelecer uma gnosiologia e uma antropologia pertinente ao espírito da época, uma separação das ciências e suas epistemologias, dar fundamentação filosófica a preceitos inicialmente teológicos) alheias ao Estagirita. Assim, notamos uma sofisticada teoria a tratar da alma (*anima/psyche*) com vincos do Humanismo e da Idade Moderna e que incidem na atualidade ao buscar descrever e sistematizar, a seu modo, conceitos e fenômenos “psicológicos” como memória, imaginação, emoções, inteligência, volição (“motivação”) e percepção, dos quais ainda nos servimos.

Curso Conimbricense, psicologia filosófica, Idade Moderna

FAPESP

Doutorado - D

HIST - História em Psicologia



Sessão Coordenada 21 - **DISCUTINDO MÉTODOS EM HISTÓRIA DA PSICOLOGIA**

ICONOGRAFIA E HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: FOTOGRAFIAS COMO FONTES DE PESQUISA. *Rodrigo Lopes Miranda (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Departamento de Psicologia; Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar aspectos metodológicos da iconografia como recurso para a produção da história da psicologia. O uso de fotografias como fontes de pesquisa tem se intensificado contemporaneamente com a dispersão de técnicas e tecnologias imagéticas. O seu uso cria condições para a observação de vários aspectos, especialmente: (a) a relação fotógrafo, tecnologia e destinatário; e (b) a eleição e construção de imagens como representativos de um certo contexto sociocultural. Para atingir o objetivo proposto, será apresentado um estudo de caso da apropriação e circulação da Análise do Comportamento no Brasil entre 1961-1971. Especificamente, serão analisadas fotografias que permitem a construção de uma história sobre a recepção da caixa de condicionamento operante no país. Essas fotografias foram produzidas em diferentes locais e em diferentes datas, a saber: Universidade de São Paulo (1961-1962), Universidade de Brasília (1963-1964) e Universidade Federal de Minas Gerais (1971-1972). Essas fotos nos sugerem alguns aspectos, por exemplo, a sua existência e seu arquivo aponta para intencionalidades na recepção e na memória da Análise do Comportamento no país. Em segundo lugar, pessoas e momentos terem sido registrados nos auxiliam a compreender os recursos materiais disponíveis naquele período histórico, bem como, quais os objetos eleitos para esse registro. Por exemplo, porque determinadas pessoas e objetos foram fotografados, tal como Fred Keller e a caixa de Skinner? Em terceiro lugar, a presença de câmeras fotográficas e de habilidades no seu uso pode sugerir a pré-existência de habilidades técnicas para o trato com diferentes tecnologias, e.g., câmeras fotográficas não eram facilmente acessíveis no período e seu uso demandava o conhecimento de operar o aparato. Esses aspectos nos auxiliam a compreender investimentos simbólicos e materiais desse período histórico. Esses investimentos também contribuem para a compreensão da formação do psicólogo e de uma comunidade científica no Brasil. Isso se deve ao fato de que, o fortalecimento da universidade e o enfoque na formação de cientistas dialoga com a circulação da caixa de condicionamento operante no país. As fotografias permitem ver aspectos da apropriação da caixa de Skinner como recurso didático. Nos momentos iniciais de sua recepção no Brasil, 1961-1962, notam-se características mais próximas àquelas do seu contexto de criação, os Estados Unidos da América. Por exemplo, a caixa de condicionamento possuía uma caixa invólucro para isolamento acústico. Em uma década, vê-se que a apropriação contou com a simplificação dos recursos materiais do aparato. A caixa que outrora possuía o invólucro e outro equipamentos conectados, tornou-se uma caixa na qual o comportamento do sujeito experimental é facilmente observável. A produção e circulação desse equipamento brasileiro estava conectada a investimentos socioculturais do período na dispersão de conhecimento científicos e formação de cientistas. Assim, as fotografias nos auxiliam investimentos materiais e simbólicos de sujeitos em um determinado período histórico. Além disso, elas contribuem na compreensão de aspectos relacionados ao fortalecimento de discursos científicos e da constituição de comunidades científicas.

História da Psicologia; Historiografia da Psicologia; Iconografia; Fotografias

FAPESP (No. 2013/22946-3)

Pós-Doutorado - PD

HIST - História em Psicologia

A BIOGRAFIA NA HISTORIOGRAFIA DA PSICOLOGIA: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS. *Robson Nascimento Cruz (apresentador, Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, Doutor)*

A biografia, no século XIX e durante quase todo o século XX, foi concebida como um gênero literário de segunda categoria. Biografia e história, mais do que não se comunicarem, apresentavam antagonismos profundos. A biografia compreendida como saber subjetivista e desprovido de erudição; enquanto a história apreciada como ciência, objetiva e culta. Todavia, a partir dos anos oitenta do século passado, uma significativa mudança ocorre nesse cenário. Desde então, é crescente o interesse pela biografia como um campo de estudo e fonte de pesquisa respeitável. Como, por que, por quem e para quem ela é escrita, as prováveis classificações de uma biografia, seu caráter mimético, seu impacto na consciência histórica, entre outros fatores, tornaram-na objeto de estudo de diferentes campos do conhecimento. Na história da ciência, nas últimas décadas, a escrita e uso da biografia igualmente sofreu transformações, com a diferença de que ela sempre fez parte da história da ciência como forma de introduzir conteúdos científicos, por meio da exposição prévia de hagiografias de eminentes cientistas. Ou seja, uma das funções que desqualificou o gênero biográfico durante muito tempo, a saber, seu caráter excessivamente cerimonial, foi desempenhada na história da ciência desde sempre. Na historiografia da psicologia, o recurso à narrativa biográfica e autobiográfica seguiu caminho similar àquele da história da ciência. Primeiramente, compactuou-se com o que desqualificava este tipo de narrativa: a comemoração e celebração de determinados personagens históricos. No entanto, tal panorama também apresenta alterações significativas. Tais mudanças na produção biográfica e autobiográfica da psicologia tornam-se evidentes a partir da década de 1980, e derivam não só da mencionada retomada do gênero biográfico nas ciências humanas, mas também das críticas sociais à psicologia e sua historiografia nas décadas de 1960 e 1970. Apesar da identificação desse cenário de mudanças na produção biográfica e autobiográfica da psicologia, investigações sistemáticas acerca do seu desenvolvimento teórico e metodológico do campo são escassas. Tendo em vista, pois, a necessidade de compreensão aprofundada das alterações na área e de suas implicações, o objetivo desta apresentação é debater as novas orientações metodológicas e teóricas que permeiam a produção biográfica e autobiográfica da psicologia. Mais do que mera classificação, a proposta é averiguar elementos constituintes das novas formas de narrativa biográfica e autobiográfica na psicologia, com atenção especial para a reconstrução da vida dos ditos “grandes homens” dessa ciência; e os primeiros relatos biográficos e autobiográficos de indivíduos até então excluídos na história oficial da psicologia, como as mulheres, negros e praticantes dessa ciência advindos de países considerados periféricos. Igualmente, é objetivo desta apresentação averiguar os prováveis impactos dessa produção na formação da identidade e consciência histórica da psicologia enquanto ciência e disciplina.

Biografia; Autobiografia; História da Psicologia; Historiografia da Psicologia.

Não se aplica.

Pesquisador - P

HIST - História em Psicologia



CONSTRUINDO BIOGRAFIA CIENTÍFICA EM HISTÓRIA DA PSICOLOGIA:
CAROLINA M. BORI. *Gabriel Vieira Cândido** (apresentador, Universidade de São Paulo – Campus Ribeirão Preto & Universidade do Oeste Paulista) e Marina Massimi (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Departamento de Psicologia; Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

Carolina Martuscelli Bori tem sido apresentada como uma psicóloga brasileira que produziu grandes feitos em toda a ciência brasileira. Dentre suas contribuições citadas estão as áreas de psicologia experimental e educação. Ao mesmo tempo, seus artigos não são numerosos e nem conhecidos ou citados. Uma biografia científica de Carolina Martuscelli Bori seria uma forma de avaliar, então, características de sua produção de conhecimento. Isto será apresentado com base em relato de profissionais que atuaram com ela, com artigos e em cartas que auxiliaram na compreensão de atividades desenvolvidas, interesses acadêmicos, assuntos externos à ciência, modo de trabalho, contexto político e econômico, aspectos conceituais e metodológicos. Este trabalho se faz importante já que a vida de um cientista está muito além das atividades científicas. Muito mais do que construir gráficos, analisar dados e conduzir experimentos, cientistas também estudam teologia, tratam pacientes, buscam patrocínio, dão palestras para a população em geral, negociam com as editoras, exploram patentes, fundam empresas, dão concessões, orientam altos funcionários do governo, etc. Carolina Bori nasceu em São Paulo em 4 de janeiro 1924 e era a filha mais velha de sua família, entre outros quatro filhos. Frequentou uma escola alemã desde os seis anos de idade e formou-se como pedagoga. Estudou motivação do ponto de vista Gestalt sob orientação de Tamara Dembo durante seu mestrado nos Estados Unidos, e com Annita Cabral durante seu doutorado, no Brasil. Coordenou o departamento de psicologia do curso de pedagogia em Rio Claro. Neste período, foi aluna de Fred S. Keller, e, juntos, escreveram os primeiros trabalhos em um campo que desenvolveram no Brasil. Em 1962, ela foi convidada para criar e coordenar o departamento de psicologia da Universidade de Brasília, na capital brasileira recém-fundada. O curso, com base na experimentação e técnicas comportamentais, começou em 1964, mas em 1965 o governo militar invadiu a universidade e o departamento foi extinto. Com isso, Bori voltou à USP e se tornou o principal autor no campo da Instrução Programada e PSI no país. Mas talvez o principal foco de trabalho de Bori foi a coordenação de sociedades científicas, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, onde discutiu o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil com outras sociedades, lutou pela criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, buscava verbas para o desenvolvimento de pesquisas e trabalhou na difusão da ciência para a população, usando jornais, TV, boletins, rádio, museu, kits de ciência para crianças e planejando cursos e livros para professores. Ela lutou por melhores condições de ensino e pesquisa no país, contribuiu para o reconhecimento legal da profissão e formação de psicólogo, foi fundamental na criação de um sistema de ciência e tecnologia no Brasil. Assim, mais do que um papel de pesquisador, no laboratório, Bori se tornou uma figura importante na ciência brasileira por sua atuação fora dos laboratórios, no desenvolvimento de condições de trabalho nas universidades brasileiras e discutindo o papel da ciência para o desenvolvimento do país.

História da Ciência; História da Psicologia; Biografia Científica.

Não se aplica.

Doutorado - D

HIST - História em Psicologia



PSICOLOGIA, MARKETING E O CONCEITO DE CONSUMIDOR: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA PESQUISA. *Carmen Silvia Porto Brunialti Justo** (apresentadora; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Departamento de Psicologia; Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP) e Marina Massimi (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Departamento de Psicologia; Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

Esta pesquisa utiliza o método de investigação histórica e está inserida no âmbito da história do Marketing, da Psicologia Científica e da Psicologia do Consumidor, no período que compreende o final do século XIX e o século XX. Nesse contexto, foram levantados os principais acontecimentos históricos relativos à Revolução Industrial e ao avanço do capitalismo na sociedade americana, bem como a contribuição da Psicologia Científica para o processo de emancipação desse país, o surgimento da Psicologia do Consumidor como área específica e, como o encontro entre essas áreas distintas, Psicologia e Marketing, contribuíram para o desenvolvimento do conceito de consumidor na perspectiva histórica. Foram utilizados os recursos metodológicos, contemplando a pesquisa histórica em psicologia seguindo as etapas: definição do tema e problema, levantamento do material e fontes para a investigação histórica, o tratamento das fontes, a interpretação e as relações entre as áreas. A escolha dessa metodologia apoia-se na historiografia da Psicologia Científica, cujos métodos se inserem no domínio da História das Ciências. A forma da organização da narrativa histórica obedeceu ao interesse de estabelecer um diálogo entre as áreas do Marketing e da Psicologia, especificamente sobre a contribuição desses estudos para o conceito de consumidor. Para delimitar o contexto histórico do Marketing, foram analisados artigos, teses e obras produzidas por acadêmicos que pesquisaram de forma sistemática o surgimento dessa área específica nos EUA. Para delimitar o contexto histórico da Psicologia do Consumidor, foram pesquisadas as bibliografias dos psicólogos que, através da psicologia aplicada aos estudos sobre comportamento do consumidor, no mesmo período histórico, influenciaram com suas teorias os estudos de marketing e publicidade. Gráficos e tabelas foram elaborados para apresentar o contexto histórico, considerando as seguintes variáveis: ano/período, autores representativos, características de cada escola de pensamento e o conceito de consumidor predominante em cada período. Para complementar a contextualização histórica, foi apresentado um breve relato sobre o desenvolvimento da Psicologia Científica nos Estados Unidos. Na apresentação final da conclusão foi desenvolvido um quadro comparativo apresentando em diferentes períodos, o conceito de consumidor a partir da história do Marketing e a aproximação com as ideias psicológicas predominantes. Conclui-se que a aproximação entre as áreas contribuiu para as definições teóricas e estratégicas da área de Marketing no que diz respeito ao conceito de consumidor e na consolidação das atividades da psicologia do consumidor.

História da Psicologia Científica; Métodos de Investigação Histórica; História das Ciências; História do Marketing.

Não se aplica.

Mestrado - M

HIST - História em Psicologia



O USO DE ENTREVISTAS COMO FONTE EM HISTÓRIA DA PSICOLOGIA. *Clara Mellin Lutz** (apresentadora, Universidade de São Paulo – Campus Ribeirão Preto, Graduanda em psicologia) e *Marina Massimi* (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Departamento de Psicologia; Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)

Esse trabalho teve como objetivo apresentar o uso de entrevistas como fontes primárias para a realização de pesquisas em História da Psicologia. Para ilustrar as possibilidades de pesquisa com entrevistas no campo histórico e da história da ciência, o presente trabalho investigou as condições para o desenvolvimento da Análise do Comportamento nas décadas de 1960 e 1970 que foram descritas nas entrevistas. Para tanto, foram utilizadas entrevistas concedidas ao Professor Hélio Guilhardi (Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento - Campinas) na ocasião da apresentação de um trabalho, em 1977, sobre o desenvolvimento da Modificação do Comportamento no Brasil e, desde então, guardadas no acervo pessoal da professora Marina Massimi (FFCLRP-USP). Também foram utilizadas fontes secundárias acerca do período histórico e da história da AEC no Brasil. Assim, a partir da leitura das entrevistas, criaram-se categorias temáticas de acordo com a frequência em que determinados temas eram tratados e os trechos mais relevantes de cada entrevista foram categorizados. As categorias abordavam aspectos como a importância de atores específicos, tais quais Fred Keller, Carolina Bori e Rodolpho Azzi; a participação social e os impactos do regime militar nos entrevistados; as novidades e diferenças dos períodos anteriores ao estudo da AEC no Brasil; problemas de pesquisas dos entrevistados; e a importância da UnB como ambiente institucional para a realização de pesquisas. A análise experimental do comportamento (AEC) no Brasil teve seu início demarcado pela vinda do professor Fred S. Keller (1899-1996), em 1961, que realizou cursos na Sociedade Brasileira de Psicologia e, também, como professor convidado na Universidade de São Paulo (USP). Os resultados parciais apontaram para a inexistência do estudo da AEC no Brasil antes do ano de 1961; o reconhecimento da importância de Rodolpho Azzi e Carolina Bori como grandes estudiosos e divulgadores da perspectiva; e a Universidade de Brasília como ambiente responsável por grande produção na área, por concentrar os estudiosos e permitir-lhes não só a criação de laboratórios tecnológicos como também a formulação de uma graduação em psicologia em moldes experimentais. Além disso, foi possível identificar nas falas de alguns entrevistados o envolvimento com questões políticas e contrárias ao regime militar juntamente com a crítica à produção de conhecimento em AEC alienada de suas responsabilidades sociais. A importância de utilizar entrevistas para compreender os motivos que levaram ao crescimento da AEC no país, durante o período destacado, reside na possibilidade de identificar-se relação entre o contexto social e político vivido na época, os papéis adotados pelos principais atores desse regime e contrários a ele, e a produção científica realizada no país. Pode-se concluir que a partir das entrevistas, então, foi possível obter relatos de atores imprescindíveis para o desenvolvimento dessa perspectiva psicológica, bem como da institucionalização do campo em si. Essa pesquisa aponta para a possibilidade de outras áreas dentro da psicologia se beneficiarem também desse recurso para a história da institucionalização de suas respectivas abordagens no país.

História da Psicologia; Análise Experimental do Comportamento no Brasil; Entrevistas

FAPESP (No. 2013/09346-7)

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

HIST - História em Psicologia



PRESERVAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA EPISTOLAR COMO FONTES PARA A PRODUÇÃO DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: A CORRESPONDÊNCIA DE MIGUEL ROLANDO COVIAN. *Eneida Nogueira Damasceno (apresentadora; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Departamento de Psicologia – Universidade de São Paulo – USP); Marina Massimi (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Departamento de Psicologia – Universidade de São Paulo – USP)*

É discutida neste trabalho a relevância do gênero correspondência epistolar enquanto fonte primária para a produção da História das Ciências. No caso específico desta pesquisa, dedicada à correspondência do neurofisiologista Miguel Rolando Covian, destaca

Correspondência Epistolar, Fontes Históricas, História da Psicologia

Não se aplica. Pesquisador - P

HIST - História em Psicologia

Sessão Coordenada 22 - **ESTADOS MENTAIS PRIMITIVOS: ENQUADRES CONTEMPORÂNEOS NA CLÍNICA PSICANALÍTICA**

ACOMPANHAMENTO ÀS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS AUTISTAS: DIFERENTES HISTÓRIAS, SEMELHANTES DIFICULDADES. *Camila Fernanda Sant'Ana**; *Maria Luisa Louro de Castro Valente (Departamento de Psicologia Clínica – UNESP - Univ. Estadual Paulista); e Helena Rinaldi Rosa (LITEP – Instituto de Psicologia da USP, São Paulo - SP).*

Estudar a família, sua formação, os vínculos estabelecidos entre seus integrantes, sua dinâmica e os impactos causados pela presença do autismo são assuntos pertinentes, uma vez que a expectativa que antecede o nascimento de um filho, criada pelos pais, pode ser frustrada quando a criança apresenta peculiaridades que a distinguem do padrão esperado antes de seu nascimento. Com o nascimento, há em todas as famílias, um choque entre o idealizado e o real, pois, durante a gravidez, há uma idealização do filho. É comum também, que com o nascimento, a família tenha que passar por adequações que atendam as necessidades do bebê. Uma criança autista no ambiente familiar provoca uma desestruturação neste meio. A OMS (1993) descreve como peculiaridades do autismo a perturbação nas interações sociais, na comunicação e no comportamento, sendo este focalizado e repetitivo. O objetivo do trabalho foi conhecer e analisar as histórias dessas famílias, sua relação com o autismo, e as possíveis mudanças que dela decorreram com a chegada da criança autista na família e seus impactos na dinâmica familiar. O método empregado foi a realização de entrevistas semi-dirigidas e a aplicação da “Entrevista familiar estruturada” proposta por Terezinha Féres-Carneiro, em três famílias com ao menos um integrante autista. Resultados: Constatou-se que as famílias se encontram fragilizadas, tendo demonstrado resultados na escala de avaliação da EFE indicando a prevalência de aspectos relacionados à baixa auto-estima, ausência de afeição física entre os membros da família, a presença de individualização dos membros embora com ausência de integração familiar. A prática de entrevistas semi-estruturadas propostas neste projeto, se configuraram como uma maneira de aproximação das histórias pertencentes a cada família, desde o início de sua formação, para tentar compreender de que maneira o autismo é percebido e quais são os assuntos referentes a esta questão que podem gerar impactos na dinâmica familiar. Durante o acompanhamento, foi frequente que as famílias indagassem a respeito do entendimento do autismo e das necessidades que a criança autista demanda, além de relatarem dificuldades em lidar com a criança, tanto dentro do contexto familiar, quanto fora dele, devido ao desconhecimento e a falta de informação. As famílias também relataram ter dificuldades de comunicação com seus filhos, colocando que os principais meios que têm para conhecer as necessidades de seus filhos é através do conhecimento médico e da escola, uma vez que são estes os profissionais capacitados e que podem transmitir maiores informações a respeito do autismo a elas. Concluiu-se que conhecer as histórias e as dificuldades das famílias de crianças autistas permite pensar em possibilidades de intervenção do psicólogo, tanto no contexto familiar quanto na sua mediação com o ambiente externo, o que pode trazer benefícios para as famílias que carecem de informações, uma vez que informações e conhecimento adequado, são o primeiro passo para propiciar benefícios à convivência saudável das pessoas que constituem o corpo familiar.

autismo, família, Entrevista Familiar Estruturada
próprio

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade

O VIR A SER DO PACIENTE BORDER LINE: MANEJO DE SETTING WINNICOTTIANO EM UM SERVIÇO ESCOLA. *Diana Pancini de Sá Antunes Ribeiro (Departamento de Psicologia Clínica – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista),*

A psicoterapia com crianças envolve desafios ao se considerar a realidade e a singularidade de cada caso e, ainda, o local no qual esta prática se insere. As crianças são dependentes dos pais e estes devem participar de todo processo avaliativo e psicoterápico. Elas também estão em processo maturacional, para o qual a relação pais-filhos é fundante e primordial (Winnicott, 1971). Ao se tratar de pacientes com transtornos mentais primitivos estes desafios se tornam ainda maiores. Nosso objetivo neste trabalho é, pois, o de refletir sobre os desafios com manejo terapêutico de paciente border line em situação de serviço escola de psicologia, a partir da prática de extensão universitária em projeto desenvolvido desde 2000. O diagnóstico de pacientes border line é de que estes possuem desordens graves de personalidade, porém conservam aparente noção da realidade, sofrendo ansiedades de proporções psicóticas, além de utilizarem de mecanismos de defesa muito primitivos para manejá-las (Steiner, 1990). Há uso excessivo de defesas que reflete a confusão entre o que pertence ao self e o que pertence ao objeto externo, não há diferenciação entre dentro e fora, realidade e fantasia. Green (1990) situa o border line num território próprio, na intercessão entre a neurose e a psicose, no espaço potencial winnicottiano, contudo sem permanecer neste espaço (potencial/transicional), dirigindo-se ou para o espaço subjetivo, ou para o espaço objetivo. As dificuldades avaliativas já são, por si, presentes na infância, pois esta é uma época na qual é natural e esperado que haja fantasia, amigos imaginários, e outros pensamentos ilógicos, em acordo com Stubbe (2008). Há que se observar a história de vida da criança e seu desenvolvimento emocional inicial, para se pensar um diagnóstico border line. No caso em pauta, a criança foi assim diagnosticada e utilizou-se do manejo de setting proposto por Winnicott para pacientes de difícil manejo na clínica psicanalítica tradicional. Na concepção winnicottiana as principais características do manejo são: fornecer um setting protegido de invasão; possibilitar ao paciente aquilo que necessita: presença corporal sensível e ausência de intrusão pela interpretação precoce; propiciar que o paciente se movimente livremente pela setting e faça o que sentir necessidade; permitir a vivência de cuidados que o ambiente familiar e social não proporcionou, nem poderia proporcionar na atualidade. Isto se resume no fornecimento das funções maternas: holding, handling e apresentação de objetos (Avellar, 2004). Desta maneira o analista possibilita, no setting, as condições necessárias para que o paciente que sofreu falhas nos estágios iniciais de seu desenvolvimento venha a constituir seu self verdadeiro. As conclusões do estudo deste paciente por nós atendido são de que, efetivamente, o manejo é mais importante que o trabalho interpretativo, embora possam vir a ser complementares no trabalho analítico. No uso do manejo em serviço escola, nossa reflexão é a de que, apesar de possível, este espaço não é o mais adequado, pois há uma série de intrusões ambientais, tais como batidas na porta, incompreensão da equipe de funcionários em relação ao manejo, haja vista que este pode significar uso de materialidades específicas, em acordo com as necessidades do paciente. Esta incompreensão deve ser trabalhada com toda a equipe logo no início deste tipo de trabalho. E, por fim, o aluno que vier a atender paciente border line deve, necessariamente, passar por análise e ser supervisionado presencialmente e com constância em um ambiente de supervisão que lhe ofereça também holding.

Psicanálise; Manejo de setting; border line

PROEX - Pró Reitoria de Extensão Universitária - UNESP

Outro



CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade

O BRINCANDO COMO MEDIADOR NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL.

Jorge Luís Ferreira Abrão, (Departamento de Psicologia Clínica – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista)

O autismo foi nomeado pela primeira vez enquanto uma entidade nosológica distinta com início na infância, pelo psiquiatra Leo Kanner na década de 1940, tendo como principais critérios diagnósticos: inabilidade para o contato interpessoal, atraso acentuado na aquisição e no uso da linguagem e insistência obsessiva na manutenção da rotina e limitação de atividades espontâneas. Ainda que o conceito de transtorno do espectro do autismo tenha aumentado o número de crianças diagnosticadas com este transtorno devido a uma maior flexibilização na intensidade dos sintomas, em linhas gerais os parâmetros de Kanner forma preservados. De acordo com a teoria psicanalítica o brincar é um elemento de extrema importância para a constituição da subjetividade da criança, uma vez que por intermédio da atividade lúdica a criança pode demonstrar suas experiências, expressando seus sentimentos e conflitos inconscientes, podendo assim, ressignificá-los e elaborá-los. Em crianças que apresentam graves transtornos de desenvolvimento evidenciamos um prejuízo na capacidade simbólica e por extensão, uma grande dificuldade no desenvolvimento de atividades lúdicas. O presente relato de intervenção, realizado no âmbito da extensão universitária, tem como objetivo principal favorecer o desenvolvimento da capacidade cognitiva e emocional das crianças atendidas, sob à luz da perspectivas teóricas psicanalíticas de Klein e Bion, por intermédio da realização de atividades lúdicas espontâneas. Sua realização ocorre desde 2008, no Centro de Atendimento Educacional Especializado – Fênix: Educação para Autistas, instituição na qual foi organizada uma brinquedoteca na qual as atividades são desenvolvidas. Trata-se de uma escola de educação especial, mantida pela Secretaria Municipal de Educação que atende na atualidade 13 crianças com sintomatologia variada dentro do Transtorno do Espectro do Autismo. Considerando que as crianças autistas tem dificuldades de simbolização e de relação interpessoal, foram formados pequenos grupos com dois estagiários de psicologia e duas a três crianças, de forma que os estagiários auxiliam as crianças a encontrarem meios simbólicos para expressar sentimentos e angústias por intermédio da brincadeira e a ampliar o repertório de interseção social. Os atendimentos vem sendo realizados desde 2008, sendo que na atualmente, a brinquedoteca possui nove estagiários e atende 13 crianças, que são divididas em pares, sendo que cada par é atendido uma vez por semana por uma dupla de estagiários. Dessa forma, esta intervenção estimula a capacidade de simbolizar, apresentando uma nova possibilidade de expressar suas emoções, e um meio mais efetivo de interagir com o mundo e com as pessoas. Os resultados desta atividade, que conta com aproximadamente seis anos, permite evidenciar mudanças significativas no brincar dessas crianças. De uma maneira geral, quando iniciam este tipo de atividade as crianças tendem a repetir as mesmas brincadeiras, ou ter interesse restrito pelos mesmos brinquedos durante vários atendimentos, apresentando um brincar esvaziado de representações simbólicas. Com o passar dos anos, evidencia-se uma tendência a maior interação entre as crianças, que quando estimuladas torna-se capazes de realizar pequenas atividades coletivamente, e a ampliação da capacidade simbólica com redução das estereotipias ao brincar.

Criança, Brincar, Autismo

PROEX - Pró Reitoria de Extensão Universitária - UNESP

Outro

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade

TER E RETER O OUTRO PARA SE SENTIR AMADO: O USO DA TERAPIA POR UMA PACIENTE DE DIFÍCIL ACESSO. *Fernanda Kimie Tavares Mishima-Gomes (Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

O processo terapêutico de pacientes considerados de difícil acesso é complexo, exige extremo zelo e compreensão por parte do terapeuta e instituição. Muitas vezes restringe-se o tratamento ao diagnóstico do paciente, desconsiderando seu funcionamento psicodinâmico e as possibilidades de atuação terapêutica. Este trabalho objetiva apresentar um caso clínico de uma paciente de difícil acesso, Luísa, nome fictício, de 35 anos, atendida individualmente em um serviço escola, no modelo de Psicodiagnóstico Interventivo de base psicanalítica, com duração de oito sessões. Foram abordados aspectos sobre sua autoimagem, relação com o outro e com o processo terapêutico. Os dados foram avaliados segundo método da livre inspeção por meio do referencial psicanalítico winnicottiano. Luísa demonstrou dificuldade em manter vínculos profundos e estáveis, percebendo o outro com ambivalência (ora idealizado, ora desvalorizado). Em suas relações interpessoais evidenciou necessidade de apoio e suporte, com relatos frequentes de experiências infantis em um ambiente pouco provedor e rígido, com holding insuficiente, prejudicial à passagem pela transicionalidade. Luísa demonstrou sentimentos de desvalorização de si, fracasso, solidão e vazio. Nos momentos em que se sentia exigida ou incapaz, agia de maneira impulsiva, por meio do comer excessivo ou da superproteção ao outro, fazendo tudo por ele, sem deixar espaço para a espontaneidade. Em suas relações acabava por aceitar tudo que é do outro, sem restrição, como se tivesse que engolir tudo o que lhe é oferecido, para não perder o objeto, aceitando sem questionar, como aconteceu na relação terapêutica, em que predominou a necessidade de agradar e ser uma boa paciente. Assim, as relações ficam engessadas e a desconfiança continua, o mundo externo é visto como ameaçador, fazendo com que reaja a cada contato, agradando o outro e submetendo as suas próprias necessidades, em um funcionamento falso self. Apesar de aceitar tudo que é oferecido, a relação não se mostra suficiente nem prazerosa, ao contrário, ela se sente roubada e sem espaço, restando-lhe uma sensação de vazio e desânimo. A ambivalência em relação ao outro e a desconfiança do contato dificultam a possibilidade de vê-lo como diferente de si, confundindo suas necessidades. Esta relação anaclítica pode dificultar o exercício da maternagem, pois se sente incapaz de oferecer holding suficiente para o filho, facilitar o processo de ilusão-desilusão e proporcionar experiências compartilhadas. O funcionamento psicodinâmico de Luísa remete ao prejuízo no contato consigo mesma e com o mundo compartilhado, permeado pela dificuldade em agir com criatividade, em ter e manter relacionamentos de maneira espontânea, base para o verdadeiro self. O processo terapêutico permitiu que Luísa tivesse um espaço para brincar, demonstrar espontaneidade e criatividade. Contudo, em alguns momentos, ela ainda se sentia exigida, cobrada, com desconfiança em relação ao que lhe era oferecido. Ao terminar o processo, Luísa sentiu como se tivesse perdido o espaço, como se não pudesse retê-lo na memória, mas precisasse da presença concreta da terapeuta para se sentir amada.

mulher, borderline, psicanálise

outro

Doutorado - D

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade



Sessão Coordenada 23 - **ESTÁGIOS PROFISSIONALIZANTES NA ÁREA DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO: DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS PARA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO**

RELATO DE EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIOS PROFISSIONALIZANTES NA ÁREA DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO. *Marina Greghi Sticca/Universidade de São Paulo*

A área de Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), bem como a atuação dos psicólogos, vem passando por mudanças nas últimas décadas. Neste cenário, faz-se importante analisar como estão inseridas as práticas da psicologia organizacional e do trabalho nos contextos organizacionais. O objetivo do presente trabalho é apresentar dados de quatro experiências de estágio na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho, no campo de Gestão de Pessoas, de alunos do curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Os estágios profissionalizantes foram realizados durante um semestre letivo em uma indústria metalúrgica, uma empresa de shopping centers, uma indústria de produtos veterinários e uma organização educacional da cidade de Ribeirão Preto e região. Os dados foram coletados de diários de campo dos estagiários e de relatórios de estágio, e foram analisados qualitativamente. Nas quatro experiências verificou-se um predomínio das horas de estágio em atividades voltadas para o recrutamento e seleção (R&S), com foco na realização de avaliação psicológica, aplicação e correção de testes psicológicos, e entrevistas de seleção. Além destas atividades, um aluno atuou na área de treinamento, desenvolvimento e educação (TD&E), fornecendo apoio no desenvolvimento de material instrucional e no acompanhamento das ações de TD&E, e uma aluna no planejamento de diagnóstico organizacional, visando avaliar as políticas de estágios da organização. Tais dados corroboram resultados de estudos brasileiros sobre a atuação dos psicólogos na área, em que foi encontrado um predomínio das atividades de recrutamento e seleção (R&S), por meio da utilização de testes psicotécnicos. Os autores apontaram também uma atuação limitada nas demais áreas (TD&E, gestão de desempenho individual e de carreira); e uma visão fragmentada do processo organizacional, situações vivenciadas pelos estagiários. Todos os estagiários relataram dificuldades dos gestores para cumprir as atividades e carga horária estabelecidas no Plano de Estágio, levando a realocação do estagiário para outras atividades, na maioria das vezes operacionais, relacionadas ao processo de admissão/demissão e controles. As principais dificuldades relatadas pelos estagiários para atuação na área foram: em relação às suas competências técnicas, o que acarretou em horas de estudo teórico para respaldar as participações em discussões sobre os processos organizacionais; e em relação às competências pessoais, dificuldade para lidar com conflitos, e sensibilizar os membros da equipe e demais profissionais da empresa sobre a pertinência de suas propostas. As experiências de estágio relatadas apontam desafios para a atuação do psicólogo na área, como a necessidade de desenvolver, ao longo de sua formação, competências que preparem o profissional para atuar no mundo do trabalho, e de tornar conhecidas, perante o contexto social, as suas possibilidades de atuação.

estágios profissionalizantes; psicologia organizacional e do trabalho; gestão de pessoas

Sem apoio/bolsa

Pesquisador - P

ORG - Psicologia Organizacional e do Trabalho



ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO: PANORAMA NACIONAL E LOCAL. *Jairo Eduardo Borges-Andrade (Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

Os estágios são concebidos como o espaço para a formação profissional, definido em número mínimo de horas. São frequentes os estudantes que totalizam um número de horas duas ou três vezes maior que este mínimo. Em psicologia organizacional e do trabalho (PO&T), são usualmente dedicadas entre quatro e seis horas diárias aos estágios, de um a dois anos. Podem ser relevantes para aquela formação profissional e precisam ser estudados. Serão analisados os panoramas 1) nacional e 2) da Universidade de Brasília (UnB), no que concerne a esses estágios. O primeiro foi objeto de coleta online de dados realizada em 2010 e 2011, entre 141 docentes brasileiros de PO&T, 68 mestres e 65 doutores, atuando principalmente em cursos de psicologia e administração. O segundo foi objeto de análise documental, produzida pela UnB e por seus estudantes entre 2007 e 2014. Os docentes brasileiros ensinam principalmente saúde e qualidade de vida no trabalho, comportamento organizacional e treinamento, desenvolvimento e educação. Objetivam prioritariamente desenvolver competências concernentes a 1) explicar mudanças no mundo do trabalho, 2) compreender a natureza das organizações de trabalho, 3) lidar com dilemas éticos, 4) identificar interfaces de PO&T com outros campos do conhecimento e 5) reconhecer níveis de intervenção nos fenômenos organizacionais. Em sala de aula, os principais recursos de ensino utilizados são exposição oral estruturada, exercícios e estudos de caso e o principal meio de avaliação são as provas dissertativas. As atividades de estágio são principalmente avaliadas por meio de relatórios finais, segundo aqueles docentes. Na UnB, as competências esperadas do estágio profissional são 1) análise de uma demanda do campo de PO&T e do contexto onde ela se insere, 2) elaboração e execução de um plano de atividades e 3) redação de um relatório, com o foco em métodos e resultados técnicos e aspectos éticos, que identifique as competências desenvolvidas e planeje a futura carreira pessoal do estudante, após sua formatura. As atividades de supervisão incluem a apresentação do estágio aos colegas e supervisor, o compartilhamento de experiências para ampliação do escopo das possíveis atuações em PO&T e a leitura de textos para reflexão sobre o que está sendo realizado. A avaliação atribui maior peso ao relatório final escrito, mas o plano de estágio escrito, o relato oral e a participação na supervisão também são avaliados. A cada semestre, entre 30 e 35 estudantes são supervisionados em estágios que podem ser para a obtenção de horas computadas no histórico escolar como obrigatórias ou não. A partir de 2013, estudantes europeus também passaram a fazer tais estágios da UnB. Os locais podem ser organizações privadas ou públicas (executivo, judiciário e legislativo), de portes que variam entre menos de dez até mais de cem mil empregados. As atividades podem ser as tradicionais (seleção, avaliação de desempenho, treinamento), outras também técnicas, mas inovadoras (ex.: clínica do trabalho) e ainda as estratégicas (planejamento e avaliação organizacionais). Comparações são feitas entre esses dados e conclusões são formuladas sobre estágios em PO&T no Brasil.

estágio, formação profissional, psicologia organizacional e do trabalho

Pesquisador - P

ORG - Psicologia Organizacional e do Trabalho

UMA DEMANDA EMERGENTE NA ÁREA DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO: PROGRAMAS DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA.

*Cristiane Oliveira Alves Telles Nunes***, Elizabeth Joan Barham (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP), Anne Marie Germaine Victorine Fontaine (Programa Doutoral em Psicologia, Universidade do Porto, Porto, Portugal)

O envelhecimento da população brasileira está resultando em um rápido aumento do número de aposentados, fazendo da aposentadoria um desafio normativo no processo de envelhecimento. No contexto brasileiro, a implantação de Programas de Preparação para Aposentadoria (PPA) está prevista na Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994) e no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). Neste sentido, a realização de programas de intervenção voltados a esta temática é uma prática emergente e importante do psicólogo nas áreas de Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) e Psicologia do Desenvolvimento Adulto. Entretanto, apesar da relevância social e científica do tema, estudos que descrevam, avaliem e analisem dados provenientes de programas de preparação para a aposentadoria ainda são escassos e pouco articulados na literatura nacional. Os objetivos do presente estudo são (1) apresentar uma revisão sistemática da literatura brasileira sobre os programas direcionados à preparação para a aposentadoria, e (2) propor um modelo de intervenção focado na orientação psicológica para a aposentadoria. A revisão da literatura foi realizada nas bases de dados eletrônicas SciELO, PePSIC, LILACS e IndexPsi Periódicos, associando-se o descritor “aposentadoria” aos descritores “preparação”, “orientação” e “psicologia”, a partir dos critérios de inclusão: artigos nacionais; apresentados na íntegra; estudos que tinham por objetivo descrever, avaliar ou refletir sobre a importância de intervenções direcionadas à preparação psicológica para a aposentadoria. No geral, os autores dos 13 estudos selecionados destacaram que estes programas de intervenção devem fazer parte de um processo de educação continuada, visando a qualidade de vida e o bem-estar dos seus participantes, além da possibilidade de reorientação profissional e definição de projetos de vida para o futuro. Enquanto possibilidade de atuação do psicólogo, propõe-se uma intervenção com oito encontros grupais, de periodicidade semanal, com no máximo 15 trabalhadores em fase de transição para a aposentadoria (até cinco anos anteriores ao evento) e duração de, no mínimo, duas horas por encontro. A estrutura metodológica deste modelo de PPA pode ser definida por uma sequência de etapas (a) pré-intervenção (avaliação individual das percepções, necessidades, habilidades e planos dos participantes em relação ao preparo para a aposentadoria); (b) intervenção (encontros grupais envolvendo: aquecimento e discussão das tarefas de casa; intervenção informativa e vivencial, incluindo reflexão/discussão sobre o tema, realização de atividades individuais e grupais; explicação e entrega da próxima tarefa de casa; e avaliação do encontro; (c) pós-intervenção (reavaliação individual, com a finalidade de viabilizar a identificação dos possíveis efeitos do programa, a partir da comparação dos dados obtidos antes e após a intervenção). Ressalta-se que os temas dos encontros são definidos de acordo com o perfil de cada grupo de PPA, tendo por base a avaliação realizada na fase de pré-intervenção. Sugere-se a inclusão de uma etapa de acompanhamento após a aposentadoria, dentro ou fora do contexto organizacional, visando a continuidade do processo reflexivo e da (re)definição dos planos de vida dos recém-aposentados. Considera-se, portanto, relevante o investimento de psicólogos em ações que proporcionem aos trabalhadores uma melhor adaptação à aposentadoria e, conseqüentemente, uma maior possibilidade de bem-estar e qualidade de vida.

aposentadoria; intervenção; programa de preparação para a aposentadoria
Doutorado - D

ORG - Psicologia Organizacional e do Trabalho



DEMANDAS E ATUAÇÕES NA ÁREA DE POT: UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES DE ESTAGIÁRIOS EM ORGANIZAÇÕES DO DF.

Fabiana Queiroga- Centro Universitário de Brasília

Suyane Vasconcelos

Giovanna Pescarmona Dias

A atuação do psicólogo organizacional pode ocorrer em diferentes frentes, seja de maneira estratégica, seja com formulações táticas e até mesmo de políticas para as ações organizacionais. Como requisito para sua atuação profissional em POT, os alunos de uma instituição privada de ensino do Distrito Federal devem realizar estágio específico no seu último semestre de curso. Com o objetivo de identificar as principais demandas das organizações que solicitam a presença de estagiários e compreender o papel dessa atividade para a formação dos alunos, foram analisados relatórios de campo de 17 estagiários do curso de Psicologia matriculados na disciplina “Estágio Supervisionado”. Ao longo de dois semestres analisados, os alunos atuaram em 12 instituições do Distrito Federal, sendo metade em esfera pública e metade na esfera privada. Nas organizações públicas as ações demandadas centraram-se em avaliação de absentismo, atuação no Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) e Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) e análise de processos organizacionais (como processo de mudança organizacional). Nas organizações privadas as demandas foram voltadas para processos de mapeamento de competências e avaliação de desempenho, realização de recrutamento e seleção (R&S), desenvolvimento de ações com jovem aprendiz e também atuações em PQVT. Frente aos desafios do campo, algumas das contribuições apontadas pelos estagiários foram crescimento pessoal, no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades sociais e comunicação em ambiente de trabalho, assim como adaptação a ambientes hierárquicos; aplicação da teoria na prática, referindo-se à possibilidade de articulação de conhecimentos adquiridos em sala de aula com o contexto de trabalho em psicologia organizacional; troca de experiências com outros estagiários, demonstrando a importância das discussões no que tange a área de atuação de cada um no ambiente de supervisão. Entre as dificuldades relatadas pelos alunos estão a falta de entrosamento e apoio dos preceptores em campo com as ações e as respectivas organizações. Acrescenta-se a isso, a falta de valorização da psicologia organizacional e pouca visibilidade de suas ações, assim como limitações para o exercício da prática. Desse modo, ao se conduzir um recorte no cenário do Distrito Federal, observa-se que as demandas das organizações são diversificadas e que há uma exigência pela atuação na resolução de problemas e pouca atuação em processos que colaborem com ações estratégicas. Contudo, apesar dessa diversidade, na prática, encontra-se dificuldade para inserir os estudantes em estágios de psicologia organizacional e permitir que eles atuem em atividades da área e não apenas em trabalhos relacionados ao setor de Departamento Pessoal. Assim, faz-se necessário ter em campo profissional capacitado e empenhado no desenvolvimento do estagiário na organização, por meio da elaboração e supervisão adequada do plano de estágio.

estágio supervisionado; atuação em POT; desenvolvimento profissional.

Sem apoio/bolsa

Pesquisador - P

ORG - Psicologia Organizacional e do Trabalho

Sessão Coordenada 24 - **HABILIDADES SOCIAIS EM CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**

HABILIDADES SOCIAIS NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE NOS CONTEXTOS DE ATENDIMENTO EM SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA. *Cynthia Carvalho Jorge***

(Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP), Maria de Jesus Dutra dos Reis (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP),

Vários estudos enfatizam a importância de uma relação positiva entre médico e paciente para se produzir efeitos satisfatórios em saúde; adesão ao tratamento, diminuição dos sintomas, satisfação do usuário são alguns dos resultados que são alcançados quando esta interação ocorre de maneira saudável. A literatura tem mostrado algumas habilidades interpessoais do profissional de saúde (ex. estilo de comunicação, empatia, entre outros) podem ser críticas para o processo. O presente trabalho teve como objetivo avaliar as habilidades interpessoais de médicos da rede pública e privada, segundo a percepção dos próprios profissionais e de seus pacientes. Participaram deste estudo um total de 195 pacientes e 30 médicos, sendo que dos pacientes, 75 eram da rede pública e 120 da rede privada de saúde. Com relação aos médicos, 15 atendiam na rede privada, 6 na rede pública e 9 em ambas as redes de saúde. A coleta foi conduzida em consultórios particulares e em um centro de especialidades médicas credenciado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os instrumentos utilizados nesse estudo foram: 1) Questionário do Perfil do Médico e Questionário do Perfil do Paciente, os quais foram elaborados e aplicados para realizar a caracterização sócio-demográfica de médicos e pacientes; 2) Versão Reduzida do Inventário de Habilidades Sociais, que buscou investigar as habilidades sociais do médico em sua vida cotidiana; 3) Instrumento de Pares Relacionados (tradução e adaptação cultural do Matched-Pair Instrument_MPI), avaliando habilidade interpessoais em versões distintas do instrumento, preenchidas pelo médicos e seus pacientes. As análises de dados foram conduzidas no SPSS, versão 22. As médias dos escores gerais dos pacientes ($M = 77,53$; $DP = 12,25$) e dos médicos ($M = 76,47$; $DP = 11,81$) no Instrumento de Pares Relacionados apresentaram correlações positivas e estatisticamente significativas ($r = 0,156$, $p = 0,030$). Os profissionais atuando em espaços públicos se autoavaliaram como sendo menos habilidosos que os demais participantes da amostra [rede pública ($M = 69,93$; $DP = 13,55$); rede privada ($M = 76,49$; $DP = 10,11$); ambas as redes ($M = 78,63$; $DP = 11,84$)]. Tais dados se assemelham aos obtidos nas análises dos questionários dos pacientes, visto que a média geral dos pacientes da rede pública ($M = 72,31$; $DP = 12,25$) foi relativamente menor que a média dos da rede privada ($M = 80,80$; $DP = 10,59$). Assim sendo, observa-se que, mesmo que as diferenças entre as médias dos escores gerais dos médicos e dos pacientes sejam sutis, pacientes percebem seus médicos de forma mais habilidosa do que eles próprios. Observa-se também que pacientes e médicos da rede privada apresentam avaliações mais positivas sobre as habilidades interpessoais do profissional, que os da rede pública.

Habilidades Sociais, Médico, Paciente.

CAPES

Mestrado - M

SOCIAL - Psicologia Social

HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS EM MÃES DE CRIANÇAS COM DIABETES MELLITUS DO TIPO 1.

*Luziane de Fátima Kirchner** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP), Priscila Benitez** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino – INCT-ECCE, São Carlos, SP), Daniele Ildegardes Brito Tatmatsu** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP), Giovan William Ribeiro* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP), Zilda Aparecida Pereira Del Prette (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)*

Doenças crônicas podem produzir estresse em todos os integrantes que compõem uma determinada instituição familiar. No caso especificamente do diabetes mellitus do tipo 1, os dados mundiais apontam incidência em cerca de 76.000 crianças e adolescentes, supõe-se que a qualidade da relação entre pais e filhos e as habilidades sociais educativas dos pais e mães possa favorecer os resultados do tratamento e reduzir o impacto da doença sobre a aprendizagem e o desenvolvimento dos filhos. O objetivo do presente trabalho foi comparar as Habilidades Sociais Educativas (HSE) de mães de crianças e adolescentes com Diabetes Mellitus do Tipo 1 em relação a crianças sem essa doença. O estudo incluiu 31 mães de crianças/adolescentes diabéticos (idade média de 39 anos) e 31 mães de crianças/adolescentes sem este diagnóstico (idade média de 38 anos). As crianças/adolescentes tinham idade entre 6 a 15 anos, para ambos os grupos (idade média de 10 anos). As mães cujos filhos tinham diabetes foram recrutadas em um Hospital Universitário de Londrina-Paraná e as mães de crianças/adolescentes sem essa doença foram recrutadas em uma escola pública de Londrina-Paraná. Todas as participantes responderam aos instrumentos: 1) Critério de Classificação Socioeconômica Brasil – CCEB; 2) Inventário de Habilidades Sociais Educativas – Pais. Os resultados foram analisados comparando-se os grupos por meio do Teste t de Student ($p < 0,05$) para amostras independentes e a relação entre as variáveis foi analisada pelo coeficiente de correlação de Pearson ($p < 0,05$). Não foram observadas diferenças significativas entre as HSE das mães de crianças com e sem diabetes, todavia, tais habilidades foram relacionadas às características específicas de cada grupo. No grupo de mãe de crianças/adolescentes diabéticos, a idade da mãe indicou correlação positiva com os fatores que envolviam habilidades de conversar/dialogar ($r=0,48$; $p<0,01$), demonstrar afeto e atenção ($r=0,43$; $p=0,01$) e induzir disciplina ($r=0,36$; $p=0,04$), e o tempo de tratamento para o diabetes apontou correlação negativa com a habilidade materna para organizar condições educativas ($r=-0,45$, $p=0,01$). No grupo de mães de crianças/adolescentes sem diabetes, verificou-se a correlação negativa entre idade e escolaridade da criança, e habilidade materna para organizar condições educativas ($r=-0,47$; $p<0,01$ e $r=-0,42$; $p=0,02$, respectivamente). Sugere-se que, mães com mais idade possam ter tido maior oportunidade para se expor a novos ambientes, e tais condições as levaram a adquirir melhor repertório de comunicação, expressão de afeto e assertividade na relação com seus filhos diabéticos. No entanto, o tempo que a criança/adolescente permanece em tratamento parece contribuir para que ela desenvolva autonomia para administrar seus próprios cuidados, e isso pode ocorrer em função da ausência das habilidades dos pais para planejar melhores condições de ensino. Os dados são discutidos em termos de implicações de pesquisa e de intervenção junto aos familiares de crianças com diabetes e doenças crônicas em geral.

Habilidades Sociais Educativas; Diabetes Mellitus; Doença crônica na infância e adolescência.

CAPES

SAÚDE - Psicologia da Saúde

CUIDADORES DE IDOSOS: QUAIS SITUAÇÕES DEIXAM ESSA TAREFA MAIS DIFÍCIL E COMO AS HABILIDADES SOCIAIS PODEM AJUDAR?. Francine Náthalie Ferraresi Rodrigues Pinto** (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP), Elizabeth Joan Barham (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP), Zilda Aparecida Pereira Del Prette (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP), Mônica Ferreira da Silva (Uniararas – Fundação Hermínio Ometto, Araras/SP).,

Pesquisas anteriores mostram que, mesmo ao cuidar de alguém que se estima, é possível que esta tarefa, com o passar do tempo, se torne estressante e leve a uma diminuição na qualidade de vida do cuidador. As razões para a presença de estresse em cuidadores de idosos envolvem, principalmente, dificuldades para conciliar os interesses e opiniões do idoso, do próprio cuidador e de outras pessoas envolvidas no cuidado (por exemplo, outros familiares e profissionais da área de saúde). O bom manejo dessas situações requer um alto domínio de habilidades sociais e competência social por parte do cuidador, para que ele consiga gerenciar essas situações adversas. O presente estudo teve como objetivo levantar quais os principais conflitos envolvidos no processo de cuidar de um idoso e identificar quais habilidades sociais poderiam ajudar o cuidador a exercer essa função com maior êxito possível. Foram entrevistados 50 cuidadores de idosos, 25 idosos cuidados e 25 profissionais da saúde do idoso, ligados a serviços de saúde pública em uma cidade no interior do estado de São Paulo. Os conflitos relatados com maior frequência diziam respeito à falta de apoio por parte de outros familiares (responsabilidade focada em um membro da família); questões financeiras; inflexibilidade do idoso cuidado e formas diferentes de outros familiares pensarem o cuidado. As habilidades relatadas como sendo as mais importantes para um melhor cuidado com o idoso foram: procurar informações sobre a doença do idoso, expressar sentimentos positivos, controle da agressividade, conversar para resolver problemas, enfrentamento com risco, pedir ajuda e tirar um tempo para si. Procurar informações sobre a doença do idoso e tirar um tempo para si, não são habilidades sociais em si, no entanto, para conseguir realizar essas tarefas é necessário ser competente socialmente. A habilidade de procurar informações diz respeito a pedir informações a outras pessoas, como outros cuidadores e profissionais da área do idoso. E tirar um tempo para si, requer muitas vezes, que o cuidador solicite a outras pessoas que fiquem com o idoso quando ele não pode, ou até mesmo se recuse a ficar com o mesmo, quando estava combinado que outra pessoa fizesse isso. Ao se pensar nos conflitos que os cuidadores mencionaram e nas habilidades avaliadas como sendo importantes, seria interessante realizar estudos posteriores para verificar se há relação inversa entre conflitos na família e habilidade social nos cuidadores. Além disso, é relevante desenvolver, especificamente, um instrumento para avaliar habilidades sociais de cuidadores de idosos, uma vez que este poderia guiar formas de intervenção com o objetivo de adaptar melhor o cuidador a esse contexto, ainda pouco estudado dentro do campo das habilidades sociais.

Cuidadores, idosos, habilidades sociais, conflitos, sobrecarga.

FAPESP

Doutorado - D

FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

MAPEAMENTO DAS HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS DE PAIS COM FILHOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. *Priscila Benitez** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino – INCT-ECCE, São Carlos, SP), Luziane de Fátima Kirchner** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP), Daniele Ildegardes Brito Tatmatsu** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP), Giovan William Ribeiro* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP), Zilda Aparecida Pereira Del Prette (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP), Almir Del Prette (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)*

A deficiência intelectual (DI) pode ser compreendida como inabilidade ocasionada por limitações no funcionamento intelectual do indivíduo, como também no comportamento adaptativo expresso em habilidades sociais, conceituais e práticas. Focalizando a importância de promover as habilidades sociais com essa demanda, de acordo com a própria definição apresentada, acredita-se que o envolvimento dos pais possa incrementar no desenvolvimento de tais habilidades, por ser o primeiro contexto de aprendizagem. Assim, os pais precisam apresentar diversificadas habilidades sociais educativas para promover os comportamentos sociais e o desenvolvimento socioemocional de seus filhos. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho foi verificar diferenças das Habilidades Sociais Educativas (HSE) entre pais de crianças com e sem DI. Foram selecionadas 13 pais de crianças com DI e 13 pais de filhos sem DI (idade média dos pais para os dois grupos foi de 37,6 anos). Todos os participantes responderam ao Inventário de Habilidades Sociais Educativas. Os resultados, em geral, demonstraram que os pais das crianças com DI apresentaram repertório restrito de Habilidades Sociais Educativas, em comparação aos pais das crianças sem DI. Apesar disso, o déficit para os fatores F1 (estabelecer limites, corrigir, controlar), F2 (demonstrar afeto e atenção) e F4 (induzir disciplina) foram estatisticamente significativos entre as duas amostras, o que evidencia que os déficits em relação a tais habilidades podem não considerar a deficiência do filho, mas a situação de interação parental entre pais e filhos. O fator F5 (organizar condições educativas) se correlacionou negativamente com a idade e a escolaridade de crianças com DI, ou seja, quanto mais velhas as crianças, menos os pais se consideraram habilidosos para organizar condições educativas aos seus filhos. Esse dado sugere que a relação entre a possibilidade dos pais darem mais autonomia para a criança, pode estar associada com a idade que ela apresenta. As diferenças apresentadas entre os fatores F3 (Conversar/dialogar) e F4 (Induzir disciplina) para pais com crianças com DI e pais de crianças sem DI, esclarece que os pais de crianças sem DI têm maior facilidade para dialogar com seus filhos e induzir a disciplina, enquanto que os pais de crianças com DI apresentaram dificuldades nestes dois fatores. Esse dado sugere que a crença dos pais, de que os seus filhos não compreenderão a comunicação proposta na interação, possa gerar a dificuldade, tanto no processo de desenvolvimento das Habilidades Sociais Educativas parentais, quanto repercutir no processo de aprendizagem social da criança. A dificuldade em induzir disciplina também pode ser similar, como a de não conseguir estabelecer limites claros ao comportamento da criança com DI. Considerando que a demanda investigada no presente estudo era de aprendizes matriculados na escola regular, verifica-se que os pais apresentaram um baixo repertório de Habilidades Sociais Educativas para interagirem com seus filhos com DI. Sugere-se que estudos futuros ampliem o número de participantes investigados e desenvolvam programas que favoreçam o ensino de Habilidades Sociais Educativas para os pais de crianças com e sem DI.



Crianças com deficiência intelectual, habilidades sociais educativas, pais
FAPESP
Doutorado - D
ESC - Psicologia Escolar e da Educação

HABILIDADES SOCIAIS EM ALUNOS DE CURSOS DE LICENCIATURA: UM ESTUDO COMPARATIVO. *Suzane Schmidlin Löhr** (Universidade Federal do Paraná – Curitiba PR), Rosana Angst Pasqualotto** (Faculdades Santa Cruz – Curitiba-PR),*

Escolher ser professor nos dias atuais é um desafio. Estudos têm mostrado que há pouca procura dos universitários por cursos de licenciatura, e quando o fazem, o encaram como uma “segunda opção”, caso não sejam bem-sucedidos como bacharéis. Esse é um dado preocupante, uma vez que a atuação docente exige um conjunto de habilidades relativamente complexo; o professor precisa ter domínio de classe, conhecimento de novas tecnologias, manejo de situações envolvendo colegas de trabalho e alunos, entre outros. Para lidar adequadamente com tantas variáveis, o professor precisa de traquejo social para lidar com as adversidades que encontra em seu dia a dia. O presente trabalho teve como objetivo avaliar o repertório de habilidades sociais de 86 formandos em licenciaturas em uma universidade pública do Estado do Paraná. Para coleta foram utilizados o Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette) e um questionário sociodemográfico composto por questões de caracterização e de aspectos da história de aprendizagem e de experiência em ensino (exemplo, formação, tempo de exercício como educador, aspectos afetivos com relação à profissão, entre outros). A consigna foi padronizada e os participantes responderam de forma individual a cada instrumento. Foram analisadas análises estatísticas descritivas buscando estabelecer relações e comparações entre o repertório de habilidades sociais, variáveis sociodemográficas e histórico profissional dos participantes do estudo. Na amostra houve predomínio de alunos do sexo feminino, com idade média de 24,9 anos, solteiras e sem filhos. Um pouco mais da 50% das participantes já haviam atuado como professor, afirmando gostar da experiência. Relatam uma autopercepção de controle de turma quando estão em sala de aula. Os participantes de diferentes formações apresentaram um bom repertório de habilidades sociais, não apresentando diferenças significativas nos escores totais, com exceção das médias do autocontrole da agressividade (F5); nesse fator, foi possível identificar que o curso de Pedagogia apresenta um escore significativamente menor ($p < 0,05$) dos demais cursos. Ao comparar os fatores do IHS-Del-Prette entre sexos, verificou-se que apenas o fator F1 (Enfrentamento/Autoafirmação com risco) não apresentou diferença entre o sexo masculino e feminino. No fator F2 (Autoafirmação) apresentou média significativamente mais elevada entre as mulheres. Nos demais fatores (Desenvolvimento social_ fator F3; Autoexposição a situações novas (fator F4); e, Autocontrole da agressividade_ fator F5), observou-se valores significativamente para os participantes do sexo masculino. Os resultados são discutidos considerando a importância das HS no desenvolvimento das competências e habilidades do docente, na realidade do ensino fundamental e médio brasileiro.

Habilidades Sociais, Licenciaturas, Formandos

Mestrado - M

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

Sessão Coordenada 25 - **NOVOS RECURSOS PARA IMPLEMENTAR O PARADIGMA MATRICIAL DE LINGUAGEM EM AVALIAÇÃO DE LEITURA-ESCRITA E SINALIZAÇÃO, EM PESQUISA, EDUCAÇÃO E CLÍNICA**

DANDO ADEUS ÀS IDIOSSINCRASIAS NAS LISTAS DE PALAVRAS PARA ESCRITA SOB DITADO: COMO CALCULAR A CIFRABILIDADE DE QUALQUER PALAVRA FALADA DO PORTUGUÊS. *Fernando Cesar Capovilla, Kelly Casado (**), Miriam Damazio (**), Caroline Ferreira da Silva (*), Iago Lago Hamann (*), Luiz Eduardo Graton-Santos (**)* (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP), *Rodrigo Coelho (*)* (Processamento de Dados, Faculdade de Tecnologia de São Paulo, São Paulo, SP),

Psicologia Cognitiva da Leitura-Escrita e Alfabetização usa listas de palavras de tipo "regular", "regrada", "irregular" (em termos de relação letra-som-letra) para caracterizar estágio de desenvolvimento de leitura-escrita. No estágio AlfaBético, usando rota PeriLexical-InfraVocabular, crianças decifram e cifram palavras regulares, mas regularizam as irregulares e, assim, não as entendem (porque cometem ParaLexias GrafoFonêmicas), nem se fazem entender por elas (porque cometem ParaGrafias FonoGrafêmicas). Mas no estágio OrtoGráfico, já usam rota Lexical-Vocabular e conseguem fazer produção ortográfica e reconhecimento visual direto de palavras irregulares. Contudo, listas agrupam arbitrariamente sob mesmo tipo itens contendo diferentes relações em diferentes números: palavras classificadas como "regradas" contêm relações regulares; palavras classificadas como "irregulares" contêm relações regulares e regradas. Violações espúrias em graus variados nos critérios de classificação produzem listas com baixa precisão, validade, confiabilidade, generalidade. Como cada equipe de pesquisa tem sua própria lista arbitrária, não há articulação entre dados de equipes distintas para edificar ciência sólida com progresso sistêmico. Que variáveis contínuas subjazem às variações espúrias? Como controlá-las? Como medir grau de (ir)regularidade de qualquer palavra? Única saída é substituir noção de "palavra do tipo irregular para escrita" pelo conceito de grau médio de cifrabilidade FonoGrafêmica da palavra falada (GMC). Teoricamente, qualquer palavra falada teria determinado GMC que, se descoberto, deveria prever dificuldade de escrita de palavras de baixa frequência ortográfica. GMC consiste na média aritmética dos índices ponderados de cifrabilidade (IPC) dos FonEmas componentes dessa palavra. Para calcular esses IPC criamos aplicativo A Voz Brasileira na Nova Ortografia. Escrevemos 60.803 palavras, e convertimos cada GrafEma no correspondente FonEma via caracteres IPA para representar variações de pronúncia regional. Obtendo 353.250 formas de pronunciar 60.803 palavras escritas, computamos incidências das relações bidirecionais entre seus 154 GrafEmas e 97 FonEmas, obtendo 236 relações GrafoFonêmicas na leitura em voz alta do Português escrito, e 238 relações FonoGrafêmicas na escrita sob ditado do Português falado. Mapeando modos de cifrar (grafar) cada FonEma, computamos incidência proporcional de cada um. Assim, descobrimos o IPC de cada relação FonoGrafêmica entre cada FonEma e os GrafEmas que o cifram. Exemplo: Cifra-se o FonEma [s] com 10 GrafEmas: [s]-"s" em 63,084% dos casos (ex: "sala"); [s]-"c": 20,747% ("alface"); [s]-"ç": 7,619% ("praça"); [s]-"ss": 5,057% ("assar"); [s]-"x": 1,566% ("expelir"); [s]-"sc": 1,450% ("crescer"); [s]-"z": 0,366% ("paz"); [s]-"xc": 0,102% ("exceto"); [s]-"xs": 0,005% ("exsudato"); [s]-"sç": 0,004% ("cresça"). Fazendo isso com todos os FonEmas, obtivemos Tabelas de índices ponderados de cifrabilidade FonoGrafêmica (IPC). Descobrimos que, na cifragem de palavras incomuns, probabilidade de ParaGrafias FonoGrafêmicas é inversamente proporcional ao IPC das relações



FonoGrafêmicas. ParaGrafias costumam acometer relações com IPC baixo (ex: [sç], [xs], [xc], [z], [sc], [x]). Consistem na substituição destas por relações com IPC alto (ex: [s], [ç], [ss]) na grafia de palavras incomuns (conforme Google AdWords, ex: “acresção”, “imissão”, “exsudato”, “excisão”, “aboiz”, “aletriz”, “arriaz”, “excarcerar”, “sêxtuor), em especial por crianças com baixo conhecimento OrtoGráfico-MorfÊMico. Estudo com 162 escolares de EF6-EF9, que escreveram sob ditado 566 palavras incomuns contendo 177 relações FonoGrafêmicas, corrobora modelo IPC-GMC para probabilidade diferencial de ParaGrafias FonoGrafêmicas. Idiossincrasias nessa classificação de (ir)regularidade, nunca mais.

Escrita, Paragrafia, Software.

Capes, Inep, Observatório da Educação, CNPq

Pesquisador - P

MET - Metodologia de Pesquisa e Instrumentação



Matriz de para interpretação do teste de leitura de palavras e pseudopalavras. *Luiz Eduardo Graton-Santos***, *Fernando Cesar Capovilla* (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP),

A alfabetização é um importante marco do início da escolarização fundamental para a continuidade dos estudos a níveis mais avançados. Avaliar a leitura é uma estratégia que permite planejar seu ensino, assim como para corrigir eventuais atrasos e dificuldades. Normatizado para ouvintes a partir de 4 anos de idade e para surdos a partir de 7 anos, sensível à escolaridade (i.e., capaz de diferenciar sucessivamente os anos de escolares iniciais) e validado por comparação com diversos instrumentos que avaliam habilidades linguísticas e não linguísticas, o Teste de Competência de Leitura de Palavras e Pseudopalavras (TCLPP) permite identificar o estágio de desenvolvimento de leitura do examinando e o seu grau de proficiência em cada um dos três tipos de processamento de leitura: 1) ideovisual ou logográfico; 2) perilexical ou fonológico por decodificação grafofonêmica, e 3) lexical ou por reconhecimento visual direto assistido por decodificação grafofonêmica eventual. O TCLPP é ao mesmo tempo um instrumento psicométrico e neuropsicológico, pois possui tabelas de normatização para avaliar o grau de desvio entre o padrão de leitura de um avaliando e de seu grupo de referência, enquanto também permite interpretar os dados do padrão de leitura apresentado de acordo com o modelo de desenvolvimento de leitura e escrita e fornece uma visão integrada acerca do grau de desenvolvimento e preservação dos diferentes mecanismos, rotas e estratégias envolvidos na leitura competente, o que permite lançar luz sobre a natureza da dificuldade específica de um determinado examinando. Composto por sete subtestes que exigem diferentes estratégias de leitura, o padrão de distribuição dos tipos de erros no TCLPP é capaz de revelar a natureza específica do processamento cognitivo do examinando, além de indicar as estratégias de leitura que ele consegue usar e aquelas com que tem dificuldade. O TCLPP apresenta quais estratégias de leitura (i.e., logográfica, alfabética e lexical) podem ser usadas para resolver cada subteste e qual a natureza da dificuldade que o erro em cada subteste pode revelar. Contudo, o instrumento deixa a critério do examinador a classificação do estágio de desenvolvimento da leitura obtido através da avaliação. O presente trabalho apresenta uma matriz para interpretação das pontuações nos subtestes do TCLPP, que indica limites de pontuação para cada estágio de desenvolvimento de leitura para a orientar a classificação do avaliando conforme seu desempenho e a consequente recomendação de intervenção para melhoria de eventuais dificuldades encontradas. O trabalho indica como interpretar as pontuações a partir da implementação da matriz com resultados obtidos em trabalhos de normatização do TCLPP.

Leitura, avaliação, alfabetização.

Capes, CNPq, Inep, Observatório da Educação

Doutorado - D

MET - Metodologia de Pesquisa e Instrumentação

AVALIANDO LEITURA EM VOZ ALTA EM ALFABETIZAÇÃO E DISLEXIA: COMO CALCULAR DECIFRABILIDADE DE QUALQUER PALAVRA ESCRITA PARA DAR ADEUS ÀS ARBITRARIEDADES NAS LISTAS DE PALAVRAS. *Caroline Ferreira da Silva (*), Iago Lago Hamann (*), Kelly Casado (**), Miriam Damazio (**), Luiz Eduardo Graton-Santos (**), Fernando Cesar Capovilla (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP), Rodrigo Coelho (*) (Processamento de Dados, Faculdade de Tecnologia de São Paulo, São Paulo, SP)*

Para caracterizar o estágio de desenvolvimento de leitura de determinada criança (Pré-Alfabético, AlfaBético, Pós-Alfabético), a Psicologia Cognitiva de Processamento de Informação emprega listas de palavras de diferentes “tipos” para leitura em voz alta. Palavras classificadas como: “regulares” contêm apenas relações regulares: um FonEma por GrafEma. Palavras “regradadas por posição” incluem relações GrafoFonÊmicas em que a posição do GrafEma determina o FonEma (ex: pronuncia-se “s” intervocálico como [s̆] em “casa”). Palavras “irregulares” incluem relações GrafoFonÊmicas em que FonEma varia independente da posição do GrafEma, como na pronúncia de palavras com “x”. No estágio AlfaBético, usando rota PeriLexical-InfraVocabular, crianças conseguem decifrar palavras regulares, mas regularizam irregulares, cometendo ParaLexias GrafoFonÊmicas que tornam sua pronúncia incompreensível para elas e os demais. Mas no estágio Pós-Alfabético, já usam rota Lexical-Vocabular e conseguem ler irregulares, desde que familiares, por reconhecimento visual direto. Contudo, listas têm baixa precisão, validade, confiabilidade, generalidade, porque classificam arbitrariamente, sob mesmo tipo, itens contendo diferentes relações em diferentes números: palavras classificadas como “regradadas” contêm relações regulares; palavras classificadas como “irregulares” contêm relações regulares e regradadas. Cada equipe de pesquisa tem sua própria lista idiossincrática com violações espúrias em graus variados nos critérios de classificação. Inexiste articulação entre dados de equipes distintas para edificar ciência sólida com progresso sistêmico. Que variáveis contínuas subjazem às variações espúrias? Como controlá-las? Como medir grau de (ir)regularidade de qualquer palavra escrita? Solução: substituir noção de “palavra do tipo irregular para leitura” pelo conceito de Grau Médio de Decifrabilidade GrafoFonÊmica da palavra escrita (GMD), como média aritmética dos Índices Ponderados de Decifrabilidade (IPD) dos GrafEmas componentes. Teoricamente, qualquer palavra escrita teria determinado GMD que, se descoberto, deveria prever dificuldade de leitura de palavras de baixa frequência ortográfica, conforme Google AdWords. Para obter tabelas de IPD, Capovilla e Casado criaram aplicativo A Voz Brasileira na Nova Ortografia. Escrevendo 60.803 palavras, e convertendo cada GrafEma no correspondente FonEma via caractere de International Phonetic Alphabet, obtiveram 353.250 variações de pronúncia regional daquelas palavras. Mapearam relações entre 154 GrafEmas e 97 FonEmas, obtendo 236 relações GrafoFonÊmicas na leitura em voz alta do Português escrito. Computando incidência proporcional de cada modo de decifrar (pronunciar) cada GrafEma, descobriram o IPD de cada relação GrafoFonÊmica. Exemplo: Decifra-se GrafEma “x” com seis FonEmas: “x”-[x̆]: 40,19% (“bacumixá”); “x”-[x̄]: em 25,03% dos casos (ex: “expelir”, “exceção”); “x”-[x̃x̄]: 21,66% (“actinotoxemia”); “x”-[x̆]: 12,65% (“exalviçado”); “x”-[x̄x̆]: 0,41% (“hexágono”, “oxácido”); “x”-[x̄] (áfono): 0,05% (“bordeaux”, “vitreaux”). Fazendo isso com todos os GrafEmas, obtiveram Tabelas de índices ponderados de decifrabilidade GrafoFonÊmica (IPD). Segundo esse modelo IPD de ParaLexias GrafoFonÊmicas, na leitura em voz alta de palavras incomuns, a probabilidade de ParaLexias GrafoFonÊmicas é inversamente proporcional ao IPD das relações GrafoFonÊmicas. ParaLexias acometem relações com IPD baixo (ex: “x”-[x̄], “x”-[x̄x̆], “x”-



[#61562;], “x”-[#61547;#61555;], “x”-[#61555;]). Consistem na substituição destas por relações com IPD alto (ex: “x”-[#61523;]) na pronúncia de palavras incomuns, especialmente por crianças com baixo conhecimento OrtoGráfico-MorfÊmico. Este modelo IPD-GMD para probabilidade diferencial de ParaLexias GrafoFonÊmicas elimina arbitrariedades na classificação de (ir)regularidade em listas de palavras de tipos “regular”x“regrada”x“irregular” para leitura em voz alta.

Leitura, Paralexia, Software

Capes, Inep, Observatório da Educação, CNPq

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

MET - Metodologia de Pesquisa e Instrumentação

ANÁLISE COMPUTADORIZADA DA ESTRUTURA SUBLEXICAL DE 10.400 SINAIS DE LIBRAS: CARACTERIZAÇÃO DAS COMBINAÇÕES CANÔNICAS ENTRE FORMA DE MÃO, ORIENTAÇÕES DE MÃO E PALMA, MOVIMENTO, E EXPRESSÃO FACIAL. Iago Lago Hamann (*), Caroline Ferreira da Silva (*), Karina Nonato Pingituro Domingues (**), Wanessa Oliveira Garcia (**), Antonielle Cantarelli Martins (**), Fernando César Capovilla (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP), Marcelo Duduchi (Processamento de Dados, Faculdade de Tecnologia, São Paulo, SP)

Assim como o Português tem sua FonoLogia e OrtoGrafia, a Língua de Sinais Brasileira (Libras) tem sua SematosEmia. Este trabalho analisou a estrutura SematosÊMica-Signumicular da Libras nos cruzamentos entre parâmetros: Articulação de Mão(s); Orientação de Palma(s); Orientação de Mão(s); Relação entre Mãos; Movimento de Mão(s); Expressão Facial Positiva e Negativa. Objetivando caracterizar Libras em busca das combinações mais características entre SematosEmas de Libras, o software BuscaSigno-2 foi usado para analisar o corpus de 10.400 sinais da 2a. edição revista e ampliada do Novo Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue de Libras. BuscaSigno-2 computou as incidências absoluta e relativa de sinais contidos nos 13 seguintes cruzamentos entre estes SematosEmas: 1: articulação da mão direita e articulação da mão esquerda (AMD x AME); 2: articulação da mão direita e movimento da mão direita (AMD x MMD); 3: articulação da mão direita e orientação da palma direita (AMD x OPD); 4: articulação da mão esquerda e movimento da mão esquerda (AME x MME); 5: articulação da mão esquerda e orientação da palma esquerda (AME x OPE); 6: articulação da mão direita, orientação da mão direita, orientação da palma direita (AMD x OMD x OPD); 7: articulação da mão esquerda, orientação da mão esquerda, orientação da palma esquerda (AME x OME x OPE); 8: articulação da mão direita, orientação da palma direita, e movimento da mão direita (AMD x OPD x MMD); 9: articulação da mão direita, articulação da mão esquerda, relação entre mãos (AMD x AME x RM); 10: movimento da mão direita, sentimentos sensações positivas (MMD x SSP); 11: movimento da mão direita, sentimentos sensações negativas (MMD x SSN); 12: articulação da mão direita, movimento da mão direita, sentimentos sensações positivas (AMD x MMD x SSP); 13: articulação da mão direita, movimento da mão direita, sentimentos sensações negativas (AMD x MMD x SSN). Para caracterizar as combinações mais típicas entre os SematosEmas de Libras, foram analisados 122.163 cruzamentos em busca dos sinais em cada cruzamento. Foram computados os sinais em cada um desses 122.163 cruzamentos. Dos 122.163 cruzamentos analisados, foram identificados 21.328 cruzamentos válidos (i.e., com incidência superior a zero). Destes, foram identificados 369 cruzamentos canônicos (i.e., com incidência maior que 50% do total naquele cruzamento). Esses 369 cruzamentos canônicos foram, então, ordenados por incidência decrescente, de modo a revelar quais combinações entre SematosEmas que são mais típicas em Libras. Essa caracterização do "DNA" de Libras permite: 1: Comparar Libras com outras línguas de sinais em estudos de Linguística Comparada; 2: Fazer balanceamento SematosÊMico relevante à elaboração de qualquer teste de competência linguística e metalinguística em surdos; 3: Estudar processamento cognitivo de informação em sinais por surdos descobrindo como armazenam, processam e recuperam informação de SematosEmas. Por exemplo, usando BuscaSigno-1, Duduchi e Capovilla, descobriram que o grau de dificuldade de recuperação lexical de um sinal é inversamente proporcional ao logaritmo da média aritmética da popularidade dos SematosEmas que o compõem. Assim, este mapeamento é de grande relevância à Psicologia Cognitiva de Processamento de Informação em Sinais em Surdos brasileiros.

Libras, Língua de Sinal, Software



CNPq, Capes, Inep, Observatório da Educação, Fapesp.
Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)
MET - Metodologia de Pesquisa e Instrumentação

ANÁLISE DA ESTRUTURA SEMATOSÊMICA-SIGNUMICULAR DO CORPUS DE 10.400 SINAIS DA 2ª ED. DO NOVO DEIT LIBRAS VIA BUSCASIGNO 2. *Wanessa Garcia Santos Oliveira (Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Institucional, Centro Universitário Adventista de São Paulo, São Paulo, SP), Fernando César Capovilla (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)*

Assim como palavras ouvidas são compostas de FonEmas-VocÍculos e palavras escritas de GrafEmas-ScriptumÍculos, os sinais das Línguas de Sinais são compostos de SematosEmas-SignumÍculos, como unidades mínimas. Há SematosEmas para formada(s) mão(s): QuiriFormEmas-ManusModusÍculos; para local da(s) mão(s): QuiriToposEmas-ManusLocusÍculos; para movimento da(s) mãos: QuiriCinesEmas-ManusMotusÍculos; e para expressão facial: MascarEmas-PersonalÍculos. O software de recuperação lexical de sinais BuscaSigno 2 indexa os sinais a partir de seus SematosEmas componentes. E então organiza esses SematosEmas em menus gráficos selecionáveis na tela para permitir a busca e recuperação lexical dos sinais que os contêm. BuscaSigno 2 contém banco de 10.400 sinais, que corresponde ao corpus da 2ª edição do Novo Deit Libras: Novo Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. - Libras, de Capovilla e Raphael. Este estudo empregou BuscaSigno 2 para mapear a estruturasublexical (SematosÊMica-SignumIcular) da Língua de Sinais Brasileira (Libras) a partir do corpus de 10.400 sinais da 2ª edição do Novo Deit Libras. Assim, BuscaSigno2 permite ao usuário obter acesso lexical direto a qualquer um de 10.400 sinais de Libras e resgatar esses sinais sem precisar saber os verbetes em Português que correspondem aos sinais que procura. Para fazer essa busca SematosÊMica e resgate lexical de sinais, basta que o usuário selecione com o mouse os menus de representações gráficas de SematosEmas. BuscaSigno 2 oferece ao consultante do Dicionário de Libras uma interface de busca direta dos sinais de sua língua de sinais, que respeita a estrutura linguística dos sinais de Libras, em vez de depender dos verbetes do Português ordenados alfabeticamente. Ou seja, BuscaSigno 2 permite aos surdos recuperar diretamente os sinais de sua língua sem ter de depender de uma outra língua (Português escrito) como metalinguagem para acessar sua língua materna. O mapeamento da incidência de 501 SematosEmas no corpus de 10.400 sinais revelou 5 parâmetros: 1: 163 SematosEmas de Mão (QuirEmas-ManusÍculos), 2: 34 SematosEmas de Dedo (DactilEmas-DigitumÍculos), 3: 55 SematosEmas de Local da Articulação (ArtrotoToposEmas-ArticulatiLocusÍculos), 4: 173 SematosEmas de Movimento (CinesEmas-MotusÍculos), 5: 76 SematosEmas de Expressão Facial (MascarEmas-PersonalÍculos). Esses 5 parâmetros se subdividem em dezenas de subníveis que se desdobram em 501 SematosEmas. Computando a frequência de cada um desses SematosEmas, BuscaSigno 2 identificou os canônicos (acima da média), que consistem no DNA da Libras. Tal mapeamento computadorizado da incidência absoluta e proporcional de cada SematosEma componente do léxico de Libras é crucial à Linguística Comparativa das Línguas Sinalizadas, e a uma análise experimental psicolinguística capaz de elucidar como surdos armazenam, processam, e recuperam informação a partir das unidades mínimas de que se compõem os sinais. Ilustrando a importância destes recursos para a Psicolinguística dos Surdos, Duduchi e Capovilla descobriram que o grau de dificuldade de recuperação lexical de sinais é inversamente proporcional ao logaritmo da média aritmética dos coeficientes de popularidade dos SematosEmas que os compõem. Quanto mais raros os SematosEmas componentes dos sinais, maior é a eficácia desses SematosEmas como recurso para recuperar esses sinais. Tais dados coadunam-se com as expectativas derivadas da Teoria do Pandemônio, na Psicologia Cognitiva de Processamento de Informação.

Língua de Sinais, Libras, Acesso lexical informatizado



Capes, Inep, Observatório da Educação, CNPq.
Mestrado - M
MET - Metodologia de Pesquisa e Instrumentação

Sessão Coordenada 26 - **PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO AO LONGO DA VIDA AVALIADOS COM O AUXÍLIO DE AVALIAÇÃO EMPÍRICA**

AValiação de Problemas Psicológicos e de Comportamentos Pró-Sociais em Adultos. *Nancy Ramacciotti de Oliveira-Monteiro (Laboratório de Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Humano - UNIFESP- Santos - SP); Stephanie Frabetti * (Laboratório de Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Humano – Universidade Federal de São Paulo - Santos - SP); Ana Cláudia de Azevedo Peixoto (Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro /RJ),*

Como em todo desenvolvimento humano no transcorrer do ciclo vital, também na vida adulta ocorre aquisição de competências além de manifestações de disfunções em diferentes domínios, como nos problemas psicológicos. Segundo a teoria ecológica do desenvolvimento, problemas emocionais e comportamentais (internalizantes e externalizantes), emergem de interconexões dinâmicas entre as particularidades do indivíduo e os contextos ambientais de sua vida. Essas disfunções do desenvolvimento, de forma interativa, podem ser amenizadas por diferentes fatores de proteção, também da ordem individual ou ambiental. Comportamentos pró-sociais são tidos no rol das competências do desenvolvimento, como fatores protetivos que interagem com fatores de risco ao desenvolvimento. Comportamento pró-social é aquele que, sem buscar recompensas externas, favorece outras pessoas ou grupos, aumentando a probabilidade de gerar reciprocidade positiva e de qualidade solidária nas relações interpessoais ou sociais. Os comportamentos pró-sociais abarcam dimensões de ajuda, partilha, cuidado e empatia e são a antítese de comportamentos antissociais. O objetivo desta pesquisa foi avaliar meios adaptativos, problemas internalizantes, problemas externalizantes, e graus de pró-socialidade em adultos inseridos em diferentes condições psicossociais (de escolaridade e de classe econômica) numa amostra de adultos da Baixada Santista (SP). Com uso do ASR (Adult Self-Report), da EMPA (Escala de Medida de Pró-socialidade) e do Critério Brasil, instrumentos auto referidos, foram avaliados 239 sujeitos, idades de 18 a 59 anos. Embora resultados descritivos do estudo tenham indicado tendência a faixas não clínicas para a população investigada nas variáveis estudadas, problemas internalizantes foram identificados em faixa limítrofe em mulheres, com ensino médio completo/superior e classes econômicas C/D/E. Problemas externalizantes foram indicados em homens e mulheres de meia idade (40-59 anos), das classes A/B, com o ensino fundamental completo ou médio incompleto. Problemas externalizantes também foram identificados na faixa limítrofe em mulheres de meia idade (40-59 anos), das classes C/D/E, analfabetas ou com ensino fundamental incompleto. Meios adaptativos em faixa limítrofe também foram indicados neste último grupo. Os resultados relativos a comportamentos pró-sociais de Ajuda, Partilha, Cuidado e Empatia apresentaram tendência de graus médios e altos. Análise inferencial mostrou que o comportamento pró-social de Ajuda foi significativamente maior em homens de meia idade. Em relação aos comportamentos pró-sociais de Cuidado e Empatia, homens e mulheres de meia idade, das classes econômicas C/D/E, também obtiveram graus significativamente maiores. Mulheres de 18 a 39 anos apresentaram um grau maior de comportamento pró-social de Empatia, quando comparadas com mulheres mais velhas e homens. Esses dados foram discutidos frente a outros estudos que investigaram comportamentos de “cuidado” e “empatia” de pessoas de meia idade e sobre comportamentos éticos em diferentes classes econômicas. Sugere-se que novas investigações sejam realizadas com outras amostras, de forma a permitir comparação desses resultados com populações com queixas clínicas.

Problemas psicológicos; pró-socialidade; desenvolvimento humano



PIBIC
Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)
DES - Psicologia do Desenvolvimento

REPRODUTIBILIDADE E CONSISTÊNCIA INTERNA DO CBCL/1,5-5 E PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO EM UMA AMOSTRA CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES. *Maria Laura Nogueira Pires (Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, SP); Edwiges Ferreira de Mattos Silveiras (Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo, SP); Renatha El Rafihi Ferreira** (Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo, SP); Marina Monzani da Rocha (Instituto de Ciências Humanas, Universidade Paulista, SP); Luan Flávia Barufi Fernandes** (Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo, SP); Márcia Helena da Silva Melo Bertolla (Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo, SP)*

Instrumentos que examinam problemas de comportamento em crianças são importantes para estudos de prevalência, detecção precoce e para fundamentar intervenções na área da saúde mental infantil. O Inventário dos Comportamentos de Crianças entre 1½ e 5 anos (CBCL/1,5-5), desenvolvido por Achenbach e Rescorla em 2000, avalia problemas comportamentais a partir do relato dos pais. São 99 itens, anotados como “0” (não é verdadeiro), “1” (pouco/algumas vezes verdadeiro) ou “2” (muito/frequentemente verdadeiro), a partir dos quais são geradas sete escalas-síndromes (Reatividade Emocional, Ansiedade/Depressão, Problemas Somáticos, Isolamento, Problemas de Sono, Problemas de Atenção e Comportamento Agressivo), Escalas Internalizante, Externalizante e Total de Problemas. Embora estudos multiculturais apresentem dados de validade e confiabilidade deste instrumento, no Brasil ele é utilizado sem o estabelecimento destes parâmetros. Os objetivos do atual estudo foram: a) conduzir análises psicométricas iniciais do CBCL/1,5-5, comparando com o estudo multicultural liderado por Rescorla em 2011 envolvendo dados de 24 sociedades; b) identificar itens mais pontuados e frequência de crianças com escores sugestivos de caso clínico. Foram analisados dados coletados junto a uma amostra não-probabilística de 157 mães, metade delas participantes de programas de orientação parental para problemas respiratórios ou de sono em crianças. A análise teste-reteste envolveu 31 reaplicações e resultou em coeficientes de correlação intraclasse elevados nas escalas Internalizante (0,99), Externalizante (0,99) e Total de Problemas (0,98). Os valores de consistência interna (alfa de Cronbach) foram satisfatórios, variando de 0,69 (Problemas Somáticos) a 0,94 (Total de Problemas). Os alfas das Escalas Isolamento (0,69) e Problemas de Sono (0,87) foram significativamente superiores aos do estudo multicultural (de 0,62 e 0,67, respectivamente; $P < 0,05$; teste de Feldt). A análise do grupo de mães não participantes de programas de orientação ($N=78$) mostrou que: a) oito escalas tiveram escores médios dentro da faixa de 1 desvio padrão (dp) das médias observadas no estudo multicultural. As Escalas Reatividade Emocional e Problemas de Sono apresentaram escores médios acima de 1 dp; b) em ordem decrescente, os 10 itens com maiores valores médios foram: 16. Quer ter suas vontades atendidas na hora; 8. Não suporta esperar; 96. Exige muita atenção; 59. Muda de atividade para outra rapidamente; 22. Não quer dormir sozinho; 20. É desobediente; 15. É desafiador; 85. Faz birra ou é esquentado; 83. Fica emburrado facilmente; 33. Fica magoado com facilidade. Todos receberam pontuação 1 ou 2 por mais de 50% da amostra. Excetuando os itens 83 e 85, os demais coincidiram com a lista de 10 itens mais pontuados do estudo multicultural; c) os dados em percentis mostraram que 8,9% das crianças receberam escores acima do ponto de corte sugerido para casos clínicos (percentil 90) nas Escalas Internalizante e Total de Problemas e 6,4% pontuaram na faixa clínica na Escala Externalizante. Os resultados mostram que a versão brasileira do CBCL/1,5-5 apresenta bons índices de confiabilidade. A continuidade do estudo, com a ampliação da amostra, permitirá estabelecer parâmetros de validade e normas adequadas para nossa população, ampliando a



possibilidade de uso deste instrumento para avaliação de problemas comportamentais em pré-escolares.

Avaliação Psicológica; Lista de verificação comportamental para crianças; Validade.

PROPe - Pró-Reitoria de Pesquisa - Unesp. Renatha El Rafihi-Ferreira é bolsista de doutorado da FAPESP.

Pesquisador - P

DES - Psicologia do Desenvolvimento

PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO EM ADOLESCENTES QUE PASSAM POR CONSULTA MÉDICA. *Teresa Helena Schoen (Departamento de Pediatria, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo – SP); Amanda Oliveira Fernandes (Departamento de Pediatria, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo – SP)*

O desajustamento emocional constitui um problema que vem se agravando nas últimas décadas, com consequências crônicas e graves, e parece haver alguma relação entre problemas de saúde na adolescência e problemas comportamentais. De 10% a 25% dos jovens apresentam alguma forma de problema de saúde mental. Estudos vêm observando que o total de problemas de comportamento e os comportamentos externalizantes diminuem com a idade, enquanto aumentam os internalizantes. Adolescentes hospitalizados ou com doenças crônicas costumam relatar menor bem-estar físico e mais problemas emocionais e comportamentais. O presente estudo teve como objetivo identificar os principais problemas comportamentais e emocionais percebidos por adolescentes, ou seus responsáveis, que passaram por consulta médica. Participaram 55 adolescentes, sendo 30 do sexo feminino (55%), pertencentes à classe econômica, segundo o Critério Brasil, B (51%) ou C (42%). Os adolescentes responderam, na sala de espera de um ambulatório médico, o Youth Self Report, que é um inventário de problemas de comportamento. Alguns responsáveis (45, sendo 51% do sexo feminino) foram entrevistados com a versão paterna do mesmo instrumento - Child Behavior Checklist, enquanto esperavam a consulta de seu filho com um especialista em adolescentes. Os resultados deste estudo referem-se à porcentagem de adolescentes frequentadores de um ambulatório de saúde que percebem apresentar muitos comportamentos indicadores de algum sofrimento psíquico, situando-se na faixa clínica (com mais problemas). Observou-se que o principal problema percebido pelos adolescentes foi Queixa Somática (29%), seguido de Retraimento/Depressão e Ansiedade/Depressão (27% cada agrupamento). Para os responsáveis, o agrupamento com maior porcentagem de adolescentes considerados clínicos foi Ansiedade/Depressão (56%), seguindo de Queixas somáticas (42%) e Problemas com o Contato Social (40%). Observou-se que, em geral, os pais consideraram seus filhos com mais problemas de comportamento que os próprios adolescentes. Para ambos os respondentes (responsável ou adolescente) os comportamentos internalizantes foram os prevalentes. Em todos os agrupamentos, houve mais adolescentes mais velhos (16, 17 e 18 anos) na faixa clínica que os mais novos (11, 12 e 13 anos). Independente da faixa etária, os três agrupamentos com mais adolescentes na faixa clínica foram Queixa Somática, Ansiedade/Depressão e Retraimento/Depressão. Nenhum adolescente mais novo foi considerado clínico no agrupamento Violação de Regras. Para ambos os sexos, a média de Problemas Internalizantes foi mais alta que a de Problemas Externalizantes. Observou-se que alguns adolescentes necessitam de uma avaliação mais detalhada, pois relataram comportamentos indicativos de transtornos mentais. O desenvolvimento de um novo fazer no atendimento ao adolescente deve contar com a colaboração de diferentes áreas da saúde, incluindo a Psicologia, amparado no conhecimento científico e numa proposta de desenvolvimento integral do ser humano. Observa-se a necessidade de profissionais de saúde mental integrarem a equipe de saúde que atende adolescentes.

adolescentes, distúrbios do comportamento, serviços de saúde pública.

Outro

DES - Psicologia do Desenvolvimento

CONDIÇÕES AMBIENTAIS ASSOCIADAS A PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO EM ESCOLARES. *Edna Maria Marturano (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

Nos anos escolares, família e escola são contextos onde se engendram mecanismos de risco e proteção para trajetórias mais ou menos favoráveis rumo à adolescência. Problemas de comportamento podem surgir em decorrência do acúmulo de adversidades nos dois contextos. O objetivo do estudo foi testar um modelo de predição de problemas de comportamento em escolares, tendo como preditores variáveis de apoio ao desenvolvimento e adversidade no contexto familiar, bem como adversidade no contexto escolar. Participaram 60 crianças de 7 a 11 anos e suas mães, recrutadas em escola pública de ensino fundamental ($n = 30$) e em clínica-escola de psicologia. Em cada grupo havia 20 meninos e 10 meninas, proporção estabelecida com base na distribuição dos participantes recrutados na clínica-escola, onde aguardavam atendimento para a queixa escolar. Os problemas de comportamento foram avaliados com o Inventário de Comportamento da Infância e Adolescência – CBCL, que fornece um escore de Funcionamento Global, assim como escores nas escalas: Retraimento; Complicações Somáticas; Ansiedade e Depressão; Problemas Sociais; Problemas de Pensamento; Problemas de Atenção; Violação de Regras; Comportamento Agressivo. As três primeiras escalas são agrupadas na Escala de Problemas Internalizantes e as duas últimas na Escala de Problemas Externalizantes. A sondagem do apoio ao desenvolvimento foi feita com o Inventário de Recursos do Ambiente Familiar - RAF, que investiga recursos como uso do tempo livre, oportunidades de interação com os pais, acesso a brinquedos e materiais educativos, passeios, livros, rotina diária com horários definidos. A presença de adversidade familiar foi investigada com a Escala de Eventos Adversos - EEA. A adversidade escolar foi sinalizada pela presença ou ausência da queixa escolar. Os dados foram analisados por meio de correlação e regressão. Dois modelos de regressão foram testados, diferindo quando ao preditor de apoio ao desenvolvimento: um deles com o escore total do RAF e o outro com os escores dos tópicos do RAF significativamente associados a problemas de comportamento nas correlações. O primeiro modelo explicou 47% da variação dos escores em Problemas de Atenção, 29% em Problemas Sociais e 26% em Funcionamento Global, bem como variações em problemas internalizantes (22%) e externalizantes (17%). O principal preditor foi adversidade familiar. Adversidade escolar predisse Problemas de Atenção e Funcionamento Global, junto com o indicador de adversidade familiar, assim como Problemas Sociais, isoladamente. No modelo de predição com tópicos do RAF, uma combinação das variáveis adversidade escolar, rotina diária e adversidade familiar, nesta ordem, predisse 50% da variação nos escores de Problemas de Atenção e 36% da variação no Funcionamento Global. Problemas internalizantes foram preditos por adversidade familiar, uso do tempo livre e adversidade escolar ($R^2 = 0,31$). Problemas externalizantes foram preditos por rotina diária e adversidade familiar ($R^2 = 0,30$). Ao passo que a adversidade familiar aparece associado com diferentes manifestações comportamentais, de forma generalizada, a adversidade escolar se associa mais especificamente a problemas de atenção e dificuldades interpessoais. A ação dos recursos de apoio ao desenvolvimento no contexto familiar parece seletiva, com determinados recursos atuando como mecanismos de proteção para problemas de comportamento específicos.

ambiente familiar; adversidade; CBCL; desempenho escolar

cnpQ

Pesquisador - P

DES - Psicologia do Desenvolvimento



Sessão Coordenada 27 - **SENSAÇÃO, PERCEPÇÃO E COGNIÇÃO EM POPULAÇÕES ESPECIAIS.**

SENSAÇÃO, PERCEPÇÃO E COGNIÇÃO EM POPULAÇÕES ESPECIAIS. *Maria Angela Guimarães Feitosa (Universidade de Brasília)*

Esta sessão coordenada reúne trabalhos experimentais sobre as funções auditiva e visual em populações especiais, com desempenho atípico e que incluem a participação de componentes cognitivos. O avanço no conhecimento sobre as características da competência senso-perceptual destes grupos têm relevância para o aperfeiçoamento de teorias sobre a audição e a atenção visual, bem como podem trazer informação relevante para o desenvolvimento de tecnologias assistivas.

ATENÇÃO VISUAL EM ESCOLARES COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH). *Valéria Reis do Canto Pereira (Departamento de Processos Psicológicos Básicos, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF); Maria Angela Guimarães Feitosa (Departamento de Processos Psicológicos Básicos, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF); Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasília, DF)*

A atenção visual pode ser descrita como a capacidade de selecionar determinada área do campo visual em detrimento das demais. A atenção distribui-se pelo campo visual tanto de forma localizada ou focalizada como de forma difusa. A primeira seria a habilidade de processar de forma mais seletiva determinada região, enquanto na segunda o foco atencional estaria representado de forma aproximadamente igual por todo campo visual (POSNER, 1980). A atenção desempenha um papel de seleção de determinados estímulos, proporcionando o melhor processamento destes. Para que informações importantes sejam reconhecidas prioritariamente, é necessário que haja esta seleção, processo denominado Atenção Seletiva. Alguns transtornos comportamentais apresentam como uma de suas principais características distúrbios atencionais, sendo o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) o objeto deste estudo. O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade caracteriza-se por uma tríade sintomatológica clássica composta de desatenção, hiperatividade e impulsividade. As crianças portadoras do déficit são facilmente reconhecidas em ambientes clínicos, em casa e na escola. Investigar a ontogenia da distribuição da atenção visuoespacial (atenção explícita e atenção dividida) por meio de tempos de reação em crianças e adolescentes portadores de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) não medicados, verificando se os voluntários portadores de TDAH são capazes de direcionar a atenção de forma explícita, bem como verificando se os portadores de TDAH são capazes de atender duas regiões não contíguas do espaço, caracterizando assim uma situação de divisão atencional. Participaram deste estudo crianças e adolescentes (n=27) com idades entre 8 a 15 anos e diagnosticados como portadores de TDAH. A tarefa era apertar um botão de um joystick assim que aparecesse um estímulo visual (um pequeno círculo branco subtendendo a 0,2° de ângulo visual) em uma de 158 posições distribuídas em uma área de 24° por 16° da tela do computador. Movimentos oculares foram monitorados pelo experimentador por uma câmera sensível ao infravermelho. Os participantes foram instruídos a prestar atenção em uma região delimitada por uma moldura cinza quadrada, cujos lados subtendiam um ângulo visual de 4°, e localizada no centro da tela do computador (Exp. I). No experimento II os voluntários foram orientados a direcionar a atenção simultaneamente para duas molduras laterais, localizadas à direita e à esquerda na tela do computador. Os tempos de reação (TRs) a estímulos dentro e fora das molduras foram medidos e comparados pelo teste t, em ambos os experimentos. No experimento I os TRs dentro das molduras foram menores (284±6 ms) em comparação aos TRs fora das molduras (300±6 ms) de forma significativa (p<0.0001), demonstrando a alocação da atenção visual na área de interesse. No experimento II não houve diferença estatisticamente significativa (p=0.6777) entre os TRs dentro das molduras (293±5 ms) em comparação aos TRs fora das molduras (292±6 ms). Crianças e adolescentes com diagnóstico de TDAH apresentam atenção explícita, porém a capacidade de divisão atencional não está presente nesta população.

Atenção visual, Psicofísica, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade

PNPD/ CAPES

Pós-Doutorado - PD

PERC – Percepção e Psicofísica

O RECONHECIMENTO DE TONS MUSICAIS EM MÚSICOS COM OUVIDO ABSOLUTO. *Fabrizio Veloso Rodrigues** (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP); Maria Angela Guimarães Feitosa (Universidade de Brasília, Brasília, DF); Valéria Reis do Canto Pereira (Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

O Ouvido Absoluto é conhecido como a habilidade de nomear ou produzir um tom musical sem qualquer tom de referência em seu auxílio. Associa-se a ele uma capacidade diferenciada na codificação do croma, ou seja, a repetição cíclica de intervalos em cada oitava e da altura tonal de um tom musical. Sua ocorrência é rara, com prevalência estimada em 1 para cada 10.000 pessoas e é mais comumente observada em músicos (cerca de 20%) com treinamento formal. Pesquisas apontam que o timbre é um atributo que pode influenciar no processamento da informação tonal. O objetivo deste trabalho foi verificar as possíveis interferências do timbre na resolução de informações tonais em pessoas com Ouvido Absoluto. Dezoito participantes, divididos nos grupos “Ouvido Absoluto” (n=7) e “Não-Ouvido Absoluto” (n=11), com idade e anos de estudo musical equivalentes, foram selecionados para participação em um procedimento psicofísico “mesmo/diferente” de pares de notas musicais com timbres de violão, voz, piano e flauta. O grupo “Não-Ouvido Absoluto”, foi composto de 5 homens e 6 mulheres, com idade média de 31,2 anos (dp=10,0), média de 18,4 anos de estudo musical formal (dp=7,91) e pontuação média de 19,1 (dp=10,0) em teste de nomeação de notas. O grupo “Ouvido Absoluto” foi composto de 5 homens e 2 mulheres, com idade média de 31,9 anos (dp=7,98), média de 22,7 anos de estudo musical formal (dp=4,78) e pontuação média de 42,0 (dp=3,34) em teste de nomeação de notas. Consideraram-se as respostas de tempo de reação e julgamento corretos (acurácia) dos pares apresentados para análise dos dados. Verificou-se que pessoas com Ouvido Absoluto apresentaram tempo de reação maior para a execução da tarefa quando comparado com pessoas sem Ouvido Absoluto. Os grupos foram comparados por meio de um teste t para amostras independentes, considerando-se as médias do tempo de reação (grupo “Não-Ouvido Absoluto” = 924,22 ms; grupo “Ouvido Absoluto” = 1015,77 ms). Os resultados (Figura 5) revelaram diferença significativa entre os grupos “Ouvido Absoluto” e “Não-Ouvido Absoluto” [F (1, 1957) = 41,985; p<0,001]. Não se encontrou um desempenho melhor para este grupo em relação à acurácia nas respostas, medida em termos de julgamentos corretos dos pares. Em teste de equiparação de frequências verificou-se expressiva diferença entre os dois grupos na distribuição de desempenho. A análise de distribuição dos dados apontou curtose de -0,697 e simetria de 0,144, para o grupo “Não-Ouvido Absoluto”, indicando distribuição negativamente assimétrica e menos centrada. Já a distribuição dos dados do grupo “Ouvido Absoluto” apresentou curtose de 0,251 e simetria de 0,723 característicos de distribuição assimétrica positiva e mais centrada. No geral os dados sugerem a participação de processos distintos na resolução da informação em pessoas com Ouvido Absoluto. Propõe-se o envolvimento de aspectos perceptuais e cognitivos no processamento da informação auditiva em pessoas com Ouvido Absoluto e possíveis efeitos da variabilidade dos dados encontrados.

Percepção musical, Ouvido Absoluto, Cognição musical

Pró-equipamentos/CAPES

Mestrado - M

PERC – Percepção e Psicofísica

DISCRIMINAÇÃO AUDITIVA DE FREQUÊNCIAS E PERFIL CLÍNICO DE CRIANÇAS COM DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNO DO PROCESSAMENTO AUDITIVO. *Keila Jacob da Silva (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasília, DF); Maria Angela Guimarães Feitosa (Universidade de Brasília, Brasília, DF); Marta Regueira Dias Prestes** (Universidade de Brasília, Brasília, DF); Valéria Reis do Canto Pereira (Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

Vários estudos têm apontado a forte relação entre o desenvolvimento eficaz das funções auditivas nos primeiros anos de vida da criança e a subsequente eficácia no desenvolvimento das habilidades relacionadas à linguagem. O Processamento Auditivo (PA) refere-se à forma como o Sistema Nervoso Central organiza e interpreta as informações acústicas detectadas no ambiente. Alterações no PA geralmente são refletidas em dificuldades de aprendizagem, principalmente em crianças com idade escolar. Indivíduos com Transtorno do Processamento Auditivo (TPA) tendem a apresentar manifestações comportamentais e clínicas características que englobam aspectos da natureza da linguagem oral, linguagem escrita, comportamento social, desempenho escolar e audição. Este estudo buscou avaliar a habilidade auditiva de crianças com e sem diagnóstico de TPA para discriminar frequências que variavam de 350 a 4000 Hz, considerando ser esta uma faixa que abrange grande parte dos fonemas do português brasileiro. Além disso, buscou verificar características de perfil clínico, quanto a aspectos do desenvolvimento intelectual e de linguagem, que diferenciam crianças com TPA de crianças com desenvolvimento normal. Participaram do estudo 26 crianças, com faixa etária entre 8 e 13 anos, matriculadas em séries iniciais de uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal. Os participantes foram distribuídos em três grupos: Grupo Transtorno do Processamento Auditivo (GPTA, n=9), formado por crianças com diagnóstico de TPA e cursando do 3º ao 5º ano; Grupo Controle emparelhado por Série (GCOS, n=8), formado por crianças emparelhadas às do grupo GPTA por série escolar; Grupo Controle emparelhado por Idade (GCOI, n=8), formado por crianças emparelhadas às do GPTA por idade. Dados de competência auditiva foram obtidos por meio das tarefas de discriminação de frequências e de sensibilidade auditiva, pela verificação dos limiares tonais. A habilidade de discriminar frequências foi avaliada por meio de uma tarefa psicofísica com três experimentos, que utilizaram a apresentação de três tons, dois com frequência padrão fixa em 500, 1000 ou 4000 Hz e um terceiro tom alvo com frequência variando acima e abaixo destas em pequenos passos. O perfil clínico incluiu a avaliação psicológica, voltada para aspectos cognitivos (RAVEN) e de linguagem (subtestes verbais do WISC - III); levantamento de dados escolares; e Anamnese. Não foram encontradas diferenças significativas de desempenho em discriminação de frequência entre os grupos. Nas medidas obtidas na avaliação auditiva e psicológica foi verificado um perfil de desempenho inferior do GPTA, quando comparado aos dois grupos controle. O levantamento dos dados escolares dos participantes apontou um alto índice de comorbidades associadas ao diagnóstico de TPA e, os dados da Anamnese mostraram a prevalência de grande parte dos sintomas que definem o TPA, em consonância com a literatura. Os achados de discriminabilidade indicaram a necessidade de investigações futuras com ajustes no delineamento proposto. Maiores investigações carecem de serem feitas na tentativa de verificar que variáveis de natureza cognitiva e de linguagem influenciam o desempenho de crianças com TPA em tarefas de discriminação de frequências.

transtorno do processamento auditivo, discriminação de frequências, linguagem

Pró-equipamentos/CAPES

PERC – Percepção e Psicofísica

ANÁLISE ACÚSTICA DE PALAVRAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO EM PARES MÍNIMOS PARA PROCEDIMENTOS PSICOFÍSICOS DE TREINAMENTO AUDITIVO PARA PRESBIACÚSICOS. *Júlia Oliveira Barboza** (Universidade de Brasília, Brasília, DF); *Maria Luiza Andrade** (Universidade de Brasília, Brasília, DF); *Maria Angela Guimarães Feitosa* (Universidade de Brasília, Brasília, DF); *Luciana Carelli Henriques de Andrade*** (Universidade de Brasília, Brasília, DF)

Presbiacusia é o declínio da função auditiva associado a vários tipos de disfunção do sistema auditivo que acompanham o envelhecimento, que não podem ser explicados por condições extraordinárias ototraumáticas, genéticas ou patológicas, e implica déficits não apenas em limiar absoluto, mas também em percepção. Um aspecto central da queixa clínica é a crescente dificuldade em comunicação, pela dificuldade de reconhecimento da fala. Treinamento auditivo é um meio de intervenção que pode minimizar a dificuldade de reconhecimento da fala em ambiente com ruído. Justificam seu uso dados disponíveis na literatura de melhoria de desempenho em tarefas de treinamento e plasticidade cerebral. Poucas pesquisas, listas de palavras, softwares e gravações em áudio são encontrados em português brasileiro para treinamento auditivo. Para identificação da natureza da dificuldade de reconhecimento dos fonemas em adultos de maior idade, e considerando que cada língua, em seu contexto linguístico específico, faz uso de um conjunto diferenciado de fonemas, foi inicialmente desenvolvida uma lista de palavras balanceadas foneticamente e compiladas em formato de pares mínimos para possibilitar o desenvolvimento posterior de pesquisas sobre discriminação e reconhecimento auditivo da fala. A seguir os 122 pares de palavras foram gravados por duas vezes, uma masculina e outra feminina, em ambiente acusticamente tratado, gerando os respectivos áudios das palavras escritas. No presente trabalho foi realizada a análise espectrográfica dos fonemas do português brasileiro contidos nessa lista. Cada arquivo de palavra foi analisado acusticamente e comparado com seu par mínimo. O software utilizado para análise acústica foi o PRAAT 5.3.47, especializado em análise e síntese de fala. O programa permitiu gerar um espectrograma para cada fala/palavra e obter quantitativamente vários dados para análise gráfica e matemática de um arquivo de áudio. Os dados acústicos foram obtidos por meio dos recursos próprios do programa e por inspeção visual. Incluíram duração, distribuição de energia, a altura tonal, variação da altura tonal, intensidade média, variação da intensidade, frequência e caracterização dos formantes. Foram armazenadas as representações gráficas de distribuição de energia, de espectro de frequência no tempo, acompanhando a emissão vocal, de variação de intensidade, de caracterização dos formantes e de pitch e dados quantitativos de duração, modulação de frequência e intensidade. As imagens foram devidamente organizadas e catalogadas de maneira a formar um extenso banco de dados de estímulos sonoros, que comporão um acervo a ser compartilhado, para uso geral em experimentos sobre discriminação auditiva, para dar apoio à interpretação de dados comportamentais de discriminação de fonemas em palavras, e poderão ser usados em protocolos de treinamento de presbiacúsicos em reconhecimento de palavras, com o objetivo de melhorar a comunicação oral.

Análise acústica, pares mínimos, treinamento auditivo

Reuni/MEC e ProIC/CNPq

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

PERC – Percepção e Psicofísica

Sessão Coordenada 28 - AS VICISSITUDES DA VIDA UNIVERSITÁRIA

STRESS E TRANSTORNO DE ADAPTAÇÃO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS.

*Wanderson Fernandes de Souza; Joelma do Nascimento Lameu**;Thiene Salazar Livio**;
Cátia Batista Tavares dos Santos*; Thais Brasil de Oliveira* (Laboratório de Avaliação em
Saúde – Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Departamento de Psicologia – Instituto
de Educação – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Seropédica – RJ)*

O ingresso no nível superior representa uma série de mudanças e exposição a um conjunto situações potencialmente estressoras. A adequação a uma forma de estudo mais autônoma, a distância de casa, o aumento das responsabilidades, a independência financeira, todas estas são situações com as quais o estudante universitário precisa se adaptar. Estas novas demandas podem vir a comprometer a saúde física e psicológica dos alunos. A relação entre estresse e saúde mental neste segmento populacional exige esforços para a prevenção, proteção e promoção da saúde. O presente trabalho visa avaliar sintomas de estresse e dificuldade de adaptação em estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Nesta pesquisa foi realizado um estudo quantitativo, descritivo, transversal, com aplicação de um questionário de informações gerais para a obtenção de dados sociodemográficos, o Inventário de Sintomas de Stress de Lipp (ISSL) e o Inventário de Avaliação do Transtorno de Adaptação (SR-AD). A coleta de dados foi realizada no período de agosto a dezembro de 2013, em uma amostra proporcional ao número de alunos matriculados em cada um dos 37 cursos de graduação do Campus Seropédica. A amostra final foi composta por 635 alunos (aproximadamente 8% dos alunos com matrícula ativa) com idade média de 22,07 anos (DP=3,96). Em sua maioria solteiros (90,2%) e com predominância do sexo feminino (63,5%). Foi encontrada uma prevalência de estresse de 50% entre os alunos. A maioria destes alunos encontra-se na fase de resistência (41,2% do total) enquanto 2,1% relataram sintomas da fase mais grave (Exaustão). Foi observada uma predominância sintomas psicológicos do estresse (32,6%) quando comparado aos 13,4% de sintomas físicos e 3,9% dos alunos apresentando sintomas mistos. A maioria dos alunos (59,2%) relatou já ter sentido necessidade de atendimento psicológico em algum momento. Quanto ao Transtorno de Adaptação, foi encontrada uma prevalência de 19,2%. Sintomas de estresse, Transtorno de Adaptação, assim como a necessidade de atendimento auto-relatada foi mais prevalente entre aqueles que disseram viver longe de suas casas originais e entre aqueles que visitam a família com menor frequência. Pesquisas apontam que o ambiente acadêmico pode ser estressante quando não disponibilizam normas adequadas que permitam o desenvolvimento saudável, a socialização, o incentivo à comunicação de alunos com professores, pais e famílias, com a sociedade e suas relações ambientais. As dificuldades decorrentes deste processo tende a favorecer o sofrimento psicológico. Deve-se refletir sobre o processo de ensino, sobre as atividades acadêmicas, bem como, a importância dos serviços de apoio à saúde mental, para dar suporte, além de atuar na prevenção ao desenvolvimento de tais sintomas.

Estresse, Transtorno de Adaptação, Estudantes Universitários
FAPERJ

Pesquisador - P

SMENTAL - Saúde Mental



MOTIVAÇÃO, RESILIÊNCIA E EXPECTATIVA DE FUTURO EM ALUNOS UNIVERSITÁRIOS. *Ana Cláudia de Azevedo Peixoto (Departamento de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro / RJ); Aline da Silva Melo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro /RJ*); Evanildo Jorge Constantino (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro /RJ*); Fernanda Pereira Calabar Nascimento (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro /RJ*)*

O presente estudo teve como objetivos: investigar e analisar os constructos da motivação, resiliência e expectativa de futuro em alunos universitários de uma Instituição de ensino superior e pública no Rio de Janeiro. Visou também comparar as respostas com as seguintes variáveis: idade, sexo, período, tipo de moradia, período e curso estudado. O tema da motivação é considerado importante, uma vez que o aluno necessita dela para se apropriar das experiências oportunizadas pelo ensino superior, bem como, necessita desse constructo para ativar o impulso que lhe permitirá lidar com as adversidades, consideradas comuns na rotina de um aluno universitário. A motivação está relacionada a um constructo amplo e complexo, diz respeito a orientações internas e multi determinadas que influenciarão as atitudes do ser humano. A resiliência refere-se à construção positiva no enfrentamento das adversidades, na capacidade de lidar de maneira positiva buscando a superação e na recuperação através do uso de recursos adaptativos. A expectativa de futuro pode ser entendida como a antecipação do futuro no presente, inferida através de processos motivacionais. As teorias demonstram a expectativa de futuro como a grande motivadora nas decisões atuais e os traços individuais podem facilitar de forma positiva esse alcance, ou mesmo dificultá-lo. Nosso intuito foi o de investigar, ampliar e contribuir para o desenvolvimento de iniciativas que visam contribuir para a qualidade integral na formação do aluno universitário. A amostra foi composta por 424 alunos de variados cursos e períodos, pertencentes a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Para a coleta de dados utilizou-se instrumentos que tem mostrado propriedades psicométricas interessantes em vários estudos, em termos de consistência e validade. Na análise de dados foi, inicialmente, utilizada estatística descritiva. A seguir foi realizada uma análise de correlação de Pearson para avaliar a correlação entre as variáveis intervalares. Para a comparação de médias foram utilizados os testes T de Student e Análise de Variância. Todas as análises foram realizadas utilizando-se o pacote estatístico SPSS. Os resultados mais evidentes foram: existe uma correlação, estatisticamente significativa, entre todas as três variáveis de interesse. Foi encontrada correlação positiva entre Resiliência e Motivação, entre Resiliência e Expectativa de Futuro e entre expectativa de futuro e motivação; houve uma diferença significativa tendo os alunos em início de curso apresentado expectativa de futuro maior que os alunos do meio para o fim do curso; os alunos alojados apresentaram menor motivação que os residentes em república; no que se refere ao tempo morando no alojamento, os alunos que nunca moraram no alojamento apresentaram maior motivação com relação ao local de moradia, ou seja, os alunos residentes no alojamento, apresentaram maior motivação e expectativa de futuro que aqueles vivendo há mais de um ano no alojamento.

motivação; resiliência; expectativa de futuro

PROAEST (Pró-reitoria de assuntos estudantis da UFRRJ)

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

COG - Psicologia Cognitiva

ANSIEDADE SOCIAL E INTERAÇÃO SOCIAL EM UNIVERSITÁRIOS. *Carmem Beatriz Neufeld; Katherine Godoi dos Santos; Priscila de Camargo Palma (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental – LaPICC, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia - DP da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP da Universidade de São Paulo - USP)*

Os estudantes universitários são uma população vastamente estudada na literatura. Quando ingressam na faculdade os estudantes são submetidos a uma grande carga de estresse em razão das horas longas de estudo, dos novos desafios e das cobranças dos professores e dos familiares. Também é comum que fatores como a saída da casa dos pais, a mudança de cidade, a independência forçada e a perda do convívio dos amigos influenciem a dificuldade de ajustamento no ensino superior. O presente trabalho apresenta uma revisão teórica sobre como a ansiedade social interfere na interação social e no desenvolvimento acadêmico dos estudantes universitários. A fase universitária é comumente associada com a consolidação da identidade, o estabelecimento de maior autonomia, a aquisição de sentido de competência e a gestão das emoções e das relações interpessoais. Este momento também é caracterizado pelas instabilidades e por ser uma fase mais autofocada, já que o jovem se encontra em processo de transição complexa. A importância de um grupo de apoio social para lidar com tais demandas tem sido indicado como fundamental nesta fase. A ansiedade social entre estudantes universitários pode ser especialmente problemática porque está associada a outros problemas psicológicos e interpessoais, acarretando em problemas significativos em sua vida cotidiana, no funcionamento ocupacional ou na vida social. Além disso, também é difícil de ser identificada, tendo em vista que os indivíduos com ansiedade social não reconhecem seus sintomas como disfuncionais, a menos que esteja em um nível avançado ou que cause extrema dificuldade. É comum que os universitários com ansiedade social evitem procurar ajuda profissional o que pode ser explicado possivelmente por causa dos próprios sintomas característicos da ansiedade social, tais como a evitação e o medo de ser julgado negativamente pelas outras pessoas. Em razão de uma combinação de fatores que envolvem a genética, o ambiente familiar e as experiências passadas, as pessoas socialmente ansiosas desenvolvem um sistema de crenças negativo, a respeito de si próprias e sobre o mundo. Essas crenças influenciam as interpretações que elas fazem dos eventos ocorridos e acabam limitando significativamente suas interações sociais. Os pensamentos mais comuns das situações são circundantes às crenças de incapacidade e de inadequação. Pessoas ansiosas sociais fazem um julgamento muito mais crítico sobre suas próprias habilidades e desempenho social do que seus pares. As descobertas de sugerem que pessoas tímidas geralmente percebem menos apoio social do que seus pares, isto pode ser devido à deficiência em habilidades sociais e desconforto em situações sociais e, por sua vez, a redução do apoio social reforça a solidão sentida pelos mesmos. Este fato interfere na vida acadêmica, pois reduz desempenho para trabalhos, avaliações, por exemplo. Além disso, interfere diretamente no âmbito social. Considerando tais dados da literatura, torna-se fundamental que sejam desenvolvidas propostas de intervenção que possam atender a esta demanda na população universitária.

Ansiedade social, interação social, estudantes universitários

FAPESP e CNPq

Pesquisador - P

DES - Psicologia do Desenvolvimento



A VIVÊNCIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM UNIVERSITÁRIOS. *Leopoldo Nelson Fernandes Barbosa (Doutor e Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento pela UFPE. Laboratório de Avaliação Psicológica – LAP; Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira – IMIP; Faculdade Pernambucana de Saúde – FPS; Ana Flávia Rêgo (IMIP); Liliana Raulino (IMIP); Monica Cristina Batista de Melo (IMIP; FPS)*

Diversas etapas marcam a formação profissional da vida do estudante universitário. Entre essas etapas, destacam-se a entrada na faculdade e a entrada no estágio obrigatório como primeiro passo para entrada no mercado de trabalho. Em comum, essas etapas despertam expectativas, incertezas, ansiedade, pensamentos disfuncionais, alegrias e desejo de superação, porém, com pesos e intensidades diferentes. Para boa parte dos estudantes, a entrada na faculdade marca um momento de transição entre adolescência e vida adulta, já a saída, marca a consolidação da vida adulta e a entrada no mercado de trabalho, nesse momento o estudante terá que abandonar o suporte da instituição e dos seus supervisores para iniciar uma caminhada um pouco mais solitária. Invariavelmente será recomendada a continuidade da supervisão e do trabalho pessoal, porém, as expectativas com as futuras responsabilidades e o desejo de autonomia podem contribuir com um rio de incertezas por vir. Este relato de experiência objetiva discutir o crescimento pessoal e desenvolvimento profissional do estudante de psicologia que vivencia o estágio obrigatório em um hospital escola no desenvolvimento de atividade nos ciclos da vida, com ênfase em avaliação psicológica e neuropsicológica. O uso de metodologias ativas é um dos grandes propulsores da aproximação gradual com a demanda e a complexidade inerente a esse cenário. Nesse contexto, a articulação entre teoria e prática tem o seu início com o desenvolvimento de atividades de clube de revista, supervisão semanal, atividades de triagem e entrevistas iniciais. A partir daí, o planejamento das avaliações e intervenções junto a preceptoria e supervisão abre espaço para um contato integral com o paciente e os seus familiares propiciando a experiência de utilização de instrumentos e técnicas observados em uma sala de espelho. É impressionante observar o quão importante é o papel da preceptoria e supervisão no desenvolvimento e amadurecimento dos estudantes, principalmente quando a supervisão em grupo suporta um espaço para troca de experiências entre os pares. Aprender com o outro favorece a inserção de “andaimos de sustentação” que servirão para guiar os passos durante o trajeto da formação profissional. A escrita de relatórios psicológicos e laudos e a comunicação dessas informações aos pacientes e seus familiares desencadeia um ritmo de trabalho diferente pois necessita de suporte teórico para orientações e encaminhamentos. É nesse momento que há a possibilidade de observar o estudante demonstrar os conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas ao longo da sua vida acadêmica e que servirão de base para a sua vida profissional.

Estágio obrigatório; Formação profissional; Avaliação Psicológica; Metodologias ativas
Pesquisador - P
DES - Psicologia do Desenvolvimento

Sessão Coordenada 29 - **AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: SUGESTÕES E REFLEXÕES SOBRE COMO FAZER**

O H.T.P. E A INVESTIGAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DESVIANTES PARA O PERFIL PSICOLÓGICO DESFAVORÁVEL AO PORTE DE ARMA. *Maria Cristina B. M. Pellini (UNIP Universidade Paulista); Gabriela Sampaio Encinas (Consultoria e assessoria em Recursos Humanos Encinas & Freitas); Denise Teixeira Mráz Zapparoli (Universidade Presbiteriana Mackenzie); Sandra Encinas (Consultoria e assessoria em Recursos Humanos Encinas & Freitas)*

Estatísticas relativas aos índices de mortes e crimes envolvendo armas de fogo motivaram a mídia a divulgar pesquisas para conscientizar e desarmar a população. No ano de 2005, um estudo da Unesco divulgou a estatística do número de mortes, conferindo ao Brasil a segunda colocação entre 57 países no ranking de taxa de óbito decorrentes do uso dessas armas. Instituído pela Lei 9.347 com a finalidade de obter o controle sobre o acesso e regularização no Brasil, o SINARM estipulou condições para o registro e de direito a portar armas de fogo. Sendo assim, o psicólogo passou a integrar a rede de concessão do porte e registro, criando novas modalidades de exercício profissional e demandas de novos estudos sobre o tema de avaliação psicológica específica a este novo campo de atuação. O presente trabalho objetiva investigar e ampliar a discussão sobre as possíveis contribuições do teste psicológico H.T.P. na avaliação psicológica para o porte de arma, com foco no credenciamento de profissionais ainda escassos. O teste projetivo HTP é utilizado como ferramenta de avaliação psicológica na obtenção de informações sobre o funcionamento psicodinâmico e acesso às reações frente a situações não estruturadas. A abordagem do estudo foi documental e foram analisados 21 prontuários de candidatos considerados inaptos na avaliação psicológica para porte e registro de arma de arma de fogo, sendo os mesmos armazenados e analisados em clínica psicológica situada em São Paulo com a supervisão de psicóloga credenciada. Foi analisada a presença de algumas características expedidas pela Polícia Federal (2004): agressividade, impulsividade, psicopatologia, ansiedade, relacionamento interpessoal, autoestima e autocrítica. Essas características foram convertidas em contra indicativos e identificadas nos elementos interpretativos do manual do teste e literatura complementar. Os contra indicativos constituem direcionamentos e suscitam a necessidade de complementariedade por meio de inquérito, observações de comportamentos não-verbais, entrevista e outros dados obtidos durante avaliação. Na análise dos prontuários verificou-se a prevalência da fantasia em detrimento da realidade, sendo o contato com a realidade deficitário e indícios de quadros psicopatológicos associados, tais como psicose, paranoia e esquizoidia. Há marcadamente a presença de agressividade e impulsividade, aliadas à predominância de perfil pessoal introvertido, com postura geralmente retraída caracterizada pela insegurança e falta de manejo nas relações interpessoais. O teste H.T.P. mostrou-se adequado para esta avaliação, embora tenha sido avaliado um número reduzido de prontuários. Os dados encontrados indicam a necessidade de estudos mais amplos sobre as técnicas projetivas para essa população específica.

Porte de Arma; Avaliação Psicológica; teste HTP

Universidade Paulista - UNIP

Outro

AVAL - Avaliação Psicológica



O PASSO A PASSO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. *Ruth Lasas Long (Centro de atendimento e Estudos da Psicologia -CAEPSI),*

Esse trabalho tem o objetivo de contribuir no processo de avaliação psicológica para o uso e manuseio de arma de fogo, tendo como base a instrução normativa DPF Nº 78 de 10/02/2014, demonstrando a importância de cada passo nesse processo. Aborda a importância de se conhecer o perfil da função avaliada, no caso, o portador de arma de fogo, cujo perfil é encontrado na IN 78. Com os resultados obtidos, é possível inferir prováveis comportamentos favoráveis ou não favoráveis para o manuseio da arma. Discute a importância da entrevista, do rapport, da empatia e da observação do comportamento e atitudes do avaliado no decorrer de todo o processo. Demonstra-se a importância das medidas de avaliação dos fenômenos e processos psicológicos: tomada de informação, processamento de informação, tomada de decisão, comportamento e feedback. São apresentadas também as definições e aplicabilidade dos testes projetivos, expressivos e inventários, bem como os cuidados específicos no manuseio e guarda dos instrumentos. O candidato ao manuseio de arma de fogo, independente da atividade, deverá ser capaz de apresentar: 1. Tomada de informação em seus diferentes tipos, como a atenção concentrada, difusa, sustentada, dividida, distribuída, alternada, sendo as mais solicitadas nos processos seletivos. Detecção, discriminação e identificação, são aspectos que fazem parte e são recursos utilizados quando se responde a um instrumento para avaliar a atenção. Aqui os aspectos perceptivos tem um importante papel. 2. Processamento de Informação e Tomada de Decisão, considerando a Inteligência, Memória e Orientação Espacial. 3. Tomada de Decisão e o Comportamento. Esse é o momento das reações de todo sistema dinâmico de sujeito. 4. Traços de personalidade: Equilíbrio entre os diversos aspectos da personalidade, em especial os relacionados ao controle emocional, ansiedade, impulsividade, agressividade, tensões e outros que devem ser compatíveis com as exigências na IN 78. Os instrumentos de avaliações psicológicas utilizados são: os testes psicológicos (específicos, expressivos, projetivos, inventários), questionários, observações situacionais, as entrevistas psicológicas e outras técnicas reconhecidas pela Psicologia. Sendo a entrevista um instrumento de fundamental importância, vale ressaltar alguns indicadores a ser considerados: identificação pessoal, motivo da avaliação, histórico escolar e profissional, histórico familiar, indicadores de saúde, doenças adquiridas ou pré-existentes, aspectos da conduta social, histórico de acidentes e outras considerações que o psicólogo considerar pertinente. A entrevista devolutiva é obrigatória deve ser apresentada de forma clara e objetiva a todos os candidatos. Para garantir um trabalho de qualidade e ético, os psicólogos devem seguir as recomendações contidas em toda regulamentação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) em especial a Resolução 002/2003. Uma avaliação psicológica, além de fundamentada em instrumentos aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia (Sistema Satepsi), requer profissionais que sejam competentes e qualificados para esse objetivo. Ser ético na avaliação, seguir rigorosamente o que diz os manuais, guardar os documentos de forma adequada e respeitar o tempo da guarda. Por fim, o laudo deverá ser registrado e arquivado junto aos protocolos dos testes para, em seguida, ser emitido um resultado final em documento próprio, conforme a Resolução 007/2003.

entrevista, observação do comportamento, porte de arma

Centro de atendimento e Estudos da Psicologia -CAEPSI

Outro

AVAL - Avaliação Psicológica



REFLEXÕES ACERCA DOS INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA O PORTE DE ARMA. *Maria Cristina B.M. Pellini (UNIP Universidade Paulista); Irene Almeida de Sá Leme (Casa do Psicólogo-Pearson) e Helena Rinaldi Rosa (LITEP e Instituto de Psicologia da USP),*

A expedição de laudo que ateste a aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e para exercer a profissão de vigilante é tema relevante na área da avaliação psicológica, constituindo-se numa tarefa para os profissionais que tem se revelado grande desafio. A Polícia Federal publicou recentemente a Instrução Normativa Nº 78, de 10 de fevereiro de 2014, que estabelece no anexo V os indicadores psicológicos necessários ao portador de arma de fogo: atenção, concentrada e difusa, memória auditiva e visual, adaptação, autocrítica, auto-estima, auto-imagem, controle, decisão, empatia, equilíbrio, estabilidade, flexibilidade, maturidade, prudência, segurança e senso crítico; e os indicadores psicológicos restritivos para o porte: conflito, depressão, dissimulação, distúrbio, exibicionismo, explosividade, frustração, hostilidade, imaturidade, imprevisibilidade, indecisão, influenciabilidade, insegurança, instabilidade, irritabilidade, negativismo, obsessividade, oposição, perturbação, pessimismo, transtorno e vulnerabilidade. O objetivo deste trabalho é levantar os instrumentos que podem ser usados pelos psicólogos para realizar esta tarefa, bem como discutir como podem fazê-lo, inclusive do ponto de vista ético. Dos 147 instrumentos aprovados no SATEPSI em maio do corrente, são apontados cerca de 40 que podem avaliar as características mencionadas na IN. Cabe ao psicólogo escolher o que se aplica para cada caso, conhecer os instrumentos e não apenas seguir uma lista oferecida; a proposta é a de discutir a realização da tarefa, e não a de oferecer um protocolo de conduta; apresentar o levantamento dos instrumentos que podem ser utilizados em função dos construtos que eles avaliam, da IN 78/2014 e das faixas etárias e nível de escolaridade que são empregados nas normas dos testes. Ressalta-se que em toda avaliação psicológica o psicólogo não deve se basear em apenas um teste, mas é um processo que demanda várias etapas e vários instrumentos e recursos, sendo a entrevista o que tem sido priorizado. Uma questão que se levanta na Normativa é a de não constar como critério o nível intelectual mínimo necessário para o porte e a função de vigilante. São levantados também alguns aspectos éticos envolvidos: a necessidade de devolutiva aos candidatos, ainda que o laudo seja apenas conclusivo, com apto ou inapto; o vínculo com as instituições solicitantes, bem como o cuidado de o psicólogo não ser avaliador de pessoas com as quais mantenha relacionamento que possa trazer algum prejuízo ao serviço prestado. Pretende-se, com este trabalho, qualificar o trabalho dos profissionais que realizam esta tarefa tão controversa, mas necessária junto à sociedade.

avaliação psicológica; porte de arma; IN 78/2014

LITEP e Instituto de Psicologia da USP

Pesquisador - P

AVAL - Avaliação Psicológica

IMPACTO EMOCIONAL NOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM FUNÇÕES DE RISCO NA ATUALIDADE. *Cleide Callejon (consultoria de RH)*

O mundo globalizado e a velocidade das transformações estão presentes em todas as esferas da sociedade. Vivemos em um contexto de mudanças que requer fatores de vitalidade e uma necessidade de sobrevivência para que os indivíduos possam dar respostas rápidas aos imperativos de transformação cultural, ambiental e comportamental que a atualidade exige. O indivíduo cada vez mais necessita ter um fortalecimento interior que lhe permita desenvolver suas atitudes e comportamentos para resistir a situações de intensa pressão, exercitar a adaptabilidade e flexibilidade e lidar com os eventos e as situações do seu cotidiano pessoal e profissional. Dentro deste contexto, o objetivo deste trabalho é propiciar uma reflexão de como nós, profissionais de Psicologia, temos uma parcela de responsabilidade a partir da nossa observação, entrevista e interpretação dos dados extraídos de instrumentos de medidas psicológicas que facilitam a projeção de elementos de personalidade e áreas de conflitos na descoberta de algo do indivíduo, a fim de identificar códigos subliminares, mensurar e interpretar objetivamente os testes, estabelecer uma relação de convergência entre os resultados da entrevista e os testes psicológicos aplicados e emitir um laudo coerente com a responsabilidade da função dos profissionais que atuam em função de risco utilizando arma de fogo. Além disso, ressaltar a importância da construção de um perfil profissional para funções que necessitam de uma investigação das características comportamentais que contribuem para uma percepção de conduta em ambiente profissional no que tange a multiplicidade das atividades; periculosidade e sociabilidade, para que possamos identificar tipos de testes psicológicos que devam ser utilizados e realizar o cruzamento do perfil dessa área com os profissionais que desenvolvem a atividade, a fim de identificar fatores comportamentais que devam ser trabalhados nos indivíduos que estejam fora dos parâmetros de emocionalidade compatíveis com o exercício de sua atividade. Os indivíduos que trabalham em função de risco, além das características comportamentais, devem ter a capacidade de trabalhar em ambientes multiculturais e de intensa pressão. Vivem em constante estado de alerta em eventos que envolvem ameaça ou integridade física dele ou de terceiros que presenciaram determinada situação, seja por violência urbana, acidentes ou desastres naturais. Em função disso, seu ajustamento emocional requer reações situacionais, o que pode ocasionar determinados comportamentos incompatíveis com a sua atividade. Caso o profissional avaliado esteja fora do perfil psicológico que a função exige, cabe aos Psicólogos designados pela instituição avaliadora, desenvolver um trabalho de orientação e acompanhamento para que tenham um tratamento psicológico adequado a sua real necessidade. De acordo com legislação específica, a avaliação psicológica é uma atividade obrigatória e todos os profissionais sistematicamente passam pelo processo.

impacto emocional; funções de risco; porte de arma

Consultoria de RH

Outro

AVAL - Avaliação Psicológica



Sessão Coordenada 30 - **COMPREENSÃO LEITORA: PROCESSOS COGNITIVOS E ENSINO**

COMPREENSÃO DE NARRATIVAS: UM ESTUDO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL. *Maria José dos Santos (Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/GO), Sylvia Domingos Barrera (Departamento de Psicologia - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, Ribeirão Preto – SP)*

A leitura é um processo no qual o leitor, a partir de seus objetivos e conhecimentos prévios, realiza um trabalho ativo e cognitivamente altamente complexo. Nela, não está envolvido somente um processo mental de apreensão e de compreensão de conteúdos, mas entra também em jogo, todo repertório cultural do leitor, uma vez que a leitura é resultante de uma interação entre pistas linguísticas e conhecimentos prévios do leitor. Considerando que a leitura é um comportamento complexo e composto por diversas habilidades, é difícil avaliar a compreensão leitora em sua totalidade. Um leitor competente deve ter boas habilidades para abstrair ideias do texto, contextualizar e possuir estratégias que permitam recorrer aos elementos intra, inter e extratextuais para chegar à compreensão. Um dos procedimentos bastante usados para avaliar a compreensão leitora tem sido a técnica de close criada em 1953 por Taylor que consiste em um texto de aproximadamente 200 vocábulos, no qual se omite sistematicamente o quinto vocábulo, sem levar em conta a função ou o significado da palavra. Tal técnica tem sido usada em vários estudos que investigam a compreensão leitora e demonstra ser eficiente. Neste estudo tivemos por objetivo investigar a competência em compreensão leitora de textos narrativos por alunos de 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental e a progressão da habilidade em compreensão no transcorrer da escolaridade. Os alunos realizaram a leitura de um texto narrativo no formato close. A tarefa foi analisada considerando o número de lacunas com preenchimento adequado e utilizamos o procedimento criado por Bormuth (1968) que elaborou parâmetros para análise do desempenho em tarefas de close apresentando três níveis de leitura: nível de frustração, nível instrucional e nível independente. Nossos resultados mostram que a maioria dos alunos encontra-se no nível de frustração, indicando que o leitor retirou poucas informações da leitura e, conseqüentemente obteve pouco êxito na compreensão. Não foram encontradas diferenças significativas no nível de compreensão entre os três anos escolares investigados. Considerando que a compreensão leitora é fator fundamental para o sucesso e progressão escolar e para o desenvolvimento profissional e cultural das pessoas, discute-se a importância do desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a forte influência dos conhecimentos prévios e do conhecimento lexical (vocabular) na compreensão da leitura. Ações pedagógicas tais como, explicitar objetivos de leitura; ativar conhecimentos anteriores sobre o tema; antecipar conteúdos presentes no texto com base no título e imagens e filtrar o texto para encontrar chaves contextuais tais como indícios gráficos e marcas tipográficas, podem ser decisivas para o desenvolvimento de competências básicas para uma leitura eficiente, bem como para a aprendizagem de estratégias cognitivas que permitam a compreensão leitora.

Palavras-chave: compreensão leitora; técnica close; aprendizagem

Compreensão leitora; técnica close; aprendizagem

Pesquisador - P

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

COMPREENSÃO DA LEITURA DE DIFERENTES TIPOS TEXTUAIS: UM ESTUDO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL. *Sylvia Domingos Barrera (Departamento de Psicologia - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, Ribeirão Preto – SP), Maria José dos Santos (Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/GO)*

A aprendizagem da leitura e escrita são as aprendizagens que mais impacto têm na vida dos indivíduos, enquanto alunos e cidadãos. A leitura serve de base para a aquisição de novos conhecimentos e, portanto, os alunos que não conseguem um bom desempenho em leitura, possivelmente, também não terão sucesso escolar. Ler com proficiência significa ir muito além da mera identificação das palavras escritas, uma vez que a finalidade da leitura é a construção de significados, ou seja, a compreensão dos textos lidos. A compreensão de um texto exige que o leitor faça uma adaptação de seus procedimentos cognitivos, tais como a atenção, a integração, a comparação e o raciocínio. O texto é um produto da atividade de linguagem que se caracteriza em função de seus objetivos, interesses e questões específicas. Os textos diferenciam-se entre si pela natureza dos elementos linguísticos constitutivos (lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas) e pelos modos de articulação. De maneira geral considera-se a existência de 5 tipos textuais: narração, argumentação, exposição ou informativo, descrição e injunção. Cada um destes tipos textuais tem especificidades próprias relativas à sua organização estrutural. Diversos estudos mostram que os níveis de compreensão dependem do tipo de texto lido. Há evidências de que a leitura de textos narrativos atinge maiores níveis de compreensão. Nesta pesquisa temos por objetivo investigar a existência de diferenças na habilidade de compreensão com resultado do tipo textual: texto narrativo e texto informativo. Entende-se por texto narrativo uma descrição de eventos que se baseia em experiências ocorridas ou inventadas respeitando uma organização estrutural de forma a permitir a antecipação pelo leitor ou ouvinte. Textos expositivos ou informativos são textos não ficcionais que descrevem, explicam e transmitem informação factual ou opiniões sobre um determinado assunto. Participaram da pesquisa de 3º ao 5º ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública de Goiás que realizaram a leitura de dois textos (narrativo e informativo) adaptados no formato close. A tarefa foi analisada considerando o número de lacunas com preenchimento adequado, procedimento criado por Bormuth (1968) que elaborou parâmetros para análise do desempenho em tarefas de close, apresentando três níveis de leitura: nível de frustração, nível instrucional e nível independente. Os resultados mostram que a maioria dos alunos encontra-se no nível de frustração, indicando que o leitor retirou poucas informações da leitura e, conseqüentemente obteve pouco êxito na compreensão do texto, independente do tipo textual. Em uma das séries investigadas observou-se um melhor desempenho na compreensão leitora do texto informativo. Dados adicionais demonstram que o tema abordado no texto lido por esses alunos foi objeto de estudo em semanas anteriores, o que reforça a hipótese de que a quantidade e qualidade de conhecimentos partilhados entre o autor do texto e o leitor, bem como o conhecimento do vocabulário usado no texto constituem fatores essenciais para a compreensão. Considerando-se a forte influência dos conhecimentos prévios e do conhecimento lexical (vocabular) na compreensão da leitura discute-se a importância do planejamento de práticas pedagógicas voltadas para o ensino da compreensão leitora.

Compreensão leitora; gênero textual; aprendizagem

Pesquisador - P

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

ESTRATÉGIAS DE LEITURA: O MODELO DA PSICOLOGIA COGNITIVA. Elis Regina da Costa (Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/GO)

Vários são os fatores que interagem favorecendo alto ou baixo desempenho escolar em situação de aprendizagem da leitura de textos. A Psicologia Cognitiva tem demonstrado a importância das estratégias utilizadas pelo leitor como elemento determinante para uma compreensão eficiente. Segundo esta abordagem, a leitura eficiente requer um trabalho de gestão da compreensão que é assegurado pelos processos metacognitivos, ou seja, pela capacidade que os indivíduos têm de pensar sobre os próprios processos cognitivos. São três os conhecimentos metacognitivos: o conhecimento sobre si mesmo, o conhecimento a respeito da tarefa e o relativo às estratégias exigidas pela tarefa. Estes conhecimentos permitem que o leitor pense sobre seus processos cognitivos envolvidos na leitura, monitorando falhas na compreensão e ajustando estratégias de leitura que possam corrigir falhas na compreensão. Esta pesquisa, de caráter bibliográfico, tem como objetivo apontar habilidades, estratégias e recursos necessários para que o leitor tenha sucesso numa atividade de leitura. Os estudos relativos à metacompreensão apontam alguns conhecimentos como necessários para uma compreensão eficiente: conhecimento do leitor acerca de seus recursos e limites cognitivos, de seus interesses e sua motivação; conhecimento sobre a atividade de leitura e exigências desta atividade e conhecimento sobre estratégias disponíveis para resolver problemas encontrados durante a leitura. Estudos com leitores eficientes mostram que estes, antes de iniciarem a leitura fixam um objetivo e planejam estratégias de abordagem do texto; fazem previsão do que irão ler; formulam questões e hipóteses, ao longo da leitura, verificam as hipóteses formuladas e estabelecem outras e, caso seja necessário, buscam medidas corretivas da compreensão. De maneira geral, os maus leitores e os leitores iniciantes não realizam leitura estratégica, ou seja, diante de uma tarefa de leitura, não são capazes de planejamento da tarefa. Desse modo, estudos apontam a necessidade de que o processo de ensino da leitura, notadamente da compreensão leitora (objetivo maior da atividade de leitura), integre o desenvolvimento de estratégias metacognitivas de modo a permitir que o aluno identifique os processos subjacentes à tarefa de leitura: reconhecimento da informação explicitada no texto (compreensão literal); identificação e ordenamento sequencial dos acontecimentos narrados (reorganização); identificação de informações não explícitas no texto (ativação de conhecimentos prévios que possibilita a compreensão inferencial) e expressão de opiniões pessoais fundamentadas (compreensão crítica). Considerando os processos subjacentes à atividade de leitura, o ensino eficaz da compreensão leitora exige intervenções pedagógicas que visem estratégias específicas para a aprendizagem da leitura, a promoção do desenvolvimento linguístico dos alunos, a motivação para a leitura e a ampliação do conhecimento que possuem sobre a vida e o mundo.

Estratégias de leitura; metacompreensão; leitura

Pesquisador - P

ESC - Psicologia Escolar e da Educação



CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E LEITURA DE PALAVRAS. *Sandra Puliezi ** (PUC, São Paulo, SP)*

A consciência fonológica (CF) é habilidade de refletir sobre características sonoras das palavras e manipular os sons da fala de forma consciente, tais como sílabas e rimas. O desenvolvimento dessa habilidade tem sido frequentemente relacionado ao sucesso da aprendizagem da leitura e da escrita no português falado do Brasil e em outras línguas. No decorrer do desenvolvimento da criança que está na escola, a CF evolui de processos inconscientes e desprovidos de atenção para uma reflexão intencional e com atenção dirigida (metacognição). O aprendizado da relação entre as letras do alfabeto e os sons que elas produzem é o que faz com que a criança seja capaz de compreender a informação fonológica produzida na pronúncia das palavras. A CF é reconhecida como o fator de maior contribuição para o desenvolvimento das habilidades de leitura, mas não é a única habilidade responsável pela aprendizagem bem sucedida da linguagem escrita. A memória de trabalho (MT) e a velocidade de nomeação (VN) também são citadas na literatura como importantes habilidades relacionadas à aprendizagem da língua escrita. Essas três habilidades (CF, MT e VN), constituem o processamento fonológico, que pode ser definido como as operações mentais do tratamento de informações baseadas na estrutura sonora ou fonológica da linguagem oral. As habilidades de processamento fonológico referem-se à forma como as informações são processadas, armazenadas e utilizadas. Tendo em vista a importância desse processamento para o aprendiz da linguagem escrita, a presente pesquisa teve como objetivo avaliar como as três habilidades de processamento fonológico citadas se relacionam com a habilidade inicial de leitura em um grupo de crianças recém-alfabetizadas. Também foi objetivo verificar se variações na habilidade de leitura (bons e maus leitores) estão relacionadas a variações nas habilidades de processamento fonológico. Participaram do estudo 28 alunos da rede particular de ensino do município de Guarulhos. O procedimento consistiu na aplicação individual de tarefas de: leitura de palavras, identificação de rima e fonema inicial, segmentação de palavras em sílabas, repetição de dígitos, repetição de pseudo-palavras e nomeação rápida de figuras. Os dados foram expressos em pontos e submetidos a testes estatísticos. Os resultados do Teste-t, comparando os bons e maus leitores, nos levou a concluir que os bons leitores leem mais rápido que os maus leitores, assim como possuem melhores resultados em consciência fonológica. Na memória de trabalho fonológica podemos dizer que a diferença entre os bons e maus leitores não foi significativa. Na velocidade de nomeação há uma diferença significativa entre os bons e maus leitores. Os resultados das correlações de Pearson nos permitem concluir que o desempenho na leitura inicial está associado com o tempo de leitura. Também podemos dizer que a leitura inicial está associada com as três habilidades do processamento avaliadas: consciência fonológica, memória de trabalho fonológica e velocidade de nomeação.

Consciência fonológica, processamento fonológico, alfabetização

CAPES

Mestrado - M

ESC - Psicologia Escolar e da Educação



Sessão Coordenada 31 - **COMUNIDADES DE DIÁLOGO: A CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA EM HISTÓRIA DA PSICOLOGIA**

TEORIA CRÍTICA EM PSICOLOGIA SOCIAL BRASILEIRA: DA INSERÇÃO AOS CAMINHOS PERCORRIDOS. *Tiago Lopes de Oliveira (Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP – Núcleo de Estudos em História da Psicologia - NEHPSI)*

Durante minha formação como pesquisador, em todo o período que cursei o Mestrado em Psicologia Social (2004/2008) e o Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade (2008/2013) ambos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mantive contato com a denominada Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Nesse período também cursei uma série de disciplinas que tinham como temática principal as discussões propostas pelos autores da Escola de Frankfurt. Pude constatar a importância dessa corrente de pensamento para as mais diversas áreas do conhecimento, mas em especial, para a Psicologia Social. Constatei também que faltam estudos que investiguem, a partir de uma perspectiva histórica, a inserção dessa escola de pensamento nas Ciências Humanas e Sociais em geral, e também nesse caso, em especial na Psicologia Social. Para entender como ocorreu o processo de desenvolvimento da Teoria Crítica no campo da Psicologia Social, é essencial seguir os caminhos que essa escola de pensamento percorreu desde sua chegada ao Brasil. Desse modo, considera-se interessante a realização de uma pesquisa com a atenção especificamente voltada para compreender a inserção da Teoria Crítica na Psicologia Social no Brasil. Para isso, faz-se necessário esclarecer as atuais relações estabelecidas entre a Escola de Frankfurt e a Psicologia Social brasileira. Esta pesquisa é realizada a partir de uma perspectiva histórica em estudos de Psicologia. Desta perspectiva, interessa investigar: i) como ocorreu a inserção da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt na Psicologia Social no Brasil; ii) quais as principais características dessa inserção. A intenção desta apresentação é revelar e discutir elementos importantes que ajudam a escrever a história da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt na Psicologia Social Brasileira a partir dos resultados obtidos por meio: a) de uma revisão bibliográfica com o intuito de situar os principais estudos – artigos, livros, teses e dissertações – que utilizam a Teoria Crítica como referência teórica principal na Psicologia Social; b) da localização, a partir dos estudos encontrados, de pesquisadores e professores que têm papel importante na inserção da Teoria Crítica na Psicologia Social do Brasil. Além disso, também faz parte desta apresentação a exposição de um mapa das instituições onde são desenvolvidas pesquisas com o aporte teórico da Teoria Crítica no campo da Psicologia Social, bem como a identificação dos principais objetos de estudo analisados a partir desse referencial teórico. O presente estudo de pós-doutoramento é desenvolvido com Bolsa CAPES/PNPD no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Teoria crítica; História; Psicologia Social brasileira

Pesquisador - P

HIST - História em Psicologia



FENOMENOLOGIA E CIÊNCIAS COGNITIVAS: RECEPÇÃO E DIÁLOGOS NA PSICOLOGIA BRASILEIRA. *Thiago Gomes de Castro (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS),*

As relações entre fenomenologia e ciências cognitivas têm sido intensamente debatidas na literatura internacional desde o início da década de 1990. A presente pesquisa histórica analisa as condições e contextos epistemológicos do diálogo, bem como sua baixa receptividade na psicologia brasileira. Para tanto descreve os principais eixos de composição de dois projetos de naturalização da fenomenologia nas ciências cognitivas, contrastando as críticas e defesas pela naturalização. A seguir aborda os principais argumentos contrários à recepção da fenomenologia naturalizada em território nacional, situando o argumento no histórico de apropriações da fenomenologia pela psicologia brasileira. Nesse momento, ilumina-se a raiz humanista-existencial da psicologia fenomenológica brasileira como ponto central de resistência à recepção da nova literatura. Problematiza-se, contudo, a veia humanista-existencial diante de relatos de historiadores e precursores do campo. Nesse tocante, exploram-se os relatos de Penna e Engelmann sobre a recepção inicial da fenomenologia na psicologia. Indica-se que, embora o pensamento humanista-existencial seja prevalente na associação com a fenomenologia no Brasil, ocorre uma importante relação de proximidade entre fenomenologia e psicologia experimental de origem gestáltica, quando da sua recepção por psicólogos e médicos brasileiros. Outra fonte de compreensão da genética da psicologia fenomenológica brasileira pode ser encontrada na referência preponderante dos textos tardios de Husserl em países latino-americanos. Momentos iniciais do trabalho do filósofo, ou o estudo sistemático do seu diálogo direto com a psicologia são relegados ao segundo plano. Contrapõem-se a esta leitura a incorporação da fenomenologia em países anglo-saxões e mais recentemente a defesa por uma fenomenologia pragmática na França. O estudo sobre as relações entre fenomenologia e ciências cognitivas revelou que o uso do termo ‘fenomenologia’ de maneiras distintas, ora associado ao projeto estrito de Husserl ora associado a uma versão mais abrangente de fenomenologia, fomentou um consistente trabalho histórico de revisão das bases conceituais. Como resultado, a literatura internacional tem apontado diálogos frutíferos com áreas tecnológicas – como neurociências, construção de próteses e informática – a luz de uma versão de fenomenologia mais abrangente, associada a um viés experimental. Ressalta-se que embora recente, a aproximação entre fenomenologia e experimentação está na própria base da fenomenologia do século XIX, anterior a Husserl, com autores como Ewald Hering e Carl Stumpf. No Brasil, o diálogo entre ciências cognitivas e fenomenologia tem sido sustentado em poucos laboratórios de pesquisa, e com maior receptividade pelas neurociências do que pela própria comunidade fenomenológica. Repercussões das especificidades da recepção deste diálogo em território nacional são situadas no contexto da necessidade de alteração dos interlocutores como forma de manutenção do intercâmbio com a literatura internacional.

Fenomenologia; psicologia brasileira

Pesquisador - P

HIST - História em Psicologia

PARA UNA ESTÉTICA DE LA RECEPCIÓN DE LAS IDEIAS PSICOLÓGICAS.

Alejandro Dagfal (Universidade de Buenos Aires – Buenos Aires/Argentina)

El objetivo de este trabajo es abordar algunas cuestiones metodológicas que plantean las historias de la psicología realizadas en los países llamados periféricos. En particular, la posición no central de estos últimos pone a menudo de relieve el problema fundamental de la recepción de las ideas acuñadas en los centros de mayor producción teórica. Sin embargo, ¿se trata de una mera copia, de una asimilación pasiva de influencias remotas? Para responder a este interrogante, haremos un breve repaso de la noción de recepción, tal como fue concebida por la teoría de la comunicación literaria de Hans Robert Jauss (inscrita en la tradición hermenéutica alemana), y tal como ha sido utilizada en los últimos años en la historiografía de la psicología argentina. Finalmente, a través de un ejemplo, trataremos de mostrar el provecho que implica adoptar la categoría de recepción, articulándola a otros conceptos propios de enfoques histórico-críticos, como los de interés intelectual, problemática y campo. En una historia de la psicología hecha desde la periferia, en la que aparentemente no hay más que copia o, en todo caso, un collage ecléctico de ideas ya concebidas, el interés reside justamente en mostrar cómo, detrás de esas supuestas copias o detrás de esas yuxtaposiciones carentes de valor se esconde todo un horizonte de expectativas radicalmente distinto del de la obra de origen, enlazado a una problemática sociohistórica compleja y singular. Y es justamente este horizonte de expectativas que es importante reconstruir, esas problemáticas a las que dan respuesta los objetos teóricos que es necesario desmenuzar para restituir al proceso de recepción su carácter activo. A partir de allí podrán entenderse operaciones de lectura que, en otro tiempo o en otro lugar habrían resultado descabelladas, omisiones imperdonables o sincretismos que habrían parecido ridículos. Para concluir, podríamos agregar que una historia pensada solamente con las categorías del centro y del presente no puede sino encontrar que los hechos históricos de la periferia están fuera de lugar o fuera de época, y en consecuencia se contentará con explicarlos en virtud de un inefable «espíritu» de los tiempos, de un retraso previsible o de un clima de ideas particular de ese lugar determinado. Sin embargo, este desfasaje sólo podrá ser salvado en la medida en que la historia pueda descentrarse respecto del presente y de la perspectiva de las metrópolis para dar cuenta del carácter diferencial del tiempo y del lugar histórico, basándose en categorías que, sin dejar de ser críticas, aspiren a una cierta objetividad. En resumen, los distintos conceptos que hemos examinado, a saber, el de horizonte de expectativas, el de interés intelectual, el de campo y el de problemática, a nuestro juicio comparten algunas características comunes que los hacen provechosos para una historia de la psicología que se pretenda crítica, a saber: a) Rompen con las viejas antinomias entre lo social y lo disciplinar, lo externo y lo interno; b) Comprenden los problemas históricos en un marco transindividual e intersubjetivo; c) Aspiran a una cierta objetividad, aunque no de manera ingenua.

ideias psicológicas; historias de la psicología

Pesquisador - P

HIST - História em Psicologia



HISTORIOGRAFIA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA: POTENCIALIDADES METODOLÓGICAS DO CONCEITO DE RECEPÇÃO. *Sérgio Cirino (Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais)*

É comum constatar na historiografia, por um lado, referências a personagens, teorias, datas e eventos estrangeiros que, de uma maneira ou de outra, colaboraram para a constituição e legitimação do campo da Psicologia nos diferentes países. Por outro lado também é comum que os historiadores identifiquem processos de autonomização, a partir dos quais as influências estrangeiras ganharam contornos locais, se distanciando da matriz original. Por exemplo, podemos encontrar em Danziger descrições da dependência dos Estados Unidos à psicologia europeia no final do século XIX. Ele nos mostra ainda alguns processos pelos quais psicologia dos Estados Unidos foi se indigenizando e se tornando bastante diferente daquela psicologia originalmente importada da Europa, principalmente da Alemanha. Direção semelhante é tomada por outros autores, como Dagfal, que escrutina cuidadosamente os processos de chegada da Psicanálise na Argentina. Um conceito que tem sido usado para se referir a esse fenômeno de importação e posterior modificação local é o de “recepção”. Apesar de ser mais frequente no campo da teoria literária o conceito de recepção tem sido útil nas discussões da historiografia da psicologia. Nessa sessão coordenada pretendo refletir sobre algumas das potencialidades do conceito do referido conceito de recepção para as investigações historiográficas brasileiras atuais. Para tanto mostrarei alguns exemplos brasileiros de recepção. No primeiro, alguns episódios da recepção dos testes psicológicos no Brasil, em especial em Minas Gerais. Em outro exemplo mostrarei aspectos da recepção da abordagem Behaviorista radical Skinneriana e, num terceiro, elementos da recepção da abordagem Humanista Rogeriana. Apesar da diversidade temática, há muito em comum nesses diferentes exemplos, principalmente no que diz respeito às incorporações locais que caracterizam a recepção. Acredito que os exemplos poderão servir de base para discussões metodológicas sobre processos de recepção.

psicologia brasileira; historiografia

Pesquisador - P

HIST - História em Psicologia

Sessão Coordenada 32 - **EFEITO DE PROCEDIMENTOS PARA ENSINO DE REPERTÓRIOS BÁSICOS DE LEITURA E ESCRITA.**

AVALIAÇÃO DA EMERGÊNCIA DE REPERTÓRIOS DE SOLETRAÇÃO MANUAL E ESCRITA APÓS ENSINO DE DISCRIMINAÇÕES CONDICIONAIS. *Lucas Tadeu Garcia** (Laboratório de Estudos do Comportamento Humano, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP); Deisy das Graças de Souza (Laboratório de Estudos do Comportamento Humano, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP),*

Estudos recentes têm demonstrado a efetividade de procedimentos computadorizados, baseados no paradigma de equivalência de estímulos, para o ensino de repertórios de leitura em crianças com surdez profunda. Alguns trabalhos avaliaram a formação de classes de equivalência entre sinais, figuras e palavras impressas, além da emergência de repertórios de sinalização (tato) diante de palavras. No entanto, nenhum estudo investigou o efeito do ensino destes repertórios discriminativos sobre outros repertórios importantes no desenvolvimento da leitura em indivíduos surdos, como a soletração manual e a escrita. Este estudo exploratório pretendeu avaliar se respostas de soletração e escrita emergiriam após ensino de discriminações condicionais entre palavras impressas e figuras em um aluno com deficiência auditiva profunda, usuário de língua de sinais. Além disso, pretendeu avaliar se o ensino dos repertórios de escrita e soletração afetaria a emergência destes desempenhos após o ensino das discriminações condicionais com novos conjuntos de palavras. O participante era um menino de 8 anos, com bom repertório de sinais da LIBRAS e que apresentava um bom repertório de soletração manual diante de palavras impressas. Foram utilizados três conjuntos de três pares de palavras impressas e figuras. O experimento teve os seguintes passos: 1) Pré-Teste inicial das relações entre palavras impressas e figuras e dos repertório de soletração manual e escrita ; 2) Ensino das discriminações condicionais por um procedimento de emparelhamento de acordo com o modelo; 3) Pós-teste das relações condicionais e emergência de soletração manual e escrita; 4) Ensino dos repertórios de soletração e escrita e; 5) Pós-teste final. O delineamento foi de linha de base múltipla entre conjuntos de palavras, em que os testes eram realizados simultaneamente para todos os conjuntos, enquanto o ensino era realizado para cada conjunto sucessivamente, intercalado com repetidos testes para o desempenho alvo. O repertório de leitura e escrita não emergiu para nenhum dos conjuntos de palavras após o ensino das discriminações condicionais entre palavras impressas e figuras. Ocorreu, no entanto, uma pequena melhora no número de letras soletradas ou escritas corretamente para o segundo e terceiro conjuntos. Após o ensino direto dos repertórios de leitura e escrita o participante manteve o desempenho nos pós-testes para todos os conjuntos. No entanto, foi observada uma queda nos desempenhos de soletração e escrita nos testes de retenção, embora o desempenho nas tentativas de discriminação condicional tenha se mantido. Os resultados com este participante demonstraram que o ensino de discriminação condicional entre palavras impressa e figuras não é suficiente para a emergência de soletração manual e escrita. Isso sugere que os desempenhos ensinados possam ser independentes e ou que o controle da seleção da figura diante da palavra possa estar ocorrendo de forma parcial. Ambas as possibilidades trariam implicações para o planejamento de procedimentos para o ensino de leitura para indivíduos com surdez e, portanto, geram a necessidade de novas investigações com o objetivo de esclarecer as relações de controle de estímulos envolvidas nestas tarefas.

Discriminações Condicionais, Escrita, Soletração Manual

Fapesp - 2010/11107-2

INCT - ECCE



Doutorado - D
AEC - Análise Experimental do Comportamento

ENSINO DE SENTENÇAS COM CINCO TERMOS E INTELIGIBILIDADE DA FALA EM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E IMPLANTE COCLEAR.. *Raissa Viviani Silva** (Laboratório de Aprendizagem Desenvolvimento e Saúde – LADS; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru - SP; INCT-ECCE), *Anderson Jonas das Neves*** (Laboratório de Aprendizagem Desenvolvimento e Saúde – LADS; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru - SP; INCT-ECCE), *Ana Cláudia Moreira Almeida Verdu* (Laboratório de Aprendizagem Desenvolvimento e Saúde – LADS; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru - SP; INCT-ECCE),

Os estudos com a população com deficiência auditiva pré-lingual e implante coclear têm demonstrado que o ensino de discriminações condicionais entre estímulos auditivos, figuras e palavras impressas podem fazer emergir relações de equivalência. Além disso, se o controle exercido pelas unidades textuais em leitura for estendido para a figura, também pode favorecer a inteligibilidade da fala em tarefas de nomeação de figuras. Estudos anteriores adotaram substantivos como estímulos e aqueles que utilizaram sentenças, o fizeram com três termos (substantivo-verbo-complemento). Este estudo verifica se os resultados obtidos no ensino de relações envolvendo sentenças com três termos em implantados cocleares seriam expandidos para sentenças com cinco termos, incluindo artigos, em uma criança implantada. A participante, 7,5 anos, aluna regular do 2º do Ensino Fundamental e com diagnóstico de deficiência auditiva pré-lingual, com uso de implante coclear há 5 anos. Foi utilizado um notebook com software PROLER 6.4 que exibia os estímulos e gerava relatórios de desempenho. Foram programadas três sentenças de cinco termos [artigo definido]-[substantivo próprio]-[verbo]-[artigo indefinido]-[substantivo comum] que foram convertidos em estímulos auditivos, figuras de ação e as respectivas sentenças impressas. O procedimento de ensino envolvia tarefas de seleção de figuras frente à sentença ditada (matching-to-sample) e construção de sentenças impressas dado modelo auditivo (constructed-response-matching-to-sample). O delineamento consistiu em: pré-teste da leitura das sentenças e da nomeação de figuras; ensino, organizado em blocos de nove tentativas, sendo três de cada relação; o critério de avanço era 100% de acertos para cada relação e no caso de erros em 4 sessões consecutivas, foi planejada uma rota de ensino para correção. Após o ensino, a participante realizava o pós-teste, com as mesmas características do pré-teste, no qual se avaliava as relações diretamente ensinadas e os efeitos do ensino sobre a nomeação de figuras de ações. Os resultados do pré-teste indicaram rendimento acima de 65% de acertos na leitura e um desempenho nulo para reconhecimento auditivo, ditado por composição e nomeação. No ensino, de relações entre sentença ditada e figura, a participante não demonstrou critério após 4 sessões de exposições aos blocos de ensino de sentenças ditadas e figuras; quando exposta à rota alternativa, demonstrou 100% de acertos após 5 sessões de exposições aos blocos de ensino. No ditado por composição, o critério foi atingido depois de 13 repetições. Nos pós-testes obteve 100% de acertos em reconhecimento auditivo e ditado por composição, mas não obteve melhoria na nomeação. Foram conduzidas sessões adicionais, com revisão das relações ensinadas acrescidas do treino ecoico. O desempenho em nomeação foi adquirindo melhor correspondência pontual com as convenções da comunidade verbal gradualmente e, após 8 revisões da linha de base, obteve uma nomeação com 85,45% de precisão. Os resultados dessa participante replicam estudos anteriores com sentenças de três termos e estendem para cinco termos, contudo com uma variabilidade muito grande. Futuras pesquisas devem investigar se esses resultados são em função do repertório inicial inferior dessa participante ou da complexidade dos estímulos tais como quantidade de termos (cinco) e da dificuldade de discriminação de estímulos pouco extensos (artigos).

controle de estímulos, ensino de sentenças, implante coclear



CNPq
Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)
AEC - Análise Experimental do Comportamento

ENSINO DE LEITURA COM REPETIDAS SONDAS E QUALIDADE DA FALA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA, USUÁRIAS DE IMPLANTE COCLEAR.

*Fernando Del Mando Lucchesi** (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, INCT-ECCE); Ana Claudia M. Almeida-Verdu (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru – SP, INCT-ECCE); Deisy das Graças de Souza (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, INCT-ECCE),*

Após o estabelecimento da detecção dos sons em crianças com deficiência auditiva pelo implante coclear, os desafios são aprender discriminações auditivas e estender o controle exercido pelos sons para a fala inteligível, de acordo com a fala convencionada pela comunidade verbal. Estudos demonstram que a aprendizagem de relações condicionais entre palavra ditada e figura e entre palavra ditada e palavra impressa oferecem condições para a formação de classes de equivalência entre estímulos e entre estímulos e respostas de vocalizar. Vocalizações controladas por unidades textuais foram estendidas para figuras, melhorando a inteligibilidade da fala diante de estímulos não verbais. Considerando a necessidade de melhorar a produção de fala de crianças com implante coclear, o presente estudo teve como objetivo avaliar os efeitos de um programa de ensino de repertórios envolvidos na leitura de palavras simples sobre a qualidade da fala de duas crianças com deficiência auditiva pré-lingual e usuárias de implante coclear. O programa de ensino utilizado é constituído de cinco Unidades, subdivididas em passos de ensino; cada passo ensina três palavras; os passos são precedidos e sucedidos por testes de seleção de palavras impressa mediante palavras ditadas e de composição de palavras mediante ditado; o avanço entre os passos de ensino ocorre após 100% de acertos nos pós-testes. O programa visa o ensino de leitura e de escrita de 60 palavras simples. O ensino consistiu no treino de relações condicionais entre palavras ditadas, palavras impressas e figuras, e de composição da palavra impressa após a palavra ditada. Além da exposição ao programa de ensino, foi adotado um delineamento experimental de linha de base múltipla entre conjuntos de figuras, com o propósito de monitorar sistematicamente os efeitos do ensino sobre a nomeação de figuras, comparando palavras ensinadas com aquelas mantidas em linha de base. Os resultados mostram tanto aquisição dos repertórios relacionados a leitura e a escrita quanto maior porcentagem de acertos de vocalizações em nomeação de figuras e em leitura de palavras, se comparados à linha de base. Nos seguidos testes de nomeação de figuras após cada Unidade, P1, que completou quatro Unidades, obteve, no pré-teste, 28% de acertos, e nos pós-testes, sucessivamente, 20%, 34%, 48%, 66% e 69% de acertos; P2, que completou três unidades, obteve no pré-teste, 51%, e nos sucessivos pós-testes, 52%, 38%, 44% e 60% de acertos. O aumento na porcentagem de acertos foi função do ensino do conjunto de palavras, enquanto que palavras que não eram alvo de ensino mantiveram os níveis da linha de base sofrendo pouca, ou nenhuma variação na porcentagem de acertos. Os efeitos do programa de ensino, já observados em outras populações, foram estendidos para crianças com implante coclear; as possibilidades de seu uso na reabilitação auditiva e da fala podem ser melhor explorados a partir do estudo dos efeitos das múltiplas sondagens em linha de base múltipla apresentando as sondas após cada passo de ensino, em vez de cada unidade, e testando-se tanto repertórios de nomeação quanto de leitura.

Inteligibilidade da fala, Leitura, Implante Coclear

FAPESP 2014/00541-4

INCT - ECCE

Doutorado - D

AEC - Análise Experimental do Comportamento



EFEITOS DO ENSINO SISTEMÁTICO E INFORMATIZADO SOBRE COMPORTAMENTOS EXTERNALIZANTES CONCORRENTES ÀS TAREFAS ACADÊMICAS. *Priscila Meireles Guidugli** (Departamento de Psicologia, LADS – Laboratório de Aprendizagem, Desenvolvimento e Saúde, Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, UNESP, Bauru - SP, Brasil) Ana Claudia Moreira Almeida-Verdu (Departamento de Psicologia, LADS – Laboratório de Aprendizagem, Desenvolvimento e Saúde, Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, UNESP, Bauru - SP, Brasil)*

Problemas de comportamento externalizantes podem ser compreendidos como concorrentes e incompatíveis com repertórios acadêmicos. Este trabalho testou se um programa sistemático e informatizado de ensino de leitura e escrita, não só aumentaria a frequência de acertos em tarefas acadêmicas, mas também diminuiria a frequência de repertórios sociais inadequados emitidos por quatro meninos de uma escola pública; P1 e P3: 9 anos, cursavam o 3º Ano; P2 e P4: 10 anos, cursavam o 4º ano, ambos avaliados como casos clínicos para problemas de comportamentos externalizantes por inventários (TRF e CBCL). Também foram utilizados instrumentos de entrevista (REHSE-P e REHSE-PR). A intervenção foi realizada na escola e um software expunha as crianças ao Programa de Leitura e Escrita (GEIC, UFSCar), ao módulo de palavras sem dificuldades da língua. O Diagnóstico de Leitura e Escrita Inicial (DLE-I) caracterizou o desempenho dos aprendizes que evidenciou deficiências na leitura e na escrita. O ensino estava subdividido em unidades, cada uma subdividida em passos e, cada passo ensinava três palavras por procedimentos de ensino baseados em seleção de palavras ou sílabas impressas, estabelecendo uma rede de relações, cumulativa, entre palavra ditada, palavra escrita, figura e sílabas. Os repertórios de leitura e de ditado foram monitorados, ao final de cada unidade de ensino e os problemas de comportamento também pelo relato do professor (TRF) e por observação direta (registro em vídeo da sala de aula). A frequência de comportamentos externalizantes relatados pelo professor (TRF) diminuiu para P1 e P2, embora de maneira mais expressiva para P1, saindo do escore clínico para problemas de comportamento e atingindo níveis normais nas cinco medidas sucessivas após as cinco unidades de ensino pelo Programa de Leitura e Escrita. Ainda que no relato do professor para os problemas de comportamento emitidos por P3 e P4 não tenham diminuído, eles avançaram no ensino de duas unidades de ensino e ao repetirem a avaliação do DLE obtiveram mais de 80% de acerto em todas as relações avaliadas. Embora futuras pesquisas devam verificar a replicabilidade desses resultados, eles demonstram que, à medida em que a tarefa acadêmica passa a dispor de reforçadores (como a minimização de erros e progressão de acordo com a aprendizagem) os problemas de comportamento, por serem concorrentes, tendem a diminuir.

Ensino Informatizado, Relações de equivalência, Problemas de comportamento

Fapesp - 2012/23526-5

Mestrado - M

AEC - Análise Experimental do Comportamento



ENSINO DE LEITURA EM CRIANÇAS COM DIFERENTES NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS DE UMA SALA DE RECURSOS. *Letícia Regina Fava Menzori** (Departamento de Psicologia, LADS – Laboratório de Aprendizagem, Desenvolvimento e Saúde, Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, UNESP, Bauru - SP, Brasil); Ana Claudia Moreira Almeida-Verdu (Departamento de Psicologia, LADS – Laboratório de Aprendizagem, Desenvolvimento e Saúde, Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, UNESP, Bauru - SP, Brasil);*

Baseando-se no paradigma de relações de equivalência e da proposta metodológica e aplicada de estudos subsequentes, foi criado um sistema web que viabiliza a autoria e a aplicação remota de um programa de ensino, derivado do software ProgLeit®. A finalidade é estabelecer repertório elementar de leitura e de escrita. O objetivo desse trabalho é verificar os efeitos do uso desse sistema informatizado de ensino em criança com diferentes necessidades educacionais especiais, quando encaminhadas para a sala de recursos e o programa monitorado por suas professoras especialistas. São participantes sete alunos entre sete e onze anos de idade matriculados no ensino fundamental de uma escola municipal da cidade de Bauru (SP) que frequentam a sala de recursos da escola devido a diferentes diagnósticos como Transtornos da Fala e da Linguagem, do Desenvolvimento das Habilidades Escolares, Deficiência Intelectual, e Distúrbio da Atividade e Atenção. As crianças foram submetidas ao programa de ensino que é formado pelo Diagnóstico de Leitura e Escrita (DLE) que visa identificar qual é o conhecimento prévio do aluno nas relações entre estímulos e entre estímulos e respostas que descrevem o repertório de ler e escrever; e o Módulo de Ensino que consiste no ensino de relações condicionais por dois procedimentos usados frequentemente em pesquisas de controle de estímulos, o matching-to-sample e o constructed response matching-to-sample e, periodicamente, as respostas que envolvem leitura e ditado são sondadas. O Módulo 1 é subdividido em cinco Unidades de Ensino, cada Unidade é subdividida em Passos e cada Passo ensina três palavras; ao todo, o programa ensina 60 palavras e para avançar em um passo de ensino, precisa obter precisão no desempenho das palavras do passo anterior. No DLE, as porcentagens de acertos dos participantes em tarefas de leitura de palavras foram inferiores a 20% (P1 e P5 = 6,6%, P2, P3 e P5 = 0; P3 = 20% e P7 = 13,3%) de acertos e em escrita sob ditado inferiores a 6% de acertos (P1, P2, P4, P6 e P7 = 0; P3 e P5 = 6,6%). Os participantes, que começaram as atividades no ensino de leitura em períodos diferentes do ano letivo, estão avançando nos passos do Programa de tal forma que quatro participantes (P1, P2, P3 e P4) concluíram os cinco passos da Unidade 5, encerrando então o vigésimo passo, enquanto dois participantes estão próximos do término de tal Unidade (P5 e P6-Passo 18; P7-Passo 19). Esses resultados demonstram a extensão das possibilidades de aplicação do programa de leitura para a sala de recursos e em crianças com diferentes necessidades educacionais especiais.

Análise do Comportamento, Aprendizagem, Ensino

Mestrado - M

AEC - Análise Experimental do Comportamento



ENSINO DE LEITURA E ESCRITA PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA DE MONITORIA PARA PROFESSORES. *Jacqueline Pimentel Tenorio** (Laboratório de Estudos do Comportamento Humano, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP); Raquel Melo Golfeto (Laboratório de Estudos do Comportamento Humano, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP);*

A perda auditiva ocorre em decorrência de vários fatores, ela é caracterizada pela presença de qualquer distúrbio no processo de audição normal que provoca a redução da percepção sonora e aumento do limiar auditivo, podendo acarretar na redução da inteligência. Este resumo aborda a deficiência auditiva, leitura, monitoria de professores

Capes

INCT - ECCEDoutorado - D

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

Sessão Coordenada 33 - **ESTRESSE PRECOCE E TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS**

INFLUÊNCIA DO ESTRESSE PRECOCE NO FUNCIONAMENTO COGNITIVO DE PACIENTES DEPRESSIVOS. *Nayanne Beckmann Bosaipo (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Cristiane von Werne Baes (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Camila Maria Serveri Martins (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Mário Francisco Juruena (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP),*

Introdução: Diversos achados sugerem que alterações decorrentes de maus tratos ou abuso na infância elevariam o risco para diversos transtornos psiquiátricos na fase adulta, principalmente para transtornos de humor. Ao mesmo tempo, evidências dão suporte à ideia de que a exposição a estresse precoce afeta o desenvolvimento de diversas estruturas cerebrais importantes como o hipocampo, córtex pré frontal, amígdala e estriado ventral. Essas estruturas são fundamentais na mediação entre a chegada de informações, o processo de avaliação do estímulo e a ativação de uma resposta fisiológica e comportamental e, portanto, têm um papel fundamental nas funções cognitivas. **Objetivo:** Dentro dessa perspectiva, o objetivo deste estudo foi investigar a influência do estresse precoce no funcionamento cognitivo de pacientes depressivos adultos. **Métodos:** Foram avaliados 18 pacientes com diagnóstico atual de episódio depressivo maior e 10 voluntários saudáveis com idade entre 21 e 60 anos de ambos os sexos. Os pacientes foram subdivididos entre aqueles com estresse precoce (CEP) e sem estresse precoce (sEP). Todos os participantes foram avaliados quanto a características sócio demográficas, história de traumas na infância, a situação psiquiátrica dos sujeitos no momento da avaliação e o desempenho cognitivo. A avaliação neuropsicológica foi realizada através de uma bateria planejada com 10 testes em suas versões traduzidas, adaptadas e/ou padronizadas para a população brasileira quando possível. **Resultados:** Foram observadas diferenças no desempenho dos pacientes depressivos comparados aos controles nos domínios de memória, atenção e funções executivas. A história de estresse precoce não influenciou a gravidade da sintomatologia depressiva, a fluência verbal e a memória episódica verbal, quando foram comparados os pacientes CEP e sEP aos controles ($p > 0,05$). Entretanto, pacientes CEP apresentaram pior desempenho na praxia visuoespacial ($p = 0,027$), atenção sustentada ($p = 0,028$) e dividida ($p = 0,001$), controle inibitório ($p = 0,017$) e flexibilidade cognitiva ($p < 0,001$) em comparação aos controles e pacientes sEP. Não houve diferenças entre os grupos na capacidade intelectual verbal ou de execução ($p > 0,05$). **Conclusão:** Os resultados sugerem que a história de estresse precoce pode estar relacionada a déficits específicos no funcionamento cognitivo de pacientes depressivos. Essas dificuldades se não tratadas tendem a resultar em menor adesão ao tratamento antidepressivo, psicoterapia, e maior risco de suicídio dos pacientes. Apesar de preliminares, os dados apontam para a importância de se considerar a história de maus tratos no tratamento de pacientes com depressão. O estudo está em andamento.

Depressão, estresse precoce, neuropsicologia

FAPESP; CNPq, FAEPA

Doutorado - D

AVAL - Avaliação Psicológica

O PAPEL DO ESTRESSE PRECOCE NA DOENÇA MENTAL EM PACIENTES AMBULATORIAIS ADULTOS DO SERVIÇO DE PSIQUIATRIA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO RIO DE JANEIRO (SCMRJ).

Clara Passmann Carr (Serviço de Psiquiatria da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, RJ. Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Cristiane Von Werne Baes (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Mario Francisco Pereira Juruena (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)

INTRODUÇÃO: Abusos e negligências infantis desempenham um importante fator no surgimento e curso da psicopatologia na vida adulta, colaborando para uma pior manifestação da doença, agravando a sintomatologia psiquiátrica e comportamentos auto-destrutivos, chegando ao suicídio. No entanto, faltam evidências sobre este complexo fenômeno multifacetado. **OBJETIVO:** Avaliar a associação entre a ocorrência e a gravidade do Estresse Precoce (EP) e o desencadeamento e gravidade de transtornos psiquiátricos em pacientes adultos do Serviço de Psiquiatria da SCMRJ. **MÉTODOS:** Para a avaliação do EP e seus subtipos, um total de 82 pacientes foram avaliados através do Questionário Sobre Traumas na Infância (CTQ). Para avaliação dos transtornos psiquiátricos, foi utilizado o MINI International Neuropsychiatric Interview (MINI-Plus). Os pacientes também foram avaliados quanto à gravidade da sintomatologia psiquiátrica através do Inventário de Depressão de Beck (BDI), da Escala de Desesperança de Beck (BHS), da Escala de Ideação Suicida de Beck (BSI), do Inventário de Ansiedade de Beck (BAI), e da Escala de Impulsividade de Barratt (BIS-11), além de um questionário sócio-demográfico feito para este estudo. **RESULTADOS:** A amostra foi dividida em dois grupos: pacientes Sem e Com EP (n=26, 31.7%; n=56, 68.3%). Encontramos que pacientes Com EP se diferenciaram dos Sem EP em relação aos seguintes transtornos (T): T do Humor (p<0.001; OR=16.9); Mania/Hipomania (p=0.001; OR=15.0); T de Pânico (p=0.01; OR=3.9); Fobia Social (p=0.005; OR=5.7); Fobia Específica (p=0.002; OR=6.6); T Obsessivo Compulsivo (p=0.03; OR=8.0); T Disfórico Pré-Menstrual (p=0.04; OR=5.0). Pacientes Com EP tiveram uma média significativamente maior do número de diagnósticos quando comparados aos Sem EP (p<0.001; 2.12 vs. 4.39), e 50.0% da amostra Sem EP apresentaram um diagnóstico, enquanto 48.2% da amostra Com EP apresentaram cinco ou mais diagnósticos (p<0.001). Quando a amostra foi dividida por subtipos de EP (Abuso Emocional, Físico, e Sexual, e Negligência Emocional e Física, diferenças significativas foram encontradas em relação a alguns transtornos específicos. Quando avaliamos a sintomatologia psiquiátrica dos grupos Sem e Com EP encontramos diferença em relação a todos os instrumentos: BDI (p=0.003), BHS (p=0.05), BSI (p=0.007), BAI (p=0.03), e BIS-11 (p=0.003); e correlações entre a gravidade do EP e a gravidade dos escores da BDI (p=0.001), do BHS (p=0.003), do BSI (p=0.003) e da BAI (p=0.03). Quando avaliamos a sintomatologia psiquiátrica por subtipos de EP também encontramos diferenças significativas em relação aos instrumentos. Quando avaliamos o Suicídio na amostra, os grupos se diferenciaram em relação ao EP quanto a tentativas prévias de suicídio (p=0.001; OR=27.6), ao risco de suicídio (p<0.001; OR=23.3), e na classificação da gravidade do risco (p=0.001), assim como em relação aos subtipos de EP. Em relação as características sócio-demográficas, encontramos que os grupos Sem e Com EP, se diferenciam em relação ao aborto provocado (p=0.03; OR=7.9). **CONCLUSÃO:** Nossos resultados confirmam e estendem os achados prévios sobre as consequências do EP na saúde mental, apontando que o EP e seus subtipos tem particulares e potentes associações com



transtornos psiquiátricos, desencadeando, mantendo e agravando a doença mental, levando inclusive à atitudes arriscadas e extremas, como indução de abortos e tentativas de suicídio.
Estresse Precoce; Transtornos Psiquiátricos; Suicídio.

CAPES

Mestrado - M

SMENTAL - Saúde Mental

PREVALÊNCIA DA SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM E SUA ASSOCIAÇÃO COM O ESTRESSE PRECOCE E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO. Graduação em Enfermagem Psiquiátrica. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto – SP) Lucilene Cardoso (Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto – SP) Carla Araújo Bastos Teixeira** (Doutoranda em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto – SP) Edilaine Cristina Silva Gherardi Donato (Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo)

O estresse não incide apenas na vida adulta, ele pode ocorrer precocemente e repercutir na maneira como o indivíduo enfrenta as situações estressantes, seja na vida pessoal como no ambiente profissional. Neste contexto, como consequência do estresse crônico e uso de estratégias de enfrentamento inadequadas o profissional poderá ter risco aumentado para desenvolver a Síndrome de Burnout. Com o objetivo de analisar a prevalência e associação entre Síndrome de Burnout, estresse precoce e estratégias de enfrentamento em técnicos e auxiliares de enfermagem de um hospital geral do interior de São Paulo, desenvolveu-se um estudo transversal, de abordagem quantitativa, utilizando os instrumentos: questionário sociodemográfico, de condições de trabalho e saúde; Maslach Burnout Inventory (MBI); Escala de Modos de Enfrentamento dos Problemas (EMEP) e Childhood Trauma Questionnaire (CTQ). Utilizou-se estatística descritiva e analítica, realizando-se testes Qui-quadrado, com coeficiente de correlação de Pearson e regressão logística, considerando nível de significância de 0,05. A amostra foi aleatorizada com 338 técnicos e auxiliares de enfermagem, houve 8,2% de recusas totalizando 310 participantes. Prevaleram mulheres (76,1%), com idade média de 47,1 anos (DP 10,94), casado ou com companheiro (58,1%), com filhos (74,5%), auxiliares de enfermagem (85,5%), atuantes em serviços de alta complexidade (88,7%), média de tempo de serviço de 12,6 anos (DP 8,75), com único vínculo empregatício (79,4%), passaram por consulta média no último ano (88,4%) e tiveram afastamento do trabalho no último ano (50%). A prevalência da Síndrome de Burnout foi de 7,4% e as estratégias de enfrentamento mais utilizadas foram as focalizadas no problema (60,0%). Quanto a prevalência de estresse precoce, esta foi de 31,3%. A Síndrome de Burnout teve associação significativa com as variáveis morar sozinho, não ter filhos e ter passado por consulta médica. A Síndrome de Burnout mostrou-se mais frequente entre os participantes que não utilizam as estratégias focalizadas no problema e também entre os participantes que utilizam de estratégias de busca por suporte social. Ao analisar a Síndrome de Burnout por meio de suas dimensões, verificou-se que a Exaustão Emocional mostrou-se mais significativa entre as mulheres ($p=0,02$), que possuem ensino superior ($p=0,04$), que residem sozinhas ($p<0,00$), que possuem tempo de serviço variando de 6 a 10 anos ($p<0,00$), que tiveram afastamento do trabalho ($p<0,00$) e referiram ter doença crônica ($p=0,01$). Já a Despersonalização mostrou-se mais significativa entre os participantes que passaram por consulta médica no último ano ($p=0,04$) e a Realização Pessoal mostrou-se mais significativa entre os participantes que moram sozinhos ($p<0,00$) e com tempo de serviço variando de 21 a 25 anos ($p=0,02$). Os resultados deste estudo indicam considerável prevalência da Síndrome de Burnout entre estes trabalhadores e preocupante risco para o desenvolvimento desta para grande parte deles. O estresse precoce, presente em significante parcela destes trabalhadores, embora não associado à Síndrome de Burnout neste estudo, também demonstrou



ser um fenômeno importante, principalmente se consideradas as possíveis consequências à saúde destas pessoas e também ao modo de enfrentamento dos problemas na vida adulta.

Estresse precoce, Esgotamento profissional, Estratégia de enfrentamento

CNPq

Mestrado - M

SMENTAL - Saúde Mental

AVALIAÇÃO DA RESPOSTA TERAPÊUTICA DE PACIENTES DEPRIMIDOS COM E SEM ESTRESSE PRECOCE EM REGIME DE SEMI-INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA. *Camila Maria Serveri Martins (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Cristiane vonWerne Baes (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Nayanne Beckmann Bosaipo (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Sandra Márcia de Carvalho Tofoli (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Keide Fernanda Ustulin (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Mário Francisco Juruena (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP),*

A literatura aponta que as situações traumáticas ocorridas na infância e adolescência, denominadas de Estresse Precoce (EP) podem levar a conseqüências negativas e duradouras ao indivíduo, tais como o desencadeamento de depressão no adulto. A depressão é uma condição crônica, comum e recorrente, estando associada com diferentes prejuízos funcionais. Além disso, o curso clínico e a resposta terapêutica de pacientes depressivos com história de EP parece ser desfavorável. O objetivo do nosso estudo é avaliar a influência do EP na resposta terapêutica de pacientes em episódio depressivo atual sejam estes unipolares ou bipolares. A amostra foi composta por 22 pacientes adultos do Hospital Dia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (HD-HCFMRP-USP). Na avaliação psiquiátrica utilizamos a Mini Entrevista Neuropsiquiátrica Internacional (MINI) e para avaliação da resposta terapêutica foi aplicada a Escala de Depressão de Hamilton (HAM-D21≥17 pontos) e a Escala de Avaliação de Depressão de Montgomery-Asberg (MADRS). Foi utilizado ainda o Questionário sobre Traumas na Infância (CTQ) para quantificação de história de estresse precoce e a Medida Canadense de Desempenho Ocupacional (COPM) para avaliação do desempenho ocupacional dos sujeitos. Na amostra avaliada, 81.8% dos pacientes depressivos sofreram algum tipo grave de EP, comparados a 18.2% dos pacientes sem EP. Os pacientes com e sem EP não apresentaram diferenças significativas nas características demográficas e clínicas. No entanto, os pacientes com depressão mostraram diferença significativa para a pontuação total de CTQ ($p < 0,001$), especialmente no subtipo abuso emocional ($p < 0,001$). Além disso, na HAM-D21 de admissão hospitalar não houve diferença significativa entre os grupos de pacientes com e sem EP ($p < 0,001$) e na reavaliação da HAM-D21 de 60 dias após a internação hospitalar, os pacientes sem EP tiveram resposta terapêutica maior do que os pacientes deprimidos com EP ($p < 0,001$). Nossos dados apontam ainda que não houve influência do EP na avaliação do desempenho ocupacional de pacientes com EP e sem EP ($p < 0,001$). Dessa forma, com base nos resultados apresentados, nossos achados apontam para o papel etiológico do estresse precoce na resposta terapêutica de pacientes depressivos, estando este muitas vezes associado a maior gravidade do quadro psicopatológico e piora da resposta terapêutica. Assim, mais estudos são necessários para compreender a influência do estresse precoce na resposta terapêutica, notadamente no desempenho ocupacional de pacientes depressivos adultos. Além disso, nossos resultados contribuem para a atuação clínica dos profissionais da área da saúde mental, enfatizando ainda a necessidade de novas abordagens preventivas, de intervenção e de tratamentos para pacientes depressivos com história de estresse precoce.



Estresse Precoce; Depressão, Resposta Terapêutica;
CAPES, CNPq, FAEPA, FAPESP
Doutorado - D
SMENTAL - Saúde Mental

O PAPEL DO ESTRESSE PRECOCE NA NEUROBIOLOGIA DA DEPRESSÃO.

Cristiane von Werne Baes (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Camila Maria Serveri Martins (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)

Crescentes evidências indicam que o estresse precoce (EP) pode ser um fator de risco para o desenvolvimento de depressão no adulto. Como o eixo Hipotálamo-Pituitária-Adrenal (HPA) é ativado em resposta a estressores, eventos estressantes no início da vida podem ter um papel etiológico nas anormalidades do eixo HPA encontradas na depressão. Essas anormalidades parecem estar relacionadas às mudanças na capacidade dos glicocorticóides em exercer seu feedback negativo na secreção dos hormônios do eixo HPA por meio da ligação aos receptores mineralocorticóides (RM) e glicocorticóides (RG). Além disso, estudos têm demonstrado que alterações no funcionamento do eixo HPA estão associadas à gravidade de quadros depressivos e são indicativas de um prognóstico desfavorável. O objetivo desta pesquisa foi avaliar o impacto do estresse precoce (EP) no funcionamento do eixo HPA de pacientes depressivos adultos. A amostra foi composta por pacientes depressivos com EP, sem EP e controles. Os pacientes foram avaliados por meio de entrevista clínica de acordo com os critérios do DSM-IV para confirmação diagnóstica. Foram incluídos apenas pacientes com escores na Escala de Depressão de Hamilton (HAM-D21) ≥17. A presença de EP foi confirmada através do Questionário Sobre Traumas na Infância. A avaliação endócrina foi realizada através da dosagem do cortisol salivar das 22h, ao acordar, 30 e 60 min após e às 9h e do ACTH, após a administração de uma cápsula de Placebo, Fludrocortisona (agonista MR) e Dexametasona (agonista GR) às 22h do dia anterior na admissão e 60 dias após o tratamento. Quando avaliado os níveis de supressão do cortisol através da Área Sob a Curva (AUC) entre os desafios, os pacientes depressivos sem EP apresentaram níveis significativamente menores de cortisol entre o Placebo e a Dexametasona ($p < 0.01$). Enquanto que os pacientes depressivos com EP apresentaram níveis significativamente menores de cortisol na AUC tanto após Placebo e Dexametasona ($p < 0.001$), quanto após Placebo e Fludrocortisona ($p = 0.02$). Quando avaliado os níveis de cortisol e ACTH após placebo na admissão do estudo não foram encontradas diferenças significativas entre pacientes com e sem EP. Entretanto, quando avaliado os níveis de cortisol 60 dias após, observamos que os pacientes com EP apresentaram níveis maiores de cortisol salivar 60 min após acordar do que os pacientes sem EP ($p = 0.03$). Nossos dados demonstram que diferente dos pacientes depressivos sem EP que apresentam resposta de supressão do eixo HPA somente ao desafio com agonista GR, os pacientes com EP suprimem tanto a agonistas GR quanto MR. Indicando assim, que os pacientes com EP apresentam aumento da sensibilidade tanto GR como MR. Dessa forma, nossos dados sugerem que o EP possa gerar mudanças na sensibilidade dos MR que explicaria as distintas respostas entre os subgrupos com depressão. Além disso, nossos dados indicam que o aumento da atividade do eixo HPA encontrada em pacientes depressivos pode ser influenciada pelo estresse precoce, uma vez que os pacientes com EP apresentaram níveis maiores de cortisol, mesmo 60 dias após o tratamento.

: Estresse Precoce, Eixo Hipotálamo-Pituitária-Adrenal (HPA), Depressão

CAPES, CNPq, FAEPA, FAPESP

Doutorado - D

BIO - Psicobiologia e Neurociências



O DESENVOLVIMENTO DE DEPRESSÃO (MELANCÓLICA, ATÍPICA E BIPOLAR) A PARTIR DE HISTÓRIA DE ESTRESSE PRECOCE: AVALIAÇÃO NEUROENDÓCRINA, GENÉTICA E NEUROCARDIOFISIOLÓGICA.. *Itiana Castro Menezes (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Mário Francisco Juruena (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

INTRODUÇÃO: A depressão afeta a regulação de diversos sistemas do corpo humano, como a atividade metabólica, a função autônoma e neuroendócrina. Há previsão de que, em 2020, a depressão seja a doença mais incapacitante por afetar diretamente o funcionamen

Estresse precoce, depressão, MR

FAPESP/CNPqDoutorado - D

BIO - Psicobiologia e Neurociências



Sessão Coordenada 34 - **ESTUDOS EM COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL E CARREIRA**

CONTRATO PSICOLÓGICO E ROTATIVIDADE VOLUNTÁRIA: A ORGANIZAÇÃO ENQUANTO PARTE DO PLANEJAMENTO DE CARREIRA. *Luiz Victorino/Universidade Católica de Brasília – UCB, Rosângela Saraiva/Instituto de Ensino Superior de Brasília IESB*

O objetivo deste estudo foi investigar se a rotatividade voluntária está associada à violação do contrato psicológico em uma grande empresa.

O Contrato Psicológico, em sua conceituação mais contemporânea é definido como um conjunto dinâmico de expectativas que se criam entre um indivíduo e uma organização quando estes estabelecem um vínculo de trabalho. Estudos anteriores mostram que existe uma relação entre a quebra de contrato psicológico e a rotatividade, mas apesar da vasta literatura sobre o tema, há poucos estudos, no Brasil, sobre a relação entre a quebra do contrato psicológico e a rotatividade voluntária, que é quando o indivíduo deixa a organização onde trabalha por vontade própria. O estudo foi realizado com 30 ex-funcionários de uma grande empresa do ramo de livrarias, sendo a maioria mulheres (60%), entre 26 e 35 anos (63%), solteiras (46,7%), com ensino médio completo (36,7%) e que trabalharam na empresa entre 3 e 6 anos (53,3%). Foram realizadas entrevistas estruturadas e um questionário foi aplicado para investigar a relação entre o pedido de demissão e a quebra do contrato psicológico. A análise de discurso das entrevistas mostrou que os respondentes tinham um bom relacionamento com a organização, e afirmavam que as expectativas em relação a esta eram cumpridas. O questionário, cujo foco era investigar os motivos da demissão voluntária e sua relação com a percepção dos funcionários sobre a empresa, apontou para um caminho semelhante, com os funcionários indicando que sua saída se deu pela percepção de que já haviam atingido seus objetivos pessoais na empresa, e portanto, deveriam buscar outras empresas que fossem mais adequadas a seus objetivos atuais, considerando seu planejamento de carreira. Os resultados do presente estudo reforçam a necessidade de uma compreensão mais profunda das expectativas de carreira do colaborador, para além de sua relação com a organização atual, mas buscando compreender como a organização se adequa aos planos de carreira do colaborador e trabalhando para que ambos atinjam seus objetivos.

Contrato Psicológico

Rotatividade

Carreira

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

ORG - Psicologia Organizacional e do Trabalho

A IMPORTÂNCIA DO PLANO DE BENEFÍCIOS E DO ESTILO GERENCIAL PARA O COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL. *Lígia Carolina Oliveira Silva/Universidade de Brasília UnB, Eduardo de Freitas Monteiro/Instituto de Ensino Superior de Brasília IESB*

O objetivo deste estudo foi compreender como a percepção de estilos gerenciais e a política de benefícios se correlacionam com comprometimento organizacional. Comprometimento organizacional representa o desejo de um indivíduo de permanecer como membro de uma organização. É dividido em: afetivo - vínculo emocional, envolve identificação com a empresa e seus objetivos; calculativo – avaliação de custos e perdas, calculando se é vantajoso permanecer na empresa ou não; normativo - sentimento de obrigação do trabalhador em permanecer na empresa, percepção de dívida moral com a organização. Estudos anteriores sobre comprometimento demonstram o estilo gerencial e a política de benefícios como aspectos que afetam o nível de comprometimento dos colaboradores. Os estilos gerenciais apresentam três dimensões: tarefa, relacionamento e situação. O estilo de tarefa baseia suas decisões nos aspectos técnicos da função, havendo uma maior preocupação com a realização das tarefas. O estilo de relacionamento é voltado para as relações interpessoais. O estilo de situação possui a habilidade de perceber o que ocorre dentro do ambiente de trabalho e adequa seu estilo de acordo com a necessidade do meio. A política de benefícios tem como objetivo incentivar o funcionário a se alinhar com os objetivos da empresa e perceber que seus esforços estão sendo recompensados à medida que ele desempenha suas atribuições de maneira satisfatória. Os benefícios se relacionariam com o comprometimento por representarem um fator de retenção do empregado, pois gerariam a percepção da dificuldade em se conquistar todos os benefícios atuais em outra organização. A pesquisa foi realizada com 40 colaboradores de uma empresa pública brasileira, sendo a maioria homens (57,5%), entre 36 e 45 anos (25%), casados (52,5%), com ensino médio completo ou pós-graduados (30% cada) e que trabalhavam na empresa entre 1 e 10 anos (50%). Devido ao número reduzido da amostra, apenas análises de correlação foram realizadas. Os resultados demonstraram que a política de benefícios ($r^2= 0,27$, $p<0,05$) e estilo gerencial de tarefa ($r^2= 0,36$, $p<0,05$) estão correlacionados com o comprometimento afetivo. A correlação entre benefícios e comprometimento afetivo evidencia que quando os empregados estão satisfeitos com os benefícios oferecidos pela organização, a propensão de comprometerem afetivamente com a empresa, isto é, de se envolverem emocionalmente com a empresa e com seus objetivos, é maior. A respeito da correlação entre estilo gerencial de tarefa e comprometimento afetivo, ela indica que, nesta empresa, quando o gerente é prioritariamente preocupado com a realização das tarefas, o comprometimento afetivo é maior. Os componentes calculativo e normativo do comprometimento não se correlacionaram significativamente nem com a política de benefícios nem com os estilos gerenciais. Isto pode sinalizar que estes tipos de comprometimento não são afetados pela satisfação com a política de benefícios nem pelos diferentes estilos gerenciais, e sim por outros fatores relativos ao contexto de trabalho. A partir dos resultados desta pesquisa, reforça-se a importância de uma política de benefícios satisfatória e do estilo de liderança focado na tarefa para que os funcionários se comprometam afetivamente com a empresa.

Comprometimento Organizacional, Gestão de Benefícios, Estilo Gerencial
Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)
ORG - Psicologia Organizacional e do Trabalho

CARREIRA E FLORESCIMENTO: INFLUÊNCIA DE DIFERENTES ESTÁGIOS DE CARREIRA E DO COMPROMETIMENTO COM A CARREIRA NO FLORESCIMENTO PROFISSIONAL. *Ana Paula dos Santos S. Silva/Instituto de Educação Superior de Brasília IESB, Irleny Perreira Coelho/Instituto de Educação Superior de Brasília IESB, Lorena Alves Damascena/Instituto de Educação Superior de Brasília IESB*

O objetivo da presente pesquisa foi verificar de que forma os estágios de exploração e manutenção vocacional e o comprometimento com a carreira influenciam os níveis de florescimento profissional. O comprometimento com a carreira é um comportamento ativo mobilizado por um apego afetivo a carreira. Por sua vez, o estágio de exploração vocacional é o momento de transição e tradução do autoconceito em uma carreira específica. Já a manutenção vocacional é caracterizada pela maturidade do indivíduo e a continuidade dos planos estabelecidos para sua carreira. A partir desse comportamento ativo e destes estágios, analisamos sua relação com o nível de florescimento profissional que refere-se a uma situação de prosperidade, desenvolvimento e a um estado progressivo de satisfação e bem-estar. Dessa forma, hipotetiza-se que os profissionais em estágio de exploração de carreira possuem níveis maiores de florescimento devido ao alto nível de vigor e satisfação pelos desafios do ingresso no mundo ocupacional. Além disso, supomos que o comprometimento com a carreira mediará a relação entre estágio de exploração e florescimento, uma vez que para que o profissional desabroche no trabalho é necessário que ele invista esforços e recursos em suas atividades profissionais. A amostra foi composta por 149 profissionais, 42,6% com idade de até 25 anos, 43% do sexo feminino e 57% do sexo masculino, 42,5% era casado, 40% estava cursando o ensino superior e 9% ocupava cargo de chefia. Foram utilizadas as seguintes escalas: Florescimento no Trabalho de Diener e colaboradores, adaptada por Silva & Caetano (1995; 0,80), Comprometimento com a carreira de Blau (1995; .83), Exploração de carreira criada por Teixeira (1995; .74) e a Tradução do autoconceito profissional criada por Oliveira (1995; .74), sendo que esta última representaria o estágio de manutenção de carreira. Por fim, foi utilizado um questionário sociodemográfico. Foram realizadas análises de regressão múltipla simples e hierárquica. Os resultados evidenciam que o estágio de exploração de carreira representa relação significativa com o florescimento ($\beta=0,259$, $p<0,05$), o que confirma a primeira hipótese proposta pelo presente estudo, devido a compatibilidade entre estágio e o florescimento, a exemplo: automotivação, emoções positivas, experiências de vigor e aprendizagem. Além disso, a relação entre exploração de carreira e florescimento foi mediada pelo comprometimento com a carreira ($\beta=0,200$, $p<0,05$), o que é indicado pela diminuição do B, ou seja, da força da relação, e aumento do grau de explicação (R^2 21=5,6% e R^2 22=8,4%). Isto significa que quando o comprometimento com a carreira é alto, o florescimento é mais provavelmente experimentado do que se a pessoa apenas estiver no estágio de exploração, mas não se comprometer com a carreira. O estágio de manutenção da carreira não chegou nem mesmo a apresentar relações significativas com o florescimento, apresentando indícios de que quando o indivíduo chega no nível de maturidade e de concretização dos seus planos de carreira é necessário que seja repensada a zona de conforto proporcionada pela conservação de comportamentos resultantes de sua experiência profissional.

Florescimento Profissional, Carreira, Comprometimento Organizacional

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

ORG - Psicologia Organizacional e do Trabalho



A DIFERENÇA NO OBJETO DE ESTUDO DA PSICOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO EM ARTIGOS SOBRE COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL - UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

Alex da Costa dos Anjos/Instituto de Educação Superior de Brasília IESB

Jeanine Ângela Vieira/Instituto de Educação Superior de Brasília IESB

Márcio Leandro da Silva/Instituto de Educação Superior de Brasília IESB

Ana Paula dos Santos S. Silva/Instituto de Educação Superior de Brasília IESB

Irleny Perreira Coelho/Instituto de Educação Superior de Brasília IESB

Lorena Alves Damascena/Instituto de Educação Superior de Brasília IESB

O objetivo geral dessa pesquisa é fazer uma análise de como o tema de CO está sendo tratado por pesquisadores da Psicologia e da Administração atualmente no Brasil, identificando semelhanças e diferenças na forma em que as duas classes de profissionais estão abordando o tema. Essa pesquisa é relevante por fazer um levantamento das publicações dos periódicos de Administração e da Psicologia nos últimos cinco anos, com o interesse de verificar o que essas áreas estão publicando sobre comportamento organizacional. A presente pesquisa se distingue das outras revisões publicadas sobre o tema ao comparar duas áreas do conhecimento, considerando tanto a área de formação dos autores como a área do periódico de publicação. Os critérios utilizados para selecionar os artigos foram: publicação entre 2009 e 2014; ter sido escrito por profissionais brasileiros formados em psicologia ou administração e publicados em periódicos brasileiros; os periódicos deveriam ser classificados como A1, A2, B1 ou B2 pela CAPES. Os artigos foram selecionados através de palavras-chaves como: motivação, criatividade e solução de problemas, comportamento no trabalho, desempenho, competências, estresse, aprendizagem e atitudes. Por fim, analisou-se também a área de formação do autor do artigo através de informações no próprio artigo ou na plataforma lattes. A análise dos dados foi feita de maneira quantitativa, por meio de análises descritivas e de tendência central. Na análise foram observados: (1) o número total de artigos encontrados, (2) distribuição dos artigos selecionados nas áreas de Psicologia, de Administração, de Psicologia/Administração, e de outras áreas, (3) a diferença do percentual de publicações de autores nos periódicos. Foi feita também uma análise qualitativa, na qual observou-se: (a) os principais temas de objeto de estudo dos artigos encontrados; (b) as outras áreas de formação que publicaram sobre o tema nos artigos encontrados. No total, foram analisados 302 artigos, dentre os quais 132 eram de Administração, 130 de Psicologia, 25 de autores de Psicologia e Administração, e 15 de outras áreas. Foi verificada predominância de investigações sobre comprometimento (42 artigos); estresse (32 artigos); satisfação (32 artigos); valores (28 artigos); e comportamento (24 artigos), sendo esses: organizacional, estratégico, ético, resiliente e empreendedor. A área da Psicologia foi a que mais contribuiu sobre estresse, e a área da Administração sobre comprometimento. Foi verificado que 72% dos autores que publicam em periódicos de Administração são formados em Administração, enquanto 15% são formados em Psicologia, 9% são autores tanto da Psicologia quanto da Administração, e 4% são de outras áreas. Em comparação com periódicos de Psicologia, 83% dos autores são formados em Psicologia, 4% em Administração, 6% são da Psicologia/Administração, e 7% são de outras áreas. Esse trabalho almejou apresentar o atual estado de publicações científicas brasileiras sobre comportamento organizacional, mostrando os principais subtemas abordados por profissionais das áreas de psicologia e administração, bem como o quanto publicam em conjunto e em periódicos voltados para área diferente da sua, sendo de interesse para os pesquisadores por preencher uma lacuna de outros trabalhos no tocante a comparação das áreas de interesse dos pesquisadores em suas publicações.



Comportamento Organizacional
Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)
ORG - Psicologia Organizacional e do Trabalho

Sessão Coordenada 35 - **ESTUDOS SOBRE IMAGEM CORPORAL: INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E ASPECTOS SOCIOCULTURAIS**

AVALIAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL: ESTUDO DE COMPARAÇÃO ENTRE DOIS MÉTODOS PERCEPTIVOS. *Gabriela Salim Xavier** e Sebastião Sousa Almeida (Laboratório de Nutrição e Comportamento - Departamento de Psicologia - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto - SP),*

A mensuração dos aspectos perceptivos da imagem corporal evoluiu muito nos últimos 30 anos, no cenário internacional. Diante da eficiência comprovada das metodologias de distorção em vídeo, diversos pesquisadores vêm comparando-as com as principais escalas existentes. Nesse sentido, destaca-se a Escala de Figuras de Silhuetas brasileiras para adultos (EFS) pela sua cuidadosa construção, com base nas dimensões antropométricas de adultos brasileiros, e suas propriedades psicométricas satisfatórias. O presente estudo objetivou comparar os índices de estimação da imagem corporal, obtidos a partir da aplicação da EFS e do método “Adaptive Probit Estimation” (APE), em mulheres adultas, por meio de análises de validade convergente. A amostra foi composta por 80 mulheres adultas, com idades entre 20 e 50 anos, recrutadas nas dependências do campus da USP de Ribeirão Preto. O método de distorção em vídeo utilizado, APE, foi executado em um computador com Programa “Body Size Distortion”, a partir de uma imagem digital frontal do indivíduo. O APE trata-se de uma técnica psicofísica que permite a mensuração independente entre os componentes sensoriais (Limiar Diferencial – LD) e não-sensoriais (Ponto de Igualdade Subjetiva – PIS) da imagem corporal. Oito blocos de dez apresentações de quatro níveis de distorção são apresentados e a participante deve fazer uma escolha entre duas alternativas (magro ou gordo) em resposta aos estímulos, comparando-os com o tamanho real que julga ter. A EFS consiste de 15 silhuetas femininas com variações progressivas do Índice de Massa Corporal (IMC) na escala de medidas, da figura mais magra (IMC=12,5 kg/m²) a mais larga (IMC=47,5 kg/m²). A participante é orientada a escolher a silhueta que mais se aproxima da imagem que tem de seu corpo no momento (IMC “Atual”), cujo valor é comparado com seu IMC real, aferido durante a coleta, para a obtenção do índice de estimação. Os valores de estimação de ambos os instrumentos foram comparados entre si e com variáveis intervenientes explicativas – insatisfação e sintomas depressivos (evidência de validade convergente), por meio de análises de correlação de Pearson. A análise de convergência entre os dois instrumentos não evidenciou correlação entre eles ($r=-0,12$; $p>0,05$). No entanto, as análises conduzidas entre os índices de estimação dos instrumentos e as variáveis explicativas revelaram que PIS ($r=-0,13$; $p>0,05$) e EFS ($r=-0,53$; $p<0,05$) foram associados à insatisfação, na mesma direção, mas os valores obtidos pela EFS evidenciaram relações mais fortes e significativas. Ainda, apenas os valores perceptivos da EFS relacionaram-se com os sintomas depressivos ($r=0,28$; $p<0,05$), o que não foi observado para o PIS. Essas evidências colocam em cheque a superioridade absoluta esperada do método de distorção em vídeo. Esses resultados podem se dever ao fato de as participantes do presente estudo terem apresentado menor sensibilidade em diferenciar os estímulos (LD), em comparação a outros estudos, o que pode ter influenciado os valores não-sensoriais da estimação (PIS), como indica a correlação entre esses valores ($r=-0,21$; $p<0,05$). Os dados do presente estudo podem auxiliar futuros pesquisadores na seleção da metodologia adotada e os incita para conduzir novas investigações que complementem os resultados obtidos.

Imagem corporal, Estimação, Instrumentos, Escalas

Capes



Mestrado - M
AVAL - Avaliação Psicológica

IMAGEM CORPORAL, ESPIRITUALIDADE E QUALIDADE DE VIDA: POSSÍVEIS ASSOCIAÇÕES. *Idalina Shiriaishi Kakeshita** e Sebastião Sousa Almeida (Laboratório de Nutrição e Comportamento - Departamento de Psicologia - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto - SP),*

O objetivo deste trabalho foi avaliar a percepção da imagem corporal, da (in)satisfação corporal e estado nutricional dos Adventistas do Sétimo Dia, em relação ao nível de espiritualidade e à qualidade de vida, os primeiros diretamente relacionados ao comportamento alimentar. A imagem corporal é a figura mental que se tem do tamanho e forma do próprio corpo e os sentimentos relativos a ele no todo e suas partes. É um componente importante da saúde física, psicológica e social das pessoas. A hipótese levantada é que as crenças espirituais podem determinar comportamentos conducentes à saúde e qualidade de vida humanas, embora haja pouca evidência cientificamente comprovada. A experiência adventista de estilo de vida, que inclui comportamentos saudáveis, orientação para adoção de dieta vegetariana e crenças em relação ao corpo físico tem sido explorada. A amostra experimental incluiu 71 adventistas e o grupo controle incluiu 69 adultos não adventistas, todos com idades entre 18 e 29 anos, de ambos os sexos. Os voluntários tiveram peso e altura aferidos e seu índice de massa corporal (IMC) calculado. Foram sociodemograficamente caracterizados e orientados a preencherem a Escala de bem-estar espiritual (SWBS) e a Escala de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde abreviada (WHOQUOL). A percepção da imagem corporal e (in)satisfação corporal foram medidos usando a Escala de Silhuetas brasileira para adultos. Os resultados mostraram diferenças significativas entre os grupos de acordo com a subescala religiosa [F(1,136)=27.99, p<0,001] e existencial [F(1,136)=7.2, p<0.01] do SWBS, bem como o efeito de sexo para ambos, mesmo considerando efeitos de grupo e sexo para a subescala religiosa [F(1,136)=4.07, p<0.05]. A subescala religiosa foi negativamente correlacionada (p<0.05) com o IMC real (r = -0.29), IMC atual percebido (r = -0.022), o IMC desejado (r = -0.14) e inacurácia da percepção corporal (r = -0.05). Em relação à imagem corporal ainda, os resultados das mulheres adventistas não foram diferentes dos seus pares do grupo controle nem para a insatisfação com o corpo nem para a inacurácia da percepção corporal. No entanto, contrastes ortogonais post-hoc mostraram que os homens adventistas foram significativamente menos insatisfeitos do que as mulheres adventistas (-3.67, p<0.001) e homens do grupo controle (-2.55, p<0.05). Comparando o nível de espiritualidade e os domínios da escala de qualidade de vida, houve diferença significativa entre os grupos no aspecto físico [F(1,136)= 11.15, p<0.001] e ambiental [F(1,136)=8.28, p<0,005]. Ainda, o teste de regressão logística multivariada para comparação dos níveis de espiritualidade moderado e alto mostrou significância estatística para grupo e o domínio sociológico da escala de qualidade de vida (p<0.05). Estes resultados apontam para as possíveis associações entre a percepção da imagem corporal, a qualidade de vida e a questão da espiritualidade, principalmente no sexo masculino.

Imagem corporal, Espiritualidade, Qualidade de Vida.

Fapesp

Pós-Doutorado - PD

SAÚDE - Psicologia da Saúde

IMAGEM CORPORAL E ESTADO NUTRICIONAL DE MULHERES SOLICITANTES DE CIRURGIA PLÁSTICA ESTÉTICA. Diana Cândida Lacerda Mota**, Sebastião Sousa Almeida e Telma Maria Braga Costa (Curso de Nutrição – Universidade de Ribeirão Preto UNAERP - Ribeirão Preto - SP)

Observa-se, nos dias atuais, um crescimento significativo da busca de procedimentos cirúrgicos estéticos no Brasil que parece estar associado a um aumento no número de indivíduos insatisfeitos com o peso, tamanho, forma e medidas corporais os quais parecem ser resultantes de padrões de beleza impostos, especialmente ao sexo feminino como símbolo da cultura ocidental. Nesse sentido, torna-se relevante o estudo da Imagem Corporal (IC) e suas relações com o Estado Nutricional (EN) em mulheres adultas que buscam a Cirurgia Plástica Estética. Para tanto, foram avaliadas 40 mulheres com faixa etária entre 20 e 59 anos no período pré-operatório dos seguintes procedimentos cirúrgicos estéticos: mastoplastia de aumento, lipoaspiração e abdominoplastia em dois serviços de Cirurgia Plástica de Ribeirão Preto/SP. Foram utilizados os seguintes instrumentos: questionário de dados sociodemográficos e condições clínicas, Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) para caracterização da amostra; Escala de Figuras de Silhuetas (EFS) e o Body Dysmorphic Disorder Examination (BDDE) para avaliação da IC. Foram também coletados dados de peso e altura corporais para cálculo de Índice de Massa Corporal (IMC) e composição corpórea para diagnóstico do estado nutricional. Os dados foram analisados por meio de testes estatísticos apropriados à distribuição da amostra e por meio da estatística descritiva. O nível de significância considerado foi de $p < 0,05$. A média de idade das participantes foi de 39,2 anos ($\pm 9,43$). Em relação ao EN obtido pelo IMC, verificou-se que a maioria das avaliadas (60%) estava eutrófica, contudo a avaliação da composição corporal apontou que 90% das mulheres apresentaram percentual de gordura corporal acima da média. Os dados da EFS apontaram que 67,5% das participantes superestimaram seu tamanho corporal real ($5,79 \text{ kg/m}^2 \pm 3,35$), sendo mais observado nas participantes com um IMC acima do ideal (superior a $24,5 \text{ kg/m}^2$) quando comparado às demais categorias do EN (eutrofia e subnutrição) ($p = 0,03$). Além disso, 77,5% estavam insatisfeitas com a própria imagem e gostariam de pesar menos ($-4,31 \text{ kg/m}^2 \pm 4,81$), não havendo diferença entre categorias do EN. Já os resultados do BDDE demonstraram que 40% das participantes estavam insatisfeitas com a aparência física (média de pontuação: $84,7 \pm 13,22$) não havendo diferença entre as categorias do EN. Apesar da maioria das participantes apresentarem eutrofia estavam insatisfeitas com a IC e gostariam de pesar menos. É relevante considerar que a maneira como as participantes se percebia e as altas porcentagens de gordura corpórea observada podem influenciar de forma negativa na avaliação das mesmas em relação ao resultado cirúrgico. A avaliação das variáveis descritas antes da realização da CPE pode auxiliar o cirurgião plástico junto à equipe de saúde a elaborar prevenções e intervenções psicológicas e nutricionais às pacientes, o que pode garantir um melhor prognóstico e qualidade de vida à mesmas além de favorecer a diminuição dos gastos dos sistemas de saúde evitando possíveis desgastes emocionais e judiciais para as partes envolvidas.

Cirurgia Plástica Estética, Imagem Corporal, Estado Nutricional

CNPq

Doutorado - D

SAÚDE - Psicologia da Saúde

ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL. *Natasha Gomes Oliveira**; *Maria Fernanda Laus***; *Lucas Duarte Manhas F. Vales***; *Telma Maria Braga Costa e Sebastião Sousa Almeida (Laboratório de Nutrição e Comportamento - Departamento de Psicologia - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto - SP)*

A imagem corporal é um construto multifacetado que inclui diversos componentes, portanto recomenda-se a utilização de múltiplas medidas para sua avaliação, com especial cautela para que se consiga uma ampla gama de dimensões representadas. Em virtude da falta de instrumentos validados para avaliar todos os componentes da imagem corporal, a maioria dos estudos conduzidos no Brasil utiliza a satisfação/insatisfação como única medida de avaliação e os demais componentes atitudinais são frequentemente negligenciados, embora essenciais para entender o funcionamento deste constructo. Tendo em vista que a adaptação de instrumentos de avaliação dos demais componentes da imagem corporal é necessária para ampliar as possibilidades de pesquisa nesta área, o objetivo do presente estudo foi apresentar a adaptação transcultural do Appearance Schemas Inventory – Revised (ASI-R). Seis etapas foram conduzidas neste estudo: tradução do instrumento, avaliação pelo público-alvo, retrotradução, análise da validade de conteúdo por juízes e estudo piloto para avaliação da compreensão verbal e consistência interna do questionário. Pequenas mudanças foram feitas em alguns itens e escalas de resposta para garantir o uso do vocabulário comum e frequente no Brasil. Após a retrotradução foi possível verificar que as duas versões eram bastante semelhantes em relação ao significado. A validade de conteúdo foi avaliada por meio da apresentação do questionário a um comitê composto por 6 experts em imagem corporal (3 nutricionistas e 3 psicólogos), que foram solicitados a ler o instrumento e identificar a que subescala cada item pertencia (saliência auto-avaliativa ou saliência emocional). Entre os especialistas houve um nível de concordância de 71% para a escala em sua totalidade, considerando-se este um bom índice de validade de conteúdo. Na última etapa, o questionário foi aplicado a 162 pessoas (89 homens e 73 mulheres), solicitando que o participante, além de responder ao instrumentos, avaliasse o grau de compreensão de cada questão, na forma de escala Likert de 5 pontos, variando de 0 (não entendi nada) a 5 (entendi perfeitamente e não tenho dúvidas). Para analisar os escores de compreensão verbal para cada questão, calculou-se a média, desvio padrão e frequência das respostas dos participantes. O questionário foi traduzido e adaptado, sendo considerado de fácil compreensão (média geral maior do que 3,3 na escala de compreensão verbal, dp 0,68) e demonstrou ótimos valores do coeficiente (alfa de Cronbach: 0,86). Concluindo, o ASI-R encontra-se traduzido para o português do Brasil, tendo apresentado bons índices de compreensão verbal, consistência interna e validade de conteúdo. Sua forma final recebeu a aprovação pelo autor do instrumento original e agora está pronto para ter suas características psicométricas testadas.

Imagem corporal, Tradução e adaptação cultural, Questionário.

CNPq e FAPESP

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

AVAL - Avaliação Psicológica

Sessão Coordenada 36 - **EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**

FORMAÇÃO DE IDENTIDADE EM ADOLESCENTES: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO COM OBESOS. *Teresa Helena Schoen (Departamento de Pediatria da Universidade Federal de São Paulo); Maria Aznar-Farias (Laboratório de Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Humano - Unifesp- Santos - SP)*

O estudo da identidade, baseado na concepção de Erikson, nos aponta para um processo dinâmico composto de atividades de exploração e formação de compromissos em relação a valores, crenças e metas. A presença ou ausência desses dois parâmetros indicam os quatro estágios de identidade: moratória (em exploração, com compromissos débeis), pré-fechamento (assunção de compromissos, sem exploração), construção da identidade (assunção de compromissos firmes, após um período de exploração) e difusão (sem compromissos firmes, tendo havido ou não exploração). Obesidade é a quantidade excessiva de gordura corpórea para um dado peso e é um problema crescente de saúde pública, com repercussões, não só físicas, mas emocionais. Se não houver uma boa intervenção, aspectos emocionais negativos serão incorporados à identidade adulta. Marcia observa que podem existir três níveis de intervenção: terciária, secundária e primária. Por secundária, compreende os programas desenvolvidos com a população de risco. O objetivo deste estudo foi avaliar o efeito de um programa de intervenção no processo de construção da identidade do ego. Participaram 48 adolescentes obesos (IMC > 95), sendo 70,8% do sexo feminino, com idade média de 16,46 anos, que responderam a um convite feito através da mídia para participarem de um projeto de emagrecimento. Os adolescentes foram convidados a responder ao Extended Objective Measure of Ego-Identity Status (EOMEIS-2), utilizado para medir o estado de identidade, enquanto passavam pelas avaliações físicas, antes de iniciarem as atividades voltadas ao emagrecimento. Durante quatro meses, participaram de um programa de atividades físicas, três vezes por semana, além de orientação com nutricionistas. Um grupo aberto foi organizado para que o adolescente tivesse a oportunidade de discutir assuntos do seu interesse, como amizade, tempo livre, papel de gênero, relacionamento amoroso, política, filosofia de vida, religião e carreira profissional. Foram realizadas doze sessões, com uma hora de duração. A primeira sessão foi de apresentação dos objetivos do projeto e autoapresentação dos participantes. Cada sessão seguinte tinha um tema. Na última sessão, realizou-se a avaliação dos encontros e foi preenchido novamente o EOMEIS 2. Os dados demográficos e as respostas ao instrumento foram analisados. Houve estatisticamente um maior percentual de mulheres na amostra, sendo cursar o Ensino Médio a escolaridade prevalente. Houve uma diferença estatisticamente significativa entre as médias dos estados de identidade, tanto no domínio Ideológico quanto no domínio Interpessoal. Existiu diferença estatisticamente significativa entre os domínios Ideológico e Interpessoal para os índices de pré-fechamento e moratória, onde podemos verificar que ideológico teve média maior que interpessoal. Embora existam diferenças entre os momentos de Pré e Pós-intervenção em todos os índices, as mesmas não podem ser consideradas estatisticamente significantes, somente no índice pré-fechamento do domínio interpessoal é que encontramos diferença estatisticamente significativa entre os momentos, com redução do valor. Atribuímos esta redução a convivência com um grupo de iguais e as oportunidades de discussão de assuntos do interesse do jovem. As médias em cada estado de identidade não possuíram relação estatisticamente significativa com a idade.

adolescentes, identidade, serviços de saúde pública
nada a declarar



Outro
SAÚDE - Psicologia da Saúde

ESTUDO RANDOMIZADO DE INTERVENÇÃO COMPORTAMENTAL PARA INSÔNIA INFANTIL. *Renatha El Rafihi-Ferreira** (Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo-SP. Bolsista de doutorado da FAPESP); Maria Laura Nogueira Pires (Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Assis-SP); Edwiges Ferreira de Mattos Silveiras (Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo-SP)*

Dificuldades no momento de dormir e despertares noturnos são frequentes, afetam cerca de 20% a 30% das crianças e podem ser englobadas sob um único rótulo: insônia comportamental da infância. Esse tipo de distúrbio pode afetar aspectos comportamentais, emocionais e escolares da criança, além de prejudicar o sono, o humor e a funcionalidade diurna de seus cuidadores. Apesar da importância do sono para a saúde infantil, há uma carência de pesquisas sobre o tema no cenário nacional. O presente estudo teve como objetivo avaliar a eficácia de uma intervenção comportamental para insônia infantil por meio de um programa dirigido aos pais. Participaram sessenta e dois pais de crianças de 1 a 5 anos de idade que apresentavam problemas de ordem comportamental relacionados ao sono. Os participantes foram randomizados em bloco de oito para o grupo intervenção e controle. O programa de intervenção foi composto por cinco sessões nas quais os pais receberam educação sobre o sono da criança, orientações sobre o estabelecimento de horários e rotina para dormir e quanto ao uso de técnicas (extinção e reforço positivo) para a melhoria do momento de dormir e redução de “despertares noturnos”. Os dados sociodemográficos dos grupos controle e intervenção foram comparados por meio do teste t de Student não pareado e diferenças entre proporções no que se refere a estrato social parental, nível de instrução parental e estado civil foram analisadas usando o teste Z. Para avaliar os padrões de sono das crianças (resistir à cama, tempo para adormecer, despertar noturno, dormir apenas na presença dos pais, duração total do sono) os dados fornecidos pelos instrumentos (Escala UNESP de Hábitos e Higiene do Sono-Versão Crianças, Escala de Distúrbios do Sono para Crianças e Adolescentes) foram reunidos e organizados em um Índice Composto de Distúrbios de Sono, de forma a contemplar as principais variáveis e obter uma pontuação total. As variáveis relativas às avaliações do sono e outros comportamentos, medidos por meio de inventários e questionários foram comparadas por meio da análise de variância de duas vias para medidas repetidas (Fator Grupo: intervenção e controle; Fator Tempo: pré-tratamento, pós-tratamento, um mês de seguimento). Os resultados demonstraram que a intervenção comportamental para insônia infantil, por meio de orientação para pais, promoveu melhora significativa ($p < 0,05$) nos problemas do momento de dormir e despertares noturnos das crianças, avaliados por meio do Índice Composto de Distúrbios de Sono e nos problemas de comportamento que foram avaliados pelo CBCL. Houve melhora também nos problemas de comportamento internalizantes maternos avaliados pelo ASR. Pode se concluir que a intervenção comportamental para insônia infantil, por meio de orientação para pais, é eficaz na melhora da qualidade de sono e nos comportamentos diurnos das crianças em idade pré-escolar e traz benefícios nos comportamentos de suas mães.

Crianças, Insônia Comportamental, Intervenção Comportamental
Renatha El Rafihi-Ferreira é bolsista de doutorado da FAPESP
Doutorado - D
SAÚDE - Psicologia da Saúde

AÇÃO EDUCATIVA SOBRE PREVENÇÃO DE QUEIMADURAS COM ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL. *Sandra Regina Gimenez-Paschoal, Bruna Vilas Boas**, Maria Aparecida Brandão Bonadio Keppler, Bruna da Costa Scota**, Adilson Gonçalves da Silva** (Laboratório de Educação e Saúde, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - Marília-SP),*

Acidentes infantis são em sua maioria previsíveis e evitáveis, mas permanecem causando elevado número de óbitos e morbidade diversificada. As queimaduras figuram entre os principais acidentes infantis e podem provocar sérios agravos ao desenvolvimento. A educação para prevenção de acidentes é preconizada para ocorrer com alunos nas escolas, mas tem sido escassa. Este trabalho realiza ação educativa sobre prevenção de queimaduras com escolares do ensino fundamental. Utiliza salas de aula das escolas da rede municipal de ensino fundamental de uma cidade de aproximadamente 220 mil habitantes do interior do Estado de São Paulo. Participam 1727 escolares, de ambos os sexos, com idades entre 7 e 10 anos, da segunda série (3º ano) do ensino fundamental. Utiliza: a) Termo de Consentimento para o professor; b) Folheto Ilustrado para alunos - papel em formato A5, com desenhos de 4 situações de perigo e 4 de proteção, dispostas alternadamente nas partes laterais, a maioria envolvendo a presença de adulto e/ou de criança próxima de fogão/panela, de tomada elétrica e de fogo de artifício, as quais devem ser ligadas a 3 opções de respostas, dispostas na parte central do Folheto, com desenhos indicativos de “certo”, “errado” e “não sei”; c) Teatro de Fantoques, feito de sucata, com dois personagens (mãe e filho) envolvidos numa história de ligar a TV na tomada para assistir a jogo de futebol, fazer pipoca durante o jogo e a criança se acidentar com fogo de artifício, com situações vivenciadas similares às ilustradas no Folheto. Realiza Teatro em sala de aula durante atividade curricular, uma vez para cada turma de alunos, aplica o Folheto antes e após o Teatro, com duração total de aproximadamente 30 minutos, 10 para cada momento. Verifica variabilidade de respostas entre turmas e entre escolas. No momento pré ação educativa predomina percentual elevado de respostas corretas para as situações abordadas e, no momento pós, há aumento da frequência de todas as respostas corretas, ou seja, respostas “certo” para as 4 situações mais protetoras e respostas “errado” para as 4 situações de risco, com destaque para o aumento médio de 16% para 2 das situações abordadas (“Panela com cabo para dentro do fogão e criança próxima ao fogão” e “Adulto soltando fogo de artifício”). No momento pré ação educativa predomina percentual reduzido de respostas “não sei” e após a ação predomina a diminuição da frequência destas respostas, com destaque para redução média de aproximadamente 8% para 1 das situações (“Adulto soltando fogo de artifício”). Conclui que os escolares possuem conhecimentos prévios adequados em relação às situações de risco e de proteção para queimaduras abordadas e que a ação educativa favoreceu a ampliação dos conhecimentos corretos e a diminuição das dúvidas. Sugere continuidade do trabalho com ampliação do período de avaliação dos conhecimentos obtidos, disseminação das informações para os familiares, acompanhamento da ocorrência de acidentes de queimaduras com os escolares e realização de novas pesquisas, com inclusão de outras situações relativas às queimaduras e diversificação de materiais educativos interativos.

ensino fundamental, prevenção de acidentes, queimaduras

Pró Reitoria de Extensão da UNESP – PROEX; Fundo de Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - Marília-SP

Doutorado - D

DES - Psicologia do Desenvolvimento

INTERVENÇÃO EM PRÓ-SOCIALIDADE COM ESTUDANTES ADOLESCENTES.

*Nancy Ramacciotti de Oliveira-Monteiro (Laboratório de Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Humano - UNIFESP- Santos - SP); Rosana Cretendio Pajares ** (Laboratório de Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Humano - UNIFESP- Santos - SP); Maria Aznar-Farias (Laboratório de Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Humano - UNIFESP- Santos - SP),*

A adolescência é uma importante fase do desenvolvimento humano na qual ocorrem grandes modificações nas interações pessoa/ambiente em curto espaço de tempo; nela também se experimenta a vivência de uma crise de identidade que aponta para tomada de decisões, escolhas e desenvolvimento de valores para a vida. Problemas psicológicos internalizantes e externalizantes, esses últimos incluindo problemas de conduta como os comportamentos antissociais, podem estar presentes na adolescência enquanto manifestações de desequilíbrios próprios dos processos de desenvolvimento desta fase do ciclo vital. Por outro lado, a adolescência é etapa da vida com grande potencial de incremento de habilidades e competências, o que se apresenta como alternativa positiva ao polo negativo de comportamentos antissociais. Sob a ótica da Psicologia Positiva (aquela que ressalta recursos individuais, sociais e comunitários) encontra-se a temática da pró-socialidade. Os comportamentos pró-sociais inserem-se no rol de recursos de competência e são basicamente relacionados a ajuda, partilha, empatia, cuidado e atenção, e clima positivo; os mesmos são entendidos como comportamentos que favorecem outras pessoas ou grupos, sem busca de recompensas externas ou materiais e podem ser aprendidos, aumentando a probabilidade de gerar reciprocidade positiva nas relações interpessoais e sociais, configurando-se como estratégias para mobilização de recursos protetivos para a saúde mental. Este estudo, de caráter exploratório e descritivo, teve o objetivo de avaliar problemas psicológicos, competências e comportamentos pró-sociais com uso de um programa mínimo de incremento de pró-socialidade. Foram investigados 21 adolescentes (13 - 15 anos), de ambos os sexos, estudantes de uma escola pública da Baixada Santista (SP). Os instrumentos utilizados foram: Youth Self Report (YSR), Escala de Avaliação de Pró-socialidade para Adolescentes (EAP-A) (respondida pelos adolescentes e por um agente escolar), Critério de Classificação Econômica Brasil, Programa Mínimo de Incremento Pró-social (PMIP) e Diário de Campo. Os procedimentos incluíram avaliação e reavaliação do grupo de estudantes após aplicação de 10 sessões de intervenção. Os resultados apontaram uma amostra não clínica, com indicativos de bons recursos e tendências médias de normalidade para competências, problemas emocionais/comportamentais e comportamentos pró-sociais. Não houve grandes alterações nos escores após a aplicação do programa de intervenção, o que pode ser devido à característica não clínica da amostra. Houve tendência ao desenvolvimento positivo nos adolescentes e indicativos do grupo conhecer e reconhecer a importância das ações pró-sociais com disponibilidade e condições para desenvolvê-las. Os comportamentos dos estudantes frente ao trabalho realizado mostraram-se coerentes com o período do ciclo vital em que se encontravam.

Comportamentos pró-sociais; adolescência, Psicologia Positiva
nada a declarar

Mestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento

Sessão Coordenada 37 - **FAMÍLIA, CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE:
ARTICULAÇÕES NOS CAMPOS DA SAÚDE E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

RECURSOS E ESTRATÉGIAS PARA A MANUTENÇÃO DO CASAMENTO DE LONGA DURAÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO NA PSICOLOGIA POSITIVA. *Fabio Scorsolini-Comin, Júnia Denise Alves-Silva** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG) e *Manoel Antônio dos Santos* (Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP)

A dinâmica da conjugalidade é perpassada por fatores significativos, como aspectos históricos e sociais e a forma como o vínculo conjugal é constituído, considerando toda a trajetória percorrida pelo casal, que teve início na escolha do cônjuge. Com a maior divulgação da área da Psicologia Positiva a partir da década de 1990, os questionamentos voltados para o desenvolvimento positivo das pessoas passaram a se aplicar também aos relacionamentos interpessoais, entre eles o casamento. A relação entre conjugalidade e Psicologia Positiva baseia-se em evidências que mostram os benefícios e os aspectos positivos de estar engajado em um relacionamento amoroso estável, que seria responsável por proporcionar sensações de bem-estar nos parceiros e, conseqüentemente, de maior satisfação com a vida. O objetivo deste estudo foi compreender os recursos e as estratégias desenvolvidas por cônjuges em casamentos de longa duração, ou seja, com mais de 30 anos, na perspectiva da Psicologia Positiva. Foram realizados estudos de caso de três casais unidos há 42 anos, em média. Esses participantes possuem, em média, 67 anos de idade e três filhos. Entre as transformações observadas pelos casais, destaca-se a passagem de uma sensação de maior entusiasmo e de romantismo, com maior envolvimento físico nos primeiros anos de casamento para situações de maior proximidade emocional, companheirismo e diálogo com o passar do tempo. Esse aspecto revela uma mudança no modo como esses relacionamentos são experienciados pelos cônjuges. Tais mudanças não revelam uma diminuição da afetividade, mas justamente uma ressignificação do casamento a partir da convivência, dos problemas enfrentados, do nascimento dos filhos e da constituição de uma família, referida pelos participantes como se dando a partir do nascimento dos filhos. As principais estratégias para a manutenção do casamento relatadas foram tolerância, respeito, responsabilidade, compromisso, amor e diálogo. O nascimento dos filhos também foi apontado como um evento significativo para a manutenção do relacionamento, pois envolve uma adaptação do casal às necessidades da criança, seus cuidados e formas de educação. Os relatos revelaram que os casais desenvolvem diferentes estratégias para a manutenção do relacionamento, apresentando recursos já descritos na literatura científica (como proximidade, diálogo, flexibilidade), embora outros ainda não tenham sido empregados, como a criação da cultura da apreciação, diretamente relacionada ao enfoque da Psicologia Positiva. Em todas as entrevistas, a possibilidade de dissolução do matrimônio foi colocada como uma possibilidade legal, mas considerada como precipitada, motivo pelo qual têm aumentado os índices de divórcios na atualidade, na opinião dos respondentes. O casamento, para os entrevistados, envolve um compromisso que se coloca ao longo do tempo, em função das transformações pelas quais passam o casal. Tais mudanças são tanto da ordem dos afetos na díade quanto dos aspectos sociais e econômicos, como maior presença da mulher no mercado de trabalho, nascimento dos filhos e mudanças na própria sociedade em relação ao que constitui o casamento.

casamentos de longa duração; conjugalidade; Psicologia Positiva
CNPq



Pós-Doutorado - PD
FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

O PAPEL DAS RELAÇÕES FAMILIARES NO PROCESSO DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA: APONTAMENTOS A PARTIR DO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO. *Mayara Colleti* e Fabio Scorsolini-Comin (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG).*

O campo de aplicação do aconselhamento psicológico tem se ampliado, incluindo o contexto de desenvolvimento da carreira, no qual incluímos a aposentadoria. O processo de se aposentar envolve aspectos não apenas relacionados ao mundo do trabalho e da carreira, mas também a elementos da família na qual se insere o cliente em aconselhamento. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é discutir o papel das relações familiares no processo de preparação para a aposentadoria. Trata-se de um estudo de caso de uma participante do projeto de extensão universitária oferecido aos participantes do Programa de Preparação para a Aposentadoria da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. O foco das intervenções na modalidade de aconselhamento psicológico é a escuta acerca do processo de preparação para a aposentadoria e dos aspectos relacionados a esse percurso, tendo como referencial teórico a abordagem centrada na pessoa em articulação com pressupostos da Psicologia Positiva. Nos cinco encontros que compõem o programa de aconselhamento, foram levantados com a cliente, ficticiamente identificada como Marília, os aspectos favoráveis e desfavoráveis do processo de se aposentar, buscando fortalecer as potencialidades apresentadas pela participante. Marília é uma funcionária do setor administrativo da universidade e possui cerca de 50 anos de idade, é casada e possui três filhos. Marília relatou que a decisão pela aposentadoria estava intimamente relacionada a algumas questões familiares que, ao mesmo tempo em que eram colocadas como aspectos positivos deste processo, também assumiam sentido negativo. Relata o desejo de ter mais tempo livre para se dedicar a outras atividades, inclusive os cuidados da casa e dos membros da família. No entanto, essa decisão também envolveria estar ainda mais disponível para atender demandas familiares que, por vezes, lhe trazem sofrimento e dor. Dentre estas demandas, destacam-se: (a) o projeto de seu esposo em morar em outra cidade, pois ela não desejava ficar longe dos filhos e netos; (b) a demência de sua mãe, sendo Marília sua principal cuidadora; (c) o cuidado de seu neto, uma vez que é a responsável pelos custos financeiros do adolescente e, com a aposentadoria, precisariam ser cortados, devido à redução salarial. Após os encontros previstos no programa de aconselhamento, foi discutido na supervisão clínica e juntamente com a cliente sobre a possibilidade de continuar os atendimentos na modalidade de psicoterapia, o que tem sido conduzido como forma de ampliar o contato de Marília com questões familiares constitutivas. A partir deste caso, destaca-se a possibilidade de que o aconselhamento para a aposentadoria possa permitir a escuta de aspectos diretamente relacionados ao processo de aposentar-se, como as relações familiares. A transição ocorrida no mundo do trabalho também é acompanhada por mudanças familiares significativas que podem encontrar no espaço terapêutico uma via para sua expressão, reflexão e crescimento. Conclui-se que o aconselhamento, promovendo uma reflexão orientada para o futuro, pode ser importante não apenas no planejamento de novas atividades laborais, mas de focalização em aspectos familiares anteriormente negligenciados ou não priorizados na história de vida do sujeito.

aposentadoria; família; aconselhamento psicológico

Pró-Reitoria de Extensão UFTM

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

BODAS PARA UMA VIDA: MOTIVAÇÕES PARA UM CASAMENTO DE LONGA DURAÇÃO. *Júnia Denise Alves-Silva* e Fabio Scorsolini-Comin (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba - MG).*

A dinâmica da conjugalidade é perpassada por fatores significativos, como aspectos históricos e sociais e a forma como o vínculo conjugal é constituído, considerando toda a trajetória percorrida pelo casal, que teve início na escolha do cônjuge. Compreende-se que os casamentos de longa duração passaram pelas variadas fases do ciclo vital, que transformam não só a vida conjugal, mas também a familiar. A permanência de um casal unido há muitos anos não significa que ambos estejam satisfeitos e, considerando isso, o objetivo deste estudo foi investigar os motivos que levam as pessoas a manterem casamentos de longa duração, no caso, por mais de 30 anos. Trata-se de um estudo exploratório e transversal, fundamentado na abordagem qualitativa, realizado com 14 participantes (sete casais), unidos há no mínimo 30 anos, com pelo menos um filho e que nunca se separaram. A média de idade dos participantes foi 68,9 anos, sendo 70,1 para os homens e 67,7 para as mulheres. Os participantes estão casados, em média, há 45,7 anos e têm 3,4 filhos. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a Técnica da História de Vida e dois roteiros de entrevista semiestruturada construídos a partir dos objetivos da pesquisa, sendo um aplicado individualmente e o outro, ao casal, totalizando 21 entrevistas que constituíram o corpus de análise. Respeitando as disposições éticas, as entrevistas foram audiogravadas e transcritas na íntegra. O referencial teórico foi construído com base em estudos nas áreas da conjugalidade e da parentalidade. Os dados coletados foram organizados por meio da técnica de análise do conteúdo e elencados em 19 temáticas consideradas mais frequentes nas falas dos casais. Nesta apresentação, será priorizada a temática considerada entre os entrevistados como o principal motivador para a manutenção do casamento, ou seja, a relatada com maior frequência: responsabilidade com a família. Este eixo considerou a responsabilidade que o cônjuge sente em relação à família nuclear, a necessidade de cumprir o que considera como dever de esposo/esposa e pai/mãe, e os laços afetivos entre os familiares. É possível que essa motivação tenha influência da educação recebida pelos participantes sobre os papéis sociais esperados de homens e mulheres entre as décadas de 1940 e 1980 (época em que eles se casaram). Enquanto aos homens correspondia o sustento e a manutenção do lar, cabia às mulheres a educação dos filhos e o cuidado da casa. Essa divisão de tarefas foi frequente entre os casais entrevistados, considerando inclusive as mulheres que atuam em dupla jornada, ou seja, trabalhando fora e cuidando da casa. Outro fator importante para a relevância do eixo temático é a prevalência da religião católica (66,7%) entre os entrevistados, o que pode ter influenciado no comprometimento com a crença na indissolubilidade do casamento. Conclui-se que o principal fator motivacional para os casamentos de longa duração elencado nessa pesquisa é perpassado por aspectos sociais e religiosos, além da forma como os casais vivenciam a constituição do vínculo familiar.

casamento de longa duração; motivações; conjugalidade

CNPq

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

O APOIO SOCIAL INTRAFAMILIAR NO CONTEXTO DOS TRANSTORNOS ALIMENTARES: PERCEPÇÕES DE MULHERES COM ANOREXIA E BULIMIA.

*Carolina Leonidas**, Manoel Antônio dos Santos (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde- LEPPS, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - SP).*

Os transtornos alimentares (TAs) têm adquirido crescente visibilidade nos últimos anos, despertando forte interesse da comunidade científica e do público em geral. Caracterizam-se por graves perturbações no comportamento alimentar, que afetam principalmente adolescentes e jovens do sexo feminino. Em se tratando de um quadro psicopatológico crônico e de intensa carga emocional, a incidência de um TA causa impacto bastante negativo na vida do indivíduo acometido, assim como na vida dos membros da família, abalando a estrutura e a dinâmica familiar. Em contrapartida, a dinâmica familiar disfuncional também exerce influência sobre o quadro psicopatológico, podendo comprometer o prognóstico. Partindo-se desses pressupostos, o presente estudo teve como objetivo investigar a percepção de mulheres diagnosticadas com TAs a respeito do apoio social recebido por meio da família, e de que forma esse apoio pode estar relacionado ao quadro psicopatológico. Participaram da pesquisa 12 mulheres que se encontravam em seguimento no Grupo de Assistência em Transtornos Alimentares (GRATA) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (HC-FMRP-USP). Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram: roteiro de entrevista semiestruturada e Genograma. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas na íntegra para análise de conteúdo temática. Os resultados indicaram que, antes mesmo da ocorrência do TA, a dinâmica familiar já era permeada por conflitos, discussões, distância emocional, dificuldades de comunicação e fronteiras mal delimitadas entre os membros. Após a instalação do quadro, tais dificuldades foram intensificadas, principalmente em função das angústias parentais por não poderem compreender racionalmente nem aceitar os sintomas de suas filhas. Desse modo, por não saberem lidar com um transtorno que não conseguem explicar ou atribuir significados que os tornem mais compreensíveis, os pais deixam muitas vezes de fornecerem apoio efetivo para suprir as necessidades emocionais de suas filhas. A crise instalada afeta toda a dinâmica familiar. A relação com a mãe foi definida pela maioria das participantes como conflituosa e fusional, enquanto que o vínculo com o pai foi definido como frágil e emocionalmente distante. A relação das participantes com a mãe emergiu como uma relação ambivalente, que envolve intensos sentimentos de amor e carinho e, em contrapartida, implica em alto nível de indiferenciação egóica e dependência mútua, com conflitos não solucionados, o que resulta em tensão permanente no sistema familiar. Porém, apesar das frequentes situações de conflito presentes na relação mãe e filha, a figura materna foi caracterizada como a principal fonte de apoio das participantes. Na oferta do apoio social houve predominância nítida da rede familiar, formada por pessoas com quem as participantes mantinham vínculos naturalizados por laços consanguíneos. A notável escassez de amigos, colegas de trabalho e indivíduos de outras redes sociais indica limitação na possibilidade de receber apoio social, o que sugere dificuldades no estabelecimento e manutenção de vínculos. Os relacionamentos afetivos e conjugais tampouco são estáveis e duradouros, o que compromete a qualidade dessas relações e desencoraja a aproximação em relação a outras pessoas do meio. Os dados reforçam a necessidade de incluir a família no plano terapêutico do membro familiar adoecido, a fim de empoderá-la como unidade de tratamento.

transtornos alimentares, sexualidade, caso clínico

FAPESP

Doutorado - D



FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

CASAIS COM FILHOS ADOTIVOS E BIOLÓGICOS: PECULIARIDADES E REPERCUSSÕES NO PERCURSO DA PARENTALIDADE. *Mariana Silva Cecílio* e Fabio Scorsolini-Comin (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG).*

Arranjos familiares constituídos por filhos biológicos e adotivos vêm ganhando maior visibilidade. Entretanto, raramente ambas as formas de exercício parental são estudadas quando o objetivo é identificar se a vivência da parentalidade interfere significativamente na dinâmica conjugal. Este estudo objetivou compreender os processos de construção das parentalidades adotivas e biológicas e suas repercussões na conjugalidade. Trata-se de um estudo de caso coletivo, de caráter qualitativo. Foram entrevistados sete casais (14 participantes) em união há, pelo menos, dez anos e que possuísem filho(s) biológico(s) nascido(s) antes da chegada do(s) adotivo(s). A idade dos participantes e o tempo de casamento tiveram média de 58 e 33 anos, respectivamente. Utilizou-se a Técnica da História de Vida e a entrevista semiestruturada com cada participante, totalizando 14 entrevistas. Os participantes foram entrevistados individualmente, sendo os encontros audiogravados e transcritos na íntegra. A análise e a interpretação dos dados foram pautadas na perspectiva teórico-metodológica da Rede de Significações (RedSig) e na literatura da área. Por meio da análise de conteúdo, cinco eixos temáticos foram elencados: (a) satisfação e ajustamento conjugal; (b) transição para a parentalidade; (c) inauguração de um novo subsistema (fraterno); (d) motivação para a adoção e o lugar ocupado pelo novo membro na família; (e) relação entre os cônjuges, os pais-filhos e os irmãos (adotivos e biológicos). Na presente apresentação, serão priorizados os dois últimos eixos. Nestes casais, a transição para a parentalidade repercutiu na dinâmica conjugal, causando desajustes na qualidade da relação amorosa, enquanto a chegada dos demais filhos foi considerada mais tranquila. No entanto, com os filhos adotivos o preparo emocional foi mais profundo, contando com maior envolvimento do casal e elaboração de todos os membros. Os casais ressaltaram a angústia de não terem recebido acompanhamento psicológico antes e após a adoção. Especificamente, os casais 3, 6 e 7 encontram-se enredados em uma malha que compreende não somente seu núcleo familiar, mas também a família biológica de seus respectivos filhos das quais obtiveram a guarda sob um consenso mútuo, acrescentando que esse contato era saudável e que não tinham medo do abandono, pois acreditavam no laço afetivo que haviam construído. Nos casais 1, 2, 4 e 5 predominaram falas de ansiedade e o sentimento de estarem “grávidos” emocionalmente. De maneira geral, notou-se nos discursos dos cônjuges os novos papéis que foram atribuídos e assumidos entre os membros quando adquiriram novos status e responsabilidades ao se casarem, se tornarem pais e mães e ampliarem a família, acolhendo um membro não-consanguíneo ao núcleo familiar, com uma história pré-adotiva. Esta (re)negociação contribuiu para diferentes percursos de desenvolvimento de cada membro, bem como trouxe limites e possibilidades tanto na conjugalidade quanto na parentalidade, visto que conflitos e crises são inerentes ao processo. Permaneceu a ideia de que os cônjuges criaram um espaço para cada filho, respeitaram suas identidades, e que tiveram de redescobrir possibilidades de ajustamento conjugal em detrimento ao papel parental. Assim, a repercussão, sobretudo, positiva, foi enfatizada como um convite à adaptação de cada criança e da própria família para superar as dificuldades.

parentalidade; conjugalidade; adoção

CNPq

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

Sessão Coordenada 38 - **FAMÍLIAS COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: PESQUISAS COM DIFERENTES ENFOQUES.**

PESQUISANDO OS IRMÃOS: FAMÍLIAS COM E SEM FILHOS COM SÍNDROME DE DOWN. *Nara Liana Pereira-Silva; Sarah de Rezende Crolman*; Lorena de Castro Araújo*; Bruna Rocha de Almeida**; Mayse Itagiba Rooke** (Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG).*

Pesquisas indicam que não há evidências de que os irmãos com desenvolvimento típico (DT) sejam significativamente prejudicados em suas atividades sociais, lúdicas e escolares devido à presença, convivência ou interação com o irmão com DI ou com síndrome de Down (SD). A literatura aponta que a qualidade da relação entre irmãos quando um deles tem a SD tende a ser positiva, com características de amistosidade e sincronia. O presente trabalho tem os seguintes objetivos: (1) comparar a percepção de ambos os genitores sobre a relação entre os(as) filhos(as), em famílias com um filho com SD e outro com DT e famílias com ambos os filhos com DT; (2) descrever características dos irmãos e da relação fraternal segundo relatos dos irmãos nessas famílias; e (3) identificar sintomas de estresse nos irmãos com DT em ambas as díades. Participaram do estudo seis famílias compostas por pai, mãe e filhos, em três delas havia um filho com DT e outro com SD; nas demais havia filhos somente com DT. As díades de irmãos com DT (I-DT) tinham média de idade de 8,9 anos e as díades irmão com DT-irmão com SD (I-SD) tinham média de 9,3 anos. Quatro díades eram compostas somente por meninas (I-DT - n=2; I-SD - n=2) e duas somente por meninos (I-DT - n=1; I-SD - n=1). Mães (n=6) e pais (n=6) foram entrevistados separadamente, sendo que as mães responderam ao Questionário de caracterização do sistema familiar em suas residências. Nas díades I-DT, ambos os irmãos (n=6) responderam à escala de estresse infantil (ESI) e foram entrevistados; e nas díades I-SD somente o irmão com DT (n=3) foi entrevistado e respondeu à ESI. Os resultados indicam similaridades entre os genitores de ambos os grupos ao descreverem as relações fraternais. Estas foram descritas, principalmente, como Mistas, isto é, com amistosidade e com conflitos (SD - n=3; DT - n=3) e, também, como Amistosas (SD - n=2; DT - n=3). A Liderança foi uma característica identificada pela maioria dos genitores em ambos os grupos (SD - n=4; DT - n=4). O filho mais velho tem responsabilidades de cuidados com o irmão mais novo (SD - n=6; DT - n=5) em ambas as famílias. Sob a perspectiva dos irmãos, a maioria relatou que gosta do irmão do jeito que ele é (SD- n=2; DT - n=3) e três irmãos gostariam que o irmão fosse diferente (SD - n=1; DT - n=2). Todos os irmãos no grupo I-DT (n=6) e dois no grupo I-SD relataram que o irmão não é diferente de outras crianças. Quanto aos sintomas de estresse, foram encontrados indicativos significativos de estresse apenas nos irmãos do grupo I-DT (n=4), não corroborando a literatura. Os resultados indicam não haver diferenças importantes entre os grupos de genitores. Entretanto, há similaridades e diferenças nos relatos dos irmãos em ambos os grupos e especial atenção deve ser dada aos sintomas de estresse no grupo de irmãos com DT.

irmãos, estudo comparativo, síndrome de Down.

FAPEMIG, BIC/UFJF.

Pesquisador - P

DES - Psicologia do Desenvolvimento

QUESTIONÁRIO DE RECURSOS E ESTRESSORES PARA FAMILIARES DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS: ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL E EVIDÊNCIAS DE VALIDADE. *Tatiane Oliveira Zanfelici***, *Ana Lúcia Rossito Aiello* (Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).

Familiares cuidadores de crianças com deficiências ou doenças crônicas podem estar expostos a vários estressores, dentre os quais as necessidades desencadeadas pelas referidas condições das crianças, tornando-se alvos potenciais de estresse. Diversos modelos foram concebidos para o estudo destas relações, dentre os quais se destacam a Avaliação Cognitiva e o ABC-X, os quais compreendem as estratégias de enfrentamento como mediadores da percepção dos estressores. Pesquisas apontam que o estresse constante conduz a relações familiares de mais aspereza e menores oportunidades de estimulação do desenvolvimento infantil, contribuindo para potencializar relações familiares negativas com quaisquer crianças. Para a avaliação do estresse parental, indicam-se o emprego do Questionnaire on Resources and Stress – QRS-F, por direcionar-se especialmente às famílias de crianças com deficiências e doenças crônicas. O presente estudo propôs: 1) a adaptação transcultural do QRS-F, visto que as traduções disponíveis para este questionário no Brasil não possuíam esse tratamento sistemático, ou modificaram definitivamente a estrutura do questionário; 2) um estudo preliminar dos atributos psicométricos do instrumento. Participaram do primeiro estudo cinco tradutores, cinco profissionais da área temática do instrumento e sete familiares de crianças autistas. O questionário passou por procedimentos de tradução, reversão e ajuizamento das traduções. A avaliação do comitê de especialistas quanto à pertinência das questões nos níveis conceituais, idiomáticos e experimentais indicou kappa substancial em todos os níveis de avaliação, e apontou adequações para a aplicação piloto. Do segundo estudo, participaram 57 mães, pais, avós e irmã de crianças entre três e 12 anos de idade, com variadas deficiências (Autismo, Síndrome de Down, de Asperger, do X-Frágil, Paralisia Cerebral), que foram entrevistados individualmente utilizando-se do QRS-F, do Inventário de Sintomas de Stress de Lipp (ISSL) e o Inventário de Estratégias de Enfrentamento (IEE). Obtiveram-se correlações entre o estresse geral aferido pelo ISSL e o estresse parental levantado pelo QRS-F ($r=0,399$; $p<0,05$). O coeficiente de fidedignidade apontou um índice de KR-20=0,64, e o teste de validade de critério indicou maiores escores da percepção de “Pessimismo” no grupo de familiares de crianças com deficiências quando comparados a um grupo de controle. As análises qualitativas e descritivas da aplicação dos questionários trouxeram à tona o estresse percebido pelos familiares no que tange à: ruptura com familiares e amigos devido a preconceitos ou dificuldades de convivência com as crianças, evitação de locais públicos diante dos mesmos motivos, angústias com relação ao futuro e aos cuidados com as crianças após o envelhecimento ou morte dos pais e avós, utilização do coping religioso para lidar com as situações de crise. Considerou-se que esta versão do QRS-F, agora denominada Questionário de Recursos e Estressores, pode contribuir com as pesquisa na área de estresse parental no Brasil, sugerindo-se a realização de estudos que contemplem amostras mais amplas de respondentes, as quais possibilitem a realização de análises mais sofisticadas, indispensáveis para a consolidação do instrumento.

estresse, família, deficiências.

Sem apoio.

Doutorado - D

DES - Psicologia do Desenvolvimento

METAS DE SOCIALIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO DE PAIS E MÃES DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN. João Rodrigo Maciel Portes**; Mauro Luís Vieira; Ana Maria Xavier Faraco. (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Infantil. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC).

Os genitores possuem compreensões culturais organizadas em categorias mais amplas e que interferem nas escolhas e decisões, de modo a direcionar as suas ações no provimento de cuidados aos filhos, também conhecidas como sistemas culturais de crenças parentais ou etnoteorias parentais. As metas de socialização também compõem esse sistema e se referem aos os comportamentos ou estados desejados pelos genitores para os seus filhos quando eles se tornarem adultos. O nascimento de uma criança com alguma deficiência poderá provocar um desequilíbrio na família, devido à ruptura das expectativas dos pais em relação à chegada de um bebê ideal e conseqüentemente poderá interferir nas metas de socialização. Nesse estudo optou-se pela investigação das famílias de crianças com síndrome Down (SD), por esta ser considerada uma das síndromes mais frequentes. Com base nesses pressupostos, a presente pesquisa teve como objetivo principal investigar as metas de socialização e estratégias de ação que pais e mães têm para os seus filhos com Síndrome de Down e como objetivos específicos: a) Descrever as variáveis sociodemográficas dos pais e mães; b) Identificar as metas de socialização e as estratégias de ação; c) Comparar as diferenças e semelhanças nas metas de socialização e estratégias de ação entre pais e mães. Participaram 24 mães e 19 pais de crianças com SD, com média de idade de 22 meses. Todos os participantes eram oriundos de instituições especializadas no atendimento à população com SD, residentes na região do Vale do Itajaí-SC. Utilizou-se como instrumento a Entrevista de Metas de Socialização e um questionário sociodemográfico. Empregou-se a análise temática categorial para o tratamento dos dados da entrevista com categorias previamente definidas. As metas de socialização foram divididas nas seguintes categorias: Autoaperfeiçoamento, autocontrole, emotividade, expectativas sociais e bom comportamento e foi criada a categoria desenvolvimento típico. Quanto as estratégias, essas eram divididas em três categorias previamente definidas: Centrada em Si, Centrada no Contexto e Centrada na Criança. As frequências de respostas dos participantes para cada categoria e, também os dados do questionário sociodemográfico, foram analisados por meio de testes estatísticos paramétricos e não paramétricos. Por meio da análise estatística dos resultados constatou-se que as mães possuem maior nível de escolaridade que os pais e são as principais responsáveis pela criação dos filhos. Os genitores compartilham valores semelhantes, almejando de forma significativa as metas de autoaperfeiçoamento, relacionadas com a autonomia e a independência em comparação as demais metas. A expectativa de que a criança com SD tenha um desenvolvimento típico também foi uma das preocupações dos genitores em relação ao futuro dos filhos. Os genitores se assemelham quanto as estratégias empregadas: ambos atribuem principalmente a si a responsabilidade de assegurar que a criança atinja os objetivos almejados. Conclui-se que a mudança na visão da deficiência, o aumento da expectativa de vida da população com SD, a criação de políticas públicas e o fato das crianças estarem inseridas em contextos institucionais pode ter interferido no predomínio de valores dos genitores, relacionados a autonomia e independência dos filhos com SD.

Síndrome de Down, Metas de socialização, Crenças parentais.

Sem apoio financeiro

Mestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento

FAMÍLIAS COM FILHO COM SÍNDROME DE DOWN: INDICATIVOS DE RESILIÊNCIA FAMILIAR. *Mayse Itagiba Rooke**;* *Nara Liana Pereira Silva*
(Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG)

A síndrome de Down (SD) apresenta desafios para as famílias já que o impacto do diagnóstico tem implicações no sistema familiar, afetando todos os membros e os relacionamentos. As pesquisas revelam que frente à adversidade, a família tem probabilidade de desenvolver a resiliência e superar os desafios advindos da SD. Este estudo objetiva caracterizar e analisar a resiliência familiar em cinco famílias de crianças com SD, compostas por pai, mãe e filhos. A mãe respondeu ao Questionário de caracterização do sistema familiar e ambos os genitores responderam, separadamente, à Escala de recursos da família, Escala de apoio da família e Inventário de coping. Foram realizadas entrevistas com ambos os genitores e com os filhos com desenvolvimento típico. A coleta de dados foi realizada na residência das famílias. A média de idade das mães é de 41,4 anos e dos pais 48 anos. Em relação à idade e sexo das crianças com SD, duas tinham um ano e as outras tinham cinco, sete e onze anos. Três eram meninas e dois eram meninos. A renda familiar variou de 2,18 a 27,6 salários mínimos à época da coleta de dados, com média de 11,7 salários mínimos. Os resultados indicam que as mães constituem-se as cuidadoras principais de seus filhos com SD, bem como assumem a maior parte das atividades domésticas. As atividades de lazer são realizadas, na maioria das famílias, dentro do ambiente domiciliar, sendo os eventos sociais em menor frequência. No que se refere aos recursos, as famílias avaliam como disponíveis, principalmente, os aspectos relacionados a abrigo, necessidade física, saúde, cuidados com os filhos. A rede social familiar é restrita e composta predominantemente pelo cônjuge e filhos. Amigos, o médico e a escola são os outros componentes da rede social de apoio dessas famílias. No que concerne ao sistema de crenças, para a maioria das famílias, os problemas de saúde relacionados à SD são considerados como adversidades a serem enfrentadas. O impacto da SD na dinâmica familiar foi considerado como sendo positivo para a maioria dos membros familiares participantes, implicando em união, reorganização familiar e reavaliação da vida, retratando a capacidade de extrair sentido da adversidade. No que tange aos padrões de organização, a maioria das famílias são flexíveis e cooperativas, relatando diálogo, união e cooperação como recursos utilizados. Quanto aos processos de comunicação, todas as famílias são caracterizadas por expressão emocional aberta, já que os diálogos são frequentes e sobre qualquer assunto, havendo solicitação de ajuda uns aos outros. A estratégia de enfrentamento mais utilizada pelos genitores é a reavaliação positiva, enquanto a menos utilizada por ambos é fuga-esquiva, refletindo, portanto, o uso de estratégias positivas ou eficazes. A partir destes resultados, conclui-se que foram encontrados indicativos de resiliência familiar em todas as famílias pesquisadas. No entanto, tratando-se de um construto dinâmico e circunstancial, o processo de resiliência não deve ser considerado permanente.

resiliência familiar, síndrome de Down, família.

CAPES

Mestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento

INTERVINDO NAS INTERAÇÕES FAMILIARES E NO ENVOLVIMENTO PATERNO DE BEBÊS COM SÍNDROME DE DOWN. *Nancy Capretz Batista da Silva** (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP); Ana Lúcia Rossito Aiello (Laboratório de Intervenção com Famílias Especiais – LIFE, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).*

A família é uma das principais instituições sociais que influenciam o desenvolvimento infantil. Neste contexto, a figura paterna, embora tenha reconhecida importância, ainda recebe pouca atenção dos programas de intervenção precoce. Quando uma criança tem uma deficiência, é ainda maior a necessidade da família ser uma estrutura social efetiva. Neste sentido, os programas de intervenção devem considerar os recursos disponíveis, principalmente no que tange à estimulação da criança em momentos de interação. Este estudo teve como parte dos objetivos conhecer o efeito de uma intervenção domiciliar com o pai como treinador no desenvolvimento da criança e na interação de ambos os genitores com a criança. Seis famílias de crianças com Síndrome de Down com idade entre 1 e 2 anos tiveram o desenvolvimento de suas crianças avaliado por meio do Inventário Portage Operacionalizado, em duas cidades do interior paulista. Foram utilizados o Questionário de Caracterização do Sistema Familiar para caracterizar demograficamente as famílias; o Guia Geral de Transcrição dos Dados de Entrevista para avaliar a participação do pai e dos avós; o roteiro de Entrevista de Caracterização do Papel do Pai Brasileiro na Educação da Criança com Deficiência Mental para avaliar o envolvimento paterno. A fim de observar as interações pai-filho, mãe-filho e pai-mãe-filho utilizou-se o Protocolo de Categorias de Análise das Filmagens de Interação, o Sistema Definitivo de Categorias Observacionais e o Protocolo de Avaliação da Interação Diádica/Triádica. Observou-se que todas as crianças apresentavam atrasos de desenvolvimento. As interações familiares foram satisfatórias, porém, diferentes em alguns aspectos entre pais e mães e nas díades e tríades. As atividades de treino realizado pelo pai, baseadas no Portage, desenvolveram novos repertórios na criança e comportamentos positivos nas interações foram mais frequentes com o passar do tempo. Além de ter sido registrado ganhos nos intervalos de visita de treino, foram evidenciadas áreas desenvolvimentais nas quais os ganhos foram em maior parte relacionados aos itens treinados. Pelos relatos nas entrevistas e nos questionários iniciais, a falta de conhecimento dos pais sobre desenvolvimento infantil e adequação do repertório dos seus filhos à idade deles foi percebida, evidenciando não apenas os benefícios de sua participação em programas de intervenção precoce e/ou contato com profissionais, mas também a necessidade de utilizar diferentes tipos de medidas para obter um panorama mais realista das crianças e também das famílias. Mesmo que a literatura revele que os pais são mais companheiros de brincadeiras das crianças que as mães, as quais ficam mais restritas às atividades de cuidados e rotina da criança, as mães apresentaram interações agradáveis, estimuladoras e positivas com os filhos nessa amostra, revelando que a delimitação de papéis que os genitores desempenham com os filhos pode ser mais determinante das situações em que se engajam do que sua capacidade em si. Conclui-se que programas de intervenção precoce deveriam abandonar o modelo centrado na criança para adotar um modelo centrado na família, na qual o pai constitui genitor relevante para o funcionamento da mesma e para o desenvolvimento dos filhos.

família, pai, intervenção precoce.

Capes e CNPq.

Doutorado - D

DES - Psicologia do Desenvolvimento



PADRÕES DE INTERAÇÃO ENTRE IRMÃOS NAS FAMÍLIAS COM FILHO COM SÍNDROME DE DOWN. *Bruna Rocha de Almeida**; Nara Liana Pereira-Silva (Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG)*

As relações fraternais apresentam características distintas de quaisquer outras relações interpessoais, especialmente, por serem mais duradouras e propiciarem aos irmãos o desenvolvimento de habilidades e competências que lhes serão úteis nas demais relações fraternais, família, síndrome de Down.

CAPESMestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento

Sessão Coordenada 39 - **FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NASCIDA PREMATURA: DA FASE NEONATAL À FASE PRÉ-ESCOLAR.**

EFEITOS DA SACAROSE NA AUTORREGULAÇÃO DAS RESPOSTAS BIOCUMPORTAMENTAIS À DOR EM NEONATOS PRÉ-TERMO DE ACORDO COM O RISCO CLÍNICO NEONATAL. *Beatriz Oliveira Valeri** (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP); Cláudia Maria Gaspardo (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP); Aline Fregni Caetano (Departamento de Puericultura e Pediatria, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP); Francisco Eulógio Martinez (Departamento de Puericultura e Pediatria, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP); Maria Beatriz Martins Linhares (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP)*

A solução de sacarose é recomendada para alívio da dor aguda no contexto da Unidade de Tratamento Intensiva Neonatal (UTIN). O manejo da dor aumenta a homeostase dos neonatos prematuros e pode ser associada com a autorregulação das respostas biocomportamentais frente a procedimentos dolorosos. No entanto, pouco se sabe sobre a interação entre risco clínico neonatal e a administração de sacarose em prematuros. O presente estudo tem por objetivo examinar os efeitos diretos e/ou interativos do índice de risco clínico neonatal e da administração de sacarose na reatividade e recuperação à dor em neonatos pré-termo. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética do HCFMRP-USP. A amostra incluiu 104 neonatos pré-termo (idade gestacional média de 30 semanas [25-34 semanas]), distribuídos nos grupos Baixo Risco Clínico Neonatal (BRCN, n = 57) e Alto Risco Clínico Neonatal (ARCN, n = 47). O risco neonatal foi medido pelo Clinical Risk Index for Babies - CRIB (BRCN = CRIB <4; ARCN = CRIB >=4). Os neonatos estavam internados na UTIN do HCFMRP-USP. Dos 104 neonatos, 52 receberam a sacarose (25%; 0,5 ml/Kg) administrada 2 minutos antes dos procedimentos dolorosos agudos (Grupo Sacarose-GS) e 52 neonatos não receberam sacarose (Grupo Controle-GC), pois foram avaliados antes da implementação das diretrizes de manejo de dor com sacarose na UTIN. A reatividade biocomportamental à dor foi avaliada durante procedimento de rotina de coleta de sangue dividido nas seguintes fases: Linha de Base (LB), Antissepsia (A), Punção (P), Recuperação-Curativo (C) e Recuperação-Repouso (R). A reatividade biocomportamental e a recuperação foram medidas por meio do Neonatal Facial Coding System (NFCS), a Escala de Vigília e Sono (EVS) e o tempo de choro. O batimento cardíaco (BC) foi continuamente monitorado e registrado a cada minuto da avaliação. A ANOVA 2 X 2 foi realizada para examinar os efeitos diretos e/ou interativos das variáveis gravidade clínica e sacarose nos indicadores de reatividade biocomportamental e recuperação à dor. Observou-se um efeito direto significativo da sacarose na reatividade comportamental de atividade facial durante a fase de Punção, na reatividade do EVS na Antissepsia e choro na Recuperação-Curativo; o GS apresentou menores escores de dor no NFCS, EVS e menos tempo de choro do que o GC (score médio NFCS, GS = 10[± 15] e GC = 25[±22], p=0,03; score médio EVS, GS = 2,5 [±1] e GC = 3,6 [±2], p=0,03; média da porcentagem de tempo de choro, GS = 23[±36] e GC = 44[±44]; p=0,003). Houve um efeito interativo significativo entre sacarose e gravidade clínica no indicador de batimento cardíaco durante a fase de Recuperação-



Curativo ($p = 0,02$); os neonatos ARC�-GC tinham BC médio maior (169 batimentos/min[± 16]) em comparação aos outros três grupos (ARC�-SG = 163[± 12]; BRC�-GS = 166[± 16]; BRC�-GC = 157[± 20]). O uso de sacarose foi eficaz para reduzir os indicadores de reatividade biocomportamental de dor em neonatos prematuros, independentemente do risco clínico neonatal. A sacarose foi relevante para a regulação da resposta fisiológica dos neonatos pré-termo de alto risco clínico neonatal durante a recuperação após a punção para coleta de sangue.

prematividade; dor; autorregulação

FAPESP (Processo 2011/50788-8); CNPq

Doutorado - D

SAÚDE - Psicologia da Saúde

DESEMPENHO FUNCIONAL EM AUTOCUIDADO, MOBILIDADE E FUNÇÃO SOCIAL EM CRIANÇAS NASCIDAS PREMATURAS NA FASE PRÉ-ESCOLAR.

*Martina Estevam Brom Vieira** (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP; Curso de Fisioterapia, Universidade Estadual de Goiás, Goiânia-GO); Cibelle Kayenne Martins Roberto Formiga (Curso de Fisioterapia, Universidade Estadual de Goiás, Goiânia-GO); Maria Beatriz Martins Linhares (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP)*

A prematuridade gera vulnerabilidade biológica na criança que se torna mais propensa a apresentar problemas de desenvolvimento. O desempenho funcional em habilidades da vida diária pode ser um desafio para esse grupo de risco. Este estudo prospectivo-longitudinal teve por objetivo: (a) verificar o desempenho funcional em habilidades de autocuidado, mobilidade e função social de crianças nascidas pré-termo em idade pré-escolar; (b) examinar modelos de predição do desempenho funcional dessas crianças, considerando-se variáveis preditoras da fase neonatal (indicadores biológicos, socioeconômicos e neurocomportamentais), da fase de primeiro ano pós-natal (desenvolvimento psicomotor) e da idade pré-escolar (indicadores de saúde, socioeconômicos e qualidade de vida). A amostra constituiu-se de 24 crianças com idade gestacional média de 33 semanas (± 2). Na fase neonatal, foram identificados os indicadores clínicos e neurocomportamentais (NAPI - Neurobehavior Assessment of Preterm Infant). No primeiro ano, foi avaliado o desenvolvimento psicomotor pelo Teste Denver II, TIMP-Teste de Infant Motor Performance e AIMS - Alberta Infant Motor Scale. Aos cinco anos, a qualidade de vida foi avaliada pelo Child Health Questionnaire-50 Parent Form, foi reaplicado o Denver II e condições socioeconômicas e de saúde foram analisadas. O PEDI -Pediatric Evaluation of Disability Inventory foi utilizado para avaliar o desempenho nas habilidades funcionais de autocuidado, mobilidade e função social na idade pré-escolar. O maior escore PEDI remete ao melhor desempenho funcional da criança em suas atividades diárias; escores inferiores a 30 representam atraso. Os dados foram analisados por meio da estatística descritiva e análise de regressão linear múltipla. Os resultados mostram que 96% da amostra foi classificada pelo PEDI com desempenho funcional adequado nas habilidades funcionais de autocuidado e mobilidade na fase pré-escolar, porém 42% das crianças exibiram desempenho abaixo da média na função social. Em relação à predição, constatou-se que o escore no domínio autocuidado foi explicado em 38% por um modelo composto pela ocupação da mãe da criança, escore no domínio impacto emocional na família na avaliação da qualidade de vida em idade pré-escolar e a classificação na subárea pessoal-social do Denver II na idade pré-escolar. O escore no domínio mobilidade foi explicado em 29% pela idade gestacional e a subárea pessoal-social do Denver II na idade pré-escolar. O escore no domínio impacto no tempo dos pais da avaliação de qualidade de vida foi responsável por 21% da variabilidade no escore do domínio função social. Os fatores de risco que predisseram pior desempenho funcional em idade pré-escolar foram os seguintes: idade gestacional menor do que 32 semanas, mães que não trabalhavam fora de casa, maior risco no comportamento pessoal-social, maior apreensão e preocupação dos pais quanto à saúde ou comportamento da criança e maior impacto no tempo dos pais em cuidados com seus filhos. Os achados destacam o importante atraso no desempenho da função social, alertando sobre a relevância da avaliação e acompanhamento da aquisição das habilidades relacionadas à socialização e comunicação de pré-escolares nascidos pré-termo. Os modelos de predição mostraram que a combinação de fatores de risco biológicos, sociais e de desenvolvimento pessoal-social influenciou a funcionalidade dessas crianças.



desempenho funcional; pré-escolar; pré-termo
CNPq
Doutorado - D
SAÚDE - Psicologia da Saúde

TEMPERAMENTO E COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS NASCIDAS PRÉ-TERMO EXTREMO E MODERADO NA FASE DE 18 A 36 MESES. *Sofia Muniz Alves Gracioli***
(Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Francisco Eulógio Martinez (Departamento de Pediatria, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Maria Beatriz Martins Linhares (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)

Crianças nascidas pré-termo podem apresentar riscos para problemas de desenvolvimento e comportamento. Quanto maior o risco clínico neonatal, maior a probabilidade de ocorrência desses problemas. O presente estudo teve por objetivo examinar o efeito preditivo do nascimento prematuro e das condições neonatais, associadas a características do temperamento da criança e da mãe, no comportamento das crianças. A amostra foi composta por 40 crianças nascidas pré-termo, no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto - FMRP-USP. O temperamento das crianças foi avaliado por meio do Early Childhood Behavior Questionnaire (ECBQ), que envolve os fatores de Afeto Negativo, Extroversão e Controle com esforço e seus diferentes domínios (escores variam de 1 a 7). O comportamento foi avaliado pelo CBCL-Child Behavior Checklist 1 ½ - 5 em termos de escores e classificações de problemas de comportamento total, de internalização e de externalização. O temperamento materno foi avaliado por meio do The Adult Temperament Questionnaire (ATQ). Os três questionários foram aplicados em entrevistas com as mães. Para análise de predição foi realizada a análise de correlação de Pearson entre os escores do comportamento da criança (variável predita) e as variáveis predictoras (idade gestacional, tempo de internação na UTIN, escore do temperamento das criança e mães). Em seguida foi processada a análise de regressão linear hierárquica para avaliar o efeito das variáveis predictoras sobre a variável predita (comportamento). O tratamento estatístico dos dados foi realizado por meio do Statistical Package for Social Sciences (SPSS, versão 19.0, Chicago, IL, USA). O nível de significância adotado no estudo foi de $p < 0,05$. Os achados do presente estudo mostraram que as características de temperamento das crianças foram positivas, revelando menor traço de Afeto Negativo e alto Controle com esforço, que se constitui em um aspecto regulador do fator Extroversão. Os principais resultados da análise de predição revelaram que, com relação ao total de problemas de comportamento das crianças, o modelo preditivo explicou 18% dos problemas de comportamento ($R^2 = 0,18$), incluindo uma única variável preditora do temperamento da criança, frustração (fator Afeto Negativo) ($\beta = 0,45$; $p < 0,003$); quanto maior escore em frustração nas crianças, mais problemas de comportamento na idade de 18 a 36 meses. Quanto aos problemas de comportamento internalizantes foram explicados significativamente por características do temperamento da criança com mais medo do Afeto Negativo ($\beta = 0,24$; $p < 0,01$) e menos Controle Inibitório do Controle com Esforço do temperamento materno ($\beta = -0,43$; $p < 0,004$). Os problemas externalizantes, por sua vez, foram explicados significativamente por mais tempo de internação na Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal ($\beta = 0,32$; $p < 0,002$), por menor Controle com Esforço do temperamento da criança ($\beta = -0,41$; $p < 0,004$) e menor Controle Inibitório do Controle com Esforço do temperamento materno ($\beta = -0,47$; $p < 0,001$). Os problemas de comportamento foram explicados pelo risco da internação na fase neonatal, assim como pelas características do temperamento das crianças e da mães. Programas de follow-up de prematuros de alto risco devem incluir intervenções preventivas de orientação de pais, a fim de mediar o processo de regulação de comportamento das crianças ao longo do desenvolvimento.



pré-termo extremo; temperamento; comportamento
CAPES; CNPq; FAPESP
Mestrado - M
SAÚDE - Psicologia da Saúde

TEMPERAMENTO E COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES NASCIDAS PRÉ-TERMO EM COMPARAÇÃO A CRIANÇAS NASCIDAS A TERMO.

*Luciana Cosentino Rocha** (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Rafaela Monte Cassiano (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Vivian Caroline Klein (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento); Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Francisco Eulógio Martinez (Departamento de Pediatria, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Maria Beatriz Martins Linhares (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

Crianças nascidas pré-termo podem apresentar mais problemas na trajetória de desenvolvimento em relação às crianças nascidas a termo nas áreas de comportamento, desempenho acadêmico e problemas cognitivos e de atenção. No entanto, trajetórias de desenvolvimento adaptativas podem ser desencadeadas de acordo com atributos tanto do indivíduo como do ambiente em que está inserido. O presente estudo teve por objetivo avaliar indicadores de temperamento e comportamento em crianças nascidas pré-termo em comparação a crianças nascidas a termo na fase de 36 a 58 meses de idade. A amostra foi recrutada no Serviço de Neonatologia-HCFMRP-USP e em duas creches de Ribeirão Preto. O Grupo Pré-termo (PT) foi constituído por 23 crianças (52% meninas), com idade gestacional média=30 semanas (DP= ±2) e com muito baixo peso (média do peso ao nascimento=1.074g; DP=±291), que passaram por internação em UTI-Neonatal e são seguidas no Programa de Follow-up de Prematuros do HCFMRP-USP. O Grupo a termo (AT) foi formado por 23 crianças (48% meninas), com idade gestacional média=40 semanas (DP= ±1) e com peso médio ao nascimento de 3.400g (DP=±723); os grupos eram comparáveis quanto ao nível sócio-econômico. Os dados foram coletados em uma entrevista com as mães, por meio do Early Childhood Behavior Questionnaire de Rothbarth (temperamento), e do Child Behavior Checklist (CBCL/ 1 ½-5) de Achenbach (comportamento). Foi utilizado o teste t de Student para comparação entre grupos das variáveis contínuas e teste Chi-Quadrado para comparação das variáveis categóricas. O nível de significância adotado foi de $p < 0,05$. Os resultados mostraram que as crianças AT apresentaram significativamente maiores escores do que as crianças PT na avaliação do temperamento no fator Extroversão e nas dimensões de Nível de Atividade e Impulsividade, e nas dimensões de Raiva do Fator Afeto Negativo. Por outro lado, as crianças PT obtiveram significativamente maiores escores do que as crianças AT na dimensão de Controle Inibitório do Fator Controle com Esforço. Quanto aos problemas de comportamento, as crianças AT apresentaram em comparação às crianças PT significativamente maiores escores na maioria das escalas do CBCL/ 1 ½-5 quais sejam: Total de Problemas, Problemas Externalizantes e sub-escalas de Comportamento Agressivo e Problemas de Atenção; Problemas Internalizantes e sub-escala de Reação Emocional; e nas escalas para rastreamento de psicopatologias de Problemas Desafiantes Oposicionais, Problemas Afetivos, Problemas Ansiedade, Problemas de Déficit de Atenção e Hiperatividade, e Problemas de Sono. As crianças AT desta amostra apresentaram mais problemas de comportamento do que as crianças PT, assim como indicadores de temperamento que sugerem uma vulnerabilidade constitucional na auto-regulação. Os resultados sugerem que apesar das crianças PT serem um grupo de risco devem ter mais fatores protetivos do que as crianças nascidas a termo desta amostra. Programas de promoção do desenvolvimento



e de follow-up para prematuros devem ser continuados e novos programas para promoção do desenvolvimento de crianças nascidas a termo de baixa renda devem ser estimulados.

prematividade, temperamento, comportamento

CAPES; FAPESP; CNPq

Mestrado - M

SAÚDE - Psicologia da Saúde

COPING E STRESS NO CUIDADO DE CRIANÇAS NASCIDAS PREMATUROS E SUAS FAMÍLIAS ATENDIDAS EM AMBULATÓRIO DE FOLLOW UP. *Ana Cristina Barros da Cunha (Instituto de Psicologia; Maternidade-Escola; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ; Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES); Claudia Lucia Vargas Caldeira (Maternidade-Escola; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ); Julie Anne Barros Smith* (Instituto de Psicologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ); Paolla Pinheiro Mathias (Instituto de Psicologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ)*

Condições de risco ao desenvolvimento, como a prematuridade (nascimento abaixo de 37 semanas) pode ser fator de estresse e resultar em grande impacto na dinâmica familiar, repercutindo em sobrecarga emocional e estratégias de enfrentamento (coping) pouco resilientes. Logo, bebês prematuros e seus cuidadores necessitam de medidas de intervenção precoce para prevenção aos riscos de desenvolvimento físico e psicológico, além de acompanhamento e orientação familiar. Recomendado pela OMS, o ambulatório de follow-up é um serviço de atenção e intervenção precoces, onde é realizado atendimento multiprofissional a longo prazo de crianças nascidas prematuras, com a preocupação de acompanhar o desenvolvimento e prevenir problemas desenvolvimentais. Propomos apresentar dados de pesquisa cujo objetivo foi estudar possíveis relações entre estresse e coping em cuidadores de crianças nascidas prematuras atendidas por equipe multiprofissional (pediatras, enfermeiras, nutricionistas, fisioterapeuta e psicóloga) em ambulatório de follow-up de uma maternidade pública do Rio de Janeiro. Participaram 42 cuidadoras que, após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, respondiam aos instrumentos: 1) Escalas EMEP – Escala Modos de Enfretamento de Problemas, para avaliação das estratégias de enfrentamento (coping) classificadas em: a) coping focado no problema; b) coping focado na emoção; c) coping focado na busca de suporte social; e d) coping focado na prática religiosa\\pensamento fantasioso; e 2) Inventário de Sintomas de Stress para Adultos (ISSL), que avalia sintomas de estresse, diagnosticado em quatro fases: alerta, resistência, quase-exaustão e exaustão. Observou-se predominância do coping focado no problema (45%), seguidos do coping focado na busca de suporte social e práticas religiosas, com valores muito semelhantes: 23% e 26%, respectivamente. 57% apresentou indicadores de estresse pelo ISSL, sendo mais frequentes as fases de resistência (26%) e de exaustão (19%). Analisando descritivamente relações entre coping e estresse percebeu-se que os dois tipos de coping mais predominantes pela EMEP (focado no problema e focado na prática religiosa) também foram acompanhados de níveis de estresse mais baixos. Do total de 18 cuidadoras sem estresse, 15 (83%) delas apresentavam aqueles tipos de coping, sendo 50% de coping focado no problema e 33% de coping focado na prática religiosa. Tal dado pode indicar a eficácia desses tipos de enfrentamento frente a situação de prematuridade. Especificamente o coping focado no problema pode ser explicado pela assistência prestada no ambulatório de follow-up, onde eram premissas o cuidado integral e multiprofissional, voltados para orientação familiar e para o esclarecimento de dúvidas. Dessa forma, procedimentos terapêuticos breves, através de intervenção em grupo de sala de espera ou atendimento individuais, certamente ofereceram aqueles cuidadores os recursos necessários para compreender a prematuridade e melhor lidar com o estresse decorrente. Conclui-se como importante oferecer uma escuta ativa e diferenciada que previna os fatores de risco e promova o desenvolvimento da díade cuidador-criança, já que a prematuridade provoca nos sujeitos envolvidos uma mudança repentina nos arranjos familiares e a necessidade de se construir um lugar psíquico e físico para o filho real nascido prematuramente.

prematividade; cuidador; coping



FAPERJ (Processo E-110.660\2013)
Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)
SAÚDE - Psicologia da Saúde



Sessão Coordenada 40 - **HABILIDADES SOCIAIS E SAÚDE EM DIFERENTES CONTEXTOS: INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, UNIVERSITÁRIOS E PROFISSIONAIS**

HABILIDADES SOCIAIS E BURNOUT EM RESIDENTES MÉDICOS: MEDIDAS DE AUTORRELATO. *Karina Pereira Lima** (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Sonia Regina Loureiro (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP),*

A residência médica se constitui em um período de treinamento em serviço no qual os profissionais em formação enfrentam uma série de situações estressantes, tais como longas jornadas de trabalho, privação de sono, comunicação de notícias difíceis, alta responsabilidade sobre a vida de outras pessoas, entre outras, as quais contribuem para uma maior vulnerabilidade psicológica desses profissionais. Entre os problemas aos quais os residentes médicos são vulneráveis, incluem-se as altas taxas da síndrome de burnout, as quais estão associadas a prejuízos tanto para o médico quanto para a clientela atendida. Entretanto, poucos estudos tem abordado as condições que podem operar como proteção para o desenvolvimento de burnout em médicos residentes, o que se configura numa lacuna da literatura. Nesse contexto, se insere o presente estudo que teve por objetivo comparar e verificar as possíveis associações entre as manifestações de burnout e as habilidades sociais, enquanto condições de proteção, apresentadas por residentes médicos, de diferentes áreas de atuação. Avaliou-se uma amostra de conveniência de 305 residentes médicos do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP, de ambos os sexos, de diferentes anos e de especialidades diversas, de áreas clínicas e cirúrgicas. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, procedeu-se a avaliação por meio dos seguintes instrumentos de autorrelato: Inventário da Síndrome de Burnout (ISB), Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette) e um Questionário Complementar, abordando variáveis sociodemográficas, de formação acadêmica e relativas às condições organizacionais dos programas de residência cursados. Os instrumentos foram codificados conforme as normas técnicas e foram aplicados procedimentos estatísticos visando verificar as correlações entre as variáveis e as comparações entre grupos, adotando-se o nível de significância de $p < 0,05$. Foram detectadas elevadas taxas de prevalência da síndrome de burnout (58,4%), tendo sido identificada diferença com significância estatística entre as áreas apenas para a dimensão despersonalização, a qual foi maior em residentes de Cirurgia Geral e subespecialidades cirúrgicas. Verificou-se com relação às habilidades sociais que na totalidade da amostra, os residentes apresentaram percentis dentro ou acima da média em relação ao seu grupo de referência por sexo, caracterizando um repertório satisfatório. Na análise comparativa foram identificadas diferenças significativas entre os grupos em relação ao escore total e aos fatores enfrentamento e autoafirmação com risco, conversação e desenvoltura social e auto exposição a desconhecidos e a situações novas. Verificaram-se associações significativas e negativas entre a síndrome de burnout e o repertório de habilidades sociais, bem como médias mais elevadas de habilidades sociais em residentes sem indicadores da síndrome. Os resultados do estudo confirmaram a hipótese de que no exercício profissional dos médicos residentes a presença de manifestações de burnout podem ser associadas negativamente à presença de habilidades sociais. Considerando que a atuação profissional do médico envolve além de formação técnica, atividades desempenhadas quase que totalmente na relação com o outro, os dados do presente estudo colocam em foco a relevância de um maior investimento no desenvolvimento de habilidades interpessoais que favoreçam o exercício da profissão na formação médica. Apoio: FAPESP; CNPq.

Habilidades sociais, burnout, residência médica



FAPESP; CNPq
Mestrado - M
SMENTAL - Saúde Mental

ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM UNIVERSITÁRIOS: O PAPEL DAS VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS, DAS CARACTERÍSTICAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E DAS HABILIDADES SOCIAIS. *Alessandra Turini Bolsoni-Silva** (Faculdade de Ciências – Universidade Estadual Paulista, UNESP, SP); Sonia Regina Loureiro (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo)*

Sabe-se que os transtornos de ansiedade e de depressão são os que apresentam maior prevalência na população geral favorecendo dificuldades interpessoais, e no caso dos jovens, influenciando a vida acadêmica e profissional. Ainda que a ansiedade e a depressão tenham grande comorbidade, em torno de 50%, a ansiedade costuma preceder a depressão, o que pode ser notado desde a primeira infância, podendo ser agravado ao longo da vida. Assim, faz-se necessário mapear quais variáveis são preditoras de ambos os transtornos, identificando quais são específicas para cada um deles, de forma a subsidiar avaliações e intervenções psicológicas, que podem ser gerais ou específicas, dependendo das necessidades identificadas. Os momentos de transição do desenvolvimento, em função de exigirem novas adaptações, favorecem o início ou o agravamento dos transtornos de ansiedade e/ou depressivo. Nesse sentido, o ingresso na universidade se caracteriza como um desses momentos de transição que exige muitas tarefas diferentes, para as quais nem sempre o estudante tem repertório. Dentre essas tarefas incluem-se o morar com desconhecidos em república, ficar distante de família, amigos e namorado, lidar com autoridade e falar em público, que envolvem as habilidades sociais. Verifica-se na literatura divergências quanto ao peso atribuído às variáveis sociodemográficas, características dos cursos e ao repertório de habilidades sociais e a presença dos transtornos de ansiedade e depressão. Objetivou-se: (a) identificar as taxas de prevalência de transtornos mentais relativos à depressão e ansiedade social para estudantes universitários; b) verificar o valor preditivo de habilidades sociais, das variáveis sociodemográficas e de características de cursos para depressão e ansiedade. Participaram 1282 universitários brasileiros, de uma universidade pública, de ambos os sexos e de diferentes anos e cursos. Procedeu-se a aplicação de instrumentos de rastreamento para depressão (BAI) e ansiedade (Mini-Spin), de habilidades sociais (IHS-Del Prette, QHC-Universitários) e de um questionário com indicadores sociodemográficos e de características dos cursos (QHC-Universitários). Os dados foram tratados de forma univariada e análises de regressão binária múltipla definiram o peso de tais medidas para depressão e ansiedade. A prevalência de ansiedade e depressão foi respectivamente, de 19,4 e 3,8%. O repertório de habilidades sociais e as condições de moradia foram preditoras de depressão, enquanto que as habilidades sociais e área de curso (com maior prevalência para exatas e humanas) permaneceram no modelo final de predição para ansiedade. Verificou-se que repertórios de habilidades sociais peculiares diferenciaram os grupos com características clínicas para ansiedade e depressão. Destacam-se como contribuições do estudo: a identificação separadamente da prevalência de ansiedade e depressão; a avaliação simultânea de diferentes classes de habilidades sociais, de variáveis sociodemográficas e de características dos cursos, ampliando o conhecimento sobre a saúde mental de estudantes, o que pode ser norteador para a proposição de programas de prevenção e de intervenção junto a universitários.

Apoio: FAPESP; CNPq

Habilidades sociais, universidade, saúde mental

FAPESP; CNPq

Pós-Doutorado - PD

DES - Psicologia do Desenvolvimento

ASSOCIAÇÕES ENTRE HABILIDADES SOCIAIS, SAÚDE MENTAL E O DESEMPENHO ACADÊMICO DE UNIVERSITÁRIOS. *Alessandra Salina Brandão** (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Alessandra Turini Bolsoni Silva (Faculdade de Ciências- Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP); Sonia Regina Loureiro (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP),*

O ingresso na universidade impõe desafios ao estudante, como morar fora da casa dos pais, conviver com novos colegas e aprender diferentes estratégias de estudo, o que têm impacto reconhecido para o desempenho acadêmico. Analisando-se a literatura da área observa-se uma tendência em indicar uma relação positiva entre bom desempenho acadêmico e saúde mental dos universitários, contudo, há pouco consenso quanto à relação entre bom repertório de habilidades sociais e bom desempenho acadêmico. Nesse contexto se insere o presente estudo. Objetiva-se verificar as associações entre as habilidades sociais, a saúde mental e o desempenho acadêmico de estudantes universitários de diversos cursos e áreas. Participaram do estudo 305 estudantes universitários da UNESP–Bauru, de ambos os gêneros, sendo 53 da área de biológicas, 132 da área de exatas e 120 da área de humanas, os quais foram avaliados quando cursavam até um semestre antes da metade do tempo previsto de conclusão do curso. Procedeu-se a avaliação coletiva, em sala de aula, por meio dos instrumentos: Inventário de Habilidades Sociais (IHS - Del Prette), Questionário de Avaliação de Habilidades Sociais, Comportamentos e Contextos para Universitários (QHC - Universitários); Versão reduzida do Inventário de Fobia Social (Mini SPIN) e Inventário de Depressão de Beck (BDI). Para a avaliação do desempenho acadêmico procedeu-se a um levantamento sistemático junto ao sistema eletrônico da secretaria da universidade, verificando-se a média das notas obtidas pelos estudantes no mesmo período da avaliação das demais medidas. Os instrumentos foram codificados conforme as normas específicas e a amostra foi dividida de acordo com a classificação do desempenho acadêmico categorizado segundo as notas dos participantes, em na média, abaixo e acima da média, para cada curso em particular, a partir do cálculo das médias e desvio padrão das notas de todos os alunos inscritos em todas as disciplinas. Procedeu-se a análise dos dados por meio do teste de correlação de Pearson ($p < 0,05$). Verificou-se para toda a amostra que, quanto maior foi à pontuação do QHC-Dificuldades maior foi à pontuação no BDI, indicando que quanto maior o nível de dificuldades em habilidades sociais maior o nível de depressão. Apenas entre os participantes com desempenho acadêmico na média verificou-se correlação entre os indicadores do BDI e Mini-Spin, indicando que quanto maior a pontuação no instrumento de depressão maior também a pontuação no instrumento de fobia social. Em relação aos participantes com desempenho acadêmico na média e acima da média, quanto maior foi à pontuação no IHS Total menor foi à pontuação no BDI, sugerindo que quanto mais habilidoso socialmente o estudante for, menor será a possibilidade de apresentar indicadores de depressão e maiores às chances de apresentar desempenho acadêmico na média ou acima da média. Os dados confirmaram a associação negativa das habilidades sociais e saúde mental e a associação positiva com o desempenho acadêmico. Considera-se que a identificação de fatores que contribuem para o bom desempenho acadêmico do universitários favorece o investimento em novas políticas educacionais nos ambientes acadêmicos. Apoio: CAPES; CNPq

Habilidades sociais, saúde mental, desempenho acadêmico de universitários

CAPES; CNPq

Doutorado - D

SMENTAL - Saúde Mental



PROGRAMA DE TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS PARA UNIVERSITÁRIOS EM SITUAÇÕES CONSIDERADAS DIFÍCEIS NO CONTEXTO ACADÊMICO. *Claudio de Almeida Lima** (Universidade Salgado de Oliveira –UNIVERSO, Niterói, RJ); Adriana Benevides Soares (Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, Niterói, RJ),*

A universidade, apresenta-se hoje como objetivo de vida para muitos jovens. Ao ingressar, porém muitos apresentam dificuldades em seu processo de adaptação no que se refere ao estabelecimento de novas relações de amizade, de novos métodos de estudo, na administração do tempo em relação aos estudos, nos novos métodos avaliativos, no desenvolvimento da autonomia. Todas essas dificuldades podem causar desconforto, problemas de ajustamento, transtornos psicossociais e até mesmo o abandono da instituição. O objetivo deste trabalho foi o de realizar um Programa de Treinamento de Habilidades Sociais - PTHS para universitários nas situações consideradas difíceis no contexto acadêmico afim de desenvolver habilidades sociais e possibilitar melhor desempenho social para os estudantes. Participaram deste estudo 11 universitários de instituições públicas e privadas de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro que cursavam o primeiro ou segundo período da graduação e tinham idade entre 18 e 25 anos (com média de 21,27 e DP de 1,9). O PTHS constou de 12 sessões realizadas semanalmente com duração de 120 minutos cada. Os recursos utilizados para a realização do PTHS foram a cartilha “Guia teórico-prático para superar dificuldades interpessoais na Universidade”, gravador digital para as sessões, câmera filmadora e Datashow. Entre os temas desenvolvidos encontra-se falar em público, lidar com autoridade, lidar com críticas, fazer elogios, etc. Foram utilizados como instrumentos para medir o efeito do PTHS o Inventário de Habilidades Sociais, o Questionário de Vivências Acadêmicas na sua versão reduzida e o Inventário de Comportamentos Sociais Acadêmicos que foram aplicados antes e depois do treinamento. Os relatos das sessões apontam para ganhos na compreensão acerca da importância das HS como promotora de ajustamento a universidade e para outras realidades da vida. A utilização do Método JT apontou os ganhos obtidos pelos participantes em alguns fatores do IHS, do QVA_r e do ICSA. A compreensão acerca das demandas trazidas pelos universitários ao transitar do Ensino Médio para a Universidade é possível de ser verificada em pesquisas anteriormente realizadas que identificaram as dificuldades presentes nos estudantes em seu processo de adaptação e quais são as situações mais difíceis. Deste modo desenvolver programas de Treinamento de Habilidades Sociais com foco nas situações já encontradas como difíceis no contexto acadêmico podem favorecer uma vivência mais tranquila nessa transição. Os resultados encontrados de modo positivo nas mudanças para melhor em fatores do IHS, do QVA_r e do ICSA, reforçam a importância das universidades disporem de meios que auxiliem os seus alunos em suas múltiplas necessidades, quer as do campo acadêmico, quer no campo das relações interpessoais.

Habilidades sociais, treinamento de habilidades sociais, universitários, ensino superior, adaptação acadêmica.

Mestrado - M

SOCIAL - Psicologia Social



O ESTRESSE DE CRIANÇAS E VARIÁVEIS DE AJUSTAMENTO NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. *Erica Taciana dos Santos Crepaldi** (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto, SP); Marta Regina Gonçalves Correia Zanini (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo)*

O ingresso no Ensino Fundamental - EF tem sido visto como um momento de transição no ciclo de vida devido à diversidade de novas demandas que são impostas à criança. Dentre elas sobressaem-se: lidar com um novo ambiente, conquistar aceitação dos pares, relacionar-se com adultos ainda desconhecidos e atender às exigências do seu papel de estudante. Dentro deste contexto, parece haver um aumento da vulnerabilidade das crianças ao estresse, principalmente daquelas que enfrentam maior dificuldade no ajustamento escolar. Diante dessa problemática, este estudo objetivou comparar crianças avaliadas com sintomas de estresse e sem sintomas de estresse em relação às habilidades sociais, problemas de comportamento, competência e desempenho acadêmicos, potencial cognitivo e percepção de estressores escolares, no 1º ano do EF. Participaram da pesquisa 157 alunos do 1º ano do EF, sendo 85 meninos e 72 meninas, com idade média de 6 anos e 10 meses no início da pesquisa. Todos tinham experiência prévia de dois anos na Educação Infantil e estavam matriculados em escolas municipais de diferentes regiões de uma cidade do interior de São Paulo que oferecem o Ensino Fundamental de nove anos. Também participaram do estudo seus respectivos professores do 1º ano do EF, num total de 25. As crianças foram avaliadas quanto à presença de sintomas de estresse (Escala de Stress Infantil), percepção de estressores escolares (Inventário de Estressores Escolares), potencial cognitivo (Matrizes Progressivas Coloridas de Raven) e desempenho acadêmico (Provinha Brasil). Os professores avaliaram as habilidades sociais, os problemas de comportamento externalizantes e internalizantes e a competência acadêmica dos seus alunos por meio do Social Skills Rating System – Professores. De acordo com a presença de sintomas de estresse avaliada a partir da Escala de Stress Infantil, foram constituídos dois grupos, resultando em 90 crianças no grupo com estresse (57%) e 67 no grupo sem estresse. Os grupos foram comparados em relação às demais variáveis por meio do teste t de Student, adotando-se o nível de significância de $p < 0,05$. Com exceção da habilidade social de asserção positiva, os resultados indicaram diferença significativa entre os grupos em todas as demais variáveis analisadas. As crianças do grupo com estresse perceberam suas escolas como mais estressantes tanto em relação ao seu papel de estudante como nas relações interpessoais. Elas também apresentaram menores pontuações nas habilidades sociais de autocontrole, responsabilidade e cooperação, autodefesa, cooperação com pares, e índices maiores de problemas de comportamento externalizantes e internalizantes. Além disso, crianças estressadas foram avaliadas como menos competentes academicamente e apresentaram desempenho acadêmico e potencial cognitivo inferiores. Dada a elevada taxa de sintomas de estresse na amostra, os achados sinalizam uma demanda por trabalhos de intervenção voltados à prevenção de problemas associados ao estresse em escolares. Ao identificar condições associadas à presença de estresse, eles também oferecem subsídios para tais práticas, com ênfase na promoção de habilidades sociais. Entretanto, investigações são necessárias para esclarecer os processos implicados nessas associações, testando seja a predição do estresse a partir de indicadores psicossociais ou vice-versa, ainda que conceitualmente a primeira possibilidade pareça a mais plausível. Apoio: CAPES; CNPq

Estresse infantil, transição escolar, habilidades sociais

CAPES; CNPq

Mestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento



HABILIDADES SOCIAIS E VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS: FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO À INDICAÇÃO DE DEPRESSÃO NA ADOLESCÊNCIA. *Josiane Rosa Campos** (Pós Graduação em Psicologia-Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, SP); Almir Del Prette (Pós Graduação em Psicologia-Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, SP)*

Habilidades sociais e algumas variáveis sociodemográficas têm sido apontadas como fatores de risco/proteção que podem ser preditivas da depressão em adolescentes. No entanto, ainda não se tem claro quais classes de habilidades e quais variáveis sociodemog

Habilidades sociais, depressão, adolescentes

CAPESDoutorado - D

DES - Psicologia do Desenvolvimento

Sessão Coordenada 41 - **IDOSOS E O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO: CONTINGÊNCIAS DESSA FASE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

IDOSOS E FAMÍLIA: REDE DE PROTEÇÃO PARA A QUALIDADE DE VIDA. *Carla Witter, Claudia Aranha Gil e Maria Luiza de Jesus Miranda (Mestrado em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu – USJT– São Paulo, SP)*

O estudo dos idosos e sua relação familiar tornou-se um objeto de pesquisa importante para países como o Brasil, no qual a transição demográfica está sendo muito rápida sem desenvolvimento de políticas públicas essenciais para garantir qualidade de vida para a população longeva. Neste sentido, família é, muitas vezes, a única rede de proteção na qual o idoso está inserido, tornando-se peça fundamental para manutenção e promoção da saúde física e mental dos idosos, inclusive a maioria dos cuidadores é algum familiar do idoso, normalmente, do sexo feminino (filhas, esposa, netas). O apoio familiar possibilita o convívio social e o acesso as atividades sociais, culturais e de lazer que podem colaborar para a melhoria na qualidade de vida (QV), principalmente, se o arranjo familiar com um convívio intergeracional saudável entre avós, filhos, netos e bisnetos. O convívio com a família apresenta benefícios, desde a companhia e apoio emocional até a ajuda física e financeira, sendo um suporte social importante para a qualidade de vida dos idosos. Os idosos apresentam menos problemas de depressão, tem melhor autoestima e vivem bem melhor o processo de envelhecimento quando convivem com seus familiares. Também, há aspectos negativos, tais como: maus-tratos (67% dos agressores são familiares), divergências de ideias e de valores, problemas socioeconômicos, falta de informação, falta de condições de cuidados básicos, etc. A análise inicial da produção científica sobre idosos e família disponível na SciELO (coleção Brasil) e na PsycINFO revelou, respectivamente, 203 e 1.138 resumos de artigos, de 2010 à 2014, utilizando as palavras-chave: idosos (elderly) e família (family). Os resultados revelaram que a publicação na base de dados brasileira é 5,6 vezes menor que na estrangeira, sendo a média de 40,6 e de 227,6 artigos/ano. O ano de 2012 e 2010 tiveram mais publicação sobre o tema na SciELO, com 60 estudos em cada ano; já na PsycINFO o ano com a maior frequência de pesquisas foi o de 2012 com 303 publicações. Na Scielo, a pesquisa de campo foi identificada em 92% dos resumos, sendo 5% de trabalhos teóricos e 3% de trabalhos de revisão. No PsycINFO, 76,2% eram de estudos empíricos, 64,7% de quantitativos, 14,5% de qualitativos e 4,4% de revisões de literatura. Na PsycINFO foram 84,1% de participantes idosos, sendo o teste Mini-Mental (14,15%) e a Escala de Depressão Geriátrica (6,6%), os instrumentos mais utilizados. O registro de revisão de literatura denota o avanço científico sobre o assunto tanto no exterior como no Brasil, pois este resultado é um indicador do conhecimento na área de idosos e família. Estudos sobre os idosos brasileiros e as dinâmicas familiares, tendo em vista a importância do seu papel na manutenção e promoção das redes sociais dos idosos assim como fator de proteção e promoção do bem estar no envelhecimento, merecem atenção constante dos pesquisadores. Conclui-se que o conhecimento científico sobre a temática no Brasil, merece mais atenção por parte dos pesquisadores e agências de fomento, assim como é necessário mais pesquisas de revisão sistemática e a realização de novos trabalhos de metaciência que permitam uma melhor compreensão sobre os idosos, a família e o processo de envelhecimento com qualidade de vida.

envelhecimento, metaciência, familiares

USJT

Pesquisador - P

DES - Psicologia do Desenvolvimento

LAZER E ATIVIDADE FÍSICA PARA A QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO. *Marcelo de Almeida Buriti e Eliana Florencio Gama (Mestrado em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu – USJT– São Paulo e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica da Paraíba – IF/ Pb)*

A preservação de identidade psicológica do indivíduo é de fundamental importância, pois é ela que ajuda ao indivíduo a adaptar - se ao mundo externo e a enfrentar com serenidade a perda progressiva da capacidade fisiológicas e todas as outras limitações. Para seu desenvolvimento ter continuidade e para superar dificuldades psicossociais inerentes a velhice, o idoso precisa estar envolvido em diversas tarefas entre as quais, explícita ou implicitamente, espera – se que busque a prática da atividade física. O ciclo de vida maior pode e deve ser vivido de maneira saudável e com qualidade, desse modo, se faz necessário criar planos e programas de prevenção. Dentre os mecanismos de prevenção a prática de atividade física e lazer deve ser levada em consideração por parte dos indivíduos e da sociedade brasileira, pois o envelhecimento está associado com a redução força muscular, respostas motoras eficientes e declínio das capacidades funcionais de ordem geral. A prática de atividade física, regular e sistematizada aumenta ou mantém a aptidão física da população idosa, contribuindo para o bem estar funcional, diminuindo a taxa de morbidade e de mortalidade desse segmento da população. Mesmo sabendo que é necessário contar com mais pesquisas em relação ao papel da prática da atividade física e lazer no processo de envelhecimento, já se têm muitos dados que comprovam seus benefícios físicos, mentais e sociais. Com o envelhecimento surgem diversas alterações músculo esqueléticas, a coluna vertebral de maneira generalizada dificulta ou impede sua locomoção que, por sua vez, limita sua funcionalidade de participar de atividades, tais como: caminhar, ir ao baile, viajar e realizar suas atividades de vida diárias. Com a prática da atividade física e lazer aumenta o fluxo energético para que os movimentos venham fazer parte novamente da natureza do indivíduo evitando vários problemas emocionais como, por exemplo, a ansiedade e o estresse. Pelo exposto, há uma nítida relação entre o envelhecimento e perdas biológicas diversas, as quais, além dos efeitos orgânicos apresentam consequências sociais e psicológicas negativas. A atividade física tem potencial para reduzir o ritmo do envelhecimento e para ser coadjuvante em programas de atendimento ao idoso, melhorando vários aspectos da saúde biológica e psicológica, além dos aspectos relacionados ao viver social. Estudos recentes, têm relatado uma correlação positiva $r = 0,89$ e $r_c = 0,55$ entre auto - estima, ansiedade, estresse, melhora do humor, melhora a imagem corporal e da insônia, com relação a diminuição do consumo de medicamentos em a melhora é de 15%, da auto - confiança e socialização em 65% após a prática de atividade física e lazer. Cabe à família estimular os idosos para a prática da atividade física e lazer. À comunidade cabe a responsabilidade de propiciar condições para isto, indo além das possibilidades oferecidas nas academias, estimulando programas de baixo ou mesmo custo zero para que todo idoso possa ter espaço e orientação para essas atividades.

Envelhecimento, Independência funcional e Integração Social

USJT

Pesquisador - P

DES - Psicologia do Desenvolvimento



CUIDADORES DE IDOSOS: INTERDISCIPLINARIDADE E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO. Mestranda Andrieli Bianca Rodrigues Camilo** e Dra. Carla Witter (Mestrado em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu – USJT– São Paulo, SP)

Com as mudanças ocorridas nos perfis demográficos e epidemiológicos da população atual, há um aumento também na incidência de doenças crônico-degenerativas, que compromete diretamente a autonomia dos idosos, pois geram incapacidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Para atender a demanda dessa população, há a necessidade de um sistema de cuidados específicos, podendo ser desempenhado por um profissional especializado ou ocorrer no próprio contexto familiar. Embora esse panorama seja a realidade do país, ainda há muito para se avançar em questões como a formação do cuidador e a compreensão dos fatores que envolvem o envelhecimento, os cursos de pós-graduação na área de envelhecimento ainda encontram-se na área interdisciplinar, divididos em sete mestrados acadêmicos e dois programas com mestrado e doutorado. Em uma pesquisa sobre os trabalhos publicados no período de 2010 a 2012 no Banco de Teses da CAPES, com as palavras-chave cuidadores de idosos capturou-se 72 trabalhos, sendo: 55 dissertações de mestrado acadêmico, 12 teses de doutorado e cinco dissertações de mestrados profissionais de cursos que não abordam especificamente o envelhecimento. As principais áreas de publicação são Enfermagem, Gerontologia, Psicologia, Ciências da Saúde, Saúde Coletiva, Saúde Pública, Serviço Social, Antropologia, Envelhecimento Humano, Nutrição, Psiquiatria e Saúde Mental, Ciências aplicadas a saúde do idoso. Dos trabalhos publicados 39 ocorreram no ano de 2012 e 33 no ano de 2011. Observa-se que juntamente com o crescimento dos programas de pós-graduação na área do envelhecimento humano, as pesquisas sobre cuidadores de idosos também vêm representando significativamente a preocupação com essa população que está frequentemente exposta a eventos considerados estressantes no relacionamento entre cuidador e cuidado.

Envelhecimento, Produção Científica, Multidisciplinar

CAPES

USJT

Mestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento



A LEITURA NA PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO. *Elza Maria Tavares Silva (Universidade de Mogi das Cruzes – UMC - São Paulo, SP)*

Nas últimas décadas, um fenômeno que vem ocorrendo com mais intensidade é o crescimento da população mundial idosa. Mas por que esse aumento acontece? São dois os fatores que justificam a pergunta: a primeira é a redução da taxa de fecundidade devido ao novo tipo de vida que a mulher aos poucos conquistou, dessa forma tendo poucos filhos; a outra é a redução da taxa de mortalidade, graças às conquistas médico-tecnológicas da medicina moderna e programas voltados para a qualidade de vida do idoso. Dados do IBGE apontam que a população brasileira de idosos ultrapassará a 30 milhões de pessoas (15%) nos próximos anos, a esperança de vida já é de 75 anos e, entre 2020 e 2025, deverá alcançar 77,08. Assim, no âmbito de alcançar a velhice bem sucedida, esses idosos brasileiros fazem parte de um grupo heterogêneo, adquirindo uma nova visão, que passou a ser percebida como tendo muitas possibilidades, perspectivas e conhecimentos quanto ao bem estar pessoal ampliado em seus significados: educação, saúde, moradia, transporte, trabalho e lazer. Para a realização desses significados, um dos pontos mais importantes se faz por meio da leitura. Atividades e programas de leitura destinados ao público idoso são bem vindos, pois auxiliam a rever os estereótipos e preconceitos associados ao envelhecimento, promovem a autoestima e o resgate da cidadania, incentiva a autonomia, a independência, a auto expressão e a reinserção social em busca de um envelhecimento bem sucedido. Além desses aspectos, os idosos por meio da leitura têm a possibilidade de contribuir com seus netos em tarefas escolares; atendimento a outros leitores em trabalhos nos hospitais e entidades (leitura para pacientes); reforço em escolas, auxiliando alunos com dificuldades em tarefas e de como estudar; atendimento a outros idosos em suas necessidades de leitura, porque muitos deles têm dificuldades com a língua escrita, em função da precária escolaridade. Também com o avanço tecnológico a internet se faz presente na vida dos idosos, mudando seus comportamentos, visto terem possibilidade de participarem de programas de inserção ao mundo digital, com isto pode auxiliá-los na leitura dos principais jornais, escreverem e responderem e-mails, buscarem informações sobre assuntos de interesse pessoal e mundial além de fazerem parte de redes sociais e praticarem exercícios de memória com a realização de jogos. Pela importância do tema, pesquisas são necessárias, dentre elas destaca-se a da metanálise. Levantamento feito na base de dados Scielo (oito últimos anos) resultou em 17 artigos. Foram analisados seis periódicos nacionais: Psicologia: Ciência e Profissão (2007/2014), nenhum artigo; Psicologia e Sociedade (2007/2014) com três artigos; em Psicologia: Reflexão e Crítica (2007/2014) nove artigos; Paidéia (2007/2014) três artigos; Geriatria e Gerontologia (2011/2014) um artigo; Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento (2007/2014) um artigo. Os resultados apontados evidenciam a carência de estudos na área sobre o idoso, em particular focando a leitura e sua contribuição no âmbito da promoção de significados ao bem estar do idoso. Fica evidente que no Brasil há necessidade de pesquisas que façam essa relação – leitura e idoso.

Informação. Terceira idade. Hábito Saudável.

Pesquisador - P

DES - Psicologia do Desenvolvimento



A EXPERIÊNCIA DO LUTO EM IDOSOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA..
*Mestranda Thatiany Alline Barbosa Santana** e Dra. Ana Lúcia Gatti (Mestrado em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu – USJT– São Paulo, SP)*

O luto e morte são experiências naturais na vida do ser humano e tendem a ser mais frequentes entre os idosos. Numa população com ampla expectativa de vida, são comuns perdas concretas e simbólicas decorrentes do processo de senescência, dentre elas, as primeiras fragilidades, o surgimento de condições crônicas que exigem tratamentos, restrições alimentares e físicas, separações amorosas, afastamento dos filhos (ninho vazio), o falecimento de familiares, amigos e conjugue. Diante disso, através de uma revisão sistemática, o presente estudo tem por objetivo apresentar e discutir a produção científica acerca da experiência do luto em idosos de acordo com o princípio da temporalidade, no período de 2010 a 2014. Foram consultadas as bases de dados Medline, Scielo e Lilacs, sendo utilizados os descritores luto e idosos. Para análise dos resumos consideraram-se os seguintes critérios de inclusão: textos nacionais e internacionais que relacionassem como tema central, idosos e luto; foram excluídos os textos coincidentes e textos que não faziam referência direta ao tema. A partir dos descritores e após a utilização dos critérios de inclusão, foram selecionadas quatro publicações nacionais e 21 publicações internacionais. Os resultados apontaram que a maioria das publicações, 44 %, abordou as complicações do luto pela morte do cônjuge com foco nas implicações para a saúde física e mental, intervenções e características. Quanto à autoria dos artigos, apenas cinco foram classificados como autoria única, sendo os 20 restantes de autoria múltipla, com o maior número de autores sendo sete. Os profissionais da área de psicologia e enfermagem foram os que mais publicaram. A respeito dos países em que os estudos foram desenvolvidos, catorze foram realizados nos Estados Unidos, três no Brasil e Inglaterra, dois na Holanda e um estudo em Portugal, Canadá e França. Quanto à tipologia, verificou-se a prevalência de pesquisas descritivas. Dentre as pesquisas 60% foram de estratégia de campo. O delineamento de levantamento foi o mais utilizado. Este estudo contribui para o reconhecimento de que o luto adquire uma complexidade diferenciada quando se trata de idosos e requer do profissional de saúde um olhar com vistas a promover um espaço de escuta que facilite a expressão das emoções e sentimentos inculcados na experiência do luto a fim de evitar neste processo complicadores que possam impedir um envelhecimento saudável. Sugere-se o desenvolvimento de novas pesquisas, bem como ampliar para outros temas relacionados ao luto do idoso, que são pouco explorados, principalmente no Brasil, que apresenta produção científica incipiente sobre esta temática.

Envelhecimento, Morte, Pesar

USJT

Mestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento



PRÁTICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS EM PSICOLOGIA COM IDOSOS: CONCEITOS, ESTUDOS E PERSPECTIVAS. *Mestrando Thiago Vinicius Monteleone** e Dra. Carla Witter (Núcleo Paradigma de Análise do Comportamento/ Mestrado em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu – USJT – São Paulo, SP),*

A prática baseada em evidências é, atualmente, um dos temas mais discutidos no cenário internacional da psicologia. Com raras exceções, há consenso de que o status da psicoterapia e a autonomia profissional do psicólogo clínico dependem fortemente de práticas baseadas em evidências. Este resumo discute a prática baseada em evidências no contexto do envelhecimento; Tratamentos empiricamente sustentados; Psicologia Clínica.

CAPES

USJTMestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento

Sessão Coordenada 42 - **O NASCIMENTO PREMATURO COMO FATOR DE RISCO PARA PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO NA INFÂNCIA**

PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO EM CRIANÇAS NASCIDAS PRÉ-TERMO DIFERENCIADAS PELO RISCO CLÍNICO NEONATAL. *Claudia Maria Gaspardo (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Rafaela Guilherme Monte Cassiano** (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Doane Sábio Servidone (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Francisco Eulógio Martinez (Departamento de Puericultura e Pediatria, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Maria Beatriz Martins Linhares (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP),*

Estudos apontam que crianças nascidas pré-termo e com muito baixo peso são mais susceptíveis a apresentarem problemas de comportamento quando comparadas às crianças nascidas a termo. Os problemas de comportamento podem estar relacionados a falhas nos processos de autorregulação, o que torna importante o avanço na compreensão do impacto dos riscos neonatais sofridos pelas crianças nascidas pré-termo sobre o seu comportamento. O objetivo do estudo foi comparar os indicadores de problemas de comportamento de crianças nascidas pré-termo (idade gestacional < 37 semanas) com muito baixo peso (< 1.500 gramas), diferenciadas pelo risco clínico neonatal, mensurado pelo Clinical Index Risk for Babies - CRIB. A amostra foi composta por 61 crianças nascidas pré-termo (idade gestacional média de 30 semanas [\pm 2]) com muito baixo peso (peso médio de 1.154 gramas [\pm 235]) e suas mães. As crianças foram divididas em dois grupos, de acordo com o índice de risco clínico neonatal, sendo 42 crianças com baixo risco clínico neonatal (Grupo CRIB < 4) e 19 crianças com alto risco clínico neonatal (Grupo CRIB \geq 4). As crianças foram acompanhadas em um Programa Multidisciplinar de Follow-up de um hospital universitário de nível terciário, vinculado ao SUS. A avaliação do comportamento das crianças, com idade entre 18 e 36 meses, foi realizada por meio da aplicação do questionário Child Behavior Checklist 1½ - 5 - CBCL 1½ - 5, o qual foi respondido pelas mães. Foram realizadas a análise estatística descritiva dos dados e de comparação entre grupos independentes pelo Teste de Mann-Whitney e pelo Teste de Qui-quadrado. O nível de significância adotado foi de $p \leq 0,05$. Os resultados mostraram que, para o Grupo CRIB < 4, a média do escore para problemas de comportamento foi 62, para problemas de comportamento internalizantes foi 58, e para problemas de comportamento externalizantes foi 62, sendo que 40% das crianças apresentaram indicadores de nível clínico para problemas de comportamento e para problemas de comportamento internalizantes, e 38% para problemas de comportamento externalizantes. Para o Grupo CRIB \geq 4, a média do escore para problemas de comportamento foi 56, para problemas de comportamento internalizantes foi 55, e para problemas de comportamento externalizantes foi 57, sendo que 37% das crianças apresentaram indicadores de nível clínico para problemas de comportamento, 36% para problemas de comportamento internalizantes e 26% para problemas de comportamento externalizantes. Não houve diferenças estatisticamente significativas entre os grupos. Conclui-se, dessa forma, que as crianças nascidas pré-termo com muito baixo peso apresentaram padrões semelhantes para problemas de comportamento, de acordo com a avaliação realizada pelas mães, independentemente do maior risco clínico neonatal.



Prematuridade

Risco clínico neonatal

Problemas de comportamento

Apoio Financeiro: CNPq

Bolsas: CAPES (PNPD) e FAPESP (Doutorado - Processo nº 2013/12509-5)

Pós-Doutorado - PD

SAÚDE - Psicologia da Saúde

PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS PRÉ-TERMO E A TERMO AOS DOIS ANOS DE IDADE. Flávia Helena Pereira Padovani (Faculdade de Medicina de Botucatu – Universidade Estadual Paulista, Botucatu – SP), Jussânia Morais Martins (Faculdade de Ciências– Universidade Estadual Paulista, Bauru – SP), Priscilla Dias Prado (Faculdade de Medicina de Botucatu – Universidade Estadual Paulista, Botucatu – SP), Gimol Benzaquen Perosa (Faculdade de Medicina de Botucatu – Universidade Estadual Paulista, Botucatu – SP), Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues (Faculdade de Ciências– Universidade Estadual Paulista, Bauru – SP)

Os problemas de comportamento podem ser do tipo externalizante, como a agressividade e os problemas de atenção, ou internalizante, como a ansiedade. Vários estudos mostram que o nascimento prematuro está associado a índices elevados de problemas de comportamento, os quais parecem se manter ao longo do tempo. Porém, há discordância na literatura quanto ao tipo de problemas comportamentais mais frequentes: externalizantes, internalizantes ou ambos, em especial em idade pré-escolar. A detecção precoce desses problemas possibilitaria intervenções, visando o manejo ambiental e/ou práticas familiares educacionais adequados. O presente estudo teve como objetivo comparar os problemas de comportamento de crianças nascidas pré-termo de muito baixo peso e crianças nascidas a termo, em idade precoce. A amostra, de conveniência, foi constituída por 72 crianças, dividida em dois grupos. O Grupo PT era composto por 38 crianças nascidas pré-termo (37 semanas de idade gestacional) e com muito baixo peso (1.500g), sendo 50% meninos, e mediana de idade de 24 meses (Mín = 22 meses; Máx = 28 meses). O Grupo AT, por sua vez, era composto por 34 crianças nascidas a termo e com peso superior a 2.500g, sendo 50% meninos, e mediana de idade de 28 meses (Mín = 23 meses; Máx = 30 meses). O instrumento utilizado para a avaliação dos problemas de comportamento das crianças foi o Inventário de Comportamento para as Idades 1½ - 5 anos / Child Behavior Checklist for Ages 1½ - 5 (CBCL), o qual é composto por 99 itens, frente aos quais a mãe ou responsável deve assinalar a frequência com que a criança apresenta determinado comportamento ou pensamento. Os resultados podem ser agrupados em “Problemas Totais de Comportamento”, “Problemas Externalizantes” e “Problemas Internalizantes”. Para o Grupo PT, a coleta de dados foi realizada durante a consulta de rotina da criança, no ambulatório de follow-up, enquanto para o Grupo AT a coleta de dados foi realizada ou durante a consulta de rotina com o pediatra da Unidade de Saúde ou na creche que as crianças frequentavam. De acordo com os resultados encontrados, no Grupo PT os “Problemas Externalizantes” foram mais frequentes que os “Internalizantes”, enquanto no Grupo AT os “Problemas Internalizantes” foram mais frequentes. Comparando-se os grupos, notou-se que o Grupo PT apresentou significativamente mais problemas de comportamento na escala de “Problemas Totais” e de “Problemas Externalizantes” em relação ao Grupo AT. Por outro lado, não foram verificadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos quanto aos “Problemas Internalizantes”. Portanto, os resultados indicam um prejuízo no comportamento de crianças nascidas pré-termo e com muito baixo peso, em especial quanto aos problemas externalizantes, precocemente. Os problemas externalizantes envolvem comportamento agressivo e, particularmente, problemas de atenção, apontados pela literatura como prejudicados devido às repercussões neurológicas do nascimento prematuro. Além dos aspectos neurológicos envolvidos no sistema atencional, há a necessidade de maiores estudos sobre outros aspectos que podem explicar as dificuldades comportamentais de crianças nascidas prematuras, como o temperamento, em especial da dimensão focalização da atenção, assim como o papel de outras variáveis ambientais.

Problemas de comportamento, Nascimento pré-termo, Nascimento a termo



FAPESP (bolsa de IC) e CAPES (bolsa de Mestrado)
Pesquisador - P
SAÚDE - Psicologia da Saúde

PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO EXTERNALIZANTE E TEMPERAMENTO EM CRIANÇAS NASCIDAS PRÉ-TERMO. *Rafaela Guilherme Monte Cassiano***

(Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - SP); Luciana Cosentino-Rocha (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Sofia Muniz Alves Gracioli (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Francisco Eulógio Martinez (Departamento de Puericultura e Pediatria, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Maria Beatriz Martins Linhares (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - SP),

As crianças nascidas pré-termo tem maior risco para desenvolver problemas de comportamento em comparação às crianças nascidas a termo. Achados mostram associações entre problemas de comportamento externalizantes, características das crianças e ambientais. Das características pessoais das crianças, o temperamento tem sido pouco estudado na relação com os problemas de comportamento. O objetivo do presente estudo foi examinar as associações entre temperamento e problemas de comportamento externalizantes em crianças nascidas pré-termo e muito baixo peso. Os participantes foram 87 crianças (51% do sexo feminino) nascidas pré-termo (idade gestacional média = 30 semanas \pm 2]; peso médio ao nascimento = 1.142g \pm 238]), entre 18 e 36 meses de idade (idade média = 25m \pm 5]) e suas respectivas mães. O temperamento e o comportamento infantil foram avaliados pelas mães por meio do The Early Childhood Behavior Questionnaire (ECBQ, escala de 1 a 7) e do Child Behavior Checklist (CBCL1½-5), respectivamente. Foi realizada a análise estatística descritiva e o teste de correlação de Spearman. Os resultados mostraram que os escores médios dos fatores do temperamento foram: Extroversão = 5,56 (\pm 0,59), Controle com Esforço = 4,44 (\pm 0,76) e Afeto Negativo = 3,80 (\pm 0,56). Na amostra, 61% das crianças foram classificadas com problemas de comportamento externalizantes clínicos ou limítrofes do tipo problemas de atenção (47%), problemas oposicionais desafiantes (41%) problemas de déficit de atenção/hiperatividade (38%) e comportamento agressivo (36%). Quanto mais problemas externalizantes, os traços de temperamento apresentaram maiores escores na dimensão nível de atividade do fator Extroversão ($r = 0,38$; $p < 0,0001$) e na dimensão frustração do fator Afeto Negativo ($r = 0,52$; $p < 0,0001$), e menores escores no fator Controle com Esforço ($r = -0,47$; $p < 0,0001$) e nas suas dimensões focalização da atenção ($r = -0,31$; $p = 0,004$), controle inibitório ($r = -0,48$; $p < 0,0001$) e transferência de atenção ($r = -0,41$; $p < 0,0001$). Quanto mais problemas de agressividade, maiores escores no fator Extroversão do temperamento ($r = 0,31$; $p = 0,004$) e nas suas dimensões nível de atividade ($r = 0,39$; $p < 0,0001$), prazer de alta intensidade ($r = 0,31$; $p = 0,004$) e na dimensão frustração do fator Afeto Negativo do temperamento ($r = 0,53$; $p < 0,0001$) e menores escores no fator Controle com Esforço ($r = -0,45$; $p < 0,0001$) e nas suas dimensões controle inibitório ($r = -0,48$; $p < 0,0001$) e transferência de atenção ($r = -0,40$; $p < 0,0001$). Além disso, quanto mais problemas de atenção, menor escore no fator Controle com Esforço do temperamento ($r = -0,30$; $p = 0,004$). Os achados mostraram que os problemas externalizantes apresentaram relação com traços disposicionais do temperamento em crianças nascidas pré-termo, envolvendo menor Controle com Esforço e maior Extroversão, indicando menor regulação comportamental e preferência por estímulos de alta intensidade. Os programas de prevenção de problemas externalizantes em



crianças na fase pré-escolar devem considerar os traços disposicionais do temperamento nas orientações de práticas educativas parentais.

Temperamento, Problemas de Comportamento, Nascimento Prematuro

Apoio Financeiro: CNPq

Bolsa de Doutorado: FAPESP (Processo nº 2013/12509-5)

Doutorado - D

SAÚDE - Psicologia da Saúde

RELAÇÕES ENTRE COMPORTAMENTO E ATENÇÃO E VARIÁVEIS NEONATAIS E DO AMBIENTE FAMILIAR EM CRIANÇAS NASCIDAS PRÉ-TERMO NA IDADE ESCOLAR. *Fabiola Dantas Andr ez Nobre ** (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Maria Eduarda Andr e Pedro** (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Thatiane Vichiato Breda* (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Francisco Eulógio Martinez (Departamento de Puericultura e Pediatria, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Maria Beatriz Martins Linhares (Departamento de Neurociências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto- Universidade de São Paulo-Ribeirão Preto-SP),*

A prematuridade   um risco biológico que expõe as crianças a uma cadeia de outras adversidades no desenvolvimento. As crianças prematuras apresentam mais problemas de comportamento e de aten o quando comparadas às nascidas a termo. O presente estudo teve por objetivo examinar as rela es entre comportamento e aten o (seletiva e alternada) de crianças nascidas pré-termo, na fase escolar, e as variáveis clínicas neonatais e do ambiente familiar. A amostra foi composta por 50 crianças nascidas pré-termo (média idade gestacional = 31 semanas [± 2]), muito baixo peso (m dia = 1.190 gramas [± 280]) avaliadas na idade média de 6 anos e 7 meses. As crianças nasceram no HCFMRP-USP e passaram por intern o na Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal. Os instrumentos utilizados na avalia o foram: a) Comportamento - Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ) e b) Aten o - Teste de Aten o por Cancelamento. Foram também utilizados uma ficha de caracteriza o das crianças e das famílias, o questionário de Critério de Classifica o Econômica Brasileiro (CCEB/ABEP) para avalia o do nível socioeconômico e dados do prontuário médico. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e correla o de Pearson entre as variáveis neonatais e do ambiente familiar e os indicadores de comportamento e aten o, respectivamente. Foi adotado o nível de significância de $p \leq 0,05$. Verificou-se que 58% das crianças obtiveram classifica o normal na pontua o total de comportamento. No entanto, nas subescalas foram encontradas classifica es limítrofe ou anormal em 64% das crianças para Sintomas emocionais, 56% para Hiperatividade, 46% para Problemas de conduta e 40% para Problemas de relacionamento com colegas. Com rela o   aten o, na classifica o total das três fases (fases 1 e 2 – aten o seletiva e fase 3 – aten o alternada), 56% das crianças apresentaram classifica o na m dia, 28% classifica o baixa ou muito baixa e 16% classifica o muito alta ou alta. Na fase 1, 62% das crianças tiveram classifica o m dia, 20% classifica o baixa ou muito baixa e 18% classifica o alta. Na fase 2, 53% das crianças apresentaram classifica o na m dia, 36% classifica o muito alta ou alta e 4 % classifica o muito baixa. Na fase 3, 58% das crianças apresentaram classifica o na m dia, 25% classifica o baixa/ muito baixa e 17 % classifica o muito alta/ alta. Considerando-se a correla o entre variáveis neonatais e comportamento, verificou-se que as crianças com menor idade gestacional apresentaram mais sintomas de hiperatividade. Além disso, as crianças com menor peso ao nascimento apresentaram menor escore em aten o seletiva, assim como as crianças com menor idade gestacional apresentaram menor escore em aten o seletiva e alternada. Focalizando-se as variáveis ambientais, as crianças com menor nível socioeconômico apresentaram mais sintomas emocionais e menor escore em aten o alternada. Por outro lado, as crianças que moravam com mais pessoas na casa tiveram menos problemas de conduta. Conclui-se que, embora tenha predominado o padrão de normalidade no comportamento e aten o, houve rela o entre maior risco neonatal e hiperatividade e problemas de aten o. O risco social relacionou-se com



problemas emocionais e de atenção. Os programas de intervenção preventiva devem focalizar os prematuros de maiores riscos clínico neonatal e social.

Pré-termo, Problema de comportamento, Atenção

Apoio Financeiro: CNPq

Doutorado - D

SAÚDE - Psicologia da Saúde



Sessão Coordenada 43 - **O USO DO PROCEDIMENTO DE DESENHOS-ESTÓRIAS COM TEMA EM PESQUISAS ACADÊMICAS**

TRANSICIONALIDADE E USO DO PROCEDIMENTO DE DESENHOS-ESTÓRIAS COM TEMA NAS PRIMEIRAS ENTREVISTAS CLÍNICAS. *Diana Pancini de Sá Antunes Ribeiro,*

A importância do espaço potencial e da sua estreita relação com a prática e com a supervisão clínica é problematizada neste estudo. Em busca de um enquadre diferenciado, seguindo paradigmaticamente o Jogo do Rabisco winnicottiano, que facilitasse a possibilidade de estagiários de psicologia clínica vivenciarem transicionalmente o espaço de atendimento clínico e de supervisão, adotou-se o Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema (PDE-T) de Aiello Vaisberg, criado a partir do Procedimento de Desenhos-Estórias de Trinca, como mediador dialógico. Este instrumento clínico e de pesquisa foi usado tanto nas entrevistas clínicas por estagiários, quanto sua narrativa foi usada em supervisão e como objeto de pesquisa neste trabalho. Tem-se, portanto, como objetivo principal a investigação do potencial clínico e formativo do uso transicional do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema em primeiras entrevistas realizadas por alunos de graduação e em reuniões de supervisão grupal, concebida como atividade que articula transmissão de conhecimento e holding. Este estudo insere-se, portanto, em um particular momento da formação do psicólogo, que se realiza por meio do atendimento clínico a crianças, no contexto do psicodiagnóstico. Pensada a partir do abandono de uma visão positivista e da adoção de um paradigma epistemológico, que privilegia a intersubjetividade, a pesquisa se estrutura segundo arquitetura complexa, na medida em que entende o atendimento clínico e a supervisão como práticas indissociáveis. Como método de trabalho usou-se, portanto, o instrumento PDE-T utilizado por estagiários de clínica psicanalítica com crianças e em situação de avaliação (psicodiagnóstico). A partir deste uso os estagiários efetuaram uma narrativa de sua vivência na entrevista com a criança que entrevistaram com o uso do PDE-T. Desta forma foram psicanaliticamente examinadas, em próxima interlocução com o pensamento winnicottiano, dezesseis narrativas do uso do PDE-T, elaboradas num período de dois meses letivos, ao longo dos quais dezesseis alunos realizaram vinte e quatro psicodiagnósticos completos. Duas narrativas são detalhadamente apresentadas no estudo. O conjunto das análises permite afirmar que o uso transicional do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema revela-se heurísticamente valioso por favorecer comunicações emocionais significativas, entre todos os envolvidos, nos contextos do atendimento e da supervisão.

Psicanálise; Winnicott; Procedimento de Desenhos-estórias com Tema; Formação de psicólogos.

Recursos próprios

Doutorado - D

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade

UM OLHAR WINNICOTTIANO SOBRE O IMAGINÁRIO COLETIVO DAS MÃES SOCIAIS ACERCA DO CUIDADO INFANTIL NA SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO..

Larissa Garcia Ponce. Doutoranda em Psicologia Clínica da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

No Brasil, a proteção a crianças e adolescentes se confirmou com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Instituído pela Lei nº 8.069 o Estatuto prevê prioridade absoluta no atendimento dos direitos de crianças e adolescentes como cidadãos brasileiros. Quando os vínculos familiares, por questões de violência e outras violações de direitos, se rompem ou se encontram fragilizados de forma a expor a criança ou adolescente a risco ou ameaça de morte, deve-se encaminhar o sujeito de vulnerabilidade a uma instituição de acolhimento. Para acolher esses indivíduos, a figura da Mãe Social foi instituída no Brasil pela Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dedicar-se à assistência ao menor abandonado exercendo o encargo em nível social, dentro do sistema de Casas-Lares. A finalidade deste estudo foi captar o imaginário coletivo das mães sociais, de uma Casa-Lar do interior do Oeste Paulista nomeada W, no intuito de compreender como imaginam e comunicam a experiência de maternagem que oferecem aos abrigados. Buscou-se realizar uma investigação psicanalítica, utilizando o Procedimento de Desenho-Estória com Tema, desempenhado individualmente e a Entrevista Terapêutica Grupal para a Abordagem da Pessoa Coletiva, realizada em conjunto. Por meio das inúmeras associações encontradas nos desenhos-estórias, foram elaboradas narrativas interativas pautadas nos pressupostos da psicanálise, com ênfase nas contribuições winnicottianas. Pretendeu-se apreender os campos psicológicos não conscientes presentes nos discursos gráficos e escritos sobre as temáticas “criança cuidada pelos pais” e “criança cuidada pela mãe social”, para então, observar e discutir os possíveis reflexos das concepções e crenças abordadas, nos discursos e práticas destas cuidadoras em seu cotidiano profissional. A entrevista, realizada logo em seguida, se constituiu como um momento de comunicação entre pesquisadora-pesquisado que permitiu aos participantes entrarem em contato com questões individuais evocadas pelo uso do PDE-T, com o devido acolhimento e suporte psicológico para elaborar estes conteúdos. Da interpretação do material surgiram os campos do imaginário que abordam os seguintes assuntos: a configuração e funcionamento da família tradicional e da família tradicional contemporânea; a descrição dos pressupostos de cuidado suficientemente bons e as características consideradas indispensáveis para a mãe social suficientemente boa; a necessidade de desempenhar o papel de mãe adotiva; as crenças de que a criança institucionalizada e sua família natural são problemáticas e inadequadas em contraponto com as famílias naturais e/ou biológicas que são sinônimos de famílias felizes; idealizações: das funções e sentimentos que uma mãe social deve apresentar, da inexistência de aspectos profissionais negativos, do trabalho como mãe social não ser mero emprego e sim missão; e por fim indícios que revelam a ambivalência da mulher-mãe por ter que trabalhar e deixar seus próprios filhos. Destacou-se por fim, a importância da seleção, preparação e formação criteriosa de cuidadores, para que possam compreender as psicodinâmicas, necessidades e peculiaridades de cada indivíduo abrigado. Apontou-se também a relevância de se promover um espaço de acolhida, escuta e sustentação psicológica aos profissionais do cuidado de modo a oferecer-lhes condições para que lidem com os sentimentos e aspectos problemáticos referentes à função.

Psicanálise. Mães sociais. Imaginário coletivo. Procedimento de Desenho-Estória com Tema. Crianças institucionalizadas.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP

Mestrado - M



CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade

USO DO PROCEDIMENTO DE DESENHOS-ESTÓRIAS COM TEMA COMO RECURSO MEDIADOR PARA A INVESTIGAÇÃO PSICANALÍTICA DO IMAGINÁRIO DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA SOBRE A CLÍNICA COM OS PACIENTES DIFÍCEIS. Heloisa Aguetoni Cambuí** (Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências de Bauru - SP); Dra. Diana Pancini de Sá Antunes Ribeiro (Professora Assistente Doutora do Departamento de Psicologia Clínica - Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho, Campus de Assis - SP).

A elevada incidência de pacientes considerados difíceis na clínica psicológica da atualidade revela-se como uma preocupação premente, em virtude da gravidade e intensidade do sofrimento psíquico que manifestam. Compreende-se por pacientes difíceis àqueles diagnosticados como psicóticos, esquizóides e borderlines, devido, entre outras razões, às dificuldades encontradas pelo analista ao realizar o manejo psicoterapêutico. Tratam-se de pessoas que apresentam graves falhas na constituição psíquica e processos simbólicos empobrecidos. Embora, os casos difíceis não se configurem como uma nova modalidade psicopatológica, apresentam complexidade e alternâncias extremas de afetos e estados que interrogam os limites teóricos e práticos e, ainda, demandam manejos e reposicionamentos psicoterapêuticos diferenciados. Os fenômenos clínicos são tipicamente esquizóides e as dificuldades encontradas para realizar a análise desses pacientes relacionam-se, principalmente, às fortes reações emocionais vinculadas a intensa transferência, que suscitam no analista diversos sentimentos intensos, tais como: ineficiência, incapacidade e irritação. Trata-se, deste modo, de uma clínica desafiadora, que opera nas bordas da prática clínica, revelando situações analíticas também consideradas tantalizadoras. O presente estudo objetivou investigar o imaginário coletivo de psicólogos em formação a respeito da atuação com pacientes difíceis no setting analítico. Com base em uma perspectiva investigativa psicanalítica intersubjetiva, o acesso aos conteúdos imaginativos dos psicólogos foi oportunizado por meio do uso do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema em situação de entrevista grupal para a abordagem da personalidade coletiva. Delineado à luz dos pressupostos clínicos winnicottianos, este instrumento possibilita a facilitação expressiva emocional dos participantes, o acesso aos conteúdos inconscientes e a captação do imaginário coletivo. Com o intuito de obter as associações dos psicólogos, no início de sua formação, no exercício da prática clínica, participaram oito estudantes de psicologia que se encontravam vinculados a um núcleo de estágio curricular na área clínica. Privilegiou-se, nesse estudo, a formação inicial de psicólogos, na medida em que reconhece-se este momento como imprescindível para o processo de estruturação formativa dos futuros psicólogos. Realizou-se uma entrevista grupal, na qual foi utilizado o Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema como recurso mediador-dialógico. O material resultante da entrevista composto pelos desenhos-estórias e a narrativa psicanalítica foi psicanaliticamente analisado, com base nos conceitos de campos propostos por Bleger e Herrmann, em busca dos campos de sentido afetivo-emocional. Dentre outros campos, desponta-se como preponderante o campo “Insegurança”, que comporta conteúdos subjetivos relacionados às manifestações de insegurança, angústias e ansiedades pelos estudantes de psicologia ao realizar a prática clínica com os pacientes considerados difíceis. Infere-se que este imaginário condiz com os sentimentos constransferenciais mobilizados nestes atendimentos. E, ainda, que as representações suscitadas se relacionam à inexperiência clínica, sendo esta uma característica peculiar deste momento inicial de formação. Este estudo possibilitou a apreensão do imaginário coletivo de estudantes de psicologia sobre as vicissitudes da clínica com os



pacientes difíceis, revelando que esses atendimentos são permeados por sensações de insegurança, angústia, ansiedade e impotência. Deste modo, os dados encontrados alinham-se às discussões presentes na literatura discutida, de que a clínica com os pacientes difíceis revela-se, particularmente, como uma clínica limítrofe, em que são mobilizados intensos sentimentos contratransferenciais.

Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema; psicanálise; imaginário coletivo; sofrimento psíquico.

PIBIC/ISB/UNESP.

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade

O IMAGINÁRIO COLETIVO DE CRIANÇAS SOBRE O AMBIENTE HOSPITALAR: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA. *João Fábio Haddad Caramori***, *Dr^a Diana de Sá Antunes Ribeiro*. Departamento de Psicologia Clínica - Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho, Campus de Assis – SP.

O ambiente no qual a criança se desenvolve é fundamental e relaciona-se ao processo de amadurecimento pessoal, desde mais tenra idade. Em determinadas circunstâncias, como quando se encontra adoentada e necessita ser hospitalizada, o ambiente que a circunda se altera, podendo essa repentina mudança refletir negativamente no processo de desenvolvimento emocional da criança, dependendo de como a vivência lhe for sentida. Considera-se então importante o estudo do imaginário de crianças sobre ambiente hospitalar, afim de entender como elas se relacionam a esta instituição e seus conteúdos subjetivos envolvidos no processo da internação. A pesquisa tem como objetivo analisar a concepção do imaginário coletivo que crianças podem ter sobre o ambiente hospitalar e como esta concepção pode afetar seu período de internação assim como sua experiência dentro deste. Utiliza como ferramenta de pesquisa o Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema e a elaboração de uma narrativa desenvolvida pelo aplicador, com um grupo de cinco crianças entre a idade de 3 até 10 anos internadas em um hospital público na cidade de Assis, interior paulista. Através da análise dessas produções com o PDE-T, o presente estudo busca explorar e refletir psicanaliticamente, sobretudo com contribuições de Winnicott, sobre os campos psíquicos encontrados no imaginário coletivo dessas crianças, propondo assim refletir sobre o ambiente hospitalar como suficientemente bom ou não, tanto para a saúde física como mental da criança. A análise dos resultados se deu por meio da captação dos campos psicológicos não conscientes da produção das crianças sobre o tema proposto. Análise esta que conta com técnicas psicanalíticas como a associação livre e a atenção flutuante dos pesquisadores responsáveis, e a leitura dos relatos de cada aplicação. Seguindo estes cuidados apontaram-se alguns campos psíquicos surgidos do imaginário coletivo das crianças, assim denominados: O campo do “Ambiente Materno”, com dois subcampos derivantes: o “Ambiente Materno Perdido”, e o “Ambiente Materno como Fortaleza”, o campo da “Promessa de Cura” e o do “Medo do Desconhecido”. Como o ambiente para Winnicott deva ser de oferecimento de holding por pessoas que cercam a criança em desenvolvimento, não é de se espantar o surgimento do imaginário “Ambiente Materno” e os subcampos relacionados. Em um momento de mudança significativa de ambiente, a criança pode ficar insegura com o novo ambiente do qual sabe tão pouco, a não ser o que lhe comunicam por meio do campo imaginário de que o hospital é uma “Promessa de Cura”, mas como sabem tão pouco sobre este espaço hospitalar pode surgir o imaginário do campo do “Medo do Desconhecido”. Conclui-se que, a partir destes campos surgidos, há necessidade de oferecimento de holding, com sensibilidade por parte de a equipe hospitalar e de cuidadores a levar em consideração a capacidade de compreensão das crianças sobre o mundo em que serão inseridos, assim como a possibilidade destas em suportar mudanças as ambientais que podem culminar com a ausência dos pais durante o processo de hospitalização.

Psicanálise; Ambiente hospitalar; Winnicott; Imaginário coletivo; Procedimento de Desenhos-estórias com Tema.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP.

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade



Sessão Coordenada 44 - OS DESAFIOS DA MEDIAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE CONTEXTOS INCLUSIVOS DE ENSINO

POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA RELAÇÃO UNIVERSIDADE-ESCOLA. *Juliana Eugênia Caixeta (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, DF), Maria do Socorro Dias de Oliveira* (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, DF), Ariane da Silva Amador* (Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, Brasília, DF), Douglas Campos de Ataídes* (Universidade Estadual de Goiás, Formosa, GO), Mateus Medeiros Leite* (Universidade Paulista, Brasília, DF), Matheus Pereira Xavier (Centro de Ensino Médio 2)*

O cerne deste trabalho está associado à necessidade de aproximação da universidade às escolas de ensino médio. Contemporaneamente, o ensino médio tem sido criticado pela sua indefinição como nível educacional promotor de competências que permitam o/a estudante seguir seus estudos na universidade e/ou ingressar no mercado de trabalho. O PCN + tem sugerido reformulações na concepção do ensino médio, com o objetivo de torná-lo mais integrado no que se refere às diferentes áreas de conhecimento, por outro lado, tem sido criados programas de integração universidade-escola que permitem a inserção de estudantes do ensino médio na universidade, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC- EM, do CNPq, e programas de estágio na extensão universitária. No entanto, ao mesmo tempo em que há este esforço de aproximação, percebemos que o maior desafio dos estudantes de escola pública em relação ao seu ingresso, como estudante ou bolsista remunerado ou não, à universidade tem sido o acesso às informações, inclusive, sobre estes programas. Este trabalho investigou os (não) saberes de estudantes do ensino médio sobre a Faculdade UnB Planaltina (FUP) e, também, a percepção de estudantes egressos do ensino médio sobre sua participação nesta faculdade. Os dados foram construídos por meio de entrevistas semi-estruturadas e questionário. Ao todo, participaram 40 estudantes do ensino médio e 6 estudantes, egressos do PIBIC-EM e de Programas de Estágio na Extensão Universitária. Os resultados permitiram concluir que os estudantes de ensino médio ainda sabem pouco sobre a Faculdade UnB Planaltina, especialmente: o que a sigla FUP quer dizer, as formas de ingresso na universidade e os cursos que são oferecidos. Quanto os alunos egressos dos programas, percebemos que eles transformaram suas identidades, porque tiveram a possibilidade de desenvolver projetos, participar de cursos, interagir com estudantes do ensino superior e seus professores. Os alunos egressos destacam três grandes benefícios de sua participação nos programas: reconhecimento social, ampliação da rede social e orientação para a escolha profissional futura. Dos alunos egressos entrevistados, a maioria está estudando em universidades públicas e privadas do Distrito Federal e apontam a participação nos programas como um diferencial na sua atuação na universidade, agora, como universitários. Historicamente, as dificuldades de comunicação entre a universidade e a sociedade, neste caso, enfocamos a relação universidade-escola, são uma constante nas pesquisas que se dispõem a discutir e investigar tais relações. No entanto, esses dados devem servir como indicadores importantes no delineamento de ações extensionistas e ou de divulgação universitária que atuem na aproximação da escola à universidade e vice-versa. Também devem contribuir para o fortalecimento de programas de inserção de alunos do ensino médio na universidade.

Ensino médio, universidade, integração universidade-escola.

DEX

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

DES - Psicologia do Desenvolvimento

EFEMERIDADES DA SALA DE AULA UNIVERSITÁRIA: CONTEÚDO DA FORMA DO TRABALHO COM PROJETOS NA DISCIPLINA ÉTICA. *Maria do Amparo de Sousa (Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF)*

A universidade é local de produção de conhecimentos, de culturas e de subjetividades. Sua função inclui mediar, local, nacional e internacionalmente a promoção das condições materiais, simbólicas e pessoais de interlocução e prática profissional e cidadã. Assim sendo, a práxis da universidade é intencionalmente transformadora da sociedade e dos sujeitos. O desafio ético é realizar atividades com propósitos e métodos solidários, de justiça e de responsabilidade individual e coletiva. Adiantando a compreensão de que em educação não garantimos resultados, apenas processos e contextos, apresentaremos experiências de desenvolvimento de projeto ao longo de um semestre no âmbito da disciplina Ética, ofertada nas modalidades, presencial e à distância. A disciplina se organiza em três eixos: introdução ao campo de estudo da ética, visão histórica da ética e a práxis em temas éticos contemporâneos. E tem como foco a formação humanística do estudante e futuro profissional a partir de atividades, leituras que permitam a reflexão sobre o ser ético, ser profissional e, também, sobre o fazer ético no contexto da futura profissão e, nesse momento, como estudante. Para tal, a disciplina prevê a realização de projetos em equipes multiprofissionais, haja vista que a disciplina congrega estudantes de variadas formações acadêmicas. As orientações para a proposta e realização dos projetos são: 1) formar grupos interdisciplinares; 2) perguntar-se o que poderiam mudar para melhor na sociedade, em uma comunidade ou em uma instituição; 3) elaborar o projeto; 4) desenvolver o projeto ao longo do semestre e 5) apresentar um produto final no último encontro presencial. O acompanhamento da elaboração e execução dos projetos são feitos na sala (na modalidade presencial) ou em fórum próprio, e a cada encontro presencial (4 ao longo do semestre), na modalidade a distância. Potencialmente, a atuação nos projetos promove o desenvolvimento do pensamento crítico, pela vivência da complexidade e aprendizagens sociais, políticas e éticas que contribuem para a autonomia, cidadania e competência profissional. A atuação do(da) estudante em contextos diversos e fluídos constitui uma práxis favorável à confirmação de crenças, valores e conceitos anteriores, ou ao seu questionamento e eventual reformulação; potencializa a consciência da complexidade dos fenômenos sociais envolvidos na sua área de estudo e de outras; possibilita o exercício de mobilização de todos os seus recursos: intelectuais, emocionais, relacionais; e oportuniza o desenvolvimento do espírito e método científico. A avaliação é essencialmente formativa, de processo, em que participam todos os envolvidos. No processo, cabe ao professor acompanhamento, apoio e feedback; uma aplicação flexível do planejamento e do método, adaptando-os às circunstâncias de cada grupo. Além de comprometimento nas ações, a realização do projeto requer ousar, arriscar, acreditar no próprio potencial, no do outro e em metodologias inovadoras, compreendendo que a educação é uma forma de intervenção no mundo e reconhecendo a responsabilidade social como um dever da universidade. Propomos apresentar nesta mesa episódios da sala de aula ao longo de um semestre, explicitando o conteúdo da forma de mediação por projetos: temas propostos, narrativas, lições imprevistas.

Disciplina de Ética na graduação; sala de aula; conteúdo da forma.

Universidade Católica de Brasília

Pesquisador - P

DES - Psicologia do Desenvolvimento

SALA DAS SENSações: UM ESPAÇO DE PROMOÇÃO DA INCLUSÃO?! Haianne Santos Souza (Secretaria de Educação do Estado de Goiás, Município - Planaltina de Goiás), Fabiana Miranda Souza * (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, DF) Ariadna da Silva Amador * (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, DF), Lorena Máximo da Silva (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, DF), Maria Eduarda Lima do Espírito Santo (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, DF)

A educação inclusiva possibilita a mudança do pensar e do fazer na escola e na universidade a partir da crença de que a convivência com as diferenças é condição para a transformação social. Nesse sentido, a educação inclusiva é uma força renovadora na escola e na universidade, porque potencializa a convivência dos alunos, fazendo com que valorizem, reconheçam e respeitem as diferenças. Neste trabalho, versamos sobre a sala das sensações, que tem por objetivo possibilitar aos participantes vivenciarem experiências cotidianas, relatadas por pessoas com deficiências, com o intuito de sensibilizá-las sobre as dificuldades e, também, as potencialidades de compensação que emergem no momento da resolução de problemas, no contexto social. A sala das sensações apresenta um conjunto de atividades a serem realizadas durante o percurso de um circuito criado dentro e fora de uma sala convencional. O circuito consiste em obstáculos e tarefas que devem ser realizados pelos participantes com o apoio de monitores, que são estudantes e/ou professores devidamente capacitados para as mediações necessárias na sala das sensações. Exemplificando as atividades da sala das sensações, temos que, além das atividades executadas com vendas e óculos adaptados, que simulam as deficiências visuais, tais como: identificar cheiros e sabores, caminhar por meio das marcações no chão, tampar com a tampa certa cada recipiente (detergente, água sanitárias, entre outros), realizar dominó e jogo da velha adaptados, a sala ainda conta com as atividades de simulação de deficiência física, como: colocar a pasta dental sem recorrer aos braços e às mãos, ou seja, usando apenas as pernas e os pés, colocar fraldas em uma boneca, utilizando apenas um braço e uma mão e outras atividades. O foco da sala das sensações é, então, simular atividades realizadas no cotidiano por pessoas com deficiência visual, auditiva e física. Ao provocar estas simulações, oportunizamos ao/a participante se posicionar no lugar do outro, que é deficiente e qualificado, em geral, como diferente e, muitas vezes, incapaz. O objetivo deste trabalho foi identificar os significados da sala das sensações, construídas por seus participantes, no processo de sensibilização quanto à inclusão de pessoas com deficiência. A sala das sensações já foi realizada em três escolas públicas do Distrito Federal e entorno e na própria universidade. Ao todo, já foi montada oito vezes e teve uma média de público de 50 pessoas por sessão, sendo, a maioria deles, estudantes e professores, da educação infantil à educação superior. Os dados foram construídos por entrevistas semiestruturadas realizadas após a participação da pessoa na sala. Os dados mostraram que há diferenças de percepção entre professores e estudantes. Os professores percebem a sala como um recurso interessante e focam suas falas na dificuldade das pessoas com deficiência; já os estudantes perceberam a sala como um espaço atrativo para brincar e para demonstrar suas capacidades de, por exemplo, ser capaz de realizar o dominó, mesmo com os olhos vendados. Os resultados desafiam a criação de recursos mediacionais alternativos, associados à sala das sensações, para que haja maior reflexão sobre a inclusão e suas possibilidades.

Inclusão, sala das sensações, simulações de deficiências.

DEX, CAPES- Novos Talentos, Instituto Bancorbrás de Responsabilidade Social.

Pesquisador - P

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

O QUE EU PRECISO PARA VIVER? UM ESTUDO SOBRE CONCEPÇÕES DE ADOLESCENTES NO CONTEXTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS. *Bruna Alves Lopes dos Santos** (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, DF), *Helena Barroso da Silva** (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, DF), *Renato Lopes Barbosa** (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, DF), *Fernando Barboza Granjeiro** (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, DF), *Patrícia Rodrigues da Silva** (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, DF), *Ilda Rodrigues da Silva** (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, DF), *Ravena do Carmo Silva Ramos** (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, DF), *Juliana Eugênia Caixeta* (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

As medidas socioeducativas têm o objetivo de aplicar ações pedagógico-educativas aos jovens entre 12 e 18 anos que cometeram algum ato infracional. Estas medidas são estabelecidas pelos artigos 112 a 130 da Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É definido no ECA (1990) que a escolarização de adolescentes autores de atos infracionais é prioridade nas medidas socioeducativas e cabe aos executores municipais, estaduais ou Organizações Não Governamentais, garantir aos adolescentes o acesso à educação e sua permanência na escola. A escolarização nesse contexto implica em posicionamentos teóricos controversos: de um lado, há os autores que entendem a escolarização como um castigo para os adolescentes, excluídos da escola, devido ao fracasso escolar; por outro, há aqueles que entendem a escolarização como uma oportunidade de ressocialização. Neste trabalho, entendemos que a educação, como um processo complexo, que envolve vários atores sociais, estratégias específicas e intenções determinadas, e não somente a escolarização, é capaz de gerar mudanças cognitivas, emocionais e sociais que possibilitem a construção de novos posicionamentos no mundo por parte dos adolescentes em medidas socioeducativas e toda equipe que trabalha com eles. Assim, nosso grupo de pesquisa tem trabalhado numa Unidade de Internação do Distrito Federal desde 2010 com o objetivo de criar espaços possíveis de inclusão a partir de mediações que permitam a reflexão dos adolescentes sobre o futuro e, neste trabalho, sobre a vida, mais especificamente, sobre o que se precisa para viver. O objetivo deste trabalho foi identificar os significados que emergiram do diálogo sobre as respostas a esta pergunta. Para tanto, foi realizada uma oficina com 16 adolescentes, 7 no turno matutino e 9 no turno vespertino, no qual a pergunta: o que eu preciso para viver foi feita. Para respondê-la, os adolescentes foram incentivados a fazer colagens, com figuras já cortadas pelo grupo e de revistas e jornais disponíveis no espaço do laboratório, onde as atividades eram realizadas. Cada adolescente fez sua própria colagem e a apresentou ao final da oficina. A análise dialógica temática, unida à análise semiótica da imagem parada, das colagens permitiu perceber que os adolescentes precisam de: turno da manhã – família, dinheiro, mulher, casa, trabalho, mudar de vida (desejo) e sentimentos; e, no turno vespertino – liberdade, dinheiro, felicidade, saúde-comida, família, responsabilidade e estudo-trabalho. Para permitir reflexões sobre cada tema construído por cada grupo (matutino e vespertino), a equipe elaborou e realizou um conjunto de intervenções que, ao final, resultaram no pedido dos adolescentes participantes para ouvirem e narrarem histórias de superação.

o que eu preciso para viver, mediação, medidas socioeducativas

DEX, CAPES - Novos Talentos, Instituto Bancorbrás de Responsabilidade Social

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

DES - Psicologia do Desenvolvimento

RAPENSANDO A LÍNGUA PORTUGUESA: ANÁLISE DE UMA INTERVENÇÃO NUMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS. Priscila Leite de Oliveira* (*Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, DF*), Juliana Eugênia Caixeta (*Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, DF*)

O tradicional ensino de língua portuguesa nas escolas, em alguns aspectos, provoca a sensação de impotência nos alunos, que afirmam ser utópico o aprendizado de tantas regras e exceções. Essa proposta faz com que o aprendizado da língua seja externa a si e a sua cultura. Por isso, o ensino inovador da língua portuguesa, considerando-a como uma construção social, se torna relevante onde quer que esse ensino aconteça. Nossa proposta, neste trabalho, é apresentar a análise de uma estratégia mediacional inovadora para o ensino da língua portuguesa, considerando como público-alvo adolescentes que se encontram em regime de restrição de liberdade e seu interesse pelo rap. Nesse contexto, o rap concretiza o uso da língua e sua construção como próprios de seus grupos sociais específicos. Isso permite que o ensino da língua, mediado pelo rap, não seja como o ensino de uma língua estrangeira, mas como uma produção social que faz parte de si e do seu grupo. O rap tem sido um importante instrumento mediacional no processo educacional de pessoas excluídas, haja vista sua natureza: letras que expressam críticas sociais, despreocupação com a aprovação da sociedade e as rimas. Assim, os debates fomentados pelas letras do rap e seu próprio texto enriquecem a aula de língua portuguesa ao permitir mediações para a análise do discurso, a produção textual, o paralelo da língua falada e escrita e a variação linguística. Por isso, é preciso que os falantes se sintam pertencentes a essa fala e a essa construção. Nesse contexto, a música, como expressão artística também da língua portuguesa, tem se tornado elemento mediador do ensino. O objetivo do trabalho é apresentar a análise de uma experiência de intervenção em que o ensino da língua portuguesa foi mediado pelo RAP. Foram analisados o diário de campo da professora-pesquisadora, os textos produzidos pelos adolescentes durante as oficinas, inclusive, na oficina de avaliação. Ao todo foram ofertadas 5 oficinas de Língua Portuguesa para 8 adolescentes. Os temas versaram sobre: variação linguística, poesia, gênero textuais, interpretação de texto e produção textual. Os resultados mostraram que o rap se mostrou um excelente recurso mediacional para o ensino de língua portuguesa para esse público, porque: a) os adolescentes sabiam cantar as músicas e passaram a interagir com a professora, comentando a letra e a musicalidade da letra, evidenciando o uso da língua como produção social; b) a partir das letras, a professora conseguiu mediar, tanto significados trazidos na letra como conceitos da língua portuguesa, por exemplo, na oficina 2 em que os alunos aprenderam a diferenciar prosa de poesia e identificaram as rimas; c) tiveram experiências com múltiplos gêneros textuais e d) identificaram os usos de funções da língua portuguesa para diversos eventos sociais.

RAP, língua portuguesa, oralidade, mediação, contexto social.

DEX, CAPES - Novos Talentos.

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

ESC - Psicologia Escolar e da Educação



O ENSINO DE CIÊNCIAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE UMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES DO DISTRITO FEDERAL: MEDIAÇÕES POSSÍVEIS. *Gislaine Cardoso Cláudio** (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, DF), Marcelo Bizerril (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

O ensino de ciências é um desafio dada à natureza dos fenômenos que o compõem, a saber: abstração e integração de várias áreas do conhecimento num único componente curricular, e às concepções e práticas que o têm concretizado na escola. Neste trabalho, em Ensino de ciências, aulas práticas, medidas socioeducativas.

CAPES.Mestrado - M

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

Sessão Coordenada 45 - **PESQUISAS EM HISTÓRIA DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

SIGNIFICADO DE PESQUISAS SOBRE IDEAIS, INTERESSES E DESENVOLVIMENTO MENTAL INFANTIL NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PSICOLOGIA APLICADA NO BRASIL. *Regina Helena de Freitas Campos/Universidade Federal de Minas Gerais*

A ideia de que os interesses espontâneos das crianças deveriam ser um guia para os educadores esteve presente no trabalho de psicólogos de orientação funcionalista como William James, John Dewey, Alfred Binet e Édouard Claparède desde o final do século 19 e início do 20. Para esses autores, a educação era uma área fundamental para o desenvolvimento da psicologia aplicada, e o movimento das crianças em direção ao que despertava sua curiosidade deveria ser essencial no planejamento de atividades pedagógicas. A Psicologia se tornou uma ciência cujo conhecimento passou a ser considerado imprescindível na formação de educadores. Essa ênfase nas relações entre a psicologia da criança, os interesses e o desenvolvimento mental infantil desencadeou a rápida expansão de uma literatura voltada para a divulgação de levantamentos sobre o assunto feitos na América do Norte e na Europa, logo seguida por estudos feitos por psicólogos e educadores em outros países. Muitos estudos eram feitos por psicólogos e seus alunos, e publicados em periódicos como *The Pedagogical Seminary* (editado nos Estados Unidos por Stanley Hall entre 1891 and 1924), a revista suíça *Archives de Psychologie* (editada por Édouard Claparède em Genebra entre 1901 and 1940) ou a francesa *L'Année Psychologique*, editada por Alfred Binet em Paris a partir de 1900. No Brasil, estudos desse tipo foram realizados nos anos de 1930 e 1940 por iniciativa da psicóloga e educadora Helena Antipoff, então responsável pela direção do Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte. Levantamentos sobre ideais e interesses das crianças mineiras foram realizados em 1929, 1934, 1939 e 1944, assim como diversos estudos sobre o desenvolvimento mental das crianças locais. As conclusões desses estudos revelaram para a autora e suas colaboradoras em que medida os instrumentos de avaliação psicológica utilizados - testes, questionários - podiam ser considerados como medidas válidas da qualidade das experiências culturais oferecidas às crianças em diferentes partes do mundo. Nos relatórios, as observações feitas em Belo Horizonte são comparadas a estudos feitos na Alemanha, França, Suíça, Estados Unidos e Rússia. Para Antipoff, os resultados dos inquéritos eram medidas úteis da qualidade da educação recebida pelas crianças. Por outro lado, demonstravam também uma contradição da moderna pedagogia. Se os resultados dos inquéritos mostravam limitações na educação recebida pelas crianças, como seguir sua motivação nas atividades pedagógicas? Ao contrário, os pedagogos deveriam se preocupar em enriquecer a experiência cultural das crianças. Nesses sentido, os instrumentos de avaliação psicológica deveriam se tornar verdadeiras ferramentas culturais, sendo testemunho das tendências da mentalidade de uma comunidade e fornecendo indicações para intervenções políticas e educacionais. A Psicologia aplicada assim entrou decididamente no circuito de mudanças culturais inspiradas na ciência e na tecnologia que caracteriza a modernidade.

história da psicologia infantil; ideais e interesses infantis; psicologia aplicada e políticas públicas

CNPq

Pesquisador - P

HIST - História em Psicologia



A PSICOLOGIA NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES NA EXPERIÊNCIA DA FAZENDA DO ROSÁRIO, MINAS GERAIS, SOB ORIENTAÇÃO DE HELENA ANTIPOFF, (1950-1960). *Adriana Otoni Silva Antunes Duarte/Universidade do Estado de Minas Gerais*

No início do século 20, a Psicologia torna-se ciência de referência na educação. No Brasil, a partir de 1890, conteúdos de Psicologia passam a ser ensinados na formação de docentes nas Escolas Normais, com o objetivo de fornecer embasamento teórico para a compreensão dos fenômenos educacionais. Mais tarde, nos anos de 1920 e 1930, os Laboratórios de Psicologia criados junto às Escolas Normais passam também a contribuir com a elaboração e aplicação de testes psicológicos visando a identificação de níveis de desenvolvimento mental e organização de classes homogêneas por nível de intelectual nas escolas públicas. Em 1928, é instalada, em Belo Horizonte, a Escola de Aperfeiçoamento de Professores, visando atualizar os mestres nas novas teorias e tecnologias educacionais, e instrumentalizá-los para a modernização do sistema escolar com inspiração no movimento escolanovista. Nessa Escola foi instalado um Laboratório de Psicologia em 1929, com a presença do psiquiatra francês Théodore Simon, e sua direção foi assumida por Helena Antipoff a partir de agosto do mesmo ano. Psicóloga, nascida na Rússia em 1892 e formada no Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra, Antipoff foi convidada pelo governo mineiro para colaborar com a reforma educacional de 1927-1928. Seu trabalho seguiu diversos caminhos no Brasil, entre eles a fundação da Sociedade Pestalozzi em 1932, para tratar e educar crianças excepcionais, e o estabelecimento de um complexo educacional na Fazenda do Rosário, em Ibitiré, MG, a partir de 1940. Ali foram implantados, a partir do final dos anos de 1940, cursos de aperfeiçoamento para professores rurais e para a educação especial. A pesquisa tem por objetivo identificar, nesses cursos, a percepção da função da Psicologia na formação do educador e sua avaliação da utilidade dessa ciência para a educação. Utiliza-se como fonte uma amostra do discurso constante de diários escritos pelas alunas em formação durante sua estadia na Fazenda, em regime de internato, durante os anos de 1950. Os diários se encontram preservados nos arquivos da Fundação Helena Antipoff em Ibitiré, MG. Elaborados a cada dia por uma das alunas e lidos na hora do jantar, continham registros de atividades e acontecimentos da Fazenda, produzindo reflexões sobre o meio e sobre a ação educativa da qual participavam os alunos, propiciando a observação dos progressos realizados nas técnicas do trabalho escolar e também na maneira de ser educador e de inserir a Psicologia como disciplina relevante nessa formação. O trabalho parte de um histórico do ensino da Psicologia para educadores, e enfocam a experiência protagonizada por Helena Antipoff e sua representação por parte de um grupo de educadoras que a vivenciaram. Resultados preliminares indicam que o ensino de Psicologia na Fazenda do Rosário focalizava especialmente as áreas da Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento, Social e da Personalidade, abordadas através do ensino teórico e de experimentos práticos. A Psicologia era percebida como uma ciência fundamental na formação do educador, por fornecer informações sobre processos de aprendizagem e desenvolvimento, e sobre a dinâmica psicossocial na educação.

Ensino de Psicologia; Educadores; Helena Antipoff
UFMG
Doutorado - D
HIST - História em Psicologia

RATIO STUDIORUM, RETÓRICA E SCIENTIA DE ANIMA: A PRESENÇA DE SABERES PSICOLÓGICOS NA FORMAÇÃO ESCOLAR JESUÍTICA DOS SÉCULOS XVI E XVII. *Sandro Rodrigues Gontijo/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo-Ribeirão Preto; Marina Massimi/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo-Ribeirão Preto*

As primeiras formas de educação ocidental são radicadas no mundo helênico e no romano. Isocrates (436a.C-348a.C) sustentando a *enkyklios paideia* (educação geral), concilia poética e filosofia. Nascia assim o curriculum de estudos científico literário que durante séculos esteve na base do *trivium* e do *quadrivium* e que constituiu a base das sete artes liberais. O mundo romano ao herdar a *paideia* helenística, retoma e amplia a ideia da retórica como coroamento supremo dos estudos. Cícero (106a.C-43a.C) e Quintiliano (35-95) alargam a preparação do orador à filosofia, à história e ao direito, fazendo da formação do orador a formação do homem completo. Esta concepção – remodelada pelo Renascimento e seu Humanismo e numa época de crescente interesse pela educação e de grande valorização da eloquência – é retomada no século XVI pela Companhia de Jesus para elaborar sua *Ratio Studiorum* (1599). A *Ratio* é a codificação da experiência educativa nos colégios da Companhia, sendo um regime escolar e curriculum de estudos, que ao sistematizar suas práticas busca um *modus docendi* comum à rede global de ensino gerida pelos jesuítas. A *Ratio* tornou-se a primeira sistematização de estudos (em termos administrativos/pedagógicos) do mundo ocidental e teve uma vigência de 150 anos. Salientamos em nosso recorte a presença de saberes psicológicos na formação escolar traça pelos jesuítas: nomeadamente a *scientia de anima* (psicologia filosófica de matriz aristotélico-tomista) e a retórica e estas compondo o plano educativo geral (*Ratio Studiorum*). Quanto ao ensino da filosofia a *Ratio* prescreve a orientação aristotélica e o *Curso Conimbricense* (manual escolar para ensino de filosofia baseado em comentários às obras aristotélicas). O comentário ao *De Anima* do *Curso Conimbricense* contempla a discussão aristotélica sobre a definição e organização da alma e de seu estudo. O estudo da alma (*scientia de anima*) é contemplado parte na *physiologia* (filosofia natural) da época abrangendo uma perspectiva orgânico-sensitiva (uma teoria vital e uma teoria da percepção), parte na *metafísica* (elabora uma *gnosologia* e um estudo do pensamento - intelecto). Já a classe de retórica era aquela para a qual convergiam todos os estudos humanísticos e que, mais do que todas, era destinada a realizar a integração dos saberes, combinando o *homo sapiens* com o *homo loquens*. A formação retórica preconizada pela *Ratio* não ignorava a dimensão performática da retórica. Encenar o discurso era encenar a voz, a disposição do corpo, o gesto e o olhar de uma paixão, fazendo uso dos instrumentos patéticos da persuasão, buscando a *moção* dos afetos. Uma formação completa justapõe filosofia e retórica, *sapientia* e *eloquentia*, como era próprio da cultura humanística. Ou seja, há uma produção teórica e aplicada que define o uso do discurso como meio de ordenar as emoções, organizar o raciocínio e alterar o comportamento. Tem-se deste modo uma formação propedêutica e uma educação geral, que veicula, dentre outros, saberes psicológicos presentes nos séculos XVI e XVII e que se materializam no curriculum dos colégios da Companhia de modo estruturado e orientado.

Palavras-chave: Retórica, psicologia filosófica, ensino jesuítico
FAPESP
Doutorado - D
HIST - História em Psicologia

O CONCEITO E A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA SUPERDOTADA NOS EUA E NO BRASIL – UM BREVE HISTÓRICO. *Cecília Andrade Antipoff*

O interesse pela mensuração da inteligência esteve presente na história da Psicologia desde o final do século XIX. Nos Estados Unidos, por exemplo, o psicólogo James Cattell cunhou o termo “Testes Mentais” em 1888, propondo a correlação dos resultados obtidos em alguns testes simples como a reação a um estímulo sonoro ou visual a reações mais complexas, como a atenção. O interesse pela testagem de crianças superdotadas aparece no contexto americano a partir da elaboração da Escala de Inteligência por Alfred Binet e Théodore Simon na França e sua posterior divulgação nos EUA pelos psicólogos Henry Goddard e Lewis Terman. A avaliação da inteligência de crianças e identificação dos superdotados nos Estados Unidos esteve relacionada ao contexto político e econômico do país, envolvido nas duas Grandes Guerras Mundiais e na Guerra Fria. Visando manter a primazia política e econômica em relação ao mundo, urgia a identificação precoce das crianças que fossem geniais para que uma educação de qualidade lhes fosse oferecida e, elas, em contrapartida, pudessem se tornar líderes, favorecendo o progresso da nação através das grandes invenções. Naquele momento, a educação dessas crianças tinha como foco a competição e o progresso do país. A identificação se dava basicamente a partir dos resultados obtidos nas Escalas de Inteligência, sendo considerada superdotada aquela criança que representava 1% da população, apresentando QI igual ou superior a 130 associado à habilidade de adquirir e manipular conceitos. Apesar de existirem outros teóricos que entendiam a inteligência como sendo influenciada pelo ambiente, tanto Goddard quanto Terman, que introduziram a testagem de inteligência na cultura e sociedade americanas e influenciaram significativamente as teorias da inteligência não só no país como no mundo, e outros estudiosos da área, como Leta Stetter Hollingworth e Catherine M. Lewis, entendiam que o resultado obtido na Escala de Inteligência seria herdado geneticamente. Essas informações e as pesquisas americanas se espalharam pelo mundo, e no Brasil não foi diferente. Helena Antipoff, psicóloga e educadora russa, precursora da educação de superdotados no Brasil a partir da década de 1940, foi inspirada também pela tradição norte americana através de leituras e citações dos teóricos estadunidenses em seus artigos. Mas, a partir de uma abordagem sociohistórica, propôs uma visão diferente, entendendo que a identificação dos superdotados não poderia se dar unicamente a partir de testes de inteligência, que estavam impregnados de conceitos e habilidades que são aprendidos. A criança superdotada era considerada, portanto, aquela dotada de capacidade e potencial superior, em relação à média da população, nas diversas áreas de características humanas, sendo essas aptidões acadêmicas ou intelectuais; capacidade criativa ou inventiva; aptidão motora ou cinestésica e aptidão psicossocial. E, em termos de QI, era aquela que obtinha o resultado igual ou superior a 140. Para Antipoff, a educação dessas crianças em terras brasileiras no início da década de 1970 não visava a competitividade, mas a oportunização de melhores condições de vida através de estratégias educacionais favoráveis ao seu desenvolvimento.

história do conceito de superdotação; superdotados - avaliação psicológica e educação

CAPES

Doutorado - D

HIST - História em Psicologia



AS CONCEPÇÕES DE HELENA ANTIPOFF SOBRE A ORTOPEDIA MENTAL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL. *Laênia Martins da Silva/Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais; Raquel Martins de Assis/Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais*

Este trabalho em História da Psicologia teve como objetivo central analisar as concepções de Helena Antipoff sobre ortopedia mental, identificando os fundamentos teóricos utilizados pela autora para sua definição de ortopedia mental e quais eram e com que finalidade as práticas de ortopedia mental eram recomendadas em seu trabalho nas classes especiais. Helena Antipoff veio para o Brasil em 1929, mais especificamente para Belo Horizonte, durante a implementação da reforma educacional mineira, para ser responsável pelo Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento, instituição de formação de professores e técnicos em educação. Desenvolveu inúmeras iniciativas no campo da psicologia e da educação em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, tornando-se uma das principais referências para a história da psicologia e da educação especial no país. A pesquisa aqui realizada utilizou como fonte os quatro volumes da coletânea das obras escritas de Helena Antipoff, organizados em 1992 como homenagem ao centenário de seu nascimento. Desses volumes, foram analisados os textos que tratavam de ortopedia mental e que retratam as concepções em psicologia e educação produzidas pela autora desde a década de 1920 até a década de 1970. Os resultados alcançados pela investigação demonstram que entre 1930 e 1935, para atender a demanda da época de oferecer práticas pedagógicas condizentes com os níveis mentais dos escolares, Antipoff realizou ações de homogeneização das classes através de testes de inteligência. Durante este processo, a autora fez uma crítica à limitação dessa ação isolada e concluiu que apenas a homogeneização não trazia resultados satisfatórios para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Percebendo que o sucesso das classes não era a homogeneização e sim oferecer à criança o ensino correspondente a seu desenvolvimento, apresentou como alternativa a ortopedia mental - nome dado por Binet a um conjunto de exercícios para estimulação das funções mentais: atenção, memória, percepção e outros. Antipoff adaptou a técnica da ortopedia acrescentando aos princípios de Binet, as propostas da escola ativa de Alice Descoedres e o material dourado utilizado por Montessori em seu trabalho. As concepções de ortopedia mental de Antipoff revelam dois aspectos centrais: a importância da interação entre professor e aluno durante a aplicação da técnica e a flexibilidade da técnica que “deveria ser adaptada ao infinito”. Desse modo, na aplicação da ortopedia mental a autora valoriza o envolvimento e a criatividade que o professor deveria ter com sua classe na elaboração das atividades a serem realizadas com os escolares.

Helena Antipoff; Ortopedia Mental; história da psicologia

CNPq

Mestrado - M

HIST - História em Psicologia



A FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. *Maria de Fátima Pio Cassemiro/Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais/ Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais*

Esta pesquisa, ainda em fase inicial, investiga a formação dos psicólogos em Belo Horizonte para a inclusão das pessoas com deficiência na escola comum e nas empresas através da Lei das Cotas. A Psicologia sempre esteve direta ou indiretamente relacionada
Formação de psicólogos; Inclusão; Pessoas com deficiência
UFMGDoutorado - D
HIST - História em Psicologia

Sessão Coordenada 46 - **PRÁTICAS DE REINserÇÃO SOCIAL: IMPASSES E CONTRADIÇÕES**

VIOLÊNCIA E CRIME: POSSÍVEIS RESPOSTAS AO DESAMPARO POR VIA DA REINserÇÃO SOCIAL.

Glaucia Regina Vianna UNIRIO

Francisco Ramos de Farias UNIRIO

Jose Paulo de Moraes UNIRIO

Lobélia Faceira UNIRIO

Maria de Fatima Scaffo Signorelli

Espera-se da sociedade que a mesma ofereça determinados esteios para o sujeito administrar, quando possível, o estado de desamparo. Nesse sentido, as políticas públicas teriam por função propiciar condições para amenizar a experiência de impotência e, com isso, dar ao sujeito alternativas para construir metas de vida. É dever do Estado oferecer os serviços da polícia e da justiça para proteger direitos e liberdades na vida coletiva. Sem essas ações seria praticamente impossível haver democracia. Conforme Soares (2010) esclarece, a justiça é sinônima de equidade. Porém, é muito comum que esse sinônimo seja tomado como antônimo: a justiça brasileira funciona diferente ante uma ocorrência, dependendo se o agente é de uma classe social ou de outra. Atualmente, a falta de acesso à justiça pelas camadas mais baixas da população, bem como a falta de um tratamento de igualdade pela polícia, revelam uma das manifestações mais repulsivas e ostensivas da desigualdade social, tornando-se evidente que a democracia é, para alguns, negada. Em decorrência desse modo de agir seletivo, o Estado torna-se um instrumento de desigualdade e de injustiça. Não obstante, o fato da polícia e de aparatos militares converterem-se em fonte de violência contra criminosos e população mais pobres denota que, segundo o pensamento de Wacquant (2001), o Estado perdeu o seu poder junto com sua capacidade de fazer justiça. Disso chegamos a uma dedução que ressoa a afirmação de Arendt (2009) de que onde há violência não há poder. Nesse sentido, quando o estado adota métodos de violência em suas ações estaria demonstrando um enfraquecimento do poder ou até mesmo sua ausência, o que pode ter como resultado o incremento da experiência de desamparo e de impotência naqueles para quem o Estado abre mão do poder em prol da violência. A inoperância do Estado aponta para um grave quadro de exclusão social, o qual se apresenta desde a abordagem policial, que é determinada por meio de quesitos tais como o local, a roupa, a cor da pele, faixa etária, sexo, nível de renda, classe social e orientação sexual, assim como a sentença do juiz e o próprio cumprimento da pena. Diante de tal quadro de segregação social, assevera que há uma urgência em modificar a ideia predominante sobre o que significa fazer justiça, pois, o fato do princípio de equidade não ser respeitado, só faz com que o aprisionamento aumente em larga escala, e junto com ele a seletividade. O cenário produzido caracteriza-se pelo aumento crescente do abandono de camadas da população pelas políticas públicas e, disso então, resulta um país que está se credenciando para tornar-se campeão mundial do encarceramento e que se esmera em produzir, nas prisões, o espetáculo grotesco da barbárie. Isso é o reflexo imediato da desigualdade social e da precariedade dos serviços de justiça, pois somente podemos pensar a ativação do estado de barbárie pela ineficiência da justiça ou por uma política que, utilizando-se do progresso científico, ponha em xeque valores concernentes à vida. Não obstante, o estado de barbárie referido às prisões concerne à forma de desumanização e coisificação que são aqueles cujo destino é a reclusão e segregação, decorrentes da condenação pelo aparato de justiça, para instituições penitenciárias. Em certo sentido, a condenação incide, quase sempre, no segmento vulnerável que não dispõe de meios



de acesso à justiça, engrossando as estatísticas de encarcerados, mantidos em condição de sobrevivência, quando muito. Indagamos: qual a posição ante essa constatação? Há alguma coisa a ser feita para mudar ou os esforços destinam-se a mantê-la? E como se posiciona o Estado em relação às condições precárias de vida? A prisão de quem é socialmente estigmatizado como ameaça à sociedade é vista como uma solução. No entanto, questionamos se esse método resolve o problema ou se simplesmente serve de repressão e controle para camadas da população em condição de impotência, desamparadas pelo Estado e que não têm nem

TRAUMA, CRIME, REINSERÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO

CNPQ

Doutorado - D

JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

CRIME, EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO SUBJETIVA: AS MÚLTIPLAS FACES DO ENCARCERAMENTO. *Francisco Ramos de Farias*

Considerando que a finalidade da prisão, pela privação de liberdade e disciplina, consiste na tentativa de recuperação do criminoso visando seu retorno à sociedade e a escola volta-se, sobretudo, para a produção de saber, no sentido da desalienação do homem, emancipando-o, caba indagar como se alinham, dialogam e convivem duas instituições com finalidades diametralmente opostas em um mesmo espaço geográfico? Quer dizer, se lançarmos o olhar para a instituição prisional, sabemos que seu foco é a punição pela perda de determinados direitos, enquanto que a escola, no ambiente prisional, visa libertar o homem, tornando-o consciente desses direitos, especialmente, o direito à transformação subjetiva pela educação, como se conciliam, em termos de funcionamento, a gestão da unidade prisional com a gestão da escola, se ambas partem de premissas opostas? Certamente é bastante paradoxal pensar em uma via em direção à liberdade, no caso, a escola, em um ambiente que gerencia a vida de homens em termos de garantir ao Estado, o não acesso aos direitos perdidos com a condenação pelo crime cometido? No que concerne às escolas em prisões, sabemos que seu funcionamento se assenta na premissa de produção de conhecimento e de acesso ao saber. Essas formas de transformação subjetiva para o ser humano, independente de sua condição social, econômica, legal, entre outras, assentam-se em operações seculares: ensinar, transmitir o saber e amor ao ofício. Essas nuances da experiência de transmissão do saber acontecem em qualquer ambiente, inclusive nos espaços onde existem escolas prisionais. Há. A esse respeito, uma particularidade que merece ser assinalada: muitas pessoas, pela prática do crime, realizam um tipo de inclusão alienada às políticas públicas, ou seja, existem muitos presos que somente têm acesso a determinadas políticas públicas depois que são condenados e encarcerados. Esse é o agente social que comparece na posição subjetiva de aluno. Mas há o professor que também ingressa nas prisões com um propósito: oferta de alternativas de vida que não apenas o crime. É nesse sentido que destacamos, em primeiro lugar, um agente social, no caso, o ser professor que, no ofício de transmissão do saber, situa uma escolha referida à história e ao desejo que remonta ao lugar de aluno de outrora e igualmente, ao lugar de quem testemunha um ofício, produzindo a tessitura própria de uma escrita, sendo o desejo a mola nesse processo. Eis o pórtico por meio do qual se envereda em direção ao saber, seja na acepção de sabor; seja no ofício de transmissão que se vincula amor. Amor, desejo e saber são evidências que reportam o professor a um outrora referido ao percurso da transmissão e ao um agora na proposta de deixar uma escrita, como um testamento, traçando linhas acerca das ocorrências no contexto da relação professor-aluno. Essas ações se edificam nos espaços prisionais, mesmo considerando o tipo de educação possível neles, bem como a singularidade dos alunos que, na maioria das vezes, somente se tornam alunos em razão de um crime cometido. Eis o ponto de reflexão dessa investigação: saber como os professores que atuam em escolas em prisões exercem seus ofícios no cotidiano com seus alunos. O fato de exercer o ofício de professor supõe pesquisar, deparar com o novo, com o inesperado e improvisar, para posteriormente expor, na intenção de ensinar. Assim, caracterizamos a transmissão como o ofício de sonhar alto realizado com prazer, marcado por uma teia constituída de momentos de glória, de transformação, de êxito, de recuos, de distanciamentos, de desistências e até de desilusões. Os passos desse processo são necessários à elaboração de ideias no sentido de articulá-las. Por isso, toda escrita, deixada pelas pegadas de um percurso, resulta de um duplo pretexto. Por um lado, destaca-se a questão referente ao lugar do professor e o desejo de transmissão de um ofício que opera pela via do amor e com o amor.

TRAUMA, CRIME, SISTEMA PRISIONAL, REINserÇÃO SOCIAL
CNPQ



Pesquisador - P
JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

A PRISÃO COMO ESCOLA TRANSMISSORA DE APARATOS INSTRUCIONAIS VIOLENTOS: UM ESTUDO DE CASO. *SIGNORELLI*

Evidencia-se, nesse estudo, que, embora a prisão tenha o propósito de reeducação e ressocialização do homem privado da liberdade pela transgressão às regras, na verdade vem se tornando um espaço de aquisição de aparatos instrucionais criminais, transmitidos de detento para detento, tornando-os violentos contumazes. A vida social está baseada em normas de conduta e o não cumprimento desses protocolos é considerado um desvio social indo de encontro às interdições religiosas e aos dispositivos legais com sanções que variam das ações policiais até a privação da liberdade. O sistema penal, criado para que comportamentos desviantes sejam punidos e corrigidos, deve proporcionar a capacidade de interiorização de ações e atitudes que promovam a reinserção do indivíduo à sociedade. Como instrumento de combate à reincidência ao crime, as políticas de segurança pública, em sua essência teórica humanista, propõem que, durante o período de encarceramento, o sujeito, transgressor às normas sociais seja alvo de constante processo correção e conscientização de seu delito, tentando evitar assim a reincidência. Contudo, tanto a sociedade marcada pelas desigualdades entre as classes, tanto quanto o sistema prisional brasileiro, apresentam sérias contradições, uma vez que a primeira exclui e a segunda funciona mais como uma escola de criminalidade, incompatível com a precípua função recuperadora. O que na verdade se observa é muito mais uma especialização na prática relativa aos delitos já cometidos, como também a aprendizagem de novas estratégias de criminalidade. Neste estudo discutimos a transmissão de aparatos instrucionais na prisão, a aquisição de estratégias de ação e técnicas de aperfeiçoamento no universo do crime. Nesse sentido, as prisões configuram-se sob a égide de mais um instrumento de promoção da violência. A pesquisa foi realizada no presídio Hélio Gomes; município do Rio de Janeiro e faz parte do Núcleo de Investigação: O Ato Criminoso como modalidade de Gozo. Em função da peculiaridade do tema, foi utilizado o estudo de caso, concebido como uma investigação sistemática de uma instância específica da realidade. A característica principal desse método é a ênfase na singularidade do objeto de estudo. O estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto ou sujeito, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico. Desse modo, escolhemos como unidade de análise um detento de 25 anos, preso por sequestro, com pena de oito anos, que, por seus atos de violência, tornou-se conhecido como xerife; terminologia adotada para qualificar o detento que assume voz de comando na cela, a quem os demais prestam obediência, cumplicidade e serviços. Este tipo de funcionamento reproduz, de certa maneira, a estrutura hierárquica do sistema penal. O processo de investigação em tela foi registrado em sete encontros, nos quais o detento consentiu na utilização dos dados para análise e publicação dos resultados da investigação, respondendo as questões com clareza e objetividade sobre sua posição subjetiva frente aos crimes praticados. Acrescente-se que, pelos quais não se sente responsável, critica os policiais, ao sistema penal e a sociedade. Ao relatar seu percurso na criminalidade, salienta que começou, sem querer, assaltando bancos e que embora tenha realizado oito sequestros e assassinatos não houve provas para que fosse julgado pelos homicídios cometidos. Salienta que é acusado, mas que não foi apresentada nenhuma prova, embora assegure já ter matado bastante: de dez a quinze pessoas. No que concerne ao uso de arma afirma que quando puxa o gatilho é para atirar, não para assustar. Esclarece que na unidade prisional ninguém sabe o que ele fez, uma vez que age de tal modo que cause a impressão de que tem um bom comportamento no cárcere. Justifica que esse modo de proceder deve-se a necessidade de produzir uma aparência de que não fez nada do que é acusado. A título de exemplo, utiliza o fato de trabalhar na prisão e ajud

VIOLÊNCIA, ENCARCERAMENTO, REINSERÇÃO SOCIAL



CNPQ
Doutorado - D
JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal



A PRISÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS COM A MEMÓRIA. *Jose Paulo de Moraes*

Este trabalho tem como proposta analisar a função da memória implícita na ideologia da “ressocialização” de pessoas em instituição prisional do Estado do Rio de Janeiro e submetidas ao ensino de regras e normas para transformá-las em pessoas dóceis. Essa proposta de “ressocialização” e de transformação pressupõe alguma tentativa de apagamento, uma vez que transformar significa deixar algo de lado em detrimento do novo, ou seja, deixar de ser essa pessoa “perigosa” para, através de ações provenientes do Estado, adquirir novos hábitos. A pesquisa parte de premissas fundamentadas no campo da memória social, considerando o cenário dos aparatos estatais de reprodução de condições de obediência e de homogeneização do homem pelo nivelamento de suas diferenças. Propõe-se a realizar reflexões e questionamentos acerca do processo de transformação subjetiva do homem por parte do Estado e de suas instituições de repressão e controle social. Em especial, atenta-se para a indagação: de que maneira o Estado busca a transformação da pessoa presa? O apagamento de memórias de fato é utilizado nesse processo? Complexa e ao mesmo tempo natural, a é uma condição que diferencia o homem de outras formas de vida, porém o ser falante, por motivos diversos, em alguns momentos de sua vida, tenta livrar-se de algumas memórias que o incomodam, criando um paradoxo inexorável sobre lembrar e esquecer, armazenar e descartar memórias. Sabe-se que o desejo de esquecimento assim como a vontade de lembrar não são processos autônomos que o homem possa regulá-los quando bem quiser, ou seja, há uma certa prevalência e imposição desses processos. Alguns interesses sociais e políticos são os condutores dessa engendrada trama que nos leva a essa discussão sobre o recalçamento e o apagamento que percebido, em alguns momentos, por meio de uma observação mais atenta das relações político-sociais, nos remete a reflexões. Há também o caso de impressões desagradáveis que não desaparecem, por maiores que sejam os esforços do homem para, delas, distanciar-se. Pretendemos trazer contribuições para tais reflexões em um contexto mais específico, que é o prisional, um campo espinhoso para estudo, repleto de contradições, inversões, falácias e inconclusões. Um campo muito amplo e fértil para estudo, mas há poucos trabalhos conclusivos sobre ele. Ao ser preso a pessoa é conduzida a uma casa de Custódia, local esse que faz a vez das antigas delegacias, onde agora o sujeito preso fica aguardando o julgamento pelo possível delito cometido e aguarda separado conforme localidade onde mora e, portanto da facção criminosa que atua naquela área de moradia dele.

prisão, crime, trabalho, reinserção social

FAPERJ

Doutorado - D

JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

CUSTÓDIA E ASSISTÊNCIA: AS DUAS FACES DA LEI DE EXECUÇÃO. *Lobélia Faceira*

A pesquisa tem a proposta de produzir reflexões acerca da prisão como esfera de produção e reprodução da estrutura social no âmbito da sociedade capitalista, considerando que as mesmas reproduzem o contexto contraditório da própria sociedade. Neste sentido, a pesquisa busca analisar as políticas sociais inseridas no contexto prisional, sendo perpassadas pela concepção de cidadania e, contraditoriamente, pela perspectiva positivista implícita no contexto das prisões. A Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – denominada como Lei de Execuções Penais (LEP) - é um dos instrumentos legais que normatizam os direitos e deveres dos presos, prevendo a concessão de benefícios e punições no processo de cumprimento da pena. A legislação e regras mínimas para o “tratamento” do preso no Brasil preveem que o mesmo deve ser realizado em condições, que permitam justa reparação do delito cometido sem prejuízo da integridade física, mental e social do preso. Nesse sentido, o processo de cumprimento da execução da pena previsto em lei é de cunho positivista, individualizando o crime, a pena e considerando a perspectiva de “tratamento” e de “reabilitação social”. Para tanto, a legislação prevê o desenvolvimento de políticas sociais, que possibilitem a garantia dos direitos humanos e sociais da população carcerária, bem como o desenvolvimento das condições de retorno ao convívio social. Estando assim, os marcos jurídicos permeados pela concepção de cidadania e, contraditoriamente, por uma perspectiva positivista. A LEP estabelece, no artigo 11, que as formas de assistência aos presos são compostas pelo direito a assistência material, jurídica, religiosa, social, educacional e à saúde; representando assim, no plano normativo uma inovação no atendimento às necessidades sociais, jurídicas, religiosas e educacionais dos presos, sendo os mesmos considerados legalmente como sujeitos sociais e cidadãos. A legislação relacionada ao campo da execução penal evidencia o caráter contraditório e híbrido da instituição social prisão, destacando as funções sociais de educação e de punição, bem como de assistência e de custódia. Nesse sentido, no campo da execução penal o conceito de direito passa a ser considerado benefício, sendo atravessado pela dimensão da disciplina e segurança, consideradas questões prioritárias neste campo. Contraditoriamente, a mesma legislação que representa a ampliação dos direitos humanos, possui intrinsecamente uma concepção positivista da assistência ao preso, considerando o direito como benefício e condição necessária para a harmônica integração social dos presos. É neste campo contraditório que se situa o objeto de estudo, que tem a proposta de analisar as políticas sociais inseridas no contexto prisional, analisando a prisão e sua relação com o processo de produção e reprodução da estrutura social, partindo de um referencial teórico metodológico marxista e dialogando com o campo interdisciplinar da memória social. O projeto tem uma perspectiva interdisciplinar, uma vez que está articulado à linha de pesquisa Memória, Subjetividade e Criação do Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), entendendo a memória social como a produção social de subjetividade e as transformações da subjetividade social frente aos jogos de poder. A memória social é uma construção processual, onde o sujeito reconstrói o passado com base nas questões relacionadas à sua subjetividade e sua perspectiva presente. Consequentemente, a concepção de memória social não deve se restringir à esfera por meio da qual uma sociedade representa para si mesma a articulação de seu presente com o seu passado, ou seja, o modo pelo qual os sujeitos sociais representam a si próprios e as suas relações sociais. A pesquisa busca analisar o processo, as relações e as mediações das políticas sociais desenvolvidas nas prisões, ressaltando como categorias centrais à memória social e a subjetividade presente no olhar e percepção

PRISÃO, TRABALHO, REINSERÇÃO SOCIAL



CNPQ
JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal



Sessão Coordenada 47 - **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, FORMAÇÃO INICIAL E CONTÍNUA DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS**

FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES DA UNESP: OFICINAS DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS.

Alessandra de Andrade Lopes - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho - UNESP/CENEPP

Maria Regina Cavalcante - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho - UNESP/CENEPP

Dagma Venturini Marques Abramides - Universidade de São Paulo - FOB/Bauru

Denise Stefanoni Combinato - Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA/São José dos Campos

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), ao longo de oito anos ininterruptos, tem desenvolvido estudos sobre as práticas pedagógicas de professores universitários e atividades de formação pedagógica contínua com professores de diferentes áreas do conhecimento e campos de atuação profissional. Inicialmente, as ações de pesquisa e de formação contínua foram realizadas por meio de um Programa Institucional, vinculado à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD, 2006-2008); depois com o Núcleo de Estudos e Práticas Pedagógicas da Unesp (NEPP/PROGRAD, 2008-2012); e a partir de 2013, com o Centro de Estudos e Práticas Pedagógicas da Unesp (CENEPP/PROGRAD). O presente relato de pesquisa-intervenção tem como objetivo apresentar as Oficinas de Estudos Pedagógicos (OEP) como uma das modalidades de formação contínua oferecida pelo CENEPP/Unesp, bem como apresentar e discutir os efeitos das OEP sobre o engajamento dos professores em atividades que visam reflexão contínua das práticas pedagógicas no ensino superior. Com base em estudos da área da Psicologia, em interface com a Pedagogia, as OEP tem sido planejadas e desenvolvidas como ações de intervenção e de pesquisa junto aos professores da Unesp. As OEP são oferecidas anualmente, com duração de 24 a 30 horas, em período concentrado e local reservado para o evento. As OEP são organizadas nos seguintes eixos estruturantes: fundamentos, metodologias e práticas pedagógicas. Os eixos têm como objetivos abordar o papel social e os desafios da universidade pública contemporânea; apresentar os processos envolvidos no ensinar e aprender, afirmando a relação de interdependência entre estes processos no ensino superior; reconhecer a unidade ensino, pesquisa e extensão, como fundamento epistemológico no ensino superior; apresentar o planejamento de ensino como principal instrumento teórico-metodológico da prática pedagógica; apresentar o projeto político pedagógico dos cursos como o mais amplo trabalho coletivo, que fundamenta os planos de ensino e de aula na universidade; apresentar e discutir os diferentes procedimentos e ferramentas de ensino e de avaliação, pelos quais os professores em interação com seus alunos desenvolvem atividades de ensino na universidade, indissociadas da pesquisa e da extensão. O princípio metodológico do trabalho está alicerçado na articulação da experiência concreta dos participantes com as teorias e discussões que embasam o programa das OEP. Durante as OEP os participantes se reúnem em pequenos grupos de trabalho e a partir de uma Folha Tarefa discutem e apresentam considerações individuais e elaboram sínteses coletivas que são apresentadas em plenária, juntamente com um convidado que durante exposição dialogada, aborda os resultados dos grupos de trabalho. Todas as atividades são avaliadas individualmente e em grupo durante a OEP. Depois de realizada a OEP os participantes voltam para suas unidades de origem e são convidados a participarem de outras atividades de formação pedagógica contínua, planejadas por Comissões Locais do CENEPP. Atualmente o CENEPP possui 33 Comissões Locais que desenvolvem, por ano 70



atividades de formação pedagógica contínua. Como resultados gerais, após sua 10ª. Edição das OEP, no ano de 2013, dos 3625 professores da UNESP, 30% dos professores já participaram, de modo espontâneo de uma OEP e mais de 60% já participaram de outras atividades de formação contínua, oferecidas pelas comissões locais, formadas por professores que fizeram as OEP. Podemos destacar que nas avaliações finais das OEP e das atividades locais, os professores têm registrado que a formação pedagógica continua tem cumprido com seus objetivos, promovendo espaço acadêmico e institucional para reflexão sobre as práticas pedagógicas dos professores da Unesp, aprimorando conhecimentos teórico-metodológicos relacionados ao ensino superior e contribuindo para um ensino de qualidade, articulado à pesquisa e à extensão.

Formação pedagógica contínua, ensino superior, práticas pedagógicas

PROGRAD - PDI/REITORIA

Outro

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DE UMA DISCIPLINA NA PÓS-GRADUAÇÃO DA FOB/USPDE. *Dagma Venturini Marques Abramides - Universidade de São Paulo - FOB/Bauru; Deborah Viviani Ferrari - Universidade de São Paulo - FOB/Bauru; Maria Regina Cavalcante - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho - UNESP/CENEPP; Alessandra de Andrade Lopes - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho - UNESP/CENEPP*

A formação pedagógica inicial do professor universitário é abordada nas várias edições do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), atualmente em sua quinta versão (2011-2020), que é a política pública mais importante para esse campo. Todavia, é necessário desenvolver uma cultura de valorização do ensino na universidade e que deve ser iniciada na pós-graduação stricto sensu. Não se trata de, em um período médio de dois ou quatro anos (mestrado/doutorado), formar integralmente um professor, mas do início formal da construção da identidade docente por meio da apresentação, discussão, reflexão e construção dos elementos para o planejamento da prática docente. É neste contexto que a “Prática Docente no Ensino Superior” é oferecida no programa de pós-graduação da FOB/USP como disciplina preparatória para o estágio de docência, exigido inclusive pela Capes de seus bolsistas. Este estágio corresponde ao PAE (Programa de Aperfeiçoamento do Ensino) e vem sendo valorizado na universidade uma vez que grande parte dos egressos da Pós-Graduação/USP procura pela carreira docente. O programa, por meio desta disciplina, compromete-se na formação de novos docentes aptos a enfrentar o desafio de estabelecer ensino e educação de qualidade, que integrem todas as dimensões do ser humano -sensorial, intelectual, emocional, social e ética- com a tecnologia, oportunizando a construção de novos modelos para o processo de ensino-aprendizagem. Tal processo implica em modificar o que é feito dentro da sala de aula e organizar ações de pesquisa e de comunicação que permitam a professores e alunos continuar aprendendo em ambientes virtuais, salas de aula virtuais, possibilidade de orientação à distância, etc. As ferramentas tecnológicas não minimizam o papel do professor, pois elas são utilizadas como um meio e não como um fim, em si mesmas; o que implica, necessariamente, em construir um aporte teórico-prático que fundamente e possibilite a condução de prática docente competente na sociedade contemporânea. Para tanto, o conteúdo programático inclui a conformação histórico-política da educação superior, a identidade e profissionalização docente, os saberes da docência (contexto da prática pedagógica- instituição, estado, sociedade, políticas públicas e curriculares, diretrizes, etc); a ambiência da aprendizagem, a andragogia, a taxonomia de objetivos educacionais, conteúdos, metodologia, avaliação da aprendizagem, as habilidades e competências sociais educativas do professor e as tecnologias de informação e comunicação e inovações pedagógicas. As estratégias de ensinagem englobam casos de ensino, problematização, confecção de plano de aula e de ensino. As produções de conteúdos no ambiente Moodle incluindo a redação de sínteses individuais e grupais contendo reelaborações acerca das temáticas discutidas na disciplina e os fóruns permitem a avaliação formativa e cumulativa do processo de aprendizagem. A análise destas avaliações, bem como da auto-avaliação do universitário, mostraram resultados favoráveis ao formato adotado na medida em que promoveu a reflexão sobre os fundamentos da identidade profissional do docente, sobre a renovação das estratégias pedagógicas utilizadas em sala de aula, incluindo a aplicação adequada de recursos multimeios. Outro resultado importante foi a motivação em relação à carreira docente que, em última instância, remete à (re)valorização do ensino a ser reconhecido nos critérios de promoção universitária.

Formação de Professores para o Ensino Superior, práticas pedagógicas, TDIC



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FONOAUDIOLOGIA - FOB/BAURU
CNPq/CAPES
Outro
ESC - Psicologia Escolar e da Educação

PRÁTICAS EDUCATIVAS E FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES DO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA (ITA). *Denise Stefanoni Combinato - Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA/São José dos Campos; Cristiane Pessoa da Cunha Lacaz - Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA/São José dos Campos; Silvia Matravolgyi Damião - Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA/São José dos Campos*

O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) tem desenvolvido junto à pró-reitoria de graduação, em especial, junto à Divisão de Alunos (DIVAL), ao Núcleo de Apoio Acadêmico, Científico e Social e Seção de Orientação Educacional, estudos e atividades que visam manter a excelência em pesquisa e formação profissional, oferecidas por esta instituição. Após um diagnóstico institucional no ITA, realizado para subsidiar o trabalho na área de Psicologia Escolar e da Educação pode-se constatar a necessidade de aperfeiçoamento das práticas didático-pedagógica, tendo em vista a qualidade no processo ensino-aprendizagem na sua totalidade. A partir dos resultados do diagnóstico, os responsáveis pelo Núcleo de Apoio Acadêmico e Seção de Orientação Educacional foram buscar informações sobre experiências já consolidadas na formação pedagógica contínua de professores do ensino superior. Após encontros com os responsáveis pelo Núcleo de Estudos e Práticas Pedagógicas da Unesp (NEPP/PROGRAD), compartilhando ideias e estudos à respeito da formação pedagógica contínua de docentes do ensino superior, no ano de 2011 o ITA passou a desenvolver um Projeto Institucional de Formação Docente, com encontros semestrais de formação didático-pedagógica para seus professores. Participam dos encontros semestrais, em média, 10% dos professores vinculados a diferentes divisões acadêmicas e departamentos do ITA. O grupo nem sempre conta com os mesmos docentes, alguns fazem parte do grupo inicial e outros, participam esporadicamente. Cada encontro tem duração de um dia (6 a 7 horas) e conta com apresentações de experiências didático-pedagógicas dos professores da Instituição e palestras sobre temas específicos, contando com a presença de convidados externos. Os temas mais discutidos até o momento foram: Para quem se ensina e como se ensina?; Abordagens pedagógicas; Projeto Político Pedagógico (PPP). Ao longo dos encontros também foram apresentadas experiências consideradas exitosas e criativas pelos professores do ITA, focalizando experiências interdisciplinares e a utilização de estratégias de ensino como fator motivacional e de aprendizagem. Outras atividades desenvolvidas no ITA vinculadas ao Projeto de Formação Docente e à área de Psicologia Escolar são: 1) acompanhamento docente, com objetivo de fornecer orientações didático-pedagógicas a partir de dados obtidos em observações de sala de aula, questionários e entrevistas com alunos, discussões com o professor; e 2) avaliação de metodologia de ensino, com objetivo de fornecer informações resultantes de pesquisa com alunos e orientações técnicas para o aprimoramento da atividade didática. Além disso, como desdobramentos da reflexão-ação em formação docente temos: 1) um grupo de estudos em ensino de engenharia, que teve como objetivo elaborar o perfil do aluno e estudar diferentes modelos de ensino no país e no exterior, a fim de subsidiar a reformulação do curso de Engenharia na instituição; 2) planejamento interinstitucional do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Engenharia, coordenado pela Associação Brasileira de Ensino de Engenharia (ABENGE); 3) oferecimento da disciplina optativa Tecnologia & Educação aos alunos da graduação, com objetivo de discutir as correntes teóricas da Educação e sua relação com a tecnologia, a fim de subsidiar os próprios alunos na análise crítica do PPP institucional e incentivá-los na formação inicial do professor engenheiro. Temos clareza que a formação e a reflexão sobre a prática do professor universitário não é algo simples. Estamos trabalhando com histórias de vida e experiências profissionais diversas. Mais que conhecer melhor



potencialidades e dificuldades do professor, temos o objetivo de dar visibilidade a caminhos mais efetivos para um ensino de qualidade, que se reverta numa aprendizagem significativa para os alunos.

Formação de Contínua, Práticas Pedagógicas, Ensino Superior
ITA/PROGRAD

Outro

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR: CASOS DE ENSINO COMO FERRAMENTA DE REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA. *Maria Regina Cavalcante - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho - UNESP/CENEPP; Alessandra de Andrade Lopes - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho - UNESP/CENEPP; Dagma Venturini Marques Abramides - Universidade de São Paulo - FOB/Bauru; Denise Stefanoni Combinato - Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA/São Jose dos Campos*

Os desafios para a formação contínua de professores do Ensino Superior podem ser delineados a partir de questões relacionadas aos fundamentos teóricos e metodológicos que orientam os programas de formação. No que se refere aos fundamentos teóricos a principal dificuldade reside na utilização de um referencial teórico que possibilite a identificação das necessidades, das expectativas e interesses dos professores, respeitando a diversidade teórica de formação básica. As questões metodológicas incluem a utilização de técnicas e instrumentos que possibilitem aos professores a reflexão sobre suas experiências e vivências em sala de aula e a identificação de alternativas de resolução das dificuldades peculiares às práticas pedagógicas no Ensino Superior, bem como a produção de conhecimentos e ao mesmo tempo a intervenção nestas práticas. Este estudo investigou os Casos de Ensino como ferramenta didática para a reflexão sobre a prática pedagógica em atividades de formação contínua de professores do Ensino Superior. Casos de Ensino são relatos de experiências profissionais, histórias de situações escolares que explicitam um dilema, um problema e as formas de enfrentamento ou estratégias utilizadas pelos personagens do Caso de Ensino para a resolução dos problemas descritos. Os Casos de Ensino incluem, também, um conjunto de perguntas investigativas sobre o dilema descrito e deve favorecer, ao professor, colocar-se no lugar do protagonista da história. O estudo foi desenvolvido em cinco grupos de professores do Ensino Superior, com em média 30 participantes, de diversas áreas do conhecimento em atividades de formação contínua. Inicialmente as pesquisadoras realizaram, em conjunto com os participantes, a leitura, em voz alta, do Caso de Ensino. Em seguida, os participantes em grupo discutiram as questões investigativas e redigiram respostas, de acordo com suas experiências educativas em sala de aula. As respostas foram discutidas por todo o grupo de professores para compartilhamento de experiências, a identificação de possíveis estratégias de enfrentamento dos problemas e de possibilidades de solução das dificuldades. As discussões dos Casos de Ensino orientaram a apresentação expositiva, realizada pelas pesquisadoras, dos principais conteúdos teóricos sobre o processo de ensinar e aprender no Ensino Superior. Verificou-se, em todos os grupos, que os Casos de Ensino promoveram a participação dos professores nas atividades de formação, possibilitaram o seu envolvimento nas atividades de análise de suas práticas no ensino, promoveu a compreensão de diversos fatores relacionados à prática docente como a relação de interdependência entre os processos de ensinar e aprender, e a necessária interdependência entre os elementos constitutivos do processo de ensinar e aprender: objetivos de ensino, conteúdos, procedimentos de ensino e de avaliação. A aplicação de Casos de Ensino na formação de professores foi efetiva para a produção de conhecimentos sobre o fazer docente no Ensino Superior bem como para o desenvolvimento das competências destes professores de pensar, analisar e criticar práticas de ensino e identificar, elaborar e organizar outras práticas, reconstruindo o próprio conhecimento e generalizando para as situações reais de ensino.

Casos de Ensino, Formação de Contínua de Professores, Ensino Superior
PROGRAD - PDI/REITORIA

Outro

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

Sessão Coordenada 48 - **PROCEDIMENTOS DE ENSINO DE LEITURA: ESTRATÉGIAS APLICADAS COM DISTINTAS POPULAÇÕES**

ENSINO DE LEITURA PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: ENVOLVIMENTO DOS PROFESSORES DE SALA DE AULA. Priscila Benitez** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino – INCT-ECCE, São Carlos, SP), Ricardo Martinelli Bondioli* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP), Máyra Laís Carvalho Gomes** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino – INCT-ECCE, São Carlos, SP), Camila Domeniconi (Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino – INCT-ECCE, São Carlos, SP),

O comportamento de ler é uma habilidade básica ensinada durante o processo escolar. O ensino dessa habilidade tem sido alvo de discussão, especialmente, quando se referem aos estudantes matriculados na escola regular com deficiência intelectual. O objetivo desse trabalho foi avaliar o ensino de leitura, aplicado pelo professor da sala de aula regular, a partir da leitura de um texto oral para todos os alunos. Foram recrutados três aprendizes (A1, A2, A3) com deficiência intelectual incluídos na escola regular e seus respectivos professores de sala de aula. A trajetória percorrida por cada aprendiz foi composta por cinco fases: a) avaliação de leitura e escrita (como medida de pré-teste), b) ensino de sete palavras compostas por duas sílabas (cada palavra foi ensinada em um texto diferente), c) replicação da avaliação (como medida intermediária), d) ensino de sete palavras compostas por três sílabas, e) replicação da avaliação (como medida de pós-teste). O procedimento de ensino (fases “b” e “d”) constituiu-se de três etapas: a) os professores liam em voz alta cada frase do texto para todos os alunos da sala, na presença da pesquisadora, b) os professores realizavam quatro questões de compreensão sobre a história e solicitava que o aprendiz-alvo (A1, A2 ou A3) respondesse primeiramente cada questão e c) os aprendizes realizavam na presença dos professores atividades de seleção de palavra impressa, diante da palavra ditada. No total, foram aplicados 14 textos (um para cada palavra de ensino). Cada texto apresentava uma palavra-alvo e era composto por 30 frases e a palavra-alvo aparecia trinta vezes, ou seja, uma vez em cada frase, oscilando a posição. Em relação aos desempenhos de leitura na primeira avaliação, A1 leu uma palavra corretamente, A2 e A3 não leram qualquer palavra, em contraste, na última avaliação, A1 leu todas as palavras corretamente dos dois ensinos (n=14), A2 leu nove palavras corretas (de 14 avaliadas e ensinadas, quatro da fase “b” e cinco da fase “d”) e A3 leu 11 palavras corretamente (quatro da fase “b” e todas as sete da fase “d”). Os pontos de discussão referem-se ao efeito cumulativo da aprendizagem de leitura previsto, demonstrado ao longo das três avaliações, uma vez que conforme eram expostos ao ensino de um número maior de palavras, os aprendizes começaram a ler outras palavras, além da palavra-alvo ensinada diretamente. Desse modo, são propostas sugestões para estudos futuros, no que concerne à investigação do ensino de leitura no contexto da frase e em relação ao preparo do material e, além disso, são propostas discussões sobre a capacitação fornecida aos professores e o manejo na aplicação de atividades de leitura em sala de aula, de modo a contemplar o aprendiz com deficiência intelectual e todos os outros alunos presentes na situação natural de contexto escolar.

crianças com deficiência intelectual, leitura, professor
FAPESP



Doutorado - D
AEC - Análise Experimental do Comportamento

AVALIAÇÃO PRELIMINAR DA APLICAÇÃO DE UM PROGRAMA INDIVIDUALIZADO DE ENSINO LEITURA MONITORADA POR PROFESSORES.

Golfeto, Raquel Melo; de Souza, Deisy das Graças; de Rose, Júlio César Coelho (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino, Universidade Federal de São Carlos, SP); Hanna, Elenice Seixas (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino, Universidade de Brasília, DF)

O objetivo do presente estudo foi avaliar a eficácia do Módulo 1 do programa de ensino informatizado Aprendendo a ler e a escrever em pequenos passos, aplicado por professores. O programa foi desenvolvido e revisado pela UFSCar e disponibilizado, de modo remoto, por meio do software denominado Gerenciador de Ensino individualizado por computador (GEIC). Inicialmente foram analisados os desempenhos de 80 alunos, indicados por seus professores como candidatos ao programa de ensino, devido as dificuldades apresentadas na aquisição de leitura e escrita. Destes, 57 foram encaminhados ao Módulo 1 (que ensina palavras regulares, constituídas por sílabas do tipo consoante-vogal) e os demais foram atribuídos ao Módulo 2, que ensina palavras irregulares (dificuldades da língua). As análises apresentadas neste trabalho se referem aos dados dos alunos expostos ao Módulo 1 sob a supervisão de professores da escola. Esse módulo ensina relações entre palavras ditadas e as figuras correspondentes e entre as mesmas palavras ditadas e as palavras impressas correspondentes. Os alunos também tem oportunidade de copiar as palavras impressas por meio da seleção de letras e sílabas na tela do computador. No conjunto, o módulo programa o ensino de 60 relações entre palavras faladas, impressas e figuras, distribuídas em 20 passos de ensino (três relações por passo), organizados em cinco unidades. Neste estudo, além das medidas de eficácia quanto ao desempenho aprendido (comparação entre escores de pré- e de pós-testes de diferentes etapas), foram também tomadas medidas sobre o ritmo individual de trabalho e sobre a distribuição dos alunos quanto à quantidade de unidades e passos completados. Na avaliação inicial os escores de 57 alunos foram predominantemente baixos, em média 44,7% para leitura, 40,3% para ditado com resposta construída no computador e 45,2% para ditado manuscrito (o valor mínimo e máximo foi de 0 a 100% para todas as tarefas) e, portanto, foram encaminhados ao Módulo 1. Para os 35 alunos que completaram o Módulo 1 (61,4%), as porcentagens médias para o primeiro pós-teste em leitura e nas duas modalidades de ditado (no computador e manuscrito) aumentaram de 54,1%, 51% e 55,2% (pré-teste) para 77,1%, 64% e 72,2%, respectivamente. Os 11 alunos (19,3%) que não finalizaram o Módulo 1 mostraram progressos compatíveis e proporcionais à quantidade de ensino a que foram expostos, com porcentagem média de 19,4% de acertos no pré-teste de leitura e 38,7% no primeiro pós-teste. O pós-teste de ditado com resposta construída no computador e ditado manuscrito encontra-se em andamento. Observou-se uma grande variabilidade de ritmo do avanço dos alunos no programa, tanto para aqueles que concluíram o Módulo 1 quanto aqueles que não o concluíram. Outros 11 alunos (19,3%) encerraram cedo a participação no programa pois mudaram de escola ou cidade. Os resultados sugerem que o Módulo 1 tem sido eficaz para ensinar a leitura e escrita de palavras e que sua aplicação, por professores, pode ser viável. Essa possibilidade, no entanto, depende da preparação previa do professor para a tarefa de monitoramento e da supervisão periódica da equipe de pesquisa sobre essa tarefa.

programação de ensino, leitura, escrita, equivalência de estímulos.

Bolsa de Pós-Doutorado PNPd (CNPq/ Processo 102218/2011-0) ;

FAPESP (Processo 2008/57705-8) e CNPq (Processo 573972/2008-7) para o INCT-ECCE, ao qual se vincula a equipe.

Pós-Doutorado – PD / AEC - Análise Experimental do Comportamento

APRENDIZAGEM DE SUBSTANTIVOS E ADJETIVOS POR CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN, POR MEIO DE LEITURA COMPARTILHADA DE LIVROS, PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN. *Camila Bonagamba** & Andréia Schmidt (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

A síndrome de Down é uma condição gerada pela trissomia do cromossomo 21 que acarreta, entre outras alterações, atraso no desenvolvimento da linguagem. Procedimentos de ensino por responder por exclusão tem se mostrado eficazes para auxiliar a aprendizagem de vocabulário por crianças com deficiência intelectual. A leitura compartilhada de livros para crianças é um recurso que tem sido estudado como forma de ampliação de vocabulário, e que se enquadra nessa linha de estudos. O objetivo do presente trabalho foi verificar a eficácia de diferentes condições de ensino de palavras por meio da leitura compartilhada de livro para seis crianças com Síndrome de Down, com idade entre seis e sete anos. No experimento foi utilizado um livro, confeccionado pela pesquisadora, que apresentava dois substantivos (pitaia e camapú – nomes de frutas) e dois adjetivos (magenta e oliva – nomes de cores) desconhecidos pelas crianças. O livro foi lido seis vezes para os participantes, duas vezes por sessão. As sessões tiveram um intervalo mínimo de uma semana. Em cada sessão foi realizada uma, entre três condições possíveis. Na Condição 1, o livro foi lido para a criança duas vezes, sem qualquer comentário adicional. Na Condição 2, o livro foi lido para a criança e era pedido que, durante a leitura, ela repetisse o nome das palavras desconhecidas. Na Condição 3, além da leitura de livro e durante ela, foram realizadas perguntas relacionadas às palavras desconhecidas (e.g., “como é o nome dessa fruta?”). Ao final de cada sessão foram realizadas sondas de aprendizagem das palavras novas e nomeação, e após uma semana da última sessão ocorreu um pós-teste de manutenção e um teste de generalização. A ordem de apresentação das condições foi balanceada entre os participantes. Três crianças apresentaram um desempenho melhor (maior número de acertos) nas sondas realizadas após a Condição 3; as demais apresentaram desempenhos variáveis. Apenas uma criança aprendeu de forma consistente um substantivo novo (camapú). As demais crianças, apesar de não apresentarem um desempenho consistente, conseguiram demonstrar generalização do desempenho para a palavra pitaia no pós-teste, e uma das crianças, no pós-teste também, nomeou o camapú, o que pode ser considerado um indício de que ela aprendeu a relação entre a figura e a palavra. Em relação aos adjetivos, as crianças não tiveram um bom desempenho, pois a maioria das crianças apresentava grande dificuldade em identificar cores. Os resultados indicam que a leitura compartilhada de livros pode auxiliar na aprendizagem de palavras por crianças com Síndrome de Down, mas são necessárias mais investigações sobre as condições de leitura e as características dos estímulos empregados (palavras, imagens e dicas linguísticas) para que esse favorecimento possa ocorrer.

responder por exclusão, leitura compartilhada de livro, Síndrome de Down

CAPES

Mestrado - M

AEC - Análise Experimental do Comportamento

LEITURA COMPARTILHADA DE HISTÓRIAS E A APRENDIZAGEM INCIDENTAL DE VOCABULÁRIO. *Aline Melina Vaz (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP. Departamento de Psicologia), Andreia Shmidt (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP. Departamento de Psicologia)*

A leitura de histórias parece favorecer a aprendizagem incidental de vocabulário em crianças, possivelmente devido ao processo de responder por exclusão, na medida em que palavras que as crianças já conhecem servem de contraste para aquelas que elas não conhecem. Esta relação de contraste caracteriza o responder por exclusão, que consiste na seleção de um estímulo indefinido (e.g., uma figura), na presença de outros estímulos conhecidos, diante de um estímulo modelo também indefinido (e.g., uma palavra desconhecida). Este trabalho investigou a aprendizagem de novos substantivos em 28 crianças de 3 e 9 crianças de 7 anos com desenvolvimento típico, em contexto de leitura compartilhada de livro infantil, manipulando a apresentação ou não da função dos referentes no contexto da história. Além disso, foi investigado: a) se as pseudopalavras e seus referentes apresentados na história sustentariam o posterior responder por exclusão na apresentação de uma nova pseudopalavra, e b) se a aprendizagem das palavras se mantinha em testes de retenção posteriores. Para tanto, uma história infantil (especialmente construída para esta pesquisa) foi lida para as crianças, na qual foram apresentadas quatro pseudopalavras (substantivos). A história definiu a função dos referentes de duas palavras (objetos desconhecidos que apareceram nas ilustrações); para as outras duas palavras, não houve essa definição. Sondas de Aprendizagem, Exclusão, Nomeação e Descrição da função foram aplicadas logo após a Fase de Leitura e após uma semana, verificando a aprendizagem imediata das pseudopalavras e a manutenção desta aprendizagem. Mais da metade dos participantes demonstrou ter aprendido pelo menos duas pseudopalavras, e as pseudopalavras sem função foram melhor aprendidas para os dois grupos. A exposição das relações entre as palavras indefinidas e suas respectivas figuras ao longo da história não foi suficiente para sustentar o responder por exclusão no grupo de crianças mais jovens, mas sim para as crianças de 7 anos. A atribuição de funções conhecidas a objetos desconhecidos não apresentou efeito facilitador para as mais velhas, e acredita-se que pode ter dificultado o estabelecimento de uma nova classe para estes objetos para as crianças mais jovens. Contudo, os resultados das sondas de nomeação e descrição da função, indicam uma aprendizagem consistente das palavras com função, desempenho evidente principalmente para as crianças mais velhas. Conclui-se que o papel da funcionalidade da palavra neste tipo de aprendizagem não parece claro, demandando a continuidade da investigação, com sondas que apurem não só o vocabulário receptivo da criança como também verifiquem o vocabulário expressivo referente às palavras-alvo, assim como outros aspectos relativos à aprendizagem nessa situação.

aprendizagem de vocabulário; responder por exclusão; leitura compartilhada; aprendizagem incidental; comportamento verbal; análise do comportamento

CAPES

Mestrado - M

AEC - Análise Experimental do Comportamento

INVESTIGAÇÃO DE EFEITOS DO USO DE CÃES COMO AUDIÊNCIA EM TAREFAS DE COMPREENSÃO DE LEITURA DE TEXTOS. *Laura Sodré Galvão Garcia***, *Thaís Siqueira Duarte**, *Isabela Zaine***, *Camila Domeniconi UFSCar*, Departamento de Psicologia, Laboratório de Estudos do Comportamento Humano, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP

A aprendizagem de leitura pode ser uma tarefa desafiadora e permeada por fracassos e punições. Essas condições podem conferir à tarefas de leitura caráter aversivo, sendo que o leitor aprendiz pode passar a apresentar comportamentos de evitação da mesma e baixa autoconfiança com relação ao seu desempenho. Estudos apontam para benefícios trazidos pela convivência com animais domésticos com relação a melhoras de bem-estar físico e emocional. Por essa razão, Atividades Assistidas por Animais (AAA) tem ganhado espaço em diversos contextos, como escolas, hospitais, asilos e centros de reabilitação, sendo que a presença de tais atividades tem sido relacionada com diminuição de batimentos cardíacos, pressão arterial, sintomas de ansiedade, depressão e comportamentos estereotípicos. A introdução do cão em um contexto de leitura para indivíduos que possuem histórico de fracasso em realizar leitura com compreensão pode diminuir a aversividade da tarefa, sendo que o cão pode atuar como audiência não punitiva. Assim, o presente trabalho pretende avaliar os efeitos da presença de cães na fluência em tarefas de leitura com compreensão em crianças. Participarão do trabalho 16 crianças de 8 a 10 anos que apresentam repertório de leitura de palavras isoladas, mas que tenham dificuldade de compreensão de textos e que não tenham medo de cachorro. O repertório de leitura será avaliado em uma sessão de pré-teste pela aplicação de testes de Leitura de Palavras Isoladas, Leitura Silenciosa, emparelhamento entre palavras escritas e figuras correspondentes e Teste Cloze (preenchimento de lacunas). Em seguida, os participantes realizarão 6 sessões de leitura de 6 diferentes histórias infantis, com duração de, no máximo 15 minutos. Cada sessão será realizada em um dia diferente e os participantes serão instruídos a ler uma história e informados de que lhes serão feitas perguntas sobre o texto depois da leitura. Os participantes serão divididos em 4 grupos experimentais: 1. Individual, 2. Em Pares, 3. Adulto e 4. Cão. Na leitura Individual, os participantes realizarão a leitura sozinhos em uma sala experimental; na leitura Em Pares, realizarão a leitura na presença de outra criança; na condição Adulto, a leitura será feita na presença de um adulto; e na condição Cão, realizarão a leitura na presença de um cão. Os três primeiros grupos representam situações de leitura usualmente praticadas no ambiente escolar e que podem haver adquirido caráter aversivo. A condição Cão representa a introdução de uma variável nova e possivelmente reforçadora à tarefa de leitura. Após cada sessão de leitura, serão realizadas 5 questões de compreensão de texto, que deverão ser respondidas oralmente. Ao término das sessões de leitura, serão reaplicadas as mesmas atividades do pré-teste. Todas as sessões serão gravadas por dispositivos de vídeo, de forma que se possa analisar a fluência e cadência de leitura e serão analisados os números de acertos nas perguntas de compreensão de texto, comparando-se o desempenho dos participantes dos diferentes grupos experimentais. Espera-se que, se de fato o cão exercer função de audiência não punitiva, que os participantes do grupo Cão, apresentem melhor fluência e compreensão de leitura quando comparado aos outros grupos.

leitura com compreensão, cão, criança

CAPES/FAPESP

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

AEC - Análise Experimental do Comportamento

Sessão Coordenada 49 - **PSICOLOGIA APLICADA AO ESPORTE E À DANÇA.**

RELAÇÃO ENTRE ÍNDICE DE MASSA CORPORAL E COMPORTAMENTOS ALIMENTARES EM ATLETAS DE VOLEIBOL FEMININO. *Andressa Melina Becker da Silva** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); Nathália Siqueira* (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); Renan de Moraes Afonso* (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); Isabella Goulart Bittencourt* (Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC); Murilo Fernandes de Araújo* (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); Mariana Fonseca Cavalheiro* (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); Sônia Regina Fiorim Enumo (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP).* ,

Entende-se por Padrão Alimentar Anormal um conjunto de práticas alimentares, que, em função de ideias inadequadas a respeito da ingestão de alimentos, não fornecem subsídios necessários ao equilíbrio nutricional. Da mesma forma, existe um risco maior destas pessoas evoluírem para um Transtorno Alimentar. O Índice de Massa Corporal [IMC = massa corporal (kg) / estatura (m²)] é usado para classificar desnutrição, sobrepeso e obesidade. Os pontos de corte de IMC são: baixo peso (IMC < 18,5); eutrofia (IMC = 18,5-24,99); sobrepeso (IMC = 25-29,99) e obesidade (IMC >= 30,00). O objetivo deste estudo foi verificar se o IMC tem relações com comportamentos alimentares. Participaram 27 atletas de voleibol feminino que competem em nível nacional, e que treinam em Curitiba-PR. Elas tinham 15,44 anos de idade, em média ($\pm 1,34$). Aferiu-se peso e altura para cálculo do IMC. Foi aplicado o Eating Attitudes Test-26 (EAT-26), com 26 itens (escala tipo Likert de 6 pontos), sendo os resultados agrupados em: Fator Dieta, que reflete uma recusa patológica a comida de alto valor calórico e preocupação intensa com a forma física; Fator Bulimia – refere-se a episódios de ingestão compulsiva dos alimentos para evitar ganho de peso; e Fator Controle Oral, que demonstra o autocontrole em relação aos alimentos e reconhece forças sociais no ambiente que estimulam a ingestão alimentar. O Padrão Alimentar Anormal equivale a escores iguais ou superiores a 20 pontos, indicando sintomas de transtornos alimentares. Os testes Kolmogorov-Smirnov e Levene não mostraram normalidade e homogeneidade dos dados, aplicando-se, então, testes não paramétricos - Kruskal-Wallis e Correlação de Spearman ($p < 0,05$). Os resultados mostram alto padrão alimentar anormal ($n = 14$; 51,9%). Em contrapartida, com base no IMC, apenas 14,8% apresentam baixo peso, contra 74% com IMC normal, 11,2% com sobrepeso e ninguém com obesidade. Não houve relações entre IMC e padrão alimentar geral pelo Kruskal-Wallis [$F(2, 27) = 4,637$; $p = 0,098$]. Contudo, houve correlações positivas e significativas entre o fator Bulimia com: fator Dieta (0,607), Escore geral (0,760), IMC (0,616) e a faixa etária (0,385). O fator Dieta se relacionou significativamente com escore geral (0,916) e com IMC (0,659). Por fim, o fator Controle oral se relacionou significativamente com o Escore geral (0,392). Percebe-se que o fator Dieta exerce maior influência no escore geral de padrões alimentares, ou seja, quanto maior a recusa patológica a comida de alto valor calórico e preocupação intensa com a forma física, maiores são as chances de o indivíduo apresentar comportamentos alimentares anormais. Destaca-se fato da relação entre fator Bulimia e faixa etária, sendo que as atletas de 17 e 18 anos apresentaram maiores riscos para bulimia do que atletas mais jovens. Apesar de não haver relação causal significativa entre IMC e



comportamentos alimentares, é necessário uma atenção a essas atletas, tendo em vista que as subescalas dos instrumentos foram correlacionadas significativamente.

Autoestima. Imagem corporal. Voleibol.

CAPES (bolsa de doutorado para primeira autora); CNPq/MCT (bolsa de produtividade em pesquisa em nível 1B, para última autora).

Doutorado - D

ESP - Psicologia do Esporte

RELAÇÕES ENTRE AUTOEFICÁCIA E ANSIEDADE EM BAILARINOS EM FASE DE PRÉ-COMPETIÇÃO. *Isabella Goulart Bittencourt** (Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC); *Andressa Melina Becker da Silva*** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Murilo Fernandes de Araújo** (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Renan de Moraes Afonso** (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Mariana Fonseca Cavalheiro** (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Nathália Siqueira** (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Sônia Regina Fiorim Enumo* (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP)

A autoeficácia corresponde às percepções e às crenças que os sujeitos têm sobre si mesmos. É importante ter conhecimento sobre o que influencia os campos de atividades e que permite especificar quais aspectos da autoeficácia serão mensurados. Nesse sentido, um dos componentes que podem interferir na autoeficácia é a ansiedade. A expectativa de eficácia no esporte e na dança está associada ao controle das sensações provocadas pela ansiedade, como respiração ofegante, reações impulsivas nos ensaios e competições. Considerando a relação teórica existente entre os construtos apresentados, sua relevância no âmbito esportivo e a ausência de estudos no campo da dança, o presente estudo objetivou verificar a relação entre a autoeficácia e a ansiedade-estado pré-competitiva de bailarinos adolescentes brasileiros. Participaram do estudo 441 bailarinos brasileiros, escolhidos por conveniência, de ambos os sexos (93,42% mulheres), com idade média de 15,35 anos ($\pm 3,36$). Eles dançam em média há 7,6 anos ($\pm 3,32$). A aplicação dos instrumentos ocorreu antes dos ensaios de passagem de palco, em dia de competição. Os aspectos éticos foram assegurados, conforme resolução do CNS 466/12. Para avaliação, utilizou-se a Escala de Autoeficácia para Bailarinos, com 15 questões, divididas em duas subescalas: Autoeficácia física e Autoeficácia psicológica. Foi utilizado também o Inventário de Ansiedade-Estado Competitiva adaptado para bailarinos, que contém 22 itens e três dimensões: Ansiedade cognitiva, Ansiedade somática e Autoconfiança. Para análise estatística dos dados, utilizaram-se os testes Kolmogorov-Smirnov e Levene, que mostraram não haver uma distribuição normal e homogênea dos dados, aplicando-se, então, testes não paramétricos (Kruskall-Wallis e Correlação de Spearman, adotando-se $p < 0,05$). Os resultados indicaram uma alta autoeficácia geral, seguindo a classificação: Alta ($n = 316$; 71,3%); Média ($n = 124$; 28%); Baixa ($n = 1$; 0,7%). Entretanto, percebeu-se uma maior autoeficácia psicológica ($M = 78,19$; $\pm 14,22$) se comparada à autoeficácia física ($M = 69,53$; $\pm 14,58$). A autoconfiança foi mais alta ($M = 22,04$; $\pm 5,84$), seguida da ansiedade somática ($M = 21,35$; $\pm 5,53$) e a ansiedade cognitiva ($M = 20,29$; $\pm 4,87$), correspondendo a um nível médio de ansiedade (19-27 pontos). Pelo Kruskal-Wallis, houve relação de causa e efeito significativa entre a autoconfiança e a autoeficácia geral ($p = 0,002$). Encontrou-se correlação positiva e significativa, pelo coeficiente de Spearman, entre ambos os tipos de ansiedade: cognitiva e somática; assim como da autoconfiança com todos os tipos de autoeficácia: geral, física e psicológica; entre os três tipos de autoeficácia: física, psicológica e geral; e entre a autoeficácia psicológica e a autoeficácia geral. Além disso, houve relação negativa e significativa entre: ansiedade cognitiva com a autoeficácia (geral e psicológica); e entre a ansiedade somática e autoeficácia psicológica. No geral, os dados indicam que, à medida que os bailarinos exercem bons julgamentos sobre suas próprias habilidades (autoeficácia), tendem a diminuir as expectativas negativas sobre seu desempenho (ansiedade cognitiva), bem como a controlar aspectos fisiológicos e afetivos (ansiedade somática). Portanto, a percepção da capacidade para



executar as ações exigidas para atingir certo desempenho interfere nos níveis de ansiedade, e por conseguinte, no desempenho dos bailarinos.

Autoeficácia. Ansiedade. Dança.

CAPES (bolsa de doutorado para segunda autora); CNPq/MCT (bolsa de produtividade em pesquisa em nível 1B, para última autora).

Doutorado - D

ESP - Psicologia do Esporte

RELAÇÕES ENTRE AUTOEFICÁCIA E DEPENDÊNCIA DE EXERCÍCIO FÍSICO EM BAILARINOS EM FASE DE PRÉ-COMPETIÇÃO. *Mariana Fonseca Cavalheiro** (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Andressa Melina Becker da Silva*** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Isabella Goulart Bittencourt** (Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC); *Murilo Fernandes de Araújo** (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Renan de Moraes Afonso** (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Nathália Siqueira** (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Sônia Regina Fiorim Enumo* (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP)

Autoeficácia refere-se aos julgamentos que as pessoas fazem de suas capacidades para organizar e executar seus planos de ação necessários para atingir determinados tipos de rendimento. Na busca de bons desempenhos, o bailarino apresenta alta frequência da prática de exercícios físicos. A relação estabelecida entre a dança e o bailarino abre espaço para a dependência física. Esta é entendida como um comportamento incontrolável, executado de forma excessiva, que se manifesta por sintomas fisiológicos e psicológicos, e que pode acometer bailarinos, devido ao excesso de ensaios e aulas. Assim, o objetivo deste estudo foi verificar a influência da autoeficácia na dependência de exercício físico em bailarinos adolescentes em fase de pré-competição. Participaram 322 bailarinos brasileiros, escolhidos por conveniência, de ambos os sexos (93,42% mulheres), com idade entre 10 e 19 anos ($M = 15,35; \pm 3,36$), e que dançavam há 7,6 anos, em média ($\pm 3,32$), competindo em nível internacional. A aplicação dos instrumentos ocorreu antes dos ensaios de passagem de palco, no dia da competição. Para avaliação, utilizou-se a Escala de Autoeficácia para Bailarinos, que contém 15 questões e é dividida duas subescalas - autoeficácia física e autoeficácia psicológica. Utilizou-se também a Escala de Dependência de Exercício Físico, contendo 20 questões, divididas em sete subescalas (continuação, efeitos de intenção, efeitos de abstinência, falta de controle, tempo, redução em outra atividade e tolerância), classificando-se a pessoa como dependente ou não de exercício físico. Os testes Kolmogorov-Smirnov e Levene mostraram não haver normalidade e homogeneidade dos dados, aplicando-se, então, teste não paramétricos - Correlação de Spearman e U-Mann Whitney, visando detectar a relação entre as variáveis ($p < 0,05$). Os resultados mostram correlação positiva e significativa da autoeficácia física com as subescalas de dependência: efeitos de intenção, efeitos de abstinência, falta de controle, redução em outra atividade e tolerância. Também houve correlação positiva e significativa da autoeficácia psicológica com as subescalas de dependência: efeitos de intenção, efeitos de abstinência, falta de controle, redução em outras atividades e tolerância. Por fim, a autoeficácia geral foi correlacionada significativamente com efeitos de abstinência, falta de controle e redução em outras atividades. Ao verificar a influência da autoeficácia na dependência de exercício físico, através do teste U-Mann Whytney, obteve-se um resultado não significativo. Isso indica que falta de relações nos constructos analisados como um todo, apesar de algumas subescalas terem correlações significativas. Contudo, destaca-se o fato das relações que foram significativas serem positivas, ou seja, quanto maior a autoeficácia física ou psicológica, maior será os efeitos de abstinência de exercícios, a falta de controle e a redução em outras atividades, por exemplo. Apesar disso, não houve uma relação suficientemente forte e significativa entre a autoeficácia geral e a dependência de exercício físico nestes bailarinos adolescentes.

Autoeficácia. Dependência de exercício físico. Dança.



CAPES (bolsa de doutorado para segunda autora); CNPq/MCT (bolsa de produtividade em pesquisa em nível 1B, para última autora).

Doutorado - D

ESP - Psicologia do Esporte

RELAÇÕES ENTRE AUTOESTIMA E IMAGEM CORPORAL EM ATLETAS DE VOLEIBOL FEMININO. *Nathália Siqueira** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Andressa Melina Becker da Silva*** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Renan de Moraes Afonso** (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Isabella Goulart Bittencourt** (Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC); *Murilo Fernandes de Araújo** (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Mariana Fonseca Cavalheiro** (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Sônia Regina Fiorim Enumo* (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP)

A imagem corporal se refere à figura do corpo para o próprio indivíduo, ou seja, como ele se vê, fundamentado em seus pensamentos e levando em considerações fatores emocionais, ambientais e sociais. Pensando nas conseqüências dessa percepção de imagem corporal, supõe-se que esta possa influenciar a autoestima. Autoestima pode ser entendida como o entendimento que o indivíduo tem de si mesmo, de suas atitudes, qualidades, sendo uma autoavaliação, que pode ocasionar sentimentos de rejeição ou aceitação de si próprio. Ambos os conceitos são fundamentais para que atletas de femininas de voleibol obtenham um bom desempenho tanto dentro das quadras, quanto fora delas. O objetivo deste estudo foi verificar a influência da imagem corporal sobre a autoestima de atletas femininas de voleibol. Participaram 27 adolescentes que competem em nível nacional de voleibol, e que treinam em Curitiba/PR. Elas tinham, em média, 15,44 anos ($\pm 1,34$). Para avaliação, utilizou-se a Escala de Autoestima, com 25 questões para assinalar como “verdadeira” ou “falsa”, caso se identifique ou não com a questão. Pontuações abaixo de 50% são consideradas baixa autoestima, de 50-75% é considerada autoestima média e acima de 75% é considerada autoestima alta. Para mensurar a imagem corporal, aplicou-se o Silhouette Matching Task (SMT), com 12 silhuetas, femininas e masculinas (1 = extremamente magra; 12 = extremamente gorda), nas quais o indivíduo assinala “SA” para a imagem atual e “SI” para a ideal (desejável). Assim, percebe-se que quando existe uma diferença entre as silhuetas atual e ideal há uma insatisfação da imagem corporal. Encontrou-se uma distribuição normal e homogênea dos dados (testes Kolmogorov-Smirnov e Levene), aplicando-se, então, testes paramétricos, como ANOVA e Regressão Linear Simples ($p < 0,05$). Os resultados demonstram que 92,6% das atletas apresentavam insatisfação com a imagem corporal, sendo que destes, 70,4% gostariam de emagrecer. A autoestima foi classificada como média (normal) ($M = 63,03; \pm 12,17$), confirmando outros resultados da literatura sobre o tema. Contudo, ressalta-se que 14,8% apresentaram baixa autoestima e 18,5% alta autoestima. Não foi possível verificar a relação de causa-efeito entre imagem corporal e autoestima pela ANOVA ($F(7,19) = 0,850, p = 0,561$), e nem pela regressão linear simples ($p = 0,223$). Assim, mesmo a maioria dessas jogadoras de voleibol estar insatisfeita com a imagem corporal e desejando emagrecer, não afetou sua autoestima. Pode-se pensar, então, que outro constructo influencie a autoestima dessas atletas. Assim, se faz necessário a realização de pesquisas futuras acerca da temática, inclusive envolvendo outras variáveis visando a uma melhor compreensão dessas relações.

Autoestima. Imagem corporal. Voleibol.

CAPES (bolsa de doutorado para segunda autora); CNPq/MCT (bolsa de produtividade em pesquisa em nível 1B, para última autora).

Doutorado - D

ESP - Psicologia do Esporte

EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO QUESTIONÁRIO DE QUALIDADE DE VIDA PARA ATLETAS ADAPTADO PARA BAILARINOS. *Renan de Moraes Afonso** (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Andressa Melina Becker da Silva*** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Isabella*

A qualidade de vida é um construto multidimensional, que possui dimensões cognitivas, emocionais e psíquicas de socialização e percepção de saúde; sendo determinada por múltiplos fatores, que incluem o grau de satisfação que a pessoa tem em certos aspectos físicos, psicológicos e sociais da sua vida. Uma das variáveis que influencia diretamente a qualidade de vida é o exercício físico, sendo este um grande aliado na promoção da saúde. Quando se trata de qualidade de vida de bailarinos de alto rendimento, a quantidade de fatores que podem influenciar na qualidade de vida é muito grande, pois entram em cena cargas excessivas de ensaios, junto com muitos estressores, tanto na competição, quanto nos ensaios. Somado a isso, bailarinos adolescentes apresentam a especificidade da idade, pois a adolescência é marcada pela passagem da infância para a vida adulta, caracterizando-se por alterações biopsicossociais. Por isso, é importante a avaliação de qualidade de vida de bailarinos devido ao alto nível de exigências e treinamentos, os quais podem causar um grande impacto na saúde física, psíquica e social. Assume-se, portanto, a necessidade de validar um instrumento de avaliação da qualidade de vida para a população de bailarinos, considerando que o mesmo só existe para atletas e existem diferenças em relação às especificidades das modalidades, esportiva e de dança, uma vez que esta última apresenta além de tudo características artísticas. Assim, o objetivo deste estudo foi adaptar o Questionário sobre Qualidade de Vida de Atletas (QQVA) para bailarinos adolescentes, bem como verificar suas evidências de validade. Os procedimentos éticos foram seguidos conforme resolução do CNS 466/2012. Foram avaliados 313 bailarinos, com idade entre 10 e 19 anos ($M = 15,35; \pm 3,36$), que dançavam, em média, há 7,85 anos, em festivais de dança de caráter nacional e internacional. Verificaram-se as evidências de validade de conteúdo, com a avaliação de especialistas para a pertinência teóricas e prática em termos de adaptações para bailarinos e acessibilidade da linguagem para adolescentes; além da verificação das evidências de validade da consistência interna, com a aplicação de análises fatoriais exploratórias e alfa de Cronbach. Os juízes propuseram pequenas alterações, que foram acatadas. A validade de conteúdo apresentou os coeficientes para linguagem (0,94), pertinência prática (0,95) e pertinência teórica (0,95). A análise fatorial mostrou a existência de cinco fatores, assim como o instrumento original, sendo esses: Relacionamento no contexto da dança ($\alpha = 0,731$); condições básicas para a saúde ($\alpha = 0,743$); sinais e sintomas de supertreinamento ($\alpha = 0,833$); planejamento e periodização do treinamento na dança ($\alpha = 0,532$); estado emocional do bailarino ($\alpha = 0,845$), com alfa de Cronbach geral de 0,840. Isto indica que os fatores com maiores magnitudes de efeito para a qualidade de vida dos bailarinos referem-se a aspectos emocionais e de supertreinamento. Esse resultado difere da validação original do instrumento, em que os maiores valores foram para o fator relacionamento no ambiente esportivo e condições básicas para a saúde, confirmando a necessidade de validações considerando as especificidades de cada modalidade de prática física.

Qualidade de vida. Dança. Avaliação Psicológica.

CAPES (bolsa de doutorado para segunda autora); CNPq/MCT (bolsa de produtividade em pesquisa em nível 1B, para última autora).

Doutorado - D

ESP - Psicologia do Esporte



EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO RESTQ-SPORT ADAPTADO PARA BAILARINOS.

*Murilo Fernandes de Araújo** (Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Andressa Melina Becker da Silva*** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP); *Renan*

Em meio a um ambiente extremamente competitivo, por diversas vezes, o bailarino profissional se encontra sob excessiva pressão física e psicológica em situações estressantes. O estresse é entendido como uma relação entre pessoa e ambiente, avaliada pelo i Estresse. Dança. Avaliação Psicológica.

CAPES (bolsa de doutorado para segunda autora); CNPq/MCT (bolsa de produtividade em pesquisa em nível 1B, para última autora).Doutorado - D ESP - Psicologia do Esporte



Sessão Coordenada 50 - **RELIGIOSIDADE E SAÚDE EM DIFERENTES CONTEXTOS**

RELIGIOSIDADE E SAÚDE MENTAL EM IDOSAS: PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DE UM CENTRO DE PSICOGERIATRIA CLÍNICA. *Marta Helena de Freitas – Programas de Mestrado e Doutorado em Psicologia - Universidade Católica de Brasília; Cândida Helena Lopes Alves – Faculdade de Ciências da Saúde e Escola Superior de Saúde - Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal; Nicole Bacellar Zaneti – Instituto de Ensino Superior de Goiás – IESGO, Brasil*

Relações entre religiosidade ou espiritualidade e saúde do idoso tem sido frequentemente objetos de estudos e pesquisas em psicologia e gerontologia nos últimos tempos, chamando atenção para a importância de se considerar este binômio no atendimento a esta população. Entretanto, no contexto específico de atenção à saúde mental, o tema é ainda pouco explorado, especialmente no que diz respeito à percepção dos próprios profissionais que os acompanham. Este trabalho, de cunho exploratório, e que constitui-se num recorte de um projeto mais amplo desenvolvido em diversos contextos da saúde mental no Brasil e em Portugal, pretende contribuir nesta direção. Para tanto, considerou-se como religiosidade o modo como a própria pessoa experimenta e manifesta suas crenças religiosas. Apresenta-se aqui os resultados obtidos a partir de entrevistas realizadas com integrantes de uma equipe multiprofissional do Centro de Psicogeriatría Clínica do Hospital Conde de Ferreira, situado na cidade do Porto, Portugal. Foram entrevistados seis profissionais, sendo duas psicólogas, dois psiquiatras, um enfermeiro e uma enfermeira. As entrevistas, informais e semiestruturadas, foram conduzidas segundo postura fenomenológica, com objetivo de averiguar os seguintes aspectos: a) se e como a religiosidade se faz presente, na rotina diária de idosas atendidas no referido centro, na percepção destes profissionais; b) como percebem possíveis relações entre esta religiosidade e a saúde mental ou psicopatologia; c) como lidam com as manifestações religiosas destas idosas no cotidiano de sua prática profissional. Após transcrição, o material produzido com as entrevistas passou por sucessivas leituras, buscando-se identificar as convergências e divergências nas percepções relatadas pelos profissionais. Como principais convergências encontrou-se que: a) a religiosidade, notadamente a de natureza católica, está muito presente na rotina diária das idosas, manifestando-se por meio de hábitos de rezar todas as noites, manter imagens sacras junto ao leito, assistir às missas diariamente na televisão, ir à missa pelo menos uma vez por semana, dentre outros; b) tendência a perceberem estas manifestações religiosas como sendo positivas para a saúde mental das idosas, na medida em que oferecem conforto e esperança, além de lhes ocuparem o tempo; c) postura de respeito a essas manifestações religiosas, evitando contrariá-las, mesmo nos casos em que se manifestam de modo exacerbado. Alguns dos profissionais entrevistados relatam situações em que a exacerbção das manifestações religiosas podem ser problemáticas, especialmente quando acompanhada de delírios místicos que impedem que as pacientes se deixem receber o devido cuidado, seja com alimentação, higiene ou medicação. Nestes casos, procuram contornar a situação de modo a não confrontar as crenças das idosas assistidas, buscando criar situações de negociação, até que as convençam a receberem adequadamente o cuidado de que necessitam. São unânimes em afirmarem que o tema das relações entre religiosidade e saúde mental não foi abordado ao longo de sua formação profissional. Conclui-se pela importância de se investir em mais estudos acerca desta temática, na medida em que a população idosa tem aumentando no mundo inteiro e o tema da religiosidade costuma ter importância significativa nesta faixa etária, especialmente em países de tradição religiosa, como o Brasil e Portugal.

Religiosidade; espiritualidade; saúde; saúde mental



CNPq e Santander Universities
Pesquisador - P
RELIG - Psicologia da Religião

A RELIGIOSIDADE COMO ESTRATÉGIA DE COPING FRENTE AO ADOECIMENTO CRÔNICO DO IDOSO. *Valdirene da Cruz Santana Nascimento - Curso de Psicologia, Universidade Católica de Brasília, Brasília – DF; Lilian Maria Borges Gonzalez - Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica – RJ*

A vivência de uma doença crônica requer múltiplas adaptações. O adoecimento pode gerar sentimentos de apreensão e ameaça, dependendo de como a pessoa percebe e lida com esse processo, podendo levá-la a questionar a vulnerabilidade, a finitude e a imprevisibilidade da sua condição humana. Uma pessoa idosa diagnosticada com uma doença crônica não perde necessariamente sua capacidade funcional e pode preservar sua qualidade de vida quando mantém a doença sob controle mediante o tratamento necessário, a adaptação à nova realidade de vida, a identificação de fatores de risco e o cultivo de hábitos e atitudes favoráveis à saúde. A fé, a religiosidade e/ou a espiritualidade podem facilitar a aceitação das perdas e limitações ligadas ao processo de envelhecimento ou de adoecimento, oferecendo ferramentas psicológicas ao idoso para lidar com situações estressantes ou momentos de crise, evitando o desequilíbrio emocional. O objetivo do presente estudo foi investigar como a religiosidade e a espiritualidade influenciam as ações cognitivas e comportamentais dos idosos diante do adoecimento e se a utilização deste tipo de estratégia de coping, no sentido em que o define Pargament, interfere na adesão destes aos seus planos de tratamento. Participaram da pesquisa oito idosos, com idades entre 60 e 78 anos, em sua maioria mulheres, com diagnóstico de diabetes, hipertensão arterial e/ou doença cardiovascular, de diferentes credos religiosos e que participavam de atividades socioeducativas oferecidas por uma associação para convivência de idosos em funcionamento no Distrito Federal. Na coleta de dados, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas e aplicados dois instrumentos: Escala de Frequência e Tipos de Práticas Religiosas Privadas e Sociais e Escala de Coping Religioso e Espiritual (CRE). Os resultados apontaram que os idosos possuíam diversas práticas religiosas, sobretudo rezas e orações, que estavam presentes no cotidiano de todos eles. As principais estratégias de coping religioso utilizadas pelos entrevistados foram de dimensão positiva, principalmente o afastamento do problema ou da situação de estresse focando a atenção nos aspectos religioso/espirituais como modo de encontrar alívio temporário, busca pessoal de crescimento espiritual e posicionamento positivo frente a Deus. O estilo de coping cooperativo foi o mais empregado, seguido pelo estilo suplicante. A atitude de esperar somente em Deus o controle e a resolução dos problemas foi pouco exercitada pelos idosos que se viam como cooperadores de Deus na busca da solução ou do alívio da situação estressante. Notou-se uma relação entre coping, adesão e religiosidade, pois os idosos encaravam as orientações e prescrições recebidas na relação com a equipe de saúde como uma perspectiva em parte sobrenatural, cultivando a ideia de que as orientações recebidas advinham de Deus. A partir do conjunto de dados obtidos, pode-se concluir que a religiosidade/espiritualidade influencia as estratégias utilizadas por idosos perante a necessidade de lidar com adversidades decorrentes da vivência de uma enfermidade crônica e de outras perdas associadas ao envelhecimento. Por conseguinte, presume-se que as crenças religiosas influenciam fortemente na forma como os idosos significam e agem frente ao adoecimento e às escolhas das diferentes e possíveis maneiras de exercer o autocuidado.

Idosos; Adoecimento crônico; Coping religioso; Enfrentamento religioso.

Não.

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

SAÚDE - Psicologia da Saúde

EXPERIÊNCIA RELIGIOSA COMO VIABILIZADORA DE SENTIDOS PARA MÃES QUE PERDERAM SEUS FILHOS POR SUICÍDIO. *Miguel Gil Pinheiro Borges – Programa de Mestrado em Psicologia - Universidade Católica de Brasília; Marta Helena de Freitas – Programas de Mestrado e Doutorado em Psicologia - Universidade Católica de Brasília*

O suicídio se apresenta como fenômeno complexo que vem registrando aumento em seus números, nacional e internacionalmente; sendo considerado problema de saúde pública de difícil intervenção e prevenção, com altos custos financeiros e emocionais para os envolvidos. Considerando a relação suicídio e religião no Brasil, país de tradição religiosa, com predominância do cristianismo, pode-se perguntar sobre o papel desempenhado pela religiosidade no trabalho de ressignificação de ‘sobreviventes’. Neste trabalho, toma-se como foco esse último aspecto, voltando-se para a investigação de como ele tem se manifestado na experiência de mães que perderam seus filhos pelo suicídio. Trata-se de estudo descritivo no qual se empregou metodologia qualitativa, inspirada pela fenomenologia, consistindo em entrevistas informais e semiestruturadas, realizadas individualmente com duas mães cujos filhos retiraram a própria vida. As entrevistas foram gravadas, transcritas, fez-se uma síntese de cada uma delas, que foram conferidas pelas respectivas colaboradoras. A partir de uma leitura fenomenológica sobre o material obtido com as entrevistas e com esta espécie de retorno a cada mãe, identificaram-se aspectos “convergentes” e “divergentes” na experiência de perda das mesmas, buscando-se chegar a uma espécie de “estrutura geral do vivido”. Em um segundo momento, estabeleceu-se um diálogo dos resultados obtidos nessa pesquisa com as interpretações epidemiológicas do suicídio encontradas na literatura consultada e, finalmente, uma apreciação crítica desse diálogo. Para fins específicos dessa apresentação, selecionou-se um dos aspectos investigados: a experiência da religiosidade como um dos sentidos que emergiram no lidar com a perda do filho. Depreendeu-se que a concepção de sentido para a fenomenologia se apresenta como noção abarcadora da complexidade demandante do tema suicídio, indicando que a religiosidade favorece, simultaneamente, um suporte para lidar com a dor e também um redirecionamento de vida para essas mães enlutadas. A perspectiva de que a vida continua para além da morte se apresentou de modos diferentes para cada uma delas, na medida em que uma das mães, antes ateia, se aproximou do espiritismo e a outra, antes protestante, mas então afastada, se reaproximou novamente dessa religião. Em ambos os casos, registraram-se vivências configuradoras de sentidos sobre a morte de seus filhos. Concluiu-se que a incompreensibilidade, a imprevisibilidade, os sentimentos de impotência e a irreversibilidade da morte foram os aspectos mais essenciais dos sentidos da morte voluntária dos próprios filhos na percepção das mães entrevistadas. A vivência religiosa se apresentou como viabilizadora de sentido, oferecendo recursos para lidar com tais aspectos, especialmente para uma dessas mães, ajudando-a na elaboração de luto tão específico. Do ponto de vista de uma racionalidade meramente científica, os sentidos advindos de experiências religiosas não se apresentam de forma claramente inteligíveis e racionalmente categorizáveis, mas são compreensíveis do ponto de vista da sensibilidade e da lógica intuitiva. Na literatura epidemiológica consultada, a religião se apresenta como fator de proteção do suicídio, mas não foram encontrados estudos qualitativos investigando como esse fenômeno se configura, em um sentido preventivo/interventivo para os ‘sobreviventes’, indicando assim a necessidade de mais estudos qualitativos sobre o tema.

Experiência religiosa; religiosidade; mães; suicídio; sentidos; fenomenologia.

Não.



Mestrado - M
SMENTAL - Saúde Mental

A VIVÊNCIA DA TEMPORALIDADE E DA ESPIRITUALIDADE EM PESSOAS COM ATAXIA HEREDITÁRIA. *Antônio Ferreira de Sousa – Programa de Mestrado em Psicologia - Universidade Católica de Brasília; Lilian Maria Borges Gonzalez - Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica – RJ; Marta Helena de Freitas – Programas de Mestrado e Doutorado em Psicologia - Universidade Católica de Brasília.*

A compreensão de fenômenos relacionados às doenças raras passa pela percepção das pessoas que vivenciam este tipo de adoecimento, que é caracterizado por sua baixa ocorrência em grupos sociais. A presente pesquisa visou compreender como o sujeito com sintomas de ataxia, uma doença rara, lida com mudanças decorrentes do seu processo de adoecimento. A ataxia hereditária de maior prevalência mundial é a Machado-Joseph, investigada nesse estudo. Para esta finalidade, buscou-se o suporte metodológico da fenomenologia, considerando-se o próprio modo como a pessoa com ataxia se percebe e sua respectiva experiência. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, voltada mais especificamente para a compreensão do modo como a pessoa com ataxia experimenta a noção de temporalidade diante da perspectiva de finitude que acompanha o diagnóstico da doença, bem como o papel da espiritualidade/religiosidade neste processo. Adotou-se como referencial, para compreensão da noção de temporalidade ou “tempo vivido”, a fenomenologia de Merleau-Ponty e Minkowski. Participaram dessa pesquisa três jovens adultos, com ataxia hereditária espinocerebelar tipo 3 (SCA3), e idades variando entre 24 e 30 anos. Foram realizadas, com cada um, entrevistas individuais semiestruturadas, gravadas e posteriormente transcritas, e cujas questões, abertas, giraram em torno dos seguintes temas eixos: dados demográficos, histórico do adoecimento, situação de vida, reação ao diagnóstico de ataxia, mudanças na vida pessoal com a instauração da doença; percepção da vida atual e futura; configurações da temporalidade e da espiritualidade mediante a perspectiva de finitude. Sobre material transcrito processou-se leitura fenomenológica, buscando identificar-se as divergências e convergências, nos moldes descritos por W. Gomes, mantendo-se a estrutura dos eixos temáticos, mas com ênfase especial nas experiências relacionadas à temporalidade e à espiritualidade. A partir deste exercício de sistematização, organizou-se as descrições e respectivos diagramas ilustrativos dos principais resultados obtidos, dentre eles: redimensionamento no modo de lidar com e de experienciar subjetivamente o tempo cronológico, na medida em que a doença se agrava e acarreta limitações na vida cotidiana; implicações em termos de ritmo, cadência, duração e outras dimensões do tempo vivido, algumas vezes percebido como muito rápido ou curto (por exemplo no que diz respeito à progressão da doença), outras vezes como muito lento ou longo (por exemplo no que diz respeito à diminuição de atividades antes desempenhadas e que ocupavam-lhes mais o tempo); abertura à dimensão do tempo kairós (busca do encontro entre o momento oportuno e suas possibilidades de realizações) como alternativa para conviver de modo mais saudável com a incerteza do futuro; experiência de ambivalência em relação à crença religiosa, mas abertura à religiosidade e à espiritualidade como propulsoras de um sentido para a doença e suas limitações. O estudo possibilitou dar voz às pessoas com ataxia, as quais são muitas vezes silenciadas pelo adoecimento, apontando a importância de mais investigações sobre o assunto. Temporalidade; Espiritualidade; Doenças raras; Ataxia hereditária; Fenomenologia; Finitude.

Bolsa de Mestrado CAPES/PROSUP

Mestrado - M

SAÚDE - Psicologia da Saúde

ENCRUZILHADAS DA INTERPRETAÇÃO: SAÚDE E ADESÃO RELIGIOSA NA UMBANDA. *Alice Costa Macedo - Laboratório de Etnopsicologia, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP - Campus de Ribeirão Preto-SP; José Francisco Miguel Henriques Bairrão - Laboratório de Etnopsicologia, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP*

A umbanda caracteriza-se como um culto de possessão, cujos participantes, em transe, “incorporam espíritos” que “se apresentam” nos terreiros em cerimônias geralmente públicas a fim de “trabalhar” a serviço de seus fiéis e consulentes. O ritual da umbanda é caracterizado principalmente pelos momentos das “consultas”, nos quais os devotos são ouvidos e acolhidos pelos “espíritos” em suas múltiplas aflições, entre elas, questões relacionadas à vida financeira, afetiva, ao trabalho e à saúde. Os objetivos desta pesquisa foram investigar e descrever os processos interpretativos nas consultas da umbanda (numa perspectiva etnopsicológica, que consiste em pesquisar etnoteorias nativas mediante o seu contraste com concepções acadêmicas) e descrever as etnoteorias umbandistas a respeito das demandas de seus adeptos, nomeadamente no atinente a saúde. Para investigar o modo como a umbanda interpreta o seu fiel, acompanharam-se longitudinalmente “consultas com os espíritos”, a fim de compreender as ressonâncias desses “atendimentos espirituais” na vida dos consulentes e tentar entender os processos de transformação dos fiéis em relação às demandas apresentadas. Trata-se de um estudo de caso, de corte longitudinal, com base no método da escuta participante, entendida como a extensão do método hermenêutico a pesquisas de campo, mediante a utilização de técnicas etnográficas. A pesquisa de campo foi realizada no Centro de Umbanda Oxalá e Yemanjá (Ribeirão Preto – Estado de São Paulo – Brasil), onde as consultas concedidas pelos espíritos incorporados pelo pai-de-santo foram integralmente acompanhadas mediante registros em diário de campo. Para tanto, a pesquisadora foi admitida no lugar de “cambona” do pai-de-santo, ou seja, um auxiliar da cerimônia. A perspectiva hermenêutica assumiu um valor heurístico nesta pesquisa ao possibilitar a formulação de hipóteses de trabalho como diretrizes que permitissem ao pesquisador buscar a compreensão dos processos interpretativos na umbanda. No caso desta comunidade religiosa, o pai-de-santo narra a sua adesão à umbanda como decorrente da sua aflição com uma patologia de um filho carnal. O motivo de sua inserção na umbanda associa-se portanto à doença e à cura: seu filho tinha uma doença neurológica grave da qual seria curado caso o pai vestisse branco e fosse “trabalhar” na umbanda, fazendo a “caridade”. Conforme a sua narrativa, a cura súbita e surpreendente da criança após a “promessa” do pai, não lhe deixa alternativa que não o ingresso no culto. Aceitou a sua “missão” como médium e, ao converter-se, toda a sua família adere ao culto. Encontrou-se que, neste caso (e possivelmente em muitos outros), problemas de saúde ocupam uma posição de destaque na afiliação à umbanda e que, esta, dado o cunho social e em rede da religiosidade umbandista e das suas construções de sentido, envolve tendencialmente não apenas única e principalmente o paciente, mas toda a sua família.

Umbanda; Etnopsicologia; Psicologia e Religião; Saúde.

BOLSA FAPESP

Doutorado - D

RELIG - Psicologia da Religião



OS SENTIDOS DA EXPERIÊNCIA COM A AYAHUASCA. *Filipe Starling Loureiro Franca – Programa de Mestrado - Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasília/DF*
Marta Helena de Freitas – Programas de Mestrado e Doutorado - Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasília/DF

Este trabalho relata uma investigação dos sentidos da experiência com a ayahuasca em rituais religiosos, pautando-se sobre uma leitura fenomenológica, fundamentada nas concepções de Merleau-Ponty, a qual pressupõe uma compreensão orgânica, integrada e sensível. Palavras-chave: Ayahuasca; Santo Daime; Sentidos; Fenomenologia; Religiosidade.
Bolsa de Mestrado CAPES/PROSUPMestrado - M
RELIG - Psicologia da Religião

Sessão Coordenada 51 - **SEIS GRAUS DE DIFERENÇA: NOVOS PADRÕES DE INTERAÇÃO PARA LIDAR COM TAREFAS DA VIDA ADULTA**

EQUILIBRIO TRABALHO FAMÍLIA: CONCILIANDO O TRABALHO REMUNERADO E CUIDADOS DE UM PARENTE IDOSO. *Elizabeth Joan Barham; Maria Fernanda Jorge Lorenzini* (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP),*

Cuidar de um parente de idade avançada e com algumas fragilidades, ao mesmo tempo em que se trabalha fora, requer enfrentar desafios pouco conhecidos e demanda habilidades e estratégias específicas. Com a vinculação a longo prazo de mulheres ao mercado de trabalho e o envelhecimento da população, a necessidade de conciliar atividades remuneradas e cuidados com um idoso é cada vez mais comum. Existe uma literatura nacional importante sobre cuidadores familiares de idosos, porém, não se encontrou estudos brasileiros sobre a situação de pessoas formalmente empregadas que assistiam parentes idosos. Para obter informações sobre este contexto, no presente estudo de delineamento descritivo, levantou-se informações sobre: as responsabilidades assumidas no papel de cuidador de idoso, o bem-estar do cuidador e apoios que usavam ou desejavam utilizar para conciliar estes dois envolvimento. O roteiro de entrevista incluiu escalas para medir: suas percepções de sobrecarga no papel de cuidador, estresse, importância do trabalho, satisfação no trabalho, além de perguntas estruturadas sobre seu envolvimento em sete diferentes áreas de apoio ao idoso e a forma como lidavam com conflitos entre trabalho e cuidados com o idoso. Os dados quantitativos foram analisados por meio de procedimentos estatísticos descritivos: média, desvio padrão, valores máximos e mínimos. Os participantes, os quais trabalhavam em uma instituição pública, relataram: a) passar 32 horas por semana, em média, assistindo seu parente idoso, com uma grande prevalência de atividades de apoio afetivo; b) um grau baixo de sobrecarga em relação ao papel de cuidador de idoso; c) um nível moderado de estresse geral ($M = 5,6$; $dp = 1,34$), considerando que a escala de pontuação variou de 1 a 10; d) um estado de Saúde Emocional e Saúde Física avaliado como 'razoável' ou 'bom'. Em relação às estratégias que usam para conciliar seu trabalho profissional e familiar, a maioria dos participantes ressaltou que a flexibilização quanto aos seus horários e atividades no seu local de trabalho é muito importante. Entretanto, como não existe uma política formal a este respeito, os respondentes indicaram que sua continuação na sua função dependia de conseguir fazer acordos individuais com cada chefia nova e que as decisões sobre flexibilização laboral variam, gerando percepções de desigualdade. A permanência dos respondentes no seu cargo também reflete seu desejo de trabalhar, uma vez que, usando uma escala que variou de um valor mínimo de 1 até um máximo de 10, atribuíram moderado a alto nível de importância ao seu trabalho ($M = 7,74$; $dp = 1,75$) e nível bom de satisfação com o trabalho ($M = 7$; $dp = 1,4$). Assim, nota-se que a introdução de políticas organizacionais formais para apoiar funcionários que cuidam de parentes idosos pode contribuir para o bem-estar e permanência destes funcionários no mercado de trabalho. Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para melhorar o entendimento de questões envolvidas na conciliação do trabalho profissional e familiar, quando é preciso ajudar parentes idosos, visando proteger os idosos, seus cuidadores e manter uma força de trabalho produtiva.

cuidador, trabalho, idoso, necessidades

Bolsa FAPESP

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

ORG - Psicologia Organizacional e do Trabalho

EQUILÍBRIO ENTRE TRABALHO E VIDA PESSOAL: UMA DIMENSÃO ESTRUTURANTE DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO. *Paschoal, Tatiane; Ferreira, Mario C.; Ferreira, Rodrigo R. (Universidade de Brasília, Brasília/DF)*

A temática da qualidade de vida no trabalho (QVT) está fortemente presente no discurso de gestores e acadêmicos e aborda melhorias organizacionais que promovam tanto a produtividade quanto as vivências de bem-estar do trabalhador. Na prática, pesquisas recentes revelam que as ações desenvolvidas pelas organizações brasileiras são de cunho assistencialista, na medida em que tentam compensar o desgaste do trabalhador, que passa a ser o único responsável por sua QVT. O trabalhador é a variável de ajuste e as ações são paralelas ao trabalho. Frente a tal cenário, modelos orientados pela ergonomia da atividade têm sido desenvolvidos, resultando em uma abordagem preventiva de QVT. Sob um enfoque preventivo, as ações de QVT devem não só minimizar experiências de estresse, mas promover vivências positivas e de bem-estar, modificando condições, relações socioprofissionais e organização do trabalho. As ações também devem ser desenvolvidas com a ampla participação dos trabalhadores. Com base em uma pesquisa de delineamento descritivo, conduzida em uma empresa pública brasileira, o presente trabalho visa discutir a importância do equilíbrio entre trabalho e vida pessoal para a QVT sob uma ótica preventiva. Participaram da pesquisa 4.689 trabalhadores, entre executivos, gestores, analistas, auxiliares, técnicos e estagiários, com média de idade de 43 anos (DP = 0,26) e tempo médio de serviço na empresa de 16 anos (DP = 0,78). Foi realizado um survey eletrônico com a seguinte pergunta “Na minha opinião, Qualidade de Vida no Trabalho é...”. Os dados foram analisados por meio do software Alceste. Os resultados, que vão ao encontro de achados anteriores, apontaram seis núcleos estruturantes do discurso dos respondentes: (a) Fazer o que Gosta; (b) Ser Produtivo; (c) Respeito, Crescimento e Reconhecimento Profissional; (d) Condições de Trabalho Confortáveis; (e) Relações de Trabalho Harmoniosas; (f) Equilíbrio entre Trabalho e Vida Pessoal. Este último núcleo representou um total de 13% do discurso sobre QVT, com verbalizações como “redução da carga horária, para que o empregado possa ter tempo livre diariamente para fazer atividades físicas, sair para passear e fazer seu hobby, cuidar de casa e dos filhos, interagir com a família” e “flexibilidade de horário e poder ter a opção de fazer teletrabalho alguns dias da semana”. Os programas de QVT devem lidar com dois principais desafios. Primeiro, é necessário transpor o paradigma assistencialista que impera nas organizações brasileiras e desenvolver ações que modifiquem variáveis do contexto de trabalho. São elas que estruturam as representações dos trabalhadores sobre QVT. Os programas também devem considerar as novas exigências do mundo do trabalho, como as tecnologias disponíveis e o perfil dos trabalhadores. No Brasil, a combinação do trabalho remunerado com um envolvimento familiar significativo é uma realidade para homens e mulheres economicamente ativos. Para conciliação dessas diferentes demandas, é fundamental discutir novas formas de organização do trabalho. A clássica separação entre trabalho e família, que ainda caracteriza o sistema produtivo nas organizações, precisa ser revista e superada. A agenda de pesquisadores e gestores que lidam com QVT nas organizações deve incluir o diálogo com modelos e ferramentas relacionados à interação entre trabalho e família.

bem-estar no trabalho; conciliação entre trabalho e família; fatores humanos no trabalho

Não

Pesquisador - P

ORG - Psicologia Organizacional e do Trabalho

ENVOLVIMENTO PATERNO: FATORES ASSOCIADOS COM DIFERENÇAS NAS PERCEPÇÕES DE MÃES E PAIS. *Lígia de Santis**; Elizabeth Joan Barham; Thaís Ramos de Carvalho** (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP)*

A interação entre o pai e o filho influencia o desenvolvimento infantil, mas pesquisas recentes relatam um envolvimento pobre de muitos homens junto a seus filhos. Diante disso, parece ser importante desenvolver intervenções para aumentar o envolvimento paterno. No entanto, ainda não existe um instrumento validado para uso no Brasil para medir este envolvimento e, portanto, para medir os efeitos de intervenções. Para suprir esta lacuna, o Inventory of Father Involvement (IFI) foi adaptado para uso no Brasil; a precisão da versão brasileira foi $r = 0,91$. Porém, as correlações entre as avaliações feitas pelos pais e mães, em relação ao envolvimento do pai, foram baixas. No presente estudo, de delineamento correlacional, foram testadas três hipóteses para explicar estas correlações: (a) critérios diferentes, ligadas ao gênero, sobre comportamentos que indicam um envolvimento paterno de boa qualidade, (b) déficits na disponibilidade de informações sobre a atuação do pai, entre as mães, ou (c) distorções na percepção do envolvimento paterno ligadas à qualidade da relação conjugal. Entrevistou-se 23 casais (pais com idade média 38,4 anos, $dp = 6,36$ e mães de 33,5 anos, $dp = 4,59$), todos com ao menos um filho entre 3 e 5 anos de idade. Foi aplicado o Inventário de Envolvimento Paterno (IFI-BR) e levantadas informações sobre: (a) os critérios usados para avaliar cada atividade do IFI-BR, (b) déficits na disponibilidade de informações por parte das mães sobre o envolvimento dos pais, para cada item do IFI-BR e (c) a qualidade da relação conjugal. Os dados qualitativos foram analisados por meio de procedimentos de análise de discurso. Para a primeira hipótese, verificou-se se os itens eram percebidos de forma diferente por homens e mulheres. Para testar a segunda hipótese, correlacionou-se a percepção de déficits na disponibilidade de informações sobre o envolvimento paterno, por parte das mães, com a pontuação do IFI-BR. Para a terceira hipótese, correlacionou-se a pontuação no item de qualidade do relacionamento conjugal e a pontuação dos itens do IFI-BR. Observou-se que as diferenças nas percepções de mães e pais acerca do envolvimento paterno parecem ser influenciadas em algum grau pelos três fatores, mas o efeito da qualidade da relação conjugal foi o mais forte. A correlação entre a percepção das mulheres sobre a qualidade da relação conjugal e a forma como pontuaram o envolvimento paterno geral de seu marido foi alta ($r = 0,724$, $p < 0,001$). Além disso, entre os homens, foram observadas correlações significativas entre muitos dos itens do IFI-BR e sua avaliação da qualidade do relacionamento conjugal. Com base nestes resultados, fica claro que a validade do IFI-BR não pode ser estabelecida por meio de uma comparação das percepções dos pais e das mães quanto ao envolvimento paterno. Mais do que isso, nota-se a poderosa influência de vieses sociais sobre as percepções de homens e mulheres em relação ao desempenho paterno, e a importância de descobrir formas de reduzir a influência destes fatores, para facilitar a negociação dos cuidados com os filhos entre os membros do casal.

envolvimento paterno, disponibilidade de informações, gênero, relação conjugal

Bolsa PIBIC/CNPq

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

SOCIAL - Psicologia Social

COPARENTALIDADE: HABILIDADES DE PAIS PARA ORGANIZAR E NEGOCIAR OS CUIDADOS EM RELAÇÃO AOS SEUS FILHOS. *Thaís Ramos de Carvalho**;*
*Elizabeth Joan Barham, Lígia de Santis** (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP)*

Na trajetória de vida do adulto, surgem responsabilidades que requerem o desenvolvimento de habilidades novas. Cuidar de filhos é uma destas responsabilidades. Em função do aumento na porcentagem de mulheres que são mães de filhos pequenos e também ativas no mercado de trabalho, atualmente, é comum que a responsabilidade para os cuidados infantis seja dividido com o pai da criança. Em meio a esse novo contexto social, surge uma demanda importante de comunicação sobre essas atividades, conhecida como coparentalidade. A coparentalidade diz respeito à forma segundo a qual os pais trabalham juntos nos cuidados em relação aos filhos. A literatura sobre coparentalidade aponta que, quanto mais eficaz e adequada for a comunicação entre os pais em relação à divisão das atividades que realizam com seus filhos, maiores os benefícios para as crianças. No entanto, não se encontrou estudos sobre as habilidades que os pais precisam ter para se comunicar, um com o outro, em relação à organização da participação de ambos nos cuidados e educação de seus filhos. O objetivo geral do presente trabalho, de delineamento descritivo, foi de analisar as expectativas de mães e pais sobre a participação de seu parceiro no papel parental, antes do seu filho nascer, e suas percepções da realidade de criar seu filho, em relação a: a) o envolvimento do seu cônjuge e b) as formas de organizar e negociar os cuidados e a educação de seus filhos com idades entre 3 e 5 anos. Entrevistou-se 23 casais, conversando com cada parceiro individualmente. Os participantes, com idades variando entre 24 e 53 anos, responderam a perguntas abertas sobre suas expectativas, antes do seu filho nascer, e percepções, na época da entrevista, quanto ao envolvimento parental do seu parceiro. Além disso, descreveram a forma como combinavam com seu cônjuge os cuidados de seus filhos. As respostas foram analisadas qualitativamente (Grounded Theme Analysis). Notou-se que, antes do nascimento dos filhos, a maioria das mulheres esperava um envolvimento cotidiano por parte dos homens, mas a participação posterior destes foi aquém das expectativas de suas esposas. Diante de falhas no comportamento do parceiro, a maior parte dos participantes relatou usar estratégias negativas (brigar, ignorar), com uma minoria relatando o uso de estratégia positiva (conversar novamente) para rever a organização dos cuidados para com os filhos. Observou-se que as mulheres precisavam incentivar seus maridos para manter ou aumentar seus envolvimento. Os resultados deste estudo estão em acordo com outros estudos sobre envolvimento paterno, confirmando que o novo padrão de divisão de responsabilidades entre os membros do casal está evoluindo, graças a este novo esforço por parte dos membros do casal de se comunicar a respeito de seus filhos, na busca de equilibrar envolvimento profissionais com a criação de filhos. Estes resultados podem contribuir para o preparo de intervenções futuras que auxiliem pais de crianças pequenas no desenvolvimento de habilidades que possam ser úteis para combinar, entre eles, como organizar a participação de cada um nos cuidados de seus filhos, focando o ensino de estratégias construtivas para lidar com comportamentos aquém do esperado.

desenvolvimento adulto, coparentalidade, comunicação

Bolsa PIBIC/CNPq

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

DES - Psicologia do Desenvolvimento

HABILIDADES SOCIAIS DE CUIDADORES DE IDOSOS: ETAPAS INICIAIS NA CONSTRUÇÃO DE UM INSTRUMENTO. *Francine Náthalie Ferraresi Rodrigues Pinto**;* *Elizabeth Joan Barham;* *Zilda Aparecida Pereira Del Prette (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP); Fabian Olaz (Universidad Nacional de Córdoba, Argentina); Maria Fernanda Jorge Lorenzini*;* *Camila*

Devido à elevação na expectativa de vida e ao aumento na porcentagem de pessoas com doenças crônicas, torna-se cada vez mais provável que seja necessário cuidar de um familiar idoso. Cuidar de um idoso requer aprender informações, desenvolver habilidades e estabelecer rotinas novas, o que costuma gerar estresse considerável. Segundo teorias do estresse, as capacidades dos cuidadores, como, por exemplo, as habilidades sociais (HS), afetam sua eficácia neste papel. Nesse sentido, ensiná-los a usar as habilidades sociais, tornando-os mais competentes socialmente, pode ajudá-los a ter uma maior qualidade de vida. No entanto, os instrumentos conhecidos para avaliar HS no Brasil não consideram o contexto específico de cuidar de um idoso. Por esse motivo, é importante desenvolver instrumentos específicos para essa população. O objetivo principal deste estudo foi elaborar os itens de um instrumento de habilidades sociais para cuidadores de idosos familiares e realizar sua validação semântica. Para se atingir o objetivo foi realizado previamente: a) uma análise da literatura sobre habilidades sociais em cuidadores de idosos familiares; b) entrevistas estruturadas sobre habilidades sociais importantes para esse contexto com quatro grupos de respondentes (idosos, cuidadores primários, cuidadores secundários e profissionais da área do idoso). Após essas duas etapas, foram elaborados 37 itens. Esses itens foram submetidos à avaliação de juízes especialistas no campo das habilidades sociais e da psicometria. Após a avaliação dos juízes, foi utilizada a medida estatística V de Aiken para verificar o nível de concordância dos juízes em relação aos itens. Os 31 itens que obtiveram nível de concordância acima de 70% permaneceram no instrumento. Esta versão inicial do instrumento foi aplicado em 20 cuidadores familiares para avaliar possíveis problemas adicionais de clareza e compreensão das questões. Depois dessa aplicação, 3 itens receberam pequenas modificações. Futuramente, será necessário realizar a validação interna e externa do instrumento, bem como seu manual de instrução. Este instrumento será relevante para avaliar a competência social de cada cuidador de idoso. Com base nos resultados obtidos, um treinamento de habilidades sociais poderá ser realizado e será possível medir se esse treinamento foi eficaz dentro desse contexto específico, podendo assim contribuir para o bem-estar do cuidador e do idoso.

habilidades sociais, cuidadores, psicometria

Bolsa FAPESP - Doutorado

Doutorado - D

AVAL - Avaliação Psicológica



A RELAÇÃO ENTRE SINTOMAS DEPRESSIVOS E AS ATIVIDADES EXTRAFAMILIARES DE IDOSOS. *Mônica Ferreira da Silva** (Uniararas, Araras/SP); Elizabeth Joan Barham (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP)*

Com o aumento da expectativa de vida e no número de idosos no Brasil e no mundo, aumenta também a preocupação com as possibilidades de melhorar as condições psicossociais e de saúde mental dessa população. Sabe-se que na velhice ocorre um decréscimo dos c

velhice, depressão, inclusão social

NãoMestrado - M
SOCIAL - Psicologia Social

Sessão Coordenada 52 - **VIOLÊNCIA CONJUGAL: ESTUDOS SOBRE AGRESSORES E VÍTIMAS**

AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE UM PROTOCOLO DE TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL PARA O TRATAMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL. *Luísa Fernanda Habigzang (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, Porto Alegre, RS, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Violência, Vulnerabilidade e Intervenções Clínicas - GPEVVIC)*

A violência contra mulher apresenta alta prevalência e está associada ao desenvolvimento de sintomas psicopatológicos significativos. As principais formas de violência são física, psicológica, sexual, patrimonial e moral e a maioria das situações é perpetrada pelo companheiro da mulher no contexto doméstico. No Brasil, a lei Maria da Penha é a principal política pública para o enfrentamento dessa forma de violência e o acompanhamento psicológico para mulheres é um importante fator de proteção para minimizar os efeitos dessa experiência traumática. O presente estudo teve como objetivo desenvolver e avaliar o impacto de um protocolo de terapia cognitivo-comportamental para mulheres em situação de violência conjugal. Foi utilizado um delineamento quasi-experimental com pré e pós-teste. A avaliação psicológica foi agendada com 35 mulheres. Destas, 24 compareceram a todas sessões de avaliação psicológica (pré-teste) e foram encaminhadas para atendimento psicológico. Contudo, 11 mulheres concluíram todo o processo terapêutico e avaliações do pós-teste. As 11 participantes do estudo apresentaram média de idade de 42,7 anos (DP= 9,5) e 9% eram solteiras, 18% casadas, 64% separadas e 9% viúvas. Entre as participantes, 9% eram analfabetas, 9% não concluíram o ensino fundamental, 27% possuíam o ensino fundamental completo, 9% não concluíram o ensino médio, 27% cursaram o ensino médio completo, e 18% possuíam ensino superior incompleto. Os instrumentos utilizados para avaliação pré e pós teste foram: (1) entrevista inicial para coleta de dados sociodemográficos, (2) Inventário Beck de Ansiedade, (3) Inventário Beck de Depressão, (4) Escala de Satisfação de Vida, (5) Inventário de sintomas de stress em adultos e (6) entrevista semi-estruturada com base do DSM-IV para avaliação de transtorno do estresse pós-traumático (TEPT). As mulheres foram avaliadas em 3 encontros com frequência semanal, nos quais os instrumentos de avaliação foram aplicados. Após avaliação, as mulheres foram encaminhadas para tratamento individual. Foi utilizado um protocolo cognitivo-comportamental, desenvolvido para este estudo, constituído por 13 sessões com frequência semanal. O processo de intervenção foi dividido em quatro etapas conforme as técnicas empregadas: Etapa 1 – Psicoeducação e reestruturação cognitiva (quatro sessões); Etapa 2 – Exposição gradual às memórias traumáticas (três sessões); Etapa 3 – Resolução de problemas (duas sessões) e, Etapa 4 - Prevenção à recaída (quatro sessões). Após a conclusão do tratamento as mulheres foram reavaliadas. Os resultados indicaram a redução significativa de sintomas de depressão e ansiedade. Houve aumento significativo na percepção de satisfação de vida. Em relação às categorias de estresse, os dados sugerem uma redução significativa das fases de estresse. Não foram encontradas diferenças nos sintomas de TEPT. Tais resultados apontam o impacto positivo do protocolo de intervenção e constituem uma primeira evidência de efetividade. Estudos complementares com amostra ampliada e grupo controle são necessários para generalização dos resultados. O desenvolvimento de práticas baseadas em evidências de efetividade é fundamental para qualificar o atendimento psicológico para mulheres em situação de violência conjugal.

violência, terapia cognitivo-comportamental, avaliação
CNPq



Pesquisador - P
CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade



FATORES DE PERSONALIDADE EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. *Antonio de Pádua Serafim (Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde – Universidade Metodista de São Paulo – UMEP, Coordenador do Programa de Psiquiatria e Psicologia Forense – HC-FMUSP)*

Em países como Brasil, o tema violência vem se configurando como um dos principais problemas de saúde pública frente ao registro crescente no aumento das taxas de mortes por causas externas nas últimas três décadas, em especial devido à violência (homicídios) e acidentes. Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS cerca de 1,6 milhão de pessoas morreu no ano 2000 como resultado de violência. Mais de 90% dessas mortes ocorreram em países em desenvolvimento. Em termos de violência sexual cerca de 20% das mulheres e 10% dos homens relataram ter sofrido algum tipo de violência sexual quando crianças. Já em relação à população idosa estes índices situam-se entre 4e 6%. A despeito das consequências, excluindo a violência sexual seguida de morte, temos a incidência das consequências psicológicas e comportamentais, déficits cognitivos, além dos quadros psiquiátricos como a depressão, os transtornos ansiosos, o abuso de álcool e outras substâncias psicoativas e as tendências suicidas. Apesar da pouca precisão dos dados disponíveis, há um consenso entre pesquisadores que os grupos populacionais mais vulneráveis a violência são crianças e jovens até 24 anos, idosos, mulheres e pessoas com transtornos mentais e deficiências. A violência contra a mulher também tem sido entendida como um problema de saúde pública dada à problemática em termos da saúde mental, já que são estimados índices de mortalidade, entre mulheres na faixa etária dos 15 aos 44 anos, superiores aos do câncer, da malária, dos acidentes de trânsito e da guerra. Neste cenário, vulnerabilidade é entendida como um processo dinâmico resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos e contextuais que associam precariedade econômica e fragilidade relacional. Segundo este modelo, as populações suscetíveis de demandar intervenções sociais estão não somente ameaçadas pela insuficiência de seus recursos materiais, mas também fragilizadas pela labilidade de seu contexto relacional. Visto isto, neste estudo estamos investigando a possível relação entre os fatores personalidade associado ao neuroticismo em dois grupos por meio da NEO PI (Inventário de Personalidade). O grupo experimental com 40 mulheres vítimas de violência doméstica advindas das Delegacias de Atendimento à Mulher da Região do ABC e da Cidade de São Paulo e Grupo Controle: composto por 40 mulheres advindas dos Municípios da Região do ABC e da Cidade de São Paulo sem histórico de violência doméstica. Os dados parciais demonstraram uma elevação da dimensão neuroticismo/estabilidade no grupo experimental. Pessoas que apresentam estas características tendem a expressar maior nível de ansiedade, humor variável, são mais sugestionáveis e passivas as pressões do meio, além serem emocionalmente instáveis.

violência doméstica, fatores da personalidade, neuroticismo

UMESP

Pesquisador - P

JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal



PERCEPÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO A PARTIR DOS AGRESSORES.

Gustavo Espíndola Winck e Marlene Neves Strey (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, Porto Alegre, RS)

A proposta desta apresentação vem da iniciativa em expor e discutir tanto percepções acerca das relações de gênero, quanto como a própria violência de gênero, a partir da ótica e da ideologia daqueles que também fazem parte deste ciclo: os próprios homens, os quais, neste caso, sujeitos acusados de agressão contra suas parceiras. Esta proposta decorre de uma gratificante e frutífera experiência, oriunda do processo de confecção de uma dissertação, já defendida, onde foi esta temática apresentada. Tal atividade foi realizada em um fórum localizado na região metropolitana de Porto Alegre-RS, onde foram, então, conduzidas entrevistas individuais semi-estruturadas (com questões abertas) e grupos de reflexão sobre violência de gênero. Em termos de condução metodológica, os dados para a pesquisa foram obtidos não somente a partir destas entrevistas, mas também de notas em diário de campo e, por fim, de anotações relativas à participação dos mesmos em grupos de reflexão. O delineamento escolhido foi o qualitativo, sendo que, para a confecção e levantamento de dados, foi utilizado o referencial da Análise de Discurso. Um outro foco a ser abordado pela apresentação, será algo que foi também temática de um dos artigos originados a partir da dissertação. Diz respeito à experiência, em si, da coordenação de um grupo de reflexão com homens acusados de agressão, sendo esta realizada também por um homem. Ou seja, pretende-se abordar e compartilhar a experiência pessoal do coordenador/autor, enquanto também sujeito do universo principal constituinte das temáticas abordadas e refletidas no grupo: o universo da masculinidade. Sabendo-se que a violência de gênero é, também, produto (e produtora) de um vasto referencial histórico, cultural e ideológico, não há como a desvincular da constituição comum destes fecundos referenciais de masculinidade, enquanto parte de um universo comum e compartilhado por todos os homens (sejam agressores ou não). A partir daí, serão ressaltados alguns dos pontos principais (além dos resultados da pesquisa, em si), dentro dos quais, por exemplo, pode-se citar aqueles que fazem atentar e refletir sobre questões acerca da dificuldade do reconhecimento da violência psicológica (especialmente quando no ambiente familiar), da manutenção dos estereótipos históricos e ideológicos das relações de gênero, de como foi percebida e valorizada a rede de apoio social, e, ainda, da utilização da violência psicológica como um recorrente recurso de coerção e de manutenção das relações de poder - especialmente dentro do ambiente da conjugalidade. Pretende-se, com esta apresentação, estimular a reflexão e a importância do debate social acerca dos papéis de gênero dentro do grave e sempre atual contexto da violência de gênero, bem como ilustrar e trazer ao conhecimento como se mostraram as percepções sobre a violência e sobre as relações de gênero a partir dos próprios agressores em questão.

Gênero, violência, agressores

CNPq

Mestrado - M

SOCIAL - Psicologia Social

AGRESSOR DE RELACIONAMENTO ÍNTIMO: CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E ASPECTOS SOBRE SEU CONTROLE EMOCIONAL. Ms. *Andgêlica Mirithua Schneider** e Dra. Gabriela Reyes Ormeno (Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR)*

A violência entre parceiros íntimos é um tipo de abuso que atinge os casais e famílias de todo o mundo. O agressor de relacionamento íntimo é o ator social em voga que faz parte desse sistema familiar e necessita de um atendimento especializado tanto quanto a vítima e os familiares. A amostra foi composta por 15 homens presos na Casa de Custódia de Curitiba por cometerem crime de violência doméstica contra suas parceiras. O presente trabalho tem por objetivo: apresentar os dados sociodemográficos do agressor de relacionamento íntimo e verificar o seu controle emocional. Os dados sociodemográficos foram levantados por meio de entrevista com duração até de 1 hora. Para verificação do seu controle emocional foi utilizada a Escala Fatorial de Neuroticismo - EFN. O teste possui 4 fatores de investigação do controle emocional, dentre os fatores tem-se: a avaliação da Vulnerabilidade (aferindo a intensidade de sofrimento e a aceitação do outro em relação a si, questões de individualidade e de sensibilidade no convívio com outro); Desajustamento Psicossocial (averiguando aspectos sobre a agressividade/hostilidade, tendência a mentira/ manipulação em proveito próprio, vícios e a infrações sociais); Ansiedade (identificando a instabilidade emocional, variação de humor, disposição, perda de controle em situações inesperadas, impulsividade e transtornos de ansiedade) e Depressão (avaliando os padrões de interpretações que o indivíduo apresenta em relação aos eventos ao longo da vida). Os dados sociodemográficos apontam que a idade dos participantes foi de 23 a 50 anos, sendo a média de idade 33,53% com (dp = 9,27). O percentual dos principais tipos de agressão emitido contra a parceira foi de 10 (43,48%) agressão física incluindo atentado contra a vida, seguido de agressão psicológica 9 (39,13%) e agressão sexual em 2 (8,70%) dos casos. Em relação ao grau de parentesco com a vítima, a maioria dos agressores 11 (73,34%) era casado legalmente ou conviventes da parceira. Os resultados da EFN 8 (53%) dos homens apresentavam controle emocional adequado e 7 (46,66%) inadequado indicando algum tipo de transtorno de personalidade. Dos 13 participantes (86,66%) apresentavam comprometimento em pelo menos um ou mais fatores do neuroticismo, apenas 2 (13,34%) dos agressores não apresentavam comprometimento em nenhum dos fator. Os principais fatores de comprometimento entre os agressores foi a Ansiedade em 12 (80%) dos homens e o Desajustamento Psicossocial em 11 (73%) dos participantes. É imprescindível estudar o controle emocional dos agressores, uma vez que mais pesquisas nesta área possibilitariam averiguar se os aspectos relacionados ao controle emocional estão interligados com a dinâmica da violência.

agressor de relacionamento íntimo, dados sociodemográficos, controle emocional
Mestrado - M
JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal



CIÚME E ANSIEDADE EM HOMENS QUE AGRIDEM A PARCEIRA: UM ESTUDO COMPARATIVO. *Sidnei Rinaldo Priolo Filho** (Departamento de Psicologia – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP), Ricardo da Costa Padovani (Departamento Saúde, Educação e Sociedade/Campus Baixada Santista, Santos/SP), Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP)*

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo. O presente estudo investigou a relação entre o ciúme demonstrado pela parceira e ansiedade por parte do agressor conjugal, comparando tais variáveis com homens não agressores de idade, nível sócio-econômico e escolaridade semelhantes. Participaram do estudo 40 homens adultos, sendo 20 com histórico de agressão à parceira e 20 não agressores, com aproximadamente, a mesma idade, renda e nível educacional. Com a anuência do Juiz, o primeiro autor acompanhou sistematicamente as audiências no Fórum de São Carlos envolvendo casos de Lesão Corporal Dolosa (LCD) de mulheres para, ao final das mesmas, apresentar a pesquisa e propor a participação do parceiro. Paralelamente, procedimento semelhante foi desenvolvido na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), com a anuência da Delegada responsável. Adicionalmente, o pesquisador divulgou a pesquisa em uma clínica particular de psicologia. Os interessados em participar da pesquisa agendavam horário para realização da entrevista. Em síntese, dos 20 participantes da amostra, cinco participantes foram contatados no Fórum, cinco na DDM e 10 em consultório particular. Para recrutar os participantes não agressores, o pesquisador solicitou que cada participante agressor indicasse um colega para participar da pesquisa, com semelhança de idade, escolaridade e nível sócio-econômico, porém sem histórico de agressão física à parceira. Metade da amostra de não agressores (Grupo NA) foi indicada por participantes agressores (Grupo A). A outra metade do Grupo NA foi selecionada a partir da divulgação da pesquisa na clínica particular de psicologia. Instrumentos utilizados na coleta de dados Roteiro de Entrevista Individual Semi-Estruturada da Família de Origem, Escala de Ciúme Romântico (ECR) e Inventário de Ansiedade Beck (BAI). Os instrumentos foram aplicados individualmente na sequência apresentada anteriormente em uma única sessão, com duração média de 70 minutos, sendo o horário e o local agendado de acordo com a disponibilidade do participante. Os grupos não se diferenciaram estatisticamente no que se refere à idade, escolaridade e renda ($p > 0,05$). Os grupos se diferiram estatisticamente no que se refere ao ciúme ($p < 0,001$) e a ansiedade ($p < 0,001$). Os achados reforçam a necessidade de o processo terapêutico do agressor e da mulher envolver a discussão do papel do ciúme no interior da relação de ordem íntima. Cabe lembrar que, a literatura tem apontado o ciúme excessivo ou patológico como uma variável de risco para o femicídio. Participantes agressores apresentam grau de ciúme e de ansiedade mais elevados quando comparado aos não agressores. Sugere-se que variáveis como ciúme e ansiedade possam contribuir para a violência contra a mulher. Futuros estudos com amostras maiores podem aprofundar essa possibilidade.

ciúme; ansiedade; violência contra a mulher

Pesquisa de Pós-Doutorado Júnior do segundo autor financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Pós-Doutorado - PD

JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal



OBSERVAÇÃO DA INTERAÇÃO MÃE-CRIANÇA: A VIOLÊNCIA ÍNTIMA DO PARCEIRO AFETA ESSA RELAÇÃO? *Sabrina Mazo D’Affonseca** e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams*** (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP)*

Ao longo das últimas décadas tem aumentado a preocupação dos pesquisadores em verificar os efeitos da violência íntima de parceiros (VIP) no relacionamento das mães com os filhos. Dados de pesquisa, na maioria estudos realizados internacionalmente, têm in

violência física conjugal; mães-filhos; observação

CAPES/CNPqDoutorado - D

FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade



Sessão Coordenada 53 - **HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: CONCEPÇÕES DE PSICOLOGIA E SUAS RELAÇÕES COM A SUBJETIVIDADE**

LEV VYGOTSKI E JEAN PIAGET: O ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E SUA RELAÇÃO COM A CONCEPÇÃO DE SUJEITO. *Isabelle de Paiva Sanchis (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG)*

Em O significado histórico da crise da Psicologia, de 1927, Vygotski afirmou que a psicologia se encontrava entre um idealismo abstrato e um materialismo reducionista, e que, além disso, um dos principais problemas no qual a psicologia tinha entrado tinha sido achar que para legitimar o “psíquico” como objeto próprio seria preciso de alguma forma separá-lo do processo global do qual faz parte. Nesse mesmo texto, explicita a necessidade de criação de uma psicologia geral, não para diferenciá-la do trabalho psicológico anterior, mas que fosse capaz de uni-lo em um só conjunto sobre uma nova base. Em seguida, define com melhor precisão sua concepção de pedologia, ciência da criança, e alguns elementos de sua proposta podem ser pensados como respostas aos problemas detectados por ele no campo psicológico. A pedologia não poderia ser apenas uma ciência da criança, ela deveria ser capaz de apreender o processo dinâmico de seu desenvolvimento, pois justamente o desenvolvimento seria um qualificativo do objeto dessa ciência (a criança), a sua particularidade. Piaget também considerou insuficiente a caracterização do pensamento infantil, buscando encontrar as formas de apreensão do seu processo de constituição. Tratou da construção necessária do conhecimento, intimamente ligada à também necessária construção do sujeito. Vários questionamentos e propostas são comuns aos dois autores. A preocupação com a relação entre a hereditariedade e o meio, e a crítica às concepções tanto apriorista quanto behaviorista do desenvolvimento; a concepção monista (ou de continuidade) e ao mesmo tempo antireducionista dos processos inferiores e superiores, com a negação de que seja possível reduzir os níveis superiores de organização aos inferiores tanto quanto atribuir características dos níveis superiores aos inferiores; a compreensão da hereditariedade como condição de possibilidade do desenvolvimento, contendo, ao mesmo tempo, as condições de sua própria superação; a consideração de que não apenas a criança é qualitativamente diferente do adulto, como também são qualitativas as diferenças em cada etapa do seu desenvolvimento, dando-se através de reestruturações necessariamente globais; a novidade como um elemento essencial do desenvolvimento. Visto dessa forma, o estudo do desenvolvimento infantil, para Vygotski e Piaget, não teria se dado apenas em função de uma escolha de área, mas também da sua necessidade para se pensar no sujeito. Assim, para além de uma oposição muitas vezes encontrada, entre um sujeito social e histórico, de um lado, e um sujeito racional e universal, de outro, podemos aproximar as concepções de sujeito dos dois autores através de seu elemento essencial, justamente a característica de tornar-se sujeito.

Lev Vygotsky; Jean Piaget; desenvolvimento da criança; subjetividade.

Fapemig

Pós-Doutorado - PD

HIST - História em Psicologia



HUSSERL, DILTHEY E A DIVISÃO ENTRE PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA NATURAL E PSICOLOGIA COMO CIÊNCIAS HUMANAS. *Sávio Passafaro Peres (Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP)*

Segundo Husserl (1859-1938), Dilthey será lembrado como um dos maiores cientistas socioculturais do século XIX, devido à sua capacidade incomparável para explorar a vida concreta da mente, seja no nível individual, seja no nível social. Em virtude de seu olhar aguçado ao mundo cultural, Dilthey (1833-1911) pôde perceber, no final do século XIX, que a nova psicologia naturalista, que havia surgido a partir da aplicação à esfera do espírito dos métodos naturais desenvolvidos a partir de Galileu, era incapaz de dar um tratamento satisfatório aos fenômenos histórico-culturais. Seguindo outra via, Dilthey estava particularmente interessado em uma crítica da razão capaz de propiciar o fundamento epistemológico das ciências culturais. Dilthey percebeu que a psicologia moderna pouco satisfazia as ciências socioculturais e que todos os movimentos de reforma da lógica e da teoria do conhecimento eram unilateralmente determinados pelos métodos e pelos princípios vigentes nas ciências naturais. Em qual extensão a nova psicologia fisiológica e experimental poderia servir de fundamento às ciências humanas (Geisteswissenschaften)? A resposta de Dilthey era clara. Em 1894, em sua obra *Ideias para uma psicologia descritiva e analítica*, Dilthey defendeu que a psicologia, tomada como ciência natural, era incapaz de tratar dos fenômenos histórico-culturais, mas que uma psicologia, entendida como ciência humana, que empregasse o método analítico e descritivo, seria capaz de tal abordagem. A razão disso é que as ciências naturais buscam explicar, isto é, encontrar conexões causais entre fenômenos. Mas isso pressupõe uma regularidade, a qual não se encontra nos fenômenos históricos. Ao contrário, a psicologia que Dilthey propõe fundamenta-se não no explicar, mas no entender (verstehen), ou seja, na apreensão, por meio de um processo empático, das motivações subjacentes a um determinado fenômeno cultural. Não conseguimos, por exemplo, explicar as causas da revolução francesa, mas podemos compreender os seus motivos, ao colocarmo-nos no lugar de seus agentes. Nas *Lições sobre Psicologia fenomenológica* de 1925, Husserl afirma que, após Dilthey ter publicado *Ideias para uma psicologia descritiva e analítica*, teve início uma divisão de águas na psicologia alemã. Por um lado, uma psicologia caracterizada por originar-se do método experimental e da fisiologia, por outro lado, uma psicologia concebida com outros métodos e para fins radicalmente distintos: o de embasar as ciências do espírito. Este trabalho tem como objetivo expor alguns elementos desta obra de Dilthey e mostrar alguns aspectos de sua relação com a fenomenologia de Husserl.

Edmund Husserl, Wilhelm Dilthey, fenomenologia, psicologia descritiva e analítica.

Fapesp

Pós-Doutorado - PD

HIST - História em Psicologia



INTERFACES DA PSICOLOGIA SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA HISTÓRICA.

Maria Fernanda Costa Waeny (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo – SP)

Psicologia histórica é um termo muito citado na literatura científica mundial. A primeira ocorrência de que se tem notícia, até o momento, data de 1833 - ela foi inicialmente mencionada em um verbete sobre a alma, no Dicionário de conhecimentos úteis. Desde esta primeira menção, o termo tem sido usado de modo recorrente ao longo do tempo e nas diferentes áreas de conhecimento. Neste panorama de menções podem-se destacar dois períodos nos quais a psicologia histórica foi usada também no título de livros: um deles entre 1896 e 1909, outro entre 1947 e 1965. Assim, pode-se afirmar que a psicologia histórica tem sido mencionada desde 1833, que o primeiro título data de 1896, e que desde estas primeiras ocorrências o termo tem sido referido sob estas duas diferentes formas, em diversas áreas de conhecimento e sob diferentes acepções. Identifica-se Ignace Meyerson (1888-1983) como o autor mais sistemático e produtivo em psicologia histórica. Em 1947 defendeu a tese *Les fonctions psychologiques et les oeuvres*, marco para sua proposta em psicologia histórica; entre 1951 e 1983 regularmente proferiu cursos na *École Pratique des Hautes Études/École des Hautes Études en Sciences Sociales*; em 1951 fundou o *Centre de Recherches de Psychologie Comparative* e organizou três colóquios interdisciplinares (*Problèmes de la personne*, *Problèmes de la couleur*, *Les signes et les systèmes de signes*). Além disso, Ignace Meyerson, caso único diante dos demais autores em psicologia histórica, tem sido tema de pesquisas (nível mestrado e doutorado), artigos e demais escritos científicos, homenagens e coletâneas. O que se pretende nesta apresentação é mapear as áreas de conhecimento em que a psicologia histórica tem sido mencionada, sendo já possível citar, preliminarmente, áreas como História, Fisiologia, Psicopatologia, Psicologia Social e Artes, todas com menções à psicologia histórica. Para mapeá-las, serão apresentados alguns dos autores que utilizaram o termo, sua respectiva área de conhecimento e como definem a psicologia histórica, com especial destaque à proposta de Ignace Meyerson. Por fim, será feita uma relação entre a recorrência de uso do termo e contextos históricos específicos, de modo a formar um todo coerente que ultrapasse a simples repetição de usos do termo, a fim de fornecer um conjunto mais coerente de menções à psicologia histórica, do ponto de vista histórico e conceitual.

Ignace Meyerson; psicologia histórica; interdisciplinaridade

não há

Pesquisador - P

HIST - História em Psicologia



O SURGIMENTO DO EU/PESSOA NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA DA PESSOA CONCRETA DE HENRI WALLON. *Dener Luiz da Silva (Departamento de Psicologia/LAPIP, Universidade Federal de São João del-Rei, São João Del-Rei - MG)*

Professor de filosofia, neuropediatra e psicólogo, Henri Wallon produziu, ao longo de seus mais de 80 anos de vida, uma teoria psicológica que busca explicar a gênese da individualidade – nomeada por ele como Pessoa ou Eu - a partir de um olhar materialista histórico e dialético. Interessou-se também por Educação, pela prática da psicologia e pela contribuição desta disciplina para uma sociedade pautada por igualdade, democracia e ética. Uma vez se disse que “dos médicos psicólogos, Wallon é o mais médico”, mas não para acentuar o fato de, em sua teoria, dar ênfase exclusiva ao corpo ou à organicidade, senão para assinalar sua maneira de trabalhar: manteve-se clinicando até bem próximo dos últimos dias de sua vida. Wallon é um teórico de difícil leitura. Isso se dá nem tanto por seu vocabulário (onde se mesclam as diversas disciplinas nas quais transitava), mas, sobretudo, pelo raciocínio que impõe aos leitores. Em seus escritos prefere seguir as divergências, contradições, exigindo que nos apropriemos do raciocínio dialético, não tão habitual para a concepção cartesiana. Com relação à polêmica discussão sobre a natureza e a origem da individualidade humana, Wallon irá preferir negar as teses da primazia do eu, da primazia do instinto ou ainda a concepção empirista. Assim, quando procura traçar o caminho pelo qual passa cada ser humano para a gênese do Eu ou da Pessoa, Wallon irá mostrar como, de um não-eu - indiferenciação entre eu-outro - passa-se, aos poucos, e não sem a necessária presença dos conflitos e contradições, para um eu orgânico, incorporado, até chegarmos à diferenciação posterior, quando já podemos separar o eu do não-eu (outro) sem, contudo, esperar que aí – geralmente na idade adulta – tenhamos uma distinção binária ou de contornos inequívocos. De fato, segundo este autor, todo adulto traz consigo, em sua formação pessoal, a “sombra” ou o “fantasma” do outro que lhe foi necessário para, de um lado, a identificação e, do outro, a separação. O socius, ou outro dado pelo social, é ainda um terceiro elemento que joga papel importante na relação dialética que culminará em uma estabilidade da pessoa. Ele permanecerá “latente” ou como “pano de fundo” e acabará por determinar as reações concretas entre o eu e os outros. Confusão ou sincretismo, confronto, repulsão, oposição patente, identificação são, portanto, caminhos percorridos para o surgimento do Eu. A trajetória é longa e repleta de alternâncias, e jamais totalmente terminada, pois o outro pode, em estados patológicos, tomar a frente e vencer o eu.

psicogênese; eu-outro; socius
Pesquisador - P
HIST - História em Psicologia



Sessão Coordenada 54 - **SELEÇÃO DE PRODUTOS AGREGADOS PELO AMBIENTE CULTURAL: EXPERIMENTOS E ANÁLISES CONCEITUAIS**

SELEÇÃO DE PRODUTOS AGREGADOS PELO AMBIENTE CULTURAL: EXPERIMENTOS E ANÁLISES CONCEITUAIS. João Claudio Todorov (Universidade de Brasília)

EXPERIMENTAÇÃO EM METACONTINGÊNCIAS: ANÁLISE DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES E NOVAS CONTRIBUIÇÕES. Ísis Gomes Vasconcelos e João Claudio Todorov (Faculdade AGES, Paripiranga, BA e Universidade de Brasília)

A fim de avaliar experimentalmente o conceito de Metacontingência, é fundamental identificar e “traduzir” com fidedignidade suas características fundamentais, a saber, as contingências comportamentais entrelaçadas, a formação do produto agregado e a transmissão de práticas culturais através de gerações. Os experimentos conhecidos até o momento têm mostrado que, de maneira geral, a variável entrelaçamento tem sido manipulada por meio da inclusão de, no mínimo, dois participantes; a variável formação do produto agregado aparece como a obtenção de reforço pela resposta correta que somente pode ser obtida em cooperação; e a variável transmissão tem sido avaliada tanto por meio da substituição de participantes experientes por ingênuos dentro de um grupo como por tarefas com retorno à linha de base como procedimento. Outras características experimentais também foram observadas como o reforçamento de respostas individuais, além da obtenção do produto agregado, uso de reforços arbitrários, realização de “aquecimento” pré-experimentais, preparando os participantes para responder de acordo com o que será solicitado no procedimento, ou ainda intervenções do experimentador forçando o acerto da resposta com consequente formação do produto agregado após sequências de erros. É possível que tais características experimentais tenham sido aplicadas a fim de facilitar a atuação do participante, pois, apenas com as instruções básicas, alguns participantes dos experimentos conhecidos demonstraram muita dificuldade para concluir as tarefas. A fim de avaliar a possibilidade de experimentação em metacontingências tendo como base o reforçamento exclusivamente social, sem treino prévio dos participantes e sem intervenções do experimentador, o seguinte procedimento foi desenvolvido. Cinco duplas jogaram em um software de xadrez adaptado – uma peça para cada participante – no qual deveriam tentar ganhar o máximo de rodadas possível. Para jogar, os participantes moviam a peça pelo tabuleiro e cada rodada era finalizada com o encontro de ambas as peças em células adjacentes. O jogo incluía quatro condições subdivididas em dez fases: Linha de Base (A), Fase 1; Modelagem (B) fases 2 a 5; Extinção Sinalizada (C), fase 6; e Remodelagem (B), fases 7 a 10. A condição Modelagem apresentava feedbacks positivos – “*VOCÊS VENCERAM*” – quando o encontro ocorria nas células pré-programadas como área do produto agregado e o feedback “*RODADA TERMINADA. TENTEM NA PRÓXIMA.*” foi apresentado para encontros fora dessa área. A área do produto agregado foi reduzida a cada fase da modelagem como segue: 64 células, 32 células centrais, 16 células centrais e 4 células centrais respectivamente nas fases 2, 3, 4 e 5. As fases 7 a 10 da condição remodelagem eram idênticas às da condição modelagem. A linha de base não apresentava feedbacks; e a extinção sinalizada apresentava apenas feedbacks negativos independentemente da localização do encontro. A variável em análise foi o produto agregado dado pela localização dos encontros. As cinco duplas apresentaram variabilidade e estereotipia



na localização dos encontros compatível com as exigências de cada condição. O sucesso do estudo descrito acima aponta para a necessidade de busca de novas alternativas experimentais para investigações em metacontingências, enfatizando a importância da aproximação entre a situação experimental e as características sociais das práticas culturais.

Palavras-chave: Metacontingência; experimento; variáveis.

Apoio: CAPES

METACONTINGÊNCIAS E PRODUTOS AGREGADOS NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. *Izabel Cristina Vale de Carvalho e João Cláudio Todorov (Faculdade de Ensino Superior do Piauí, Teresina, PI e Universidade de Brasília)*

Uma metacontingência descreve relações entre contingências comportamentais entrelaçadas (CCE), o efeito comum no ambiente (um produto agregado, PA, resultado das CCEs) e uma consequência programada pelo ambiente cultural selecionador, contingente à ocorrência do produto agregado. Da mesma maneira que as contingências respondentes e operantes descrevem relações entre eventos de acordo com o enunciado “se... então”, a metacontingência descreve a relação “se PA, produzido por CCE, então consequência cultural”. Os estudos de metacontingência foram realizados tanto no campo experimental quanto na análise de fenômenos sociais, dentre elas as leis. Uma lei pode descrever contingências e metacontingências. Ela pode ser curta, tratar de poucos assuntos, e especificar contingências comportamentais. Outras podem ser mais abrangentes e menos pormenorizadas, especificando produtos agregados sem especificar as respectivas contingências comportamentais entrelaçadas necessárias para que ocorra o produto agregado. A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional parece se enquadrar no segundo tipo. Esta pesquisa investigou as relações de contingências e metacontingências contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os objetivos foram: 1) identificar e classificar as tríplexes contingências em completas ou incompletas, 2) completar as contingências incompletas, 3) definir e sistematizar os produtos agregados (PAs) contidas nas metacontingências. O procedimento contou com duas etapas, a primeira foi uma replicação sistemática do procedimento analítico – comportamental desenvolvido por Todorov e colaboradores no estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA para a identificação de tríplexes contingências a partir dos artigos da lei, e classificá-las como completas ou incompletas. As contingências completas são consideradas aquelas que apresentam os três termos da contingência (antecedente, comportamento e consequência) assim como aquelas que apresentam apenas comportamento e consequência. As contingências incompletas são aquelas compostas por um ou dois termos da contingência. Quando uma contingência foi classificada como incompleta, procurou-se em outros códigos de lei que também abordam o direito à educação (Constituição Federal e no Estatuto da Criança e Adolescente), artigos que possam completar tais contingências incompletas. A segunda etapa refere-se à definição e sistematização de produtos agregados (PAs) em primários, secundário e assim por diante através da pergunta “Que outros PAs são necessários serem produzidos para alcançar estes PAs?”. Foram encontradas quatro contingências de reforço, sendo três incompletas e uma completa, que correspondem aos deveres do Estado e da família com a educação, principalmente com o ensino fundamental. Das contingências incompletas apenas duas foram completadas com artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que diz respeito às ações da família. Quanto às análises de metacontingências, a LDB define um PA (pleno desenvolvimento do educando) que depende dos outros (preparação para exercício da cidadania e qualificação para trabalho), encontrados na educação básica. Com os resultados, observou a importância do ensino fundamental como base da educação, por nele conter as definições de PA, além de ter maior controle em sua execução, em termos de tríplexes contingências.

Palavras-chave: Metacontingência; Leis; LDB.

A ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO PRÁTICA CULTURAL.

Roberta Freitas Lemos e João Claudio Todorov (Universidade de Brasília)

Como experimento natural o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, focalizado em famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil. Neste trabalho mostramos que convém descrevê-lo sob a ótica da Análise do Comportamento. As condicionalidades cumpridas pelas famílias e a gestão descentralizada com diferentes competências para os entes federados são pilares estratégicos do programa que podem ser analisados à luz do conceito de metacontingência. Para estabelecer as condicionalidades, o Governo Federal tornou condicional a relação entre o comportamento dos membros das famílias (contingências comportamentais entrelaçadas - CCE's) e a transferência de renda (produto agregado - PA). Foram especificados comportamentos dos membros da família necessários para que entrem em contato com as contingências arranjadas pelas políticas de saúde, educação e assistência social e possam ser mantidos pelos seus reforçadores naturais posteriormente. O comportamento dos membros da família é verificado nas diferentes políticas setoriais. Na educação, verifica-se a frequência escolar de cada integrante de 6 a 17 anos. Na saúde, verifica-se o calendário vacinal das crianças menores de 7 anos e a frequência do acompanhamento de gestantes e nutrízes. Na assistência social, verifica-se a frequência dos jovens com histórico ou risco de trabalho infantil aos serviços do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). A emissão dessas CCE's resulta no PA. Mensalmente, é depositada uma quantia para a família beneficiária. Para que esse desenho funcione, a gestão do programa foi descentralizada e compartilhada entre União, estados e municípios. CCE's de suporte devem ser emitidas pelos gestores do Bolsa Família nos diferentes níveis federativos. No município, são responsáveis pela identificação e cadastro das famílias, pela oferta de serviços públicos de qualidade e pelo acompanhamento da fiscalização das condicionalidades feita pelas área de educação, saúde e assistência social. No estado, os gestores devem garantir a oferta de programas complementares, a formação para atividades de geração de renda e apoio às atividades produtivas da família, a formação e fornecimento de infraestrutura para transmissão dos dados dos municípios. No Governo Federal, são responsáveis pela articulação junto aos outros gestores para a implementação do programa e pela gestão do contrato com a Caixa Econômica Federal, agente operador do Bolsa Família. As CCE's emitidas pelos gestores são necessárias para garantir o aparato governamental (PA) que estabelece ocasião para que os membros da família possam emitir as CCE's que geram a transferência de renda (PA). Produtos agregados são selecionados pelas suas consequências culturais. O aumento do poder de consumo das famílias é consequência cultural que seleciona a obtenção da transferência de renda como PA gerado pela família. O apoio da população e o reconhecimento dos eleitores são consequências culturais que selecionam o aparato governamental como PA gerado pelo governo. O conceito de macrocomportamento nos ajuda a compreender a contínua redução da pobreza no Brasil, diminuição do trabalho infantil e aumento das taxas relacionadas a educação e a saúde das famílias e o aumento do consumo da população como produtos acumulados do comportamento de milhares de membros de famílias beneficiárias do programa.

Palavras-chave: contingência, metacontingência, prática cultural, Bolsa Família

Sessão Coordenada 55 - **A COMPREENSÃO DAS VIVÊNCIAS EMOCIONAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE FÍSICA E SOCIAL: BASES PARA PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO**

INDICADORES GRÁFICOS NO DESENHO DA FIGURA HUMANA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL. *Leila Salomao de aPlata Cury Tardivo - Instituto de Psicologia da USP,*

As experiências de violência doméstica contra crianças e adolescentes, mantidas em segredo pelas vítimas, podem encontrar nas técnicas projetivas uma importante via de expressão, uma vez que favorecem a comunicação de conteúdos sobre os quais a própria criança /adolescente não tem controle consciente. A violência doméstica contra crianças e adolescentes vem sendo, principalmente nos últimos trinta anos, motivo de polêmica, discussão e reflexão. Sua abordagem apresenta inúmeras dificuldades em função de ser um fenômeno que se manifesta de maneira sigilosa, configurando um segredo familiar, e estar envolvida por dispositivos de velamentos ideológicos, que a revelam e ocultam ao mesmo tempo. Consideramos que a avaliação psicológica deve ir além da identificação do fenômeno, torna-se indispensável a compreensão das vivências emocionais que decorrem da experiência da violência doméstica. Crianças e adolescentes submetidas à experiência de violência doméstica apresentam sérias dificuldades em seu desenvolvimento em todas as esferas, sendo os aspectos afetivo emocionais muito afetados o que gera inúmeras dificuldades na vida presente e futura dessas crianças e adolescentes. O Desenho da Figura Humana vem sendo objeto de diversas pesquisas evidenciando resultados e sendo reconhecido por diversos autores como meio de expressão de vítimas de violência. O Objetivo desse estudo foi apresentar um estudo de validação do DFH, a partir da comparação entre os desempenhos de grupos de crianças e adolescentes com comprovação de serem vítimas de violência doméstica, e crianças e adolescentes sem essa suspeita. Participaram dessa pesquisa 63 vítimas de violência sexual, entre 6 e 16 anos de idade; e 250 crianças de mesma idade e sexo sem suspeita de serem vítimas. No grupo das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual houve o número bem maior de participantes meninas (49 - 77,2% contra 22,2% 14 de participantes do sexo masculino). Para a análise do Desenho da Figura Humana foram usados sinais advindos de Recursos formais – para o desenho e aspectos de Conteúdo para o desenho da Pessoa (considerando os autores clássicos). Foram calculadas as frequências de cada uma das características avaliadas no desenho da figura humana para os grupo de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e de controle. As frequências das características foram comparadas pelo teste de Qui-quadrado para verificar se as mesmas eram capazes de diferenciar os grupos de crianças com e sem queixa de violência sexual. Também foi calculado U de Mann-Whitney para verificar as características do desenho que discriminavam os dois grupos.. Foram encontradas 13 categorias com diferenças significantes entre os dois grupos (entre o controle e as vítimas de violência sexual); ou seja, é um número menor, mas ainda razoável de categorias com diferenças e entre essas 6 são diferenças significantes a nível de 0,01 (sendo aceitas as diferenças nível de 0,05 em pesquisas como essa, e nesse caso, estas ocorrem em 12 categorias). Foram mais frequentes para o grupo controle as características: pescoço comprido, pescoço grosso e pés para fora. As demais características foram mais frequentes no grupo de violência sexual (traçado apagado, traçado transparência, cabeça deteriorada, cabeça de perfil, nariz pequeno, braços deteriorados, pernas médias, Figura Humana incompleta, presença de entorno e acessório não de acordo com a idade). Esses sinais são indicadores de dificuldades emocionais, pela presença de traçado grosso



e apagado (ou seja, pode haver aí sinais de impulsividade, insegurança); pela presença de transparência, se pode levantar a hipótese de imaturidade ou ainda de ansiedade. Outros sinais relevantes como cabeça deteriorada e também braços deteriorados podem expressar as dificuldades de estruturação de personalidade. A deterioração tem reações com a incapacidade de desenhar de forma íntegra essas partes relevantes da Figura Humana.: tanto podem ser relativos a dificuldades de pensar (problemas no desenho da cabeça) como lidar com a realidade (problemas no desenho dos braços). Pode-se detectar a sensibilidade do Desenho da Figura Humana, revelando a presença maior ansiedade, imaturidade, dificuldade de estruturação da personalidade (do pensar e lidar com a realidade. Comprovou-se a validade de constructo e por grupos contrastantes do Teste do Desenho da Figura Humana. Foi possível trazer contribuições à área do Psicodiagnóstico, em especial de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, e, nesse estudo de abuso sexual.. Cabe a todos prover a proteção e o cuidado que crianças e adolescentes merecem e precisam.

abuso sexual, crianças, adolescents, Desenho da Figura Humana

CNPQ

Pesquisador - P

AVAL - Avaliação Psicológica

ASPECTOS PSICODINÂMICOS DE CRIANÇAS E PRE ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLÊNCIA COM O EMPREGO DO TESTE DE APERCEPÇÃO INFANTIL COM FIGURAS HUMANA (CAT H). *Maria Cecilia de Vilhena Moraes Silva (PUC São Paulo)*

Silesia Tosi; Adele Augusto Cristiano Esteves - Vetor Editora Psicopedagógica

O enfrentamento da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (VDCA) tem se tornado um grande desafio para os profissionais de saúde, e principalmente aos profissionais de Psicologia, em função tanto das incidências (nacionais e internacionais) do fenômeno quanto dos mecanismos de velamento presentes na sócio-dinâmica familiar e das instituições de proteção e, principalmente, na psicodinâmica dos protagonistas, que impedem a revelação e, conseqüentemente, o bom encaminhamento dos casos. A referida definição aponta para a relação abusiva de poder presente nas relações intrafamiliares e nas relações entre gerações extremamente perversas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. De acordo com as autoras (Azevedo e Guerra, 1998) distingue-se cinco tipos de VDCA, a saber: Violência Física, Violência Sexual, Violência Psicológica, Negligência e Violência Fatal. A VDCA, considerada atualmente como um sério problema de Saúde Pública, vem sendo alvo de pesquisas epidemiológicas, visando traçar seu perfil e, principalmente, sua incidência e prevalência em varias partes do mundo. vivência da vitimização doméstica na infância gera conseqüências sérias e adversas ao desenvolvimento saudável da criança, e por isso, torna-se necessária uma intervenção profissional precoce e eficaz para prevenir danos e sequelas, que podem se tornar crônicos e às vezes irremediáveis, caso não sejam tratados adequadamente. O CAT-A e o CAT-H compartilham com os demais instrumentos projetivos as dificuldades para uma validação adequada e apresenta incrementado o problema da confiabilidade por se tratar de um teste infantil, no qual tem muita influência o desenvolvimento (Tardivo e Silva, 2008). O objetivo dessa pesquisa é realizar um estudo de validade de critério para o CAT-H, (que é análogo ao CAT A com figuras de animais, mais conhecido em nosso meio). São 10 lâminas com os mesmos desenhos com figuras humanas no lugar de animais e pelos autores mais indicado para crianças mais velhas (a partir de 8 anos).. O referido instrumento FOI empregado em dois grupos de crianças: um grupo de 50 crianças (entre 8 e 12 anos) que sofreu violência doméstica comprovadamente (grupo clínico) e crianças sem suspeita de terem sofrido violência doméstica (grupo controle). Para a análise, pontuou-se as histórias de cada prancha de acordo com os critérios da análise de conteúdo : Autoimagem ; Relações objetais; Concepção do ambiente; Necessidades e conflitos; Ansiedades; Defesas; Superego e Integração do ego. Todos podem ser classificados como positivos ou negativos e são definidos para receber essa avaliação (sempre relativa ao crescimento e superação de dificuldades como positivos e indicando mais imaturidade e dificuldades, como negativos). Foram tratados os resultados entre os dois grupos. Foram encontradas diferenças estatisticamente significantes em todas as comparações realizadas com os itens de análise de conteúdo pontuados positivamente no grupo controle. E no grupo das crianças vitimizadas mais pontuações negativas. Nas pesquisas sobre as conseqüências da vitimização doméstica sobre o desenvolvimento sociopsicológico da vítima, alguns autores destacam que a experiência de violência doméstica contra crianças e adolescentes, principalmente a sexual, é responsável, muitas vezes, por um processo em que a vítima acaba introjetando um sentimento de culpa, responsabilizando-se pela violência sofrida. Esse sentimento de culpa associado ao sentimento de vergonha pode levar a uma baixa autoestima, explicando, assim, a dificuldade dessa população em se identificar com personagens positivos na técnica do CAT. Ao mesmo tempo, as crianças vitimizadas não conseguem, como as crianças do grupo controle, identificar relações significativas que lhes permitam se sentir aceitas e compreendidas. Assim, a experiência da violência traz sérios problemas na forma como essas



crianças encaram as situações e as pessoas mais relevantes em suas vidas, trazendo prejuízos na confiança e na esperança.

CAT H, crianças - violência doméstica, validação.

Vetor Editora Psicopedagógica

Pesquisador - P

AVAL - Avaliação Psicológica

ADOLESCENTES GRÁVIDAS VITIMAS DE VIOLÊNCIA DOMESTICA A PRESENÇA DE SINAIS DE VULNERABILIDADE POR MEIO DO O TESTE DE APERCEPÇÃO TEMÁTICA (TAT). *Paula Orchiucci Miura (Universidade de Sao Paulo) , Dora Salcedo Barrientos (EACH - USP); Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo (IP USP)*

Gravidez na adolescência é um tema complexo que deve ser estudado, considerando o contexto social, econômico, familiar e o perfil psicológico de cada adolescente. A essa complexidade soma-se a vulnerabilidade dessas adolescentes frente a violência doméstica, inúmeras das mulheres que já engravidaram foram vítimas de algum tipo de violência doméstica pelos seus companheiros ao longo da vida conjugal. O presente projeto se insere como parte de um projeto maior intitulado Estudo de Violência Doméstica contra Adolescentes Grávidas Atendidas no Hospital Universitário de São Paulo: Bases para Intervenção (sob a coordenação de Dora Mariela Salcedo Barrientos (Processo do CNPq nº 402512/2010-3) e tem como objetivo conhecer, compreender e comparar a experiência vivenciada diante pelas adolescentes grávidas vítimas e não vítimas de violência doméstica. Participaram desta pesquisa 40 adolescentes grávidas, sendo 20 vítimas de violência doméstica (Grupo 1) e 20 não vítimas (Grupo 2) atendidas em Hospital Universitário de São Paulo e em instituições conveniadas com Projeto APOIAR do Instituto de Psicologia da USP. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, de caráter quanti-qualitativo. Dentre os diversos instrumentos empregados, nesse trabalho serão apresentados os resultados da Análise de Conteúdo de cinco pranchas do Teste de Apercepção Temática (pranchas 1, 2, 3 RH, 7 MF e 10). O TAT, criado por Murray, vem se mostrando ao longo das décadas ser uma técnica projetiva extremamente útil para o estudo de aspectos da personalidade de forma aprofundada. Os protocolos foram avaliados segundo um esquema composto por oito categorias, que foi o usado em pesquisa de validação do CAT-A (criado por Tardivo, LSPC, Vilhena C.; Augusto, A; Tosi) no Brasil: herói principal; relações objetais; concepção do ambiente; necessidades e conflitos; ansiedades; defesas; superego e; integração do ego. Para cada categoria há definições do que são considerados positivos e negativos (sendo assim atribuído pontos a cada uma destas). Com esta análise pôde-se observar um total de pontos positivos e negativos para cada adolescentes, indicando o predomínio de aspectos favoráveis ou desfavoráveis associados à autoestima das adolescentes, bem como sua concepção de mundo, capacidade de lidar com ansiedades e conflitos mobilizados, defesas. Desta forma, com a análise do TAT das adolescentes pôde-se observar: no grupo 1, 100% apresentaram mais pontos negativos do que positivos, revelando o predomínio de aspectos desfavoráveis presentes na dinâmica psíquica relacionados, principalmente à situação de violência doméstica vivenciada pelas adolescentes; no grupo 2, 65% apresentaram mais pontos positivos e 35% mais pontos negativos; este grupo demonstra maior presença de aspectos favoráveis tais como: alta autoestima; confiança e apoio familiar; segurança na relação com o companheiro; boas perspectivas para o futuro; a presença dos aspectos desfavoráveis estão relacionados à fragilidade e vulnerabilidade do próprio momento que é a gestação, bem como a imaturidade inerente ao período da adolescência. Portanto, observou-se que o grupo de maior risco e vulnerabilidade psíquica é o das adolescentes grávidas vítimas de violência doméstica e requer maior atenção e disponibilidade dos profissionais de saúde.

Gravidez na adolescência, violência doméstica, Teste de Apercepção Temática.

FAPESP

Pós-Doutorado - PD

AVAL - Avaliação Psicológica

TESTE DO DESENHO DA CASA ÁRVORE PESSOA (HTP) EM ADOLESCENTES INFRATORES: INDICADORES DE DIFICULDADES EMOCIONAIS E DE CONTATO. Antonio Auguto Pinto Junior (*Universidade Federal Fluminense*); Ricardo Renkes. Reginaldo Deconti Junior., Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo (*IP USP*)

Pode-se analisar o desenvolvimento emocional a partir do estudo da imagem corporal do indivíduo, que num sentido mais amplo se refere à experiência psicológica relacionada ao corpo, portanto está interligada a sentimentos e atitudes do indivíduo (Pasian & Jacquemin, 1999). A imagem corporal (Schilder, 1999) é concebida como uma reconstrução constante daquilo que o indivíduo percebe de si e das determinações inconscientes que ele traz de seu diálogo com o mundo, que estão marcadas no corpo e estão presentes nas relações estabelecidas com os outros e com o meio. O presente trabalho teve como palco e cenário uma Instituição MSE/MA (Medida Sócio e Educativo em Meio Aberto) localizada na Cidade de São Paulo, destinadas á adolescentes infratores em cumprimento de medida de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviço na Comunidade. Objetivos – O objetivo foi compreender a formação da personalidade, o desenvolvimento de tais jovens com o emprego de um teste Projetivo gráfico o HTP (Teste da Casa Arvore Pessoa- House, Tree e Person) que busca identificar a projeção de elementos da personalidade e conflitos por meio de indicadores. Esse estudo apresenta os resultados no HTP de um grupo de 20 adolescentes do sexo masculino, entre de 12 a 19 anos de idade, moradores de uma região onde há índices de violência. Todos os adolescentes cumprem medida Socioeducativa, por terem cometido ato infracional. Posteriormente a amostra será ampliada e comparada a um grupo controle. Nesse estudo foi utilizado como método a pesquisa de campo e a abordagem qualitativa. Além do HTP foram usados como instrumentos os dados processuais e documentos institucionais. Foram feitas aplicações individuais do HTP e todos aceitaram participar. Resultados: Com relação ao Desenho da Casa, a maioria das produções apresentaram elementos básicos como: portas com maçanetas, janelas, paredes, telhados, com proporcionalidade em relação a folha e características esperadas para o desenho proposto. Com relação ao Desenho da Árvore, 18 dos 20 desenhos não possuem raízes, apresentam variedades em relação à proporcionalidade e a forma. Metade da amostra apresentou nesse desenho rachaduras ou fendas localizadas no tronco. Todos os desenhos da árvore possuem copa e/ou folhagens. Já com relação ao Desenho da Pessoa, os mesmos se apresentam em formas desproporcionais, caricatas, disformes e por vezes assustadoras. Metade da amostra apresenta ausência de determinados membros do corpo, em específico as mãos, bem como um 1/3 apresenta figuras muito pequenas em relação ao tamanho da folha. Outro dado relevante da amostra é que 15 dos 20 desenhos apresentam peculiaridades na região dos olhos como por exemplo; ausências, olhos vazios ou sem pupilas, disformes, fechados e em negrito. Em relação a espacialidade, 16 dos 20 desenhos apresentam-se centralizados e na parte inferior da folha. Ausência de linha de base também foi observado em parte da amostra. A partir dos resultados obtidos, com avaliação do HTP, pode-se verificar que o instrumento foi muito útil para a compreensão do sofrimento psíquico do público alvo desta pesquisa. Esses dados serão testados no estudo mais amplo. Porém já se evidenciou sua validade, um vez que o HTP trouxe dados relevantes sobre as dificuldades de desenvolvimento dos adolescentes infratores, e também na área de contato, sendo que esses dados podem servir para nortear de ações preventivas e intervenções terapêuticas. Foi evidenciado que a vivência infracional contribui de forma significativa para o prejuízo do desenvolvimento e da formação da personalidade dos adolescentes. Os resultados apontam também para uma imaturidade egóica nesses jovens, bem como índices de agressividade potencializada, tanto de forma defensiva como ofensiva. Aspectos de alta suficiência e dificuldade de perceber e lidar com a realidade foram também



apresentados. Percebeu-se prejuízos nas questões que tangem confiança em si e no outro e relacionamento interpessoal, assim como a presença de sentimentos de culpa. Por fim, chega-se à conclusão de que todos esses dados serão poderão ser melhor investigados no estudo mais amplo com infratores e um grupo controle, de forma a se ampliar a compreensão das vivências desses adolescentes e da necessidade de programas de prevenção, a fim de evitar que infracionem, ou reincidam e de intervenção, visando a recuperação dos mesmos e um oferecimento de um ambiente acolhedor que lhes permita se desenvolver melhor.

Adolescentes, ato infracional, HTP

Pesquisador - P

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade

CÂNCER EM ADOLESCENTES E AS FORMAS DE LIDAR COM A ENFERMIDADE E OS TRATAMENTOS : BASES PARA ATENDIMENTO. *Jose Manuel Peixoto Caldas - Universidade do Porto (CPF: 735 76816100); Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo (IP USP)*

O câncer na adolescência é uma experiência especialmente crítica. A doença oncológica neste grupo etário dificulta a construção da sua identidade através da socialização e dificulta a formação da sua identidade sexual. Os jovens têm de enfrentar as exigências do confronto com a ameaça vital e o sofrimento relacionados com a doença e os tratamentos, em simultâneo com os desafios e as condições desenvolvimentais próprios da sua fase. Daí que a adaptação ao câncer seja um processo contínuo, dinâmico e flexível no qual os adolescentes e suas famílias aprendem a adaptar-se a nível emocional, a solucionar problemas e a controlar acontecimentos relacionados com a doença. Como ter que escutar o diagnóstico, enfrentar as mudanças corporais contínuas - alopecia, amputações, próteses, etc - e confrontar-se com a agressividade dos tratamentos. A resposta do adolescente ao impacto dos tratamentos dependerá da sua idade, maturidade, reações ao estresse que envolve a perda da imagem corporal, ambiente familiar, status sócio-econômico, religião e cultura a que pertence, e pressuposto a reação da sua família à nova situação. Estas respostas podem ser transitórias ou provocar mudanças no comportamento mais ou menos duráveis. O impacto psicológico do câncer pode ser mais devastador durante a adolescência do que em qualquer outra faixa etária, já que a doença e as terapias maioritariamente de elas agressivas dificultam a construção da sua auto-imagem e auto-estima apropriadas à sua idade, perda da liberdade e autonomia nos seus hábitos de vida o que implica uma alteração na sua identidade e no lugar que ocupa na família e, especialmente, na escola, com a possível rejeição de seus amigos por não participar nas suas atividades de forma normal. O objetivo visa investigar os aspectos psicossociais e o impacto das estratégias de enfrentamento na estruturação da identidade, em adolescentes com câncer, e no projeto mais amplo sistematizar os elementos coletados e analisados em um Manual de Boas Práticas para que possam ser divulgados posteriormente aos profissionais de saúde, visando proporcionar mais um instrumento de enriquecimento de sua ação médico-terapêutica, preventiva, psicoterapêutica e educativa. Serão apresentados dados preliminares de resultados de 8 adolescentes entre os 12 a 18 anos acometidos de câncer residentes na cidade de São Paulo e que recebem tratamento. Foi realizada uma análise qualitativa baseada em entrevistas semi-dirigidas feitas com os pais, com os adolescentes e serão analisadas as histórias de vida de adolescentes acometidos de doença neoplásica posteriormente analisadas à luz da técnica de análise de conteúdo. Nesse grupo observou-se que para enfrentar o tratamento do câncer, o adolescente utiliza diferentes estratégias de enfrentamento. (desde negação, depressão, e resistência e contato com a realidade) Conhecer essas estratégias pode ser um caminho para proporcionar melhor qualidade de vida a esses pacientes. Entre os pais nota-se também diversas formas de lidar. Dessa forma, esse conhecimento pode contribuir em programas de atendimento a adolescentes com câncer, e realizar trabalhos que visem ampliar suas estratégias de enfrentamento para superação das dificuldades advindas dessa vivência, da enfermidade e do tratamento.

CANCER, ADOLESCENCIA ENFRENTAMENTO

FAPESP

Pesquisador - P

AVAL - Avaliação Psicológica

Sessão Coordenada 56 - **CRIANÇAS COM PROBLEMAS COMPORTAMENTAIS: AVALIAÇÕES DIVERSAS**

DEPRESSÃO MATERNA E COMPORTAMENTO DE ESCOLARES: CONDIÇÕES DE RISCO E ADVERSIDADE. Ana Paula Casagrande Silva** e Sonia Regina Loureiro (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP),

A depressão materna tem sido considerada uma condição de adversidade ao comportamento infantil, o qual pode ser influenciado também por múltiplas condições contextuais de risco, o que se configura como uma lacuna da literatura que requer mais estudos. Nesse contexto, objetivou-se comparar e correlacionar os problemas comportamentais, os eventos adversos, as adversidades crônicas e os estressores presentes para crianças que convivem com a depressão materna em relação a crianças cujas mães não apresentam depressão ou qualquer transtorno psiquiátrico. Avaliou-se 100 díades mães-crianças, distribuídas em dois grupos, a saber: G1 – 50 díades mães-crianças, cujas mães apresentaram história de depressão recorrente; e G2 – 50 díades mães-crianças, cujas mães não apresentaram história de depressão ou qualquer transtorno psiquiátrico. A identificação das mães participantes foi feita junto a serviços de saúde de Ribeirão Preto – SP, e as crianças, de ambos os sexos, com idade entre sete e 12 anos, foram identificadas por meio de suas mães. As mães responderam aos seguintes instrumentos: (a) Entrevista Clínica Estruturada para o DSM-IV – sistematização diagnóstica; (b) Questionário Geral – aspectos sociodemográficos; (c) Questionário de Capacidades e Dificuldades – comportamento das crianças; (d) Escala de Eventos Adversos; (e) Escala de Adversidade Crônica e (f) Entrevista com Roteiro Semi-Estruturado – avaliação de estressores. As crianças responderam ao teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven – critério de inclusão (nível intelectual maior ou igual ao médio inferior) e ao Teste do Desempenho Escolar. Os dados foram tratados por procedimentos estatísticos, e adotou-se o nível de significância de $p < 0,05$. Nas comparações entre os grupos verificou-se que as crianças de G1 apresentaram significativamente mais indicadores de problemas comportamentais quanto ao Total de Dificuldades ($G1x = 15,12$ e $G2x = 9,08$) e às Escalas Sintomas Emocionais ($G1x = 5,20$ e $G2x = 2,80$), Hiperatividade ($G1x = 4,74$ e $G2x = 3,22$) e Problemas de Relacionamento com Colegas ($G1x = 2,62$ e $G2x = 1,24$). Identificaram-se também diferenças estatísticas significativas entre G1 e G2 em relação aos eventos adversos ($G1x = 14,08$ e $G2x = 8,38$), às adversidades crônicas ($G1x = 3,92$ e $G2x = 2,22$) e aos estressores ($G1x = 29,63$ e $G2x = 17,91$). Detectaram-se correlações moderadas entre indicadores comportamentais e estressores para ambos os grupos. Para G1, mais indicadores de dificuldades comportamentais e sintomas de hiperatividade foram correlacionados positivamente a situações estressoras relativas às crianças. Para G2, praticamente todos indicadores comportamentais de dificuldades apresentaram correlação positiva com os estressores. A presença de mais indicadores de adversidades em G1 corrobora a literatura, que aponta que crianças que convivem com a depressão materna, estão expostas a uma diversidade de estressores, alguns relacionados às manifestações características desse transtorno. Não foi a totalidade das crianças de G1 que apresentou indicadores de dificuldades comportamentais, sugerindo a presença de adaptação positiva, mesmo frente à exposição a múltiplas adversidades. Considera-se que a identificação de outras condições de risco para crianças que convivem com a depressão materna pode favorecer ações de prevenção e intervenção em saúde mental.

Depressão; Comportamento; Criança



CNPq
Mestrado - M
SMENTAL - Saúde Mental

PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO DE ESCOLARES: ASSOCIAÇÕES COM A DEPRESSÃO MATERNA, EVENTOS ESTRESSORES E RECURSOS DO AMBIENTE FAMILIAR. *Fernanda Aguiar Pizeta** e Sonia Regina Loureiro (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto-SP)*

A identificação de indicadores de problemas comportamentais em crianças e a associação desses indicadores a condições contextuais são relevantes para o planejamento de ações em saúde mental. Na literatura, é reconhecido o impacto negativo de condições como a convivência com a depressão materna e com estressores, sendo que poucos estudos têm abordado também os recursos familiares favorecedores de adaptação. O presente estudo se insere nessa lacuna. Objetivou-se identificar as associações entre problemas de comportamento em crianças em idade escolar e variáveis do ambiente familiar, focalizando a depressão materna, eventos estressores e recursos de proteção. Foram avaliadas 100 díades mães-crianças, das quais 50 mães apresentaram transtorno depressivo recorrente, com episódios moderados ou graves, sistematicamente avaliado por meio de instrumento diagnóstico. As crianças, de ambos os sexos, tinham idade entre sete e 12 anos e nível intelectual pelo menos médio, avaliado pelo Teste das Matrizes Progressivas de Raven. Na avaliação com as mães, utilizou-se questionário para identificação de dados sociodemográficos, escalas para identificação de eventos estressores atuais e crônicos e de recursos do ambiente familiar, e aplicou-se o Questionário de Capacidades e Dificuldades para avaliação dos problemas de comportamento das crianças. Verificou-se a normalidade das distribuições das variáveis, o que guiou a escolha dos testes, utilizando-se: Teste t de Student, Teste Exato de Fisher e regressão logística univariada, adotando-se o nível de significância $p \leq 0,05$. Verificou-se alta taxa de problemas de comportamento, tendo 30% das crianças avaliadas apresentado problemas de comportamento. Dentre as variáveis sociodemográficas, a única com associação significativa com problemas de comportamento foi a escolaridade materna, sendo que as crianças que conviviam com mães com menos de oito anos de estudo formal tiveram três vezes mais chance (OR=3,109; IC 95%=1,278-7,564) de apresentarem tais problemas. A depressão materna foi associada, com significância estatística, ao comportamento infantil, tendo as crianças expostas a tal psicopatologia materna três vezes mais chances (OR=3,299, IC 95%=1,322-8,231) de apresentarem problemas. A presença de mais estressores e de menos recursos do ambiente familiar também se associaram à medida avaliada das crianças, sendo que as que conviviam com mais eventos estressores e com mais estressores crônicos tiveram, respectivamente, três ($t=-3,25$) e duas vezes ($t=-2,70$) mais chances de apresentarem problemas de comportamento, e as que conviviam com menos recursos tiveram duas vezes mais chances ($t=2,18$) de apresentarem indicadores de problemas. Tais dados evidenciaram o impacto negativo da depressão materna e de eventos estressores cumulativos, enquanto condições de risco, assim como a influência da ausência de recursos de ambiente familiar para os problemas de comportamento infantil, sinalizando um cenário complexo e multifacetado no qual variáveis diversas se associaram aos problemas de comportamento infantil. Frente a condições adversas por vezes inevitáveis, tais como situações de perda e eventos incidindo sobre a saúde dos membros da família, destaca-se a relevância de indicadores relativos à estabilidade do ambiente familiar. Tais dados contribuem para as práticas em saúde mental materno e infantil, sendo norteadoras estratégias que considerem condições de riscos e proteção do contexto familiar para as intervenções.

Depressão, Estresse (psicologia), Comportamento



CNPq
Doutorado - D
SMENTAL - Saúde Mental

INDICADORES DE SAÚDE MENTAL EM ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL. *Marcelle Louise Coelho de Freitas e Sonia Regina Pasian (Programa de Pós-graduação em Psicologia - Departamento de Psicologia – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FFCLRP/USP)*

De modo geral, as políticas de Saúde Mental estão relacionadas aos problemas da população adulta. Na faixa etária de crianças e adolescentes, os tipos de transtorno, principais fatores de risco e de proteção, estratégias de intervenção e organização do sistema de serviços têm especificidades que não podem ser contempladas pela simples extensão das estratégias de cuidado da população adulta, sendo necessário desenvolvimento de intervenções para as demandas infanto-juvenis em termos de Saúde Mental. Para identificação de sinais sugestivos de problemas em Saúde Mental, a prática clínica e de pesquisa mostra a utilidade e a relevância de recorrer a instrumentos padronizados de avaliação, de modo a permitir adequada caracterização dos indivíduos e de seu contexto de vida, destacando-se as possibilidades informativas do Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ). Trata-se de instrumento objetivo de avaliação psicológica, que rastreia problemas de saúde mental infantil em crianças e adolescentes de 4 a 16 anos, podendo ser aplicado em versão dirigida a pais ou a professores. Está constituído por 25 itens divididos em cinco subescalas: comportamento pró-social, hiperatividade, problemas emocionais, problemas de conduta e problemas de relacionamento, com bons indicadores psicométricos fortalecendo a qualidade de suas informações. Quanto mais alto o escore geral obtido, mais indicadores de dificuldades na área de Saúde Mental estarão presentes. Dentro desse contexto, o presente trabalho objetivou caracterizar indicadores relativos à Saúde Mental de crianças escolares. Foram convidados ao estudo todos os alunos de idade entre seis e 12 anos de uma escola pública municipal de ensino fundamental da região de Ribeirão Preto (SP), com estrutura física adequada para a pesquisa e cuja diretoria acolheu prontamente a investigação, sendo selecionada, portanto, por viabilidade prática. Essa instituição educacional atende a 400 crianças provenientes de famílias de renda econômica baixa até média, cujos pais possuem escolaridade variando entre o ensino fundamental e o ensino médio completo, predominando reduzido nível educacional. Após as devidas autorizações para a pesquisa, conseguiu-se reunir um total de 170 participantes voluntários cujos pais responderam, de forma completa, ao SDQ. Os resultados foram sistematizados em termos descritivos, de modo a permitir a identificação das crianças com indicadores sugestivos de problema de Saúde Mental (nota de corte de 16 pontos para a versão do SDQ para pais) e as que não apresentavam tais indicadores no conjunto dessa amostra de conveniência. Pode-se observar que no total de 170 voluntários, 70 casos foram classificados como clínicos (41,2%) por meio do SDQ (55,7% do sexo masculino e 44,3% do sexo feminino), 86 estudantes (50,6%) como não clínicos (45,3% do sexo masculino e 54,6% do sexo feminino) e 14 casos (8,2%) como limítrofes (42,8% do sexo masculino e 57,2% do sexo feminino). Essa elevada taxa de casos clínicos reafirma achados da literatura científica, sendo criticamente analisadas as implicações dessas evidências empíricas para a prática dos cuidados em Saúde Mental para com crianças no contexto contemporâneo.

Avaliação Psicológica, Saúde Mental, Crianças

Não

Pesquisador - P

AVAL - Avaliação Psicológica

PROBLEMAS COMPORTAMENTAIS E DE SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS IDENTIFICADAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA. *Thaysa Brinck Fernandes Silva (Departamento de Psicologia do Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG) e Sonia Regina Loureiro (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP)*

Os problemas comportamentais e de saúde mental na infância são comuns, mas nem sempre a identificação de tais dificuldades ocorre de forma precisa e precoce, o que é relevante, dado o impacto dos mesmos para o desenvolvimento infantil e para etapas posteriores da vida. Em diferentes contextos culturais tem sido ressaltada a magnitude de tais problemas na atenção primária e a contribuição potencial dos instrumentos de avaliação sistemática para a identificação precisa. No contexto nacional dispõe-se dos instrumentos de uso livre, traduzidos, e aferidos, a saber, o Questionário de Capacidades e Dificuldades da Criança (SDQ), para o rastreamento de problemas comportamentais de crianças e jovens, e o Levantamento sobre o Desenvolvimento e Bem Estar de Crianças e Adolescentes (DAWBA), uma entrevista estruturada, de diagnóstico de transtornos psiquiátricos. O presente estudo se propõe a aplicação desses dois instrumentos, no contexto da atenção primária, objetivando-se identificar os problemas comportamentais de crianças em idade escolar por meio do instrumento de rastreamento SDQ em comparação aos indicadores de problemas de saúde mental identificados pelo instrumento diagnóstico DAWBA. Procedeu-se a avaliação de uma amostra de conveniência de 120 crianças, de ambos os sexos, com idade entre seis e 12 anos, que não estavam em tratamento psicológico ou psiquiátrico, identificadas na atenção primária, quando suas mães buscavam atendimento clínico para si. Além dos instrumentos SDQ e DAWBA, as mães responderam a um Questionário Complementar relativo às características sociodemográficas. Os dados foram codificados e comparados por procedimentos estatísticos. Quanto ao perfil demográfico, todos os participantes frequentavam o ensino fundamental, com distribuição igual entre as séries iniciais e as posteriores, igual distribuição de meninos e meninas, e quanto ao nível socioeconômico, os participantes foram incluídos nas classes C (46,7%) e D-E (53,3%). Com relação aos problemas comportamentais, foram identificadas 48,3% de crianças com problemas de comportamento em geral pelo SDQ, e com base na avaliação do DAWBA, 51,7% das crianças apresentaram pelo menos um transtorno mental. Na comparação dos instrumentos verificaram-se as seguintes concordâncias: a) com relação aos sintomas emocionais, 22,2% dos casos tiveram confirmação diagnóstica para transtorno depressivo, e 29,6% dos para transtorno de ansiedade generalizada; b) quanto aos problemas de conduta, 17,6% das crianças tiveram o diagnóstico de transtorno de conduta confirmado; c) no que se refere à hiperatividade, 58,7% das crianças foram identificadas com Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade pelo DAWBA; d) com relação aos problemas de relacionamento com os colegas, 18,2% dos casos foram confirmados pelo instrumento de diagnóstico. Constatou-se, por meio de avaliação sistemática utilizando instrumento de rastreamento e diagnóstico, uma alta taxa de crianças com dificuldades na atenção primária, o que evidencia a necessidade de atenção à saúde mental nesse contexto. O SDQ, instrumento de rastreamento de rápida aplicação, mostrou valores satisfatórios de concordância com o DAWBA, instrumento sistemático de diagnóstico, o qual requer avaliador com preparação e formação clínica especializada. Conclui-se que esses dados recomendam a utilização do SDQ de modo a identificar e planejar práticas de saúde mental na atenção primária.

Saúde Mental, Comportamento, Atenção Primária
Mestrado – M / SMENTAL - Saúde Mental

COMPARAÇÕES ENTRE PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO E HABILIDADES SOCIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR. *Marília Mariano** e Alessandra Turini Bolsoni-Silva (Faculdade de Ciências – Universidade Estadual Paulista, UNESP, SP)*

Comportamentos infantis são produzidos nas interações sociais, a princípio na família, e se alteram conforme as exigências ambientais. Problemas de comportamentos na infância, ocorrem paralelamente aos déficits de habilidades sociais, e predizem doenças mentais na adultez. Na escola, problemas de comportamentos tendem a se intensificar, pois trata-se de um ambiente mais exigente, de modo que estas crianças acabam por estabelecer relações de conflito com professores e são rejeitadas pelos pares. No entanto, neste contexto são escassos os estudos sobre práticas educativas de professores, problemas de comportamento e habilidades sociais infantis. Objetivou-se comparar práticas educativas de professores e comportamentos infantis, entre grupos diferenciados por problemas de comportamento, escolaridade (pré-escolares e escolares), e gênero das crianças. Participaram do estudo 283 crianças e seus professores (170 escolares e 113 pré-escolares), de ambos os sexos (169 meninos e 114 meninas), com idades entre 3 e 12 anos, matriculadas em escolas públicas de uma cidade do centro-oeste do estado de São Paulo. Na avaliação com os professores utilizou-se um questionário diagnóstico para problema de comportamento (Teacher's Report Form), uma entrevista semiestruturada (Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas para Professores – RE-HSE-Pr) que investiga práticas de professores e comportamentos infantis, e um questionário que investiga habilidades sociais infantis (Questionário de Respostas Socialmente Habilidadeosas – versão para professores – QRSH-Pr). Os dados foram analisados estatisticamente. Nos resultados do Teste do Qui-quadrado, nas variáveis categóricas gênero e escolaridade para problema de comportamento, nota-se que o gênero das crianças demonstrou uma relação significativa, tendo os meninos mais comportamentos problemas e menos habilidades sociais. O grupo de pré-escolares demonstrou médias maiores nas práticas educativas positivas que os escolares. Na comparação entre grupos clínico versus não clínico para problemas de comportamento observou-se diferenças significativas nas categorias de Práticas Educativas Negativas, Habilidades Sociais Infantis, Problemas de Comportamento. Por fim, a comparação de meninos versus meninas demonstrou diferenças significativas nas Práticas Educativas Negativas, Habilidades Sociais Infantis e Problemas de Comportamento. Tais evidências indicam que existem interações diferentes entre professores e alunos diferenciados pelo gênero, escolaridade e problemas de comportamento. Maiores médias de práticas educativas negativas, tanto no grupo clínico para problema de comportamento, como no grupo dos meninos, podem estabelecer e/ou manter comportamentos problema nas crianças e baixos escores de habilidades sociais. Contudo, práticas educativas positivas podem ser utilizadas para o ensino destas habilidades, prevenindo e/ou enfraquecendo padrões de comportamento problema. A identificação e intervenção precoce de habilidades sociais infantis e comportamento problema é útil para prevenir trajetórias de fracasso acadêmico e social.

Práticas Educativas, Comportamentos Infantis, Escola
FAPESP
Mestrado - M
DES - Psicologia do Desenvolvimento



PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS E COMPORTAMENTOS INFANTIS DE CRIANÇAS DIFERENCIADAS POR SEXO, ESCOLARIDADE E PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO. *Jéssica Aline Rovaris** e Alessandra Turini Bolsoni-Silva (Faculdade de Ciências – Universidade Estadual Paulista, UNESP, SP)*

Problemas de comportamentos são déficits e/ou excessos comportamentais que prejudicam a interação das crianças com pares e adultos, o acesso delas às novas contingências de reforçamento e a aquisição de repertórios importantes para a aprendizagem. Existem Habilidades Sociais, Práticas Educativas Parentais e Problema de Comportamento

FAPESPMestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento



Sessão Coordenada 57 - **HABILIDADES SOCIAIS: INTERLOCUÇÕES POSSÍVEIS COM A EDUCAÇÃO**

IMPACTO DE UM PROGRAMA UNIVERSAL DE PROMOÇÃO DE HABILIDADES SOCIAIS EM CRIANÇAS COM BAIXO RENDIMENTO ACADÊMICO. *Daniele Carolina Lopes (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP), Zilda Aparecida Pereira Del Prette (Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP),*

O campo teórico-prático da Psicologia das Habilidades Sociais tem trazido contribuições para a compreensão do sucesso e fracasso escolar, principalmente por meio de evidências da relação entre dificuldade de aprendizagem e habilidades sociais e a importância da qualidade dos relacionamentos interpessoais na prevenção e no tratamento de problemas relacionados ao baixo rendimento acadêmico. Muitos estudos mostraram que as habilidades sociais estão relacionadas positivamente com o rendimento acadêmico, inclusive, que as habilidades sociais são significativos preditores do desempenho acadêmico. Outros estudos mostraram evidências de que a promoção de habilidades sociais está diretamente relacionada ao aumento da competência social e à melhoria do desempenho acadêmico. Sendo assim, o investimento em pesquisas para compreender e testar intervenções é fundamental, principalmente em um modelo mais abrangente de intervenção que são os programas universais. Desta forma, o objetivo deste estudo foi analisar o impacto de um programa universal de promoção de habilidades sociais para as crianças em crianças que já apresentavam baixo rendimento acadêmico. O programa de intervenção universal de habilidades sociais foi conduzido em três turmas de 4º no do Ensino Fundamental, sendo que em cada turma, três crianças com baixo rendimento acadêmico foram constantemente avaliadas. Cada criança foi avaliada pelo Sistema de Avaliação de Habilidades Sociais (SSRS-BR) nas versões para pais, professor e autoavaliação antes e depois da intervenção e também avaliada por pais e professores semanalmente por meio de um checklist que identificava o nível de progresso e a qualidade das habilidades sociais de cada participante. O programa de intervenção foi composto por 11 sessões de 60 minutos, cada uma focalizando habilidades sociais diferentes e sequenciadas em termos de complexidade, que, foram previamente selecionadas pelas professoras em relação à importância para o desenvolvimento social e acadêmico dos alunos. As sessões de intervenção foram compostas por vinhetas de vídeo do RMHSC-Del-Prette, atividades lúdicas e uso de técnicas cognitivo-comportamentais. O programa universal se mostrou efetivo em aumentar a frequência de habilidades sociais e também produziu resultados significativos no desempenho acadêmico de crianças que já apresentavam comprometimentos acadêmicos. Em relação à avaliação da qualidade das habilidades sociais pelos pais e professores foi possível identificar que ocorreu aquisição e melhoria das habilidades ensinadas após o ensino específico de cada habilidade em comparação às avaliações do pré-teste. Isto sugere que o programa de habilidades sociais, não somente aumentou a frequência das habilidades sociais (avaliada pelo SSRS-BR), mas também teve impacto em termos de melhora da qualidade. O que se pôde identificar neste estudo é que algumas crianças com baixo rendimento obtiveram melhora no repertório de habilidades sociais e, algumas ainda, tiveram benefícios no desempenho acadêmico e na redução de problemas de comportamento, segundo avaliação dos pais e professores. Discute-se, o alcance de programas universais de promoção de habilidades sociais na escola, inclusive sobre uma população que não é relatada pela literatura como normalmente muito beneficiada com programa deste tipo, como as crianças com baixo rendimento acadêmico.

Programa universal de promoção de habilidades sociais; crianças; baixo rendimento acadêmico



Capes
Doutorado - D
ESC - Psicologia Escolar e da Educação

ANALISANDO O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL SOB O ENFOQUE DAS HABILIDADES SOCIAIS NA INFÂNCIA. *Talita Pereira Dias (Centro Universitário de Votuporanga - UNIFEV), Elaine Cristina Gardinal Pizato (Faculdades Integradas de Jahu, Jaú-SP), Zilda A. P. Del Prette (Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP)*

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) apresenta parâmetros que devem nortear o planejamento e implementação de propostas pedagógicas que serão adotadas na Educação Infantil. Tal etapa constitui a base da educação dos indivíduos, de modo que práticas efetivas poderão contribuir o desenvolvimento integral da criança. Embora não esteja explícito, muitos dos objetivos enfatizados no RCNEI poderiam ser “traduzidos” em habilidades específicas, particularmente habilidades sociais. Assim, defende-se que a promoção de habilidades sociais na Educação Infantil contribuiria para a efetivação dos objetivos do RCNEI e para o desenvolvimento integral. Considerando essa possibilidade, este estudo buscou analisar os objetivos do RCNEI para a faixa etária de quatro a seis anos, identificando conteúdos relacionados às diferentes classes de habilidades sociais na infância. Para tanto, inicialmente, foi realizada uma leitura dos conteúdos do RCNEI que remetiam aos objetivos de ensino, obtendo-se uma listagem de seis itens transpostos para um protocolo: (1) ter uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, identificando suas limitações e possibilidades, e agindo de acordo com elas; (2) identificar e enfrentar situações de conflitos, utilizando recursos pessoais, respeitando outras crianças e adultos e exigindo reciprocidade; (3) valorizar ações de cooperação e solidariedade, desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração e compartilhando suas vivências; (4) brincar; (5) adotar hábitos de autocuidado, valorizando as atitudes relacionadas com a higiene, alimentação, conforto, segurança, proteção do corpo e cuidados com a aparência; (6) identificar e compreender a sua pertinência aos diversos grupos dos quais participam, respeitando suas regras básicas de convívio social e a diversidade que os compõe. Cada objetivo foi analisado, por juízes independentes, aos quais foi solicitado que anotassem as classes de habilidade sociais relacionadas ou pertinentes a cada objetivo do RCNEI, adotando as definições operacionais da literatura como habilidades sociais de: autocontrole e expressividade emocional; fazer amizades; civilidade; empáticas; assertivas, de resolução de problemas, automonitoria, comunicação, participação e cooperação. Foram analisadas convergências e divergências entre as avaliações realizadas pelos juízes, sendo as divergências discutidas até obter consenso. Com base nessa análise, são propostas relações entre os objetivos explícitos ou implícitos pelo RCNEI quanto às diferentes classes de habilidades sociais, por exemplo: automonitoria (objetivo 1 - identificação dos próprios recursos e limitações, objetivo 2 – identificação de conflitos e utilizações dos recursos pessoais); assertividade (objetivo 2 – respeitar aos outros; objetivo 5 – segurança, proteção; objetivo 6 – respeitar diversidade dos grupos); empatia e cooperação (objetivo 3 – valorizar a cooperação, solidariedade, ajuda, colaboração); civilidade (respeitar regras básicas de convívio social); resolução de problemas (objetivo 3 - identificar e enfrentar situações de conflitos); participação (objetivo 4 - brincar) além de correlatos de competência social, como melhora de autoestima e autoconfiança (objetivo 1), respeito aos outros e reciprocidade (objetivo 2). Considerando proximidades e possíveis contribuições recíprocas entre a área de Habilidades Sociais e os objetivos do RCNEI, entende-se como alternativa viável planejar ações para cada faixa etária em termos de promoção de habilidades sociais. Isso traria implicações positivas na efetivação dos objetivos educacionais para tal etapa, com benefícios para o desenvolvimento infantil e integral.

Habilidades Sociais; Educação Infantil; RCNEI

Pós-Doutorado – PD / ESC - Psicologia Escolar e da Educação

O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E AS HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS REQUERIDAS DE PAIS E PROFESSORES. Elaine Cristina Gardinal Pizato (*Faculdades Integradas de Jahu, Jaú-SP*)
Talita Pereira Dias (*Centro Universitário de Votuporanga - UNIFEV*), Zilda A. P. Del Prette (*Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP*)

As Habilidades Sociais Educativas (HSE), conforme a última autora deste resumo, referem-se àquelas “intencionalmente voltadas para a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem do outro, em situação formal ou informal”. Essa definição coloca em destaque dois agentes educacionais prioritários na infância: pais e professores. A partir da escolarização, esses dois segmentos precisam assumir, de forma articulada suas tarefas educativas. Acrescenta-se, ainda, que as chamadas HSE apresentam esta denominação por produzirem ou aumentarem a probabilidade de gerarem mudanças no repertório comportamental dos educandos, processo este que deve ser realimentado por esses efeitos. Em se tratando da Educação Infantil, pode-se dizer que uma passagem bem-sucedida pela mesma inclui a promoção de habilidades sociais nas crianças, com o apoio de pais e educadores para o enfrentamento dos novos desafios na transição para o Ensino Fundamental. Considerando a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) indica caminhos que contribuem para que as crianças desenvolvam integralmente sua identidade e para que possam ser capazes de crescer como cidadãos, com os direitos à infância reconhecidos. Além disso, serve como base para que se possa realizar, nas instituições de educação, um trabalho que contribua com a socialização dos alunos dessa faixa etária. Os três volumes, conjuntamente, buscam direcionar o planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas mais eficazes, além da construção de propostas pedagógicas que respondam às necessidades das crianças e de seus familiares. Especificamente, o volume II, que trata da “Formação Pessoal e Social”, aponta como relevante um eixo de trabalho favorecendo, prioritariamente, os processos de construção da identidade e autonomia das crianças, bem como respeito mútuo e a qualidade da interação. Desta maneira, acredita-se que as HSE podem contribuir para a promoção dos objetivos propostos pelo RCNEI. Considerando os objetivos do RCNEI (vol. II) para a “Formação Pessoal e Social” e sua “tradução” em termos de habilidades sociais que as crianças devem apresentar (conforme o outro resumo desta sessão), o presente estudo visa analisar as diferentes classes de HSE que podem ser requeridas como condições de ensino que pais e professores podem dispor para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Para atingir os objetivos, foi realizada uma leitura dos conteúdos dos RCNEIs buscando-se identificar quais classes de HSE poderiam favorecer cada um deles. As classes de HSE utilizadas para essa análise constam daquelas propostas por Del Prette e Del Prette (s.d.), traduzida em subclasses específicas que incluem itens para pais (por exemplo, Estabelecer limites, corrigir, controlar) e para professores (por exemplo, Organizar atividade interativa). que serão analisadas por juízes independentes, experts no campo das Habilidades Sociais, solicitados a relacionar, aos objetivos propostos pelo RCNEI e habilidades sociais das crianças, aquelas consideradas como condições relevantes para a consecução desses objetivos. Com base nessa análise, estão sendo organizadas condições de assessoria a pais e professores visando ensinar e estimular HSE de modo a contribuir para a consecução dos objetivos da formação pessoal e social da criança, conforme proposta no RCNEI.

Habilidades Sociais Educativas; Educação Infantil; RCNEI

Pesquisador - P

DES - Psicologia do Desenvolvimento

O CAMPO TEÓRICO-PRÁTICO DAS HABILIDADES SOCIAIS: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. *Bárbara Carvalho Ferreira** (Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, SP; Faculdades Integradas Pitágoras e Faculdade de Saúde Ibituruna - Montes Claros/MG)*

Zilda A. P. Del Prette (Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP)

Os estudos na área das habilidades sociais no Brasil têm contemplado diferentes contextos, educação, saúde, trabalho, clínica, e participantes com características diversas, como, por exemplo, crianças, adolescentes, idosos, universitários, casais, pessoas com transtornos psiquiátricos, dependentes químicos, alcoolistas, entre outros. No que se refere à educação, a Educação Especial tem sido uma área pesquisada por estudiosos desta temática. O investimento da escola na promoção de habilidades sociais pode ser defendido com base em alguns argumentos, dentre eles, a função social da escola, as evidências de relação entre habilidades sociais e desempenho acadêmico e as políticas de inclusão, que atualmente tem considerado como público alvo alunos com deficiências (visual, auditiva, intelectual, física, múltipla), Transtornos Globais/Invasivos do Desenvolvimento e educandos com altas habilidades/superdotação. Tendo em vista a política educacional de educação inclusiva e as contribuições do campo teórico-prático das habilidades sociais nesta área, o presente trabalho teve como objetivo analisar teses e dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs) e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi), ambos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) que abordaram temas relacionados à Educação Especial na interface com as habilidades sociais. Para tanto, foi realizado em um primeiro momento a análise dos títulos das teses e dissertações disponíveis no banco de dados da biblioteca digital da UFSCar. Como critério de seleção dos estudos, foi excluído aqueles que abordaram necessidades educacionais especiais que não são mais contempladas nos documentos recentes sobre política nacional de Educação Inclusiva, como por exemplo, dificuldade de aprendizagem, problemas de comportamento, com trajetória de risco, entre outros. Na etapa seguinte, os trabalhos que no título e palavras-chave tinham palavras relacionadas com a área foram selecionados e analisados a partir das seguintes categorias: população alvo, tipo de estudo (descritivo, experimental, quase-experimental, qualitativo), classes de habilidades sociais abordadas, dentre outras. De um total de 351 teses e dissertações defendidas no PPGEEs, 18 contemplaram temas diversos da interface entre habilidades sociais e Educação Especial. Já no PPGpsi, de 69 trabalhos defendidos, dois abordaram esses temas. Dos 20 estudos, nove grupos distintos de participantes foram contemplados, sendo o maior número de pesquisas, seis, realizadas com alunos com deficiência visual (cegueira e/ou baixa visão), seguido por deficiência intelectual (quatro), deficiência física (três), dotação e talento (duas) e deficiência auditiva, autismo, diferentes necessidades educacionais especiais, e professores com alunos com deficiência intelectual e diferentes deficiências com apenas uma pesquisa cada. Quanto ao tipo de pesquisa, 13 foram estudos descritivos e de caracterização, três estudos de caso, dois experimentais com grupo, um experimental com sujeito único e um não especificado. Analisando esses dados, observa-se uma carência de estudos que abordem várias necessidades educacionais especiais na perspectiva das habilidades sociais. Além disso, nota-se a carência de estudos experimentais com maior validade interna e externa.

Educação Especial; habilidades sociais

Capes

Doutorado - D

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

HABILIDADES SOCIAIS EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA: UM ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO E COMPARAÇÃO. Luana Nayara Silva Guimarães (Faculdade Estácio de Sergipe, Aracaju-SE), Mayara Gonzaga Feitosa (Faculdade Estácio de Sergipe, Aracaju-SE), Ana Manuela Lima de Santana Orico (Faculdade Estácio de Sergipe, Aracaju-SE) Maria Luiza P. França-Freitas (Universid

O ser humano é um ser social por natureza, seus sentimentos, pensamentos e comportamentos são influenciados e construídos não só pela sua subjetividade, mas principalmente pelo meio social em que ele está inserido. Sendo assim, os mais diversos contextos interpessoais, como família, escola, e âmbito profissional acabam por exigir dele desempenhos sociais cada vez mais competentes, os quais se darão através de habilidades específicas, as denominadas Habilidades Sociais (HS). No meio acadêmico, em especial para os estudantes de Psicologia, obter um repertório elaborado de habilidades sociais é fundamental tanto para o seu desenvolvimento psicológico e social, quanto para sua atuação profissional, proporcionando mais qualidade nas relações interpessoais na vida desse estudante de modo geral. Ao levar em consideração tais colocações, a presente pesquisa teve como objetivo caracterizar e comparar o repertório de habilidades sociais do primeiro (1º) e dos últimos (9º e 10º) períodos do curso de Psicologia de algumas instituições de ensino superior, públicas e particulares, do Estado de Sergipe. A amostra foi composta por 169 estudantes, de ambos os sexos e de diferentes faixas etárias. O instrumento utilizado para coleta de dados foi o Inventário de Habilidades Sociais (IHS), composto por cinco subescalas: Enfrentamento e autoafirmação com risco (F1); Autoafirmação na expressão de sentimento positivo (F2); Conversação e desenvoltura social (F3); Autoexposição a desconhecidos e a situações novas (F4) e Autocontrole da agressividade (F5). A pesquisa em questão foi caracterizada como uma pesquisa de campo e descritiva de levantamento (Surveys). Os dados foram analisados de forma quantitativa, através do programa estatístico inferencial Statistical Package for Social Science (SPSS) versão 20.0 e de testes t de Student para amostras independentes. Os resultados obtidos indicaram que os repertórios de habilidades sociais dos estudantes de Psicologia encontraram-se no segundo intervalo (26 - 75) classificados como mediano a acima da média. A partir da comparação do repertório de habilidades sociais de estudantes dos diferentes períodos do curso, verificou-se diferenças significativas em termos estatísticos: no escore geral os estudantes concluintes apresentam uma pontuação mais alta ($M = 80,97$; $DP = 13,10$) do que os estudantes iniciantes ($M = 74,26$; $DP = 14,01$) [$t = -2,73$; $p < 0,007$]. Referente as subescalas de habilidades sociais os estudantes concluintes ($M = 18,48$; $DP = 4,12$) apresentaram a subescala Conversação e desenvoltura social mais desenvolvida do que os estudantes iniciantes ($M = 16,08$; $DP = 5,11$) [$t = -2,85$; $p = 0,005$]. No presente estudo, foi identificado que os estudantes de Psicologia apresentaram repertório elaborado em todas as subescalas de habilidades sociais. Ressalta-se que os estudantes que estavam no final do curso relataram maior “traquejo social” em situações interpessoais, indicando possuir maior facilidade para se aproximarem de outras pessoas, assim como, para conseguir manter suas relações interpessoais que envolvem ter autonomia e agir de modo competente socialmente, habilidades essas imprescindíveis ao profissional da Psicologia.

Psicologia; Habilidades Sociais; Universitários

Não há

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

FORM - Formação em Psicologia



Sessão Coordenada 58 - **INCLUSÕES: POSSIBILIDADES EDUCATIVAS PARA O ENSINO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E ALTAS HABILIDADES**

REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES HOSPITALARES NA ESCOLA INCLUSIVA. *Paulo França Santos (Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, Salvador, BA),*

A educação inclusiva tem o objetivo de permitir que todas as pessoas tenham acesso ao processo educacional, respeitando as especificidades de seus participantes. O hospital é um espaço usualmente voltado para os cuidados da saúde, mas pode se tornar um ambiente educativo, desde que haja profissionais, com intencionalidades e estratégias definidas, para a ação da mediação. Neste texto, propomos uma reflexão sobre a interface entre a Pedagogia e a Psicologia Hospitalar. Defendemos que o hospital também pode contribuir com a educação no seu sentido mais amplo, pois promove a troca e a construção coletiva do conhecimento, estando facilitadas pelo atendimento pedagógico baseado nas potencialidades individuais da pessoa enferma. Tais medidas respaldam projetos como os das classes hospitalares e do atendimento educativo hospitalar, como sendo alternativas que contribuem para a continuação do processo de escolarização de crianças e adolescentes hospitalizados ou em reabilitação (FONTES; WELLER, 1998; SANTOS, 2000). O atendimento pedagógico-educacional às crianças e jovens hospitalizados se apresenta como uma possibilidade de se pensar em um outro caminho, onde sejam reintegradas as áreas de educação e saúde no processo de desenvolvimento humano. Nesse sentido, o professor hospitalar se apresenta como mediador no processo de ensino-aprendizagem e na relação entre o hospital e a escola, à qual o indivíduo retornará (FONSECA, 1998). Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a atuação de professores hospitalares no contexto da escola inclusiva, a partir do diálogo e observação de suas práticas cotidianas. Foi observado que os atendimentos no hospital precisam ser flexibilizados de acordo com cada pessoa atendida. É possível ocorrer aulas convencionais, aulas de reforço, oficinas de aprendizagem, incluindo, oficinas de recreação. Além disso, é possível que professores hospitalares compartilhem seus saberes com os professores regentes dos professores das salas regulares. Dentre as práticas mais colaborativas, ou seja, práticas em equipe multidisciplinar destacam-se as abordagens às famílias, as visitas escolares e domiciliares, os atendimentos em equipe e os programas de comunicação suplementar, todos visando a atender as necessidades das pessoas hospitalizadas ou acompanhadas ambulatorialmente. A efetividade desses atendimentos está relacionada à construção conjunta de estratégias e atuação dos profissionais do hospital e da escola. Com isto, percebemos que a escola inclusiva não pode ser compreendida apenas como uma escola convencional e a inclusão, igualmente, não pode ser compreendida como a inserção de um aluno com deficiência e/ou alta habilidade na escola. Numa perspectiva de inclusões possíveis, o hospital pode se tornar um espaço educacional que aponta caminhos e cria novos instrumentos que possibilitam a continuidade do processo de desenvolvimento-aprendizagem dos estudantes. Sendo assim, os educadores – na escola e no hospital– são mediadores no processo de inclusão, ao mesmo tempo em que cumprem com a determinação legal da continuidade dos estudos no ambiente hospitalar.

professor hospitalar, inclusão, escola, hospital

Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação

Pesquisador - P

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

ATENDIMENTO DOMICILIAR E INCLUSÃO: ESTUDO DE CASO DE UM ALUNO COM ESCLEROSE MÚLTIPLA. *Helma Salla** (Secretaria de Educação do Distrito Federal, Brasília, DF), Renata Cardoso de Sá Ribeiro Razuck (Instituto de Química, Universidade de Brasília, Brasília), Paulo França Santos (Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, Salvador, BA)*

A educação inclusiva é uma realidade nas escolas brasileiras. Se por um lado, a inclusão traz benefícios significativos, por exemplo: combate ao preconceito, incentivo à tolerância e, principalmente, a possibilidade de ampliação da interação social, privilegiando a colaboração no processo de aprendizagem, inclusive, por meio da imitação de comportamentos socialmente mais complexos e adequados. Por outro, ela traz desafios como preparação e humanização dos professores, sensibilização dos alunos, estrutura física e tecnológica insuficientes das escolas. Neste trabalho, apresentamos a análise de um atendimento domiciliar de um aluno com esclerose múltipla. O atendimento domiciliar é concedido a um aluno com deficiência quando o este está impossibilitado de ir à escola, por motivos relacionados a sua condição de saúde. Neste contexto, a pergunta que nos orientou foi qual a realidade e os desafios do atendimento domiciliar para um aluno com deficiência? Que tipo de inclusão pode acontecer com este tipo de atendimento? Para respondê-la, desenvolvemos um estudo de caso com o aluno e sua professora. A esclerose múltipla é uma doença crônica, degenerativa, de caráter inflamatório. Portanto, as consequências dela para o processo de escolarização vão desde o desinteresse, causado pela fadiga e/ou depressão, até limitações motoras e respiratórias e, em alguns casos, até problemas de ordem cognitiva.. Dada a natureza do objetivo deste trabalho, optamos pela metodologia qualitativa. Os dados foram construídos através de observações, análises de relatórios diários da professora-pesquisadora e de entrevistas. Os resultados mostraram que o atendimento é importante para a melhoria da qualidade de vida do aluno, mas depende do estado de saúde físico e emocional dele para que aconteça. O atendimento acontece na casa do aluno todos os dias, exceto naqueles em que, por questões de ordem médica, como fisioterapia, limpeza de traqueotomia, visita do médico ou consulta no hospital, é preciso ser interrompido. O grande desafio da ação da professora tem sido a sensibilização de que estudar é um direito do aluno e, mais que isso, é uma relevante modalidade de inclusão social, porque terá acesso a rotinas sistematizadas e intencionais de mediação. Percebeu-se que o aluno tem desejo de passar no vestibular e consegue relacionar a ação pedagógica como importante para alcançar seu desejo. A professora, neste momento, tem tentado viabilizar a inclusão do aluno na sala de aula regular, para que tenha convívio com adolescentes da sua turma. O desafio deste projeto de inserção está relacionado mais à dificuldade de transporte e aos receios da família, que propriamente a um não desejo do aluno e dos colegas, que já se manifestaram prontos para recebê-lo. Entre as estratégias mediadoras mais eficazes está o computador, pois, devido ao comprometimento motor, o aluno não consegue escrever. Assim, o computador se torna tecnologia assistiva capaz de mediar o seu processo de aprendizagem. O computador tem sido usado como equipamento para escrever e, também, para pesquisar e interagir com pessoas de outros espaços de atuação.

Palavras-chave: esclerose múltipla, atendimento domiciliar, inclusão
Secretaria de Educação do Distrito Federal-DF
Mestrado - M
ESC - Psicologia Escolar e da Educação

O BRINQUEDO COMO OBJETO CULTURAL: REFLEXÕES SOBRE SEUS USOS E CONCEPÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA. *Matheus da Silva Neves**

(Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento/Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília – Brasília – DF), Gabriela Sousa de Melo Mieto (Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento/Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília – Brasília – DF)

Nesta sessão coordenada vamos apresentar um trabalho que, do ponto de vista teórico-conceitual, relaciona-se à leitura semiótica do estudo do psiquismo humano desde a mais tenra infância, a partir da compreensão de que a unidade mínima a ser considerada na construção dos processos de subjetivação humana é uma tríade: bebê, adulto, objeto. Os resultados discutidos dizem respeito a um projeto de iniciação científica cujo objetivo principal é investigar os aspectos de comunicação entre adulto e bebê, considerando nesta relação os objetos culturais em seus usos cotidianos, uma vez que os significados produzidos nestas relações triádicas se transformam imensamente nos primeiros anos de vida de uma criança e que são imprescindíveis para a construção da educação inclusiva. Para atingir este objetivo pretende-se investigar como o professor dedicado aos cuidados de crianças da educação infantil, na modalidade da educação precoce, compreende os processos ocorridos na transição do conhecimento cultural que o adulto possui do objeto (e por isso do próprio conhecimento) até que o bebê ou a pequena criança domine tais conhecimentos. Neste contexto das relações triádicas, enfatizaremos o uso dos brinquedos em ambiente escolar por termos a intenção de compreender como o professor constrói significados sobre tais questões: Que sistemas de signos estão em voga nestes processos? Desde quando são compreendidos e produzidos de forma autônoma pelos bebês/crianças pequenas? Em relação a estes aspectos, há diferenças nos processos vivenciados pelas crianças com desenvolvimento típico para aquelas com desenvolvimento atípico? O delineamento da pesquisa segue princípios da metodologia qualitativa, tendo como participantes profissionais de educação infantil no Distrito Federal, que atenda também crianças com desenvolvimento atípico. Serão apresentadas as informações construídas a partir da realização de 03 a 05 sessões de entrevistas com roteiro semi-estruturado, com um professor de educação infantil, onde foram propostas reflexões acerca do desenvolvimento infantil, ressaltando-se a importância das relações triádicas, construídas entre criança-adulto-objeto, prioritariamente, o brinquedo. Algumas das entrevistas foram mediadas por vídeos sobre o tema, visando auxiliar o participante no engajamento do assunto, facilitando o seu posicionamento sobre o contexto. Dentre os instrumentos de pesquisa utilizados destacam-se: roteiro de entrevista; vídeos de interações triádicas (que fazem parte do banco de dados dos pesquisadores); elaboração do diário de campo do pesquisador. Os materiais da pesquisa são: câmera de vídeo digital, gravador digital, software de edição de vídeo. As entrevistas estão sendo gravadas, com a autorização do professor participante, mediante assinatura do TCLE, realizadas preferencialmente no seu local de trabalho. Os dados serão transcritos em sua integridade e submetidos à análise dialógica temática para identificação da construção de significados nas narrativas.

Palavras-chave: brinquedo; educação precoce; educação inclusiva.

Apoio Financeiro/Bolsa: CNPq – Jovens Talentos para a Ciência.

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

ESC - Psicologia Escolar e da Educação



A SALA DE RECURSOS PARA DEFICIENTES VISUAIS: UM ESTUDO DE CASO.

Laura Firminio Sampaio (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

Juliana Eugênia Caixeta (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

Na inclusão, todas as pessoas devem ter a oportunidade de escolarização sem qualquer restrição. Para tanto, é necessário o respeito e a valorização da diversidade humana e social ao mesmo tempo em que é fundamental a garantia não só do acesso, mas da permanência e desenvolvimento da pessoa na escola. Portanto, é obrigação da escola se adaptar às necessidades dos alunos, garantindo espaço e atendimento adequado. Neste trabalho, focamos a inclusão das pessoas com deficiência visual, especialmente, o trabalho que se desenvolve na sala de recursos de uma cidade satélite do Distrito Federal. A sala de recursos tem a função de oferecer um suporte pedagógico aos alunos com deficiência e/ou superdotação. Ela é um espaço onde o/a aluno/a pode ter um atendimento diferenciado e especializado, inclusive com recursos pedagógicos específicos, criados e adaptados por professores especializados, para atender suas necessidades. O objetivo deste estudo foi identificar como funciona a sala de recursos para deficientes visuais e quais contribuições para o ensino-aprendizagem ela traz do ponto de vista do aluno/a deficiente visual incluído/a. A construção de dados foi feita em uma sala de recursos de uma escola de Ensino Fundamental da rede pública do Distrito Federal, com duas professoras da sala de recursos e com quatro alunos deficientes visuais, sendo dois cegos e dois com baixa visão, a fim de identificar como é o funcionamento sala de recursos e suas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos deficientes visuais, do ponto de vista deles. Os dados foram obtidos por meio de observações e entrevistas semiestruturadas e analisados pela análise temática dialógica. Foram realizadas observações de 15 atendimentos com 1 hora e meia cada um, totalizando, aproximadamente, 21 horas e meia. As entrevistas foram realizadas com todos participantes da pesquisa. Os resultados indicaram que a sala de recursos tem um papel importante na estimulação da visão residual dos alunos e, também, dos sentidos remanescentes. Este trabalho de estimulação favorece o processo ensino-aprendizagem dos alunos, porque amplia suas possibilidades de atuação no mundo dentro e fora da escola. Para isso, as professoras utilizam recursos didáticos diversificados e metodologias de mediação específicas para cada aluno/a atendido/a. Foi notável o trabalho de parceria entre as professoras da sala de recursos e os professores regentes dos alunos e seus familiares em prol do desenvolvimento da autonomia dos alunos deficientes visuais. Para os alunos, a sala de recursos contribui para o processo de alfabetização deles, mas deveria haver computadores e máquinas Braille para favorecer ainda mais os atendimentos.

inclusão, deficientes visuais, sala de recursos
Decanato de Assuntos Comunitários, CAPES
Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)
ESC - Psicologia Escolar e da Educação

DESENHANDO CAMINHOS POSSÍVEIS: UM PROGRAMA DE APOIO PARA O ATENDIMENTO DE UMA ALUNA COM ALTAS HABILIDADES EM ARTES. *Thiago Rodrigues da Silva (Secretaria de Educação do Distrito Federal e Universidade de Brasília, Planaltina, DF), Juliana Eugênia Caixeta (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, DF)*

A inclusão sugere um processo de desenvolvimento de culturas, políticas e práticas, que permitem o desenvolvimento social e intelectual de todas as pessoas, independente de suas peculiaridades. Nesse contexto, a escola, como espaço privilegiado de socialização, precisa se reconstituir na perspectiva da educação para todos. Portanto, um modelo de educação adequado deve reconhecer as diferenças como inerentes ao ser humano, o que implica mudanças de postura e de olhar, nesse sentido, a escola “deve levar em consideração as diferenças individuais e, portanto, oferecer oportunidades de aprendizagem conforme as habilidades, interesses, estilos de aprendizagem e potencialidades dos alunos” (FLEITH, 2006, p. 7). No caso dos alunos com altas habilidades, a escola deve atuar no sentido de identificar e estimular o potencial desses educandos, entendendo-os como pessoas que apresentam notável desempenho e /ou capacidade em diferentes áreas do conhecimento humano, mas que dependem de apoio para desenvolvê-las. Nesse sentido, o processo educativo deve ser planejado e executado de forma a potencializar a alta habilidade dos estudantes, ao mesmo tempo em que é capaz de ofertar mediações adequadas para a superação de dificuldades e/ou desenvolvimento de habilidades outras que não são específicas de sua pessoa. Com isto, temos que o atendimento aos alunos com altas habilidades pode ocorrer em diferentes modalidades, como: atendimento em classe comum, sala de recursos, programas de aceleração, compactação do currículo e enriquecimento curricular. Neste trabalho, enfocamos o desenvolvimento de projetos que acontecem na articulação entre escola e universidade. Desta maneira, a proposta deste trabalho é apresentar um programa de atendimento para uma estudante com altas habilidades em artes a partir, também, do ponto de vista dela. Para realizar esta pesquisa, de abordagem qualitativa, tanto a aluna com altas habilidades em artes como sua professora de desenho foram entrevistadas. Além disso, foi feita análise do diário de campo do pesquisador, que acompanhou os encontros realizados pela equipe do Programa “Desenhando caminhos possíveis: Um programa de apoio para o atendimento de uma aluna com altas habilidades em artes”, na universidade. Ao todo, foram realizados três encontros por semana com a aluna com altas habilidades, durante um ano letivo, divididos entre cursos; desenvolvimento e execução de projetos individuais e coletivos. A pesquisa evidenciou que a articulação com a universidade pode ser vantajosa, pois permite ofertar uma gama de serviços para o aluno com altas habilidades. Dessa forma, o programa trouxe resultados positivos para a aluna e para a equipe, porque, de um lado, ela teve suas necessidades específicas atendidas e desafiadas, a partir de atividades colaborativas com alunos e professores universitários, alunos do ensino médio e comunidade em geral e; por outro, a equipe também foi se configurando como multidisciplinar para que esta pudesse ter atendimentos enriquecidos em diferentes áreas do conhecimento.

inclusão, altas habilidades, integração universidade-escola

Instituto Bancorbrás de Responsabilidade Social, CAPES

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

ESC - Psicologia Escolar e da Educação



UM ESTUDO DE CASO SOBRE O JOGO TRINCA DOS INVERTEBRADOS NA MEDIAÇÃO DE CONCEITOS DE CIÊNCIAS COM ALUNO COM BAIXA VISÃO.

*Raimunda Leila José da Silva** (Secretaria Municipal de Formosa, Formosa, GO)*

Gerson Mol (Instituto de Química, Universidade de Brasília, DF)

No âmbito educacional, a inclusão da pessoa com deficiência é um debate atual, em que se destaca a reclamação constante dos professores das mais diversas áreas do conhecimento sobre a falta de materiais didáticos adaptados. A presente investigação consistiu em uma pesquisa de caso sobre a inclusão, ensino de ciências, deficientes visuais, jogo Trinca dos Invertebrados. Secretaria de Educação de Formosa-GOMestrado - M
ESC - Psicologia Escolar e da Educação

Sessão Coordenada 59 - **INTERVENÇÃO MEDIACIONAL: PESQUISAS E PERSPECTIVAS DE USO EM DIFERENTES CONTEXTOS**

INTERVENÇÃO MEDIACIONAL E ANSIEDADE INFANTIL: UM ESTUDO COM CRIANÇAS ACOLHIDAS. *Celia Vectore/ Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Damaris Pereira Inez/ Programa de Pós graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia*

Um número significativo de crianças brasileiras vive o acolhimento institucional, devido a situações de riscos e/ ou negligência em que estavam expostas em suas famílias de origem. Vários estudos mostram que um atendimento de qualidade nestas instituições é muito importante para o desenvolvimento adequado dos acolhidos. Todavia, existem poucas pesquisas nessa área, o que se constitui um desafio para quem trabalha com estas crianças. A presente pesquisa teve por objetivo desenvolver um instrumento psicopedagógico lúdico, aplicado de modo a contemplar os critérios universais de mediação, que fosse capaz de avaliar e intervir em quadros de ansiedade infantil, em crianças de três a seis anos acolhidas. A pesquisa teve um total de 13 participantes, sendo nove meninos e quatro meninas, oriundos de três instituições de acolhimento, mediante a autorização dos juízes responsáveis pelas Varas da Infância e Juventude, e também das instituições. Os participantes foram divididos em cinco grupos, com no máximo três e no mínimo duas crianças. Foram realizadas cinco oficinas com cada grupo. Os instrumentos utilizados foram: a narrativa de histórias, para o estabelecimento do rapport, conhecimento entre a pesquisadora e os participantes e a familiarização das crianças com conceitos relativos a ansiedade, e, por fim a aplicação do instrumento desenvolvido, denominado: “Avaliação e intervenção em Ansiedade Infantil”. Este instrumento é composto por quarenta cartas com cenas contendo possíveis indicadores de ansiedade que as crianças utilizam para contar uma história e trinta cartas de enfrentamento, utilizadas para atenuar a ansiedade gerada frente à situação anterior, que poderia ser sugeridas tanto pela pesquisadora quanto pela própria criança. Durante todas as oficinas e na aplicação do instrumento foram utilizados os critérios de mediação expressos no Program Mediatlional Interventlonal Caregivers Sensitizing (MISC - Programa de Intervenção Mediacional para um Educador mais Sensível), a saber: focalização, expansão, afetividade, recompensa e regulação do comportamento. As oficinas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas. Os resultados indicam que as vivências prévias das crianças influenciam a percepção das cenas representadas nas cartas; as experiências inerentes ao acolhimento são afloradas e podem ser trabalhadas com a ajuda do material descrito, entre outras possibilidades. As crianças demonstraram por meio de desenhos e de suas falas que entenderam o tema trabalhado, e muitas trouxeram suas vivências pessoais tanto no acolhimento como em outras situações que evidenciaram possíveis indicadores de ansiedade. Além disso, a intervenção se mostrou eficaz, pois após sugestões do que fazer em situações que originavam desconforto e certa ansiedade, as crianças foram capazes de expressar a diminuição do desconforto gerado pelas situações. O instrumento demonstrou ser adequado à proposta, pois além de reconhecer as situações ansiogênicas, propiciou o seu enfrentamento pelas crianças. Embora os dados não possam ser generalizados, acredita-se que se trata de uma vertente promissora de investigação e intervenção de quadros ansiosos na infância, cada vez mais comum nas sociedades contemporâneas. Recomenda-se que novos estudos sejam desenvolvidos considerando outros contextos infantis.

Ansiedade infantil; Acolhimento institucional; Avaliação e intervenção mediacional

CAPES

Mestrado – M / AVAL - Avaliação Psicológica

INTERVENÇÃO MEDIACIONAL E PROMOÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS EM PRÉ-ESCOLARES. *Celia Vettore/ Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Victor Carvalho Muniz/ Programa de Pós graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia*

O presente estudo é oriundo de uma dissertação de mestrado e teve como objetivo a construção e avaliação de uma proposta de intervenção mediacional promotora de hábitos alimentares saudáveis em crianças pré-escolares. Sua fundamentação teórica se dá na abordagem relativa à aprendizagem mediada, desenvolvida por Feuerstein e pelos princípios mediacionais universais contidos no Programa MISC- Mediated Intervention for Sensitizing Caregivers, a saber: focalização, expansão, mediação do significado, recompensa e regulação do comportamento. Participaram do estudo 11 crianças, sendo seis meninos e cinco meninas com idade de seis anos, oriundas de uma instituição de ensino pública de uma cidade do interior mineiro, além de seus genitores/responsáveis. Os instrumentos utilizados foram entrevistas semi estruturadas com os pais/responsáveis antes e após a intervenção; jogos e histórias; portfólios realizados pelas crianças durante a intervenção, a qual foi realizada em sete oficinas, cada uma composta em sessões com aproximadamente três horas de duração em foram trabalhados conteúdos relativos a práticas alimentares adequadas e a promoção das mesmas. As oficinas foram organizadas com atividades lúdicas envolvendo a narrativa de histórias, preparo e degustação de alimentos, o uso de recursos artísticos diversos (colagem, desenhos, pintura etc), atrelados aos critérios universais de mediação em todas as intervenções junto as crianças, além da elaboração de um portfólio, construído por cada participante durante a intervenção em que retratavam a aprendizagem do conteúdo trabalhado. Todas as oficinas foram videogravadas e após, transcritas de maneira a possibilitar a análise dos dados obtidos. Os resultados indicaram uma evolução na aprendizagem das crianças, no que respeita aos alimentos e seus nutrientes, formas de preparo e degustação; destaca-se que alimentos antes rejeitados, notadamente verduras e legumes foram ao longo do trabalho, sendo degustados e aceitos pelas crianças. Na entrevista pós intervenção realizada com os genitores foi possível constatar que mais de 70% das crianças participantes exibiram alterações positivas em sua alimentação (ingestão de comidas mais nutritivas e menor consumo de refrigerantes, doces e alimentos industrializados). Embora os dados não possam ser generalizados, devido ao tamanho reduzido da amostra de participantes é possível concluir acerca da eficácia do procedimento adotado, tendo se em vista as alterações nos comportamentos das crianças avaliadas durante as oficinas, o feedback dado pelos pais ao final dos trabalhos e as produções dos portfólios das crianças. Acredita-se que novos estudos devem ser realizados, com um número maior de participantes, visando a consolidação da proposta efetivada e, para tanto sugere-se o uso do programa MISC em intervenções desta natureza.

Intervenção mediacional, hábitos alimentares, pré-escolares

FAPEMIG

Mestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento

INTERVENÇÃO MEDIACIONAL NA FORMAÇÃO MUSICAL DE PROFESSORAS DE CRECHE. *Malba Cunha Tormin/ Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo*

A intervenção mediacional foi um dos recursos metodológicos utilizados durante a segunda fase de uma pesquisa de doutorado a partir de um curso de formação continuada em música realizada na Faculdade de Educação da USP. O curso teve como participantes um grupo de 35 professoras de 14 Instituições de Educação Infantil da rede pública de São Paulo, a partir dos fundamentos da Teoria de Aprendizagem Musical para recém-nascidos de Edwin Gordon, na fase de audição preparatória, aliados à teoria de aprendizagem e ensino de Jerome Bruner e às concepções histórico-culturais de Lev Vigotski. O curso surgiu após os resultados da primeira fase de uma investigação qualitativa, na modalidade de pesquisa educacional, realizada em uma creche pública de São Paulo, onde foi constatado que a presença da música nas atividades de rotina com os bebês acontecia de forma pouco significativa, sem fundamentação teórica e metodológica, não integrando um planejamento escolar. Estes resultados conduziram necessariamente à segunda fase da pesquisa, que teve como objetivos a oferta de suporte, orientação e formação musical às professoras de como propor atividades que conduzissem à aprendizagem musical, de forma estruturada e sequencial, com ênfase em cada fase do desenvolvimento musical infantil a partir do nascimento, bem como na construção de estruturas de aprendizagem musical. O curso foi realizado na modalidade presencial e virtual totalizando 60 horas, onde foram propostas atividades interpessoais e vivências de cunho musical com o suporte mediacional dos cinco critérios universais de mediação de Reuven Feuerstein, além do acompanhamento de atividades à distância com orientações teórico-musicais complementares enviadas e respondidas por e-mail. Os dados do curso foram coletados por meio da observação participante, notas de campo, filmagens, questionários, atividades virtuais e relatos das professoras. A categorização dos dados contou com o suporte da análise de conteúdo de Bardin e foram sintetizadas em cinco categorias: Trabalho corporal, mental e emocional do professor; Dificuldades e superações; Formação Musical do Professor; Linguagem Musical na creche e pré-escola; Mudança de concepção e prática. Os resultados apontaram mudanças significativas na práxis das professoras que foram concretizadas pelas transformações ocorridas em suas unidades escolares após o curso de formação musical, a citar: criação de uma sala de música para atividades semanais junto aos bebês e as crianças pequenas; produção de vídeos com as atividades musicais sequenciais; ações colaborativas entre as professoras e pesquisadora; inserção do eixo musicalização no planejamento semanal das creches, entre outras. Os resultados sugeriram ainda que a proposta de continuidade de atividades musicais planejadas em creches e pré-escolas, desde o berçário, requer uma formação continuada em música às professoras de Educação Infantil, nos moldes de uma metodologia como a pesquisa-ação, cuja intervenção do pesquisador conduz à interação com as professoras, gerando confiança no grupo, ações e autonomia profissional. O investimento no potencial das professoras, a partir de uma formação e intervenção mediacional que propiciasse possibilidades de ações no desenvolvimento da aptidão musical dos bebês, foram os elementos fundamentais durante o curso para se propor mudanças no panorama da aprendizagem musical infantil em creches públicas.

intervenção mediacional; musicalização em creches públicas; formação continuada de professores

CAPES

Doutorado - D

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

INTERVENÇÃO MEDIACIONAL NO USO DAS TDIC NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM. *Elayne de Moura Braga/ Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina/MG*

O objetivo deste trabalho é apresentar parte da pesquisa realizada sobre as Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) enquanto mediadoras no processo de ensino-aprendizagem. A metodologia adotada foi o estudo do suporte didático virtual “Méthodes Quantitatives FORSE”, utilizado no curso de graduação em Ciências da Educação, na Université Lumière Lyon II, França. Tal estudo baseou-se nas teorias sobre ergonomia de suportes virtuais, assim como nas referentes aos processos mediacionais, com ênfase nos critérios universais de mediação. As TDIC são recursos cada vez mais frequentes no nosso dia-a-dia e na educação não poderia ser diferente. Estudar os papéis e as influências destes recursos durante o processo de aquisição de novas aprendizagens é fundamental, pois eles levantam questões como o papel do educador (mediador) e as formas de transmissão da informação. Quanto à ergonomia destes suportes, são necessários estudos sobre a apresentação do conteúdo ou arquitetura das interfaces computador-usuário. Estes estudos devem ser concomitantes às pesquisas sobre os aspectos cognitivos do usuário, como por exemplo atenção e memória. Acrescenta-se aqui a importância dos estudos sobre a nova relação didático-pedagógica, que engloba o aprendiz, o educador, o conteúdo e o suporte. Neste sentido, a pesquisa aqui apresentada traz como parte dos resultados a análise do suporte segundo os seguintes aspectos: 1) Intencionalidade e Reciprocidade: a apresentação do contrato pedagógico, a constante demanda ao usuário em interagir com o conteúdo para navegar e avançar nas etapas, dentre outros, foram consideradas satisfatórias no referido suporte; 2) Significado: o suporte foi avaliado enquanto satisfatório neste quesito visto que apresenta alguns recursos como cores de fontes e fundos com alguns significados intuitivos, por exemplo, diferentes tonalidades de cores para ordenar conteúdos; 3) Transcendência: o suporte foi avaliado neste quesito enquanto tendo bom desempenho uma vez que a aquisição de conceitos acontece através de hipertextos e links, o que favorece a aquisição de estratégias de uso e portanto, estratégias cognitivas; 4) Competência: interpretada através de recursos como a adaptabilidade da interface ao seu usuário, que pode ser trabalhada com o acesso pelo usuário ao conteúdo/exercício que queira estudar, o suporte apresentou boas características, ou seja, respeita os níveis de aprendizagem do usuário. No entanto, ele deixa a desejar no aspecto da percepção de sucesso e desenvolvimento de autoconfiança do usuário, que poderiam ser trabalhados por meio de recursos como frases de incentivo ou de orientação em determinadas páginas do suporte; 5) Regulação e Controle do Comportamento: considerando a importância do autocontrole e da consciência do usuário nos passos/acessos ao conteúdo, o retorno (feedback) durante a navegação é fundamental para a valorização da metacognição e da autonomia do usuário. De modo conclusivo observa-se que a inserção das TDIC na educação implica um novo paradigma no processo de ensino-aprendizagem, onde o papel destes recursos refere-se ora a portadores de um conteúdo e ora a facilitadores da aprendizagem. A Psicologia da Educação tem muito a contribuir para o desenvolvimento destes recursos enquanto mediadores, entretanto, sem negligenciar a importância das pesquisas interdisciplinares.

Mediação, tecnologias, TDICE
UFVJM
Pesquisador - P
ESC - Psicologia Escolar e da Educação

Sessão Coordenada 60 - **INVESTIGAÇÃO DO COPING EM CONTEXTO DE HOSPITALIZAÇÃO**

COPING MATERNO E DIAGNÓSTICO DE ANOMALIA CONGÊNITA DO RECÉM-NASCIDO. Schwanny Roberta Costa Rambalducci Mofati Vicente** (Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Laboratório de Pesquisa em Psicologia Pediátrica, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.), Kely Maria Pereira de Paula (Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.), Sarah de Almeida Muniz* (Graduanda de Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.), Camila Nasser Mancini* (Graduanda de Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.)

O diagnóstico de Anomalia Congênita (AC) gera grande impacto em toda família, já que desde o período gestacional as expectativas são altas em relação ao novo membro. Assim, o diagnóstico se configura em uma situação de adversidade, podendo levar a maior estresse parental. Para tanto, o coping são as ações ou estratégias que o indivíduo emprega para lidar com essas situações que ameaçam, desafiam ou excedem sua capacidade psicológica e/ou biológica. Este estudo buscou identificar, a partir dos relatos maternos, a maneira como o diagnóstico de AC dos filhos foi recebido, bem como o coping adotado mediante a notícia e hospitalização do bebê. Participaram 25 mães de bebês com AC, internados em três Unidades de Terapia Intensiva Neonatal, na Grande Vitória, ES. Primeiramente as participantes responderam ao Questionário Momento da Notícia (Ex.: O que você sabe sobre a situação do seu filho? O que você achou da forma como lhe foi dada a notícia?). Posteriormente, foi aplicada a Entrevista de Coping, (Ex.: O que você tem feito para lidar com os sentimentos decorrentes da situação do seu bebê?). Os resultados mostraram que em 56% dos casos o diagnóstico foi fornecido pelo obstetra e em 36% pelo pediatra. Para 40%, as informações fornecidas eram corretas, mas insuficientes. Parte da amostra (64%) avaliou positivamente a forma como o médico comunicou o diagnóstico, porém, 76% das respostas estavam associadas a sentimentos negativos no momento da notícia. As mães ressaltaram a necessidade de obter mais explicações, além de evidenciar a tranquilidade do médico durante a comunicação. As mães relataram, nesse período, o uso de estratégias adaptativas positivas como Autoconfiança, pois se sentiam preparadas/capacitadas para cuidar do filho. Outra estratégia adaptativa muito utilizada foi Busca de Suporte com o apoio recebido pelos familiares, sobretudo pelo companheiro, e o suporte religioso, mesmo entre aquelas que declaravam não ter religião. Em conjunto com o uso de estratégias positivas também foram utilizadas algumas negativas, como Delegação e Desamparo, o que indica que fatores como mudança de papéis, novas responsabilidades (com tratamento médico de longo prazo, por exemplo) e necessidade de mais recursos financeiros (em função de novos tratamentos) poderão afetar negativamente a dinâmica familiar. O estudo destacou as demandas emocionais e de informação que deverão ser consideradas pela equipe de saúde durante o processo de comunicação do diagnóstico de AC, o que poderá favorecer o vínculo da díade durante o período de hospitalização. Sugere-se a adoção de intervenções dirigidas a essa população a fim de reduzir o impacto emocional negativo gerado pela condição do bebê. Além disso, o estudo do coping é de grande importância no que tange ao desenvolvimento infantil; o uso de estratégias adaptativas positivas se constitui em fator de proteção do desenvolvimento infantil, ou seja, a forma como os pais vivenciam situações de adversidade poderá influenciar nos recursos que os filhos irão adotar para lidar com tais eventos.



1) Diagnóstico; 2) Anomalia Congênita; 3) Coping materno
CAPES (Bolsa de Mestrado); FAPES (Bolsa de Iniciação Científica)
Mestrado - M
SAÚDE - Psicologia da Saúde

ANÁLISE DO COPING MATERNO SOBRE O MOMENTO DA INTERNAÇÃO DO BEBÊ PREMATURO OU COM BAIXO PESO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL ATÉ APÓS A ALTA HOSPITALAR. *Fabiana Pinheiro Ramos (Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES; Universidade Vila Velha, Vila Velha/ES), Sônia Regina Fiorim Enumo (Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES; Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas/SP), Kely Maria Pereira de Paula (Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES), Schwanny Roberta Costa Rambalducci Mofati Vicente ** (Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES)*

Ter um bebê prematuro e/ou com baixo peso (PT-BP) internado em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) pode ser considerado, de acordo com a literatura da área, um evento estressante, sendo importante investigar o enfrentamento materno nessa situação. O enfrentamento pode ser definido, de acordo com a Teoria Motivacional do Coping, como o processo de autorregulação em condições de estresse psicológico, com o objetivo de manter, restaurar ou reparar necessidades psicológicas básicas de relacionamento, competência e autonomia. Os estressores podem ser percebidos como ameaça ou desafio e seu enfrentamento é analisado em 12 categorias de coping, sendo 6 delas com provável desfecho adaptativo positivo (autoconfiança, busca de suporte, resolução de problemas, busca de informações, acomodação e negociação); e 6 com provável desfecho adaptativo negativo (delegação, isolamento, desamparo, fuga, submissão e oposição). Aplicou-se esta abordagem na análise do coping da hospitalização de 25 mães de bebês PT-BP internados em UTIN de uma maternidade pública da Grande Vitória/ES. As participantes foram abordadas no próprio hospital (amostra de conveniência) e, após a explicação dos procedimentos da pesquisa, deram seu consentimento por escrito. Foram coletadas variáveis neonatais do bebê e as mães preencheram, inicialmente: (a) Protocolo de Registro de Dados Gerais; (b) Critério de Classificação Econômica Brasil; (c) Escala Modos de Enfrentamento de Problemas (EMEP); e (d) Questionário Momento da Notícia, sobre como enfrentaram a situação da internação do bebê no momento da notícia. Depois de participarem de um grupo de apoio, de cunho educativo, realizado no próprio hospital e especificamente voltado para mães de bebês PT-BP, o grupo realizou entrevista individual sobre o enfrentamento da internação do filho. No seguimento, após a alta hospitalar (1 mês e meio, em média), as mães foram entrevistadas e preencheram novamente a EMEP. A análise do processo de enfrentamento mostrou que o momento da notícia da hospitalização e a primeira visita à UTIN causaram grande impacto emocional, com reações de tristeza, preocupação, medo e surpresa. As estratégias de enfrentamento mais utilizadas durante a hospitalização pertenciam às famílias de coping autoconfiança, negociação, acomodação (mediadas principalmente por crenças religiosas) e busca de suporte (sobretudo do marido/companheiro), percebendo-se a situação como desafiadora e fonte de amadurecimento pessoal; mas ocorreram também estratégias menos adaptativas como a delegação. Houve correlações significativas entre: (a) nível socioeconômico mais alto e uso de estratégias relacionadas à necessidade de relacionamento; (b) mães multíparas e desamparo, fuga e oposição e estratégias de enfrentamento agrupadas como percepção de ameaça; (c) mães que não trabalhavam fora de casa e autoconfiança; e (d) maior número de dias de internação do bebê e menor delegação. Após a alta hospitalar, a maioria relatou não ter dificuldades com os bebês, apresentando maiores médias nas estratégias de negociação, autoconfiança, acomodação e busca de suporte, além de redução significativa de delegação. Duas mães enfrentaram a morte do bebê: uma com autoconfiança e resolução de problemas, e outra com negociação e autoconfiança; ambas



apoiando-se na religião. Conclui-se que, apesar do impacto da situação, as mães conseguiram, em sua maioria, enfrentar a situação de forma positivamente adaptativa.

1) Coping; 2) UTIN; 3) Prematuridade.

CNPq/MCT (bolsa de produtividade em pesquisa; bolsa de Doutorado para a primeira autora); CAPES/MEC (bolsa de Mestrado para a quarta autora) e CNPq/MCT (auxílio à pesquisa Proc. n. 481483/2009-8; bolsa de produtividade em pesquisa para a segunda autora).

Doutorado - D

SAÚDE - Psicologia da Saúde

ESTUDO SOBRE COPING EM MÃES DE BEBÊS COM CARDIOPATIA CONGÊNITA: UM ESTUDO DESCRITIVO. *Lívia Caroline Souza Gonçalves** (Universidade Vila Velha – UVV, Vila Velha, ES), Luciana Bicalho Reis** (Universidade Vila Velha – UVV, Vila Velha, ES), Schwanny Roberta Costa Rambalducci Mofati Vicente** (Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória, ES)*

A presença de cardiopatia congênita pode desencadear no bebê alterações de ordem cognitiva, física ou social, e dependendo da gravidade da cardiopatia poderá repercutir em risco de vida se não tratada a tempo. Quando possível, é recomendável a correção cirúrgica da cardiopatia nas fases iniciais após o diagnóstico, o que acarreta maior tempo de internação da criança em tratamento. Os fatores citados constituem-se como fonte de estresse para as mães pelo impacto emocional que produz, mediante as expectativas criadas durante o período gestacional. O nascimento e a internação imediata, bem como, o tratamento de longo prazo exigem das mães adoção de estratégias de enfrentamento. A utilização deste recurso, em geral, facilita a adaptação materna diante da situação de adversidade, produzindo resultados positivos mesmo que de forma imediata, o resultado de longo prazo poderá ser positivo ou negativo, a depender do tipo de estratégia utilizada. Esse estudo teve como objetivo conhecer as principais estratégias de enfrentamento (coping) utilizadas por mães de bebês com cardiopatia congênita mediante ao diagnóstico, tratamento e cirurgia do filho. Para tanto, foi realizada pesquisa qualitativa de caráter descritivo com mães de crianças cardiopatas entre zero e dois anos de idade que estavam em atendimento pré ou pós-cirúrgico em um hospital público de Vila Velha - ES. Oito mães foram entrevistadas através de roteiro de entrevista baseado na Teoria Motivacional do Coping. Através dos dados coletados, percebeu-se que as mães tomam a frente do processo de internação de seus filhos, doando-se integralmente para a sua recuperação, afastando-se de seus deveres domésticos e sociais. Os resultados obtidos em relação ao coping apontaram que as principais estratégias adotadas pelas mães são: (1) Busca de Informação, que envolve a tentativa de compreensão da doença com médicos e familiares ou ainda através de livros e internet, (2) Busca de Suporte, valorizando o apoio principalmente da família, mas também com o estabelecimento de novos vínculos, (3) Acomodação, buscando a realização de distrações a fim de minimizar o sofrimento diante da doença (4) Busca de Prática Religiosa, baseada na fé e crenças pessoais. Após a análise e interpretação dos dados coletados na investigação, pode-se comprovar a hipótese inicial, visto que as mães avaliadas vivenciam situações estressoras em decorrência do diagnóstico de cardiopatia congênita de seus filhos, gerando assim, a necessidade de utilização de estratégias de enfrentamento consideradas mais positivas que negativas em longo prazo, de acordo com o embasamento teórico utilizado. Essas mães mostraram ainda estado de vulnerabilidade emocional, o que indica a importância do papel da equipe de saúde como uma facilitadora de todo o processo, podendo esta agir de forma mais humanizada. Assim, o conhecimento das estratégias de enfrentamento nesta amostra pode favorecer o desenvolvimento de programas de intervenção psicossocial que facilitem ainda mais a utilização de estratégias de adaptativas positivas.

1) Coping; 2) Cardiopatia congênita; 3) Estresse.

Sem apoio financeiro

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

SAÚDE - Psicologia da Saúde

O ENFRENTAMENTO DO CÂNCER INFANTIL: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL.
*Fernanda Rosalem Caprini** (Programa de pós graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES), Alessandra Brunoro Motta Loss (Programa de pós graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES), Thaís Fernandes Genelhu* (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES)*

O câncer pediátrico representa um contexto aversivo tanto para os pacientes, como para familiares e profissionais da área da saúde. Como as consequências de tal agravo podem se estender para além do aspecto biológico, os estudos também passaram a focalizar comportamentos e reações psicológicas de pacientes, familiares e membros da equipe de saúde frente ao diagnóstico, tratamento e sobrevivência. Desse modo, a verificação de recursos pessoais, familiares e ambientais pode contribuir para a compreensão do processo de enfrentamento nos diferentes momentos da doença. Com o objetivo de analisar as mudanças no processo de enfrentamento da hospitalização de crianças com câncer em dois momentos: Tempo do diagnóstico (Tempo 1) e Tempo do tratamento (Tempo 2), cerca de dois meses após o diagnóstico, a presente pesquisa teve como participantes 12 crianças, de ambos os sexos, com idade entre 6 e 12 anos (Média = 8,7 anos), em tratamento contra o câncer em um hospital de referência na Grande Vitória, ES, e seus responsáveis. Após o consentimento para participação na pesquisa, os participantes foram avaliados no momento do diagnóstico, quanto aos (a) estressores identificados no contexto da hospitalização, bem como o (b) enfrentamento da hospitalização (Instrumento de Avaliação das estratégias de Enfrentamento da Hospitalização /AEH). Após dois meses de tratamento, os participantes responderam novamente ao instrumento AEH a fim de verificar mudanças no processo de enfrentamento da criança. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo e análise estatística descritiva, com cálculo de frequência, proporção e comparação de tempos (T1 e T2). Para a verificação de mudanças significativas entre T1 e T2, utilizou-se estatística inferencial. Não foram encontradas diferenças significativas entre T1 e T2 para as variáveis investigadas. Isso indica que os estressores da hospitalização se mantiveram ao longo do período avaliado. Como maiores estressores, as crianças identificaram que os procedimentos médicos invasivos (PMI) foram os estressores mais adversos para ambos os tempos. Além desse, a mudança corporal, a medicação oral e a permanência no hospital também foram citadas. Para lidar com tal contexto de hospitalização, as crianças apresentaram estratégias adaptativas, características da família de enfrentamento “acomodação”, porém houve situações em que o estressor foi percebido como uma ameaça, e estratégias menos adaptativas, da família de enfrentamento “submissão”, foram observadas (T1 e T2). Os achados dessa pesquisa indicam contribuições para a área do coping de crianças em contextos médicos e apresenta possíveis focos de intervenção psicológica tanto à criança como à sua família.

1)Coping; 2) Câncer infantil; 3) Hospitalização infantil

CAPES (Bolsa de Mestrado) e FACITEC (Bolsa de Iniciação Científica)

Mestrado - M

SAÚDE - Psicologia da Saúde

Sessão Coordenada 61 - **INVESTIGANDO FAMÍLIAS: FUNCIONAMENTO; PRÁTICAS EDUCATIVAS e COPARENTALIDADE**

FUNCIONAMENTO FAMILIAR, CODEPENDÊNCIA E DEPENDÊNCIA QUÍMICA.

Maria de Fatima Minetto (Doutora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPR e Faculdade Evangélica do Paraná – Curitiba, PR), Carla Cabral (Psicóloga- Faculdade Evangélica do Paraná- Curitiba, PR), Natasha Berlin (Psicóloga - Faculdade Evangélica do Paraná- Curitiba, PR), Sebastião Kieskowski (Psicólogo- Faculdade Evangélica do Paraná- Curitiba, PR)

A dependência química acarreta diversas consequências em todos os aspectos, seja ele físico, psíquico ou social. É entendida como uma doença contagante, que afeta todos ao redor, inclusive os familiares, que acabam por adoecer junto com os dependentes. Neste contexto, a doença da família, a codependência, surge devido aos comportamentos mal adaptativos que aparecem na convivência dentro do sistema familiar. O objetivo dessa pesquisa foi detectar possíveis associações entre codependência e funcionamento familiar em familiares de dependentes químicos internados e pós-internados. Participaram 32 familiares que acompanham o tratamento do dependente químico, sendo 16 dos que estão internados e 16 dos que estão em pós-internamento. A coleta de dados foi realizada em uma clínica de recuperação, localizada em uma capital do Sul do Brasil. Foi aplicado o questionário Potter-Efron de Codependência, para identificar os familiares codependentes, e o questionário Faces IV (Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales, de Olson, Gorall e Tiesel, 2007), que avalia o funcionamento familiar. Os resultados indicaram que os homens são a maioria quando se fala em dependentes químicos: 94% dos pacientes internos e 75% dos pós-internados são homens. Em contrapartida, quando o assunto é codependência, as mulheres predominam. Apenas 21,9% dos participantes foram diagnosticados como codependentes, mas desse total, 100% são mulheres, na sua maioria as mães. O índice de codependência foi menor no grupo de internados (18,8%) do que no pós-internados (25%). Com relação ao funcionamento familiar observou-se um índice alto de coesão: 62,5% dos participantes classificados, sendo que 75% são pacientes do pós-internados e 50% internados. Sobre a Flexibilidade, a diferença significativa entre os grupos para os escores médios brutos (Internados: $24,0 \pm 4,5$ vs. pós-internados: $27,9 \pm 3,9$; $p < 0,05$) e relativos (Internados: $59,1 \pm 13,3\%$ vs. pós-internados: $65,0 \pm 13,3\%$; $p < 0,05$) se mostrou presente, indicando que as médias no grupo pós-internado foram mais elevadas. Sobre o nível de Comunicação, novamente o grupo de pós-internados apresentou escores médios significativamente mais elevados, tanto nos escores brutos (Internados: $35,4 \pm 7,2$ vs. pós-internados: $41,7 \pm 5,6$; $p < 0,01$), quanto nos dados relativos (Internados: $50,0 \pm 27,4\%$ vs. pós-internados: $73,5 \pm 22,3\%$; $p < 0,05$). Dentre as análises do questionário FACES IV, suas dimensões também foram comparadas em relação à codependência, sendo possível observar que o nível de satisfação familiar classificado como alto é mais alta nos pacientes pós-internados (37,5%) do que nos pacientes que estão internados (6,3%). Em contrapartida, o nível de satisfação é muito baixo nos pacientes internados (56,3%) do que nos pacientes pós-internados (12,5%), dentre outros achados. As conclusões indicam que os resultados são ricos e fornecem subsídios tanto para profissionais da área quanto para novas pesquisas. Há contradições nos resultados que foram evidentes, pois o índice de codependência foi baixo e a coesão alta. As possíveis explicações estariam na forma de aplicação dos instrumentos e/ou no perfil dos participantes. Este trabalho mostrou-se, pioneiro em relação ao público estudado, isto é, de familiares com pacientes tanto no período de internamento quanto do pós-internamento. Apesar



de existirem estudos nesta área, encontramos poucos referentes a esta correlação da codependência com funcionamento familiar, principalmente com os familiares de pacientes de uma clínica especializada particular.

Funcionamento Familiar, Dependência Química, Codependência

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

A RELAÇÃO ENTRE COPARENTALIDADE E FUNCIONAMENTO FAMILIAR.
Elisângela Böing (Doutora- Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC), Maria Aparecida Crepaldi (Doutora- Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC)

A família representa o contexto primário de desenvolvimento humano. Constitui-se como um sistema complexo e dinâmico de relações interpessoais que pode assumir diversas configurações estruturais e funcionais. Há atualmente um movimento das pesquisas científicas para ampliação do foco de relações diádicas, em geral mãe-criança, para interações triádicas ou poliádicas, ao incluir subsistemas familiares nas investigações. Muitos estudos sobre família têm focalizado com interesse crescente a temática da interação dos pais na criação dos filhos. Dentro destes destaca-se o conceito de coparentalidade. A relação coparental é compreendida como um subsistema familiar autônomo triádico, produto da inter-relação entre dois adultos na condução e satisfação das necessidades das crianças. A presente pesquisa deu origem a uma tese de doutorado que teve por objetivo ampliar a compreensão da coparentalidade buscando identificar as relações desta com o funcionamento familiar em uma perspectiva intergeracional. Trata-se de um estudo exploratório descritivo e correlacional, quanti-qualitativo, do qual participaram doze famílias biparentais com pelo menos uma criança de quatro a seis anos de idade. Utilizou-se um conjunto de instrumentos, dos quais serão destacados, neste trabalho, os resultados das correlações entre dois deles, que avaliam respectivamente o funcionamento familiar (Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales – FACES IV); e a coparentalidade (Escala da Relação Coparental – ERC). Os dados quantitativos foram submetidos ao pacote estatístico Statistical Package for Social Sciences e analisados de forma descritiva e correlacional. O conjunto dos resultados permitiu delineamento das relações entre o funcionamento familiar atual e a coparentalidade e evidenciou a recursividade destas relações. Os resultados mostraram que flexibilidade no funcionamento familiar está relacionada ao acordo e endossamento materno da parentalidade do parceiro coparental. Quanto mais a mãe refere flexibilidade, mais refere também acordo coparental e, também, mais refere endossar a parentalidade do parceiro. O acordo coparental referido pela mãe também se relacionou com a sua satisfação com relação ao funcionamento familiar. Quanto mais a mãe refere endossar a parentalidade do pai, menos caótico ela avalia ser o funcionamento familiar e menos relata funcionamento rígido na família. E quanto mais o pai avaliou positivamente a qualidade da comunicação familiar, mais ele refere acordo coparental; e menos ocorre exposição da criança ao conflito, tanto no relato do pai quanto da mãe. Estes resultados evidenciam a importância da flexibilidade e da comunicação no funcionamento familiar. Particularmente, a comunicação é vista como dimensão facilitadora que ajuda a família a alterar seus níveis de coesão e flexibilidade. Os resultados evidenciaram também, as relações da qualidade da comunicação com a qualidade da relação coparental, com potencial de promoção de acordo coparental e de prevenção de exposição da criança ao conflito.

Coparentalidade; Funcionamento Familiar; Família
Capes/CNPq (bolsa de doutorado para a primeira autora; bolsa de produtividade em pesquisa em nível 1D para a última autora, orientadora)
Doutorado - D
FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

ANÁLISE PRELIMINAR DAS PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DO PARENT PERCEPTION INVENTORY. *Joseane de Souza, Psicóloga, (Doutora em Ciências, docente da Faculdade Avantis/BN Camboriú/SC), Isabel Pinho (Assistente Social da Prefeitura Municipal de Guarapuava/PR), Ana Maria Pimenta Carvalho (Psicóloga, Doutora, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto)*

O presente estudo aborda o PPI destinado a avaliar as práticas educativas parentais sob a perspectiva dos pais e das crianças oferecendo uma análise inicial deste instrumento em nosso meio pois faltam estudos sobre suas propriedades psicométricas. No presente estudo serão apresentados os resultados relativos à análise da estrutura fatorial e da consistência interna. Participaram do estudo 50 famílias (pai, mãe e criança). Considerou-se o modelo original de dois componentes para os instrumentos e os seguintes critérios para a avaliação de sua qualidade psicométrica: KMO entre 0,50 e 0,60; Teste de Esfericidade de Bartlett significativa considerando $\alpha < 0,05$; carga fatorial dos itens $\geq 0,30$; α de Cronbach dos componentes $\geq 0,70$ e variância explicada total $\geq 0,50$ ou 50%. Os resultados da avaliação das crianças de suas mães mostraram que o valor do índice KMO foi = 0,617 e Bartlett $\chi^2 = 298,09$ $p < 0,0000$. Utilizando-se o método de rotação Varimax com normalização kaiser verificou-se que nem todos os itens atenderam ao critério da carga fatorial. Quanto ao α de Cronbach, o componente 1 ficou com 0,77 e o componente 2 com 0,74. A variância explicada do componente 1 foi 26,9 % e do componente 2 15,4% sendo o total 42,4%. Quanto à avaliação de seus pais verificou-se KMO = 0,633 e Bartlett $\chi^2 = 344,64$ $p < 0,0000$. Quanto às cargas fatoriais dos itens, todas foram acima de 0,30. Quanto ao α de Cronbach, o componente 1 teve 0,82 e o componente 2 0,74. A variância explicada do componente 1 foi 33,7% e do componente 2 21,0%, totalizando 54,7%. Quando os pais se avaliaram verificaram-se os seguintes resultados: KMO = 0,599; Bartlett $\chi^2 = 445,944$ e $p < 0,0000$. Todos os itens do componente 1 tiveram carga fatorial acima de 0,30 Quanto ao α de Cronbach, o componente 1 obteve 0,82 e o componente 2 0,76. A variância explicada do componente 1 foi 24,8% e do componente 2 17,6%, totalizando 42,4%. Quando as mães se avaliaram verificaram-se os resultados: KMO = 0,648; Bartlett $\chi^2 = 413,623$, $p < 0,0000$. Dois itens não alcançaram carga fatorial $\geq 0,30$ em nenhum dos dois componentes. Quanto ao α de Cronbach o componente 1 obteve 0,76 e o componente 2 0,77. A variância explicada do componente 1 foi de 26,9% e do componente 2 15,4%, totalizando 43,23%. Esta análise preliminar do instrumento teve resultados que atenderam em parte aos critérios que conferem confiabilidade ao mesmo. Sugerem-se novas análises especialmente se considerarmos o tamanho da presente amostra que é pequeno. Por outro lado há que se considerar a utilidade do referido instrumento considerando que é de fácil aplicação e que compreende as dimensões de promoção e punição/inibição de comportamentos, utilizadas por pais de crianças na faixa etária aqui considerada.

Práticas educativas parentais, crianças, pais

Pesquisador - P

FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO FAMILIAR: ESTUDO DE ADAPTAÇÃO E VALIDADE CONVERGENTE DA FAMILY ADAPTABILITY AND COHESION EVALUATION SCALE IV (FACES IV). *Patrícia Leila dos Santos (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Marina Rezende Bazon (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP); Ana Maria Pimenta Carvalho (Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

Estudos têm repetidamente indicado a importância da família nos processos de desenvolvimento e de saúde e adoecimento. Sabe-se que qualquer evento que atinja um membro da família, provocará alterações em todo o sistema familiar, dando início a diferentes processos de adaptação. Além disso, a família se transforma conforme sua história avança, com a alteração de papéis e tarefas individuais e familiares ao longo do ciclo de vida familiar. Deste modo, o olhar e a atenção à saúde e desenvolvimento deve necessariamente contemplar a família, buscando conhecê-la e compreender como o grupo familiar afeta e é afetado pelo desenvolvimento e eventos que ocorrem na vida de seus membros. Entretanto, um desafio para pesquisadores e clínicos ainda refere-se a estratégias para avaliar o funcionamento familiar (FF) de forma objetiva e abrangente. A busca por instrumentos que permitissem a avaliação familiar, considerando tanto aspectos relacionados à proximidade e expressão de afetividade entre os membros quanto às habilidades de adaptação da família levou ao estudo de adaptação e validação da Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale IV (FACES IV). O objetivo deste trabalho é apresentar o resultado de estudos de adaptação e validade convergente do instrumento. A partir de três traduções para o português do Brasil e duas versões já existentes em Portugal foi elaborada uma versão preliminar brasileira, avaliada por pesquisadores e terapeutas familiares. Após duas rodadas de avaliação da versão preliminar e confrontando o documento com uma quarta tradução, uma nova versão foi submetida à avaliação por juízes leigos para verificar a compreensão dos itens e adequação da linguagem. Foram realizadas duas retroversões independentes e o documento final foi remetido ao autor da versão americana original. Foi realizado pré-teste da versão brasileira e, finalmente, o instrumento foi aplicado a 121 estudantes universitários que preencheram também o Inventário de Percepção do Suporte Familiar (IPSF). Como resultado obteve-se a versão brasileira, autoaplicável, com 62 itens, dirigido a famílias com diferentes configurações, que se encontra em processo de validação. A análise de correlação entre as subescalas dos dois instrumentos indicou uma fraca correlação positiva entre Adaptação do IPSF e coesão equilibrada ($r=0,188;p=0,04$) e flexibilidade equilibrada ($r=0,185;p=0,04$) e correlação negativa fraca com coesão desengajada ($r=-0,185;p=0,04$). A subescala Autonomia apresentou uma fraca correlação positiva apenas com flexibilidade rígida ($r=0,192;p=0,04$) e o escore total do IPSF apresentou também uma fraca correlação positiva com flexibilidade equilibrada ($r=0,203;p=0,03$). Ainda que fracas, as correlações encontradas sugerem que o instrumento é adequado para avaliação familiar, sendo necessárias novas análises relativas às propriedades psicométricas da escala. Entretanto, as pesquisas que estão sendo realizadas têm apontado que a FACES IV é um bom instrumento para avaliação familiar, de fácil compreensão e preenchimento, com amplas possibilidades de aplicação e que tem permitido ampliar a compreensão sobre como o FF pode ser afetado ou afeta diferentes variáveis associadas à saúde e desenvolvimento.

funcionamento familiar; instrumento de avaliação; família

FAEPA (Fundação de Amparo ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto)



Pesquisador - P
FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

FUNCIONAMENTO FAMILIAR COMO MEDIADOR DA SOBRECARGA PERCEBIDA, QUALIDADE DE VIDA, ANSIEDADE E DEPRESSÃO DE FAMILIARES CUIDADORES. *Adriana dos Santos Gaberlini** (Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP), Patricia Leila dos Santos (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)*

Diante do adoecimento crônico, paciente e familiares vêem seu cotidiano se alterar de forma significativa e sua condição de vida é afetada como um todo. Este estudo tem como objetivo verificar as associações entre a percepção de sobrecarga do familiar cuidador, qualidade de vida, ansiedade, depressão e funcionamento familiar. Trata-se de um estudo descritivo exploratório, de abordagem quantitativa, realizado com 68 familiares cuidadores que foram contatados e entrevistados por ocasião da internação ou consulta do paciente, no período de julho a novembro de 2013, nos ambulatórios e enfermarias de Oncologia, Geriatria, Neurologia e Cuidados Paliativos do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP. Os dados foram obtidos por meio da realização de entrevista e aplicação dos instrumentos: questionário de informações sociodemográficas e familiares, Escala de Zarit Burden Interview (ZBI), WHOQOL-breve, Inventário de Depressão de Beck-BDI-II, Inventário Beck de Ansiedade (BAI), Escala de Avaliação da Coesão e Adaptabilidade Familiar (FACES IV) e Índice de Barthel. Foram calculadas frequências e porcentagens das informações sociodemográficas, e as médias, desvios-padrão e medianas dos resultados de todos os instrumentos. O teste do qui-quadrado foi utilizado para verificar a associação de percepção de sobrecarga do cuidador com as demais variáveis. Foi aplicada análise de regressão Odds Ratio (razão de chances) para os resultados que apontaram diferenças significativas entre subgrupos. O teste t foi aplicado para análise de variância das médias entre os subgrupos “ausência ou pouca sobrecarga” e “sobrecarga moderada a severa” e entre “famílias saudáveis” e “famílias não saudáveis”. Os resultados apontaram idade média dos cuidadores de 49,8 anos, com tempo médio de cuidado de 35,73 meses, a maioria mulheres, casadas/amasiadas. A sobrecarga dos cuidadores variou de moderada até severa (73,5%), os níveis de ansiedade apresentaram-se entre leve e severa (50%) e sinais de depressão que variaram de leve a severa (48,5%). Com relação às famílias dos cuidadores, os resultados da escala FACES IV mostraram que 72,1% dos cuidadores perceberam sua família como saudável e 27,9%, como não saudável. Os resultados do estudo não demonstraram diferenças significativas na sobrecarga percebida dos familiares cuidadores em relação às diferentes doenças crônicas dos pacientes. Observou-se diferença significativa entre o grupo que apresentou ausência ou pouca sobrecarga do grupo que apresentou sobrecarga moderada à severa, de modo que os familiares cuidadores deste último evidenciaram maior comprometimento na qualidade de vida e depressão. A associação entre o funcionamento familiar e demais variáveis apontou que cuidadores de famílias não saudáveis tendem a sentir-se mais sobrecarregados (OR=22,91) do que os de famílias saudáveis, bem como apresentam pior qualidade de vida. Os resultados ressaltam a importância da atenção ao familiar cuidador e sua família sob diferentes aspectos, reafirmando o efeito deletério da tarefa de cuidar de um paciente com algum grau de dependência sobre a saúde mental do cuidador.

funcionamento familiar, sobrecarga do cuidador, qualidade de vida

Mestrado - M

FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade



FAMÍLIA E MAUS TRATOS DE CRIANÇAS: DIFERENTES MANIFESTAÇÕES E FATORES ASSOCIADOS. *Lilian Paula Degobbi Bérghamo***, *Marina Rezende Bazon* (GEPDIP- Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo)

As interações que se estabelecem na família constituem-se em importante fator ambiental que influencia o desenvolvimento humano. Assim, quando os maus tratos caracterizam as interações das crianças com seus cuidadores principais, essas constituem-se em família, abuso infantil; fatores de risco

FAPESP Doutorado - D

FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade



Sessão Coordenada 62 - **LEVANTAMENTOS BIBLIOMÉTRICOS EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO**

ARTIGOS CIENTÍFICOS ANALÍTICO-COMPORTAMENTAIS EM PSICOLOGIA DA SAÚDE: DIFICULDADES PARA A RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM BASES DE DADOS DE ACESSO LIVRE. *Taís da Costa Calheiros (Centro Universitário Filadélfia / Universidade Estadual de Londrina), Mariana Amaral (Centro Universitário Filadélfia), Márcia Cristina Caserta Gon (Universidade Estadual de Londrina)*

A eficiência do exercício profissional na Psicologia deve estar fundamentada na formação acadêmica de qualidade, com participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, no histórico profissional do psicólogo na área e na permanente atualização quanto ao embasamento teórico-prático, validando intervenções apropriadas às demandas. No caso da Psicologia da Saúde, a precisão no planejamento e no manejo dessa prática depende do desenvolvimento de habilidades complexas por parte dos profissionais interessados em atuar (ou já atuantes) na área, as quais podem ser modeladas a partir de treinamentos e pelo acesso às informações técnico-científicas disponibilizadas nas publicações produzidas com enfoque em assuntos correlatos. A importância da fundamentação teórica, portanto, não reside apenas em identificar novos métodos de intervenção, mas em proporcionar a sistematização das práticas adotadas a partir da construção de um corpo sistematizado de conhecimento teórico, em primeira instância. Tendo em vista que o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento Aplicada apresentam pressupostos para a construção de uma ciência do comportamento coerentes com a conceituação epistemológica de ciência que vem sendo requerida na área da Saúde, o objetivo do presente estudo foi analisar artigos científicos analítico-comportamentais disponíveis em bases de dados de acesso livre, na última década, referentes à Psicologia da Saúde, de maneira a: localizá-los, quantificá-los, identificar os tipos de estudos (conceitual, empírico ou aplicado) em que estes consistem, relatar os objetivos dessas pesquisas, descrever os procedimentos adotados, caracterizar os participantes e reunir as conclusões descritas. Para tanto, a revisão de literatura foi feita a partir de dois procedimentos aplicados na base de dados BVS ULAPSI Psicologia Brasil, no período de 01 a 18/08/13. Na Coleta 1, foi utilizada a combinação “Análise do Comportamento” AND Saúde OR “Medicina do Comportamento” OR “Psicologia Médica”, sendo que estes termos específicos deveriam constar como “palavras” nos trabalhos. Na Coleta 2, o termo utilizado foi “Psicologia” AND outros termos referentes a 45 especialidades da área médica, presentes nos “resumos”. Foram selecionados artigos científicos em Português publicados no período de 2003 a 2012, com enfoque analítico-comportamental. A Ficha Cadastral dos Artigos Científicos foi o instrumento elaborado para orientar a análise quantitativa, feita pelo software SSPS, e a análise qualitativa, desenvolvida a partir dos cadastros dos oito artigos recuperados, contendo sete itens: referência, ano de publicação, tipo de estudo, objetivos, participantes, procedimentos e conclusões. Os resultados sugeriram maior aplicabilidade da Análise do Comportamento à área da Saúde, ainda que o número de artigos levantados tenha sido restrito em função de dificuldades na recuperação destas produções a partir dos Descritores em Ciências da Saúde. Este estudo denota a complexidade da execução de trabalhos de revisão sistemática da literatura, a importância de estudos sobre os processos de indexação das publicações da Psicologia nas bases de dados e da adequação do uso dos descritores de vocabulários controlados. Verificou-se a premente necessidade de aproximação dos critérios de análise desses materiais por profissionais da Ciência da Informação e da Análise do Comportamento a fim de facilitar esse acesso.

Psicologia da Saúde, Análise do Comportamento, Revisão de Literatura.



Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)
SAÚDE - Psicologia da Saúde

QUATRO INDICADORES DAS PUBLICAÇÕES DO PERIÓDICO THE ANALYSIS OF VERBAL BEHAVIOR ENTRE 2009-2013. *Rodrigo Dal Ben de Souza (Centro Universitário Filadélfia), Marcos Roberto Garcia (Centro Universitário Filadélfia)*

A proposta inicial de Skinner em *Verbal Behavior* tem desafiado pesquisadores a conduzir investigações empíricas e conceituais sobre o comportamento verbal. Várias pesquisas, principalmente por meio de análises de citação e conteúdo, buscaram verificar a influência do trabalho de Skinner nas pesquisas sobre comportamento verbal. Em meados dos anos 1980 foi criado um periódico voltado para a apresentação de pesquisas sobre o assunto, ele foi chamado de *The Analysis of Verbal Behavior* (TAVB). Dada sua especificidade, pesquisas interessadas no desenvolvimento dos estudos sobre comportamento verbal podem ser beneficiar da análise quantitativa de características das publicações do TAVB. Pelo menos duas pesquisas investigaram as publicações do TAVB, elas o fizeram por meio da análise de seis indicadores: (1) número de páginas; (2) tipo de estudo; (3) setting experimental; (4) delineamento experimental; (5) mensuração da variável dependente; (6) tipo de participantes. As pesquisas encontraram um aumento no número de páginas, bem como no número de pesquisas experimentais ao longo dos anos, os estudos experimentais seguiam as características metodológicas da análise experimental do comportamento, como uso de delineamento de sujeito único, mensuração da variável dependente via observação direta e utilização de laboratório como setting experimental; e que a maioria dos participantes foram crianças com desenvolvimento atípico. Os autores sinalizaram que grande parte das pesquisas era voltada para o ensino de linguagem para pessoas com desenvolvimento atípico. A presente pesquisa buscou atualizar as informações sobre três indicadores bibliométricos das publicações do TAVB entre 2009-2013: (1) tipo de estudo; (2) delineamento experimental; (3) tipos de participantes; e acrescentar um novo: (4) natureza da pesquisa experimental. Este foi acrescentado considerando a indicação das pesquisas anteriores sobre o papel do TAVB como fórum para pesquisadores e profissionais interessados na aplicação dos conhecimentos sobre comportamento verbal. O primeiro indicador foi acessado por meio da leitura dos resumos de todos os artigos, e os demais indicadores foram acessados a partir da leitura completa dos estudos experimentais, apenas artigos foram analisados, excluídos textos editoriais e comunicados. Foram analisados 63 artigos. Destes, (1) a maioria dos estudos foi experimental (72%); (2) o delineamento de sujeito-único foi empregado em 94% dos estudos; (3) crianças com desenvolvimento atípico participaram de 56% dos estudos; e (4) a maioria dos estudos experimentais teve natureza aplicada (68%). O acesso a esses indicadores permite verificar o desenvolvimento de pesquisas sobre comportamento verbal, de modo a indicar que o número de pesquisas empíricas sobre o assunto continuou crescendo ao longo dos últimos anos, elas mantiveram as características metodológicas da análise experimental do comportamento, e o grande número de pesquisas de natureza aplicada aponta para um provável interesse de profissionais, em especial para aplicações com pessoas com desenvolvimento atípico, que representam mais da metade dos participantes, confirmando tendências anteriores.

Bibliometria, Análise do Comportamento, *The Analysis of Verbal Behavior*.

Mestrado - M

AEC - Análise Experimental do Comportamento

REPERCUSSÕES DAS OBRAS DE JACK MICHAEL NA LITERATURA CIENTÍFICA BRASILEIRA. *Mateus G. Nogueira (Universidade Federal de São Carlos), Alice A. Chaves de Resende (Universidade Federal de São Carlos), Kaíque O. Porto (Universidade Federal de São Carlos), Celso Goyos (Universidade Federal de São Carlos)*

Desde as primeiras publicações de impacto mundial de Burrhus Frederic Skinner, diversos pesquisadores têm discutido e testado experimentalmente a análise skinneriana do comportamento humano. Entre esses pesquisadores, Jack Michael se destaca em função de suas contribuições para a área. O presente trabalho teve como objetivo investigar as repercussões das contribuições de Michael no cenário das produções brasileiras desta mesma área. No presente estudo foi realizado um levantamento bibliográfico em periódicos que apresentam publicações brasileiras escritas em língua portuguesa com ênfase na Análise do Comportamento. Foram analisados os volumes publicados entre os anos 2000 a 2011 e, em seguida, selecionadas as publicações que continham em sua lista de referências ao menos um artigo cujo autor único ou em coautoria fosse Jack Michael. Para cada publicação dos volumes selecionados, a lista completa de referências foi lida e, caso fosse identificada a ocorrência de citação a um artigo do Jack Michael, essa ocorrência era registrada em um protocolo. O protocolo continha as seguintes informações para cada publicação: referência completa, nome do periódico, ano, filiação dos autores (Universidade e Estado brasileiro), palavras-chave, referência completa dos artigos citados do Jack Michael. A busca realizada resultou num total de 75 publicações cujas listas de referências mencionavam ao menos um artigo de Jack Michael. Os trabalhos de Jack Michael que foram citados nos artigos analisados totalizam 31. Somando-se todas as vezes que cada um desses artigos foi citado, o resultado encontrado foi de 123 citações. A maior quantidade de publicações por ano que citam Jack Michael foi encontrada no período de 2001 a 2004. A menor quantidade de publicações foi encontrada no ano de 2006. Considerando as universidades às quais os autores dos artigos estão vinculados, pode-se observar uma ampla distribuição ao longo de todo o território nacional. Excluindo-se o estado de São Paulo, as universidades com maior publicação foram: a Universidade de Brasília (UnB), com 15 artigos que possuem trabalhos de Jack Michael em suas referências e a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Goiás, com 13 artigos. Já, no estado de São Paulo, as três universidades que se destacaram foram a PUC, com 15 artigos, a Universidade de São Paulo (USP), com 13 artigos e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com cinco artigos. Também são apresentados ao longo do trabalho quais os artigos mais citados de Jack Michael, discute-se que os três artigos mais citados foram artigos teóricos, propondo refinamentos em definições de conceitos básicos da análise do comportamento. Discute-se a influência desses trabalhos no desenvolvimento da área no Brasil, bem como possíveis hipóteses que justifiquem a distribuição dos artigos mais citados por ano e por estado.

Bibliometria, Análise do Comportamento, Jack Michael.

Pesquisa realizada durante a vigência da bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo de iniciação científica do primeiro e terceiro autores e da bolsa de doutorado da segunda autora.

Outro

AEC - Análise Experimental do Comportamento



TRÊS INDICADORES DE PRODUTIVIDADE A PARTIR DA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DO PERIÓDICO THE ANALYSIS OF VERBAL BEHAVIOR. *Rodrigo Dal Ben de Souza (Universidade Federal de São Carlos), Celso Goyos (Universidade Federal de São Carlos)*

A produção bibliográfica é uma medida relevante na carreira acadêmica. Ela indica, indiretamente, o alcance de pesquisadores e instituições em outras áreas científicas ou público em geral; servem, também, como critério de avaliação para agências de fomento, programas de pós-graduação, e candidatos a cargos acadêmicos. Os pesquisadores e estudantes interessados na área de comportamento verbal contam com um periódico voltado exclusivamente para a divulgação de pesquisas sobre o assunto, o *The Analysis of Verbal Behavior* (TAVB). Identificar a produção bibliográfica neste periódico pode auxiliar estudantes, pesquisadores, instituições e associações no estabelecimento de cooperações e produções conjuntas. A presente pesquisa buscou identificar três indicadores bibliométricos das publicações do TAVB, entre 1982 e 2013: (1) autor mais produtivo; (2) instituição mais produtiva; (3) região geográfica mais produtiva. Todos os artigos, excluídos textos editoriais e comunicados, foram acessados e catalogados. Os indicadores foram encontrados no cabeçalho dos artigos. Todos os autores, instituições e nacionalidades foram organizados em tabelas, separados por ano de publicação. Por fim, foram somados os números de artigos por autor, instituição e região geográfica. Foram analisados 323 artigos. (1) Os três autores mais produtivos foram: Michael, com 20 artigos; Sundberg, com 19 artigos; Greer, com 12 artigos. Na análise por décadas, Sundberg foi o mais produtivo entre 1982-1993, com 10 artigos; Michael foi o mais produtivo entre 1994-2003, com 7 artigos; e entre 2004-2013, Greer foi o mais produtivo com 12 artigos. (2) As três instituições mais produtivas foram Western Michigan University, com 49 artigos; California State University-Stanislaus, com 14 artigos; e California State University-Los Angeles e Columbia University, com 13 artigos cada. A instituição Western Michigan University continuou a mais produtiva durante todas as décadas; o segundo lugar passou a ser ocupado pela Columbia University entre 2004-2013, com 12 artigos; e o terceiro lugar pela California State University-Los Angeles durante o mesmo período, com 10 artigos. (3) As três regiões geográficas mais produtivas foram: América do Norte, com 281 artigos; Cooperação entre regiões, com 19 artigos; e Europa, com 13 artigos. Ao encarar tais indicadores, o estudante interessado em estudar comportamento verbal pode ter dicas de onde buscar orientação, bem como o pesquisador tem dicas para realizar buscar adicionais (por exemplo, tema de estudo) para buscar parcerias produtivas. Ao encarar os índices de produtividade institucional, universidades e agências de fomento estão em melhores condições para estabelecer parcerias que tenham maiores chances de gerar aumento na quantidade e qualidade de produção de conhecimento. Ao encarar os índices geográficos, associações de diferentes nacionalidades podem propor medidas que aumentem a colaboração internacional, por exemplo, por meio de call for papers específicos para determinadas nacionalidades. Por exemplo, no caso do TAVB, tal medida parece ser interessante, considerando que o periódico é mantido desde 1997 pela Associação Internacional para a Análise do Comportamento. Os indicadores apresentados quando tomados em conjunto com outros indicadores pode fornecer um quadro cada vez mais completo sobre a produção da área.

Bibliometria, Análise do Comportamento, *The Analysis of Verbal Behavior*.

Trabalho de Mestrado. Pesquisa realizada durante a vigência da bolsa de Mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo nº 2013/24761-0)

Mestrado - M

AEC - Análise Experimental do Comportamento

Sessão Coordenada 63 - **MODELO DE AUTORREGULAÇÃO DE LEVENTHAL E CONCEITO DE PERCEPÇÃO DE DOENÇA: PESQUISAS EM PSICOLOGIA DA SAÚDE**

VERSÃO BRASILEIRA DO QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO DE DOENÇAS BREVE (B-IPQ). *Eliane Maria Fleury Seidl (Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF), Graziela Sousa Nogueira** (Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF).*

Nos últimos anos houve um crescimento de pesquisas em âmbito mundial sobre a temática percepção de doenças, expansão observada, principalmente, a partir do desenvolvimento de instrumentos de avaliação embasados no Modelo de Autorregulação de Leventhal. No entanto, não são encontrados no Brasil instrumentos destinados a avaliar a percepção de doenças embasados nesse referencial teórico. O estudo tem por objetivo apresentar a versão brasileira do Questionário de Percepção de Doenças Breve (B-IPQ), a partir da análise de suas propriedades psicométricas. Inicialmente, o instrumento foi submetido a procedimento de tradução e adaptação cultural, conforme orientações vigentes na literatura. Em seguida, foi conduzida a análise de suas propriedades psicométricas. Participaram 325 pacientes, 59,9% (n=194) mulheres, com idade média de 49,5 anos

(DP=13,9), divididos em cinco grupos segundo o diagnóstico (65 indivíduos em cada um): HIV/aids, diabetes, hipertensão arterial, psoríase e asma. Os pacientes foram convidados a participar em salas de espera ambulatoriais de um hospital público do Distrito Federal. Os participantes responderam a versão traduzida e adaptada culturalmente para a população brasileira do B-IPQ. Para a validação do instrumento foi realizada: análise dos componentes principais (ACP) pelo método de rotação ortogonal varimax e análise fatorial confirmatória (AFC), a partir de análises estatísticas inferenciais dos dados, com o uso do programa SPSS, sendo que a AFC foi conduzida por meio do Programa Amos. A análise dos componentes principais extraiu três fatores: Fator 1 (representação emocional;

$\alpha^2=0,80$); Fator 2 (representação cognitiva; $\alpha^2=0,52$) e Fator 3 (percepção de temporalidade, item único). Na análise fatorial confirmatória foram testados dois modelos: Modelo 1, construído com base no Modelo de Autorregulação de Leventhal; e Modelo 2 baseado na análise dos componentes principais do presente estudo. O Modelo 2 apresentou melhor ajuste: o valor de χ^2 (0,245) associado ao df (16,08) não foi significativo, sendo que a razão entre o valor de χ^2 e os graus de liberdade foi inferior a cinco (1,23), indicando excelente ajuste. Os indicadores CFI, o GFI e o NFI foram maiores que 0,90, indicando adequação do modelo. O RMSEA apresentou coeficiente menor que 0,05, reforçando o ajuste adequado do modelo 2 (mínimo = 0,00; máximo = 0,06). Foram identificadas limitações referentes à dimensão temporal durante a coleta e análise dos dados, reiteradas posteriormente pelas evidências empíricas. Assim, foi realizada a reformulação do B-IPQ de forma que não houvesse a perda da dimensão temporal na utilização futura do instrumento, sendo avaliada por meio de uma questão aberta. A versão final do B-IPQ $\alpha^2=0,85$; oito itens respondidos em escala Likert de 10 pontos e duas questões abertas, uma sobre temporalidade e outra sobre causalidade $\alpha^2=0,85$; foi considerada uma medida válida e confiável para avaliar a percepção de doença, sendo útil na atuação de profissionais de saúde brasileiros. Como limitações do estudo destacam-se amostra selecionada por conveniência e pesquisa conduzida em uma única instituição de saúde. Sugere-se o desenvolvimento de pesquisas sobre o B-IPQ



nas demais regiões do país e com amostras maiores de pessoas com outras enfermidades crônicas para confirmar tais resultados.

Questionário de Percepção de Doenças Breve, percepção de doença, enfermidades crônicas
**Bolsista de Doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Mestrado - M

SAÚDE - Psicologia da Saúde

ASSOCIAÇÃO ENTRE PERCEPÇÃO DE DOENÇA E ANSIEDADE, DEPRESSÃO E AUTOEFICÁCIA EM PESSOAS QUE VIVEM COM HIV/AIDS. *Graziela Sousa Nogueira** (Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF), Eliane Maria Fleury Seidl (Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF)*

A percepção de doença de pessoas que vivem com HIV/aids (PVHA) é uma variável importante a ser considerada no contexto da prática profissional e da pesquisa sobre essa enfermidade. Observa-se que essa população apresenta frequentemente crenças disfuncionais sobre a doença, o que pode influenciar de forma negativa a adoção de comportamentos de autogerenciamento da enfermidade. A percepção de doença, conceito embasado no Modelo de Autorregulação de Leventhal, em pessoas com HIV/aids foi pouco pesquisada em âmbito mundial e trata-se de um campo de investigação ainda escasso no Brasil. O objetivo do estudo foi investigar a associação entre percepção de doença e ansiedade, depressão e autoeficácia para a adesão ao tratamento em pessoas com HIV/aids. A amostra foi constituída de 28 pessoas com diagnóstico de HIV/aids, selecionadas por conveniência, convidadas em sala de espera ambulatorial de um hospital universitário de Brasília. Os participantes, após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, responderam aos questionários sociodemográfico e médico-clínico, Questionário de Percepção de Doenças Breve (B-IPQ), Escala de Autoeficácia para Seguir Prescrição Antirretroviral e Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão (HADS). Procedeu-se a análises estatísticas por meio do Statistical Package for the Social Sciences - SPSS (versão 20), sendo realizados os testes de correlação de Pearson e de Spearman. A maioria dos participantes era do sexo masculino (67,9%), com média de idade de 43,4 anos e com Ensino Médio Completo (46,4%). A metade dos participantes tinha mais de dez anos de diagnóstico, a maioria iniciou o tratamento antirretroviral nos últimos dez anos (67,9%), havendo relato frequente de boa adesão ao tratamento (82,1%). Sobre a percepção de doença, 39,3% apresentaram uma percepção de relevante ameaça imposta pela enfermidade, a partir dos escores obtidos no B-IPQ. A categorização das respostas referentes à dimensão temporal indicou maior frequência de crenças de que a doença irá durar por toda a vida (39,3%). As principais causas relacionadas associadas à infecção pelo HIV foram: relações sexuais sem preservativo (39,3%), irresponsabilidade (17,8%), falta de informação (17,8%) e múltiplos parceiros (17,8%). Com relação aos dados sociodemográficos e médico-clínicos, houve correlação estatisticamente significativa apenas entre percepção de doença e adesão (autorrelatada) ($r=0,55$; $p<0,01$). Observou-se ainda correlação positiva estatisticamente significativa entre percepção de doença e ansiedade ($r=0,64$; $p<0,01$) e depressão ($r=0,68$; $p<0,01$): quanto maior a percepção de ameaça imposta pela enfermidade maior a frequência de sintomas de ansiedade ou depressão. Também foi identificada correlação negativa estatisticamente significativa entre percepção de doença e autoeficácia ($r_s=-0,41$; $p<0,05$), sugerindo que quanto menor a autoeficácia percebida para aderir aos medicamentos antirretrovirais, maior a percepção de ameaça imposta pela doença. Conclui-se acerca da associação entre maior percepção de ameaça da doença e pior adesão, sintomas de ansiedade e depressão e menor autoeficácia para aderir aos antirretrovirais, resultados que vão ao encontro da literatura. Sugere-se que pesquisas futuras investiguem a associação entre tais variáveis em uma amostra maior de PVHA, tendo em vista as implicações desses resultados para a prática do profissional de psicologia e de equipes interdisciplinares de saúde na área do HIV/aids.

percepção de doença, variáveis psicológicas, HIV/aids

**Bolsista de Doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Doutorado - D

SAÚDE - Psicologia da Saúde

PERCEPÇÃO DA DOENÇA, QUALIDADE DE VIDA, SINTOMAS ANSIOSOS E DEPRESSIVOS NA RETOCOLITE ULCERATIVA E NA DOENÇA DE CROHN.

*Renata Pighinelli Dallaqua** (Programa de Mestrado em Saúde Coletiva - Faculdade de Medicina de Botucatu, UNESP, Botucatu, SP), Lígia Yukie Sasaki (Departamento de Clínica Médica – Faculdade de Medicina de Botucatu, UNESP, Botucatu, SP), Ana Teresa de Abreu Ramos Cerqueira (Departamento de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria – Faculdade de Medicina de Botucatu, UNESP, Botucatu, SP)*

O aumento da prevalência das doenças crônicas não transmissíveis é hoje considerado um problema de saúde pública em decorrência do processo de transição demográfica e epidemiológica. Entre as doenças crônicas, observa-se um aumento progressivo e significativo das doenças inflamatórias intestinais (DII). As DII são doenças crônicas, de etiologia multifatorial, sendo suas manifestações mais frequentes a Retocolite Ulcerativa (RCU) e a Doença de Crohn (DC). Fatores imunológicos, genéticos, infecciosos, ambientais, dietéticos e psicossociais podem influenciar o diagnóstico e o tratamento das DII. Entre as variáveis psicossociais, destaca-se a percepção da doença. Esse conceito, com base no Modelo de Autorregulação de Leventhal, indica que o indivíduo constrói representações e percepções da enfermidade que influenciam as estratégias de enfrentamento, determinando as respostas aos sintomas e a adesão ao tratamento. O presente trabalho teve como objetivo estudar em pessoas portadoras de DC e RCU a associação entre percepção da doença e sua gravidade, bem como entre percepção da doença, sintomas ansiosos e depressivos e qualidade de vida (QV). Realizou-se estudo de corte transversal que avaliou 53 pacientes com DC e 53 pacientes com RCU. A coleta de dados incluiu os seguintes instrumentos: formulário sociodemográfico e clínico, Questionário Genérico de Avaliação de Qualidade de Vida – o Short-Form Health Survey (SF-36), a Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão (HADS) e o Questionário de Percepção de Doenças Breve (B-IPQ), todos validados para a população brasileira. Foram efetuadas análises descritivas e bivariadas, tendo sido estudadas as associações entre a variável explanatória (percepção de doença) e os desfechos pelos testes de qui quadrado de Pearson, Mann-Whitney e Kruskal Wallis. Os resultados indicaram que homens e mulheres desta amostra não diferiram significativamente quanto ao diagnóstico (DC e RCU). Cerca de um terço dos participantes (34,9%) estavam com a doença em atividade. As médias obtidas no SF-36 variaram de 51,6 (estado geral de saúde) a 70,4 (capacidade funcional), havendo mais prejuízo nos domínios do componente físico. Verificaram-se prevalências de 47,2% (DC) e 39,6% (RCU) para sintomas de ansiedade, e de 41,5% de sintomas depressivos em pessoas portadoras tanto de RCU como de DC. Apresentaram percepção da doença como ameaça 36,8% dos pacientes (DC=41,5%; RCU=32,1%). Na análise bivariada constatou-se que menor percepção de ameaça da doença associou-se significativamente com menor gravidade da enfermidade, com escores mais elevados em todos os domínios de qualidade de vida e pontuação mais baixa na Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão. Pode-se concluir que pacientes com DII apresentaram prevalências elevadas de ansiedade e depressão, superiores às da população geral. Ademais, observou-se que percepção de doença como ameaça associou-se a piores índices de qualidade de vida, a sintomas de ansiedade e depressão e a maior gravidade da doença, indicando que intervenções direcionadas para a modificação de percepções disfuncionais da enfermidade sejam implementadas, visando o bem-estar psicológico e a qualidade de vida de pessoas com doença inflamatória intestinal.

doença inflamatória intestinal, percepção de doença, qualidade de vida

**Bolsista de Mestrado do Programa de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina de Botucatu – UNESP, SP.



Projeto Financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Mestrado - M
SAÚDE - Psicologia da Saúde

CÂNCER DE COLO DE ÚTERO: PERCEPÇÃO DA DOENÇA, CONHECIMENTO E AUTOCUIDADO EM MULHERES COM E SEM LESÃO PRECURSORA. *Ana Carolina Peuker (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, Porto Alegre, RS), Elisa Kern de Castro (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, Porto Alegre, RS)*

O câncer de colo de útero (CCU) é o segundo tipo de câncer mais comum na população feminina e a quarta causa de morte por câncer em mulheres brasileiras. Mulheres diagnosticadas nos estágios iniciais da doença e tratadas adequadamente têm praticamente 100% de chances de cura, pois quando diagnosticado precocemente o CCU possui bom prognóstico. Contudo, as taxas de mortalidade por essa modalidade de câncer ainda não diminuíram significativamente no Brasil, ao contrário dos países desenvolvidos. Existem aspectos psicológicos e comportamentais que devem ser considerados no planejamento de intervenções que visem a prevenção e o controle do CCU. O Modelo de Autorregulação de Leventhal tem sido utilizado na explicação e compreensão das cognições e comportamentos envolvidos no processo saúde-doença. Trata-se de um modelo cognitivo que postula que os indivíduos constroem esquemas mentais sobre uma determinada doença, baseado em suas percepções da realidade e de suas condições de saúde. A natureza e a organização das percepções sobre a doença podem influenciar condutas relacionadas à saúde e ao autocuidado, bem como as estratégias de enfrentamento adotadas pela pessoa. O presente estudo foi realizado com o objetivo de comparar percepção da doença, conhecimento sobre CCU e autocuidado em mulheres com e sem lesão precursora do CCU. Neste estudo transversal foram incluídas, consecutivamente, 92 usuárias (média de idade igual a 36 anos; DP=11) de uma unidade básica de saúde, situada em uma capital do sul do Brasil. A amostra foi dividida em dois grupos: mulheres com lesão precursora (n=46) e sem lesão precursora (n=46). Os grupos foram pareados por idade e escolaridade. Na coleta de dados empregou-se o Revised Illness Perception Questionnaire for Healthy People (IPQ-RH) em versão traduzida e adaptada para a língua portuguesa, um questionário elaborado para o estudo sobre o conhecimento das mulheres acerca do CCU e a Escala de Avaliação das Capacidades de Autocuidado (ASA-A). No que se refere aos resultados, não houve diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos quanto à percepção da doença, ao conhecimento sobre o CCU e ao autocuidado. Análises descritivas revelaram que as mulheres dos dois grupos acreditavam que o CCU possui poucos sintomas, é uma doença com graves consequências para suas vidas e que o tratamento é eficaz para controlar ou curar a doença. O conhecimento sobre o CCU foi mediano, bem como suas condutas de autocuidado. Elas consideravam esse tipo de câncer moderadamente ameaçador do ponto de vista emocional. Conclui-se que a ausência de diferenças entre os grupos quanto à percepção da doença, conhecimento sobre o CCU e autocuidado mostra que é necessário realizar um trabalho psicoeducativo para as mulheres com lesão precursora, a fim de sensibilizá-las para os riscos que possuem de desenvolver a doença e como evitá-la. Apesar dos resultados apresentados não poderem ser generalizados, estes auxiliam no melhor entendimento sobre a forma como as mulheres percebem o CCU e suas condutas preventivas. Os resultados podem ser úteis para subsidiar estudos de intervenção e ações preventivas na área de saúde da mulher.

percepção de doença, câncer de colo de útero, autocuidado

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Pesquisador - P

SAÚDE - Psicologia da Saúde



Sessão Coordenada 64 - **NOVAS CONFIGURAÇÕES DA CLÍNICA: CUIDADO E DIVERSIDADE**

O CUIDAR EM PSICOLOGIA: NOTAS SOBRE ALGUMAS ESPECIFICIDADES DA CLÍNICA DO ENVELHECIMENTO. *Fernando Genaro Junior (Instituto de Ciências Humanas, Curso de Psicologia da Universidade Paulista. Professor Doutor em Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo)*

Nessa mesa, abordarei algumas especificidades da clínica do envelhecimento, como situação emergente na atualidade. Assim, o presente trabalho consiste discutir algumas facetas relacionadas ao cuidado psicológico à pessoa idosa, sob uma perspectiva da ética do cuidado. Safra (2004; 2007) nos apresenta uma concepção de ética como ethos humano, princípio fundamental para o acontecer humano, aspecto central ao encontro intersubjetivo na clínica. Interessa-me como clínico compreender as demandas específicas desse tipo de população para se buscar manejos adequados na clínica do envelhecimento (GENARO JUNIOR, 2012; 2013). Sendo assim, a fim de tecer algumas considerações teóricas e clínicas sobre a especificidade desse cuidado parte-se da teoria psicanalítica winnicottiana (1988) sobre o ambiente, bem como das contribuições teórico-clínicas sob a perspectiva ética de Safra (2007). Desta forma, por meio de apresentação de vinhetas clínicas de casos atendidos pelo autor no Sistema Único de Saúde (SUS), discutem-se alguns eixos clínicos específicos dessa população, tais como: 1) a necessidade na velhice da pessoa idosa contar com um ambiente de alteridade que oferte e sustente lugar ético de interlocução para revisão do sentido da vida; 2) uma clínica conectada no diálogo contínuo com a desconstrução e o luto, aspectos que favorecem a possibilidade do idoso acolher a velhice e a sua própria morte como respostas ao percurso de vida; 3) a necessidade de se viver as várias facetas do perdão, como oportunidade de abrir novos espaços a fim de sonhar um fim último possível e destinar a continuidade da vida para as futuras gerações; 4) reflexões clínicas quando tais necessidades acima descritas se tornam impedidas, e se instaura situações de adoecimento e intensas agonias; 5) clínico como testemunho da vida e da morte.

Clínica, Velhice, Ética

CAPES

Doutorado - D

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade



O ENCONTRO DA EMPATIA COM A HOMOFOBIA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA UM EXERCÍCIO PSICOTERÁPICO HOSPITALAIREIRO. Déa E. Berttran e Isabel Cristina Gomes (Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo)

A contemporaneidade, com suas mudanças que afetam as subjetividades, tem sido tema de muitos artigos e pesquisas em psicanálise. Em muitas delas, nota-se a preocupação em atualizar a teoria e o manejo clínico sem, contudo, perder o pertencimento às raízes, em sua origem, freudianas, somadas às contribuições dos que vieram após Freud. Em outras, ressaltam-se os conceitos referentes à ética e ao cuidado com o outro, no caso, o paciente. O reconhecimento de que a psicanálise possa vir a ser prejudicial, ou seja, nem sempre é benéfica, não é tema novo, já preocupava a Freud e seus contemporâneos, sendo objeto de inquirições de, especialmente, um deles, o húngaro Sándor Ferenczi. Este psicanalista foi autor de obra original com ênfase, justamente, na emergência do analista ter se submetido a uma análise pessoal, que o tornasse apto a hospedar seu paciente de forma a ser partícipe do tratamento. Os objetivos deste estudo teórico, assim, contempla a discussão sobre o manejo clínico voltado ao outro enquanto tal, com conduta verdadeira e sincera por parte do profissional que, elaborado em seus conflitos, adquiriu a possibilidade de flexibilizar seu atendimento de forma a estar despojado de julgamentos. Como sujeitos, elegeu-se a população homoafetiva, o que se justifica por serem reconhecidos como ícones das transformações sociais contemporâneas - os homossexuais e lésbicas ganharam não somente visibilidade quanto legitimidade legal, em países importantes do mundo ocidental. Porém, em contrapartida, essa situação é deflagradora de expressiva homofobia social, enquanto dificuldade de se construir uma sociedade democrática, pluralista, diversa e inclusiva. De acordo com o último censo do IBGE, quando pela primeira vez constaram perguntas que incluíram essa população, obteve-se o surpreendente resultado de 18 milhões de brasileiros homossexuais, com 60 mil casais homoafetivos autodeclarados – número que poderia ser mais expressivo, se muitos dos que compõem estes dados não mantivessem suas vidas sob o ocultamento, o disfarce, a vida dupla. Porém, muitos deles são pessoas que vivem entre a vulnerabilidade e a invisibilidade por não serem considerados adequados ao padrão vigente da heteronormatividade, o que pode vir a trazer especificidades em seu atendimento. O nível de estresse sofrido por esta população, como um todo, está presente a cada momento, trazendo também o dilema sobre se vale ou não a pena a revelação – sair do armário. Os resultados desta discussão apontam para um modo de se atuar clinicamente considerando a ética como aliada à estética, aqui entendida enquanto dimensão subjetiva do espaço terapêutico. A partir desta ótica do cuidado, integralizar o atendimento ao outro sob a perspectiva da sensibilidade, por meio do sentimento da empatia, fazendo da hospitalidade a primeira regra a quem quer entrar em contato consigo mesmo, mediado por um profissional. Enquanto considerações finais, a perspectiva de se considerar que a postura humana e de escuta empática e hospitalaieira, do analista/psicólogo, com a população homoafetiva, pode vir a se constituir em elemento fundamental para o resgate daquela pessoa que se viu, durante sua vida, às voltas com o não pertencimento, o não lugar, o não dito, o não reconhecido.

Homoafetividade, Clínica psicológica/psicanalítica, Ética do cuidado.

FAPESP

Doutorado - D

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade



A ESCUTA PARA UM CONTEXTO ESPECÍFICO: CASAIS QUE OPTAM PELA VASECTOMIA. *Cíntia Honda e Isabel Cristina Gomes (Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo)*

A vasectomia é um método contraceptivo masculino realizado em homens que fazem a escolha pela esterilidade. O aumento crescente pela cirurgia, somado a um contexto de mudanças nos vínculos conjugais e sociais demarca a importância de um olhar específico para o atendimento ao casal nestas circunstâncias. A eleição dessa temática justifica-se tanto pelo aumento crescente de realizações desta cirurgia no Brasil, quanto por ser uma intervenção que envolve o casal, na interface entre conjugalidade e parentalidade. Consideramos como elementos presentes nessa escolha as mudanças ocorridas na sociedade referentes às diferenças de gênero, nos âmbitos familiar, no trabalho e nas relações sociais, bem como a transformação dos vínculos conjugais. Serão apresentados dados da pesquisa de mestrado, em que foram realizadas entrevistas semi-dirigidas com dois casais, de faixa etária entre 31 a 37 anos, que pretendiam realizar este procedimento cirúrgico. As entrevistas abordaram temas relacionados ao processo de escolha pelo método cirúrgico, dinâmica do casal e histórico familiar, atravessadas por questões sociais, geracionais e culturais. Concluiu-se que a escolha pela vasectomia para os casais analisados relacionou-se ao controle do número de filhos vinculado a questões sócio-econômicas. Além disso se apresentou associada a diferentes fantasias pertinentes à dinâmica vincular: projeção de uma vida sexual mais prazerosa, desatrelada da reprodução; manejo da reprodução associado ao controle e manutenção do vínculo. Por fim, levantou-se que a escolha pela vasectomia foi também resultante das políticas públicas vigentes voltadas para o método, além das questões de gênero. Verificou-se nos casais entrevistados que, embora a vasectomia seja efetivada no corpo do homem, a escolha por tal método está inserida no campo conjugal e implicada, portanto, nos aspectos interrelacionais e na sua dinâmica vincular. A proposta deste trabalho é apresentar o cuidado e a especificidade deste atendimento, em um contexto específico da vida dos casais.

Vasectomia; Casal; Psicanálise

Mestrado - M

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade



CORPO E PROCESSO DE ENVELHECIMENTO: O ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO COMO MANEJO CLÍNICO NO ATENDIMENTO A IDOSOS. *Katia Cherix (Departamento de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo)*

Esta comunicação explora o tema da relação entre corpo e envelhecimento sob o olhar da Psicanálise. O corpo é psiquismo, corpo erógeno e possibilidade de ação sobre o mundo (FREUD,1890). Na crise do envelhecimento, o corpo se torna estranho e limitador, fonte de angústia, suas manifestações apontam para o declínio físico, impotência e dependência do outro (GOLDFARB,1997; MESSY, 1999, FERREY & LE GOUES,2008). O processo de envelhecimento é um momento de luto e elaboração de perdas à procura de novas formas possíveis de satisfação. O sujeito continua tendo desejos porém sua ação sobre o mundo se vê limitada,o corpo chama o psiquismo a enfrentar novamente o complexo de castração e lidar com a falta. Da mesma forma que o outro, nas relações intersubjetivas, teve papel essencial na formação do sujeito e de seu mundo intrapsíquico na infância, a presença do outro é essencial para que o idoso possa fazer o processo de elaboração pelo que não poderá mais ser e construir projetos de vida que contemplem suas limitações. Assim, o Acompanhamento Terapêutico (AT), dispositivo clínico que surgiu nos anos 70 com o movimento da reforma psiquiátrica, mostra-se um instrumento importante no atendimento a idosos por acompanhar as atividades da vida diária e construir projetos de vida tanto com idosos que moram sós, com a família ou em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).

Envelhecimento, Psicanálise, Acompanhamento Terapêutico

CNPq

Doutorado - D

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade

Sessão Coordenada 65 - **NOVAS DIREÇÕES DA PESQUISA BRASILEIRA SOBRE DESENVOLVIMENTO SOCIOCOGNITIVO**

AMIGOS IMAGINÁRIOS: NATUREZA, FUNÇÕES E DESENVOLVIMENTO SOCIOCOGNITIVO. *Natália Benincasa Velludo (Universidade Federal de São Carlos/UFSCar), Débora de Hollanda Souza (Universidade Federal de São Carlos/UFSCar)*

A presente pesquisa teve como objetivo principal explorar a criação de amigos imaginários em uma amostra de crianças brasileiras em idade escolar, sendo a primeira no país a investigar a sua relação com o desenvolvimento sociocognitivo. Embora o número de estudos sobre essa manifestação de brincadeira simbólica tenha crescido muito nos últimos quinze anos, algumas questões importantes sobre a natureza e função dos amigos imaginários, bem como sobre as relações entre esse tipo de faz de conta e outras habilidades sociocognitivas ainda precisam ser mais bem investigadas. No Brasil, em particular, a pesquisa com enfoque desenvolvimental sobre os amigos imaginários (i.e., estudos sobre a idade em que os amigos imaginários surgem, suas funções e as atitudes parentais em relação ao fenômeno) é ainda muito escassa. Quarenta crianças, entre 6 e 7 anos (M idade = 7;1, DP = 5,29) participaram do presente estudo, sendo 21 meninas e 19 meninos, todas recrutadas em uma escola de ensino fundamental da rede estadual de uma cidade do interior de São Paulo. Dentre os participantes, 18 foram classificadas no grupo de crianças que possuem um amigo imaginário e 22 no grupo de crianças que não relatam ter amigos imaginários. Foram utilizadas três tarefas de teoria da mente, um teste de compreensão emocional (TCE) e uma medida de vocabulário (TVIP), bem como uma entrevista sobre engajamento em fantasia e outra sobre amigos imaginários, para explorar as características de tais criações. A hipótese defendida era a de que as crianças com amigos imaginários apresentariam escores significativamente maiores nessas medidas em relação ao grupo de comparação. Adicionalmente, um roteiro de entrevista sobre a família e o universo de fantasia da criança foi aplicado em 11 responsáveis de participantes do estudo. Conforme esperado, os relatos de companhias imaginárias recolhidos mostraram-se ricos e apresentaram funções parecidas com aquelas de estudos internacionais (e.g. companhia, diversão, conforto emocional). As crianças com amigos imaginários apresentaram escores mais elevados do que as crianças sem esse tipo de criação na medida de vocabulário receptivo ($t(38) = -2,10$, $p = 0,042$), mas não foram encontradas diferenças significativas entre os dois grupos no que diz respeito à teoria da mente ($U = 183,5$, $p > 0,05$, $r = -0,07$) e à compreensão emocional ($t(38) = -1,11$, $p > 0,05$). Pesquisas como esta podem ajudar a desmistificar essa forma de faz de conta, sobre a qual pouco se fala na mídia e na comunidade científica, bem como colaborar com a instrução de pais e educadores sobre a criação de amigos imaginários, e finalmente, contribuir para a pesquisa internacional, ao fornecer dados provenientes de uma cultura específica. Além disso, o presente trabalho oferece evidências de que a criação de amigos imaginários não se associa a déficits em desenvolvimento, e pode inclusive ser um preditor de habilidades mais sofisticadas, como por exemplo, um vocabulário mais desenvolvido.

Amigos imaginários, desenvolvimento sociocognitivo, crianças escolares
CAPES INCT-ECCE (FAPESP, CNPq)

Mestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento

O DESENVOLVIMENTO DA COMPREENSÃO DE MENTIRA PRÓ-SOCIAL EM CRIANÇAS BRASILEIRAS. *Daiane Araujo de Arruda (Universidade Federal de São Carlos/UFSCar), Débora de Hollanda Souza (Universidade Federal de São Carlos/UFSCar)*

As crianças são expostas, desde muito cedo, a normas e expectativas sociais. Assim, aprendem sobre como devem agir, pensar e responder, sobre o que é aceitável ou não em nossa cultura. Por exemplo, as crianças frequentemente ouvem a máxima “não se deve mentir”. Ao mesmo tempo, elas testemunham situações em que a mentira é não apenas aceita, mas recomendada para não ofender ou magoar outra pessoa. A mentira que tem por objetivo a aceitação social é chamada de mentira pró-social e serve para evitar constrangimentos, para preservar a privacidade e os vínculos afetivos ou até escapar de uma situação embaraçosa. Uma questão importante a ser investigada é a de como as crianças conciliam essas regras aparentemente contraditórias e as usam de forma adaptativa em situações sociais. Estudos recentes têm apontando para diferenças culturais importantes em relação aos contextos nos quais a mentira pró-social é utilizada. Há evidências de que em culturas coletivistas, as crianças são mais propensas a mentir para beneficiar um grupo, enquanto em culturas individualistas, as crianças são mais propensas a mentir para beneficiar um único indivíduo. O presente estudo pretendeu contribuir nessa mesma direção ao investigar o desenvolvimento da compreensão da mentira pró-social em uma amostra de crianças brasileiras. Participaram deste estudo 100 crianças de três grupos de idade (7, 9 e 11 anos), estudantes de uma escola municipal de uma cidade no interior de São Paulo. Foi utilizada a versão traduzida e adaptada de um procedimento criado para um estudo transcultural sobre mentira pró-social com crianças canadenses e chinesas. A pesquisadora apresentou quatro histórias que envolvem dilemas em que a criança deveria decidir se deve: (1) mentir para ajudar um indivíduo e prejudicar o coletivo; (2) mentir para ajudar o coletivo e prejudicar um indivíduo; (3) dizer a verdade para ajudar um indivíduo e prejudicar o coletivo; e (4) dizer a verdade para ajudar o coletivo e prejudicar um indivíduo. Uma ANOVA de medidas repetidas revelou uma interação significativa entre idade e beneficiário, tanto quando o contraste era entre mentir pelo grupo x mentir para favorecer um amigo, $F(2, 47) = 3,59, p = 0,03$, quando o contraste era entre mentir pelo grupo x mentir para beneficiar a si próprio, $F(2, 44) = 4,17, p = 0,02$. Na primeira situação, as crianças dos três grupos de idade são mais propensas a privilegiar o amigo em detrimento dos interesses do grupo, no entanto, as crianças de 11 anos apresentam uma preferência maior para a escolha que favorece o amigo ($M = 1,55$) do que as crianças de 7 ($M = 1,24$) e de 9 anos ($M = 1,09$). Na segunda situação, as crianças de 9 anos apresentam escores mais elevados de mentira que beneficia a própria criança ($M = 0,94$) em comparação às de 7 anos ($M = 0,44$) e as de 11 anos ($M = 0,61$). Os resultados do presente estudo são, em parte, consistentes com os dados obtidos com crianças canadenses, mas estudos futuros devem investigar as características da cultura brasileira que influenciam a prática da mentira pró-social no país.

Mentira pró-social, cultura, cognição social.

FAPESP INCT-ECCE (FAPESP, CNPq)

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

DES - Psicologia do Desenvolvimento

A HORA DA HISTÓRIA: LINGUAGEM E COMPREENSÃO DO MUNDO SOCIAL NA ESCOLA. *Allana Rodrigues Alaion (Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP), Sara Del Prete Panciera (Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP)*

O presente estudo investigou relações de precedência entre a linguagem e o conhecimento que a criança manifesta a respeito do mundo social. Foram objetivos da pesquisa verificar os efeitos de uma intervenção lingüística, realizada por professoras, no desenvolvimento de uma teoria da mente em crianças pré-escolares, e analisar como essas professoras avaliam sua prática de contar histórias. Participaram do estudo 44 crianças de 4;4 a 5;3 anos de idade, matriculadas em duas classes de períodos distintos de uma EMEI, assim como as 2 professoras responsáveis por essas classes. Cada uma das salas contava com 22 crianças, sendo que uma delas funcionou como Grupo Experimental e a outra como Grupo Controle. Para o período de intervenção, quatro histórias foram contadas pelas professoras no período de 4 semanas, no momento normalmente destinado para essa atividade na rotina das classes, mas apenas a professora do GE teve orientação para contá-las de maneira a explorar o uso dos termos mentais e engajar as crianças na situação conversacional que se organizava em torno da contação. Junto à professora do GE foram realizados 4 encontros de instrução, com duração aproximada de 30 minutos. À professora do GC foi dada a orientação de contar as histórias como cotidianamente fazia na sua rotina com a sala. Ambos os grupos de crianças foram avaliados antes e depois do período de contação de histórias com o uso das 5 primeiras tarefas da Escala de Tarefas em Teoria da Mente. Os resultados indicaram que o número de acertos dos dois grupos de crianças foi maior no pós que no pré-teste, independente do grupo ($p < 0,05$). Entretanto, quando se considerou apenas a soma dos acertos nas tarefas da escala que dizem respeito especificamente a atribuição de falsa crença (Tarefas 4 e 5), verificou-se que no GC o número de acertos se manteve o mesmo entre o pré e o pós-teste (12), enquanto no GE o número de acertos passou de 12 no pré-teste para 20 no pós-teste ($p < 0,05$), indicando que as práticas lingüísticas adotadas na intervenção tiveram um efeito favorecedor especificamente sobre o desenvolvimento da compreensão da noção de falsa crença. As professoras foram sistematicamente acompanhadas antes, durante e imediatamente após o período de intervenção. Apesar do efeito encontrado em função das práticas lingüísticas, a professora do GE relatou durante o período de intervenção que não identificava diferenças quanto à sua maneira habitual de contar histórias, e apenas na última entrevista afirma que percebeu “algo novo”, mas não sabia como nomeá-lo ou explicar a diferença observada. Levantam-se as hipóteses que a professora do GE já tem incorporada a prática de explorar as características e ações dos personagens durante a contação, mas não seus estados mentais, além de que certas características da contação, por ser prática tão freqüente na cultura, apenas seriam percebidas quando se demanda uma reflexão explícita a respeito da maneira como se conta a história, e quando se oferece subsídios para avaliar os vários fatores em jogo durante a contação.

Sociocognição, teoria da mente, linguagem

CNPq

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

DES - Psicologia do Desenvolvimento



BULLIYNG E COMPREENSÃO SOCIAL: REVISÃO NARRATIVA. *Tainá Batista Pedroso (Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP), Sara Del Prete Panciera (Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP)*

A prática do bullying é um tema que tem sido estudado no âmbito da sociocognição e, nessa perspectiva, tem motivado muitos debates. O presente estudo é uma revisão narrativa da literatura com o objetivo de explorar as relações entre o desenvolvimento de uma teoria da mente e a prática do bullying em crianças e adolescentes com desenvolvimento típico. A busca bibliográfica foi realizada nas principais bases de dados da língua inglesa – CAPES, Lylacs, PsyInfo – e da língua portuguesa – Scielo, por artigos científicos que tinham simultaneamente em suas palavras-chave “teoria da mente” e “bullying”, publicados até 2013. Com esses parâmetros foram encontrados um total de 37 artigos. Os critérios para a seleção dos artigos a serem analisados incluíram os estudos que investigavam diretamente a relação entre esses temas e também estudos que comentavam a respeito da relação entre eles. Foram excluídos os estudos que falavam de bullying e teoria da mente separadamente, sem relacioná-los, estudos que não tratavam de crianças e/ou adolescentes com desenvolvimento típico ou que não tinham o ser humano como objeto de estudo. A análise dos artigos evidenciou um intenso debate no que diz respeito a como o praticante de bullying é visto em relação à cognição e às habilidades sociais. Duas perspectivas parecem mais difundidas entre a comunidade acadêmica. A primeira, chamada “teoria do déficit de habilidades sociais”, sustenta que o praticante de bullying seria carente de habilidades sociais. A segunda perspectiva, mais aceita atualmente, afirma que o praticante de bullying é competente socialmente, e que faria uso das habilidades sociais para ter ganhos pessoais, poder e para manipular o outro. A contradição aparente entre as perspectivas, entretanto, pode estar relacionada a variações na consideração de um perfil para o praticante de bullying. Em alguns estudos, considera-se um praticante de bullying qualquer criança agressiva, seja de forma reativa ou proativa. A maioria dos estudos que levam esse tipo de perfil em conta, não chega a resultados conclusivos em relação à teoria da mente. Por outro lado, pesquisas que consideram o praticante de bullying como tendo características de líder, que possui poder e manipula os demais, sendo chamado de bullying de liderança, ou ringleader bullying, encontraram algum tipo de relação entre a teoria da mente e o bullying. Em relação à vítima do bullying, estudos têm encontrado uma relação com menores escores das crianças em teoria da mente. De forma geral, mesmo os estudos que encontram relação entre os dois temas, ressaltam a importância de se considerar múltiplos fatores, dado que não é exclusivamente a compreensão do mundo social que motivaria o comportamento do praticante de bullying. É consenso que se necessita mais estudos sobre o assunto, mas a questão emocional, afetiva e de situação de vulnerabilidade na infância aparecem como hipóteses importantes.

sociocognição, teoria da mente, bullying

CNPq

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

DES - Psicologia do Desenvolvimento



AUTISMO E TEORIA DA MENTE: ESTADO DA ARTE. *Patrícia Lorena Goncalvez** (Universidade Guarulhos/Universidade de São Paulo, São Paulo, SP), *Simone Ferreira da Silva Domingues* (Universidade Cruzeiro do Sul/Universidade Guarulhos, São Paulo, SP)

A presente pesquisa refere-se a uma revisão sistemática, cujo objetivo foi revisar a produção intelectual sobre Teoria da Mente e Autismo. No intuito de delinear o “estado da arte” da ciência psicológica, foi realizada uma análise das produções localizadas nos bancos de dados eletrônicos em âmbito nacional. A busca por produções, essencialmente acadêmicas, foi realizada em três bancos de dados diferentes: Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), Bireme e Portal Capes. Os documentos foram acessados com a combinação dos seguintes termos de indexação e palavras-chave: “teoria da mente e autismo” e “autismo e tarefa de crença falsa”. Foram localizados, no período de 1996 a 2012, vinte e um trabalhos sobre o tema, sendo um total de doze artigos, sete Dissertações e duas Teses. Dos artigos publicados sete são trabalhos teóricos e apenas cinco empíricos. Os principais instrumentos para avaliação da teoria da mente foram: Teste de Ane e Saly; Tarefas de segunda ordem; Tarefas de crença falsa e Teste do caminhão do sorvete. Os anos que mais se concentraram as pesquisas foram 2008 (3) e 2009 (3). O periódico que concentrou o maior número de publicações sobre o tema, foi Psicologia Reflexão e Crítica, com quatro publicações das 12 encontradas. Bosa foi a única autora com dois artigos publicados no período, os outros autores só apareceram uma vez nas publicações. O principal tema de pesquisa abordado nas dissertações e teses, levando em conta apenas os resumos do Portal Capes, relacionou-se à investigação de possíveis déficits na formação de uma teoria da mente em sujeitos com autismo. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul publicou o maior número de defesas na área, um total de três das nove localizadas. Das dissertações e teses publicadas dois são trabalhos teóricos e apenas sete empíricos. Do total das doze pesquisas empíricas publicadas, dez tiveram como participantes pessoas com transtorno do espectro do autismo, dois estudos com adictos e neurotípicos. Dos dez trabalhos somente dois tiveram crianças menores de 12 anos na sua amostra e com poucos participantes. Esta meta análise revela uma escassa produção brasileira em torno do tema, vinte e um trabalhos publicados em dezesseis anos. Podemos observar dois períodos de maior produção: De 1996 a 2001 – sete trabalhos publicados - e de 2006 a 2009 – oito trabalhos publicados. Os resultados desse estudo inferem urgência de novas pesquisas com amostras maiores, uma vez que estudiosos do tema defendem o avanço das tecnologias em exames cerebrais e ampliação do conhecimento sobre o transtorno como propulsores dos altos índices de diagnóstico de autismo no mundo.

sociocognição, teoria da mente, autismo

CNPq

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

DES - Psicologia do Desenvolvimento

Sessão Coordenada 66 - **NOVAS TENDÊNCIAS E VELHAS ATITUDES: DESAFIOS NA FORMAÇÃO E NA PRÁTICA DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE.**

AVALIAÇÃO DE ATITUDES NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO MÉDICA. *Ana Emília Vita Carvalho, Curso de Medicina; Núcleo de Acessibilidade, Centro Universitário do Estado do Pará, PA; Doutora em Psicologia; Aline Oliveira Ferraz* (Curso de Medicina) Centro Universitário do Estado do Pará/CESUPA - PA*

A formação integral do aluno de Medicina compreende, além do conhecimento técnico e dos aspectos cognitivos e psicomotores, o desenvolvimento de habilidades afetivas apropriadas ao exercício da profissão, dentre as quais estão as atitudes tomadas frente a situações inerentes à prática médica. A presente pesquisa teve por objetivo investigar as atitudes de estudantes de Medicina frente a aspectos considerados relevantes para o desempenho da prática médica. A pesquisa consistiu em um estudo com delineamento metodológico do tipo transversal e descritivo. Participaram da pesquisa 62 alunos regularmente matriculados no curso de Medicina. Os alunos responderam a uma entrevista caracterização sócio demográfica e a Escala de Atitudes, composta por seis Fatores: 1) aspectos psicológicos e emocionais na evolução de doenças orgânicas e mentais (ex. “Acredito que os fatores psíquicos têm importância como determinantes de doenças orgânicas”); 2) manejo de situações relacionadas à morte (ex. “Não me sinto preparado para comunicar a morte de um paciente a sua família”); 3) atenção primária à saúde (ex. “Penso que o médico deve fazer parte de equipe multiprofissional que realiza visitas domiciliares à comunidades próximas a Centros de Saúde”); 4) aspectos relacionados à doença mental (ex. “Penso que os doentes mentais crônicos não têm condições de tomar decisões sobre sua própria vida”); 5) contribuição do médico ao avanço científico da medicina (ex. “Acredito que desenvolver pesquisas científicas é papel de cientistas e não de médicos”) e 6) outros aspectos relacionados à atuação médica e às políticas de saúde (ex. “Acho que o preparo psicológico de pacientes pré-cirúrgicos não é da competência do médico”); foram consideradas três categorias de respostas (1) estou totalmente de acordo e (2) concordo em parte. A coleta de dados ocorreu na própria IES, sendo respeitado os horários de atividades acadêmicas dos alunos. De acordo com os resultados a média de idade dos participantes foi de 25 anos, 37% são do sexo masculino e 63% do sexo feminino, estavam distribuídos no 1o ano (38 alunos), 4o ano (sete alunos) e 6o ano (17 alunos). Na análise da Escala de Atitudes os alunos do 1o ano apresentaram atitudes predominantemente positivas (>50%) em cinco dos seis fatores avaliados (1, 3, 4, 5, 6)); no Fator 2 mais da metade das respostas (63,46%) indicaram atitudes negativas (32,9%) e conflitantes (30,56%). No grupo do 4o ano apenas nos Fatores 1 e 3 as atitudes positivas ultrapassaram 50% das respostas; nos Fatores 2, 4 e 5 o percentual de atitudes negativas e conflitantes superou o percentual de atitudes positivas (Fator 2: 57,14%; Fator 4: 58,18%; Fator 5: 56,10%). Os alunos do 6o ano apresentaram atitudes predominantemente positivas em cinco dos seis fatores (1, 2, 3, 5 e 6) com valores > 50%; no Fator 2 e no Fator 4 houve maior percentual de respostas negativas (F2=21,48%; F4=38,24%) e conflitantes (F2=22,22%; F4=18,38%). Conclui-se que há necessidade de desenvolver intervenções educacionais específicas frente aos aspectos relacionados à doença mental e à morte, cujos resultados apontam para altos índices de atitudes negativas e/ou conflitantes nos três grupos estudados.

Educação médica; atitudes; estudante de Medicina

Apoio financeiro: Bolsa CESUPA (Ed. 044/2012)

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

SAÚDE - Psicologia da Saúde

FORMAÇÃO, EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E ASPECTOS COGNITIVOS/EMOCIONAIS DE EQUIPE DE ENFERMAGEM DIANTE DA MORTE FETAL.

Ana Cristina Barros da Cunha (Instituto de Psicologia; Maternidade-Escola; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ; Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES); Camilla Ramos Medalane Cravinho (Programa Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES); Julie Anne Barros Smith (Instituto de Psicologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ); Luanna Covre (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES); Mariceli Gottardo Mocelin (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES).*

O contexto hospitalar é permeado por diversas situações estressantes, dentre elas a morte fetal, que é o óbito do bebê ainda dentro do útero materno. A literatura indica que muitos são os sentimentos envolvidos nessa ocasião, dentre eles a tristeza, a derrota, a frustração, a incapacidade e a impotência. Relativo às crenças sobre morte fetal, considera-se mais difícil lidar com a perda de uma criança que a de um adulto, por representar a interrupção de um ciclo vital. Diante dessa situação, o profissional de saúde que está em contato direto com este evento deve ser capacitado para tal, através de investimento na formação técnico profissional que o ajudaria a desempenhar melhor as atividades rotineiras do trabalho hospitalar. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo estudar a relação entre formação acadêmica, prática assistencial e crenças/sentimentos de profissionais de enfermagem diante da morte fetal. Participaram da pesquisa 36 enfermeiros e técnicos de enfermagem do Centro Obstétrico de dois hospitais públicos de dois estados brasileiros, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Os profissionais responderam a uma entrevista semiestruturada, com roteiro elaborado para o estudo intitulado “Aspectos cognitivos e emocionais frente à morte fetal”. O relato verbal obtido na entrevista foi processado pela metodologia de análise de conteúdo e analisada a frequência de ocorrência de categorias. Observou-se predominância (58,3%) de relatos que consideravam a morte / morte fetal como um evento estressor e como um evento negado / indesejado (58,3%), associado a sentimentos de tristeza, presente em 22 relatos. Tais dados foram relacionados a dados sociodemográficos como tempo de experiência e formação profissional (capacitação / especialização). Em relação a esse último, 50% possuía capacitação / especialização, enquanto que a média referente ao tempo de experiência profissional era de 14,99 anos. Dessa forma, tempo de formação e capacitação profissional podem ser considerados favoráveis ao desempenho assistencial, já que a literatura indica que quanto maior o tempo de experiência e quanto maior o investimento em capacitação profissional, como pós- graduação, cursos de atualização, dentre outros, mais bem preparados estariam estes profissionais para lidar com a situação de morte e prestar uma assistência de qualidade. Conclui-se então que, apesar da morte fetal ser considerada como evento estressor e um evento negado / indesejado, o tempo de experiência e a formação desses profissionais podem ter contribuído de forma positiva para eles lidarem com essa situação, uma vez que confere maior competência técnica e segurança na realização das atividades laborais mesmo diante de eventos estressores como é a morte.

percepção; sentimentos; morte fetal; formação profissional

Bolsa CAPES

Mestrado - M

SAÚDE - Psicologia da Saúde

PERCEPÇÃO DE MULHERES SOBRE A ASSISTÊNCIA RECEBIDA DA EQUIPE DE SAÚDE DURANTE A INTERNAÇÃO PARA INTERRUÇÃO DA GESTAÇÃO POR MALFORMAÇÃO FETAL. *Elenice Bertanha Consonni (Departamento de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria) Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista, Unesp, Botucatu - SP; Eucia Beatriz Petean (Programa de Pós-graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia) Faculdade de Filosofia Ciências e Letras - Universidade de São Paulo, USP, Ribeirão Preto - SP; Marcos Consonni (Médico Ginecologista e Obstetra, especialista em Medicina Fetal), Botucatu - SP;*

A evolução tecnológica permite diagnósticos fetais cada vez mais precoces e confiáveis, identificando uma série de malformações que não possibilitam a sobrevivência após o nascimento. Nesta situação, algumas mulheres optam por interromper a gestação para evitar maior sofrimento. O nascimento de um feto morto e malformado representa duplo desafio para a equipe de saúde, preparada muito mais para presenciar e noticiar a vida e a normalidade. A literatura enfatiza que, mesmo após meses ou anos, as interações inadequadas, comentários e comportamentos insensíveis ou falta de apoio, de membros da equipe no contexto de perda perinatal, permaneceram evidentes na memória dos casais. Por outro lado, o apoio da equipe, além de garantir satisfação pelo atendimento prestado, também já foi visto como fator de proteção para depressão nestas mulheres. O presente relato apresenta dados de pesquisa qualitativa que teve por objetivo compreender o significado das vivências de mulheres que interromperam a gestação sob autorização judicial, devido à malformação fetal incompatível com a vida. Participaram do estudo dez mulheres atendidas no Setor de Medicina Fetal do Hospital das Clínicas de Botucatu. Foram realizadas duas entrevistas semi-estruturadas, uma durante a gestação e outra quarenta dias após a interrupção. As entrevistas foram audiogravadas, transcritas na íntegra e tiveram os dados analisados na perspectiva da análise de conteúdo. A assistência recebida durante a internação, o trabalho de parto e o nascimento foi avaliada pelas mulheres, especialmente em relação à presença e atitude da equipe de saúde e o cuidado com o seu bem estar e controle da dor. As mulheres que receberam cuidados e atenção adequados da equipe relataram grande satisfação e gratidão em relação à assistência. Entretanto, vários relatos apontaram dificuldades no acolhimento e continência da equipe em diversas fases do processo, da recepção hospitalar à assistência perinatal. Destacam-se situações como isolamento e falta de interação com a equipe e desrespeito ao desejo de ver e se despedir do filho natimorto. De modo geral, as narrativas reforçaram a importância da presença da figura do médico avaliando e assistindo as necessidades da mulher em todo o período da internação. O momento do parto, em especial, despertou sentimentos de medo e desamparo para aquelas que não tiveram o acompanhamento constante deste profissional. A intensidade da dor do trabalho de parto induzido surpreendeu quase todas as gestantes. A percepção da dor física misturou-se por vezes a elementos que indicaram falta de disponibilidade, orientação da equipe e apoio contínuo durante o trabalho de parto, aspectos comprovadamente benéficos para controle da dor. O estudo traz subsídios para a discussão e planejamento de abordagens e cuidados com a saúde de mulheres que recebem diagnóstico de malformação fetal letal e optam pela interrupção da gestação. Observou-se a importância da atuação da equipe de saúde tanto no sentido de minimizar ou evitar maior sofrimento, durante o processo de interrupção, quanto para evitar situações e ações potencialmente iatrogênicas, as quais podem levar a perpetuação do sofrimento psíquico e ou desencadear quadros patológicos.

malformação fetal; interrupção da gestação; humanização da assistência

Doutorado - D

SAÚDE - Psicologia da Saúde

COMUNICAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DE RISCO GESTACIONAL: VARIÁVEIS DA GRAVIDEZ E DA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE.

Ana Cristina Barros da Cunha (Instituto de Psicologia; Maternidade-Escola; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ; Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES); Claudia Lucia Vargas Caldeira (Maternidade-Escola; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ); Julie Anne Barros Smith (Instituto de Psicologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ); Paolla Pinheiro Mathias (Instituto de Psicologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ).*

Durante a gestação é comum a avaliação diagnóstica periódica, em que a mulher é submetida a vários exames, dentre eles o Exame de Rastreio de Risco Gestacional (ERRG), realizado no 1º trimestre com objetivo de identificar riscos gestacionais maternos (pré-eclâmpsia) e fetais (malformações congênitas). Diante da possibilidade de riscos gestacionais, destaca-se a importância de uma relação médico-paciente pautada em habilidades interpessoais que priorizem um acolhimento humanizado e uma comunicação médica capaz de fornecer informações claras que possam minimizar a ansiedade frente a exames de rastreio e o impacto do diagnóstico do risco. Diante do exposto, propomos analisar a percepção da comunicação médica por gestantes no 1º trimestre submetidas ao ERRG, relacionando-a com variáveis da gravidez e indicadores de ansiedade. No período de setembro\2012 a maio\2014, o estudo foi conduzido com 75 gestantes (idade média de 28,84 anos) atendidas em uma maternidade pública do Rio de Janeiro. Imediatamente antes do ERRG, as gestantes respondiam a: a) Protocolo de Dados Gerais, para identificar variáveis psicossociais sobre a gestante e sua família; b) Escalas Beck – Inventário de Ansiedade (BAI), para avaliar sinais e sintomas de ansiedade em níveis mínimo (score-1-7), leve (score-8-15), moderado (score-16-25) e grave (score-26-63); c) Roteiro de entrevista “Percepção sobre a comunicação médica no ERRG”, elaborado para a pesquisa. Observamos que 64% das gestantes declarou ter companheiro, quer seja casada (38,67%) ou em união estável (25,34%). A maioria, 58,67 %, já tinha filhos e 77,34 % estava ativa no mercado de trabalho. 76% contava com suporte psicossocial durante a gestação, em geral do marido que ajudava com tarefas domésticas e as acompanhava nas consultas. Na avaliação psicológica pelas Escalas Beck, houve predominância do nível mínimo de ansiedade (58,67%). Referente às entrevistas, 72% não havia planejado sua gravidez, mas apresentava expectativas positivas sobre a gestação (60%). Relataram mudanças tanto positivas (N=33) quanto negativas (N=25), que repercutiram na sua reação, do companheiro e até da família. A percepção das gestantes sobre o acompanhamento pré-natal foi analisada em relação à orientação médica recebida e seu conhecimento acerca do pré-natal, em que 54,66% tinha informações, em geral, sobre alguns exames a serem feitos. Especificamente sobre o ERRG, 53,33% tinha conhecimento parcial sobre o exame que estavam prestes a fazer, destacando o diagnóstico do risco fetal. Desse modo, 93,33% apresentava expectativas positivas, ainda que acompanhadas de 42,66% de relatos de sentimentos negativos, como medo e preocupação frente ao ERRG. Diante de tais resultados, conclui-se que a baixa ansiedade apresentada na amostra pode ser devido ao suporte psicossocial que dispunham, mesmo diante de uma gravidez não planejada. E, ainda, o conhecimento parcial sobre os riscos a serem diagnosticados pelo ERRG não foi capaz de gerar ansiedade, já que as gestantes acreditavam que o exame era uma medida exclusiva para prevenção de problemas com o bebê. Logo, sentimentos de medo e preocupação, naturalmente presentes no início da gravidez não estavam diretamente relacionados ao ERRG mas poderiam ser minimizados por uma relação médico-paciente pautada no oferecimento de suporte emocional e esclarecimento maior sobre o pré-natal e possíveis dúvidas. comunicação médica; risco gestacional; saúde materna



FAPERJ (Processo E-110.660\2013)
Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)
SAÚDE - Psicologia da Saúde

Sessão Coordenada 67 - **NOVOS INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO SOCIAL**

PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DO INVENTÁRIO DE HABILIDADES DE ENFRENTAMENTO ANTECIPATÓRIO PARA A ABSTINÊNCIA DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (IDHEA-AD). *Lucas Guimarães Cardoso de Sá; Zilda Aparecida Pereira Del Prette (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP),*

A promoção e manutenção da abstinência de substâncias envolve o ensino e aprendizado de comportamentos alternativos podem ser utilizados para evitar um lapso ou uma recaída em situações de estresse que geram risco de uso de substâncias psicoativas. Habilidades de enfrentamento antecipatório são fundamentais nesse processo, pois um bom repertório aumenta a probabilidade de que pensamentos e comportamentos sejam direcionados para a construção de um ambiente pouco suscetível a situações estressoras ou para sua rápida e eficaz solução, antes que possam ocasionar fissura. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar as propriedades psicométricas do Inventário de Habilidades de Enfrentamento Antecipatório para a Abstinência de Álcool e Outras Drogas (IDHEA-AD). Para verificar evidências de validade da sua estrutura interna, ele foi submetido à Análise Fatorial Exploratória (AFE). A amostra para esta etapa foi de 422 pessoas em tratamento por abuso ou dependência de álcool ou crack. Os dados obtidos foram considerados adequados para a realização de análise fatorial, com índice KMO de 0.88 e Teste de Esfericidade de Bartlett significativo ($\chi^2 = 9032.1$; $p < 0.001$). Foi utilizado o método de extração Máxima Verossimilhança, com rotação Promax e supressão de variáveis com carga fatorial inferior a 0,40. Uma estrutura composta por três fatores se mostrou adequada e confiável, com 30 itens, alfa de Cronbach de 0.88 e total de variância explicada de 43.02%. O primeiro fator, nomeado “Assertividade e planejamento para situações de alto risco de consumo de substâncias”, composto por 14 itens e com alfa de 0.89, envolve principalmente habilidades para recusar oferta de substâncias. O segundo, “Expressão de sentimento positivo para manutenção da abstinência” está relacionado a habilidades para demonstração de afeto, que colabora para o estabelecimento de situações sociais menos estressoras. Possui oito itens e alfa de 0.83. Por fim, o terceiro fator “Autocontrole emocional de situações adversas”, envolvendo principalmente autocontrole da raiva, tem oito itens e alfa de 0.77. Esta estrutura apresentou também boas evidências de validade convergente por construto relacionado (autoeficácia para a abstinência), validade de critério concorrente (com nível de envolvimento com a substância e tempo de abstinência), fidedignidade por estabilidade temporal e fidedignidade por consistência em relação ao conteúdo. Além disso, como esperado, observou-se que variáveis como gênero, escolaridade e tipo de substância consumida não parecem interferir nos resultados obtidos. Ao utilizar o instrumento para caracterizar o repertório de habilidades de enfrentamento em abusadores ou dependentes de substâncias, apenas tempo de abstinência mostrou ser uma variável crítica. Maior tempo de abstinência está relacionado a repertório mais elevado de habilidades de enfrentamento antecipatório. Todos os resultados indicam qualidade do IDHEA-AD, o que permite prosseguir com as investigações, de forma a atender aos requisitos exigidos pelo Conselho Federal de Psicologia para que possa ser utilizado por profissionais, na avaliação clínica.

habilidades de enfrentamento, prevenção da recaída, drogas.

FAPESP

Doutorado - D

AVAL - Avaliação Psicológica

ADAPTAÇÃO DA ESCALA DE AUTOEFICÁCIA SOCIAL PARA UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS. *Valeria Estefanía Morán, Fabián Orlando Olaz (Facultad de Psicología, Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, Argentina), Lucas Guimarães Cardoso de Sá (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)*

A autoeficácia diz respeito às crenças que as pessoas possuem a respeito da sua capacidade de integrar competências cognitivas, sociais e comportamentais a ações que levem ao alcance de determinados objetivos. Com base nisso, este conceito deve ser sempre definido de acordo com domínios específicos que permitem alcançar objetivos específicos. Assim, a autoeficácia social é o conjunto de crenças sobre a capacidade de responder adequadamente às demandas interpessoais. Vários estudos têm demonstrado o poder preditivo deste construto sobre o desempenho real dos indivíduos, portanto, ele tem um papel fundamental na execução de comportamentos socialmente adequados, em todas as áreas. O jovem que entra em um curso universitário será confrontado com situações sociais novas e variadas e seu desempenho nelas será diretamente determinado por suas habilidades sociais e a força de suas crenças de autoeficácia social. Por isso, o objetivo deste estudo foi adaptar para o contexto brasileiro a Escala de Autoeficácia Social para Universitários (EAS-U). Desenvolvido na Argentina, este instrumento considera a especificidade situacional da autoeficácia social para população universitária. Possui 22 itens, divididos em cinco fatores de autoeficácia (1) para marcar encontros amorosos, (2) para conversação, (3) para atividades sociais acadêmicas, (4) para oposição assertiva e (5) para empatia e expressão sentimentos positivos. Inicialmente, foram realizados procedimentos de tradução reversa. Em seguida, a versão traduzida foi enviada a quatro juízes que analisaram se os itens representavam o construto autoeficácia social e a qualidade da redação. Após, 12 universitários participaram de uma aplicação piloto, em que foram testados procedimentos de aplicação e resposta. Na fase seguinte, outros 294 universitários responderam o instrumento. A média de idade dessa amostra foi de 22.84 anos, 67.68% eram mulheres, 30.67% estudantes de universidades privadas e 69.33% de universidades públicas, 11.56% da área de ciência exatas, 20.41% de ciências biológicas e os demais de ciências humanas. Após limpeza da base de dados, a amostra final ficou composta por 279 participantes. Foi realizada então uma Análise Fatorial Exploratória. Pelo critério de Kaiser e pelo gráfico de sedimentação havia indicação de que até cinco fatores poderiam ser extraídos. Utilizando método de extração Fatoração por Eixos Principais, rotação Promax, solicitando previamente cinco fatores e suprimindo cargas fatoriais inferiores a 0.32, foi obtida uma estrutura semelhante à versão original do instrumento. Todos os 22 itens foram mantidos, com variância explicada (V.E.) de 70.03% e fidedignidade por alfa de Cronbach de 0.91. Os fatores também se mantiveram conforme o instrumento original: o primeiro “Autoeficácia para marcar encontros amorosos” ($\alpha=0.88$), o segundo “Autoeficácia para empatia e expressão sentimentos positivos” ($\alpha=0.79$), o terceiro “Autoeficácia para atividades sociais acadêmicas” ($\alpha=0.82$), o quarto “Autoeficácia para conversação” ($\alpha=0.78$) e por fim, o quinto, “Autoeficácia para oposição assertiva” ($\alpha=0.82$). Com estes resultados, podemos concluir que a adaptação brasileira da EAS-U possui evidências de validade e fidedignidade para avaliar a autoeficácia social de universitários brasileiros.

Autoeficácia social, universitários, psicometria

CAPES, SPU

Outro

AVAL - Avaliação Psicológica

NOVAS ANÁLISES FATORIAIS EXPLORATÓRIAS E CONFIRMATÓRIAS DO INVENTÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS, PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO E COMPETÊNCIA ACADÊMICA PARA CRIANÇAS (SSRS-BR2). *Lucas Cordeiro Freitas, Zilda Aparecida Pereira Del Prette (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).*

O Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças (SSRS-BR2) é a versão brasileira adaptada do Social Skills Rating System, um instrumento originalmente norte-americano, que já foi submetido a estudos psicométricos em diferentes países, como Alemanha, Eslováquia, Irã, Portugal, Noruega, Holanda e Porto Rico. O SSRS- BR2 é composto por três escalas padronizadas - para professores, pais e estudantes - com referência normativa, que podem ser usadas com alunos do ensino fundamental, do 1º ao 5º ano. As escalas registram a frequência e a importância dos comportamentos que influenciam o funcionamento adaptativo da criança na escola e no ambiente familiar: as habilidades sociais, os problemas de comportamento e a competência acadêmica. A disponibilização da versão brasileira das escalas tem contribuído para a realização de estudos de avaliação multimodal do repertório social de diferentes grupos de participantes, incluindo crianças com deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência intelectual, autismo, dificuldades de aprendizagem, problemas de comportamento, dentre outras populações. As escalas vêm sendo utilizadas ainda em estudos de avaliação da efetividade de intervenções realizadas com pais de crianças com TDAH e com deficiência visual, bem como no treinamento direto com as próprias crianças em contexto escolar. Este estudo teve como objetivos reexaminar a Estrutura Fatorial da versão brasileira das escalas do SSRS-BR2 em uma amostra ampliada de participantes, e, posteriormente, executar a Análise Fatorial Confirmatória em outro subconjunto de dados. As análises basearam-se em uma amostra total de 942 avaliações de crianças de seis a 13 anos, 817 avaliações de professores e 562 avaliações de pais, provenientes de quatro estados brasileiros. A análise fatorial exploratória, realizada sobre metade dos dados, apontou uma estrutura de cinco fatores para a escala de habilidades sociais para pais e de quatro fatores para as escalas de professores e estudantes. Para as escalas de problemas de comportamento, foram encontrados três fatores no instrumento para pais e dois fatores no instrumento para professor. A análise da consistência interna indicou valores altos para as escalas globais de habilidades sociais (Professores $\alpha = 0,92$; Pais $\alpha = 0,85$; Estudante $\alpha = 0,73$), problemas de comportamento (Professores $\alpha = 0,89$; Pais $\alpha = 0,84$) e competência acadêmica (Professores $\alpha = 0,98$). A partir da estrutura fatorial obtida, foi executada a análise fatorial confirmatória sobre a outra metade dos dados, que revelou índices de ajuste satisfatórios para os três instrumentos, após a eliminação de alguns itens e a realização de algumas re-especificações. Discutem-se as implicações dos estudos psicométricos atuais com o SSRS-BR2 para a avaliação e o treinamento de habilidades sociais com crianças em idade escolar.

Habilidades sociais, problemas de comportamento, competência acadêmica.

FAPESP

Pós-Doutorado - PD

AVAL - Avaliação Psicológica

ANÁLISE DE PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DO CHEAT: TESTE DE ATITUDES E COMPORTAMENTOS ALIMENTARES INFANTIS. *Nádia Prazeres Pinheiro Carozzo (Curso de Medicina – Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, MA.)*

Os transtornos alimentares estão presentes na infância, sua prevalência está aumentando e, ao mesmo tempo, seu início está tendo lugar em idades cada vez menores. Eles podem ser desencadeados pela presença de atitudes e comportamentos alimentares alterados, tais como insatisfação corporal; preocupação e ações relacionadas com a prática de dietas; prática de exercícios físicos exagerados para perder peso; episódios de perda de controle diante da ingestão de alimentos (binge eating); prática de purgas com uso de laxantes, diuréticos ou vômitos auto-induzidos; demasiada preocupação com a comida e seu conteúdo calórico, chegando à evitação de determinados alimentos. Esses comportamentos são comumente avaliados com o instrumento Children Eating Attitudes Test (ChEAT), que é a versão infantil do Eating Attitudes Test (EAT-26). Nota-se que a versão adulto já está validada para uso no Brasil, ao contrário da versão infantil. Com o objetivo de construir recursos válidos para o screening das atitudes e comportamentos alimentares infantis no país, analisou-se a estrutura fatorial e a confiabilidade da versão brasileira do Children Eating Attitudes Test (ChEAT). Trezentos e quarenta e sete participantes (160 meninos e 187 meninas) de 8 a 12 anos participaram no estudo de maneira voluntária e anônima mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por um dos pais ou responsável. As crianças completaram o questionário ChEAT, que é composto por 26 itens que avaliam atitudes e condutas alimentares problemáticas, alteradas ou desadaptadas. Cada item é medido em uma escala Likert de 6 pontos que varia de 1 (nunca) a 6 (sempre). Os dados coletados foram analisados com o programa estatístico Statistical Package for the Social Science – SPSS, versão 17.0. Realizou análise fatorial dos componentes principais com rotação Varimax e análise de confiabilidade através do Alpha de Cronbach. Encontraram-se três fatores para o teste: fator 1, composto por 15 itens e nomeado fazer dieta e purga; fator 2, composto por 4 itens e nomeado controle oral por pressão social; fator 3, composto por 5 itens e nomeado preocupação com a comida. Dois itens foram eliminados por saturação abaixo de 0,30, mesmo itens que vem sendo sistematicamente eliminados em investigações em outros países. No que se refere à confiabilidade, o instrumento apresentou consistência interna moderada para a escala total ($\alpha = 0,691$) e para os fatores 2 ($\alpha = 0,64$) e 3 ($\alpha = 0,60$); e alta consistência interna para o fator 1 ($\alpha = 0,77$). Considerando que o ChEAT apresenta índices aceitáveis de confiabilidade, pode ser considerado um instrumento na avaliação da população infantil brasileira, detectando meninos e meninas que adotam atitudes e comportamentos alimentares desadaptados implicados na etiologia dos transtornos alimentares. Igualmente, análises de confiabilidade do tipo teste-reteste serão postas em curso para efetivar a validação do instrumento.

Transtornos alimentares, infância, comportamentos alimentares

FAPEMA

Mestrado - M

AVAL - Avaliação Psicológica



EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DA ESTRUTURA INTERNA DO INVENTÁRIO DE HABILIDADES ASSERTIVAS (IHA) PARA MULHERES INSERIDAS NO MERCADO DE TRABALHO. *Catarina Malcher Teixeira (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, MA), Zilda Aparecida Pereira Del Prette e Lucas Guimarães Cardoso de Sá (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos)*

Estudos brasileiros sobre habilidades sociais, dos quais a assertividade é uma subclasse, encontram-se em ascensão. Por outro lado, é possível identificar uma escassez de recursos para avaliar esse construto em mulheres, seja por meio de medidas diretas, seja por meio de medidas indiretas. Diante dessa situação, com base nas matrizes conceituais da assertividade, dentro do campo teórico-prático das Habilidades Sociais, desenvolveu-se um instrumento com o objetivo de avaliar as habilidades assertivas em mulheres inseridas no mercado de trabalho, denominado de Inventário de Habilidades Assertivas (IHA). Trata-se de um instrumento de autorrelato, composto de uma folha de instruções e uma folha de itens que constituem uma versão resumida e adaptada de itens do Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette). Contempla o indicador de frequência e indicadores relacionados ao repertório assertivo, ampliando sua utilidade sob a perspectiva da Análise do Comportamento. Cada item descreve uma situação de demanda para uma resposta assertiva. Ao lado de cada item são apresentadas cinco colunas para avaliação dos seguintes indicadores: frequência, refere-se à resposta de autorrelato que produz uma estimativa da quantidade de vezes que a resposta assertiva ocorre diante de diferentes demandas; desconforto avalia ansiedade e mal estar associados à resposta assertiva relatada; alcance dos objetivos, refere-se à efetividade atribuída a diferentes respostas assertivas; avaliação do ambiente social, contempla a atribuição de aprovação ou reprovação da resposta assertiva pelo ambiente social; e avaliação pessoal, avalia a adequação das próprias respostas assertivas por parte da respondente. Portanto, este trabalho tem o objetivo de apresentar os primeiros dados das propriedades psicométricas do IHA. A amostra foi constituída de 190 mulheres maranhenses, residentes na cidade de São Luís, estado do Maranhão, com idade média de 41,16 anos (DP= 9,4), nível de escolaridade superior, inseridas no mercado de trabalho dos setores da Educação e Saúde. Para análise estatística dos dados foi utilizado o programa Predictive Analytics SoftWare, versão 18.0. Os dados foram submetidos a análises prévias para verificar a qualidade dos mesmos e o cumprimento dos pressupostos para realização de análises multivariadas. Em seguida, foi realizada uma Análise Fatorial Exploratória (AFE). A análise fatorial exploratória, conduzida com base no indicador de frequência, produziu um fator único, com 16 itens e consistência interna de 0,82. Estes dados indicam que o instrumento apresenta bons indicadores iniciais de validade e precisão para avaliar o construto assertividade em mulheres. Para a validação do instrumento, na continuidade dessa investigação, serão feitas análises fatoriais exploratórias considerando os demais indicadores.

Assertividade, mulheres, mercado de trabalho.

FAPEMA

Doutorado - D

AVAL - Avaliação Psicológica

Sessão Coordenada 68 - **PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA: INICIATIVAS DE INTERVENÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE**

AVALIAÇÃO DE LIVROS INFANTIS BRASILEIROS UTILIZADOS NA PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL. *Sheila Maria Prado Soma** e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams(Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP)*

Os programas de prevenção ao abuso sexual infantil utilizam diversos recursos para ensinar habilidades de proteção às crianças e dentre eles estão os livros. Atualmente há no mercado várias literaturas infantis de abordagem preventiva (LIAPs) que são especialmente úteis para o ensino sobre situações específicas e abordagem de temas embaraçosos e difíceis; contudo, há uma escassez de estudos e pesquisas que avaliem e comprovem sua eficácia. O presente estudo avaliou LIAPs publicados por autores brasileiros nos últimos 5 anos, tendo como base 27 critérios propostos em estudos anteriores para identificar características e/ou assuntos que devem ser abordados em um livro que trata sobre abuso sexual infantil. Foi realizada uma busca online em sites brasileiros de compras de livros, por LIAPs que tivessem como tema central o abuso sexual infantil. Tal busca resultou em seis livros que contemplaram os critérios de inclusão: a) livros infantis à venda nas livrarias online; b) escritos por autores brasileiros; c) que tratem exclusivamente da temática do abuso sexual infantil; d) classificados para as idades de 5 a 12 anos. Os livros foram adquiridos pelas pesquisadoras, transformados em documento eletrônico em formato PDF e inseridos em plataforma online (Google Docs), na qual foram disponibilizados exclusivamente para a consulta de 12 juízes especialistas que participaram como avaliadores. Cada juiz teve acesso somente ao livro que iria avaliar e recebeu um e-mail com orientações sobre o estudo e o preenchimento do formulário. Foi obtido o retorno das avaliações de oito juízes, sendo uma para o livro A, uma para o livro B, uma para o livro D, uma para o livro C e duas para o livro E. A avaliação se deu conforme uma escala do tipo Likert, com três níveis avaliativos, no qual: (a) S (Sim, atende o critério) se o livro apresentar a informação de forma adequada; (b) P (atende parcialmente o critério) se o livro apresentar a informação, mas necessitando de ajustes; e (c) N (Não atende o critério) se o livro não apresentar a informação, ou se a mesma estiver apresentada de maneira inadequada. Os resultados foram apresentados de maneira descritiva e apontam que dois LIAPs podem ser destacados com os melhores resultados em relação ao número de critérios atendidos na avaliação: D (48%) e F (37%). Em contrapartida, o LIAP que obteve o menor desempenho nas avaliações foi o livro E, com 50% de critérios não satisfeitos. Assim, conclui-se que todos os títulos avaliados indicam potencial para prevenção do abuso sexual infantil, pois apresentam informações importantes para auxiliar crianças a se protegerem do abuso sexual, embora nenhum livro tenha apresentado 100% dos critérios propostos.

abuso sexual infantil, violência sexual infantil e livros infantis

FAPESP 2013/02668-9

Doutorado - D

FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade



VIOLÊNCIA NO NAMORO: AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PREVENÇÃO.
*Sidnei Rinaldo Priolo Filho** e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP)*

A violência no namoro é um problema de Saúde Pública recorrente em diversos países, devido a sua relação com a morbidade e mortalidade de adolescentes e jovens adultos. O Brasil possui apenas dois levantamentos e uma pesquisa qualitativa sobre o tema até o presente momento, o que indica a necessidade de maiores conhecimentos e intervenções. A prevenção da violência no namoro na adolescência pode reduzir diversos problemas de relacionamento ao longo da vida, tanto em relação a outros parceiros íntimos como para a resolução de problemas sociais em geral. O objetivo deste estudo consistiu em desenvolver e avaliar um programa de intervenção de prevenção de violência no namoro com adolescentes em situação escolar, de tal forma que tal programa fosse capaz de diminuir a prevalência de violência física e psicológica que os participantes afirmam praticar e sofrer em suas relações de namoro, bem como avaliar se há um aumento em resolução de problemas e diminuição no consumo de álcool. A pesquisa foi realizada em quatro salas de aula de uma cidade do interior do estado de São Paulo, sendo duas distribuídas no grupo controle e duas no grupo experimental de maneira aleatória. Para verificação de comportamentos e crenças, foram utilizados os instrumentos Escala de Tática de Conflitos Revisada (CTS-2), Alcohol Use Disorders Identification Test (AUDIT) e Inventário de Resolução de Problemas Sociais ao início e término da pesquisa, e medidas de follow-up serão aplicadas posteriormente aos três e seis meses e um ano após a intervenção. As intervenções eram realizadas em dois dias da semana durante o horário de aulas, com autorização da escola, com duração de 60 minutos em cada sessão. Os temas abordados na intervenção foram os seguintes: crenças a respeito da violência doméstica e no namoro, papéis de gênero, comportamentos alternativos não agressivos e resolução de problemas sociais. Dados qualitativos também serão analisados posteriormente nas avaliações que os participantes realizaram sobre a pesquisa.

violência no namoro, adolescentes, prevenção

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

Doutorado - D

SAÚDE - Psicologia da Saúde

PROGRAMAS PARENTAIS DE EDUCAÇÃO POSITIVA DESTINADOS A PAIS/MÃES QUE UTILIZAM CASTIGOS CORPORAIS: UMA REVISÃO. *Paolla Magioni Santini** e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams(Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP)*

Diversos estudos evidenciaram que os castigos corporais contra crianças é uma prática frequente nos lares e causam sérios prejuízos para o desenvolvimento infantil. Uma vez que os principais autores das agressões são pais/mães, torna-se necessário a promoção de programas parentais a fim de auxiliá-los sobre as maneiras adequadas de se educar os filhos, sem o uso de violência. O presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão sobre programas parentais de educação positiva, destinados especificamente a pais/mães que utilizam castigos corporais para disciplinar seus filhos. O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados nacionais e internacionais, no período de 1994 a 2014. Foram pesquisadas as seguintes palavras-chave nas bases de dados nacionais: (pais OU cuidadores OU família) e (programa OU intervenção OU curso) e (castigo corporal OU punição corporal OU abuso físico) e as suas respectivas traduções em inglês nas bases de dados internacionais. Foram encontrados 697 estudos, sendo 37 deles nacionais. Foram excluídos os estudos com ocorrência repetida, programas universais (prevenção primária), programas de prevenção terciária em geral (todos os tipos de maus-tratos) ou específico o qual não era abuso físico (p.e., apenas abuso sexual), com foco apenas na criança, e os estudos em que não foram descritos a execução de programas parentais (ex.: estudos de revisão, prevalência, levantamento, aplicação de instrumentos, questionários, entrevistas, etc.), e, por fim, os estudos publicados anteriormente ao ano de 1994. Após as exclusões, restaram sete estudos, sendo um nacional e seis internacionais. Tais estudos foram lidos e codificados quanto aos procedimentos de intervenção utilizados, os delineamentos, os resultados encontrados, e suas limitações. Em relação a semelhanças encontradas nos estudos, verificou-se que: a) A maioria dos Programas utilizou a abordagem cognitivo-comportamental e a psicoterapia individual para a intervenção; b) Dos sete estudos, três deles utilizaram o controle randômico (RCT) com grupos de comparação; e c) Todos os estudos atingiram o principal objetivo proposto, ou seja, diminuir a frequência de agressões dos pais contra os filhos. Verificaram-se as seguintes divergências: a) No número de participantes dos estudos (variou entre 1 díade pai-criança a até 110 díades); b) No perfil dos participantes (ora díades, famílias inteiras ou apenas mães); c) Nos tipos de procedimentos de intervenção utilizados (coaching; psicoterapia individual; psicoterapia em grupo com pais, crianças e com a família; videofeedback); e d) Nos delineamentos de estudo (RCT, pré-teste/pós-teste, pré-teste/pós-teste e follow-up). Apenas um estudo utilizou medidas observacionais de avaliação do programa com videofeedback. Em síntese, os resultados dos estudos desta revisão são encorajadores sobre a aplicabilidade e efetividade dos programas de intervenção com pais/mães com histórico de agressões físicas aos seus filhos. No entanto, diante da escassez de estudos encontrados, fica clara a necessidade do desenvolvimento de pesquisas na área, a fim de promover investigações adicionais acerca da aplicação, utilidade e custo-benefício das várias alternativas de intervenção a pais/mães que utilizam castigos corporais para disciplinar seus filhos. Com isso, seria possível garantir que os investimentos realizados no tratamento e prevenção apresentariam os retornos desejados.

programas parentais; abuso físico; punição corporal

FAPESP e CNPq

Doutorado - D

FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

CONSCIENTIZAÇÃO DE CUIDADORAS DE UMA INSTITUIÇÃO ACOLHEDORA ACERCA DOS MAUS-TRATOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS. *Dra. Gabriela Reyes Ormeno ** Professora Adjunta da Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba/PR Caroline Conor Kawase* Isabel Cristina dos Santos Serkes* Priscila da Silva* Susiclei Antonelli* Discentes do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba/PR*

Os maus-tratos contra crianças e adolescentes englobam agressões físicas e/ou emocionais que resultem em um dano real ou potencial para a saúde, a sobrevivência, o desenvolvimento ou a dignidade no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. No acolhimento, o cuidador (a) é fundamental, pois ele (a) se torna a figura referencial, que ajuda a criança e o adolescente a acreditar no relacionamento com o adulto e acreditar que pode investir afetivamente. Nessa perspectiva, e mediante a demanda de que essas profissionais carecem de informações a respeito de maus-tratos e suas consequências, e necessitam de preparo e desenvolvimento de habilidades e cuidados básicos, atuação adequada junto às acolhidas e interações positivas entre elas, foi desenvolvido uma intervenção visando fornecer informações sobre maus-tratos com maior ênfase no abuso sexual, a quatro cuidadoras e uma Assistente Social de uma Instituição acolhedora da cidade de Curitiba, com idades variando de 26 a 43 anos, que atuam diretamente há cerca de um ano nos cuidados de oito crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos. Para isto foram realizados quatro encontros, por meio de palestras que abordaram assuntos como: mitos e tabus referentes aos maus-tratos e abuso sexual, e caracterização dos maus-tratos e abuso; ao final das palestras formas realizadas dinâmicas com o intuito de facilitar a assimilação das informações recebidas nas palestras e posterior; e uma oficina de relaxamento, com o intuito de fornecer subsídios necessários para amenizar o estresse diário. Ao final de cada um dos encontros foram realizados questionamentos sobre os conteúdos abordados, a partir dos relatos percebeu-se que houve uma melhora significativa na relação das cuidadoras com as acolhidas e na maneira como lidam com elas “Depois que iniciamos os encontros, consigo ver elas de uma forma diferente, tento entender o porquê delas se comportarem assim, e isso tem tornado nosso relacionamento mais próximo e menos conflituoso”, além disso, as participantes também relataram que poucos são os trabalhos direcionados para as cuidadoras, apontando que neste tiveram a possibilidade de expor e aliviar suas ansiedades e tensões relativas ao trabalho diário, e puderam perceber a possibilidade de separar as questões profissionais das pessoais, vislumbrando melhor qualidade de vida, devido ser uma atividade profissional de extrema responsabilidade e desafios constantes. Embora o tema maus-tratos seja vasto e seu conhecimento complexo, pode-se concluir que através desta intervenção pontual na Instituição acolhedora, os resultados almejados quanto ao desenvolvimento e conscientização das participantes foram atingidos sendo necessário maior investimento na capacitação destes profissionais.

Instituição acolhedora – Maus-tratos – Conscientização
Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)
SOCIAL - Psicologia Social



DIMENSÕES DE DISCIPLINA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA CONJUGAL. *Sabrina Mazo D’Affonseca; Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Laboratório de Análise e Prevenção a Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos-SP)*

A literatura da área de violência contra a mulher, ao longo dos anos, tem voltado a atenção ao relacionamento das mulheres vítimas e seus filhos. Estudos indicam que mulheres vítimas e violência física conjugal apresentam dificuldades em implementar práticas de disciplina adequadas em seus filhos, seja por falta de repertório comportamental ou por efeitos da violência sofrida. Vale destacar que a maioria dos estudos que analisam as práticas parentais de mulheres vítimas de violência se caracteriza como descritivo, não apresentando grupos de comparação que identifique se tais dificuldades são diferentes das encontradas por mães sem histórico de violência conjugal. O presente estudo faz parte da tese de doutorado da primeira autora e objetivou analisar a disciplina utilizada por mães vítimas de violência física conjugal e compará-las com mães não vítimas. Participaram da pesquisa 44 mães (22 vítimas de violência física conjugal e 22 sem histórico de violência física conjugal) com pelo menos um filho de 6-12 anos. As participantes foram recrutadas no Conselho Tutelar, Cento de Referência Especializado de Assistência Social, Centro de Referência da Mulher, Casa Abrigo, Unidade Saúde Escola e convidadas por pesquisadores. A coleta de dados ocorreu no local de preferência dos participantes, sendo a mesma realizada na sala de Psicologia do Conselho Tutelar de São Carlos, em salas de atendimento da Unidade Saúde Escola e na residência dos participantes. Todas as participantes responderam a versão brasileira do Inventário de Dimensões de Disciplina e a Escala de Táticas de Conflitos (CTS-2) resumida e adaptada pelo IBGE somente após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Posteriormente foi realizada uma devolutiva com as mães. Os resultados indicaram que as mulheres de ambos os grupos sofriam violência verbal e emocional por parte do companheiro ou ex-companheiro, embora as mulheres vítimas de violência física conjugal sofriam, em média, mais violência verbal e emocional do que as mulheres sem esse histórico, sendo tal diferença estatisticamente significativa. Em ambos os grupos, a frequência dos comportamentos não punitivos era mais alta (variando de 3= 6 a 9 vezes no ano passado a 6=semanalmente), quando comparados aos comportamentos punitivos. Dentre os comportamentos punitivos, nota-se que punição corporal foi o menos frequente em ambos os grupos. Quando comparados os grupos, não houve diferenças estatisticamente significativa tanto em relação aos comportamentos de disciplina, quanto no contexto e no modo como tal disciplina era implementada pelas mães. Hipotetiza-se que os problemas de comportamento das crianças demandariam as mesmas dificuldades nos dois grupos, e que o tempo da última agressão para o grupo de mulheres vítimas pode ser um fator que atenua as dificuldades encontradas por tais mães. Estudos futuros com uma amostra maior de participantes são sugeridos.

violência contra a mulher; mães; disciplina

CAPES/CNPq

Pós-Doutorado - PD

FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

Sessão Coordenada 69 - **PROCEDIMENTOS E VARIÁVEIS RELACIONADAS A FORMAÇÃO DE CLASSES DE EQUIVALÊNCIA.**

EFEITO DAS CONTINGÊNCIAS DE REFORÇAMENTO NA AQUISIÇÃO DE DISCRIMINAÇÕES CONDICIONAIS E NA FORMAÇÃO DE CLASSES DE EQUIVALÊNCIA. *Paulo Sérgio Dillon Soares Filho** (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP) Arturo Alvaro Clavijo-Alvarez** (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP / Departamento de Psicologia, Universidade Nacional da Colômbia, Bogotá) e Gerson Yukio Tomanari (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP),*

Diferentes contingências de reforço afetam o responder. As classes de equivalência de estímulos são tidas como produto das contingências de reforço, no entanto, de maneira geral, as pesquisas têm investigado apenas como eventos relacionados a um mesmo reforçador podem passar a compor uma mesma classe. O presente trabalho teve como objetivo avaliar o efeito de diferentes contingências de reforço (positivo vs. negativo) no estabelecimento de discriminações condicionais e na formação de classes de equivalência em humanos. Foram realizados três experimentos. No Experimento I, 12 participantes adultos foram submetidos ao treino 12 relações condicionais (seis AB e seis BC, simultaneamente), utilizando ganho, perda e a manutenção de pontos como consequências. Foram utilizados três arranjos de contingência de reforçamento diferentes: reforçamento positivo (Ganhar/Manter), reforçamento negativo (Manter/Perder) e uma contingência mista de reforçamento negativo e positivo (Ganhar/Perder), seguidos de testes de formação de classes de equivalência. Os participantes aprenderam mais rapidamente as discriminações treinadas com a contingência de Ganhar/Perder, seguidos pelas treinadas com as contingências de Manter/Perder e Ganhar/Manter, respectivamente. Adicionalmente apresentaram uma maior preferência por estímulo (log b) durante as tentativas de Ganhar/Manter, ambas consideradas evidências do impacto diferencial do reforço e da punição. Cinco participantes passaram para a fase de teste e os participante desempenharam corretamente em todas as tentativas de teste (100% de acerto), independentemente da condição de treino sugerindo a possibilidade de formação de classes por uma contingência de reforço negativo. Foi considerada a possibilidade de que a indiferença nos resultados dos testes de formação de classes de equivalência se devam a um efeito de teto. Para testar a hipótese de efeito de teto, no Experimento II sete participantes adultos foram submetidos a um procedimento similar ao experimento I, porém foram treinadas classes com maior número de nódulos (AB, BC e CD) e utilizando apenas dois arranjos das contingências: reforçamento positivo (Ganhar/Manter) e reforçamento negativo (Manter/Perder). Apesar de menos robusto, os dados de aquisição da discriminação condicional replicaram os obtidos no experimento I, os dados dos testes de formação de classes de equivalência confirmam a ocorrência de um efeito de teto do experimento I e mostra que, de maneira geral, os participantes formaram classes mais eficientemente para as relações condicionais treinadas utilizando a contingência de reforço positivo do que a de reforço negativo.

Contingências de reforço, formação de classes, humanos

CAPES, CNPq, INCT-ECCE

Doutorado - D

AEC - Análise Experimental do Comportamento

AVALIAÇÃO DE SIMETRIA POR COMPARAÇÃO DE DESEMPENHOS COM MACACOS-PREGO. *Carlos Rafael Fernandes Picanço** e Romariz da Silva Barros (Universidade Federal do Pará, Belém, PA)*

O procedimento de emparelhamento sucessivo (go / no-go) tem sido demonstrado como um procedimento eficaz para reduzir digressões de controle de estímulo quando treinos de relações condicionais arbitrárias com sujeitos não-humanos são utilizados. Além disso, comparar a aprendizagem de relações simétricas (Condição A) com a aprendizagem de relações não simétricas (Condição B) pode ser uma forma eficaz de se avaliar as propriedades de relações de equivalência. Esse tipo de comparação se utiliza de treino e não de testes para a aferição das propriedades de equivalência. Utilizando o procedimento go / no-go com dois macacos-prego (*Sapajus spp.*), este estudo realizou tal comparação com o objetivo de avaliar especificamente a propriedade de simetria. Os desempenhos dos sujeitos ao longo do treino nas condições A e B eram comparados. A cada condição, quatro relações condicionais eram treinadas simultaneamente, sendo duas “para frente” e duas “para trás” (e.g., a1-b1, a2-b2, b1-a1, b2-a2). Em outras palavras, relações condicionais arbitrárias eram apresentadas conjuntamente com suas relações equivalentes simétricas (Condição A), ou relações não-simétricas correspondentes (Condição B). Novos estímulos arbitrariamente relacionados eram utilizados a cada nova condição com objetivo de permitir o aparecimento de curvas comparáveis de aprendizagem. Os treinos eram realizados diariamente, de segunda a sexta, apresentando de 40 a 80 tentativas por dia. Cada tentativa iniciava com a apresentação de um estímulo modelo no centro da tela. Respostas ao modelo produziam um atraso de 0.5 s e a apresentação de um estímulo de comparação. Se a relação fosse positiva, três ou mais respostas à comparação produziam comida (go) e duas ou menos não produziam comida (no-go). Se a relação fosse negativa, ‘go’ e ‘no-go’ eram registrados, mas não era possível a apresentação de comida. A comparação sugeriu que a simetria estava presente nas relações condicionais aprendidas por um dos sujeitos (Condições A1 e A2) e, possivelmente, ausente nas relações condicionais aprendidas por outro (Condição A1). O presente estudo sustenta o argumento de que tal comparação é um procedimento promissor para se avaliar as propriedades de relações de equivalência com sujeitos não-humanos. Adicionalmente, o estudo contribui para a área de controle de estímulos, apresentando um método novo de emparelhamento ao modelo sucessivo e seu efeito ao longo do estabelecimento de relações condicionais arbitrárias.

simetria, go/no-go, *Sapajus spp*

CAPES, CNPq, INCT-ECCE

Mestrado - M

AEC - Análise Experimental do Comportamento

AVALIAÇÃO DO RESPONDER POR EXCLUSÃO POR BEBÊS DE ATÉ 36 MESES.

*Leylanne Martins Ribeiro de Souza** (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos – SP), Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos – SP)*

O responder por exclusão consiste na seleção imediata de um estímulo de comparação indefinido condicionalmente a um modelo também indefinido, sem uma história prévia de ensino. A aquisição de vocabulário decorrente do responder por exclusão pode proporcionar a ampliação do repertório verbal sem treinamento prévio e a aceleração da emergência de novas relações entre palavras e referentes. Em dois estudos, este trabalho visou verificar se os procedimentos de ensino de discriminações condicionais para bebês favorecem o responder por exclusão e a aprendizagem de relações nome novo-objeto novo, além de verificar quantas tentativas de seleção seriam necessárias para a ocorrência da aprendizagem da nova relação. Nos dois estudos (E1 e E2) o procedimento consistiu do estabelecimento das discriminações condicionais auditivo-visuais por matching-to-sample (MTS) com estímulos familiares (linha de base), sondas de exclusão, sondas de aprendizagem e sondas controle. A diferença dos procedimentos foi uma caixa de papelão com função de máscara (comparação-vazio) no E1 e folhas de papel vegetal, com função de máscara, inseridas em um caderno de ensino no E2. No primeiro estudo participaram oito bebês, de 27 a 36 meses e o objetivo foi verificar a emergência do responder por exclusão e da aprendizagem das relações que emergiram, em um contexto de brincadeira. Foram realizados blocos de dez tentativas, com a apresentação de quatro estímulos de comparação, um deles dentro da caixa/máscara. Quatro participantes aprenderam a linha de base após retreino. Todos os participantes responderam por exclusão e quatro apresentaram aprendizagem das relações que emergiram, após retreino de LB e das sondas. Foram necessárias de seis a 11 tentativas de exclusão para a ocorrência da aprendizagem de novas relações. No segundo estudo (E2), participaram cinco bebês, de 17 a 25 meses. Foram realizados blocos de seis tentativas, com a apresentação de dois e três estímulos de comparação; a consequência passou de reforçamento contínuo (CRF) para razão variável 2 (VR2) em tentativas de linha de base, e as sondas foram realizadas em extinção. A máscara (comparação-vazio) foi inserida por meio de fading in no caderno de ensino. Todos os bebês aprenderam as discriminações condicionais e responderam por exclusão (na primeira ou segunda tentativa de cada sonda); porém, nenhum deles respondeu consistentemente com os critérios de aprendizagem das relações nome novo-objeto novo. Discutiu-se necessidade de planejar novos procedimentos que propiciem a aprendizagem das relações que emergiram no responder por exclusão.

discriminação condicional; responder por exclusão; bebês

CAPES

Mestrado - M

AEC - Análise Experimental do Comportamento

AQUISIÇÃO E EMERGÊNCIA DE RELAÇÕES CONDICIONAIS USANDO PROCEDIMENTO GO/NO-GO COM ESTÍMULOS COMPOSTOS INTERMODAIS.

*Francisco Andeson Gonçalves Carneiro** (Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo); Diana Milena Cortés Patiño** (Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo) William Eduardo Patarroyo Serna** (Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo) Paula Debert (Laboratório de Análise Experimental de Comportamentos Complexos, Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo)*

O estabelecimento de relações condicionais em humanos tem sido extensamente investigado a partir do procedimento Matching-to-Sample (MTS), no qual um estímulo modelo é apresentado e outro estímulo (comparação) deve ser igualado a ele. Alguns estudos com humanos usando esse procedimento demonstram que a aquisição e a emergência de relações condicionais são mais rápidas quando incluem estímulos intermodais (auditivo-visual) do que quando envolvem estímulos intramodais (visual-visual). Uma possível explicação para tal diferença está relacionada à forma como os estímulos de cada modalidade são apresentados no MTS. O procedimento Go/No-Go com estímulos compostos tem sido uma alternativa ao MTS e estímulos de diferentes modalidades seriam apresentados sempre da mesma forma. Com base nisso, o objetivo deste estudo foi investigar se existem diferenças no estabelecimento e na emergência de relações condicionais com estímulos compostos intermodais (auditivo-visual) e intramodais (visual-visual) quando é usado o procedimento Go/No-Go. Seis estudantes universitários realizaram uma tarefa de treino de relações condicionais em um computador equipado com mouse e headphone. Durante a fase de treino, responder (cliquear com o mouse) sobre o estímulo composto relacionado, auditivo-visual (e.g. A1B1) ou visual-visual (e.g. D1E1), produzia pontos, apresentados na tela do computador. O responder em ambos os tipos de estímulos compostos não relacionados (e.g. A1B2 e D1E2) e o não responder sobre os estímulos apresentados não produziam consequência programada. Após a aquisição de 100% das relações condicionais treinadas, os participantes realizaram os testes de transitividade (e.g. A1C1) e equivalência (e.g. F1D1), durante os quais não houve apresentação de pontos. Os resultados da fase de treino sugerem uma aquisição mais rápida nos compostos auditivo-visuais. A fase de teste mostrou a emergência de relações de transitividade e equivalência para todos os participantes nos compostos auditivo-visuais (100% de acertos nos testes), enquanto só dois participantes do total de seis demonstraram tal desempenho nos compostos visual-visual. Assim, estes resultados sugerem que a diferença no desempenho observada entre as modalidades de estímulos não é devida ao tipo de procedimento utilizado ou a forma como os estímulos são apresentados. Um possível caminho de investigação, a fim de encontrar indícios sobre as diferenças apontadas entre as modalidades, pode ser avaliar se o efeito dos estímulos intermodais está relacionado com discriminabilidade de estímulos, que tem sido apontada na literatura como uma variável determinante na aquisição e emergência de relações condicionais.

Go/No-Go, relações condicionais, humanos

CAPES

Mestrado - M

AEC - Análise Experimental do Comportamento

Sessão Coordenada 70 - **PSICOLOGIA E ALTERAÇÃO GENÉTICA: PASSO A PASSO DE UMA ÁREA EM FORMAÇÃO**

COMPORTAMENTO DE ADESÃO AO APOIO PSICOLÓGICO EM PACIENTES COM AGENESIA GONADAL: UM ESTUDO COMPARATIVO.. *Renata Grossi (Professora, Doutora do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento - Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR, Brasil); Estefani Nayara Barcellos* (Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR, Brasil), Jessica Caroline Faganello* (Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR, Brasil), Juliana Godoy* (Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina - Pr, Brasil), Jenifer Pavan de Paula* (Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR, Brasil), Raiana Bonatti de Sousa Botão* (Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR, Brasil); Vania Galbes (Psicóloga Clínica); Talyta de Souza Lima (Psicóloga Clínica); Wagner José Martins Paiva (Professor Doutor do Serviço de Aconselhamento Genético, Departamento de Biologia Geral, Centro de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR).*

Uma forma de ação da psicologia no Serviço de Aconselhamento Genético consiste em fornecer suporte psicológico para os pacientes e suas famílias, através de apoio focado na problemática, visando desenvolver repertórios de adesão aos tratamentos e a manutenção da qualidade de vida, bem como promover alternativas de mudanças no aspecto psicossocial, quando necessário, a fim de favorecer uma melhor adaptação ao prognóstico. O objetivo do presente resumo é apresentar as diferenças do comportamento de adesão ao apoio psicológico em dois casos de pacientes com agenesia gonadal e seus familiares. A paciente 01, de 16 anos, com cariótipo XY, estudante do Ensino Médio, reside com os pais e uma irmã mais velha. A paciente 02 de 17 anos, com resultado de cariótipo XY, estudante de Ensino Superior, mora com a mãe e dois irmãos, não tem contato com o pai. Ambas as pacientes apresentavam agenesia gonadal (ausência de ovários e/ou testículos). Foi realizada entrevista inicial, com as duas após assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido e o resultado do exame foi passado na devolutiva. Com a paciente 01 foi possível realizar 21 sessões ao longo de um ano e meio antes de ser apresentado o resultado final e definitivo. Havendo tempo para que informações sobre a alteração e as complicações possíveis, os tratamentos e os prognósticos fossem cuidadosamente programadas e transmitidas para a paciente e sua família; novos exames foram feitos e sempre com apoio da equipe da psicologia; foi possível trabalhar sentimentos e pensamentos advindos de toda a situação e ensinar e reforçar diferencialmente comportamentos de adesão. Comportamentos de adesão observados: assiduidade da paciente/família no apoio, consultas e exames; demonstravam compreensão suficiente das informações transmitidas quando solicitado repetição do conteúdo passado; aumento gradativo de verbalizações sobre autoconhecimento e expressividade emocional; buscavam a equipe do SAG diante de dúvidas e cumpriam as orientações transmitidas pela equipe. Com a paciente 02 e família, os atendimentos anteriores à transmissão do resultado foram recusados pela mãe. As 04 sessões de apoio psicológico foram insistentemente agendadas pelas estagiárias, permeadas por um comportamento materno de desmarcar, remarcar, transferir as sessões e mesmo faltar; apesar da paciente demonstrar, verbalmente, compreender o resultado do exame e suas implicações, apresentou um déficit comportamental em autoconhecimento e expressividade emocional. A mãe relatou não compreender as informações e não saber como agir diante da situação; seu discurso era preconceituoso e confuso e suas dúvidas e questionamentos estavam no âmbito da opção sexual



da filha. Não cumpriu orientações transmitidas pela equipe. Desse modo, pode-se perceber a importância do apoio psicológico como forma de possibilitar o desenvolvimento e manutenção do comportamento de adesão aos tratamentos, utilizando o enfoque psicoeducativo para que seja possível à família compreender os procedimentos e o diagnóstico, também através do esclarecimento de dúvidas em relação ao resultado e demais desdobramentos do caso. Pode-se concluir que o papel do psicológico dando suporte ao paciente, mesmo antes do resultado é de fundamental importância a fim de esclarecer, apoiar e ajudar os familiares e pacientes portadores de quaisquer condições genéticas raras.

Serviço de Aconselhamento Genético; apoio psicológico; agenesia gonadal.

Discentes Estefani Nayara Barcellos e Jessica Caroline Faganello receberam bolsa da Agência de Fomento PROEX (Pro-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Londrina). Raiana Bonatti de Sousa Botão e Jenifer Pavan de Paula receberam bolsa da Agência

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

SAÚDE - Psicologia da Saúde

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO NA EQUIPE INTERDISCIPLINAR DE MEDICINA FETAL DO HCFMRP-USP. *Renata Panico Gorayeb (Doutora); Ricardo Gorayeb (Doutor), Alessandra Cristina Marcolin, Aderson Tadeu Berezowski, Marcos Okido, Geraldo Duarte, Gerson C. Crott, Ana Beatriz Gonçalves, Lourenço Sbragia Neto (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo –SP)*

A gestação é um período de grandes modificações no repertório materno, onde as expectativas relacionadas ao desenvolvimento infantil podem se apresentar como potenciais desencadeadores de ansiedades e depressões, interferindo nos enfrentamentos necessários ao desenvolvimento da maternidade. Quando uma família se depara com uma malformação fetal, os enfrentamentos inerentes ao nascimento de um filho se tornam delicados e requerem a nossa atenção especial aos aspectos psicoafetivos. Nestes casos, o conhecimento dos pais a respeito do diagnóstico de malformação e o adequado tratamento dos sintomas de ansiedade e depressão parentais decorrentes deste diagnóstico são importantes para um enfrentamento mais favorável da gestação, o fortalecimento do vínculo entre os pais e a criança, e conseqüentemente o favorecimento dos cuidados neonatais. Estudos recentes têm indicado a eficácia de intervenções psicológicas com as gestantes, e enfatizam a importância de uma equipe interdisciplinar nesta atenção à saúde da gestante e do enfrentamento familiar, como fonte protetora para a elaboração da situação. Esta forma de atendimento interdisciplinar é fundamental para as gestantes, seus familiares e equipes hospitalares, dado a particularidade do momento de mudanças para a gestante e a família, que apresentam conflitos que surgem de forma particular em cada caso de acordo com a gravidade do quadro. Além de contribuem para um melhor enfrentamento da realidade infantil, melhor adequação do papel parental na formação de vínculo e receptividade da criança. Este trabalho tem como objetivo descrever a atuação do psicólogo hospitalar neste contexto, como membro de uma equipe interdisciplinar em um ambulatório de medicina fetal de um hospital universitário, no qual é atendido um grande número de gestantes de fetos malformados do interior do estado de São Paulo. Nos atendimentos são realizados acolhimentos e ações psicoeducativas em relação à patologia fetal, aos cuidados e auto-cuidados maternos necessários durante e após a gestação, ao trabalho de parto, a internação materno-infantil e aos possíveis procedimentos aos quais a criança pode ser submetida. Nos atendimentos também são trabalhadas com estas gestantes e familiares, técnicas de manejo de ansiedade, dessensibilização sistemática para o parto e exames gestacionais, facilitação da comunicação com a equipe interdisciplinar, trabalho com as distorções cognitivas relativas às expectativas da maternidade e reestruturação cognitiva das crenças distorcidas da realidade. Os resultados apontam que o acompanhamento psicológico das gestantes resulta em menores índices de depressão e ansiedade. Além disso, contribui para um melhor desfecho da gravidez, marcado por fortalecimento do vínculo entre pais e criança e melhor enfrentamento com relação à malformação.

Psicologia, malformação fetal, interdisciplinar
AHC-Ribeirão Preto-SP
Outro
SAÚDE - Psicologia da Saúde

POPULAÇÃO ATENDIDA POR UM SERVIÇO DE ACONSELHAMENTO GENÉTICO: VARIÁVEIS DE CONTEXTO E SUAS IMPLICAÇÕES. *Jenifer Pavan de Paula** (Departamento de Psicologia geral e Análise do Comportamento, Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-Pr) *Raiana Bonatti de Sousa Botão** (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR), *Estefani Nayara Barcellos** (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR), *Juliana Godoy** (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR), *Jéssica Caroline Faganello** (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR) *Renata Grossi* (Professora, Doutora do Departamento de Psicologia geral e Análise do Comportamento, Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-Pr)

O Serviço de Aconselhamento Genético-SAG é assistencial, educativo e busca esclarecer para prevenir genótipos responsáveis por enfermidades e/ou defeitos congênitos, com base na análise de uniões prospectiva ou retrospectiva de pessoas que sejam capazes de produzir tais alterações. Visa conscientizar com autonomia, sem privar os usuários do direito de tomar suas decisões pessoais. O presente trabalho objetiva analisar os dados extraídos de entrevistas realizadas com pacientes que aceitaram participar do SAG-UEL, verificando as variáveis que caracterizam e demonstram relações de contexto que influenciam no tratamento. Para a realização do mesmo foram utilizados os dados do Roteiro de Entrevista Inicial respondidos pelos pacientes/famílias entre 2009 e 2013 no momento da coleta de sangue para o exame do cariótipo, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Para análise as informações foram divididas em quatro grupos: dados sociodemográficos; diagnósticos, procedimentos e atendimentos; dificuldades encontradas e rede de apoio e estrutura familiar. Os dados obtidos foram analisados pelo programa IBM SPSS Statistics, Versão 19.0 gerando percentuais, que apontaram para algumas variáveis contextuais importantes para o tratamento dos pacientes, como as que aumentariam a probabilidade de adesão. Os principais resultados foram: amostra conta com 264 casos de pacientes de zero a 51 anos, porém sua maioria (83%) se encontra na infância, na faixa etária de 0 a 13 anos. O que demonstra a procura precoce por atendimento, facilitando um bom prognóstico do caso. De todos os casos, 62% dos pacientes não possuía idade suficiente para estudar ou frequentava instituições especiais de ensino, demonstrando a importância do envolvimento da família para compreensão do diagnóstico dado e possíveis encaminhamentos. Os responsáveis pelo paciente, geralmente pai e mãe, apresentaram nível escolar até o ensino médio (71% para as mães e 65% os pais). E 85% das famílias relataram ter de 3 a 6 habitantes na casa, o que permitiu analisar que as atividades de cuidado com o paciente poderiam ser divididas, levando a não sobrecarga de apenas um responsável, prolongando o tempo em que a adesão aos tratamentos seria mantida. Levando em consideração que 62% da amostra possui renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos e que a maioria dos pacientes usa exclusivamente o SUS para tratamento médico, pode se inferir a importância que serviços gratuitos têm no tratamento da doença, sugerindo a relevância da variável custo financeiro para a adesão a tratamentos. A síndrome de Down (trissomia do cromossomo 21) é anomalia mais frequente encontrada na amostra, em 77% dos pacientes. Essas informações subsidiaram a confecção de materiais informativos e psicoeducativos e que continham informações que auxiliassem na compreensão das síndromes genéticas, possíveis diagnósticos e prognósticos.



Além da capacitação dos profissionais, visando melhora no atendimento. A caracterização da população atendida permitiu ao profissional da psicologia compreender melhor as variáveis de contexto envolvidas na vida do paciente, e de como elas influenciam no tratamento da doença, possibilitando a manipulação de variáveis com o objetivo de aumentar a adesão das famílias ao tratamento e bom prognóstico.

Caracterização, aconselhamento genético, variáveis de contexto.

Discentes Estefani Nayara Barcellos e Jessica Caroline Faganello receberam bolsa da Agência de Fomento PROEX (Pro-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Londrina). Raiana Bonatti de Sousa Botão e Jenifer Pavan de Paula receberam bolsa da Agência

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

SAÚDE - Psicologia da Saúde

USO DA FAP NO APOIO PSICOLÓGICO DO SERVIÇO DE ACONSELHAMENTO GENÉTICO: UM RECURSO VIÁVEL. *Raiana Bonatti de Sousa Botão** (Departamento de Psicologia geral e Análise do Comportamento, Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-Pr) *Jenifer Pavan de Paula** (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR), *Estefani Nayara Barcellos** (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR), *Juliana Godoy** (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR), *Jéssica Caroline Faganello** (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR) *Renata Grossi* (Professora Doutora do Departamento de Psicologia geral e Análise do Comportamento, Serviço de Aconselhamento Genético, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-Pr) *Mariana de Toledo Chagas Psicóloga Colaboradora, Mestre do Instituto de Psicoterapia e Análise do Comportamento, Londrina- Pr)*

O Apoio Psicológico realizado num Serviço de Aconselhamento Genético(SAG) caracteriza-se como uma psicoterapia breve centrada na situação-problema como um meio de auxiliar o paciente/família a desenvolver repertório de adesão aos tratamentos necessários e na adaptação às contingências estabelecidas pela estimulação aversiva da doença. Auxilia a equipe e usuários no processo de comunicação dos problemas genéticos, com a investigação do risco da ocorrência ou o próprio diagnóstico, envolvendo a participação de pessoas treinadas para ajudar o paciente/família a compreender aspectos da doença, escolher cursos de ação e a ajustar-se da melhor maneira possível à nova condição. O SAG- Universidade Estadual de Londrina oferece. O presente trabalho objetiva discorrer sobre um caso atendido no Apoio psicológico que usou a própria relação terapêutica como instrumento de intervenção visando promover a adesão ao tratamento psicoterápico, favorecendo aceitação e adesão aos atendimentos necessários à promoção da saúde. A cliente tinha 29 anos, casada, mãe de uma filha com alterações genéticas que demanda atendimentos em instituições especiais como a APAE. As 20 sessões foram gravadas e realizadas na clínica psicológica da UEL. As 12 primeiras foram realizadas em um período de 9 meses por uma terapeuta e as 8 demais em um período três meses pela atual terapeuta. A partir das informações coletadas até a 15ª sessão, os comportamentos da cliente foram categorizados em CCR1 (comportamentos clinicamente relevantes) e CCR2 (Comportamentos de melhora), os CCR1 foram: fala verborrágica e sem relação com as falas da terapeuta, faltas excessivas, relatos importantes ao término das sessões e interrupções nas verbalizações da terapeuta. Tais comportamentos da cliente dificultavam o estabelecimento do vínculo terapêutico e a proposta de intervenções necessárias. Os CCR2 seriam qualquer comportamento oposto aos definidos como CCR1. Assim, foi decidido que a partir da 16ª sessão seria trabalhado aspectos vigentes na relação terapêutica, com base na Psicoterapia Analítica Funcional (FAP). Para a estruturação e desenvolvimento das sessões utilizou-se das cinco regras da FAP: identificar os comportamentos problema; evocar os comportamentos problema; responder contingente aos comportamentos do cliente; verificar o efeito das intervenções terapêuticas sobre o cliente e; promover Análise funcional e estratégias de generalização. Na sessão 16 quando a FAP foi implementada os CCR1 foram emitidos em alta frequência e poucos CCR2 foram identificados sendo que a terapeuta respondeu contingente às duas classes de respostas, de modo a aumentar a emissão dos CCR2 e diminuir às do CCR1.



Nas sessões subsequentes observou-se mudanças: diminuição na frequência da emissão dos CCR1; aumento na emissão de CCR2; estreitamento do vínculo terapêutico; identificação da relação entre os comportamentos da cliente e os comportamentos dos outros; compreensão das relações funcionais entre estímulos do ambiente e seus comportamentos, possibilitando mudanças em seu repertório comportamental quanto aos relacionamentos interpessoais; e generalização do que foi desenvolvido dentro do setting terapêutico para seu cotidiano. Concluiu-se que o uso da FAP promoveu uma relação terapêutica mais próxima, favorecendo o uso de intervenções visando o desenvolvimento de um repertório comportamental mais hábil socialmente e atento às novas contingências advindas da adesão a tratamentos de saúde da filha.

Serviço de Aconselhamento Genético, apoio psicológico, FAP.

Discentes Estefani Nayara Barcellos e Jessica Caroline Faganello receberam bolsa da Agência de Fomento PROEX (Pro-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Londrina). Raiana Bonatti de Sousa Botão e Jenifer Pavan de Paula receberam bolsa da Agência

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade



Sessão Coordenada 71 - **PSICOLOGIA, SAÚDE MENTAL E USO DE DROGAS**

SENTIDOS SOBRE O CONSUMO DE DROGAS E TRAJETÓRIAS DE VIDA DE USUÁRIOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL. *Fernanda de Sousa Vieira**;* *Clarissa Mendonça Corradi-Webster (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicopatologia, Drogas e Sociedade, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto - SP)*

Estudos sobre o consumo de drogas por pessoas com diagnóstico de transtorno mental têm apontado grande prevalência dessa associação. Internacionalmente, as pessoas que apresentam esse quadro geralmente são atendidas em serviços de saúde mental, sendo descritas pela literatura principalmente em estudos realizados em serviços de internação psiquiátrica, serviços de tratamento de drogas, serviços penitenciários e serviços comunitários de saúde mental. O perfil dessas pessoas apresenta-se heterogêneo quanto ao quadro psiquiátrico, bem como ao tipo de drogas e padrão de consumo. Este trabalho tem como objetivo descrever trajetórias de vida e sentidos relacionados ao consumo de drogas por pessoas com diagnóstico de transtorno mental que fazem tratamento em CAPS II de uma cidade de médio porte do interior do Estado de São Paulo. São apresentados dois casos de homens jovens, com diagnóstico de esquizofrenia (F.20.0) em tratamento ambulatorial e de semiinternação, identificados com consumo problemático de tabaco, álcool e maconha. A coleta de dados ocorreu por meio de Entrevistas de História de Vida Temática e foram anotadas observações em caderno de campo. Os sentidos atribuídos às drogas é muito próximo aos sentidos encontrados na população em geral. Pelos percursos relatados, foi possível perceber que pela legitimação de uma ou outra característica - diagnóstico psiquiátrico ou consumo problemático de drogas - são possibilitados acessos a serviços de saúde e cuidado em saúde mental. Essa delimitação parece acontecer pela negociação entre valores dados aos diagnósticos psiquiátricos e ao consumo de drogas que podem ou não ser tolerados/desejados/legitimados em cada serviço de assistência. Conhecer os sentidos atribuídos pelos usuários pode auxiliar no desenvolvimento de estratégias de intervenção mais adequadas para o trabalho com esta população.

pacientes psiquiátricos; uso de drogas; trajetórias de vida
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Doutorado - D
SMENTAL - Saúde Mental

SENTIDOS CONSTRUÍDOS SOBRE A MATERNAGEM POR MULHERES EM TRATAMENTO POR USO DE DROGAS. *Mariane Capellato Melo**; Clarissa Mendonça Corradi-Webster (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicopatologia, Drogas e Sociedade; Departamento de Psicologia, Faculdade De Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto-Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto-SP)*

O número de mulheres que consomem álcool e outras drogas vem crescendo. A literatura aponta que questões relacionadas aos discursos de gênero influenciam nesta questão, ao posicionar a mulher usuária de drogas a contextos de maior vulnerabilidade, mas também a auxiliar em fatores protetivos. Há as questões sobre o encargo histórico das mulheres como responsáveis pelo cuidado dos filhos. Para mulheres usuárias de drogas a maternagem seria construída como negativo, sendo essas consideradas como incapazes de exercê-la. Assim, faz-se importante compreender algumas questões específicas das mulheres. O objetivo desse estudo foi descrever os sentidos construídos a respeito da maternagem por mulheres em tratamento para transtornos por uso de substâncias, referindo como estas vivenciam a função de maternagem, considerando também a interação dos sentidos dessa vivência com o consumo de drogas e com o tratamento. Estudo qualitativo, descritivo e exploratório, realizado em um Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (Caps Ad) do interior de São Paulo. Participaram do estudo oito mulheres que estavam em tratamento neste serviço. Foram realizadas entrevistas de história de vida. Passos da análise: imersão no corpus da pesquisa; confronto entre os sentidos produzidos na leitura das entrevistas e o conhecimento prévio do campo de estudo; construção dos eixos temáticos; seleção de trechos da entrevista que ilustrassem os eixos temáticos e discussão, com base na literatura. Através da análise das entrevistas foram identificados quatro eixos temáticos: 1) Maternagem como escolha da mulher, construída a partir das suas experiências de vida: nas entrevistas as participantes relataram como responsabilidade da mãe o cuidado aos filhos. A perspectiva do cuidar é descrita a partir do modo como lidaram com suas próprias experiências de vida sobre ser cuidada. 2) Experiências do consumo como alerta e ensino aos filhos: as experiências relacionadas ao consumo de substâncias ganharam novos sentidos no processo de tratamento e apareceram como auxiliares na reaproximação e cuidado aos filhos, na medida que são utilizados de alerta para esses. 3) O consumo de substâncias interferindo na maternagem: nas narrativas o consumo de substâncias é representado como fator de interferência no cuidado, na proximidade com os filhos e nas possibilidades serem “bons” exemplos. 4) O consumo compreendido de diferentes formas ao longo do tratamento: a vivência do tratamento foi apontada como auxiliadora nas novas possibilidades de compreender o consumo de drogas abrindo espaço para novas possibilidades de interação e motivação. Considerando o contexto social e histórico, as categorias encontradas nos depoimentos auxiliam na compreensão da vivência da maternagem dentro do cenário de uso de drogas. A percepção do próprio consumo, maternagem e tratamento são reconstruídos a cada momento, ao longo da vida dessas e bem como ao longo da entrevista. Os sentidos atribuídos são constituídos por discursos morais e de gênero sobre as responsabilidades ditas da mulher e sobre dificuldades consideradas unicamente das mulheres usuárias de drogas. Políticas públicas que desconsideram a capacidade de construir vínculos positivos com seus filhos, ou a inserção dessas mulheres em um contexto, podem dificultar a busca por tratamento e vivência do mesmo.

mulheres; tratamento relacionado ao uso de substâncias; drogas

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Mestrado - M

SMENTAL - Saúde Mental

PRÁTICAS E SENTIDOS PRODUZIDOS POR PSICÓLOGOS DE UM SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL SOBRE O CONSUMO DE DROGAS POR PESSOAS QUE APRESENTAM UM QUADRO CLÍNICO PSIQUIÁTRICO. *Eduardo Augusto Leão**;* *Clarissa Mendonça Corradi-Webster (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicopatologia, Drogas e Sociedade. Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP),*

A literatura aponta que o consumo de substâncias tem alta prevalência entre pessoas que apresentam quadro clínico psiquiátrico e profissionais atuantes em serviços de saúde mental relatam ser cada vez mais comum o atendimento a pessoas que consomem substâncias. O consumo de substâncias aparece descrito não apenas como um modo de lidar com os sintomas, mas levando a um pior prognóstico, aumentando internações e vivências na rua. Assim, o objetivo deste trabalho foi conhecer os sentidos e práticas produzidos por psicólogos de um serviço de saúde mental sobre o consumo de drogas por pessoas com quadro clínico psiquiátrico. Este estudo tem caráter qualitativo, descritivo e exploratório. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os psicólogos de um CAPS-III de uma cidade de médio porte de São Paulo. As entrevistas foram áudio-gravadas e transcritas na íntegra. Foi utilizado o método de análise de conteúdo temática resultando em 4 eixos temáticos relativos aos sentidos e práticas identificados na fala dos participantes: (1) A relação entre o uso de drogas e o transtorno mental: aborda os sentidos atribuídos pelos psicólogos ao uso de drogas e como esse uso aparece em pessoas com algum diagnóstico de transtorno mental na realidade do serviço; (2) O psicólogo e sua atuação no cuidado às pessoas que fazem uso de drogas e têm diagnóstico de transtorno mental: será abordado como o psicólogo de um Caps-III oferece ou poderia oferecer recursos e práticas ao serviço para o tratamento desses pacientes; (3) Aspectos da rede psicossocial no cuidado às pessoas usuárias de drogas e com transtorno mental: descrever como os psicólogos compreendem o itinerário desses pacientes, englobando aspectos sociais, familiares e individuais, além de buscar compreender sentidos e práticas sobre a integração ou desarticulação do cuidado na rede; (4) Compromisso com uma formação continuada: busca investigar a importância atribuída pelos psicólogos para a formação no cuidado com o paciente psiquiátrico que faz uso de drogas, buscando compreender que aspectos da formação têm ajudado como norteador para o desenvolvimento de novas práticas de formação para a equipe. A literatura científica vem chamando a atenção para a importância do cuidado especializado a pessoas com quadros clínicos psiquiátricos que fazem uso de substâncias psicoativas não prescritas. Psicólogos trabalhadores de serviços de saúde mental relatam lidar com estas questões no cotidiano do trabalho. Posturas e habilidades desenvolvidas para o trabalho da Psicologia em saúde mental são utilizados na abordagem do paciente usuário de drogas, entretanto, a divisão na rede assistencial, preconceitos e falta de formação podem dificultar a intervenção. Assim, em longo prazo, pretende-se que os resultados obtidos possam auxiliar na formação de profissionais e no planejamento de ações voltadas a esta população.

transtornos psiquiátricos; uso de drogas; psicologia

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Mestrado - M

SMENTAL - Saúde Mental

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO EM GRUPO EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - ÁLCOOL E DROGAS. *Taís Elene Junqueira Neme (Centro de Atenção Psicossocial II – álcool e drogas – Sanatório Espírita Vicente de Paulo. Ribeirão Preto, SP).*

O Acompanhamento Terapêutico – (AT) – refere-se a uma prática de atendimento herdeira do movimento anti-psiquiátrico inglês, italiano e francês. O AT surgiu na década de 70 em Buenos Aires, Argentina, onde os psicanalistas criaram novas funções aos agentes de saúde mental, que antes eram auxiliares psiquiátricos e passaram a ser amigos qualificados, posteriormente, acompanhantes terapêuticos. Com essas mudanças, o trabalho foi se dando mais na rua, na casa do paciente e deixando a instituição psiquiátrica. O objetivo desse trabalho é descrever a experiência de Acompanhamento Terapêutico com usuários de um CAPS ad II. Essa intervenção foi realizada no CAPS ad II de Ribeirão Preto/SP em 2013. Participaram desses atendimentos cinco usuários, com idades entre 40 e 60 anos, sendo quatro homens, com comorbidades psiquiátricas e uma mulher, que permaneciam no Programa de Semi-Internação Integral, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, há mais de um ano e que estavam em abstinência. Os atendimentos ocorreram uma vez por semana, no período de abril a dezembro de 2013. Foram realizados 24 encontros. O AT foi conduzido por uma psicóloga e dois auxiliares de enfermagem. No primeiro encontro foi estabelecido contrato, objetivos com o grupo e também os locais a serem conhecidos. As visitas foram realizadas com os seguintes objetivos e locais: (1) Acessar cursos profissionalizantes, com visita a dois Centros de Qualificação Profissional, Sesc, Sesi, duas ONGs e no Posto de Atendimento ao Trabalhador; (2) Ampliar os espaços de socialização, com visitas ao Bosque Municipal, três Parques Municipais, uma praça pública, dois Museus, centro da cidade, Feira do Livro, teatro Pedro II, dois bailes no Núcleo da Terceira Idade e um shopping-center; (3) Acesso à bens de cidadania, com visitas à Câmara Municipal para participar de discussões sobre o Plano Plurianual, onde os pacientes foram estimulados a reivindicar melhorias para a cidade; (4) Interação Familiar, com a realização de visitas domiciliares, buscando maior integração com os familiares, explicando a importância e os objetivos do trabalho; (5) Buscar informações sobre tratamentos de saúde, com visitas ao Centro Integrado de Reabilitação para conhecer o tratamento de fonoaudiologia para um dos pacientes. Na discussão com a equipe, avaliou-se como pontos positivos dessa experiência a ressocialização dos pacientes. A experiência também possibilitou que gradativamente fosse reduzida a frequência de participação destes no Programa de Semi-Internação. Durante o grupo, um dos usuários se inscreveu em um curso de cabeleireiro em uma ONG e conseguiu realizar um sonho antigo. Percebe-se que o Acompanhamento Terapêutico em Grupo é uma modalidade terapêutica que pode ser implantada nos diversos CAPS ad, pois contribui para adesão ao tratamento para o consumo de substâncias psicoativas e diminuição do tempo de internação dos usuários, diminuindo a cronificação, conforme preconizado pela reforma psiquiátrica.

uso de drogas; reabilitação psicossocial; acompanhamento terapêutico

Não se aplica.

Outro

SMENTAL - Saúde Mental

Sessão Coordenada 72 - **RELAÇÕES INTERPESSOAIS E HABILIDADES SOCIAIS: INTERFACE COM FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO AO LONGO DO CICLO VITAL**

PERCEPÇÕES DE ADOLESCENTES DE UMA ONG SOBRE SUAS HABILIDADES SOCIAIS E DIFICULDADES INTERPESSOAIS. *Vanessa Barbosa Romera Leme (Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Salgado de Oliveira – Niterói, RJ)* *Luana de Mendonça Fernanades** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Salgado de Oliveira – Niterói, RJ); Neidiany Vieira Jovarini ** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Salgado de Oliveira – Niterói, RJ); Ana Maria Nunes El Achkar** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Salgado de Oliveira – Niterói, RJ)*

A passagem a novos grupos e contextos sociais impõe ao adolescente demandas interpessoais e torna mais provável a sua exposição ao risco. Estudos indicam que o trabalho exercido por adolescentes caracteriza-se numa situação de vulnerabilidade psicossocial. Contudo, a adolescência envolve o enfrentamento de circunstâncias que transcendem a preparação para o início da atividade laboral. A pesquisa teve por objetivo investigar as percepções de adolescentes sobre a conciliação trabalho-estudo e o relacionamento com a família, pares e parceiros românticos, identificando habilidades sociais e dificuldades interpessoais. Participaram do estudo 40 adolescentes, com idade entre 13 e 16 anos (27 meninas e 13 meninos) de nível socioeconômico baixo que frequentavam um programa de inserção laboral oferecido por uma entidade não-governamental (ONG), e estavam matriculados no Ensino Fundamental e Médio de escolas públicas da área central da cidade do Rio de Janeiro. Os dados foram coletados por meio da realização de quatro grupos focais, com 8 a 12 adolescentes em cada grupo, com duração média de 90 minutos. Antes de participarem do estudo, todos os adolescentes entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinados por seus responsáveis legais e responderam à um Questionário sobre nível socioeconômico. Os grupos focais foram gravados e as falas dos adolescentes foram transcritas integralmente e, posteriormente, foram analisadas por meio de Análise de Conteúdo. Os relatos dos participantes foram agrupados em quatro núcleos temáticos estabelecidos previamente: (a) relacionamento com a família; (b) relacionamento com pares; (c) relacionamentos com parceiros românticos; (d) relação escola-trabalho. Para os três primeiros núcleos temáticos, as falas dos adolescentes foram agrupadas em três categorias: (1) Comportamento assertivo; (2) Comportamento agressivo; (3) Comportamento passivo. Para a relação escola-trabalho foram identificadas 10 categorias emergentes: (1) Manifesta interesse em trabalhar; (2) Não manifesta interesse em trabalhar; (3) Incentivo da família para trabalhar; (4) Ausência de incentivo da família em trabalhar; (5) Expectativa positiva em trabalhar; (6) Querer ajudar a família; (7) Não querer ajudar a família; (8) Conciliação estudo-trabalho; (9) Entendimento do trabalho; (10) Papel de gênero no universo de trabalho. Os resultados indicaram que tanto para o relacionamento com a família (75,3%), quanto o relacionamento com pares (53,5%), os adolescentes relataram, na maioria das vezes, comportamentos agressivos e passivos em diversas situações, tais como ajudar com tarefas domésticas e lidar com a pressão dos colegas. No que diz respeito ao relacionamento dos adolescentes com parceiros românticos, 50% dos comportamentos foi classificado como assertivo e 50% como agressivo (21,7%) e passivo (28,3%). Em concordância com a literatura, para o relacionamento escola-trabalho, a análise dos relatos indicou que os adolescentes têm pouco conhecimento sobre a escolha profissional e o mercado



de trabalho, bem como identificaram tanto aspectos positivos quanto dificuldades em conciliar trabalho e estudo. Discute-se as implicações da frequência elevada de situações baseadas em agressões físicas e psicológicas, bem como caracterizadas por estereótipos de gênero na família e com parceiros românticos. Os dados da pesquisa possibilitarão conhecer a realidade social e as vivências dos adolescentes que serão utilizados em um programa de Treinamento em Habilidades Sociais.

Adolescência, habilidades sociais, trabalho.

Faperj

Pesquisador - P

DES - Psicologia do Desenvolvimento

O REPERTÓRIO SOCIAL, A COMPETÊNCIA ACADÊMICA E PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO DE ALUNOS NOS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL AVALIADOS POR PROFESSORES: ESTABILIDADE E DIFERENÇAS DEVIDO À CONVIVÊNCIA ANTERIOR. *Marta Regina Gonçalves Correia Zanini** (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto); Edna Maria Marturano (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto)*

Na escola, relações interpessoais podem ser promotoras de desenvolvimento. O recurso ao professor como um avaliador de habilidades sociais, problemas de comportamento e competência acadêmica de seus alunos tem sido recorrente nos anos iniciais do Ensino Fundamental - EF. Tendo em vista este fato são objetivos deste trabalho: a) verificar o grau de estabilidade das avaliações realizadas por professores acerca das habilidades sociais, dos problemas de comportamento e da competência acadêmica dos alunos ao longo dos três primeiros anos do EF; b) comparar a estabilidade das avaliações feitas no 3º ano, entre professores que estão lecionando para a turma pela primeira vez e professores que já lecionaram para a turma; c) comparar a média de habilidades sociais, desempenho acadêmico, potencial cognitivo, competência acadêmica, problemas de comportamento, sintomas de estresse e percepção de estressores escolares apresentadas por alunos que tiveram o primeiro contato com o professor no 3º ano e por alunos que tiveram contato em anos anteriores. Participaram 151 alunos avaliados longitudinalmente no 1º, no 2º e no 3º ano quanto a habilidades sociais, problemas de comportamento e competência acadêmica (Social Skills Rating System - Professores), potencial cognitivo (Matrizes Progressivas Coloridas de Raven), sintomas de estresse infantil (Escala de Estresse Infantil), percepção de estressores escolares (Inventário de Estressores Escolares) e desempenho acadêmico (Provinha Brasil). Foram consideradas as avaliações de 25 professoras realizadas no 1º ano, de 30 no 2º ano e de 33 no 3º ano. Os alunos foram divididos em três Grupos – G1, com avaliações feitas por professores que lecionaram para a turma apenas no 3º ano (n=120); G2, com avaliações realizadas por professores que já tinham lecionado para alunos da turma em anos anteriores - 1º e/ou 2º ano (n=31); G3, com avaliações realizadas por professores que acompanharam a turma por dois anos consecutivos - 2º e 3º ano (n=24). Na análise estatística foram utilizados o teste de correlação de Pearson e o teste t de Student para comparações entre grupos. Os resultados mostraram que as avaliações dos professores são estáveis ao longo dos anos, tendo em vista as correlações observadas (r entre 0,252 e 0,762). As correlações entre avaliações feitas pelo mesmo professor são fortes para as habilidades sociais (exceto autodefesa) e para os problemas de comportamento externalizante e internalizante. Para competência acadêmica, a correlação foi forte independente do grupo. As comparações com o teste t indicaram que o grupo de alunos com contato prévio com o professor – G2, apresentou maior responsabilidade e cooperação e menos sintomas de estresse, e também uma tendência (p=0,063) a menos problemas de comportamento externalizante. Os resultados indicam que diferentes professores têm avaliações concordantes sobre os alunos e que o mesmo professor tende a manter consistentemente a sua percepção dos alunos em anos consecutivos. A familiaridade contribui para avaliações mais positivas por parte do professor e também para menos sintomas de estresse relatados pelos alunos. Esses dados são de importância prática para as escolas e também para reflexão em torno das políticas públicas, constituindo uma contribuição da psicologia para a área.

Ensino fundamental, desempenho acadêmico, competência acadêmica
CNPq; Fapesp.

Pós-Doutorado – PD / DES - Psicologia do Desenvolvimento

COMPARAÇÃO ENTRE A COMPETÊNCIA ACADÊMICA E O REPERTÓRIO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO POR MEIO DE INSTRUMENTOS DE RELATO. Denise Dascanio (Faculdade de Psicologia, Universidade Paulista, Bauru, SP), Zilda A. P. Del Prette (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)

Um das formas de se avaliar as habilidades sociais são os métodos de relato que compreendem as escalas, inventários, entrevistas, testes sociométricos e podem ser de autoavaliação ou avaliação por outros significantes (pais, professores e pares), permitindo o acesso indireto aos desempenhos sociais. Esse tipo de medida permite avaliar uma grande quantidade de sujeitos em um breve espaço de tempo e obter informações sobre um amplo conjunto de comportamentos, muitos deles difíceis de serem acessados por meio de observação direta, tais como sentimentos e pensamentos. No entanto, as medidas de avaliação, no geral, apresentam algumas limitações, considerando os inventários, escalas e questionários, as principais seriam (a) a tendência de os sujeitos se colocarem no ponto médio das escalas; (b) a influência da deseabilidade social; (c) a escassez de critérios externos para validar os resultados dos instrumentos; (d) a característica situacional-cultural das habilidades sociais em contraposição à formulação genérica dos itens de alguns instrumentos. Alguns autores apontam ainda que as limitações desses instrumentos tornam-se mais acentuadas em relação à população infantil, provavelmente em razão das dificuldades próprias do estágio de desenvolvimento das crianças e conseqüentemente a maior dificuldade dessas em auto-observação e automonitoria, o que levaria a uma avaliação menos precisa. Uma tentativa de sanar as limitações supracitadas seria a avaliação multimodal, que deve incluir diferentes instrumentos, procedimentos e informantes. O presente estudo descreve a aplicação de instrumentos de relato para avaliação de habilidades sociais, problemas de comportamento e competência acadêmica em crianças que foram contaminadas por chumbo. Participaram 155 estudantes, entre 8 e 17 anos, com idade média de 13 anos, e seus respectivos professores. Os participantes foram divididos em três grupos de acordo com o nível de contaminação por chumbo no organismo (plumbemia): Grupo com Alta Plumbemia (superior a 10µg/dl); Grupo com Baixa Plumbemia (inferior a 5µg/dl) e Grupo de Comparação (sem plumbemia). Para avaliar as habilidades sociais foram utilizados os instrumentos SSRS-BR, versão criança e professor e o IHSA-Del-Prette; para os problemas de comportamento e competência acadêmica utilizou-se o instrumento SSRS-BR, versão professor. Por meio da Análise Multivariada de Variância (MANOVA), identificou-se prejuízo no repertório comportamental, acadêmico e social, associado ao nível de plumbemia, quando esses aspectos foram avaliados pelo professor. Porém, na condição de autoinforme, os adolescentes com alta plumbemia se autoavaliaram mais positivamente nas classes de habilidades sociais civilidade e assertividade do que os adolescentes com baixa plumbemia e, também, em relação aos adolescentes sem plumbemia, maior escore em abordagem afetiva e, de forma marginalmente significativa, maior escore em assertividade. Os resultados em geral confirmaram os achados da literatura, ainda que com alguns dados aparentemente contraditórios, como em relação aos avaliadores do repertório social, para os quais foram elaboradas hipóteses explicativas. Mesmo reconhecendo os limites das medidas indiretas, este estudo amplia o conhecimento da área à medida que abarca multinformantes de indicadores relevantes do desempenho social infantil.

Avaliação, repertório social, contaminação infantil por chumbo.

Capes

Doutorado – D / DES - Psicologia do Desenvolvimento

ADOLESCENTES COM E SEM INDICADORES DE DEPRESSÃO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS HABILIDADES SOCIAIS ENTRE OS SEXOS. *Josiane Rosa Campos** (Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, SP), Almir Del Prette (Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, SP)*

A literatura tem mostrado consistentemente altas taxas de transtornos depressivos na adolescência. Diferentemente dos adultos, os sintomas depressivos na adolescência podem manifestar-se com “comportamentos explosivos” e sabe-se que os adolescentes deprimidos sofrem de rejeição social, apresentam, portanto, dificuldades de relacionamentos interpessoais. Como uma das explicações desse dado, os estudos têm apontado que os adolescentes deprimidos ou com indicadores de depressão apresentam déficits de habilidades sociais. No entanto, a maioria das pesquisas apresenta amostras homogêneas e poucas investigações separaram a amostra por sexo e realizaram a análise de gênero, o que dificulta a identificação de semelhanças e diferenças no repertório de adolescentes com e sem indicadores de depressão. Nesse sentido, a presente pesquisa apresentou por objetivo caracterizar e comparar o repertório de habilidades sociais de adolescentes com e sem indicadores de depressão, separando a amostra por sexo e realizando as análises de gênero. Participaram da pesquisa 75 meninas com indicadores de depressão (grupo subclínico) e 74 meninas sem indicadores de depressão (grupo não clínico), 28 meninos com indicadores de depressão (grupo subclínico) e 29 meninos sem indicadores de depressão (grupo não clínico) com idade de 12-14anos, de escolas públicas. As características sociodemográficas como idade, escolaridade e status socioeconômicos foram emparelhadas. Os instrumentos utilizados foram: Inventário de Depressão Infantil e Inventário de Habilidades Sociais Para Adolescentes (IHSA-Del Prette). Para avaliar as comparações entre as frequências das classes de habilidades sociais nos indicadores de frequência e dificuldade dos grupos subclínico e não clínico foi utilizado o teste estatístico Qui-quadrado de independência χ^2 e foi adotado um nível de significância de 5% ($p \leq 0,05$). Os principais resultados apontaram, no caso das meninas, que houve diferença estatisticamente significativa nos indicadores de frequência entre os grupos nas subescalas: Indicador Geral de habilidades sociais, F2-Autocontrole, F3-Civilidade e F4-Assertividade. O grupo não clínico relatou apresentar maior repertório de habilidades sociais quando comparado ao grupo subclínico. No caso dos meninos, houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos apenas para a subescala F6-Desenvolvimento Social. O grupo não clínico relatou apresentar maior repertório de habilidades sociais quando comparado ao grupo subclínico. A partir dos dados obtidos, hipotetiza-se que as meninas com indicadores de depressão podem apresentar um padrão considerado agressivo, pois há baixo repertório de autocontrole e assertividade quando comparadas às meninas sem indicadores de depressão. Os dados parecem esclarecer sobre o que a literatura aponta sobre os “comportamentos explosivos” presentes na depressão na adolescência. Além disso, o baixo repertório de habilidades sociais de civilidade relatado pelo grupo subclínico pode auxiliar a iniciar ou manter o isolamento social característico de pessoas deprimidas. Para os meninos com indicadores de depressão, os dados sugerem dificuldades de comunicação, um retraimento social. Nos indicadores de dificuldade, também houve diferenças estatisticamente significativa entre os grupos, para ambos os sexos. As limitações e alcances do estudo serão discutidos.

Habilidades sociais, depressão, adolescentes

Capes

Doutorado – D / DES - Psicologia do Desenvolvimento

A FAMÍLIA BRASILEIRA ESTÁ ENVELHECENDO: A IMPORTÂNCIA DAS HABILIDADES SOCIAIS E DA SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL PARA O RELACIONAMENTO ENTRE PAIS IDOSOS E FILHOS ADULTOS. *Ana Carolina Braz (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP); Zilda A. P. Del Prette (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP); Anne Marie Fontaine (Universidade do Porto, Porto, Portugal)*

As mudanças demográficas das últimas décadas (aumento na expectativa de vida, ingresso de mulheres no mercado de trabalho, casamentos tardios, divórcios) favorecem a convivência entre diferentes gerações de uma mesma família. Nesse contexto situa-se a Solidariedade Intergeracional (SI), conceito oriundo da Sociologia das Famílias. Este constructo foi elaborado a partir de evidências empíricas de estudos longitudinais e é composto por seis dimensões: (1) afetiva (sentimentos e avaliações), (2) conflituosa (percepções sobre tensão e divergências), (3) consensual, (concordância em opiniões e valores), (4) funcional (apoio), (5) normativa (expectativas sobre obrigações e normas) e (6) estrutural, (oportunidade de interação, refletindo a proximidade geográfica). Paralelamente, a Psicologia das Habilidades Sociais estuda as interações sociais sob a perspectiva das Habilidades Sociais (HS) e, mais especificamente, de suas diferentes classes como por exemplo, Assertividade, Conversação e desenvoltura social, Expressividade emocional. Considerando que esses dois campos teóricos estejam inseridos no contexto interpessoal do desenvolvimento humano, é possível supor uma interface entre eles em que as Habilidades Sociais poderiam ser condições antecedentes e favorecedoras dos relacionamentos interpessoais mais positivos e, num sentido mais amplo, de Solidariedade Intergeracional. Adicionalmente, embora estudado em diversos países, o constructo da Solidariedade Intergeracional ainda foi pouco explorado no contexto brasileiro. Deste modo, o objetivo desta Tese foi avaliar uma possível interface entre HS e SI. Participaram deste estudo 69 díades de pais idosos e de filhos adultos, com idades entre 60 e 85 anos e entre 25 e 50 anos, respectivamente. As díades foram organizadas de acordo com o sexo dos participantes, havendo, portanto quatro tipos de díades: Mães e filhas (n = 17), Mães e filhos (n = 18), Pais e filhas (n = 17), Pais e filhos (n = 18). Os instrumentos utilizados foram: IHSI-Del-Prette, IHS-Del-Prette, Escala de Solidariedade Intergeracional, e Critério Brasil. Foram realizadas análises descritivas e inferenciais. Inicialmente, foram realizadas análises de correlação para variáveis sociodemográficas, habilidades sociais e solidariedade intergeracional. Foram encontradas evidências de associação entre estas variáveis em níveis intra e intergeracionais. A partir destas evidências, foram desenvolvidos modelos de equação estrutural para análises díadicas por meio do Actor-Partner Interdependence Model, com dois preditores (ao nível de significância de $p < 0,05$, com tamanho de efeito - D de Cohen - igual a 0,15 e poder estatístico de 0,80). As Habilidades de Expressividade emocional parecem influenciar a SI Afetiva, enquanto as HS de Enfrentamento parecem influenciar o Conflito, e as HS de Conversação e Desenvoltura Social parecem influenciar as dimensões de SI Normativa. São discutidas as implicações destes resultados para pesquisa, avaliação, intervenção, formação de profissionais de saúde, formulação de políticas públicas e programas sociais.

Habilidades sociais, solidariedade intergeracional, idoso-adulto.

Fapesp

Doutorado - D

DES - Psicologia do Desenvolvimento



Sessão Coordenada 73 - **RELIGIOSIDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO**

ATITUDES E PERCEPÇÕES FRENTE À PRÓPRIA MORTE ENTRE IDOSOS CASADOS E VIÚVOS. *Lilian Maria Borges Gonzalez / Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Joyce Cassimiro Alves da Silva * / Curso de Psicologia, Universidade Católica de Brasília.*

A morte é um evento que acompanha a existência humana e que se mostra como uma realidade mais próxima no caso dos idosos, uma vez que estes se encontram na última fase do ciclo de vida. Esse fenômeno gera um repertório de atitudes com as quais a pessoa busca compreender e lidar com o objeto “morte”. Nesse contexto, a religiosidade e a espiritualidade costumam possibilitar ao idoso a compreensão de sua existência e do sentido da morte, bem como pode levá-lo a acreditar em uma vida após a morte abençoada e completa. O presente estudo teve por objetivo investigar as atitudes perante a morte entre idosos casados e viúvos. Participaram da pesquisa dezoito idosos de ambos os sexos, com idades igual ou superior a 60 anos, a maioria integrante de centros de convivência, sendo dez deles casados e oito viúvos. Na coleta de dados, foi aplicada com todos os participantes a Escala de Avaliação do Perfil de Atitudes acerca da Morte – DAP-R. Num segundo momento, foram escolhidos aleatoriamente quatro dos idosos que responderam ao DAP-R, em ambas as condições de estado conjugal (casado e viúvo) e de ambos os sexos, para participarem de uma entrevista semiestruturada sobre suas atitudes e percepções relacionadas à morte. Os resultados principais revelaram que, para o grupo pesquisado, tanto por estado conjugal como por gênero, não houve diferenças significativas nas atitudes empregadas para o enfrentamento da morte. As atitudes mais comuns apresentadas foram aceitação neutra (aceitar a morte como um fato comum) e aceitação religiosa. A aceitação da morte como aproximação religiosa abrange a crença de que a morte trás tranquilidade e harmonia com Deus. Esta categoria apareceu nas duas condições pesquisadas e evidenciou a convicção religiosa dos participantes. Os entrevistados percebiam-se como mais próximos da finitude, preocupados com o possível sofrimento que poderia anteceder a morte, mas confiantes em uma continuação da vida em outra dimensão. Verificou-se ainda a crença na necessidade de se ter uma religião que valorize a vida após a morte. Conclui-se que a experiência religiosa pode contribuir para reduzir a ansiedade dos idosos perante a possibilidade de morte pessoal e do cônjuge.

Atitudes perante a Morte; idoso; viuvez; velhice.

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

DES - Psicologia do Desenvolvimento

COPING RELIGIOSO NA VELHICE FRENTE AOS ESTRESSORES DO ADOECIMENTO. *Lilian Maria Borges Gonzalez / Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Celilian Mendonça de Macêdo* / Curso de Psicologia, Universidade Católica de Brasília*

Com o avançar do processo de envelhecimento, o indivíduo torna-se mais suscetível a diversas doenças crônicas, que exigem mudanças no estilo de vida e um cuidado rígido e vigilante de sintomas e sinais da doença para evitar agravamento da condição clínica e prejuízos nas capacidades funcionais. Existem ainda, para os idosos, riscos socioemocionais decorrentes do adoecimento, tais como dependência do cuidado de outros, perda da autonomia, isolamento social e depressão. As estratégias de coping empregadas pelos idosos diante das perdas, ameaças e desafios impostos pela enfermidade frequentemente estão vinculadas às suas crenças e comportamentos religiosos. As experiências religiosas e espirituais podem atuar como um suporte para o idoso no enfrentamento da doença, contribuindo para seu bem-estar psicológico, embora a religião também possa ter um efeito limitador quando, por exemplo, crenças e práticas desta natureza são utilizadas para justificar comportamentos substitutivos ao tratamento médico. Mostra-se, portanto, necessário compreender como o fenômeno religioso pode favorecer ou prejudicar o tratamento de doenças crônicas em diferentes momentos do ciclo de vida. O presente estudo objetivou identificar as estratégias de coping religioso, no sentido dado por Pargament, utilizadas por idosos com doenças crônicas, de modo a compreender como estes empregam a religiosidade e a espiritualidade ao lidarem com estressores relacionados ao adoecimento. Participaram da pesquisa três mulheres, com idades entre 60 e 77 anos, com diagnóstico de Diabetes Mellitus, que professavam orientações religiosas distintas, sendo uma delas católica, outra espírita e outra evangélica. Utilizou-se como instrumentos um roteiro de entrevista semiestruturada elaborado para a pesquisa e a Escala de Enfrentamento Religioso para Idosos - EER. Os dados das entrevistas foram analisados através da Análise de Conteúdo. As participantes apresentaram, como modos de lidar com o progresso e tratamento do diabetes, a fé em Deus e as práticas religiosas, correspondentes, respectivamente, a crença na existência e no poder de um Ser superior e a emissão de comportamentos de cunho religioso que propiciavam alívio do sofrimento, sobretudo orações, leituras religiosas e frequência a cultos e missas. Elas verbalizaram que este tipo de coping colaborava para alívio de angústias, aumento da fé e fortalecimento diante das dificuldades. Na EER, todas as entrevistadas apresentaram maior pontuação quanto aos estilos de enfrentamento colaborativo (busca soluções dos problemas em parceria com Deus mediante preces e orações, visando respostas as suas petições) e delegante (outorga responsabilidade a Deus, esperando passivamente que Ele resolva os problemas) e menor pontuação em relação ao enfrentamento autodirigido (acredita que Deus proporciona os recursos necessários para que a pessoa dirija sua própria vida). Além dos dados da EER, observou-se ainda, mediante dados da entrevista, outra categoria que foi nomeada “mérito pelo sofrimento” (vê o sofrimento como necessário para ter sucesso e acredita que, no final, terá uma recompensa), a qual merece ser melhor investigada em estudos posteriores. O coping religioso pode contribuir para subsidiar ações de profissionais de saúde que assistem idosos na busca por procedimentos que favoreçam o tratamento e a qualidade de vida em diversos contextos de prevenção e tratamento de doenças.

Coping religioso, idosos, doenças crônicas.

Sem financiamento.

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

DES - Psicologia do Desenvolvimento



O DEUS DAS CRIANÇAS. *Nicole Bacellar Zaneti ** / Instituto de Educação Superior de Goiás - IESGO). Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino / Instituto de Psicologia- Programa de Pós-graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde- Universidade de Brasília.*

No seu curso de vida, e até mesmo desde sua concepção, a criança vive imersa em diversos contextos, tornando-se membro de uma cultura, no seio de uma família, de comunidades e da sociedade, desenvolvendo a linguagem, construindo concepções, valores e crenças, típicos dessa cultura. Os contextos fundamentais da criança são a família e a escola, principais lugares de educação de crianças. O objetivo deste trabalho foi o de compreender o processo de construção das concepções de Deus por crianças da educação infantil e como a escola e a família participam desse processo. Esta pesquisa, de cunho qualitativo, se fundamenta na perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento, baseando-se principalmente nas abordagens de Vygotsky e Wallon. Participaram da pesquisa 8 crianças entre 4 e 5 anos, de uma escola pública de educação infantil de Brasília e seus responsáveis, sua professora e a coordenadora da escola. Averiguamos tais concepções por meio de procedimentos de observação, da conversação com as crianças, através de sua narrativa, relações e desenho, tanto em atividades individuais quanto coletivas, e investigamos o contexto da escola através da observação e da pesquisa documental, e os contextos das famílias, da professora das crianças que participaram da pesquisa e da coordenadora pedagógica da escola, por meio de entrevistas. Sobre o material transcrito, realizou-se análise de conteúdo, nos moldes descrito por Bardin. Verificou-se que as crianças tendem a referir-se a Deus como “O Deus”, o que já mostra uma das concepções de Deus por elas, que é a de um Deus masculino, como ilustrado por uma das falas: “É, Ele é o Deus, Ele quem criou a gente, as comidas, o Deus criou a comida, criou uma árvore que dá pé de verdura, de coisa, entendeu?” (Mateus, 4 anos e 11 meses). Outras concepções que apareceram nos resultados da pesquisa pelas crianças foram: Deus como punitivo, como pai, antropomórfico, criador, onipresente, ou seja, características que se relacionam ao Cristianismo. Deste modo, a pesquisa contribuiu na compreensão de que a construção das concepções de Deus pelas crianças é um processo, em que a criança é ativa, sendo que suas concepções se desenvolve também em relação com os outros. Dessa forma, não se trata de a escola e a família assumirem a postura de ensinar concepções de Deus à criança, e sim de construírem juntamente com ela essas concepções, abrindo zonas de desenvolvimento proximal, criando possibilidades para a criança falar sobre o tema.

Concepções de Deus; criança; psicologia do desenvolvimento.

CAPES

Mestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento

RELIGIOSIDADE E VALORES EM ADOLESCENTES DE UMA CIDADE DO TRIÂNGULO MINEIRO – BRASIL. *Izabel Cristina Taceli, Marta Helena de Freitas – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Católica de Brasília.*

Em estudos contemporâneos tem sido raro encontrar pesquisas sobre a religiosidade em adolescentes. Entretanto, os estudos pioneiros em Psicologia da Adolescência deram a devida atenção este assunto. Stanley Hall, por exemplo, enfatizou a experiência de conversão religiosa como normativa em adolescência. No Brasil, e mais especificamente no estado de Minas Gerais, a religiosidade urbana, nos últimos anos, tem se redefinido segundo novos contornos, de modo que o adolescente está diante de um contexto religioso também permeado por diferentes credos e escolhas religiosas. Este estudo, de caráter interdisciplinar, teve como objetivo investigar a religiosidade e os valores em adolescentes de uma cidade do Triângulo Mineiro. Pautou-se sobre contribuições teóricas vindas da psicologia do desenvolvimento, psicologia da religião, psicologia social e fenomenologia, articuladas no esboço da teoria do desenvolvimento da religiosidade proposto por AmatuZZi. A metodologia, qualitativa, consistiu de entrevistas conduzidas numa perspectiva fenomenológica, combinadas com o emprego de um questionário sobre valores e orientações religiosas na adolescência, desenvolvido por um grupo de investigação suíço-alemão e recentemente adaptado para o Brasil por Amberge e colaboradores. Participaram desta pesquisa dez adolescentes, seis meninas e quatro meninos, sendo cinco estudantes de uma escola pública e outros cinco de uma escola privada. Este estudo, de caráter exploratório, constituiu-se numa análise qualitativa minuciosa e permitiu o aperfeiçoamento do instrumento para novas pesquisas. Observou-se que as meninas tendem a dar ainda mais importância à religiosidade do que os meninos. Entretanto, para ambos os sexos, registrou-se relações positivas entre a religiosidade e os valores dos adolescentes, em especial: valorização da família, das amizades, dos estudos, consciência política e autonomia de pensamento. Sugerem-se mais estudos sobre o assunto no contexto brasileiro, o que poderá ser feito empregando-se o mesmo instrumento que foi aperfeiçoado a partir desta primeira experiência exploratória, o qual deve continuar sendo burilado para tais fins.

Religiosidade; valores; adolescência; Minas Gerais; Triângulo Mineiro; Psicologia da Religião.

CAPES

Mestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento

RELIGIOSIDADE / ESPIRITUALIDADE E VALORES EM ADOLESCENTES BRASILIENSES. *Janaina Bahia Oliveira Barrêto, Marta Helena de Freitas / Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Católica de Brasília.*

A adolescência é a fase crucial do desenvolvimento da identidade, sendo que a religiosidade costuma ser um dos aspectos geradores de mobilizações importantes e significativas ao longo deste processo, tendo sido objeto de atenção dos pioneiros neste campo. Entretanto este tema tem sido pouco estudado na contemporaneidade, mesmo num contexto onde a religiosidade se faz tão presente na cultura e na vida das pessoas, como é o caso do Brasil, como tem demonstrado os censos demográficos nacionais. Brasília, contexto onde se desenvolve o estudo aqui relatado, tem sido conhecida pela sua forte áurea mística, abrigando uma diversidade de templos e comunidades religiosas, sendo que em muitas delas se destaca a participação da juventude brasiliense, a despeito também da influência do processo de secularização. Devido a essa diversidade, considera-se relevante investigar as relações entre a religiosidade e os valores destes jovens, sendo este o objetivo deste estudo, de cunho qualitativo e exploratório. Foram participantes deste estudo oito jovens, quatro do sexo feminino e quatro do sexo masculino, com idade entre 15 e 17 anos, sendo um menino e uma menina de cada uma das seguintes religiões: católica apostólica romana, evangélica neopentecostal, espírita kardecista e agnósticos. Como metodologia de investigação, empregou-se entrevistas individuais e em grupo, complementadas com a aplicação do Questionário de Religiosidade e Valores na adolescência, elaborado por um grupo de pesquisadores na Alemanha e Suíça, e adaptado para o Brasil por Amberge, e posteriormente readaptado por Tacelli. Adotou-se postura fenomenológica na condução das entrevistas e organização dos dados e empregou-se os pressupostos apresentados no esboço de uma teoria do desenvolvimento religioso de AmatuZZi. Para a organização e análise dos resultados avaliou-se cinco eixos temáticos, para os quais foram identificados seus respectivos aspectos variantes e invariantes entre os adolescentes estudados, encontrando-se, para cada um, os seguintes principais resultados: 1) Religiosidade / espiritualidade e família: os adolescentes tendem a seguir a mesma religião dos pais, embora os mais velhos se mostrem mais críticos quanto a isso; 2) Religiosidade / espiritualidade e círculo social: tendência ao respeito à diferenças religiosas, a despeito da divergência com alguns colegas de outras religiões; valorização da amizade e dos laços familiares; 3) Religiosidade / espiritualidade e questões sociais e políticas: tendência a afirmarem que não entendem muito de política e/ou a não confiarem nos políticos; posicionamento crítico em relação à sociedade, por impor regras, limitar a liberdade e ser preconceituosa; 4) Vivência pessoal da Religiosidade / espiritualidade: maior tendência, entre os que são religiosos, de se auto descreverem como gentis e solidários, enquanto os não religiosos tendem a se descreverem como mais racionais. A partir da experiência com as entrevistas e retorno sobre as questões do questionário, foram realizadas algumas sugestões de aperfeiçoamento no instrumento, visando sua aplicação em maior escala. Sugere-se ainda a realização de mais pesquisas na área, estendendo-se para outras regiões do país e permitindo compreender o papel da religiosidade na constituição dos valores dos jovens, e sua respectiva variabilidade em termos sociais e regionais.

Religiosidade; espiritualidade; valores; adolescência; Brasília; Psicologia da Religião.

CAPES/PROSUP

Mestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento



VIVER AOS CEM ANOS: ESTUDOS DE CASO SOBRE A VIVÊNCIA DO TEMPO E A RELIGIOSIDADE. *Luciana Melo Martins e Marta Helena de Freitas – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Católica de Brasília.,*

O desenvolvimento de pesquisas sobre o envelhecimento humano vem merecendo destaque, uma vez que a população brasileira e mundial está envelhecendo. Considerando a acentuada queda da taxa de mortalidade infantil e da taxa de fecundidade, as quais veem oco Longevidade; religiosidade; temporalidade.

CAPES/PROSUPMestrado - M

DES - Psicologia do Desenvolvimento



Sessão Coordenada 74 - **RELIGIOSIDADE E PROCESSOS IDENTITÁRIOS**

DESEJO DE SER: O OUTRO ESPIRITUAL COMO CONSTITUINTE DO SUJEITO.

*Daniela Bueno de Oliveira Américo de Godoy** (Departamento de Psicologia, Laboratório de Etnopsicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP); José Francisco Miguel Henriques Bairrão (Departamento de Psicologia, Laboratório de Etnopsicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP)*

A afiliação religiosa dos umbandistas normalmente requer processos iniciáticos. Esses processos de desenvolvimento mediúnicos possibilitam a reconfiguração da posição subjetiva devido a novas combinatórias simbólicas. Trata-se de uma dinâmica relacional que, ao inserir o médium na posição de filho, provê, pelo sagrado, uma prática de cuidado viabilizada principalmente pelo transe de possessão. A aplicação da topologia ao universo umbandista possibilita que médium e mundo dos espíritos possam ser referenciados a posições enunciativas que se alternam numa mesma estrutura. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar a relação entre uma médium e seus espíritos pessoais tal qual suportada pela estrutura da garrafa de Klein, uma superfície topológica. Com base no método etnográfico, que envolve a observação participante, entrevistas abertas e utilização de diário de campo, foi realizado um estudo de caso com uma médium de umbanda e seus principais espíritos pessoais, a fim de, a partir do referencial teórico lacaniano, ensaiar modelagens topológicas que pudessem ser representativas da possessão umbandista. Os resultados apontam que, para esta médium, são esses espíritos que lhe dizem quem ela é a partir de narrativas que entrecruzam traços característicos de sua vida e de cada um deles. A repetição dos elementos “ar” e “fogo” – que neste sistema simbólico remetem aos orixás Iansã e Elegbara, respectivamente – combina em seu ser marcas significantes deste “casal parental” que se mostram em seu jeito “tempestivo” e “explosivo”. Se, por um lado, esta combinação aponta para uma personalidade “destrutiva”, porque marcada por traços agressivos; por outro, a ação particular de cada espírito parece amenizar e contrabalançar essa tendência, invertendo essa trama aparente de significação. O exu enquanto potência criadora e curativa; o boiadeiro enquanto fogo petrificado, remetendo a uma solidez dos atos; a preta-velha que aponta para o mar como possibilidade de transcender queimaduras e a cabocla enquanto conjugação das forças das águas do rio e do mar tecem poeticamente outros sentidos que, pela composição com características significantes de diversos orixás aí presentes, suavizam e modulam o fogo que a constitui. Iansã aparece na lógica enunciativa desses espíritos ao circunscrever uma dinâmica de movimento comum a eles (médium e espíritos). Nas palavras da médium, “o vento não para”; logo, ela não se define em função de um ou outro orixá. São as combinatórias significantes que se dão em diversos planos – como o da narrativa, o do ato, o da imagem – que levam a uma apreensão do cálculo do sujeito da enunciação frente aos supostos imperativos oriundos deste sistema simbólico, que é constituinte do sujeito desejante. A partir da topologia da garrafa de Klein, definida por uma torção que especifica o tipo de continuidade estrutural, conclui-se que o desejo – relativo ao processo de vir a ser da médium – se constitui na conjunção relativa à voz imperativa do sistema umbandista, apresentada na forma de espíritos que dizem sobre o ser da médium; e relativa à fala do sujeito, consubstanciada na sua posição subjetiva perante o enunciado dos espíritos.

umbanda, alteridade, psicanálise e religião

FAPESP

Doutorado - D

RELIG - Psicologia da Religião

RELIGIOSIDADE E IDENTIDADE POSITIVA NA ADOLESCÊNCIA. *Luciana Fernandes Marques (Pós-graduação Ensino na saúde, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul), Débora Dalbosco Dell’Aglío (Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul).*

Atualmente, tem aparecido um renovado interesse sobre o papel da espiritualidade no desenvolvimento do adolescente relacionando afiliação religiosa e indicadores de desenvolvimento psicológico positivo e encontrando resultados que sugerem que o envolvimento religioso age como uma fonte de suporte, resiliência, encorajamento, enfrentamento, satisfação e valores. O interesse atual pelo desenvolvimento humano integral, enfatizando os aspectos positivos, tem servido de contexto para a busca de conhecer melhor a religiosidade/espiritualidade na juventude e aplicar as conclusões no universo de jovens que podem encontrar na dimensão espiritual um apoio para seu desenvolvimento como um todo. Considerando que na faixa etária da adolescência a formação da identidade é a tarefa principal do desenvolvimento e a religiosidade tem sido apontada como fator de proteção, este trabalho tem como objetivo observar as relações entre religiosidade e identidade positiva na juventude brasileira. Para tanto, foram realizadas análises a partir de um banco de dados da Pesquisa sobre a Juventude Brasileira, a partir do questionário desenvolvido por Koller, Cerqueira-Santos, Moraes e Ribeiro. Foram utilizados os dados de 7572 questionários respondidos por jovens de 14 a 24 anos (média 16,15 anos e desvio padrão de 1,82), de ambos os sexos, 45,4% do sexo masculino e 54,4% do sexo feminino, e de nível sócio-econômico baixo. A amostra total foi composta por habitantes de várias regiões do país, entre elas as cidades de: Recife (14,5%), São Paulo (13,2%), Porto Alegre (12,6%), Campo Grande (12,3%), Distrito Federal (11%), Belo Horizonte (8,9%), Presidente Prudente (12,6%), Arcos (5,7%), Maués (1,6%) e Manaus (2,2%). As questões avaliadas para este estudo foram a de uma escala de religiosidade e outra escala sobre identidade positiva. Foi observado que ambas variáveis apresentam diferença entre meninos e meninas, sendo que as meninas apresentam médias mais altas na Escala de Religiosidade e também na Escala de Identidade Positiva. Dada a importância do tema da identidade na adolescência, esta pesquisa suscitou inúmeros questionamentos como: Qual a interpretação mais correta da associação positiva da identidade com a religiosidade? Isso significa uma resolução saudável da chamada crise de identidade da adolescência? Seria o envolvimento com a religião um recurso a auxiliar na crise de identidade? É possível que os jovens tenham buscado a religião para “olharem-se com outros olhos”? Nesta amostra, foi enfatizada a questão institucional em função das perguntas da escala que remetem à importância da religião, frequentar encontros religiosos e buscar ajuda da instituição religiosa. Pode-se perceber que os jovens deste estudo têm a religiosidade/espiritualidade como uma dimensão de importância nas suas vidas. Os dados apontam para a influência positiva da religiosidade na identidade e na noção que os jovens possuem (ou estão formando) de si mesmos. A partir das ideias dos autores revisados, no entanto, destaca-se que o envolvimento religioso não pode ser considerado fator protetor absoluto, já que em certos contextos e frente a características individuais o impacto pode ser negativo.

religiosidade, adolescência, identidade

não houve apoio financeiro

Pesquisador - P

RELIG - Psicologia da Religião



MULHER E MÃE (DE SANTO): CONSTRUÇÕES DE FEMINILIDADE NA “PASSAGEM DO BASTÃO”. *Mariana Leal de Barros** (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- Departamento de Antropologia-Universidade de São Paulo-SP)*

A umbanda é o pano de fundo para a análise de como mulheres médiuns de umbanda elaboram sua feminilidade por meio das entidades espirituais. O objetivo desta pesquisa é refletir a respeito de como estes espíritos “presentificam-se” no cotidiano de suas médiuns e podem se configurar como valiosos artífices para elaboração de gênero. Para isso, o caso de V., médium de umbanda, 33 anos, solteira, mãe de uma adolescente e microempresária, que viu sua vida se transformar quando teve que assumir a chefia do terreiro de sua mãe é apresentado. V. não contava com esta “herança”, e referia querer ser apenas uma mulher “normal”. A passagem do bastão, como se costuma dizer no campo afro-brasileiro, se deu por meio de mensagens das entidades espirituais incorporadas no terreiro após a morte de sua mãe, que em vida não lhe prestou qualquer ensinamento. Trata-se de um estudo de caso analisado a partir das contribuições da teoria de gênero de Judith Butler em diálogo com a psicanálise. A colaboradora foi entrevistada ao longo de três anos, desde a morte de sua mãe, dando origem a um material de oito horas de entrevistas analisadas qualitativamente. Verificou-se que a herança do cargo de mãe-de-santo fez com que V. necessitasse reestruturar a sua vida, bem como a maneira como se pensa “mulher”, um percurso que ocorreu em articulação direta com as suas entidades espirituais. É notável um processo gradual de construção de identidade com destaque para a elaboração da sua feminilidade, que, a depender do momento, “migra” entre o ser “mãe” e o ser “mulher”, com episódios em que estes papéis colidem e entram em conflito. Judith Butler oferece terreno consistente para discutir este caso, principalmente ao considerar, em primeiro plano, a discussão das binaridades performatizadas pelos corpos femininos dicotomizados entre o ser ‘mãe’ e o ser ‘mulher’. Em diálogo com a autora, é interessante perceber como este estudo de caso apresenta tanto aspectos que repetem os tradicionais papéis sexuais, quanto os subverte, seja da parte da médium, seja de suas próprias entidades. O relato é tomado como ponto de partida para analisar como se processam identificações, projeções, espelhamentos e construções de vínculos afetivos entre a médium e as entidades espirituais com as quais interage. Assim, pretende-se contribuir para o amplo campo das teorias de gênero que se desenvolvem interdisciplinarmente, bem como para os estudos das religiosidades afro-brasileiras.

gênero, religiosidade afro-brasileira, umbanda

FAPESP

Pós-Doutorado - PD

RELIG - Psicologia da Religião

AFILIAÇÃO RELIGIOSA E PROCESSOS IDENTITÁRIOS NO CANDOMBLÉ DE NAÇÃO ANGOLA. *Veridiana Silva Machado ** (Laboratório de Etnopsicologia, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto-SP); José Francisco Miguel Francisco Henriques Bairrão (Laboratório de Etnopsicologia, Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto-SP)*

A religiosidade afro-brasileira não tem sido muito estudada no campo da psicologia da religião. Ela pode contribuir expressivamente para a disciplina, nomeadamente em relação aos processos identitários. O Candomblé – ao dar um lugar ao sujeito na família de santo e pelo fato de as divindades elas próprias poderem se situar como participantes e integrantes dessa família em sentido lato, seja na posição de pai, de mãe, de filho ou de irmão – proporciona uma reconfiguração subjetiva ao ampliar as possibilidades combinatórias acerca do processo de constituição identitária do fiel. Subdividindo-se em nações, que originalmente remetem a diferentes regiões africanas, mas que hoje se abstraíram em modalidades de culto com algumas diferenciações entre si, o Candomblé não é único. O da nação Angola apresenta a originalidade de um culto específico a uma manifestação do divino identificada ao Tempo. Esse Nkisi, restrito aos fundamentos litúrgico-religiosos dos bantus, é considerado patrono desta nação. O objetivo deste estudo foi investigar, mediante um estudo de caso, a incidência desta divindade sobre os processos identitários na rede familiar de uma auxiliar do líder espiritual do terreiro Viva Deus, situado em Salvador, Bahia. A partir da perspectiva etnopsicológica, por meio da qual se acredita que os grupos étnicos produzem explícita ou implicitamente etnoteorias psicológicas, recorreu-se a procedimentos etnográficos como entrevistas semiestruturadas, observação participante e anotações em diário de campo. Makota Itana, uma auxiliar do pai de santo e iniciada no Candomblé há quarenta e seis anos, é uma figura reconhecida e respeitada pelos outros terreiros desta cidade. Filha de um casamento entre um branco e uma negra narra que no início de sua infância sua mãe decidiu abandonar o marido católico para poder se dedicar ao Candomblé, levando com ela seus seis filhos. Se nesta época não compreendia essa escolha materna, atualmente afirma que Tempo foi o responsável por essa transformação familiar. Uma vez mãe de santo, sua mãe casou-se novamente com um homem que, além de padrasto, também era seu pai de santo. Foi ele quem confirmou sua função de auxiliar religiosa do Nkisi Tempo de sua mãe de santo (e biológica). Embora filha de outra divindade, é a Tempo que recorre, reconhecendo-o como pai, filho, advogado e rei. Para ela, é a divindade mais presente na vida humana visto que toda ação é uma ação de Tempo e no tempo. Pôde-se perceber que o Nkisi Tempo fala e interage incisivamente no âmbito da vida social e familiar. Para Itana, Tempo é “alguém” capaz de proteger e preservar a família, em consonância com os valores do Candomblé, promovendo novas produções de sentido, de identidade e sendo razão para diversos fatos ocorridos que, segundo a mesma, transformaram a sua vida pessoal, como a de sua família. Concluiu-se que os processos identitários nesta família (que inclui a de santo) são atravessados pelos sentidos atribuídos a Tempo e que são organizados de uma maneira coerente com o sentido social e espiritual que o Candomblé Angola atribui à família, a qual reúne ancestrais e contemporâneos, homens e deuses, vivos e mortos.

etnopsicologia, psicologia e religião, candomblé
CAPES

Mestrado - M

RELIG - Psicologia da Religião

ESTRADAS SEM FIM: A LINHA DO ORIENTE E O POVO CIGANO NA UMBANDA.

*Lívia Alves dos Santos Macedo** (Laboratório de Etnopsicologia, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto-SP);
José Francisco Miguel Francisco Henriques Bairrão (Etnopsicologia, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto-SP)

A umbanda transforma grupos sociais em símbolos religiosos carregados de significados psicológicos. As hipóteses tradicionais sobre a origem da umbanda supõem a preservação em seu culto de grupos subalternos da sociedade brasileira tais como indígenas e africanos escravizados, em geral entendidos como ancestrais da população contemporânea. Esse não é o caso do povo cigano; histórica e socialmente alheio à construção identitária do país. Conhecidos como um povo sem pátria, os ciganos são compostos de doze milhões de indivíduos dispersos pelo mundo e que ciosamente preservam a sua identidade e alteridade relativamente aos povos com os quais convivem. No Brasil, estima-se uma população de um milhão de pessoas, sendo sua primeira aparição histórica no século XVI junto com a corte portuguesa. Ainda assim, são invisíveis no plano político e social do país. Destacam-se apenas pelas roupas coloridas usadas pelas mulheres e pela representação artística, como sua música e danças disseminadas em muitos países ocidentais. No entanto, uma categoria espiritual conhecida como linha do Oriente e integrada basicamente por espíritos ciganos faz parte do corpus religioso umbandista. O objetivo da pesquisa foi caracterizar a representação dos ciganos no panteão umbandista. O método utilizado foi o etnográfico (pesquisa de campo em terreiro e consulta a entrevistas e registros audiovisuais de festas rituais de espíritos ciganos arquivadas no banco de dados do Laboratório de Etnopsicologia) e pesquisa bibliográfica referente à etnia cigana. Participaram do estudo espíritos ciganos e seus médiuns, por meio de registros etnográficos e entrevistas abertas. As entrevistas foram gravadas após o esclarecimento aos colaboradores sobre a pesquisa, mediante a apresentação de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram analisados a partir da identificação dos pontos de convergência, isto é, dos elementos que se repetiram nas narrativas transcritas e no diário de campo. Estes dados foram comparados com o que a literatura refere relativamente a outras categorias de espíritos, buscando encontrar as especificidades da representação do cigano na umbanda. Com base neste levantamento, estabeleceram-se tópicos no intuito de identificar sentidos explícita ou implicitamente associados regularmente a esse povo, que fornecessem pistas a respeito do papel da representação cigana neste imaginário. Dentre eles encontraram-se as sete linhas e a linha do oriente; autonomia e o pertencer ao grupo; relação de troca e a valorização de bens materiais; amor; liberdade; verdade; caminhos; cores vivas; festa; ouro; técnicas divinatórias; querer e mistério. Concluiu-se que a linha dos ciganos não acrescenta à umbanda sentidos inexistentes em outras categorias de espíritos. Ela reorienta significados já presentes no culto, numa perspectiva de futuro. Os espíritos ciganos interpelam os seus fiéis convidando-os a uma formulação clara do seu querer. Ao requerer que a pessoa se implique em suas próprias escolhas, o culto aos ciganos na umbanda contraria a posição subjetiva de vítima do destino. A relação com o porvir permite também certo devaneio, favorece o otimismo com o amanhã e alivia angústias e sofrimentos com o presente.

etnopsicologia, umbanda, ciganos

não houve apoio financeiro

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

RELIG - Psicologia da Religião

Sessão Coordenada 75 - **SAÚDE E ESPIRITUALIDADE: ENCONTROS E CONFLITOS**

A PRODUÇÃO EMPÍRICA NA BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE SOBRE RELIGIÃO E PSICOLOGIA. Virginia Turra ** (*Universidade Católica de Brasília, Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Brasília, Brasília-DF*).

Marta Helena Freitas (*Universidade Católica de Brasília, Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Brasília, Brasília-DF*)

O objetivo deste trabalho é analisar a produção de artigos empíricos integrantes do assunto 'Religião e Psicologia' na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), produzidos em bases de dados nacionais ao longo do século XXI. A pergunta que norteia o estudo é: quantas e quais são as produções empíricas publicados na base de dados nacionais da Biblioteca Virtual em Saúde, no assunto Religião e Psicologia do ano de 2000 até à atualidade? Como estratégia de pesquisa, realizou-se as seguintes etapas: levantamento de todas as referências (título, autores, resumo) da BVS classificadas como pertencentes do assunto 'Religião e Psicologia'; filtragem do tipo de publicação (artigos), da base de dados (nacional), de língua (inglês, português e espanhol), da disponibilidade do texto (apenas texto completo), leitura e classificação dos artigos (empírico/teórico), anotação das técnicas utilizadas nos artigos empíricos e discussão desta produção. Como resultados, obteve-se total de 46 artigos, dos quais cinco foram excluídos (três não tinham acesso ao texto completo, um não era artigo, um não dizia respeito ao tema psicologia e religião), obtendo-se 41 artigos para análise. Os artigos foram publicados em língua portuguesa (39) e espanhola (2), em 20 revistas diferentes Psicologia: Teoria e Pesquisa (4), Revista Mal-Estar e Subjetividade (4), Arquivos Brasileiros de Psicologia - Rio de Janeiro (2), Estudos de Psicologia – Campinas (2), Fractal Revista de Psicologia (2), Memorandum (2), Psic – Revista de Psicologia da Vetor Editora (2), Psicologia USP (2), Psicologia: Ciência e Profissão (2), Psicologia: Reflexão e Crítica (2), Psyche - São Paulo (2), Acta Paulista de Enfermagem (1), Ágora – Rio de Janeiro (1), Interação em Psicologia (1), Psico – Porto Alegre (1), Psicologia em Estudo (1), Psicólogo Informação (1), Vínculo (1). As publicações ocorreram nos anos de 2000 a 2012, em duas bases: Index Psi Periódicos Técnico-Científicos (36) e Bases de Dados em Enfermagem-Brasil (BDENF) (5). As estratégias de pesquisas, utilizadas isoladamente ou em conjunto, encontradas em 16 artigos empíricos foram: análise de conteúdo (de entrevista, de imagens, de movimentos de mensagens, diários de campo), aplicação de instrumentos específicos, análise estatística, entrevista (clínica, semiestruturada), estudos de caso, estudo etnográfico, grupo de partilha, história oral temática, observação do cotidiano e análise institucional. Tais técnicas fizeram referência teórico-metodológica à Psicanálise, Grupanálise, Fenomenologia, Método Laban, Hermenêutica-Dialética, Bardin e Psicologia Social. Discussão: em que pese a proporção ainda pequena de trabalhos empíricos, é notória a riqueza de possibilidades e a diversidade teórico-metodológica trazida nesta pequena amostra de trabalhos, publicados em 20 diferentes periódicos, demonstrando que o tema não ficou restrito em termos de linhas editoriais ou região do país. O campo da Religião e da Psicologia, nesta interface com a saúde, mostra-se generoso e aberto às possibilidades de pesquisas empíricas. Este estudo inicial seguirá no sentido de: listar e categorizar os instrumentos utilizados, aprofundar na análise das formas empíricas, incluir os estudos teóricos como objeto de análise, lançando ainda as perspectivas de analisar as interfaces do tema Religião e Psicologia em Saúde em bases internacionais.

religião, saúde, revisão

Pós-Doutorado - PD

RELIG - Psicologia da Religião

A RE-VOLTA DO KIKI. *Juliana Dal Ponte Tiveron***(Laboratório de Etnopsicologia, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto-SP, Mestranda bolsista FAPESP); *José Francisco Miguel Henriques Bairrão* (Laboratório de Etnopsicologia da FFCLRP, Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto-SP, Livre-Docente)

Em 1940, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), atual Fundação Nacional do Índio (FUNAI), proibiu a realização da 'Festa do Kiki' pelos indígenas Kaingang do Estado de São Paulo como medida epidemiológica de não propagação de doença, principalmente a gripe, que dizimava grande número de pessoas. A 'Festa do Kiki' ocorria uma vez por ano, na época da colheita do milho, produto essencial para fabricação da bebida 'kíki' (bebida de canjica com mel fermentada). Ela conjugava todos os grupos Kaingangs próximos, mesmo aqueles que estavam em conflitos uns com os outros. Seu objetivo era realização da homenagem aos mortos, para que esses, na condição de espíritos, deixassem de ameaçar os vivos, e também para que o nome do morto pudesse ser disponibilizado ao uso novamente. Durante a 'Festa do Kiki' cada um dos presentes executava uma dança que representava o seu nome, novos nomes lhes eram atribuídos e também realizavam ritual de iniciação de jovens. A memória social pode ser transmitida e conservada através de performances, como em cerimônias comemorativas e rituais, pois, o que se recorda nestas é a identidade, representada e contada numa metanarrativa. Além disso, a memória pode ser considerada como único recurso efetivo de acesso ao passado, sendo, portanto, guardião do tempo e da distância temporal. Contudo, além da memória e da história, há também a memória impedida devido ao traumatismo individual e coletivo. O presente trabalho tem o objetivo de entender, à luz desta concepção de memória social, tanto os efeitos da proibição de costumes indígenas (sobretudo a 'Festa do Kiki') nos remanescentes Kaingang do estado de São Paulo, quanto as suas maneiras de preservação e transmissão de seus costumes. O método utilizado neste estudo deriva da psicanálise lacaniana acrescida de técnica etnográfica. Os dados foram coletados por meio de entrevista com uma remanescente Kaingang e da observação das atividades da mesma no e para o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuïre, em Tupã, Estado de São Paulo. Os dados foram registrados em diário de campo, e as leituras sistemáticas possibilitaram a compreensão das marcas mnemônicas que mais se repetiram, bem como a identificação dos gestos e objetos significativos de rememoração. Tanto no Museu Índia Vanuïre, quanto na aldeia que reside, a entrevistada conta a história de seu povo, e canta em sua língua materna as canções que sua avó aprendeu, mesmo contra a vontade de sua progenitora. Além disso, coordena juntamente com sua mãe o ensino da dança, língua e artesanato Kaingang às crianças da aldeia e promove com elas apresentações de danças em eventos organizados principalmente pelo Museu Índia Vanuïre. Em relação à recuperação da 'Festa do Kiki' ressalta-se o papel desempenhado por indígenas Kaingang do sul do país, visto que ela tem ocorrido em algumas de suas aldeias desde a década de 80. Para além do passado, tanto a re-volta do Kiki quanto as atividades exercidas pela entrevistada almejam a transmissão da cultura Kaingang.

memória social, indígenas, etnocídio

CAPES/ FAPESP

Mestrado - M

RELIG - Psicologia da Religião

CAMINHOS ESPIRITUAIS E PRÁTICAS DE SAÚDE: HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MÃE DE SANTO EM UM TERREIRO DE UMBANDA EM PONTAL. *Juliana Barros Brant Carvalho***, Laboratório de Etnopsicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto -SP, Mestranda

O objetivo deste trabalho é, numa perspectiva teórico-metodológica fundamentada na etnopsicológica, discutir criticamente um estudo de caso de experiência religiosa em interface no campo da saúde. As práticas umbandistas mostram-se um campo importante para se pensar as práticas de saúde. Dentro este universo, a cura é uma forma de interação social baseada na relação do médium com os seus guias (entidades espirituais), em que ambos colocam-se a serviço da comunidade para tratar de enfermidades e amenizar os mais diversos tipos de sofrimento. O método utilizado é o da escuta participante, que busca descrever como se dão as experiências pelo ponto de vista do contexto afro-brasileiro, tendo como foco a rede de sentidos construídos coletivamente. Propõe-se a extensão das ferramentas teóricas da psicanálise à pesquisa de campo, mediante a utilização de técnicas etnográficas, a fim de valorizar a interação do pesquisador para apreender a lógica interna, raízes e concepções de vida de comunidades e grupos étnicos. Os dados foram coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas gravadas em áudio, da participação da pesquisadora na comunidade em festas e rituais gravados em vídeo, e anotações em caderno de campo, devidamente autorizadas pela participante e líder do terreiro, Dona Helena, uma mãe de santo de 75 anos, de um terreiro tradicional situado em Pontal. Discute-se, a partir deste estudo de caso, que durante muito tempo acompanhando a sua mãe no hospital. Depois do contato com a Umbanda, e a cura da mãe, aos seus 14 anos, teve a oportunidade de acompanhar cotidianamente as práticas de uma mãe de santo, até tornar-se herdeira do cargo de dirigente do terreiro. As experiências de saúde/doença que são elementos fundamentais para a iniciação religiosa e o envolvimento com a comunidade. A religiosidade é vivida no corpo do médium, em que as doenças, muitas vezes graves, são interpretadas como uma necessidade de desenvolvimento mediúnico. Os rituais que levam à cura podem situar a pessoa em relação aos guias espirituais, colocando sobre o médium uma série de responsabilidades e obrigações, regendo um modo de vida e interpretando as situações de doença/saúde a partir de significados particulares. A história do terreiro, portanto, está diretamente ligada à trajetória da líder espiritual, principalmente devido às vivências concretas de saúde/doença, compondo-se uma rede de apoio e solidariedade que integra outros terreiros de Umbanda e também outros cultos religiosos, como Candomblés de nações distintas, os quais se comunicam e compartilham entre si aproximações e trocas. A Umbanda aparece como uma religião maleável, em que não é possível categorizar suas práticas de maneira estanque, pois há muita variabilidade tanto na forma como as entidades espirituais se apresentam assim como nos elementos e rituais propriamente do culto. Como considerações finais, nota-se uma capacidade de inclusão que se destaca socialmente como fortalecimento da comunidade afrodescendente em torno de um ou mais terreiros.

etnopsicologia, psicanálise, espiritualidade

Mestrado - M

RELIG - Psicologia da Religião

O CUIDADO EM SAÚDE NA UMBANDA: A LEGIÃO BRANCA MESTRE JESUS.

*Daniela Torres de Andrade Lemos** (Laboratório de Etnopsicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Mestranda, Bolsista CAPES); José Francisco Miguel Henriques Bairrão (Laboratório de Etnopsicologia da FFCLRP, Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto-SP, Livre-Docente)*

Sabe-se que o cuidado em saúde é meio de conversão à umbanda e importante aspecto do ritual umbandista. O objetivo deste trabalho é descrever o cuidado em saúde oferecido em um importante terreiro da região de Ribeirão Preto, a Legião Branca Mestre Jesus, sua maneira de interpretar cada tipo de doença e o procedimento indicado para cada caso. O terreiro escolhido é de grande influência para o culto umbandista da região, além de dedicar-se especificamente às práticas rituais de cura. A metodologia envolveu observação participante, registros em diário de campo, entrevistas individuais com médiuns e frequentadores. A análise dos dados baseou-se na literatura sobre saúde e religiões afro-brasileiras e na escuta de base psicanalítica aos significantes que emergem do campo e suas repetições, sem atribuir significados externos ao fenômeno. A organização do cuidado divide-se entre crianças e adultos, que são atendidos separadamente. Há também separação segundo um critério próprio de “nível de gravidade” de cada doença, segundo o grau de comprometimento espiritual e influência negativa de outras entidades. Os consulentes podem ser encaminhados para os diversos níveis de tratamento, que vão desde o cruzamento (ritual mais simples) até um ritual de esquerda (ritual mais elaborado, onde os médiuns incorporam exus e pomba-giras, visto como “mais forte”). Além de passar por um tratamento específico para sua doença, o consulente pode ser visto como um médium “não desenvolvido” e, nesse caso, além de passar por algum dos diversos procedimentos de cuidado, terá que se iniciar e se desenvolver no culto como forma de tratamento à sua doença. As formas de interpretar a doença envolvem uma interpretação particular do funcionamento do corpo e da mente, como relacionado às concepções umbandistas, como a relação com as diversas linhas de entidade e funcionamento de chacras. O processo de cura requer, em qualquer caso, comprometimento com o culto e responsabilização do doente: as interpretações para o adoecimento sempre envolvem algum tipo de ação ou modificação da conduta necessária por parte do doente e requer frequência ao culto pelo menos por algum tempo. Em muitos casos, a recomendação é que se inicie como médium e passe a ajudar no cuidado ritual a outros consulentes. Dessa maneira, na concepção de doença particular deste Centro, não há cisão entre o doente e aquele que cura. Ao longo deste envolvimento com o culto (seja como médium ou não), outros aspectos relacionados à memória social e à identidade foram levantados, como uma reelaboração da noção de pertencimento a uma família, assim como elementos da identidade nacional e étnica. Isto leva a crer que, no caso da Legião Branca Mestre Jesus, a cura espiritual envolve também uma ressignificação de si mesmo.

Etnopsicologia, cultos afro-brasileiros, religião e saúde

CNPq

Mestrado - M

RELIG - Psicologia da Religião



TERAPÊUTICAS XAMÂNICAS E PSICANALÍTICAS: LIMITES EPISTEMOLÓGICOS DA ANALOGIA ENTRE PROCESSOS DE CURA. *Tássia Nogueira Eid Mendes***(Departamento de Filosofia e Metodologia da Ciência da UFSCar, Mestranda)

O interesse da psicanálise pela antropologia pode ser verificado desde sua consolidação como disciplina. Dentre as trocas feitas entre antropologia e psicanálise a que nos interessou, especialmente, foi a analogia feita por Lévi-Strauss entre terapêutica psicanalítica e terapêutica xamânica, em textos publicados no final dos anos quarenta. Tal momento foi marcado, por parte da psicologia, pelo interesse de Jacques Lacan pela antropologia estrutural de Lévi-Strauss. Assim, a comparação da psicanálise com o xamanismo, longe de ser uma afirmação leviana, teve a atenção de Lacan. Na supracitada analogia levistraussiana, pode-se captar o que seu autor entendia por psicanálise e, conseqüentemente, algumas das implicações da adoção de um itinerário antropológico estruturalista no campo psicológico. A partir dessa constatação, o presente estudo, de cunho teórico e orientado pela metodologia de análise epistemológica empregada em filosofia das ciências (como por exemplo em G. Bachelard), teve por objetivo a análise da proposição da psicanálise como xamanismo e de suas conseqüências para a obra de Jacques Lacan. Como resultado de nossa investigação aferimos que tal analogia, dentro de uma perspectiva levistraussiana, apresenta dois problemas para o corpo teórico lacaniano. Em primeiro lugar, Lévi-Strauss apresenta a psicanálise como técnica de cura, categoria que em antropologia estrutural é contingente a uma dada cultura, portanto, a psicanálise carece de um estatuto verdadeiramente científico. Tal conseqüência, entretanto, pode ser refutada: ao comparar as terapêuticas xamânicas e psicanalíticas, técnicas de sociedades culturalmente muito distantes, Lévi-Strauss indicaria uma operação subjacente passível de generalização. Trata-se da eficácia simbólica, propriedade que atestaria a agência do social sobre o biológico, uma operação que colocaria feixes duais e homólogos, como processos orgânicos e psiquismo, não só em relação, mas numa interação manipulativa de um sobre o outro. Não obstante, a agência do social sobre o biológico se pauta em uma concepção de estrutura problemática dentro de uma abordagem psicanalítica, nos conduzindo, em nossa análise, ao segundo problema da comparação entre xamanismo e psicanálise. O social, dentro da abordagem levistraussiana, ainda que plural, tem os seus sistemas organizados pelo que o autor chama de coações mentais da ordem do mundo físico. Desse modo, quando o social se exerce sobre o orgânico ele prescreve determinações de duas ordens: uma determinação contingente à multiplicidade cultural e uma determinação natural. Como conseqüência, mesmo que exista uma pluralidade cultural das patologias, haveria um certo princípio geral na manipulação dessas. Esse princípio geral de cura universal coloca-se como estranho à psicanálise de Lacan, devido ao seu caráter ético-ontológico. Esses resultados parecem justificar o afrouxamento dos modelos estruturalistas feito por Lacan e demonstram o limite da analogia entre cura psicanalítica e xamânica. Por último, tais constatações nos levaram a considerações preliminares acerca da última fase lacaniana, em que o autor substituiu a concepção de cura por experiência psicanalítica, posicionando sua disciplina na dicotomia entre pressupostos universalistas e culturalistas.

xamanismo, psicanálise, eficácia simbólica, Lévi-Strauss, Lacan

CAPES/CNPq

Mestrado - M

RELIG - Psicologia da Religião

Sessão Coordenada 76 - **SEXUALIDADE HUMANA EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS: SEXUALIDADE FEMININA, DOENÇAS CRÔNICAS E ARRANJOS FAMILIARES HOMOAFETIVOS**

VIVÊNCIAS DA SEXUALIDADE NOS TRANSTORNOS ALIMENTARES: UM ESTUDO DE CASO. *Carolina Leonidas, Manoel Antônio dos Santos (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo)*

Adolescentes e jovens adultas acometidas por Transtornos Alimentares (TAs), sob a ótica da psicanálise, apresentam pouca capacidade de lidar com afetos potencialmente desestruturantes e acabam fazendo uso de mecanismos defensivos arcaicos para evitar desestabilizações emocionais que ameaçam escapar ao controle racional. Os afetos não podem ser simbolizados e, defensivamente, são ejetados do aparelho mental, sendo reduzidos à sua pura expressão somática. A dificuldade de simbolização decorrente relaciona-se à impossibilidade da adolescente se individuar, mantendo-se psicologicamente fundida à mãe. A fusão psíquica e decorrente angústia de separação em relação à figura materna também estão relacionadas às representações inconscientes da feminilidade: a irrupção da sexualidade na adolescência leva a menina a vivenciar um luto pela perda do corpo infantil que, assim como os pais da infância, está sendo deixado para trás. Levando em consideração esses pressupostos, este estudo teve como objetivo investigar a vivência da feminilidade e da sexualidade em uma adolescente de 16 anos com diagnóstico de Anorexia Nervosa, buscando estabelecer relações entre esses aspectos de personalidade e os sintomas que caracterizam o quadro psicopatológico. Participaram da pesquisa Sofia (nome fictício), que se encontrava em seguimento no Grupo de Assistência em Transtornos Alimentares (GRATA) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (HC-FMRP-USP), e seus respectivos pais (entrevistados em separado), configurando a tríade de análise. Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram: roteiro de entrevista semiestruturada e diário de campo. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas na íntegra para análise de conteúdo temática. Os resultados indicaram que a insatisfação com a vida sexual, relatada por Sofia, parecia remeter às ambivalências comuns da adolescência, que envolvem os estímulos libidinais para a heterossexualidade – modulados pela necessidade de gradativa separação psíquica em relação à figura materna – versus o desejo inconsciente de manter-se simbioticamente vinculada à mãe, devido à dificuldade de construir os contornos identitários e individuar-se. Percebe-se que essa relação simbiótica é reforçada pela dependência emocional que a própria mãe tinha em relação à filha, que desempenhava a função de completá-la narcisicamente e de quem a separação psíquica era vivenciada como extremamente angustiante e intolerável, denotando um processo de separação-indivuação comprometido. Portanto, o devir da feminilidade em Sofia encontrava-se prejudicado, uma vez que este dependia da elaboração do luto pela perda do objeto primordial de amor, do qual era impossível se separar e discriminar. O pai foi caracterizado como emocionalmente distante, voltado unicamente para o mundo do trabalho e responsável por prover o sustento da casa. Por conseguinte, permanecia à margem da família nuclear, sendo a autoridade responsável pela provisão financeira, mantendo relativo distanciamento das questões internas da casa, da gestão dos afetos e da dinâmica familiar. Isso favorece a eleição da mãe como única responsável pelo cuidado da filha durante o tratamento – o que, conseqüentemente, reforça o vínculo simbiótico e indiferenciado da dupla. Este estudo oferece conhecimentos relevantes para aperfeiçoar a prática clínica, fornecendo pistas para o estabelecimento de hipóteses no que diz respeito à articulação entre as vivências relacionadas à sexualidade/feminilidade e os sintomas de TAs, levando a uma compreensão mais abrangente



dos aspectos psicológicos envolvidos nesses quadros por parte dos profissionais envolvidos na assistência, prevenção e promoção de saúde.

transtornos alimentares, sexualidade, caso clínico.

FAPESP

Doutorado - D

SAÚDE - Psicologia da Saúde

SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR ENFERMEIRAS À SEXUALIDADE DA MULHER QUE VIVENCIA O CÂNCER DE MAMA. *Lilian Cláudia Ulian Junqueira, Manoel Antônio dos Santos (Núcleo de Ensino, Pesquisa e Assistência na Reabilitação de Mastectomizadas, Departamento de Enfermagem Materno-Infantil da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto)*

O acometimento pelo câncer de mama é sentido como estressor e provoca uma série de mudanças não escolhidas para a vida da mulher que esta em tratamento, como para os familiares envolvidos, alterando a dinâmica da vida e da sexualidade. São preocupações comuns entre as mulheres: o medo da morte que a doença suscita, o sentimento de inutilidade, a perda dos vínculos afetivos, mas principalmente a mutilação da mama, que é símbolo importante de feminilidade, sexualidade, erotismo, maternidade e identidade. Estudo qualitativo, descritivo e exploratório teve por objetivo investigar os significados atribuídos por enfermeiros (as) à sexualidade da mulher que vivencia o câncer de mama. Participaram da pesquisa 32 enfermeiros (as) que têm experiência profissional em oncologia variando de 2 até 25 anos de assistência a pacientes com câncer de mama, em diferentes instituições e contextos de saúde, de caráter público e privado: ambulatórios, enfermarias, centrais de quimioterapia, radioterapia e atendimento domiciliar. Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas em profundidade, abertas e não diretivas. A entrevista teve como questão disparadora: “Como você coloca a sexualidade na sua prática profissional?” e foi apoiada no “guia de escuta” proposto pelo pesquisador Alain Giami em trabalho similar desenvolvido com enfermeiras francesas, e que foi adaptado às características das participantes brasileiras. O corpus da pesquisa foi constituído pelas entrevistas audiogravadas, transcritas, na íntegra e literalmente. Em seguida, o material foi submetido à análise de conteúdo temática, de acordo com Minayo, com o propósito de identificar e construir as unidades de significado, que permitiram a formação das categorias temáticas. Os dados foram interpretados com o apoio do referencial teórico dos roteiros (scripts) sexuais de Simon e Gagnon. Os resultados foram construídos em cinco eixos temáticos conforme a predominância nos cenários culturais: 1) a sexualidade como ato sexual e aspecto a ser medicalizado; 2) a sexualidade como prerrogativa de jovens; 3) a sexualidade associada à imagem corporal e autoconceito; 4) a sexualidade surge no paradoxo: vida x morte e 5) a sexualidade como decisão médica. Os cenários culturais constituem-se pelos guias de instruções que existem no plano coletivo e as pessoas os seguem por compartilhar de seus preceitos, abrangem representações culturais existentes nas instituições que socializaram os enfermeiros de um modo geral, como: famílias, escolas, religiões e outros grupos organizados. Nesta pesquisa elencamos os principais significados que os profissionais da enfermagem fazem acerca da dimensão da sexualidade como uma representação coletiva que circunda no grupo de enfermeiros, advindos em parte de sua vivência no grupo pessoal e grupo familiar, e em parte de sua formação acadêmica ancorada no modelo biomédico. Desse modo, espera-se que este estudo possa suscitar novos conhecimentos acerca da interface da sexualidade e dos cuidados em oncologia, favorecendo a capacitação de enfermeiros e de outros profissionais da equipe, de modo a contemplar as questões da sexualidade na produção dos cuidados em saúde.

neoplasias da mama, sexualidade, enfermagem.

CAPES

Doutorado - D

SAÚDE - Psicologia da Saúde

ARRANJOS FAMILIARES CONTEMPORÂNEOS: DISCURSOS E VIVÊNCIAS NA HOMOPARENTALIDADE MASCULINA. *Yurín Garcêz de Souza Santos, Fabio Scorsolini-Comin, Manoel Antônio dos Santos (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo)*

A família se apresenta como um fenômeno complexo, processual e diversificado, que deve ser entendido como categoria socialmente construída e que carrega em si aspectos políticos, sociais e culturais que a definem. Tendo em vista a sua multiplicidade de arranjos e formas de organização na contemporaneidade, a família passou por transformações que revolucionaram o modo de vida familiar, dando origem a uma pluralidade de papéis e funções. Destaca-se, nesse contexto, a família homoparental masculina, que questiona os papéis tradicionais de gênero, a concepção de paternidade e os sentidos atribuídos à parentalidade. O objetivo deste estudo foi compreender o processo de construção da parentalidade homossexual e suas transformações, ao longo do tempo, em homens homossexuais. Trata-se de um estudo do tipo exploratório e transversal, baseado na abordagem qualitativa de pesquisa. Participaram deste estudo seis homens homossexuais com filhos, que tiveram a paternidade concebida por meio de relacionamento heterossexual anterior (paternidade biológica) ou por meio da adoção (paternidade adotiva). As idades dos participantes variaram entre 38 e 48 anos e estes foram convidados a participar do estudo e entrevistados individualmente, pessoalmente ou por meio de tecnologia virtual (Skype®). Foi realizado um encontro com cada participante e as entrevistas foram divididas em dois momentos: a Técnica da História de Vida do participante, com o intuito de verificar de que modo eles se posicionavam ao contar suas histórias, e em um roteiro de entrevista semiestruturado, elaborado pelos pesquisadores com questões relacionadas aos objetivos do estudo. As entrevistas foram audiogravadas com o consentimento dos participantes e seus conteúdos foram transcritos na íntegra e literalmente para posterior análise. Para os pais entrevistados, a parentalidade se apresenta de forma dinâmica em relação ao seu entendimento, sendo ressignificada na transição entre os papéis tradicionalmente colocados ao pai e o “novo pai”. É conferida importância tanto à transmissão econômica e ao provimento material da família quanto às relações de proximidade afetiva e comunicação de valores familiares. Ainda que esses pais carreguem consigo a noção de continuidade biológica e o papel tradicional de provedores da família, eles valorizam, ao mesmo tempo, as relações de afeto co-construídas com seus filhos. Os pais se perceberam qualificados para o exercício das funções parentais e, mesmo emergindo questões relativas à falta de referências de conduta para um casal homossexual e para a homoparentalidade, fica evidenciado em seus discursos o desejo de manutenção dos vínculos afetivos com seus pares amorosos e com seus filhos. Descritas a partir da percepção de serem menos baseadas em preconceito ou visões preestabelecidas do que é ser homem e pai, as famílias homoparentais fazem o convite para uma revisão das noções tradicionais impostas pela heteronormatividade. Sugere-se que novos estudos sejam conduzidos a fim de que os arranjos familiares distintos do modelo tradicionalmente imposto, baseado no preceito da heteronormatividade compulsória e seus desdobramentos, possam ser acompanhados pela sociedade e pelo meio científico, dando voz aos protagonistas de processos que contribuem para redefinir o que é a família e os papéis desempenhados dentro dela na contemporaneidade.

paternidade, homoparentalidade, homossexualidade, família.

FAPESP

Mestrado - M

CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade

SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS ÀS SUAS FANTASIAS SEXUAIS. *Mariana Furtado Silva, Manoel Antônio dos Santos (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo)*

A sexualidade humana deve ser compreendida como um fenômeno universal. Apesar de similaridades observadas, pode-se notar que nuances emergem na maneira como cada indivíduo vivencia sua sexualidade ao longo de sua trajetória de vida, o que exige um olhar mais direcionado para o fenômeno da expressão da sexualidade. Uma faceta importante da sexualidade pode ser apreendida por meio da investigação das fantasias sexuais. O termo fantasia, em seu sentido mais amplo, compreende o conjunto de produções imaginárias relacionadas ao comportamento sexual, envolvendo dimensões como sentimentos, desejos, valores, atitudes e construções de gênero. Segundo a literatura, as fantasias sexuais nas mulheres se apresentam mais complexas quando comparadas às fantasias masculinas, o que sugere a importância de investigar suas singularidades dentro do universo da sexualidade feminina na busca de compreender o papel e função dessas fantasias, tanto na manutenção do equilíbrio psíquico e dinâmico, quanto na ancoragem com o imaginário social da sexualidade e do erotismo feminino. Este estudo qualitativo, descritivo e exploratório, teve por objetivo investigar os significados atribuídos às fantasias sexuais por estudantes universitárias de um município de médio porte do interior paulista. Participaram do estudo 10 universitárias, com idades entre 18 e 23 anos, solteiras, regularmente matriculadas em cursos de graduação e que se autodeclararam heterossexuais. Foram utilizados os seguintes instrumentos: um roteiro de entrevista semiestruturado, organizado em eixos temáticos (vida familiar, escolar, puberdade, vida social, vida afetiva, educação sexual, masturbação, experiências e fantasias sexuais, acesso a material erótico e planos futuros) e um Checklist de Fantasias Sexuais, composto por uma lista de 20 fantasias sexuais extraídas da literatura científica. As entrevistas foram audiogravadas e transcritas na íntegra, e posteriormente submetidas ao método da análise de conteúdo temática, de acordo com Minayo. A análise foi fundamentada no referencial teórico dos roteiros (scripts) sexuais proposto por Gagnon e Simon. A partir dos relatos das participantes, foi possível constatar o papel formativo da família na conduta sexual na vida adulta, com marcada ênfase vida conjugal dos pais. Participantes que tiveram histórico familiar de pais muito presentes durante seu desenvolvimento e que encorajavam o diálogo sobre o tema da sexualidade apresentaram, por outro lado, certa rigidez no estilo parental. Assim, mulheres que tiveram forte influência dos pais em seu processo educativo apresentaram movimentos tímidos de exploração de seu potencial imaginativo. Notou-se também a marcada influência da mídia, que contribui para disseminação de estereótipos sexuais, nos quais as fantasias das participantes se encontram entrelaçadas a concepções tradicionais de gênero. Observou-se, ainda, dificuldade das participantes de perceberem suas próprias fantasias e valorá-las como dimensões constitutivas de seu processo de amadurecimento psíquico. A partir dos dados sistematizados no presente estudo, foi possível perceber a importância de colocar os achados sob a perspectiva do desenvolvimento afetivo-sexual para compreensão da sexualidade em seu processo dinâmico e processual. Destaca-se a importância de novas pesquisas, que procurem situar a sexualidade feminina na dimensão do imaginário e da constituição subjetiva. Desse modo, acredita-se que este estudo pode contribuir com subsídios para novas investigações, que focalizem o papel das fantasias sexuais no funcionamento da dinâmica psíquica e que se proponham a entender os processos de captura dos imaginários sociais referentes à sensualidade, sexualidade e erotismo feminino.

fantasias sexuais, sexualidade feminina, saúde sexual.



FAPESP
Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)
SAÚDE - Psicologia da Saúde

Sessão Coordenada 77 - **SKINNER E OS OUTROS: DIÁLOGOS SOBRE FILOSOFIA E BEHAVIORISMO RADICAL**

VARIABILIDADE E SELEÇÃO NAS PRÁTICAS DO BEHAVIORISMO RADICAL.

Júlio César Coelho de Rose/ UFSCar; César Antonio Alves da Rocha/ UFSCar; Henrique Mesquita Pompermaier/ UFSCar

Pesquisadores e estudiosos de uma área apresentam-se, em geral, organizados em linhas de pensamento ou abordagens, construídas a partir da obra de um autor expoente. Esse parece ser o caso do behaviorismo radical de B. F. Skinner. A centralidade e autoridade da figura de Skinner sobre a comunidade é proeminente ainda hoje. Um panorama da obra de seus principais discípulos facilmente revela uma ampla maioria de seguidores que subscrevem integralmente a proposta skinneriana, sendo raros os dissidentes. Dentre esses, há até mesmo aqueles que classificam sua perspectiva como “pós-skinneriana”, tamanha a influência do autor. É como se, para esboçar qualquer crítica, conquanto construtiva, ou qualquer possibilidade de diálogo com outras tradições teóricas e filosóficas, fosse preciso justificar-se antecipadamente em respeito à autoridade do líder. Esse legado, bendito ou maldito, deixado por Skinner pode encerrar consequências preocupantes se pensarmos a análise do comportamento como uma forma de prática cultural, segundo a noção de prática cultural delineada pelo próprio autor. Skinner alertava para o fato de que uma cultura deveria apresentar certa estabilidade, mas que também deveria mudar, e que apresentaria especial valor de sobrevivência se pudesse evitar o respeito excessivo pela tradição e medo da novidade, por um lado, e mudanças excessivamente rápidas, por outro. Diante disso, resta indagar: temos nós, analistas do comportamento, dado ouvidos a esse alerta? Seríamos mais skinnerianos que o próprio Skinner? Por um lado, Skinner mostrou-se, por vezes, reticente e resistente diante de potenciais controvérsias inerentes ao sistema de pensamento por ele inaugurado. “Em que sentido meu trabalho é controverso?”, questionou num prefácio que escreveu para uma coletânea de textos que discutiam aspectos polêmicos de sua obra. Por outro lado, em diferentes momentos Skinner dedicou-se à discussão de ideias de outros autores, aproximando e distanciando seu sistema daqueles propostos por William James e Sigmund Freud, e ao diálogo virtuoso mesmo com alguns de seus principais antagonistas, como Carl Rogers. Ao lado das brilhantes contribuições legadas nos campos teórico e experimental, talvez essa disposição de Skinner ao diálogo seja mais uma característica que merece ser preservada. Não só de acordos vive (e sobrevive) uma corrente de pensamento. Apesar de aparentemente contra-intuitiva, a existência de discípulos divergentes e o diálogo com diferentes tradições é essencial para produção de variabilidade, e conseqüente aumento da probabilidade de sobrevivência dessa prática. Trata-se, em certa medida, de explorar diferentes possibilidades, criar respostas novas, colocar hipóteses e argumentos em condições de serem selecionados por suas conseqüências. A sobrevivência de compreensões e propostas comportamentalistas radicais, dar-se-ia, assim, não pelo fechamento e hermetismo da comunidade analítico-comportamental, mas também por sua abertura e disposição para “falar com estranhos”.

Behaviorismo radical; B. F. Skinner; variabilidade

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processos n^o: 2013/25363-9 e 2014/02981-1)

Pesquisador - P

AEC - Análise Experimental do Comportamento

SOBRE A FELICIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE EPICURO E SKINNER. *Carolina Laurenti/ Universidade Estadual de Maringá, Laboratório de Filosofia e Metodologia da Psicologia, Maringá-PR*

A sociedade ocidental tem conseguido promover um relativo aumento na produção, na diversidade e na disponibilidade de bens para o consumo. No entanto, essa suposta abundância e a possibilidade de usufruir dela não parecem estar levando, necessariamente, à felicidade. Prova disso é o grande número de pessoas, na atualidade, que se mostram ansiosas, deprimidas, apáticas, angustiadas, tendo, por vezes, que se valer de medicamentos para relaxar e para dormir. Como entender esse paradoxo? Este trabalho pretende sondar essa questão por meio de um diálogo entre Epicuro e Skinner. Em um primeiro momento, serão apresentadas algumas teses de Epicuro sobre a felicidade, encontradas de modo mais sistematizado em sua “Carta sobre a Felicidade”. A primeira delas diz respeito à relação entre prazer e felicidade: o prazer está na base da felicidade. No entanto, essa relação precisa ser discutida com cautela, pois, contrariando algumas vulgatas sobre a filosofia hedonista, Epicuro defende uma “dietética dos prazeres”: nem todos os prazeres devem ser buscados, ao mesmo tempo em que nem todo sofrimento deve ser evitado. Com efeito, a segunda tese sobre a felicidade remete ao cálculo do prazeres de modo a satisfazer duas condições: a saúde do corpo e a tranquilidade da “alma”, pois é nisso que está a felicidade para Epicuro. Essa reflexão epicurista servirá como pré-texto filosófico para interpelar o texto skinneriano sobre a temática da felicidade. A relação entre prazer e felicidade na filosofia hedonista pode ser esclarecida e complementada com a discussão skinneriana sobre (i) os dois efeitos do reforçamento (prazeroso e fortalecedor), (ii) o papel dos tipos de reforçadores (natural e artificial), e (iii) os tipos de controle (contingências e regras) que têm vigorado nas relações comportamentais contemporâneas. Skinner argumenta que a sociedade ocidental tem privilegiado o efeito prazeroso em detrimento do fortalecedor, por meio da corrosão das contingências de reforçamento. Os eventos prazerosos não estão sendo apresentados de modo contingente a um tipo de ação específica, impedindo a formação de operantes e, por conseguinte, obstruindo o surgimento de tendências comportamentais. Além disso, para fazer com que as pessoas continuem se comportando, geralmente os reforçadores arbitrários e as regras parecem estar em jogo, ao invés dos reforçadores naturais e das contingências. Tudo isso contribui para que as pessoas não se identifiquem com suas ações: elas não gostam do que fazem e não fazem o que gostam, enfim, elas são infelizes. O proposta skinneriana para o enfrentamento dessa condição de infelicidade vai ao encontro da noção epicurista de uma “dietética dos prazeres”: trata-se de reconhecer a importância do autocontrole para que não só o efeito prazeroso, mas também o efeito fortalecedor do reforçamento possa figurar nas relações do ser humano com o mundo natural e social. Trata-se também de criar condições para que o efeito fortalecedor seja alcançado por contingências que envolvam reforçadores naturais. Com efeito, no rastro de Epicuro e de Skinner, a felicidade continua sendo um projeto para a humanidade.

Área: OUTRA - Epistemologia da Psicologia.
felicidade; prazer; comportamento; autocontrole
Pesquisador - P

OUTRA – descrever área no final do resumo

DISSONÂNCIAS FILOSÓFICAS ENTRE SKINNER E COMTE. *Lígia Maria Coutes*/ Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Laboratório de Filosofia e Metodologia da Psicologia, Maringá, PR; Carolina Laurenti/ Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Laboratório de Filosofia e Metodologia da Psicologia, Maringá, PR*

Este trabalho discute possíveis relações entre Comte e Skinner como uma tentativa de colocar em perspectiva a classificação do comportamentalismo radical como positivista, frequentemente encontrada na literatura de comentário. Como consequência dessa filiação, Skinner é visto como objetivista, superficial e reducionista. Uma possível justificativa para essa vinculação é uma confusão entre diferentes propostas de psicologia científica comportamentalistas, como usualmente acontece com as teorias de Watson e de Skinner. A teoria skinneriana é geralmente anunciada como uma continuidade do comportamentalismo de Watson que, por sua vez, apresentaria afinidades com a filosofia positivista. Assim, Skinner, dando continuidade à herança filosófica watsoniana, seria positivista. Já no domínio filosófico, o positivismo tornou-se, após o seu ápice, uma teoria malquista, assumindo diferentes significados nem sempre compatíveis com as formulações comtianas. Considerando a pluralidade de significados da palavra positivismo, por um lado, e a crítica a uma leitura monolítica do comportamentalismo, por outro, a tentativa de esclarecer as bases filosóficas da proposta de psicologia científica de Skinner vinculando-a ao positivismo pode incorrer em confusão conceitual. Tendo isso em vista, a proposta deste trabalho é avaliar o alcance de uma leitura positivista comtiana do comportamentalismo radical. Para tanto, serão cotejadas questões centrais da filosofia da ciência de Comte, em especial, a noção de fato positivo, em suas diferentes acepções (real, útil, certo, preciso, relativo e organizador), com os pressupostos epistemológicos do comportamentalismo radical. Utilizou-se como recurso de investigação a análise conceitual-estrutural de texto para o exame do material bibliográfico referente a Comte e a Skinner. Com base nas leituras foi possível colocar em perspectiva algumas vulgatas sobre essas teorias. No caso de Comte, foram identificadas teses contrárias ao tecnicismo, ao reducionismo e à defesa do uso exclusivo do método experimental, acusações frequentemente disseminadas pela literatura de comentário. Já no caso de Skinner, foi possível mostrar que a defesa dos fatos observáveis em uma ciência do comportamento, bem como a relação entre fatos e teoria, passam ao largo de uma concepção positivista comtiana desses pontos. Além disso, outras questões como a noção de previsão e controle, os tipos de procedimentos metodológicos para o estudo do comportamento e as relações entre diferentes campos científicos são discutidas em bases distintas daquelas estabelecidas pelos pressupostos positivistas comtianos. Com efeito, as aparentes similitudes entre Comte e Skinner são interdidas por um estudo mais detalhado de suas teorias epistemológicas. Assim, foi possível tecer relações que permitem afirmar que Skinner não compartilha dos pressupostos positivistas comtianos, já que está mais afinado com uma concepção pragmatista de filosofia da ciência.

Área: OUTRA - Epistemologia da Psicologia.

comportamentalismo radical; positivismo comtiano; filosofia das ciências

Fundação Araucária (processo 3628/2013)

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

OUTRA – descrever área no final do resumo

SKINNER E FOUCAULT: SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA DE ANALISTAS DO COMPORTAMENTO. *Carlos Eduardo Lopes/ Departamento de Psicologia, Laboratório de Filosofia e Metodologia da Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR*

Uma das marcas do discurso pós-moderno é a defesa da transgressão de fronteiras geográficas, ideológicas, filosóficas, em busca de traduções, retraduações, diálogos e eventuais consensos. Dessa forma, a contemporaneidade tenta romper isolamentos defendendo uma ampliação de horizontes com vistas à construção de um mundo melhor. Seguindo esse espírito, este trabalho tenta esboçar um possível diálogo entre as propostas de dois grandes pensadores do século XX: B. F. Skinner e M. Foucault. Se, em um primeiro momento, essa aproximação pode parecer infrutífera e até mesmo ofensiva, tanto para skinnerianos quanto para foucaultianos, quando pensada com mais cuidado ela pode mostrar-se bastante útil para enfrentar questões centrais na psicologia em geral e na análise do comportamento em especial. Essa tentativa de diálogo justifica-se, inicialmente, por algumas afinidades que podem ser encontradas nas propostas dos dois autores. Em primeiro lugar, as noções de controle em Skinner e de poder em Foucault compartilham semelhanças que merecem ser destacadas: são formas de pensar as relações interpessoais afastando-se de uma visão romântica de ser humano, que o vê como um ser isolado, um eu iniciador, autônomo e descontextualizado. Nesse sentido, a historicidade do ser humano, bem como a participação da cultura na constituição do sujeito, parecem ser aceitas tanto por Skinner quanto por Foucault. Além disso, as análises foucaultianas do poder disciplinar, mais especificamente, do papel das instituições, parece consistente com as críticas de Skinner às agências controladoras. Ao mesmo tempo, as alternativas políticas encontradas nos textos skinneriano e foucaultiano parecem conciliáveis. Do lado de Skinner, encontra-se a proposta do contracontrole e controle face a face como maneiras de enfraquecer as agências controladoras. Do lado de Foucault, destaca-se a resistência e o cuidado de si como formas de enfrentar os problemas iminentes ao poder mediado por instituições. Por outro lado, há também discordâncias que precisam ser assinaladas. Skinner parece ser um entusiasta do conhecimento científico, o que o leva a amenizar e, por vezes, omitir críticas à ciência. Por outro lado, Foucault insiste na inclusão da ciência no mesmo processo histórico permeado pelas relações de poder. Isso quer dizer que a ciência não está isenta dos problemas que podem surgir em relações de poder, sobretudo em relações institucionalizadas como parece ser o caso da ciência moderna. Nesse caso, o principal risco é de que a ciência converta-se em poder disciplinar, voltado para a docilização e dominação dos indivíduos. Nesse sentido, Foucault permite que se faça uma análise crítica do funcionamento da comunidade científica, com destaque para as relações de poder iminentes a ela. Partindo desse diálogo, este trabalho defende a necessidade de uma reflexão política na análise do comportamento, apontando a importância de que as críticas foucaultianas participem da formação de futuros analistas do comportamento.

Skinner; Foucault; política.

Pesquisador - P

FORM - Formação em Psicologia



APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE AS PROPOSIÇÕES METAPSICOLÓGICAS DE B. F. SKINNER E DE M. MERLEAU-PONTY. *Henrique Mesquita Pompermaier/ Programa de Pós-graduação em Psicologia, Laboratório de Estudos do Comportamento Humano, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP*

O diálogo entre as abordagens fenomenológica e analítico-comportamental em geral é visto com restrições de parte a parte. Uma das tentativas mais conhecidas dessa aproximação foi um simpósio realizado em 1963, na Universidade de Rice, congregando filósofos da ciência, psicólogos de orientação fenomenológica e analistas do comportamento, dentre eles Carl Rogers e B. F. Skinner. Os trabalhos inspirados nesse evento concentram-se em reportar os argumentos colocados em debate a partir de um viés mais prático que filosófico, sem apresentarem elaborações detalhadas sobre os pontos de convergências e, principalmente, divergências, e sem apontar revisões possíveis em cada teoria a partir desses diálogos. Além disso, grande parte dos argumentos explorados nesses trabalhos refere-se à abordagem existencial-fenomenológica estadunidense, que se distancia em aspectos cruciais da proposta da fenomenologia europeia, tal como apresentada na obra de M. Merleau-Ponty. Ao contrário da primeira, a proposta merleau-pontyana critica o idealismo e o dualismo instaurados por compreensões mentalistas e intelectualistas. Indicando também o comportamento como objeto de estudo de uma disciplina psicológica, a abordagem fenomenológica de Merleau-Ponty apresenta perspectivas bastante próximas à compreensão comportamentalista de Skinner, tais como: a) a relação entre a compreensão do operante e a noção de direcionalidade e ação no mundo; b) as críticas ao subjetivismo e ao mentalismo, bem como o decorrente c) questionamento e propostas de superação do dualismo instaurado pela tradição mentalista na psicologia; e d) a crítica e superação do pensamento causal via uma abordagem relacional-funcional do comportamento. Não obstante, a proposta merleau-pontyana explora detidamente temas que ainda são mote para críticas ao projeto analítico-comportamental, como a experiência, o discurso em primeira pessoa, a intencionalidade e a consciência. Diante desse quadro, o presente trabalho visa explorar o argumento de que aspectos importantes do comportamentalismo radical podem ser mais bem desenvolvidos nas bases da fenomenologia radical, com base na indicação das possíveis aproximações e distanciamentos entre as proposições metapsicológicas de Skinner e Merleau-Ponty.

Área: OUTRA - Epistemologia da Psicologia.

Comportamentalismo radical; Fenomenologia; Skinner; Merleau-Ponty

Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (processo nº2013/25363-9)

Doutorado - D

OUTRA – descrever área no final do resumo



DA EPISTEMOLOGIA À ÉTICA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE RICHARD RORTY E B. F. SKINNER. César Antonio Alves da Rocha/ Programa de Pós-graduação em Psicologia, Laboratório de Estudos do Comportamento Humano, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.,

A proximidade entre as filosofias do pragmatismo e do behaviorismo radical é reconhecida por diferentes autores, inclusive B. F. Skinner. Não obstante, tal proximidade é comumente circunscrita a um aspecto epistemológico: as duas perspectivas renunciariam

B. F. Skinner; Richard Rorty; behaviorismo radical; pragmatismo; ética

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo 2014/02981-1)Doutorado - D

OUTRA



Sessão Coordenada 78 - **SOBRE AS IMAGENS DE ÉPOCA NA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA**

CONTRIBUIÇÕES DO USO DE IMAGENS NA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA.

Tiago Lopes de Oliveira (Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP – Núcleo de Estudos em História da Psicologia – NEHPSI),

Na pesquisa histórica, em especial, na pesquisa em história da psicologia, muitas possibilidades apresentam-se como alternativa metodológica para o seu desenvolvimento. Dentre todas as alternativas possíveis e adequadas, uma parece merecer atenção especial dos pesquisadores dessa área, a crescente utilização e aplicação dos métodos visuais a serviço da pesquisa social. Esta apresentação tem como preocupação principal o uso de fotos como método na pesquisa em história da psicologia. Dentre os principais argumentos que sugeriram tal reflexão, podemos destacar: a) o poder da foto em representar um registro poderoso dos acontecimentos temporais; b) a possibilidade de empregar como dados primários uma informação visual; c) a crescente influência dos meios de comunicação no mundo atual e o conseqüente crescimento do uso de elementos visuais; d) a ampliação do uso da fotografia na pesquisa em Psicologia para o estudo das mais diversas questões em diferentes áreas. Vale lembrar que não é só a pesquisa em Psicologia que pode se favorecer pelo desenvolvimento da tecnologia, pois outras áreas do conhecimento fazem e já faziam da fotografia um recurso metodológico interessante para suas explorações e investigações. Podemos enfatizar: os estudos antropológicos em que são utilizadas fotografias para ilustrar os modos de vida das mais diferentes culturas, mas também os estudos no campo da Sociologia – com representações visuais que sustentam suas proposições sobre determinados temas (ex. imagens de crianças ao longo do tempo para daí extrair o significado de ser criança nas diferentes épocas) e no campo da Geografia, com os estudos topográficos e de mobilidade urbana. Na pesquisa em História, a discussão sobre o uso de fotografias como recurso metodológico ou fonte de pesquisa transita em torno do privilégio dado ao documento escrito e, a imagem visual por vezes é considerada uma fonte não muito fiel da realidade. Neste caso, o importante é manter em mente que uma dada imagem deve ser considerada uma representação do mundo que varia de acordo com os códigos culturais de quem a produz. Além disso, o historiador que pretende escolher usar o documento fotográfico também deve saber que tal documento, muito provavelmente, foi motivado por intenções bem diferentes das que balizam a sua pesquisa. Dessa forma, delinea-se como tarefa importante aos pesquisadores em história a discussão de alguns tipos de emprego das imagens fotográficas para a pesquisa. Pode-se pensar em diversas razões que justificam as aplicações históricas de fotografias nas investigações em Psicologia, como por exemplo, a facilitação de uma entrevista em que o entrevistador utiliza uma fotografia como um desencadeador de memórias. Pretende-se com essa exposição apresentar uma contribuição aos pesquisadores em história da psicologia que intentam utilizar imagens fotográficas em suas pesquisas.

Fotografia, pesquisa, história
Pesquisador - P
HIST - História em Psicologia



LEITURA DE IMAGENS ANTIGAS. *Júlio Wainer (Departamento de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP; Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP)*

Nota-se hoje a multiplicação exponencial das imagens de arquivos e seus possíveis usos. Entendemos imagens de arquivos tudo o que produzimos e armazenamos com base imagética: fotos, filmes, recortes de jornais, trechos de filmes familiares, quadros, entre tantas possibilidades. Esses arquivos pressionam a todos nós a uma ação, e também se oferecem como matéria prima instigante para narrativas a serem recuperadas ou criadas. As fotos de família, antes escassas e consideradas sem qualquer valor agregado, tornaram-se relíquias centenárias e detentoras de um tipo de informação peculiar, que só pode ser acessado pela imagem (que mal decodificamos, mas reconhecemos sua existência). Essas imagens, soltas, muitas em estado de deterioração, rogam por uma conservação sistematizada e proposição de narrativas, atribuindo-lhes significado perante a família e a sociedade. Mas de quem é essa responsabilidade? A quantas gerações adiante conseguimos transferir essa tarefa? O que fazer com o “baú”?

Em outra ponta, documentaristas fazem, da imagem de arquivo, material narrativo. Esta pode ter motivação na busca do rigor histórico (Os anos JK, 1980, Silvio Tendler, entre tantos documentários sobre eventos do século XX) ou na chave da suposição e invenção (como Nós que aqui estamos por vós esperamos, 1999, Marcelo Masagão). Alguns cineastas usam arquivos não para constituir filmes inteiros, mas para evocar sensações, desencadear reações, e despertar mecanismos de lembrança em seus personagens sob a câmera (Marker, Varda, Coutinho, Escorel, Nader, entre outros cineastas contemporâneos). A nós, desperta interesse particular esse uso de imagens de arquivo (uma fotografia, uma notícia de jornal, trecho de vídeo antigo) como disparador de memórias. Ao assistir filmes com esse procedimento, acessamos ao menos três momentos históricos: tempo do arquivo, tempo da personagem sob seu impacto, e tempo presente do espectador. Enfim, o uso de imagens de arquivo exigirá do expectador uma consciência histórica cada vez mais apurada, para filmes (e seus desdobramentos) cada vez mais complexos. É o caso do filme *Cabra Marcado para Morrer* (1984, Eduardo Coutinho), com várias ocorrências relevantes para a história do Brasil, anteriores e posteriores a data do filme propriamente dito.

Documentários, imagem antiga, memórias.

Pesquisador - P

HIST - História em Psicologia



IMAGENS E DEPOIMENTOS NO ENSINO DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA. *Carmem Silvia Rotondano Taverna (Centro Universitário Capital - Unicapital, São Paulo/SP e Núcleo de Estudos em História da Psicologia – NeHPsi da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP)*

Videodocumentários contam a História da Psicologia em São Paulo foi o título dado a um curso de extensão para alunos da graduação em psicologia numa instituição de ensino superior de São Paulo, capital, tendo por objetivos: 1) apresentar a História da Psicologia no estado de São Paulo; 2) compreender sua trajetória, avaliando seus determinantes históricos e refletir sobre seus limites e tendências contemporâneas. Foram usados videodocumentários produzidos pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRPSP com a finalidade de resgatar e preservar a memória da psicologia. Para esse curso foram escolhidos: a) A Psicologia Educacional e Escolar em São Paulo: a construção de um novo homem; b) Percursos da Psicologia Clínica em São Paulo, c) Uma História da Psicologia Organizacional e do Trabalho em São Paulo, d) Uma Questão de Saúde: Trajetória da Psicologia Hospitalar em São Paulo e, e) Entre o Direito e a Lei: uma história da psicologia jurídica em São Paulo. Os videodocumentários foram elaborados a partir de ampla pesquisa histórica em livros, teses, reportagens, iconografia, arquivos públicos e pessoais de psicólogos e de depoimentos de psicólogos expoentes de cada área. O curso teve a duração de seis semanas, com encontros de duas horas. Cada aula iniciava-se com uma apresentação sobre o tema, em seguida era exibido um videodocumentário e, ao final, discussão e debate com a classe, enfocando: o percurso ao longo do tempo, as necessidades sociais e possibilidades de inserção do psicólogo, a diversidade e especialidade dos campos de estudo e atuação em psicologia. Foram destacados os assuntos com os quais os alunos estavam tendo contato pela primeira vez e dúvidas sobre os fundamentos das áreas e da profissão nos diversos ambientes de trabalho, mesmo dentro de uma mesma área. Dedicada à avaliação do curso e dos alunos no curso, a última aula permitiu verificar as opiniões em relação ao curso – conteúdo e metodologia, com destaque para o potencial detonador dos vídeos. As respostas mostram que os alunos, que apenas esperavam ter contato com conteúdos não abordados no curso de graduação, encontraram mais que isso, avaliando positivamente a aproximação que tiveram com a história da psicologia em São Paulo a partir das sequências de imagens que revelam o contexto histórico, mas também dos depoimentos de vários psicólogos, de diferentes áreas, em contraposição à apresentação de um único professor em sala de aula. Os alunos sentiram-se “convidados” pelos depoentes a conhecer a história de sua área. E sugeriram que cursos com imagens e depoimentos deveriam fazer parte não só de cursos de extensão mas de disciplinas da grade curricular da graduação. Todo o processo vivido será ainda melhor analisado, mas pode-se já concluir os videodocumentários do CRPSP constituem-se em importante material didático. As imagens e os depoimentos despertam o interesse por uma psicologia que respeita sua história, está viva e em movimento.

História da Psicologia em São Paulo, ensino superior, vídeos institucionais

Pesquisador - P

HIST - História em Psicologia



INTERDISCIPLINARIDADE: APENAS UM “IDEAL PEDAGÓGICO” OU UMA NECESSIDADE? *Maria do Carmo Guedes (Grupo de Pesquisa da PUC-SP em História da Psicologia)*

Na pauta hoje da UNILA (Universidade Federal da Integração Latinoamericana), uma instituição que se propõe explicitamente a pensar internacionalização da ciência, bem como entre pesquisadores que ainda publicam sobre o tema (é só entrar na Biblioteca Scielo para ver: pelo menos 40 “descritores” entre interdisciplinaridade e interdisciplinary, além de mais oito para interdisciplinas até interdiscursivity) – a interdisciplinaridade teve grande atenção no ensino superior brasileiro nos idos de 1960/1970. À época, contribuiu para isso, entre outros, o chamamento de Anísio Teixeira para que todas as áreas de conhecimento se unissem para pensar a educação necessária ao país em todos os níveis (Anísio Teixeira, 1957, na inauguração dos Centros de Pesquisa Educacional, o Brasileiro e seis Regionais, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP). Ora, a comunidade responsável hoje pelo ensino superior no Brasil – vale dizer, agências de fomento à pesquisa e de melhoria do ensino superior, além das universidades, em todos os níveis a partir da graduação – toda ela parece precisar pensar a interdisciplinaridade novamente. No caso da Psicologia porque, com a proliferação no país de congressos específicos a partir dos anos 1980, poucas chances tem o pós-graduando, e mesmo seu orientador, de encontrar pesquisadores de outras áreas que não a sua. Além disso, também porque está aí a internacionalização a cobrar também mais congressos, os ditos internacionais, a depender da subárea e até do tema. Preocupados com isso, pesquisadores em história da psicologia temos discutido a importância de avanços em diversas áreas que importam ao nosso pesquisar. A questão que nos move é: com quem podemos/devemos interdisciplinar? É fácil lembrar a Filosofia: no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), uma busca parametrizada por título “História da Psicologia” mostra que uma das cinco respostas encontradas traz esta área: “Interfaces filosóficas da História da Psicologia”. A busca seguinte, por linha de pesquisa, traz ainda “Epistemologia da Psicologia”, além de “Estudos historiográficos e fenomenológicos da Psicologia”. Nossa experiência em colóquios programados para discussão deste tema tem mostrado quanto várias áreas estão oferecendo informações importantes para o que os novos tempos estão a exigir dos pesquisadores. Apenas para alguns exemplos: dos semióticos temos hoje as pesquisas que se inserem na preocupação que vem sendo chamada de “estéticas tecnológicas” (Santaella e Arantes, Orgs, 2008) ou “as formas do silêncio” (Orlandi, 2004); com pesquisadores em língua portuguesa, as pesquisas voltadas hoje ao que se pretendeu como relação língua/construção da identidade nacional (Favero, 2014); o antropólogo Renato Ortiz demonstra, em seu A diversidade de sotaques (2008), a importância de analisar as relações língua/sociedade e o inglês e as ciências sociais. A participação nesta Sessão coordenada visa assumir a discussão dialogando com pesquisadores em história envolvidos, ainda que marginalmente, com o tema - são seus dados de pesquisa que interessam: um pesquisador sobre o uso de imagens; um sobre ensino em história da psicologia e um sobre imagens como fonte para a pesquisa historiográfica.

Ideal Pedagógico; Interdisciplinaridade
Pesquisador - P
HIST - História em Psicologia



Sessão Coordenada 79 - **TECNOLOGIAS DE ENSINO E O MODELO DA EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS**

AValiação de um jogo de tabuleiro “DIM-DIM: NEGOCIANDO & BRINCANDO” NO ENSINO DE HABILIDADES MONETÁRIAS. *Luzia Venâncio Zanluqui* e Verônica Bender Haydu (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento. Universidade Estadual de Londrina. Londrina-PR)*

Jogos educativos fundamentam-se a formulação de que ocorre a generalização de estímulos do jogo para outros contextos, principalmente o escolar. O modelo da equivalência de estímulos vem mostrando ser efetivo no ensino de relações condicionais que favorecem o aprendizado das habilidades acadêmicas, o que torna interessante incorporá-lo a jogos educativos. O presente estudo visou avaliar se o jogo DIM-DIM: Negociando & Brincando, desenvolvido com base no modelo de equivalência de estímulos, é apropriado para ensinar habilidades monetárias a crianças do Ensino Fundamental e se promove generalização de estímulos. O jogo compõe-se de um tabuleiro com casas de compra, venda e troca de mercadorias, além de resoluções de operações matemáticas de soma e de subtração propostas durante as partidas. Os participantes do estudo foram 12 alunos do Ensino Fundamental, de ambos os sexos, com idades entre 6 e 8 anos, oriundos de uma escola municipal do interior do Paraná. Os participantes foram submetidos a seis sessões do jogo, com sondas entre as sessões, respeitando um delineamento de grupos. Além disso, foram submetidos a um pré-teste e um pós-teste e passaram por um teste de manutenção com uma média de 25 dias após o pós-teste. Realizou-se também, um teste de generalização que consistia em uma simulação de loja de doces, na qual os participantes realizaram atividades de compra, venda e troca, efetuando as operações matemáticas exigidas em cada situação. Os resultados demonstram que os participantes de 7 e 8 anos apresentaram maior porcentagem de acertos do que os demais participantes durante as sessões do jogo e também no teste de generalização, o que corrobora, em parte com os resultados de um estudo anterior que utilizou esse mesmo jogo. Os participantes de 6 anos, porém, apresentaram um aumento gradual na porcentagem de acertos ao longo das sessões, demonstrando estarem aprendendo as habilidades à medida que iam sendo expostos ao jogo. Apesar disso, no teste de generalização, apresentaram redução na porcentagem de acertos em comparação ao seu próprio desempenho no pós-teste, além de terem apresentado uma porcentagem inferior aos demais participantes nesse teste. Os resultados obtidos com os participantes de 6 anos podem ter ocorrido devido a competição de variáveis motivacionais envolvidas na situação em que o teste foi aplicado. Conclui-se que a maioria dos participantes apresentou melhora no desempenho de habilidades monetárias após jogarem “DIM-DIM: Negociando & Brincando” e que essas habilidades podem ser generalizadas para situações de compra, venda e troca simuladas, com algumas exceções.

Equivalência de Estímulos; Jogos Educativos; Habilidades Monetárias.

Fundação Araucária - Bolsa IC para Luzia Venâncio Zanluqui e Bolsa Produtividade em pesquisa para Verônica Bender Haydu.

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

UTILIZAÇÃO DE JOGOS PARA ENSINO E TESTE DE RELAÇÕES MATEMÁTICAS E MONETÁRIAS: EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS. *Gabriele Gris, Hans Werner Alves, (Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR), Silvia Regina de Souza (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Programa de Mestrado em Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR)*

Muitas são as situações cotidianas nas quais os conhecimentos básicos de matemática e da manipulação de dinheiro se tornam importantes. Por tratarem-se de atividades indispensáveis para a realização de diversas tarefas, as habilidades básicas nelas envolvidas devem ser bem trabalhadas, preferencialmente desde o início da escolarização das crianças. Considerando a necessidade de buscar alternativas mais reforçadoras para o ensino de matemática, jogos podem ser utilizados como instrumentos de ensino de relações condicionais. No presente estudo foram investigados os efeitos de estratégias lúdicas na avaliação do desempenho de pré-escolares no aprendizado de habilidades matemáticas e monetárias. Participaram quatro crianças com 6 anos de idade, matriculadas em um centro de educação infantil da rede estadual. Por meio de dominós adaptados foram ensinadas as relações entre numeral impresso e quantidade (AB/BA); numeral impresso e operação de adição (AC/CA), testando-se as relações entre quantidade e operação de adição (BC/CB). Posteriormente foi ensinada a relação entre preço e operação de adição (DC/CD) e testaram-se as relações entre numeral impresso e preço (AD/DA) e preço e quantidade (DB/BD). Ensinou-se, por último, a relação entre preço e dinheiro expresso em figura (DE/ED), testando-se relações entre dinheiro expresso em figura e quantidade (EB/BE), dinheiro expresso em figura e operações de adição (EC/CE), e numeral impresso e dinheiro expresso em figura (AE/EA). Sondagens foram realizadas ao longo de todas as etapas para verificar a manutenção e o aprendizado de habilidades de nomeação de número, quantidade, preço e dinheiro, além de resolução de operações de adição e manuseio de dinheiro. Para a realização do pré-teste e das sondagens usaram-se jogos para teste das tarefas de nomeação e manuseio de dinheiro (tapa certo adaptado e mercado). Os resultados demonstram o aprendizado das relações ensinadas, a emergência das relações testadas e o aumento na porcentagem de acerto nas tarefas de nomeação, de operações de adição e de manuseio de dinheiro. Os resultados também sugerem que, ainda que o uso de estratégias lúdicas aumente o tempo médio dos testes conduzidos, isso não parece ter tornado as atividades cansativas para os participantes, que verbalizavam gostar dos jogos. Assim, é possível que o uso de estratégias lúdicas para o ensino e teste de relações condicionais possa contribuir para maior engajamento nas tarefas.

equivalência de estímulos, jogos, matemática.

O trabalho foi realizado com apoio financeiro da Fundação Araucária – Bolsa produtividade em Pesquisa pra Silvia Regina de Souza. Gabriele Gris recebeu bolsa do Programa de Iniciação Científica da UEL (IC/UEL).

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

LEITURA DE IMAGENS: PROCEDIMENTO DE ENSINO COM USO DE DISCRIMINAÇÕES CONDICIONAIS. *José Souza Ferreira da Silva e Melania Moroz (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação - NEPEN – Núcleo de Estudos sobre o Ensino)*

O ensino de leitura de imagens propicia, ao estudante de Artes Visuais, o avanço do seu nível de desenvolvimento estético e a articulação dos conhecimentos específicos da área. Torna-se importante realizar estudos com a finalidade de aplicar procedimentos de ensino, avaliando sua eficácia. A Análise do Comportamento desenvolve estudos e pesquisas sobre procedimentos de ensino, particularmente tendo como base o modelo de equivalência de estímulos. De acordo com tal modelo, a partir do ensino de algumas relações entre estímulos, outras relações emergem sem terem sido diretamente ensinadas, favorecendo aquisição de repertórios simbólicos. Tal área de estudos tem contribuído para o ensino de diferentes repertórios acadêmicos, de diferentes áreas do conhecimento, como leitura, escrita, verbos, numeração, frações, problemas matemáticos, música, entre outros. Considerando-se ser possível atuar também com o ensino de arte, o presente estudo, apoiado no modelo de equivalência de estímulos, teve como objetivo ensinar a leitura de imagem de obras de arte a estudantes universitários de Licenciatura em Artes Visuais. Foram três os participantes. Os estímulos utilizados foram reproduções de obras de arte existentes no Museo Thyssen-Bornemisza de Madrid, de quatro movimentos artísticos: o Futurismo, o Expressionismo, o Fauvismo e o Abstracionismo. As classes de estímulos A, B, C e D foram referentes às imagens, sendo que a E foi referente aos nomes dos movimentos artísticos. O delineamento proposto contou com pré-teste, ensino, pós-teste e teste de generalização; todas as atividades foram realizadas com o software JClic. Antes e após o ensino, avaliou-se o reconhecimento das imagens dos quatro movimentos artísticos: o Futurismo, o Expressionismo, o Fauvismo e o Abstracionismo, avaliando-se as relações EA, EB, EC, ED. Após o pré-teste, foram ensinadas relações (AB, AC, AD) entre as imagens relativas a cada um dos movimentos, após o que ensinou-se a relação entre uma das imagens e o nome do movimento artístico (relação AE). Finalizado o ensino, verificou-se se o aluno identificava o movimento das demais imagens, avaliando-se a emergência das relações BE, CE e DE; além disso, aplicou-se o pós-teste e o teste de generalização, esse contendo reproduções dos quatro movimentos artísticos, as quais não haviam sido utilizadas durante o ensino. Os resultados mostraram que houve emergência de novas relações (BE, CE e DE), assim como no Pós-Teste todos os participantes identificaram corretamente, em nível máximo de desempenho (100% de acertos), os movimentos artísticos. No Teste de Generalização, com imagens inéditas, o grupo obteve a média de 90% de acertos. Dessa forma, abrem-se novas alternativas para a Arte/Educação diante das contribuições reveladas à luz da Análise do Comportamento.

Análise do Comportamento, Equivalência de Estímulos, Ensino de Imagens.

O primeiro autor foi bolsista CAPES

Mestrado - M

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

ENSINO DO VERBO SER EM ESPANHOL POR MEIO DE DISCRIMINAÇÕES CONDICIONAIS. *Rosana Valinas Llausas e Melania Moroz (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação - NEPEN – Núcleo de Estudos sobre o Ensino)*

A obrigatoriedade do ensino do espanhol foi formalizada pela Lei 11.161, promulgada em 2005. Tendo em vista que é recente a implantação do ensino de espanhol, ainda não há conhecimento suficiente sobre como está sendo ministrado tal ensino, quais os resultados obtidos e quais os melhores métodos de ensino. Nesse contexto, torna-se importante desenvolver estudos que tenham como foco o ensino de língua espanhola, a fim de se produzir conhecimentos científicos que possam embasar as decisões tomadas pelo professor. Considera-se que a Análise do Comportamento, tendo por base o modelo de equivalência de estímulos, pode contribuir com sugestões valiosas. Tal base teórico-metodológica vem dando suporte à elaboração de propostas promissoras em diferentes áreas, como em Língua Portuguesa, no ensino de leitura e escrita; em Matemática, no ensino de números e de frações, por exemplo; em Artes, na leitura de imagens; em Música, no ensino de notas musicais, entre outros. Este estudo teve como objetivo ensinar leitura e escrita manuscrita do verbo ser no presente do modo indicativo em língua espanhola para alunos brasileiros. Participaram seis estudantes do Ensino Médio, que frequentavam uma escola da rede pública da Zona Leste de São Paulo, e que faziam curso técnico em uma escola da rede particular. Os estímulos utilizados foram verbo ditado (A), a figura representativa do verbo (B) e verbo escrito (C); foram utilizadas as diferentes pessoas do verbo no presente do indicativo. As atividades foram realizadas com uso do software Mestre Libras. O procedimento foi organizado em três etapas: 1) avaliação do conhecimento prévio dos participantes sobre o verbo ser, incluindo a oralização do verbo (D), escrita do verbo escolhendo letras (E) e de forma manuscrita (F) e, ainda, tradução do verbo para o português (T); 2) ensino das relações AB (relação entre a figura e o verbo ditado), AC (relação entre a palavra impressa e o verbo ditado) e AE (escrita do verbo, selecionando letras); 3) teste de relações entre figura e palavra impressa (BC e CB), nomeação oral do verbo ser correspondente à figura (BD), leitura em espanhol da conjugação impressa do verbo ser (CD), tradução oral para o português do verbo ser ditado em espanhol (AT), tradução oral para o português do verbo ser impresso em espanhol (CT) e escrita manuscrita do verbo ser ditado em espanhol (AF). Os resultados indicaram que o procedimento de ensino foi eficaz, pois os participantes melhoraram o desempenho em todas as relações avaliadas, tendo apresentado o nível de desempenho desejado, qual seja maior ou igual a 80% de acertos, ou dele se aproximando na quase totalidade das relações testadas.

Equivalência de Estímulos, Software Educativo, Língua Espanhola.

A primeira autora é bolsista CAPES

Doutorado - D

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

EFEITO DO AUTOCLÍTICO QUALIFICADOR “É” EM TREINOS DE DISCRIMINAÇÃO CONDICIONAL E TESTE DE EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS.

*Luis Antonio Lovo Martins** (Universidade de São Paulo, São Paulo-SP), Maria Martha Costa Hübner (Universidade de São Paulo, São Paulo-SP)*

O efeito do reforço é apontado como a principal variável para a formação de discriminações condicionais e de equivalência de estímulos. Pesquisas têm se concentrado em analisar outras variáveis que influenciam a formação de discriminações condicionais e de equivalência de estímulos. Tais estudos sugerem que o comportamento verbal pode facilitar a formação do responder discriminativo e da equivalência de estímulos, porém poucas pesquisas tem se concentrado em investigar o efeito do comportamento verbal autoclítico neste responder. O objetivo da presente pesquisa foi analisar se uma instrução que orientou o participante a emitir uma resposta verbal vocal com autoclítico qualificador de asserção “é”, entre a apresentação do estímulo modelo e a escolha do estímulo amostra, em uma tarefa de matching to sample produz efeitos na formação de novas classes de equivalência e influencia na quantidade de tentativas necessárias para a formação do responder discriminativo condicional. Foram utilizados 20 participantes adultos distribuídos em dois grupos, Grupo Controle e Grupo Experimental. Todos os participantes foram submetidos a três etapas de treino e três etapas de testes. Na primeira etapa foram treinadas as relações A1B1, A2B2, A3B3 e A1C1, A2C2, A3C3 e testada a formação de classes equivalência entre os estímulos B1C1, B2C2, B3C3; na segunda etapa foram treinadas as relações A'1B'1, A'2B'2, A'3B'3 e A'1C'1, A'2C'2, A'3C'3 e testada à formação de classes equivalência entre os estímulos B'1C'1, B'2C'2, B'3C'3; na terceira etapa foram treinadas as relações A''1B''1, A''2B''2, A''3B''3 e A''1C''1, A''2C''2, A''3C''3 e testada à formação de classes equivalência entre os estímulos B''1C''1, B''2C''2, B''3C''3. Cada treino foi composto por 12 tentativas, tendo como critério de aprendizagem a ocorrência de 100% de respostas corretas. A instrução foi apresentada apenas aos participantes do Grupo Experimental. Os resultados obtidos não apresentam diferenças de desempenho, entre os grupos na média de tentativas necessárias em todas as etapas de treino, entretanto o Grupo Experimental apresenta um desempenho inicial superior ao do Grupo Controle na média de respostas corretas nas Etapas de treino e um desempenho superior do Grupo Experimental na média de respostas corretas durante todas as etapas de teste do experimento. É possível afirmar que o efeito inicial do autoclítico foi de aumentar a precisão das respostas facilitando a aquisição da discriminação condicional e da formação de equivalência de estímulos. Tal precisão produzida pelo autoclítico pode ter auxiliado o participante a emitir um operante verbal intraverbal que descreve as discriminações condicionais ensinadas e testadas no experimento, já que todos os participantes do Grupo Experimental passaram a emitir a resposta verbal vocal “este é este”, acompanhado da resposta de escolha correta entre os estímulos condicional e discriminativo.

Autoclítico, Comportamento Verbal, Equivalência de Estímulos

CAPES

Mestrado - M

AEC - Análise Experimental do Comportamento



QUESTÕES ENVOLVIDAS NO USO DE TECNOLOGIAS DE ENSINO PELA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO. *Marcos Spector Azoubel e Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Psicologia Experimental: Análise do Comportamento)*

A Educação é uma área não apenas de reflexão, mas também de intervenção de pesquisadores diferentes abordagens oriundas da Psicologia, incluindo a Análise do Comportamento. Há diversos estudos de analistas do comportamento sobre educação. Baseados nos achados em Educação, Métodos de Ensino, Tecnologia do Ensino.

O primeiro autor é bolsista CNPqMestrado - M
ESC - Psicologia Escolar e da Educação

Sessão Coordenada 80 - **VIOLÊNCIA ESCOLAR: IDENTIFICAÇÃO, IMPACTO E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO**

COMPREENDENDO ESTUDANTES VÍTIMAS DE BULLYING: PARA QUEM ELES REVELAM? *Rachel de Faria Brino (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos); Maria Helena do Carmo Lima (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos)*

O bullying é um fenômeno mundial e pode acarretar diversos custos emocionais e físicos aos envolvidos. Devido às suas consequências, programas antibullying são desenvolvidos com o objetivo de minimizá-las e criar estratégias para enfrentar o fenômeno. Uma das estratégias consideradas fundamentais para o desenvolvimento bem sucedido de muitos programas antibullying é a revelação por parte da vítima. Porém, estudos apontam que a maioria das vítimas não revela e algumas hipóteses são levantadas: pais, responsáveis e professores podem não ter sido efetivos diante da revelação; o medo de retaliação, em caso do autor do bullying descobrir que foi reportada a violência; menor probabilidade do aluno revelar aos pais se estes forem coercivos; em algumas escolas o bullying é visto como característico do ambiente escolar, de modo que se entende que não há o que possa ser feito para impedi-lo; alunos mais velhos procuram menos ajuda de adultos do que os alunos mais novos; e vítimas crônicas de bullying têm maior chance de revelação. Apesar do grande número de hipóteses encontradas em estudos internacionais, não foram encontrados dados nacionais quando ao número de vítimas de bullying que não revelam as intimidações sofridas e quais motivos contribuem para que não o façam. O objetivo do presente estudo foi caracterizar a revelação em vítimas de bullying de uma escola particular localizada no interior do estado de São Paulo e identificar se as vítimas de bullying revelaram serem vítimas deste: para quem elas revelaram; quais os motivos dos alunos vítimas não revelarem; qual tipo de violência sofrem os alunos que revelam; por fim, identificar quais modificações no ambiente escolar facilitariam a revelação. Participaram da pesquisa 190 alunos de 10 a 12 anos, que responderam a um questionário para avaliar seu envolvimento em bullying. Aqueles identificados como vítimas de bullying foram instruídos a responder um segundo questionário que visou identificar se estes alunos revelaram as intimidações a alguém, qual intervenção ambiental facilitaria a revelação e o que esperam do professor. Trinta e cinco alunos responderam o segundo instrumento, em sua maioria meninas. 82,85% dos alunos já haviam feito a revelação a alguém: 20% (somente meninas) revelaram a uma amiga; 17,15% dos alunos de ambos os sexos revelaram a mãe; 8,3% dos alunos de ambos os sexos revelaram ao pai e mãe; 2,7% revelaram para a coordenadora da escola e nenhum aluno revelou ao professor. Ter um meio para que possa revelar o bullying anonimamente e ter uma pessoa disponível para este tipo de revelação foram as intervenções ambientais mais votadas. Os alunos também esperam algumas atitudes dos professores, como conversar com o agressor, estar disponível para ouvir a vítima e auxiliá-la na resolução do problema. Verificou-se que se as intimidações ainda persistiam, as estratégias de resolução do fenômeno aplicadas por pais e coordenador podem não ter sido efetivas. Apesar dos alunos, pais e funcionários da escola terem acesso a informações pontuais sobre o bullying por meio de palestras, é importante que estratégias sejam elaboradas a fim de combatê-lo e não apenas identificá-lo.

bullying, revelação, violência escolar

PIBIC-CNPq

Iniciação Científica - IC (trabalho de graduação)

ESC - Psicologia Escolar e da Educação



"VAMOS FALAR SOBRE BULLYING": A PERSPECTIVA DE PAIS, ALUNOS E PROFESSORES. *Mariana Simões Flória (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos); Rachel de Faria Brino (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos).*

A taxa de envolvimento de alunos em situações de bullying no Brasil é superior aos índices mundiais. Saber reconhecer vítimas e agressores desse fenômeno é essencial para que medidas de intervenção e auxílio possam ser tomadas. Vários autores têm se dedicado a avaliar o conhecimento de professores sobre bullying, sua identificação e intervenção. No entanto, há poucos relatos na literatura sobre a perspectiva de pais. O presente estudo teve o objetivo de preencher essa lacuna, investigando a perspectiva de pais sobre o fenômeno bullying. Além disso, objetivou também investigar a taxa de envolvimento no fenômeno entre os alunos participantes e comparar o relato dos pais com as informações obtidas por meio dos próprios filhos, professores e pares. Para isso, foi aplicada a Escala de Violência Escolar e o Protocolo de Indicação Sociométrica em 80 alunos de uma escola pública de um município do interior do Estado de São Paulo. A partir da análise desse último, foram selecionados quatro professores e oito pares para responder a questionários investigando o envolvimento dos alunos participantes em situações de bullying e o tempo em que isso vinha ocorrendo. Trinta e nove pais de alunos responderam a um questionário, estruturado de acordo com os objetivos do estudo. Esse questionário continha questões sobre o significado do termo bullying, consequências, medidas de proteção, análise do tempo e condição de envolvimento (vítima, agressor, vítima/agressor) de seus filhos. Os resultados mostram que a taxa de envolvimento dos alunos em bullying condiz com os relatados na literatura nacional. Pais, professores e pares relataram menor taxa de envolvimento em bullying comparada com o auto relato dos alunos participantes. O relato dos pais foi o que mais se aproximou do auto relato dos alunos sobre envolvimento em bullying. Nota-se uma dificuldade de identificação de envolvimento dos filhos em bullying por parte dos pais. Entretanto, essa dificuldade aparece também em outros contextos sociais da vida do aluno, com pares e professores também subestimando o número de alunos envolvidos em bullying. Os resultados deixam evidente a necessidade de programas de educação em bullying não só para pais, mas também para os professores. Há extensos relatos de experiências internacionais sobre intervenções para ambas as populações referidas. No entanto, o Brasil carece de políticas em relação à violência escolar em geral, sendo que a literatura apresenta poucos exemplos de intervenções nessa área. Maiores avanços precisam ser implementados a fim de minimizar as taxas de envolvimento em bullying, bem como as consequências atreladas ao mesmo.

bullying, perspectiva de pais, violência escolar

Capes.

Mestrado - M

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

MINHA PIOR EXPERIÊNCIA ESCOLAR: VITIMIZAÇÃO E IMPACTO PARA ESTUDANTES. *Paloma Pegolo de Albuquerque (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos); Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos)*

A violência escolar tem sido um fenômeno preocupante, pois pode envolver diversos atores escolares, como estudantes, professores e funcionários e abranger desde agressões graves até incivildades. Contrariando o papel da escola de propiciar o desenvolvimento global dos estudantes, as experiências de vitimização vivenciadas nesse contexto podem impactar o bem estar de todos esses indivíduos. Buscando esclarecimentos sobre a vitimização escolar dos estudantes brasileiros, o propósito do presente estudo foi o de descrever retrospectivamente as piores experiências escolares vivenciadas por estudantes universitários, apontando a frequência e duração desses eventos, os agressores principais, bem como as características das vítimas (idade, série e tipo de escola) e o impacto decorrente dos mesmos. Os participantes foram 691 estudantes universitários de ambos os sexos (54,8% do sexo feminino e 45,2% do sexo masculino), com idade média de 21,1 anos. Foi utilizada uma versão traduzida e adaptada para o Brasil do instrumento retrospectivo norte-americano Student Alienation and Trauma Survey – R. As piores experiências escolares selecionadas pelos estudantes foram subdivididas nas categorias: violência relacional (indicada por 35,7%), violência verbal (27,4%), violência física (12,9%), disciplina injusta (10,8%), presenciar violência (4,8%), violência sexual (2,4%), violência contra o patrimônio (2,2%) e outras (3,8%). As meninas sofreram com mais frequência violência verbal, relacional e sexual e os meninos violência física e disciplina injusta, sendo que os agressores foram, em sua maioria, estudantes e do sexo masculino. A idade média de ocorrência das experiências foi 12,3 anos e, embora a maior parte das piores experiências tenha ocorrido em baixa frequência e com curta duração, porcentagem considerável dos participantes apontou duração de “anos” nos casos de vitimização verbal e relacional, principalmente. A maior parte dos participantes apontou ter se incomodado muito com a pior experiência escolar, como pode ser observado pelos relatos qualitativos. Além disso, os participantes indicaram ter vivenciado diversos sintomas após a vivência da pior experiência, como de Transtorno de Estresse Pós-traumático (7,8%), depressão (7,1%), desesperança (8,6%), reexperiência do trauma (6,1%), evitação e entorpecimento (12,1%), excitabilidade aumentada (7,6%), sintomas somáticos (4,7%), hipervigilância (20%), dissociação (8,7%) e conduta oposicional (5,1%). O estudo apontou que diversas formas de vitimização ocorrem no ambiente escolar, envolvendo vários atores escolares e tendo o potencial de impactar os indivíduos envolvidos. Sendo assim, espera-se que tais dados contribuam para o esclarecimento de como se dá a vitimização escolar dos estudantes e auxiliem no delineamento de programas de prevenção voltados a violência escolar e também de intervenções que atendam às reais necessidades dos estudantes vitimizados.

Violência escolar, Pior experiência escolar, Impacto da violência
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
Doutorado - D
ESC - Psicologia Escolar e da Educação

PREVENÇÃO DE PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO EM CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES: INTERVENÇÃO. *Daniela Patrícia Ado Maldonado (Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Campus Palmas); Jocyléia Santana dos Santos (Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Campus Palmas)*

Os problemas de comportamento em crianças são preocupações presentes tanto na família e na escola, como na comunidade em geral. Existe uma série de fatores que podem contribuir para o surgimento de tais problemas, envolvendo fatores de risco biológicos e ambientais. O objetivo do presente estudo consiste em aplicar e avaliar um programa de intervenção precoce com crianças com problemas de comportamento na pré-escola, aplicado à família, aos professores e aos pares. Participaram do estudo dois grupos de crianças com 4 e 5 anos de idade que frequentaram dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI): 7 crianças que constituíram o Grupo A (GA), referente a crianças encaminhadas para atendimento psicológico pelas professoras, que participaram da intervenção; e, um grupo de 7 crianças que não participou do atendimento, formaram o Grupo B (GB), que não necessitavam de intervenção psicológica, segundo suas professoras. As crianças do grupo GB tiveram como finalidade servir como parâmetro normativo na avaliação das crianças do grupo GA. Além das crianças, participaram da pesquisa seus colegas de sala, seus professores e aqueles que são responsáveis por elas. Participaram da intervenção 7 pais que constituíram o grupo de responsáveis (GRA) pelas crianças do grupo GA e um grupo de 9 professoras (GP), ambos das duas instituições. A intervenção dos grupos ocorreu nos Centros Municipais de Educação Infantil. Foram realizados encontros semanais, em grupos, ao longo de 5 meses. Os instrumentos utilizados para avaliar os comportamentos dos participantes antes da intervenção, após a intervenção e no seguimento foram os seguintes: o Questionário de Relações Interpessoais (QRI) para avaliar o comportamento das professoras; o Inventário de Estilos Parentais (IEP) para avaliar os pais; o Questionário de Capacidades e Dificuldades ― SDQ-Por, versão para pais e para professores; a Ficha de Avaliação Sociométrica para avaliar o comportamento da criança; e o Questionário Final de Avaliação do Curso. Os resultados do estudo, no que diz respeito à avaliação do grupo de professoras foram positivos, pois, após a intervenção elas utilizaram estratégias consideradas positivas ou mais efetivas. Ainda, segundo as professoras, houve um aumento da ocorrência das habilidades para o desenvolvimento interpessoal entre os alunos na avaliação pós-intervenção. A maioria dos pais integrantes do grupo de intervenção apresentou mudanças positivas quanto às práticas educativas por eles utilizadas após a participação no programa. As avaliações das crianças, realizadas tanto pelos pais, como pelos professores, apresentaram mudanças positivas no comportamento delas após a intervenção, seja para o Total de Dificuldades, seja para comportamentos Pró-sociais. As avaliações sociométricas não apresentaram resultados conclusivos. Contudo, as avaliações de satisfação do curso, dadas pelos responsáveis e pelas professoras, foram positivas, tanto no que se refere ao cumprimento de seus objetivos, como no que se refere aos ganhos por eles citados. De modo geral, as intervenções propostas neste estudo mostraram-se efetivas.

problemas de comportamento, intervenção, prevenção de violência escolar
CAPES

Doutorado - D

ESC - Psicologia Escolar e da Educação